REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LX - Nº 023 - TERÇA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2005 BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**
**(Biênio 2005/2006)**

| | |
|---|---|
| **PRESIDENTE** | **SEVERINO CAVALCANTI – PP – PE** |
| **1º VICE-PRESIDENTE** | **JOSÉ THOMAZ NONÔ – PFL – AL** |
| **2º VICE-PRESIDENTE** | **CIRO NOGUEIRA – PP – PI** |
| **1º SECRETÁRIO** | **INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE** |
| **2º SECRETÁRIO** | **NILTON CAPIXABA – PTB – RO** |
| **3º SECRETÁRIO** | **EDUARDO GOMES – PSDB – TO** |
| **4º SECRETÁRIO** | **JOÃO CALDAS – PL – AL** |
| **1º SUPLENTE** | **GIVALDO CARIMBÃO – PSB – AL** |
| **2º SUPLENTE** | **JORGE ALBERTO – PMDB – SE** |
| **3º SUPLENTE** | **GERALDO RESENDE – PPS – MS** |
| **4º SUPLENTE** | **MÁRIO HERINGER – PDT - MG** |

# CONGRESSO NACIONAL

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, de 2005**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 225, de 22 de novembro de 2004, que "autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de março de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de fevereiro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 2005**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 194, de 17 de abril de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda., outorgada originalmente à Rádio Antena Hum Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 2005**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2005**

**Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei Rogério para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 25 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Frei Rogério, outorgada originalmente à Rádio Coroado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 2005**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Recôncavo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.478, de 2 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de setembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Recôncavo FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## SEÇÃO I

## SUMÁRIO

INDICAÇÕES

# Ata da 9ª Sessão, em 28 de fevereiro de 2005

*Presidência dos Srs. Geraldo Resende, 3º Suplente de Secretário. B. Sá, Wasny de Roure, Mauro Benevides, Luiz Couto, Feu Rosa, Cleonâncio Fonseca, Edson Duarte, Elimar Máximo Damasceno, Josias Quintal, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

## I – ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (B. Sá) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II – LEITURA DA ATA

**O SR. GONZAGA PATRIOTA**, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (B. Sá) – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. LUIZ COUTO**, servindo como 1° Secretário, procede à leitura do seguinte

## III – EXPEDIENTE

Ofício P Nº 41

Diadema, 4 de fevereiro de 2005

Exmº Sr.
João Paulo Cunha
M.D. Presidente da Câmara dos Deputados

**Assunto**: Encaminha Requerimento nº 30/05

Excelentíssimo Senhor:

Vimos, pelo presente, à presença de V Exª, para encaminhar o requerimento acima citado, de autoria do nobre Edil José Dourado (Zé Dourado), que foi aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 3-2-05.

Sendo só o que se nos apresenta para o momento, reiteramos à V Exª, os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Vereador **Marquinhos**, Presidente.

### REQUERIMENTO Nº 30, DE 2005

### PROCESSO Nº 37, DE 2005

Requeiro à Douta Presidência desta Casa de Leis, em conformidade com os termos regimentais, que seja registrado na ata da presente sessão um voto de congratulações ao Exmº Sr. Senador Paulo Paim (PT – RS), pela iniciativa e elaboração do Projeto de Lei nº 58/2003, que exige a revisão automática de todos os benefícios previdenciários, corrigindo-os de acordo com os índices de correção do salário mínimo.

Requeiro, ainda, que cópias da presente propositura sejam enviadas ao senador agraciado, Câmara e Senado Federal, Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu; Diretório Estadual do PSDB, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e órgãos de imprensa da região.

**Justificação**

É inadmissível que o Presidente da República não se sensibilize e reconheça que os benefícios dos aposentados tem acumulado perdas ao longo dos últimos anos. Essas perdas, segundo as melhores fontes, estão na ordem de mais de 50% (cinqüenta por cento). Diante do exposto, faz-se necessário que Lula ouça a voz dos aposentados.

Diante de tão desagradável quadro, o Exmº Sr. Senador Paulo Paim (PT – RS) vem apoiando o movimento por parte da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, no sentido de convocar uma marcha de protesto à Brasília, além de solicitar a revisão automática de benefícios previdenciários.

Vale ressaltar a independência política do parlamentar, que se expressou aos meios de comunicação, acerca de seu apoio e de possíveis represálias dentro do Partido dos Trabalhadores. Segundo Paim, "Posso até não ter legenda na próxima eleição, mas eu não to nem aí. A palavra de ordem é a mobilização."

Atitudes assim são merecedoras de júbilo, razão pela qual apresentamos a presente Moção de Apoio por tão significativa medida.

Sala das Sessões, 3 de Fevereiro de 2005. – Vereador **José Dourado.**

Ciente. **Publique-se. Arquive-se**.
Em 28-2-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF/LID/Nº 14/2005

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2005.

A Sua Excelência o senhor
Deputado Sseverino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 9º, § 1º do Regimento Interno, apraz-me indicar a Vossa Excelência o Deputado B. SÁ – PI, para ocupar a vaga de Vice-Líder destinada ao Partido Popular Socialista – PPS, nesta 52ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Defiro. **Publique-se**.
Ao Sr. Diretor-Geral.
Em: 28-2-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 318-PP/2004-CCJC

Brasília, 9 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.501-A/00, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

**Publique-se**.
Em: 28-2-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 323-PP/2004-CCJC

Brasília, 9 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 520-B/03, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

**Publique-se**.
Em 28-2-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 324-PP/2004-CCJC

Brasília, 9 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, a Consulta nº 4/04, apreciada por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

Publique-se.
Em 28-2-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 332-PP/2004 – CCJC

Brasília, 17 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 219/03, apreciado por este Órgão Técnico, 14 de dezembro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

**Publique-se**.
Em 28-2-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 336-PP/2004 – CCJC

Brasília, 17 de dezembro de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei Complementar nº 344/02, apreciado por este Orgão Técnico, 15 de dezembro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

**Publique-se**.
Em: 28-2-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**INDICAÇÃO Nº 4.511, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Trajano de Moraes no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.512, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.513, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Tanguá, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Tanguá no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.514, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Sumidouro, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Sumidouro no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.515, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Silva Jardim, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Silva Jardim no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.516, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Seropédica no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.517, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Saquarema no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.518, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.519, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São Sebastião do Alto no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.520, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São José de Ubá, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São José de Ubá no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.521, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São Pedro da Aldeia no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.522, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São José do Rio Preto, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São José do Rio Preto no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO N.º 4.523, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São João de Meriti no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.524, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.525, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.526, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Paracambi no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.527, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Nova Iguaçú no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.528, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.529, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cordeiro no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.530, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Conceição de Macabu, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Conceição de Macabu no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.531, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Comendador Levy Gasparian, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Comendador Levy Gasparian no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.532, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Casimiro de Abreu, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Casimiro de Abreu no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.533, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Carmo, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Carmo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.534, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cardoso Moreira , no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cardoso Moreira no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.535, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Carapebús, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Carapebús no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.536, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cantagalo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.537, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.538, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cambuci, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cambuci no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.539, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cachoeiras de Macacu no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.540, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.541, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Bom Jesus de Itabapoana no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.542, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Bom Jardim, no Estado do Rio de Janeiro."**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Bom Jardim no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.543, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Belford Roxo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.544, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.545, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Barra do Piraí no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.546, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Armação de Búzios, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Armação de Búzios no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.547, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.548, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Areal, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Areal no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.549, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Araruama no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**INDICAÇÃO Nº 4.550, DE 2005**
(Do Sr. Carlos Nader)

**"Sugere a implantação da Campanha Contra a Dengue no Município de Aperibé, no Estado do Rio de Janeiro."**
**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta, solicitar a Vossa excelência a implantação da ***Campanha contra a Dengue***, no município de Aperibé no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com diversos surtos de dengue nos últimos anos, agravando-se nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, com a chegada das chuvas, onde podem proliferar focos da doença em comunidades carentes.

Certo de poder contar com medidas eficientes do Ministério da Saúde, para solucionar este grave problema que assola o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

**O SR. PRESIDENTE** (B. Sá.) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

## IV – PEQUENO EXPEDIENTE

**O SR. PRESIDENTE** (B. Sá) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB – PE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último mês de janeiro, na cidade de Petrolina, no meu Estado, aconteceu uma solenidade que muito alegrou toda a sociedade. Tratou-se do jubileu da Irmã Maria Florentino, do querido Recanto Madre Paulina.

O Recanto Madre Paulina, através de pessoas abnegadas como a Irmã Maria Florentino, é responsável por um trabalho social maravilhoso, não só junto à população de Petrolina, como junto a toda a população da região do Vale do São Francisco.

Neste instante, Sr. Presidente, transcrevo o texto *Celebrando a Vida*, distribuído nas comemorações do jubileu e que faz jus a toda a importância da Irmã Maria Florentino no sertão pernambucano.

> "Celebrando a Vida
>
> A verdade da vida, as ilusões. Tudo pode ruir como um castelo de cartas. Porém, o amor, a nossa alegria, é como as estrelas no firmamento que nada intimida. E a maior delas é você, Irmã Maria Florentino, que sempre investiu na vida o que nos traz a paz. Ao olhar para você, vemos a luz da vida que nos inspira a poesia, presente de tantas maneiras, na inspiração literária do amor. Do amor pelos irmãos, pelos mais carentes, do amor pela vida.
>
> Sentimos dor ao chegar no mundo. Angústia ao partir dele, mas o intervalo contigo ao nosso lado compensa tudo.
>
> Teu lema sempre foi 'amar e servir', o que tem atraído grande número de pessoas carentes e necessitadas.
>
> Resistindo ao tempo e às mudanças, o teu servir tem sido um perfeito encontro entre os mistérios que não devem ser explicados, e sim conquistados.
>
> Como exercício da fé, a prática da boa vontade e o trabalho com amor no alumbramento do sonho de Santa Paulina.
>
> Tua sabedoria que vem do alto, tuas mãos marcadas pelo trabalho pelo bem do próximo, são mãos de cuidado, de afeto, de carinho, de amor. Mãos que cuidam dos doentes, aflitos, necessitados e dos desamparados. Mãos amigas que cuidam das feridas das misérias da vida. Mas, principalmente, porque tuas mãos têm abrigado os filhos de corpo alheio.
>
> Mãos de irmã Maria Florentino, que por amor a Santa Paulina são humanas por excelência.
>
> Te damos graças por tudo. Pelo teu Jubileu de Ouro, pela tua vida, pois é mais fácil viver quando se tem uma pessoa amiga, mãe e servidora como você.
>
> Resgatar a tua história é lembrar a cidade em festa, Orleans, Estado de Santa Catarina, onde você nasceu no dia três de fevereiro de 1929. Quando te embalando no berço da vida teus pais, Luciano João Florentino e Brasilina Fausto Camillo, que nas amadas noites de espera, de sorrisos e promessas, sabiam ter você em meio aos outros 12 filhos. Primogênita das mulheres, como estrela perene de luz, teu brilho sempre foi esplendor que a alvorada traduz. O tempo passou, você cresceu, e como raio de sol aquecendo o ano de 1951, aos 22 anos de idade abraçaste a vida religiosa.
>
> E nessa dinâmica da vida, você foi convocada a sentir, compreender e avaliar, que muita coisa tinha ainda para fazer, mergulhar então profundamente a serviço da caridade na Santa Casa de Misericórdia, no sul do Estado de Santa Catarina. Depois em Belo Horizonte onde trabalhou no hospital Sara Kubitschek. Em seguida, marcou presença também no Rio de Janeiro, Guanabara. E em meio a um olhar, uma troca de palavras mais do que um convite, era a certeza veemente da sua transferência para Brasília, Distrito Federal, onde deu continuidade aos estudos. E com os pés que trilham veredas, querendo alargar horizontes, começou a catequizar os crismandos pelo Vaticano. E mais uma vez, aos pés que pisam estradas várias, foi transferida para o sul de Minas Gerais.
>
> Como sua vida foi tecida pelos fios dos sonhos, se formou em enfermagem. Sendo uma das pioneiras na área de saúde em Xingu-Altamira no Amazonas, recebendo o diploma de Honra ao Mérito pelo trabalho executado no hospital da fundação de saúde neste mesmo lugar.
>
> Não se importando na chuva caminhar, nem com os dias tristes para se esconder, dando forma ao próprio destino, seguiu rumo a São Paulo em busca de mais conhecimentos. Lá fez o curso de Administração de Empresas, contemplando o objetivo maior "a empresa da

saúde", pois este foi sempre o seu bem-querer, a essência do seu chegar. E como o inusitado em toda trajetória, se dá a partir do próprio jogo da vida que nos possibilita inesperadas surpresas, em julho de 1979, ao concluir o seu curso, foi transferida para Petrolina-PE, cidade que a acolheu com carinho.

Irmã Maria aqui chegou e fez o povo sorrir. Abriu a porta da esperança da melhoria de vida, servindo aos mais carentes, muita coisa descobriu. Por isto tem muitas histórias para contar.

E cada palavra lembra um momento em que ela, no coletivo, junto à comunidade, descobriu novas maneiras de viver melhor, de saciar a fome, ter saúde e encontrar a cura para muitos males. Percebendo em meio às coisas tão simples, o quanto é valioso nos cuidar. Uma gota de prática é melhor que um oceano de teorias.

Em meio às dificuldades surgiu a fonte e tudo virou festa, trabalho, saúde e pão.

Em 19 86, como coroamento de uma vida marcada por intensas lutas e vontade de auxiliar na cura das pessoas carentes nasceu o Recanto Madre Paulina. Esta instituição de saúde holística, que surgiu fruto de um trabalho coletivo em favor da vida, utilizando técnicas que respeitam a unidade do SER, vendo-o inteiro (com seu corpo, suas emoções e seus pensamentos). Um trabalho comunitário de saúde, que busca nos recursos da natureza fontes alternativas 'para que todos tenham Vida e Vida em abundância'. (Jó, 10,10).

Celebrar o Jubileu desta grande guerreira é marcar também presença festiva aos 25 anos deste instituição, 'um chamado especial' de entrega e aspiração onde está a luz do equilíbrio. 'Recanto Madre Paulina e o Jubileu de Irmã Maria', caminhando juntos, amando o laborioso, ou seja: amar o que exige adaptações e transformações, não se tratando apenas de aceitar e admitir o que o destino traz, mas o verdadeiro amor que não furta as privações. Irmã Maria Florentino, enfrentando as dificuldades mas recebendo o toque do espírito, do amor e da sabedoria da Grande Santa Paulina, sempre tem saído vitoriosa e amparada, sentindo-se também salva, protegida pela justiça de Deus e segura no Recanto Madre Paulina, que em meio às turbulências da vida, tem como sua família, esta instituição. A comunidade e os que a procuram são os filhos que ela procura servir, descobrindo as asas radiantes da sublimidade que os envolve.

A idade de ouro deste Jubileu testemunha o que esta mulher determinou ser, experimentando a glória suprema de muito ter feito e poder mais ainda fazer. Iniciou como enfermeira e se especializou como terapeuta holística, hoje ela está como: iridóloga, acupunturista, massoterapeuta, reikiana, fitoterapeuta, descobrindo-se a cada dia como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seu aspecto de natureza, seja em sua dimensão de cultura.

Parabéns, Irmã Maria! Petrolina também te contempla com o título de grande cidadã petrolinense, por tudo que você tem feito e faz.

Parabéns, Recanto Madre Paulina!

Onde tudo que aconteceu e acontece, só pode ser compreendido olhando para trás, porém sem esquecer de viver olhando para frente".

Encerro, Sr. Presidente, dizendo da minha satisfação em testemunhar o trabalho do Recanto Madre Paulina e principalmente da Irmã Florentino junto à comunidade petrolinense. A Irmã Maria Florentino é uma salvadora de vidas e almas.

Esta é a minha singela homenagem a essa grandiosa mulher, ao tempo em que, em nome do povo pernambucano, agradeço à Irmã pelo trabalho prestado ao povo carente do sertão de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (B. Sá) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná.

**O SR. MOACIR MICHELETTO** (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema que vou abordar hoje é a crise na agricultura, que deverá afetar profundamente os agricultores brasileiros neste ano de 2005, com reflexos negativos na produção da próxima safra. O Brasil é um país que tem na agricultura uma importância vital em termos de emprego de mão-de-obra, produção de alimentos e geração de divisas internacionais, mediante a sua expressiva participação na balança comercial brasileira.

A combinação do aumento dos preços dos insumos agropecuários com a diminuição das cotações dos produtos agrícolas no mercado internacional e a valorização do real frente ao dólar norte-americano impõe sérios prejuízos à renda agrícola em 2005.

O trigo, que era comercializado a R$22,00 em janeiro de 2004, caiu atualmente para R$17,00, quase 23%. A saca de arroz, que era vendida pelos produtores em janeiro de 2004 por R$39,74/50kg, no Rio

Grande do Sul, caiu para cerca de R$23,00/50kg, 41%. Da mesma forma, o milho apresenta queda nos preços de 22%, e a soja, de 27%.

É oportuno dizer que a compra dos insumos para o plantio da safra 2004/2005 foi realizada com o dólar valendo acima de R$3,00, o que, aliado ao aumento do preço do petróleo, elevou os preços dos fertilizantes e dos agroquímicos usados nas lavouras. O sulfato de amônia subiu 31% na época do plantio, e os preços dos agroquímicos tiveram elevação de até 60%. Usados no combate à ferrugem asiática na soja, os fungicidas subiram mais de 90%.

Apenas com a cultura da soja, os produtores brasileiros tiveram um prejuízo de US$2 bilhões, em decorrência da perda de mais de 10 milhões de toneladas e do aumento nos custos do combate à ferrugem asiática. Além disso, neste ano, a seca já está atingindo profundamente a produção agropecuária no sul do País.

A elevação dos preços dos insumos aumentou significativamente os custos de produção das lavouras: 17% no milho, 15,5% na soja e 12% no trigo. Para desequilibrar ainda mais a situação, houve uma queda acentuada dos preços agrícolas, e, em muitos casos, os preços de mercado não cobrem os custos de produção. O preço da soja, comercializada a R$44,00 a saca no ano passado, caiu para abaixo de R$20,00 neste ano, acumulando uma redução de mais de 54%. O arroz, a soja, o algodão, o trigo e o milho estão sendo comercializados a preços que nem sequer cobrem os custos de produção.

A queda dos preços, o aumento do custo de produção e a valorização do real frente ao dólar norte-americano são variáveis que estão fora do controle dos produtores rurais. É extremamente oportuno afirmar que os produtores rurais, a cada safra, tornam-se mais competentes nas suas atividades. Prova disso é que a produtividade média das lavouras, na atual safra, aumentou 8,4% em relação à safra passada. O agronegócio bateu novo recorde nas exportações em 2004, com US$39 bilhões, gerando saldo positivo de US$34,1 bilhões, deduzindo-se as importações do setor.

No emprego, o setor rural continua sendo a atividade econômica que mais ocupa mão-de-obra, participando com 21% da população economicamente ativa, o que representa 16,4 milhões de ocupações. Em 2004, houve um aumento líquido na contratação formal de mão-de-obra na atividade agropecuária, com 79.274 novos empregos.

Os produtores querem que o setor rural continue na sua trajetória de prosperidade, proporcionando uma excelente dinâmica à economia nacional mediante o aumento da oferta de alimentos de qualidade, a preços competitivos, à população brasileira. Além do aumento do emprego, o campo também gera recordes nas exportações do agronegócio, possibilitando a obtenção de superávit na balança comercial brasileira, reduzindo a vulnerabilidade externa e o Risco Brasil.

Para que isso seja possível, são necessárias e urgentes as seguintes medidas, para as quais solicito o apoio de todos os Congressistas:

1 – Encaminhamentos ao Poder Executivo (Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda).

1.1 – Financiamentos de investimentos: prorrogar os vencimentos das parcelas de investimentos, vencidas e vincendas em 2005 e 2006, para 2 anos subseqüentes aos vencimentos finais dos contratos;

1.2 – Financiamentos de custeio: pagamento de 20% do custeio de 2005 e prorrogação do remanescente de 80%, acrescido do saldo remanescente de 2004, para ser parcelado em 4 vezes nos anos seguintes;

1.3 – Preços Mínimos de Garantia: atualizar os preços mínimos, adequando-os à realidade do custo de produção, mediante a realização de Aquisição do Governo Federal (AGF);

1.4 – Recursos para sustentação e garantia de preços: alocar no orçamento das operações oficiais de crédito o montante de R$2,4 bilhões para a garantia de preços e suporte à comercialização agropecuária, mediante o lançamento de contratos de opções, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e remoção dos estoques oficiais de milho para a Região Nordeste e o Estado do Amazonas, para atender à venda de balcão aos pequenos e médios produtores de aves, suínos e piscicultores.

1.5 – Seguro rural: alocar recursos suficientes para subvenção ao prêmio do seguro rural para atender a todas as regiões produtoras e aos produtos agropecuários.

2 – Encaminhamento ao setor privado.

2.1 – Contratos privados com as empresas fornecedoras de insumos e *tradings*: solicitar a prorrogação do vencimento por 90 dias das parcelas a vencer.

3 – Encaminhamentos ao Poder Legislativo.

3.1 – Audiências públicas: realizar audiências públicas para investigar as causas dos baixos preços agrícolas, do aumento do custo de produção, do efeito do câmbio na competitividade do agronegócio, os financiamentos rurais, a situação das dívidas securitizadas e do PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos) e dos contratos realizados pelas empresas fornecedoras de insumos aos produtores rurais;

3.2 – Medida Provisória nº 232: excluir o art. 6º da Medida Provisória 232 e evitar o aumento da carga tributária nos setores produtivos.

São essas as preocupações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que trago a esta Casa para reflexão, e solicito as devidas providências pelos poderes constituídos do País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Moacir Micheletto, assumem sucessivamente a presidência os Srs. Wasny de Roure, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado B. Sá.

**O SR. B. SÁ** (PPS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a poupança interna, no Brasil, está longe de atender às necessidades de nossa economia. Uma dessas necessidades – e não é a menor – é a de investimentos que atinjam pelo menos 25% do valor do nosso PIB, única forma de se alcançar crescimento continuado, sólido e, sobretudo, auto-sustentado.

A poupança popular não recebe maiores estímulos por parte do Governo, razão por que seus rendimentos não conseguem vender sequer o índice inflacionário anual. Permanecem no sistema, essencialmente, os assalariados, mesmo os de baixa renda, incapazes de reunir recursos bastantes para aplicações, por exemplo, em fundos de investimentos, onde os rendimentos são maiores, mas, do mesmo passo, maiores são os riscos.

Esta é pelo menos uma das razões mais fortes para a dependência do País para com a poupança externa, buscando recursos que, além dos já significativos saldos da balança comercial, possam garantir ao País reservas expressivas de moedas fortes, certeza de honrar os compromissos assumidos interna e externamente e, sobretudo, possibilidade de fazer mais sólida nossa credibilidade diante da banca internacional.

Mas, como bem o diz a filosofia popular, quem define o uso acaba por admitir o abuso. E é o que de fato vem ocorrendo. Atraídos pela estratosférica taxa básica de juros, a SELIC, hoje a maior de todo o mundo, os especuladores, mais do que os poupadores, mundo afora, mandam para cá seus capitais acaso ociosos, que aqui permanecem por uns poucos dias, fingindo engordar nossas reservas ou provocando aumento nesse cassino que são as bolsas de valores. Em seguida, retornam à origem, fartos de lucros e outras benesses.

Uma dessas benesses e, seguramente, a mais explícita, reside no fato de esses capitais assim tão voláteis não serem taxados. Em defesa de um liberalismo que pode, até certo ponto, ser admissível – afinal, precisamos de mais e mais capitais – acaba-se por permitir que a poupança externa se transforme em pura e simples especulação, uma especulação que, convenhamos, é uma das mais daninhas, porque impede se orcem recursos e se façam projetos de investimentos, já que num repente, não mais que um repente, os capitais aqui investidos somem do mapa e nos deixam a ver navios.

Ninguém está aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, advogando um "fechar-as-portas", mas também já não é mais possível admitir-se uma nova e exageradamente ampla "abertura dos portos", sem que a aduana portuária possa definir, antes, o que vem para investir, o que vem para especular. Em suma, não se pretende o cerceamento da liberdade de investir onde, como e quanto se quiser, porque isso, afinal, vem ao encontro de nossas necessidades. Mas urge também a necessidade de que sejam colocados freios aos abusos – repito: aos abusos – na forma como acaba de propor ninguém menos do que o economista Afonso Celso Pastore, que já presidiu o Banco Central e, talvez por isso mesmo, seja um representante emblemático de tudo o que existe de mais ortodoxo em termos de política econômica.

Defendendo sua proposta, S.Sa. quer que sobre tais capitais, os de curtíssimo prazo, incida algum tipo de taxação para impedir que sua entrada e saída, hoje tão liberada, continue a impedir que consigamos os resultados almejados com a política econômica defendida pelo Governo do Companheiro Lula.

A proposta do Sr. Pastore, partida do seio do liberalismo econômico brasileiro, deve ser levada na devida consideração, porque, se bem entendida e, conseqüentemente, aplicada, pode trazer resultados mais necessários e úteis à economia do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em recente pronunciamento abordei a necessidade de atualização da Lei nº 9.613, de 1998, que se relaciona ao aparato institucional para o combate ao crime de lavagem de dinheiro.

Naquela oportunidade, mencionei a existência de estudos, no âmbito do Ministério da Justiça, com a finalidade de propor mecanismos mais eficientes para combater essa modalidade de crime.

Enquanto aguardamos tais proposituras, considero oportuno mencionar algumas questões que tenho como relevantes para uma abordagem mais consistente dessa temática e que provavelmente serão enfrentadas quando da discussão da matéria nesta Casa:

1 – é de fundamental importância que o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Ministério da Fazenda, estabeleça uma relação de compartilhamento ativo com o Ministério Público e a Polícia Federal;

2 – que sejam adotados mecanismos no sentido de exigir o repasse de informações das instituições financeiras suspeitas para o COAF. É inadmissível que apenas 34 das 50 maiores instituições financeiras estejam oferecendo alguma informação ao COAF, ainda assim em número muito limitado;

3 – tornar obrigatório que operações financeiras acima de 100 mil reais sejam prontamente informadas ao COAF, independentemente de os autores constarem ou não da listagem dos crimes antecedentes (tráfico de drogas);

4 – considerar os alertas da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, no sentido de que as comunicações de operações suspeitas podem estar sendo inibidas pelo direito ao sigilo bancário. Portanto, é indispensável introduzir mecanismos que evitem a utilização desse direito como suporte para inviabilizar o combate à lavagem de dinheiro; e

5 – adoção de procedimentos mais eficientes e rápidos, para que o Estado possa se apropriar dos bens confiscados pela Justiça (relacionados com esse tipo de crime) e, ainda, otimizar a fiscalização de setores, como empresas de contabilidade, auditorias e de advogados, que atuam como procuradoras na realização de operações financeiras para terceiros.

Essas e algumas outras iniciativas devem ser consideradas para ampliar o conjunto de opções a ser debatido por esta Casa, quando do exame da proposta do Governo.

Essas são questões polêmicas, que dividem opiniões, mas que, necessariamente, terão de ser consideradas como alternativas ao vazio que facilita a vida do crime!

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para rechaçar a afirmação de um jornalista sobre a atuação da Polícia Federal. Disse ele que a Polícia Federal, quando não incompetente, é corrupta. Não posso aceitar esse tipo de afirmação. A Polícia Federal tem feito um trabalho excelente no combate ao crime organizado, ao narcotráfico. Apenas no ano passado, foram realizadas 37 operações para combater a sonegação, as fraudes, o crime organizado e a lavagem do dinheiro. É preciso dar mais condições à Polícia Federal para que continue a enfrentar o processo de corrupção que se instaurou há muito tempo no País. Como bem diz o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, muitos dizem que a corrupção aumentou, mas, na realidade, o que aumentou foi o seu combate. Daí as ações aparecerem mais.

O Governo brasileiro está realizando plenamente o combate à corrupção. Portanto, não venham certos partidos antecipar as disputas eleitorais e fazer proselitismo para desqualificar a ação do Presidente. Este não permitirá que nenhuma ação de corrupção continue abafada. Investigará todas. S.Exa. não será uma pessoa leviana: não dirá nada antes das investigações. O Serviço de Inteligência da Polícia realizará todas as ações para pôr na cadeia não apenas aquele que executa, mas todos os envolvidos. É importante que no crime organizado seja elencado o executor, o que está com a mão na massa e, fundamentalmente, os mandantes e os protetores de criminosos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – A Presidência cumprimenta o Deputado Luiz Couto pelo oportuno pronunciamento na tarde de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wasny de Roure.

**O SR. WASNY DE ROURE** (PT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nobre e brilhante Deputado Mauro Benevides, que nos tem ajudado a escrever a história do País, caros colegas Parlamentares, tenho acompanhado estarrecido, certamente como a maioria dos cidadãos brasileiros, as tristes notícias vindas das terras paraenses. Com ações desenfreadas de grileiros, a região amazônica mostra a todo tempo que naquela área a propriedade parece valer mais que a vida. Segundo a ONG Amazônia, lá aconteceram 40% de todos os crimes cometidos contra trabalhadores rurais no País na última década. Uma das vítimas dessa violência foi a Irmã Dorothy Stang, cuja história de luta pelo direito à cidadania plena, por meio da convivência pacífica e respeitosa com a terra, custou-lhe a própria vida, ceifada de maneira trágica e desumana no último dia 12 de fevereiro.

Outra vítima da ganância pela terra e pelas coisas da natureza foi o ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro. O grande defensor da Reserva Biológica do Tinguá, na Baixada Fluminense, morreu aos 59 anos, assassinado por um tiro de escopeta, apenas 11 dias após o assassinato da Irmã Dorothy. Trata-se, ao que parece, de mais uma morte anunciada, pois Seu Júlio, como era conhecido, já havia sido ameaçado diversas vezes por denunciar a ação ilegal de palmiteiros e caçadores na área preservada. Mais um crime que está nas mãos da Polícia Federal e do Estado e que, em breve, creio, estará solucionado.

Pessoas como Chico Mendes, Dionísio e Irmã Dorothy sempre nos deixam lições de vida. A missionária norte-americana, como disse um dos agriculto-

res que participavam do seu projeto, deixou semente fecundada: os projetos de desenvolvimento sustentável de Anapu e cidades vizinhas, executados pelo Governo Federal por intermédio do INCRA. Por isso mesmo, por proteger aqueles que faziam parte dos projetos de desenvolvimento sustentável, Dorothy Stang foi assassinada. A freira era *persona non grata* para os grileiros, por defender os trabalhadores e extrativistas da região da Transamazônica, opor-se aos crimes ambientais e à grilagem de terras na região.

Mal sabiam os assassinos da missionária norte-americana que desafiavam o próprio Governo Federal quando desrespeitaram, negaram e calaram com 6 tiros a liderança da freira. Mas a resposta veio logo: o assassínio, de acordo com as investigações da Polícia Federal, está praticamente resolvido. Já estão presos os pistoleiros autores dos disparos. Falta agora prender o mandante do crime. Ou seriam os mandantes?

A Polícia Federal fala em um consórcio de fazendeiros que pagaria 50 mil reais, senhores, aos pistoleiros, após o assassinato da Irmã Dorothy, mulher de aparência doce, mas de olhar firme, cuja arma, não posso deixar de registrar – como ela mesma dizia –, era a Bíblia. Membro da Ordem Notre Dame de missionárias católicas defensoras da Teologia da Libertação, Irmã Dorothy tinha por objetivo organizar socialmente os trabalhadores rurais da região da Transamazônica. Dorothy alcançou muitas vitórias para aqueles trabalhadores. As últimas ações do Governo Federal na região são também resultado do incansável trabalho da irmã.

Infelizmente, ela não pôde ver o anúncio feito pela Ministra do Meio Ambiente, em Porto Moz, no momento em que foi assassinada: foram destinados 14 milhões de reais para beneficiar 4 mil famílias que moram na reserva extrativista Verde para Sempre, um projeto do Governo Lula. Outra reserva implantada nos últimos meses, no Município de Riozinho do Anfrísio, também sul do Pará, em área de bastante conflito, mostra o destemor do Governo Lula no trato das questões agrárias, ainda sob tantas adversidades.

É difícil, mas não impossível, reverter essa situação tão grave, depois de mais de 3 décadas de ocupações ilegais de terras públicas. É bom lembrar que no início da década de 70, com a construção da Transamazônica, iniciou-se uma ocupação desenfreada das terras amazônicas. As terras de Anapu não foram loteadas para o pequeno agricultor. Ao contrário. À época o Governo pretendia criar fazendas de 3 mil hectares. Até licitação foi feita, voltada para os candidatos que pleiteavam os hectares. Eles assinaram os chamados Contratos de Alienação de Terras Públicas.

Para serem donos da terra, esses produtores deveriam apresentar um plano de trabalho a ser executado em 5 anos. No entanto, a maioria das glebas não foi ocupada, e os planos tampouco realizados. Há de se concluir que as terras deveriam, legitimamente, voltar ao Poder Público. Mas não foi isso o que aconteceu. A partir daí, deflagrou-se uma confusão geral quanto à posse de terras naquela região.

Os primeiros posseiros de Anapu lá chegaram há uns 20 anos, vindos do sul do Pará, e jamais conseguiram a posse da terra. Por isso, o pequeno agricultor, que geralmente chegava àquela localidade como posseiro, nunca conseguiu ser o real dono daquilo de que cuida com esmero. Ele é geralmente ameaçado pelos grandes fazendeiros, para que venda ou mesmo deixe sua terra. Tornam-se, então, candidatos aos planos de desenvolvimento sustentável, única esperança dessa gente de viver com dignidade. E era isso o que a Irmã Dorothy representava: a possibilidade de a vida dar certo, ser justa, mais humana mesmo. Mas, como disse, a causa de Dorothy será levada adiante por este Governo. O Presidente Lula sempre foi um ferrenho defensor da organização social dos trabalhadores rurais, e isso não significa apenas assentar o trabalhador, mas também dar a ele condições de ir adiante.

Um dos exemplos disso pode ser verificado na estada do Exército Brasileiro nessa região de conflito. Os militares ajudarão o Governo nos conflitos agrários e ambientais, além de oferecer assistência médica e participar da recuperação da Transamazônica, que, após 30 anos de existência, tem poucos trechos asfaltados, onde é impossível passar, principalmente no período de chuvas.

O Exército ajudará o INCRA na demarcação de duas glebas, Bacajá e Belo Monte, onde serão implantados os projetos de desenvolvimento sustentável, organizados pela Irmã Dorothy. O IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis também receberá ajuda do Exército em aspectos logísticos como segurança e alimentação. Nesta segunda-feira, dia 28, Exército e IBAMA estarão juntos para inspecionar madeiras e o corte de árvores na região.

Os militares devem permanecer na região por mais de um mês. São quase 2 mil homens do Exército Brasileiro envolvidos na chamada Operação Pacajá, acionada após a morte da Irmã Dorothy – que revelou ao País a fragilidade daquela região. Mais de 400 homens estão aquartelados e podem ser convocados a qualquer momento.

Portanto, senhores, um erro lamentável e histórico, como foi a destinação de terras na região de Anapu, leva tempo e também precisa de recursos para ser corrigido. Mas este Governo é incansável e irá honrar a memória de Chico Mendes, da Irmã Dorothy, do

Dionísio e também de tantos outros anônimos, nem por isso menos importantes, que morreram por não calarem diante da injustiça.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Deputado Wasny de Roure, parabenizo V.Exa. pelo excelente pronunciamento.

*Durante o discurso do Sr. Wasny de Roure, o Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente nobre Deputado Luiz Couto, ilustre representante da Paraíba nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, durante a semana anterior, numerosos suplentes de Vereador, de vários Estados brasileiros, cujas respectivas Câmaras Municipais foram alcançadas por resolução do Tribunal Superior Eleitoral que lhes diminuiu a composição, estiveram no Congresso Nacional reivindicando o restabelecimento do número de vagas suprimidas, nos termos de ação direta de inconstitucionalidade que se acha pendente de deliberação do Supremo Tribunal Federal, havendo o feito sido distribuído ao preclaro Ministro Celso de Mello, um dos mais competentes membros de nossa Corte Suprema.

Em reunião mantida com o eminente colega Deputado Ivan Ranzolin, de Santa Catarina, os edis receberam as explicações de que ainda faltam manifestar-se a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República, após o que o Plenário do Pretório Excelso terá condições formais de decidir em torno da polêmica matéria.

Há, assim, uma natural expectativa acerca dessa demanda, com intensa mobilização política dos interessados diretos ensejando que Assembléias Legislativas e esta própria Casa passem a voltar as vistas para a situação dos prejudicados, convictos de que voltarão a ocupar as cadeiras para as quais se sentem habilitados, em razão da votação obtida na última competição eleitoral, realizada em outubro passado.

Retornei neste domingo da cidade de Fortaleza, onde recebi numerosa comissão de suplentes, todos expressando confiança em que, sem mais tardança, a matéria será julgada definitivamente, ainda mais porque, em termos de despesa, nada se modificará, uma vez que os repasses duodecimais continuam a ser efetuados aos Legislativos, no mesmo percentual anteriormente fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Neste mesmo plenário, Sr. Presidente, alguns dos nossos eminentes colegas já se pronunciaram a respeito do assunto, o que há trazido mais alento aos que propugnam por um deslinde favorável do Poder Judiciário, hoje dirigido clarividentemente pelo Ministro Nelson Azevedo Jobim.

Satisfeito o trâmite da ADIN, que se espera para os próximos 60 dias, os suplentes vêem aumentar as perspectivas de êxito na presente conjuntura, o que lhes garantiria a assunção de mandato para trabalhar em prol da comunidade pela qual foram favorecidos na manifestação soberana de urnas livres.

Aliás, em pronunciamento recente, o Deputado Ivan Ranzolin abordou essa temática, com novos e convincentes argumentos, que reavivaram as esperanças dos que se acham empenhados nessa cruzada reivindicatória.

Ao acompanhar todos os lances processuais, estou retransmitindo aos meus conterrâneos os dados pertinentes ao feito, da mesma forma como ocorreu quando aqui se votou proposição com tal objetivo, que não obteve, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a chancela do Senado da República, no contexto de nossa estrutura bicameral.

Mencione-se, por imperativo de natureza histórica, que a questão foi suscitada tendo-se por base a composição da Câmara Municipal da cidade de Mira Estrela, em São Paulo, ponto de partida para a fundamentação adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que utilizou, para tanto, as suas prerrogativas de caráter normativo, conforme acentuou, na época, o seu então Presidente, Ministro Sepúlveda Pertence.

Admite-se que, ainda no presente semestre, possa emergir dos autos a solução definitiva, como tanto anseiam os nossos representantes municipais, que se sentiram frustrados pela resolução que lhes retirou a possibilidade de exercer mandato eletivo com base na eleição de 3 de outubro de 2004.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Sem Partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não obstante os inúmeros apelos, requerimentos, denúncias e avisos que proferimos desta tribuna, ao alertar as autoridades dos Governos Federal e Estaduais de que a Amazônia e o meu Estado do Pará, em particular, vivem o iminente efeito de uma bomba de efeito retardado, em razão dos inúmeros equívocos na condução da política de reforma agrária, meio ambiente e inclusão social deslanchada pelo poder central e regional na região, eis que a violência, infelizmente, campeia livre e solta no Pará a partir do assassinato da freira americana naturalizada brasileira

Dorothy Stang, ocorrido no último dia 12 no até então pacato Município de Anapu, sudoeste do Pará.

Ao longo de 2004, a violência no campo prosperou. Enquanto a Região Norte registrou o menor índice de ocupação de terra, o Pará e Rondônia estiveram à frente no número de mortes no campo no ano passado, segundo a Agência Brasil. Os movimentos sociais deploram a lentidão deste Governo nas medidas até agora adotadas para o assentamento de 40 mil famílias no Pará e a apatia em relação ao esforço para garantir a emancipação dos projetos de assentamento já implementados.

Sras. e Srs. Deputados, ainda nas décadas de 70 e 80, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM aprovou e financiou inúmeros projetos agropecuários em toda a região e os abandonou à própria sorte, não lhes repassando os recursos acordados em contrato – essa é a realidade –, gerando como conseqüência um triste rol de projetos falidos, cujos recursos foram desviados de sua origem, o que deu margem e facilitou a invasão desses projetos por sem-terra, que começaram a se organizar para melhor ocupar essas terras ao mesmo tempo em que exerciam pressão sobre o Governo na busca da desapropriação delas.

Sras. e Srs. Deputados, há exatamente um ano, enviei ofício ao Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, o nosso colega Aldo Rebelo, e outro ao Governador do meu Estado, Simão Jatene, sobre os efeitos da suspensão do Decreto-Lei nº 1.164/71, alterado pelo também Decreto-Lei nº 2.375/87, que tratam sobre terras públicas devolutas situadas nas faixas de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo das rodovias federais construídas, em construção e/ou projetadas. Imensas áreas de terra foram indiretamente expropriadas pela a União nos Estados da Amazônia Legal, principalmente no Estado do Pará.

Esse decreto-lei permitiu que o órgão fundiário da União, o INCRA, arrecadasse essas áreas de forma sumária e mediante mera convenção cartográfica, matriculando-as em nome da União e promovendo a competente matrícula no registro imobiliário, com a obrigação de destiná-las às finalidades da reforma agrária.

Com esse procedimento, a União incorporou ao seu patrimônio uma vasta e imensurável extensão de terras, sem que tenha cabido aos Estados qualquer indenização. No sul/sudeste do Pará, está a maior incidência desse esbulho territorial praticado pela União, que hoje como conseqüência gera os conflitos jurisdicionais e administrativos que impedem a regularização e o aproveitamento econômico das áreas possuídas a qualquer título.

Diante da necessidade de regularização dessas áreas já ocupadas por produtores rurais no Estado do Pará, não se tem por parte da União nem do Governo do Estado uma posição que atenda aos questionamentos desses produtores quanto à regularização fundiária das terras que eles ocupam desde muito tempo. Não bastasse essa situação de indefinição, a falta de regularização fundiária no Estado do Pará tem sido o principal motivo de enormes e históricos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem terra.

Considerando o impasse gerado pelos decretos supracitados, que fazem uma grande confusão e causam indefinição jurisdicional e administrativa quanto ao órgão responsável pela regularização dessas terras, se o INCRA, do Governo Federal, ou o ITERPA, do Governo Estadual; considerando também que essas terras são altamente produtivas e que sem dúvida são nosso principal elemento de desenvolvimento econômico e social, sendo extremamente importante que seus possuidores possam obter sua documentação de propriedade, acessando assim o crédito e o financiamento bancário como forma de alavancar a produção; considerando ainda que o INCRA no Estado do Pará não dispõe de recursos humanos nem materiais que possam levar a cabo uma tarefa de tamanha envergadura, vimos, diante da situação e dos argumentos aqui expostos, solicitar articulação junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA para formação de um grupo de trabalho para, em parceria com o Governo do Estado do Pará, levantar a situação das terras relacionadas com o Decreto-Lei nº 1.164/71 existentes em território paraense, estabelecendo de forma clara e definitiva que Governo, se Estadual ou Federal, fica responsável pela sua regularização, bem como o procedimento que deverá ser adotado pelo órgão de governo e pelos produtores rurais ocupantes dessas áreas no Estado do Pará objetivando sua plena regularização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 20 anos tanto o INCRA como o ITERPA não regularizam emitindo títulos definitivos de propriedades acima de 100 hectares. Esse é o principal foco do problema. Reside exatamente aí o vácuo deixado pelo Governo e ocupado por quadrilhas de grileiros, que, ao lado de um processo de corrupção de cartórios na região, obtêm lucros astronômicos com transações fraudulentas de compra e venda de terras públicas.

Ao Governador Simão Jatene, há 1 ano, mostramos que as atividades produtivas nas mais dinâmicas microrregiões do Pará estão ainda passíveis de

colapso pela falta de regularização fundiária em 90% das propriedades.

O Governador declarou a criação de um cadastro único de terras no Estado. Melhor, está em via de ser aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado projeto de lei que estabelece o zoneamento econômico-ecológico do Estado, que vai identificar as áreas de preservação integral, de uso intensivo e de uso limitado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, defendo a formação imediata de um grupo de trabalho para, em parceria com o Governo do Estado do Pará, levantar a situação das terras relacionadas com o Decreto-Lei nº 1.164/71 existentes em território paraense, estabelecendo-se de forma clara e definitiva que Governo, se Estadual ou Federal, fica responsável pela sua regularização fundiária, e que o Governo Federal efetivamente disponibilize não apenas 2 mil homens do Exército, da Força Nacional de Segurança, para pacificar a região, mas projetos de inclusão social que possam vir a acolher os milhares de pessoas que perderam o emprego nas madeireiras e fazendas em razão do rigor da aplicação de suas políticas de meio ambiente e trabalhista, criminalizando o produtor e jogando-o no limbo da informalidade.

Muito obrigado.

**O SR. ÁTILA LINS** (PPS – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para focalizar o problema do transporte coletivo urbano, que a cada dia se torna mais grave em todas as grandes e médias cidades do País. O dilema de todas as autoridades é encontrar uma solução para se fixar um preço justo para as tarifas dos transportes públicos, de forma a aliviar o orçamento de milhões de brasileiros obrigados a deslocamentos diários para o trabalho ou para a escola, entre outras atividades.

Em Manaus, está-se procurando uma solução para tão grave problema. Deixando de lado as divergências políticas, o Governador Eduardo Braga e o Prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, estão-se dando as mãos para evitar o aumento das passagens de ônibus. Saindo do discurso para as medidas práticas, o Governador Eduardo Braga decidiu garantir a permanência, até 15 de março, do subsídio no ICMS do óleo diesel consumido pelos ônibus. O Prefeito Serafim Corrêa, por seu lado, determinou a redução de 5% para 2% nas alíquotas do ISS pago pelas empresas do setor de transporte urbano, bem como reduziu para zero as taxas devidas ao Município. Trata-se de medidas concretas que levam os subsídios a R$48 milhões ao ano, ou R$4 milhões por mês, tirando dos empresários os argumentos por reajuste urgente no preço da passagem de ônibus.

Paralelamente, uma comissão técnica, integrada por representantes do Estado e da Prefeitura de Manaus, está procurando medidas que possam equacionar o problema dos transportes coletivos na Capital do Estado do Amazonas, no tocante aos preços das passagens, bem como à melhor qualidade dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a insistir que é obrigação do Estado, que detém o poder de concessão do serviço de transporte, garantir o direito de ir e vir do cidadão. É necessário que se identifiquem com urgência caminhos e meios que contribuam para o barateamento do preço das passagens de ônibus urbano em todo o País. Subsidiar o preço do óleo diesel poderia ser uma medida, já que um quarto do valor das tarifas é consumido pelo preço do combustível. Outra providência poderia ser a desoneração de tributos nas tarifas de transporte urbano. Poder-se-ia também utilizar parte dos recursos da CIDE, o chamado imposto dos combustíveis, para ajudar a equacionar o grave problema dos preços do transporte coletivo urbano.

Existem ainda os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, que poderiam ser usados nesta cruzada, para garantir o direito do cidadão de ir e vir. Entendo que o transporte coletivo tem que ser visto não apenas como atividade econômica, mas sim como serviço público essencial para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e das cidades.

Sr. Presidente, na semana passada me posicionei aqui a respeito da necessidade de se fazerem mudanças na forma como o Congresso Nacional delibera sobre o Orçamento público.

Hoje, a imprensa posiciona-se muito claramente a respeito da idéia de que há uma emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães tramitando no Senado Federal e que prevê um Orçamento impositivo. Há ainda a posição do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que acha que se tem que modificar a forma como o Orçamento da União é examinado anualmente nesta Casa.

Acho até que o Orçamento impositivo, pelo menos na parte que cabe às emendas dos Parlamentares, seria uma forma de se criar um clima de mediação.

Evidentemente, um Orçamento impositivo de modo geral é difícil de ser absorvido pelas autoridades do Executivo. No entanto, um Orçamento impositivo apenas na parte dos recursos das emendas parlamentares – para que Deputados e Senadores que apresentam suas emendas anualmente não ficassem desmoralizados nas suas bases diante da não-liberação desses recursos – seria uma medida que talvez

resolvesse parcialmente a forma como é examinado anualmente o Orçamente da União.

Portanto, Sr. Presidente, em outra oportunidade, quero discutir amplamente essa questão, porque o Orçamento público apenas autorizativo tem deixado muito a desejar nos últimos anos. Essa fórmula não pode continuar. É melhor tirar o direito do Parlamentar de apresentar emendas do que dar a ele essa oportunidade sem que os recursos sejam liberados, ficando as comunidades, Municípios e Estados, à espera de um recurso que nunca chega, em razão dos contingenciamentos e da não-prioridade dada a essas emendas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

**O SR. B. SÁ** (PPS – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é um país gigantesco, quase continental, cheio de contrastes e confrontos, com regiões plenamente desenvolvidas, com regiões que outrora tiveram a sorte de receber investimentos dos órgãos federais, com todo tipo de vantagem e de subsídios, enquanto outras regiões ainda penam mergulhadas numa depressão econômica, sem oferecer praticamente nenhuma perspectiva aos que lá moram, a não ser pegarem o estribo do primeiro carro que sai batendo em retirada e se entregarem à própria sorte nas cidades. Muitas delas já nem eldorado mais são, mas eles vão para lá porque a situação de penúria é muito grande em certos interiores deste País, particularmente no Nordeste e, dentro dele, o Piauí.

Essas palavras exordiais, Sr. Presidente, que profiro desta tribuna, aproveitando o tempo de Liderança do meu partido, PPS, são para chegar no seguinte ponto: no último fim de semana, visitei alguns Municípios da região norte do Estado do Piauí. Lá, vi o novel Município de Novo Santo Antônio, com tudo por fazer e inclusive está sendo apontado como um dos beneficiários diretos do programa Luz para Todos, porque, de acordo com as avaliações do Governo Federal e do Governo local, tinha 0% de eletrificação rural. Durante esses 2 anos, os trabalhos já foram feitos e ele já possui 8%. No entanto, isso ainda é muito pouco a desejar, até porque não basta levar o benefício infra-estruturante. É preciso que a infra-estrutura alcance a cabeça das pessoas que dirigem ou têm responsabilidades com o desenvolvimento desses Municípios.

Aí é uma situação. A outra, é um Município também pequeno desses socavões interioranos do meu Estado, o Município de Jatobá do Piauí, onde assisti, no último sábado, a 3ª Festa da Melancia.

Uma média de 32 caminhões, por dia, está saindo de lá para levar melancia para São Luís do Maranhão, Fortaleza, Teresina e cidades mais próximas. Por quê? Porque na administração daquele Município houve um Prefeito que descobriu esse nicho, essa vantagem comparativa e competitiva que a cidade possuía na própria vocação natural do seu povo e a incentivou. Seu sucessor continuou na mesma pisada, e hoje já são cerca de 500 famílias plantando melancia. Em cerca de mil hectares estão produzindo e exportando melancias, o que traz recursos espetaculares para a economia do Município.

O ex-Prefeito e o Prefeito atual disseram-me, com justificado orgulho: *“Deputado, neste Município abolimos de vez a chaga maldita do clientelismo e do paternalismo, eis que aqui o povo trabalha, ganha o seu dinheiro, coloca as reservas na poupança para, no próximo ano, ter o suficiente para seus investimentos”.*

Sr. Presidente, só se conseguiu melhorar esse perfil produtivo do Município com uma rede de energia elétrica implantada há 2 anos, fruto de emenda parlamentar. Mesmo assim, parte da imprensa nacional, com olhar vesgo, ancho de preconceito e burrice, insiste em continuar repisando no mesmo refrão que não leva a nada, ou seja, de que são paroquiais as emendas parlamentares.

Uma emenda dessa opera a transformação de um local distante, onde o povo tem a expectativa de receber benefício mínimo do Governo, a fim de que possa, com sua cabeça e seus próprios pés, caminhar sem necessidade de bater em retirada no primeiro eflúvio de uma seca miserável ou na primeira vantagem que lhe seja oferecida por um politiqueiro que eventualmente lá apareça em véspera de eleição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Chicão Brígido.

**O SR. CHICÃO BRÍGIDO** (PMDB – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta oportunidade, cumprimento V.Exa., que tão bem vem conduzindo os trabalhos desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste horário destinado ao Pequeno Expediente, falarei de assunto já abordado, de forma contundente e firme, por meus pares.

O Brasil inteiro, em especial o povo do Pará, chorou de forma muito triste e humilde a morte dessa criatura que mostrou para o Brasil e para o mundo que nós, seres humanos, precisamos fazer uma reflexão sobre a nossa maneira de construir uma sociedade. O recado que a Irmã Dorothy transmitiu ao Brasil é que a elite criminosa deste País precisa urgentemente fa-

zer uma reflexão de que não é matando as pessoas humildes, de que não é matando a auto-estima do nosso povo, de que não é matando as pessoas que querem trabalhar em nosso País que vamos construir uma nação.

Não é assim que a vida deles vai melhorar. Não é assim que o fazendeiro egoísta ou criminoso vai resolver seus problemas. Portanto, a grande lição que podemos tirar neste momento é que aqueles que não querem construir uma nova cidadania, uma cidadania plena, que não querem construir o futuro deste País estão na cadeia. E temos de classificar um crime como esse não apenas como hediondo, mas também como um crime contra a Pátria, contra a humanidade. E é bom que jamais tiremos da cadeia pessoas dessa natureza.

Esta Casa tem de elaborar legislação muito mais eficiente para punir esses criminosos que não querem o desenvolvimento do Brasil, que não querem dizer à sociedade que pertencem à raça humana. Não podemos classificá-los como seres humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reflexão que podemos fazer neste momento é a seguinte: adiantou matar a brilhante e combatente freira? Não adiantou nada, porque o Governo, não podemos negar, não está recuando de seus objetivos de fazer reforma agrária em nosso País. E não deve recuar porque o que estamos vendo é resultado de um passado em que governos não tiveram compromisso com o homem do campo e jamais se preocuparam em fazer reforma agrária.

Como muito bem disse o Deputado Zequinha Marinho, no Pará há uma confusão, ninguém entende nada, decretos e outras coisas, que não resolvem o problema, e, sim, criam mais. O Governo Lula traz uma luz na tentativa de fazer uma reforma agrária decente. E devemos ter cuidado para não enveredar por caminhos diferentes que não o da construção. Isso é importante. Afinal de contas, nossa finalidade nesta terra, nós que podemos fazer algo, que temos capacidade para construir, para resolver, é encontrar caminhos para uma vida digna e decente.

Não tenho dúvidas em afirmar que o caminho que temos de trilhar para construir um país melhor inclui assentamento do homem no campo e grandes investimentos nesses trabalhadores.

Lembro que há 30 anos, quando cheguei à cidade, vindo do Seringal Ouro Preto, onde nasci, minha família me disse que se eu não quisesse estudar, estava tudo bem, ficaria por isso mesmo. Graças a Deus, enveredamos por caminho diferente, fomos à escola, estudamos e estamos aqui para, de maneira firme, falar bem alto da tribuna desta Casa: temos de fazer reforma agrária, sim. Temos de assentar o homem no campo, sim. Temos de dar dignidade àqueles que não tiveram a sorte de nascer em famílias endinheiradas, porque somente por meio do trabalho e da inclusão social poderemos ter um Brasil positivo.

**O SR. CARLOS NADER** (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ano o Rotary Internacional, uma das entidades mais bem sucedidas entre as organizações não-governamentais do mundo inteiro, completa 100 anos. O Rotary foi fundado em 23 de fevereiro de 1905, por 4 empresários americanos liderados por Paul Percy Harris, com o intuito de promover, através do companheirismo, condições para se enfrentar uma crise econômica que atingia os Estados Unidos. Um século depois, são mais de 30 mil clubes espalhados por 166 países, contando com 1,2 milhão de associados.

O Rotary Club é uma entidade que atua com o intuito de melhorar as condições de vida das pessoas, por meio de iniciativas que incentivam a solidariedade, a prestação de serviços, o trabalho em favor da sociedade. O rotariano tem consciência de que a solidariedade é uma das formas de contribuir para tornar o mundo melhor.

É ainda saudável que este espírito esteja se estendendo a jovens e crianças, num saudável trabalho de renovação, que certamente fará o Rotary ser um clube ainda maior, ampliando sua atuação, sempre em sintonia com as comunidades onde estão instalados.

É este espírito, Sr. Presidente, que aqui saudamos hoje ao parabenizar o Rotary pelo seu centenário. Eu, como rotariano, sinto enorme orgulho de fazer parte dessa instituição agora secular com tão extensa lista de serviços prestados. Saúdo os Rotarys de todo o País, renovando os votos de progresso e de bons serviços, que fazem deles clubes de reconhecida utilidade pública, um reconhecimento que é da sociedade em geral, por praticar o bem, praticar a solidariedade, o companheirismo.

Faço uma saudação em especial aos clubes da minha região, no sul do Estado do Rio de Janeiro, que não fogem à regra e, ao longo de tantos anos, vêm dando a sua contribuição para o progresso e o bem-estar do nosso povo. É uma honra fazer parte de uma organização tão presente na história mundial ao longo de um século.

Por último, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. SARNEY FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SARNEY FILHO** (PV – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero formular pedido de informação à Câmara dos Deputados. Na sexta-feira passada entrei com requerimento de criação de Comissão Externa para averiguar a mortandade dos índios de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de pedir à Mesa agilidade na criação dessa Comissão, a fim de que o Poder Legislativo Federal, a mais alta Casa representativa do povo brasileiro, verifique o que está ocorrendo, porque estamos vendo completo descaso. Há retrocesso inaceitável ao vermos crianças da comunidade indígena morrerem por desnutrição. Isso se agrava quando o Presidente da FUNAI afirma ser cultural, ou seja, que os índios dessa etnia costumavam comer primeiro e dar os restos às crianças. Muito bem. Isso é cultural, mas não justifica as mortes.

A sociedade brasileira, rapidamente, precisa mostrar a necessidade de se respeitar e amar os índios, pois temos dívida histórica com essas civilizações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – A Presidência dos trabalhos fará chegar o apelo de V.Exa. à Presidência da Casa, para que providências sejam tomadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Feu Rosa.

***DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.***

**O SR. BETINHO ROSADO** (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados, agora sob a direção do Presidente Severino Cavalcanti, resgata uma das finalidades que havia perdido: a de discutir e decidir a questão tributária do País. A presença firme e segura de Severino Cavalcanti na Presidência da Casa trouxe a Medida Provisória nº 232 para a discussão e não para homologação, como tinha sido praxe em outras épocas em que se debateu a referida questão na Casa.

Para colaborar com a discussão da Medida Provisória nº 232, de 2004, apresentei 6 emendas, com o objetivo de diminuir o impacto financeiro da arrecadação do Governo Federal na sociedade brasileira. Pedi a supressão do art. 5º, que limita a quantidade de profissionais ou de empresas no rol das que vão prestar serviços e serão encaixadas na regulação do Governo Federal. A idéia é que o leque dessas empresas seja aumentado e mais profissionais liberais possam beneficiar-se.

Pedi também a supressão do art. 7º, para impedir o aumento da alíquota de 1,5% do Imposto de Renda retido na fonte. Não há necessidade dessa retenção. Trata-se de um empréstimo compulsório que o Governo quer fazer. Ao final de cada exercício tributário e financeiro, a pequena empresa, ou o agente econômico, ao apresentar o seu balanço, fará declaração de renda e, naturalmente, recolherá os impostos devidos.

Outra emenda de nossa autoria é a que modifica a redação do art. 3º, permite o abate dos honorários advocatícios no Imposto de Renda Pessoa Física. Se podemos fazer isso para a área médica, por que não fazê-lo em outras áreas profissionais? Dessa forma também estaremos diminuindo o impacto tributário na sociedade brasileira.

Defendemos também, por meio de outra emenda, a supressão do art. 9º , que estabelece que a variação cambial de investimento no exterior será considerada receita ou despesa financeira. Tal dispositivo configura-se um oportunismo tributário. Com a tendência de desvalorização do dólar, é natural que as empresas com investimento no interior paguem mais impostos. Nesse caso, sem nenhuma ingerência por parte do agente financeiro, elas seriam taxadas pela variação cambial.

Pedi também a supressão do art. 8º, para que os salários pagos às empregadas domésticas possam ser deduzidos no que diz respeito à declaração de Imposto de Renda. Tenho absoluta certeza de que, dessa forma, vamos estimular a regulamentação deste importante mercado de trabalho, o relativo à empregada doméstica, e fazer com que sejam assinadas maior número de carteiras de trabalho, melhorando assim a relação social entre empregador e empregada doméstica.

Espero que essas emendas sejam acatadas pelo Relator e venham ao debate no plenário e que a sociedade brasileira entenda que, se aprovadas, elas terão diminuído o impacto tributário da Medida Provisória nº 232.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO ROCHA** (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Presidente Lula está iniciando uma inédita experiência de co-gestão dos portos brasileiros no terminal portuário do Distrito Administrativo da Ilha de Outeiro, em Belém, Capital do Pará. Pela primeira vez a população está sendo ouvida a respeito da administração de um porto que, apesar de antigo, só agora foi concluído e colocado em operação pelo Governo Federal.

Depois de anos de abandono da fracassada experiência de uma empresa privada de construir um porto para a exportação de soja e importação de insumos

agrícolas, com recursos da SUDAM, o antigo Porto da Sotave foi finalmente concluído e está em pleno funcionamento, já tendo exportado mais de 600 mil reais.

Agora, depois de passar por um período de experiência, o porto está ampliando suas atividades com uma novidade: a importação de combustível através da PETROBRAS. Um passo que está sendo dado com muito cuidado, com a experiência na excelência de embarque e desembarque e no transporte de petróleo que a PETROBRAS possui, por intermédio da TRANSPETRO, a sua empresa transportadora de petróleo.

Mas a novidade maior dessa empreitada será a participação da comunidade do Outeiro não só no acompanhamento das operações, mas também na própria administração do porto. As entidades dos movimentos sociais e ONGs de Outeiro já estão se organizando para participar da administração do porto.

Mas para isso talvez tenhamos que apresentar uma emenda à Lei nº 8.630, de 1993, que trata da modernização dos portos e já prevê a participação de um representante dos trabalhadores nos Conselhos Gestores dos Portos. Em Belém, nesta administração, já se conseguiu a participação de representantes da sociedade no Conselho, mas somente com direito a voz, sem direito a voto, o que não está previsto na lei, e então talvez nós tenhamos que fazer essa modificação na Lei nº 8.630, para que os representantes da sociedade também tenham direito a voto na administração dos portos.

Sras. e Srs. Deputados, os benefícios que o porto pode trazer para a economia de Outeiro e do Estado do Pará são muito grandes. Empresas até da China já estão interessadas em construir instalações nos arredores do porto para importar produtos daquele país e exportar produtos do Brasil. Atualmente 58 trabalhadores da ilha foram contratados para trabalhar no porto e a perspectiva é de que esse número aumente mais ainda. Além disso, a comunidade reivindica um percentual em cima dos valores correspondentes à movimentação de cargas, que corresponde a 6 reais por tonelada. Esses recursos seriam aplicados em benefício da comunidade local.

Por outro lado, com o início das operações de desembarque de combustível, previsto para o dia 28 de março, quando pela primeira vez navios de 45 mil toneladas aportarão em Outeiro, o Pará ganhará mais uma opção para o transporte de combustível, já que até agora isso era feito somente através do Maranhão e de Manaus, melhorando a nossa autonomia e diminuindo os riscos de falta de combustível, como já aconteceu anteriormente.

Sr. Presidente, como já disse anteriormente, todos os cuidados estão sendo tomados para que o porto funcione com absoluta segurança e o menor risco possível para a comunidade, que terá participação direta na fiscalização das operações, através de mil agentes ambientais que serão formados pela PETROBRAS. Duas simulações de vazamento de combustível serão feitas antes do início das operações, para que todo o pessoal esteja treinado e pronto para manter a excelência das operações. A idéia é de se fazer barreiras de contenção preventivamente ao redor de todos os navios petroleiros que atracarem no porto, o que está previsto para acontecer somente 3 vezes por mês.

A CDP, na administração do engenheiro Ademir Andrade, que já foi Senador da República, também está tomando todas as precauções legais. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente já autorizou o transporte de combustível e a licença da Agência Nacional de Petróleo já está em andamento. Além disso, já existe o Centro de Defesa Ambiental de Miramar, porto petrolífero da PETROBRAS que funciona nos arredores de Belém, pronto para a manutenção da segurança do Porto de Outeiro.

Sras. e Srs. Deputados, tenho a certeza de que, com a ampliação das exportações e importações, através do terminal portuário de Outeiro, o caçula dos portos brasileiros, teremos um incremento na economia daquele distrito que resultará em benefícios para toda a população. Por outro lado, está se desenvolvendo em Outeiro essa primeira experiência de co-gestão, com a participação direta da sociedade, que, acredito, poderá mudar os rumos e a economia das cidades portuárias brasileiras, com a garantia de que das riquezas que passam pelos seus portos fique pelo menos uma parte para o benefício das comunidades locais, seja através de emprego e renda, seja através do desenvolvimento da indústria e do comércio, seja através da aplicação de recursos arrecadados diretamente da operação dos portos.

Sr. Presidente, quero parabenizar a administração da Companhia das Docas do Pará pelo brilhantismo com que vem administrando os portos paraenses, trazendo idéias inovadoras como essas. Quero aproveitar a ocasião para pedir apoio a todas as bancadas desta Casa, para que, se for o caso, possamos fazer, com presteza e eficiência, as mudanças necessárias na Lei nº 8.630, a fim de que não haja empecilhos legais para a participação da sociedade nos Conselhos Gestores, a fim de que tenhamos a democratização da gestão dos portos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Passa-se ao

## V – GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, ao iniciar-se a presente Sessão Legislativa, ainda na primeira reunião ordinária, neste mesmo plenário, cheguei a apelar para o Governo Federal no sentido de que não se processassem cortes no Orçamento da União, cuja elaboração havia ocorrido em clima de plena sintonia entre Legislativo e Executivo, sendo constantes as articulações entre o Relator Geral, Senador Romero Jucá, e o Ministério do Planejamento, respeitando-se as fontes de Receita e a compatibilização com as rubricas das Despesas, após exaustivas discussões que chegavam a varar algumas madrugadas de intensa e acalorada discussão.

Neste final de semana, porém, o Executivo tornou-se inflexível no contingenciamento anunciado, que ultrapassou a casa dos 15 bilhões de reais, diminuindo-se dotações reputadas vitais para a aceleração do nosso desenvolvimento e bem-estar social.

Não adiantaram, pois, os apelos dirigidos ao próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos Ministros Antonio Palocci e Nelson Machado, prevalecendo corte radical, que estarreceu os nossos Parlamentares e a própria opinião pública do País.

Mais uma vez comprova-se que há necessidade imperiosa de o Congresso adotar caráter impositivo para o Orçamento da União, pondo-se fim a esse quadro de autêntica subestimação ao esforço levado a cabo por Senadores e Deputados, durante seguidas madrugadas, na busca de alternativas capazes de projetar números realísticos, que não ensejassem as anunciadas retenções por parte do Planalto.

Quase todos os Ministérios submeteram-se ao crivo devastador do decreto presidencial, o que invalida iniciativas de largo alcance, elaboradas pelas respectivas equipes e tornadas públicas, quase sempre, pelo próprio titular da Pasta.

Incluídas estão as chamadas emendas parlamentares, que nada mais são do que quantitativos destinados a Estados e Municípios, por indicação de Senadores e Deputados, inserindo-se, aí, aquelas que priorizam realizações de interesse vital para os Executivos Estaduais ou Prefeituras das Capitais.

Confia-se em que os Presidentes Renan Calheiros e Severino Cavalcanti, numa ação conjunta, intercedam para que o Orçamento venha a ser respeitado nos números nele contidos, com desembolso dentro de possibilidades apontadas pelo Tesouro Nacional.

Diante de deliberações como a que acaba de ser divulgada, é que se amplia a tendência de oferecer caráter impositivo ao Orçamento, dentro de projetos que já tramitam nesta Casa Legislativa e que, agora, passarão a motivar as bancadas, fazendo-as acolher tal inovação.

Não é mais possível que continuem a prevalecer as mesmas regras de gestões anteriores, em que os cortes se tornavam implacáveis, não adiantando os vigorosos protestos emanados de todos os partidos que aqui se representam oficialmente.

Muda-se, nas urnas, o titular da Presidência da República, mas a sistemática, sob esse tocante, permanece inalterada, numa autêntica subestimação ao esforço despendido, conscientemente, pelos membros do Congresso, que se dedicam criteriosamente, em cada exercício, a essa missão hercúlea, desconsiderada pela tecnocracia predominante na estrutura federal.

Os Congressistas estão convictos de que os dirigentes das duas Casas repelirão os cortes, sobretudo no montante em que se situaram, na casa dos quase 16 bilhões de reais.

Er o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Gouveia. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

**O SR. ROBERTO GOUVEIA** (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que acompanha nossos trabalhos na tarde de hoje, estamos no final do mês de fevereiro. Este é o meu primeiro pronunciamento no Grande Expediente deste ano, e quero externar a esperança e a convicção de que este será um grande ano para o País. Arrisco dizer até que será um ano histórico. Acredito que enfrentaremos certos desafios que não podem mais ser adiados.

Sr. Presidente, depois de realizar conferências nacionais, o povo brasileiro terá, no ano de 2005, velocidade maior na execução de políticas públicas e reforço na área social. Não falta sensibilidade ao Presidente Lula em relação a essas questões, muito menos faltará mobilização ao País. As conclusões dessas conferências se farão valer particularmente neste ano, que será muito bom para trabalhar, porque não haverá disputa eleitoral.

Realizamos conferências em várias áreas, como a da saúde e a da assistência social, quando foi lançada a necessidade de implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, SUAS.

Na área das cidades, o resultado das conferências foi o Sistema Nacional de Habitação. Com a criação do primeiro Conselho Nacional das Cidades no País, a Casa aprovou o Sistema Nacional de Habitação de

Interesse Social, projeto de iniciativa popular com mais de 1 milhão de assinaturas que tramitava há mais de 10 anos na Casa e agora está no Senado Federal. Esperamos que os Senadores o aprovem no início de 2005, para que possamos ter uma política pública nacional na área da habitação.

Tivemos ainda conferências na área da cultura e do meio ambiente.

Sr. Presidente, saúdo nosso Governo por ter entendido a exigência de uma política nacional de segurança pública, com melhor articulação entre os vários níveis, do Exército às Polícias Federal, Civil e Militar e às Guardas Metropolitanas, com vistas ao SUSP – Sistema Único de Segurança Pública. O Ministro Márcio Thomaz Bastos entende a necessidade desse sistema.

O caminho está lançado, as grandes políticas estão traçadas. Resta a nós, que já estamos com o pé nessa estrada, executar e transformar em realidade as grandes conclusões que tiramos desses encontros.

Sr. Presidente, em 2005, teremos de melhorar a qualidade do gasto na área pública, não tenho dúvida. Mas teremos também de ter recursos para desenvolver esses sistemas de políticas nacionais, porque temos compromisso assumido com o povo brasileiro. Acredito que este será o ano das políticas sociais e da execução dessas políticas públicas, profundamente debatidas nessas conferências.

Estranho matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em que Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Tesouro Nacional, defende a constrição do gasto público e ainda afirma que gastamos muito no Brasil com saúde pública.

Manifesto minha discordância total do que disse S.Sa. Espero que não tenha tanta força assim para implementar o que defende, caso contrário, teremos mais estrangulamentos em áreas estratégicas das políticas sociais.

Há profundo debate sobre política econômica. Vários integrantes do próprio Executivo discordam, por exemplo, da alta dos juros. Poderia citar o Ministro do Trabalho. Recentemente, vi manifestação nesse sentido do Ministro da Agricultura. Estamos mantendo uma equação perversa de juros altos – aliás, o Brasil é campeão mundial em juros altos –, superávit primário que nem o FMI pede e controle da inflação, que tem de haver. Não podemos deixar que esses 3 elementos sejam uma camisa-de-força que nos estrangule e inviabilize a realização de projetos nacionais.

Temos de saudar o fato de que estamos crescendo economicamente. Mas, para além do crescimento econômico, queremos desenvolvimento sustentável, com justiça social e qualidade de vida, com proteção e respeito ao meio ambiente, porque queremos felicidade, queremos nação e civilização, e não barbárie.

Na minha vida política, sempre refutei 2 extremos: o classismo desvairado, que entende tudo como guerra de classes e tem como matriz ideológica a ditadura do proletariado e a ortodoxia marxista-leninista – que, aliás, nós do PT recusamos –, e a tecnocracia fria, a letra pura do cálculo matemático, da estatística, que não compreende que atrás dos números existem vidas humanas. Assim, não posso concordar com essas afirmações do Secretário do Tesouro Nacional.

Estamos atentos. Espero que sua opinião não tenha muita repercussão e que S.Sa. não tenha sucesso em suas intervenções sobre execução orçamentária, porque em 2005 precisamos qualificar o gasto e gerir melhor, mas temos de investir na área social para realizar o programa pactuado com a sociedade brasileira.

O Secretário do Tesouro diz que se compararmos o que o Brasil gasta com saúde em relação ao PIB, verificaremos que gastamos mais do que México, Turquia e Coréia do Sul.

Vou referir-me a documento elaborado pelas entidades da reforma sanitária CEBES, ABRASCO, Rede Unida e ABRES para refutar os dados do Secretário do Tesouro. Na comparação internacional, nossos atuais 3,2% do PIB destinados à saúde representam porcentagem menor que as da Bolívia, da Colômbia, da África do Sul, da Rússia, da Venezuela, do Uruguai, da Argentina, que gasta 5,12%, de Cuba, que gasta 6,25%, dos EUA, que gastam 6,2%, do Japão, da Inglaterra, da Austrália, de Portugal, da Itália, do Canadá, da França e da Alemanha, que gasta 8,1%.

Portanto, não é verdade que a área brasileira de saúde nade em dinheiro. Para aqueles que só fazem conta, vou fazer outra: quando estudamos os gastos desses países com saúde, verificamos que cerca de 70% são públicos e cerca de 30% são privados. No Brasil, o gasto público com saúde representa apenas 45%, ficando 55% com o privado.

Outro aspecto importante, ainda comparando com outros países – o que pensa o Secretário do Tesouro Nacional tem de ser combatido –, é que gastamos em saúde nas áreas pública e privada no Brasil (União, Estados e Municípios) cerca de 220 dólares por pessoa por ano, enquanto a Argentina gasta 450 dólares e o Uruguai, que acaba de eleger seu presidente, gasta 600 dólares.

Combato aqui a idéia que tentam passar de que a área brasileira de saúde nada em dinheiro. Se pegarmos o que gastam União, Estados e Municípios com saúde e dividirmos por 180 milhões de brasileiros e por 365 dias – uma coisa é o percentual do PIB, outra é a conta do dia-a-dia do cidadão, a que estou fazendo –,

chegaremos à conclusão de que gastamos 70 centavos de real por pessoa por dia. Setenta centavos de real. Desafio alguém a encontrar em qualquer cidade do País uma passagem de ônibus que custe isso.

O SUS gasta – e o Secretário do Tesouro Nacional diz que acha muito – 70 centavos de real por pessoa por dia para fazer tudo que é relativo a saúde. Na maioria das cidades por onde passo em minhas viagens, esse valor é menos da metade de uma passagem de ônibus. Aliás, por pensar dessa forma, alguns segmentos da equipe econômica do Governo atual que vieram do anterior propuseram aquela brincadeira de mau gosto de financiar o Fome Zero, programa importantíssimo, com o dinheiro do SUS, logo no início da Legislatura.

Em vez de se usarem recursos do Fundo de Combate à Pobreza, queriam que com o mesmo dinheiro reservado para ações e serviços de saúde se pagassem as novas atividades. É evidente que era para fazer economia de recursos. Vejam o que se passa na cabeça de alguns: tanto faz brigar na fila um cidadão que precisa de um prato de comida com outro que precisa de coquetel contra a AIDS. Ainda bem que houve resistência no Brasil inteiro.

O Ministério Público mandou corrigir o Orçamento, porque estávamos rompendo a Emenda Constitucional nº 29. O nosso Presidente Lula teve sensibilidade e corrigiu o Orçamento. Foi levado ao equívoco por auxiliares que pensam desse jeito, que não entendem que por detrás dos números existem vidas humanas; pela tecnocracia fria, pior do que uma pedra de mármore. Causam-me estranheza pessoas que vão de um extremo ao outro com tanta facilidade.

Com esses 70 centavos por pessoa por dia para a saúde no Brasil, o SUS realizou em 1 ano – e peço a transcrição do documento que tenho em mãos, já que não vou conseguir ler todos os dados – 11,7 milhões de internações, 83 mil cirurgias cardíacas, 60 mil cirurgias oncológicas, 23,4 mil transplantes.

Aliás, é bom ressaltar que o Brasil é o país cuja área pública faz mais transplantes no mundo. Os Estados Unidos são o país que mais realiza transplantes no mundo, mas lá é particular. O Brasil está em segundo lugar, e aqui os transplantes são feitos através do SUS. Logo, o Brasil é o país que mais faz transplantes na área pública. E fazemos isso com o quê? Com os 70 centavos por pessoa por dia.

Temos que melhorar a proposta de gestão do SUS? Evidentemente. Temos que qualificar melhor os gastos? Claro que sim, mas até milagre tem limites. Com 70 centavos por pessoa por dia, estamos chegando a um ponto de estrangulamento. Por isso, defendo que, no ano de 2005, a área social seja tratada com muito carinho, para que possamos implantar o Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição desde 1988, e os demais sistemas, avançando na política social do nosso Governo.

Seguindo a leitura dos dados, o SUS faz praticamente 100% dos partos (2,5 milhões por ano), das hemodiálises, das internações, do combate à dengue, à hanseníase, à malária, à AIDS, das vacinações, e tudo isso, Sras. e Srs. Deputados, com 70 centavos por pessoa por dia, que é do que dispõe a área pública para cuidar da saúde no Brasil.

Sr. Presidente, minha primeira iniciativa como Deputado Federal foi apresentar projeto – fui para a fila no primeiro dia, e esse foi o primeiro projeto de lei complementar apresentado na Legislatura, o PLP nº 1 de 2003 – que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29. Por previsão da própria emenda, ela deveria ser regulamentada no prazo de 5 anos, e estamos exatamente enfrentando esse desafio. Para que regulamentar a Emenda Constitucional nº 29? Em primeiro lugar, para melhor definir os gastos com saúde, para impedir a burla da legislação.

Um Governador, Sr. Presidente, chega a pagar a vacina contra a brucelose, doença que ataca as vacas, com recursos do SUS. Leite é saúde, o queijo é uma maravilha – sou Deputado por São Paulo, mas nasci em Minas Gerais e adoro queijo –, mas, por favor, colocar como gasto a ser pago pelo SUS a vacina contra a brucelose! Quem faz isso é o Sr. Aécio Neves, Governador de Minas Gerais.

A maioria dos Estados brasileiros não está cumprindo a Emenda Constitucional nº 29. Essa regulamentação é necessária para impedir essa burla, para que, de fato, como manda a Constituição, 12% dos recursos dos Estados sejam aplicados em saúde. Os Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de janeiro, de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, além do Distrito Federal, não estão alocando o percentual de 12% dos recursos em saúde. Esses Estados estão devendo, desde a implementação da Emenda Constitucional nº 29, um montante de 5,404 bilhões.

Vejam, é lamentável termos Estados que economizem burlando a Emenda Constitucional nº 29. Temos de corrigir essa prática. É preciso regulamentar essa emenda, para que fique claro o que é gasto com saúde e o que não poderá fazer parte da conta, senão esses 70 centavos podem virar asfalto. Vão dizer que há buracos na estrada onde vai passar a ambulância e o doente vai morrer e que é preciso tirar dinheiro da saúde para tapar esses buracos. Existem os fatores

condicionantes e determinantes da saúde, que compreendemos, mas eles terão de ser financiados com recursos e receitas próprios. Não podemos mais permitir essa burla.

Quanto à União, Sr. Presidente, no substitutivo ao nosso projeto de lei aprovado na Comissão de Seguridade Social e depois aprimorado na Comissão de Finanças e Tributação está disposto que o gasto federal deverá ser o que a Conferência Nacional de Saúde deliberou: 10% das receitas correntes brutas, o que daria de 8 a 10 bilhões a mais do que se gasta hoje com saúde.

Alguns podem dizer: mais dinheiro? Vamos fazer, então, aquela divisão simples, 8 a 10 bilhões divididos por 180 milhões de brasileiros e pelos 365 dias do ano: chegamos a 13 centavos por pessoa por dia. Ou seja, poderíamos sair de 70 centavos para 83 centavos. Aposto que esse valor ainda é menos do que meia passagem de ônibus em muitos Municípios do Brasil. Agora, com essa regulamentação, podemos chegar a 1 real, porque vamos coibir a burla pelos Estados, o que já seria para o setor de saúde uma coisa muito positiva, um aumento de mais de 40%.

Nesse sentido, quero pedir aos meus colegas, nobres Deputadas e Deputados, a aprovação desse projeto de lei, que está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, já com parecer favorável do nobre Deputado José Pimentel, do PT do Ceará, a quem agradeço.

Aguardamos a aprovação do projeto na Comissão, para que venha ao Plenário, seja apreciado pelos 513 Deputados e depois vá ao Senado.

Para finalizar, quero ler um trecho do documento que citei, elaborado pelas entidades que compõem o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira:

> "A partir de 1990, o intenso e ininterrupto crescimento da fatia do Orçamento Geral da União, destinada aos juros e amortizações da dívida pública, além de outras remunerações do sistema financeiro especulativo, realizam-se às custas da redução na mesma proporção, dos orçamentos sociais e do investimento na infra-estrutura do desenvolvimento. Os orçamentos da Saúde e Educação apenas são menos reduzidos devido à luta histórica de importantes setores sociais pela vinculação. Os orçamentos da Saúde e Educação jamais causam a redução dos outros orçamentos, conforme sofismas e manipulações de dados de porta-vozes da política econômica regressiva.
>
> (...) Com todas as resistências e mobilizações, este movimento" – daqueles que lutam por mais verbas para a área social, particularmente para a área de saúde – "atenuou significativamente o desfinanciamento na saúde, o que fica evidente na comparação com outras políticas públicas, ainda mais desfinanciadas, como a educação, moradia, saneamento, emprego, trabalho, segurança pública, previdência social, cultura e outras".

Sr. Presidente, peço a transcrição nos Anais da Casa de documento que traz a programação das atividades em comemoração ao Dia Mundial da Saúde e do Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, que está sendo organizado por esta Casa e pelo Senado Federal.

Tenho a convicção de que o Presidente da República tem toda a sensibilidade para nos brindar, no ano de 2005, com o desenvolvimento das políticas públicas nacionais sobre as quais deliberamos. É preciso melhor gerir e qualificar os gastos, mas também é necessário aumentar o investimento na área social, mesmo que para isso se tenha que mexer naqueles fatores e, particularmente, nos juros. Não podemos ficar reféns de uma política que só enxerga ortodoxia, números, estatísticas e não consegue compreender a necessidade de melhoria da vida do povo. Queremos desenvolvimento com sustentabilidade, civilização e não barbárie.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, venho a esta tribuna para comunicar aos ilustres pares o calendário de atividades do Dia Mundial da Saúde.

Dia Mundial da Saúde – 2005

**O Sus é Para Todos**

Calendário de atividades Aprovada na 150ª Reunião Ordinária do CNS, realizada em fevereiro de 2005.

Abertura de concurso sobre o tema para estudantes da Rede Pública do Ensino Fundamental, em conjunto com o Ministério da Educação.

Abertura de concurso sobre experiências exitosas no Controle Social.

(Ambos a serem premiados no dia 05 de agosto, Dia Nacional da Saúde)

Dia 5 abril – Terça-feira:

Encontro do Conselho Nacional de Saúde com os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas sobre o tema: O SUS É PARA TODOS.

Dia 6 abril – Quarta-feira:

Atividades com o Legislativo:

Reunião com os Presidentes da Câmara e do Senado;

Reunião com a Comissão de Seguridade Social e Família;

Reunião com a Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre o tema "O SUS É PARA TODOS", incluindo, em especial a regulamentação da EC-29.

Dia 7 abril – Quinta-feira:

Solicitação de audiência do Conselho Nacional de Saúde com o Presidente da República.

Observações:

Articulação para gravação de Programas junto à *TV Câmara* e à *TV Senado*;

Gravação de um programa de rádio para distribuição em todo o País;

Proposta de decreto, a ser assinado pelo Presidente da República, instituindo a Semana da Saúde em todo o território nacional, que deverá ocorrer sempre no período de 2 a 7 de abril de cada ano.

As demais atividades previstas serão realizadas entre 1 e 5 de agosto de 2005, quando se comemora o Dia Nacional da Saúde.

Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar ainda para dar ciência à Casa sobre o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, que será realizado em maio do corrente. Este evento, que ocorrerá aqui, na Câmara dos Deputados, será uma continuidade dos históricos simpósios de saúde em nosso Parlamento.

SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE

Tema central: "O PARLAMENTO E A SOCIEDADE FRENTE AOS DILEMAS DE UMA POLÍTICA DE ESTADO: SAÚDE NO CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL".

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**I – Informações Gerais**

1. O Simpósio de Política Nacional de Saúde, dando continuidade aos históricos simpósios de Saúde da Câmara dos Deputados Federais, comemora 25 anos de realização do I Simpósio, em 1979. Neste período, houve uma participação mais intensa do legislativo na formulação das políticas públicas com base nos direitos sociais. Esses simpósios têm tido o papel estratégico nas conjunturas de saúde vividas pela Sociedade e pelo Estado. Após 10 anos da realização do último (1993) e depois de 16 anos das definições constitucionais sobre Saúde e Seguridade Social, certamente é momento de uma nova iniciativa.

2. Este simpósio deverá ser propositivo, visando ao avanço, à consolidação e à correção de rumos dos eixos estruturantes do SUS. Deve centrar-se na análise, avaliação e proposições sobre estes eixos, por terem sido pactuados e consagrados na Constituição da Republica em nível de política pública de Estado e não de Governo, assim como os acertos e desvios constatados no conjunto dos 16 anos de vigência desta política. Seu significado é de iniciativa própria da responsabilidade constitucional do Poder Legislativo de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da lei, não é evento decisório e deliberativo e sim de subsidio de análises e formulações para consensos entre as representações de todos os segmentos envolvidos; não substitui, mas soma-se ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Conferência e Conselho Nacional de Saúde.

3. O seu relatório final deve refletir os consensos e pactos possíveis entre as representações participantes e o registro dos dissensos. As representações participantes deverão assumir a responsabilidade de promover a divulgação e discussão do relatório final perante seus representados. Como referência para o Simpósio, propõe-se o entendimento de eixos estruturantes do SUS, aqui apresentados.

4. Visando contribuir ao enriquecimento e repercussão do Dia Mundial da Saúde – 07.04.05 –, nesta data será lançado o Simpósio, no contexto das manifestações promovidas pela OPAS, MS, CONASS, CONASSEMS, CNS, Plenária de Conselhos e outras entidades. O lançamento constará de pronunciamentos das Presidências da CSSF/CD, da CAS/Senado, do CEBES, ABRASCO, ABRES e Rede Unida, assim como dos parlamentares membros da Comissão Organizadora. Estes pronunciamentos constituirão o primeiro momento do Simpósio e subsidio para sua continuidade nos dias 18, 19 e 20 de maio.

Os resultados e produtos das manifestações das entidades no dia 07.04.05 constituirão também subsídios oficiais ao Simpósio.

5. A comissão organizadora está composta por representações da CSSF/Câmara Federal, CAS/Senado, Frente parlamentar da Saúde, os Deputados José Saraiva Felipe – PMDB, MG; Jandira Feghali – PC do B, RJ; Guilherme Menezes – PT, BA; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde — CEBES; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO; REDE UNIDA e Associação Brasileira de Economia da Saúde – ABRES, e dois conselheiros do CNS, sob coordenação dos Deputados Darcísio Perondi – PMDB, RS; Rafael Guerra – PSDB, MG; e Roberto Gouveia – PT, SP. As instituições e entidades nacionais comprometidas com os direitos sociais da população usuária, com as responsabilidades do poder público, com as responsabilidades e direitos dos profissionais de saúde e entes prestadores de serviços,

estão integradas na organização, participando no seu temário, formato e relatório.

**II – Eixos Estruturantes do SUS**

Os eixos e seus itens aqui apresentados são referências necessárias para a formulação dos temas e subtemas das mesas e palestras do Simpósio, a serem propostos pelas entidades participantes à Comissão Organizadora. A formulação deve considerar os "gargalos" estruturais da definição e do seguimento dos rumos da construção do SUS, e também a oportunidade de agregar conhecimentos e forças para a sua superação.

**1. Legislação Básica e Participação**

1.1 Conceitos, Objetivos, Princípios e Diretrizes, dispostos nos art. 194 a 200 da Constituição Federal e nos art. 2º, 4º, 5º e 7º da Lei 8.080/90.

**1.2 Participação da Sociedade e Gestão Participativa**

Processo participativo: no entendimento dos conceitos, objetivos, princípios, diretrizes e dos modelos de atenção e de gestão, assim como na construção desses modelos. Alguns destaques:

– Além dos conselhos e conferências de saúde, em profícuo desenvolvimento, na forma da Lei 8.142/90, e integrados à gestão do SUS, outras modalidades de co-gestão, gestão colegiada, agenda política da Sociedade Civil Organizada, no campo da Democracia Participativa, inclusive quanto às peculiaridades das unidades governamentais, das privadas sem fins lucrativos e das privadas com fins lucrativos.

– A participação ativa dos diversos segmentos sociais na conquista e manutenção da saúde e do direito social à saúde, com co-responsabilidade e autonomia cidadãs, com pleno acesso à informação de saúde e com humanização da política nacional de saúde.

– A gestão do SUS enquanto espaço privilegiado de formulação de políticas e estratégias para a construção dos novos modelos de atenção e gestão, com transparência e participação para a Sociedade Civil, para o Legislativo e para o Ministério Público.

– O potencial de articulação e aglutinação de forças sociais e políticas em função da contemplação dos direitos sociais e de cidadania, com vistas à efetivação das políticas públicas de Estado para elevação do financiamento, implementação de políticas de recursos humanos, da estrutura e fluxos dos gastos e outras imprescindíveis à construção dos novos modelos de atenção e de gestão na saúde.

– Articulação e formulação conjuntas entre as instancias colegiadas de pactuação e deliberação do SUS, e as instâncias colegiadas e entidades do Ministério Público e do Judiciário, com vistas à realização do preceito "Dever do Estado" e do preceito da Universalidade, indissoluvelmente atrelado aos preceitos da Equidade e da Integralidade.

– Neste item, o que foi e não foi efetivado nestes 16 anos, em cada região, Estado e no País, e quais os compromissos dos desafios existentes?

**2. Análise e Avaliação**

**2.1 Análise e Avaliação da construção permanente do novo modelo de Atenção à Saúde (técnico-assistencial)**

Com base nas necessidades e direitos da população, identificados com participação das entidades representativas da população usuária, sob os enfoques epidemiológico, socioeconômico e demográfico.

Inclui, entre outros aspectos:

– Atenção integral: ações simultâneas de promoção, proteção e recuperação da saúde, com acesso universal e eqüitativo, inclusive quanto à política nacional de assistência farmacêutica.

– Realização concomitante e interdependente dos princípios e diretrizes da Universalidade, Integralidade, Igualdade/Equidade, Descentralização/Municipalização, Regionalização/Hierarquização e Participação.

– Implantação e funcionamento da rede de serviços básicos de saúde de acesso fácil e acolhedor e de alta resolutividade, absorvendo e solucionando pelo menos 80% da demanda por ações e serviços de saúde, com equipes multiprofissionais vinculadas às famílias e à comunidade, e remuneradas/capacitadas segundo seu significado social e solidário com a população.

– Orientação dos serviços de média e alta complexidade para a lógica de referência da atenção básica, da participação na qualificação dos serviços básicos e da Integralidade e Equidade.

– Orientação dos serviços de urgência/emergência para a lógica sistêmica de referência e contra-referência com os serviços básicos e de média e alta complexidade, à luz do novo modelo.

Para cada item acima: o que foi e o que não foi efetivado nestes 16 anos em cada região, Estado e no País, e quais os compromissos e metas para a efetivação do novo modelo de atenção?

**2.2 Análise e Avaliação da construção permanente do novo modelo de Gestão na Saúde (técnico-gerencial)**

Sob o enfoque do novo modelo de atenção proposto, o campo de gestão abrange o MS, as SES, as SMS, a CIT, as CIBs, as CIRs e os Conselhos de Saúde nos três níveis da direção do SUS, com ênfase para os seguintes aspectos:

– Financiamento: sua suficiência e evolução do *per capita* público geral e em cada esfera de governo, nestes 16 anos. Parâmetros Constitucionais: mínimos ou tetos? A EC nº 29 e o PL 01/03.

– O trabalho no SUS: a remuneração, as condições e relações de trabalho e as relações interprofissionais nas equipes de saúde, com destaque aos serviços básicos e também aos de média complexidade do SUS. O concurso, a carreira, a qualificação e avaliação permanentes e a valorização do servidor público.

– Estrutura e fluxos dos gastos públicos no SUS: princípios e diretrizes que devem orientar a) a política alocativa (alocação financeira nos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, na atenção básica, na média e alta complexidade, no custeio, no investimento e no pessoal de saúde), b) a avaliação tecnológica (relação custo – benefício na incorporação tecnológica, na aquisição, alocação e utilização de equipamentos, medicamentos, *kits* e outros insumos, protocolos de condutas profissionais e outros), c) as modalidades dos repasses federais e estaduais e seu caráter indutor, d) as modalidades de remuneração dos serviços, incluindo a relação valor da remuneração x custo do serviço, o pré e/ou pós-pagamento, e seu caráter indutor, e a avaliação de resultados e) o combate aos desperdícios e eficientização dos gastos em toda a estrutura e fluxos dos gastos públicos.

– Regionalização cooperativa pactuada: metas regionais de atenção integral eqüitativa, e custos, enquanto possibilidade real de construção dos novos modelos de atenção e gestão, e conseqüente superação do viés simplista da transferência de responsabilidades e penalizações entre as esferas de Governo, especialmente as “de cima para baixo”.

– Definição de autoridade e responsabilidade sanitária em todos os níveis da gestão e administração do sistema, com vistas a elaboração do Código ou Lei de Responsabilidade Sanitária.

– Autonomia gerencial das unidades prestadoras de serviços no SUS.

– Critérios para a terceirização de serviços, para a sua regulação e para a redução gradativa da terceirização de pessoal, até sua eliminação.

Para cada item acima: o que foi e o que não foi efetivado nestes 16 anos, em cada região, Estado e no País, e quais os compromissos e metas para a efetivação do novo modelo de gestão na saúde?

**2.3 Formação e Educação**

Formação e educação permanentes do pessoal de saúde

É estratégia para orientação das práticas de saúde, aproximando-as das necessidades e direitos da população, da Integralidade e da qualidade técnica na promoção, proteção e recuperação da saúde e em todos os níveis de complexidade e custos do sistema. É imprescindível o trabalho intersetorial com a área da Educação para orientar a formação na Saúde (nível médio, superior e de pós-graduação), visando a profissionais com perfil e distribuição adequados à produção de serviços e de conhecimentos necessários à melhoria da qualidade de vida da população e à consolidação do SUS. As questões do financiamento e da formação do pessoal de saúde são reconhecidas nas conferências de saúde entre os grandes desafios para a construção do SUS que queremos.

Neste item, o que foi e o que não foi efetivado nestes 16 anos, em cada região, Estado e no País, e quais os compromissos e metas para a efetivação da superação dos desafios existentes ?

**2.4 Regulação**

A Regulação na Saúde e na área da Saúde Suplementar

A análise e avaliação do comportamento do mercado na pesquisa, fabricação e comércio de medicamentos, equipamentos e outros insumos, assim como na prestação de serviços de saúde, sob o enfoque Constitucional da relevância pública e dos princípios e diretrizes do SUS, leva a questões ainda pendentes, quanto a importantes entendimentos e pactuações, tais como:

**a)** dupla oferta de serviços (SUS e planos privados) para mesmas necessidades e demandas, b) superposição, no mesmo “parque produtor de bens e serviços de saúde”, de contratos públicos com contratos/credenciamentos/demandas das operadoras privadas, c) disputas intensas e pouco transparentes entre os contratantes, os prestadores, e os consumidores, buscando “desonerar-se”, o que acentua a regressividade e iniqüidade (financiamento dos estratos médios e altos pelos estratos “SUS-dependentes”), d) confusão entre direitos do consumidor e direitos de cidadania, e e) o baixíssimo controle dos preços nacionais e internacionais dos medicamentos, equipamentos e outros insumos, tanto para os compradores públicos como privados. Estas e outras questões retomam a delicada e decisiva questão do acesso e atração dos estratos de maior renda ao SUS x “SUS pobre para os pobres” / Precário / Iníquo.

Neste item, o que foi e o que não foi efetivado nestes 16 anos, em cada região, Estado e no País, e quais os compromissos e metas para a efetivação da superação das pendências existentes ?

*Observação:* Os eixos básicos e estruturantes do SUS que compõem este Termo de referência constituem referência para a formulação dos temas e subtemas de mesas, painéis e conferências, cuja quanti-

dade, títulos e conteúdos devem ser formulados sob critérios de identificação dos grandes "gargalos" e da capacidade de agregação de forças para sua superação, contemplando a Saúde no contexto da Seguridade Social. Seguridade Social, seu conceito, sua gestão, a articulação entre seus atores, incluindo o Conselho Nacional de Seguridade Social, e o orçamento da seguridade social, na sua composição e execução. Perdas, ganhos, tensões e desafios nestes 16 anos entre a saúde, a previdência e a assistência social, e do seu conjunto com o modelo econômico-financeiro vigente. SUS – sua impactante produção anual de ações e serviços, inédita em nível mundial, de oferta pública de serviços, com financiamento extremamente baixo, produtividade esta, que por si é mérito irrefutável, além da melhoria de indicadores de saúde, em especial a mortalidade infantil, conseqüente à descentralização da gestão de serviços e expansão da atenção básica à saúde. Acumulou-se entretanto, nestes 16 anos, a questão do significado desta produção, não só quanto ao incremento da produtividade, mas também quanto à eficácia social desta produção sob os ângulos das oportunidades, necessidades, prioridades, qualidade e resultados de cada uma e do conjunto de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Em outras palavras, a questão dos modelos de atenção e de gestão na saúde.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de realçar algumas expressões quantitativas da magnitude do SUS (2002):

63.650 Unidades Ambulatoriais;
5.744 Unidades Hospitalares;
11.700.000 Internações;
83.000 Cirurgias Cardíacas;
60.000 Cirurgias Oncológicas;
23.400 Transplantes;
2.500.000 Partos;
1 Bilhão de Procedimentos Ambulatoriais;
251.000.000 Exames Laboratoriais;
8.100.000 Ultra-sonografias;
132.500.000 serviço de apoio diagnóstico terapêutico de alto custo (TC, RM, HDL, Hdu, Rd e Ouim);
195.000 Agentes Comunitários;
21.400 Equipes de Saúde da Família;
Ações de Vigilância Sanitárias;
Ações de Vigilância Epidemiológicas;
Imunizações.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* .

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de até 25 minutos na tribuna.

**O SR. LUIZ ALBERTO** (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em nova Legislatura, com nova Mesa da Câmara dos Deputados, cuja eleição despertou, pela primeira vez, debate por parte da opinião pública, sendo acompanhada por toda a sociedade. Esperamos que a nova Mesa, o Presidente Severino Cavalcanti, não interrompa algumas agendas que já estavam sendo debatidas e que são de importância fundamental para o avanço do processo democrático e a consolidação dos direitos sociais das parcelas mais desprovidas de direito da sociedade brasileira.

Alguns temas que considero de fundamental relevância para que prevaleça a agenda da Câmara dizem respeito a certas questões com as quais me envolvi no ano passado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na discussão dos direitos trabalhistas – particularmente no debate acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras – e na das relações raciais, que tem provocado grande debate no País.

Chegará a esta Casa, provavelmente no meio do ano, proposta de reforma universitária que tratará, além de questões gerais das instituições de ensino superior no Brasil, da questão de reservas de vagas nas universidades públicas para estudantes afro-brasileiros e descendentes dos povos indígenas.

Em 2004, fui designado pela minha bancada, do Partido dos Trabalhadores, para coordenar o Núcleo de Meio Ambiente, tarefa desenvolvida por outros companheiros de forma brilhante, como os Deputados Luciano Zica e João Alfredo. Esse núcleo prevê articulações entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade civil. Debatemos temas bastante importantes e polêmicos, como a liberação dos organismos geneticamente modificados. Por último, houve intenso debate sobre a criação do Parque Nacional de Brasília, o combate à desertificação no País, principalmente no semi-árido, e outras questões que merecem atenção especial desta Casa, entre as quais, ações no setor agroindústria, que têm interferido no meio ambiente, como a carcinicultura e a produção de celulose: no caso da carcinicultura, o ataque aos manguezais e, das indústrias de celulose, o processo maciço de desmatamento para a implantação da monocultura de eucalipto, que tem atingido sobremaneira a população, principalmente os pequenos agricultores.

Registro também o acompanhamento que temos feito de gravíssimo problema em Santo Amaro da Pu-

rificação, no interior da Bahia, para o qual diversas vezes chamei a atenção desta Casa. O Município é bastante conhecido no País por ter colocado à disposição da sociedade brasileira artistas importantes como Caetano Veloso e Maria Bethânia. Mas nem tudo são flores. A população enfrenta situação dramática. Uma indústria de chumbo, de origem francesa, adquirida pelo grupo brasileiro Trevo, contaminou praticamente todo o Município. Já morreram na cidade dezenas de pessoas em decorrência da contaminação e muitas estão sofrendo com suas mazelas. Famílias inteiras estão sem condições de trabalhar e, portanto, de sobreviver de forma digna.

Nossa intervenção levou o Governo Federal a mobilizar 8 Ministérios e o Governo do Estado da Bahia para apresentarem uma solução, mesmo que emergencial, à grave situação de Santo Amaro da Purificação e de Boquira, onde existe a mina da qual é extraído o minério de chumbo. Cerca de 7 milhões de toneladas de chumbo estão jogadas em torno da mina. É preciso tratar de forma urgente o problema para evitar acidentes ambientais ainda mais graves na região.

Sr. Presidente, também preocupa o Núcleo de Meio Ambiente do Partido dos Trabalhadores que, com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, aumente a responsabilidade deste Parlamento. É preciso que assumamos nossa cota de responsabilidade em relação ao protocolo, que sofreu resistência dos países mais desenvolvidos do planeta, em particular dos Estados Unidos; não só resistiram, como não aderiram ao Protocolo de Kyoto, que tenta evitar, cada vez mais, a emissão de gás carbônico que leva ao chamado aquecimento global.

Sendo o protocolo auto-aplicável, o Governo brasileiro deve tomar imediatamente medidas para que passe a vigorar de forma concreta.

Com relação a outra tarefa desempenhada, quando a Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente era única – depois, foi desmembrada –, foi instalada nesta Casa CPI, da qual participamos, que investigou as atividades da SERASA e de outras instituições que se dizem protetoras do crédito. Foi revelado nessa CPI que, mais do que entidade de proteção ao crédito, a SERASA era uma entidade de cobrança, na maioria das vezes, de forma ilegal, o que levou cidadãos e cidadãs deste País à situação de verdadeiro terror. Descobrimos que cerca de 23 milhões de brasileiros e brasileiras estavam inscritos no cadastro dessa empresa, controlada pela FEBRABAN, e que teve acesso aos arquivos, com seus respectivos CPFs, o que à época foi objeto de debate na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não ficou devidamente esclarecido nessa Comissão qual a extensão do acesso da SERASA a esses arquivos. Não soubemos, por dificuldades de operação da CPI, se o que chamamos de sigilo fiscal e mesmo o bancário puderam ser acessados pela SERASA. Isso permaneceu em aberto, o que levou a Comissão, inclusive, a ficar impedida de votar o relatório final por pressão de setores do sistema financeiro que estavam fazendo **lobby** na CPI.

Ainda sob a Presidência do Deputado João Paulo Cunha, esta Casa resolveu instalar uma Comissão Especial, que utilize os resultados da CPI e de outros trabalhos desenvolvidos pela Câmara, para apresentar projeto de lei que regulamente a atividade de instituições que operam sem nenhum controle e que prejudicam a população, principalmente os mais pobres, que não têm dinheiro para instituir advogados.

Fui designado por meu partido para fazer parte dessa Comissão Especial, que deverá apresentar projeto de lei a esta Casa, para tratar da regulamentação da atividade das chamadas instituições de proteção ao crédito do País.

Sr. Presidente, também será instituída outra Comissão Especial, cujos membros já foram designados, para tratar de questão que diz respeito diretamente a determinado setor da sociedade e indiretamente ao conjunto da sociedade: o trabalho doméstico. Esse debate interessa à categoria que tem mais de 8 milhões de trabalhadores, em sua imensa maioria mulheres, e afeta a vida das pessoas que se utilizam desse tipo de trabalho. A categoria é extremamente laboriosa, mas, quanto a seus direitos trabalhistas, é tratada como se fosse de meia cidadania. Todos os trabalhadores formalmente contratados pelas empresas têm direito a Fundo de Garantia, a salário desemprego, a férias remuneradas de 30 dias, exceto os domésticos.

O Governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu o Fundo de Garantia não obrigatório para patrões e patroas. Evidentemente, pouquíssimos patrões estabeleceram a auto-obrigação de abrir a conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para os trabalhadores domésticos.

Há vários projetos de lei nesta Casa que estabelecem o acesso das trabalhadoras ao direito fundamental do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o que lhes dá o direito ao salário desemprego quando desempregadas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE contabiliza que apenas 26% das 8 milhões de trabalhadoras domésticas têm carteira profissional assinada. Ou seja, um quarto da mão-de-obra de trabalhadoras domésticas do País tem carteira assinada. Muitas cumprem jornada diária de mais de 12

horas, não recebem assistência, em caso de acidente de trabalho ou de algum tipo de assédio ou violência no local de trabalho. Isso é aferido nas delegacias de defesa da mulher de todas as grandes Capitais. A imensa maioria das queixas são feitas por trabalhadoras domésticas.

Em 2004, conseguimos aprovar na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em regime conclusivo, projeto de lei que proíbe alguns descontos que julgamos abusivos sobre o salário das trabalhadoras domésticas. A maioria dos trabalhadores brasileiros formalmente contratados, quando estão a serviço além do horário normal de trabalho recebem hora extra, e o trabalhador doméstico não tem direito a esse pagamento. Como disse, a maioria cumpre jornada de trabalho de mais de 12 horas. Algumas ficam confinadas nas casas dos patrões, nos chamados quartinhos de empregada doméstica, Deputado Luiz Carreira, e não têm direito absolutamente a nada. Ao contrário. Os patrões utilizam-se de subterfúgio, interpretando de forma equivocada a legislação, para, em vez de pagar além do salário essa disponibilidade da trabalhadora no local de trabalho durante quase 24 horas, descontarem gastos com alimentação e higiene.

Portanto, projeto de lei de minha autoria, aprovado nesta Casa, tramita no Senado da República. A categoria das trabalhadoras domésticas batalha há muito tempo por igualdade de direitos.

Registro o importante trabalho de Creuza Oliveira, companheira militante das causas das trabalhadoras domésticas na Bahia, hoje representante da Confederação Latino-Americana das Trabalhadoras Domésticas. Ela é uma grande liderança que recebeu prêmio concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do nosso País.

**O Sr. Luiz Carreira** – Concede-me V.Exa. um aparte?

**O SR. LUIZ ALBERTO** – Ouço, com prazer, o nobre Deputado Luiz Carreira.

**O Sr. Luiz Carreira** – Quero parabenizá-lo pelo discurso. V.Exa. é um Deputado comprometido com a defesa das populações mais carentes, mais necessitadas. Efetivamente precisamos do apoio de Parlamentares como V.Exa., que nesta Casa trabalha com afinco, dedicação e competência tanto no Plenário, fazendo discursos em prol dos mais necessitados, como nas Comissões, mostrando seu valor, seu envolvimento e seu compromisso com o povo brasileiro, especialmente com os baianos. Parabéns, Deputado, por seu pronunciamento. Continue nessa luta.

**O SR. LUIZ ALBERTO** – Deputado Luiz Carreira, agradeço a V.Exa. a intervenção. Acredito que esta seja uma das características de V.Exa. nesta Casa, pois é também um dos representantes da Bahia.

Sr. Presidente, também quero falar sobre direitos humanos.

Sou Suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. E, no último período, a Comissão criou um grupo de trabalho para acompanhar, na Bahia e em outros Estados, a queima de documentos do período da ditadura militar.

Fomos até a Base Aérea da Aeronáutica, em Salvador, para investigar a ação criminosa de pessoas que quiseram ou fazer uma provocação dirigida à sociedade brasileira, que quer avançar no processo democrático, ou tentar subtrair dela o direito de ter acesso à informação acerca daquele período da história do Brasil.

O Ministério da Defesa, por intermédio da Aeronáutica, constituiu inquérito policial militar. E essa semana foi divulgado o conteúdo desse relatório, que curiosamente chegou a algumas conclusões que nos deixaram estarrecidos. Chegou-se primeiro à conclusão de que os documentos não foram queimados na Base Aérea, em Salvador.

Estive no local. E se o inquérito chegou a essa conclusão o fez de forma equivocada. Eles podem não ter sido queimados naquele local específico onde foram depositados, mas não se pode concluir que os documentos não foram queimados na Base Aérea.

E o mais importante não é apurar se os documentos foram queimados ali ou fora da Base Aérea.

Fatos apresentados ontem no *Fantástico* também reforçam a tese do inquérito: descobrir quem teve acesso aos documentos e/ou praticou crime por ter entrado clandestinamente na Base Aérea.

É evidente que quem teve acesso à Base de forma clandestina pode estar envolvido. Mas queremos saber quem efetivamente queimou os documentos. Precisamos saber disso. Onde estavam esses documentos? Deveriam estar sob a guarda do Estado brasileiro, em alguma unidade militar do País, seja na Aeronáutica, seja na Marinha, seja no Exército. Mas infelizmente o inquérito policial militar não chegou a essa conclusão.

Pedi ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que solicitasse formalmente à Aeronáutica o conteúdo do relatório gerado pelo inquérito policial militar, para que nossa Comissão possa tomar as devidas providências acerca do ocorrido na Base Aérea da Aeronáutica, em Salvador.

**O Sr. Luiz Carreira** – Deputado Luiz Alberto, gostaria de solidarizar-me com a solicitação de V.Exa., pois também temos muito interesse que esse assunto, que faz parte da história obscura do nosso País e

também do Estado, seja devidamente esclarecido. É preciso saber quem queimou os documentos, até para que possam ser punidos os responsáveis, e também o conteúdo do que foi queimado. Portanto, julgo procedentes suas observações. V.Exa. e, certamente, vários outros companheiros deverão continuar nessa batalha. E o Governo deve dar uma resposta concreta e transparente sobre esse assunto à sociedade.

**O SR. LUIZ ALBERTO** – Deputado Luiz Carreira, tenho certeza absoluta de que a preocupação de V.Exa. vem sendo objeto de atenção. O Governo Lula tomou diversas iniciativas para garantir a continuidade desse processo, que não deve e não pode ser interrompido.

Os documentos originários do período da ditadura militar estarão à disposição da sociedade brasileira, evidentemente de acordo com a classificação fornecida pelos órgãos de inteligência. E é necessário que esses documentos estejam à disposição da nossa sociedade, até porque fazem parte da consolidação do Estado Democrático de Direito. Não vamos permitir que essa página da história do Brasil seja queimada.

Aliás, por falar em queima de documentos, temos muitas histórias a contar. Após sua intervenção, Deputado, lembrei-me de que o tão festejado jurista brasileiro, Ruy Barbosa, assim que terminou a escravidão no Brasil, num discurso que evidentemente escondia outras intenções, queimou todos os documentos ao seu alcance, para que a história do nosso País não tivesse acesso ao episódio da escravidão.

Ouço, com prazer, o Deputado Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Deputado Luiz Alberto, quero apenas lembrar a V.Exa. que o Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente desta Casa, designou Comissão Especial, presidida pelo Deputado Mário Heringer, para elaborar projeto de lei a fim de determinar que a abertura dos arquivos secretos se processe dentro do ponto de vista histórico e naturalmente naquele outro inevitável, o político-institucional. Por uma dessas coincidências, o Relator designado, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, quando em campanha pela direção desta Casa, transferiu-me esse encargo extremamente importante e penoso, sobretudo porque o Governo entendeu de editar a Medida Provisória nº 228 sobre essa matéria, que terá de ser apreciada por esta Casa nas próximas horas. Isso significa dizer que o trabalho para o qual fomos incumbidos foi de certa forma atropelado pela medida provisória, que, como V.Exa. bem o sabe, passa a vigorar na data em que é editada. Portanto, estamos diante de uma alternativa. Não sei qual será o posicionamento do Presidente Severino Cavalcanti. Não sei se S.Exa. vai revalidar a Comissão da qual fazemos parte – o Presidente Mário Heringer e eu como Relator –, por força da transferência de atribuições do nosso colega Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, para retomarmos missão extremamente delicada, que passou a ser uma imposição da realidade vivenciada pelo nosso País, conforme V.Exa. faz questão de mencionar da tribuna desta Casa. Este é o esclarecimento que me senti no dever de transmitir a V.Exa. Pretendo, talvez amanhã, suscitar questão de ordem ao Presidente Severino Cavalcanti, a fim de saber se o ato do ex-Presidente João Paulo Cunha continua tendo validade, se a Comissão Especial se tornou perempta ou se pode dar seqüência ao trabalho até aqui levado a efeito.

**O SR. LUIZ ALBERTO** – Deputado Mauro Benevides, agradeço a V.Exa. o aparte ao meu pronunciamento.

Comunico a V.Exa. que, em visita a Fortaleza, conversei com representantes da associação de anistiados, que espera, com bastante esperança, celeridade na conclusão de seu relatório.

Espero que o Presidente da Câmara dos Deputados designe V.Exa. Relator da Medida Provisória nº 228 para que dê continuidade ao debate.

**O Sr. Mauro Benevides** – Vou fazer uma breve intervenção, com a concordância do Presidente, já que o tempo de V.Exa. se aproxima do final. Vamos esperar que a Mesa avigore essa Comissão de que faço parte, porque nossa intenção, nobre Deputado Luiz Alberto, é exatamente oferecer à Casa um projeto de lei que atenda a todas essas aspirações da sociedade brasileira. Não podemos continuar sem acesso a esses documentos que, simultaneamente, representam a segurança do cidadão e da própria sociedade. Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO** – Muito obrigado, nobre Deputado Mauro Benevides.

Sr. Presidente, um ato importante do Presidente da República estabelece, por meio de decreto presidencial, que 2005 é o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. O decreto foi assinado pelo Presidente Lula, em dezembro de 2004, e agora temos ainda mais tarefas e compromissos a cumprir.

Vim agora do Palácio do Itamaraty, onde participei de um seminário internacional, que tem parceria inclusive com a Câmara dos Deputados, por meio da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, e com os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Cultura e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O seminário reúne diversos estudiosos, cientistas e militantes de diversos países da América Latina, do Caribe e da África para debater a saída da escravidão e políticas públicas.

Nesta Casa tramitam algumas propostas importantíssimas, como é o caso do Estatuto da Igualdade

Racial, proposta do então Deputado e hoje Senador Paulo Paim, que incorporou um projeto de lei de minha autoria que estabelece um conjunto de políticas públicas para a população afro-brasileira e a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Por fim, gostaria de registrar, para aquelas pessoas que ainda têm dúvida ou são contrárias ao estabelecimento das cotas nas universidades e que têm apontado que essas cotas poderão comprometer a qualidade da universidade, que, no último vestibular da Universidade Federal da Bahia, do qual foi divulgada a lista dos aprovados nesta semana, verificamos um dado importante que vem consolidar de forma bastante significativa a necessidade dessas políticas. O primeiro colocado no vestibular para o curso de Medicina foi uma estudante negra que se inscreveu pelas cotas.

Segundo a Universidade, 80% dos estudantes beneficiários das cotas passaram pela média normal, Deputado Luiz Carreira. Não houve baixa no corte de classificação. Isso significa dizer que essas pessoas nem precisariam das cotas. E aconteceu que sem as cotas, sem esse debate, essas pessoas, oriundas da escola pública, eram inibidas a se inscreverem no vestibular, com idéia de que não tinham condições. Portanto, com o estabelecimento das cotas, as pessoas foram à universidade, tendo idéia real de que poderiam ter uma chance, uma oportunidade de ingressar em algum curso universitário. Ocorre que falta oportunidade igual para todos para participar desse processo, que, na verdade, demonstrou ser excludente. A Universidade Federal da Bahia demonstra, com sua proposta, com o resultado desse vestibular, que o projeto de lei que já tramita nesta Casa e está sendo incorporado ao projeto de reforma universitária do Ministério da Educação é fundamental para que se estabeleça, definitivamente, a reserva de vaga para fazer uma política de inclusão dessa grande população brasileira, mais da metade, que é excluída das oportunidades iguais do acesso à educação e outros setores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Luiz Alberto, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Feu Rosa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Feu Rosa) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

***DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.***

**O SR. PRESIDENTE** (Feu Rosa) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carreira. S.Exa. disporá de 32 minutos na tribuna, sendo 25 minutos referentes ao tempo destinado a cada orador do Grande Expediente e 7 minutos referentes ao tempo destinado à Liderança do PFL.

**O SR. LUIZ CARREIRA** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as preocupações do Governo Federal com a questão da escassez hídrica no semi-árido nordestino são legítimas e relevantes. O problema de crônica falta d'água tem representado um dos principais gargalos para o desenvolvimento harmônico e integrado da Região Nordeste, caracterizada pela alta concentração de pobreza e grandes desigualdades inter-regionais.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, denominação utilizada para desviar o real sentido do projeto, que é a simples transposição de águas do Rio São Francisco, apresenta alguns méritos principalmente quando considerados na escala temporal de muito longo prazo. Dentre estes, pode-se destacar:

– a utilização das águas de um manancial perene e regularizado de grande potencial;

– as simulações da operação do sistema ao demonstrarem que parte dos bombeamentos das águas do Rio São Francisco ocorrerá em períodos de excedente hídrico; e,

– significativo aumento das garantias de fornecimento de água na Região Nordeste atendida pelo projeto.

Contudo, a água é condição necessária para a melhoria da qualidade de vida e para o crescimento econômico, mas está longe de ser condição suficiente. Não há evidências de que, uma vez disponibilizada a água, eventuais demandas reprimidas se materializariam de forma imediata. Ao contrário, a análise de projetos implementados no Nordeste e em várias partes do mundo revela que outras variáveis exógenas adquirem dimensão decisiva para que os empreendimentos alcancem o desejado estágio de sustentação e viabilidade financeira, consolidando a demanda por recursos hídricos.

Estudo recente realizado pelo Banco Mundial, dedicado a analisar os impactos sociais e as externalidades da agricultura irrigada na região semi-árida do País, por exemplo, constatou que, ao lado dos aspectos positivos da irrigação como solução potencial de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social e à redução da pobreza, persistem deficiências importantes concernentes aos projetos de irrigação, que merecem prioridade antes que se promovam novos investimentos. A primeira delas se refere

à inexistência de um mercado de terras e a restrições administrativas e gerenciais; a segunda diz respeito a deficiências e debilidades tecnológicas; e a terceira decorre da demanda por pequenas obras hidráulicas de irrigação e outros equipamentos de infra-estrutura complementar cujas inversões são marginais, podendo, contudo, resultar em benefícios elevados, dentro de reduzido espaço de tempo.

Em recente aparição no programa *Roda Viva*, o próprio Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, confirmou que existem milhares de hectares não-produtivos ou não-concluídos em projetos de irrigação desenvolvidos pelo Governo Federal e que eles se encontram, na sua maioria, próximos a cursos d'água.

A esse propósito, Sr. Presidente, o Governador Paulo Souto, do meu Estado, tem dito reiteradas vezes que não se opõe ao uso das águas do São Francisco para abastecer as populações do semi-árido nordestino. Mas diz também: "*Entretanto, não posso conceber sua utilização nos projetos de irrigação, considerando seu alto custo. Muito mais urgente é a viabilização das condições para o aproveitamento efetivo dos recursos hídricos pelas populações ribeirinhas*".

Sem dúvida, o Governador tem razão ao afirmar que seria menos oneroso investir em irrigação na própria Bacia do São Francisco, em projetos já existentes no Estado, como o Baixio do Irecê e o Salitre, entre outros também em outros Estados, em vez de se deslocar para irrigar novas áreas, situadas a quilômetros de distância da calha do rio.

Ademais, de acordo com o Presidente da ONG SOS Velho Chico, o ex-Senador Waldeck Ornelas, que foi Relator em duas Comissões Especiais no Senado Federal sobre o São Francisco (1995 e 2002), o projeto é uma "grande estupidez", uma versão cara e sofisticada da malfadada indústria da seca. Querer transpor água, afirma Waldeck, para fazer lá adiante projetos de irrigação que não estão sendo feitos à margem da própria bacia é um absurdo.

Na verdade, Sras. e Srs. Deputados, países com dirigentes mais sérios e responsáveis adotam uma postura bem diferente, a exemplo da Espanha, que, diante de uma decisão de tamanha envergadura, como levar a cabo a transposição, resolveu suspender o projeto de transposição de água entre o Baixo Ebro e as bacias hidrográficas internas da Catalunha, do Jucár, do Segura e do Sul. Cai por terra, assim, mais um dos argumentos dos defensores da transposição de águas do Rio São Francisco, que habitualmente citam o exemplo espanhol de obra semelhante em andamento.

Talvez a citação de um trecho do Decreto-Lei Real nº 2, de 18 de junho de 2004, do Governo espanhol, possa clarear a mente de alguns iluminados do Governo Lula:

> "Além de um evidente desperdício de recursos públicos, isso suporia impedir ou atrasar, por imobilização de recursos financeiros, a exigível e urgente realização de medidas estruturais de investimento e gestão que são aprovadas por este Decreto-Lei Real com o caráter de prioritárias e urgentes".

Ora, estamos assistindo, neste momento, a um corte de 15,9 bilhões de reais no Orçamento. Vamos ver como ficará este que é um projeto novo e, sobretudo, de eficácia duvidosa, como vou mostrar mais adiante.

Analisando-se o projeto do Ministério da Integração Nacional, verificou-se que o eixo norte da transposição apresenta a utilização das disponibilidades hídricas preponderantemente em favor de projetos de irrigação, portanto com o viés voltado a objetivos de desenvolvimento regional. Por seu turno, no eixo leste prepondera o atendimento às demandas urbanas, em especial no agreste da Paraíba (Campina Grande) e de Pernambuco, chegando, mediante inversões complementares (isto é, não previstas no escopo original), até a Região Metropolitana de Recife.

Diante dessa constatação, não se torna claro o motivo pelo qual o Ministério da Integração tem dado ênfase à construção dos 2 eixos simultaneamente. Era de se esperar que apenas o eixo leste, dada a urgência no atendimento à população dos Estados de Pernambuco e Paraíba, tivesse sua construção iniciada rapidamente, enquanto o eixo norte poderia ser construído apenas quando a demanda para abastecimento humano se consolidasse (estimada para daqui a aproximadamente 15 anos).

Verificaram-se algumas lacunas importantes na atual versão do projeto, a iniciar pela adoção de algumas premissas básicas (por exemplo, procedimentos de gestão integrada adequada e eficiente e redução de perdas físicas nos sistemas de distribuição para o abastecimento urbano e para a irrigação, entre outras), sem que o próprio projeto assegure os requisitos técnicos, os investimentos e os arranjos institucionais necessários à sua consecução.

Por outro lado, os estudos ambientais não esclarecem a complexa situação ambiental vigente no Baixo São Francisco. Apesar de a retirada de vazão pelo projeto de transposição não promover modificação na situação vigente no Baixo São Francisco, a percepção da população local é de que qualquer projeto que demande retirada de água do São Francisco irá promover maiores alterações, agravando o atual quadro de de-

gradação do rio. O projeto não especifica e não prevê as medidas e os investimentos necessários para essa gestão mais eficiente. Ademais, a avaliação ambiental empreendida no EIA/RIMA não contempla a análise de impactos referentes aos projetos complementares (ações de ponta) e aos associados ao desenvolvimento induzido pelos mesmos. Dos 44 estudos de impacto realizado, apenas 12 têm aspectos positivos, inexistência de anuência dos órgãos competentes.

Nesse sentido, a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo da Bahia, ao proceder ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), em fins de 2004, elaborou o Parecer Técnico nº 1.028, de 2004, onde apresentou as seguintes conclusões: delimitação incorreta da área de influência; captação de água em área indígena; inexistência do balanço hídrico global na Bacia do São Francisco; falta de previsão de revitalização do Rio São Francisco em todo seu curso; falta de estudos de mercado da produção agrícola a ser gerada; o EIA não contempla o número total de famílias a serem reassentadas, exceto das áreas de reservatórios; avaliação desfavorável dos impactos (dos 44 impactos realizados, apenas 12 tem aspectos positivos); inexistência de anuência dos órgãos competentes; o projeto está em desacordo com as decisões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF; e falta de estudos de salinização nos açudes e recursos hídricos das áreas beneficiadas.

Acrescenta-se que o processo de aprovação do aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em janeiro de 2005, depois de sessão muito tumultuada e que foi suspensa, seguiu passos distintos do fluxo normal de análises do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sem a devida explicação do motivo e sem uma análise da questão pelas Câmaras Técnicas do Conselho. Além disso, a Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que a opinião do Comitê de Bacia seja considerada nas análises de projetos da bacia, e o próprio Comitê se pronunciou contra o projeto de transposição tal como está proposto, o que não foi avaliado pelo Governo Federal nem pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A prática de defender, quando não se está no Governo, a participação da sociedade e a criação de diversos conselhos parece não valer quando se está à frente da administração, como é o caso do Presidente Lula.

O açodamento é tão grande, que os processos licitatórios para permitir a execução do projeto já foram iniciados sem a devida aprovação das licenças ambientais pelo IBAMA, num flagrante desrespeito à legislação do País. Isto certamente deve ensejar enérgicas providências por parte do Ministério Público.

Além disso, pasmem os senhores, informações divulgadas pela imprensa dão conta da contratação, já efetivada pelo Ministério da Integração Nacional, do consórcio encarregado de gerenciar e dar apoio técnico ao projeto, pela "bagatela" de 62,6 milhões de reais. Notem que esse valor é pago apenas para que o consórcio acompanhe tecnicamente o projeto. Foi igualmente iniciado o processo licitatório para a compra de conjuntos de bombas hidráulicas e dado ciência às empresas de construção civil de como será repartido o "bolo", isto é, os 700 quilômetros de canais de concreto, divididos em 14 lotes, ao custo de aproximadamente 300 milhões de reais cada um. Vai ser uma verdadeira festa!

Esses últimos procedimentos vêm demonstrando que o Governo Federal tem utilizado critérios distintos dos preconizados pelas leis brasileiras, o que leva à desqualificação de instituições criadas e capacitadas com muito esforço e recursos federais ao longo dos anos. E correm o risco de acabar nas barras da Justiça. Aliás, ao que tudo indica, o Ministério Público já solicitou explicações desses procedimentos precipitados ao Ministério da Integração Nacional.

É importante observar que iniciar os processos licitatórios sem a respectiva licença tem um risco alto de que a obra demore a efetivamente ser iniciada, por questões que o IBAMA possa vir a suscitar. Podem causar grandes prejuízos financeiros: a solicitação de reajuste das propostas, feita pelas empresas vencedoras dos certames; a possível necessidade de adaptação do projeto a pedidos de ajustes feitos IBAMA, o que pode causar a reformulação de todos os editais licitados; o risco de haver deterioração dos equipamentos contratados, caso eles sejam entregues em prazo muito anterior à sua efetiva utilização na obra.

O Ministério da Integração Nacional tem justificado que o projeto irá atender a pequenas comunidades dispersas com a instalação de grandes chafarizes para atendimento gratuito de 400 pequenas comunidades ao longo dos 2 eixos. Alertamos para o fato de que as experiências demonstram que atitudes como essas, sem uma definição clara de como e por quem o sistema será operado e mantido, sem estar apoiado num trabalho contínuo de educação ambiental da comunidade beneficiária, geralmente levam a um consumo excessivo da água (sem controle), além de possibilitar o uso para outros fins que não o abastecimento humano.

Outra questão ainda não definida no projeto refere-se a quem será responsável pelos custos do investimento, da operação e da manutenção do sistema. Será que a população beneficiária direta aceitaria subsidiar o custo da água usada para irrigação, por exemplo? Seria justo que os Estados doadores, além de não se

beneficiarem diretamente da transposição, fossem responsáveis pelo pagamento de parte desses custos? Esse aspecto precisa ser avaliado e retransmitido à população afetada, para que se chegue a um acordo claro de como os custos serão abordados durante e depois da conclusão do projeto.

Alguns questionamentos importantes sobre o projeto continuam sem resposta:

Qual a real necessidade das obras, em função das incertezas associadas às estimativas de demandas futuras?

Quando as obras deverão ser iniciadas e concluídas? Falou-se em abril, mas até agora as licenças ambientais não foram expedidas.

Que grupos da sociedade nordestina seriam os reais beneficiários do projeto e de que forma?

Como o projeto contribuiria para a redução da pobreza e mitigação dos efeitos nocivos das secas?

Como os custos e benefícios do projeto se comparam a outras intervenções que poderiam ser implementadas na região?

Quais são os impactos ambientais diretos e indiretos do projeto?

Qual seria o modelo institucional para a implementação e posterior operação de um megaprojeto dessa natureza?

Como seriam cobertos custos de operação e manutenção do projeto?

Existe realmente viabilidade econômica e financeira para a implementação do empreendimento?

A formulação de respostas para essas e outras questões demandará tempo e a implementação de um processo organizado e participativo de discussão. Por outro lado, o Governo e a sociedade dispõem hoje de um rico acervo de informações sobre a geografia, a topografia, a hidrologia e o clima, além de indicadores socioeconômicos da região que ofereceriam uma base sólida para a elaboração de estudos e planos necessários à formulação de um abrangente programa.

Recomenda-se que antes de qualquer providência executiva, inclusive a contratação das obras, deveria reavaliar-se o estudo existente sob a seguinte ótica:

**a)** avaliação criteriosa dos diversos Sistemas Estaduais de Gestão existentes na região, e não só nos 4 Estados beneficiários;

**b)** avaliação institucional criteriosa dos diversos atores institucionais envolvidos no processo, tanto os estaduais como os federais, e mais modernamente os privados, e/ou da sociedade civil organizada;

**c)** avaliação jurídica profunda das diversas situações geradas pelo projeto;

**d)** definição clara das funções inerentes ao empreendimento e das fases do mesmo, desde o planejamento macro até a operação;

**e)** montagem de alguns cenários e de algumas opções de arranjos institucionais para o empreendimento, com matriz de vantagens, desvantagens, riscos e fortalezas de cada uma delas; e

**f)** posicionamento técnico sobre a melhor alternativa institucional.

A falta de uma análise de viabilidade institucional *ex-ante*, que anteceda qualquer iniciativa executiva, pode implicar total inviabilidade de todo o empreendimento.

Após esse estudo bastante abrangente, promover uma discussão com todos os envolvidos, principalmente o Comitê da Bacia do Rio São Francisco, os Estados doadores e beneficiários, os atores federais envolvidos e a ANA (outorgante), compatibilizando o projeto com o Plano de Bacia e avaliando a questão institucional para operação e manutenção do projeto.

A solução para os problemas de escassez hídrica no Nordeste exige um conjunto de atividades e intervenções que, se organizadas na forma de um programa de longo prazo, poderiam trazer resultados sustentáveis e alguns já a curto prazo.

Aliás, o Governador Paulo Souto, da Bahia, desde seu primeiro mandato, vem defendendo a adoção de um plano decenal de recursos hídricos com a participação das 3 esferas de governo.

Tal programa poderia seguir uma estratégia coerente e lógica de primeiro buscar a otimização da oferta e uso de água nas bacias locais e, posteriormente, a ampliação da oferta através da importação de água proveniente de outras regiões. Isto implica uma estratégia de implementação de atividades no sentido de jusante para montante, na qual os sistemas se iniciariam nas bacias locais e, na medida do necessário, prosseguiriam em direção às bacias doadoras em etapas distintas.

A análise das demandas dos eixos norte e leste permite concluir que, mesmo com o cenário de demandas utilizado no projeto e sem a realização de um estudo de sensibilidade ou revisão das projeções à luz do que ocorreu nos últimos anos, há possibilidade de escalonamento na implantação do projeto, com ganhos econômicos e financeiros expressivos.

É possível atender às demandas atuais e projetadas dos usos urbano e difuso em todo o eixo norte, sem a implantação do projeto de transposição.

Para o atendimento das demandas de irrigação dos projetos existentes e em implantação na região do

eixo norte, só há necessidade do projeto de transposição no ano de 2010 para o trecho localizado na Bacia do Rio São Francisco, e no ano de 2016 no trecho para o Estado do Ceará.

Ressalta-se que, nas reuniões, a necessidade do trecho localizado na Bacia do Rio São Francisco foi colocada em dúvida devido à existência de projetos da CODEVASF que atendem à região. Haveria a necessidade de solução de médio prazo para o déficit hídrico da região que compreende o trecho em Pernambuco, o que corresponde à Bacia do Rio Moxotó. Para o atendimento das demandas urbanas e difusas na região do trecho no Estado da Paraíba, há necessidade de um aporte externo de água a partir do ano de 2011.

O conceito de programa ofereceria diversas vantagens. Primeiro do ponto de vista de otimização dos recursos locais, evitando a implementação de obras desnecessárias e que poderiam ficar sem uso por vários anos. Isto certamente implicaria na redução de custos, permitindo a utilização de escassos recursos em outros programas prioritários do Governo. Por outro lado, a implementação em fases permitiria o refinamento de estudos e projeções, contribuindo para a sustentabilidade das intervenções, além de oferecer tempo para as negociações políticas. Sob a perspectiva política, essa estratégia também favoreceria a obtenção de resultados imediatos de curto prazo, através da conclusão de importantes intervenções locais, como, por exemplo, os programas de adutoras apoiados pelo PROÁGUA Semi-Árido, que passou tanto tempo sendo financiado pelo Banco Mundial, mas sem os necessários recursos para a contrapartida – e agora se arruma tanto dinheiro para fazer um novo projeto –, e o Programa Um Milhão de Cisternas, também em andamento. Finalmente, isso evitaria que fossem tomadas decisões precipitadas que gerariam expectativas sobre intervenções aparentemente desnecessárias.

Por tudo isso, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional encerra uma pergunta que não quer calar: por que um empreendimento concebido há cerca de 150 anos nunca conseguiu financiamento? A resposta está na opinião que o Banco Mundial tem sobre a obra.

Principal organismo de crédito para projetos de infra-estrutura voltados para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza no planeta, o Banco Mundial vetou a obra. Essa posição foi comunicada em uma carta confidencial enviada em 2001 ao Governo Fernando Henrique Cardoso e reiterada junto ao alto escalão do Governo Lula, em 2003 e 2004, a começar pelo Vice-Presidente José Alencar. E não foi apenas o Banco Mundial que vetou, mas também o PT de ontem, porque o de hoje, assim como o próprio FHC, já se esqueceu do que disse.

As duas administrações federais preferiram esconder da sociedade brasileira os documentos do Banco Mundial. O Governo Lula foi além e contratou uma empresa de comunicação, a Companhia de Notícias (CDN), para inundar as redações de jornais com textos ufanistas sobre a transposição e assim justificar a megaobra.

Segundo o Governo, os canais, represas e estações de bombeamento custarão 1,5 bilhão de dólares. Mas esse orçamento é de 1999 e certamente foi elevado depois de 6 anos de inflação nos Estados Unidos. Para 2005, estão previstos no Orçamento Geral da União – OGU recursos do Tesouro Nacional no valor de 622 milhões de reais para a obra, após os cortes efetivados pelo Congresso Nacional, cuja previsão inicial era de quase 1 bilhão de reais.

Embora recuse-se a emprestar dinheiro para financiar essa empreitada duvidosa da transposição, o Banco Mundial não pode ser acusado de insensibilidade ao Nordeste, aos nordestinos e à seca que os atormenta. Em 1998, o BIRD emprestou 198 milhões de dólares para o PROÁGUA Semi-árido. Trata-se de um programa federal feito em parceria com os Estados da região e que pode ser resumido no conceito de “fazer a água andar”. Ou seja, levar, por meio de dutos, o líquido armazenado nos grandes açudes a cidades desabastecidas e às comunidades rurais, a chamada população difusa que mais sofre com a seca, além de suprir projetos de agricultura irrigada já implantados ou em obras.

A manifestação do Banco Mundial sobre a transposição de águas do São Francisco não foi mero palpite. O Banco analisou o projeto, em atenção a um pedido do Governo brasileiro, em maio de 1999. Contratou consultores e empregou seu próprio pessoal para produzir uma análise consistente. Ao ser procurado novamente no Governo Lula, o Banco reafirmou suas posições. Uma das mais importantes, segundo o Banco Mundial, é a previsão de que o abastecimento urbano e das comunidades rurais no Nordeste Setentrional pode ser atendido com muita folga pela água já existente na região, no mínimo até 2025.

**O SR. PRESIDENTE** (Feu Rosa) – Nobre Deputado Luiz Carreira, a partir deste momento V.Exa. passa a fazer uso da palavra no tempo destinado à Liderança do PFL.

**O SR. LUIZ CARREIRA** (PFL – BA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, continuando meu pronunciamento, quero dizer que é curioso o fato de, após esse episódio, o Ministro Ciro Gomes declarar à imprensa

que o Governo não necessita de investimento externo para realizar essa obra e dispensa, assim, qualquer empréstimo do Banco Mundial. Até parece que está sobrando dinheiro público!

Tudo isso neste País, onde faltam recursos para saneamento básico, estradas, educação, saúde, ferrovias e modernização portuária. Ademais, nem o Banco Mundial nem o BID apostariam um centavo ou colocariam em risco suas reputações para financiar um projeto de duvidosa eficácia.

Finalmente, Sr. Presidente, por tudo isso é necessário muito cuidado para evitar a tomada de decisões precipitadas que gerariam expectativas sobre intervenções aparentemente desnecessárias. É recomendável a realização de uma análise econômico-financeira rigorosa, sob o risco de não se saber quando o projeto iniciará a sua operação e de onde virão os recursos para o ressarcimento aos investidores e/ou financiadores.

Sob a ótica do interesse de empreendimentos de agricultura irrigada a serem desenvolvidos a partir do projeto, deve-se assegurar, também, no contexto do projeto e como requisito para a sua viabilidade, um conjunto amplo de ações integradas que contemplem as unidades de produção, de negócio, de gestão, de geopolítica, de perímetros e distritos de irrigação e de desenvolvimento (pólos regionais), mediante a elaboração de projetos estratégicos e operacionais de engenharia que, respeitando as características específicas de propósitos, recursos e sistemas, abranjam as seguintes temáticas:

– engenharia de produção agrícola (primária de matérias-primas);

– fortalecimento da gestão municipal e de organização de comunidades e de produtores;

– planos de negócios de produtos/*commodities* e de *marketing*;

– manejo ambiental e de ecoturismo em áreas de reserva permanente e de lazer/recreação;

– engenharia de obras de interesse coletivo (hidráulicas, viárias, de comunicação e de energia);

– capacitação de recursos humanos e de educação à distância; e

– acompanhamento e avaliação da gestão de empreendimentos públicos e privados.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, é fundamental que o conceito de revitalização da Bacia do Rio São Francisco seja discutido e claramente definido com urgência, para que se possa identificar quais as ações a serem realizadas com base em informações técnicas e não apenas em demandas dos Estados. O Programa de Revitalização deverá ser definido com a aprovação do Comitê da Bacia, com indicação clara das ações a serem realizadas, principais atores e executores e cronograma físico-financeiro para implementação.

Como é de nosso conhecimento, recursos foram destinados em 2004 para o programa, mas não foram desembolsados por falta de definição de estratégia e ação para sua aplicação.

Na verdade, a transposição é um projeto com duração de longo prazo – estima-se em 20 anos o período necessário para sua implantação –, o que ultrapassará cerca de 5 períodos governamentais, e de elevado custo financeiro, estimado em 6,5 bilhões de dólares, a ser inteiramente custeada pelos cofres públicos, em relação ao qual até mesmo a concepção técnica vem gerando discordâncias.

Trata-se, pois, de decisão que, depois de adotada, terá forte impacto sobre toda uma geração futura e que vai onerar o orçamento público. E isso bem no momento em que o País se vê envolto em uma crise fiscal, que vem submetendo a população brasileira, ano a ano, a imenso esforço de produção de superávit primário nas contas públicas, em detrimento dos investimentos necessários e indispensáveis à infra-estrutura básica, e o contingenciamento de recursos alocados pelo Congresso Nacional no seu mister de apreciação do Orçamento Geral da União.

É, portanto, uma decisão de natureza administrativa que extrapola, transcende, o período do PPA e os interesses de uma região para projetar seus efeitos sobre todo o País e toda uma geração.

É realmente impressionante como se toma uma decisão dessa natureza, que vai afetar toda a sociedade brasileira, diversas gerações, sem que se tenha discutido profundamente essa questão. Certamente, esse projeto vai implicar o desvio de recursos alocados em rubricas orçamentárias para beneficiar não apenas o Nordeste, mas diversas outras regiões do País, também merecedoras da atenção do Governo Federal.

Adotada a decisão, vários PPAs e vários LDOs e OGUs estarão, de pronto, parcialmente comprometidos na rubrica de investimentos, com a implantação do projeto, porque custo maior seria sua interrupção e transformação em obra inacabada, em esqueleto de proporções colossais que terá exaurido os cofres públicos de forma substancial, sem produzir os efeitos desejados.

Esse é o grande risco de se repetir projetos grandiosos já feitos neste País, como a Transamazônica e outros, que não levaram a nada, mas consumiram recursos públicos em grande quantidade, gerando inclusive endividamento externo na ocasião.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estou apresentando um projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a realização de plebiscito sobre

a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a ocorrer simultaneamente com as eleições gerais de 2006.

Não posso conceber que um projeto dessa natureza seja implementado sem que tenha sido consultada toda a população brasileira. Todos aqueles residentes nas diversas regiões do País têm o direito de opinar sobre um projeto que vai gastar recursos expressivos por um longo prazo, comprometendo o futuro das novas gerações.

Ainda é tempo de acordar, Presidente Lula! A obra que lhe foi vendida como "fantástica" e panacéia universal para os males de todo nordestino pode se transformar no caminho mais curto para um fim melancólico de seu Governo.

Muito obrigado.

**O SR. CLEONÂNCIO FONSECA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Feu Rosa) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CLEONÂNCIO FONSECA** (PP-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passei alguns dias afastado da Casa por motivo de saúde. Graças a Deus, hoje volto aos trabalhos normais da minha vida legislativa.

Sr. Presidente, nesta tarde, peço licença a V.Exa. para ler algumas declarações do Governador de Sergipe, João Alves Filho, a respeito da eleição vitoriosa do nosso correligionário do PP Deputado Severino Cavalcanti, publicadas em jornal de Aracaju:

> "Preconceito
>
> O Governador João Alves Filho (PFL) vê preconceito da imprensa do Sul e do Sudeste contra o Presidente da Câmara Federal, Deputado Severino Cavalcanti.
>
> Discriminação
>
> João Alves sai em defesa do presidente da Câmara.
>
> O governador de Sergipe, João Alves Filho (PFL), disse ontem que o novo presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti (PP PE), está sendo discriminado por ser nordestino e não ter curso superior. 'Entendo que o presidente Severino está sendo muito discriminado pela imprensa do Sul e do Sudeste. O que não se divulga é que a vitória de Severino está sendo aplaudida no Nordeste, porque ele é um defensor de uma correção das desigualdades regionais'.
>
> João Alves disse que, por constatar o 'preconceito', decidiu fazer uma visita de cortesia a Severino Cavalcanti para demonstrar o seu apoio. Ele também irá se reunir hoje com o presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL).
>
> Na avaliação do governador sergipano, não é a defesa do aumento salarial e de mais benefícios para os deputados que sustentam as críticas ao presidente da Câmara. 'Esta não é a essência do problema. Severino tem defeitos graves para alguns setores: é pobre, não tem diploma e é nordestino. Algo que o establishment vê como defeito grave', disse. 'O problema é que o presidente Lula, o vice-presidente da República (José Alencar) e o ex-presidente da Câmara também não têm estudo', complementou".

Todos eles, Sr. Presidente, exercem funções importantíssimas na Nação. O Presidente Lula é o primeiro mandatário da Nação.

Prossigo a leitura do artigo:

> "Para João Alves, Severino vai ajudar muito a desenvolver o Nordeste como presidente da Câmara, já que ele demonstra sensibilidade para os problemas da Região e deve dar prioridade aos projetos neste sentido que estão engavetados. 'O Nordeste tem projetos que estão parados há anos e que não são do interesse do governo federal. A Sudene mesmo é uma brincadeira de mau gosto', observou.
>
> O projeto que recria a Sudene já foi aprovado pela Câmara e está no Senado. O Relator, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) ainda não apresentou seu parecer porque aguarda as negociações no governo sobre os recursos que irão financiar a instituição. 'Severino é um porta-voz autorizado do Nordeste. É claro que ele não vai ter uma visão puramente regional, mas vai ter cuidado com as regiões pobres', comentou".

Sr. Presidente, depois de fazer a leitura dessa matéria com declarações do Governador de Sergipe, solicito a V.Exa. que mande publicar este pronunciamento nos vários órgãos de divulgação da Casa e que o oficie, com cópia, ao Presidente da Câmara.

Muito obrigado.

**O SR. BISMARCK MAIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Feu Rosa) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BISMARCK MAIA** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como representante do povo da minha boa terra, tenho estado preocupado, como toda a bancada do Ceará, com as últimas notícias que tenho lido na imprensa sobre

a decisão do Governo brasileiro, precisamente por intermédio da PETROBRAS, a respeito da localização da refinaria.

O Ceará teve oportunidade de, nesses últimos anos, a partir de 1987, fazer o dever de casa. Fizemos o ajuste fiscal quando ainda não era a tônica dos Governos, principalmente do Governo Federal, a questão da responsabilidade fiscal. Preparamos toda uma estrutura no Estado para que isso viesse a acontecer, e estamos surpresos com a possível decisão de essa refinaria ir para outro Estado, já que há alguns anos vimos trabalhando nessa questão.

Foi publicado um artigo do nosso Líder maior, o Senador Tasso Jereissati, sobre o posicionamento do Estado do Ceará a respeito dessa questão. Tendo sido feitas todas as obras de infra-estrutura necessárias para que essa refinaria lá se localizasse, é com bastante surpresa e preocupação que nós, representantes do Ceará e também o povo cearense, vemos a possibilidade de essa refinaria se instalar em outro Estado.

O artigo do Senador Tasso Jereissati deixa muito claro que fizemos o dever de casa, preparando toda a infra-estrutura necessária para que lá fossem instalados grandes equipamentos, assim como a própria refinaria. Ao longo desses últimos 8 anos, só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores brasileiros e senhoras brasileiras, foram construídos no Estado do Ceará mais de 2 mil quilômetros de estradas necessários a uma engenharia de tráfego que permitisse todo esse desenvolvimento que o Estado vem tendo.

Quanto à energia, conseguimos, com investimentos feitos no Governo Fernando Henrique, um linhão de transmissão oriundo de Paulo Afonso e de Tucuruí I e II que fez com que o Estado do Ceará passasse a ser 100% produtor da sua energia, ou seja, da energia necessária para se instalar, por exemplo, uma refinaria.

O gás é também importante para o processo de desenvolvimento do Ceará, como também duas usinas termelétricas e 478 quilômetros de tubulação de gás para chegar até o novo Porto de Pecém.

A refinaria pressupõe grande volume de água, mas não só água no seu território, como a perfeita engenharia de distribuição. E por intermédio do programa denominado Caminho das Águas, do Governo Tasso Jereissati, foram criados 516 quilômetros de adutoras, com interligação de todas as bacias do Estado, culminando com a chegada ao Porto de Pecém, programada para os próximos meses.

Quando ao Porto de Pecém, foi dada especial atenção à sua consolidação.

Vou ler artigo do Senador Tasso Jereissati, publicado pelo grande jornal cearense *O Povo*, veiculado na sexta-feira passada.

> "(...) Mais do que isso, concebemos o Pecém para ser o esteio de um grande e moderno complexo industrial, onde todas as infra-estruturas se conjugam: energia elétrica e térmica, adução de água, linhas de transmissão energética, gás natural, rodovias e ferrovias, telecomunicações e dados. Instalado numa área total de 330 quilômetros quadrados, o Pecém, sem exagero, nasceu com estrutura para ser "o coração do desenvolvimento da Região Nordeste", como tivemos oportunidade de afirmar na sua inauguração, em 2002. Além de ter capacidade para receber os maiores navios do mundo, o terminal foi projetado para movimentar cargas gerais e possui equipamentos específicos para o transporte de minério e de granéis líquidos e gases liquefeitos.
>
> O valor investido no Pecém, por si só, revela a dimensão desse empreendimento. Somando a parte portuária com toda a infra-estrutura adjacente – acessos rodoviários e ferroviários, água e energia – o montante aplicado é de US$1,32 bilhão. E essa conta não inclui, por exemplo, a barragem Castanhão (R$400 milhões) – que é o armazenamento maior de água no Estado do Ceará – e o Eixo de Integração (R$800 milhões), que foram implementados também com o intuito de dar suporte ao complexo industrial e portuário (...)".

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ceará fez o dever de casa, repito. Esperamos que a decisão político-administrativa da PETROBRAS seja embasada somente em critérios técnicos e que nuanças políticas não mudem a determinação de se melhor aproveitar os recursos públicos investidos pelo Governo Estadual. O Ceará, com muito sacrifício, junto com o próprio Governo Federal, pretendem que a PETROBRAS, em parceria com outras unidades estrangeiras, instale uma refinaria que produza os melhores efeitos para a região não só no que diz respeito ao aspecto social, mas também à boa utilização dos recursos públicos.

É bom lembrar à Nação que o Ceará, com enorme sacrifício, pois se trata de um dos Estados mais pobres da Federação, fez seu dever de casa, repito, deu condições para que o desenvolvimento acontecesse por meio de investimentos do porte de uma refinaria e de uma siderúrgica que lá estão sendo instaladas.

O Governo resolveu o problema do gás, construímos estradas, houve interligação de bacias, usando-se engenharia de distribuição das águas, mas não é justo que sejam postas quaisquer nuanças que não sejam técnicas para a implantação dessa refinaria que o povo cearense merece e deseja.

Muito obrigado.

*O Sr. Feu Rosa, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cleonâncio Fonseca, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Madeira, do PSDB do Maranhão. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

**O SR. SEBASTIÃO MADEIRA** (PSDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de abordar o tema que desenvolverei neste Grande Expediente, registro que na última sexta-feira, 25 de fevereiro, esteve em Imperatriz o Governador José Reinaldo Tavares, acompanhado de vários Deputados Federais e Estaduais, do Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, Deputado João Evangelista, do Governador do Tocantins, Sr. Marcelo Miranda, do Secretário de Obras do Estado de Tocantins, Sr. Brito Miranda, do Deputado Ronaldo Dimas, Presidente da Assembléia Legislativa do Tocantins, de grande parte das lideranças da cidade e da região, área de influência da cidade de Imperatriz.

Nesse momento, o Governador José Reinaldo Tavares lançou o edital de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, que liga os Estados do Maranhão e Tocantins. A projeção de custo é de 100 milhões de reais. Essa obra é de fundamental importância para a integração da parte ocidental do Maranhão, do norte do Tocantins e do sul do Pará.

O evento contou com integral apoio da população, que ficou muito animada, uma vez que a obra vai trazer muitos benefícios não só durante a construção, cerca de mil empregos diretos, mas também depois, com a integração dos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará.

Por outro lado, próximo a Imperatriz, na cidade de Estreito, a 130 quilômetros, também há expectativa do início de obra de grande porte, a construção da Hidrelétrica de Estreito, investimento para gerar cerca de 1.100 megawatts, com estimativa de custo de 2 bilhões de reais. Essas notícias dão perspectiva muito boa para a economia dos Estados do Maranhão e Tocantins.

Gostaria também de abordar alguns pontos sobre o Governo. Por coincidência, na semana passada, o Presidente Lula, em um de seus inúmeros discursos, afirmou que seu governo ainda não começou; está apenas ensaiando. E nós, da Oposição, ficamos com medo, porque, se antes de começar, S.Exa. já cometeu tantas trapalhadas e tantos erros, o que diremos quando ele começar?

Gostaria de enumerar alguns desses pontos.

A tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo recebeu integral repúdio da imprensa e da sociedade, porque um país precisa do seu quarto poder e uma sociedade democrática precisa da imprensa livre, sem mordaças.

A criação desse famigerado conselho foi interpretada pela sociedade brasileira, pela esmagadora maioria dos jornalistas e dos órgãos de imprensa como tentativa de amordaçar a liberdade de imprensa. Felizmente, como estamos hoje em uma democracia, com a sociedade civil organizada, a reação foi tão forte que o Presidente da República recuou.

Quanto ao Fome Zero, o grande programa lançado pelo Presidente Lula antes do início de seu governo, muita gente acha que esse excepcional programa de **marketing** foi inspirado pelo marqueteiro Duda Mendonça. Esse projeto desapareceu do mapa, passou por muitas mãos, criou inúmeros cargos para os petistas e tem sido alvo de muitas denúncias.

Desta tribuna, muitas vezes denunciamos plano de cooperação técnica do Ministério que cuidava do Fome Zero com a UNESCO de 26 milhões de reais para capacitação dos comitês gestores e implantação do referido programa. Os comitês foram vetados no projeto de lei de conversão do qual fui Relator. Esse projeto de lei de conversão foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado, mas foi vetada pelo Presidente a criação dos comitês gestores, o que originou a ocorrência de fraudes, denunciadas pela imprensa de vez em quando. Muitas pessoas que precisam receber ajuda compensatória não a recebem e as que não precisam recebem, o que evidencia a falta de controle social do programa.

Pois bem. O Governo pagou 26 milhões à UNESCO para capacitação desses comitês e para implantação do programa. No fim tudo virou fumaça, inclusive os 26 milhões.

O Programa Primeiro Emprego – outro improviso do Governo Lula – não gerou emprego e agora reapareceu, depois de se criarem muitos cargos para companheiros petistas, com novo nome: Pró-Jovem. Foi a oportunidade de mais uma festa de inauguração, mais uma oportunidade de o Presidente Lula fazer promessas e mais um de seus polêmicos discursos.

A pretendida reforma universitária é uma provocação aos professores, aos intelectuais e principalmente aos jovens.

O fracasso da reforma agrária. O Presidente Lula prometeu muito e assentou menos do que o Governo do PSDB, tão atacado, tão vilipendiado pelos petistas durante 8 anos. Agora, eles dão a famosa desculpa de que receberam uma herança maldita.

A violência no campo praticamente dobrou comparada ao mesmo período do Governo Fernando Henrique Cardoso. Estamos vendo a cada dia os resultados da falta de compromisso do Presidente Lula e do seu partido. Eles enganaram os trabalhadores e o povo brasileiro, estimularam o MST e agora, passados mais de 50% do mandato de governo, não conseguem fazer nem aquilo que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso fez em sua política de reforma agrária. E estamos assistindo à explosão da violência no campo nas cidades do Pará e de outras regiões do País.

A política ambiental não funciona, só provoca desilusão. O desmatamento na Amazônia aumenta ano a ano. O Presidente Lula faz reunião com seus Ministros, faz anúncios, mas resultado que é bom, nada. Não é só isso. O Governo Lula é especialista em conversar muito e fazer pouco. No meio ambiente temos um nó difícil de desatar, que prejudica o País.

Grandes projetos de produção de energia hidrelétrica estão parados porque o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA não atam nem desatam, não dão parecer definitivo de que não se pode implementar determinado projeto, por conta do impacto ao meio ambiente, tampouco dão autorização para sua construção.

Na divisa do Maranhão com o Tocantins, a Hidrelétrica de Estreito, cuja licitação e consórcio já foram feitos, está parada. As empresas têm os recursos para a obra, foram feitas audiências públicas há cerca de 3 anos, mas nunca foi concedida nem negada a autorização. Por fim, o IBAMA exigiu novas audiências, realizadas nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Sabe Deus quando acabará esse impasse!

Temos uma política ambiental que não impede que o País seja devastado, por outro lado, impede que projetos de produção de energia, necessários ao País, não sejam iniciados.

A especialidade do Governo Lula é a de conversar muito e fazer pouco. Mas vamos em frente. O Presidente Lula disse que ainda não começou o Governo, está apenas ensaiando. Se já existe tanto desatino com o ensaio, nosso medo é quando ele começar!

Há falta de remédios contra a AIDS. Falava-se em herança maldita do Governo FHC. Se há algo que não se pode dizer é que houve herança maldita na saúde. Se existe um ato do Governo Fernando Henrique Cardoso louvado em todo o mundo foi a política de combate da AIDS. No entanto, foi o próprio Presidente Lula que recebeu o prêmio internacional, por meio do seu Ministro da Saúde, no início de seu governo. O excepcional trabalho foi feito pelo então Ministro José Serra, que, numa conferência em Doha, conseguiu inclusive o recuo das grandes multinacionais da indústria farmacêutica.

O avanço foi tão grande que aquelas estimativas catastróficas, apocalípticas, sobre o avanço da AIDS no Brasil não se confirmaram. E o Governo Lula, por intermédio de seu Ministro Humberto Costa, conseguiu também desorganizar esse setor. Há poucos dias, o País teve que se socorrer com a Argentina, para importar de emergência medicamentos necessários aos indivíduos que têm AIDS, que estavam sem receber o coquetel, por absoluta incúria, descaso e incompetência do Ministério da Saúde, que não fez a encomenda em tempo hábil.

Deputado Wagner Lago, V.Exa. é do PP, partido de coalizão do Governo Lula, que, na legítima negociação política, indicou um dos diretores para o Ministério da Saúde. O Ministro da Saúde, para boicotar seu auxiliar, que não foi escolhido por ele, impediu que fossem feitas as encomendas dos medicamentos necessários, prejudicando assim os indivíduos infectados pela AIDS. Esta, sim, será uma herança maldita deixada pelo Governo Lula!

A AIDS possui alta letalidade. Trata-se de um vírus que destrói o sistema imunológico. Ao ser interrompido o tratamento do cidadão que está recebendo o coquetel – sou médico, posso falar sobre isso com autoridade –, o vírus fica mais fortalecido e pode destruir o organismo. Então, milhares de brasileiros que não receberam o medicamento adequado, por incúria, por uma luta política intestina no Ministério da Saúde do Governo Lula, morrerão ou perderão parte de sua vida útil. Esta, sim, será uma herança maldita e maligna!

Ainda há mais na área da saúde. As farmácias populares vendem remédios que deveriam ser distribuídos pelo SUS.

A inauguração de obras inacabadas, como a do discurso de campanha da Marta Suplicy, em São Paulo, que alagou no dia seguinte à primeira chuva. O novo Prefeito teve de interditar a obra, que precisa ser refeita.

E a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, inversamente proporcional ao aumento de renda dos banqueiros. Por falar em bancos, vimos na imprensa que os bancos brasileiros tiveram o maior lucro da história, retirado da população, por meio de juros extorsivos.

O Governo parece sofrer de catatonia. Do mesmo modo que se sabe que daqui a algumas horas o

sol vai sumir no horizonte e amanhã, ressurgirá novamente, no Governo Lula, sabemos que a taxa de juros vai aumentar em 0,5%, e que vai retirar da economia mais 2,5 bilhões de reais.

Tudo isso leva a um episódio que envergonha o Brasil: os mais despossuídos, os mais frágeis, aqueles sem a menor proteção, como a população indígena, são os primeiros que pagam a conta. Ontem, mais uma criança das aldeias da região de Dourados, uma das áreas mais ricas do Brasil, morreu de fome, juntando-se a outras que também morreram neste ano.

O retrocesso na qualidade de vida da população indígena brasileira no Governo Lula não é conversa de oposição, mas fato registrado a todo momento pela imprensa, que, aliás, tem enorme boa vontade com o Presidente da República, mas não pode negar-se a mostrar o óbvio: crianças indígenas morrendo de fome pelo Brasil afora. É de fazer qualquer brasileiro morrer de vergonha um fato desses. Em compensação, aqui existem tarifas escorchantes e as mais elevadas taxas de juros do planeta, os bancos tiveram os maiores lucros da história.

Pergunto: onde estão os compromissos daquele Lula que percorreu o Brasil, tal qual Antonio Conselheiro?

As pessoas tinham tanta esperança e confiança em S.Exa. que, se conseguissem um pedacinho da sua camisa, faziam chá para que obrasse milagre. O mesmo Lula deixa crianças indígenas morrerem de fome, profere discursos que fazem o Brasil mergulhar em crise; o mesmo Lula esqueceu seu compromisso com os mais humildes.

S.Exa. confessou, quinta-feira, em Vitória, Espírito Santo, ter sido informado de corrupção na administração Fernando Henrique Cardoso e se mantido calado, em nome do resguardo de informação, que, se divulgada, poderia, ao juízo presidencial, prejudicar o País, ferindo de morte o art. 37 da Constituição Federal, relativo à administração pública, que determina, quanto ao seu funcionamento, obediência às regras, pautadas pelos princípios da legalidade.

Se foi informado de atos de corrupção, o Presidente Lula não tinha outro caminho que não mandar apurá-los imediatamente. Não acontecendo, cometeu crime.

Vamos partir do princípio: seu próprio auxiliar, o ex-Presidente do BNDES, Carlos Lessa, disse que não foi bem assim. Não sei o que é mais grave: um Presidente da República que acoberta corrupção ou um que não diz a verdade. Existem duas vertentes nessa história: ou acobertou corrupção ou está faltando com a verdade.

Por isso, o PSDB entrou com representação na Câmara dos Deputados. Encontra-se presente o Secretário-Geral do nosso partido, que está providenciando para hoje ou amanhã representação também no Supremo Tribunal Federal para que o Presidente Lula esclareça essa história. Seja qual for a versão, vai deixar S.Exa. muito desconfortável.

O Presidente Lula disse, semana passada, que se trata apenas de um ensaio, que o Governo ainda não começou. Que Deus nos proteja se este Governo começar.

Muito obrigado.

**O SR. BISMARCK MAIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BISMARCK MAIA** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz há pouco discurso sobre uma refinaria. Peço a V.Exa. que seja registrado nos Anais e divulgado nos meios de comunicação da Casa artigo a que fiz referência, do Senador Tasso Jereissati, publicado no jornal *O Povo*, de sexta-feira passada.

Muito obrigado.

*ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR*

**A INFRA-ESTRUTURA PARA A REFINARIA**

Tasso Jereissati
25 Fevereiro 04h26min 2005

O País precisa ser repensado efetivamente como uma Federação, a partir de um projeto de desenvolvimento de visão abrangente O governo Lula precisa deixar claro para toda a sociedade quais são os critérios que norteiam uma decisão tão significativa para o pais

Há décadas o Ceará acalenta o projeto de sediar uma refinaria. E, nos últimos anos.

a demanda de mercado por derivados de petróleo sinalizou que era o momento de preparar o terreno para abrigar um investimento desse porte. O governo cearense mobilizou então seus melhores técnicos e contratou consultorias para analisar o que faltava para dar suporte a um projeto dessa magnitude. As conclusões desses especialistas indicaram a necessidade de um investimento arrojado em logística e infra-estrutura.

Num esforço gigantesco para um Estado pobre, construímos em tempo recorde uma série de equipamentos que melhoraram a vida dos cearenses, aumentaram a competitividade da economia local e, ao mesmo tempo, supriram as carências que tínhamos para abrigar um projeto grandioso como o da refinaria. Nos últimos cinco anos, por exemplo, construímos 2 mil e 100 quilômetros de estradas asfaltadas. Também asseguramos o reforço e a ampliação das linhas de

transmissão de energia elétrica e consolidamos importantes investimentos em fornecimento de gás natural para a região metropolitana.

Na parte de transportes, o Ceará também direcionou US$ 69 milhões para a viabilizaçáo de um moderno aeroporto, que recebe cerca de 2,5 milhões de passageiros/ano. Além disso, vem trabalhando intensamente para viabilizar a Ferrovia Transnordestina, cujo traçado prevê a interligação com o principal terminal portuário do Ceará. Recentemente o Estado também passou a contar com o "línhão" de transmissão de energia de Banabuiú; a transformação de duas linhas de Paulo Afonso (de 230 KV) em uma de 500 KV; os ramais Tucurui I e II (este de 500 KV e ainda em construção); e duas usinas térmicas a gás com capacidade para produzir 570 MW, o equivalente á metade da demanda elétrica estadual.

Somente na infra-estrutura elétrica e nos gasodutos, os investimentos totalizam US$ 968 milhões. Na área de gás natural, por exemplo, a região metropolitana de Fortaleza passou a dispor desse insumo por meio da interligação com as fontes produtoras de Paracuru (CE) e Guamaré (RN), através de uma rede que soma 478 quilômetros de extensão – a partir da qual a Companhia de Gás do Ceará (Cegás) consolidou outros 196 quilômetros de ramais de distribuição de gás natural.

No que se refere à energia, em poucos anos passamos de Estado 100% importador para produtor – e com possibilidade real de tornar-se exportador. Além disso, com os investimentos no setor, o Estado não só ampliou substancialmente o estoque de energia disponível como se integrou ao sistema elétrico brasileiro – o que assegura confiabilidade em termos de oferta e uma energia de maior qualidade, menos sujeita a oscilações.

Outro conjunto de medidas significativas dentro desses esforço de suporte ao desenvolvimento ocorreu nos recursos hidricos. A perspectiva de instalação da refinaria levou o governo a consolidar o projeto Caminho das Águas – um sistema concebido mediante a interligação de bacias, com o fim de garantir o fornecimento de água para qualquer projeto de desenvolvimento que se instale no Estado. Em termos de infra-estrutura hidríca, foi possível concluir 516 quilômetros de adutoras, entre 1996 e 2002, sem incluir a perenização de trechos de rios e a construção da barragem Castanhão – além do trecho inicial do Canal da Integração, obra cujas várias etapas têm um orçamento próximo a R$ 800 milhões.

Foi dada atenção especial à consolidação de um novo porto. Mais do que isso, concebemos o Pecém para ser o esteio de um grande e moderno complexo industrial, onde todas as infra-estruturas se conjugam: energia elétrica e térmica, adução de água, linhas de transmissão energética, gás natural, rodovias e ferrovias, telecomunicações e dados. Instalado numa área total de 330 quilômetros quadrados, o Pecém, sem exagero, nasceu com estrutura para ser "o coração do desenvolvimento da região Nordeste, como tivemos oportunidade de afirmar na sua inauguração, em 2002. Além de ter capacidade para receber os maiores navios do mundo, o terminal foi projetado para movimentar cargas gerais e possui equipamentos específicos para o transporte de minério e de granéis líquidos e gases liquefeitos.

O valor investido no Recém, por si só, revela a dimensão desse empreendimento. Somando a parte portuária com toda a infra-estrutura adjacente – acessos rodoviários e ferroviários, água e energia – o montante aplicado é de US$ 1,32 bilhão. E essa conta não inclui, por exemplo, a barragem Castanhão (R$ 400 milhões) e o Eixo da Integração (R$ 800 milhões), que foram implementados também com o intuito de dar suporte ao complexo industrial e portuário.

Além de grandioso e arrojado, o complexo do Pecém tem a vantagem de estar a 50 quilômetros de Fortaleza, a quinta maior capital do país, uma cidade moderna e bem servida em termos de serviços – universidades, hospitais, meios de hospedagem, centros de compras e lazer e redes de comunicação. Uma estrutura, aliás, que se qualificou bastante em função da perspectiva de atrair a refinaria. As universidades deram maior atenção aos cursos na área de química e engenharia especificamente voltadas para o setor de petróleo e derivados.

Não só a capital cearense, mas os municípios próximos ao Recém receberam atenção em decorrência do projeto da refinaria. Em São Gonçalo do Amarante e Caucaia os territórios foram requalificados, em termos de abastecimento de água, saneamento, eletrificação, acessos rodoviários e desenvolvimento urbano. Nenhum aspecto relacionado à logística ou a qualificação humana deixou de ser devidamente pensado e trabalhado. E continuamos avançando na capacitação técnica para sediar a refinaria.

Quando a Petrobrás sugeriu que só tocaria o projeto em parceria com outro grande investidor, apresentamos o grupo árabe Saudi Aramco – um investidor com larga experiência no ramo, credibilidade inequívoca no mercado mundial e disposição para tocar até 100% da refinaria com seu próprio dinheiro, caso necessário.

No *final* desse imenso trabalho de investimentos em logística e negociação com grandes investidores, tínhamos a sensação do dever cumprido. Estávamos

convictos de que se a refinaria não viesse para o Estado, não seria por omissão dos cearenses e do seu governo. Pelo aspecto técnico, estávamos prontos para o desafio e bem adiante de alguns Estados da região. Apesar disso, nos últimos meses, temos nos preocupado muito com condução das discussões sobre a construção de uma refinaria. A Petrobras tem dado sinalizações contraditórias sobre o projeto, postura que abre espaço para dúvidas e polémicas desgastantes.

Ao mesmo tempo em que a Petrobras diz que a demanda nacionar não justifica a construção de uma refinaria, ela investe R$ 8 bilhões para ampliar a capacidade de produção de antigas unidades de refino instaladas no Rio de Janeiro e em São Paulo, segundo fonte do próprio governo federal. E no mesmo instante em que nos sugere procurar parceiros para o investimento, a Petrobras se aventura numa negociação com a estatal venezuelana de Petróleo (PDVSA). E embora alegando que os critérios de definição do projeto serão técnicos, a empresa permite que ingerências políticas ponham em xeque seu próprio discurso.

Certamente não nos consideramos os únicos merecedores de uma nova refinaria, Mas todo esse esforço do povo cearense não pode acabar num jogo de cartas marcadas. Não se pode tocar com tamanha insensibilidade um assunto tão importante para o Brasil e, especialmente, para o Nordeste – carente de políticas consistentes de desenvolvimento econômico e redução do atraso e da pobreza.

O governo do presidente Lula precisa deixar claro para toda a sociedade quais são os critérios que norteiam uma decisão tão significativa para o país. Dizer com firmeza que não vai permitir que interesses mesquinhos prevaleçam sobre conceitos técnicos. Como já dissemos, o Ceará não se considera o único merecedor de um projeto desse porte. Mas duas questões precisam ser analisadas com a devida seriedade.

A primeira é o expressivo gasto público feito por um Estado pobre, boa parte com recursos federais, para qualificar o território para receber e~e projeto. Isso não pode ser simplesmente desconsiderado, afinal o Pais precisa ser repensado efetivamente como uma Federação, a partir de um projeto de desenvolvimento de visão abrangente, que não sucumba á tentação dos interesses imediatos e das circunstâncias políticas do momento. Finalmente, há que se levar em conta o quanto significa para o Ceará um projeto dessa envergadura, capaz de atrair outras indústrias e criar um pólo petroquimico no Recém.

Para um Estado com mais de 90% do seu território no semi-árido e que, historicamente, assistiu às estiagens alimentarem um ciclo de pobreza e misérias, o projeto seria um marco, teria força de conferir imensa inflexão socio econômica ao Ceará. Não vemos, portanto, a refinaria como um fim em si mesma. Trata-se, na verdade, de uma oportunidade impar de resgatar uma divida social com quase 8 milhões de cearenses.

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Concedo a palavra ao Deputado Wagner Lago, do PP do Maranhão. S.Exa. disporá de 25 minutos para o seu pronunciamento.

***DISCURSO DO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.***

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

**Ato da Presidência**

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais, resolve, excepcionalmente, prorrogar, por 5 (cinco) sessões, o prazo para recebimento de emendas, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências".

**Publique-se.**

Brasília, 28 de fevereiro de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Feu Rosa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

***DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.***

**O SR. PRESIDENTE** (Cleonâncio Fonseca) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides, veterano nesta Casa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

Deputado Mauro Benevides, antes de V.Exa. iniciar seu pronunciamento, passo a Presidência ao Deputado Geraldo Resende.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB –CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento igualmente o nobre Deputado Geraldo Resende. Como titular da Mesa, S.Exa. mereceu o meu modesto sufrágio na eleição para os dirigentes desta Casa, o que fiz com plena consciência de que a escolha era acertada. Saúdo, portanto, a presença de S.Exa., que sucede

ao nosso colega Cleonâncio Fonseca na direção dos trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, a bancada do nosso Estado no Congresso Nacional manteve audiência com a Ministra Dilma Rousseff, titular da pasta de Minas e Energia, ocasião em que o Governador Lúcio Alcântara fez ampla exposição sobre a instalação de uma refinaria em nosso território, pleito defendido nestes 30 anos pelas mais expressivas lideranças políticas, empresariais e comunitárias, com o apoio indiscrepante de todos os nossos segmentos sociais e ampla cobertura da mídia.

Recorde-se de que circulou a versão segundo a qual a administração federal inclinara-se por outra unidade federada, fato que teria ocorrido durante a recente visita do Chefe da Nação ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, dando lugar a que, sob estupefação, a nossa representação, numa postura suprapartidária, obtivesse entrevista com a titular daquele órgão, a fim de que fosse esclarecida a declaração a ela atribuída que ganhou espaços na Internet e em outros instrumentos de comunicação.

Ao historiar a luta empreendida pelo Ceará para assegurar a importante obra, o Chefe do Executivo cearense alinhou fundamentação histórica que aponta para o preparo de infra-estrutura adequada e tecnicamente irrepreensível, o que nos situa em posição excepcional no contexto do Nordeste brasileiro.

Naquele ensejo, foi mencionado o fato de que entre 1996 e 2004 investimos cerca de 7 bilhões de reais em obras de infra-estrutura, destinadas a abrigar o Pólo Petroquímico, de conformidade com entendimentos entre o Brasil e a Venezuela.

Mencione-se, por oportuno, que o Complexo Portuário do Pecém apresenta-se como o de menor custo para distribuir e armazenar o petróleo e seus derivados, com relação aos outros portos localizados no chamado Polígono das Secas.

Não será demais relembrar que a refinaria garantirá um acréscimo de 20% no Produto Interno Bruto cearense, podendo gerar 4 milhões e 700 mil empregos, num expressivo potencial de absorção de nossa mão-de-obra trabalhadora, implicando significativa contribuição ao nosso crescimento social e econômico.

Vale reenfatizar que a Ministra Dilma Rousseff mostrou ser conhecedora de nossa magnífica posição neste *ranking* competitivo, embora Maranhão e Pernambuco também se enquadrem nos parâmetros básicos, indispensáveis à efetivação do portentoso cometimento.

Recentemente, o economista Cláudio Ferreira Lima, em entrevista concedida à imprensa cearense, pôs em evidência as razões que podem justificar, cabalmente, a preferência pelo Ceará, acostando informes técnicos, de plena viabilização para um sonho acalentado por algumas gerações de conterrâneos nossos.

Já destaquei, neste mesmo plenário, em ocasião anterior, que, ainda como Senador da República e juntamente com os colegas Virgílio Távora e Wilson Gonçalves, fizemos entrega ao Presidente Ernesto Geisel de memorial a respeito dessa palpitante temática, em audiência assistida também pelo então Secretário Particular do Primeiro Mandatário, Humberto Esmeraldo Barreto, com pleno apoio do Governador do Ceará, Adauto Bezerra.

Todos os nossos conterrâneos, por suas entidades mais expressivas, partilham dessa cruzada, na expectativa de que, nos próximos 6 meses, seja conhecida a deliberação oficial, inserindo o Ceará como o que reúne melhores condições para a implantação da almejada refinaria.

É isso o que espera a nossa gente, unissonamente, nesta fase que antecede o *veredictum* da União, por intermédio daquele Ministério!

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Resende) – Deputado Mauro Benevides, ex-Senador da República, pessoa que conheço desde a época estudantil, na Universidade Federal do Ceará, agradeço a V.Exa. o apoio a nossa caminhada rumo à suplência da Mesa Diretora.

Também me associo à preocupação de V.Exa. com a destinação da refinaria. O Governo vai definir o Estado em que a refinaria deverá ser instalada, e o Ceará faz jus aos encaminhamentos desse pleito.

*Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Cleonâncio Fonseca, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Resende, 3º Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Resende) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente apresento requerimento à Mesa em que solicito seja transcrita nos Anais da Casa a seguinte matéria, publicada na revista Carta Capital desta semana: A razão do Estado. Educação. O Governo propõe regular o ensino universitário e contraria os interesses de poderosos grupos privados do setor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou referirme também a fatos que ocorrem no País. A Oposição, que tem o direito de exercer na plenitude o seu papel, “bate” de todos os jeitos. Procura desqualificar a ação do Governo através de declarações na imprensa escrita e falada. Muitos estão chamando a Oposição de

"opoposição", fazendo uma referência a Popó, aquele lutador de boxe que bate para todos lados, mas, às vezes, cai, como ocorreu algumas vezes. A "opoposição" quer antecipar a campanha eleitoral de 2006 trazendo para agora a disputa eleitoral.

A acusação de que nosso Presidente está encobrindo corrupção e não quer dizer a verdade não procede. Tanto é que em nosso País nunca aconteceram tantas operações para desbaratar gangues, para prender criminosos de colarinho branco, para levar às barras da Justiça gente que fraudava e sonegava impostos, pessoas ligadas ao crime organizado, ao tráfico de armas e ao de drogas.

No ano passado a Polícia Federal realizou 37 operações, que contaram com a participação do serviço de inteligência, a fim de fazer com que o País consiga vencer essa chaga responsável pela dilapidação, pela destruição do patrimônio público e acabar com o ralo pelo qual muitas vezes o dinheiro público é desviado.

Nosso Presidente da República está no caminho certo, está agindo corretamente. Basta dizer que S.Exa. determinou a apuração de todas as denúncias de corrupção que chegaram a seu conhecimento. Não se pode dizer que este Governo não tem opção de combate à corrupção.

Como disse o Ministro Márcio Thomaz Bastos, muita gente pensa que a corrupção cresceu, mas o que cresceu foi o combate a esse tipo de atividade criminosa, motivo pelo qual se divulgam mais casos.

A população acredita neste Governo. Quando se realiza pesquisa de opinião para verificar o apoio ao Governo e ao Presidente, a referência ao companheiro Lula é muito grande.

Há ação do Governo contra o crime organizado, contra fraudes, sonegação, lavagem de dinheiro. E o nosso Presidente, por intermédio do Ministério da Justiça, encaminhou projeto a esta Casa para acabar de vez com a lavagem de dinheiro, um grande ralo existente neste País, como fez a Itália. A Itália combateu a máfia e o terrorismo com uma legislação própria. Por exemplo, aquele que estava ligado ao crime organizado, quando preso, tinha seus bens confiscados. Eles deveriam ter o ônus da prova, provar que seus bens foram conseguidos por meio legal. Caso contrário, esses bens eram destinados a campanhas contra o crime organizado, a investimentos em áreas importantes para a vida do povo daquela nação. Isso com certeza deverá acontecer no Brasil, se for aprovado o projeto de lei que trata da lavagem de dinheiro em nosso País.

Mas não satisfeito em "bater" no nosso Presidente, todo dia há um alvo. Na semana passada, foi o Ministro da Saúde, Humberto Costa, que realiza um ótimo trabalho. No entanto, até aliados do Governo querem denegrir a sua imagem ao dizer que ele não está fazendo com que a saúde seja um direito de todo brasileiro. O Ministro Humberto Costa tomou as devidas providências com relação às denúncias que recebeu. Além disso, ampliou os programas da saúde. Hoje há mais equipes do Programa Saúde da Família e equipes odontológicas. Enfim, temos a alegria de ter em nosso Governo o Ministro Humberto Costa.

Estão tentando desqualificá-lo, dar-lhe uma rasteira. Estão querendo debilitá-lo, para que sejam encontradas razões para a sua saída do Ministério. O Ministro Humberto Costa tem todo o apoio e o reconhecimento da bancada do Partido dos Trabalhadores. Ele está implantando política de governo para a saúde e deve, sim, permanecer no Ministério. Por isso, manifestamos solidariedade e apoio ao nosso companheiro.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Oposição "bate" na FUNASA. Faz isso após um fato acontecido numa aldeia indígena em Mato Grosso do Sul, onde 4 crianças morreram vítimas de desnutrição. O Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA realizam uma ação importantíssima. Isso é tão correto que muitas emendas de Parlamentares são alocadas para a Fundação Nacional de Saúde, porque eles percebem que os recursos que vão para a FUNASA são aplicados na melhoria das condições de saúde e de vida da população. É um trabalho que tem sido feito pelo Dr. Valdi Camarcio e sua equipe e tem o nosso apoio.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para ler tópicos da Nota Técnica nº 28/GAB/DESAI, de 31 de janeiro de 2005:

> "Ações da FUNASA com parceiros do Governo Federal, Estadual, Municipal e conveniada reduzem a desnutrição entre povos indígenas do Mato Grosso do Sul.
>
> (...) Os dados da Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) da FUNASA no Mato Grosso do Sul, mostram que entre 2003 e 2004 houve redução da desnutrição em crianças menores de 5 anos. Para a classificação nutricional dessa faixa etária a FUNASA utiliza os critérios recomendados pelo Ministério da Saúde. Segundo estes critérios, em 2003, 15% das crianças avaliadas apresentavam desnutrição e 16% estavam em risco nutricional. Estes percentuais caíram em 2004 para 12% de casos de desnutrição e 15% de risco nutricional. Este último são crianças que ainda não apresentam desnutrição, mas que já precisam de atenção por parte das equipes de saúde e dos cuidados familiares e da comunidade. (...)

O acompanhamento é realizado pelas equipes multidisciplinares de saúde indígena, que mensalmente pesam as crianças, avaliando se estão com peso adequado para a idade. As famílias das crianças com peso inadequado para a idade são aconselhadas quanto a práticas alimentares saudáveis, como por exemplo, o incentivo ao aleitamento materno, e recebem suplementação alimentar conforme o caso. É a ação de vigilância sobre o estado nutricional das crianças que capta os casos de risco para uma atuação diferenciada, evitando o aumento dos casos graves. (...)

Os casos graves identificados são encaminhados para assistência especializada, como o Centro de Recuperação Nutricional-Missão Kaiowá de Dourados, credenciado no SUS, tecnicamente gerenciado pelo convênio FUNASA-Missão Kaiowá e referência para o tratamento de desnutridos graves indígenas de todo o Estado. Este recebe de fora do município de Dourados a ampla maioria dos casos internados em 2004. Este Centro foi credenciado pela FUNASA para receber, mensalmente, o Incentivo de Apoio a Atenção aos Povos Indígenas (IAPI) do Ministério da Saúde, em 2004 totalizando o valor de R$189.456,00 (cento e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinqüenta e seis reais). Em 2004, este Centro recebeu R$200 mil de investimento em obras e equipamentos na sua revitalização pelo Programa Fome Zero. Desde a sua instalação, vem contribuindo para a redução do número de óbitos que tem a desnutrição como causa básica. Em 2004, ano que concluiu-se a sua revitalização, obteve-se a menor taxa de óbitos por desnutrição, 4 óbitos em 2004 contra 17 óbitos no ano de instalação do Centro, a menor taxa média de permanência de crianças internadas (...).”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo, por meio da FUNASA, tem tomado todas as medidas necessárias para combater a desnutrição infantil. Não é por causa da morte de 4 pessoas que a Oposição desqualificará o trabalho realizado pela FUNASA no seu Departamento de Saúde Indígena.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** – No momento em que V.Exa. enaltece o trabalho levado a efeito pela FUNASA, que todos reconhecemos, sobretudo na apreciação detida em torno dos índices nutricionais de Mato Grosso no atendimento à população indígena, cabe-nos louvar a atuação dos técnicos da Fundação Nacional de Saúde, particularmente do Dr. Valdi Bezerra. Sou solidário com a exposição de V.Exa., que projeta a ação multidisciplinar levada a efeito pelas equipes da FUNASA. Permito-me utilizar o pronunciamento de V.Exa. para dirigir apelo ao Dr. Valdi, no sentido de que privilegie as postulações especialmente do Ceará e do Nordeste, que representamos, e assegure a liberação dos recursos que desde o ano passado estão em regime de contingenciamento ou sob retenção da diretoria da FUNASA. Tenho certeza de que, ao nos ouvir, muito mais a V.Exa. do que a mim, já que sua retrospectiva eleva e projeta a imagem da FUNASA no contexto da Administração Pública Federal, o Dr. Valdi mandará localizar os processos de interesse da FUNASA no Estado do Ceará e liberar os recursos, a fim de que nós, que integramos este País em desenvolvimento, sejamos favorecidos com a ação profícua e fecunda daquele órgão que integra a estrutura do Governo Federal. Ao louvar a posição de V.Exa., faço esse apelo ao Dr. Valdi Bezerra, Presidente da FUNASA.

**O SR. LUIZ COUTO** – Com certeza, Deputado Mauro Benevides, o Dr. Valdi e os Superintendentes da FUNASA nos Estados têm feito o devido repasse de recursos para as Prefeituras e Estados. Esperamos que haja cada vez mais possibilidades de investimento em áreas tão importantes para a saúde da nossa população.

**O Sr. Mauro Benevides** – V.Exa. me permite fazer mais uma breve intervenção?

**O SR. LUIZ COUTO** – Pois não.

**O Sr. Mauro Benevides** – Ainda nesta sessão, reportei-me aos cortes orçamentários, que atingiram 16 bilhões de reais do Orçamento da União, nulificando, portanto, o esforço aqui empreendido. Vamos fazer um apelo ao Governo, no sentido de que, se alguma verba da FUNASA integrou o elenco desse contingenciamento, autorize a liberação dos recursos, fundamentais, sob múltiplos aspectos, para a vida do povo brasileiro.

**O SR. LUIZ COUTO** – Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, a FUNASA, em 2004, com base em convênio com a Missão Kaiowá, repassou R$4.193.816,30 para ações complementares de saúde em Mato Grosso do Sul. O valor pactuado no mesmo convênio para 2005 foi de R$7.180,399,83.

Para as chamadas ações intersetoriais conjuntas, foram firmadas parcerias entre a FUNASA e o Governo do Estado, para suplementação nutricional, com fornecimento de leite em pó integral a todos as crianças indígenas identificadas como desnutridas entre 6 e 24 meses de idade residentes em aldeias do Estado de

Mato Grosso do Sul. O projeto beneficiou 1.913 crianças e está sendo ampliado em 2005.

O Fome Zero Indígena de Mato Grosso do Sul repassou 5 milhões de reais para plantio de alimentos e ações de geração de emprego e renda. Dos recursos transferidos, o Estado executou até hoje 3,8 milhões de reais, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. Ainda restam 30,3%, para serem aplicados até junho de 2005, prazo final da vigência do convênio.

Prossigo a leitura desta nota, Sr. Presidente:

> "Os recursos utilizados, segundo dados da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, beneficiaram 11 mil famílias indígenas de 70 aldeias. A área atendida envolve 28 Municípios do Estado.
>
> Programa de Habitação e Saneamento Indígena. A FUNASA e o Ministério das Cidades, com a participação do Governo do Estado e da Prefeitura de Dourados, desenvolveram um Programa Habitacional Conjunto, com atuação da FUNASA na construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares em 200 novas habitações, em construção a partir de 2004, em aldeias indígenas. Este Programa será estendido em 2005 para outros povos indígenas do Brasil, em parceria FUNASA, FUNAI e Ministério das Cidades".

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Deputado Luiz Couto, V.Exa. me permite mais uma breve intervenção? Serei breve. Eu apenas gostaria que V.Exa. acostasse a esse pronunciamento em que põe em evidência a atuação da FUNAI para a elevação do padrão nutricional da população indígena de Mato Grosso do Sul, representante do Nordeste que é e conhecedor, portanto, da realidade do Polígono das Secas, empenho para que a ação benéfica da FUNASA também alcance as crianças nordestinas. Cito o exemplo das concentrações indígenas de tapebas e tremembés, no Estado do Ceará.

**O SR. LUIZ COUTO** – Deputado Mauro Benevides, o Governo tem atuado nesse campo por intermédio das representações da FUNASA no Departamento de Saúde Indígena. Os recursos devem estar sendo repassados aos Estados. Concordo com V.Exa., os recursos da área de saúde não deveriam ser contingenciados.

Dou prosseguimento à leitura, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

> "Carteira Indígena de Projetos – Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social – Como resultado do Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, no ano de 2004, foram realizadas, em todo o país (...), oficinas regionais para elaboração de projetos junto com as comunidades indígenas".

Em Dourados, a oficina foi realizada em novembro de 2004, com a participação das lideranças e dos integrantes das etnias ali residentes.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja anexada ao meu pronunciamento esta nota técnica, que não terei oportunidade de ler na íntegra.

Para concluir, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo a importância dos programas do Governo para melhorar a qualidade da saúde do povo brasileiro, principalmente dos povos indígenas, e saliento as ações do Governo contra a violência. O que está ocorrendo no Pará e em outros Estados requer medidas enérgicas. Este Governo merece nosso respeito e atenção.

Era o que eu tinha a expressar neste Grande Expediente.

*NOTA TÉCNICA A QUE SE REFERE O ORADOR*

**FUNASA**
**Ministério da Saúde**
**Fundação Nacional de Saúde**

NOTA TÉCNICA Nº 28/GAB/DESAI – 31 Janeiro 2005

**Ações da Funasa com Parceiros do Governo Federal, Estadual, Municipal e conveniada reduzem a desnutrição entre povos indígenas do Mato Grosso do Sul**

As imagens veiculadas nos últimos dias de crianças internadas no Centro de Referência de Reabilitação Nutricional-Missão Kaiowá, e a abordagem feita, por alguns órgãos, sobre a questão da desnutrição entre os Guarani-Kaiowá, chocou a todos aqueles que têm compromisso com a defesa da vida e das tradições culturais dos povos indígenas brasileiros. Evidenciou também problemas estruturantes, pelos quais vivem estes povos, onde a desnutrição é uma de suas expressões, que não devem ser omitidos e, muito menos, delegar aos próprios índios a culpa e responsabilidade da sua ocorrência. Revelou também que, ao contrário do que tenta ser apregoado por alguns setores, a fome é sim uma questão que merece a prioridade política de toda a sociedade brasileira, como vem insistentemente afirmando o Presidente Lula.

Do ponto de vista específico dos povos indígenas, esta prioridade exige a continuidade das políticas públicas já em curso, o envolvimento da sociedade e, particularmente, a centralidade da participação das comunidades indígenas e o fortalecimento de seus conhecimentos e atores tradicionais, na construção das estratégias de enfrentamento.

Os dados da Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) da Funasa no Mato Grosso do Sul, mostram que entre 2003 e 2004 houve redução da desnutrição em crianças menores de cinco anos. Para a classificação nutricional desta faixa etária a Funasa utiliza os critérios recomendados pelo Ministério da Saúde. Segundo estes critérios, em 2003, 15% das crianças avaliadas apresentavam desnutrição e 16% estavam em risco nutricional. Estes percentuais caíram em 2004 para 12% de casos de desnutrição e 15% de risco nutricional. Este último são crianças que ainda não apresentam desnutrição, mas que já precisam de atenção por parte das equipes de saúde e dos cuidados familiares e da comunidade. O programa apresenta uma cobertura de 90% das crianças indígenas menores de cinco anos.

O quadro nutricional encontrado entre os Guarani-Kaiowá não é o mesmo entre as demais etnias, Terena e Kadiwéu, do Mato Grosso do Sul, onde vivem hoje cerca de 56 mil índios em Terras Indígenas. As etnias Terena e Kadiwéu, no ano de 2004, tiveram um perfil de 2% de desnutrição e 5% de risco nutricional. Como um comparativo com a população brasileira, a última Pesquisa Nacional, a PNDS de 1996, revelou uma média nacional de 5,9% de desnutrição em menores que cinco anos. A média das crianças Terena e Kadiwéu chega a ser menor que a média de desnutrição da população do Centro-Sul do Brasil (3,8%).

A Vigilância Alimentar e Nutricional é mais uma importante ação desenvolvida no Mato Grosso do Sul nos últimos anos, pela Funasa e Conveniada local, sendo implantado em 2002. Esta consiste em uma ação de atenção básica, que visa diagnosticar e acompanhar o estado nutricional da população, principalmente de grupos vulneráveis como crianças menores de cinco anos, identificando os casos de risco nutricional, e suas causas, para o subsídio de intervenções adequadas.

Na atuação nas aldeias pelas equipes de saúde indígena, a vigilância nutricional obtêm informações da população assistida, apoiando a melhoria das práticas de assistência individual e coletiva. Possibilita ação nos casos, ainda no ato do diagnóstico, além de atuar no acompanhamento de programas públicos de intervenção nutricional. É um importante instrumento para programas governamentais como o Fome Zero, pois direciona as ações para quem realmente necessita.

O acompanhamento é realizado pelas equipes multidisciplinares de saúde indígena, que mensalmente pesam as crianças, avaliando se estão com peso adequado para idade. As famílias das crianças com peso inadequado para a idade são aconselhadas quanto a práticas alimentares saudáveis, como por exemplo, o incentivo ao aleitamento materno, e recebem suplementação alimentar conforme o caso. E a ação de vigilância sobre o estado nutricional das crianças que capta os casos de risco para uma atuação diferenciada, evitando o aumento dos casos graves. Sem a efetividade desta ação, estes casos sequer chegam aos serviços de saúde para tratamento. Em Dourados/MS, a Vigilância Nutricional envolve três equipes multidisciplinares de saúde com médico, dentista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e 33 Agentes Indígenas, contando com a orientação nas aldeias de um Nutricionista.

Os casos graves identificados são encaminhados para assistência especializada, como o Centro de Recuperação Nutricional-Missão Kaiowá de Dourados, credenciado no SUS, tecnicamente gerenciado pelo convênio Funasa – Missão Kaiowá e referência para o tratamento de desnutridos graves indígenas de todo o Estado. Este recebe de fora do Município de Dourados a ampla maioria dos casos internados em 2004. Este Centro foi credenciado pela Funasa para receber, mensalmente, o Incentivo de Apoio a Atenção aos Povos Indígenas (IAPI) do Ministério da Saúde, em 2004 totalizando o valor de R$189.456,00 (cento e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinqüenta e seis reais). Em 2004, este Centro recebeu R$200 mil de investimento em obras e equipamentos na sua revitalização pelo Programa Fome Zero. Desde a sua instalação, vem contribuindo para a redução do número de óbitos que tem a desnutrição como causa básica. Em 2004, ano que concluiu-se a sua revitalização, obteve-se a menor taxa de óbitos por desnutrição, quatro óbitos em 2004 contra 17 óbitos no ano de instalação do Centro, a menor taxa de média de permanência de crianças internadas, 110 dias em 2004 contra 255 em 2003, a menor taxa de óbitos por desnutrição como causa básica em menores de um ano e a menor taxa de reincidência de crianças após alta, em 2004 variando entre 10, 20% contra cerca de 60% no início da sua instalação. Estes indicadores revelam a evolução na qualidade do atendimento no Centro, a articulação com as equipes na atenção básica e o impacto das políticas sociais desenvolvidas para a população indígena em Dourados/MS e região.

As ações de Vigilância Nutricional no Mato Grosso do Sul fazem parte da Política de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas no Estado pela Funasa que envolve ações em Saneamento Básico. Em 2004 foi atingida a

meta de microcistemas de água em 100% das aldeias do Estado do Mato Grosso do Sul. No Município de Dourados, nas aldeias de Bororó e Jaguapiru, foram investidos R$2,2 milhões na ampliação da rede de distribuição de água. Em 2005 e 2006, a meta é ampliar e manter a rede dos microsistemas já existentes, para garantir, a um número maior de famílias, água de qualidade na sua habitação. A Funasa também mantém convênio com a Missão Kaiowá, para ações complementares de saúde no Mato Grosso do Sul. Em 2004 foram repassados cerca de R$4.193.816,30 (quatro milhões cento e noventa e três mil oitocentos e desesseis reais e trinta centavos). O valor pactuado com este convênio foi da ordem de R$7.189.399,83.(sete milhões cento e oitenta mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos) com vigência ainda em 2005.

**Ações Intersetoriais Conjuntas**

Além da Revitalização do Centro de Reabilitação Nutricional, outras ações conjuntas realizadas contribuíram para estes indicadores.

1 – Parceria Funasa – Governo do Estado para suplementação nutricional: em outubro de 2003, a Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária (SETASS), Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Coordenadoria de Gestão de Políticas Sociais (COGEPS), firmaram parceria para fornecimento de leite em pó integral a todas as crianças indígenas identificadas como desnutridas entre seis e vinte e quatro meses de idade, residentes nas aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul. O projeto apresentado beneficiou 1.913 crianças, na referida faixa etária. Este projeto está sendo reativado e ampliado em 2005, pela mesma parceria.

2 – O Fome Zero Indígena de Mato Grosso do Sul destina-se aos povos indígenas Guarani-Kaiowá e Terena. No final de dezembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social repassou R$5 milhões para o plantio de alimentos e ações de geração de emprego e renda. Dos recursos transferidos, o Estado executou até hoje R$3,8 milhões, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. Ainda restam 30,3% para serem aplicados até junho de 2005, prazo final da vigência do convênio.

Os recursos utilizados, segundo dados da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, beneficiaram 11 mil famílias indígenas de 70 aldeias. A área atendida envolve 28 municípios do Estado.

3 – Programa de Habitação e Saneamento Indígena: A Funasa e o Ministério das Cidades, com a participação do Governo do Estado e da Prefeitura de Dourados, desenvolveram um Programa Habitacional Conjunto, com atuação da Funasa na construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares em 200 novas habitações, em construção a partir de 2004, em aldeias indígenas. Este Programa será estendido em 2005 para outros povos indígenas do Brasil, em parceria Funasa, Funai e Ministério das Cidades.

4 – Carteira Indígena de Projetos – Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social – Como resultado do Fórum Nacional para Elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil, no ano de 2004, foram realizadas, em todo o país, incluindo o estado do Mato Grosso do sul, oficinas regionais para elaboração de projetos junto com as comunidades indígenas . Em Dourados esta ocorreu em Novembro de 2004, com participação das lideranças da etnias Guarany-Kaiowá, Nhandewa e Terena; representantes e técnicos da Funai, Funasa, Ebrampa, Universidade Católica Dom Bosco, Prefeitura de Dourados, Secretaria Estadual e Ministério da Educação.

**NOVAS AÇÕES PACTUADAS PARA 2005**

No dia 28 de Janeiro de 2005 o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social, o Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa (Desai/Funasa) e técnica responsável pela implantação do Programa Nacional de Vigilância Nutricional do Desai/Funasa retornaram ao estado do Mato Grosso do Sul, para reuniões com o Governador e Secretários de Estado do Mato Grosso do Sul (Campo Grande), com Prefeitos de Municípios com população Indígena da região de Dourados ( Dourados), com o Presidente do Conselho Distrital do Mato grosso do Sul, com conselheiros do conselho local de saúde de Dourados e técnicos das equipes de saúde indígena e do Centro de Reabilitação em Dourados. Visitaram, também, experiências de projetos financiados pelo Fome Zero, nas aldeias de Dourados . Nestas reuniões reafirmou-se a necessidade da continuidade de ações conjuntas e de intensificar-se a participação e envolvimento das comunidades, fortalecendo seus conhecimentos, práticas e organizações tradicionais, para maior efetividade das ações.

Para 2005 foi pactuado:

1 – Fome Zero Indígena do Mato Grosso do Sul – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) anunciou um novo aporte de recursos ao Fome Zero Indígena do Mato Grosso do Sul, projeto que financia agricultura familiar e a auto-sustentabilidade das comunidades Guarani-Kaiowá e Terena, que

recebeu, em 2003, R$ 5 milhões. As comunidades indígenas serão incluídas no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra a produção do pequeno agricultor e destina aos programas da merenda escolar, creches e hospitais. Nesta ação, está previsto o repasse de R$4 milhões.

2 – Carteira Indígena – projeto no qual as populações podem apresentar projetos para o autoconsumo de alimentos e geração de trabalho e renda – será estendida a novas comunidades que tenham interesse em enviar suas propostas. Atualmente, o MDS avalia 11 projetos enviados por etnias do Mato Grosso do Sul.

3 – Bolsa Família-As comunidades indígenas também serão incluídas no Bolsa-Família. A forma de cadastramento está sendo analisada pela Secretaria de Renda de Cidadania do MDS e será dada prioridade aos povos que vivem em áreas de maior risco social. Em Novembro de 2004, após reunião conjunta da Funasa, MDS, Funai e MMA com os Presidentes dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena foi desencadeado um processo de consulta aos Conselhos sobre

o Bolsa Família e demais estratégias de transferência de renda.

4 – Ampliação da Vigilância Nutricional para Gestantes: Uma das ações prioritárias da Funasa para 2005 a 2007 é a implementação do Programa de Vigilância Nutricional nos Distritos Sanitários Indígenas que não o possuem e ampliá-lo naqueles já implantados, como o DSEI/Mato Grosso do Sul, O DSEI/Mato Grosso do Sul, já havia sido escolhido em 2004, como DSEI piloto para implementação do Projeto Vigisus Ii, envolvendo educação continuada, com modalidade a distância, em conjunto com a Fiocruz, além de aquisição de equipamentos para avaliação nutricional de grupos prioritários. A cobertura do acompanhamento nutricional deverá ser ampliada para gestantes, uma vez que muitas das crianças que apresentam desnutrição grave, já nascem com baixo peso devido às condições nutricionais das mães.

5 – Descentralização da Referência de Reabilitação Nutricional-Como estratégia já definida após a Revitalização do Centro de Referência em Dourados, a FUNASA, em parceria com os Governos Municipais, Estadual e Federal já iniciou, em 2004, obras para descentralizar, próximo aos municípios de origem dos casos graves, as ações de média complexidade no atendimento das crianças desnutridas. Já está em construção a Casa de Apoio a Saúde do Índio de Amambai, que terá uma unidade de referência para desnutrição grave, e pactuou-se a construção, em 2005, de unidades em Miranda, Paranhos e Japorã. Acreditase que, a proximidade com as aldeias de origem, reduzirá ainda mais a reincidência, antecipará a gravidade dos casos e criará condições mais propícias de mobilização das comunidades envolvidas.

6 – Projeto de Saúde Mental – A Funasa inicia, em 2005, o Projeto para Implantação de Políticas de Redução de Danos no uso de Álcool e Drogas, tendo como estratégia principal o fortalecimento dos conhecimentos e formas de organização tradicionais, para a mediação dos danos sociais causados por este uso. Este projeto irá buscar capacitar os profissionais locais para a troca de conhecimentos e revisão de estratégias terapêuticas, bem como a constituição de equipes de referência e apoio matricial no DSEI para a temática da saúde mental. Discutiu-se na reunião com a Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado e a Prefeitura de Dourados, uma articulação possível com os espaços já constituídos de educação escolar indígena e o programa de Revitalização das Casa de Reza entre os Guarany-Kaiowá.

7 – Subprojetos de Iniciativas Comunitárias do Vigisus II-Como um dos DSEI prioritários para a implementação das ações de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, em 2005, o Projeto Vigisus II estará definindo projetos construidos a partir de iniciativas comunitárias, a serem financiados, tendo como diretrizes fundamentais a segurança alimentar, a sustentabilidade das ações, o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e a expansão da participação das mulheres.

Destaca-se o envolvimento das lideranças do Conselho Distrital Indígena do Mato Grosso do Sul na elaboração de políticas e acompanhamento das questões apontadas. Ficou definida a participação dos representantes das várias Secretarias do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, o convite estendido aos Prefeitos da região e aos representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, para a próxima reunião do Condisi, em Fevereiro de 2005.

**Alexandre R. S. Padilha,** Diretor, Departamento Nacional de Saúde Indígena, Funasa/Ministério da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Resende) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Mourão, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos na tribuna.

**O SR. NILSON MOURÃO** (PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo o horário destinado à Liderança do Partido dos Trabalhadores para tecer do plenário desta Casa alguns comentários a respeito do recente pronunciamento feito pelo Presidente Lula em solenidade no Estado do Espírito Santo.

O Presidente Lula tem sido claro nas observações que faz. Diz sempre, há vários meses, que, quando se

assume um governo, não se deve ficar reclamando do passado, debitando a governos anteriores dificuldades atuais, que existem, sim, como em qualquer governo. O Presidente Lula assume, cada vez mais claramente, a postura séria de quem não reclama, mas enfrenta os desafios de cabeça erguida. Quem se dispõe a governar, quem sujeita seu nome a uma eleição, tem de saber que vai encontrar dificuldades pela frente. Mas o Presidente não se omite diante de atos ilícitos, de corrupções praticadas em outras gestões.

O hábito da reclamação tem de ser combatido, porque ele é cômodo mas nada constrói, é impotente.

O Presidente Lula quer governar o País, e o está fazendo combatendo as dificuldades que surgem. O Brasil está crescendo. Mais de 2,5 milhões de novos empregos formais – com carteira assinada – foram gerados, e a cada emprego formal correspondem outros tantos na cadeia produtiva informal.

A política externa do Presidente Lula também é bem-sucedida. Nossas exportações têm crescido a cada dia. Este será o melhor ano do Governo Lula. Serão realizados investimentos em todas as áreas e setores. A exitosa negociação feita recentemente com o Fundo Monetário Internacional vai permitir ao Governo aplicar quase 3 bilhões de reais em investimentos, em estradas, nos portos, na recuperação de rodovias, em saneamento básico, numa série de ações que vão resultar no crescimento econômico do nosso País.

Ao mesmo tempo, crescem as ações sociais do Governo. Já estamos atingindo 6 milhões de beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

Há crescimento, apoio popular ao Governo do Presidente Lula, conforme pudemos verificar nas últimas pesquisas, e a Oposição se apega a coisas pequenas. Busca garimpar situações insustentáveis e “fazer tempestade em copo d’água”, destaca pequenos trechos de fala do Presidente, superestimando questões que não têm a dimensão que o Presidente queria dar. Estão ampliando coisas absolutamente desnecessárias. Este é o papel da Oposição: opor-se ao Governo. Mas o PSDB e o PFL, que são, diríamos assim, os mais excitados, precisam “ir devagar com o andor, porque o santo é de barro”. O povo brasileiro está acompanhando os acontecimentos. O Presidente Lula tem o apoio do povo. Querem antecipar o processo eleitoral, de modo inteiramente irresponsável, ameaçando o Presidente com ações judiciais. Já ouvi até falar em *impeachment*.

Esta promete ser uma semana em que os Deputados e as Lideranças do PFL e do PSDB pretenderão “cantar de galo” neste plenário. Mas falarão de coisas vazias e insustentáveis. Têm a pretensão de fazer tempestade com um copo d’água. Isso nada constrói, Sr. Presidente, isso não eleva a política do nosso País.

O Presidente Lula comete seus equívocos, as dificuldades que o País enfrenta são grandes, nossa bancada também comete seus erros. Tudo isso admitimos. Mas não admitiremos, em hipótese alguma, qualquer tipo de movimento das oposições neste plenário com a finalidade de criar constrangimento para o nosso Presidente. Isso não admitiremos e responderemos com a mesma moeda. Se vierem com chantagens, apresentaremos ao povo brasileiro uma série de questões, absolutamente necessárias e importantes, que a população precisa e deve conhecer.

Não nos interessava destacar acontecimentos do passado relacionados ao processo de privatizações, motivo de disputa política e ideológica. Queremos governar o País, governar com responsabilidade, e é isso o que estamos fazendo. Agora, se as oposições optarem pela provocação, seremos obrigados a dizer ao povo brasileiro uma série de coisas que ele precisa ouvir – quem diz o que não deve ouve o que não quer.

Estamos preparados, Sr. Presidente. Não tememos. Defenderemos da tribuna desta Casa nosso Presidente. Iremos para as ruas, mas não permitiremos que ninguém, nem partidos, particularmente o PFL e o PSDB, traga para este plenário questões que não têm sustentabilidade.

O melhor que a Oposição faz é deixar que o Presidente mostre o seu trabalho, permitir que apliquemos em investimentos esse 1 bilhão de dólares que seria destinado ao superávit primário, para que possamos favorecer as ações sociais, aperfeiçoar a reforma agrária, cujos conflitos estão a demonstrar a necessidade de acelerarmos esse processo. Devemos crescer e fazer a economia deste País se desenvolver ainda mais.

Não temeremos ninguém e nenhum desses partidos. Nossos objetivos estão traçados, vamos realizar o nosso projeto. A bancada de sustentação do Governo nesta Casa está preparada para o que der e vier neste plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Nilson Mourão, o Sr. Geraldo Resende, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edson Duarte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Edson Duarte) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Resende, do PPS de Mato Grosso do Sul. S.Exa. disporá de 25 minutos na tribuna.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PPS – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu discurso versa sobre a morte de crianças indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul.

Mais 4 crianças indígenas morreram: Keli Arévalo, de 6 meses; Jenifer Duarte, de 1 ano e 3 meses, com apenas 5 quilos; Rosivaldo Barbosa, de 1 ano e 11 meses, com apenas 7 quilos; e Robson Fernandes, de 2 anos. Já havíamos perdido Adrícia, de 8 meses, e Kiomara, de 3 anos e 11 meses.

São nomes, não são números. São seres humanos, não são meros dados estatísticos. São 6 mortes por desnutrição no Município de Dourados somente neste ano.

Há pouco ouvi um Deputado falar que Dourados, Município que represento nesta Casa, é um dos mais ricos do País. E é verdade.

Gostaríamos de expressar um turbilhão de sentimentos, que parte da tristeza, passa pela consternação, beira o constrangimento e atinge seu ápice numa imensurável indignação, pois a tragédia dizima a minoria das minorias, uma comunidade de seres humanos confinados numa "reserva", a comunidade indígena de Dourados.

Esses fatos causam espanto e revolta, especialmente por ser a Reserva de Dourados a única comunidade indígena do Brasil a receber aporte substancial de recursos justamente para o combate à desnutrição. Foi em 14 de abril de 2003 – estava eu presente – que o Governo Federal instituiu o Programa Fome Zero Indígena na região de Dourados, por meio do Convênio nº 004/03, entre o então Ministério da Segurança Alimentar e o Governo de Mato Grosso do Sul, no valor de 5 milhões e 608 mil reais, sendo 608 mil a contrapartida do Estado. O valor foi integralmente repassado ao Estado, que, inexplicavelmente, após quase 2 anos, aplicou somente 3 milhões e 800 mil.

Nesse cenário, índios das aldeias Jaguapiru e Bororó, já em dezembro de 2004, exararam nota intitulada O retrocesso da saúde indígena em Mato Grosso do Sul, em que é nítida a previsibilidade da morte das crianças. Esse documento foi produzido pela própria comunidade indígena.

Apesar desse alerta, os gestores públicos somente manifestaram indignação quando as mortes foram cruamente expostas na grande imprensa, nos jornais **O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo** e **O Globo** e nos noticiários de televisões que fazem cobertura nacional.

Agora, autoridades públicas visitam crianças desnutridas e, sob flashes, mostram uma hipócrita surpresa e proferem declarações absurdas, como esta: "O ano de 2004 foi atípico, devido à transferência da gestão da saúde indígena; antes era feita e coordenada por organizações não-governamentais, agora passou a ser coordenada pela própria FUNASA". Ora, é impensável que burocracia cause morte e desnutrição.

De seu lado, a Secretária de Saúde do Município de Dourados credita as mortes e a desnutrição à questão cultural e ao modo de vida dos indígenas. Esse discurso evasivo foi assumido pelo Governador do Estado, José Orcírio, que declarou: *"Isso é uma questão cultural: primeiro os adultos se alimentam e depois, se sobrar, as crianças"*. Se a cultura e o modo de vida indígena levassem à desnutrição e ao genocídio infantil, não haveria mais índios em Dourados; aliás, nem estariam no Brasil quando Cabral invadiu estas terras. Quiçá é tradição recente: um modo de vida adotado em 2004, já que em anos anteriores houve queda da desnutrição e da mortalidade infantil, efusivamente comemorada como grande conquista por autoridades municipais e estaduais.

Já o Prefeito de Dourados aponta a imprensa como a culpada pelo ocorrido, porque divulga fatos prejudiciais à imagem do Município, exercendo influência negativa em empresários de São Paulo e do Paraná. O alcaide inverte valores e demonstra à população sua verdadeira face. Até compara o Centro de Reabilitação da Missão Caiuá a um campo de concentração nazista e pede que aquelas crianças não sejam mais recebidas em Dourados, numa demonstração de intolerância tipicamente nazista.

É necessário salientar que nossa preocupação quanto a esses lamentáveis acontecimentos não foi despertada pela atual perda de vidas humanas.

É cediço que pautamos nossa intervenção política por uma acentuada preocupação com a saúde pública. Em razão disso, temos mantido atenção à atuação da FUNASA em nosso Estado. Assim, notamos que 2000, quando estávamos à frente da Secretaria de Estado de Saúde, foi de fato o ano da implantação de efetiva assistência à saúde dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, com aquisição de equipamentos, viaturas, insumos e medicamentos, construção e reforma de postos de saúde e sistemas de abastecimento de água e contratação de profissionais de campo, inclusive nutricionistas, para o Programa de Vigilância Nutricional.

Com essas ações e várias parcerias, a FUNASA conseguiu reduzir drasticamente a desnutrição infantil e, em conseqüência, a mortalidade infantil entre 2000 e 2002.

Em 24 de setembro de 2003, nesta Casa, apresentamos o Requerimento de Informações nº 887 ao então Ministro da Segurança Alimentar, acerca dos 5,6 milhões de reais compromissados com Mato Grosso

do Sul para implementação do Programa Fome Zero Indígena. Motivou-nos à época matéria de O Estado de S.Paulo, de 18 de setembro, onde se relatava a realização de uma marcha de índios em Dourados como protesto contra a demora da ajuda da União. Os índios diziam-se cansados de esperar os recursos do Programa Fome Zero, do Governo Federal. O chefe da FUNAI na região à época, Jonas Rosa, declarou o seguinte: "O dinheiro já está com o Governo do Estado. Não sabemos por que ainda não foi liberado para as tribos".

Naquela oportunidade, evidenciava-se que todo o desgaste político recairia sobre o Governo Federal, que, no entanto, havia cumprido seu compromisso, restando as ações tanto do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul quanto da Prefeitura de Dourados.

Como a situação em nada se alterou, alguns meses depois, precisamente em dezembro de 2003, lavramos novo requerimento de informações, de nº 1.277, em busca de informações do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome sobre o programa adotado para ações emergenciais e estruturais para os indígenas, visando à utilização dos recursos do convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, além do plano de trabalho para que o investimento atingisse as 11 mil famílias indígenas.

A razão desse novo requerimento foi a divulgação, em novembro de 2003, pela Assessoria de Comunicação do MESA, do documento intitulado *Resumo das principais ações implementadas pelo Programa Fome Zero*, cujo item nº 2 tratava das Ações emergenciais e estruturais para grupos específicos, assim considerados os acampados sem terra e os indígenas. Quanto a esse último grupo, constava que foram atendidas 20 mil famílias de 63 comunidades indígenas com a distribuição de cestas básicas. Continuava o resumo fazendo o seguinte relato: *"Como parte das ações estruturantes foi firmado um convênio com o Governo de Mato Grosso do Sul, no valor de R$5,6 milhões, para atender mais 11 mil famílias indígenas".*

Ocorre que os efeitos desse convênio ainda não se faziam sentir. Isso se deu em dezembro de 2003, ou seja, 8 meses após a sua assinatura. Evidentemente, em 2004, os reflexos dessas inexplicáveis inércias e morosidades foram inexoráveis: no transcorrer do ano, registrou-se a exacerbada mortalidade infantil e desnutrição em Dourados e no restante do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em resposta às nossas iniciativas, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, informou, por meio do Ofício nº 131/04, de 18 de março de 2004, que o Governo Federal havia liberado a primeira parcela, de 3 milhões de reais, em 13 de agosto de 2003, e a segunda, de 2 milhões de reais, em 26 de novembro de 2003. Como sua obrigação no convênio era de exatos 5 milhões de reais, temos que o Governo Federal efetivamente cumpriu sua parte no que foi pactuado. Resta, então, a severa averiguação quanto às responsabilidades do Estado de Mato Grosso do Sul, da Prefeitura do Município de Dourados ou da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Ainda segundo a correspondência supracitada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cabe à Secretaria de Trabalho, Economia Solidária e Assistência Social – SETASS o envio de relatório ao MDS das ações de vários órgãos das administrações direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul ligados ao convênio e de prestações de contas, com informações físico-financeiras, de acordo com as ações e os cronogramas previstos no plano de trabalho aprovado.

Ouço o aparte do nobre Deputado Hamilton Casara.

**O Sr. Hamilton Casara** – Deputado Geraldo Resende, aproveito a oportunidade para transmitir o abraço do povo de Rondônia ao querido povo do Estado de Mato Grosso do Sul, que me acolheu como funcionário, particularmente em Campo Grande. Quero me solidarizar com V.Exa. pelo importante tema que traz a esta Casa: a questão da saúde indígena. O nobre colega dá-me a oportunidade de lembrar, acima de tudo, a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios com as comunidades indígenas. A situação não é diferente em Rondônia e nos outros Estados da Amazônia. Essa troca de atribuições da FUNAI para a FUNASA e desta para outras entidades merece um monitoramento por parte das células de governo responsáveis pela efetiva aplicação do orçamento destinado à melhoria da saúde das tribos indígenas. Essa questão vêm-se agravando cada vez mais. Portanto, a discussão desse tema é bastante oportuna. Entendo que é hora de o Governo, nas 3 esferas, olhar com mais carinho para a questão indígena e estabelecer políticas conseqüentes e estruturantes para essa parte da nossa sociedade que carece de especial atenção.

**O SR. GERALDO RESENDE** – Deputado Hamilton Casara, muito obrigado pelo aparte, que dá brilho especial ao meu pronunciamento.

Como dizia, Sr. Presidente, partindo dessas informações, teria como o MDS prever a situação trágica que se instalou entre os índios guaranis-caiuás? Se a resposta for negativa, como afirma o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério, João Fassarella, que disse ter tomado conhecimento "mais forte" da gravidade da situação por meio da imprensa, então, está

em cheque a veracidade dos relatórios do Governo de Mato Grosso do Sul.

Provocado pela imprensa, o Governo Federal enviou para a constatação dos fatos *in loco* o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, José Giacomo Baccarin, e o Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Alexandre Padilha, em 28 de janeiro passado.

A partir daí, reagiu o Governo Federal com medidas emergenciais: ampliação do número de beneficiados pelo Bolsa-Família, passando de 31 para 484 as famílias guaranis-caiuás beneficiadas, e aumento da quantidade de cestas básicas distribuídas, de 1.700 para 2.900, nos próximos 6 meses, a partir de março.

Sem dúvida, era imprescindível a emergencial ação. Contudo, preocupa-me a natureza que essa ação assumiu. O Coordenador do Conselho Indigenista Missionário – CIMI manifestou sua preocupação, classificando as medidas como "paliativas, cínicas e hipócritas".

Infelizmente, a realidade foi mais dura do que as declarações do Coordenador do CIMI, já que as crianças continuam a morrer, 3 delas somente na última semana. É que a fome não espera, a dor no estômago não passa e a fragilidade e a debilidade dos órgãos aumentam o risco da instalação de doenças nas crianças desnutridas, famintas, desgraçadas pela miséria de terem nascido numa aldeia indígena, sob a ignorância das autoridades. As crianças mortas não ganharam site na Internet, campanha contra a fome, missa nem enterro digno. Acabam de apodrecer a matéria enterrada nos quintais, sob a culpa imputada pela própria cultura.

É certo que as ações emergenciais não vão aplacar a necessidade de averiguação severa do destino dado aos recursos ainda não aplicados.

A cada morte consolida-se a inquietante dúvida quanto à possibilidade de ter sido evitada, caso toda a verba prevista há quase 2 anos tivesse efetivamente chegado às comunidades indígenas. O fato é que, dos 5 milhões de reais liberados ao Governo do Estado desde o final de 2003, ainda faltam ser aplicados mais de 1 milhão de reais, além da contrapartida do próprio Estado, de 608 mil reais.

Enquanto isso, a Prefeitura de Dourados, em Mato Grosso do Sul, mantém, segundo seus informes publicitários, Unidade Básica de Saúde – UBS e 3 equipes do Programa Saúde da Família – PSF na Reserva Indígena de Dourados.

Ainda segundo sua publicidade, promoveu dentro da Reserva Indígena de Dourados a ampliação e a reforma do Hospital da Missão Evangélica Caiuá, a construção de açudes para piscicultura, desenvolveu projetos de agricultura familiar, distribuiu lenha, criou hortas comunitárias, auxiliou no plantio de 2.400 hectares de lavouras e, vejam só, institui programas municipais de complementação alimentar, atendendo mais de 2 mil famílias nas aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho, entre outras ações, todas elencadas em peças publicitárias, como a de 26 de abril de 2004.

Além dos 5 milhões de reais do Programa Fome Zero, em novembro de 2003, houve outro aporte de verbas, por convênio entre os Ministérios da Educação e de Segurança Alimentar com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –, pelo qual as crianças indígenas matriculadas em escolas públicas passariam a ter uma merenda escolar reforçada, com o aumento de recursos de 13 centavos por aluno ao dia para 34 centavos, tudo para aumentar o valor nutricional da alimentação escolar indígena, combatendo a desnutrição. Muito alarde, nenhum resultado.

Panfletos e pronunciamentos comemoraram índices extraordinários. No informativo *É assim que se faz!*, da Prefeitura de Dourados, de junho de 2004 – motivação para a própria campanha do atual Prefeito –, é dito que "a atenção dispensada aos índios mudou a história dos Guaranis, Caiuás e Terenas que aqui vivem". Verdade: mudou para muito pior. Continua o informativo: "A mortalidade infantil, que chegava a índices absurdos, hoje caiu em 67%. Com o apoio da Prefeitura as terras indígenas estão sendo melhor aproveitadas com lavouras e com a criação de peixes em açudes, o que vem dando mais alimento e dignidade para esse povo".

Ao jornal O Progresso, em agosto de 2004, o Prefeito de Dourados afirmou ter reduzido a mortalidade infantil em 10% na cidade e em 70% na reserva indígena. Em material de campanha à reeleição de setembro passado, o Prefeito ratifica o feito: "A Secretaria de Saúde conseguiu reduzir em 70% a mortalidade infantil na reserva indígena de Dourados, reduzindo o índice de 32,75%, de 2000, para 21,93%, em 2003". Não sabemos onde buscou esses números, que se somam a informativos eivados de inverdades.

O Prefeito que colhe louros, por ética, também deveria assumir responsabilidades e fazer mea-culpa pelos reveses com a perda de vida de crianças indígenas. Ora, se verdadeiros os números da Prefeitura, só podemos entender que houve em Dourados, agora, um verdadeiro "tsunami" na reserva indígena. Há pouco tempo, comemoravam-se os números, que eram espalhados pelos jornais, *outdoors*, na televisão, a todo momento – uma campanha de mídia jamais vista na história de Dourados –, e, logo depois, todos aqueles dados, motivação para que a campanha de reeleição

do atual Prefeito viesse por água abaixo, conforme os dados oficiais da própria FUNASA.

Nada, absolutamente nada do que foi feito teve resultado positivo, pois a mortalidade infantil indígena, em 2004, aumentou 25%, e 6 crianças já morreram em 2005. Isso quer dizer, em relação à mortalidade indígena em Dourados, que hoje são cerca de 65 crianças mortas para mil crianças nascidas vivas.

A Procuradora da FUNAI, Ana Maria Carvalho, sugere, no jornal *Correio do Estado* de 27 de janeiro, haver desvio de finalidade dos programas sociais destinados à comunidade indígena de Dourados. Surge a dúvida: é incapacidade confessa de gestão da coisa pública pela municipalidade ou temos um caso de má-fé na destinação de recursos públicos? Quaisquer dessas situações não só causam enormes prejuízos aos cofres públicos como também ceifam vidas inocentes.

No cumprimento de sua função, a Câmara de Vereadores de Dourados instalou uma CPI para apurar os fatos. Essa atitude é louvável, mas deve haver condução isenta e democrática dos trabalhos, em que é imprescindível a oitiva do Prefeito, para que explique as informações controversas que produz desde a sua primeira gestão.

Também nós partimos para ações concretas, já relatadas nesta Casa, como o acionamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que, ao tanger isento de Nilmário Miranda, haverá de responder relativamente a esse atentado aos direitos humanos, em que são mortas crianças indígenas na Reserva de Dourados e em todas as reservas indígenas de Mato Grosso do Sul.

Clamamos à imprensa nacional para que divulgue esses fatos com a necessária ênfase, tendo em vista que vidas humanas foram perdidas devido à fome no país do Fome Zero, país que pretende capitanear o combate mundial à desnutrição.

Por fim, estamos encaminhando a esta Casa requerimento em que propõe a criação de Comissão Externa com o objetivo de discutir e buscar soluções para tão grave problema que a todos envergonham, para que a Câmara Federal não se quede inerte diante da tragédia que em 2005 já nos levou Keli, Jenifer, Kiomara, Adrícia, Rosivaldo e Robson.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, onde tive oportunidade de representar minha região por 4 anos, instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito por requerimento do Deputado Maurício Picarelli. Tenho absoluta certeza de que os trabalhos dessa CPI serão caracterizados pela isenção. Assim poderemos encontrar soluções para tirar das páginas negras dos jornais e telejornais do País fatos que causam repercussão negativa para o Município de Dourados, o qual represento. Aquela região é bastante rica e deve figurar no noticiário do País de forma totalmente diferente da atual.

O Senador Juvêncio da Fonseca, que representa Mato Grosso do Sul no Senado Federal, solicitou a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos na próxima quinta-feira, a fim de ouvir diversas autoridades do Estado. Vão elas responder às diversas indagações que certamente Senadores e Deputados farão sobre essa temática.

O Deputado Sarney Filho também se soma a essa preocupação. S.Exa. encaminhou requerimento à Mesa para criação de Comissão Externa. Estou certo de que o Presidente Severino Cavalcanti vai deferir ambos os requerimentos. Assim poderemos verificar a situação *in loco*, apontar soluções concretas, que contribuirão para resolver o problema da desnutrição e da mortalidade infantil nas reservas indígenas de Dourados, em Mato Grosso do Sul, e em outras localidades. Ontem o programa *Fantástico* divulgou que em outras Unidades da Federação estão acontecendo casos como esse de Dourados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Edson Duarte) – Deputado Geraldo Resende, parabenizo V.Exa. pelo brilhante e oportuno pronunciamento e informo a V.Exa. que o Deputado Fernando Gabeira também manifestou interesse em compor a Comissão para ir a Mato Grosso do Sul verificar essa grave situação das crianças indígenas.

**O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Edson Duarte) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO** (PRONA – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedi a palavra para dar uma boa notícia. O Deputado Reinaldo Betão, que sofreu sério acidente automobilístico no início do mês, teve ontem alta do Hospital de Santa Teresa, em Petrópolis, e já retornou para sua casa.

Daqui enviamos ao querido amigo Deputado Reinaldo Betão nosso abraço e nossa corrente de oração para que Deus permita que em março S.Exa. esteja em nosso meio, a exercer tão nobre atividade em prol dos menos favorecidos.

Um abraço.

**O SR. HAMILTON CASARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Edson Duarte) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HAMILTON CASARA** (Bloco/PL – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caro amigo

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, oriundo da nossa querida Rondônia, aproveito a oportunidade para fazer relato da viagem que estamos chamando de Caravana do Desenvolvimento Sustentável.

Com essa caravana, estamos visitando todos os Municípios de Rondônia. Estivemos nas BRs 429, 421 e 364, onde levantamos problemas relacionados às áreas de saúde e de segurança pública. Também verificamos alternativas inovadoras a fim de sensibilizar outras partes, não apenas a dos investimentos governamentais, mas também as da iniciativa privada, para trabalhar cada vez mais a verticalização da pecuária, da agricultura e do setor florestal.

Cumprimento a população de Rondônia.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

*O Sr. Edson Duarte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Elimar Máximo Damasceno, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Elimar Máximo Damasceno) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Duarte.

**O SR. EDSON DUARTE** (PV – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez assomo à tribuna da Câmara no Grande Expediente para que os nobres companheiros e companheiras do Brasil e do próprio Governo reflitam. Foi-se a Irmã Dorothy, o Dionísio, bem como o Rosivaldo, a Jenifer, crianças indígenas, como outras, que morreram. Perguntamos: até quando?

Repetíamos essa pergunta imaginando que um dia chegaríamos ao Poder, que os movimentos teriam um representante que poria em prática políticas públicas que significassem ruptura com o modelo que considerávamos responsável pelas mortes e brutais assassinatos de lideranças ambientalistas, sindicais, de populares, de indígenas. Era preciso uma ação de Estado, a presença do Estado brasileiro, para que a justiça fosse feita e o exemplo fosse dado, a fim de que as relações entre as pessoas se dessem num Estado de Direito.

Há algum tempo, Chico Mendes se foi, como muitos brasileiros. Lembro-me de que, quando Chico Mendes foi assassinado, falou-se muito de que a ausência do Estado brasileiro tinha levado àquela situação. Um líder seringueiro, um ambientalista, um homem da floresta, um homem do povo da floresta teve sua morte anunciada, mas absolutamente nada fora feito para garantir sua vida, e ele lutava pela vida de tantas pessoas...

Pois bem, muita coisa mudou no Brasil. Passaram-se muitos anos. Agora, nós, os movimentos populares, com um Presidente da República que vem da base, da raiz, do movimento sindical, ao lado de companheiros como a Senadora Marina Silva, atualmente Ministra do Meio Ambiente, que estava na mesma luta de Chico Mendes, assistimos, como todos os brasileiros, a mais uma morte em condições semelhantes à de Chico Mendes, uma morte anunciada.

Marina Silva, mulher da floresta e do povo da floresta, luta em defesa daquela gente e de seus direitos, do desenvolvimento sustentável, diferente desse modelo atrasado que querem impor ao povo brasileiro e ao País, chamando-o de progresso e desenvolvimento.

A Irmã Dorothy morreu. Pergunto: até quando? Imaginava que este “até quando” tinha data marcada – refiro-me à última eleição. Está provado que não. O que estamos vendo no País na área dos direitos humanos, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável demonstra que a questão é mais complexa, que não pode ser resolvida com discurso político de partido de oposição, muitas vezes demagógico, tentando levar a população à crença de que basta a eleição desse ou daquele para que se resolva o destino do País.

Estavam enganados aqueles que pregavam isso ao povo brasileiro. Está-se provando que só existirá uma solução definitiva, duradoura, concreta, eficaz, se houver a participação da sociedade em um projeto político, que envolva o povo e os Governos. Não é uma ação para 1 dia ou 1 eleição, muito menos para um governo, é uma solução para governos. O governo de uma nação que deseja tornar-se importante, como é o caso do Brasil, envolvendo todos os segmentos, precisa ter humildade e reconhecer que sozinho não poderá conduzir este País a lugar algum. Nenhum partido será capaz de conduzir esta Nação. É preciso humildade para construir pactos. Não estamos em disputas sindicais ou estudantis, como no passado. É preciso entender a responsabilidade que todos têm neste momento.

Os desafios são grandes. Na área do meio ambiente estamos aguardando. A Ministra Marina Silva está procurando fazer sua parte, com sua boa e competente equipe. Conduzir o País a um modelo sustentável de desenvolvimento não é missão para um ministério nem para um governo, mas para um governo e uma sociedade, caminhando juntos. A ação não deve ser isolada, como a de quem nada sozinho contra a correnteza, com todas as dificuldades.

Meio ambiente é importante, saudável, bonito, necessário, desde que não vá de encontro a nenhum outro interesse. Foi o que aconteceu com a questão dos transgênicos. É o que está ocorrendo com a transposi-

ção de águas do Rio São Francisco, com o programa nuclear, com as florestas, com a legislação brasileira. Tudo é motivo para se passar por cima de todos os que estão à frente da luta ambiental, seja Irmã Dorothy, seja Dionísio, seja qualquer um de nós. Tem de haver progresso, desenvolvimento.

Nesta terra sem dono ninguém está protegido, todos acabamos vítimas da mesma história, que entristece não só o Brasil, mas o mundo. A luta ambiental tem que ser de todos, indistintamente, inclusive dos que querem ganhar muito dinheiro. Não se pode pensar em ganhar muito dinheiro somente agora, mas hoje, amanhã e sempre, com modelos sustentáveis. É essa lição que o mundo nos está dando. Isso é perfeitamente possível se começarmos a construir projetos, costurar pactos políticos, alianças, com boa dose de humildade, competência, compromisso, vontade política e a compreensão da importância que tem a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sou nordestino, vim dos movimentos populares, da igreja, nasci às margens do Rio São Francisco, vi a forte contradição da minha família, que saiu da região mais árida e seca para a margem do rio, como meio de sobrevivência. Lutei durante muitos anos nos movimentos sociais e quero dizer às autoridades que a solução para o semi-árido está nele mesmo, não na importação de modelos; está nas palavras da sabedoria do seu povo, que sabe as soluções;, está nas autoridades com vontade política para construir modelos participativos, transparentes, que saiam de baixo, sem soluções milagrosas.

Estão tentando, Deputado Hamilton Casara, levar o Presidente Lula a um equívoco histórico, a uma falsa solução: a transposição de águas do Rio São Francisco. Além de ser uma forte agressão a um rio já agredido, prestes a morrer, uma espécie de anêmico que querem que doe sangue, é uma agressão ao nordestino, que está sendo iludido por um projeto que não resolverá o problema daqueles que estão passando sede no sertão. É um projeto de concentração de renda, para alimentar as empreiteiras. Ele não resolve o problema da seca e das desigualdades dentro do semi-árido nordestino. Estão vendendo a idéia da transposição como se ela fosse resolver o problema do povo.

O projeto que está sendo apresentado está cheio de falhas gravíssimas e sem resposta. Por exemplo: qual o custo dessa água? Será possível irrigar alguma propriedade com essa água? Aqueles que estão às margens do Rio São Francisco estão passando fome, passando necessidades, porque não conseguem produzir com essa política agrícola e o alto custo dos insumos, inclusive o bombeamento dessa água. Imaginem, então, o bombeamento a uma distância de 400 ou 500 quilômetros. Qual será o custo dessa água? Quem poderá pagar por ela? Aquele que cria bode, galinha? O aposentado? Vai ver a água aquele que sofre todos os anos com a seca e é manchete dos jornais nacionais todos os anos e a justificativa para esse projeto? Nunca! Está sendo apenas usado, como sempre foi – nunca recebeu benefício.

Se o Governo tivesse sensibilidade, teria ido lá ouvir o clamor do povo, teria conseguido 10 mil reais para um poço artesiano, que resolve o problema de toda uma comunidade. Os Governos sempre disseram que não tinham dinheiro. O Governo diz que não tem dinheiro, mas tem 5 bilhões para um projeto que não vai funcionar, vai endividar o País e criar um monstrengo, cujo resultado não sabemos. É a repetição da velha história, do velho filme que já conhecemos.

Trabalhamos muito para criar essa ruptura, em busca de um modelo diferente. A solução não é milagrosa – todos sabemos –, mas é preciso vontade e coragem para romper com o tradicionalismo, com os coronéis que querem mandar no Nordeste, que se beneficiam desses projetos, da indústria da seca; é por causa da sede e da fome que muitos se elegem, vêm não só para esta Casa, vão também para as Prefeituras, para as Câmaras Legislativas e para os cargos executivos.

Precisamos romper com essa trajetória, com esse modelo. Para isso temos instrumentos, como o que o próprio Governo acaba de lançar de forma fantástica: o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN, que mobilizou todo o Semi-Árido, os Governos Estaduais, as Prefeituras e os movimentos sociais, coordenados sobretudo pela Articulação no Semi-Árido – ASA, com encontros em todo o Brasil, envolvendo os setores e as pessoas que tivessem informação para colaborar com o plano. Esperamos que o plano seja colocado em prática, pois o Brasil está cansado de programas e propostas que nunca saem do papel.

Quando o povo é chamado a participar desses programas, vai de boa vontade, abandonando seus afazeres para dar sua colaboração, mas acabam sendo usados para legitimar processos que já estavam decididos. Nessas audiências públicas para a transposição de águas do Rio São Francisco, um projeto que já estava politicamente decidido, usaram o licenciamento apenas para legitimar o processo. É outra repetição de filmes que condenamos.

Ouço, com prazer, o Deputado Hamilton Casara, ex-Presidente do IBAMA e grande conhecedor das causas ambientais do Brasil.

**O Sr. Hamilton Casara** – Muito obrigado, Deputado Edson Duarte, que orgulhosamente lidera o Partido

Verde e, com muita competência e honradez, representa o povo baiano nesta Casa. V.Exa., como profundo conhecedor das questões ambientais, brinda-nos nesta tarde com temas que vão do líquido da vida, a água, até a questão de estrutura do meio ambiente e dos recursos naturais, relacionados à floresta. Deputado, temos a grata satisfação de partilhar de sua amizade. V.Exa. fala sobre as margens do São Francisco e quero me reportar às margens do Guaporé, pois, em nosso querido Estado de Rondônia, também há populações tradicionais que efetivamente merecem atenção e implementação de políticas conseqüentes que busquem a redução dos conflitos decorrentes da disputa pelos recursos naturais. V.Exa. aborda esse tema com muita precisão. Temos assistido a todos os esforços da Ministra Marina Silva para buscar convergência com as demais Pastas, a fim de que agendas sejam montadas e alianças, construídas, no intuito de mudar o eixo dessa equação que sinaliza para um modelo que não mais se aceita, pois os próprios mercados exigem mudanças na modelagem do desenvolvimento. Precisamos de um modelo de desenvolvimento que não apenas garanta a sustentabilidade das atividades econômicas, mas, acima de tudo, a da matéria-prima, dos recursos naturais, que consolidam a maioria das atividades econômicas. Deputado Edson Duarte, cumprimento V.Exa. pelo importante tema e pela maneira profunda com que o aborda. Parabéns.

**O SR. EDSON DUARTE** – Agradeço a V.Exa., Deputado Hamilton Casara, o aparte e os elogios, de que não sou merecedor. Tenho aprendido muito com V.Exa. no plenário e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Espero que continuemos atuando juntos lá.

V.Exa. lembra aspectos importantes, como o esforço da Ministra Marina Silva, uma heroína, cuja história orgulha muito o Brasil e a nós brasileiros, para que a questão ambiental seja assunto transversal pertinente a todas as áreas do Governo. Há muito tempo se defende que não pode ser matéria exclusiva de apenas uma Pasta, mas de todos os Ministérios, não pode ser apenas de responsabilidade do Governo Federal, mas também do Estado, da sociedade. Enfim, tem de haver envolvimento de todos os segmentos de todos os Governos.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA precisa ser colocado em funcionamento. Ele nunca funcionou na sua totalidade, integrando todos os Governos, criando uma grande rede nacional. Este País, com dimensões continentais, exige que os órgãos ambientais de todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal – atuem com pleno vigor.

A Conferência Nacional do Meio Ambiente – mais um motivo de aplauso para a Ministra e sua equipe – talvez seja o evento de maior mobilização já realizado no Brasil na área. S.Exa. e a sociedade cumpriram com sua parte, porque participaram ativamente das discussões. De lá foram tirados importantes resultados, como prevêem inclusive os pressupostos da Agenda 21.

Pergunto, Deputado Hamilton Casara, o que inclusive chega a ser desestimulante para a Ministra e sua equipe, para a sociedade, para o povo brasileiro: qual a praticidade disso? Quais os resultados da Conferência para a construção das políticas públicas do País?

Entre as decisões da Conferência Nacional do Meio Ambiente está a não-construção de Angra 3, a não-transposição de águas do Rio São Francisco e uma série de outras que espero sejam levadas em consideração pelo Governo. É claro que ele não considera só os aspectos ambientais, mas não poderá tomar nenhuma decisão que agrida o meio ambiente e coloque em risco nossas vidas, nossa sustentabilidade, nosso patrimônio natural, a vida das gerações futuras.

Nessa linha de pensamento, faço este pergunta: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA tem participado da formulação das políticas públicas no País? Não falo só de política pública de meio ambiente, que é assunto transversal. Aqueles que estão preocupados com a questão ambiental e o CONAMA deveriam ser chamados para as discussões na hora de se formularem as políticas públicas, para o desenho daquilo que o Governo pretende apresentar à Nação, para a construção da pauta que apreciamos aqui dia a dia. Ou o CONAMA está se limitando a definir ou aprovar resoluções atropeladas?

Quando os interesses econômicos são mais fortes, atropelam não só resoluções do CONAMA, mas também a Constituição Federal. Assistimos a isso com a edição de 3 medidas provisórias, formuladas para autorizar o plantio e a comercialização de transgênicos sem licenciamento ambiental. Diz a lei em vigor, especialmente a Constituição, que toda atividade potencialmente causadora de dano ambiental precisa de licenciamento. A lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente regulamenta essa questão. Mas há o interesse econômico, quem plantou não podia levar prejuízo. A Constituição é boa, forte, deve ser respeitada, desde que...

É assim que estamos construindo uma Nação, mas não pode ser assim. É preciso a ruptura necessária. Porém, como eu dizia, não basta elegermos Presidente, Governador, Prefeito e acharmos que, com isso, estaremos consolidando a ruptura e a mudança de rumo. Não é assim, não vamos nos iludir. É preciso mobilização desta Casa, contribuição do Congresso

Nacional e da Câmara individualmente, por meio de cada um dos seus representantes, é preciso contribuição de cada um dos brasileiros, cada um procurando fazer a sua parte.

Aí, sim, estaremos ajudando a construir o País que queremos e precisamos. Não adianta apenas transferir responsabilidades. Não adianta uma Oposição que esteve no poder durante muito tempo e agora apenas se limita a fazer críticas. Quando puderam fazer algo, não fizeram. Cito as siglas PSDB e PFL, que tiveram a oportunidade de realizar aquilo que acham certo, a respeito do que dão tantas lições de moral, mas não o fizeram. É preciso também que esta Casa tenha a coragem e a autoridade demonstradas em muitos momentos e provoque o debate.

Sou Líder do Partido Verde, que pertence à base aliada. Mas isso não intimida a mim nem ao meu partido a questionar o que bem entendermos, porque essa é a contribuição que estamos dando ao Brasil, ao Governo e ao próprio Presidente Lula.

Ninguém pode viver só de aplausos. É preciso críticas. O Partido Verde está à disposição para colaborar, quer ser convidado para discutir, queria ter sido convidado para debater o projeto sobre concessão do manejo sustentável de florestas públicas, que já veio em regime de urgência, discuti-lo melhor, a fim de acrescentar algo. Uma boa notícia: o prazo para apresentação de emendas não mais termina hoje, Deputado Hamilton Casara, o Presidente Severino Cavalcanti, em boa hora, prorrogou-o até sexta-feira.

Queremos saber, Deputado Eduardo Valverde, que tem grande atuação na área ambiental, como fica a questão dos planos de manejo, sua revisão e a fiscalização, tão necessárias. Não adianta concessão para uso e manejo sustentável das florestas sem fiscalização eficiente, que garanta o uso sustentável.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O Sr. Eduardo Valverde** – Ilustre colega da Frente Parlamentar Indígena, é uma honra aparteá-lo. Comunico a V.Exa. importante dado: esse projeto de lei, que tem caráter de urgência, encaminhado pela Ministra do Meio Ambiente ao Congresso Nacional, ficou submetido à consulta pública durante 4 meses. Foram ouvidas cerca de 150 entidades, ONGs ligadas à área ambiental, para formatar um projeto de consenso. Por essa razão, depois da consulta pública e de vários seminários realizados em todo o Brasil, o Governo Federal apresentou esse projeto de lei. A floresta amazônica tem de ser utilizada de maneira correta e racional. Não pode ficar intocável, ou fica suscetível à "antropização", coisa que já se verifica no sul do Pará, ocorreu em Rondônia e pode acontecer também no Amazonas. Não é um projeto perfeito, precisar ser burilado, mas já vem para a Casa com o crivo da discussão de quase uma centena e meia de entidades.

**O SR. EDSON DUARTE** – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde. Essas consultas são importantes, mas o projeto terá de ser votado por todos os integrantes e Líderes da base aliada, pelos partidos da base aliada, sobretudo o PV, que tem atuação forte. Os Deputados Sarney Filho e Fernando Gabeira discutiram o assunto nesses dias.

O Partido Verde continua defendendo a moratória para o corte na Amazônia. Entendemos que a solução apresentada pelo Governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente, é proposta avançada, porque poderemos regular o uso da floresta e impedir o que vem acontecendo. Não é possível todos os anos sabermos de novo recorde de desmatamento, de destruição da Amazônia.

Até quando? Essa foi a pergunta com que iniciei meu discurso e é com ela que o encerro. Até quando, no que diz respeito à questão fundiária, à fiscalização e ao funcionamento pleno dos órgãos? Até quando as pessoas vão continuar morrendo, como se a questão ambiental fossem Dionísio, Dorothy, Chico Mendes? Ela é de todos nós, de todos os Governos, de toda a sociedade, de quem tem e de quem não tem dinheiro, de quem tem e de quem não tem terra. Ela é uma questão de sobrevivência.

É a minha colaboração para o debate, que, claro, não se encerra aqui, é complexo, com muitas opiniões. Mas deixamos nossa colaboração, esperando que a questão ambiental permeie todas as áreas governamentais e de toda a sociedade. Espero que um ambiente equilibrado e saudável, para o bem de todas as gerações, possa ser estabelecido e comemorado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Elimar Máximo Damasceno) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os rondonienses são muito ciosos de sua terra – uma região muito rica, de gente boa, potencialidade e crescimento sustentável –, mas uso da palavra neste momento para fazer uma análise do contexto atual.

Sabemos que nenhum Governo é imune a críticas, porém temos que avaliar a finalidade dessa crítica. Ela pode ter o intuito de melhorar a atuação de um governo, composto por seres humanos, que são falhos. Então, a crítica que tem a intenção de aprimorar, de elevar a ação governamental, é importante. Entretanto, muitas vezes, a crítica tem o intuito de destruir.

Estamos hoje sendo governados por uma coalizão de esquerda. Historicamente, todas as vezes em que o Brasil foi governado por uma coalizão de centro-esquerda, esse Governo sofreu fortes críticas do setor mais reacionário da sociedade. Assistimos a isso no segundo Governo de Getúlio Vargas, que deu uma guinada para a centro-esquerda, tentou fazer reformas de base importantes e foi solapado pela velha UDN, que até hoje existe no Brasil. O Governo de João Goulart, que também tentou implementar as reformas de

base, sofreu críticas, tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda.

O caso do Brasil não foi o único da América Latina. No Chile, Allende também sofreu forte resistência da direita empedernida, aberta e até escondida, como também da extrema-esquerda, que acossou o seu governo até provocar o golpe militar que colocou o país sob uma perversa ditadura, cujas feridas continuam expostas.

A grande questão é: como nós, do Partido dos Trabalhadores ou dos partidos aliados, podemos fazer uma crítica ao Governo Lula sem municiar a Oposição, cujo objetivo não é aprimorar o Governo e sim derrubá-lo, colocá-lo em maus lençóis perante a opinião pública, criar um clima de insatisfação e de derrotismo?

Sabemos que todo governo popular e democrático vai enfrentar a condição dada, o contexto socioeconômico existente. Vão continuar as mortes por inanição da população indígena? Vão. Vão ocorrer conflitos agrários com morte? Vão. Vão ocorrer tiroteios nas favelas do Rio de Janeiro entre polícia e gangues organizadas? Vamos ainda ter no País um elevado número de desempregados, porque a economia está resistindo? Sim, mas tudo isso é obra ou erro do Governo atual ou conseqüência das ações de Governos passados, que não estruturaram o País para dar uma resposta efetiva a esses fatos?

Sabemos que a máquina estatal foi tão deturpada, acossada, estruturada em cima de defesa dos interesses privados que hoje é preciso ser modernizada para responder às ações e às políticas de governo. A máquina burocrática que aí está é muito lenta. Será que ela está preparada para responder com eficácia aos novos interesses de quem governa? Obviamente que não. Temos uma burocracia pública ainda muito emperrada.

Os Deputados da base aliada e nós, do Partido dos Trabalhadores, não podemos ficar inertes. Não podemos ficar reféns de críticas que não são fundamentadas e que não têm o intento de construir.

Assim como fizeram com Getúlio Vargas na década de 50 ou João Goulart na década de 60, vão tentar solapar todo governo popular democrático cujo cerne seja construir uma democracia material, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais e que permita a todos os seus cidadãos acesso ao que é mais importante, a garantia que todos tenham acesso ao trabalho, à educação, à alimentação. E não um país restrito, em que o Estado tenha o interesse privado no seu cerne e que não seja voltado para os elevados interesses de uma república democrática.

Esse é o desafio do nosso Governo popular democrático, talvez o primeiro a surgir de baixo para cima. Reconhecendo o trabalho realizado por Getúlio Vargas e João Goulart, este Governo saiu do seio do movimento social, da esperança de milhares de pessoas, muitas das quais deram suas vidas, como Chico Mendes e, agora, a Irmã Dorothy.

Portanto, este Governo não pode fracassar, não pode ficar refém de críticas de uma Oposição atrasada, reacionária. O Governo não pode permitir que sua base aliada não tenha a compreensão desse contexto e pense que a crítica pela crítica servirá para aperfeiçoar o Governo. Muito pelo contrário, isso servirá apenas para desgastá-lo.

A história mostra que nenhum governo de esquerda é sucedido por outro governo de esquerda. Em geral, ele é sucedido por um governo mais reacionário, mais tacanho, mais atrasado, que propicia a involução da prática democrática.

**O SR. JOSIAS QUINTAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Elimar Máximo Damasceno) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSIAS QUINTAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, mais uma vez, refiro-me a um tema que considero da maior relevância: a organização policial do Brasil. Nesse sentido, proponho aos Parlamentares e à população brasileira que nos assiste e nos ouve uma reflexão acerca do assunto.

Nos últimos anos, o País presencia o esforço do Governo para tratar de grandes causas. Assim, a atual administração deu um exemplo dessa vontade: alterou o sistema previdenciário; viabilizou uma reforma tributária – se boa ou ruim, o povo vai julgar – e promoverá, muito em breve, as reformas sindicais e trabalhistas. No entanto, com relação à segurança pública, observo certa timidez, um silêncio tanto por parte do Governo como do Congresso, o que me preocupa. Parece-nos que não há vontade de encarar esse problema.

Em 1988, promulgamos uma Constituição muito avançada no que diz respeito às garantias individuais e aos direitos dos cidadãos, mas muito conservadora no tocante à manutenção de um sistema policial arcaico, ultrapassado. O tempo passou, a Constituição já completou 15 anos, e continuamos convivendo com um modelo policial arcaico, ineficaz, que não é capaz de elucidar sequer 6% dos homicídios quando se depende da investigação policial. O Brasil mantém esse sistema, o Parlamento mantém esse sistema.

Agimos, muitas vezes, por espasmos. Quando ocorre um crime de grande repercussão, como o assassinato da Irmã Dorothy, o Parlamento se mobiliza, a sociedade se mobiliza, o Governo também, mas no ponto crucial, que é o nosso sistema policial, ninguém toca. Então, vamos aguardar que ocorra mais um ato de violência de repercussão para voltamos a agir, e continuamos a conviver com esse modelo ultrapassado, único no mundo.

O Brasil é o único país em que há polícias partidas, meias polícias. A Polícia Militar é meia polícia e a Polícia Civil, do mesmo modo, meia polícia. Por conta disso, deparamos com resultados que revelam a ineficácia de nosso sistema.

Existem no Congresso Nacional cerca de 150 projetos que se referem à mudança do sistema poli-

cial, mas a burocracia do Congresso Nacional, ao que parece, não é capaz de trazer para este ambiente a matéria, para que possa ser discutida. Enquanto isso, a sociedade vai pagando o preço.

Conforme disse o Deputado Eduardo Valverde, do PT, que me antecedeu nesta tribuna, a violência está instalada em todo o País. Ela vai crescer no campo, e disso há provas contundentes, saltam aos olhos de todos. Ela vai crescer nas cidades. O processo de favelização, o estabelecimento de ambientes propícios a homizios de criminosos se torna maior por conta do uso desordenado do solo, em razão do crescimento desordenado das cidades, e a violência vai aumentando. Mas o Estado brasileiro não reage.

O Congresso Nacional não reage. Convivemos com um modelo estrutural já por demais ultrapassado. É preciso dar uma olhada no mundo, é necessário que os integrantes do Parlamento nacional observem o que ocorre no mundo, os modelos policiais existentes, para que ajustemos o nosso modelo conforme o de países que, por suas experiências, avançaram. Não podemos manter este sistema absolutamente carcomido, falido, porque vidas estão sendo perdidas.

O Estado brasileiro deve resolver as questões econômica e social, para que o problema seja evitado na sua origem. Mas é preciso também que tenhamos um aparelho policial capaz de enfrentar as demandas do dia-a-dia, até que a sociedade e o Estado brasileiro possam equacionar problema, cortar o mal pela raiz.

Sr. Presidente, quero pedir à população e aos Parlamentares que nos ouvem que façam uma reflexão e tomemos a iniciativa de tocar nessa grave ferida, nesse problema que é crucial para o Brasil, para a segurança de nossos cidadãos.

Precisamos mudar radicalmente e trocar o modelo policial brasileiro!

Muito obrigado.

*O Sr. Elimar Máximo Damasceno, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Josias Quintal, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Josias Quintal) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO** (PRONA – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifestamos especial sentimento ao ocupar a tribuna para tecer comentários acerca de um assunto que muito nos enternece e que, não menos freqüentemente, toca fundo em nossa alma.

Referimo-nos aos prodígios dos valores cristãos na vida política, à importância do Cristo Crucificado, neste plenário, e à presença da Bíblia Sagrada sobre a mesa.

Há tempos, vemos afrouxados os vínculos sociais, negados os valores familiares e esvaídos os princípios religiosos. A vida social está se tornando cada vez mais tempestuosa, na qual cada um se move por conta própria, por seu exclusivo interesse.

A esses enormes males, junta-se o aguilhão da diferença econômica, pungente para todos e insuportável para o povo.

Com este agravante, muitos desviam-se do conforto da fé e da esperança cristã, desistem da conquista de novos direitos e perdem a consciência da própria força.

Quando o homem se regula em tudo conforme a política humana e não conforme a prática do evangelho, quando reconhece a existência de Deus e facilmente blasfema, quando dá maior valor aos falaciosos clamores de escândalos e não atenta para os princípios cristãos, aí, para a desventura da raça humana, a esperança se esvai e o mal se materializa.

À vista do abismo que surge diante de nós, sentimos o dever de olhar para trás e rever as santas tradições do nosso País.

O abalo moral que iminentemente se assevera em nossa Nação não pode nos deter pela busca do equilíbrio e do amor encontrados em Jesus Cristo.

Ora, é exatamente esta a finalidade da ação cristã, conforme os ensinamentos divinos. Cada um é responsável pela sua vida diante de Deus, porém, devemos reconduzir Cristo aos costumes, à família, à sociedade e ao Parlamento. Faz-se premente, portanto, estarmos atentos para que as estruturas e formas de convivência estejam alicerçadas pelos valores evangélicos.

Eminentes pares, a fraternidade cristã abrange os mais diversos campos e cobre as múltiplas dimensões da vida em sociedade. Uma dessas dimensões é a fraternidade política, vista hoje como a consciência do dever de trabalhar junto com todas as pessoas de boa vontade. Daí a importância de introduzir na cultura de Estados pluralistas e democráticos, valores de justiça social e liberdade.

Com esse fim, somos convidados a uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica. Somos recrutados a construir uma civilização de amor, para a qual a presença dos símbolos cristãos, como a Bíblia e a cruz, torna-se necessária. Símbolos eloqüentes, fontes de luz, de consolo e de esperança.

O Senhor Jesus nos diz: "*Não vim para abolir as leis, mas para aperfeiçoá-las*". Usamos dessa passagem para relembrar, com muito apreço, a entronização da imagem de Cristo Crucificado na Câmara dos Deputados, acontecida em 1948, considerada uma das mais belas sessões solenes que esta Casa já presenciou. Aquela cerimônia traduziu o compromisso explícito do Parlamento brasileiro de viver o evangelho e ter Jesus Cristo como o Senhor de cada uma das pessoas, pela obediência às leis de Deus, na fé e no amor.

Entronizar quer dizer elevar ao trono, pôr em altar. O gesto de entronização do Cristo crucificado consiste em colocar o sinal de Jesus em um lugar especial, para recordar a sua presença permanente no recinto.

Traduzindo a verdade evangélica e iluminando esta Casa, a Cruz promove a liberdade política e a responsabilidade dos seus membros. Entendemos, assim, ser essencial que nós, políticos, comprometidos na promoção humana, tenhamos o domínio firme desse precioso símbolo que materializa a doutrina cristã.

E que façamos dele parte integrante da nossa missão na vida pública, para que se possa inspirar e vivificar a sociedade civil com o fermento do evangelho.

Esse sinal carregou sempre em si, em todas as civilizações antigas, um contexto simbólico extraordinário. Tornou-se verdade incontestável da redenção universal, presente em todas as culturas. No cristianismo, a cruz é o símbolo da reconciliação e da paz. É a vitória da vida.

Nobres pares, o que Deus tem preparado para o homem, bem como o que Ele requer do homem e o que o homem precisa saber sobre Deus, tudo está revelado no Livro que, neste instante, vemos sobre a mesa.

Hoje, é atual e necessário testemunharmos a fé em Deus com a Bíblia Sagrada perto de nossos olhos e de nosso coração. A sua presença no Parlamento tem a clara finalidade de destacar a importância da palavra de Deus na vida dos cristãos e na vida de cada um de nós. Com ela ao nosso alcance, temos, para nossa felicidade, mais uma oportunidade para lermos a Bíblia e nos tornarmos mais sábios, para crermos na Bíblia e sermos salvos e para praticarmos a Bíblia e sermos santificados.

Caros colegas, é reconfortante poder, enfim, gozar da incessante proteção do onipotente e eterno Sacerdote refletidos em Jesus e das palavras contidas na Bíblia Sagrada.

A fé em Cristo indica-nos o melhor caminho, converte-nos e traz esperanças. Em nosso itinerário cristão, jamais o significado que esses símbolos contêm deixará de nos alimentar e de nos fortalecer com a Palavra de Deus.

Acreditamos nessa verdade, que é santa, justa e boa.

Sr. Presidente, boa-noite, que Deus abençoe a família brasileira e todos os aniversariantes de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Josias Quintal) – Apresentação de proposições.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

*APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:*

| Autor | Proposição | Ementa |
|---|---|---|
| Carlos Nader | PL 4820/2005 | Dispõe sobre a criação da Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e dá outras providências. |
| Carlos Nader | PL 4821/2005 | Dispõe sobre financiamento às associações de aposentados, pensionistas e idosos para aquisição de ônibus, micro ônibus e vans, e dá outras providencias. |
| Carlos Nader | PL 4822/2005 | Fica instituída a obrigatoriedade de realização de perícia técnica anual, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT, em pontes e viadutos integrantes das rodovias e estradas federais. |
| Carlos Nader | PL 4823/2005 | Determina que as embalagens e os tubos de cremes dentais contenham informações que especifica, e fixa outras providências. |
| Carlos Nader | PL 4824/2005 | Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de postos de atendimento a consumidores e dá outras providências. |
| Paes Landim | REQ 2510/2005 | Requer, nos termos regimentais, seja declarada a prejudicialidade dos Projetos de Lei Complementar n.º 64, de 2003 e 232, de 2005 |
| Luiz Couto | REQ 2511/2005 | Requeiro a V. Exa. na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja registrada nos Anais da Casa, matéria publicada na Revista Carta Capital, datada de 02 de março de 2005, intitulada "A Razão do Estado" - EDUCAÇÃO - O Governo propõe regular o ensino universitário e contraria os interesses de poderosos grupos privados do setor. |
| Geraldo Resende | REQ 2512/2005 | Requer a criação de Comissão Externa com o objetivo de averiguar "in loco" e tomar as providências cabíveis junto ao poder público federal, estadual e municipal quanto as recorrentes mortes de crianças indígenas por desnutrição na Reserva Indígena de Dourados no Mato Grosso do Sul. |

## VI – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Josias Quintal) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Josias Quintal) – Encerro a sessão, designando para amanhã, terça-feira, dia 1º de março, às 14h, a seguinte

## ORDEM DO DIA

**URGÊNCIA**
(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

**Discussão**

**1**
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 226, DE 2004
(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 226, de 2004, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, da Lei no 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 13-12-04

**PRAZO NA CÂMARA:** 27-12-04

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 1-3-05 (46º DIA)

**URGÊNCIA**
(Art. 155 do Regimento Interno)

**Discussão**

**2**
PROJETO DE LEI N° 2.401-C, DE 2003
(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.401-A, de 2003, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial, pela aprovação (Relator: Dep. Darcísio Perondi).**

**MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**
(Art. 202 c/c Art. 191, I, do Regimento Interno)

**Votação**

**3**
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 227-C , DE 2004
(Do Senado Federal)

**Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 227-C, de 2004, que altera os artigos 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Dep. Maurício Rands); e do Relator da Comissão Especial, designado em Plenário, pela admissibilidade das emendas de nºs 1 a 45, apresentadas a esta, e das de nºs 1 a 20, apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 136/99, apensada; e, no mérito, pela aprovação desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 99/95, 144/95, 154/95, 258/95, 268/95, 326/96, 56/99, 122/95, 259/95, 153-A/99, 163/99, 363/01 e 455/01, apensadas, e das emendas de nºs 5, 17, 21, 22 e 29, apresentadas a esta, e das de nºs 5, 6, 7, 10, 17, 18 e 20, apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 136/99, apensada, com substitutivo, e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 117-A/92, 379/96, 563/97, 476/97, 631/98, 136-A/99, 166/99, 253/00, 457/01, 22/03, 36/03, 107/03 e 226/03, apensadas,**

**e das emendas de nºs 1 a 4, 6 a 16, 18 a 20, 23 a 28 e 30 a 45, apresentadas a esta, e das de nºs 1 a 4, 8, 9, 11 a 16 e 19, apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 136/99, apensada (Relator: Dep. José Pimentel).**

**Tendo apensadas as PECs de nºs 117-A/92, 99/95, 144/95, 154/95, 258/95, 268/95, 326/96, 56/99, 122/95, 259/95, 379/96, 563/97, 476/97, 631/98, 136-A/99, 153-A/99, 163/99, 363/01, 166/99, 253/00, 457/01, 455/01, 22/03, 36/03, 107/03 e 226/03.**

**Discussão**

**4**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285, DE 2004
(Do Poder Executivo)

**Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC 255/04, contendo os arts. 22, VIII, 34, V, c, 36, V, 61, § 3º; 100, § 1º, 105, III, d, 149-A, parágrafo único, 150,§ 6º; 152-A, 153, § 3º, V; 155, § 2º, II, c, IV, a, b, V, a, b, c, d, e, VI, a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, VII, a, b, c, d, VIII, IX, a, c, X, e, XI, XII, a, b, f, g, h, i, j, l, m, n, o, XIII, a, b, c, d, e, § 7º, I, II, 158, III, 17 constantes do art. 1º, os arts. 95, 96, parágrafo único I, II, III e 97 constantes do art. 2º, que trata do Ato das Disposições Transitórias, a integra dos arts. 3º, 8º e 9º); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade quando da apreciação da PEC 228/04, com emendas (Relator: Dep. Osmar Serraglio); da Comissão Especial, pelo desmembramento da de nº 255/04 nesta e na de nº 293/04, acompanhadas das respectivas emendas referentes aos dispositivos nelas contidos; pela aprovação desta e pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação das emendas de nºs 21, 24, 31, 34, 40, 54, 67 e 68, com substitutivo; e pela rejeição, na parte em que versem sobre os dispositivos apreciados, das emendas de nºs 2, 3, 5, 6, 8, 11, 15, 20, 26, 28, 38, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 88, 89 e 94 (Relator: Dep. Virgílio Guimarães).**

**ORDINÁRIA**

**Discussão**

**5**

PROJETO DE LEI Nº 1.708-A, DE 1996
(Do Sr. João Pizzolatti)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.708-A, de 1996, que dá nova redação ao "caput" do artigo 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências"; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição (Relatora: Sra. Zulaiê Cobra).**

**6**

PROJETO DE LEI Nº 4.742-A, DE 2001
(Do Sr. Marcos de Jesus)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.742-A, de 2001, que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e , no mérito, pela aprovação deste e do de nº 4.960/01, apensado, com substitutivo (Relator Dep. Aldir Cabral).**

**Tendo apensados os PLs nºs. 4.960/01, 5.887/01 e 5.971/01.**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS**

**EMENDAS**

**1. PROJETOS COM URGÊNCIA (Art. 64, § 1º da Constituição Federal)**

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989)

**PROJETO DE LEI**

**Nº 4.776/05 (PODER EXECUTIVO)** – Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o fundo Na-

cional de Desenvolvimento Florestal – FNDF , e dá outras providências.
**SOBRESTA A PAUTA EM:** 7-4-05 (46º dia)
**DECURSO:** 6ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 7-3-05
(Prazo prorrogado por Ato da Presidência, em 28-2-05, por 5 sessões)

**RECURSOS**

**1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RI**

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 3º, combinado com ART. 132, § 2º, DO RI

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º, DO RI

**COM PARECERES FAVORÁVEIS**
**PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 342-A/03 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Três Corações a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.237-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.363-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itu, Estado de São Paulo.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.373-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor-PROAME a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.398-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu – Paraná a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.410-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.411-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.418-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.440-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 1.445-A/04 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) –** Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural "Orlando do Carmo Arantes" de Edéia – GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

## PROJETOS DE LEI

**Nº 4.435-B/01 (JOÃO GRANDÃO) –** Altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 6.482-C/02 (OSMÂNIO PEREIRA) –** Dispõe sobre a possibilidade de as empresas ou capitais estrangeiros participarem direta ou indiretamente no setor de alta complexidade de prestação de serviços de saúde.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 722-B/03 (MÁRIO HERINGER) –** Estabelece o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

**Nº 3.605-A/04 (COLBERT MARTINS) –** Modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.
**DECURSO:** 2ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 4-3-05

## ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE MARÇO DE 2005

### Dia 1º, 3ª-feira

15:00 – PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)
15h25min – BARBOSA NETO (PSB – GO)

### Dia 2, 4ª-feira

15:00 BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS)
15:25 DRA. CLAIR (PT – PR)

### Dia 3, 5ª-feira

15:00 LUIZ PIAUHYLINO (PDT – PE)
15:25 ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)

### Dia 4, 6ª-feira

10:00 ALMIR SÁ (PL – RR)
10:25 PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PP – SP)
10:50 VIGNATTI (PT – SC)
11:15 FRANCISCO TURRA (PP – RS)
11:40 ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA)
12:05 JOÃO CAMPOS (PSDB – GO)
12:30 PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)
12:55 TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)
13:20 FÁTIMA BEZERRA (PT – RN)

### Dia 7, 2ª-feira

15:00 JORGE BOEIRA (PT – SC)
15:25 OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL)
15:50 ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE)
16:15 LUIZ CARLOS SANTOS (PFL – SP)
16:40 GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE)
17:05 JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
17:30 JOÃO FONTES (PDT – SE)
17:55 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)
18:20 SERGIO CAIADO (PP – GO)

### Dia 8, 3ª-feira

15:00 MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)
15:25 CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)

### Dia 9, 4ª-feira

15:00 VIEIRA REIS (PMDB – RJ)
15:25 LUCIANO ZICA (PT – SP)

### Dia 10, 5ª-feira

15:00 WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)
15:25 PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP)

### Dia 11, 6ª-feira

10:00 ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA)
10:25 MARCUS VICENTE (PTB – ES)
10:50 MÁRIO NEGROMONTE (PP – BA)
11:15 PAULO DELGADO (PT – MG)
11:40 KÁTIA ABREU (PFL – TO)
12:05 HOMERO BARRETO (PTB – TO)
12:30 PAES LANDIM (PTB – PI)
12:55 NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG)
13:20 BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)

### Dia 14, 2ª-feira

15:00 LEONARDO MATTOS (PV – MG)
15:25 JAMIL MURAD (PCdoB – SP)
15:50 DR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR)
16:15 VANDER LOUBET (PT – MS)
16:40 REMI TRINTA (PL – MA)
17:05 GUILHERME MENEZES (PT – BA)
17:30 ANN PONTES (PMDB – PA)
17:55 ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP)
18:20 INALDO LEITÃO (PL – PB)

### Dia 15, 3ª-feira

15:00 FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA)
15:25 JORGE BITTAR (PT – RJ)

### Dia 16, 4ª-feira

15:00 LUIZ BASSUMA (PT – BA)
15:25 JOSÉ PRIANTE (PMDB – PA)

### Dia 17, 5ª-feira

15:00 ALMIR MOURA (S.PART. – RJ)
15:25 MARCELO CASTRO (PMDB – PI)

**Dia 18, 6ª-feira**

10:00 MANINHA (PT – DF)
10:25 NEYDE APARECIDA (PT – GO)
10:50 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
11:15 NELSON TRAD (PMDB – MS)
11:40 ANSELMO (PT – RO)
12:05 VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
12:30 ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
12:55 OSVALDO COELHO (PFL – PE)
13:20 DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)

**Dia 21, 2ª-feira**

15:00 ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
15:25 ZARATTINI (PT – SP)
15:50 DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)
16:15 JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP)
16:40 CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC)
17:05 ÁTILA LINS (PPS – AM)
17:30 MARCELO BARBIERI (PMDB – SP)
17:55 DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB)
18:20 MARIA HELENA (PPS – RR)

**Dia 22, 3ª-feira**

15:00 BOSCO COSTA (PSDB – SE)
15:25 DR. BENEDITO DIAS (PP – AP)

**Dia 23, 4ª-feira**

15:00 ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
15:25 ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)

**Dia 28, 2ª-feira**

15:00 PAULO PIMENTA (PT – RS)
15:25 DARCI COELHO (PP – TO)
15:50 CÉSAR BANDEIRA (PFL – MA)
16:15 MARCELLO SIQUEIRA (PMDB – MG)
16:40 AGNALDO MUNIZ (PP – RO)
17:05 NICE LOBÃO (PFL – MA)
17:30 FERNANDO FERRO (PT – PE)
17:55 JOSIAS GOMES (PT – BA)
18:20 JORGE ALBERTO (PMDB – SE)

**Dia 29, 3ª-feira**

15:00 OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS)
15:25 MARCOS DE JESUS (PL – PE)

**Dia 30, 4ª-feira**

15:00 CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS)
15:25 PEDRO FERNANDES (PTB – MA)

**Dia 31, 5ª-feira**

15:00 ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL)
15:25 PAULO ROCHA (PT – PA)

# ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

## I – COMISSÕES PERMANENTES

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

**DECURSO:** 4ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 02-03-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 752/03 – Do Sr. Dr. Pinotti – que "altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, outorgando prioridades às industrias que produzem fármacos de medicamentos utilizados no cuidado aos doentes de AIDS e portadores de HIV".
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 923/03 – Do Sr. Mário Assad Júnior – que "estabelece a obrigatoriedade de avaliação da conformidade para aparelhos que emitam radiação eletromagnética".
RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.528/04 – Do Sr. Carlos Rodrigues – que "dispõe sobre as conseqüências sofridas pelo estabelecimento comercial, que for pego com mercadoria roubada".
RELATOR: Deputado LUPÉRCIO RAMOS.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 3.867/00 – Do Sr. Darcísio Perondi – que "estabelece as regras relacionadas sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dá outras providências". (Apensados: PL Nº 4.599/2001 (Apensado: PL Nº 3.690/2004) e PL Nº 4.654/2001)
RELATOR: Deputado DR. BENEDITO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.001/04 – Do Sr. Augusto Nardes – que "revoga os §§ 3º a 5º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002".
RELATOR: Deputado RONALDO DIMAS.

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

**DECURSO:** 4ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 02-03-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.348/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “”Institui a gratuidade nos transportes interestaduais para as populações indígenas.””
RELATORA: Deputada IRINY LOPES.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 2.002/03 – Do Sr. Ricarte de Freitas – que “dispõe sobre exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências”.
RELATOR: Deputado FERNANDO DINIZ.

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

**DECURSO:** 3ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 03-03-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

**A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 6.413/02 – Do Sr. Alberto Fraga – que “determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transportes de valores”.
RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

**DECURSO:** 3ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 03-03-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 477/99 – Do Sr. Bispo Rodrigues – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio de árvores nativas de cada região, em especial aquelas ameaçadas de extinção, na forma que especifica, e dá outras providências.””
RELATOR: Deputado LUIZ ALBERTO.
**DECURSO:** 4ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 02-03-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 3.683/04 – Do Sr. Leonardo Mattos – que “dispõe sobre o controle da população de animais domésticos e dá outras providências”. (Apensado: PL Nº 4.118/2004)
RELATOR: Deputado B. SÁ.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

**DECURSO:** 4ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 02-03-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.587/04 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento emissor de cupom fiscal em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis”.
RELATOR: Deputado MARCUS VICENTE.
**DECURSO:** 5ª SESSÃO
**ÚLTIMA SESSÃO:** 01-03-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.546/04 – Do Sr. Eduardo Paes – que "institui que toda licitação voltada para operações de compra e venda de energia elétrica, inclusive na modalidade de leilão, terá a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas, altera dispositivo da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências".
RELATOR: Deputado DR. HELENO.

*(Encerra-se a sessão às 20 horas.)*

***DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO GRANDE EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 009, REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:***

**O SR. PAES LANDIM** (PTB – PI. Como Líder.) – Sr. Presidente, o jornal **O Globo** de ontem, no Caderno Especial, traz os nomes que marcaram o ano de 2004, elegendo as 15 personalidades que mais se destacaram e ajudaram o Brasil a mudar.

Receberam o Prêmio Faz Diferença, no cinema, a grande figura de Walter Salles; na TV, a grande atriz Regina Casé; na música, Adriana Calcanhoto; no teatro, Eva Wilma; nos esportes, Clodoaldo Silva; no Mundo, General Heleno, pela atuação das tropas do Brasil no Haiti; no Rio, Max Feffer; Razão Social, Fundação Banco do Brasil; País, Paulo Lacerda, pelo grande trabalho da Polícia Federal em nosso País; Economia, Celso Amorim; Ciência, Niède Guidon; Magazine/Educação, Ivaldo Bertazzo; no Caderno Especial Prosa e Verso, Lygia Bojunga; e, na Moda, Isabela Capeto. E, como personalidade de 2004, a figura de Dione Pereira Machado, a dona de casa simples, humilde, pobre, que devolveu 50 reais ao Programa Bolsa-Família no dia em que o marido conseguiu um emprego.

Dione Pereira Machado teve o gesto de grandeza que faltou à cidadã eleita Prefeita em Santo Antônio dos Milagres, no Piauí. Esta, embora o marido empregado, com casa e automóvel, recebia do Programa Bolsa-Família. Dione, senhora dona de casa, desempregada, no dia em que o marido arrumou um modesto emprego, com um salário mínimo, devolveu o Bolsa-Família. É realmente um grande exemplo para o País. Daí a razão de o jornal *O Globo* destacá-la como personalidade do ano.

Sr. Presidente, também na capa da revista *O Globo* de ontem foi publicado artigo de Roberto Jansen sobre a arqueóloga Niède Guidon, intitulado *Ciência e vida, a arqueóloga Niède Guidon na luta pela preservação*, cujo trecho passo a ler*:*

> "Aos 71 anos, a arqueóloga Niède Guidon está mais ativa do que nunca. Sua luta pela preservação dos tesouros arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, prossegue, já que agora a região está ameaçada por assentamentos".

Em seguida, ele faz uma série de perguntas. É interessante citar sua explicação para as atuais ameaças em relação ao Parque Nacional da Serra da Capivara, patrimônio cultural da humanidade reconhecido pela UNESCO. Ele pergunta:

> "A senhora luta há anos pela preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara. Qual é a situação hoje? As coisas melhoraram?"

Niède responde:

> "Não. Desde que estou aqui, a situação só piora. Diversas pessoas se instalaram em uma área limítrofe a oeste do parque e o INCRA anunciou que iria regularizar a situação das pessoas. Com isso, mais gente correu para a região e começou a desmatar, queimar e invadir para garantir o direito de ser assentada. A área é colada ao parque e é constantemente ameaçada com fogo. Os assentados costumam fazer queimadas para abrir áreas de plantio e, com freqüência, o fogo invade o parque. Mas há também um outro assentamento oficializado há 4 anos a uns 8 quilômetros dos limites do parque. Dessa área sempre vêm caçadores, porque essas pessoas recebem um pedaço de terra e 15 mil reais, mas não conseguem cultivar nada.
>
> Isso não é reforma agrária. É preciso dar escola e ensinar tecnologia agrícola. De que adianta dar um pedaço de área seca? Se chove, eles comem; se não chove, pedem esmola na cidade. Eles queimaram boa parte da floresta, que era reserva legal. Não têm a mínima noção de preservação. É uma catástrofe se produzindo ao lado do parque."

Sr. Presidente, é interessante que, no fundo, a Dra. Niède Guidon se mostra magoada com o atual Governo pelo descaso que considera haver em relação ao Parque. Nesse caso, ela precisava saber que o eminente Presidente da República não tem informação adequada sobre o que acontece no entorno do Parque, talvez porque os acontecimentos estejam distante do noticiário nacional. Contudo, S.Exa. tem tanto interes-

se no pólo turístico, que envolve a região do Parque Nacional da Serra da Capivara, que, com entusiasmo, autorizou o Ministro do Turismo, Dr. Walfrido Mares Guia, que invista na construção de um aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, o que infelizmente até agora não saiu do papel. As providências, contudo, foram tomadas pelo próprio Presidente Lula.

Por último, Sr. Presidente, sobre os assentamentos, é de justiça registrar que o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rossetto, quando tomou conhecimento da política predatória do INCRA em relação aos assentamentos em derredor do Parque Nacional Serra da Capivara, determinou imediatamente que o órgão racionalizasse melhor suas providências e tivesse mais prudência. Tenho certeza de que S.Exa. não permitirá que os assentamentos sejam foco de destruição desse patrimônio cultural da humanidade, que é o Parque Nacional da Serra da Capivara.

Parabenizo *O Globo* pelo prêmio concedido à Dra. Niède Guidon. Trata-se de uma justa escolha. Realmente, ela é uma cientista que orgulha e honra o Brasil. Sua entrevista foi muito oportuna, embora entenda que deva ser feito esse pequeno reparo.

Tenho certeza de que o Presidente Lula será nosso grande aliado na luta que Niède Guidon desenvolve para transformar o pólo do ecoturismo do Parque Nacional Serra da Capivara no instrumento de progresso social e econômico do meu sertão, gerando emprego e renda para a sua sofrida gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## PARECERES

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
### Nº 344-A, DE 2002
(Do Poder Executivo)
**MSC Nº 976/2002**

**Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO NOVAIS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: DEP. SIGMARINGA SEIXAS).**

**Despacho:** Às Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação dos Pareceres das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e De Cidadania

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### I – Relatório

O Projeto de Lei Complementar nº 344, de 2002, encaminhado pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 976, de 8 novembro de 2002, acrescenta às competências privativas do Banco Central, estabelecidas pelo art. 10 da Lei nº 4.595, de 31/12/1964, a de decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a higidez do sistema financeiro.

No exercício da atribuição acima, se a Autoridade Monetária concluir que o ato de concentração não afeta a higidez do sistema financeiro, encaminhará a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência. A proposição atribui ao Banco Central o exame dos atos de concentração realizados anteriormente à vigência da presente lei.

A Exposição de Motivos, anexa à Mensagem Presidencial, ressalta a necessidade de aprimorar o modelo regulatório e de defesa da concorrência no setor financeiro, redefinindo as funções atualmente exercidas pelos órgãos responsáveis pela defesa da concorrência e pelo Banco Central.

Nos termos regimentais, compete-nos manifestar sobre o mérito da proposição (art. 24, I) e sobre sua adequação financeira e orçamentária (art. 53, II).

#### II – Voto do Relator

A iniciativa do Poder Executivo, que consideramos conveniente e oportuna, trata de matéria de elevada relevância e, ao mesmo tempo, complexa institucional e operacionalmente.

A livre concorrência é um dos princípios basilares de uma economia de mercado, estando incorporado à Constituição da República (art. 170). Por sua vez, apresenta-se evidente a imprescindibilidade da solidez do sistema financeiro.

A complexidade operacional, além da possibilidade de estes objetivos apresentarem-se conflitantes, especialmente em momentos de grande turbulência econômico-financeira, agrava-se pelo fato de os órgãos competentes situarem-se em diferentes áreas da administração pública.

Neste contexto, o projeto de lei complementar em apreciação tem o mérito de propor mecanismos de

integração entre o Banco Central, o CADE e demais órgãos de defesa da concorrência.

A Lei nº 8.884, de 11/06/94, que "transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências" não dá imunidade antitruste a nenhum setor da economia.

Em seu artigo 12, prevê a participação do Ministério Público Federal na análise dos atos de concentração e dos demais processos sujeitos à apreciação do CADE.

Com o objetivo de fortalecer os mecanismos de integração entre o Banco Central, guardião da higidez do sistema financeiro, os órgãos responsáveis pela defesa da concorrência e o Ministério Público, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, propomos duas emendas à proposição em exame, em consonância com as disposições da Lei nº 8.884, art. 12, e as atribuições do Banco Central do Brasil, dispostas pela Lei nº 4.595, de 31/12/64.

Propomos que o Ministério Público Federal acompanhe, mediante ofício do Banco Central, a análise dos atos de concentração no sistema financeiro, quanto ao aspecto de sua higidez. No caso de a análise mencionada concluir que o ato de concentração não afeta a higidez do sistema financeiro, mantemos o dispositivo do projeto em exame, segundo o qual o Banco Central encaminhará imediatamente a matéria ás autoridades responsáveis pela defesa da concorrência.

Desta forma, manifestamo-nos pela aprovação do projeto em exame, com a inclusão das emendas anexas.

Por outro lado, compete a esta Comissão de Finanças, além de manifestar-se sobre o exame de mérito, apreciar a proposta quanto à sua adequação orçamentária e financeira, conforme prevêem os arts. 32, IX, "h", e 53, II, do Regimento interno da Câmara dos Deputados.

A matéria tratada no projeto em exame não tem impacto orçamentário ou financeiro. Isto porque simplesmente transfere atribuições de uma autarquia para outra (s). Assim, quando for o caso, em vez de o Banco Central decidir sobre atos de concentração no sistema financeiro, outras instituições governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Secretaria de Direito Econômico e a Secretaria de Acompanhamento Econômico, é que o farão, conforme disciplinamento previsto na Lei 8.884/94. É natural que, caso o Projeto seja aprovado, os futuros orçamentos dos respectivos órgãos governamentais contemplem os ajustes necessários.

Ante o exposto, votamos pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei Complementar nº 344, de 2002. Quanto ao mérito, opinamos pela sua aprovação, com a inclusão das emendas anexas.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2003. – Deputado **Pedro Novais,** Relator.

### EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 3º a seguinte redação:

> "§ 3º No exercício da competência a que se refere o inciso XIII deste artigo, o Banco Central do Brasil oficiará ao Procurador Geral da República que, ouvido o Conselho Superior, designará membro do Ministério Público Federal para, nessa qualidade, acompanhar a análise dos atos de concentração entre instituições financeiras".

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2003. – **Pedro Novais,** Relator.

### EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao projeto o seguinte parágrafo:

§ 4º Se a análise referida pelo parágrafo anterior concluir que o ato de concentração não afeta a higidez do sistema financeiro, o Banco Central do Brasil encaminhará imediatamente a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2003. – **Pedro Novais,** Relator.

### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em reunião ordinária desta Comissão, realizada no dia 22 de outubro de 2003, tive a oportunidade de apresentar parecer pela adequação financeira e orçamentária do PLC nº 344, de 2002, do Poder Executivo e, no mérito, propus sua aprovação com duas emendas.

Durante a discussão da matéria, o nobre Deputado José Pimentel declarou-se favorável ao meu parecer, desde que retiradas as duas emendas por mim propostas. Justificou a sua posição com o argumento de que o projeto de lei está orientado no sentido de conferir-se às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência, em relação às instituições financeiras, as atribuições que já detêm em relação aos demais setores da economia, na conformidade da Lei nº 8.884, de 1994 (Lei Antitruste).

Assim, no entender daquele parlamentar, a competência que a Emenda nº 1 pretende conferir à Procuradoria Geral da República está em desacordo com os objetivos perseguidos pelo projeto de lei sob exame.

Melhor examinada a matéria, concordei com os argumentos sugeridos para efeito de modificar o meu

parecer, conforme previsto no inciso XI do art. 56 do RICD, ficando excluídas as duas emendas.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2003. – Deputado **Pedro Novais,** Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 344/02, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Novais, com complementação de voto, contra o voto do Deputado Coriolano Sales.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eliseu Resende, Presidente; Fábio Souto, Paulo Bernardo e Enivaldo Ribeiro, Vice-Presidentes; Antonio Cambraia, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlito Merss, Carlos Willian, Coriolano Sales, Félix Mendonça, Gonzaga Mota, Itamar Serpa, João Correia, João Leão, José Militão, José Pimentel, Luiz Carlos Hauly, Luiz Carreira, Max Rosenmann, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Novais, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Brant, Vignatti, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Carlos Eduardo Cadoca, José Carlos Elias, José Mentor e Kátia Abreu.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2003. – Deputado **Eliseu Resende,** Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**I – Relatório**

Originária do Poder Executivo, a proposição sob exame objetiva, mediante proposta de alteração da Lei nº 4.595, de 31.12.1964, definir competências do Banco Central do Brasil com respeito aos atos de concentração econômica praticados entre instituições financeiras, que afetem aquilo que no Projeto é chamado de "higidez do sistema financeiro". Por outro lado, a clara delimitação de tais competências inviabilizará o surgimento de eventuais conflitos interpretativos e de aplicação normativa da Lei nº 8.884, de 11.06.94 (a denominada Lei Antitruste), face a normas ou a práticas congêneres, da referida lei bancária ou daquele Banco Central.

1.2 Nesta Câmara dos Deputados, o presente Projeto foi distribuído à Comissão de Finanças e Tributação, que, nos termos do parecer do ilustre Deputado PEDRO NOVAES, manifestou-se pela adequação financeira e orçamentária da matéria, também por sua aprovação quanto ao mérito, e a esta Comissão de Constituição e Justiça, e de Redação – CCJR –, com expressa previsão de observância do disposto no art. 54 (inciso I, no caso) do Regimento Interno da Casa, que assegura o caráter terminativo do respectivo parecer quanto à apreciação de constitucionalidade ou juridicidade.

É o Relatório.

**II – Voto do Relator**

2.1 Ressalte-se, previamente, que a competência desta Comissão para o exame da presente matéria decorre do disposto na letra a, do inciso III, do art. 32 do Regimento Interno da Casa, prevista nos seguintes termos:

> "Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:
>
> ..............................................................
>
> III – Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
>
> aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;
>
> .............................................................."

2.2 As medidas propostas consistem no seguinte:

2.2.1 a) alteração do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, visando a especificar, no inciso XIII do referido artigo, que compete privativamente ao Banco Central "decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a higidez do sistema financeiro" ;

2.2.2 b) alteração do mesmo art. 10 para, mediante acréscimo de § 3º, dispor que "no exercício da competência a que se refere o inciso XIII deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a higidez do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência" ;

2.2.3 c) previsão, nos termos do art. 2º do Projeto sob exame, de que a competência estabelecida no acima citado inciso XIII do art. 10 implica "o exame dos atos de concentração e a punição das condutas lesivas à concorrência praticados por instituições financeiras anteriormente à vigência desta Lei Complementar" ;

2.2.4 d) revogação, na forma do art. 4º da proposição sob análise, do §2º do art. 18 da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

2.3 O §2º do art. 18 da Lei nº 4.595/64 tem a seguinte redação:

> "O Banco Central do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a

aplicação da pena (vetado) nos termos desta lei".

2.3.1 Trata-se de norma original do mencionado texto legal que, em vigor, portanto, desde a vigência da própria Lei nº 4.595/64, dispunha – em certo sentido – sobre matéria relativa a concorrência e respectiva outorga de competência ao Banco Central para aplicação de pena no caso do cometimento de abusos concorrenciais.

2.3.2 Não obstante a existência paralela e concomitante de legislação sobre concorrência e abuso do poder econômico, ao tempo da entrada em vigor e conseqüente aplicação da Lei nº 4.595/64, aquela legislação específica não ensejava conflito normativo com o referido dispositivo da lei bancária cuja revogação ora se propõe no Projeto sob exame.

2.4 Um aparente conflito passou a existir com o advento da Lei nº 8.884, de 11.06.94, a chamada Lei Antitruste, que dispôs sobre a transformação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – em Autarquia e sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e deu outras providências.

2.5 É que a citada Lei Antitruste, em seu 7º, inciso XII, combinado com o disposto no seu art. 54, caput, estabelece o seguinte:

> " Art. 7º. Compete ao Plenário do CADE:
>
> ..............................................................
>
> XII – apreciar os atos ou condutas, sob qualquer forma manifestados, sujeitos à aprovação nos termos do art. 54, fixando compromisso de desempenho, quando for o caso".
>
> " Art. 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do CADE".

2.6 Antes de prosseguir, convém assinalar que, nos termos do art. 3º dessa Lei nº 8.884/94, "o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, órgão judicante com jurisdição em todo o território nacional, criado pela Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, passa a se constituir em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, e atribuições previstas nesta lei".

2.6.1 Logo, o CADE detém, por expressa determinação legal, a prerrogativa de exercer função jurisdicional administrativa em todo o território nacional, sendo autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça.

2.6.2 Tem-se, então, que, a partir de entrada em vigor da Lei Antitruste, somente ao CADE cabe apreciar – e decidir sobre, vale dizer, julgar – os chamados atos de concentração, os quais, nos termos da norma definidora constante do art. 54 dessa Lei, acima transcrito, pode implicar abusos e violações ao princípio da concorrência, que é um dos fundamentos da democracia econômica.

2.7 Mas, no que se relaciona a atos de concentração entre instituições financeiras, consta que o Banco Central do Brasil não abria mão de sua autoridade decisória sobre essa matéria, gerando, assim, um conflito de competências entre os órgãos incumbidos dessa atribuição específica.

2.8 A fim de que o Banco Central mantenha a força de sua "palavra final" sobre a específica matéria objeto da presente proposição, o Projeto acrescenta um §3º ao art. 10 da lei bancária, visando a especificar que "no exercício da competência a que se refere o inciso XIII deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a higidez do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência". (O sublinhado na transcrição é meu).

2.8.1 E se o BACEN concluir que o ato em questão afeta a tal higidez do sistema? Nesse caso, caberá a ele decidir acerca de tal ato, na forma do disposto no inciso XIII, do art. 10, da lei bancária, ora introduzido pelo Projeto sob exame.

2.9 No âmbito de competência desta CCJR, relativamente à constitucionalidade da matéria, não vislumbro óbices para seu acolhimento.

2.10 Quanto à juridicidade, a matéria, igualmente, não agride o sistema jurídico como um todo, nem os subsistemas legais nos quais se encerra.

2.11 Já, dos pontos de vista de técnica legislativa e de redação normativa, a par de se ter verificado, no geral, observância das normas pertinentes, constantes das Leis Complementares nºs 95, de 26.02.1998, e 107, de 26.04.2001, que dispõem sobre elaboração normativa, deve ser ressaltado, contudo, a impertinência de certa expressão utilizada no Projeto, em desacordo, a meu ver, com a prescrição da alínea "a", do inciso I, do art. 11, da citada Lei nº 95/98.

2.11.1 Eis o que dispõe a Lei por último citada:

> "Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:
>
> I – para a obtenção de clareza:
>
> usar as palavras em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técni-

co, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

..............................................................”

2.12 O Projeto de Lei sob exame, tanto na disposição constante do inciso XIII do art. 10 da Lei nº 4.595/64, que se quer alterar, quanto na do § 3º do mesmo artigo, que se quer introduzir, emprega a palavra higidez. Tal vocábulo aparece no Dicionário Aurélio, por exemplo, significando, exclusivamente, “estado de saúde”.

2.12.1 Tenho lido e ouvido o emprego metafórico dessa palavra em alguns textos, sobretudo de economia. Mas, em textos jurídicos, ou legais, não me recordo de já o ter encontrado. De qualquer maneira, claramente, pelo seu significado léxico exclusivo, em não tratando o Projeto de matéria versando assunto técnico de medicina, é de aplicar-se a norma acima transcrita, a fim de corrigir o emprego impróprio da citada palavra.

2.12.2 No caso, parece-me evidente que a preocupação do legislador é com a confiabilidade e a segurança do sistema financeiro. Por isso, vou optar por emenda redacional que corrija a apontada impropriedade.

2.13 De outra parte, pude verificar que o texto em vigor da mencionada Lei nº 4.595/64, em seu art. 10, já contempla um inciso XIII com renumeração determinada pela Lei nº 7.730, de 31.01.89. Após essa alteração, não aparece nos sistemas informatizados que contêm a legislação federal atualizada qualquer nova alteração do referido dispositivo. Entendo, portanto, que deva ter havido um cochilo dos elaboradores do Projeto, razão pela qual optarei, na mesma emenda redacional, por alterar a referência a inciso XIII do art. 10, para inciso XIV do mesmo art. 10.

2.14 Ante o exposto, inexistindo óbices de natureza constitucional e jurídica, conquanto apresente as já analisadas impropriedades de técnica legislativa e redacional, opino pela aprovação do presente Projeto de Lei Complementar nº 344, de 2002, na forma da emenda de redação que apresento em anexo.

2.15 É o parecer que submeto aos doutos membros desta Comissão de Constituição e Justiça, e de Redação.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2004. – Deputado **Sigmaringa Seixas,** Relator.

EMENDA Nº 01 DO RELATOR

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 344, de 2002 a seguinte redação:

“Art. 1º....................................................

Art. 10...................................................

..............................................................

XIV – decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a confiabilidade e a segurança do sistema financeiro.

..............................................................

§ 3º No exercício da competência a que se refere o inciso XIV deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e a segurança do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência” (NR).

Sala da Comissão, em 13 de fevereiro de 2004. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei Complementar nº 344/2002, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sigmaringa Seixas.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands – Presidente, Alexandre Cardoso, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Carlos Mota, Carlos Rodrigues, Darci Coelho, Dimas Ramalho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, João Almeida, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Ney Lopes, Odair, Odelmo Leão, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Rubens Otoni, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Takayama, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Ann Pontes, Átila Lira, Colbert Martins, Coriolano Sales, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neuton Lima, Ronaldo Caiado e Sandra Rosado.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004. – Deputado **Maurício Rands,** Presidente.

**PROJETO DE LEI Nº 2.501-B, DE 2000**
(Da Sra. Celcita Pinheiro)

**Dá nova redação ao inciso II do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ADEMIR LUCAS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juri-**

**dicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: DEP. ANDRÉ DE PAULA).**

**Despacho:** Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

**Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

**I – Relatório**

1. A proposição sob exame pretende modificar o inciso II, do art. 20, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, artigo esse que dispõe sobre o enquadramento das instituições privadas de ensino.

2. A redação sugerida para o inciso II, nas instituições comunitárias, inclui os pais nas cooperativas de professores e alunos, da seguinte maneira:

"Art. 20 As instituições privadas de ensino se enquadram nas seguintes categorias:

.............................................................

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos que incluam em sua entidade mantenedora representantes (da comunidade);

............................................................."

3. A autora da proposição assim a justifica:

"As cooperativas educacionais têm-se revelado iniciativas bem sucedidas no atendimento escolar a famílias insatisfeitas com a qualidade do ensino público e com a orientação e o alto custo das escolas particulares.

Mediante a elaboração conjunta de uma proposta pedagógica específica e de uma estrutura administrativa e financeira própria, pais e professores têm sido competentes na criação de escolas que atendam as necessidades de seus filhos. A participação e o compromisso dos cooperados asseguram que os serviços educacionais sejam oferecidos a preços de custo, desonerando as famílias de despesas que, nos últimos anos, têm comprometido seriamente os orçamentos domésticos.

A Lei das Diretrizes e Bases em vigor prevê apenas cooperativas "de professores e alunos". Não vemos qualquer razão objetiva para que sim "de professores e alunos" e por que não "de pais, professores e alunos". Afinal, são os pais os maiores interessados na boa educação de seus filhos.

............................................................"

4. A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO aprovou o projeto, com fulcro no parecer do Relator, Deputado ADEMIR LUCAS.

É o relatório.

**II – Voto do Relator**

1. Nos termos regimentais, compete a esta Comissão a análise de projetos, emendas e substitutivo, subemendas à Câmara e suas Comissões, sob a óptica da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa (art. 32, III, alínea a do Regimento Interno).

2. Compete privativamente à União legislar (art. 22 da Constituição Federal) sobre diretrizes e bases da educação nacional (inciso XXIV).

Com esteio nesse preceito constitucional foi editada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, a denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo art. 20, no seu inciso II, se deseja agora acrescer.

3. Por outro lado, o art. 24 do Texto Supremo arrola, na competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, legislar sobre educação (IX), esclarecendo o § 1º que, no âmbito dessa competência, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, isto é, normas de aplicação uniforme em todo o território nacional.

4. Assim sendo, o voto é pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.501, de 2000, corrigindo-se, porém, pequena imperfeição no texto do inciso a alterar, por não ter figurado, a seu término, a palavra "comunidade", já constante da disposição, bem como para inserir, corretamente, a sigla (NR), no final do artigo, tudo na emenda anexa.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2003. – Deputado **André de Paula,** Relator.

**EMENDA**

Dê-se nova redação ao inciso II, do art. 20, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional":

"Art. 20 .................................................

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

....................................................." (NR)

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2003. – Deputado **André de Paula,** Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei nº 2.501-A/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado André de Paula.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands – Presidente, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Darci Coelho, Dimas Ramalho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Eliseu Padilha, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Odair, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Rubinelli, Wagner Lago, André de Paula, Ann Pontes, Colbert Martins, Coriolano Sales, Dra. Clair, Fernando Coruja, Gilmar Machado, Isaías Silvestre, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Neuton Lima e Roberto Magalhães.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2004. – Deputado **Maurício Rands,** Presidente.

### PROJETO DE LEI Nº 219-B, DE 2003

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

**Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre prestação de informações detidas pelos órgãos da Administração Pública; tendo pareceres da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. RICARDO RIQUE) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. MENDES RIBEIRO FILHO).**

**Despacho:** Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

### I – Relatório

Trata-se de projeto de lei que tem por objetivo disciplinar o direito individual, assegurado pelo art. 5º, XXXIII, do texto constitucional, de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Nos termos do projeto, estariam sujeitos à disciplina legal nele estabelecida todos os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A proposição estabelece condições de acesso aos documentos administrativos de interesse geral ou coletivo distintas daquelas previstas para o acesso a informações nominativas, que contenham dados pessoais. Nos termos do art. 3º do projeto, é vedada a prestação de informações protegidas por segredo de justiça, bem como as que possam colocar sob risco a segurança nacional, a política exterior, a segurança pública e a investigação de infrações fiscais.

O acesso a documentos nominativos é limitado, nos termos do art. 8º, à própria pessoa a quem digam respeito, ou a terceiros designados ou que tenham legitimidade para tal. De forma semelhante, o art. 6º restringe o acesso a documentos que possam conter segredos comerciais aos representantes legais da própria empresa. A proposição contém ainda dispositivos que tratam das formas e condições para prestação das informações, dos prazos para tal ou para indeferimento do pedido, e dos eventuais recursos contra decisão nesse sentido.

Cabe a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, manifestar-se, na presente oportunidade, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 219, de 2003.

### II – Voto do Relator

O direito de acesso a informações detidas por órgãos públicos, assegurado pelo art. 5º, XXXIII, da Constituição, ainda não se encontra adequadamente disciplinado na legislação infraconstitucional. Leis esparsas cuidam de alguns aspectos do acesso a informação em determinados contextos particulares. Não há, contudo, lei vigente que dê à matéria um tratamento abrangente e sistemático. Nessas circunstâncias, o projeto de lei ora relatado é inquestionavelmente oportuno, pois vem preencher lacuna em nosso ordenamento jurídico. A norma legal ora submetida a esta Câmara dos Deputados espelha-se em exemplos de diversos outros países que adotaram leis em benefício da liberdade de informação, conforme consta da própria justificação do projeto.

Quanto a seu conteúdo, salta aos olhos o esmero com que o projeto foi elaborado, evidenciando a preocupação do Autor em assegurar o cumprimento do referido dispositivo constitucional sem vulnerar outros princípios igualmente fundamentais, tais como a primazia do interesse público sobre o privado e a proteção à privacidade individual. Considero que o rigor conceitual

e o apuro de redação estão manifestos no conteúdo preciso e completo da proposição, tornando desnecessária qualquer alteração ao texto apresentado.

A dúvida que porventura possa ser suscitada quanto à inclusão, em lei federal, de normas procedimentais a serem observadas também pelas demais esferas de governo será oportunamente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que detém a competência regimental para pronunciar-se a esse respeito.

Assim, face à importância da matéria disciplinada pelo Projeto de Lei nº 219, de 2003, e a seu texto tecnicamente equilibrado, manifesto meu voto favorável à sua aprovação.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2003. – Deputado **Ricardo Rique,** Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 219/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Rique.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sandro Mabel, Tarcísio Zimmermann e Adauto Pereira – Vice-Presidentes, Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Isaías Silvestre, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Luciano Castro, Luiz Antonio Fleury, Milton Cardias, Paulo Rocha, Pedro Corrêa, Professor Luizinho, Rodrigo Maia, Ann Pontes, Eduardo Barbosa e Maria Helena.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2003. – Deputado **Sandro Mabel,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

## Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

### I – Relatório

1. O Projeto de Lei sob crivo pretende regulamentar o inciso XXXIII, do art. 5º, da Constituição Federal, dispondo sobre a prestação de informações pelos órgãos públicos.

2. Lê-se na justificação que o objetivo primeiro da democracia é o compromisso com a transparência da Administração Pública, buscando os Estados modernos o estabelecimento de leis que garantam ao cidadão o pleno conhecimento das ações do Governo. Nesse sentido, o direito de qualquer do povo de indagar e obter informações dos órgãos públicos, que garantam a constante e plena sintonia com os princípios da moralidade, da publicidade, da impessoalidade, da legalidade e da eficiência.

Citam-se como exemplos o Freedom Information Act (Ato da Liberdade de Informação), dos Estados Unidos da América; a Lei nº 65/93 – Acesso aos Documentos da Administração (Administração Aberta), da República Portuguesa; a Lei nº 78-753 – Medidas para melhoria das relações entre a administração e o público e diversas disposições de ordem administrativa, social e fiscal, da República Francesa; o artigo 37 da Lei nº 30/1992 – regime jurídico das Administrações Públicas e do Procedimento Administrativo Comum, da Espanha e, por último, a recente Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública Governamental, promulgada no México a 10 de julho de 2002, na qual se inspirou a não classificação como sigilosa de documentos que podem contribuir para elucidação de crimes contra a humanidade ou de violações graves contra direitos fundamentais.

O projeto, em resumo, estabelece normas para o exercício do direito de acesso à informação, define as informações acessíveis, fixa prazos para atendimento dos pedidos, institui procedimentos recursais e instrumentaliza o controle do fiel cumprimento da lei.

3. Submetido o PL inicialmente à COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, foi aprovado com base no Parecer do Relator, nobre Deputado RICARDO RIQUE.

É o relatório.

### II – Voto do Relator

1. Na competência regimental da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO se inclui a análise de projetos, emendas e substitutivos trazidos à apreciação da Câmara dos Deputados ou suas Comissões, sob o enfoque da constitucionalidade, da legalidade, da juridicidade, da regimentalidade e da técnica legislativa (art. 32, III, alínea a do Regimento Interno), bem como o mérito daqueles que digam respeito aos direitos e garantias fundamentais (alínea d).

2. O presente PL tem por objetivo disciplinar o inciso XXXIII, do art. 5º, da Constituição Federal, que reza:

> "Art. 5º ..................................................
> ............................................................
> XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

3. À evidência, o Projeto tem iniciativa válida, pois visa regulamentar preceito constitucional. Não

exigida expressamente Lei Complementar, a lei a que se refere o dispositivo constitucional só pode ser a lei ordinária no nível federal.

4. Ultrapassada a questão da iniciativa, vê-se que o Projeto não contém nenhuma inconstitucionalidade ou ofensa ao Direito posto em geral.

5. Já sob o aspecto da técnica legislativa, achamos por bem oferecer as emendas anexas visando sanar pequenos lapsos verificáveis no texto da proposição. No mais, restam obedecidos os ditames da Lei Complementar nº 95/98. Evitamos a apresentação de Substitutivo ao Projeto, a fim de preservar a autoria do mesmo, da lavra do ilustre colega REGINALDO LOPES.

6. Finalmente, somos favoráveis ao Projeto em seu mérito. Trata-se de documento legislativo excepcionalmente bem redigido, e que sem dúvida preencherá lacuna incompreensível de nossa ordem jurídica. O país se ressente de uma boa Legislação, e que seja definitiva, sobre a matéria. Com efeito, pode-se dizer que a chamada Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/91) "não pegou". Há leis paliativas e normas inferiores que tratam o tema de forma insatisfatória.

7. Recentemente, em Seminário realizado pela ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, nesta capital federal, ficou clara a necessidade de lutar-se por uma efetiva lei de acesso às informações públicas, a exemplo do que já ocorre em outros países, desenvolvidos ou não.

8. Como bem salientou o jornalista e Professor ROSENTAL CALMON ALVES, neste mesmo Seminário, "uma lei de acesso a informações públicas é um dos mais importantes antídotos contra a corrupção e o abuso de autoridade que uma democracia precisa criar para garantir a transparência da administração pública".

9. A importância da matéria nos leva inclusive a sugerir à Presidência desta Comissão a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o presente Projeto de Lei, com a presença de juristas e autoridades no assunto.

10. Particularizando nossa análise, achamos por bem oferecer outrossim emenda ao *caput* do art. 1º do Projeto, no sentido de substituir-se "cidadão" por "pessoa", que é mais abrangente.

11. Nada mais havendo a objetar, nos reportamos às considerações de nossos ilustres colegas REGINALDO LOPES e RICARDO RIQUE, que brilhantemente defenderam a aprovação da presente proposição em momentos diversos.

12. Então, VOTAMOS pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pelas emendas em anexo, do PL nº 219/03, e por sua aprovação no mérito. É o voto.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2003. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho,** Relator.

**EMENDA Nº 1 DO RELATOR**

No **caput** do art. 1º do Projeto, substitua-se a expressão "cidadão ou residente no país" por "pessoa, inclusive estrangeiros residentes no país".

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2003. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho,** Relator.

**EMENDA Nº 2 DO RELATOR**

No § 1º do art. 8º do Projeto, sublinhe-se a expressão **caput.**

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2003. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho,** Relator.

**EMENDA Nº 3 DO RELATOR**

No art. 21 do Projeto, inclua-se a preposição "de" entre as palavras "data" e "sua".

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2003. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho,** Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com 3 emendas (apresentadas pelo Relator),do Projeto de Lei nº 219/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands – Presidente, Alexandre Cardoso, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Carlos Mota, Darci Coelho, Dimas Ramalho, Eliseu Padilha, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, Juíza Denise Frossard, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Ney Lopes, Odair, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Takayama, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, Almeida de Jesus, André de Paula, Ann Pontes, Colbert Martins, Coriolano Sales, Fernando Coruja, Ivan Ranzolin, Jaime Martins, Jair Bolsonaro, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan e Sandra Rosado.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2004. – Deputado **Maurício Rands,** Presidente.

**PROJETO DE LEI Nº 520-C, DE 2003**
(Do Sr. José Chaves)

**Cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. OSVALDO COELHO); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (relator: DEP. MAX ROSENMANN); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ ROBERTO ARRUDA).**

**Despacho:** Às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

**Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei referenciado visa criar no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça, com dois objetivos principais, segundo sua justificação: "primeiro, suprir a sentida ausência de uma premiação voltada, exclusivamente para as artes plásticas; e, segundo, render uma justa homenagem a um dos mais importantes 'marchands' da atualidade, desaparecido prematuramente."

O projeto de lei em epígrafe foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, para juízo de mérito, tendo sido por ela aprovado, sem qualquer emenda.

Encaminhada, *a posteriori*, à Comissão de Finanças e Tributação, a proposição foi por esse órgão colegiado considerada adequada financeira e orçamentariamente.

Finalmente, veio a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na qual não recebeu emendas no prazo regimental, estando, atualmente, submetido ao juízo de sua exclusiva competência.

É o relatório.

**II – Voto do Relator**

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposta.

Estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional.

Lado outro, a proposição não contraria Princípio Geral de Direito nem mesmo norma hierarquicamente superior, decisão jurisprudencial cogente ou disposição regimental, de onde decorre a juridicidade, legalidade e regimentalidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei está adequado aos ditames da Lei Complementar n.º 95/98, alterado pela LC n.º 107/01, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, legalidade juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 520, de 2003.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2004. – Deputado **José Roberto Arruda,** Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 520-B/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Roberto Arruda.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands – Presidente, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Darci Coelho, Dimas Ramalho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Eliseu Padilha, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Odair, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Rubinelli, Wagner Lago, André de Paula, Ann Pontes, Colbert Martins, Coriolano Sales, Dra. Clair, Fernando Coruja, Gilmar Machado, Isaías Silvestre, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Neuton Lima e Roberto Magalhães.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2004. – Deputado **Maurício Rands,** Presidente.

**CONSULTA Nº 4-A, DE 2004**
(Da Presidência da Câmara dos Deputados)

**Solicita pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre os limites e os efeitos jurídicos do poder de emendar do Congresso Nacional, ao referendar tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República; tendo**

**parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto aos limites do poder do Congresso Nacional de emendar os atos internacionais: 1º) não é admissível apresentação de emendas formuladas diretamente ao texto dos atos internacionais; 2º) são admissíveis emendas aditivas, supressivas e modificativas ao Projeto de Decreto Legislativo, cuja formulação visará a aprovação condicionada e, portanto, parcial do ato internacional; 3º) não serão admissíveis emendas substitutiva ou substitutiva global, pois se o Legislativo discordar de todo ou quase todo o conteúdo do texto do ato internacional, cabe-lhe, então, rejeitá-lo, ao invés de emendá-lo (relator: DEP. ALOYSIO NUNES FERREIRA).**

**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos Termos do Art. 32, Iii, Alínea "C", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se.

**Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

**I – Relatório**

A Presidência da Câmara dos Deputados formulou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a Consulta nº 4, de 2004, por meio da qual solicita o pronunciamento deste órgão técnico a respeito dos limites e dos efeitos jurídicos do poder de emendar, do Congresso Nacional, ao referendar tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República.

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, muito honrada com o encaminhamento da Consulta pela d. Presidência desta Casa Legislativa, buscará, com fundamento nos princípios, conceitos e argumentos adiante expostos, equacionar as questões e problemas envolvidos na assunção, pelo País, de compromissos internacionais, especialmente quanto à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no curso do complexo processo de celebração de atos internacionais, em aplicação do disposto nos artigos 49, inciso I e 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Além disso, a Consulta em epígrafe contempla questão específica, referente aos limites aos quais está adstrito o Congresso Nacional, em seu poder de emendar os atos internacionais que lhe são submetidos e, ao mesmo tempo, indaga sobre as hipóteses de admissibilidade de emendas e sobre os critérios de redação a serem observados por elas.

Por último, a Consulta interpõe questões relativas aos efeitos jurídicos dos emendamentos promovidos no texto do ato internacional por ocasião de sua apreciação pelo Congresso, destacando, de uma parte, as diferenças existentes entre as emendas oferecidas aos projetos de decreto legislativo e as emendas apresentadas às demais proposições legislativas e, de outra parte, o efeito que consiste em obstaculizar a ratificação do ato internacional (e, conseqüentemente, a entrada em vigor na ordem jurídica interna), efeito este que é produzido igualmente, pela aprovação de emendas, pelo Congresso Nacional, ao texto do referido ato, quando este é submetido à sua apreciação.

O foco central dos questionamentos apresentados reside, portanto, na identificação da natureza jurídica e definição dos precisos contornos, extensão, nuanças e peculiaridades que revestem o poder do Congresso Nacional para emendar os atos internacionais que lhe são submetidos pelo Poder Executivo, nos termos constitucionais.

**II – Voto do Relator**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania já se manifestou acerca do assunto que é objeto da presente consulta em outras oportunidades. Uma delas em 1992, em resposta à Consulta nº 2/92, formulada pela Comissão de Relações Exteriores (atualmente, Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional) a CCJD manifestou-se quanto à necessidade da edição de decreto legislativo em caso de rejeição de ato internacional, concluindo pela dispensa.

Posteriormente, em atendimento à Consulta nº 7-A, de 1993, formulada pela Presidência da Câmara, a CCJD manifestou-se novamente sobre a matéria. Na oportunidade, o questionamento versava a respeito da possibilidade de o Congresso Nacional, no exercício de sua competência para referendar tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República, fazê-lo parcialmente. Ou seja, cuidava-se de saber se, ao resolver definitivamente sobre os atos internacionais, além da aprovação e da rejeição, seria lícita a sua aprovação parcial. Em resposta ao questionamento, a Consulta nº 7-A, de 1993, aprovada pela CCJR concluiu pela legitimidade e constitucionalidade da aprovação parcial.

Na conclusão de seu voto, expressou-se o relator nos seguintes termos:

> "(...) Outrossim, sob nossa ótica e com base nos fundamentos e nos antecedentes legislativos mencionados, julgamos que o Congresso Nacional, no exercício do seu 'poder-dever', expresso no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, poderá aprovar, ainda que parcialmente, tratado, acordo, convenção

ou qualquer outro compromisso internacional, sobre o qual deva se pronunciar."

E, afinal, o parecer da CCJD foi o seguinte:

"A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela possibilidade de o Congresso Nacional, na sua competência para referendar tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República, fazê-lo parcialmente."

Tendo em consideração estes antecedentes, passamos ao trabalho de buscar responder à Consulta ora formulada. Nesse contexto, nossa intenção é lançar algumas luzes sobre o assunto, sem contudo, naturalmente, pretender esgotá-lo mas, ao menos, afastar certas dúvidas que, com renitência, ainda pairam sobre ele.

Veremos que a questão central suscitada enseja uma série de respostas diferentes, aplicáveis às distintas hipóteses, dependendo dos elementos e circunstâncias eventualmente presentes. A fim de respondê-la, é necessário antes perquirir o significado deste poder de emendar e definir as modalidades segundo as quais ele pode ou não ser exercido, conforme explicitado pelo raciocínio desenvolvido adiante.

Se considerarmos o poder de emendar em senso lato, ou seja, como expressão da convicção do Congresso sobre a matéria, fruto de deliberação parlamentar, por meio da qual ele estabelece os termos e condições com os quais concorda ou mesmo propugna a assunção de determinadas obrigações internacionais pelo País, então a resposta é positiva, pois o Poder Legislativo detém, nos termos da Constituição, competência para resolver definitivamente sobre os atos internacionais, o que equivale a dizer que detém poder irrestrito de decidir a respeito do conteúdo obrigacional constante dos compromissos internacionais submetidos à sua apreciação.

Contudo, se for entendido o poder de emendar em sentido estrito, ou seja, como faculdade do Congresso de apresentação de emendas diretamente ao texto de um ato internacional que se encontre a ele submetido, então a resposta será, sem sombra de dúvida, negativa, haja vista: (i) a natureza jurídica dos atos internacionais, os quais, ontologicamente, possuem vigência exclusivamente no plano do Direito Internacional, pelo menos até que o Estado decida internalizá-lo, após a ratificação; (ii) a legitimidade dos Chefes de Estado e de dos demais agentes dotados de poderes plenipotenciários, competentes para representar o Estado nas relações exteriores e, de outra parte, (iii) a falta de competência constitucional do Poder legislativo para exercer funções de representação internacional do Estado, além dos demais argumentos adiante expostos, que nos conduzem à conclusão da inconstitucionalidade de tais emendas, conforme veremos a seguir.

Assim, além de considerar as implicações do entendimento exposto retro quanto à apreciação de atos bilaterais, analisaremos os casos dos atos multilaterais, os quais, muitas vezes, comportam a previsão de formulação de reservas ao seu texto. Diante dessas hipóteses, procuramos identificar as possíveis opções de manifestação que se apresentam ao Poder Legislativo na apreciação de tais atos.

A participação do Congresso Nacional na assunção de compromissos internacionais.

A participação do Congresso Nacional no complexo processo que envolve a celebração de atos internacionais pelo Brasil deve ser inferida a partir da interpretação do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal o qual, combinado com o inciso VIII do artigo 84 da Lei Maior, consagra, entre as competências exclusivas do Congresso, a prerrogativa de resolver definitivamente sobre os tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Nesse contexto, é preciso preliminarmente elucidar as questões relativas à interpretação do texto constitucional, fazendo uso de interpretações de caráter histórico, literal e sistemático. Primeiramente, é mister buscar identificar os desígnios dos legisladores constituintes, especialmente no que tange ao conteúdo da expressão "resolver definitivamente". A intenção dos constituintes, ao reproduzir no texto constitucional de 1988, norma que tradicionalmente esteve presente, com pequenas variações de redação, em todas as constituições republicanas do Brasil foi, naturalmente, a de garantir a participação plena do parlamento brasileiro na assunção de compromissos internacionais e das obrigações neles inseridas.

Esta é, tradicionalmente, uma fórmula utilizada e consagrada, em nosso país e alhures, de estabelecer garantias adicionais à preservação do interesse nacional no âmbito da gestão da política externa do Estado. Nesse sentido, envolver dois dos três maiores Poderes da República, e obrigá-los a cooperar no desenrolar dos trâmites da conformação dos compromissos internacionais é, em verdade, um sábio artifício utilizado pelos legisladores constitucionais. Trata-se de uma idéia que, aliás, não é original no Brasil e que, inclusive, vem sendo copiada e re-copiada pelos sistemas jurídicos do mundo afora, desde a Revolução Francesa, em virtude dos vários benefícios que apresenta.

A primeira vantagem refere-se ao reconhecimento da real importância, da gravidade e da freqüente

premência que são inerentes à ação externa e ao comprometimento internacional do Estado, conferindo a este tamanha relevância, a ponto de exigir para as ações nesse âmbito a concordância das duas maiores expressões da soberania popular no aparato do Estado, o Executivo e o Legislativo. Outro aspecto é a criação de um sistema de equilíbrio de forças entres os Poderes, com freios e contra-pesos, onde o Legislativo controla e fiscaliza a atuação do Executivo quanto à celebração de atos internacionais, enquanto que o Executivo, por sua vez, preserva nesse campo certo poder discricionário, expresso, especialmente, nos casos em que ele denuncia, suspende a aplicação ou recusa-se a ratificar um ato internacional, mesmo em face da prévia aprovação do Congresso.

Sob a ótica da sistemática constitucional que rege a matéria, o artigo inciso I constitui uma das competências exclusivas do Congresso estabelecidas pelo artigo 49. Este dispositivo tem correspondência e deve ser aplicado em combinação com o artigo 84 da Constituição, que estabelece as competências privativas do Presidente da República, e situa entre elas a do inciso VIII, de celebrar tratados convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Tal repartição de competências reflete o poder geral do parlamento de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e pode ser predominantemente identificado nos incisos I, a V; VIII; IX; X e XIV do artigo 49.

Nesse contexto, a Carta Magna atribui ao chefe do Poder Executivo, como Chefe do Estado brasileiro, nos termos do inciso VII do artigo 84, a competência para manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos. Trata-se de uma competência geral que lhe confere poderes para comandar a política externa e as relações internacionais da nação. Como conseqüência direta dessa atribuição, no dispositivo seguinte, o inciso VIII, a Constituição atribui-lhe competência complementar, necessária à condução dos negócios exteriores: o poder de celebrar compromissos internacionais. Porém, o texto constitucional não concede poder absoluto ao Chefe de Estado nessa esfera, mas sujeita a contratação de obrigações internacionais ao referendo Poder Legislativo.

Há, portanto, uma repartição de competências que, conforme assinalamos, implica na cooperação entre os dois poderes. Ou seja, um poder não pode assumir obrigações em nome do País sem a concordância do outro poder. Assim, a atuação isolada do Poder Executivo não é bastante para assunção de compromissos perante outros Estados. O Executivo negocia e firma o que pode ser considerada uma minuta de ato normativo internacional, a qual somente produz efeitos após a ratificação (também por ele procedida). Mas , nesse *intermezzo*, há que ser obtida a anuência do Parlamento que deve, na expressão das normas constitucionais, aprovar (conf. o art. 49, I) ou referendar o ato (conf. o art. 84, VII) o que significa aceitar e compartilhar a responsabilidade sobre o ato internacional, concorrendo para que ele se transforme em norma internacional. Diante de tal responsabilidade, o Congresso Nacional tem não apenas o poder, mas o dever de examinar e de expressar-se sobre o todo e cada um dos termos que compõem os compromissos internacionais, ou que consiste em muito mais que simplesmente dizer sim ou não a eles.

Uma interpretação literal do inciso I do artigo 49 igualmente autoriza concluir que o Congresso dispõe de ilimitados poderes para expressar sua convicção ao apreciar e manifestar-se sobre os atos internacionais. Nesse sentido, a expressão “resolver definitivamente” deve e somente pode ser entendida de forma extensiva. “Resolver definitivamente” significa dar solução, decidir, analisar e deliberar a respeito, e não simplesmente escolher, optar, conforme pretendem aqueles que defendem que o Congresso possa única e simplesmente dizer sim ou não; aprovar ou rejeitar o ato internacional que lhe é submetido.

Por isso, sob o ponto de vista da literalidade do texto constitucional, sua simples leitura desautoriza flagrantemente aqueles que pretendem interpretar o dispositivo de forma restritiva, e que pretendem impor limites à atuação do Poder Legislativo, quando defendem, ao arrepio dos sagrados princípios da democracia, a tese de que o Congresso esteja adstrito à única, exclusiva e alternativamente, anuir ou rejeitar os atos internacionais que lhe são submetidos, sendo-lhe defeso, portanto, aprovar ou rejeitar parcialmente tais atos e, dest’arte, reduzindo a referida apreciação a uma prática vazia e meramente homologatória.

Nosso entendimento, quanto a esse tipo de interpretação é o de que as razões que a apóiam são obscuras, fundamentadas em sofismas e em alegações sem fundamento jurídico, que refletem uma visão utilitarista do processo, estando ligadas meramente aos efeitos, às conseqüências da decisão emanada do Parlamento, olvidando-se da real natureza jurídico-constitucional do seu poder nesse âmbito, que importa em resolver de forma livre, independente, autônoma e definitiva sobre os atos internacionais.

As deliberações no sentido da aprovação parcial podem ter, mas não necessariamente, uma conseqüência idêntica à da rejeição: a de obstaculizar a ratificação do ato, donde pode resultar, eventualmente, se o Poder Executivo desejar, a renegociação com a contra-parte estrangeira. Porém, conforme veremos

adiante, nem sempre a aprovação parcial acarreta a necessidade de renegociação e, dependendo dos termos em que a aprovação parcial for concedida, a ratificação pode ser viável.

Estamos convencidos e, aliás, este tem sido o entendimento que tem predominado, nesta Casa legislativa e nas comissões temáticas, ao longo da década passada, que se o Congresso pode aprovar ou rejeitar o todo de um ato internacional, natural e necessariamente poderá aprová-lo (ou rejeitá-lo) parcialmente. Porém, o Poder Legislativo, ao fazer uso desta sua prerrogativa terá, necessariamente, que expressá-la de modo adequado, sem extrapolar sua esfera de competência, constitucionalmente prevista para o processo de celebração de atos internacionais, ou seja, sem invadir a competência do Poder Executivo, o qual é, segundo a Constituição Federal, o poder do Estado competente para representá-lo perante outros Estados e organizações internacionais e para celebrar atos internacionais.

Com fundamento nesse poder de representação do Estado brasileiro, o Presidente da República, como Chefe do Estado, ou os representantes plenipotenciários, firmam os atos internacionais: tratados, protocolos, acordos, convenções, etc. Mas, a assinatura aposta pelo Chefe de Estado ou pelos representantes plenipotenciários apenas confere autenticidade ao ato internacional, e tão somente isso.

Mesmo assim, uma vez firmado o ato internacional, ele se torna um ato jurídico perfeito, acabado, que possui validade para as Partes Contratantes e para seus representantes, que o subscrevem, ainda que essa validade esteja restrita a sua autenticidade e integralidade, o que faz com que ele, portanto, ainda não gere obrigações para as partes na esfera jurídica. O ato internacional, nessa fase, permanece com seus efeitos jurídicos suspensos, até que ele tenha atendido às formalidades exigidas pelo direito interno das Partes Contratantes (normalmente estabelecidas pelas normas constitucionais dos Estados ou organizações internacionais) e, também, sucessivamente, à formalidade determinada pelo Direito Internacional Público, consistente no depósito do instrumento de ratificação.

Em outras palavras, o ato internacional negociado, uma vez firmado pelas Partes, não entra, de pronto, em vigor, tanto no plano do direito interno como no plano internacional. Enquanto não obtiver a chancela do Congresso, for objeto de ratificação e, ainda, de promulgação no Brasil, o ato não produz efeitos jurídicos. Além disso, mesmo em face da aprovação do Parlamento, o Poder Executivo, por razões discricionárias próprias pode decidir suspender ou desistir da ratificação, em virtude de mudança da realidade da situação e das relações internacionais.

Assim, os atos internacionais, independentemente do momento de sua existência – desde a assinatura ou enquanto penderem da chancela dos órgãos internos, até os momentos que antecedem e sucedem a sua ratificação – conservam sempre sua natureza jurídica de atos normativos pertencentes à órbita do Direito Internacional Público, na qual têm eficácia. Portanto, tais atos apenas penetram, adquirem vigência e produzem efeitos jurídicos no plano do direito interno, nacional, em virtude da respectiva promulgação, que é promovida pelo Poder Executivo por meio de Decreto, após ou concomitantemente ao depósito do instrumento de ratificação no plano internacional.

Por conseguinte, são atos entre Estados, ou entre Estados e organizações internacionais, próprios e vigentes no âmbito do Direito Internacional Público, que somente podem ser concluídos, ratificados, modificados, aditados, suspensos ou denunciados por intermédio dos formais representantes dos Estados na esfera internacional, reconhecidos como tais pelo Direito Internacional Público consuetudinário e positivado. No Brasil, de acordo com a doutrina pátria e conforme os ditames constitucionais, ambos em consonância com os princípios sobre o tema oriundos do Direito Internacional Público, detêm poderes de representação externa do País, o Presidente da República, na condição de Chefe de Estado e, também, os representantes dotados de poderes plenipotenciários, conforme se pode inferir à luz, em especial, do artigo 84, incisos II, VII e VIII, XIX e XX da Constituição Federal.

O Poder Legislativo não pode, portanto, sem imiscuir-se na esfera de competência constitucional privativa prevista no artigo 84, incisos VII e VIII, da CF, adotar quaisquer providências com caráter de costumeira elaboração legislativa no sentido de modificar, suprimir, aditar, substituir (por meio da apresentação de emendas, por exemplo), ou em qualquer caso, introduzir alterações, de forma direta, ao próprio corpo do texto autêntico e integral dos compromissos internacionais assinados pelo Executivo (tratados, acordos, protocolos, etc.) que lhe são submetidos, independentemente da etapa do procedimento de celebração em que eles se encontrem, simplesmente porque sua natureza jurídica é a de atos internacionais, cuja condução das negociações, procedimentos de firma e ratificação cabem ao Executivo, não sendo facultado ao Congresso Nacional desses procedimentos participar, ao menos diretamente – ressalvada a conveniente participação dos parlamentos na fase negocial de determinados atos internacionais, na condição de observadores ou exercendo efetiva função de fiscalização e controle do

andamento das negociações – uma vez que o parlamento não detém, efetivamente, poderes para a representação externa do Estado brasileiro.

Definitivamente, os atos internacionais são atos entre Estados soberanos, ou destes com organizações internacionais, em cujo texto resulta cristalizada – inclusive na fase que antecede à aprovação legislativa e à ratificação – a vontade expressa por seus representantes na esfera internacional, âmbito ao qual o Poder Legislativo não tem acesso ou autorização para atuar em nome do Estado e do Governo do País, mesmo porque a dualidade, a concomitância de tal competência entre dois poderes da República certamente geraria insegurança jurídica, incertezas políticas e, eventualmente, dubiedade, embaraços e até vícios quanto à expressão de vontade do Estado perante potências estrangeiras.

Na verdade, o Congresso desempenha papel coadjuvante no processo de celebração dos atos internacionais. Embora o parlamento detenha o poder de vetar a expressão de vontade e o conteúdo das obrigações inicialmente proposto pelas Partes Contratantes, deliberando pela rejeição total ou parcial do ato internacional quando este for submetido à sua apreciação, é o Poder Executivo que toma a iniciativa da negociação e é quem decide, em última instância, se procederá ou não à ratificação e respectiva entrada em vigor do instrumento, nos planos do direito interno e do Direito Internacional Público.

Além disso, é reconhecida pela doutrina, ao Poder Executivo, inclusive, a faculdade de desistir ou de manter em suspenso a ratificação de determinado ato internacional, em função da necessária manutenção da sintonia entre o conteúdo dos compromissos assumidos pelo país e as mutações na cena internacional verificadas no ínterim que vai desde os momentos iniciais das negociações até o momento em que a ratificação resulta possível, ainda que tais atos internacionais hajam logrado obter a chancela congressual.

Isto posto, quanto a este aspecto, chega-se à conclusão, com absoluta clareza, que se impõe o reconhecimento da inadmissibilidade das emendas que forem apresentadas, por ocasião da apreciação da matéria pelas comissões ou pelo Plenário, e que visem a alterar o conteúdo literal dos textos dos atos internacionais submetidos ao Congresso Nacional, em face dessas emendas estarem em desacordo com a normativa constitucional em vigor. Tal conclusão aplica-se independentemente de tal alteração ser representada por adição, supressão, substituição ou outra modificação, incluídas as correções de redação, bem como da espécie de razões – de mérito ou de constitucionalidade – que são apontadas como fundamento para a sua apresentação.

Cumpre ressaltar, porém, que a impossibilidade de apresentação de emendas diretamente ao texto do ato internacional, conforme os argumentos retro expostos, não importa, em absoluto, que o Congresso Nacional, suas comissões e membros, possam ou estejam obrigados a abdicar da análise e, se necessário, da intervenção no conteúdo obrigacional inserido no texto dos atos internacionais sob sua apreciação, no curso do processo de celebração.

Para isso, o parlamento dispõe de um instrumento legislativo próprio e hábil, representado, justamente, pelo decreto legislativo, por meio do qual ele pode manifestar, de maneira ampla e sem restrições, sua anuência ou discordâncias com todos e cada um dos termos e com o conteúdo obrigacional que compõe o ato internacional. Somente assim, atuando no âmbito do direito interno, o Congresso pode garantir a preservação e expressão do seu poder de intervir, ainda que de modo indireto, sobre a assunção dos compromissos internacionais, ou seja, servindo-se, para tanto, do instrumento legislativo de que dispõe, o decreto legislativo, o qual poderá ser utilizado segundo a forma e termos que adiante explicitamos.

De acordo como que prescreve os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, só admite-se apresentação de emendas às proposições previamente determinadas. O Regimento Interno desta Casa, no "*caput*" do artigo 118, é claro ao estabelecer a admissão de emendamento exclusivamente às proposições relacionadas nas alíneas "a" a "e" do artigo 138. Ao examinarmos o artigo 138, alínea "d", encontramos os projetos de decreto legislativo mas, à evidência, nenhuma menção aos tratados ou acordos internacionais, de vez que, não são proposições legislativas, embora de forma reflexa, sejam objeto de apreciação do Poder Legislativo, embora, de forma reflexa, sejam objeto de apreciação do Poder Legislativo. Tais dispositivos regimentais estão em consonância com a Constituição, haja vista que os instrumentos normativos que compreendem o processo legislativo são apenas os elencados no artigo 59 da Constituição Federal, e somente eles são suscetíveis de emendamento.

Considerando que é na oportunidade e por meio da edição do decreto legislativo que o Congresso, ao expressar sua convicção sobre o ato internacional, como fruto do debate e da deliberação parlamentar, define e estabelece os limites, as condições e os termos segundo os quais concorda venha a obrigar-se o País internacionalmente. Recorde-se, a respeito, que os decretos legislativos são utilizados no sistema legal brasileiro, pelo Congresso Nacional, com a finalida-

de de estabelecer e de colocar em vigor normas que têm por objeto matérias que são de sua competência exclusiva, ou seja, as matérias constantes do artigo 49 da Constituição Federal e que, por sua natureza, independem de sanção presidencial. Por essa razão, é por meio desse dispositivo e de seus incisos que o Congresso exerce seu poder de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, entre os quais inscreve-se a conclusão de atos internacionais.

O Parlamento é um ente político dotado de personalidade jurídica de direito público interno e detentor – da mesma forma que o Executivo – de poderes de representação da soberania popular. Possui legitimidade e representatividade popular no âmbito do regime democrático de governo.

É possível que o decreto legislativo aprove o ato internacional sob condição. E, portanto, parcialmente. Hipoteticamente, a formulação do decreto legislativo pode ser a seguinte: no seu artigo primeiro, é estabelecida a aprovação, sob condição, do ato. No artigo segundo é expressa a condição ou as condições, que podem constituir-se e, na verdade, representam, emendamentos ao texto do ato internacional. No artigo terceiro, é inserido um mandamento determinando que o cumprimento da condição estabelecida importará na aprovação do ato e o artigo quarto, inversamente, conterá disposição no sentido de que o não-atendimento da condição resultará na rejeição do ato internacional.

Sob outros aspectos a aprovação parcial se distingue da rejeição. Primeiramente, sob o ponto de vista político, a rejeição de um ato internacional submetido pelo Poder Executivo ao Congresso constitui-se por si só em uma decisão mais difícil e mais grave, que normalmente representa um ônus político maior.

Nesses casos, o Congresso Nacional, a fim de expressar sua discordância com determinado ato internacional e sua rejeição "in totum" ao seu conteúdo, não fará uso do decreto legislativo, pois este se constitui em instrumento normativo hábil e necessário apenas à aprovação do ato internacional, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 49 da Constituição. No caso de rejeição não subsiste razão para colocar em vigor norma legal que expresse uma manifestação negativa, pois a vigência interna do ato internacional em questão, em virtude desta mesma negativa, resulta automaticamente prejudicada. Cumpre ao Congresso Nacional, nesses casos, simplesmente informar por meio de ofício, ao Poder Executivo, quanto ao teor da sua decisão, consistente na rejeição do ato internacional submetido à sua apreciação.

Este é o entendimento que foi consagrado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (à época denominada Comissão de Constituição e Justiça e de Redação) em resposta à Comissão de Relações Exteriores (atualmente, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional) nos termos a Consulta nº 2, de 1992, em que é citada lição do insigne jusinternacionalista, então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, segundo o qual::

> "(...) O decreto legislativo exprime unicamente a aprovação. Não se promulga esse diploma quando o Congresso rejeita o tratado, caso em que cabe apenas a comunicação, mediante mensagem , ao Presidente da República" (in 'Direito dos Tratados', 1ª ed., Forense, p. 333).

Assim, seguindo a ensinamento de Rezek, nesse sentido é a orientação adotada pela Consulta nº 2/92, aprovada pela CCJR , cuja conclusão é a seguinte: (*verbis*)

> "(...) Em sendo assim, respondendo à consulta formulada pela Egrégia Comissão de Relações Exteriores, no caso de aprovação de tratado, acordo ou de protocolo adicional, não há necessidade de edição de decreto legislativo, bastando comunicação da solução através de ofício (mensagem ou comunicação) do indeferimento ao Presidente da República."

Note-se que, a decisão apontada refere-se apenas a tratados, acordos e protocolos adicionais, porém, obviamente, a solução se aplica a todas as espécies de atos internacionais, não existindo razão para que estes recebam tratamento diferente.

De outra parte, sob o prisma jurídico, de elaboração normativa, verifica-se igualmente distinção entre as duas situações. Nesse plano, à diferença da rejeição absoluta, dependendo dos termos em que a aprovação (ou rejeição) parcial é concedida, descortinam-se várias possibilidades de ação para o Poder Executivo.

Ao deparar-se com a aprovação parcial, se esta estabelecer condições cujo cumprimento pode acarretar a aprovação do ato, o Poder Executivo poderá, alternativamente, abandonar a conclusão do ato em questão ou adotar as providências que julgar necessárias (como a celebração de um termo aditivo, mediante simples troca de notas diplomáticas ou a conclusão de um protocolo adicional, por exemplo) junto ao outro ou outros Estados signatários, no sentido de compatibilizar os seguintes elementos: (i) a redação original do ato internacional; (ii) a manifestação do Congresso sobre esse ato e as condições que ele estabeleceu para conceder-lhe aprovação e; (iii) a nova composição de forças e de interesses das Partes Contratantes. Concluído tal expediente, observado o respeito aos parâmetros e

convicções expressos pelo Parlamento, torna-se assim possível a ratificação do ato internacional.

Se o Poder Executivo optar por negociar e firmar um novo instrumento internacional destinado a substituir o ato parcialmente aprovado, terá sua missão bastante simplificada a partir da sinalização resultante da ciência quanto aos aspectos que não obtiveram a concordância do Congresso, constantes do decreto legislativo.

Caso o Poder Executivo venha a firmar um novo ato internacional sobre o mesmo tema ou venha a celebrar instrumentos aditivos ao ato originalmente considerado, deverá fazê-lo atentando para que seu conteúdo esteja em conformidade com a postura já expressada pelo Parlamento sobre a matéria, nos termos do decreto legislativo. Cumpridas as condições estabelecidas pelo decreto legislativo que concedeu aprovação parcial, e condicional, e, contanto que o novo acordo não contenha outras disposições que não hajam sido previamente examinadas e avaliadas pelo Legislativo, não será necessário submeter os novos atos (que adequam o ato internacional originalmente apreciado às condições estabelecidas) ao Congresso. Será lícito, portanto, ao Executivo, proceder a sua ratificação, internacionalmente, e a sua promulgação, internamente, haja vista que, com tais procedimentos, foi obedecido o mandamento constitucional estabelecido pelo inciso I do artigo 49 da CF, havendo o Congresso Nacional resolvido definitivamente sobre o ato internacional.

Trata-se de um instrumento internacional novo, diferente, único e independente do anterior, que, embora seu conteúdo possa pretensa ou declaradamente atender à posição do Parlamento sobre a matéria, pode, na verdade, embutir outras nuances, conter novos aspectos, que precisam ser examinados e avaliados pelo Congresso Nacional. Além disso, a aprovação parcial não se constitui e não pode ser interpretada como uma sorte de delegação.

A apreciação de atos multilaterais.

Uma outra modalidade de apreciação parcial, pelo Congresso, de um ato internacional pode-se verificar em se tratando de atos multilaterais que contém previsão de formulação de reservas a um ou mais de seus dispositivos. Esses atos são, normalmente, convenções, cartas de constituição de organizações internacionais, protocolos multilaterais ou outros instrumentos normativos internacionais que, a par de seu *nomen juris*, caracterizam-se pela universalidade – seja em razão do seu principal objeto como tendo em vista a pluralidade, a variedade e, principalmente, as diferenças entre os atores no contexto da cena internacional – e por serem, portanto, negociados e abertos à assinatura por um número significativo de Estados soberanos (e, eventualmente, por organismos internacionais dotados de personalidade jurídica própria na esfera do DI).

A negociação desses atos, justamente em função do grande número de signatários e da multiplicidade e naturais discrepâncias de seus interesses, somente logra chegar a bom termo em função da adoção do consenso como critério para a tomada de decisões.

O Poder Executivo ao encaminhar ao Poder Legislativo sua proposta de adesão a um determinado ato internacional multilateral em que forem facultadas reservas pode, ao submeter tal ato ao Congresso, indicar se entende necessária a formulação de alguma dentre as reservas possíveis, nos termos do acordo, ou se as considera dispensáveis.

Por sua vez, o Poder Legislativo, a fim de exercer em toda a plenitude seu "poder-dever" para apreciar, de forma autônoma e independente, e sua competência para resolver definitivamente sobre os atos internacionais, examinará o texto integral do ato multilateral, bem como as opções de reservas indicadas pelo Poder Executivo e pronunciar-se sobre tal conteúdo conjuntamente.

Conseqüentemente, apresentam-se as seguintes possibilidades de deliberação do Congresso Nacional sobre a matéria: 1) concordar com as reservas indicadas pelo Executivo e conceder sua plena aprovação à firma ou adesão ao ato multilateral; 2) discordar das reservas apontadas pelo Poder Executivo, rejeitando-as (e, assim, conceder aprovação ao ato internacional sob a condição de que a oportuna ratificação seja procedida pelo Executivo sem a formulação de reservas); 3) resolver seja procedente a apresentação de determinadas reservas – desde que facultadas pelo ato multilateral – que não hajam sido sugeridas pelo Executivo na forma e por ocasião da sujeição do ato à apreciação do Legislativo.

Nestas duas últimas hipóteses (itens 2 e 3, acima) a manifestação do Congresso Nacional, revestida da forma de decreto legislativo, deve conter o estabelecimento das condições segundo as quais o País poderá assumir o compromisso internacional em questão. O decreto legislativo deverá explicitar quais reservas, segundo o entendimento obtido no Congresso, devam ser levantadas ou efetivadas, e estabelecer que esses procedimentos são condição da aprovação ao ato internacional.

Sendo assim, em vista dos argumentos apresentados, esperamos haver logrado ou, quanto menos contribuído para o esclarecimento das questões suscitadas. Esperamos, também, que a aceitação da interpretação, desenvolvida retro, dos dispositivos constitucionais e regimentais sobre a matéria, bem como das propostas de modalidades de emanação normativa – nos termos

das redações de decretos legislativos constantes dos anexos que acompanham este trabalho – tenham o condão de servir, na medida do possível, de subsídio ao alcance do estabelecimento de uma postura transparente e definitiva, fundada em convicções doutrinárias, jurídicas e políticas, do Congresso Nacional e de suas Casa Legislativas, sobre sua participação no processo de celebração de atos internacionais.

Além dos casos de aprovação plena, que não oferecem dificuldade, apresentamos solução para os casos em que o Congresso resolva aprovar parcialmente determinado ato internacional, introduzindo a aprovação condicionada, segundo a qual o Legislativo definirá, no corpo do Decreto Legislativo, os termos e condições segundo os quais o Congresso Nacional exprime sua concordância com os compromissos internacionais. Trata-se de uma solução que compatibiliza a necessidade de garantir a livre e plena manifestação parlamentar sobre tais atos com os limites da competência constitucional conferidos ao Legislativo, que restringem sua atuação ao âmbito do ordenamento jurídico interno.

Sobre o emendamento efetuado diretamente ao texto dos atos internacionais, por ocasião da apreciação legislativa, reiteramos, pelas razões apontadas, nosso entendimento quanto a sua inconstitucionalidade, por vício de iniciativa,. Essa forma de emendamento fere os princípios constitucionais que reservam a atuação e a representação externa do Estado ao Poder Executivo, sendo os atos internacionais uma forma de expressão dessa competência. Tais atos possuem validade, vigoram e produzem efeitos jurídicos exclusivamente no plano do Direito Internacional Público, por isso não penetram diretamente no direito interno e, portanto, são insuscetíveis de emendamento no curso de sua apreciação no plano do direito interno. Ou seja, os atos internacionais não detêm vigência direta no âmbito interno e as normas jurídicas deles constantes somente produzem efeitos no ordenamento jurídico do Estado em virtude da vigência, no âmbito do direito nacional, do decreto presidencial que, literalmente transcrevendo seu conteúdo, os promulga e publica, o que é imprescindível a sua aquisição de eficácia plena no direito pátrio.

Assim, apresentam-se três possibilidades de manifestação para o Congresso Nacional quanto aos atos internacionais que lhe são submetidos: 1) aprovação; 2) aprovação parcial (condicionada); e 3) rejeição. Nos dois primeiros casos há necessidade de edição de decreto legislativo que é o instrumento normativo constitucional e regimentalmente definido e hábil a produzir a referida manifestação do Parlamento, em face da qual haverá de proceder o Poder Executivo, dando a seqüência ao processo de adoção do respectivo compromisso internacional. Para a hipótese de aprovação parcial, apresentamos nos anexos ao final desta Consulta, algumas sugestões, modelos, de como podem ser redigidos decretos legislativos que visem a exprimir manifestação de aprovação parcial e condicionada de um ato internacional por parte do Congresso. Quanto à terceira hipótese, a da rejeição, não cabe a edição de decreto legislativo, conforme as razões oportunamente expostas *retro*.

Diante do exposto, reafirmamos nosso convencimento quanto à competência do Congresso Nacional para aprovar ou rejeitar e, sobretudo, para aprovar ou rejeitar parcialmente – segundo os termos e a forma *supra* descritos – os atos internacionais que lhe são submetidos, competência que, de resto, já vem sendo reconhecida tanto no âmbito do Poder Legislativo como na esfera do Poder Executivo. Nesse âmbito, é da maior importância a disseminação da consciência, no seio do Congresso, entre seus membros, quanto ao caráter irrenunciável e irrestringível do seu poder de apreciação dos atos internacionais. Há razões de sobra para que tal poder seja exercido com autonomia e independência em toda a sua plenitude e dentre elas, destaca-se a relevância da participação democrática, por intermédio da representação parlamentar, na definição do conjunto das obrigações internacionais contraídas pelo País.

## III – Conclusão

Assim, respondendo à primeira questão suscitada na presente consulta, quanto aos limites do poder do Congresso Nacional de emendar os atos internacionais, com base no exposto, concluímos que:

**1)** não é admissível a apresentação de emendas formuladas diretamente ao texto dos atos internacionais;

**2)** são admissíveis emendas aditivas, supressivas e modificativas ao projeto de decreto legislativo (PDL), cuja formulação visará à aprovação condicionada e, portanto, parcial, do ato internacional;

**3)** não serão admissíveis emendas substitutiva ou substitutiva global, pois se o Legislativo discordar de todo ou quase todo o conteúdo do texto do ato internacional, cabe-lhe, então, rejeitá-lo, ao invés de emendá-lo.

Ainda, em atendimento à mesma questão, quanto à redação do PDL, observamos que este, de modo a conter a expressão das convicções do Parlamento sobre a matéria, poderá apresentar conteúdos distintos, verificando-se as seguintes hipóteses:

**a) aprovação total:** nesse caso, o PDL simplesmente conterá dispositivo estabelecendo a aprovação do ato;

**b) aprovação parcial:** nesse caso, a aprovação será condicionada. Conforme referido, são admissíveis

somente emendas aditivas, supressivas e modificativas, desde que apresentadas ao texto do PDL, nunca diretamente aos texto dos atos internacionais. Tais emendas evidentemente visam a produzir alterações ao texto do ato internacional, mas o fazem de forma indireta, porque são apostas ao texto do projeto de decreto legislativo, o qual as apresenta como condição para a aprovação do ato internacional. Por outro lado, conforme referido, não se admitirão emendas substitutiva ou substitutiva global.

Na hipótese de aprovação parcial, a redação do PDL deverá atentar aos seguintes pressupostos (vide os modelos constantes dos anexos):

**1)** dispositivo estabelecendo a aprovação do ato internacional, sujeita ao cumprimento de condição;

**2)** dispositivo contendo a condição em si;

**3)** dispositivo estabelecendo que o ato internacional será considerado aprovado desde que satisfeita a condição estabelecida pelo próprio PDL.

**4)** dispositivo estabelecendo que o não-cumprimento da condição definida no PDL importará na rejeição do ato internacional.

**c) rejeição:** nesse caso, não há edição de Decreto Legislativo. Ou seja, o PDL constitui-se e serve de instrumento processual legislativo sob o qual o ato internacional tramita no Congresso Nacional mas, afinal, em face da rejeição desse ato, o PDL não prospera e não é convertido em norma legal. Diante disso, cumpre ao Congresso Nacional, comunicar a rejeição ao Poder Executivo, por meio de ofício (reiterando entendimento expresso na Consulta nº 2/92, da CCJD).

Vale lembrar que, nas hipóteses de aprovação total ou parcial, o PDL deve conter, ainda, além das mencionadas disposições, mandamento que garanta a sujeição à apreciação do Congresso Nacional dos atos que possam resultar em revisão ao ato internacional, bem como dos ajustes complementares que, nos termos do inciso I do Artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Os efeitos jurídicos do emendamento dos atos internacionais constituem o objeto da segunda questão formulada pela presente consulta. Em resposta, quanto aos efeitos jurídicos do emendamento, conforme sugerido na Consulta, eles realmente diferem dos produzidos pelas emendas apresentadas às demais proposições legislativas. Nos casos dos atos internacionais e dos decretos legislativos há que se considerar sua produção no âmbito da apreciação dos atos internacionais no seio do Congresso e, posteriormente, após a edição do Decreto Legislativo, no âmbito do relacionamento entre o Legislativo e o Executivo.

No primeiro caso, produzirão plenos efeitos as emendas apresentadas ao texto do PDL, de caráter aditivo, supressivo e modificativo, nos termos e condições *supra* desenvolvidos na resposta dada à primeira questão. Nestes mesmos termos, deverão ser rejeitadas e, portanto, não produzirão efeitos jurídicos as emendas que visem a alterar diretamente o texto do ato internacional bem como aquelas que, apostas ao PDL, detenham natureza substitutiva ou substitutiva global

Por outro lado, os efeitos jurídicos das emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, expressas no corpo do Decreto Legislativo como condição para a aprovação do ato internacional, serão plenos e constituem expressão da poder-dever do Congresso de resolver definitivamente sobre os atos internacionais. Tais efeitos repercutirão, naturalmente, sobre a ação do Poder Executivo, ao qual cumpre proceder diante de tal aprovação parcial. Neste caso, caberá ao Poder Executivo proceder segundo sua própria discricionariedade, podendo, por hipótese, promover novas negociações internacionais, visando a adequar o ato internacional às condições para a aprovação definidas pelo Congresso, ou abandoná-lo definitivamente.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2004. – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira,** Relator.

**ANEXO 1**

**Modelo 1**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº , DE 2004**
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

**Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.**

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002, observado o cumprimento da condição prevista no artigo 2º.

Art. 2º Fica suprimido o artigo 12 do acordo.

Art. 3º Satisfeita a condição estabelecida no artigo 2º deste decreto, por meio de ajuste complementar acordado entre as Partes Contratantes, considerar-se-á aprovado o texto do referido acordo.

Art. 4º O não cumprimento da condição prevista no artigo 2º importará a rejeição do acordo.

Art. 5º Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do Artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2004. – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira,** Relator.

**ANEXO 2**

**Modelo 2**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**
**Nº , DE 2004**
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

**Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002, observado o cumprimento da condição prevista no artigo 2º.

Art. 2º As reuniões da Comissão de Cooperação instituída pelo acordo, nos termos do seu artigo 12, deverão ser realizadas, alternativamente, nos territórios da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste. [1]

Art. 3º Satisfeita a condição estabelecida no artigo 2º deste decreto, por meio de ajuste complementar acordado entre as Partes Contratantes, considerar-se-á aprovado o texto do referido acordo.

Art. 4º Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do Artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2004. – **Deputado Aloysio Nunes Ferreira,** Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, ao apreciar a Consulta nº 4/2004, opinou unanimemente entendendo que quanto aos limites do poder do Congresso Nacional de emendar os atos internacionais: 1º) não é admissível apresentação de emendas formuladas diretamente ao texto dos atos internacionais; 2º) são admissíveis emendas aditivas, supressivas e modificativas ao Projeto de Decreto Legislativo, cuja formulação visará a aprovação condicionada e, portanto, parcial do ato internacional; 3º) não serão admissíveis emendas substitutiva ou substitutiva global, pois se o Legislativo discordar de todo ou quase todo o conteúdo do texto do ato internacional, cabe-lhe, então, rejeitá-lo, ao invés de emendá-lo. Quanto à redação do PDL, poderá apresentar conteúdos distintos, nas hipóteses de aprovação total, de aprovação parcial ou de rejeição conforme modelos constantesdeste parecer, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands – Presidente, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Darci Coelho, Dimas Ramalho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Eliseu Padilha, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, João Almeida, José Divino, José Eduardo Cardozo, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Odair, Osmar Serraglio, Pastor Amarildo, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Rubinelli, Wagner Lago, André de Paula, Ann Pontes, Colbert Martins, olano Sales, Dra. Clair, Fernando Coruja, Gilmar Machado, Isaías Silvestre, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Neuton Lima e Roberto Magalhães.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2004. – Deputado **Maurício Rands,** Presidente.

## COMISSÕES

## ATAS

Comissão de Agricultura, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**52ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária realizada em 17 de novembro de 2004**

Às dez horas e cinqüenta e sete minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário seis do Anexo

II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Silas Brasileiro, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 21/04. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados – Titulares: Anselmo, Antônio Carlos Mendes Thame, Augusto Nardes, Carlos Dunga, Confúcio Moura, Dilceu Sperafico, Dr. Rodolfo Pereira, Francisco Turra, Heleno Silva, João Grandão, Josias Gomes, Júlio Redecker, Kátia Abreu, Luís Carlos Heinze, Moacir Micheletto, Rommel Feijó, Ronaldo Caiado, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Zé Geraldo e Zonta; – Suplentes: Abelardo Lupion, Alberto Fraga, Bosco Costa, Cleonâncio Fonseca, Érico Ribeiro, Jorge Pinheiro, José Ivo Sartori, Josué Bengtson, Julio Semeghini, Lael Varella, Leandro Vilela, Mário Assad Júnior, Nelson Marquezelli, Odair, Orlando Desconsi, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos e Welinton Fagundes. Deixaram de comparecer os Deputados Adão Pretto, Airton Roveda, Almir Sá, Anderson Adauto, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Cezar Silvestri, Fábio Souto, José Carlos Elias, Leonardo Vilela, Luciano Leitoa, Nélio Dias, Odílio Balbinotti e Zé Gerardo. Justificaram a ausência os Deputados Anivaldo Vale, Fábio Souto e José Carlos Elias. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e determinou a leitura da Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária, que foi dispensada a requerimento aprovado do Deputado Zonta. Submetida à discussão e votação, a Ata foi aprovada unanimemente. Em seguida, o Presidente cientificou ao Plenário que, em vinte e nove de outubro do corrente, distribuiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.238/01 ao Deputado Francisco Turra; dia dez de novembro do corrente, distribuiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.395/04 ao Deputado Dilceu Sperafico; e dia dezesseis de novembro do corrente, distribuiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.396/04 ao Deputado Francisco Turra. **ORDEM DO DIA** – Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente submeteu à discussão e votação as seguintes matérias constantes da Pauta 21/04: A) REQUERIMENTOS: 1) REQUERIMENTO Nº 270/04 – Do Sr. Orlando Desconsi e outros – que "solicita que sejam convidados o Ministro da Agricultura, Senhor Roberto Rodrigues, o senhor Sérgio Bacci, Secretário de Políticas de Fomento, e o senhor Paulo de Tarso, do Departamento de Programas de Transporte Aquaviário, ambos do Ministério do Transporte, o Sr. Rui Polidoro Pinto, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno, do Ministério da Agricultura, os senhor João Paulo Koslovski, Presidente da OCEPAR, o senhor Vicente Joaquim Bogo, Presidente da OCERGS, o senhor Manoel José dos Santos , Presidente da CONTAG, o senhor Altemir Tortelli, Coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF– Sul), e um representante da Via Campesina, para debater a política de garantia de preços e soluções para a comercialização da safra de trigo". O autor defendeu o requerimento e solicitou que a audiência pública fosse realizada no Estado do Rio Grande do Sul. Em resposta, o Presidente em exercício cientificou ao autor que, de acordo com o Ato da Mesa nº 38, de 1979, combinado com o de nº 125, de 2002, este requerimento deveria ser transformado em um dos seguintes eventos para que fosse realizado fora do edifício sede: conferência, palestra, seminário, simpósios, mesas-redondas, encontros, painéis ou encontros afins. O autor acatou a sugestão de transformação para: **Fórum**. Submetido à discussão, usou da palavra o Deputado Abelardo Lupion, que questionou o autor se a empresa "Via Campesina" é legalmente constituída, pois só concordaria em realizar a palestra com empresas legalmente constituídas. Logo após, o Presidente em exercício propôs ao autor, obtendo sua aquiescência, submeter o requerimento à votação com a ressalva de condicionar a participação da empresa "Via Campesina" a sua existência Legal. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente, condicionando a participação da empresa "Via Campesina" à sua existência legal; 2) REQUERIMENTO Nº 271/04 – Do Sr. Zonta – que "solicita a indicação deste parlamentar, na condição de membro deste Órgão Colegiado e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP, para representar esta Comissão na XIII Conferência Regional de Integração Cooperativa, realizada pela Aliança Cooperativa Internacional, na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 22 à 26 de novembro de 2004". O autor defendeu o requerimento e registrou a presença dos Técnicos Administrativos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Submetido à discussão, usou da palavra o Deputado Francisco Turra. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente; 3) REQUERIMENTO Nº 272/04 – Do Sr. Zonta – que "requer a realização de Audiência Pública para discussão e avaliação da Convenção-Quadro para o controle do tabaco". O autor defendeu o requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Francisco Turra, que lamentou não ter sido incluída esta Comissão na distribuição da Comissão Especial destinada a examinar a mensagem 411/2004, do Poder Executivo, que ao apreciar a matéria aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1281/04 – Do Poder Executivo – que "Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003"; Luís Carlos Heinze, que sugeriu in-

cluir na lista de convidados o Ministério da Saúde para debater sobre o assunto; e Abelardo Lupion, que propôs encaminhar uma moção de repúdio protestando pela não participação desta Comissão na apreciação da Mensagem 411/2004, do Poder Executivo, que culminou com a aprovação, no Plenário desta Casa, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.281/04; e João Grandão. Logo após, o Presidente em exercício sugeriu, com a aquiescência dos membros, que esta Comissão encaminhasse ofício à Mesa com o protesto sugerido. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente; 4) REQUERIMENTO Nº 273/04 – Do Sr. Zonta – que "requer a realização de Audiência Pública para discussão e avaliação dos termos dos acordos entre Brasil e China". O autor defendeu o requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Francisco Turra; Orlando Desconsi, que sugeriu ao autor transformar o requerimento de audiência pública em solicitação de cópia dos acordos entre Brasil e China e após análise do material, caso seja necessário, encaminhar novo pedido de realização de audiência pública. Consultado sobre a proposta do Deputado Orlando Desconsi, o autor acatou-a. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente, tendo sido transformado em solicitações de cópias dos acordos entre Brasil e China para serem distribuídas aos membros da Comissão. Prosseguindo, o Presidente em exercício, autor do próximo item da pauta, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Zonta. Este por sua vez anunciou o próximo item: B) Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: – ORDINÁRIA: 5) PROJETO DE LEI Nº 2.712/03 – Do Sr. Silas Brasileiro – que "altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências", e da Lei n.º 8.929, de 22 de agosto de 1994, que "institui a Cédula de Produto Rural e dá outras providências"". RELATOR: Deputado LUIS CARLOS HEINZE. PARECER: pela aprovação, com emenda. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado João Grandão. Continuando, o Deputado Silas Brasileiro reassumiu a Presidência dos trabalhos a anunciou o próximo item da pauta: 6) PROJETO DE LEI Nº 1.468/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, tendo por finalidade incentivar a adoção de sistemas orgânicos, biológicos ou ecológicos de agricultura e pecuária". (Apensado: PL 2065/2003). RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME. PARECER: pela aprovação deste e do PL 2065/2003, apensado, nos termos do substitutivo adotado da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; 7) PROJETO DE LEI Nº 3.299/04 – Do Sr. Sérgio Caiado – que "acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, permitindo ao produtor rural plantar sem assistência técnica de agrônomo, nas condições em que especifica". RELATOR: Deputado DILCEU SPERAFICO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Grandão, em 26/05/2004. O Deputado João Grandão apresentou voto em separado em 01/06/2004. Conforme solicitação do autor, o Presidente deferiu a retirada de matéria de pauta. Em seguida, o Presidente em exercício, relator do próximo item da pauta, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Abelardo Lupion. Este por sua vez anunciou o próximo item da pauta: 8) PROJETO DE LEI Nº 2.644/03 – Do Sr. Augusto Nardes – que "altera os artigos 12, 14 e 15 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003". RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado João Grandão, em 20/10/2004. O Deputado João Grandão apresentou voto em separado em 27/10/2004. O relator leu o parecer. Discutiu a matéria o Deputado João Grandão, que apresentou voto em separado e solicitou ao relator que o apreciasse. Consultado sobre a proposta do Deputado João Grandão, o relator acatou-a. Logo após, o Presidente retirou a matéria de pauta a pedido do relator. Dando continuidade, o Deputado Abelardo Lupion, necessitando ausentar-se, naquele momento, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Zonta. Este por sua vez, anunciou o próximo item da pauta: 9) PROJETO DE LEI Nº 2.717/03 – Do Sr. Silas Brasileiro – que "dispõe sobre as Operações de Crédito Rural renegociadas ao ampara da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, da Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e dá outras providências". RELATOR: Deputado LUIS CARLOS HEINZE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado João Grandão. Prosseguindo, o Deputado Abelardo Lupion reassumiu a presidência e anunciou o próximo item: 10) PROJETO DE LEI Nº 2.938/04 – Do Sr. Dr. Rosinha – que "altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências". RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO. PARECER: pela aprovação, com sub-

stitutivo. Vista ao Deputado João Grandão, em 20/10/2004. O Deputado João Grandão apresentou voto em separado em 27/10/2004. O relator leu o parecer. Discutiu a matéria o Deputado João Grandão, que apresentou voto em separado e propôs ao relator, obtendo sua aquiescência, que o apreciasse. O Presidente deferiu a retirada da matéria de pauta a pedido do relator. Dando continuidade à apreciação das matérias, o Deputado Silas Brasileiro reassumiu a Presidência e anunciou os próximos itens da pauta: 11) PROJETO DE LEI Nº 1.328/03 – Do Sr. André Luiz – que "dispõe sobre a aquisição do gado para corte e dá outras providências". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CAPR. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; 12) PROJETO DE LEI Nº 3.338/04 – Do Sr. Benedito de Lira – que "altera a redação de dispositivo do art. 3º da Lei nº 10.267, de 18 de agosto de 2001, que alterou o § 3º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973". RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Discutiu a matéria o Deputado João Grandão, que sugeriu ao relator alterar a expressão "vinte módulos fiscais" para "quinze módulos fiscais". Consultado sobre a sugestão do Deputado João Grandão, o relator acatou-a. Em seguida, o relator apresentou uma complementação de voto acatando a alteração da expressão "vinte módulos fiscais" para "quinze módulos fiscais". Submetido à votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator com complementação de voto; 13) PROJETO DE LEI Nº 1.955/03 – Do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências". RELATORA: Deputada KÁTIA ABREU. PARECER: pela rejeição. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado João Grandão; 14) PROJETO DE LEI Nº 2.671/03 – Do Sr. Vander Loubet – que "cria o Fundo para Reassentamento de Ocupantes de Boa – Fé retirados de terras indígenas". RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA. PARECER: pela rejeição. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado João Grandão; 15) PROJETO DE LEI Nº 3.218/04 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "reserva 10% das parcelas dos programas de assentamento de trabalhadores do Poder Executivo Federal, aos técnicos em ciências agrárias". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela rejeição. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; – SEM PRAZO DETERMINADO: 16) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 4/99 – Do Sr. Silas Brasileiro – que "propõe que a Comissão de Agricultura e Política Rural fiscalize os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela execução da política agrícola". RELATOR: Deputado JOÃO GRANDÃO. PARECER: pelo arquivamento. O Deputado Odílio Balbinotti apresentou voto em separado em 04/10/2000. O Presidente retirou a matéria de pauta de ofício; 17) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1/03 – Do Sr. Nelson Marquezelli – que "propõe que a Comissão de Agricultura e Política Rural realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre os atos praticados desde a sua implantação pelo Conselho Curador do Programa Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário". RELATOR: Deputado LUIS CARLOS HEINZE. PARECER: pela aprovação nos termos apresentados. O relator leu o relatório prévio. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente. Dando continuidade, o Presidente, autor do próximo item da pauta, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Zonta. Este por sua vez anunciou o próximo item da pauta: 18) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 9/03 – Do Sr. Silas Brasileiro – que "propõe que a Comissão de Agricultura e Política Rural realize ato de fiscalização sobre a atual situação do Patrimônio do extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC". RELATOR: Deputado LEONARDO VILELA. PARECER: pela aprovação da PFC, com as seguintes sugestões: Apresentar Projeto de Lei que "Proponha o fortalecimento do Conselho Deliberativo da Política do Café"; e recomendar ao Poder Executivo medidas que possibilite a elaboração de políticas públicas consistentes para a cafeicultura. Em virtude da ausência do relator, o Presidente em exercício solicitou ao Deputado João Grandão a leitura do parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente. Em seguida, o Deputado Silas Brasileiro reassumiu a condução dos trabalhos e convidou os membros a participarem de uma reunião na próxima terça-feira, dia vinte e três do corrente, às dezesseis horas, na Sala da Presidência da Comissão para discutirem sobre assuntos diversos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às doze horas e trinta e oito minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de reunião ordinária Audiência Pública, terça-feira, dia vinte e três de novembro do corrente, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário seis do Anexo II desta Casa. E para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Silas Brasileiro**, Presidente em exercício, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## 52ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

### Ata da Trigésima Sexta Reunião Ordiná riarealizada em 24 de Novembro de 2004

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário seis do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Fábio Souto, 1º Vice-Presidente, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 22/04. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados – Titulares: Fábio Souto e Assis Miguel do Couto – Vice-Presidentes; Adão Pretto, Airton Roveda, Almir Sá, Anivaldo Vale, Anselmo, Antônio Carlos Mendes Thame, Augusto Nardes, Carlos Dunga, Cezar Silvestri, Confúcio Moura, Dilceu Sperafico, Dr. Rodolfo Pereira, Francisco Turra, Heleno Silva, João Grandão, Josias Gomes, Júlio Redecker, Kátia Abreu, Luciano Leitoa, Luís Carlos Heinze, Moacir Micheletto, Odílio Balbinotti, Ronaldo Caiado, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Zé Geraldo e Zonta; – Suplente: Abelardo Lupion, Alberto Fraga, Bosco Costa, Cleonâncio Fonseca, Érico Ribeiro, Joaquim Francisco, José Ivo Sartori, Josué Bengtson, Lael Varella, Leandro Vilela, Mário Assad Júnior, Odair, Orlando Desconsi, Osvaldo Reis, Pedro Chaves e Welinton Fagundes. Compareceu também o Deputado Roberto Pessoa, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Anderson Adauto, José Carlos Elias, Leonardo Vilela, Nélio Dias, Rommel Feijó e Zé Gerardo. Justificou a ausência o Deputado Leonardo Vilela. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e determinou a leitura da Ata da Trigésima Terceira Reunião Ordinária (Audiência Pública) e Trigésima Quinta Reunião Ordinária, que foi dispensada a requerimento aprovado do Deputado Josué Bengtson. Submetida à discussão e votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. Em seguida, o Presidente cientificou ao Plenário que, em dezessete de novembro do corrente, distribuiu os Projetos de Lei nºs 4.264/04, 4.239/04,3.113/04, 4.369/04 e 2.721/03 aos Deputados Almir sá, João Grandão, Nélio Dias, Waldemir Moka e Zé Gerardo; em dezoito de novembro do corrente, distribuiu o Projeto de Lei nº 1.895/03; e, em vinte e dois de novembro do corrente, distribuiu o Projeto de Lei nº 2.816/03 ao Deputado Dr. Rodolfo Pereira. Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente em exercício franqueou a palavra aos Deputados Zonta, Ronaldo Caiado, Kátia Abreu, Anselmo, Moacir Micheletto, Orlando Desconsi, Júlio Redecker, Abelardo Lupion, Assis Miguel do Couto, Kátia Abreu, Francisco Turra, Luís Carlos Heinze, Dr. Rodolfo Pereira, Waldemir Moka, Anivaldo Vale, Alberto Fraga, Josias Gomes, que se manifestaram sobre as declarações do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Senhor Rolf Hackbart, publicadas no jornal "Folha de São Paulo", nesta data. Os Deputados Zonta, Ronaldo Caiado e Abelardo Lupion sugeriram encaminhar um manifesto de repúdio às críticas ao agronegócio brasileiro feitas pelo Presidente do Incra, em discurso proferido na Conferência Nacional Terra e Água, na cidade de Brasília, ontem, dia vinte e três de novembro do corrente. Continuando, o Presidente em exercício, Deputado Fábio Souto, propôs iniciar a apreciação das matérias constantes da pauta e, posteriormente, continuar os debates sobre a notícia veiculada pelo jornal. Os membros do Partido dos Trabalhadores, então, solicitaram aos autores da sugestão do manifesto a retirada da proposição. Consultado sobre a solicitação do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Abelardo Lupion, único autor presente no Plenário naquele momento, concordou com a retirada do manifesto. **ORDEM DO DIA** – Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente informou aos membros que foram apresentadas trinta e sete propostas de emendas ao Orçamento 2005 encaminhadas pelos membros da Comissão, a saber: 1 – Embrapa – Laboratório de Biossegurança para o Agronegócio da Pecuária Bovina no Brasil – Autor: Deputado Leonardo Vilela; 2 – Embrapa -Agropecuária de Energia – Biodiesel – Autor: Deputado Zonta; 3 – Desenvolvimento de Estudos e Modelos Sobre a Vulnerabilidade e Adaptação aos Impactos das Mudanças Globais – Autor: Deputado Anivaldo Vale; 4 – Implantação da Rede de Meteorologia e Clima – Autor: Deputado Anivaldo Vale; 5 – Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleção ex situ) e Adaptação aos Impactos das Mudanças Globais – Autor: Deputado Anivaldo Vale; 6 – Apoio Financeiro Para Substituição Competitiva de Importações no Setor do Agronegócio – Autor: Deputado Anivaldo Vale; 7 – Censo Agropecuário – Autor: Deputado Murilo Zauith; 8 – Combate à Febre Aftosa – Autores: Deputados Josué Bengtson e Josué Bengtson; 9 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura – Autor: Deputado Silas Brasileiro; 10 – Patrulha Mecânica – Autores: Deputados Waldemir Moka, Nelson Marquezelli, Kátia Abreu, Ronaldo Caiado, Bosco Costa, José Carlos Elias, Fábio Souto, Antônio Carlos Mendes Thame e Zonta; 11 – Eletrificação rural – Autor: Deputado Waldemir Moka; 12 – Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio – Autor: Deputado Nel-

son Marquezelli; 13 – Desenvolvimento da Fruticultura – Autor: Deputado Nelson Marquezelli; 14 – Luz para Todos – Energização Rural – Autor: Deputados Nelson Marquezelli e José Carlos Elias; 15 – Capacitação de Negociadores em Comércio e Formuladores da Política Agrícola – Autor: Deputado Nelson Marquezelli; 16 – Ações de Desenvolvimento da Agroindústria e Agropecuária – Autor: Deputada Kátia Abreu; 17 – Apoio Financeiro para Substituição Competitiva de Importações no Setor do Agronegócio – Autor: Ministério da Ciência e Tecnologia; 18 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos; Agropecuários – Autor: Deputado Ronaldo Caiado; 19 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio – Autor: Deputado Ronaldo Caiado; 20 – Minimização de Riscos no Agronegócio – Autor: Deputado Ronaldo Caiado; 21 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Autores: Deputados Ronaldo Caiado, Fábio Souto e Zonta; 22 – Capacitação de Agricultores Familiares – Autor: Deputado José Carlos Elias; 23 – Exposições e Feiras Agropecuárias – Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias – Autor: Deputado José Carlos Elias; 24 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Autor: Deputado José Carlos Elias; 25 -Financiamento e Equalização à Estocagem de Álcool Combustível – Autor: Antônio Carlos Mendes Thame; 26 – Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários – Rastreabilidade – Autor: Deputado Ronaldo Caiado; 27 – Formação de Estoques Públicos – Autores: Deputados Anselmo, Orlando Desconsi, João Grandão, Assis Miguel e Adão Preto; 28 – Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Autores: Deputados Fábio Souto, Anselmo, Orlando Desconsi, João Grandão, Assis Miguel e Adão Preto; 29 – Apoio a Extensão Pesqueira e Aqüíola – Autores: Deputados Anselmo, Orlando Desconsi, João Grandão, Assis Miguel e Adão Preto; 30 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – Autores: Deputados Anselmo, Orlando Desconsi, João Grandão, Assis Miguel e Adão Preto; 31 – Gestão e Administração do Programa – DENACOOP – CAPOOP – Autor: Deputado Airton Roveda; 32 – Capacitação de Técnicos e Cooperados em Autogestão – Denacoop – Autor: Deputado Airton Roveda; 33 – Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo – Denacoop – Autor: Deputado Airton Roveda; 34 – Pesquisa e Desenvolvimento em cacaucultura – Autor: Deputado Fábio Souto; 35 – Segurança fitosanitária no trânsito de produtos agropecuários – Autor: Deputado Fábio Souto; 36 – Rede Brasil de Tecnologia – Autor: Deputado Renato Casagrande; 37 – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) – Autor: Deputado Renato Casagrande. Prosseguindo, o Presidente em exercício informou aos presentes que houve uma reunião, hoje, na Sala da Presidência da Comissão, onde chegaram ao consenso de quatro propostas de emendas apresentadas, as seguintes: **1)** Pesquisa agropecuária – Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio – R$ 160.000.000,00 (Cento e sessenta milhões de reais); **2)** Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – R$250.000.000,00 (Duzentos e cinqüenta milhões de reais); **3)** Defesa Sanitária – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura – R$ 150.000.000,00 (Cento e cinqüenta milhões de reais); **4)** Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada – Nacional – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Nacional – Nacional – R$ 250.000.000,00 (Duzentos e cinqüenta milhões de reais). Logo após, o Presidente em exercício perguntou aos membros do Partido dos Trabalhadores qual seria a última proposta de emenda para apreciação. Em resposta, os Deputados Anselmo e João Grandão informaram ao Presidente a quinta proposta: **5)** Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Nacional – Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – R$ 450.000.000,00 (Quatrocentos e cinqüenta milhões de reais). Prosseguindo, o Presidente em exercício submeteu à discussão as cinco emendas de consenso. Usaram da palavra os Deputados Orlando Desconsi, Anselmo, Waldemir Moka e Zonta. Submetidas à votação, as cinco emendas foram aprovadas unanimemente, a saber: 1) Pesquisa agropecuária – Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio – R$ 160.000.000,00 (Cento e sessenta milhões de reais); 2) Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário – Nacional – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional – R$250.000.000,00 (Duzentos e cinqüenta milhões de reais); 3) Defesa Sanitária – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura – R$ 150.000.000,00 (Cento e cinqüenta milhões de reais); 4) Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada – Nacional – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Nacional – Nacional – R$ 250.000.000,00 (Duzentos e cinqüenta milhões de reais); 5) Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Nacional – Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – R$ 450.000.000,00 (Quatrocentos e cinqüenta milhões de reais). Em virtude do adiantado da hora, as demais matérias constantes da

pauta não foram deliberadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às doze horas e trinta e dois minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de reunião ordinária**,** quarta-feira, dia primeiro de dezembro próximo, às dez horas, no Plenário seis do Anexo II desta Casa. E para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Fábio Souto,** 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## 52ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

### Ata da Trigésima Sétima Reunião Ordinária Realizada em 1º de Dezembro de 2004

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário seis do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Fábio Souto, 1º Vice-Presidente, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 23/04. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados – **Titulares**: Fábio Souto e Assis Miguel do Couto – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Mendes Thame, Augusto Nardes, Carlos Dunga, Confúcio Moura, Dilceu Sperafico, Dr. Rodolfo Pereira, Francisco Turra, Heleno Silva, João Grandão, José Carlos Elias, Júlio Redecker, Luis Carlos Heinze, Moacir Micheletto, Odílio Balbinotti, Ronaldo Caiado, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Zé Geraldo e Zonta; – Suplentes: Alberto Fraga, Bosco Costa, Érico Ribeiro, Joaquim Francisco, Josué Bengtson, Lael Varella, Leandro Vilela, Mário Assad Júnior, Odair, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Welinton Fagundes e Zequinha Marinho . Compareceu também o Deputado Sergio Caiado, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Adão Pretto, Almir Sá, Anderson Adauto, Anselmo, Cezar Silvestri, Josias Gomes, Kátia Abreu, Leonardo Vilela, Luciano Leitoa, Nélio Dias, Rommel Feijó e Zé Gerardo. Justificaram a ausência os Deputados Cleonâncio Fonseca e Leonardo Vilela. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e antes de iniciar a apreciação dos itens constantes da pauta, o Presidente em exercício ratificou aos membros o convite feito pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para participarem de reunião, amanhã, dia dois de dezembro do corrente, no auditório daquele Ministério, no período das nove às doze horas, quando serão apresentadas as conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho que identificou problemas e propôs aprimoramento no "Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina – SISBOV". Os Deputados Ronaldo Cariado e Waldemir Moka comentaram sobre a importância da participação dos parlamentares nessa reunião. Logo após, o Presidente em exercício informou aos membros que foi encaminhado convite para participarem de café da manhã com os Ministros Roberto Rodrigues, Antônio Palocci e Nelson Machado, dia sete de dezembro próximo, às oito horas, no auditório do Ministério da Agricultura, para discutirem sobre os temas: 1 – Orçamento 2005; 2 – Recursos para comercialização da safra 2004/2005; 3 – Recursos para Defesa Sanitária Agropecuária; 4 – Recursos para Pesquisa Agropecuária; e 5 – Insumos Agropecuários que não foram abrangidos pela alíquota zero – PIS/COFINS; e de reunião, dia sete de dezembro próximo, às quatorze horas, na Sala da Presidência desta Comissão, para discutirem sobre a Medida Provisória nº 221/04, coma presença do Senhor Ivan Wedekin, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Continuando, Usaram da palavra os Deputados Silas Brasileiro, que comentou sobre o expediente que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encaminhou aos agentes financeiros prorrogando o financiamento de custeio e colheita do café das safras 2002/2003 e 2003/2004, por noventa dias, consequentemente, com essa medida, os produtores passarão a quitar seus débitos e, também, permitirá que seja comercializado o saldo de suas safras a preços que remunerem as produções e salientou a necessidade da aprovação da prorrogação pelo Conselho Monetário Nacional. O Deputado comentou, também, sobre o crescimento do consumo de café em aproximadamente dez por cento no Brasil e parabenizou o Ministério da Agricultura pela participação na Primeira reunião Extraordinária do Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre aftosa, nesta data, na cidade de Brasília, que discutirá as ações para o Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA) nas Américas até o ano de 2009. Prosseguindo, o Deputado Zonta solicitou apoio dos membros da Comissão para retirar a expressão "exclusivamente" constante do texto da Medida Provisória nº 210/2004 – Do Poder Executivo – que "altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, da Lei nº 8.691, de

28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências", quando da apreciação desta, constante da pauta do Plenário nesta data, para que, segundo Sua Excelência, os servidores públicos possam participar de cargos de direção de cooperativas. Em seguida, usaram da palavra os Deputados Francisco Turra, que ratificou o convite feito pelo Presidente em exercício aos membros desta Comissão para que participem da reunião no Ministério da Agricultura na próxima terça-feira, e que proponham sugestões para os problemas dos agricultores, em especial, aos produtores de trigo; Ronaldo Caiado, que comentou sobre o reconhecimento dos técnicos de fiscalização federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no empenho dos parlamentares desta Comissão pela vitória alcançada por aquela classe junto ao Ministério; Moacir Micheletto, que se solidarizou com seu antecessor sobre a reunião no Ministério da Agricultura, ratificou o convite da reunião sobre as discussões da Medida Provisória 221/04, dia sete de dezembro do corrente, e mostrou-se preocupado com a crise enfrentada pelos agricultores, em especial, com os produtores de trigo, pois, segundo Sua Excelência, os agricultores não têm conseguido nem o preço mínimo na comercialização do produto e, se não houver uma ação urgente do Governo, haverá uma reação do preço no mercado; e Dr. Rodolfo Pereira, que comentou sua preocupação com os agricultores de arroz do Estado de Rondônia, que se encontram em constantes conflitos com os índios, solicitou ao Governo Federal sensibilidade para avaliar as propostas recebidas de demarcações de terra na área "Raposa terra do Sol", com o intuito de diminuir os conflitos dos agricultores com os índios. Dando continuidade, o Presidente em exercício determinou a leitura da Ata da Trigésima Quarta Reunião Ordinária (Audiência Pública) e Trigésima Sexta Reunião Ordinária, que foi dispensada a requerimento aprovado do Deputado Zonta. Submetida à discussão e votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. Em seguida, o Presidente cientificou ao Plenário que, em vinte e cinco de novembro do corrente, distribuiu o Projeto de Lei nº 4.363/04 ao Deputado Almir Sá. **ORDEM DO DIA** – Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente submeteu à discussão e votação as seguintes matérias constantes da Pauta 23/04: A – Requerimento: 1) – REQUERIMENTO Nº 274/04 – Do Sr. Zonta – que "requer a realização de Audiência Pública para discussão e avaliação do setor leiteiro, bem como da situação da Empresa Parmalat desde o término de sua intervenção". O autor defendeu o requerimento e registrou a presença no Plenário da Comissão dos Senhores Carlos Hoegen e Wilmar, Prefeito e Vereador da cidade de Utuporanga/RS, respectivamente. Discutiu a matéria o Deputado Moacir Michelletto, que sugeriu aprovar o requerimento e realizar a audiência pública na próxima Sessão Legislativa. Consultado sobre a sugestão, o autor acatou-a. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente. Logo após, o Deputado Ronaldo Caiado usou da palavra e registrou a presença do Senhor André Carapoa, produtor rural do Município de Jataí/GO, no Plenário da Comissão ; B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: – URGÊNCIA: 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.395/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 394/2004) – que "aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003". RELATOR: Deputado DILCEU SPERAFICO. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.396/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 489/2004) – que "aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma em novembro de 2001 e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002". RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: – ORDINÁRIA: 4) PROJETO DE LEI Nº 1.468/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, tendo por finalidade incentivar a adoção de sistemas orgânicos, biológicos ou ecológicos de agricultura e pecuária". (Apensado: PL 2065/2003). RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS

MENDES THAME. PARECER: pela aprovação deste e do PL 2065/2003, apensado, nos termos do substitutivo adotado da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado João Grandão; 5) PROJETO DE LEI Nº 1.328/03 – Do Sr. André Luiz – que "dispõe sobre a aquisição do gado para corte e dá outras providências". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CAPR. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; 6) PROJETO DE LEI Nº 1.955/03 – Do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências". RELATORA: Deputada KÁTIA ABREU. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado João Grandão, em 17/11/2004. Em virtude da ausência da relatora, a matéria não foi deliberada; 7) PROJETO DE LEI Nº 2.671/03 – Do Sr. Vander Loubet – que "cria o Fundo para Reassentamento de Ocupantes de Boa – Fé retirados de terras indígenas". RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado João Grandão, em 17/11/2004. O relator leu o parecer. Submetido à discussão, usou da palavra o Deputado João Grandão, que apresentou seu voto em separado. Submetido à votação, o parecer do relator foi aprovado contra o voto do Deputado João Grandão; 8) PROJETO DE LEI Nº 3.218/04 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "reserva 10% das parcelas dos programas de assentamento de trabalhadores do Poder Executivo Federal, aos técnicos em ciências agrárias". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela rejeição. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; 9) PROJETO DE LEI Nº 4.031/04 – da Sra. Luci Choinacki – que "altera dispositivos da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003". RELATOR: Deputado HELENO SILVA. PARECER: pela aprovação. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada; 10) PROJETO DE LEI Nº 304/95 – Do Sr. Valdemar Costa Neto – que "dispõe sobre os regulamentos sanitários básicos sobre alimentos". (Apensado: PL 1549/1999). RELATOR: Deputado CONFÚCIO MOURA. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 1549/1999, apensado. O relator leu o parecer. Submetido à discussão, usaram da palavra os Deputados João Grandão, Moacir Micheletto e Ronaldo Caiado. Submetido à votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 11) PROJETO DE LEI Nº 891/03 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "prevê a criação do Distrito Agropecuário do Vale do Pindaré". RELATOR: Deputado ZÉ GERALDO. PARECER: pela rejeição. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 12) PROJETO DE LEI Nº 3.299/04 – Do Sr. Sergio Caiado – que "acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, permitindo ao produtor rural plantar sem assistência técnica de agrônomo, nas condições em que especifica". RELATOR: Deputado DILCEU SPERAFICO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Grandão, em 26/05/2004. O Deputado João Grandão apresentou voto em separado em 01/06/2004. Lido o parecer, este foi submetido à discussão. Usaram da palavra os Deputados João Grandão, que apresentou voto em separado; Luis Carlos Heinze; e Josué Bengtson. Submetido à votação, o parecer do relator foi rejeitado contra o voto do Deputado Dilceu Sperafico. Em seguida, o Presidente em exercício designou o Deputado João Grandão para elaborar o parecer vencedor. O Deputado João Grandão proferiu parecer contrário ao projeto. Foi aprovado o parecer vencedor contrário ao projeto, contra o voto do Deputado Dilceu Sperafico, cujo parecer passou a constituir voto em separado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e quarenta e três minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de reunião ordinária (Audiência Pública), quarta-feira, dia oito de dezembro próximo, às dez horas, no Plenário seis do Anexo II desta Casa. E para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Fábio Souto**, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa**

**TERMO DE REUNIÃO**

Em nove de dezembro de dois mil e quatro, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária de Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, prevista para as dez horas, no plenário 4, destinada a comemorar os 30 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Recursos Genéticos e Biotecnologia, devido a participação dos membros da Comissão, nesta data, no café da manhã ocorrido no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a presença dos Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento e na reunião com os Líderes para tratar sobre a Medida Provisória nº 219/2004. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Fábio Souto – Vice-Presidente; Joaquim Francisco, Leandro

Vilela, Nelson Marquezelli, Welinton Fagundes, Ronaldo Caiado e Zonta. Justificou a ausência o Deputado Leonardo Vilela. E, para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa**

**Ata da Trigésima nona reunião ordinária realizada em 15 de Dezembro de 2004**

Às dez horas e cinqüenta e nove minutos do dia quinze de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário seis do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Leonardo Vilela, Presidente, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 25/04. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados – **Titulares**: Leonardo Vilela – Presidente; Fábio Souto e Assis Miguel do Couto – Vice-Presidentes; Adão Pretto, Airton Roveda, Augusto Nardes, Carlos Dunga, Confúcio Moura, Dilceu Sperafico, Dr. Rodolfo Pereira, Francisco Turra, Heleno Silva, João Grandão, José Carlos Elias, Luís Carlos Heinze, Moacir Micheletto, Odilio Balbinotti, Ronaldo Caiado, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Zé Geraldo e Zonta; **Suplentes:** Alberto Fraga, Benedito de Lira, Bosco Costa, Érico Ribeiro, Guilherme Menezes, Josué Bengtson, Lael Varela, Leandro Vilela, Odair, Osvaldo Reis, Pedro Chaves e Vignatti. Deixaram de comparecer os Deputados Almir Sá, Anderson Adauto, Anivaldo Vale, Anselmo, Antônio Carlos Mendes Thame, Cézar Silvestre, Josias Gomes, Júlio Redecker, Kátia Abreu, Luciano Leitoa, Nélio Dias, Rommel Feijó e Zé Gerardo. Justificou a ausência o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e determinou a leitura da Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária (Audiência Pública), Trigésima Sétima Reunião Ordinária e Trigésima Oitava Reunião Ordinária (Audiência Pública), que foi dispensada a requerimento aprovado do Deputado Augusto Nardes. Submetida à discussão e votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. Em seguida, o Presidente cientificou ao Plenário que, em primeiro de dezembro do corrente, distribuiu o Projeto de Lei nº 3.299/04 ao Deputado João Grandão. **ORDEM DO DIA** – Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente, autor dos primeiros itens da pauta, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Fábio Souto. Este por sua vez, submeteu à discussão e votação as seguintes matérias constantes da Pauta 25/04: A – Requerimentos: 1) REQUERIMENTO Nº 275/04 – Do Sr. Leonardo Vilela – que "solicita seja convidado o Senhor Cláudio Maireovitch Peçanha – Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para participar de audiência pública com intuito de esclarecer sobre o procedimento para liberação de registro dos produtos agrotóxicos que controlam a ferrugem asiática". O autor defendeu o requerimento. Submetido à discussão e votação o requerimento foi aprovado unanimemente; 2) REQUERIMENTO Nº 276/04 – Do Sr. Leonardo Vilela – que "Solicita seja convidada a Ministra de Estado de Minas e Energia, Sra. Dilma Vana Rousseff, para participar de reunião de audiência pública e debater sobre a implantação do Programa Biodiesel no Brasil; Políticas públicas para aumento da produção e exportação de etanol; e Implementação do gasoduto Brasil-Bolívia.". O autor defendeu o requerimento. Discutiu a matéria o Deputado Silas Brasileiro. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente. Prosseguindo, o Deputado Leonardo Vilela reassumiu a condução dos trabalhos e anunciou o próximo item da pauta: B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: – ORDINÁRIA: 3) PROJETO DE LEI Nº 1.468/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, tendo por finalidade incentivar a adoção de sistemas orgânicos, biológicos ou ecológicos de agricultura e pecuária". (Apensado: PL 2065/2003). RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME. PARECER: pela aprovação deste e do PL 2065/2003, apensado, nos termos do substitutivo adotado da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Em virtude do relator estar em Missão Oficial, o Presidente retirou a matéria de Pauta; 4) PROJETO DE LEI Nº 1.328/03 – Do Sr. André Luiz – que "dispõe sobre a aquisição do gado para corte e dá outras providências". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CAPR. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada. 5) PROJETO DE LEI Nº 1.955/03 – Do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências". RELATORA: Deputada KÁTIA ABREU. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado João Grandão, em 17/11/2004. Em virtude da ausência da relatora, a matéria não foi deliberada. 6) PROJETO DE LEI Nº 3.218/04 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "reserva 10% das parcelas dos programas de assentamento de trabalhadores do Poder Executivo Federal, aos técnicos em ciências agrárias". RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA. PARECER: pela rejeição. Em virtude da ausência do relator, naquele momento, a matéria não foi deliberada. 7) PROJETO DE LEI Nº

4.031/04 – da Sra. Luci Choinacki – que "altera dispositivos da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003". RELATOR: Deputado HELENO SILVA. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Submetido à discussão, usou da palavra o Deputado João Grandão. Submetido à votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 8) PROJETO DE LEI Nº 1.895/03 – Do Sr. Zonta – que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Florestal Trabalho e Renda em todo o Território Nacional, ajustado ao Programa Fome Zero, do Governo Federal". RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 9) PROJETO DE LEI Nº 2.974/04 – Do Sr. João Alfredo – que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, com a redação dada pela Lei n° 10.700, de 09 de julho de 2003, e dá outra providências". (Apensados: PL 3092/2004 e PL 3289/2004). RELATOR: Deputado FÁBIO SOUTO. PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 3092/2004 e do PL 3289/2004, apensados. O relator leu o parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 10) PROJETO DE LEI Nº 4.040/04 – Do Sr. Luiz Bittencourt – que "exonera do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados as importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e demais bens de uso agropecuário". RELATOR: Deputado MOACIR MICHELETTO. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Conforme solicitação foi concedida vista ao Deputado João Grandão. 11) PROJETO DE LEI Nº 4.264/04 – Do Sr. Julio Lopes – que "institui isenção de tributos federais para defensivos agrícolas". RELATOR: Deputado ALMIR SÁ. PARECER: pela aprovação. Em virtude da ausência do relator, a matéria não foi deliberada. 12) PROJETO DE LEI Nº 60/03 – Do Sr. Wilson Santos – que "cria o Programa Nacional de Reservas para a Preservação Ambiental e dá outras providências". (Apensados: PL 144/2003 e PL 4160/2004). RELATOR: Deputado CONFÚCIO MOURA. PARECER: pela rejeição deste e do PL 144/2003, apensado, e pela aprovação do PL 4160/2004, apensado. Vista conjunta aos Deputados Abelardo Lupion, Cezar Silvestri e Zonta, em 25/06/2003. O relator leu o parecer. Submetido à discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado unanimemente; 13) PROJETO DE LEI Nº 4.174/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre o custeio de máquinas agrícolas ao Pequeno Produtor Rural familiar, pelo Poder Executivo e dá outras providências". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela rejeição. Em virtude da ausência do relator, o Presidente solicitou ao Deputado João Grandão a leitura do parecer. Conforme solicitação, foi concedida vista ao Deputado Zonta. Prosseguindo, o Presidente anunciou que foram recebidos requerimentos **EXTRA-PAUTA** e consultou o Plenário se estes apoiavam a votação pelo processo simbólico. O Deputado João Grandão posicionou-se contrário à solicitação. Ato contínuo, o Deputado Augusto Nardes retirou o requerimento de inclusão extra-pauta, para não finalizar o andamento dos trabalhos. Dando Continuidade, o Presidente concedeu a palavra aos Deputados Moacir Micheletto, que comentou sobre a reunião com os Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento ocorrida na semana passada e sobre os vários projetos que tratam do endividamento agrícola tramitando nesta Casa. Sugeriu ao Presidente que fosse indicado uma comissão de parlamentares para tratar do assunto. O Presidente acatou a solicitação do Deputado Moacir Micheletto e, necessitando ausentar-se momentaneamente, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Francisco Turra. Em seguida, o Presidente em exercício passou a palavra aos Deputados Luis Carlos Heinze e Heleno Silva. Finalizando, O Deputado Leonardo Vilela reassumiu a condução dos trabalhos e agradeceu a colaboração de todos os membros, os servidores da Comissão, os consultores da Consultoria Legislativa desta Casa, a imprensa e os assessores das Lideranças e dos Ministérios para o bom êxito dos trabalhos na Sessão Legislativa que ora se encerrava e, de acordo, **com art. 97, § 3º,** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, suspendeu os trabalhos, por cinco minutos, para que fosse por mim Moizes Lobo da Cunha, Secretário, redigida a presente ATA. Reabertos os trabalhos, às doze horas e dez minutos, o Presidente determinou a leitura da mesma, tendo sido dispensada a requerimento do Deputado Zonta. Em seguida, submeteu-a à discussão e votação, tendo sido aprovada sem restrições e assinada pelo Presidente, Deputado **Leonardo Vilela,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária realizada em 06 de maio de 2003.**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia seis de maio de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Zequinha Marinho – Vice-Presidentes; Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Antonio Joaquim, Celcita

Pinheiro, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Maria Helena, Miguel de Souza, Perpétua Almeida, Ricarte de Freitas, Suely Campos e Terezinha Fernandes – Titulares; Alberto Fraga, Coronel Alves, Dr. Benedito Dias, Eduardo Gomes, Humberto Michiles, Jaime Martins, Marinha Raupp, Mário Negromonte e Maurício Rabelo – Suplentes. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir o Presidente da CCSIVAM – Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia, Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, com o objetivo de apresentar a este Colegiado esclarecimentos a respeito dos trabalhos realizados pelo órgão. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram o expositor os senhores Deputados Átila Lins, Zequinha Marinho, Coronel Alves, Ricarte de Freitas, Perpétua Almeida e Miguel de Souza. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra ao expositor, para que apresentasse suas considerações finais. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, antes convocando reunião ordinária para quarta-feira, dia sete de maio, às onze horas. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, Secretário, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Átila Lins, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputad**os.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional para colher esclarecimentos a respeito dos trabalhos realizados pela Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM, atendendo a requerimento de autoria do nobre Deputado Zequinha Marinho.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: o convidado, de acordo com o Regimento, deverá limitar-se ao tema em debate. Para tanto, disporá de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Se o expositor desejar, poderá prorrogar por mais 20 minutos sua exposição.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Srs. Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para as respostas, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. É vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

A Presidência, inicialmente, agradece ao Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM, pelo comparecimento. Agradece, ainda, aos eminentes companheiros Deputados e às demais pessoas que se encontram no recinto a presença.

Dando início à exposição, concedo a palavra ao Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, que disporá de 20 minutos.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes. Mais do que atender ao convite, é obrigação do Presidente da CCSIVAM trazer a esta Casa informações sobre o Projeto SIPAM/SIVAM.

No tempo de que disponho – 20 minutos –, quero recordar o que representou a criação desse projeto no Brasil. Tomarei a liberdade de apresentar algumas transparências, para que possamos, com esses dados, homogeneizar o nível de conhecimento de todos os participantes e, então, dar mais detalhes sobre assuntos específicos.

(*Segue-se exibição de imagens.)*

No início da década de 90, falava-se muito na presença do Estado na Amazônia. Tivemos de fazer uma análise da situação para saber o que estava acontecendo. Vale destacar: ocupação dos espaços de forma inadequada, ações predatórias, redução da biodiversidade, ocorrência de ilícitos, degradação ambiental, concentração populacional, deterioração dos serviços de saúde e agravamento dos aspectos socioeconômicos.

Esses acontecimentos geraram uma necessidade operacional. O Brasil precisava de um sistema que lhe permitisse realizar ações coordenadas e conjugar esforços, no âmbito dos Governos Federal, Estadual e Municipal, por meio de seus órgãos, dentro dos limites de competência de cada um, de maneira a produzir informações e gerar conhecimentos que levassem ao desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Os resultados esperados do projeto eram: proteção ambiental; controle de ocupação e uso do solo; vigilância e controle das fronteiras; prevenção e controle de endemias e epidemias; atuação da Defesa Civil; identificação e combate às atividades ilícitas; proteção de terras indígenas; vigilância e controle do tráfego aéreo; apoio ao controle e à circulação fluvial e às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Antes de falarmos sobre um projeto para a Amazônia, temos de fazer uma comparação para que as

pessoas, não só do Brasil como também do exterior, tenham conhecimento do seu tamanho.

Nas várias palestras que faço, procuro usar essa transparência para demonstrar esse conhecimento, porque as pessoas imaginam que a área da Amazônia é muito pequena.

Vejam, são 5 milhões e 200 mil quilômetros quadrados; ou seja, a Amazônia ocupa 60% do território nacional. Fazendo uma comparação, 32 países da Europa cabem dentro da Amazônia. De Boa Vista a Porto Velho, por exemplo, cabe a Suécia inteirinha.

Essa, senhores, é a Amazônia que necessita dos nossos cuidados.

Fazia-se mister implantar uma organização sistêmica, cujos elos seriam os vários órgãos federais, estaduais e municipais com atuação na Amazônia, com o objetivo de integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitissem ações globais e coordenadas, a fim de potencializar os resultados decorrentes da implementação das diretrizes políticas. Esse é o projeto SIPAM/SIVAM.

Na realidade, o SIPAM se tornaria um projeto virtual, se não dispusesse de equipamentos, meios e infra-estrutura que permitissem a sua execução. E esta é a nossa situação: temos apenas infra-estrutura de meios técnicos e operacionais para coletar, processar, produzir e difundir dados de interesse das organizações integrantes do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM.

Como estruturar o projeto como um todo?

Na concepção básica, o projeto foi estruturado em 3 níveis. O primeiro deles diz respeito aos dados. Temos equipamentos e sensores para fazer a coleta desses dados. Mas apenas dados não são suficientes. Aí entra o segundo nível: informação. Nele são analisados esses dados em células específicas, dentro dos Centros Regionais de Vigilância. Ainda assim, se essa informação não for transformada em conhecimento, não teremos atingido nosso objetivo. Portanto, temos o terceiro nível: conhecimento público ou do Estado, já que visa ao planejamento estratégico de cada um dos órgãos que faz parte da organização SIPAM.

Podemos ver quais subsídios em potencial aos órgãos do SIPAM são fornecidos pelos equipamentos de infra-estrutura e disponibilizados pelo Sistema de Vigilância, o SIVAM. Temos possibilidade de trabalho na área da saúde, no uso do solo, no meio ambiente, na vigilância, no controle de tráfego aéreo de superfície, na educação e em outros, tal como nos centros estaduais de usuários que se encontram nos 9 Estados que fazem parte da Amazônia Legal.

Esse projeto entrou em vigor em 25 de julho de 1997. O seu valor era de 1 bilhão e 285 milhões de dólares para bens e serviços e de 110 milhões de dólares para infra-estrutura. No decorrer de sua implantação, com as diversas modificações realizadas, já foram confeccionados 24 termos aditivos. Estamos fazendo a análise do 25º. Houve ainda a utilização de recursos da ordem de 192 milhões de dólares, utilizados no início do projeto para aquilo que não sabíamos que seria necessário. Esse dinheiro foi utilizado em infra-estrutura, em equipamentos e em cursos para permitir que o projeto realmente se tornasse realidade.

Podemos ver que a maior parte dos equipamentos – os que estão iluminados são os incompletos – previstos para o Projeto SIVAM já estão no Brasil, implementados nos sítios onde foram estabelecidos.

Nesse ponto temos uma visão pictórica da pletora de meios desse projeto, permitindo que realmente seja feita uma coleta de dados adequada.

Começando no sentido horário, vemos uma estação terrena para receber informações de satélites. Em seguida, temos equipamentos de rádio determinação, excelentes para todos os níveis. O que eles fazem? Recebem uma informação de GPS e dão as coordenadas exatas de onde estão os outros equipamentos. São ligados por satélite aos Centros Regionais de Vigilância, podendo receber e transmitir dados, desde que os equipamentos estejam em contato direto com esses Centros. Assim, temos condições de avaliar a posição exata do equipamento – em um carro, em um barco, em uma aeronave pequena, até mesmo com uma equipe de pessoas. Quem estiver trabalhando em campo poderá transmitir e receber informações em tempo real.

Existem também os usuários remotos. Estão previstos 940, que estarão conectados aos Centros Regionais de Vigilância. Na sua base, terão um computador, um fax e uma antena, o que lhes permitirá a ligação por satélite. Dessa maneira, as pessoas nos mais remotos rincões, como uma tribo indígena, poderão se comunicar com o Centro Regional de Vigilância. E não só com ele, pois haverá também uma capilaridade, permitindo que aqueles equipamentos possam se comunicar entre si, o que aumentará em muito a capacidade de comunicação para todos os órgãos que fazem parte do projeto.

Dispomos também de radares – 19 fixos e 6 móveis – para o controle do espaço aéreo. Na parte de hidrologia, temos 200 plataformas coletoras de dados hidrográficos espalhadas por toda a região, transmitindo dados sobre poluição, PH, nível das águas e vários outros itens que servirão de base para o planejamento de cada uma das organizações que fazem parte do projeto. Para o controle meteorológico, temos 70 estações de superfície, 13 estações meteorológicas de altitude,

10 radares meteorológicos e 14 detectores de raios, o que permitirá acesso muito grande de conhecimento sobre meteorologia na área amazônica.

Esses centros regionais estarão conectados entre si e também com os Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, possibilitando troca de informações em tempo real.

Temos ainda satélites meteorológicos, que enviam mensagens e imagens para as diversas antenas instaladas no território nacional, e também aviões de sensoriamento remoto, que permitem o controle do espaço aéreo, de aeronaves que estejam voando a baixa altitude.

Essa pletora de meios no SIVAM fez com que vários órgãos participassem do início do projeto. Eles não tinham todos os equipamentos ou todos os conhecimentos necessários. Por isso, vários fornecimentos foram feitos para órgãos como ANEEL, SUDAM, IBGE, IMET, INPE, para que tivessem sua capacitação aumentada, de maneira a permitir que o projeto pudesse funcionar com dados ou *softwares* adequados ao trabalho de coleta das informações, fazendo com que estas se transformassem em conhecimentos que pudessem ser difundidos. Obviamente, para fazer tudo isso, tivemos de trabalhar com obras civis.

No alto do *slide* aparecem – talvez nem todos consigam ver – 2 milhões de metros quadrados de áreas urbanizadas e 100 mil metros quadrados de área construída na Amazônia, em 5 anos. Realmente é uma quantidade fantástica para atender a todos os 9 Estados. E com um detalhe: em alguns lugares, até a pedra e o tijolo foram levados por meio de avião – era a única maneira de se chegar ao local.

Temos aqui o valor aproximado de cada uma das empresas contratadas que fizeram parte do projeto: a americana *Raytheon*; a firma brasileira Atech, responsável pela parte de *software;* e a Embraer/Ericsson, com a parte dos aviões.

Como V.Exas. podem ver, 91% do projeto foram realizados, 7% estão atrasados e 2% ainda vão ser feitos, de acordo com o cronograma dos anos de 2004 e 2005.

Esse é o nosso programa de trabalho para o SIVAM, em 2003. Cada uma dessas linhas é uma localidade onde estamos executando algum tipo de trabalho. A parte de infra-estrutura está pronta. Faltam apenas alguns detalhes finais a serem feitos, mas 98% do projeto estão completos. Não precisamos mais fazer obras de infra-estrutura, a não ser em um único lugar: Eirunep. Elas ficarão para o próximo ano. Como V.Exas. podem ver, Eirunep está agendada para 2004.

Pretendemos cumprir esse planejamento, mas existem alguns óbices para que isso ocorra ainda este ano. Falarei sobre o assunto mais adiante.

Esse ponto refere-se à entrega das aeronaves. Oito já foram previstas, 5 já foram entregues e as últimas 3 estão previstas para ser entregues em maio, julho e agosto de 2003. Com isso, receberemos as 8 aeronaves previstas no projeto totalmente operacionais.

Para que tenhamos noção da defasagem desse projeto, numa comparação físico-financeira, 83% do projeto já foram realizados – deveríamos ter sido 96%. Então, há um atraso total de 13%, considerando-se tanto a parte física quanto a financeira. Obviamente, constam nesses valores a compra de materiais para ficarem estocados, para manutenção e suprimento de todos esses equipamentos instalados. O gráfico que mostrei anteriormente, que fala do atraso do projeto, é apenas para sua entrada em funcionamento como um todo.

Dois desses óbices são os mais complexos para a Comissão levar a frente esse projeto, a fim de que seja concluído durante o ano de 2003. O primeiro diz respeito ao orçamento. Eram necessários 375 milhões de reais para 2003. A LOA contemplou-nos com 69 milhões, mas o Decreto nº 4.591, de contingenciamento, deu-nos apenas 23 milhões de reais. Então, precisamos de complementação orçamentária extra de 305 milhões de reais para que seja dado prosseguimento ao projeto e ele seja realmente implementado até o final de 2003.

O outro problema que temos diz respeito ao pessoal. Os funcionários que trabalham para a Comissão foram contratados de acordo com a Lei nº 8.745. Estava programado que teriam seu contrato encerrado no próximo dia 30 de maio, quando completariam 8 anos de trabalho e o projeto já estaria concluído. Com todos os atrasos, isso não ocorreu. Há um atraso de pelo menos 1 ano, e esse pessoal tem conhecimento técnico tão aprimorado que não conseguimos ninguém que possa substituí-los no mercado de trabalho. Investimos muito nessas pessoas durante todo esse período, tanto na parte de formação quanto na de treinamento. Eles precisariam continuar conosco até o final do projeto.

Srs. Deputados, quis dar uma visão rápida a respeito do Projeto SIVAM para que os senhores tivessem a possibilidade de conhecer alguns detalhes. Coloco-me à disposição de todos para esclarecer qualquer dúvida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece ao Brigadeiro Ramon Cardoso os esclarecimentos prestados.

Vamos iniciar os debates, obedecendo a ordem de inscrição.

Na forma do Regimento, passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Zequinha Marinho, autor do requerimento de realização desta reunião.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Sr. Presidente, Sr. Brigadeiro Ramon Cardoso, atrasei-me um pouco, em função de tanta correria. Estávamos viajando.

Gostaria de falar da satisfação de vê-lo. Somos da Amazônia – sou paraense –, e o Projeto SIVAM interessa a toda a bancada. Ele tem sido, ao longo de muito tempo – e com certeza vai continuar sendo – a menina dos olhos do mundo.

O SIVAM, Sr. Presidente, dá certa infra-estrutura ao Governo e à sociedade para acompanharem de perto acontecimentos de seu interesse, no que diz respeito a questões ambientais, segurança etc.

Perdi o início da exposição do Brigadeiro Ramon, mas deu para captar grande parte do que aqui foi exposto. Gostaria que S.Sa. comentasse um pouco mais sobre a parte final. Disse ele que 91% do projeto já estão prontos, 7% estão atrasados e ainda faltam 2% a serem executados.

Quanto à defasagem de cerca de 305 milhões, o que isso significa, em termos de prazo, para a conclusão do projeto? Neste ano, dificilmente esse dinheiro estará à disposição do SIVAM.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Brigadeiro Ramon Borges Cardoso.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Sr. Deputado Zequinha Marinho, vou começar a resposta pelo final da pergunta, ou seja, pela questão orçamentária.

Um dos contratos estabelece que temos de pagar os eventos que ocorrem. Se isso não for feito, após 45 dias a firma pode diminuir o ritmo dos trabalhos, sem paralisá-los. Após 90 dias, persistindo o não-pagamento, ela pode paralisar a obra e extinguir o contrato unilateralmente.

Em relação ao Eximbank, há um sério problema: se o Governo não cumprir as normas do contrato e deixar de pagar esses 90 dias e não houver expectativa quanto à retomada do projeto, eles podem exigir a garantia bancária do Banco do Brasil. Assim, todo o financiamento, que teria de ser pago em 20 anos, terá de ser liberado de uma única vez. O Banco do Brasil tem garantias de 1 bilhão e 550 milhões de dólares. O Eximbank pode exigir que essas garantias sejam executadas. O Banco do Brasil terá de pagar e o contrato será rescindido. Essa é a parte mais crítica.

Se não rescindirmos o contrato e as firmas permanecerem aqui sem executar nada, haverá atraso. Se este ano não recebermos o orçamento, o projeto ficará totalmente parado e só retomaremos sua execução no ano que vem, com um acréscimo muito grande de gastos, porque as firmas irão nos cobrar por esse tempo parado – afinal elas nos dotam de pessoal e equipamentos. Teremos de pagar multas por não cumprirmos a nossa parte. Esse é o nosso problema físico-financeiro, que é extremamente grave.

Quanto-à complementação do projeto, a maior parte já foi realizada – ou seja, a instalação dos equipamentos, as obras de infra-estrutura. O que falta é a ligação dos diversos sítios espalhados por toda a Amazônia aos Centros Regionais de Porto Velho, Belém e Manaus, para que recebam os dados coletados e possam analisar as informações. Isso não está sendo feito em sua totalidade. Posso ilustrar com uma imagem. É como se na Fórmula 1 tivéssemos uma Ferrari sem as rodas. Ela não vai sair do lugar, por melhor que seja a máquina. Isso representa os 7% que estão faltando.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Sr. Presidente, permita-me fazer mais uma complementação, em função do atraso e de ter sido pego de surpresa.

V.Sa. mostrou um quadro sobre informações na área da saúde, entre outras. Gostaria que falasse um pouco mais acerca do tipo de informação que o SIVAM pode disponibilizar.

Outra pergunta: em minha cidade, Conceição do Araguaia, no sul do Estado, temos uma base. As pessoas nos fazem perguntas a respeito dela e às vezes não sabemos respondê-las. Chegou a hora de tentar esclarecer essa questão. Parece-me que o SIVAM, nessas cidadezinhas em que tem base para operar, estaria ajudando na infra-estrutura urbana. Isso realmente está inserido na filosofia de trabalho do SIVAM, no lugar em que ele se hospeda para montar uma base?

Muito obrigado.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – O que temos, em termos de possibilidade, para atender a diversos campos do Projeto SIVAM/SIPAM?

Quanto ao projeto de saúde, em cada um dos órgãos usuários onde estamos colocando esses equipamentos que permitem comunicação com o Centro Regional de Vigilância poderão ser passadas informações a respeito de endemias ou epidemias, de maneira que possam ser tratadas de imediato. Além disso, um médico que esteja na localidade, com pouca ou nenhuma capacitação poderá, com esse sistema, entrar em contato com hospitais de Manaus, do Rio de Janeiro, de Brasília. Assim, poderá receber informações mais apuradas para que possa iniciar logo o tratamento.

Na parte de controle do aspecto ambiental, existe a capacidade de se fazer um levantamento em caso

de incêndios. Se V.Exa. me permite, vou comentar um fato real, ocorrido recentemente. Tivemos um incêndio próximo a Boa Vista. A aeronave de sensoriamento decolou de Anápolis, fez o sobrevôo, detectou os focos de incêndio. Essa informação foi para o Centro Regional de Manaus. Foram passadas informações específicas para a equipe de bombeiros, que se dirigiu exatamente para o ponto onde estava ocorrendo o incêndio. Ao mesmo tempo, a célula de vigilância meteorológica começou a fazer um levantamento específico da área e informou aos bombeiros que na quarta-feira iria chover. Eles deveriam parar o serviço na terça-feira, porque na quarta-feira o fogo seria apagado. Assim, não foram utilizados muitos bombeiros, o gasto em termos de recursos não foi tão grande, porque já se sabia que haveria chuva 2 dias depois e que aquele incêndio poderia ser apagado.

Então, há várias opções. Dentro dos Centros Regionais de Vigilância de Manaus, Porto Velho e Belém, teremos células específicas de vigilância sobre aspecto ambiental, vigilância das fronteiras, eletromagnetismo e para saber se a pessoa que está se comunicando na Amazônia está autorizada ou não. Todos esses itens poderão ser tratados diretamente no Centro Regional, permitindo que informações acerca de quem esteja fazendo o planejamento sejam agrupadas em um único ponto. E esse diretor do trabalho dentro do Centro, seja ele qual for, poderá direcionar todos os recursos espalhados para atender um único ponto específico. Essa é uma das maneiras que o projeto pode trabalhar. Aí, sim, estará trabalhando com conhecimento, como um todo. Na realidade, chegam várias informações, mas apenas a coleta de todas elas é que vai permitir a análise do que está ocorrendo em determinada região.

Nesses sítios em que estamos trabalhando não existe, na CCSIVAM, planejamento no sentido de se fazer o apoio para as comunidades, em termos de obras. O que fizemos no início do projeto foi o levantamento de algumas coisas que poderiam ser realizadas na parte de infra-estrutura, principalmente na área de água e esgoto, e apresentamos propostas às Prefeituras para que elas pudessem receber informações mais atualizadas sobre o que era preciso ser feito. Mas, dentro do projeto, não estão previstos recursos para a execução desse apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – A Presidência solicita a permissão dos Srs. Deputados para que sejam ouvidos de 3 em 3, a fim de facilitar o andamento dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Coronel Alves.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** – Sr. Brigadeiro, tenho grande satisfação em conhecê-lo. Assim como o Deputado Zequinha Marinho, eu também gostaria de aprender um pouco mais sobre o SIVAM.

Tudo o que se refere à Amazônia é gigantesco. Mas só quem a conhece pelo menos um pouco sabe que esse projeto vai ao encontro de antigos anseios nossos, como o domínio do conhecimento do que existe naquela região tão importante para o Brasil e para o mundo. Daí a nossa preocupação – quero parabenizar o autor do requerimento – em trazê-lo à Comissão, para que possamos discutir, aprender e fazer algumas perguntas.

Na verdade, no Município em que estão sendo instaladas as células do sistema, o Prefeito pergunta se haverá verba para asfaltar uma rua, fazer saneamento. Não é mais ou menos isso? Eles fazem esses mesmos questionamentos em Macapá, no Amapá. Então, uma pergunta já foi respondida.

Quais os benefícios práticos? V.Sa. dá o exemplo do incêndio de Roraima.

Tenho lido e ouvido alguns comentários no sentido de que um dos empecilhos para a regulamentação da Lei do Abate – V.Sa. já deve ter ouvido muitas vezes essa pergunta – está diretamente relacionado com a questão do SIVAM. O que ocorre exatamente?

Jornal de grande circulação traz hoje notícia sobre a aprovação da Lei do Abate: em relação ao americano, existe alguma cláusula contratual dizendo que o projeto não anda. V.Sa. pode nos dar algum esclarecimento a esse respeito?

A outra pergunta: a tecnologia utilizada no sistema já é de domínio dos técnicos brasileiros? Que tecnologia é essa?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Ricarte de Freitas.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** – Brigadeiro Ramon, é um prazer contar com a participação de V.Sa. na Comissão da Amazônia.

Sou do Município de Sinop. Então, tenho certo conhecimento da história da presença da Aeronáutica na Amazônia, não só na instalação da base da SIVAM como na construção, pela COMARA, do aeroporto de Sinop.

Gostaria que V.Sa. falasse a respeito da história da Aeronáutica antes da construção do aeroporto, em 1984, que acompanhei *pari passu*, e depois, com a presença do SIVAM naquela região.

O que se nota, a respeito da pergunta do Deputado Zequinha e da participação da Aeronáutica na vida do Município, é que lá atrás, talvez até pela própria necessidade, havia maior interação da Aeronáutica com a comunidade civil. Hoje, embora tenha um dos

sítios de importância do SIVAM, a cidade desconhece a presença do Sistema.

Em relação à disponibilidade de dados, dos estudos feitos, não se vê, por exemplo, alunos das 3 universidades do Município freqüentando a unidade do SIVAM, o que é uma pena, pela importância que tem.

Temos notado – não sei se pela distância do aeroporto até o Município – certo distanciamento da Aeronáutica na participação da vida da comunidade.

Outra questão, também levantada pelos Deputados Zequinha e Coronel Alves, diz respeito à participação do Projeto SIVAM na contribuição do Município. O problema de recursos para água e esgoto é mais complicado, porque não fazem parte de um processo. Mas vemos que poderiam fazer, porque existem programas. Da mesma forma que temos o PROFAAR, temos também um outro programa voltado para os aeroportos de interesse militar, no qual o Sinop estaria perfeitamente enquadrado. Temos lá uma pista que poderia ser ampliada, balizada. A estação de passageiros, graças a emenda de minha autoria, já está sendo construída. Além disso, há um processo de asfaltamento de 11 quilômetros, e o Município não tem como arcar com isso. Agora, um aeroporto dessa importância poderia perfeitamente estar contemplado no programa pelo interesse militar do SIVAM. Acredito que essa questão pode ser ampliada.

Coincidentemente, estive, no último sábado, no Município de Porto Esperidião, que também tem um grande sítio do SIVAM. Mas lá não existe sequer uma pista de cascalho. A mais próxima fica a 180 quilômetros, o que dificulta a manutenção. O Prefeito perguntou o que poderíamos fazer para resolver o problema.

Quero aproveitar a sua presença para dizer que gostaria muito que V.Sa. se empenhasse no sentido de que pudéssemos ver a possibilidade de fazer melhorias no Município de Sinop – balizamento, principalmente, pois há uma pista que não opera no período noturno. Como se poderia fazer, para o próprio interesse do SIVAM, uma pista com o mínimo de condições no Município de Porto Esperidião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar a presença do Brigadeiro Ramon nesta Comissão.

Para nós, Parlamentares – a maioria presente é da Amazônia –, é importante esta discussão. Só lamento o pouco tempo de que dispomos para participar da audiência. Às vezes, temos de ficar um pouquinho aqui e depois correr para as outras Comissões. Neste momento, por exemplo, 3 Comissões de que faço parte estão reunidas. Assim, acabamos tendo de nos dividir. Mas acredito, sinceramente, que precisamos popularizar mais o SIVAM, que se encontra muito distante da comunidade, da sociedade a que deve servir.

Lembro-me – à época eu era do Sindicato dos Bancários – Do processo de licitação da empresa que iria coletar os dados. Lembro-me inclusive das denúncias de que havia sido uma licitação fraudulenta, de que a empresa americana *Raytheon* a havia ganhado.

Fico preocupada, porque debatemos muito a internacionalização, e é exatamente uma empresa americana que acaba ganhando a licitação para formatar as informações de inteligência. Gostaria até de obter mais informações a respeito do assunto. Pode ser que eu esteja com uma informação desfocada da realidade.

Tenho duas preocupações. Inicialmente quero dizer que considero importante a idéia do projeto, a tentativa de proteção e vigilância da Amazônia. Agora, acho que precisamos ter um enfoque maior e não nos ater tanto na questão de levantamento de dados.

Como o SIVAM pode ir mais ao encontro dos interesses da sociedade da Amazônia? Como podemos focalizar o desenvolvimento socioeconômico da região? Como o projeto, já que vai trabalhar com tantos recursos e equipamentos importantes, vai ajudar no processo de diminuição da desigualdade que existe entre a região amazônica e as demais regiões do País? Como podemos fazer com que o SIVAM melhore a vida dos pobres da floresta, que é difícil?

Na minha opinião, precisamos inteirar mais o projeto com a sociedade. Assim, gostaria de ouvir sobre a focalização mais social do projeto. Há preocupação nesse sentido?

Por exemplo, no Município de Cruzeiro do Sul, no Acre, de onde vim, toda a sociedade acompanhou as primeiras implantações do SIVAM. Eu até tenho curiosidade em conhecer mais. Acho que seria bom se pudéssemos reunir os Parlamentares daquela região para melhor conhecer o projeto.

Ora, o comentário na região é o de que o próprio sistema seria incapaz de detectar, por exemplo, aviões de pequeno porte que transportam drogas no trecho Peru/Brasil/Bolívia. Segundo as informações da região, o sistema não teria capacidade de identificar esses aviões por conta dos vôos baixos que realizam. Inclusive as pistas clandestinas da região sequer teriam sido identificadas.

Quero saber se essas informações procedem, porque estamos sugerindo – espero que a Comissão da Amazônia seja parceira –, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a ida de alguns Parlamentares (de preferência das três Comissões: Amazônia, Segurança Pública e Com-

bate ao Crime Organizado e Relações Exteriores) para averiguar denúncias, inclusive no Acre, de pistas clandestinas na Serra do Moa, tráfico de drogas e onde é possível o SIVAM entrar para ajudar nessas informações. Desejo também saber se procedem as informações de que o SIVAM não consegue identificar os aviões de pequeno porte.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Brigadeiro Ramon Cardoso, para responder às indagações dos Srs. Deputados.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Bom, a primeira questão levantada foi a Lei do Abate. O que acontece não é com o projeto SIVAM. O Peru abateu um avião em que viajavam uma missionária americana e sua família – isso aconteceu há mais ou menos dois anos. Esse próprio abate estava sendo controlado por uma aeronave americana que detectava os aviões ilegais. Ora, tal fato causou grande celeuma nos Estados Unidos, pelo fato de um avião peruano ter matado cidadã americana. Por isso criaram uma lei na qual fica estabelecido que países que permitem aeronaves civis serem abatidas não podem receber equipamentos de firmas americanas. Então, isso não acontece apenas com o projeto SIVAM, mas com o mundo inteiro.

Quanto a essa parte dos americanos em relação à tecnologia, vou contar o que aconteceu. Quando elaboramos o projeto, não tínhamos pessoas capacitadas no Brasil para o desenvolvimento de *softwares*. Com certeza, não tínhamos. Daí optarmos por um projeto misto. Equipamentos seriam aqueles de prateleira, qualquer um que atendesse a determinadas especificações. Mas não seriam equipamentos específicos para o projeto. Se hoje um equipamento desses, que está posto dentro de uma das organizações do Projeto SIVAM, apresentar qualquer tipo de problema, pode muito bem comprar ser substituído por outro.

Deixamos grande equipe brasileira trabalhando com os americanos para acompanhar o desenvolvimento de *softwares* e adquirir informações sobre de que maneira o *software* pode ser transferido para o Brasil como propriedade do Governo brasileiro. Não ficam cópias, os americanos não têm dados sobre a forma como vamos utilizar os *softwares*. É de única e exclusiva responsabilidade nossa fazer a utilização desse *software*.

Teremos capacitação para, daqui para frente, fazer alguma modificação nos *softwares*? Sim. Agora, teremos depois de oito anos, quando pagarmos caro para fazer a transferência de tecnologia. Hoje, temos uma equipe capacitada para efetuar esse tipo de trabalho. Inclusive estamos começando a fazê-lo.

No Instituto Tecnológico da Aeronáutica, está sendo desenvolvido o primeiro *chip* que faz o tratamento de imagens, porque o do SIVAM foi importado.

Começamos hoje a fazer um primeiro trabalho. Temos esperança de que, no próximo ano, teremos capacidade de fazer, nós mesmos, nossos equipamentos para análise das imagens transmitidas pelos satélites, pelas aeronaves. Em termos de tecnologia seria isso.

Agora, respondendo à sua pergunta, Deputado, quanto ao relacionamento de pessoal, diria que concordo plenamente com o que disse V.Exa., até porque tive oportunidade de ir para a Amazônia em 1972, como tenente. Então, voei por todas as cidades, Cruzeiro do Sul, Sinop, que praticamente não existia em 1972.

Em Cruzeiro do Sul, pousávamos no quartel, porque ainda não existia pista. Em Rio Branco, aquela ponte ainda estava sendo construída. Então, quando vemos a Amazônia de hoje e a comparamos com a de 1972, podemos dizer que é outra, por mais que ainda faltem projetos a serem executados.

À época, era grande a quantidade de pessoas da Aeronáutica em cada uma das organizações. Hoje, a concepção é diferente. Assim, temos pouquíssimas pessoas trabalhando nessas organizações. Isso não quer dizer que não devamos promover o relacionamento entre a comunidade e o pessoal da Aeronáutica. Hoje, a quantidade de pessoal é muito pequena. E pela dificuldade em construir habitações nesses locais muitas vezes trabalhamos em sistema de rodízio. Eles passam três meses na localidade e vão para outra região; passam mais três meses e voltam para outra região.

Ora, não podemos deixar uma pessoa muito tempo trabalhando num local desses, pois ela perde a capacitação. Portanto, esse é um dos motivos de termos pouca gente em Sinop, em Porto Esperidião. Além disso, há outros radares que estamos implantando, como o de Tefé. Realmente a quantidade é muito pequena.

Nossos núcleos operacionais e administrativos funcionam hoje com seis ou oito pessoas, quando antigamente precisávamos de 30 a 40 para executar esse mesmo tipo de tarefa. Essa, então, é uma nova filosofia, mas concordo com V.Exa. quando diz que há necessidade de maior interação entre a Aeronáutica e a comunidade civil.

Relativamente às pistas, houve grande contingenciamento, Deputado, dos gastos previstos para o PROFAAR tanto quanto aos aeródromos de interesse militar. Para este ano, zero. Não temos um único centavo para trabalhar com aeroportos. De maneira que as prioridades são críticas e, com certeza, fazer alguma

modificação agora em Sinop ou criar uma pista em Porto Esperidião será difícil.

Em Porto Esperidião, como temos a responsabilidade de instalar o equipamento, como V.Exa. disse, pousamos à distância de 180 quilômetros, e temos de ir de carro até lá para fazer todo um trabalho. No momento em que eu tenho de enviar um técnico, ele terá de fazer todo esse caminho para ir até lá, para, às vezes, sanar um problema pequeno. Há realmente esse problema. O que eu posso dizer é que essas localidades foram escolhidas muito mais pela posição estratégica que têm para dar informações aos centros regionais de rotas específicas de aeronaves que estão voando. Complementando o que a Sra. Deputada me perguntou, não apenas as aeronaves estão voando a uma baixa altura, mas principalmente as nossas que estão sendo controladas, que querem ser controladas e torcem para ser bem controladas. Ora, são nossos fazendeiros, nossos aviões comerciais, nossos aviões com passageiros. Precisamos cuidar deles também.

Outra pergunta da Sra. Deputada em relação às aeronaves. Não é aeronave pequena que não controlamos. Temos capacidade de pegar aeronaves pequenas, sim, não há problema algum. O problema no sistema é com aeronaves que voam a uma baixa altura. Realmente, a capacidade de detecção dos radares é limitada pela curvatura da terra. Cada radar desses tem alcance de mais ou menos 60 ou 80 quilômetros para aeronaves que estejam voando a uma baixa altura.

Apenas para que a senhora tenha idéia, se fôssemos instalar radares fixos para cobrir toda a Amazônia, a uma baixa altura, precisaríamos de 400. E seria totalmente inviável sua execução.

O projeto está baseado em radares fixos que fazem o controle das aeronaves. Como eu disse, não estão fugindo do controle do radar, fazem um plano de vôo, querem receber informações da Aeronáutica e obter um serviço de busca e salvamento. Para essas aeronaves, sejam elas grandes ou pequenas, o sistema está montado. A única maneira que temos de detectar aquelas que querem fugir desse controle é utilizando esses aviões. E o avião tem capacidade de detectar aeronaves que podem estar voando a cinco metros de altura, a 200 Km de distância, não importa. Temos condições de fazer a detecção, acompanhar o vôo da aeronave, saber onde está indo e onde vai pousar.

Se houver necessidade de fazer a interceptação da aeronave, aí vem a parte que hoje está sendo feita pela Aeronáutica. Não fazemos o abate, mas acompanhamos toda a aeronave, vemos onde pousou e informamos à Polícia Federal que ali há uma aeronave que não quer se reportar para ninguém – achamos melhor verificar o que está acontecendo.

Dentro desse sistema como um todo, é possível fazer determinadas coisas que precisam de conhecimento, porque são informações dispersas, mas hoje teríamos condições de executar um trabalho.

Citarei um exemplo para não me alongar muito. Por meio do controle de tráfego de nossas aeronaves, eles descobrem que existe quantidade de vôo de um ponto onde não há pista para outro ponto onde também não existe pista. Então, preciso saber algo mais.

Recorro ao Banco de Dados da Aeronáutica e pergunto: existe alguma pista homologada nesses dois pontos? A resposta é não. Vou até a FUNAI e pergunto se perto desses dois pontos existe alguma aldeia. Não existe nenhuma aldeia. Vou ao setor que faz o sensoriamento de área e peço que me mostrem esses dois pontos. Daí, pelo mapa feito por essa aeronave, ele me diz que há um desmatamento de mil metros por 30 ou 40 de largura. Ao juntar todas essas informações, tomo conhecimento da existência de pista clandestina que dispõe de aeronaves que executam vôos clandestinos, provavelmente com materiais ilícitos. Assim, eu passaria todas as informações para os órgãos competentes tomarem as providências cabíveis.

Essa é uma maneira de colocarmos as informações disponibilizadas desse centro. E estamos falando apenas sobre materiais ilícitos e outros trabalhos que poderiam ser executados.

Não seria, no entanto, apenas isso. Falei de plataformas de coleta de dados. As plataformas têm capacidade de medir a variação do nível dos rios. No momento em que sou informado de que há uma plataforma e que o nível da água está alto, sei que o rio está subindo. Quanto? No momento em que tivermos um banco de dados, ele poderá servir para avisar a uma cidade, que está a 200 Km abaixo, que vai haver uma inundação em três dias, que eles se preparem, porque o nível do rio vai subir demais. Ou, ao contrário, que num rio está tendo uma vazante e os barcos não poderão passar.

O projeto poderá fornecer essas informações e auxiliar o planejamento, por exemplo, das Prefeituras, em relação ao transporte de itens básicos que só conseguem chegar em determinadas cidades na época da cheia.

Em termos de desenvolvimento socioeconômico, as mesmas aeronaves fariam um sobrevôo de determinadas áreas de zoneamento econômico e ecológico e uma avaliação para saber se naquele terreno poderá ser feita ou não uma plantação. Existe capacidade dentro desses radares para fazer uma imagem termal.

No momento em que é feita uma passagem sobre determinada área e se faz essa imagem termal, a água subterrânea tem uma temperatura diferente. Daí vamos

verificar, dentro daquele espaço que foi visto, onde estão as fontes subterrâneas que poderão ser utilizadas para agricultura ou para qualquer outra área.

Quero apenas citar alguns exemplos, para não me alongar mais, de coisas que poderiam ser utilizadas para planejamentos que poderiam, aí sim, fazer com que essas organizações pudessem usar um pouco mais os recursos de cada localidade.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** – Sr. Presidente, quero apenas completar minha informação.

Por exemplo, poderíamos, no Acre, pegar o que temos de zoneamento, mandar para o SIVAM e pedir para se fazer um estudo sobre o assunto?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Sim. Em áreas específicas, o avião poderia sobrevoar a área e fazer um levantamento de todos os radares, sensores multiespectrais (e eles fazem esse tipo de levantamento) e os dados seriam repassados, para que se pudesse fazer uma análise e aí, sim, estabelecer uma política do que será feito nessa área. Ela pode ser utilizada para pastagem, plantação, ou a área pode ser destinada a uma mineração. Isso pode ser definido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Miguel de Souza.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** – Sr. Presidente, quero parabenizar o companheiro Deputado Zequinha Marinho pela felicidade de ter convocado o Brigadeiro Ramon. S.Sa. aqui está a nos esclarecer e a nos dar importantes informações técnicas para melhor conhecermos nossa Amazônia que outros já conhecem, nosso subsolo, solo, fauna, flora, todo o sistema socioeconômico e assim melhor utilizá-la em proveito de nossos cidadãos e da comunidade.

Preocupa-me, Brigadeiro, quando V.Sa. aborda a questão feita pelo nosso companheiro que nos antecedeu, sobre o abate. O que vamos fazer com essa aeronave? V.Sa. tem todas as informações, vê que a aeronave saiu do ponto “a” ao ponto “b”, clandestinamente. E o que vou fazer depois? Qual nossa atitude em relação a essa aeronave? Essa é uma pergunta que gostaria que V.Sa. nos esclarecesse.

Segundo, gostaríamos também de verificar os convênios atuais com os Estados, Municípios e órgãos federais elencados por V.Sa. Eles estão avançados? E essa parte burocrática?

A iniciativa privada, como as federações de indústria, SESI e SENAI, também poderão ter acesso às informações obtidas pelo projeto do povo, que é o Projeto SIVAM?

Em relação ao CRV de Rondônia, em Porto Velho, gostaria de saber como está o cronograma – não deu para eu ver, porque V.Sa. apresentou rapidamente. Sei que o de Manaus já está em funcionamento, mas como está a programação para o Estado de Rondônia que tem o CRV? E quanto ao CINDACTA, como está a questão da vigilância, da navegação aérea hoje para a Amazônia?

Ao mesmo tempo, quero me associar à Deputada Perpétua Almeida e ao Deputado de Sinop. Brigadeiro, é preciso mais divulgação sobre o SIVAM, porque ficou muito na imagem do povo aquela licitação, aquele SIVAM anterior, no início do projeto. Acho importante, principalmente o SIPAM, porque só vê o SIVAM como vigilância, segurança. Falta colocar para a população a grandeza do projeto em termos de informações técnico-científicas. A população da Amazônia precisa saber o que os outros já o sabem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, gostaria de parabenizar esta Comissão pela iniciativa. Aproveito a oportunidade para fazer alguns esclarecimentos.

Meu primeiro questionamento acabou sendo feito em parte pelo ilustre Deputado que me antecedeu: quem poderia e como ter acesso aos dados coletados pelo SIVAM? É o meu primeiro questionamento.

O segundo questionamento tem origem num debate, quando de simpósio realizado em Belém, que visa transformar o SIVAM num centro de inteligência nacional. De forma que o aparato logístico serviria para ajudar a ocupação da região, obedecendo aos parâmetros da ciência e aos princípios da inteligência. Que benefícios traria de forma direta? Reprimir a dilapidação dos recursos naturais e induzir novas formas de combinar produção com conhecimento. Ou seja, buscar o tão sonhado desenvolvimento sustentável da nossa região.

Em relação ao SIVAM nacionalizado, ele não poderia ter como base a Amazônia e ser incorporado à ADA, já que ela tem a missão de coordenar a ação federal na Amazônia. Gostaria de conhecer o posicionamento de V.Exa. em relação a esses questionamentos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Sras. e Srs. Parlamentares, vejo com satisfação a presença do representante do SIVAM na Comissão.

Meu entendimento vai ao encontro do pronunciamento da nossa colega do Pará, Deputada Ann Pontes. Realmente, a Comissão da Amazônia tem a oportuni-

dade de estar bem perto do SIVAM, oferecer possibilidades não só a todos os Parlamentares da Amazônia, mas a todos os brasileiros de tomarem conhecimento do trabalho do SIVAM, o que certamente irá valorizar o processo de inteligência amazônica.

Dentro desse contexto, apresentei e discuti com o nosso Presidente a possibilidade de que o SIVAM seja interligado com a Comissão da Amazônia, que é o ponto de referência das ações do SIVAM no Congresso Nacional. Seria uma biblioteca amazônica digital. Poderia ser também o centro de informações de todo o processo que se busca através do SIVAM. Há muito tempo acompanho os trabalhos da Comissão.

Na Comissão de Orçamento, fui Relator de processos e créditos para o SIVAM. Inclusive, à época, apresentei proposta de emenda de Relator, quando ofereci recursos da ordem de 120 milhões para a estruturação do SIVAM.

De nada vale ficar centralizado para nós, homens públicos da Amazônia, como ficou a Comissão da Amazônia até o ano passado, como se fosse um núcleo amazônico. Este ano, o número de membros da Comissão aumentou e possibilitou a outros Estados a oportunidade de se fazerem presentes para conhecer um pouco da Amazônia e trazer o seu conhecimento para esta Comissão e para a Amazônia, o que foi verdadeiramente salutar.

Acredito também que o SIVAM pode, sem dúvida, dentre várias ações, oferecer à sociedade amazônica uma série de informações para aprimorar o nosso conhecimento e saber. O SIVAM não pode ficar apenas carimbado pelas sociedades brasileira e mundial como o maior projeto ambiental do mundo. Devemos ter oportunidade de, através do SIVAM, procurar inserir, num contexto de relacionamento bastante estreito, os vazios demográficos que tanto nos incomodam na Amazônia.

Apesar de V.Sa. ter destacado com muita clareza em sua resposta, tanto para o Deputado Zequinha Marinho quanto para o Deputado do Mato Grosso, penso que o SIVAM poderia ser, sim, o ponto que trabalha o planejamento estratégico da Amazônia. E, a par disso, poderia indicar, reforçar e priorizar junto aos Parlamentares as ações que dissessem respeito à melhoria da qualidade de vida do povo amazônida.

Muito embora não seja atribuição do SIVAM oferecer serviço de água, escola, hospital ou trabalho de cidadania nas pequenas comunidades, poderia ajudar, dentro de determinado perfil socioeconômico, o Calha Norte. Precisamos melhorar esse programa ou dar-lhe vida mais ativa, pois é um excelente projeto.

No meu Estado, Pará, 25 mil quilômetros de rios navegáveis da Amazônia chegam àquela boca. Não sei por que estrategicamente não se desenha um trabalho aprimorado para a navegação fluvial da Amazônia. Acho que o SIVAM pode ser muito útil nesse tipo de trabalho ao caminhar com a Comissão da Amazônia.

Agradeço a V.Exa. a presença e parabenizo-o pela exposição. Para mim, é uma grande satisfação vê-lo próximo da Comissão da Amazônia. Gostaria que essa interligação acontecesse o mais rapidamente possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Ramon, que irá responder às perguntas dos Srs. Parlamentares.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – De acordo com a ordem das perguntas, em relação à atitude que podemos tomar quando a Força Aérea intercepta uma aeronave e vai até um ponto, tenho a esclarecer que hoje a Aeronáutica não tem poder de polícia. A única coisa que podemos fazer, Sr. Deputado, é acompanhar a aeronave, verificar onde vai pousar e passar as informações à Polícia Federal e à Receita Federal. A execução desses trabalhos é de responsabilidade desses órgãos.

Temos trabalhado em conjunto. No momento em que colocamos uma aeronave num determinado ponto com fiscais e policiais federais, e os levamos até o ponto onde a aeronave pousou, quando tocamos o solo, a responsabilidade de execução é da Polícia Federal e da Receita Federal. Trabalhamos como apoio. Hoje não podemos fazer mais nada.

Em termos de informações, para que vários órgãos – firmas, CNI, escolas e universidades – possam ter conhecimento do SIVAM, é importante fazermos uma separação. A Comissão que represento, como Presidente, está encarregada apenas da implantação do sistema, mas não de sua operação. Para tanto, existe o SIPAM, que possui uma comissão gestora, a CENSIPAM, subordinada à Casa Civil da Presidência da República, cujo Presidente é o Dr. Hélio da Silva Madalena. A comissão gestora tem a responsabilidade de fazer a tramitação de informações junto aos órgãos da sociedade civil brasileira.

Como representantes do SIVAM, não podemos fazer nada, nem mesmo estabelecer política. Apenas fazemos a implementação dos equipamentos e os entregamos a fim de que possam ser usados. O Centro Regional de Vigilância de Porto Velho foi entregue à CENSIPAM em janeiro deste ano. O CRV de Porto Velho está pronto e pode operar. Os radares e equipamentos ligados ao CRV estão prontos. Então, quanto à infra-estrutura e *software*, estamos com os sistemas prontos.

O que falta? Recursos humanos. Soube que o CENSIPAM foi autorizado a contratar 80 pessoas, de

acordo com a Lei nº 8.745, para permitir que haja base inicial para mobiliar esses centros regionais, de maneira que possam entrar em operação, transformar todos os dados em informações e disponibilizá-las.

Obviamente, não podem ser quaisquer pessoas. Elas precisam ter conhecimento básico de computadores, de *softwares* mais avançados. E isso será também muito interessante para a própria cidade de Porto Velho, pois haverá um *upgrade* do conhecimento de informações e tecnologia. E pessoas que nem sabem que isso existe vão também se beneficiar dos novos conhecimentos, vão começar a entender que precisa haver maior qualificação, novas escolas de informática, centros de capacitação profissional, fazer com que o progresso não fique restrito aos centros Rio, São Paulo, Brasília ou à Região Sul. Essas pessoas terão de ser da região. Não se poderá importar mão-de-obra. Elas receberão informações não apenas sobre a parte de operação do *software*, ou do sistema, como também da própria região, para interagir com a comunidade. Esse é um dos problemas. Não existem hoje pessoas com essas condições.

Nosso papel – e isso faz parte do projeto – é promover cursos para que essas pessoas tenham capacitação necessária para trabalhar em todas as células de vigilância. E isso está sendo feito. Mas o responsável por esse trabalho é o CENSIPAM.

Em relação à transferência de informações desses órgãos para os CINDACTAs, ela é transparente. O SIVAM – ou o Centro Regional de Vigilância de Manaus, ou o Centro de Vigilância Aérea de Manaus – vai funcionar como se fosse o CINDACTA IV. As informações já estão fluindo entre os órgãos. Estamos na parte de testes. Falta apenas fazer um acerto no *software*, porque o que está na Amazônia é mais avançado do que o que está hoje no CINDACTA. E isso nos obrigou a fazer um *upgrade* dos outros CINDACTAs. Estamos trabalhando com o CINDACTA I, em Brasília; o próximo será o CINDACTA II, em Curitiba; e o último será o CINDACTA III, em Recife, de maneira que todas as organizações estejam no mesmo patamar de conhecimento.

É grande a quantidade de informações. Tenho um dado que mostra bem o que pode e deve ser feito. E isso quem vai dizer é o próprio CENSIPAM, atendendo aos requisitos dos Governos Federal, Estadual ou Municipal para delimitar áreas.

Hoje, com os radares que temos, colocamos nossas aeronaves para fazer pesquisas na região amazônica, levaríamos dois meses para cobrir toda a região. Segundo informação de um técnico, seriam necessários dez anos para fazer a avaliação desses dados, o que inviabiliza trabalharmos com tal quantidade de informação.

Há que se estabelecer, então, zonas específicas, que sejam de maior interesse ou de interesse imediato, e deixar as outras para serem feitas *a posteriori*, para que possamos obter os conhecimentos que realmente nos interessam agora. Não adianta trabalharmos dez anos para ter o conhecimento de fatos que estão acontecendo hoje. Preciso dessas informações já, para planejar e executar ações políticas e estratégicas em cada uma das organizações.

Foi-me perguntado sobre quem tem acesso a esses dados. Foi planejada a criação de um centro de coordenação geral, que ficaria em Brasília – e se me permitem vou voltar um pouquinho na história. E iria coordenar as informações dos três centros regionais: de Belém, Porto Velho e Manaus. Teria o banco de dados, a biblioteca de tudo o que se passava na Amazônia. No entanto, tempos atrás, houve decisão política do Governo de não se construir esse centro. E apenas Manaus ficaria com essas informações.

Hoje está acontecendo uma reunião do Conselho do SIPAM e estão voltando atrás nessa decisão. Será homologada a criação do Centro de Coordenação Geral em Brasília. Todas as informações coletadas pelos três centros regionais estarão disponíveis dentro de um banco de dados no Centro de Coordenação Geral, em Brasília. O CENSIPAM é o órgão que vai estabelecer quem terá acesso a esses dados. Essa informação é proprietária. Será para trabalho do Governo Estadual, por exemplo. Essa informação não é de divulgação geral. Qualquer pessoa pode tomar conhecimento dela. A própria estrutura de concepção desse centro está dividida em duas áreas: uma que trata das informações que são proprietárias do Estado; a outra, das informações divulgadas para a Internet. São dois sistemas separados para não permitir, pelo menos ao máximo possível, que pessoas não autorizadas tenham acesso a essas informações. No entanto, todas as outras vão estar em um servidor disponíveis para qualquer pessoa do Brasil acessar. Teremos um nível ainda mais elevado de informações para as universidades que hoje já estão trabalhando. Temos convênio com o Museu Emílio Goeldi e com universidades da região amazônica, que já estão trabalhando. Fornecemos equipamentos e cursos para que eles possam começar a trabalhar em cima desses dados que estão sendo coletados.

Nosso banco de dados ainda é pequeno. O SIPAM está começando a fazer essas coletas, mas temos universidades e equipes trabalhando especificamente dentro das áreas socioeconômicas, hoje as mais im-

portantes para o projeto, principalmente o zoneamento econômico-ecológico. Então, isso já existe.

A defesa de recursos naturais, conhecimentos que possam ser passados para o Brasil aconteceram até mesmo durante o projeto. Firmas do Brasil fizeram um trabalho sobre o que acontece com a infra-estrutura da Amazônia. Obviamente a degradação que acontece em São Paulo ou em Brasília não é a mesma que ocorre em Belém, em Tireóis ou em Boa Vista. Será que a mesma técnica de construção feita aqui poderá ser utilizada lá? Essas firmas começaram a trabalhar, viram novos métodos que foram empregados na construção. A tecnologia adquirida é dessa firma. E ela vai poder repassá-la para universidades, para outras firmas de engenharia e para as pessoas que trabalham na região, de maneira que as próximas construções obedeçam a essas novas regras. Antes não havia ninguém no mundo que tivesse esse conhecimento, mas hoje a sociedade brasileira o tem.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Sr. Brigadeiro, essas informações seriam pagas mediante taxas?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Não posso dizer. Não tenho acesso a essa posição do CENSIPAM. Concebemos que todas as informações que estariam disponibilizadas para a sociedade civil como um todo seriam grátis. Apenas as informações proprietárias e que pudessem render determinados dividendos para o País poderiam ser vendidas. Por exemplo, uma área onde a probabilidade de mineração é maior. Daí, sim, essa informação poderia ser vendida ou disponibilizada pelo Governo para quem ele quer que opere em mineração em determinada região. O Governo é que diria quem receberia essas informações, mas as outras, não.

Para completar a última informação sobre a ligação da Comissão com a criação desse Centro de Coordenação Geral em Brasília. O banco de dados sobre o que acontece na Amazônia estará disponível aqui ao lado. Talvez fosse o caso de se verificar a possibilidade de se colocar um terminal aqui dentro, para que as pessoas pudessem ter acesso ao banco de dados disponibilizado no Centro de Coordenação Geral em Brasília. Seria uma negociação desta Casa com a CENSIPAM e a Casa Civil, a responsável por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Indago aos Srs. Deputados se desejam fazer a réplica.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Não é bem uma réplica. Quero ouvir uma opinião do Brigadeiro. Como um profundo conhecedor da Amazônia, um homem que conhece o dia-a-dia da Amazônia e do povo brasileiro, como V.Sa. vê a proposta de se inserir no currículo escolar a disciplina Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – O Deputado Miguel de Souza deseja fazer mais alguma consideração?

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** – É mais uma indagação, se me permite. Falamos muito sobre o SIVAM/Amazônia, mas li recentemente nos tratados da visita ao Brasil dos Presidentes do Peru, no dia 11 do mês passado, da Venezuela, no dia 25, e da Bolívia, no dia 28 recente, que há um comunicado conjunto entre o Brasil e esses países vizinhos e irmãos de se estender as informações do SIVAM para eles também. Que informações o governo quer disponibilizar para esses países?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Inicialmente, respondendo à pergunta de V.Exa. sobre a parte escolar, diria que a Amazônia como um todo deveria ser mais divulgada, não sei se nos bancos escolares ou se até fora deles. Há muita gente que não conhece a Amazônia. Como mostrei no início, em minhas apresentações, coloco sempre uma imagem mostrando o tamanho da Amazônia. As pessoas pensam que Belém e Manaus é mais ou menos como Rio de Janeiro e São Paulo. Quando mostramos que a distância de Belém a Tabatinga é igual a de Belém a Florianópolis, muitos se assustam. Portanto, muita gente deveria receber essas informações não apenas nos bancos escolares.

Sobre a imagem que está sendo passada agora aos nossos países vizinhos e amigos, do que podem obter do SIVAM ou do SIPAM – especificamente do SIPAM –, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela têm demonstrado querer receber informações. Há que se dar uma explicação muito grande sobre as informações que eles querem receber. A informação de aeronaves que estão realizando ilícitos, narcotráfico, contrabando não é apenas do projeto SIVAM. Isso é um trabalho de defesa dos países. Portanto, não seria o SIPAM a definir isso. O Governo brasileiro estabeleceria as regras de defesa entre os 2 países, para que houvesse troca de informações. Ou seja, não seria o caso de apenas o SIPAM transferir aquelas informações para eles. No entanto, vejo, sim, que é possível fazer transferência de informações de todas essas áreas, porque os problemas nas áreas amazônicas, na Bolívia, no Peru, na Colômbia e na própria Venezuela são os mesmos nossos: baixa densidade demográfica, comunidades indígenas isoladas e espalhadas, com dificuldades de acesso às cidades, doenças endêmicas, falta de infra-estrutura. Poderíamos, sim, fazer com que essas informações pudessem ser trocadas entre todos os Países, objetivando o desenvolvimento regional, dentro de um acordo guarda-chuva, que pudesse definir

as informações que o Governo brasileiro quer passar para esses outros órgãos. Seria uma decisão do Governo estabelecer: até esse nível, nós passamos; além disso, resguardamo-nos e ficaremos com essas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Antes de encerrar a reunião, passo a palavra ao Deputado Zequinha Marinho, que deseja fazer uma comunicação.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Sr. Brigadeiro, na medida em que o ouvimos, ampliamos o nosso conhecimento sobre o serviço do SIVAM.

V.Sa. fez uma separação muito nítida entre a fase de implementação e a que vem posteriormente, quando os serviços serão colocados à disposição da sociedade.

Fiquei feliz com relação à possibilidade, por exemplo, de haver zoneamento climático para se trabalhar a agricultura. No Estado do Pará, por exemplo – e os outros Estados da Amazônia têm as mesmas dificuldades de obter recursos –, mesmo que seja pago, pode-se disponibilizar esse zoneamento para uma área de 5 ou 6 Municípios.

Contando uma história rápida, o sul do Estado do Pará, neste momento, quer começar um processo de produção de grãos. E os bancos precisam ter segurança de que realmente podem financiá-lo porque a terra e o clima serão compatíveis com a produção. Na prática, os produtores já sabem disso, mas, oficialmente, o banco precisa de um comunicado desses.

Trata-se de uma notícia muito boa. Sabendo que nossa Região tem uma célula do SIVAM, espero que daqui a algum tempo possamos intermediar esse projeto e, quem sabe, conseguir avançar um pouco.

O Deputado Anivaldo Vale apontou uma coisa interessante na região de Belém, onde temos um ponto de base do SIVAM muito importante. Naquela região, por exemplo, existem piratas que atacam pescadores, matam e cometem o crime que bem entendem; existem também acidentes de barcos na água. V.Exa. conhece os equipamentos que estão sendo adquiridos? Com relação à segurança, ao combate aos piratas ou ao tráfico de drogas, que também é muito grande, por rios, pela baía ou por mar, se o Governo do Estado vier a se interessar em utilizar o SIVAM, é possível que os equipamentos que o SIPAM disponibilizar para prestar esse serviço o auxiliem?

V.Sa acabou de dizer que é possível detectar se um avião desceu em tal lugar e comunicar imediatamente à Polícia Federal ou a quem mais interessar. De qual forma isso poderia acontecer com relação à embarcação que está afundando e pediu socorro? São dadas as coordenadas, e o helicóptero vai lá e o salva? Se um pirata está exterminando pescadores em alto mar, seria possível um pequeno equipamento ser acoplado a determinada embarcação, que faria contato com as autoridades? Por favor, comente essas possibilidades porque me parecem animadoras.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Vou apresentar aos senhores umas imagens para ilustrar essa questão.

Na apresentação-padrão há uma série de imagens. Isso pode ser feito. E vou mostrar qual é a visão de dentro do avião.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

É possível executar esse tipo de tarefa, mas só com nossas aeronaves. Logo, não poderia ocorrer no dia-a-dia, mas precisariam ser operações específicas, porque não teríamos condições de ficar com a aeronave voando o tempo todo.

Se, dentro da expectativa, sabe-se que os piratas estão atacando em determinada área, pode-se fazer uma operação para pegá-los. A aeronave pode fazer vôos e realizar uma série de descobertas a respeito de onde eles estão, de qual é o deslocamento do barco, para onde ele está indo depois de atacar. Uma série de procedimentos poderiam ser feitos. Essas informações poderiam ser passadas para quem estivesse operando: a Marinha ou a Capitania dos Portos. Também, com a idéia de se disponibilizarem informações em tempo real, com um daqueles nossos equipamentos que trazem a informação da posição por GPS e que permitem transmitir dados para um Centro Regional de Vigilância, e também recebê-los, o que possibilitaria fazer uma avaliação da situação. E os órgãos que tiverem a responsabilidade por aquela operação poderão ir exatamente para o ponto, e não ficar correndo, sem saber onde está acontecendo o fato. Então, isso seria uma maneira de direcionarmos o trabalho.

Próxima, por favor.

Deputado, essa é uma imagem em infravermelho que podemos coletar de dentro do avião que está fazendo a operação. Nesse caso específico, ela é feita sobre a terra. Então, sabemos que aquele carro está parado há mais tempo, porque só o motor dele está quente, o restante está frio. Aquele outro carro está em movimento porque os pneus estão quentes, têm temperatura maior. Esse último carro aqui já está parado há menos tempo. Aquele do lado de uma pessoa está parado há muito tempo, porque o motor não está quente. E vemos uma pessoa caminhando. No momento que uso essas imagens para fazer uma pesquisa, posso dizer para uma equipe que está em terra: existem tantos barcos e tantas pessoas. Se são 40 pessoas que estão lá e a equipe de Polícia ou da Marinha ou da Guarda, seja quem for, estiver com 10,

não vai atacá-los, mas vai saber o que as espera, para poder trabalhar.

Passe o próximo *slide*, por favor.

E podemos, dentro do avião, coletar informações, como esta de um barco, em que teríamos capacidade de saber o que está acontecendo, como está este barco, se está cheio de gente ou não.

Esse tipo de serviço, então, pode ser prestado por essas aeronaves, mas, como eu disse para o senhor, deveria ser dentro de uma operação em que otimizássemos os meios. É muito caro manter uma aeronave dessas executando serviço a tempo real durante horas.

Há uma outra imagem que mostra um terreno. Essa é uma imagem termal. Do lado esquerdo, tem uma fotografia, do lado direito, tem a imagem feita pelo avião termal. Essa parte escura é a água subterrânea do local. Se alguém for fazer uma plantação, saberá exatamente onde tem ou não água, e se pode cavar para fazer um poço e irrigar aquela plantação.

Essas imagens poderiam ser disponibilizadas gratuitamente para aquelas pessoas que estivessem trabalhando na área. Mas depende de quem fará isso: o Governo Federal, Estadual ou Municipal. Ele poderia pedir a CENSIPAN os dados específicos de determinada área, para fazer um planejamento maior.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Há cidades complicadíssimas com relação ao lençol freático, onde ninguém acerta direito onde eles se localizam, nem mesmo com estudos de universidades. Rapidamente, esse satélite poderia identificar isso?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Essa foto foi feita com avião e não com satélite, mas ele poderia fazer um trabalho. Não sei se dentro da cidade seria possível, porque existe uma quantidade muito grande de objetos que o bloqueariam. Ela é mais utilizada quando se tem um terreno plano ou apenas árvores. Se houver casas, não é possível, mas ao redor da cidade, sim, poderia se fazer.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Pode-se obter uma imagem até que profundidade?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Não sei dizer a V.Exa. até que profundidade. Não tenho essa informação técnica.

Tem uma imagem em que mostramos outra maneira de utilizar esses equipamentos colocados no avião. É um radar de abertura sintética que faz uma visada lateral. Naquela primeira imagem, temos algo como se fosse uma fotografia. Ela é plana, mas os dados coletados pelo radar permitem que façamos um trabalho de interferometria, verificando as elevações existentes na área. Depois, com o computador, juntamos as 2 camadas e as transformamos numa última imagem, praticamente em terceira dimensão, que nos dá a possibilidade de fazer a análise de determinado terreno. Podemos verificar se o terreno serve para plantação, para agricultura, para mineração ou não serve para nada, porque é uma área de montanha, para que não se gastem recursos que não poderiam dar o retorno adequado.

Esse equipamento também poderia ser usado para planejamento estratégico por qualquer uma das esferas de Governo, de maneira que o CENSIPAM pudesse, dentro do Centro Regional de Vigilância ou do próprio Centro de Coordenação Geral, em Brasília, disponibilizar essa imagem para quem tivesse interesse de receber essas informações e que fosse também interesse do Governo passar para eles esses tipos de dados.

**O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO** – Sr. Presidente, estou satisfeito. É importante terminar logo esse projeto. Com certeza, ele será muito útil, pela quantidade de informações que se podem obter.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Então, para podermos conhecer um pouco mais o projeto, a Assessoria Parlamentar da Aeronáutica fará um convite a esta Casa e também ao Senado Federal para, nos dias 2 e 3 de junho, fazermos uma viagem e conhecermos *in loco* algumas dessas localidades. Eles entrarão em contato com V.Exas. e efetuarão o convite, no sentido de que possamos conhecer realmente a situação do SIVAM nessas localidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Antes de encerrar, Sr. Brigadeiro, informo aos Srs. Deputados e a V.Sa. que a Comissão vai encaminhar expediente ao Presidente Lula e ao Ministro da Fazenda. Será um apelo no sentido de que sejam liberados recursos para a conclusão das obras do SIVAM.

Pelo que pudemos observar da exposição que V.Exa. acaba de nos proporcionar, os recursos do Tesouro estão contingenciados. Havia uma alocação de recursos no valor de 69 milhões, com o contingenciamento, ficaram disponíveis apenas 23 milhões. Há a necessidade de 305 milhões, que são recursos do Eximbank, que já estariam disponibilizados, mas não liberados?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Todos esses recursos, inclusive os 69 milhões, são do Eximbank. Não precisamos de recursos do Tesouro, somente de autorização para gastá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Quer dizer que não há nenhum recurso de contrapartida do Tesouro?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Não, não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Todos esses recursos são produtos do empréstimo?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – São produtos do empréstimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Se não forem liberados, estamos pagando juros...

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Por estarem lá fora sem serem utilizados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Porque estão disponíveis.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Eles estão disponíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Quer dizer que esse contingenciamento não é de recursos do Tesouro, é de recursos do empréstimo?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – É de recursos do empréstimo. Eu não preciso de recursos do Tesouro. Se eu receber autorização para gastá-lo, vou ao Eximbank e saco esse dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Essas indagações são para tirar dúvidas. Não se vê sentido em que haja contingenciamento de recursos que não são do Tesouro, mas que são para as obras do SIVAM. Temos os recursos, estão disponibilizados.

A Comissão da Amazônia, sem dúvida, com o apoio de todos os Deputados, vai encaminhar expediente fazendo apelo para que isso se resolva, até porque me parece que o SIVAM, no seu projeto original, já era para estar concluído, não fossem os atrasos por esses problemas financeiros. Quero crer que os Deputados haverão de nos ajudar nessa tarefa de encaminhar um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro da Fazenda, porque me parece que o problema é de recurso, e de dar conhecimento ao Ministro da Defesa a respeito dessas dificuldades enfrentadas pelo SIVAM.

Percebemos, Sr. Brigadeiro, que o projeto é importantíssimo para o País, mas pareceu-nos que o fundamental é a questão financeira, é a conclusão do projeto, para que ele possa atender às necessidades para as quais ele foi concebido.

Concedo a palavra a V.Exa. para suas considerações finais.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Concordo plenamente com V.Exa. Trata-se de um projeto que tem muito a dar e que, na realidade, ainda está começando, porque, até agora, houve apenas a implementação.

É preciso que esta Casa nos ajude a completar o orçamento. Falta muito pouco, mas esse pouco é imprescindível.

Agradeço a V.Exas. o convite para participar desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Sr. Brigadeiro, quero tirar apenas mais uma dúvida. O Ministro da Defesa esteve aqui e se referiu à Lei do Abate. V.Sa. saberia informar qual País adota a Lei do Abate, que o Brasil adotou mas não pôde regulamentar?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Parece-me que só o Peru.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Só o Peru pode fazer esse abate?

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só queria pedir um último esclarecimento. Eu queria saber qual é a visão do Sr. Brigadeiro com relação à possibilidade da incorporação do SIVAM à ADA.

**O SR. RAMON BORGES CARDOSO** – Sra. Deputada, faltou eu responder essa questão. Desculpe-me.

Com a transformação de conhecimentos do SIVAM e do SIPAM como um todo, não sei se seria o caso de ele ser incorporado à ADA. Talvez se possa fazer um trabalho conjunto de transferência de informação entre os 2 setores. Parece-me que as finalidades de trabalho são muito parecidas, mas um deles é muito executivo, como o CENSIPAM, que faz um trabalho de coleta de informações, de análise e de transformação dessas informações em conhecimentos.

O que imagino que poderia ser feito de imediato seria a ADA ser uma das organizações usuárias desse banco de dados. Ela poderia fazer sua política baseada nas informações colocadas no Centro de Coordenação Geral, em Brasília, ou nos próprios Centros Regionais de Vigilância.

Em relação à questão do abate, o Peru é o único País de que temos conhecimento de tê-lo executado. Ainda não voltou a fazê-lo. Depois que eles abateram aquela aeronave que estava com americanos, não voltaram a fazer tiro de destruição. Não sei se vão voltar a fazer, tendo em vista esse problema com os Estados Unidos. Não conheço legislação de outro país que autorize o abate de aeronaves civis.

Mais uma vez, quero agradecer a todos e dizer, como o fiz no início, que, mais do que aceitar um convite, acho que é obrigação do Presidente da CCSIVAM vir aqui passar informações do que realmente está acontecendo no projeto. Estou inteiramente à disposição para quaisquer informações que sejam necessárias sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Antes de encerrar a reunião, agradeço ao Brigadeiro Ramon Borges Cardoso a sua presença e a forma como acolheu o requerimento do nobre Deputado Zequinha Marinho, que foi referendado por todos os Deputados da Comissão da Amazônia.

Por fim, agradeço aos Srs. Deputados e aos convidados a presença.

Declaro encerrados nossos trabalhos, convocando reunião ordinária para amanhã, à hora regimental.

**Está encerrada a reunião.**

## COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata de Reunião Ordinária **Audiência Pública Com a Participação da Comissão de Agricultura e Política Rural, da Comissão de Minas e Energia, e da Comissão de Viação e Transportes Realizada em 29 de Maio de 2003.**

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e três, reuniram-se as Comissões da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, de Minas e Energia, de Viação e Transportes, e de Agricultura e Política Rural, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional registraram a presença os Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva – Vice-Presidente; Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Babá, Carlos Souza, Edson Duarte, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Maria Helena, Miguel de Souza, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Valdenor Guedes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Carlos Abicalil, Coronel Alves, Dr. Benedito Dias, Eduardo Gomes, Hamilton Casara, Humberto Michiles, Jaime Martins, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceu também o Deputado Serafim Venzon como não-membro. Compareceram pela Comissão de Agricultura e Política Rural os Deputados Edson Duarte, Francisco Turra, Leonardo Monteiro, Welinton Fagundes e Zé Gerardo – Titulares; Alberto Fraga e João Lyra – Suplentes. Compareceram pela Comissão de Minas e Energia os Deputados Aroldo Cedraz, Dr. Heleno, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Nelson Meurer, Pastor Reinaldo e Zico Bronzeado – Titulares; Eduardo Valverde e Lobbe Neto – Suplentes. Compareceu pela Comissão de Viação e Transportes o Deputado Milton Monti. Justificaram a ausência os Deputados Leandro Vilela, Luci Choinacki, Nélio Dias, Odaci Zonta, Orlando Desconsi e Waldemir Moka. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os convidados Dr. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, Superintendente de Empreendimentos de Geração da Furnas Centrais Elétricas S/A; Dr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, Assessor de Meio Ambiente da Furnas Centrais Elétricas S/A e Dr. José Bonifácio Pinto Júnior, Diretor de Contratos da Construtora Norberto Odebrecht, com o objetivo de discutir o Projeto Energético e de Navegação do Rio Madeira. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. O Presidente registrou a presença em Plenário dos senhores Dr. Rodrigo Botelho Campos, Diretor de Administração e Suprimentos da Furnas Centrais Elétricas S/A, Dr. Márcio Antônio Arantes Porto e Dr. Dionésio Werner Júnior, Assessores da Furnas Centrais Elétricas S/A e Dr. Humberto Rangel, Assessor da Construtora Norberto Odebrecht. Interpelaram os expositores os senhores Deputados Miguel de Souza, Hamilton Casara, Ann Pontes, Marinha Raupp, Carlos Souza, Eduardo Valverde, Rogério Silva, Vanessa Grazziotin, Perpétua Almeida, Janete Capiberibe e Valdenor Guedes. O Presidente consentiu que os senhores Adolfo Dalla e Brent Millikan, assessores do Ministério do Meio Ambiente, e o ex-Deputado Marcos Afonso, atual Diretor do Tratado de Cooperação Amazônica do Ministério das Relações Exteriores, pudessem ser ouvidos. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. Exerceram alternadamente a Presidência os Deputados Átila Lins, Rogério Silva e Ann Pontes. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às treze horas e cinqüenta e três minutos, antes convocando reunião de Audiência Pública para a Quarta-feira, dia quatro de junho de 2003, às dez horas, para debater o incremento do turismo e as potencialidades regionais da Amazônia. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, Secretário, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Átila Lins, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lins) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública convocada para ouvirmos os Srs. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, Superintendente de Empreendimentos de Geração de Furnas Centrais Elétricas S.A.; Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, Assessor de Meio Ambiente de Furnas Centrais Elétricas S.A.; e José Bonifácio Pinto Júnior, Diretor de Contratos da Construtora Norberto Odebrecht. S.Sas. apresentarão a este colegiado o Projeto Energético de Navegação do Rio Madeira, atendendo a requerimento de autoria do Sr. Deputado Miguel de Souza, aprovado pelo Plenário.

Esta reunião de audiência pública é conjunta com as Comissões de Minas e Energia, de Viação e Transportes e de Agricultura e Política Rural.

Na forma regimental, esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá para tanto de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Informo aos Srs. Deputados que a lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e os que desejarem solicitar a palavra deverão registrar o seu nome e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Convido para comporem a Mesa os Srs. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, Acyr Jorge Teixeira Gonçalves e José Bonifácio Pinto Júnior.

Agradeço aos expositores, aos demais representantes do Consórcio Furnas/Odebrecht, aos eminentes Deputados e a todos os convidados a presença.

Registro ainda a presença em plenário do Dr. Rodrigo Botelho Campos, Diretor de Administração e Suprimento da Furnas Centrais Elétricas S/A; do Dr. Márcio Antônio Arantes Porto e do Dr. Dionésio Werner Júnior, assessores da Furnas; do Dr. Humberto Rangel, Assessor da Construtora Odebrecht; e do companheiro Jadir Magalhães, ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus, hoje assessor da Furnas.

Dando início às exposições, concedo a palavra ao Sr. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, pelo tempo de 20 minutos.

**O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA BENFICA GUIMARÃES** – Bom-dia. Vou falar sobre os estudos realizados, no Rio Madeira, pelas empresas Furnas e Odebrecht, uma parceria que se iniciou há cerca de 2 anos, quando ficou acertado um protocolo de estudo no Rio Madeira. Resolvemos fazer esse estudo porque entendíamos que o rio apresentava um potencial energético muito grande, mas que era preciso verificar a viabilidade de exploração desse potencial, e também porque entendíamos que o desenvolvimento sustentável daquela região passava pelo Rio Madeira; ou seja, se conseguíssemos eliminar alguns obstáculos à navegação, proporcionaríamos o desenvolvimento sustentável daquela região do Amazonas. Entendíamos que o Rio Madeira era um eixo de integração regional e que poderia possibilitar uma infra-estrutura de energia e um transporte fluvial que garantiriam o desenvolvimento sustentável daquela região. A partir dessas premissas, fizemos um acordo – Furnas e Odebrecht – para fazer os estudos do rio.

(Segue-se exibição de imagens.)

Naquela época, elencamos os benefícios que o Rio Madeira poderia nos fornecer. Primeiro: a implantação de cerca de 4.200 quilômetros de hidrovia naquela região da América do Sul; ou seja, conseguiríamos, dependendo dos estudos, aumentar em cerca de 4.200 quilômetros a navegação na região; segundo: o incremento na produção de energia no Brasil, já que precisávamos levantar esse potencial, que considerávamos grande; terceiro: a consolidação do pólo de desenvolvimento do *agrobusiness* na região oeste; quarto: a interligação elétrica dos sistemas isolados, entendendo que teríamos, nessa integração, importantes componentes – a saída da Bolívia para o Atlântico e a possibilidade de integração virando o Brasil para o Pacífico.

Naquela época, estabelecemos que o estudo teria como ponto fundamental a ligação entre o Pacífico e o Atlântico. Entendíamos que o que segurava tudo isso era uma região entre Porto Velho e Abunã, onde o trecho do Rio Madeira não era navegável. Isso ocasionaria algum envolvimento com a Bolívia, Peru e com Brasil – nas regiões de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia.

O nosso entendimento era esse aqui. Foi por isso que começamos a estudar esse rio. Entre o trecho de Porto Velho até Abunã, uma região do rio apresentava cerca de 15 obstáculos que proibiam a navegação. Esse trecho era composto de poucas cachoeiras, mas predominantemente havia corredeiras. Outra situação que também atrapalhava era a Cachoeira da Esperança, em território boliviano. Se conseguíssemos acertar essa situação, poderíamos transformar todo esse trecho navegável, e, de Porto Velho, que hoje já é navegável, daríamos uma saída para a região do Atlântico.

Do lado de cá, com alguns envolvimentos na região das Américas, na Cordilheira dos Andes – países andinos –, conseguiríamos também alguma coisa que viabilizasse a saída do Brasil para o Pacífico.

Ainda entendíamos que havia um grande desequilíbrio regional no Brasil. Vejamos algumas fotos de satélite para mostrar a situação de hoje. Aqui os senhores vêem que as Regiões Sudeste, Nordeste e Sul estão todas iluminadas, e a Região Norte quase apagada.

Outro aspecto também importante era a densidade populacional que se concentra num raio de cerca de 800 quilômetros da costa do Atlântico. O outro lado apresenta densidade muito baixa. Tínhamos conhecimento de que teríamos de passar pela fase de inventário do rio para verificar a viabilidade do empreendimento. Se o inventário indicasse que seria viável, teríamos de partir para a parte ambiental,

dos EIAs e RIMAs. A partir daí, se também se tornasse viável, teríamos a licença prévia. Nesse momento, seria a implementação do empreendimento propriamente dito.

Hoje, já encerramos a parte de inventário – foi aprovado na ANEEL, no final do ano passado – e estamos trabalhando fortemente no que diz respeito ao estudo de viabilidade e à parte ambiental. Atualmente, os estudos do Rio Madeira estão nesse ponto.

A partir dessas premissas, partimos para o estudo propriamente do inventário do Rio Madeira. Estudos foram elaborados por Furnas, juntamente com a construtora Odebrecht, que contratou a TCE Projetos e Consultoria e a InterOcean, que prestou consultoria na parte de hidrovias.

O período de elaboração foi de janeiro de 2000 a novembro de 2002, e a aprovação pela ANEEL deu-se em 16 de dezembro do ano passado.

A região escolhida para o estudo, que era a que tinha esses obstáculos, estende-se de Porto Velho até Abunã, num trecho de 260 quilômetros. Nesse trecho, o Rio Madeira tem aproximadamente 15 obstáculos naturais a serem transpostos.

Nos estudos de inventário, os critérios básicos adotados foram, primeiro, a vocação do Rio Madeira para a navegação, a integração regional e para a geração de energia; e, segundo, os condicionantes adotados, que seriam os de limitar os níveis da água máxima do reservatório a níveis poucos superiores aos das cheias e de não inundar o território boliviano, apresentando o menor impacto ambiental possível.

A partir dessas premissas, já temos dito que o Rio Madeira hoje é uma grande hidrovia que gera também energia. Nos estudos de inventário, pela síntese dos estudos e na partição de queda, definimos dois barramentos: um definido como aproveitamento da Cachoeira do Jirau e outro da Cachoeira de Santo Antônio; o primeiro gerando em torno de 3.900 megawatts, e, o segundo, algo em torno de 3.500 megawatts. Os fatores decisórios sempre levando em consideração a navegação, a integração hidroviária e o maior aproveitamento energético possível.

Os senhores vêem aqui a localização dos dois aproveitamentos que foram definidos no inventário: o de Santo Antônio, nas proximidades de Porto Velho, a cerca de 15 quilômetros de Porto Velho, e o da Cachoeira do Jirau, a cerca de 110 quilômetros de Porto Velho. Esses são os barramentos que o inventário mostrou que poderiam ser executados.

Já na fase do inventário, fizemos levantamentos com aerofotometria de primeira geração. Estamos aqui com os mapas, tudo em escalas muito compatíveis – escalas de 1 para 2 mil, de 1 para 1 mil e de 1 para 5 mil.

Aqui apresentamos os reservatórios. Só para se ter idéia, para Santo Antônio, temos um reservatório da ordem de 270 quilômetros quadrados, sendo que cerca de 150 quilômetros quadrados próximos à calha do rio. São grandes aproveitamentos de reservatórios muito pequenos. No de Santo Antônio, estamos prevendo uma inundação em torno de 130 quilômetros quadrados.

Aqui já é o de Jirau. É a mesma coisa. O reservatório total tem em torno de 258 quilômetros quadrados. Se subtrairmos a calha do rio, deveremos inundar em torno de 110 quilômetros quadrados.

Seria importante frisar que mesmo esses 110 quilômetros quadrados são de áreas que, hoje, no período das cheias, já ocupam toda essa região. Se formos computar o período das cheias, a área do reservatório a ser inundada é praticamente zero.

Aqui há uma relação das hidrelétricas da Região Norte e a sua situação, em termos de reservatório *versus* potência. Para se ter idéia, em Balbina, 250 megawatts. Há uma relação de quilômetro quadrado por megawatt em torno de 8,4 em Tucuruí; em torno de 0,61, na primeira etapa, e de 0,30 na segunda etapa. Em Santo Antônio e Jirau, que são as usinas do Madeira, a área inundada *versus* potência é uma das menores existentes no mundo: em torno de 0,03 e 0,04.

Os estudos de inventário apresentaram como características das usinas as seguintes: para Santo Antônio, uma potência instalada de 3.580 megawatts, uma energia firme de 2.185, ao custo em torno de 6 milhões, 450 mil reais; para Jirau, uma potência em torno de 3.900, uma energia firme em torno de 2.225, ao custo em torno de 6 bilhões e 500 mil reais.

Para se ter idéia, estamos somando aqui algo em torno de 7.800 megawatts instalados e uma potência média da ordem de 4.400 megawatts. Ou seja, a potência firme é muito alta em relação às usinas tradicionais que temos. Isso ocorre porque o rio é muito regular. A região dos Andes contribui bastante para que se tenha um rio muito regular, até no período seco da região.

Sistemas de transmissão. A interligação que estamos prevendo nesses estudos de inventário – e elas serão bem detalhadas nos estudos de viabilidade, já estamos estudando – seriam saídas para Manaus, Rio Branco e Cuiabá. Aqui, cerca de 1.300 quilômetros de transmissão. Hoje estamos definindo, talvez, um sistema entre 500 e 750 HV.

Os estudos de inventário nos possibilitaram, então, os seguintes resultados.

Primeiro, a implantação de duas usinas hidrelétricas de baixa altura, reduzida área de inundação,

com suas respectivas eclusas. Essas eclusas vão permitir a navegação desse trecho do rio. Aqueles 15 obstáculos existentes entre Porto Velho e Abunã serão perfeitamente transpostos, com as duas usinas e com as eclusas, com os canais de navegação que serão construídos.

Segundo, uma perfeita integração da infra-estrutura energética e de transporte entre Brasil, Bolívia e Peru, que estariam ali envolvidos na região de fronteira.

Terceiro, a interligação elétrica dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso ao sistema elétrico interligado brasileiro. Atualmente, esses Estados não estão ligados; então interligaríamos todos eles ao sistema brasileiro.

Estudos a serem realizados entre Abunã e Guajará-Mirim poderão indicar que o alteamento do nível de água da usina hidrelétrica de Jirau e/ou a construção de outra usina hidrelétrica entre os Municípios citados poderão tornar os Rios Guaporé e Mamoré totalmente navegáveis.

Esse é um estudo que ainda estamos fazendo e que está demonstrando que, com uma terceira obra a ser realizada nessa região, vamos tornar todos esses rios aqui perfeitamente navegáveis.

Em relação ao estudo de inventário, o que eu tinha a dizer era isso. Vou chamar agora o Acyr, também representante de Furnas, para falar sobre a parte ambiental. Logo depois do Acyr, virá aqui o Engenheiro Bonifácio, da CNO, para falar sobre os envolvimentos que temos na área de desenvolvimento regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Agradeço ao Sr. Antônio de Pádua Benfica Guimarães os esclarecimentos prestados.

Passo a palavra ao Sr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, Assessor de Meio Ambiente de Furnas Centrais Elétricas. S.Sa. dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição. Estou presidindo a Mesa daqui porque também quero assistir à explanação dos senhores.

**O SR. ACYR JORGE TEIXEIRA GONÇALVES** – Meu nome é Acyr Gonçalves, trabalho no Departamento de Meio Ambiente de Furnas. Vou apresentar aqui o critério adotado para os estudos de meio ambiente na fase de inventário e uma proposta, de caráter geral também, que já vem sendo implantada, principalmente como montagem de infra-estrutura para a parte de viabilidade, que é a fase seguinte.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O trecho estudado no inventário compreendeu de Cachoeira do Santo Antônio, em Porto Velho, até Abunã. Nesse trecho, há três locais possíveis de barramento: Cachoeira de Santo Antônio, Cachoeira de Teotônio e Jirau. Foi nesse espaço que foram realizados os estudos de meio ambiente também.

A estrutura do estudo de inventário, seguindo a orientação do próprio manual da ELETROBRÁS com relação à fase de estudos de projetos de hidrelétrica, dá-se principalmente com a elaboração de um diagnóstico ambiental compartimentado pelas disciplinas específicas. Essas informações são, posteriormente, consolidadas em alguns componentes sínteses. Há uma consolidação dessas informações, todas geradas pelo diagnóstico nesses componentes. Esses componentes síntese são ferramentas para a análise dos impactos ambientais na compartimentação proposta nesse trecho do rio. Vamos apresentar isso mais à frente. A partir disso, também na fase de inventário, há a indicação de alguns programas de meio ambiente, que devem ser detalhados a partir de sua viabilidade. O inventário já dá indicadores do que deveria conter. Evidentemente, esses programas são detalhados na fase seguinte.

Aqui está uma relação do que compõe o diagnóstico ambiental: a parte física do ambiente, recursos hídricos, qualidades, recursos minerais, solos – a parte biótica, que envolve vegetação até levantamento de unidades de conservação presentes na região como um todo, bem como a parte socioeconômica, que engloba desde modos de vida até outros, como uso da água, além desse proposto, no caso, para a geração de energia, como uma das oportunidades oferecidas por esse trecho do Rio Madeira.

A seguir, temos, para efeito de mostrar um painel também geral, alguns resultados do estudo de inventário. Na realidade, não apresento todos, porque se trata de um estudo extenso. Mas aqui há algumas informações sobre o cenário dessa região e do rio.

Desde a formação, o Rio Madeira, pela união do Rio Beni com o Rio Mamoré – desse ponto até a foz –, tem aproximadamente, no Rio Amazonas, 1.700 quilômetros de extensão. Esse rio tem uma vazão média anual de cerca de 21 mil metros cúbicos por segundo. Essa é a vazão média normal. E os extremos dessa média são, em números redondos, 40 mil metros cúbicos por segundo até, em casos extremos, 4 mil metros cúbicos por segundo. Em todos os estudos de formação de reservatório, evidentemente, trabalha-se considerando, nessa fase, as médias que ocorrem no próprio rio.

A Cachoeira do Santo Antônio, em Porto Velho, divide esse rio em duas situações: o Baixo Madeira, onde ele é totalmente navegável, e o Alto Madeira. O Alto Madeira, que foi o objeto de estudo de Cachoeira de Santo Antônio até Abunã, tem aproximadamente, dos 1.700 quilômetros de extensão total, 360 quilô-

metros. Há um desnível de 72 metros nesse trecho de 360 quilômetros, com algumas cachoeiras e muitas corredeiras. Na realidade, as corredeiras são grandes rápidos nesse trecho, que é muito caudaloso; por conseguinte, este é um trecho não navegável. Mas essas usinas permitiriam a navegabilidade, de ponta a ponta, do Rio Madeira.

Há aqui alguns exemplos dos estudos que foram realizados. Por exemplo, qualidade de água, dimensionamento de oxigênio dissolvido em parte por milhão, condutividade elétrica, sólidos dissolvidos, que são pequenas taxas, em contrapartida com a grande quantidade de suspensão. O rio tem uma capacidade de arrasto muito grande de sólidos.

A parte dos solos, dentro da compartimentação do estudo do meio ambiente, demonstra que é uma região, como um todo, de baixa fertilidade e que qualquer intervenção, no sentido de um aproveitamento, demandaria principalmente adaptação de culturas adaptadas climaticamente, sistema de manejo desenvolvido e emprego de tecnologia, por conseguinte investimentos maiores para a produção.

No caso de vegetação, existe no arco sul da Amazônia uma transição de vegetação, de cerrado para floresta tropical, com a presença de floresta de várzea, campos inundáveis, campos limpos e uma ocorrência próxima a Jirau desse tipo de vegetação, que se chama, localmente, de umirizal, além de cobertura, em termos também de distribuição de uso do solo, de vegetação alterada, sobretudo por conta dessa ocupação que vem ao longo da BR.

A fauna, por conseguinte, é associada a esse tipo de ambiente. Ainda dentro do diagnóstico, o outro item importante estudado foram os peixes. O que se verifica é que, em dados secundários, há uma carência muito grande de informações e de registro da parte ambiental como um todo e notadamente dessa parte de ictiofauna.

Com relação à pesca comercial, já existem alguns registros, alguns estudos mais significativos. Ela ocorre na região dos Rios Beni, Mamoré e Guaporé; ocorre com mais expressão nos rápidos do Teotônio até a foz do Aripuanã e da foz do Aripuanã até a do Rio Madeira. As quantidades e a distribuição do produto pescado variam entre si. O que se identifica também é que essa pesca comercial é razoavelmente intensa, em termos relativos, considerando a região de Porto Velho, e não há um controle. Esse descontrole já leva, naturalmente, a uma subutilização dos estoques, que já é um problema que existe.

Outros dados de inventário apresentados no estudo são os modos de vida. Aqui temos algumas indicações que compõem esse cenário da região: a parte histórica, considerando todos os grandes ciclos econômicos da região; a parte de demografia atual, há aproximadamente 6 habitantes por quilômetro quadrado – é uma região bastante rarefeita em termos de ocupação; condições de vida; sistema de produção, agricultura, pecuária, pesca, extrativismo, sobretudo, organização social. Os grandes agrupamentos se estabelecem pelos ribeirinhos, pescadores, seringueiros e garimpeiros, grandes proprietários e os núcleos populacionais heterogêneos, por conta desse fluxo de contingente de pessoal para a região.

A organização territorial também se destaca como algumas condicionantes dessa organização territorial na região, os desmatamentos ocorridos principalmente nessas décadas, o Pólo Noroeste, o PLANAFLORO e atualmente, mais recente, no sentido de ordenamento e disciplinamento, o zoneamento econômico e ecológico do Estado em 2000, a função dos recursos hídricos dentro desse espaço de organização, a hidrovia de Porto Velho até a foz do Rio Madeira, com expressiva exportação de soja.

A atual base econômica se concentra basicamente nas microempresas e na indústria de pequeno porte. Esse é o perfil da produção, a agricultura de cereais e a pesca. Nesse trecho do Rio Madeira, são aproximadamente 7 colônias. Esse seria o potencial identificado para a região, evidentemente se suprido por estrutura, fundamentalmente essa parte de comunicação viária e energia como insumo básico de aproveitamento das potencialidades da região.

Outros usos da água foram colocados para se verificar se há concorrência entre a geração e outros possíveis usos desse bem. Na realidade, para abastecimento, irrigação e diluição de poluentes, os volumes considerados ou requeridos, em função da vazão média que se tem no Rio Madeira, são praticamente irrisórios. Portanto, não há oportunidade alguma de concorrência em relação a usos complementares da água.

Retorno à estrutura do estudo de inventário. Esses dados e outros levantados na parte de inventariamento do trecho foram consolidados nos componentes: ecossistema terrestre, ecossistemas aquáticos, territórios indígenas – faz-se o mapeamento da existência dessas áreas indígenas –, unidade de conservação, uma série de tipos de informação espacial, base econômica, organização.

Os componentes são colocados e avaliados. A base de avaliação são os componentes, o uso do solo, o zoneamento e alguns pontos notáveis e identificados. Eles são colocados em 3 subáreas ou possíveis trechos do aproveitamento energético: Santo Antônio e Teotônio; Teotônio e Jirau; Jirau e Abunã.

Há identificação dos impactos provocados por empreendimento dessa natureza por trecho. Há um critério relativo de valoração de zero a um. Há essa ponderação e indicação. Criam-se alguns índices de identificação de menores impactos. O resultado dessa metodologia identifica, nos 3 barramentos possíveis, duas alternativas principais, que comparam Cachoeira do Teotônio com Jirau, este fixo, e Cachoeira de Santo Antônio com Jirau. Do confronto das duas, a combinação apresentada é a que dá a maior vantagem, sobretudo porque essa permite o fluxo da navegação. Outro tipo de aproveitamento teria como comprometimento a não-possibilidade da navegação do trecho, um dos pontos fortes do projeto.

Mesmo na fase de inventário, o estudo já dá a indicação do conjunto de programas que deverão ser detalhados na fase seguinte.

Essa é a idéia geral do que se tem, do que foi feito e estudado, com as conclusões a que chegaram com a variável ambiental dentro das decisões que se tomam, econômicas, energéticas e de integração do trecho estudado.

A fase seguinte é a fase do estudo e viabilidade. Isso aqui é um arranjo bastante simples, apenas para ficar claro como é que se vai trabalhar no momento da viabilidade.

O estudo de inventário está todo calcado em revisão de dados secundários, realiza alguns levantamentos e algumas coletas. Por definição, os estudos são baseados em dados secundários, diferentemente do estudo de viabilidade. Agora já se está dando ênfase a levantamentos de dados em campo. Com esse levantamento, vamos fazer também a segmentação, para efeito puramente de arranjo de documentação. Meio físico, meio biótico e meio socioeconômico, as análises finais são integradas, feitas através de consultoria às entidades regionais e locais, que têm a competência, o conhecimento e toda a vivência da região.

É no ambiente de viabilidade que se vai produzir o estudo de impacto ambiental e o relatório baseado nas instruções de viabilidade dentro do próprio indicativo do setor, da legislação geral e da legislação específica para os estudos de meio ambiente e, principalmente, das diretrizes específicas que devem sair do IBAMA com o termo de referência, pontuando, além das disciplinas que fazem parte do estudo de impacto ambiental, as especificidades para esse trecho e também algumas das experiências acumuladas.

Para essa fase há um importante componente sendo montado e aplicado. Trata-se da parte de comunicação e divulgação do que significam estudos de viabilidade, para se ter um nivelamento na região, o que certamente evitará uma série de distorções do que está sendo feito e em relação ao ponto de chegada. Trata-se de um forte componente de comunicação e divulgação para a população específica – os ribeirinhos, os pescadores, todo o pessoal que está no entorno desse empreendimento e as partes interessadas como um todo que compõem essa vertente de comunicação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Agradeço ao Sr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves os esclarecimentos prestados.

Após a explanação do Sr. José Bonifácio, haverá o debate. A lista de inscrição está aberta.

Concedo a palavra ao Sr. José Bonifácio Pinto Júnior, Diretor de Contratos da Construtora Norberto Odebrecht, que disporá de 20 minutos para fazer sua exposição.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – A parte que me cabe é exatamente tratar da inserção regional que o projeto provoca na região e também da sua íntima interligação com alguns programas existentes no âmbito da Presidência de República nos 12 países da América do Sul.

Foi dito que a área de influência é exatamente a Região Centro-Oeste, atingindo alguns países como Bolívia e Peru. A área de influência é motivada basicamente pela navegabilidade que o Rio Madeira passará a ter em toda a sua extensão, uma vez que hoje ele é navegável a partir de Porto Velho até o Porto de Itacoatiara sem nenhuma dificuldade. A intenção é conseguirmos, com o empreendimento, tornar navegáveis os pontos em que existem obstáculos. Com isso faremos a integração com os afluentes do Rio Madeira. Todos se encontram em território boliviano.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa é a região atingida. Aqui temos o Estado de Rondônia. Nesta região está o Estado de Mato Grosso. O Acre está aqui; ali, a Bolívia, onde há o maior impacto de vias navegáveis. O grande gargalo da navegação no Rio Madeira situa-se entre Porto Velho e Guajará-Mirim, como foi mencionado. A partir da superação dessas dificuldades, com a construção das hidrelétricas e de suas eclusas, respectivamente, poderemos ter uma condição bastante interessante de navegação nos Rios Guaporé e Mamoré.

Para se ter idéia, o Rio Mamoré chega muito próximo de Santa Cruz de la Sierra, lugar que hoje desponta como um bom produtor de grãos. Atualmente, Santa Cruz de la Sierra produz algo em torno de 1 milhão de toneladas de grãos, com imensa dificuldade de exportar, em função de não haver vias de escoamento para o Brasil, detentor de infra-estrutura bem mais adequada do que a da Bolívia.

Todo o produto tem de ser retirado por rodovias implantadas há bastante tempo e que geram custo muito elevado de transporte, no escoamento desse produto. Com a questão da navegação do Rio Guaporé, passamos a ter intervenção direta numa zona que hoje não detém custo competitivo com o mercado internacional na produção de grãos, que é exatamente o norte de Mato Grosso e uma parte do Estado de Rondônia. Hoje, toda a soja produzida no norte de Mato Grosso, cerca de 3 milhões de toneladas, é escoada por via rodoviária até Porto Velho, que possui um terminal graneleiro; a partir daí, é embarcada em comboios de 14 mil a 18 mil toneladas, com destino ao Porto de Itacoatiara, onde é feito o transbordo para navios de 100 mil toneladas.

Com a obtenção da navegação do Rio Guaporé, navegável até Guajará Mirim – é preciso superar essa dificuldade –, poderão ser agregadas cerca de 25 milhões de toneladas à produção do País. Essa produção, em vez de sair por via rodoviária, poderá ser embarcada em alguns pontos intermediários do Guaporé e ter o seu transporte até o Porto de Itacoatiara por esses comboios de 14 mil toneladas.

Como mencionei, o impacto nas regiões de Rondônia e Mato Grosso é da ordem de 25 milhões de toneladas de grãos. O Estado de Mato Grosso, atualmente, produz algo em torno de 15 milhões de toneladas, dos quais 3 milhões estão na Região Norte e 12 milhões na região abaixo de Cuiabá. Existem 7 milhões de hectares de terras com potencial de produção, mas, devido ao custo de transporte, o produto não é competitivo no mercado internacional. Então, estaríamos agregando mais 7 milhões de hectares à produção nacional, os quais produziriam cerca de 25 milhões de toneladas.

Na região do sudeste do Estado do Amazonas e no Estado do Acre existe um potencial. O Governador Eduardo Braga me informou que o Estado do Amazonas já tem um zoneamento ambiental absolutamente definido e existem áreas perfeitamente aproveitáveis para a produção de grãos. Ainda não fizemos o levantamento, mas acreditamos que seja algo expressivo. Na região da Bolívia existe uma potencialidade da ordem de 8 milhões de hectares de terras perfeitamente aproveitáveis para o plantio. Poderíamos agregar cerca de 24 milhões de toneladas de grãos à produção.

Para que os senhores tenham idéia, o PIB da Bolívia é algo em torno de 8 bilhões de dólares. Esses 24 milhões de toneladas representam algo como 4 bilhões de dólares, que poderiam ser agregados ao PIB da Bolívia, ou seja, é uma verdadeira revolução em termos de desenvolvimento com o nosso país vizinho.

No Peru existe uma potencialidade de cerca de 1 milhão de toneladas. Há a idéia de que todo o projeto de navegação chegue até Porto Maldonado, no Peru, e também possa ser um entreposto comercial, onde possam ser desembarcados todos os grãos que poderão ir para a Ásia passando pelos Rios Beni e Madre de Dios. Ao chegarem lá, seriam feitos os transbordos para caminhões. Seria utilizada a saída do Pacífico através do Porto de Ilo, que faz parte de todo um complexo de integração da América do Sul.

No Porto de Itacoatiara certamente haverá grande revolução, devido à agregação da demanda hoje existente, algo em torno de 50 milhões de toneladas, já que toda produção incremental que ocorresse no Brasil e na Bolívia teria de passar por Itacoatiara, para que houvesse transbordo para navios de 100 mil e 120 mil toneladas.

Esse quadro mostra exatamente os 4.200 quilômetros de vias navegáveis possíveis de serem implementados com esses projetos, rio a rio, no caso dos Rios Madeira, Mamoré, Guaporé, Beni, Madre de Dios e Orthon. A maioria desses rios aqui estão em território boliviano e são afluentes do Rio Madeira.

Esse quadro representa muito bem o que significa a troca de uma modalidade de transporte rodoviário para um fluvial. No mundo inteiro, os transportes fluvial e ferroviário são muito mais baratos do que o rodoviário. Nessa região, temos as condições propícias para a implantação de um projeto dessa magnitude.

Essa cor vermelha representava o custo do transporte rodoviário de toda a soja produzida na região da Chapada dos Parecis, em Mato Grosso. Após 1997, quando foi implantada a logística de transporte pelo Grupo Maggi, houve uma redução de 35 a 40 dólares no custo do frete. A maioria desse produto tinha de ser escoado pela Região Sul, saindo pelos Portos de Paranaguá e Santos. O Grupo Maggi inverteu essa tendência, criando um porto graneleiro na cidade de Porto Velho. Ele tem hoje uma distância média dessa produção de soja de Mato Grosso da ordem de 900 quilômetros rodoviários, onde são embarcados com um custo muito menor.

Estudos realizados agora durante o estudo de inventário revelaram que poderá haver ainda uma redução no custo de transporte dessas mercadorias de mais 15 dólares, diminuindo significativamente esse custo que tanto pesa e leva esses produtos a perderem competitividade no mercado internacional.

Como a soja é uma *commodity* e está sujeita a variações de preços, os produtores do Brasil, hoje, estão bastante satisfeitos, pois o preço é muito atraente, mas não podemos esquecer que essa situação pode se inverter e essa *commodity* pode ter um preço menor no

mercado. Se isso acontecer e forem criadas expectativas melhores de escoamento de produção, consegue-se aumentar a flexibilidade, esse ganho do produtor, fazendo com que ele absorva flutuações do produto que está vendendo. Na verdade, com a redução do custo do transporte rodoviário, estaremos aumentando o ganho do produtor e o expondo menos a essas flutuações do preço da *commodity*. Estimamos que haja ainda uma redução da ordem de 15 dólares por tonelada após a implantação desse projeto.

Agora falarei um pouco sobre a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. Esse programa foi implantado a partir de 2000, por meio da ação de governo dos 12 países da América do Sul, com o objetivo de promover a integração de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicação; a formação de bloco de proteções mútuas, com eventos externos (por exemplo, se a guerra do Iraque produzisse algum tipo de racionamento de petróleo, a Venezuela poderia ajudar-nos); o aumento da competitividade dos produtos locais; a interiorização do desenvolvimento e o combate de drogas ilícitas e crimes conexos.

Esse programa foi dividido em 9 eixos de integração, entre eles MERCOSUL – Chile, Andino, Interoceânico, Multimodal do Amazonas, Venezuela-Brasil-Guiana, Peru-Brasil-Bolívia, Multimodal Orinoco-Amazonas-Prata. Negritamos aqui apenas aqueles em que esse projeto do Rio Madeira tenha uma interferência direta e possa agregar valor a essa filosofia de integração da América do Sul.

Nesse mapa, cada cor representa um eixo de integração. Este aqui é o Suriname; aquele é o Intermodal do Rio Amazonas; aquele é o Interoceânico; o outro é relativo ao Peru-Brasil-Bolívia e assim por diante.

No IIRSA são estudadas todas as formas de integração: ferroviária, rodoviária, fluvial. Alguns estudos levam a crer que a integração fluvial da América do Sul poderia ser feita através desses rios.

O nosso projeto está atingindo diretamente uma das partes relevantes da integração fluvial pretendida.

Com relação ao eixo Peru-Brasil-Bolívia, no final do ano passado, foi inaugurada uma ponte no Estado do Acre que iniciou esse processo de integração rodoviária, que vai até o Porto de Ilo, a saída para o Pacífico. Com o nosso projeto, passa-se a ter uma integração rodofluvial bastante significativa.

Com relação ao eixo Orinoco-Prata, há 2 pontos de gargalo relativamente a essa integração: um na região da nascente do Rio Orinoco e do Rio Negro e outro próximo ao Rio Guaporé e ao Rio Paraguai. Seria a integração da Bacia Amazônica com a do Rio Paraguai.

O nosso projeto tem uma contribuição significativa quanto à navegabilidade do Rio Guaporé, que se interliga embaixo, por intermédio de algumas obras, com a Bacia do Rio Paraguai.

Com relação ao eixo Interoceânico, ligação dos Portos de Santos e Paranaguá com os do Peru, Ilo etc., a ligação rodoviária deverá ocorrer dessa maneira. O nosso projeto atua diretamente nessa região aqui, também fazendo uma importante integração rodofluvial.

No que diz respeito às conclusões desse estudo, elencamos alguns benefícios. A cada momento que fazemos uma apresentação, muitas pessoas têm contribuído e gerado outros benefícios que muitas vezes não estamos enxergando. Um dos principais é a questão do aumento da produção no Brasil, da ordem de 25 milhões de toneladas, que é a diferença do potencial de 28 milhões contra 3 milhões, que é o existente, além dos potenciais do Acre e do Amazonas.

A integração Brasil-Peru-Bolívia, por meio da navegabilidade do Rio Madeira, uma saída efetiva para o Pacífico, concreta, real para o Brasil, contribuirá para que o produtor de soja ou de milho do Centro-Oeste, em vez de levar seu produto até o Rio Amazonas, subir e atravessar o Canal do Panamá, para descer novamente para a Ásia, com esse processo que estamos montando, certamente poderá sair diretamente da Região Centro-Oeste para o Pacífico, por meio de todos esses eixos de integração aqui mencionados.

Esse processo representa significativa melhoria nas contas externas dos países envolvidos, com o aumento de exportação e redução de importação. Hoje sabemos que o Nordeste importa milho da Argentina, pelo fato de a produção nacional não conseguir atender à demanda existente. Esse problema é gerado porque o milho é uma **commodity** que tem um preço muito baixo. Na Região Centro-Oeste, ela não tem um preço competitivo para ser produzida lá e exportada. O milho tem a importante característica de ser o produto adequado para fazer a rotatividade com a soja, para que diminuam os investimentos dos agricultores. Se se fizer a rotação soja/milho, a terra estará protegida e adequadamente produtiva. Com essa redução de mais 15 dólares no frete, certamente o milho passará a ser competitivo e permitirá que os produtores da região implementem essa rotatividade, que hoje é feita muito timidamente, muito mais para o agricultor proteger seu patrimônio do que para ter algum ganho efetivo com o milho.

Além do que já foi dito, há a questão da geração de energia em quantidade expressiva e de baixo custo. Hoje há folga de energia. Muitos divergem se é folga

ou reserva técnica. Se o País voltar a crescer 4% ao ano, somado a um crescimento vegetativo da ordem de 2% ao ano, haverá um crescimento na demanda da ordem de 6%. Certamente essa folga será consumida em pouco mais de 2 anos. Não será a pulverização da construção de empreendimentos que resolverá esse problema do País, mas a implantação de projetos que agreguem grandes pacotes de energia, como é o caso do Rio Madeira.

Outro ponto importante é que ainda hoje os sistemas elétricos de Rondônia, Acre e Amazonas são isolados do sistema interligado nacional. Com isso, eles têm grandes dificuldades de expandir seu desenvolvimento, porque a base de geração de energia hoje existente na região é térmica. Todos sabem que a energia térmica tem custo bastante elevado.

Com a interligação do sistema, essa energia térmica poderia ser substituída, no futuro, por energia hidráulica, com um custo menor, permitindo a implantação de um programa industrial na região, já que alguns Estados produzem matérias-primas beneficiadas em outros, por não disporem de energia suficiente para fazer sua transformação. É o caso da cassiterita. Basicamente, um processo eletrointensivo termina sendo beneficiado em outro Estado.

Há também a questão do pólo industrial na região. Da mesma forma que se exportam grãos, pode-se trazer produtos fertilizantes para promover o crescimento da região. Com a redução de custos se teria um aumento na arrecadação tributária nos 3 níveis de governo: municipal, estadual e federal, com aumento na geração de riqueza. A criação desse complexo portuário em Itacoatiara geraria empregos antes e depois da implantação desses empreendimentos.

Com esse programa de integração, o Brasil está tendo a oportunidade de realmente despontar como um país com capacidade de liderar e representar a América do Sul nos diversos organismos internacionais. Temos a grande oportunidade de provocar significativas mudanças no desenvolvimento da Bolívia, país bastante pobre que só conseguirá superar essa dificuldade com a ajuda dos seus vizinhos, desde que possam, de certa maneira, interferir para que haja esse desenvolvimento, por meio da exploração das riquezas naturais e dos recursos minerais principalmente.

Como disse, um incremento na agricultura representaria algo em torno de 50% no PIB atual. Cite-se também a venda de energia, por meio da construção de Cachoeira Esperança, na Bolívia, e o deslocamento da população do altiplano para a região atingida, já que 68% da população boliviana está localizada no altiplano, o que representa menos de 30% do seu território. Então, é uma região bastante tensa e sujeita permanentemente ao desemprego, ao combate do tráfico de drogas ilícitas e crimes conexos, com baixíssima densidade populacional, o que dá margem a que a área seja utilizada para todos os fins, inclusive os citados.

Há oportunidade de uma parceria público-privada, como é o caso da Odebrecht, que represento, e de Furnas, representada pelo Pádua, além da entrada de novos atores futuramente, como a ELETRONORTE. Então, há um campo amplo para que trabalhem iniciativa privada e o Governo.

Finalmente, o resgate dos compromissos do Tratado de Petrópolis, que foi a permuta do Acre, então território boliviano, por uma saída para o mar pela Bolívia. O tratado data de 1904, quando foi implantada a Ferrovia Madeira-Mamoré, que, em poucos anos, foi desativada. Esse empreendimento também resgataria esse compromisso.

Falarei rapidamente sobre o cronograma. Estamos pensando em iniciar em Jirau, com a conclusão do estudo de viabilidade, aproximadamente em fevereiro do próximo ano, e o EIA/RIMA em junho do próximo ano. Partiríamos para obter a licença prévia, fazer a licitação do aproveitamento e finalmente a licença de instalação, com possibilidade de iniciar no segundo semestre de 2005. Caso isso ocorra, a geração da primeira unidade se daria no primeiro trimestre de 2009.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Encerradas as exposições, daremos início ao debate.

Obedecendo à ordem das inscrições, passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Miguel de Souza.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** – Sr. Presidente, demais companheiros Deputados, queremos, em primeiro lugar, cumprimentar os representantes de Furnas, o Sr. Antônio de Pádua e o Sr. Acyr Gonçalves, e também o representante da Odebrecht, José Bonifácio, que vieram a esta Casa por nossa solicitação discutir assunto que ainda está na fase de gestação.

Para nós do Estado de Rondônia que queremos receber esse benefício, embora possa haver alguns prejuízos para a comunidade ribeirinha, é muito importante discutir, neste início de projeto, para que não ocorra o problema que aconteceu no passado, quando projetos foram elaborados em gabinetes e chegaram prontos.

Fico muito feliz por saber que o Parlamento brasileiro está sendo ouvido e pelo fato de os senhores virem discutir questões tão importantes que mudam a geopolítica do Brasil. Não se trata de projeto em que apenas serão beneficiados Rondônia, Mato Grosso,

Acre e Amazonas; podemos dizer que mudaremos o eixo do Tratado de Tordesilhas no futuro. Atualmente, 80% da população chega à antiga linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, mas precisamos avançar.

Os meios de comunicação mostram um novo Brasil, em especial o nosso vizinho Mato Grosso, Estado do nosso Presidente Rogério Silva. A produtividade agrícola quase dobrou: saiu de 58 milhões de toneladas para 115 milhões, com aumento de menos de 30% da área plantada, números que demonstram a eficiência da EMBRAPA e dos nossos empresários. Se houve aumento da produtividade é porque estamos sabendo lidar com novas tecnologias e com o meio ambiente.

Os senhores sabem que um projeto como esse sempre será polêmico para a nossa região, porque não existe projeto energético que não cause algum impacto ambiental. Os estudos iniciais que os senhores trouxeram demonstram que o impacto ambiental será o menor dentre todos os projetos, com um índice de alagamento de 0,07 quilômetro quadrado por geração de quilowatts, quase inexpressivo em relação aos existentes no Brasil.

Agora pergunto: como o consórcio Odebrecht/Furnas pretende conduzir essa discussão das medidas mitigadoras e compensatórias para a sociedade, em especial a de Rondônia, já que o projeto está cem por cento na calha do Madeira e, conseqüentemente, no território do nosso Estado? Além da beleza das cachoeiras do Rio Madeira, não podemos esquecer do homem ribeirinho, que tira o sustento da pesca no rio e da pequena cultura. Já se está debatendo ou há um cronograma para discutir esse projeto com a sociedade, para que ele não chegue pronto?

Aquela população deve ter o direito de se posicionar a respeito do que espera em troca do seu deslocamento, até mesmo medidas compensatórias no sentido de melhorar a qualidade de vida e não continuar na cultura de subsistência. Essas pessoas esperam um amanhã melhor, utilizando-se do que sabem fazer tão bem, que é a pesca artesanal e a agricultura. Gostaríamos de ouvir dos senhores, principalmente dos que tratam da área ambiental, se existe um cronograma de discussão com a sociedade de Rondônia e com a área de influência dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso.

Parabenizo os senhores pela visão moderna. O Presidente Lula vem buscando a integração do continente sul-americano, tendo por base o IIRSA. Recentemente esteve em Cuzco tratando da integração com o Peru e a Bolívia. Como o senhor citou, em dezembro, foram concluídas as obras de asfaltamento no Acre até a fronteira com o Peru. O Presidente Lula recentemente anunciou, no Acre, a construção da ponte que liga Assis Brasil a Iñapari, no lado peruano, e outra do lado boliviano até a cidade de Cobija, buscando essa verdadeira integração em prol de uma alternativa estratégica de escoamento de produção para o Pacífico.

Haverá também integração entre os povos. Afinal de contas, da Bolívia até a Venezuela, há um mercado de 115 milhões de habitantes e um PIB de 300 bilhões. Trata-se de um mercado interessante para a integração regional. Precisamos de ações de infra-estrutura, como a hidrovia, que nos vai promover um meio de transporte mais barato e também motivar a produção com responsabilidade, como vem sendo feito em nosso País.

Gostaríamos de nos congratular com os companheiros e perguntar se existe um cronograma para discussão com a sociedade e com os ribeirinhos. Quais as medidas mitigadoras? As tratativas já foram iniciadas? Faço esses questionamentos até porque a Cachoeira Esperança está em território boliviano. Portanto, teríamos a terceira hidrelétrica. Como se encontram as tratativas com a Bolívia?

Por último, os senhores disseram que o projeto do lado brasileiro terá mais de 75 turbinas em Jirau e 70 em Santo Antônio. Como se está tratando a parte metal-mecânica? É possível que a indústria montadora se instale em nossa região, em especial Porto Velho, para montar essas turbinas? Sabemos da dificuldade de transporte para trazê-las do eixo sul-sudeste? Por que não começarmos a introduzir, no começo desse projeto, a idéia de que essa indústria seja instalada em Porto Velho, ao lado do canteiro de obras, para que amanhã tenhamos um embrião dessa indústria metal-mecânica em nossa região?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Para responder, passo a palavra ao Sr. Antônio de Pádua.

**O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA BENFICA GUIMARÃES** – Deputado, hoje já estamos com uma preocupação muito grande na parte ambiental. Sabemos que qualquer empreendimento dessa envergadura tem um componente ambiental que deve ser muito bem trabalhado e estudado, para que o projeto realmente apresente uma sustentação confortável. Furnas e Odebrecht estão montando uma equipe definitiva e formal na cidade de Porto Velho. Já estamos instalando um escritório, levando nosso pessoal das áreas ambiental e de desapropriação para levantar, nessa fase de viabilidade, a quantidade de pessoas e os programas ambientais que certamente serão indicados pelos órgãos ambientais federais e regionais. Já no estudo

de inventário, fizemos alguns contatos com as universidades e com o órgão ambiental local.

Respondendo à pergunta a respeito dos equipamentos, a tendência natural é que as empresas venham a se fixar nas proximidades dos empreendimentos. Estamos falando em cerca de 100 equipamentos. Para que tenham uma idéia, Furnas gera 10 mil megawatts. Somadas, todas as usinas contam com 47 equipamentos. Só essas duas usinas têm cerca de 100 equipamentos. Então, a condição é realmente que o fabricante vá instalar-se na região. Isso geraria, grosso modo, o que vamos aferir durante os estudos ambientais e os do empreendimento, cerca de 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. Estamos trabalhando em cima desses números, exatamente nesse período de viabilidade, com o nosso pessoal das áreas ambiental e de desapropriação já instalados no local. Definiremos com os órgãos ambientais todos os programas que certamente serão implementados durante a condução do empreendimento.

Esse projeto não trata de geração de energia elétrica, mas de integração e permitirá o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Os 2 grandes braços desse projeto são a hidrovia e a geração de energia elétrica. Estamos trabalhando para isso. O nosso entendimento é de que não faremos isso sozinhos. Precisamos estar com a ELETRONORTE e a Odebrecht. Devemos trazer outros atores para se juntarem a nós e criarmos uma força para levar esse projeto a uma condição sustentável e confortável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Pergunto aos Srs. Acyr Jorge e José Bonifácio se têm algo a acrescentar. *(Pausa.)*

**O SR. ACYR JORGE TEIXEIRA GONÇALVES** – Não.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra ao Deputado Hamilton Casara.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** – Sr. Presidente, senhores expositores, gostaria de cumprimentar o Deputado Miguel de Souza pela iniciativa. Esse projeto tem visão estratégica, promove importante integração regional e dá mais visibilidade ao Tratado de Cooperação Amazônica. Falamos sobre o Tratado de Petrópolis, que há 100 anos está no papel, mas creio que consegue dar mais visibilidade ao Tratado de Cooperação Amazônica. Entendo que cria conectividade com a matriz energética nacional, o que é muito importante, e pode sinalizar para um futuro de verticalização do parque industrial da nossa região e principalmente do parque mineral.

Sr. Presidente, quero tecer alguns comentários que considero de suma importância para que não seja mais um importante projeto de geração de energia, mas que se preocupe, acima de tudo, com a promoção dos derivadores sociais.

Dizia muito bem o meu colega Deputado Miguel de Souza que temos nesse projeto a possibilidade da iniciativa pioneira, promovida pelo consórcio, de se iniciar essa discussão ao menos na fase do diagnóstico, o que já é muito importante. Anteriormente, não havia essa discussão preliminar. Discutia-se durante a produção dos estudos de impacto ambiental e dos relatórios de impacto ambiental.

Neste momento, começamos um processo novo, mas deverá estar incorporada a indispensável conectividade desse setor de energia com os demais setores da economia da nossa região.

Não falo apenas das medidas compensatórias, já que é uma obrigação do empreendedor efetuá-las e identificá-las por meio do estudo de impacto ambiental. Acima de tudo, seria necessário um esforço com os Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente para que, além das medidas compensatórias, sejam identificadas também iniciativas que conduzam a essa conectividade com outros setores da economia, como, por exemplo, o turismo, a área de mineração, florestal-madeireira, pesca, setores nos quais poderíamos reduzir o Custo Brasil.

Deixo registrada essa preocupação. Evidentemente, como se trata ainda de um diagnóstico, de se verificar potencialidades, com certeza haverá debates mais aprofundados por ocasião dos estudos de impacto ambiental.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** – Sr. Presidente, seria interessante que, nas interpelações, ouvíssemos 3 Deputados e depois as respostas dos apresentadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Acatando o requerimento da Deputada Marinha Raupp, passo a palavra à Deputada Ann Pontes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres convidados, sou do Estado do Pará, mais precisamente de Tucuruí.

Confesso que tenho algumas preocupações a respeito desse assunto. Na época em que foi construída a Hidrelétrica Tucuruí, não havia normas ambientais, de modo que a nossa cidade sofreu um impacto ambiental considerável, que até hoje se verifica, prolongando-se ao longo dos anos.

A cidade de Tucuruí sofreu um fluxo migratório muito grande, o espaço urbano cresceu de forma desordenada e a demanda por serviços básicos, como saneamento, escolas e hospitais, é constante.

Gostaria de saber dos senhores se, nesse consórcio firmado, há uma previsão, quanto ao custo do projeto, para investimentos sociais para a cidade que será a sede da hidrelétrica.

Qual seria a taxa de crescimento para o mercado de energia elétrica do sistema interligado brasileiro com o projeto energético no Estado? O projeto inviabilizaria a usina de Belo Monte? Finalmente, quais as medidas ambientais que serão tomadas para que não desapareçam do reservatório espécies de peixes? No nosso reservatório, segundo um levantamento que tenho, 11 espécies de peixes desapareceram – tambaquis, pirarucus, douradas, filhotes –, permaneceram peixes predadores, como piranhas e tucunarés.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Em atendimento ainda ao requerimento da Deputada Marinha Raupp, introduzo como debatedor o Sr. Adolfo Dalla, para que faça seu questionamento, que deverá ser na área do meio ambiente, já que é da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais.

Tem a palavra o Sr. Adolfo Dalla.

**O SR. ADOLFO DALLA** – Minhas questões são técnicas. Serei bastante rápido.

Foi citado um detalhe técnico do Rio Madeira: a quantidade de sedimentos em suspensão é em torno de 10 a 2.100 miligramas por litro, que foi classificada como muito alta. A minha primeira pergunta é a seguinte: como se está planejando lidar com a sedimentação que ocorrerá no lago, principalmente da Usina de Jirau? A sedimentação do lago será violentíssima.

O segundo tópico é quanto à ictiofauna, mas a Deputada já falou a respeito.

Outra questão é sobre desmatamento. O que se está prevendo nas regiões de Rondônia e Mato Grosso com a instalação dessa hidrovia?

Outro tema seria “mudanças sociais”, mas os Deputados já falaram sobre ele.

A última observação é estratégica. O projeto apresentado no início pelo primeiro palestrante falava sobre duas represas que dariam navegabilidade de Porto Velho a Abunã. Comentou-se que, se um terceiro barramento for feito, se dará navegabilidade a todo o trecho. Minha pergunta é se esse projeto tem o cunho estratégico de melhorar a navegabilidade dos Rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Por que se está pensando neste momento em fazer só duas represas e não a terceira? A ligação de Abunã a Porto Velho não trará grandes incrementos para a navegabilidade da região.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Com a palavra inicialmente, para responder aos questionamentos, o Dr. Acyr Jorge; depois, o Dr. José Bonifácio e, em seguida, o Dr. Antônio de Pádua. Cada um disporá de 3 minutos.

**O SR. ACYR JORGE TEIXEIRA GONÇALVES** – Vou fixar-me na parte específica de meio ambiente e deixarei a parte econômica, sobretudo quanto à sedimentação, para os estudos de projeto.

Quanto a essas medidas levantadas pela Deputada Ann Pontes para evitar-se o desaparecimento de espécies de peixe desse trecho do Rio Madeira, o que se tem hoje? Esses 2 reservatórios têm condições completamente diferentes de outros de maior porte. Eles têm uma altura de barragem relativamente pequena e o nível do reservatório a ser formado tem uma variação também pequena quanto às cheias máximas que ocorrem na região. É um detalhe importante.

Outro ponto a ser destacado é o aumento da área inundada em relação à calha principal, considerando-se que as áreas de inundação periódica durante o período de cheia também são pequenas. Aquela transparência indica, nos números apresentados, aumento de área nova a ser inundada, em torno, se não me falha a memória, de 40% do que já é.

Outra condição extremamente importante em reservatórios é o tempo de residência da água. Estamos entrando numa questão técnica, mas é só para citar esses 3 indicadores. Independentemente dos outros impactos, devem ser avaliadas questões socioeconômicas e da população. Essas 3 condições já conferem a esse tipo de reservatório uma amenização relativamente à possibilidade de se implementarem estruturas que facilitem essa migração, principalmente de peixes.

Evidentemente que deve haver um estudo detalhado de ações e medidas mitigadoras que se iniciam na fase de viabilidade. Já havíamos comentado que há carência de estudos nessa parte. Há algumas análises para aquela região do Rio Madeira como um todo, mas há que se fazer um incremento na parte biótica para se ter essas informações mais detalhadas. Essas 3 condições do reservatório colocam-no numa situação diferenciada de outros.

O aumento do desmatamento, em função da hidrovia, é fruto de um estudo das inter-relações de um empreendimento dessa natureza que surgirá durante o estudo de viabilidade. Com relação ao desmatamento por conta da formação do reservatório, até porque ele tem um incremento de área a ser inundada relativa-

mente pequeno, isso não seria inicialmente um grande problema. Seria factível, inclusive, prever-se a limpeza dos trechos a serem inundados, conseqüentemente diminuindo os impacto que isso causaria. Agora, evidentemente, o significado desse empreendimento na região com um todo, seus reflexos e as medidas que deveriam ser adotadas são pontos que temos de trazer para o debate mais à frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Com a palavra o Sr. José Bonifácio. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Antônio de Pádua, para falar em seu nome e no do Sr. José Bonifácio.

**O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA BENFICA GUIMARÃES** – Com relação aos peixes, só para complementar o que já foi dito pelo Acyr, o barramento tem uma altura muito baixa. Além disso tudo que será estudado, das eclusas, do canal de navegação, poderá haver escadas de peixe, com relativa tranqüilidade, com funcionamento, tendo em vista a altura da barragem.

Quanto à barragem de Belo Monte, em absoluto ela é inviabilizada. Costumo dizer que esses projetos não são conflitantes ou concorrentes. Pelo contrário, eles somam; são dois projetos de grande porte que se vêm somar ao desenvolvimento regional.

É importante ressaltar que, nesses projetos, temos que estar sempre juntos, Estado e iniciativa privada, porque do contrário não se viabiliza nenhum dos dois. Portanto, não são concorrentes.

Já conhecemos um pouco o projeto de Belo Monte, a ELETRONORTE também conhece alguma coisa desse projeto, e entendemos dessa forma. Quer dizer, o que vai acontecer é que serão construídos os dois empreendimentos após um determinado tempo de maturação.

Com relação à terceira usina, ainda não a estudamos porque, nesse estudo de inventário, ela estaria em território boliviano. Então, haveria necessidade de se fechar todo o processo junto ao governo daquele país. Como não tivemos tempo hábil para isso, apenas levantamos os aspectos dessa terceira usina, e sabemos que vamos ter que, daqui a pouco, entrar em contato com o Governo da Bolívia para, juntos, fazermos o estudo do inventário no trecho boliviano. Agora, as duas usinas resolvem totalmente o problema nacional, e já nos leva a navegar por grande parte da Bolívia. Essa terceira usina é a que nos permitirá chegar a Puerto Maldonado, e seria interessante por causa do aproveitamento desse porto.

Quanto à sedimentação, esse estudo está sendo feito. Temos equipes fazendo a análise nesse período; estamos contratando algumas consultorias não só para esse assunto, mas para outros também, e esperamos, durante o estudo de viabilidade, em que temos que realmente definir esses parâmetros, ajustar todo o processo de sedimentologia. Já estamos com alguns consultores, e assim que tivermos alguma coisa encaminhada nesse sentido disponibilizaremos para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – O Sr. José Bonifácio quer fazer alguma consideração?

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Quero apenas complementar o comentário feito pelo Eng.º Antônio de Pádua no que se refere ao porquê de apenas dois aproveitamentos, respondendo à pergunta do Sr. Adolfo Dalla.

Na verdade, quando fizemos o pedido à ANEEL para ter o registro ativo do estudo de inventário, este englobava apenas a região entre Porto Velho e Abunã. Apenas por isso todos os nossos esforços foram no sentido de estudar esse trecho, no qual surgiram esses dois aproveitamentos como potencialmente melhores, com área de inundação bastante pequena.

Durante o estudo de inventário, foi observado que esse projeto poderia ter um desdobramento maior. Por isso, falamos na apresentação – e já foi requisitado também o registro ativo junto à ANEEL – sobre o trecho entre Abunã e Guajará-Mirim. Esse trecho não tem cachoeiras, mas muitas corredeiras, que durante uma fase do ano impedem a navegação, não de pequenos barcos, mas daqueles da ordem de 14 mil toneladas, desses comboios de balsas que precisam de calado muito pequeno mas que tem de ter no mínimo em torno de um metro e meio.

Identificada essa dificuldade, entramos imediatamente com o pedido de estudo de inventário desse outro trecho, que poderá determinar a construção de uma terceira usina – aí, sim, binacional, porque já é um trecho de fronteira Brasil/Bolívia – ou, caso os nossos estudos de viabilidade permitam chegar à essa conclusão, apenas com a elevação da usina de Girau, que é a que fica mais a montante, poderemos fazer o afogamento dessas corredeiras no período seco. Assim se poderia criar uma condição sem construir uma terceira usina na região entre Abunã e Guajará-Mirim.

Com relação a Cachuela Esperanza, existe um livro chamado *Los Ríos que Nos Unen* que trata bastante bem da integração fluvial da América do Sul, não só do Brasil e dos países andinos. A CAF – Corporación Andina de Fomento, que é o braço financeiro da Comunidade Andina de Nações, a CAN – identifica Cachuela Esperanza como um ponto impeditivo à navegação na região boliviana porque está exatamente abaixo da confluência dos rios Beni, Madre de Dios e Orthon. Ou seja, com isso, impede a penetração dessa navegação até Puerto Maldonado.

Solucionada essa questão de Cachuela Esperanza, com um aproveitamento da ordem de 600 megawatts e uma queda pequena também, o que representaria uma pequena inundação, se poderia perfeitamente fazer essa interiorização da navegação na Bolívia numa região que, sabemos, hoje está entregue a todo tipo de atividade, motivo de preocupação para o Brasil e para outros países. O narcotráfico consegue transitar lá com toda facilidade. Aquela região é composta de pequenas cidades isoladas, interligadas não por rodovias, mas por navegação de pequeno porte, pequenos barcos, o que as deixa indefesas.

V.Exas. devem ter percebido a preocupação enorme que tivemos com o impacto ambiental. Há dois anos tivemos a iniciativa de propor e iniciar um projeto dessa magnitude com o mínimo possível de impacto ambiental. Para isso, o nível dos lagos, atualmente previsto nas cotas 70 e 90, em alguns pontos não chega ao nível máximo de cheia do próprio Rio Madeira. Então, o acréscimo de inundação que está sendo proporcionado é praticamente insignificante, e isso pode ser visto em todos estudos que fizemos com aerofotogrametria, levantamentos topográficos etc.

Em tese, não está se fazendo nada além do que a própria natureza já faz durante um período de 5 a 6 meses. O Rio Madeira é bastante caudaloso, chega a ter uma vazão da ordem de 40 mil metros cúbicos e com uma variação que chega a 20 metros. Quer dizer, são números bastante expressivos, e a própria natureza tem esse comportamento.

Estamos tentando trazer o desenvolvimento para uma região que, como pôde ser visto naquela foto de satélite, não o tem. Não podemos condenar aquela população a permanecer a vida toda naquele atraso, sem desenvolvimento. Temos que criar algum mecanismo de indução desse desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Passo a palavra ao ex-Deputado Marcos Afonso, do PT do Acre.

**O SR. MARCOS AFONSO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Deputado Miguel de Souza pela iniciativa deste importante evento.

Sinto-me em casa, Sr. Vice-Presidente, porque na Legislatura passada fiz parte desta Comissão – por opção, não fui candidato a nada –, da qual também fui Vice-Presidente. Apresento-me como Diretor Administrativo do único organismo internacional que nosso País tem a honra de sediar, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que nasceu após 24 anos de vigência do TCA e dá hoje um grande salto de qualidade. Tenho certeza de que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica vai ter, a médio e longo prazos, maior visibilidade continental e intercontinental, não somente voltada para a Amazônia continental.

Na Índia se diz que toda semente guarda o sonho de uma floresta. Acreditamos que, na Amazônia, toda nascente tem uma direção, o oceano, direção que tem que ser respeitada, estudada e potencializada da forma correta.

É de extrema importância a informação técnica que nos foi trazida tão competentemente por Furnas e Odebrecht. Porém, depois de uma hora e meia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só ouvi duas vezes a palavra “sustentabilidade”. Não se falou nisso, em nenhum momento, durante as exposições.

Como brasileiro e representante de uma organização que congrega Brasil, Bolívia, Peru, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador e Suriname, posso afirmar que sempre se pensou no desenvolvimento e no progresso para a Amazônia, seja a brasileira, seja a continental. Até hoje, inclusive neste momento, pensa-se no progresso para a Amazônia, no desenvolvimento para os amazônidas que estão nos ermos, a fim de terem acesso ao avanço tecnológico da modernidade, da revolução técnico-científica do século XXI. Queremos inverter isso. Desejamos o desenvolvimento da Amazônia, aproveitar os recursos que lá existem, mas de forma sustentável.

A sustentabilidade não é apenas espacial, como a construção de uma hidroelétrica. Não estou fazendo referência direta a esse projeto, por favor, compreendam-me. Estou apresentando a visão estratégica da OTCA para a Amazônia continental. Sustentabilidade não se refere apenas ao espaço e ao tempo, mas envolve também a economia, a cultura, a política e a ética. Há exemplos de projetos realizados na Amazônia que não digo que envergonhem a história brasileira, porque ela não consegue se envergonhar, mas a memória do passado sempre nos alerta para os erros cometidos e interesses não tão amplos, como reivindicavam em seus papéis.

Sr. Presidente, sei que meu tempo é curto e agradeço a tolerância. Finalizo dizendo que já houve na Amazônia a chamada fronteira agrícola. Devemos ter cuidado.

Como membro da OTCA, quero tratar da cooperação amazônica, contribuir para sua comissão, para esse programa de integração tão importante, especialmente para o Estado de Rondônia, no sentido de que também possamos ouvir os governos da Bolívia, do Peru e do Brasil.

Há 3 semanas, estive na Secretaria-Geral da Presidência da República do Governo Lula. Estamos começando a discutir o PPA, que deve ser discutido ampla e holisticamente, no sentido totalizante, alta-

mente transparente e com total participação da sociedade amazônica.

Como disse, já tivemos uma fronteira agrícola, e devemos ter cuidado agora para não criar uma expansão de grãos. Não queremos corredores de grãos na Amazônia, mas a integração dos produtos amazônicos aos possíveis corredores a serem criados na região. Existem os produtos locais, regionais, as contrapartidas dos países que integram, inclusive, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Sr. Presidente, não quero fazer uma pergunta, mas parabenizar o Deputado Miguel de Souza, um apaixonado – sou testemunha – por essa integração. S.Exa. tem o mapa dessa região desenhando em seu coração; sabe até as polegadas dos rios. Repetindo as palavras do Deputado Miguel de Souza, este é apenas o início dessa discussão. Espero que, nos próximos debates, a palavra "sustentabilidade" seja mais citada; que se ouça o que os povos dessa região têm a dizer sobre o assunto, não apenas um lado do setor produtivo; e especialmente o que os países envolvidos têm a dizer. Não sei o que a Bolívia acha de o povo do altiplano invadir a parte da Amazônia. Precisamos saber o que a Bolívia e o Peru pensam sobre isso.

Como Diretor Administrativo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, coloco-me inteiramente à disposição, sem nenhum preconceito, mas com o rigor científico e a sensibilidade política necessária para ajudar esse grande empreendimento naquilo que pudermos.

Parabenizo esta Comissão e agradeço a paciência do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra à Deputada Marinha Raupp.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** – Sr. Presidente, inicialmente cumprimento o companheiro da bancada de Rondônia, Miguel de Souza, pela iniciativa. Sabemos o quanto S.Sa. tem trabalhado durante sua vida buscando esta integração entre Brasil, Bolívia e Peru. É propício que o início da discussão de um projeto de tamanha relevância para o Estado de Rondônia se dê na Comissão da Amazônia.

O Dr. José Bonifácio Pinto Júnior apresentou os estudos de inventário, os critérios básicos adotados, a vocação do Rio Madeira para a navegação, integração regional e geração de energia, destacando os condicionantes adotados, o limite do nível de reservatório; os estudos de inventário dos resultados obtidos na implantação das duas usinas de baixa altura, a reduzida área de inundação, focalizando a questão ambiental, a saída para o Pacífico, o aumento da exportação, a diminuição de importação dos produtos agrícolas, a interligação elétrica entre Rondônia, Acre, Mato Grosso, a exploração das riquezas. No que se refere à navegabilidade, e aqui já foi feita esta observação, fica a preocupação com o trecho Porto Velho a Guajará-Mirim, que para nós, de Rondônia, é fundamental que ocorra. S.Sa. falou também das corredeiras existentes, ainda em estudo.

Seria propício, nesse calendário adotado de estudos, que possamos, tão logo quanto possível, ter acesso a essas informações. Isso facilitaria, no âmbito do Estado, encaminhar junto à comunidade do Estado de Rondônia quais os benefícios da navegabilidade Porto Velho/Guajará-Mirim.

S.Sa. se referiu ainda ao estudo de viabilidade da usina binacional. Tão logo tenham essa informação, pediria que também possamos ter acesso a ela para podermos nos inteirar de como o assunto está sendo encaminhado.

Temos sido um corredor, não por meio de nossos rios, mas pela BR-364. O maior produtor de soja do mundo, individualmente, é o atual Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que se tem utilizado da nossa BR para levar sua produção até o porto graneleiro de Porto Velho e Itacoatiara. Às vezes, é necessário fazer essa integração, essa parceria, buscando que o Governo Federal nos dê suporte para a restauração da BR-364, que está em estado muito precário.

Recentemente, tivemos um problema específico na BR-364 na altura do Município de Ji-Paraná, numa ponte sobre o rio Machado. A ponte, que foi construída na década de 60, precisamente no ano de 1968, está comprometida. Tivemos de nos mobilizar e levar dois técnicos do DNIT até lá. Mesmo com o avanço das hidrovias, sabemos que teremos de implementar o projeto intermodal, quando as nossas BRs terão de estar em boas condições, o que implica, com o apoio desse projeto de desenvolvimento maior, na duplicação da ponte sobre o Rio Machado, em Ji-Paraná. Estamos trabalhando nesse projeto juntamente com o Ministério da Integração. Por estar o Município de Ji-Paraná, neste momento, em estado de calamidade pública, homologado em decreto pelo Governo do Estado, estamos encaminhando esse projeto com o aval dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional.

Recentemente, estivemos no Acre com o Presidente da República, vários Ministros e os Governadores da região. Em sua exposição, a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, falou desse grandiosíssimo projeto, que faz parte do programa do Governo Lula para o Brasil. Ficamos felizes quando a Ministra citou o projeto, porque vimos que não há somente o interesse da iniciativa privada. Como bem foi dito aqui, o empreendimento deve ser uma parceria entre a inicia-

tiva privada e o Governo Federal, especificamente do Ministério de Minas e Energia.

Nós, que temos uma preocupação muito grande com o social, ficamos atentos às palavras da Deputada Ann Pontes quando S.Exa. falava sobre a experiência de Tucuruí. Ficamos aqui preocupados. Porto Velho já passou pelo ciclo do minério, em que tivemos tantos problemas sociais. Sabemos que, no futuro, esse projeto trará um benefício enorme no desenvolvimento econômico, tanto do Município de Porto Velho como de Rondônia e dos Estados e países vizinhos, mas ficamos preocupados com a sua execução.

Porto Velho tem uma carência muito grande ainda, não é uma cidade totalmente estruturada. Esperamos que esse projeto de estudo e viabilidade de construção da usina seja compartilhado com o Governo Federal para melhorarmos o nosso sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, o nosso sistema educacional e a segurança – Porto velho é uma Capital que tem sérios problemas de segurança.

Quando exploramos os recursos naturais, se por um lado temos o objetivo de promover o desenvolvimento futuro, sabemos que também temos que nos preocupar com os problemas que essa exploração traz. Acho que aqui temos de ter essa preocupação. Não temos dúvida de que a usina gerará muitos empregos, mas também sabemos que temos de nos preocupar com a estruturação necessária para receber um projeto dessa envergadura.

Outra questão citada foi a dos benefícios. Aqui, há o resgate dos compromissos do Tratado de Petrópolis, justamente na comemoração dos seus 100 anos. Apresentamos a indicação para a criação de um grupo interministerial, com participação dos Ministérios do Planejamento, do Turismo, da Educação e Cultura, enfim, dos que forem necessários. Creio que também seria importante que o Ministério de Minas e Energia participasse. Esse grupo interministerial teria o objetivo de nos dar suporte no estudo do projeto de restauração e revitalização da estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré bem como no de recuperação de um trecho da ferrovia.

Portanto, pergunto se, nesse estudo sobre a área de inundação, já existe a informação de qual trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré seria inundada e até que ponto podemos contar com a iniciativa privada para nos ajudar a restaurar esse grande patrimônio, citado como instrumento de interação no passado.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Souza, convido a Deputada Ann Pontes para presidir a Mesa.

Com a palavra o Deputado Carlos Souza.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SOUZA** – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, o que mais me preocupa é o impacto ambiental que esse projeto pode causar na região amazônica como um todo. O Sr. José Bonifácio deu ênfase à preocupação que têm pelo impacto ambiental que estão realizando.

Como amazônidas, nos interessamos por qualquer projeto que possa ser alocado naquela região, haja vista também que não podemos participar daquela mentalidade, daquele *marketing* errôneo feito pelos países líderes do mundo e por algumas ONGs ambientalistas, que têm o maior intuito de transformar a Amazônia num verdadeiro santuário, no pulmão do mundo, e para isso seria intocável. Hoje não aceitamos mais essas teses porque sabemos que, por trás, existem interesses escusos desses países na preservação para que, mais tarde, possam explorar as nossas riquezas como melhor lhes convier.

Pergunto aos senhores: no montante desse projeto, na destinação desses recursos de implementação dessa usina, existe um recurso específico com relação ao impacto ambiental? Qual o montante que será destinado para a preservação e qual o investimento que será feito a fim de preservar a área onde se estará implantando essa usina?

Tivemos um projeto no Amazonas, que todos conhecem, a usina hidrelétrica de Balbina, cujo custo benefício, no nosso entendimento, deixou muito a desejar na produção de energia, haja vista a grande área que foi inundada. Na época, se discutia muito o impacto ambiental que poderia causar a inundação resultante da construção da hidrelétrica de Balbina, mas ficou só na discussão. Milhares de metros cúbicos de madeiras preciosas foram submersas naquela área e até hoje dormem no fundo do lago, e poderiam muito bem ter sido aproveitadas, comercializadas, serem utilizadas em benefício do povo daquela região.

Evidentemente, esse projeto causará um impacto ambiental. Pergunto se há uma preocupação com essas madeiras, com essa quantidade enorme de espécies fabulosas da região, se elas serão retiradas e utilizadas. Qual a destinação que será dada a essas madeiras? De que maneira essa riqueza toda poderia ser reinvestida até como uma contrapartida ao povo da região que sofrerá, evidentemente, com esse impacto? Como disse o nosso Deputado Miguel de Souza, muitos vivem da pesca, do extrativismo, da caça. São essas as nossas preocupações com respeito a esse projeto grandioso.

Entendo também que não há desenvolvimento em parte alguma do mundo sem geração de energia, mas

me preocupa também que um investimento fabuloso como esse, muitas vezes, não respeita a nossa vocação. Infelizmente, como amazônidas, preocupamo-nos não só com o desenvolvimento sustentável da região, mas que um projeto tão grandioso estivesse em conformidade com a vocação da nossa região, principalmente pelo nosso banco genético, pela nossa biodiversidade. Isso geraria dividendos muito maiores do que a própria implementação de uma usina do porte como pretendem fazer.

Sabemos que, às vezes, não discutimos coisas que, no nosso entendimento, são simples, como determinadas espécies que podem desaparecer. Questiono também se vai existir alguma empresa ou instituição voltada para pesquisar as espécies presentes na região. Sabemos que, por exemplo, são movimentados hoje no mundo 4 bilhões de dólares por ano por conta de um hipertensivo baseado no veneno da jararaca. Então, essa preocupação hoje tem que existir. Temos que ter um conhecimento mais aprofundado sobre as riquezas da nossa região. Hoje temos essa potencialidade toda e o mundo está de olho.

Um projeto desses, infelizmente, não condiz verdadeiramente com a vocação da Amazônia, mas pode ser uma grande necessidade para desenvolvê-la desde que haja essa preocupação por parte dos senhores. E que não fique só nisso, mas numa resposta imediata para as instituições, classe política, autoridades, povo.

Faço um pedido para que haja todo esse investimento, um retorno, uma contrapartida para o povo da região, para que tenham uma condição de vida melhor.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – Fechando esse bloco de discussão, passo a palavra aos nobres expositores.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Gostaria de iniciar referindo-me às observações do ex-Deputado Marcos Afonso, a quem agradeço por ter levantado a questão da Bolívia e do Peru, porque, realmente, a nossa exposição é bem maior do que o que apresentamos. Devido às limitações de tempo, tivemos que fazer alguns recortes e, certamente, passamos por cima de alguns temas importantes.

Quero tranqüilizá-lo dizendo que, particularmente, este ano, já fui duas vezes ao Peru e duas vezes à Bolívia e, todas as vezes, mantive contato com as autoridades locais. A última viagem foi no mês passado, acompanhando a comitiva da Ministra Dilma Rousseff, e estivemos com todo o Ministério boliviano. O programa foi apresentado, mas eles já tinham conhecimento porque já tinha estado com o Ministro Carlos Morales e outras autoridades daquele país.

Posso dizer que eles são amplamente favoráveis ao empreendimento. Eles querem sair do altiplano e ir para a região amazônica – essa observação até foi feita por eles. Realmente, eles têm uma área muito pequena no altiplano com quase 70% da população da Bolívia. Isso gera um foco permanente de tensões, porque não há emprego suficiente para toda essa população que vive numa região bastante árida.

A Bolívia não tem indústria de base, parque industrial potente – esse comentário foi feito inclusive pelas autoridades bolivianas –, o que nos pareceu bastante interessante em termos de promover a ocupação de uma área que hoje estaria sendo ocupada até para fins escusos, como é o caso dessa região fronteiriça, permanentemente sob ameaça do tráfico, de ações indevidas.

Portanto, quero tranqüilizá-lo com relação ao Peru e à Bolívia, onde estivemos em mais de uma oportunidade, assim como também nos encontramos com representantes da Corporación Andina de Fomento – CAF e com o Secretário-Geral e o Assessor Especial da Comunidade Andina, que inclusive se reunirão nos próximos dias com o Governador Eduardo Braga para tratar desse intercâmbio.

Se a nossa ênfase foi um pouco forte com relação a grãos etc. é porque, na apresentação, também alguma coisa saiu cortada. Está escrito que está prevista a integração do eixo intermodal da Amazônia, que traria fertilizantes do Peru em troca de artigos produzidos na Zona Franca de Manaus; ou seja, abre-se também um corredor de exportação para atender os países que fazem parte do Pacto Andino. Gostaria de fazer esse esclarecimento porque essa sua preocupação já foi nossa alguns meses atrás, e conseguimos superar essa fase.

Naturalmente, a implantação de um empreendimento desse passa por todo um entendimento de governo a governo, mas foi uma das nossas primeiras preocupações estar com as autoridades bolivianas.

Com relação a Cachuela Esperanza, eles têm interesse absoluto em implantá-la, porque tornaria aquele outro tramo de 3 rios navegáveis numa região que não tem rodovias – e todo o mundo sabe que a implantação de rodovias normalmente provoca um dano ecológico muito maior do que a implantação de uma hidrovia. As estradas dessa região boliviana são péssimas, carroçáveis. Com a navegabilidade, isso traria o desenvolvimento para a região.

Com relação ao comentário do Deputado Carlos Souza sobre a usina de Balbina, naquele quadro que apresentamos fica bastante evidente – V.Exa. tem

razão – que um empreendimento como aquele hoje certamente não seria feito. Ele tem hoje uma relação de 9,80 quilômetros quadrados por megawatt implantado, enquanto esses empreendimentos, na visão moderna de encarar empreendimentos na Amazônia, são da ordem de 0,07 quilômetros quadrados por megawatt. Quer dizer, é uma distância abissal.

**O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA BENFICA GUIMARÃES** – Queria só complementar algumas coisas. O primeiro aspecto que julgo bastante importante é o da legislação ambiental existente.

Se essa legislação ambiental existisse há 50 anos, já teríamos feito as usinas do Madeira e do Belo Monte, mas não faríamos as usinas de Furnas nem de Balbina, e por uma razão muito simples. Hoje, conviver com uma usina que tem uma variação de reservatório da ordem de 20 metros é uma coisa que não traz conforto para ninguém, nem para quem vive nas proximidades da usina nem para a criação de um desenvolvimento sustentável. Então, já teríamos feito essas usinas, porque elas são de pequeno reservatório e não há variação do fio d'água. A área inundada já é inundável hoje no período das cheias. Então, não tenho dúvida de que já teríamos feito essas usinas.

A legislação ambiental hoje protege muito, e com razão. Isso nos obriga a discutir muito, levantar hipóteses, criar soluções. Temos que ser criativos nesse aspecto, pois vai passar pela condição ambiental o desenvolvimento sustentável.

Falamos pouco sobre isso, mas o projeto é de desenvolvimento sustentável. A própria legislação ambiental já exige que o desenvolvimento seja sustentável, do contrário não vamos nem conversar sobre a possibilidade de fazer Belo Monte, Madeira ou qualquer outra usina nessa região. Então, essa é hoje nossa grande preocupação.

Não tenha dúvida de que vamos envidar todos os esforços. Terminamos agora o estudo do inventário, estamos partindo para o estudo de viabilidade e agregando nesse projeto tudo o que é possível para se discutir ao máximo: a parte de navegação com consultores nessa área, a parte ambiental com consultores regionais que conhecem e vivem o problema, com consultores de outros Estados que podem agregar alguns valores, a parte de energia também. Enfim, estamos procurando trazer para esse projeto toda a competência que temos no Brasil hoje. Por isso digo que esse projeto não é de Furnas ou de Odebrecht, absolutamente. Ele tem de ser um projeto de governo, de país, do contrário não vamos a lugar algum. É um grande projeto e traz nova dimensão para a região.

É pequeno o prazo para discutirmos todas as dificuldades do projeto, mas ainda vamos conversar muito e tenho certeza de que quando sairmos desta sala hoje muita gente vai ter agregado valor a ele – não tenho dúvida disso. Já o estudamos, temos muito ainda para estudar. Infelizmente aqui não temos tempo para falar de todo o projeto. Vamos precisar de novas palestras, de novas explanações e do envolvimento de todo o pessoal, não só daqui, mas da região. Já estamos tomando esse cuidado, estabelecendo na região uma estrutura mais ou menos fixa para conhecer os problemas e entrar mais no dia a dia da região amazônica.

O Deputado Carlos Souza perguntou se já estamos reservando recursos para a preservação da Amazônia, tanto agora como no futuro. Temos de entender que isso vai ter de existir. Esses recursos devem sair do próprio empreendimento, quando somamos o ganho da energia, o ganho da hidrovia. Esses recursos vão ter de sair daí. Sabemos que isso já aconteceu com outras usinas em outros locais, seja por meio de *royalties* ou de qualquer outra maneira. Isso vai existir, e os valores serão definidos na fase oportuna, quando os projetos estiverem na fase de aprovação final.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – O Dr. Acyr gostaria de fazer alguma complementação?

**O SR. ACYR JORGE TEIXEIRA GONÇALVES** – Rapidamente, em função dos esclarecimentos dos colegas que falaram antes, um dos pontos mais importantes que tenho observado é o interesse comum de que todos esses levantamentos, todos os estudos, principalmente na área de meio ambiente, permitam um avanço com qualidade em função dos levantamentos com relação ao Rio Madeira, por exemplo. Todas essas informações têm que ser final de um ciclo de estudo sobre a viabilidade, e ao longo da elaboração desses estudos deve haver uma interação com as competências regionais, com as comunidades, com os garimpeiros, com os pescadores. Isso tem de acontecer. Percebo que esse pensamento é comum nesta reunião.

Evidentemente, a realização dos estudos de impacto ambiental leva à definição da destinação dos recursos necessários para a composição dos projetos, para a minimização dos impactos que irão ocorrer e para a valorização das potencialidades que se manifestam.

Fazer essa complementação era um dos pontos centrais da nossa reunião.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – Dando prosseguimento aos trabalhos, sugiro que chamemos os 5 últimos inscritos, de forma a concluir o último bloco.

Concederei a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. Em seguida, terão a palavra o Deputado Rogério

Lima, o Sr. Benth Milican, a Deputada Vanessa Grazziotin e, por fim, a Deputada Perpétua Almeida.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Obrigado, Presidenta. Cumprimento nosso colega de bancada de Rondônia, Miguel de Souza, pela iniciativa de suscitar o debate.

Nós, da Amazônia, temos uma relação muito próxima com os rios. Tradicionalmente, as populações locais tiram o seu sustento do rio há séculos. Quando se pensa em fazer um empreendimento em algum rio amazônico, especialmente nos mais importantes, temos de levar em consideração o impacto dessa utilização na vida dos ribeirinhos, que tiram do rio o seu sustento.

O projeto prevê uma eclusa para permitir a navegabilidade, o que vai causar impacto não só no fluxo da água como no fluxo de cargas, de equipamentos, de navios, o que, com certeza, afetará as populações tradicionais que vivem ao longo dos rios.

No Brasil, historicamente, boa parte das obras de barragens hidrelétricas causaram problemas sociais, atingindo as populações que vivem ao longo da área alagada.

Uma das perguntas que faço é se com esse estudo já se apurou qual o impacto social nas populações que vivem ao longo dos rios, especialmente do Madeira, que vão sofrer conseqüências, perturbações, pelo grande fluxo de dragas e de barcaças e também pela alteração do volume da água, já que boa parte das várzeas são utilizadas no plantio – quando o rio baixa o volume, utiliza-se a várzea para plantio.

Tenho outro questionamento a fazer. A Amazônia tem baixa densidade hidrelétrica. Mesmo existindo na região a Hidrelétrica de Tucuruí, a segunda maior do País, o acesso à eletricidade na região é muito baixo. É possível ver torres de transmissão passando em cima de comunidades que não têm luz. Pergunto qual a perspectiva, com o projeto, de inclusão do serviço de eletricidade na região amazônica.

Outra pergunta é sobre o financiamento e o custo do projeto. Pelo que foi dito aqui, ele seria sustentado pela receita gerada pelo transporte, pelos *royalties* da energia. Qual seria o custo da energia para a população amazônida? Quantos megawatts/hora ela pagaria pela tarifa?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Eduardo Valverde, pois, de fato, na nossa região, abaixo da hidrelétrica, a jusante, o Município de Baião não é atendido pela energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, lamentavelmente.

Tem a palavra o Sr. Benth Milican.

**O SR. BENTH MILICAN** – Primeiramente, manifesto minha concordância com as observações de vários Srs. Deputados sobre a importância de um amplo debate sobre esse projeto com a sociedade, tanto no Brasil como na Bolívia, sobre estratégias de desenvolvimento sustentável que incorporem as várias dimensões – sociais, econômicas e ambientais.

Reitero a importância do evento realizado em Rio Branco, ocasião em que foi assinado pelo Presidente Lula e 5 Governadores documento relativo à infra-estrutura dentro da ótica mais ampla do desenvolvimento sustentável na região, incorporando também outras linhas de atuação, como a produção sustentável com tecnologias avançadas, o ordenamento territorial, a gestão ambiental e a inclusão social. Acredito ser fundamental inserir a questão específica do setor energético numa discussão mais ampla com a sociedade.

Nesse sentido, faço uma pergunta ao representante de Furnas a respeito de notícia publicada no *Jornal do Brasil* do dia 4 de abril no sentido de que haveria um seminário em Brasília para aprofundar a discussão sobre o projeto dos rios Madeira e Belo Monte, anunciado pelo Presidente da ELETROBRÁS, Luiz Pinguelli Rosa. Como o evento seria o próximo passo da discussão sobre esse importante projeto, seria importante socializar informação a respeito dele.

Foi mencionado aqui que o Rio Madeira é o que tem o maior grau de sedimentos em suspensão de toda a Bacia Amazônica. Gostaria de saber se nos estudos serão abordadas tanto a questão dos impactos potenciais disso do ponto de vista do reservatório quanto a questão das turbinas; tanto os sedimentos em suspensão quanto a acidez, e as implicações disso para os custos de manutenção e a vida útil dos projetos de hidrelétricas dessa região.

Quero ainda saber do desmatamento em potencial já existente na região devido a atividades agrícolas e aos garimpos. A inundação, principalmente das áreas de solos aluviais, poderia provocar aumento da atividade garimpeira, que já tem sido prenunciada naquela região desde os anos 80, que poderia por sua vez aumentar o processo de assoreamento naquela região.

Terceiro ponto. Foi mencionada uma alternativa para a criação de nova barragem, a terceira, mais próxima a Guajará-Mirim, para permitir a navegabilidade. Seria elevado o nível da barragem de Girau. Gostaria de saber se há cálculo estimativo sobre a área inundável adicional em função da elevação do nível da barragem.

Por último, gostaria de saber quais as implicações do projeto no Rio Madeira em relação ao gasoduto de Urucu e como esses dois projetos, em conjunto, es-

tão sendo discutidos como parte de um planejamento estratégico para o setor energético.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – Com a palavra o nobre Deputado Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Sra. Presidenta, nobres expositores, Sr. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, Sr. José Bonifácio Pinto Júnior e Sr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, até há pouco tempo esta Comissão praticamente não tinha conhecimento desse projeto do Rio Madeira. Aliás, só o teve por causa do Deputado Miguel de Souza, que, com a experiência de Vice Governador do seu Estado, há algum tempo preocupado com os estudos que estavam sendo feitos, trouxe para esta Comissão o debate sobre a viabilidade econômica e ambiental do aproveitamento energético do Rio Madeira.

A Deputada Marinha Raupp, também preocupada com os problemas sociais que já existem nos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas, mostrou sua posição nesse sentido. E eu vou abordar alguns pontos relativos à questão ambiental.

O IBAMA atua com muita força na região da Amazônia, principalmente em função da presença de muitas ONGs. Atualmente seus interesses são muito questionados, porque houve grande ampliação das reservas indígenas. Há em todas as regiões problemas ambientais quase que insolúveis, como o da Bahia de Guanabara, o do Rio Tietê e outros, e não vemos as ONGs cuidarem desses problemas como fazem na Amazônia, a todo momento, pedindo que a lei ambiental seja mais ajustada, mais firme. Enfim, para qualquer ação que ocorra na Amazônia, solicitam helicópteros, Polícia Federal, fiscal do IBAMA, entre outros.

Minha primeira pergunta é nesse sentido. Sabemos da viabilidade, da necessidade e da importância para o Brasil de um projeto desse porte para que possamos dar continuidade ao nosso desenvolvimento e sonhar com forte participação na economia internacional. O que esses órgãos ambientais têm dificultado? Que tipo de parceria eles têm feito no sentido de promover o desenvolvimento na região? Colocam-se somente na posição de protetores da fauna e da flora ou colocam em primeiro lugar o ser humano que habita a região?

No mesmo sentido, qual é a ligação com os países vizinhos, que também deverão integrar-se com o Brasil? Uma das minhas grandes preocupações é a segurança da Amazônia. Realizamos vários debates nesta Comissão com pessoas que moram e trabalharam na região, com o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e segmentos religiosos, que afirmaram sua preocupação com a soberania da Amazônia. Esta Comissão tem a preocupação de desenvolver medidas de segurança para aquela região, no sentido de manter nossa soberania e visando a não incorrermos em risco que, no futuro, possa provocar uma internacionalização da Amazônia. Por isso, esta é minha pergunta: o que tem sido planejado para proteger, dar segurança e manter a Amazônia no sentido de tranqüilizar esta Comissão e o povo brasileiro?

Por outro lado, quero falar da evolução econômica demonstrada nesses estudos. O Sr. José Bonifácio falou sobre 1 milhão de toneladas de soja produzidas na Bolívia e quase 1 milhão produzidas na Chapada dos Parecis, no Mato Grosso. Temos 3 complexos em estudo no Rio Madeira, em Belo Monte e, no centro, no Rio Teles Pires e Rio Tapajós, que centralizam uma produção de 10 milhões de toneladas de grãos.

A BR-163 foi muito prejudicada pelos órgãos ambientais, pela expansão de reserva indígena e por pessoas nos Estados Unidos e na Europa que investiam para que não fossem feitos estudos relativos à geração de energia e que não houvesse transporte rodoviário ou hidroviário.

Recentemente, houve no Senado uma CPI na qual foi descoberto que empresas americanas estavam pagando para agricultores brasileiros, principalmente no centro-oeste, no Pará, 170 dólares por hectare para que eles não plantassem, para que não houvesse expansão na fronteira agrícola. Parece que essa influência, no novo governo, está começando a deixar de existir. Gostaria de saber se existe esse tipo de influência que tenta prejudicar o projeto, atrasá-lo e, dessa forma, retardar o desenvolvimento do Brasil.

Hoje há sobra de energia no País, mas sabemos, pelos indicadores, pela forma como o Brasil está sendo conduzido, que nos próximos 10 anos ela vai faltar, por isso temos de ter projetos para o futuro.

Outro ponto que gostaria de abordar é a questão mineral. Sei que, quando se fazem lagos, praticamente se elimina a extração mineral. Então, pode-se eliminar garimpos e mineradoras na região. Existe algum estudo sobre mineração e garimpeiros da região e sobre o impacto dessa atividade na economia?

O mais importante, quero frisar bem, é que, de acordo com o Sr. Antônio de Pádua, os projetos do Rio Madeira e o de Belo Monte não têm nada a ver. Eles podem caminhar juntos, podem ser construídos juntos e serão importantes para a segurança nacional.

Gostaria de fazer um pedido especial a Furnas: para incluir nesse projeto o Rio Teles Pires e o Rio Tapajós, para que este seja um eixo de proteção, de segurança e de desenvolvimento do Brasil na fralda da Amazônia. Tenho certeza absoluta de que, ao fazer

a volta na Amazônia, essa fralda vai proporcionar o grande desenvolvimento o País.

São essas as minhas observações, Sra. Presidenta e senhores expositores.

Parabenizo mais uma vez o Deputado Miguel pelo requerimento e por trazer para a Comissão esta discussão, que vai além do que estamos discutindo hoje. É questão de segurança, de soberania, de assegurar o desenvolvimento do Brasil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) – Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** – Sra. Presidenta, Deputada Ann Pontes, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores convidados. É a primeira vez que participo neste Parlamento de debate que trata desse grandioso projeto. Cumprimento o Deputado Miguel pela iniciativa.

Diante da observação feita por vários Parlamentares, este é o primeiro momento de um debate que se inicia. Outros momentos virão. Logo mais, às 14h30min, na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, instalaremos a Subcomissão que tratará especificamente da política e da necessidade de novo modelo energético para a região. Após a instalação da Subcomissão, pretendemos fazer inúmeras audiências públicas. Os senhores certamente serão convidados a debater novamente conosco esse projeto. Além das audiências públicas nesta Casa, pretendemos ir aos Estados do Amazonas, do Acre, de Rondônia para debater o problema energético.

Nos anos de 1999 e 2000, funcionou nesta Câmara Subcomissão que também tratou do problema de energia na Amazônia. Entretanto, naquele momento, detivemo-nos em debater a tentativa do Governo de privatizar o sistema elétrico brasileiro.

Hoje não mais debatemos privatização, mas soluções e projetos para a Amazônia e para o Brasil. Se todos os projetos que estão no papel forem viabilizados para gerar energia a partir da Amazônia, estaremos contribuindo não só para gerar energia para a região, mas também para todo o Brasil. Se saírem do papel projetos como o de Belo Monte, de gasodutos, de hidrelétricas no Rio Madeira, haverá grande geração de energia, e estaremos contribuindo para o abastecimento em todo o País. Mais do que isso, proporcionaremos a interligação do sistema isolado, que caracteriza a Região Norte.

Enfim, fico feliz de comparecer a esta Casa para debater com os Srs. Deputados. Citei as obras de duplicação que estão em curso em Tucuruí, assim como vários colegas que me antecederam; Belo Monte, que tem um problema ambiental que ainda está sendo discutido; o gasoduto, a geração de energia a partir do gás natural, que não mais está sendo discutido, está sendo viabilizado. Já está concluído o Estudo de Impacto Ambiental do gasoduto que ligará Urucu a Porto Velho, com alguns questionamentos por parte do Ministério Público. Brevemente, teremos o início do Estudo de Impacto Ambiental – EIA do gasoduto que liga Coari até a cidade de Manaus. Tomo conhecimento neste momento, pela primeira vez, do projeto das hidrelétricas do Rio Madeira. Até então, eu só tinha conhecimento por meio das exposições do Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Pinguelli Rosa, ou por ouvir o Dr. Silas Rondeau, Presidente da ELETRONORTE, de forma muito superficial.

Diante disso, que para mim é uma grande novidade, gostaria de fazer alguns simples questionamentos. No Brasil, com as mudanças na legislação vigente, possibilitou-se a abertura para instalação de projetos de geração de energia elétrica não só para as empresas públicas, mas também para as empresas privadas. O projeto dessas duas hidrelétricas juntas levaria à geração de quase 8 mil megawatts, ou seja, é a Tucuruí com a duplicação concluída. Nós estamos falando de muita energia.

Pelo que entendi, esse projeto está sendo desenvolvido a partir do Avança Brasil, relativo aos eixos de integração regional. Até então, eu só conhecia a hidrovia do Rio Madeira. Eu não sabia que havia esses projetos de geração de energia. A licença foi concedida às empresas Furnas e Odebrecht, através de um consórcio. Parece que o consórcio foi formado. Entretanto, há na região a ELETRONORTE, no Amazonas a CEAM e a Manaus Energia, e em Rondônia a CERON. A empresa de Roraima também está federalizada, mas a obra está sendo encaminhada pela Odebrecht e por Furnas.

Qual é a interface que existe entre o consórcio de Furnas e Odebrecht e a ELETRONORTE? Qual é a ligação? Isso é estranho para mim. Discuto política energética com o Ministério de Minas e Energia, com a ELETROBRÁS e com a ELETRONORTE. Agora estamos aqui discutindo com Furnas e com a Odebrecht. Qual é a interface, a interligação, o relacionamento entre o consórcio de uma empresa pública, Furnas, com uma empresa privada? Como participa a ELETROBRÁS, por exemplo, através da CERON, uma empresa federalizada, ligada diretamente à ELETROBRÁS?

O segundo questionamento diz respeito aos custos estimados para obras de geração de energia para a Hidrelétrica de Santo Antônio, de quase seis bilhões e meio de reais, e para hidrelétrica de Girau, de quase 7 bilhões de reais. Qual seria a participação de Furnas e da Odebrecht nesses custos? Qual é o percentual

que caberia a cada uma dessas duas empresas que formam o consórcio?

Meu terceiro questionamento decorre de uma observação. No ano de 2000, visitamos a hidrelétrica de Tucuruí, como membro de Subcomissão que já funcionou na Comissão da Amazônia, no ano passado. Uma das grandes preocupações era com as eclusas de Tucuruí, porque a primeira etapa das obras da hidrelétrica já foi concluída. Está em processo de construção a ampliação de Tucuruí, mas as obras da eclusa não andam com a mesma velocidade, o que significa dizer que o rio continua sem navegabilidade.

Quais são os instrumentos previstos, a partir do registro concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL à Odebrecht e a Furnas para amarrar os 2 projetos? A construção de cada hidrelétrica custou 7 bilhões de reais, e a construção das duas eclusas custou 320 milhões uma e 285 milhões outra. Esses 2 projetos estão amarrados ou eles fazem parte de um único projeto? Futuramente, não poderemos viver no Rio Madeira o mesmo problema acontecido no Estado do Pará, devido à hidrelétrica de Tucuruí. Não adianta dizer que o projeto é hidrovia e energia.

Será que no Pará os olhos se abriram para a geração de energia e se esqueceram da...

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Nobre Deputada Vanessa Grazziotin, concede-me um aparte?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** – Pois não, Deputada Ann Pontes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – A reivindicação da nossa região é antiga, tem exatamente a idade da minha filha: 20 anos. Desde aquela época, esperamos a retomada da construção da reclusa de Tucuruí, pois a navegabilidade está inviabilizada, e não temos como escoar a produção. Há outro agravante: o sumiço do peixe a jusante da barragem.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** – Vejam que não se trata de uma preocupação qualquer, mas de problema vivido neste País há duas décadas e que, por incrível que pareça, não foi resolvido.

O custo da eclusa é muito menor do que o da hidrelétrica, mas não há recursos para a eclusa, somente para a hidrelétrica, porque a decisão da duplicação veio após o apagão vivido neste País.

Sr. Presidente, solicito que nos dêem acesso ao registro. Queremos saber se nele está incluído algum protocolo ou se há outros objetivos. Nós, da Comissão da Amazônia, desejamos ter acesso à documentação proveniente do registro concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A primeira fase de todo projeto, a do inventário, já está concluída. Passaríamos, então, para outras fases: o Estudo de Impacto Ambiental, a licença prévia para a licitação, o projeto básico e as obras em si. A primeira etapa, muito importante, já está concluída, e estamos debatendo isso pela primeira vez.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** – Eu estava em dúvida se devia me intrometer nesse assunto, mas o Acre foi citado aqui algumas vezes. Eu já estava assustada e fiquei muito mais preocupada com as últimas observações acerca do assunto.

Se tema de tão grande interesse dos amazônidas está sendo conhecido pelos Parlamentares somente agora, preocupam-me outras instituições e entidades das regiões envolvidas, que, na minha opinião, estão muito mais longe de se inteirar do processo.

Digo isso porque os acreanos passaram por momentos muito difíceis – a Odebrecht sabe do que vou dizer agora. Por conta de alguns projetos mirabolantes, sem o debate necessário com a sociedade, que às vezes fica só entre alguns, perdemos um Governador no Acre, assassinado quando saiu do Estado dizendo que vinha à CPI do Congresso Nacional denunciar superfaturamento em obras no Acre, o famoso Canal da Maternidade, na época orçado em cerca de 150 milhões de dólares aproximadamente. E o Governador do Acre hoje fez a obra por 34 milhões de reais, obra muito maior do que a que se imaginava. Para nós foram dias muito difíceis. Pagamos muito caro por questões que não são discutidas pela sociedade. Penso que o Brasil tem que ter muito cuidado com esses megaprojetos, pois, como já há exemplos nacionais, eles muitas vezes acabam virando elefantes.

A preocupação da Deputada Ann Pontes reforça a minha. Assuntos como esses têm de ser exageradamente discutidos. A fase em que está sendo debatido com a sociedade e com os interessados deveria estar muito mais avançada. Repito: muito mais. Eu acho que a Amazônia tem de sair da fase em que só gringo, só norte-americano se preocupa com ela, preocupação que vai de retirar a Amazônia do mapa do Brasil até a ensinar nas escolas deles. Então, nós temos que passar a nos preocupar mais também.

Eu acho que a Amazônia vive hoje uma terceira fase. Na minha opinião, a primeira, de pensar o desenvolvimento da região, foi a fase de trocar mata por pata de boi, quando achavam que o desenvolvimento da Amazônia passava pela fase do desmatamento, do desbravamento. A segunda fase, que nós vivemos, talvez, da década de 80 até meados da de 90, foi a fase da Amazônia como santuário ecológico, em que ninguém toca, ninguém mexe. A serviço de quem ela estaria no futuro nós não sabemos.

Ultimamente, acho que nós estamos na terceira fase, que se considera a mais importante. Eu acho que a Senadora Marina Silva, acreana, foi uma das precursoras desse debate, embora tenha sido mal entendida inicialmente, mas hoje está mostrando que precisamos sair da fase do "não pode" para entrar na fase do "como podemos" – eu defendo essa postura.

Quanto à fase atual, a fase do "como podemos" faço duas perguntas: num projeto como esse, como está o envolvimento da sociedade organizada, das demais instituições, das demais entidades? E por que algumas instituições públicas, como a Deputada Vanessa Grazziotin mencionou, estão fora, não estão participando? Eu queria conhecer – porque não conheço – a opinião da Ministra de Minas e Energia sobre o assunto.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** – Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, especialistas em energia, quero dizer inicialmente que sou do Estado do Amapá, e a Ministra de Minas e Energia fez uma declaração que me deixou muito orgulhosa: o Amapá é não apenas um Estado que não privatizou o fornecimento de energia, mas também o que mais fornece energia por habitante. É sabido, no mundo todo, que o desenvolvimento de um país se mede pela quantidade de energia que cada cidadão consome.

As Sras. e os Srs. Deputados apresentaram algumas situações aqui, e eu gostaria de considerar uma situação do passado: que os senhores, técnicos especialistas, considerassem e trabalhassem como se estivéssemos no passado em nosso País. Fui Deputada Constituinte pelo meu Estado, Amapá, em 1990 e descobri que, na cachoeira de Santo Antônio, que fica no Município de Laranjal do Jari, no Amapá, e Almeirim, no Pará, estava programada a construção de uma hidrelétrica. Também estava programada a passagem de um linhão por cima do Rio Jari, para o lado do Pará, para fornecer energia para beneficiamento do caulim, da celulose, para fabricação do papel da empresa Jari. Esse é um modelo de desenvolvimento para o qual a energia é fornecida e com o qual não podemos mais concordar na Amazônia. Eu quero acreditar que os tempos são outros.

Outro exemplo: no Amapá, na Serra do Navio, há 53 anos, havia uma empresa americana, a Bethlehem Steel. Fala-se da internacionalização da Amazônia por causa das ONGs, mas há 53 anos havia uma empresa americana lá, no meio da selva, que construiu uma vila, dividida em 3 classes sociais, primária, intermediária e *staff*, com toda a infra-estrutura necessária para o fornecimento. E para quê? Para retirar o manganês e exportar para o mundo todo. E o linhão de energia também passava por cima de todas as comunidades que estavam em torno do projeto e não tinham energia – a energia era gerada em função dos grandes projetos, e não dos povos do meu Estado.

Eu quero falar, como também perguntou o Deputado Valverde, sobre os grandes projetos iluminados e a inclusão das comunidades ribeirinhas. Até já dei duas respostas nesse caso, porque são no meu Estado do Amapá e vivi essa realidade de perto. Agora pergunto aos senhores, que são especialistas: pode se pensar em formas de geração de energia consorciadas, para evitar o sempre grande impacto de destruir cachoeiras para instalar hidrelétricas, inundar o entorno, expulsar as populações que estão vivendo no meio de grandes riquezas, como as castanheiras na Amazônia, que podem render economicamente muito mais para nosso País e melhorar a vida das populações? Por que sempre, sempre, sempre hidrelétricas?

E concluo a pergunta: é possível a produção de energia consorciada eólica a partir da biomassa, na qual a Amazônia é riquíssima? As hidrelétricas, as PCHs, as pequenas hidrelétricas, que não causam tantos impactos e expulsam populações, e também do combustível, do óleo diesel, para tornar possível o desenvolvimento sustentável?

Para dizer que não sou radical, tive oportunidade de ser Secretária da Indústria e Comércio no meu Estado do Amapá e comprovei também que é possível o desenvolvimento sustentável a partir da mineração e da madeira. Isso é possível. Basta que nossas universidades e nossos pesquisadores e técnicos estejam em busca, porque lá em cima, no norte do planeta, essas tecnologias estão sendo aplicadas. E eu acredito que eles não deviam ser egoístas e fornecê-las para nós.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdenor Guedes.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todos os presentes ao debate e as palestrantes, que nos trazem muitas informações, especialmente sobre a nova infra-estrutura de energia em relação ao Rio Madeira, que, segundo informações, é o eixo da integração regional.

Nós, que também somos da Amazônia, do Estado do Amapá, já debatemos um pouco o assunto e chegamos a algumas conclusões sobre esse aspecto de energia em termos ambientais. Certa feita, dissemos que a Amazônia, ao mesmo tempo, está e não está muito superprotegida. Para muitas pessoas, não

se podem derrubar árvores, não se podem construir hidrelétricas, não se pode ter energia nuclear. Ficará muito difícil, daqui a alguns anos, morar na Amazônia, porque lá não teremos, assim, energia suficiente para o dia-a-dia e, acima de tudo, para manter as grandes indústrias.

A energia nuclear fica muito difícil para muitos ambientalistas. Em muitos lugares, como Rio de Janeiro e São Paulo – neste último caso o projeto é de nossa autoria –, já se está tratando muito bem dessa questão referente à energia nuclear.

Em termos de energia térmica, nós, no Estado do Amapá e na Amazônia, usamos, acredito, percentual muito alto dessa energia. Nosso óleo diesel já é bem refinado. Temos algumas máquinas vindas da Finlândia que estavam usando, por hora, 900 litros. Mas o problema maior não era apenas a grande quantidade de óleo diesel usado nas máquinas térmicas, mas sobretudo o problema ambiental.

Eu disse à Ministra Marina Silva que deveremos optar por outro tipo de energia que não a térmica. Em alguns parques de produção dessa energia se vão ver tambores e tambores de óleo diesel usado, e não se saberá onde jogá-lo. Será que se vai acondicioná-lo em contêineres, ou em barris e jogá-lo no meio do oceano? Enterrar em algum lugar?

Fica muito difícil tratarmos desse assunto de energia térmica. Para muitos, mais difícil ainda são a energia nuclear, a energia de biomassa – é uma quantidade tão ínfima que não dá para atender nem a pequenas comunidades. Nós temos que ver qual é a melhor vocação, qual é a maior necessidade. É para isso que devemos atentar na Amazônia.

Aparentemente, nossa vocação é a energia hidrelétrica. E com isso deveremos promover uma discussão muito grande, muito acirrada. Em relação a Furnas e ao Rio Madeira, até encaminhei requerimento para ser enviado à Ministra Dilma Rousseff, sobre Furnas e a ELETRONORTE. Brincando, eu disse que a soberania da ELETRONORTE foi embora. Ela, que trata da Amazônia, se fosse em outro Governo, seria privatizada, o que causaria dificuldade muito grande para nós.

A resposta da Ministra chegará. Aproveito para fazer uma indagação: por que isso acontece? É devido à força política, à força financeira? Enfim, por que Furnas, e não a ELETRONORTE? A ELETRONORTE tem tanto potencial técnico para resolver esse problema, mas foi deixada de lado para que Furnas assumisse o controle.

Temos, no Amapá, 3 turbinas na nossa hidrelétrica. Vamos ter falta de energia. No Estado, as 3 turbinas que temos chegam a mais ou menos 68 megas, mas são energias rotativas – se parar uma turbina de 30, ficam só 40. E o resto são aquelas turbinas de avião vindas da Rússia, da Finlândia, que têm conseqüências gravíssimas e envolvem a segurança em termos de energia. E precisamos de energia no Estado do Amapá e na Amazônia.

Como interligar Tucuruí, que está fornecendo energia? Como levar esse linhão, essa energia para o Estado do Amapá? É viável? É, mas vai-se gastar muito dinheiro, porque o assoreamento acontece de minuto em minuto, e há uma dificuldade muito grande. Nós precisamos resolver nossos problemas.

Não estou aqui para discutir ELETRONORTE ou Furnas, mas temos uma hidrelétrica enxuta, pronta para ser executada no Estado do Amapá, Bambu, a montante do mesmo rio da Hidrelétrica de Coaracy Nunes. Quem sabe podemos fazer com que o Governo Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério de Minas e Energia, da Ministra Dilma Rousseff, atente para problema gravíssimo e tão importante do Estado do Amapá – outra hidrelétrica e, acima de tudo, as PCHs. Precisamos de energia para gerar empregos e fazer com que as pessoas não só recebam cestas de alimentos, mas também tenham trabalho e dignidade, de modo que elas próprias comprem a cesta básica para manter os familiares.

Sr. Presidente, minha indagação maior é essa. Sou totalmente favorável ao surgimento de muitas hidrelétricas. Sou técnico da área ambiental, já analisei muitos Estudos de Impacto Ambiental, participei de muitos debates de relatórios de meio ambiente. Tenho certeza absoluta de que qualquer empreendimento realizado, especialmente na Amazônia, causa muitos impactos negativos. Esses estudos são para minimizá-los e fazê-los chegar próximo a zero, o que é muito difícil. Temos que correr esse risco, mas com muito cuidado. Queremos ter oportunidade de participar das audiências públicas, dos debates relativos à hidrelétrica do Rio Madeira, que será executada pela empresa Odebrecht.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Antes de passar a palavra aos expositores, informo que temos no máximo 15 minutos para encerrar nossa audiência pública.

Com a palavra o Sr. Antônio de Pádua Guimarães.

**O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA BENFICA GUIMARÃES** – Sr. Presidente, vou responder a algumas questões, mas deixarei o Bonifácio responder ao que se refere à parte ambiental.

Primeiro: qual é o custo da energia para a população amazônica? Vamos tratar isso de forma um pou-

quinho diferente. Qual é o custo da energia que essa usina pode gerar? Acho que isso é o mais importante. A energia dessas duas usinas tem custo muito próximo ao custo médio da energia gerada no Brasil, de 50 a 60 reais o megawatt instalado.

Sobre os estudos de sedimentação a serem realizados, eles estão agora na fase de viabilidade. Já contratamos alguns consultores, pessoal nosso de Furnas, da própria projetista. Assim que tivermos informações mais detalhadas, vamos disponibilizá-las.

Em relação à segurança da Amazônia, Deputado, também concordo com que essas usinas, acima de tudo, são veículos de segurança para aquela região.

Em relação ao Teles Pires, o estudo já está bastante avançado, o qual está sendo feito por Furnas, em parceria com a ELETRONORTE.

Aproveito para responder à pergunta feita pela Deputada: por que não a ELETRONORTE e Furnas e se a ELETRONORTE está ou não nesse processo. Temos aqui alguns amigos da ELETRONORTE que têm trabalhado conosco em alguns empreendimentos, em parcerias, como na Hidrelétrica de Manso. Em Belo Monte, que a ELETRONORTE está estudando, Furnas já teve participação. Agora Furnas está estudando o Rio Madeira, e certamente a ELETRONORTE vai ter a mesma participação.

E por que Furnas e não a ELETRONORTE? Isso é uma questão de registro a se fazer na ANEEL. Na verdade, nem foi Furnas que fez o registro, mas a Odebrecht que fez e convidou Furnas para participar dos estudos. É importante que tanto Belo Monte, que a ELETRONORTE está estudando, quanto Madeira, que Furnas está estudando, ainda estão em fase de estudo, etapa que vai definir realmente o indicativo de viabilidade das obras. O procedimento em si, após a viabilidade, é a licitação pela ANEEL, juntamente com o EIA/RIMA, que estará em andamento na fase de viabilidade. Depois, sim, haverá um leilão da própria ANEEL, se é que vai haver, para empreendimento dessa envergadura.

Talvez o mais comum para esse caso específico seja juntar as forças do Estado, através da ELETROBRAS e de suas subsidiárias – ELETRONORTE, CHESF, Furnas e ELETROSUL – e da iniciativa privada. Juntam-se as forças num consórcio para fazer as usinas, sejam elas quais forem, seja São Geraldo, Santo Antônio ou Belo Monte. O que se vai definir agora é a ordem em que serão construídas.

Não tenho dúvida de que tanto Belo Monte, quanto as usinas do Madeira, do Teles Pires e outras terão que ser construídas. Não podemos pensar hoje que temos energia sobrando. Não temos energia sobrando. Temos hoje energia resultante do racionamento ocorrido há 2 anos, em que as indústrias tiveram que se modernizar e a população teve que fazer um esforço muito grande para reduzir cerca de 20% do gasto de energia. Temos 50 mil megawatts instalados no País hoje, e, com o esforço de 20% que fizemos – graças a Deus, São Pedro ajudou, pois choveu muito, e conseguimos encher os reservatórios –, passamos de um déficit de 5 mil para um superávit de 5 mil megawatts. Ou seja, houve economia de 20%. Tínhamos 50 mil megawatts e acabamos economizando 10 mil megawatts. Então, onde faltavam 5 mil megawatts, passou a haver sobra de 5 mil megawatts.

O importante é que a sobra estará sendo consumida ao longo de no máximo 2 anos. Quer dizer, daqui a 2 anos voltaremos ao que tínhamos há 1 ano. E precisamos gerar mais energia daqui para a frente o mais rápido possível. Não podemos perder de 2 a 3 mil megawatts/ano no setor.

Não serão Belo Monte ou as usinas do Madeira que vão resolver o problema do Brasil. É muito além disso. Temos que fazer Teles Pires, procurar alternativas, associar as PCHs. Enfim, temos que entender que há hoje 50 mil megawatts e, daqui a pouquinho, vamos precisar de 70 mil megawatts. Estamos falando aqui em Belo Monte e Madeira, que representam cerca de 15 mil megawatts. Daqui a pouco, precisaremos de 20 megawatts. Nas PCHs hoje em estudo, há de 700 a 800 megawatts em projeto, mas está tudo paralisado. Essas usinas precisam realmente ser construídas. Não temos outra alternativa.

O que temos que entender agora é uma seqüência natural de construção dessas usinas. É isso que temos que priorizar. Projetos como esses do Madeira e Belo Monte demoram 10 anos para amadurecer.

Quanto aos outros questionamentos sobre o projeto do Madeira, como está o envolvimento da sociedade e por que só agora esse projeto está chegando aqui, vou até dizer o contrário: ele já está chegando aqui porque estamos antecipando essas fases. Na verdade, terminamos um estudo de inventário, aprovado pela ANEEL, e estamos agora no período de viabilidade. É nesse período que temos que trazer todos para dentro do projeto. E a ELETRONORTE, estudando Belo Monte, está fazendo o mesmo trabalho, trazendo todos para o projeto, seja IBAMA, seja órgão estadual, seja ANA, seja ANEEL, seja DNIT, seja ANTAC. Enfim, todos esses órgãos estarão envolvidos no projeto, não há como deixá-los de fora.

Só para os senhores terem uma idéia, já nos relacionamos com cerca de 18 ou 19 órgãos, entre fiscalização e regulação, fora a comunidade, fora a parte ambiental, o desenvolvimento sustentável que temos que trabalhar.

Em todos esses órgãos – e a Casa agora está tomando conhecimento desse projeto –, estamos procurando antecipar essas fases. Este já é o 18º debate de que participo, juntamente com meu amigo Bonifácio.

Foi feita pergunta se haveria um debate entre Belo Monte e Madeira. Através da mediação do Dr. Pinguelli Rosa, fizemos uma reunião no CEPEL, da qual participaram ELETRONORTE, Furnas, ANA, ANEEL, ANTAC, IBAMA e outros órgãos, dos quais não estou me lembrando, mas havia uma grande quantidade, fora as empresas da ELETROBRAS. Na verdade, não estamos tentando fazer um debate entre Belo Monte e Madeira, absolutamente. A idéia é agilizar os estudos das duas usinas e das outras que estão por vir. Hoje nossa situação é de certo conforto, mas, daqui a 2 ou 3 anos, começará a complicar novamente.

O Dr. Valdenor Guedes já falou sobre as opções de eólica, biomassa, óleo biodiesel, nuclear, em atendimento à Deputada Janete Capiberibe. Essas opções vão somar, mas não resolver. Se ficarmos só nas opções, voltaremos para a lamparina a querosene. Não podemos pensar só nas opções. Elas têm de somar, e isso está acorrendo, através das PCHs e dos estudos que as empresas estão desenvolvendo nas áreas eólica, nuclear – já se fala em Angra III – e assim por diante. Essas são as opções. Isso ocorre no mundo inteiro, não apenas no nosso País. O Brasil tem uma riqueza muito grande, os rios. Essa energia é mais limpa e causa menos transtorno. Temos de tirar o melhor proveito dela, porque nos apresenta hoje o menor custo na ponta, ou seja, no consumidor e na indústria.

Por fim, não é Furnas, nem ELETRONORTE, nem CNO. Entendemos que projetos dessa envergadura – Teles Pires, Madeira, Tucuruí, Itaipu, Belo Monte – são programas de governo, e para tal têm de estar associados, sim, o Governo e a iniciativa privada. Caso contrário, não daremos conta de resolver a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra ao Sr. José Bonifácio Pinto Júnior.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Antes de abordar vários pontos que anotei, gostaria de voltar a um tema. A legislação atual relativa à energia elétrica não prevê absolutamente nenhum monopólio de área. Volto ao assunto porque surgiu a pergunta da ELETRONORTE.

Todos os rios e aproveitamentos que existem no País estão abertos a qualquer empresa pública ou privada para a tomada de iniciativa de tentar identificar se há possibilidade de implantar algum aproveitamento. A ELETRONORTE já estava desenvolvendo o projeto Belo Monte há algum tempo, 4 ou 5 anos – desculpem-me se errei a época –, e aí concentrou realmente todos os seus esforços, porque o projeto é bastante grande e importante. Nós, que já tínhamos uma parceria com Furnas na Usina de Manso, resolvemos tentar fazer investigação nesse trecho do Rio Madeira, que estava aberto. Não havia nenhum registro de pedido de inventário na ocasião, tanto que a ANEEL nos concedeu, convidamos Furnas e iniciamos a parceria. Então, não existe, na verdade, o território de Furnas, ou da ELETRONORTE, ou da CHESF etc. Está aberto para qualquer empresa, pública ou privada, requerer o registro ativo.

Falou-se também sobre a questão de custo, de quanto seria a participação da Odebrecht, ou de Furnas, ou de quem quer que seja. Na verdade, atendendo à legislação vigente no País, acabamos de aprovar em dezembro o estudo de inventário, iniciamos em janeiro o estudo de viabilidade e, após esse estudo, em paralelo com a aprovação do EIA/RIMA, que se pretende concluir em torno de junho do próximo ano, é preciso obter ainda uma licença prévia ambiental e, depois disso, fazer uma licitação do aproveitamento. Então, haverá uma concorrência, um leilão na Bolsa.

Normalmente, isso ocorria no Rio de Janeiro. Isso ficará aberto para quem desejar fazer os investimentos necessários e não quer dizer que a participação de Furnas e da Odebrecht neste momento as habilite a ser os construtores ou proprietários do aproveitamento hidrelétrico. Ainda haverá um processo de licitação. De quanto será a participação caso venhamos a participar em conjunto ainda é algo um pouco indefinido, até porque, como V.Exas. sabem, as empresas estatais têm limitações orçamentárias e compromissos de contribuir para o superávit primário do País etc. Na ocasião, quando isso vier à tona, se houver interesse de Furnas e da Odebrecht de participar em conjunto, a participação será determinada em razão do potencial de recursos que cada uma consiga agregar ao empreendimento.

Com relação à amarração das eclusas com a hidrelétrica, outra manifestação importante – realmente, o caso de Tucuruí é célebre, porque em 20 anos ainda não se concluiu a implantação –, queremos dizer apenas que, 20, 30 anos atrás, o próprio planejamento do País e a questão de uma cultura de logística de transporte, vamos dizer assim, não tinha tanta relevância. Hoje, o ISA, programa que já tem 2 anos de existência, procura tratar a América do Sul como uma única região, em que cada país dê sua contribuição ao atendimento dos eixos de integração. Em vez de se fazer uma estrada que ligue nada a lugar nenhum, que se faça uma estrada que contribua para a integração. Esse é o espírito do negócio.

Então, quando tentamos ampliar a inserção dos aproveitamentos, através da colocação de eclusas, o objetivo é que a eclusa seja feita ao mesmo tempo que a hidrelétrica, até porque isso certamente demandará custos menores do que agora, em que se construiu a hidrelétrica e se tem que levar outra empresa para fazer, 20 anos depois, a eclusa. Fazendo em paralelo, certamente há redução de custo. O custo dessas eclusas, nesse caso e talvez até no de Tucuruí – não tenho esse dado – representa cerca de 5% do investimento. Acho isso muito pouco, pelo benefício que certamente trará. Então, a visão que nós e Furnas temos é a de que as eclusas sejam feitas em paralelo, para permitir o benefício imediato da integração.

O Deputado Rogério Silva abordou a questão de segurança, com o que concordo plenamente. Alguém lembrou que, nos livros americanos, a Amazônia é quase uma área internacional. Realmente, temos de ter essa preocupação. Ouvi diversas vezes, principalmente na Bolívia e no Peru, que o grande problema da América do Sul era a falta de integração, porque os países se desenvolveram de costas – o Brasil para o Atlântico, e os países andinos para o Pacífico –, e a região central permaneceu atrasada, sem perspectiva. Não há logística de transporte, de rodovias implantadas, de hidrovias e, principalmente, de energia. A energia é cara na região porque é com base térmica, está sujeita à variação do dólar, a contratos de importação de gás, ou de diesel, ou de óleo pesado, ou de alguma coisa desse tipo. Dificilmente empresários implantarão indústrias na região, porque a energia é bastante cara, e eles preferem fazer isso onde o custo da energia é mais acessível.

A disponibilidade de pacote de energia na região a custo atraente naturalmente será um ímã para investimentos na região. Não existe desenvolvimento sem energia.

Para finalizar, abordarei a questão de sedimentos. Ainda não temos uma posição. Alguém comentou mais uma vez o assunto. Isso está sendo estudado. Esse dado foi levantado agora no estudo de inventário. Para V.Exas. terem idéia, o estudo de inventário foi concluído em novembro e aprovado pela ANEEL em dezembro, ou seja, é muito recente, e estamos agora implementando esses estudos de viabilidade. Isso vai ser abordado. Vai ser verificado até que ponto isso poderá trazer algum benefício ou prejuízo ao empreendimento.

Para finalizar, no que se refere à questão do financiamento, pelo tamanho do empreendimento, V.Exas. hão de convir que temos a árdua tarefa de conseguir colocar o empreendimento em pé – não só esse, como qualquer outro desse porte –, através da obtenção de financiadores ou financiamentos. Não tenham dúvida de que, até como o País tem-se comportado ultimamente, certamente deveremos ter recursos disponíveis, até porque as taxas de juros estão 1,5% nos Estados Unidos, negativas no Japão etc., e eles precisam fazer investimentos, não vão ficar com o dinheiro parado, esperando ser remunerados a 1,5%. Acredito que conseguiremos construir uma solução adequada para atender a isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Para as considerações finais, passo a palavra ao Sr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves.

**O SR. ACYR JORGE TEIXEIRA GONÇALVES** – Acho que as considerações que voltaram à linha específica de meio ambiente, algumas atividades, algumas ações para meio ambiente, de certa forma se encontram na abordagem já feita dos tempos de desenvolvimento, de maturação de projeto dessa natureza. O que foi feito, o que foi levantado, o que foi estudado, o que serviu de base para esse estudo de inventário inicialmente são macroindicadores, grandes referências que colocamos na avaliação da continuidade do estudo do projeto. Questões como a do aproveitamento da madeira e de outros recursos naturais vão ser necessariamente detalhadas e estudadas o suficiente para que se dê a contribuição de como tratar tais questões nessa época de viabilidade. Esses apontamentos servem como sugestões e até orientações para esse tipo de estudo. Para empreendimento dessa natureza e desse porte, naturalmente não pode deixar de haver participação das comunidades, debate periódico, avaliação conjunta. Não há como tocar projetos dessa natureza sem que a clareza de procedimento esteja incorporada em todos.

Encerro aqui minha participação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Silva) – Saliento que o Consórcio Furnas/Odebrecht colocou seus *e-mails* e telefones à disposição desta Comissão para quaisquer esclarecimentos e informações dos Deputados e Senadores.

Agradeço aos representantes do Consórcio Furnas/Odebrecht, que atenderam com presteza ao convite desta Comissão, os esclarecimentos aqui prestados, que serão de grande importância. Agradeço ainda a participação aos colegas Parlamentares e aos demais presentes, que contribuíram para o êxito desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião de audiência pública para quarta-feira, dia 4 de junho, às 10h, no Plenário 15.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 11ª Reunião Ordinária realizada em 12 de maio de 2004.**

Às dez horas e trinta e um minutos do dia doze de maio de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, Presidente, em reunião ordinária para deliberação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; Givaldo Carimbão e César Medeiros – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Luiz Alberto, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Affonso Camargo, Antonio Carlos Mendes Thame, Iriny Lopes, José Divino, Jovino Cândido, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Milton Barbosa, Paes Landim e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Também registraram presença os Deputados Corauci Sobrinho e Hamilton Casara, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Ivo José, João Alfredo, José Carlos Aleluia, Oliveira Filho, Renato Casagrande, Roberto Balestra, Sandra Rosado e Sarney Filho. Justificaram a ausência os Deputados Ivo José, João Alfredo, Max Rosenmann, Sandra Rosado e Sarney Filho. **Abertura:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 27, 28 e 29 de abril e 5 de maio de 2004. Solicitada a dispensa de leitura das Atas pelo Deputado Ronaldo Vasconcellos, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. Expediente: O Presidente comunicou ao Plenário a designação de projetos realizada no dia 06/05/2004. Correspondência recebida: a) Ofício do Deputado Max Rosenmann, encaminhando cópia de atestado médico justificando sua ausência, por um período de 30 dias, a partir de 5 de maio de 2004, para recuperação de cirurgia. b) Ofício do Gabinete da Presidência, comunicando o afastamento do Deputado Ivo José, designado para representar a Câmara dos Deputados na Reunião da Comissão Especial do Café, a realizar-se na Cidade do México, no período de 11 a 13 de maio do corrente. c) Ofício do Deputado Sarney Filho, encaminhando cópia de atestado médico justificando sua ausência, por um período de 15 dias, a partir de 6 de maio de 2004, para tratamento de sua saúde. d) Ofício do Gabinete do Deputado João Alfredo, comunicando seu afastamento nos dias 12 e 13 de maio de 2004, para participar de Missão Oficial na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Terra. e) Fax da Deputada Sandra Rosado informando sua impossibilidade de comparecer a esta reunião por motivos médicos. f) Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre Auditoria Operacional objetivando estudar o emprego de técnicas de manejo florestal na Amazônia e apresentar recomendações para a melhoria do desempenho da atuação governamental na proteção ambiental. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 27/04 – Do Sr. Leonardo Monteiro – que "requer realização do Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana na Câmara dos Deputados." Encaminhou a votação o Senhor Deputado Leonardo Monteiro. Discutiram a matéria os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Luiz Alberto e B. Sá. Em votação, foi aprovado por unanimidade, com adendo do Deputado Luiz Alberto no sentido do evento ser conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e do Deputado B. Sá sugerindo convidar um representante da Prefeitura de Teresina/PI. 2 – REQUERIMENTO Nº 30/04 – dos Srs. Dr. Evilásio e Renato Casagrande – que "solicita que seja convidado o Sr. Willy Pessoa, idealizador do Projeto Mandala ." Não Deliberado. 3 – REQUERIMENTO Nº 32/04 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita seja constituída Subcomissão Especial para acompanhar a situação de desmatamento no País, em especial na Região Amazônica, e propor medidas legislativas no âmbito de sua atuação, para colaborar no seu controle." Encaminhou a votação o Senhor Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Discutiu a matéria o Deputado Ronaldo Vasconcellos. Em votação, foi aprovado por unanimidade, com a composição da subcomissão constituída por 7 membros. 4 – REQUERIMENTO Nº 33/04 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita seja realizada Audiência Pública com a presença dos convidados a seguir listados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de fraude em doação para ONGs de madeira extraída ilegalmente." Encaminhou a votação o Senhor Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Discutiram a matéria os Deputados Luiz Alberto e Ronaldo Vasconcellos. Em votação, foi aprovado por unanimidade, com a alteração de excluir a presença como expositores da Ministra do Meio Ambiente e dos consultores jurídicos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. 5 – REQUERIMENTO Nº 34/04 – dos Srs. Renato Casagrande e Hamilton Casara – que "requer a realização de Seminário no dia 26 ou 27/05/2004, com o seguinte tema: "Gestão dos Recursos Pesqueiros no Brasil – Situação

Atual e Perspectivas: A Pesca Amadora no Brasil; Fauna Brasileira – Conservação e Uso". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Hamilton Casara. Discutiu a matéria o Deputado Leonardo Monteiro. Em votação, foi aprovado por unanimidade, com adendos do Autor, para inclusão de representante da Confederação Nacional dos Pescadores, e do Deputado Leonardo Monteiro, de convidar um representante da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. 6 – REQUERIMENTO Nº 35/04 – dos Srs. Dr. Rosinha e João Alfredo – (PL 5413/2001) – que "requer a realização de audiência pública para discutir o PL nº 5413/01." Não Deliberado. 7 – REQUERIMENTO Nº 36/04 – Do Sr. Paes Landim – que "requer que seja criada uma Comissão de Parlamentares com a finalidade de visitar o Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí." Encaminhou a votação o Senhor Deputado Paes Landim. Discutiu a matéria o Deputado Hamilton Casara. Em votação, foi aprovado por unanimidade, a criação de uma comitiva composta pelos Senhores Deputados Paes Landim, Edson Duarte, João Alfredo, Janete Capiberibe e Hamilton Casara, este último como convidado especial, em virtude de não ser membro desta Comissão. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA** 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.061/03 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 88/2003) – que "aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos." RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela aprovação. O Presidente solicitou ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que procedesse a leitura do voto do Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. O Presidente consultou o Plenário a respeito do adiamento da apreciação das sugestões de emenda à LDO de 2005 para a próxima reunião ordinária deliberativa, uma vez que o prazo para recebimento das mesmas havia sido prorrogado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade. 9 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 1/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei nº 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas efetuadas com recursos da fonte de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho." Não Deliberado. 10 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 2/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei nº 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas com ações vinculadas à função Gestão Ambiental sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho." Não Deliberado. 11 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 3/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei nº 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas efetuadas com recursos próprios não financeiros, frutos de esforço arrecadatório próprio, e as despesas efetuadas com recursos de que trata o Art. 50, § 2º, II, da Lei nº 9.478/97, sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho." Não Deliberado. 12 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 4/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Art. 42, § 1º, do Projeto de Lei nº 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", para disciplinar as transferências voluntárias para os Estados e Municípios, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH." Não Deliberado. O Presidente submeteu ao Plenário as indicações dos servidores MARIA SÔNIA DE OLIVEIRA MÉDICE; EUNICE CARDOSO SILVA; PAULO ROBERTO DAHMER; TERESA CRISTINA FÉLIX COSTA; RAFAEL JOSÉ DE ARAÚJO BOUDENS; DINEZ ALVES DA COSTA; ADILSON GOMES DA SILVA FILHO; E SIRLEISON JOSÉ DE SOUZA, para exercerem a função de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, nesta Comissão. As indicações do Presidente foram aprovadas sem restrições. O Deputado Ronaldo Vasconcellos solicitou a palavra para lembrar aos presentes a realização do seminário "MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES", a ser promovido por esta Comissão no dia 9 de junho de 2004. A Deputada Iriny Lopes pediu ao Presidente para esta Comissão se reunir com o propósito de ouvir um especialista da área de orçamento para discorrer sobre as linhas gerais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e três minutos, antes convo-

cando Reunião Ordinária de Audiência Pública para o dia 13 de maio, às dez horas, para discutir a isenção de multa às importações de pneumáticos reformados, procedentes dos Estados partes do Mercosul. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Baltazar, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 13ª Reunião Ordinária realizada em 19 de maio de 2004.**

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezenove de maio de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 6, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, Presidente, em reunião ordinária para deliberação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; Givaldo Carimbão, César Medeiros e João Alfredo – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Ivo José, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Oliveira Filho, Osvaldo Reis, Renato Casagrande, Sandra Rosado, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Affonso Camargo, Carlos Willian, Cezar Silvestri, Davi Alcolumbre, Iriny Lopes, Janete Capiberibe, Luiz Bittencourt e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Também registrou presença, como não-membro, o Deputado Dr. Evilásio. Deixaram de registrar presença os Deputados B. Sá, José Carlos Aleluia, Luiz Alberto, Roberto Balestra e Sarney Filho. Justificaram a ausência os Deputados Luiz Alberto, Max Rosenmann e Sarney Filho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 10ª, 11ª e 12ª reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2004. Solicitada a dispensa de leitura das Atas pelo Deputado Givaldo Carimbão, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao Plenário a designação de relatorias realizada no dia 12 de maio de 2004. Correspondência recebida: a) Ofício do Gabinete da Presidência, comunicando o afastamento do Deputado Luiz Alberto, designado para representar a Câmara dos Deputados no 2 º Encontro dos Parlamentares Afro Descendentes das Américas e do Caribe, na cidade de Bogotá, Colômbia, no período de 19 a 22 de maio do corrente; b) Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre Auditoria Operacional objetivando analisar a aplicabilidade do instrumento Avaliação Ambiental Estratégica; c) Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre Auditoria Operacional objetivando analisar o instrumento EIA/RIMA – Identificação de fragilidades e oportunidades de melhoria. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** N º 30/04 os Srs. Dr. Evilásio e Renato Casagrande – que “solicita que seja convidado o Sr. Willy Pessoa, idealizador do Projeto Mandala”. Encaminhou a REQUERIMENTO N º 35/04 dos Srs. Dr. Rosinha e João Alfredo – que “requer a realização de audiência pública para discutir o PL n º 5413/01”. Encaminhou a votação o Senhor Deputado João Alfredo. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. REQUERIMENTO N º 37/04 o Sr. Carlos Willian – que “requer sejam convidados a Ministra do Meio Ambiente – Senhora Maria Osmarina da Silva, o Presidente do IBAMA – Senhor Marcus Luiz Barroso, o Ministro do Tribunal de Contas da União – Senhor Humberto Souto, o presidente da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), representante da Madeireira Cikel Brasil Verde, representante da Organização Green Peace Brasil, representante da madeireira Red Madeiras Tropicais, representante da Exportadora Indústria, Comércio de Madeiras Nossa Senhora de Fátima Ltda e a Brasmell Industrial Exportadora, para prestarem esclarecimentos sobre irregularidades no âmbito da extração e comercialização madeireira no Brasil”. O Presidente esclareceu ao Plenário que esta Comissão já havia aprovado requerimento para discutir este assunto, de autoria do Senhor Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, ressaltando que, durante a discussão do requerimento anterior, este Colegiado optou pela dispensa da presença da Ministra Marina Silva, uma vez que a mesma havia comparecido a este órgão no último dia 5 de maio, prestando todos os esclarecimentos solicitados. Antes de passar a palavra ao autor da proposição, o Presidente sugeriu que o presente requerimento fosse aglutinado ao anterior, com a dispensa do convite à Ministra do Meio Ambiente. Encaminhou a votação o Senhor Deputado Carlos Willian, que acatou a sugestão do Presidente. Em votação, foi aprovado por unanimidade, para ser aglutinado ao Requerimento n º 33/04, com adendo do Presidente no sentido de excluir o convite à Ministra do Meio Ambiente. 4 – REQUERIMENTO N º 38/04 – Do Sr. Carlos Willian – que “requer seja criado Grupo de Trabalho com a finalidade de verificar junto ao IBAMA, para conhecimento desta Casa Legislativa, dos critérios utilizados para a doação de madeira extraída ilegalmente, para Organizações Não-Governamentais, bem como sua comercialização no mercado nacional e internacional”. Encaminhou a votação

o Senhor Deputado Carlos Willian. Discutiram a matéria os Senhores Deputados Givaldo Carimbão e João Alfredo, que sugeriram aguardar a audiência pública proposta para discutir este tema, para depois decidir se haveria necessidade de criação do grupo de trabalho. Após a anuência do autor, o requerimento foi retirado de pauta de ofício. O Presidente informou ao Plenário que o Senhor Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA, havia se colocado à disposição desta Comissão, para comparecer uma vez por mês a este Colegiado, durante a realização de reunião ordinária deliberativa, para responder a todos os questionamentos dos senhores deputados referentes à gestão daquele órgão. Manifestaram apoio à iniciativa do Presidente do IBAMA os Deputados Givaldo Carimbão e Carlos Willian. 5 – REQUERIMENTO N º 39/04 – Do Sr. Carlos Willian – que "requer sejam convidados o Presidente do IBAMA – Senhor Marcus Luiz Barroso, o diretor de Gestão Estratégica do IBAMA – Senhor Leonardo Bezerra de Melo e o Dirigente da Empresa Stratégia Consultores S/C Ltda, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis irregularidades no contrato firmado entre o IBAMA e a Empresa Stratégia Consultores S/C Ltda, sem licitação, conforme denúncia publicada pelo Jornal do Brasil, edição de 26 de abril de 2004". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Carlos Willian. Discutiram a matéria os Deputados João Alfredo, Givaldo Carimbão, Antônio Joaquim, Ronaldo Vasconcellos, Leonardo Monteiro e César Medeiros. Em votação, foi aprovado por unanimidade, com adendo dos membros da Comissão no sentido de convidar apenas o Presidente do IBAMA, excluindo os demais convidados. 6 – REQUERIMENTO N º 40/04 – Do Sr. César Medeiros – que "requer que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável participe como co-promotora dos eventos em comemoração a Semana Mundial do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Frente Parlamentar Mista de Desenvolvimento Sustentável e Apoio as Agendas 21 Locais e do Congresso Nacional". Encaminhou a votação o Senhor Deputado César Medeiros. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente informou ao Plenário que as comissões permanentes podem apresentar cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e que esta Comissão recebeu apenas quatro sugestões de emendas à referida Lei. A seguir, o Presidente sugeriu realizar a discussão e votação das emendas recebidas em conjunto. Após a anuência do Plenário, o Presidente procedeu a leitura dos itens de número 7 a 10 da pauta. 7 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO N º 1/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei n º 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas efetuadas com recursos da fonte de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho". 8 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO N º 2/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei n º 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas com ações vinculadas à função Gestão Ambiental sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho". 9 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO N º 3/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Anexo V, inciso II, do Projeto de Lei n º 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", propondo que as despesas efetuadas com recursos próprios não financeiros, frutos de esforço arrecadatório próprio, e as despesas efetuadas com recursos de que trata o Art. 50, § 2 º, II, da Lei n º 9.478/97, sejam incluídas dentre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho". 10 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO N º 4/04 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "acrescenta dispositivo ao Art. 42, § 1 º, do Projeto de Lei n º 3/2004 – CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências", para disciplinar as transferências voluntárias para os Estados e Municípios, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH". Não houve discussão. Em votação conjunta, as sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 foram aprovadas por unanimidade. O Presidente suspendeu a Reunião, por cinco minutos, para elaboração da Ata. De volta aos trabalhos, o Presidente submeteu ao Plenário a Ata da presente reunião. O Deputado César Medeiros solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e trinta e seis minutos, antes convocando Reunião Ordinária de Audiência Pública para discutir a fiscalização e segurança nuclear no País, para a quinta-feira, dia 20 de maio, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 6. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Paulo Baltaza**r, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52 ª Legislatura – 2 ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 15 ª Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 27 de maio de 2004.**

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 3, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, Presidente, em reunião ordinária para deliberação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; César Medeiros – Vice-Presidente; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Luiz Alberto, Sarney Filho e Teté Bezerra – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Willian, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Milton Barbosa e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Fernando Gabeira, Givaldo Carimbão, Ivo José, João Alfredo, Oliveira Filho, Osvaldo Reis, Pedro Canedo, Renato Casagrande e Welinton Fagundes. Justificaram a ausência os Deputados Max Rosenmann e João Alfredo. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 14 ª reunião, realizada no dia 20 de maio de 2004. Solicitada a dispensa de leitura da Ata pelo Deputado Milton Barbosa, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao Plenário a designação de relatorias realizada em 26 de maio de 2004. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO N° 41/04 – dos Srs. João Alfredo e Henrique Afonso – que "requer a realização de Audiência Pública conjunta pelas Comissões: Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre a posição do Brasil no regime internacional e a regulamentação do acesso aos recursos genéticos, proteção de conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios do uso da biodiversidade". Não Deliberado. 2 – REQUERIMENTO N° 42/04 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos e outros – que "solicita seja realizada audiência pública para debater o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN)". Não deliberado. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:** 3 – PROJETO DE LEI N° 1.815/03 – Do Sr. Ricarte de Freitas – que "cria a Zona de Transição Urbana e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela rejeição. Vista concedida ao Deputado Marcelo Ortiz, pelo prazo de duas sessões. 4 – PROJETO DE LEI N° 3.204/04 – Do Sr. Dr. Rodolfo Pereira – que "cria a Profissão de Agente Ambiental e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela rejeição. Vista concedida ao Deputado Milton Barbosa, pelo prazo de duas sessões. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e vinte e um minutos, antes convocando Reunião Ordinária de Audiência Pública para o dia primeiro de junho, às 14 horas. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Baltazar, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 17ª Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 16 de junho de 2004.**

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, Presidente, em reunião ordinária para deliberação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; Givaldo Carimbão, César Medeiros e João Alfredo – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Ivo José, Leonardo Monteiro, Luiz Alberto, Oliveira Filho, Sarney Filho, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Affonso Camargo, Aroldo Cedraz, Carlos Willian, Iriny Lopes, Janete Capiberibe, José Divino, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Nazareno Fonteles e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Também registraram presença, como não-membros, os Deputados Coriolano Sales e Zezéu Ribeiro. Deixaram de registrar presença os Deputados Luciano Zica, Osvaldo Reis, Pedro Canedo e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 15ª reunião, realizada no dia 27 de maio de 2004. Solicitada a dispensa de leitura da Ata pelo Deputado João Alfredo, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. O Deputado Fernando Gabeira solicitou a palavra e declarou que achava oportuno discutir nesta Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Política Rural, e a Frente Parlamentar de Biossegurança o embargo da soja brasileira exportada para a China. O

Parlamentar informou que iria apresentar requerimento solicitando a realização de audiência pública para debater o assunto. O Deputado João Alfredo apoiou a iniciativa. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao Plenário o recebimento das seguintes correspondências: a) – Representação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, referente a possíveis irregularidades na destinação de mogno sem origem comprovada apreendido pelo IBAMA. b) – Atestado médico justificando o afastamento da Deputada Janete Capiberibe, pelo período de 15 dias, a partir de 24 de maio de 2004. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 41/04 – dos Srs. João Alfredo e Henrique Afonso – que "requer a realização de Audiência Pública conjunta pelas Comissões: Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre a posição do Brasil no regime internacional e a regulamentação do acesso aos recursos genéticos, proteção de conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios do uso da biodiversidade". Encaminhou a votação o Senhor Deputado João Alfredo. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 2 – REQUERIMENTO Nº 42/04 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos e outros – que "solicita seja realizada audiência pública para debater o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN)". Encaminhou a votação o Senhor Deputado João Alfredo. Discutiram a matéria os Deputados Edson Duarte, B. Sá e Ronaldo Vasconcellos. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 3 – REQUERIMENTO Nº 43/04 – Do Sr. Carlos Willian – que "requer ao Sr. Presidente do IBAMA, o senhor Marcus Luiz Barroso o envio a esta Comissão das cópias de inteiro teor dos processos que especifica". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Carlos Willian. Discutiu a matéria o Deputado João Alfredo. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 4 – REQUERIMENTO Nº 44/04 – Do Sr. B. Sá – que "solicita a realização de seminário com o objetivo de se discutir a faixa de fronteira brasileira com a presença de representantes do Governo, instituições privadas e a sociedade civil". Encaminhou a votação o Senhor Deputado B. Sá. O Presidente esclareceu que a Comissão da Amazônia, integração Nacional e Desenvolvimento Regional realizaria, no dia 23 de junho de 2004, seminário para discutir este assunto, em conjunto com as demais comissões da Câmara dos Deputados que têm relação com a matéria e designou o Deputado B. Sá para representar este Colegiado no referido seminário. Em votação, foi aprovado por unanimidade, para que o seminário proposto seja realizado em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, sob a coordenação desta última. 5 – REQUERIMENTO Nº 45/04 – Do Sr. Leonardo Monteiro – que "requer a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de averiguar as causas e a extensão dos danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de área a ser inundada pelo reservatório e da área do canal de adução do AHE Aimorés". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Leonardo Monteiro. Discutiram a matéria os Deputados Ronaldo Vasconcellos, César Medeiros e Carlos Willian. Em votação, foi aprovado por unanimidade. O Grupo de Trabalho será constituído pelos Deputados Leonardo Monteiro, Ronaldo Vasconcellos, César Medeiros e Carlos Willian. REQUERIMENTO Nº 46/04 o Sr. Sarney Filho – que "solicita a realização de Audiência Pública em homenagem aos dos 15 anos do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Sarney Filho. O Deputado Ronaldo Vasconcellos discutiu a matéria. Em votação, foi aprovado por unanimidade. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:** 7 – PROJETO DE LEI Nº 1.710/03 – Do Senado Federal – que "altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas na rede mundial de computadores". RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação deste, com emenda. O Relator defendeu seu parecer. Discutiram a matéria os Deputados José Divino e João Alfredo. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer com a emenda. 8 – PROJETO DE LEI Nº 2.313/03 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 43/2003) – que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências". RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO. PARECER: pela aprovação, com emendas. O Relator defendeu seu parecer. O Deputado Fernando Gabeira solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista, nos termos regimentais, pelo prazo de duas Sessões. 9 – PROJETO DE LEI Nº 1.197/03 – Do Sr. João Alfredo e outros – que "estabelece as áreas ocupadas por dunas e falésias como espaços territoriais especialmente protegidos e dá outras providências". RELATOR: Deputado LUIZ ALBERTO. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. O Relator defendeu seu parecer. Discutiram a matéria os Deputados João Alfredo e Ronaldo Vasconcellos. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer com as emendas. A seguir, o Presidente comunicou ao Plenário que esta Comissão havia sido convidada para visitar as insta-

lações industriais da empresa BS Colway, na cidade de Curitiba, e que a aceitação do convite e agendamento da viagem ficariam a critério de cada um dos Senhores Parlamentares. **C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:** 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.238/01 – Do Sr. Fernando Ferro – que "dispõe sobre a realização de plebiscito destinado a autorizar ou não a liberação dos alimentos transgênicos na sociedade brasileira". RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação. Retirado de Pauta pelo Relator. 11 – PROJETO DE LEI Nº 879/99 – Do Sr. Serafim Venzon – que "altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965". RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela rejeição. O Presidente solicitou ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que procedesse a leitura do voto do Relator. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do Relator. 12 – PROJETO DE LEI Nº 1.016/03 – Do Sr. Renato Casagrande – que "acresce o art. 19-A à Lei nº 9.795, de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para determinar a destinação à educação ambiental de um percentual dos gastos com propaganda comercial de produtos com embalagens descartáveis". RELATORA: Deputada JANETE CAPIBERIBE. PARECER: pela aprovação deste na forma do Substitutivo da CDEIC. O Deputado Antônio Joaquim solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas Sessões. 13 – PROJETO DE LEI Nº 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. Não Deliberado. 14 – PROJETO DE LEI Nº 1.254/03 – Do Sr. César Medeiros – que "dispõe sobre as auditorias ambientais e a contabilidade dos passivos e ativos ambientais". (Apensado: PL 1834/2003). RELATOR: Deputado LUIZ ALBERTO. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1834/2003, apensado. Os Deputados Sarney Filho e Edson Duarte solicitaram vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista conjunta, nos termos regimentais, pelo prazo de duas Sessões. 15 – PROJETO DE LEI Nº 1.815/03 – Do Sr. Ricarte de Freitas – que "cria a Zona de Transição Urbana e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Marcelo Ortiz, em 27/05/2004. O Deputado Marcelo Ortiz apresentou voto em separado em 02/06/2004. O Presidente solicitou ao Deputado César Medeiros que procedesse a leitura do voto do Relator. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. 16 – PROJETO DE LEI Nº 3.204/04 – Do Sr. Dr. Rodolfo Pereira – que "cria a Profissão de Agente Ambiental e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Milton Barbosa, em 27/05/2004. O Presidente solicitou ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que procedesse a leitura do voto do Relator. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e quarenta e seis minutos, antes convocando Reunião Ordinária Deliberativa para o dia 23 de junho, às 10 horas. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Paulo Baltazar,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 19ª Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 7 de julho de 2004.**

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de julho de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, Presidente, em reunião ordinária para apreciação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; César Medeiros e João Alfredo – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Luiz Alberto, Osvaldo Reis, Renato Casagrande, Sarney Filho e Teté Bezerra – Titulares; Iriny Lopes, Janete Capiberibe, Milton Barbosa e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Amador Tut, B. Sá, Givaldo Carimbão, Ivo José e Oliveira Filho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 16ª e 17ª reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 15 e 16 de junho de 2004. Solicitada a dispensa da leitura das Atas pelo Deputado Luciano Zica, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou ao Plenário as designações de relatorias realizadas nos

dias 16 e 17 de junho. Correspondência recebida: a) Ofício do Gabinete da Presidência comunicando o afastamento do Deputado Luiz Alberto, designado para representar a Câmara dos Deputados na conferência "*2004: Um Ano de Decisões Críticas para a Inclusão e o Crescimento"*, realizado na cidade de Chicago, Estados Unidos, no período de 25 a 28 de junho do corrente. b) Ofício da Ministra Gladys Facó, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, consultando a Comissão sobre a conveniência do agendamento para visita de deputados russos, membros da Comissão de Meio Ambiente daquela Nação, a esta Comissão no dia 24 de novembro de 2004, para discutir com parlamentares brasileiros aspectos da formulação e implementação, no Brasil, da legislação sobre manejo florestal e de recursos hídricos. Em caráter secundário, seriam também discutidos alguns aspectos do Protocolo de Quioto. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 47/04 – Do Sr. Fernando Gabeira – que "solicita a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Política Rural e participação da Frente Parlamentar de Biossegurança para discutirmos o embargo da soja brasileira exportada para a China". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Fernando Gabeira. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 2 – REQUERIMENTO Nº 48/04 – Do Sr. Fernando Gabeira – que "solicita a realização de Audiência Pública com representantes do Instituto de Reforma Agrária – INCRA, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA e o Senhor Agenor de Souza Gomes Filho, para discutirmos sobre a área de preservação permanente e ecossistema hídrico da Fazenda Santa Rita do Pau Funcho – Lagoa de Cima, em Campos dos Goytacazes/RJ, que foi desapropriada para fins de reforma agrária". Encaminhou a votação o Senhor Deputado Fernando Gabeira. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 3 – REQUERIMENTO Nº 50/04 – Do Sr. Carlos Willian – que "requer a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de averiguar em que situação se encontra os reparos ambientais em consequência do vazamento de óleo ocorrido na Baía da Guanabara, Estado do Rio de Janeiro em 18/01/2000." Não deliberado. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:** 4 – PROJETO DE LEI Nº 2.313/03 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 43/2003) – que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências". RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO. PARECER: pela aprovação, com emendas. Vista ao Deputado Fernando Gabeira, em 16/06/2004. Retirado de pauta pelo Relator. 5 – PROJETO DE LEI Nº 3.292/04 – Do Sr. Julio Lopes – que "dispõe sobre a instalação de recifes artificiais no litoral brasileiro". RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. O Deputado Luciano Zica solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: 6 – PROJETO DE LEI Nº 2.576/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "altera a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, dispondo sobre a visitação pública em parques". RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO. PARECER: pela aprovação. O Relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.238/01 – Do Sr. Fernando Ferro – que "dispõe sobre a realização de plebiscito destinado a autorizar ou não a liberação dos alimentos transgênicos na sociedade brasileira". RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação. O Deputado Edson Duarte solicitou Vista ao Projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 8 – PROJETO DE LEI Nº 466/99 – Do Sr. Milton Monti – que "estabelece prazo de dez anos e as condições para a recomposição das áreas de preservação permanente". (Apensado: PL 1364/2003) RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 1364/2003, apensado. O Relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei e seu apensado, nos termos do parecer do relator. 9 – PROJETO DE LEI Nº 2.181/99 – Do Sr. Wilson Santos – que "dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), dispondo sobre a reserva florestal legal em projetos de colonização, de assentamento e de loteamento rurais". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Não deliberado. 10 – PROJETO DE LEI Nº 222/03 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que "torna obrigatória a adição de álcool etílico carburante ao óleo diesel e dá outras providências". RELATOR: Deputado PAES LANDIM. PARECER: pela rejeição. Retirado de Pauta de Ofício. 11 – PROJETO DE LEI Nº 1.016/03 – Do Sr. Renato Casagrande – que "acresce o art. 19-A à Lei nº 9.795, de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para determinar a destinação à educação ambiental de um percentual dos gastos com propaganda comercial de produtos com embalagens descartáveis". RELATORA:

Deputada JANETE CAPIBERIBE. PARECER: pela aprovação deste na forma do Substitutivo da CDEIC. Vista ao Deputado Antonio Joaquim, em 16/06/2004. O Deputado Pedro Canedo apresentou voto em separado em 23/06/2003. A Relatora defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o projeto, nos termos do substitutivo da CDEIC, conforme o parecer da Relatora. 12 – PROJETO DE LEI Nº 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. Não deliberado. 13 – PROJETO DE LEI Nº 1.254/03 – Do Sr. César Medeiros – que "dispõe sobre as auditorias ambientais e a contabilidade dos passivos e ativos ambientais". (Apensado: PL 1834/2003). RELATOR: Deputado LUIZ ALBERTO. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1834/2003, apensado. Vista conjunta aos Deputados Edson Duarte e Sarney Filho, em 16/06/2004. O Deputado Sarney Filho apresentou voto em separado em 07/07/2003. Retirado de pauta pelo Relator. 14 – PROJETO DE LEI Nº 1.391/03 – Do Sr. Ricarte de Freitas – que "altera a Lei nº 6.938, de 1981, dispondo sobre a destinação dos recursos obtidos com o pagamento de reposição florestal ou autorização de desmatamento". RELATOR: Deputado B. SÁ. PARECER: pela aprovação deste. O Presidente solicitou ao Deputado Luiz Alberto que procedesse a leitura do voto do relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidadae o parecer. 15 – PROJETO DE LEI Nº 1.681/03 – Do Sr. Colombo – que "altera o artigo 2º e 11º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, sobre o uso de Unidades de Conservação". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição. Retirado de pauta pelo Relator. 16 – PROJETO DE LEI Nº 1.776/03 – Do Sr. André Luiz – que "dispõe sobre a proibição do comércio em todo o Território Nacional, fornecer sacolas plásticas, utilizadas para carregar compras, devendo as mesmas serem substituídas por sacolas de papel". RELATOR: Deputado DAVI ALCOLUMBRE. PARECER: pela rejeição. O Presidente solicitou ao Deputado Leonardo Monteiro que procedesse a leitura do voto do relator. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. 17 – PROJETO DE LEI Nº 1.830/03 – Do Sr. Vander Loubet – que "altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente". RELATOR: Deputado JOÃO ALFREDO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o projeto, com substitutivo, nos termos do parecer do Relator. 18 – PROJETO DE LEI Nº 1.847/03 – Do Sr. Rubens Otoni – que "institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, com emenda. Não deliberado. 19 – PROJETO DE LEI Nº 2.123/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. " RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. Não deliberado. 20 – PROJETO DE LEI Nº 3.225/04 – Do Sr. Edson Duarte – que "altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal". RELATOR: Deputado WELINTON FAGUNDES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Não deliberado. O Presidente submeteu ao Plenário a indicação dos senhores ROBERTO DOMINGOS DA MOTA e LEILA DENISE DE MACEDO BRITO, para exercerem o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE – 14, nesta Comissão. Não houve discussão. Em votação, a indicação dos servidores foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração da Ata. De volta aos trabalhos, o Presidente colocou à apreciação dos membros a Ata da presente reunião. O Deputado João Alfredo solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, antes convidando os presentes para a reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discutir o embargo da soja brasileria exportada para a China. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente, Deputado **Paulo Baltaza**r, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 20ª Reunião Ordinária realizada em 15 de setembro de 2004.**

Às onze horas e seis minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 06, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Givaldo Carimbão, Primei-

ro Vice-Presidente, em reunião ordinária para apreciação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Givaldo Carimbão, César Medeiros e João Alfredo – Vice-Presidentes; Amador Tut, Antonio Joaquim, B. Sá, Fernando Gabeira, Ivo José, Leonardo Monteiro, Luiz Alberto e Osvaldo Reis – Titulares; Affonso Camargo, Anselmo, Antonio Carlos Mendes Thame, Aroldo Cedraz, Assis Miguel do Couto e Iriny Lopes – Suplentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Damiao Feliciano, Edson Duarte, Itamar Serpa, Luciano Zica, Oliveira Filho, Paulo Baltazar, Renato Casagrande, Sarney Filho e Teté Bezerra. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 18ª reunião, realizada no dia 29 de junho de 2004. Solicitada a dispensa de leitura da Ata pelo Deputado B. Sá, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou o recebimento de ofício do Gabinete do Deputado Welington Roberto encaminhando o posicionamento da Associação Brasileira de Sementes e Mudas com relação ao Projeto de Lei de Biossegurança e solicitou a distribuição de cópias aos parlamentares presentes. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 50/04 – Do Sr. Carlos Willian – que "requer a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de averiguar em que situação se encontra os reparos ambientais em consequência do vazamento de óleo ocorrido na Baía da Guanabara, Estado do Rio de Janeiro em 18/01/2000." Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. REQUERIMENTO Nº 51/04 – Do Sr. Leonardo Monteiro – que "solicita audiência pública para debater o PL 2313/03, que implementa seguro de responsabilidade civil do poluidor, pessoa física ou jurídica que exerça atividade econômica potencialmente causadora de degradação ambiental". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. REQUERIMENTO Nº 52/04 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 222/2003 que torna obrigatória a adição de álcool etílico carburante ao óleo diesel e dá outras providências". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. REQUERIMENTO Nº 53/04 – Do Sr. Fernando Gabeira – que "requer a realização de audiência pública para discutirmos sobre a criação do Parque Nacional dos Pontões, no vale do Pancas, no estado do Espírito Santo e a desapropriação das propriedades de camponeses de origem européia (pomeranos) com hábitos, costumes, tradição e dialetos próprios, que chegaram a região por volta de 1922". O Presidente recomendou que o presente requerimento fosse apreciado conjuntamente com o requerimento de nº 54/04, por se tratar de assunto semelhante. Encaminhou a votação o Senhor Deputado Fernando Gabeira, que sugeriu a retirada do nome da Ministra Marina Silva da relação de convidados. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade e aglutinado ao requerimento nº 54/04, com o adendo de se excluir a presença da Ministra Marina Silva. REQUERIMENTO Nº 54/04 – da Sra. Iriny Lopes – que "solicita sejam convidados a Sua Excelência a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, O Sr. Presidente do IBAMA, o Prefeito Municipal de Pancas-ES, e Representante da Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca atingidos pelo Decreto s/n de 19 de dezembro de 2002, para tratar de questões inerentes ao Parque Nacional dos Pontões Capixabas". Em votação, foi aprovado por unanimidade e aglutinado ao requerimento nº 53/04. REQUERIMENTO Nº 55/04 – Do Sr. Edson Duarte – que "requer audiência Pública da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discussão e esclarecimentos sobre a publicação do Decreto que estabeleceu 900 áreas de conservação ambiental, do mapa dos novos biomas, da ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, bem como a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí, no Estado de Santa Catarina". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 7 – REQUERIMENTO Nº 56/04 – Do Sr. Luciano Zica – que "solicita que seja realizada audiência pública para debater o PL 3292, de 2004, que "dispõe sobre a instalação de recifes artificiais no litoral brasileiro." Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 8 – REQUERIMENTO Nº 57/04 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "requer que sejam convidados representantes da SOS Mata Atlântica para expor e debater, em Audiência Pública, a primeira Plataforma Ambiental aos governos locais". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 9 – REQUERIMENTO Nº 58/04 – Do Sr. B. Sá – que "requer criação de Subcomissão Especial sobre a Análise de Risco de Impacto Ambiental." Discutiram a proposição os Senhores Deputados B. Sá e César Medeiros. O requerimento foi retirado de pauta de ofício. 10 – REQUERIMENTO Nº 59/04 – dos Srs. Iriny Lopes e César Medeiros – que "requer a realização de Audiência Pública para debater questões específicas inerentes ao Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura.

Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 11 – REQUERIMENTO Nº 60/04 – Do Sr. Sarney Filho – que "requer que a Comissão de Meio e Desenvolvimento Sustentável realize reunião de audiência pública ordinária para debater a revisão da Resolução nº 20, de 1986, do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que "Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional". O Deputado João Alfredo subscreveu o requerimento. Em votação, foi aprovado por unanimidade. 12 – REQUERIMENTO Nº 61/04 – Do Sr. Renato Casagrande – que "requer a realização de Audiência Pública para debater projetos ambientais, por ocasião da "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA:** 13 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.238/01 – Do Sr. Fernando Ferro – que "dispõe sobre a realização de plebiscito destinado a autorizar ou não a liberação dos alimentos transgênicos na sociedade brasileira". RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Edson Duarte, em 07/07/2004. O Presidente solicitou ao Deputado João Alfredo que procedesse a leitura do voto do relator. Discutiram a matéria os Deputados Amador Tut, Fernando Gabeira, B. Sá e César Medeiros. O Projeto foi retirado de pauta de ofício. Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE 14 – PROJETO DE LEI Nº 2.656/03 – Do Sr. Pedro Chaves – que "altera os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 2000". RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela aprovação, com emenda. O Relator defendeu o seu parecer. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. **ORDINÁRIA:** 15 – PROJETO DE LEI Nº 2.110/99 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "torna obrigatória a confecção de aceiros de proteção de unidades de proteção ambiental e ao longo de rodovias e ferrovias". RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação, com emendas. Em discussão, os Deputados Leonardo Monteiro e Amador Tut solicitaram vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista conjunta, nos termos regimentais, pelo prazo de duas Sessões. PROJETO DE LEI Nº 2.181/99 – Do Sr. Wilson Santos – que "dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), dispondo sobre a reserva florestal legal em projetos de colonização, de assentamento e de loteamento rurais". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Não Deliberado. PROJETO DE LEI Nº 2.602/00 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "cria a Estação Ecológica da Fazenda Montes Claros". RELATORA: Deputada IRINY LOPES. PARECER: pela rejeição. A Relatora defendeu o seu parecer. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer da Relatora. PROJETO DE LEI Nº 128/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "determina que os projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas por atividades de mineração sejam elaborados de acordo com normas e parâmetros estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição deste. Em discussão, o Deputado Amador Tut solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista, nos termos regimentais, pelo prazo de duas Sessões. 19 – PROJETO DE LEI Nº 623/03 – Do Sr. Maurício Quintella Lessa – que "acrescenta artigo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – Cide". (Apensado: PL 1434/2003) RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1434/2003, apensado. Não Deliberado. PROJETO DE LEI Nº 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. Não deliberado. 21 – PROJETO DE LEI Nº 1.546/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. Não deliberado. PROJETO DE LEI Nº 1.681/03 – Do Sr. Colombo – que "altera o artigo 2º e 11º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, sobre o uso de Unidades de Conservação". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição. Não deliberado. PROJETO DE LEI Nº 1.847/03 – Do Sr. Rubens Otoni – que "institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, com emenda. Não deliberado. 24 – PROJETO DE LEI Nº 2.123/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965." RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. Não deliberado. 25 – PROJETO DE LEI Nº 2.461/03 – Do Sr. Leonardo Mattos – que "institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental -CNDA". RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação, com emendas. Não deliberado. O Deputado Givaldo Carimbão passou

a Presidência ao Deputado João Alfredo. 26 – PROJETO DE LEI Nº 2.678/03 – da Sra. Selma Schons – que “altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que “Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências”. RELATOR: Deputado GIVALDO CARIMBÃO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Deputado César Medeiros procedeu a leitura do parecer a pedido do Relator. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. O Deputado Givaldo Carimbão reassumiu a Presidência. 27 – PROJETO DE LEI Nº 3.385/04 – Do Sr. Colombo – que “dispõe sobre a vinculação de parte das receitas do Parque Nacional do Iguaçu a investimentos em projetos ambientais nos Municípios do Entorno e dá outras providências”. RELATOR: Deputado OLIVEIRA FILHO. PARECER: pela aprovação. Não deliberado. 28 – PROJETO DE LEI Nº 3.506/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “proíbe a construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros e dá outras providências”. RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Não deliberado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às 12 horas e cinco minutos convocando reunião ordinária deliberativa para o próximo esforço concentrado, a ser definido. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado **Givaldo,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 21ª Reunião Ordinária realizada em 20 de outubro de 2004.**

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 5, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, em reunião ordinária para apreciação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; César Medeiros – Vice-Presidente; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Itamar Serpa, Ivo José, Jorge Pinheiro, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Oliveira Filho, Osvaldo Reis, Renato Casagrande, Sarney Filho e Teté Bezerra – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Davi Alcolumbre, Jovino Cândido, Milton Barbosa, Pedro Irujo e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Damiao Feliciano, Givaldo Carimbão, João Alfredo e Luiz Alberto. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 20ª reunião, realizada no dia 15 de setembro de 2004. Solicitada a dispensa de leitura da Ata pelo Deputado César Medeiros, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou ao Plenário o recebimento das seguintes correpondências: 1) – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando cópias de atas de audiências realizadas pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, nos autos de Ação Civil Pública, em que é autor o Ministério Público Federal e réus a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. 2) – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia da resposta elaborada pela Antropóloga Maria Lúcia Brant de Carvalho sobre as informações constantes na ata de audiências da Justiça Federal do Paraná. 3) – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados, justificando o afastamento do Deputado Gervásio Silva nos dias 28 de janeiro, 17 de fevereiro, 11, 23, 24 e 25 de março, 6 e 7 de abril, 4, 5 e 6 de maio, 8 e 9 de junho, 5, 6 e 7 de julho, e 11, 24 e 25 de agosto de 2004. 4) – Ofício do Deputado Paes Landim comunicando seu afastamento no período de 18 a 20 de outubro de 2004, para participar do “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Escritórios de Advocacia”, com foco na facilitação de investimentos, na cidade de Lisboa, Portugal. 5) – Acórdão do TCU sobre Auditoria de Natureza Operacional, primeira etapa de avaliação da Política Florestal Brasileira, cujo foco foi a realização de levantamento da situação socioeconômica e ambiental de Unidades de Conservação na Amazônia Legal. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nª 58/04 – Do Sr. B. Sá – que “requer criação de Subcomissão Especial sobre a Análise de Risco de Impacto Ambiental”. O requerimento foi retirado de pauta de ofício. 2 – REQUERIMENTO Nª 62/04 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que “requer o adiamento da Audiência Pública solicitada anteriormente que debateria o PL 222/2003, em função das Eleições e do recesso Branco”. O Presidente declarou prejudicado o requerimento, por haver perdido a oportunidade. 3 – REQUERIMENTO Nª 63/04 – dos Srs. Mariângela Duarte e César Medeiros – que “requer seja convidado a participar da audiência pública em que se discutirá o Projeto de Lei nª 222, de 2003, o Sr. Alfredo Rafael Campi, Oficial Reformado da Força Aérea Brasileira”. Encaminhou a votação o Senhor Deputado

César Medeiros. Não houve discussão. O requerimento foi aprovado por unanimidade. 4 – REQUERIMENTO Nª 64/04 – Do Sr. Givaldo Carimbão – que “requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para, no dia 11/11/2004, em audiência pública conjunta com as Comissões de Minas e Energia, Defesa do Consumidor, Ciência e Tecnologia e Informática, Fiscalização Financeira e Controle, além de outras que venham se manifestar, prestar contas das realizações da Agência durante os seus sete anos de gestão”. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 5 – REQUERIMENTO Nª 65/04 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “requer que seja convidado representantes da SOS Mata Atlântica para expor e debater, em Audiência Pública, o livro “ Observatório Parlamentar Mata Atlântica”. Encaminhou a votação o Senhor Deputado Fernando Gabeira. Não houve discussão. O requerimento foi aprovado por unanimidade”. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA:** 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nª 1.340/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 119/2004) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima”. RELATOR: Deputado JOÃO ALFREDO. PARECER: pela aprovação. O Presidente solicitou ao Deputado Ivo José que procedesse a leitura do Parecer do Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. **ORDINÁRIA:** 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nª 1.238/01 – Do Sr. Fernando Ferro – que “dispõe sobre a realização de plebiscito destinado a autorizar ou não a liberação dos alimentos transgênicos na sociedade brasileira”. RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Edson Duarte, em 07/07/2004. O Relator defendeu o seu parecer. Discutiram a proposição os Deputados Antônio Carlos Mendes Thame, Jorge Pinheiro e Edson Duarte. O Deputado Jorge Pinheiro sugeriu ampliar para um ano o prazo para o Tribunal Superior Eleitoral organizar o plebiscito. O Relator acatou a sugestão, apresentando complementação de voto. Em votação, foi aprovado o parecer favorável, com emenda, nos termos da complementação de voto, contra o voto do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. O Deputado Edson Duarte absteve-se de votar. 8 – PROJETO DE LEI Nª 3.292/04 – Do Sr. Julio Lopes – que “dispõe sobre a instalação de recifes artificiais no litoral brasileiro”. RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 07/07/2004. O Projeto foi retirado de pauta pelo Relator. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA: 9 – PROJETO DE LEI Nª 2.110/99 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “torna obrigatória a confecção de aceiros de proteção de unidades de proteção ambiental e ao longo de rodovias e ferrovias”. RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação, com emendas. Vista conjunta aos Deputados Amador Tut e Leonardo Monteiro, em 15/09/2004. O parecer foi lido pelo Deputado Ronaldo Vasconcellos. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o parecer contra os votos dos Deputados Ivo José, Leonardo Monteiro e César Medeiros. 10 – PROJETO DE LEI Nª 2.181/99 – Do Sr. Wilson Santos – que “dá nova redação ao art. 17, da Lei nª 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), dispondo sobre a reserva florestal legal em projetos de colonização, de assentamento e de loteamento rurais”. RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação. O Deputado César Medeiros foi designado para proceder a leitura do parecer. Em discussão, o Deputado César Medeiros apresentou considerações contrárias ao projeto. Em votação, foi rejeitado o parecer favorável da Relatora. O Presidente designou o Deputado César Medeiros para redigir o novo parecer contrário à matéria. O parecer da Deputada Teté Bezerra passou a constituir voto em separado. 11 – PROJETO DE LEI Nª 128/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “determina que os projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas por atividades de mineração sejam elaborados de acordo com normas e parâmetros estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM”. RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição deste. Vista ao Deputado Amador Tut, em 15/09/2004. O relator defendeu o seu parecer. O Deputado Ronaldo Vasconcellos discutiu a matéria. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. 12 – PROJETO DE LEI Nª 623/03 – Do Sr. Maurício Quintella Lessa – que “acrescenta artigo à Lei nª 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – Cide”. (Apensado: PL 1434/2003) RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1434/2003, apensado. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 13 – PROJETO DE LEI Nª 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que “dispõe so-

bre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 14 – PROJETO DE LEI Nª 1.546/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 15 – PROJETO DE LEI Nª 1.681/03 – Do Sr. Colombo – que "altera o artigo 2ª e 11ª da Lei nª 9.985 de 18 de julho de 2000, sobre o uso de Unidades de Conservação". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição. O relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. 16 – PROJETO DE LEI Nª 1.847/03 – Do Sr. Rubens Otoni – que "institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, com emenda. O Deputado Ivo José solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 17 – PROJETO DE LEI Nª 2.123/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2ª da Lei nª 4.771, de 15 de setembro de 1965. " RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. Discutiram a matéria os Senhores Deputados Ricardo Izar, Jorge Pinheiro, Ronaldo Vasconcellos e Antônio Carlos Mendes Thame. O Deputado Leonardo Monteiro solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 18 – PROJETO DE LEI Nª 2.461/03 – Do Sr. Leonardo Mattos – que "institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental -CNDA". RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação, com emendas. O Deputado Antônio Carlos Mendes Thame solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 19 – PROJETO DE LEI Nª 3.029/04 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "altera dispositivos da Lei nª 9.660, de 16 de junho de 1998". RELATOR: Deputado AMADOR TUT. PARECER: pela aprovação, com 2 emendas. O Presidente solicitou ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que procedesse a leitura do voto do relator. Discutiram a matéria os Deputados Antônio Carlos Mendes Thame, Fernando Gabeira e Jorge Pinheiro. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Pprojeto, com 2 emendas, nos termos do parecer do relator. 20 – PROJETO DE LEI Nª 3.385/04 – Do Sr. Colombo – que "dispõe sobre a vinculação de parte das receitas do Parque Nacional do Iguaçu a investimentos em projetos ambientais nos Municípios do Entorno e dá outras providências". RELATOR: Deputado OLIVEIRA FILHO. PARECER: pela aprovação. O Presidente solicitou ao Deputado Luciano Zica que procedesse a leitura do parecer do relator. Em discussão, os Deputados César Medeiros e Luciano Zica apresentaram argumentos contrários ao projeto. Em votação, foi rejeitado o parecer favorável do Relator. O Presidente designou o Deputado Luciano Zica para redigir o novo parecer contrário à matéria. O parecer do Deputado Oliveira Filho passou a constituir voto em separado. 21 – PROJETO DE LEI Nª 3.405/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "Inclui o inciso 5° ao art. 2° e altera a redação do art. 3° da Lei n° 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências." RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO. PARECER: pela rejeição. O Relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. 22 – PROJETO DE LEI Nª 3.491/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "Dispõe sobre a elaboração de planos de manejo florestal simplificados." RELATOR: Deputado LUIZ BITTENCOURT. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Projeto foi retirado de pauta de ofício. 23 – PROJETO DE LEI Nª 3.506/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "proíbe a construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Deputado Luciano Zica solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 24 – PROJETO DE LEI Nª 3.721/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "Institui o Programa de Educação Ambiental e dá outras providências." RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela rejeição. O Relator defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto de lei, nos termos do parecer do relator. O Deputado César Medeiros solicitou ao Presidente o envio aos gabinetetes de orientações para a apresentação das emendas de Comissão ao orçamento. O Deputado Ronaldo Vasconcellos registrou o excelente trabalho desenvolvido pela Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, ressaltando a participação da Câmara dos Deputados através do programa EcoCâmara. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às doze horas e vinte e sete minutos, antes convidando os presentes para a reunião de audiência pública sobre o Projeto de Lei

nª 2.313/2003, da Comissão de Legislação Participativa, que implementa seguro de responsabilidade civil do poluidor, pessoa física ou jurídica, que exerça atividade econômica potencialmente causadora de degradação ambiental, a realizar-se no dia 26 de outubro, às dezesseis horas e trinta minutos, no Plenário 8. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Paulo Baltazar,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 25ª Reunião Ordinária realizada em 17 de novembro de 2004.**

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, em reunião ordinária para apreciação de proposições. Registraram presença dos Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; Givaldo Carimbão e João Alfredo – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, B. Sá, Damião Feliciano, Itamar Serpa, Ivo José, Jorge Pinheiro, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Oliveira Filho, Sarney Filho, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Anselmo, Antonio Carlos Mendes Thame, Iriny Lopes, José Roberto Arruda, Luiz Bittencourt, Paes Landim, Pedro Irujo e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados César Medeiros (ausência justificada – Missão Oficial Autorizada), Edson Duarte, Fernando Gabeira, Luiz Alberto, Osvaldo Reis e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 21ª e 22ª reuniões, realizadas respectivamente, nos dias 20 e 26 de outubro de 2004. Solicitada a dispensa da leitura das Atas pelo Deputado B. Sá, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou ao Plenário o recebimento das seguintes correspondências: 1) – Ofício da Diretoria da Coordenação de Comissões Permanentes, solicitando às Secretarias de Comissões rigorosa observância quanto aos registros de comparecimento dos deputados às reuniões, que deverão ser inseridos nos sistemas de controle imediata e impreterivelmente logo após encerrada cada uma das reuniões realizadas. 2) – Ofício do Deputado Antônio Joaquim, encaminhando atestado médico e justificativa de ausência no período de 5 a 7 de outubro de 2004. 3). Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre a segunda etapa da Auditoria de Natureza Operacional para avaliação da Política Florestal Brasileira, tendo como foco a Floresta Nacional do Jamari, No Estado de Rondônia. 4) – Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre a terceira etapa da Auditoria de Natureza Operacional para avaliação da Política Florestal Brasileira, tendo como objetivo as Unidades de Conservação localizadas no "arco de desflorestamento da Amazônia". 5) – Ofício do Gabinete do Deputado Sarney Filho, encaminhando cópia de atestado médico justificando seu afastamento, pela manhã, no dia 10 de novembro de 2004. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 66/04 – Do Sr. Paulo Baltazar – que "requer a realização de Seminário intitulado "ICMS ECOLÓGICO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS". O Deputado Paulo Baltazar justificou sua iniciativa e encaminhou a votação. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 2 – REQUERIMENTO Nº 67/04 – Do Sr. Ivo José – que "solicita a realização de Audiência Pública para apresentação dos 100 Anos de Florestas Plantadas no Brasil, com a presença do sr. Carlos Augusto Lira Aguiar, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF". Retirado de pauta de ofício. 3 – REQUERIMENTO Nº 68/04 – Do Sr. B. Sá – que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei Nº 1647/2003 – Do Sr. Pastor Reinaldo – que "institui o código nacional de proteção aos animais". O Deputado B. Sá justificou sua iniciativa e encaminhou a votação. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 4 – REQUERIMENTO Nº 69/04 – da Sra. Iriny Lopes – que "requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à adoção de programa na área florestal". Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 5 – REQUERIMENTO Nº 70/04 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "requer seja convidado o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para expor e debater, em Audiência Pública, assuntos relativos a mudanças climáticas". Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 6 – REQUERIMENTO Nº 71/04 – Do Sr. César Medeiros – que "solicita sejam convidados a Senhora Marina Silva Ministra do Meio Ambiente, o Dr. em Geomorfologia e Geógrafo Aziz Ab"Sáber, a Sra. Tânia Nahum, Advogada especialista em concessão publica,o Sr Hermam Benjamim,

Drª. Maria Sylvia Zanella Di Pietro Professora Titular de Direito Administrativo da USP, e a ABEEF ( Associação Brasileira dos estudantes em engenharia Florestal ), para discutir matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo do dia 7 de Novembro com o titulo "Aluguel de Florestas une madeireiras e ONGs" O Deputado Leonardo Monteiro, que subscreveu a proposição, fez o encaminhamento. O Deputado Sarney Filho discutiu a matéria. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade." 7 – REQUERIMENTO Nº 72/04 – dos Srs. Wasny de Roure e João Alfredo – que "requer audiência pública: agrotóxicos encontrados na Fazenda Toca da Raposa". O Deputado Wasny de Roure justificou sua iniciativa e encaminhou a votação. Em discussão, o Deputado B. Sá sugeriu a inclusão do Superintendente do IBAMA – DF para participar da audiência. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com a inclusão, como expositor, do Superintendente do IBAMA-DF. O Deputado Givaldo Carimbão solicitou a palavra e fêz um apelo aos membros no sentido de comparecerem e prestigiarem os eventos promovidos pela Comissão, de forma a fortalecer a imagem deste órgão e do Parlamento. 8 – REQUERIMENTO Nº 73/04 – Do Sr. Luciano Zica – que "solicita que seja realizada audiência pública para debater o PL Nº 6.983, de 2002 que "Institui o Programa Nacional do Biodiesel", os PL Nº 526/03, PL 2.578/03, PL 3.368/04, PL 3.373/04 a ele apensados e as demais proposições em tramitação na Casa que tratem desse mesmo tema". O Deputado Luciano Zica justificou sua iniciativa e encaminhou a votação. O Deputado Antônio Carlos Mendes Thame subscreveu a proposição. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA:** 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.376/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (OF. 137/2004) – que "aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação. O Presidente solicitou ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que procedesse a leitura do parecer do relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. **URGÊNCIA ART. 64 CF:** 10 – PROJETO DE LEI Nº 4.186/04 – Do Poder Executivo – que "altera os limites do Parque Nacional de Brasília". RELATOR: Deputado JORGE PINHEIRO. PARECER: pela aprovação deste, da EMP 1/2004, da EMP 3/2004, e da EMP 4/2004, com substitutivo, e pela rejeição da EMP 2/2004. Retirado de pauta pelo Relator. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA: 11 – PROJETO DE LEI Nº 2.181/99 – Do Sr. Wilson Santos – que "dá nova redação ao art. 17, da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), dispondo sobre a reserva florestal legal em projetos de colonização, de assentamento e de loteamento rurais". RELATOR: Deputado CÉSAR MEDEIROS. PARECER VENCEDOR: pela rejeição. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Luciano Zica. 12 – PROJETO DE LEI Nº 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. Retirado de pauta de ofício. 13 – PROJETO DE LEI Nº 1.546/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. O Deputado Luciano Zica solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. 14 – PROJETO DE LEI Nº 1.847/03 – Do Sr. Rubens Otoni – que "institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências". RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, com emenda. Vista ao Deputado Ivo José, em 20/10/2004. Encaminhou a votação a Sra. Deputada Teté Bezerra. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o projeto, com emenda, nos termos do parecer da Relatora. 15 – PROJETO DE LEI Nº 1.895/03 – Do Sr. Zonta – que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Florestal Trabalho e Renda em todo o Território Nacional, ajustado ao Programa Fome Zero, do Governo Federal". RELATORA: Deputada IRINY LOPES. PARECER: pela rejeição. O Presidente solicitou ao Deputado Luciano Zica que procedesse a leitura do parecer da relatora. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado por unanimidade o projeto, nos termos do parecer da Relatora. 16 – PROJETO DE LEI Nº 2.123/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2ª da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. " RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 20/10/2004. Os Deputados Luiz Alberto, João Alfredo, Leonardo Monteiro, César Medeiros e Luciano Zica apresentaram votos em separado em 10/11/2004. Retirado de pauta pelo Relator.

17 – PROJETO DE LEI Nº 2.461/03 – Do Sr. Leonardo Mattos – que "institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental -CNDA". RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação, com emendas. Vista ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 20/10/2004. O Deputado Sarney Filho encaminhou a votação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o projeto e as emendas, nos termos do parecer do Relator. 18 – PROJETO DE LEI Nº 2.817/03 – Do Sr. Nelson Marquezelli – que "revoga o artigo 9ª da Lei Nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que "Estabelece normas para o plantio e comercialização de soja geneticamente modificada da safra 2004, e dá outras providências"". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição. Retirado de pauta de ofício. 19 – PROJETO DE LEI Nº 3.385/04 – Do Sr. Colombo – que "dispõe sobre a vinculação de parte das receitas do Parque Nacional do Iguaçu a investimentos em projetos ambientais nos Municípios do Entorno e dá outras providências". RELATOR: Deputado LUCIANO ZICA. PARECER VENCEDOR: pela rejeição. O Deputado Luciano Zica encaminhou a votação. Não houve discussão. Em votação, foi rejeitado o projeto, nos termos do parecer vencedor. O parecer do Deputado Oliveira Filho passou a constituir voto em separado. 20 – PROJETO DE LEI Nº 3.506/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "proíbe a construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 20/10/2004. Retirado de pauta de ofício. 21 – PROJETO DE LEI Nº 3.955/04 – Do Sr. José Santana de Vasconcellos – que "concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação parcial, com emendas. Retirado de pauta a requerimento do Deputado João Alfredo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e vinte e oito minutos, antes convidando os presentes para a Reunião com a Dra. Mary Sancy, Coordenadora do Programa Ambiental da UNITAR – Instituto de Treinamento e Pesquisa da Organização das Nações Unidas e do IPU – União Parlamentar Internacional, no dia 23 de novembro de 2004, às 15 horas e 30 minutos, na Sala da Presidência da Comissão e para a Audiência Pública com o objetivo de discutir a Área de Preservação Permanente e Ecossistema Hídrico da Fazenda Santa Rita do Pau Funcho – Lagoa de Cima, em Campos dos Goytacazes/RJ, que foi desapropriada para fins de reforma agrária, a ser realizada no dia 23 de novembro de 2004, às 16 horas e 30 minutos. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Baltazar, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 27ª Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 24 de novembro de 2004.**

Às onze horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; Givaldo Carimbão e César Medeiros – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Itamar Serpa, Jorge Pinheiro, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Luiz Alberto, Osvaldo Reis, Renato Casagrande, Sarney Filho, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Iriny Lopes, José Roberto Arruda, Luiz Bittencourt, Marcelo Ortiz, Milton Barbosa, Paes Landim, Pedro Irujo e Sergio Caiado – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Ivo José, João Alfredo (ausência justificada – missão oficial autorizada) e Oliveira Filho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 25ª reunião ordinária deliberativa, realizada no dia 17 de novembro de 2004. Solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Deputado Luciano Zica, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, a ata foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou o recebimento de Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre Auditoria de Natureza Operacional para avaliar se as reformas regulatórias e a privatização do setor de telecomunicações efetivamente contribuíram para a ampliação e democratização do acesso aos serviços de telefonia e avaliar o trabalho realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações no sentido de incentivar e fiscalizar o cumprimento das metas de universalização de acesso ao sistema fixo de telefonia comutado -STFC. **ORDEM DO DIA: A –** SUGESTÕES DE EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO DE 2005: O Presidente informou que na reunião desti-

nada à discussão das propostas de emendas ao Orçamento de 2005 a serem enviadas à Comissão Mista de Orçamento, realizada ontem, dia 23/11/2004, às 17h30min, na Sala de Reunião desta Comissão, para a qual foram convidados todos os membros deste Órgão Técnico, foram selecionadas cinco emendas, dentre as 15 propostas apresentadas, cujas cópias foram distribuídas a todos. Desta forma, sugeriu a votação em globo das mesmas. O Deputado Fernando Gabeira ressaltou que não teria condições de votar contra uma decisão coletiva, da qual não participou. No entanto, frisou que algumas emendas não foram contempladas e uma delas trata da manutenção da pesquisa na Antártica – Programa Antártico Brasileiro. Externou sua opinião da dificuldade de se obter recursos para esse fim e que o Governo não é generoso, especificamente, com esse trabalho, mas as pessoas estão lá a uma temperatura às vezes abaixo dos trinta graus, isoladas, e pecisam de nosso apoio. Ressaltou que entre as emendas de consenso encontra-se a emenda de apoio à modernização de acervos biológico, importantíssima. No entanto, acreditava que essas emendas poderiam ser reanalizadas, procurando contemplar o Programa Antártico. Complementou que se isso não fosse possível, naquele momento, teria de se pensar numa alternativa para manter o trabalho de pesquisa na Antártica, fundamental para a humanidade, que o mundo inteiro está participando e que o Brasil está tendo um papel fundamental nele. O Deputado Luciano Zica concordou com as posições do Deputado Fernando Gabeira no que tange à importância da pesquisa na Antártica e da importância do papel que esta Comissão tem cumprido em sustentar esta pesquisa. No entanto, ressaltou que há uma contradição, um projeto tão importante para o País que se sustenta a várias legislaturas com emendas de Comissões, faz com que esses Órgãos Técnicos fiquem atados, limitados no seu poder de atender outras demandas. Programas como este devem estar consolidados no orçamento, como elemento importante para o País. Externou o esforço do Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Baltazar, no sentido de aprovar essa destinação de recursos para o Programa Antártico. Entretanto, o que prevaleceu foi o compromisso de todos nós envidarmos esforços junto ao relator para que ele contemple o Programa, além de conversarmos com o Governo para atender previamente esse Programa Antártico no orçamento para 2006. O Deputado Edson Duarte disse ter testemunhado na reunião de ontem o esforço que o Presidente fez para contemplar esta emenda, que durante vários anos foi aprovada por este Colegiado. Ressaltou que vários foram os argumentos apresentados em defesa da emenda do Programa Antártico, porém limitadas a cinco emendas a serem enviadas à Comissão Mista de Orçamento, não foi possível acatá-la, pois tiveram que proceder a uma triagem de um universo de quinze propostas. Ratificou o entendimento de todos os presentes de buscarem junto ao relator uma forma de contemplar os recursos necessários para o Programa Antártico Brasileiro. O Presidente informou que na reunião de ontem os debates foram intensos, mas num espaço democrático venceu a posição contrária à emenda, neste momento. Comprometeu-se em buscar com os demais pares uma solução do relator para contemplar o Programa, por julgar importantíssima a sua continuidade. Desta forma, acatada a proposta de votação em globo, submeteu à apreciação as emendas, com os resultudos a seguir: SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO N° 1/04 – Do Sr. Paulo Baltazar e outros – que “sugere destinar recursos no valor de cento e cinqüenta milhões de reais no Orçamento da União de 2005 para o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando atender o programa – Ciência, Natureza e Sociedade, subtítulo: Implantação da Rede de Metereologia e Clima”. APROVADA. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA ABSTEVE-SE DE VOTAR. SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO N° 2/04 – Do Sr. Luciano Zica e outros – que “sugere destinar a quantia de setenta e cinco milhões de reais no Orçamento da União de 2005 para o IBAMA, objetivando atender os Centros de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres, através do subtítulo: Controle, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres, que consta no programa ‘Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade’”. APROVADA. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA ABSTEVE-SE DE VOTAR. SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO N° 3/04 – Do Sr. Edson Duarte – que “sugere destinar recursos no valor de quinze milhões de reais no Orçamento da União de 2005 para o Ministério do Meio Ambiente, objetivando atender o programa – Combate à Desertificação, através do subtítulo: Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação nos Estados Inseridos nas Áreas Suscetíveis à Desertificação”. APROVADA. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA ABSTEVE-SE DE VOTAR. SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO N°

4/04 – Do Sr. Paulo Baltazar e outros – que "sugere destinar recursos no valor de quarenta e cinco milhões de reais no Orçamento da União de 2005 para o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando atender o programa – Ciência, Natureza e Sociedade, através do subtítulo: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções ex situ)". APROVADA. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA ABSTEVE-SE DE VOTAR. SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO N° 5/04 – Do Sr. Givaldo Carimbão e outros – que "sugere destinar recursos no valor de vinte milhões de reais no Orçamento da União de 2005 para o Ministério do Meio Ambiente, objetivando atender o programa – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, subtítulo: Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental". APROVADA. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA ABSTEVE-SE DE VOTAR. B – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO N° 67/04 – Do Sr. Ivo José – que "solicita a realização de Audiência Pública para apresentação dos 100 Anos de Florestas Plantadas no Brasil, com a presença do sr. Carlos Augusto Lira Aguiar, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF". RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 2 – REQUERIMENTO N° 74/04 – Do Sr. Luciano Zica – (PL 4186/2004) – que "requer o encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República de pedido de Retirada de Urgência Constitucional do PL 4.186, de 2004, de autoria do Executivo Federal que 'altera os limites do Parque Nacional de Brasília'". RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR. C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: TRAMITAÇÃO EM REGIMENTE DE URGÊNCIA ART. 64 CF 3 – PROJETO DE LEI N° 4.186/04 – Do Poder Executivo – que "altera os limites do Parque Nacional de Brasília". RELATOR: Deputado JORGE PINHEIRO. PARECER: pela aprovação deste, da EMP 1/2004, da EMP 3/2004, e da EMP 4/2004, com substitutivo, e pela rejeição da EMP 2/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMIAÇÃO ORDINÁRIA 4 – PROJETO DE LEI N° 2.181/99 – Do Sr. Wilson Santos – que "dá nova redação ao art. 17, da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), dispondo sobre a reserva florestal legal em projetos de colonização, de assentamento e de loteamento rurais". RELATOR: Deputado CÉSAR MEDEIROS. PARECER VENCEDOR: pela rejeição. REJEITADO POR UNANIMIDADE O PROJETO, NOS TERMOS DO PARECER DO DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS, DESIGNADO PARA REDIGIR O PARECER VENCEDOR. O PARECER DA DEPUTADA TETÉ BEZERRA PASSOU A CONSTITUIR VOTO EM SEPARADO. 5 – PROJETO DE LEI N° 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 6 – PROJETO DE LEI N° 1.546/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 17/11/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR. 7 – PROJETO DE L**EI N° 2.123/03** – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2° da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965. " RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 20/10/2004. Os Deputados Luiz Alberto, João Alfredo, Leonardo Monteiro, César Medeiros e Luciano Zica apresentaram votos em separado em 10/11/2004. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** O Deputado Givaldo Carimbão fez um apelo aos membros da Comissão no sentido de devolverem, com a maior brevidade possível, as proposições com os respectivos pareceres para serem apreciadas antes do encerramento da presente Sessão Legislativa. Ressaltou que alguns parlamentares recebem as proposições para relatarem e ficam seis, oito meses sem as devolverem. Nesse sentido, solicitou ao Presidente encaminhar uma circular determinando uma data limite para devolverem as matérias, bem como apreciar as proposições já devolvidas com ou sem a presença dos relatores, uma vez que nesta Comissão somente apreciamos as matérias, sem a presença dos relatores, quando não há divergências. O Presidente concordou com as ponderações do Deputado Givaldo Carimbão e solicitou aos presentes darem celeridade à elaboração dos pareceres, determinando à Secretaria que tomasse as providências necessárias ao envio de circular cobrando as propoisições para serem apreciadas antes do encerramento da Sessão Legislativa. O Deputado Luciano Zica aproveitou a oportunidade, antes de dar seqüência à apreciação das demais matérias da pauta, para registrar a sua insat-

isfação com o Governo, que, paralelamente à tramitação de um conjunto de proposições tratando da questão do biodiesel para as quais fora designado relator e já havia proferido o seu paecer em tempo hábil, discutido, inclusive com representantes do Governo, enviou uma Medida Provisória que poderá ser aprovada, atropelando o debate democrático. Ressaltou que retirou essas proposições da Ordem do Dia desta Comissão a pedido do Poder Executivo, que não discutiu devidamente com o Congresso Nacional nas suas Comissões, para eleborar na Medida Provisória, quem sabe, o resultado do trabalho desta Comissão, que ouviu todos os segmentos envolvidos. Frisou que seria possível darmos uma contribuição e podendo, inclusive, rejeitarmos a Medida Provisória, aprovando, dessa forma, no Congresso Nacional, um projeto discutido democraticamente que com certeza trará um progama que será implantado sem os vícios do atropelo do Programa do Álcool – muito importante, mas que impôs muito sofrimento ao povo brasileiro – enfim, um Programa de biodiesel que seja o retrato da necessidade nacional. Diante desses fatos, o Deputado Luciano Zica solicitou ao Presidente a inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa as referidas proposições para serem submetidas à apreciação. 8 – PROJETO DE LEI N° 2.817/03 – Do Sr. Nelson Marquezelli – que "revoga o artigo 9° da Lei n° 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que "Estabelece normas para o plantio e comercialização de soja geneticamente modificada da safra 2004, e dá outras providências"". RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela rejeição. REJEITADO POR UNANIMIDADE O PROJETO, NOS TERMOS DO PARECER DO RELATOR. 9 – PROJETO DE LEI N° 3.506/04 – Do Sr. Carlos Nader – que "proíbe a construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros e dá outras providências". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 20/10/2004. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 10 – PROJETO DE LEI N° 3.955/04 – Do Sr. José Santana de Vasconcellos – que "concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes". RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com emendas. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. A seguir, o Presidente submeteu à apreciação dos membros a Ata da presente reunião. Não havendo impugnação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Antes do encerramento da reunião o Presidente comunicou aos membos os seguintes eventos a serem realizados na semana seguinte: 1) Reunião de Audiência Pública em "Homenagem aos 15 anos do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente", que será realizada no dia 30 de novembro, às 14h, no plenário 3, anexo II desta Casa; 2) Reunião de Audiência Pública para "Debater Sobre o Projeto de Lei N° 1.647/2003, do Sr. Pastor Reinaldo, que "Institui o Código Nacional de Proteção aos Animais", que será realizada também no dia 30 de novembro, às 16h30min, no plenário 3, anexo II, desta Casa; 3) Seminário "ICMS ECOLÓGICO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS", que será realizado no dia 1° de dezembro, de 9 às 18h, no plenário 2, pela manhã, e no plenário 1, à tarde. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e quarenta e nove minutos. E para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Baltazar, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 31ª Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 8 de dezembro de 2004.**

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar, em reunião ordinária para apreciação de proposições. Registraram presença os Senhores Deputados Paulo Baltazar – Presidente; César Medeiros e João Alfredo – Vice-Presidentes; Antonio Joaquim, B. Sá, Edson Duarte, Itamar Serpa, Ivo José, Jorge Pinheiro, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Luiz Alberto, Oliveira Filho, Osvaldo Reis, Sarney Filho, Teté Bezerra e Welinton Fagundes – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Cezar Silvestri, Janete Capiberibe, Luiz Bittencourt, Milton Barbosa, Nazareno Fonteles e Ronaldo Vasconcellos – Suplentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Fernando Gabeira, Givaldo Carimbão e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 23ª, 24ª, 26ª, 28ª, 29ª e 30ª reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 9, 16, 23 e 30 de novembro e 2 de dezembro de 2004. Solicitada a dispensa de leitura das atas pelo Deputado

Edson Duarte, tendo em vista a distribuição prévia de cópias aos membros. Não havendo impugnação, as atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou ao Plenário o recebimento das seguintes correspondências: 1) – Ofício do Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados encaminhando cópias de Moções de Repúdio do X Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe, relativas à Transposição do Rio São Francisco e à Política Ambiental adotada pelo Governo Federal; e 2) – Ofício do Deputado Leonardo Monteiro justificando sua ausência nas reuniões desta Comissão no dia 30 de novembro de 2004, devido ao fechamento, em razão de forte chuva, do aeroporto de Governador Valadares, impedindo-o de chegar a Brasília. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – REQUERIMENTO Nº 75/04 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita a realização de audiência pública, para debater o Projeto de Lei nº 4.186/2004, que altera os limites do Parque Nacional de Brasília". Discutiram a matéira os Senhores Deputados Jorge Pinheiro e Luciano Zica. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 2 – REQUERIMENTO Nº 76/04 – dos Srs. Edson Duarte e Fernando Gabeira – que "solicita que seja constituído Grupo de Trabalho para discutir a estrutura de fiscalização na área nuclear e apresentar propostas". O Deputado Edson Duarte defendeu sua proposição. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, ficando o Grupo de Trabalho constituído pelos deputados Edson Duarte, Fernando Gabeira, Sarney Filho, Luciano Zica e Paulo Baltazar. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA** 3 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 499/03 – Do Sr. Dr. Rosinha – que "susta os efeitos da Portaria nº 764, de 24 de setembro de 1998, da Secretaria da Vigilância Sanitária, que dispõe sobre limite máximo de resíduos no solo do agrotóxico Glifosato". RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O projeto foi retirado de pauta de ofício. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE: 4 – PROJETO DE LEI Nº 6.299/02 – Do Senado Federal – (PLS 526/1999) – que "altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências". (Apensados: PL 2495/2000, PL 3125/2000 e PL 5852/2001). RELATOR: Deputado GIVALDO CARIMBÃO. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2495/2000, do PL 3125/2000, e do PL 5852/2001, apensados, com substitutivo. O Deputado Cézar Silvestri solicitou vista ao projeto. O Presidente concedeu a vista, nos termos regimentais, pelo prazo de duas sessões. **ORDINÁRIA:** 5 – PROJETO DE LEI Nº 6.983/02 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "institui o Programa Biodiesel". (Apensados: PL 526/2003, PL 2578/2003, PL 3373/2004 e PL 3368/2004) RELATOR: Deputado LUCIANO ZICA. PARECER: Parecer do Relator , Dep. Luciano Zica, pela aprovação deste, do PL 526/2003, do PL 2578/2003, do PL 3368/2004, e do PL 3373/2004, apensados, com substitutivo, das emendas nº 1 e nº 2 e pela rejeição da emenda nº 3. O Deputado Luciano Zica defendeu o seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. 6 – PROJETO DE LEI Nº 623/03 – Do Sr. Maurício Quintella Lessa – que "acrescenta artigo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – Cide". (Apensado: PL 1434/2003) RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1434/2003, apensado. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 7 – PROJETO DE LEI Nº 1.151/03 – Do Sr. Carlos Souza – que "dispõe sobre as brigadas indígenas de combate a incêndios florestais". RELATOR: Deputado ANSELMO. PARECER: pela aprovação. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 8 – PROJETO DE LEI Nº 1.546/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação deste, com emendas. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 17/11/2004. O Relator do Projeto, Deputado Cézar Silvestri, apresentou requerimento para adiamento da discussão, pelo prazo de dez sessões. O Presidente submeteu à apreciação o requerimento de adiamento da discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento, ficando adiada a discussão do projeto por 10 sessões. 9 – PROJETO DE LEI Nº 2.123/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. " RELATOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDCMAM, com substitutivo. Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 20-10-2004. Os Deputados Luiz Alberto, João Alfredo, Leonardo Monteiro, César Medeiros e Luciano Zica apresentaram votos em separado em 10/11/2004. O projeto foi retirado de pauta de ofício. 10 – PROJETO DE LEI Nº 3.506/04

– Do Sr. Carlos Nader – que “proíbe a construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros e dá outras providências”. RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Luciano Zica, em 20/10/2004. O Presidente solicitou ao Deputado Sarney Filho que procedesse a leitura do parecer do Relator. O Deputado Luciano Zica discutiu a matéria. Em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer. 11 – PROJETO DE LEI Nº 3.955/04 – Do Sr. José Santana de Vasconcellos – que “concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes”. RELATOR: Deputado RENATO CASAGRANDE. PARECER: pela aprovação, com emendas. O projeto foi retirado de pauta de ofício. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às onze horas e dezoito minutos, antes convidando os presentes para a Reunião de Audiência Pública com o objetivo de discutir o plantio ilegal de algodão transgênico, a ser realizada no dia 9 de dezembro de 2004, às 10 horas, no Plenário 6. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Baltazar, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### 52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**Ata Da 12ª Reunião Ordinária realizada em 7 de julho de 2004.**

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia sete de julho de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Carlos Melles – Presidente; Marcos de Jesus e Maninha – Vice-Presidentes; Antonio Carlos Pannunzio, Átila Lins, Edison Andrino,Feu Rosa, Ivan Ranzolin, Jair Bolsonaro, José Thomaz Nonô, Lincoln Portela, Murilo Zauith, Pastor Frankembergen, Paulo Delgado, Vieira Reis, Zarattini e Zulaiê Cobra – Titulares: Fernando Gabeira, João Paulo Gomes da Silva, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luís Carlos Hauly, Nilson Mourão e Professora Raquel Teixeira – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados André Zacharow, Arnon Bezerra, Fernando Lopes, Francisco Rodrigues, João Hermmann Neto, Renildo Calheiros e Zico Bronzeado. Justificou a ausência o Deputado João Castelo. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada no dia 16.6.2004 e a Ata da 11ª Reunião Ordinária – Audiência Pública, realizada no dia 17.6.2004. Em votação, as Atas foram aprovadas. EXPEDIENTE: da Presidência da Câmara dos Deputados, e ncaminhando ofício nº 478/04, da Câmara Municipal de Passo Fundo-RS, referente à aprovação da Moção nº005/04, que “propõe a volta de uma Unidade Militar das Forças Armadas para a cidade de Passo Fundo”; ofício, comunicando deferimento à solicitação desta Comissão sobre a revisão de despacho dado ao Projeto de Lei nº.176/03. Demais correspondências:Comunicado, da Segunda-Secretaria sobre correspondência recebida do Consulado da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte relativa à obrigatoriedade da coleta de impressões digitais dos deputados federais que viajarem àquele País; ofício, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, encaminhando, conforme solicitação desta Comissão, relação dos atos bilaterais em vigor celebrados com os Governos da Bolívia, Peru e Venezuela; o fício do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Dr. Rosinha, informando a realização da XXIII Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a XXV Reunião de Presidentes dos Países Membros do Mercosul, nos dias 6 a 8 de julho próximo, na cidade de Puerto Iguazú (Misiones) – Argentina; fax, do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, transmitindo comunicação oficial recebida da Embaixada de Porto Príncipe sobre a participação do Secretário de Assuntos Internacionais do PT, Senhor Paulo Adalberto Alves Ferreira, no seminário “Os Partidos Políticos no Haiti: Experiências, Desafios e Perspectivas”, promovido pelo Instituto Superior de Formação Política e Social de Porto Príncipe; fax, do Secretário– Geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE, Senhor Fábio Trigueirinho, informando a impossibilidade do Dr. Carlo Lovatelli participar da Audiência Pública do próximo dia 7 de julho, e indicando o Dr. Flavio Zambrone, Médico com Doutorado em Toxicologia e Professor da UNICAMP, para representar a ABIOVE na referida Audiência Pública; ofício, do Assessor Especial do Ministro da Justiça, Paulo Pires de Campos, em resposta a ofício desta Comissão que requer àquele Ministério “informações e manifestação referente à execução do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Contratação Recíproca

de Nacionais, assinado em 11.07.2003". Informa que o assunto foi enviado à Secretaria Nacional de Justiça, para análise e adoção das providências cabíveis; convite, do Embaixador da França, Jean de Gliniasty, para almoço no dia 30.06.2004, por ocasião da Reunião do Comitê Misto da "Saison Brésil, Brésils"; ofício, do Chefe da Assessoria Parlamentar – Interino, do Ministério do Trabalho e Emprego, Janderson Evans G. Neves, encaminhando cópia de documento elaborado pela Coordenação-Geral de Imigração daquele Ministério, em resposta a ofício desta Comissão solicitando informações e manifestação referente à execução do Acordo entre o Brasil e Portugal sobre a contratação recíproca de nacionais, assinado em 11.07.2003; correspondência, do Embaixador de Cuba, Pedro Nuñez Mosquera, encaminhando cópia da "Mensaje a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Comercio y el Desarrollo" y el "Mensaje al Grupo de los 77", proferidas pelo Presidente da República de Cuba, Comandante em Chefe, Fidel Castro Ruz; convite do Deputado Ney Lopes, Presidente do Parlamento Latino-Americano, para o Encontro Internacional – "A Democracia, a Governabilidade e os Partidos Políticos na América Latina", a realizar-se nos dias 14 a 16 de julho do corrente ano, em São Paulo. Antes de passar à Ordem do Dia a Deputada Maninha comunicou aos Parlamentares a visita do Ministro Conselheiro da República Árabe do Saharauí ao Brasil, sugerindo à Comissão enviar carta convite ao Embaixador do Marrocos, ao Representante da ONU e ao Ministro Conselheiro da República Árabe do Saharauí, para participarem de reunião de debates nesta Comissão sobre a situação política entre os dois Países. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 55/04** – Do Sr. Fernando Gabeira – que "requer apresentação de Moção, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso brasileiro dirigindo-se, respeitosamente, ao Parlamento da Indonésia na esperança de contar com sua colaboração para que seja concedida clemência a um cidadão brasileiro, Marcos Archer, condenado à morte por um tribunal indonésio". Concedida a inversão de Pauta solicitada pelo Deputado Jair Bolsonaro, passando este Requerimento a ser apreciado ao final. **APROVADO CONTRA O VOTO DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 1.931/04** – Do Sr. Walter Feldman – que " encaminha voto de louvor ao Governo de Israel pela cidade de Tel Aviv". **NÃO DELIBERADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE:** 3 – **MENSAGEM Nº 146/04** – Do Poder Executivo – que "submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003". RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE:** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 495/03** – Do Sr. Bonifácio de Andrada – que "autoriza a criação de Batalhões Militares de Vigilância". RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela rejeição. Concedida **Vista à Deputada Zulaiê Cobra, em 16/06/2004. NÃO DELIBERADO.** 5 – **PROJETO DE LEI Nº 1.410/03** – Do Poder Executivo – que "altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A". RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **ADIADA A DISCUSSÃO. ORDINÁRIA:** 6 – **PROJETO DE LEI Nº 2.352/00** – Do Sr. Neuton Lima – que "dispõe sobre valores de gratificação a ser paga a policiais pela apreensão de armas de fogo". RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO. PARECER: pela aprovação, com emenda. Concedida v**ista ao Deputado Zarattini, em 19/05/2004. O Deputado Zarattini apresentou voto em separado em 17/06/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 7 – **PROJETO DE LEI Nº 2.752/00** – Do Sr. Alberto Fraga – que "disciplina a contratação de estrangeiro por pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências". RELATOR: Deputado IVAN RANZOLIN. PARECER: pela rejeição. **Vista ao Deputado Arnon Bezerra, em 10/12/2003. NÃO DELIBERADO** 8 – **PROJETO DE LEI Nº 6.799/02** – Do Sr. Jair Bolsonaro – que "altera dispositivos da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, que dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes". RELATOR: Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ. PARECER: pela aprovação. Concedida v**ista ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio, em 14/04/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** 9 – **PROJETO DE LEI Nº 451/03** – da Sra. Laura Carneiro – que "altera a Lei nº. 4.375 / 64 (Lei do Serviço Militar), estabelecendo a obrigatoriedade de alfabetização dos conscritos analfabetos". RELATOR: Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo. Concedida vista à Deputada Maninha, em 07/07/2004. 10 – **PROJETO DE LEI Nº 2.785/03** – Do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "determina que os ocupantes de cargos em organizações internacionais que representem o Governo sejam previamente aprovados pelo Senado Federal". RELATOR: Deputado JOÃO

HERRMANN NETO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO** 11 – **PROJETO DE LEI Nº 2.806/03** – Do Sr. Carlos Nader – que “estabelece a inclusão do estudo de direitos humanos na formação policial”. RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER** 12 – **PROJETO DE LEI Nº 3.049/04** – Do Sr. Pompeo de Mattos – que “dispõe sobre o reconhecimento da condição de ex-combatente dos militares brasileiros que integraram o 20º Contingente do Batalhão de Suez, em 1967”. RELATOR: Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ. PARECER: pela rejeição. NÃO DELIBERADO. As Deputadas Maninha e Zulaiê Cobra teceram considerações sobre o Acordo celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em 11 de julho de 2003. Antes de encerrar a Reunião o Presidente informou aos presentes a instalação da Comissião Especial que analisará a Emenda à Constituição 272/00 que assegura o registro nos consulados, de nascidos no estrangeiro. Às onze horas e trinta e nove minutos o Presidente, Deputado Carlos Melles, encerrou a presente reunião, antes convocando para Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, às quinze horas. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Carlos Melles**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2003**

Às dezessete horas e dois minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 3 do anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Carlos Nader, Carlos Santana, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Luiz Alberto, Maurício Rands, Miguel de Souza, Nelson Meurer, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Roberto Balestra, Robson Tuma e Ronaldo Dimas – Titulares; Celcita Pinheiro, Eduardo Sciarra, Jamil Murad, Josias Gomes, Luciano Leitoa, Neyde Aparecida, Paes Landim, Philemon Rodrigues, Tarcisio Zimmermann e Zezéu Ribeiro – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Francisco Dornelles, Gilberto Kassab, Kelly Moraes, Luiz Antonio Fleury, Milton Monti, Nelson Trad, Pompeo de Mattos, Rommel Feijó, Vilmar Rocha e Zenaldo Coutinho. Nos termos art. 39, § 4º, do Regimento Interno, o Deputado José Múcio Monteiro assumiu a presidência da reunião, convocada para a Instalação da Comissão e a Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. Ao abrir os trabalhos, o Deputado José Múcio passou, de imediato, a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, que se fez presente para saudar os componentes da Comissão, proferindo breve mensagem ao Colegiado. Havendo número regimental, o Presidente em exercício da comissão leu o Ato da Presidência que constituiu a Comissão Especial – Reforma Trabalhista. Em seguida, anunciou que seria realizada apenas a eleição do presidente, sendo candidato o Deputado Vicentinho (PT-SP), e que a eleição para os demais cargos ficaria para outra ocasião. O Deputado Jovair Arantes enfatizou a necessidade de se distribuírem esses cargos, inclusive o de Relator, mediante acordo de lideranças. Sobre o mesmo assunto, pronunciou-se também o Deputado Paulo Rocha. Iniciando o processo de votação, o Presidente convidou o Deputado Daniel Almeida para auxiliar a Mesa. Encerrada a votação, com um total de 21 votantes, foi eleito o Deputado Vicentinho (PT-SP), com igual número de votos válidos. O Presidente eleito, empossado pelo Deputado José Múcio, assumiu a Presidência da Comissão e, após breve discurso, franqueou a palavra aos parlamentares. Falaram os Deputados Luiz Alberto, Ronaldo Dimas, Oliveira Filho, Josias Gomes, Paulo Marinho, Miguel de Souza, José Múcio Monteiro e Daniel Almeida. Não havendo mais quem quisesse se manifestar, o Presidente encerrou a reunião às dezoito horas e trinta e nove minutos. E, para constar, eu,, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial destinada a efetuar estudos em relação às matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja a reforma trabalhista.

Para que tenhamos um começo brilhante, passo a palavra ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, que veio prestigiar o início dos trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** (João Paulo Cunha) – Na verdade, o Deputado

José Múcio não é o mais idoso e, sim, o mais experiente. S.Exa. já passou pela Presidência da Comissão Permanente, e tenho certeza de que dará grande contribuição à Comissão Especial que se instala neste momento.

Digo aos companheiros que, nesta tarde, a Câmara dos Deputados dá demonstração de que efetivamente quer contribuir, com a celeridade e a agilidade que a sociedade exige para o Brasil melhorar. Precisamos ter em mente que a reforma das legislações trabalhista e sindical não é panacéia para nossos males. O problema do emprego, da legislação trabalhista tem relação direta com o crescimento econômico e o desenvolvimento do País. Se observarmos a história recente, vamos verificar que o ímpeto desenvolvimentista da década de 50 para cá trouxe para a formalidade e a organização dos trabalhadores quantidade muito grande do povo trabalhador. Mas a partir da década de 90, até os nossos dias, tal situação sofreu grave crise, que precisa ser revista.

Evidentemente, Deputado Vicentinho, sem ferir nenhum direito nem apressar qualquer medida, mas com a necessária cautela – o que não significa abandonar a agilidade e a celeridade – precisamos elaborar aqui a adequada legislação trabalhista para o século XXI. Tenho segurança de que essa adequação da legislação, devido à composição da Comissão, com a qual já tive contato, será feita de forma bastante democrática, transparente e com muita participação, para que esta Comissão e, posteriormente, a Câmara dos Deputados ofereçam à sociedade brasileira mecanismos institucionais e legais no sentido dos trabalhadores da informalidade irem para a formalidade e para que a estrutura sindical saia da verticalidade, muitas vezes antidemocrática, para a horizontalidade possível, o que pode democratizar cada vez mais sua estrutura e participação, integrando-a aos movimentos renovadores que este século está a ensejar.

Tenho certeza – reafirmo isto – de que esta Comissão dará sua colaboração. Acaba de chegar o Líder do Governo, Deputado Aldo Rebelo, que, também com certeza, dará grande contribuição às quatro Comissões que estão sendo instaladas hoje. Da forma como conheço o Deputado Aldo Rebelo, sua responsabilidade e seu compromisso, sei que S.Exa. estará integrado a todas as mudanças que trazem ao Brasil de 2003 um sinal, maior brilho à esperança de darmos um passo adiante.

Parabenizo o Deputado José Múcio Monteiro, que preside os trabalhos, e os demais Deputados e Deputadas membros da Comissão, alertando S.Exas. de que o trabalho será árduo, difícil. Esta Comissão certamente será a de maior participação e demanda. Mas com certeza, devido à sua composição, responderá à altura aos desafios que ajudem o Brasil a dar um passo adiante.

Um grande abraço aos participantes e aos companheiros desta Comissão. Vamos manter com a sociedade brasileira a sintonia de ajudar o Brasil a mudar e a dar um passo para a melhoria de vida do povo brasileiro.

Parabéns, companheiros! Desejo a todos um bom trabalho. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Peço aos companheiros que assinem a lista de presença, pois só poderemos abrir os trabalhos com **quorum** regimental.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Vamos nos sentar, companheiros, para darmos seqüência aos trabalhos.

Esclareço aos pares que, sendo esta Comissão composta de 37 Deputados, há **quorum** regimental para que iniciemos os trabalhos. O **quorum** exigido para eleição dos cargos desta Comissão é de 19 Deputados, que corresponde à maioria absoluta. Peço a compreensão dos Srs. Deputados para que permaneçam no recinto até o término da votação e desta reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, desejo esclarecer que, por acordo de Liderança, encontram-se sobre a mesa de votação cédulas em que constam somente o nome do candidato à Presidência. Hoje, vamos votar apenas para Presidente e, depois, por acordo, faremos as escolhas de relatoria e de outros cargos.

Por consenso, o candidato único é o Deputado Vicentinho.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Peço que fique consignado o que vou dizer, já que agora há gravação e servirá de instrumento futuro. Fizemos ampla discussão fora dos microfones, antes da instalação da reunião da Comissão, na qual foi tratada a questão dos espaços partidários. O PSDB, a quarta maior bancada desta Casa, na ordem natural ocorrida até o presente momento, está excluído de qualquer posição nas quatro Comissões instaladas. Eu acho que essa não é uma posição correta, não é uma posição que meu partido possa absorver de forma pacífica.

Discutimos o assunto com o Deputado Professor Luizinho, com o próprio Deputado Vicentinho, com o Deputado Paulo Rocha e os demais companheiros da Comissão, e que estaríamos hoje elegendo

o Deputado Vicentinho, pessoa ilustre e importante nessa reforma trabalhista, mas que outras posições seriam debatidas oportunamente com o Presidente da Casa, juntamente com as Lideranças, inclusive do PSDB, para definirmos a posição que o PSDB vai ocupar nesta Comissão também. Então, peço que isso fique registrado.

É evidente que nossa obstrução seria democrática. Poderíamos ser vencidos na obstrução, mas marcaríamos importante posição.

Estamos abrindo mão de processo regimental, de instrumento regimental que o PSDB tem direito de utilizar, para que possamos eleger o companheiro Vicentinho hoje como Presidente da Comissão, mas solicitamos que a escolha das demais posições, inclusive a de Relator, que é nomeado pelo próprio Presidente, seja discutida com as Lideranças. Que possa ser designado um Relator, se possível, de outro partido, e nem digo do PSDB. Mas o PSDB reivindica o lugar que lhe é de direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Está registrada a questão de ordem de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rocha.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Sr. Presidente, quero falar em nome da bancada dos Partido dos Trabalhadores, reconhecendo a legítima reivindicação dos companheiros do PSDB. Nos comprometemos a fazer chegar ao Presidente da Casa o pedido para que convoque as Lideranças dos partidos, a fim de que organizem a composição das Comissões Especiais, na escolha dos outros cargos, uma vez que são quatro Comissões, o que envolve um conjunto de espaços políticos no qual é possível assegurar-se democraticamente lugares para partidos com maior bancada.

Nosso compromisso aqui, portanto, é solicitar ao Presidente que convoque essa reunião após o recesso carnavalesco, para que possamos compor as Comissões Especiais que agora estão sendo instaladas e outras que advirão no processo legislativo durante o ano, assegurando não só ao PSDB, mas a todos os partidos, conforme o tamanho da sua bancada, espaços políticos importantes.

Isso é de interesse da bancada do PT, que é base do Governo, já que as reformas são fundamentais para as mudanças necessárias do País e queremos que o Parlamento, em sua inteireza, esteja comprometido com as mudanças.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Está registrado o compromisso.

Vou ler o Ato da Presidência que deu origem a esta Comissão.

**"Ato da Presidência**

O Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 17, inciso **I**, alínea **m**, c/c os artigos 22, inciso **II**, e 33, todos do Regimento Interno, decide constituir Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, e Resolve

**I** – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa".

Já que é o primeiro dia, solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que se apresentem, para que nos conheçamos.

Deputados do PT: Dra. Clair, Carlos Santana, Luiz Alberto, Maurício Rands, Orlando Desconsi, Paulo Rocha, Vicentinho.

Deputados do PFL: Carlos Nader, Joaquim Francisco, Gilberto Kassab, Paulo Marinho, Robson Tuma, Vilmar Rocha.

O PMDB ainda não fez suas indicações.

Deputados do PSDB: José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Ronaldo Dimas, Rommel Feijó, Zenaldo Coutinho.

Deputados do PPB: Francisco Dornelles, Nelson Meurer, Roberto Balestra.

Deputados do PTB: Kelly Moraes, Luiz Antonio Fleury, Nelson Trad.

Deputados do PL: Miguel de Souza, Milton Monti, Oliveira Filho.

Deputados do PSB: Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre.

Deputado do PPS: Júlio Delgado.

Deputado do PDT: Pompeo de Mattos.

Deputado do PCdoB: Daniel Almeida.

Suplentes.

Deputados do PT: Antonio Carlos Biscaia, Babá, Henrique Afonso, Josias Gomes, Neyde Aparecida, Tarcisio Zimmermann, Zezéu Ribeiro.

Peço silêncio, a fim de que encerremos logo a eleição.

Deputados do PFL: Adauto Pereira, Celcita Pinheiro, Eduardo Sciarra, Gerson Gabrielli, Paes Landim e Rogério Teófilo.

O PSDB não indicou suplentes.

Deputados do PPB: Luis Carlos Heinze, Pedro Corrêa, Vadão Gomes.

Deputado Carlos Santana, depois não diga que estamos criando dificuldades para eleger o Deputado Vicentinho.

Deputados do PTB: Homero Barreto, Pastor Pedro Ribeiro.

Deputados do PL: Heleno Silva, Philemon Rodrigues, Raimundo Santos.

Deputado do PPS: Cláudio Magrão.

Deputado do PDT: Luciano Leitoa.

Deputado do PCdoB: Jamil Murad.

Vamos fazer a chamada.

Convido o Deputado Daniel Almeida, digno representante do PCdoB, a servir como 1º Secretário e ajudar no processo de votação.

V.Exas. vão atender à chamada do Deputado Daniel Almeida, assinar a ata e votar.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Deputados titulares do PT.

Deputada Dra. Clair. *(Pausa.)*
Deputado Carlos Santana. *(Pausa.)*
Deputado Luiz Alberto. *(Pausa.)*
Deputado Maurício Rands. *(Pausa.)*
Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*
Deputado Paulo Rocha. *(Pausa.)*
Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

**PFL**

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*
Deputado Joaquim Francisco. *(Pausa.)*
Deputado Gilberto Kassab. *(Pausa.)*
Deputado Paulo Marinho. *(Pausa.)*
Deputado Robson Tuma. *(Pausa.)*
Deputado Vilmar Rocha. *(Pausa.)*
O PMDB ainda não indicou membros.

**PSDB**

Deputado José Múcio Monteiro. *(Pausa.)*
Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*
Deputado Ronaldo Dimas. *(Pausa.)*
Deputado Rommel Feijó. *(Pausa.)*
Deputado Zenaldo Coutinho. *(Pausa.)*

**PPB**

Deputado Francisco Dornelles. *(Pausa.)*
Deputado Nelson Meurer. *(Pausa.)*
Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

**PTB**

Deputada Kelly Moraes. *(Pausa.)*
Deputado Luiz Antonio Fleury. *(Pausa.)*
Deputado Nelson Trad. *(Pausa.)*

**PL**

Deputado Miguel de Souza. *(Pausa.)*
Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*
Deputado Oliveira Filho. *(Pausa.)*

**PSB**

Deputado Dr. Ribamar Alves. *(Pausa.)*
Deputado Isaías Silvestre. *(Pausa.)*

**PPS**

Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

**PDT**

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

**PCdoB**

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*
Deputado Maurício Rands. *(Pausa.)*
A bancada do PT votou integralmente.
Passo a chamar os suplentes.

**PFL**

Deputado Adauto Pereira. *(Pausa.)*
Deputada Celcita Pinheiro. *(Pausa.)*
Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)*
Deputado Gerson Gabrielli. *(Pausa.)*
Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*
Deputado Rogério Teófilo. *(Pausa.)*

**PPB**

Deputado Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*
Deputado Pedro Corrêa. *(Pausa.)*
Deputado Vadão Gomes. *(Pausa.)*

**PTB**

Deputado Homero Barreto. *(Pausa.)*
Deputado Pastor Pedro Ribeiro. *(Pausa.)*

**PL**

Deputado Heleno Silva. *(Pausa.)*
Deputado Philemon Rodrigues. *(Pausa.)*
Deputado Raimundo Santos. *(Pausa.)*

**PPS**

Deputado Cláudio Magrão. *(Pausa.)*

**PDT**

Deputado Luciano Leitoa. *(Pausa.)*

**PCdoB**

Deputado Jamil Murad. *(Pausa.)*

Desculpem-me, o suplente do PCdoB não poderá votar, pois esse partido já votou integralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Gostaria apenas que aguardássemos um pouco, pois alguns companheiros do PFL estão a caminho. Faltam três Deputados para que possamos proceder à apuração. *(Pausa.)*

Suplente do PFL:

Deputado Eduardo Sciarra. (*Pausa*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Deputado Philemon Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES** – Estamos aí. *(Pausa.)*

*(Processo de votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Deputado Robson Tuma. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Marinho. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Passa-se à apuração.

A lista de votação registra o voto de 21 Deputados.

Solicito ao Deputado Daniel Almeida que faça a contagem das cédulas.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, há 21 cédulas, que conferem com a lista de assinantes.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Vamos ter que fazer nova eleição para a escolha do Vice-Presidente e dos outros membros?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Foi exatamente isso que ficou acertado entre as Lideranças.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Sr. Presidente, sem querer importunar a Mesa, desejo fazer uma consulta: por acaso, se algum Parlamentar quiser lançar candidato avulso agora para os outros cargos, qual é o procedimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Agora só tendo nova eleição, porque já estou com os votos.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Mas a eleição foi para Presidente. E os outros cargos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Já foi encerrada a eleição. Essa hipótese só ocorrerá quando o Presidente empossado convocar nova eleição.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Vai haver nova eleição. Desejo esclarecer esse ponto porque, em doze anos de Parlamento, nunca tinha participado de uma eleição só para Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Múcio Monteiro) – Dos 21 votantes, o Deputado Vicentinho obteve 21 votos, sendo eleito, por unanimidade, para presidir esta Comissão. *(Palmas.)*

Declaro-o empossado e desejo a S.Exa. sucesso na nova empreitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa-noite, caros companheiros, Sras. e Srs. Deputados. Quero agradecer não só ao Presidente, Deputado José Múcio Monteiro, o excelente trabalho, como também ao Deputado Daniel Almeida, colega sindicalista.

Saúdo os funcionários e funcionárias da Comissão e agradeço a todos a atenção. Certamente, teremos muito trabalho juntos.

Fico muito feliz neste momento e aproveito para, humildemente, agradecer a todos os senhores, porque embora tenha longa experiência no movimento sindical e sofra as agruras dos vícios de constituição da estrutura do trabalho, das relações entre capital e trabalho e da organização sindical, confesso que sou um Deputado muito novo, mas com muita vontade. Já dizia meu pai: "Em caso de dúvida, vá em frente". Então, estou indo em frente. Mais uma vez, agradeço a todos o carinho.

Penso que a instituição de uma Comissão Especial para realizar reformas é um desafio muito grande para todos. A reforma trabalhista está inserida na Ordem do Dia. A CLT foi e é importante, mas já existe há alguns anos e precisa ser atualizada. Daí a discussão da possibilidade de se constituir um novo Código do Trabalho, uma nova estrutura sindical em que os pontos polêmicos sejam debatidos da melhor maneira possível. Ajudaremos a constituir uma nova relação entre capital e trabalho, tão importante para este País, que produz importantes riquezas.

Segundo ouvi dos Srs. Deputados – faz parte também da minha natureza –, poderemos ter aqui, em primeiro lugar, muitas divergências, mas todos têm os mesmos objetivos: facilitar a vida do brasileiro, para que se gere emprego; facilitar a organização do trabalho, para que se constituam melhores condições de vida; fazer com que a gente dê um salto de qualidade no Brasil.

Em segundo lugar, devemos ter humildade para ouvir. Vamos ter de pensar no momento certo. Extrair desta Comissão o consenso da maioria. Descobrimos, por meio de estudo das propostas em tramitação, o que podemos colocar no bojo de uma reforma tão importante e profunda como esta. Temos de ouvir os setores da sociedade, por meio de audiências públicas, a fim de que esta Comissão represente efetivamente a comunidade que lida com o mundo do trabalho.

Por isso, coloco-me inteiramente à disposição dos senhores. Serei todo ouvidos. A partir de agora, não haverá mais a posição desse ou daquele partido, mas o compromisso de todos. Evidentemente, na próxima reunião, quem sabe antes, teremos de resolver a questão da eleição dos demais cargos pendentes.

Neste momento, antes de franquear a palavra aos Srs. Deputados, convoco reunião para o dia 11 de março, terça-feira, às 14:30, em local a ser posteriormente definido.

Obrigado pelo apoio.

Solicito aos Srs. Deputados que se identifiquem, para facilitar os trabalhos da Taquigrafia.

Está franqueada a palavra ao Deputado Luiz Alberto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, saúdo a constituição desta Comissão Especial, que irá tratar de tema muito importante, em que pese a todos os holofotes estarem dirigidos para a reforma tributária e para a reforma da Previdência.

Tenho certeza absoluta de que a Comissão hoje aqui instalada para discutir a reforma trabalhista vai cumprir seu papel e terá sua importância reconhecida na sociedade brasileira e no movimento social, em particular entre os trabalhadores.

Parabenizo o companheiro Vicentinho pela eleição, primeiro por este momento histórico: temos aqui a constituição de uma Comissão Especial da Reforma Trabalhista presidida por um trabalhador, ex-dirigente da Central Única dos Trabalhadores, militante sindical e, portanto, conhecedor dos problemas do mundo do trabalho, das reivindicações históricas dos trabalhadores e do papel que cumpriram até este momento a CLT e outros institutos legais que dialogam com o mundo do trabalho.

Certamente, Sr. Presidente, com V.Exa. na Presidência, teremos um profícuo trabalho, que responderá às atuais necessidades dos trabalhadores e empresários.

Espero que o Relator a ser eleito seja um Parlamentar que saiba a importância do momento que estamos vivendo.

Estão sendo instaladas hoje na Casa quatro Comissões Especiais, que, acredito, vão travar um grande debate com a sociedade brasileira sobre as reformas trabalhista, política, tributária e previdenciária. Particularmente, as reformas previdenciária e tributária irão provocar muito discussão nesta e nas outras duas Comissões criadas para discuti-las.

Espero que possamos desempenhar um bom trabalho.

Sr. Presidente, parabenizo V.Exa., mais uma vez, pela eleição, não apenas por ser trabalhador e sindicalista, com profunda compreensão dos processos históricos do País, mas também por ser um trabalhador negro que assume a Presidência desta importante Comissão. Parabéns, Presidente Vicentinho! Desejamos a V.Exa. um bom trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Luiz Alberto.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, parabenizo V.Exa. pela eleição e aproveito para agradecer a todos os companheiros a compreensão. Espero que a eleição da Relatoria flua bem porque, para que essas reformas aconteçam, é extremamente importante haver distribuição eqüitativa entre as forças políticas no Congresso. Creio que nenhuma reforma será feita sem discussão e, mais do que isso, sem a participação efetiva de todos os partidos.

Também sou oriundo da base sindical, sou sindicalista patronal. Fui o primeiro Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Tocantins, por dois mandatos sucessivos, e hoje sou Presidente da Federação das Indústrias.

Julgo extremamente importante esta discussão. Certamente, vamos enfrentar algumas dificuldades. A primeira delas é se o Governo Federal enviará ou não à Casa uma proposta para a reforma trabalhista, que é um pouco diferente das outras, porque não mexe, não interfere na estrutura governamental, e trata mais da relação entre empresários e trabalhadores. Não há obrigatoriedade do Governo Federal em encaminhar proposta de reforma, mas até que ponto é interessante que o debate comece por iniciativa desta Casa?

Tenho muito receio – e realmente esse não é meu perfil – de trabalhar sem objetividade, sem pontos claros de convergência entre os interesses do Governo e os dos trabalhadores e empresários.

Deixo essa questão para V.Exa. – não sei se há possibilidade de ser respondida agora – porque creio ser extremamente importante, para o efetivo início dos trabalhos, termos de antemão um posicionamento do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Caro Deputado, tenho opinião formada a respeito da questão. Antes, porém, darei oportunidade aos demais Deputados para que se manifestem e, no final, abordarei o assunto.

Com a palavra o Deputado Oliveira Filho.

**O SR. DEPUTADO OLIVEIRA FILHO** – Sr. Presidente, inicialmente, dou a V.Exa. as boas-vindas à Câmara dos Deputados, em nome do Partido Liberal, que compôs vitoriosamente a coligação que levou à vitória o atual Presidente da República, e também os parabéns pela Presidência desta importante Comissão.

Todos temos um interesse comum. O Pregador já dizia nas Escrituras Sagradas que há um tempo determinado para todas as coisas. Vejo que este é o

tempo de construir, de fazer as reformas necessárias para continuar avançando no País. Dos grandes temas que vamos discutir na Casa neste período, a reforma trabalhista é uma das mais importantes, porque precisamos resgatar todas as vias possíveis e necessárias para estreitar cada vez mais a relação entre trabalhador e emprego. Com essa atitude, podemos também combater o desemprego, grande mal da sociedade.

O Partido Liberal, com seus Deputados, estará empenhado nisso. Sabemos das dificuldades que vamos enfrentar, mas a partir do momento em que nos propusemos a estar aqui, estamos cientes das dificuldades, prontos e com muita vontade de enfrentá-las, para deixar algo positivo para a Nação.

Portanto, Sr. Presidente, que Deus o abençoe e que V.Exa. e o futuro Relator desta Comissão tenham clarividência, juntamente com todos os Deputados, para fazer um bom trabalho e apresentar resultados satisfatórios à sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Oliveira Filho.

Franqueio a palavra, agora, ao Deputado Josias Gomes.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** – Sr. Presidente, receba o meu abraço. Desejo a V.Exa. muita sorte na importante missão que o nosso partido confiou a tão valoroso companheiro, que, ao presidir a Central Única dos Trabalhadores, soube mediar os sérios conflitos entre o capital e o trabalho.

Vamos construir, sim, vigorosa política nesta Casa, para tentar solucionar as novas relações entre o capital e o trabalho. O partido não poderia ter feito melhor escolha, ao indicar V.Exa. para dirigir os trabalhos desta Comissão.

Meus parabéns e um abraço, companheiro Vicentinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Josias Gomes. Agradeço a V.Exa. – companheiro de longas jornadas – a manifestação e a presença.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Marinho, do PFL.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há 21 anos concluí o curso de Direito na Universidade Federal do Maranhão e comecei a advogar na área da Justiça do Trabalho. Após cinco anos, fui nomeado Delegado do Ministério do Trabalho.

Hoje, vejo V.Exa. presidir esta Comissão e, ao ouvir os colegas, dou-me conta da importância do momento que viveremos sob seu comando, para construir uma nova relação entre o trabalho e o capital na sociedade.

Creio que esta Comissão, a despeito das outras que também são muito importantes, é a grande Comissão das reformas que o Presidente Lula pretende fazer. Aqui vai se construir uma nova sociedade heterogênea, de trabalhadores também heterogêneos. Não há que se comparar, por exemplo, metalúrgicos de São Paulo com metalúrgicos do Maranhão, ou o salário pago no Sul com o pago no Nordeste. Temos consciência disso.

Também é fundamental encontrar uma forma de incluir, em nossa pauta, a Justiça do Trabalho, que tem tudo a ver com o futuro Código do Trabalho. Devemos conduzir os nossos trabalhos nessa linha. Na verdade, a CLT está obsoleta, mas precisamos trazer para o fórum de discussão o papel da Justiça do Trabalho, importante fator na relação capital/trabalho.

Sr. Presidente, novamente saúdo V.Exa. pela Presidência desta Comissão. Com certeza, independentemente dos partidos aqui representados, vamos trabalhar para a construção de um País melhor, mais justo e mais solidário.

Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Paulo Marinho, pelas generosas palavras.

Passo a palavra ao Deputado Miguel de Souza, do PL.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** – Sr. Presidente, primeiramente, congratulo V.Exa. pela direção dos trabalhos. Esta é a primeira vez que faço parte deste Parlamento, assim como V.Exa., mas trago a experiência de sindicalista patronal, como o Deputado Ronaldo Dimas. Fui ex-Presidente do Sistema Federação das Indústrias, SESI e SENAI do meu Estado de Rondônia, por três mandatos, membro da Confederação Nacional da Indústria e, além disso, fui recentemente Vice-Governador do Estado. Venho, então, trazer minha contribuição a esta Comissão.

Certamente, com a experiência de ter presidido uma das centrais sindicais mais importantes do País, V.Exa. terá sensibilidade para fazer o diálogo. Devemos principalmente – como bem disse V.Exa. – rever a estrutura sindical brasileira, bem como toda a parte trabalhista, citada pelo Deputado do PFL que me antecedeu, em relação aos Tribunais do Trabalho.

Portanto, associo-me às palavras do Deputado Oliveira Filho. O PL está aqui para contribuir com a Nação, em especial com os trabalhadores.

Vamos acabar com aquele conceito ultrapassado que colocava o patrão de um lado e o trabalhador de outro. Devemos buscar a convergência. É difícil. Po-

rém, vamos trabalhar muito para fazer o melhor para todos os brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Passo a palavra ao Deputado José Múcio Monteiro, do PSDB.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos 513 Deputados nesta Casa. Por mais que venhamos a conviver nos próximos quatro anos, o Plenário nos aproxima pouco.

É nas Comissões Permanentes e Especiais, em que o universo é menor, que verificamos que as barreiras partidárias e as diferenças ideológicas são menores do que imaginamos. É nas Comissões que fazemos nossos amigos e parceiros; é nelas que tiramos nossos companheiros de trabalho e co-autores de projetos; é nelas que nascem as confianças e descobrem-se as afinidades; é nelas que verificamos serem os brasileiros muito mais convergentes do que divergentes.

Muitas vezes, por interpretação, posicionamento passional ou por questões regionais, afastamo-nos e, depois, descobrimos que nossas diferenças são mais imaginárias do que reais.

Muitas vezes, questões do PCdoB são aprovadas pelo PFL e questões do PFL são acordadas pelo PT. Foi nas Comissões que grandes amizades de companheiros de partidos antagônicos nasceram.

Por que estou dizendo tudo isso? Porque eu, o Deputado Paulo Marinho e as funcionárias Wanda e Rosana, aqui presentes, somos veteranos e presenciamos aqui grandes debates, que deram origem a grandes soluções.

V.Exa. não começa só com o pé direito – não sei se é melhor dizer direito ou esquerdo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – ... Sou canhoto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – ... V.Exa. começa da melhor maneira nesta Casa: na Comissão que vai mexer no destino das pessoas.

Nosso grande objetivo será o de não procurar vencedores, para não encontrar vencidos. E aqui não devemos encontrar nem vencedores nem vencidos. Não vamos privilegiar o trabalhador nem o patrão, mas o trabalho, o País, a causa justa. O debate dos grandes temas trabalhistas é, muitas vezes, radicalizado pelos interesses de grupos existentes. Temos aqui o grupo do sindicato, o da Justiça do Trabalho, o dos empregadores, o dos empregados e o das centrais sindicais.

Sr. Presidente, estou dizendo isso para incentivar V.Exa., porque fui Relator do projeto sobre a reforma da CLT, mal interpretada e elitizada, devido ao ano eleitoral. No final, conversei com alguns companheiros sobre as convergências que os holofotes do plenário tornaram divergências.

O papel de V.Exa. não é ser Governo nem Oposição, mas ser justo e responsável. Essa reforma não é do atual Governo nem do anterior, mas é interesse permanente dos trabalhadores brasileiros, que, à taxa de 1% ao ano, passam da formalidade para a informalidade.

Eu estava contando ao Deputado Daniel Almeida sobre seminário que realizamos, que teve poucos participantes, mas que contou com palestrantes de todos os países da América do Sul. Pude ver, naquele momento, como estamos distantes de alguns avanços verificados em países como a Argentina e o quanto estamos avançados em relação à situação de países como Uruguai, Paraguai e Chile.

Sr. Presidente, quero incentivar V.Exa. para que possamos convocar e ouvir pessoas de fora, para não ficar blindados a questões com as quais simpatizamos ou não. Digo isso porque me considero antigo na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, em que participei de muitos debates que não foram dirimidos com a nossa inteligência, mas com o passar do tempo, que se encarregou de resolvê-los.

Peço a V.Exa. que seja paciente e compreensivo e permita o debate democrático, sem nenhuma vala. Que sejam respeitadas todas as trincheiras, desde que lutem na mesma direção e no bom combate. Para mim, esta é a mais interessante das Comissões. Vamos mexer em questões como geração de emprego, salário, unicidade sindical e centrais sindicais. Trata-se de debate profundo, mas extremamente rico, com o qual os companheiros aqui escolhidos vão contribuir.

Que Deus ajude V.Exa.! É o que todos lhe desejam.

O Brasil espera muito que o Presidente Lula faça o que há anos reclamamos: as benditas reformas de que o trabalhador tanto carece e pela falta das quais tanto padece.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado José Múcio Monteiro, pelas palavras.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida, do PCdoB.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, desejo manifestar nossa satisfação pela eleição de V.Exa. Tenho a convicção de que, à frente desta Comissão, V.Exa cumprirá, assim como em toda sua trajetória de vida, aquilo que se propõe a fazer.

É um reencontro. Entrei para a atividade sindical no Pólo Petroquímico de Camaçari, no início da década de 80, ainda nos tempos duros, mas já tenho alguma

experiência parlamentar. Na Câmara Municipal, pude aprender que o ambiente legislativo propicia muitas convergências em pontos difíceis de serem acordados. V.Exa., como dirigente sindical, pôde construir a Central Única dos Trabalhadores e conviver no ambiente político que o Brasil percorreu nos últimos tempos, em que sempre exerceu papel de destaque.

O momento que vivemos hoje no País é ímpar. Por isso, não podemos perder a oportunidade de aproveitar a convergência de intenções de muitos segmentos para que as mudanças sejam produzidas. Eu, que sempre estive vinculado aos trabalhadores, percebo a extraordinária expectativa da classe.

Sem dúvida alguma, na trajetória do País, eles foram sempre o lado fraco. Identificamos que o principal problema é a distribuição da riqueza e, no momento atual, a geração de emprego é algo extremamente grave e urgente, não só pela nossa realidade, mas por se tratar de um país com enorme potencial de razoável solução para tal equacionamento.

Tenho certeza de que não resolveremos todos os problemas e de que não corresponderemos a todas as expectativas, mas temos condições de fazer um extraordinário trabalho, principalmente por causa da credibilidade e da capacidade política que V.Exa. tem demonstrado ao longo de sua trajetória.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Não tendo mais oradores inscritos, permito-me fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, agradeço a todos as mensagens de estímulo e os conselhos, também muito importantes. Vamos atuar como companheiros! Esse é o melhor termo que aprendi em minha vida sindical. A palavra companheiro vem do latim, significa compartilhar o pão.

A responsabilidade é muito grande. Estou vendo, pelo menos nesse espectro, uma representativa bancada de todos os setores, sobretudo dos trabalhadores e do patronato. São pessoas com experiência e responsabilidade.

Respondendo ao Deputado Ronaldo Dimas, devemos ter clareza de que não é nossa intenção – nem vamos permitir que ocorra – o esvaziamento da Comissão de Trabalho, que é permanente. Aliás, por coincidência, tanto eu quanto o Deputado Mussa, certamente com mais alguns Parlamentares, deveremos estar participando da Comissão de Trabalho. Há muitos aspectos em comum. Não se trata de uma competição. Esta Comissão é exclusiva, embora o debate seja emergente. Como dito anteriormente, o trabalho desta Comissão tem que ser para valer, porque foi criada para fazer reforma – vejam o tamanho do nosso desafio!

Em segundo lugar, não temos só o que virá ou não do Governo. Temos ainda um fórum em criação, o Fórum do Trabalho, e o Conselho de Desenvolvimento Nacional, que também vai abordar essas questões. Embora respeitemos todas as opiniões, a minha opinião é a de que fomos eleitos para atuar nesta Casa com o objetivo de não atuar passivamente. Temos idéias, propostas, projetos. O Deputado Mussa já abordou alguns polêmicos. Vamos trabalhar concomitantemente. Não tenho a pressa da imperfeição, vamos estimular o debate e extrairmos dele o máximo possível.

Hoje pela manhã achei muito engraçada a fala do Deputado Sandro Mabel, que disse: "Olha, eu não sei de que lado estou. Quero ajudar a gerar emprego". Que bonito! Temos esse compromisso. O mínimo que esperamos daqueles que vierem para a Comissão Especial da Reforma é a construção da reforma.

Desejo também agradecer ao Deputado Oliveira Filho as palavras e aproveito para agradecer ao nosso companheiro Josias Gomes a presença.

Concordo plenamente com a opinião do Deputado Paulo Marinho sobre uma Justiça do Trabalho justa, dinâmica e eficaz. Que não façamos como até hoje: se emperra a Justiça do Trabalho com processos e depois passa-se a culpá-la. Coincidentemente, com o projeto da reforma do Judiciário, nossa contribuição será de grande valia para abrir o caminho que almejamos. Concordo plenamente ser inerente à nossa vida a questão da Justiça do Trabalho.

Agradeço também ao Deputado Miguel de Souza, pessoa de boa vontade, a manifestação e, ao Deputado José Múcio Monteiro, um decano com experiências para trazer a todos nós, os conselhos. É importante é a convivência para que possamos nos conhecer.

Às vezes eu ficava intrigado, quando sindicalista, ao ver, no Congresso, o Deputado Jair Meneguelli abraçar Deputados ligados a setores patronais. E dizia: "Puxa vida, o Meneguelli está abraçando aquele patrão mau que está nos explorando". Enfim, conseguimos aqui separar a questão pessoal das relações, até para não ficarmos doente do fígado permanentemente. Também é preciso a magnitude – e aprendi isso no movimento sindical – de nunca ter vencidos nem vencedores. Estamos nesta Casa para cumprir uma missão e ela será cumprida. Também agradeço ao Daniel Almeida a importante mensagem, pela sua referência, pela sua história, pelo seu compromisso.

Nada será definitivo enquanto não definirmos nossas regras, nosso **modus vivendi**. Espero resolver os problemas relacionados aos cargos a serem preenchidos e assim, se Deus quiser, poderemos dar um salto de qualidade.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 11, terça-feira, às 14h30min.

Muito obrigado aos Srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 2ª Reunião Ordinária realizada em 11 de março de 2003.**

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia onze de março de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Júlio Delgado, Kelly Moraes, Luiz Alberto, Maurício Rands, Miguel de Souza e Orlando Desconsi – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Ariosto Holanda, Carlos Alberto Leréia, Celcita Pinheiro, Cláudio Magrão, Heleno Silva, Homero Barreto, Jamil Murad, Luis Carlos Heinze, Pastor Pedro Ribeiro, Tarcisio Zimmermann e Zezéu Ribeiro – Suplentes. Compareceram também os Deputados Almir Moura e Pastor Francisco Olímpio, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Francisco Dornelles, Gilberto Kassab, Isaías Silvestre, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Luciano Castro, Luiz Antonio Fleury, Milton Monti, Nelson Meurer, Nelson Trad, Oliveira Filho, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Pompeo de Mattos, Roberto Balestra, Robson Tuma, Rommel Feijó, Ronaldo Dimas, Vilmar Rocha e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da primeira reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de dois mil e três. A leitura da Ata foi dispensada, a pedido do Deputado Luiz Alberto. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE**: O Presidente anunciou o recebimento de Ofício que indica os nomes dos Consultores Legislativos que irão assessorar a Comissão, bem como do Ofício da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, relativo à eleição de seu Presidente e Vice-Presidentes. ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 1/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe audiência Pública com o Senhor Antônio Bornia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras." RETIRADO DE OFÍCIO. 2 – REQUERIMENTO Nº 2/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio". RETIRADO DE OFÍCIO. 3 – REQUERIMENTO Nº 3/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor José Pastore, Professor da Universidade Federal de São Paulo". RETIRADO DE OFÍCIO. 4 – REQUERIMENTO Nº 4/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Dagoberto Lima Godói, representante dos empregadores na Organização Internacional do Trabalho – OIT". RETIRADO DE OFÍCIO. 5 – REQUERIMENTO Nº 5/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Armand Pereira, representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil". RETIRADO DE OFÍCIO. 6 – REQUERIMENTO Nº 6/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI". RETIRADO DE OFÍCIO. 7 – REQUERIMENTO Nº 7/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Luiz Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção". RETIRADO DE OFÍCIO. 8 – REQUERIMENTO Nº 8/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA". RETIRADO DE OFÍCIO. O Presidente justificou a retirada dos requerimentos da pauta por não ter sido possível a designação do Relator, transferindo-os para a pauta da próxima reunião. Falaram os Deputados Jamil Murad, Drª Clair e Miguel de Souza. ENCERRAMENTO: Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente convocou reunião para o dia dezenove de março, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para eleição do primeiro, segundo e terceiro Vice-Presidentes, elaboração do roteiro dos trabalhos e para deliberação de requerimentos. A reunião foi encerrada às quinze horas e trinta e três minutos. E, para constar, eu , Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Vicentinho** , e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão Especial destinada ao estudo das matérias que abrangem a reforma trabalhista.

Boa-tarde a todos. Sras. e Srs. Deputados, funcionários, assistentes e jornalistas, obrigado pela presença.

Tendo em vista a distribuição antecipada da ata da primeira reunião, consulto V.Exas. sobre se é necessária a leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata, tendo em vista a distribuição antecipada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O Deputado Luiz Alberto solicita dispensa da leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Ofício da Consultoria Legislativa da Casa, que designa, para nos auxiliar nos trabalhos desta Comissão, os seguintes consultores, aqui presentes: Sra. Beatriz de Rezende Almada Marques, já conhecida dos Deputados há mais de uma legislatura, Sra. Lisiane de Alcântara e Sr. Adolfo Costa.

Muito obrigado aos senhores pela presença. Haverá muito trabalho para fazermos juntos.

Ofício da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, que comunica a eleição do Deputado Givaldo Carimbão para Presidente e dos Deputados Nelson Bornier, Júlio Lopes e Luiz Alberto para Vice-Presidentes.

Parabéns aos nobres Deputados eleitos e nosso abraço aos membros da Comissão citada, também encarregada de grandes responsabilidades. Certamente, atuaremos em conjunto ao tratar de questões relativas à reforma trabalhista.

Sras. e Srs. Deputados, regimentalmente, daríamos agora início à Ordem do Dia se estivesse a Mesa completa. O fato é que ainda não foi indicado o nome do Relator.

A situação deixa-me incomodado. Afinal, já estamos na segunda reunião e ainda não podemos desenvolver os trabalhos, altamente importantes, devido à falta de um Relator ou uma Relatora.

Solicito aos partidos que entrem em acordo o mais rapidamente possível. Apesar da importância de haver uma composição, como todos sabem, tem o Presidente da Comissão o poder de indicar o Relator.

Não posso dizer para a sociedade que nos elegeu que as reuniões não ocorrem porque ainda não definimos o Relator.

A proposta é resolver a situação nesses dias, para que, na próxima reunião desta Comissão Especial, já tenhamos o Relator indicado. Assim, daremos o espaço necessário para realizar a nomeação que tantos anseiam.

Logo, devido à impossibilidade de avançar nos debates pela falta da indicação do Relator ou da Relatora, transfiro os trabalhos de hoje para a próxima reunião, dia 19, às 13h30min.

Da pauta constarão a eleição dos Vice-Presidentes e a apresentação do nome do Relator.

Temos de definir claramente o papel desta Comissão, porque, às vezes, há dúvidas sobre a atribuição da Comissão Especial ou, o que é natural, sobre o mérito da discussão, no caso, da reforma trabalhista.

Tais aspectos serão definidos no próximo encontro, a fim de que possamos proceder aos debates necessários.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Sr. Presidente, cumprimento-o porque constatei, por intermédio de notícia veiculada pela imprensa, que ontem V.Exa. esteve, juntamente com o Presidente da República, na Mercedes-Benz, para ouvir as reivindicações dos operários.

Pretendemos, ao longo dos trabalhos desta Comissão, contribuir para o aprimoramento da legislação trabalhista, para melhor amparar os trabalhadores.

E V.Exa. se antecipou ao visitar a citada empresa. Nós, que representamos o Estado de São Paulo, também iremos a congressos de trabalhadores, assembléias, portas de fábricas, para apreender a vontade dos trabalhadores de acordo com a pauta em andamento nesta Comissão e na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Lembro que V.Exas. receberam carta em que, na condição de Presidente, solicito aos Srs. Deputados que indiquem personalidades ou instituições a serem ouvidas nas audiências públicas, a fim de que possamos consultar a sociedade.

Há requerimento sobre a mesa.

A matéria será apreciada na próxima reunião.

O Regimento orienta que os requerimentos deverão ser encaminhados à Comissão até um dia antes da reunião, às 16h, para que se possa proceder à publicação necessária.

Com a palavra a Sra. Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, juntamente com os demais colegas, apresentamos requerimento de convite ao Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para comparecer a esta Comissão Especial e apresentar as diretrizes do Governo em relação às reformas trabalhista e sindical.

Nesta Comissão Especial, é importante estarmos a par das metas almejadas pelo Governo Lula em relação ao tema em debate.

Indago se seria possível discutir o requerimento ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputada, também assino o requerimento.

Informo que não é necessário resolver a questão agora. A reunião será encerrada, devido à não-indicação do nome do Relator.

O assunto será incluído na pauta da próxima reunião.

Com a palavra o Deputado Miguel de Souza.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA** – Sr. Presidente, a exemplo da Deputada, protocolaremos em seguida requerimento de indicação, conforme sugeriu V.Exa., de algumas autoridades da área trabalhista, bem como de prioridade.

Aproveito a oportunidade para endossar as palavras que V.Exa. proferiu em matéria publicada ontem na **Gazeta Mercantil,** em que aborda a necessidade de discutirmos a estabilidade das entidades sindicais, as garantias sindicais, o poder normativo da Justiça e o Direito trabalhista mínimo, temas que não constam da pauta de hoje.

Nesse sentido, solicitamos a V.Exa. a inclusão na próxima pauta da coletânea de legislação – há muitas na Casa –, a fim de que tais matérias também possam vir à baila.

Dos documentos distribuídos por V.Exa. não constam os temas ora elencados. Daí a necessidade da indicação de prioridades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Miguel de Souza, será consignada a sua sugestão.

Temos muitas opiniões a dar. Não quero aprofundar o debate neste momento, mas, quanto à contribuição que recebemos da Casa no que se refere aos projetos em tramitação, houve pequena dúvida sobre em que contexto tais questões deveriam ser debatidas.

Alguns temas são da alçada da Comissão de Trabalho, mas vamos, com a colaboração da assessoria desta Comissão, estudar tais matérias e elaborar a próxima pauta, para que seja muito produtiva.

Fica, no entanto, o seguinte alerta: temos de nomear o Relator.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando a reunião seguinte para dia 19, às 13h30min.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2003.**

Às quinze horas e vinte minutos do dia dezenove de março de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados: Vicentinho – Presidente; Almir Moura, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, José Chaves, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Marcelo Teixeira, Maurício Rands, Miguel de Souza, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Rocha, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Vilmar Rocha e Wladimir Costa – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Celcita Pinheiro, Cláudio Magrão e Homero Barreto – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Francisco Dornelles, Kelly Moraes, Luciano Castro, Nelson Trad, Paulo Marinho, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Balestra, Rommel Feijó e Zenaldo Coutinho. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da Segunda Reunião, realizada no dia onze de março de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Milton Monti. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou o recebimento de ofício da Subsecretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que, em nome do Ministro Tarso Genro, solicita a designação de três representantes da Comissão para participar das reuniões do grupo de trabalho, daquele Conselho, que estuda a reforma trabalhista. A propósito do assunto, o Presidente fez relato sobre reunião do referido Conselho, ocorrida no dia dezoito do corrente, com a presença do Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, e reiterou a necessidade de discutir a indicação de representantes da Comissão. O Presidente comunicou o recebimento de ofício da Comissão de Legislação Participativa, que encaminhou cartilha daquela Comissão contendo orientações para o exercício do direito de participação do cidadão junto ao Poder Legislativo. O Presidente comunicou, ainda, o recebimento de ofícios do Líder do PMDB e do Representante do Prona, com a indicação dos nomes dos deputados de ambos

os partidos para integrar esta Comissão. **ORDEM DO DIA:** Antes de passar às matérias da pauta, o Presidente leu o Ato da Presidência que criou a Comissão, reiterando os objetivos desta e a necessidade de se estabelecer um roteiro de trabalho. Em seguida, nos termos regimentais, designou o Deputado José Chaves, PMDB/PE, como relator da Comissão, convidando-o a tomar assento à Mesa. O Presidente ainda relatou conversa que teve com o Ministro do Trabalho sobre o papel dos diversos fóruns que estão debatendo a reforma trabalhista e informou que o Ministro se dispôs a vir à Comissão no dia dois de abril próximo, às dez horas. **A – Definição do roteiro dos trabalhos.** O Deputado José Múcio Monteiro indagou sobre os prazos da Comissão, e o Presidente esclareceu não haver prazos definidos. Sobre o estabelecimento de uma proposta de trabalho para a Comissão, manifestaram-se os Deputados José Múcio Monteiro, Paulo Rocha, Deputada Dra. Clair, que encaminhou ao Presidente documento de sua autoria com proposta para a organização dos temas de estudo. Ainda sobre o mesmo assunto falaram os Deputados Ronaldo Dimas, Milton Monti, Júlio Delgado e Orlando Desconsi. O Deputado Júlio Delgado pediu a palavra e mencionou a realização de reunião do Fórum da Esquerda Democrática, ocorrida no dia anterior, dezoito de março, onde se debateu a reforma trabalhista, informando que encaminhará à Comissão os documentos ali produzidos. O Presidente, então, passou a palavra ao Relator, para as suas considerações iniciais. O Relator manifestou a intenção de estudar as sugestões de todos os membros para embasar a proposta que apresentará na próxima reunião. O Deputado Paulo Rocha alertou para a necessidade de se estabelecer o roteiro dos trabalhos antes da apreciação dos requerimentos. **B – Requerimentos:** Acatando manifestações do Plenário, o Presidente decidiu pela retirada de pauta de todos os requerimentos, de ofício, explicando que estes voltariam à pauta da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou reunião para o dia vinte e seis de março, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para eleição do primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes, discussão do roteiro de trabalho e apreciação de requerimentos, encerrando a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos. E, para constar, eu , Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Vicentinho** , e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**, juntamente com nota taquigráfica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa tarde, companheiros Parlamentares, funcionárias e assessores.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª reunião da Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Desejo boa sorte a esta Comissão.

É o meu primeiro mandato, e já me disseram que Deputado é como pato novo: não pode querer nadar muito no fundo.

Quero dizer aos Srs. Deputados que este Presidente, até por hábito da vida sindical, estará sempre presente às 14h30min para dar início às reuniões. Se V.Exas. puderem, sem obrigatoriedade e respeitando as particularidades de cada um, chegar no horário, será melhor para todos. Temos muito trabalho pela frente.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 2ª reunião a todos os membros presentes, pergunto se há necessidade da leitura.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata e que ela seja considerada aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Milton Monti, pela sugestão. Se o Plenário assim concordar, daremos seguimento aos trabalhos.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico que nossa Comissão recebeu algumas correspondências.

Recebemos o Ofício nº 21/03, do Conselho Econômico e Social, no qual o Ministro Tarso Genro solicita a designação de três representantes desta Comissão para participar das reuniões do grupo de trabalho do Conselho que estuda a reforma trabalhista.

O tema envolverá toda a sociedade. Esse fórum, criado pela Presidência da República, também estudará o assunto com todo o interesse. Não somente fomos convidados, como nos pediram a indicação de três representantes. Como a reunião já ocorreu e não tivemos a oportunidade de participar, tomamos o cuidado de pedir ao Dr. Max, um dos nossos assessores, informações sobre ela, e ele nos passou o relatório que fez.

Informou-nos que o grupo de trabalho se reuniu no dia 13, ontem, e que esteve presente o Sr. Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que explicou que os debates no Conselho não trarão nenhum inconveniente para os trabalhos desta Comissão nem para o Fórum do Trabalho, que será criado pelo Ministério do Trabalho. O intuito é o de criar subsídios, de fazer debates. Isso mostra que esta Comissão terá grande responsabilidade na elaboração da reforma.

O Dr. Max informou-nos ainda que o grupo temático da reforma trabalhista foi dividido em três subgrupos. Ele acompanhou o debate de um deles, no qual foi

discutida a reforma sindical. As sugestões oferecidas são basicamente as que abordamos nesta Comissão, referentes ao papel das centrais sindicais, da contribuição compulsória, da organização sindical, da Convenção 87 da OIT, entre outros temas, que serão fruto do debate que iniciaremos na nova etapa.

Ficou pendente se devemos aceitar o convite. Na minha opinião, devemos aceitá-lo, porque queremos que haja uma sinergia entre esta Comissão e o fórum, cada um respeitando, evidentemente, a autonomia do outro e, também, o Conselho de Desenvolvimento. Pergunto a V.Exas. se devemos mandar representantes desta Comissão para acompanhar esse fórum e quem seriam eles. Definiremos esse assunto ainda hoje, neste debate.

Recebemos o Ofício nº 4/03, da Comissão de Legislação Participativa, que encaminha cartilha com orientações para o exercício do direito de participação do cidadão no Poder Legislativo. A cartilha está à disposição dos Parlamentares interessados. Esse é mais um gesto de cidadania, para orientar o povo sobre como exercer os seus direitos, o que fortalece cada vez mais nossa caminhada.

Recebemos também ofício do Líder do PMDB, que designa os Deputados José Chaves, Leonardo Picciani, Marcelo Teixeira e Wladimir Costa membros desta Comissão.

Esta Comissão dá as boas-vindas aos nobres companheiros do PMDB. Temos a convicção de que juntos haveremos de encontrar soluções para o desafio desta fase da história.

Recebemos ofício do PRONA, que designa os Deputados Irapuan Teixeira e Ildeu Araújo membros desta Comissão, como titular e suplente, respectivamente.

Também estendo as boas-vindas aos Deputados do PRONA.

Na verdade, hoje iniciamos nossos trabalhos. A reunião anterior foi apenas para instalação da Comissão e eleição de membros da Mesa. Naquela oportunidade, contamos com a presença do Presidente da Casa, João Paulo Cunha. S.Exa. desejou muita sorte à Comissão e disse que esperava que ela cumprisse o seu papel, o que facilitaria o avanço da reforma trabalhista, tão necessária e desejada por tantos setores da sociedade.

Em outra reunião, decidiríamos quem seriam o Relator ou a Relatora e os Vice-Presidentes, mas, lamentavelmente, não foi possível. Conversamos com os Srs. Deputados, e vários se manifestaram dispostos a cooperar. Também houve um protesto, digamos, construtivo, porque os partidos ainda não tinham definido os nomes do Relator e dos Vice-Presidentes para compor esta Comissão.

Estendo a todos as boas-vindas.

Se alguém tiver alguma dúvida, cópias das atas foram distribuídas, para que V.Exas. possam obter mais informações. Há alguma dúvida?

Antes de passar à Ordem do Dia, permitam-me ler o Ato da Presidência desta Casa que criou esta Comissão Especial, para melhor compreensão do nosso papel neste órgão, que, além do caráter regimental, jurídico, tem o caráter político, que imprimiremos.

A composição desta Comissão é muito rica quanto à diversidade, por se tratar de tema tão complexo e por haver muito o que fazer. Espero que tudo dê certo.

**“Ato da Presidência**

> Nos termos do art. 17, inciso I, alínea ‘m’, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, esta Presidência decide criar Comissão Especial, destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a reforma trabalhista, conforme relação anexa, com vistas a fornecer indicativo à Casa de prioridades a serem observadas na apreciação das referidas matérias e/ou oferecer proposições, a ser constituída de 31 membros, acrescido de mais um destinado ao rodízio entre os partidos não contemplados.
>
> A constituição de Comissão não obsta a eventual apreciação, em paralelo pelas Comissões competentes (art. 4º, RICD), de quaisquer das propostas em tramitação.”

Informo aos Srs. Deputados que recebemos um calhamaço de projetos que estão em tramitação. No entanto, percebemos um erro – não sabemos quem o cometeu, é natural que ocorra: 90% deles nada têm a ver com a Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Portanto, encaminhamos o problema à Mesa e à Presidência, para que se tomem precauções.

Há vários fóruns e duas Comissões que tratam de problemas referentes ao trabalho: a Permanente, que tratará das questões alusivas ao quotidiano do trabalho, e a Especial, para a reforma trabalhista.

Como se pode observar, temos nossas limitações. Nosso objetivo é promover estudos que abranjam as reformas. Não nos compete, segundo decisão e ata do Presidente, deliberar, mas politicamente, na minha avaliação, trabalharemos muito, e esta Comissão não só deliberará, como também servirá de referência e será o canal para os debates que surgirão no âmbito do Governo Federal e de outros Poderes.

Fui informado de que o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal Superior do Trabalho, fará seminário para debater a reforma trabalhista. O Ministério do Trabalho criará fórum também com o mesmo intuito. Já informei esse fato ao Conselho, às centrais sindicais de trabalhadores, aos organismos sindicais patronais, ao Ministério Público e a outros setores, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Todos estudam, discutem, trabalham e deliberam, mas, no final, tudo passará por esta Comissão. Vejam como é grande nossa responsabilidade.

Há alguma dúvida? Se não houver, continuaremos os trabalhos. Avisei a V.Exas. que o prazo seria até esta semana, e está transcorrendo tudo bem.

De acordo com o inciso VI do art. 41 do Regimento Interno, cabe ao Presidente indicar o Relator ou a Relatora. Como trabalharemos muito com acordos, aguardaremos definições.

Com as indicações dos nomes, pelo PMDB, para compor esta Comissão e de acordo com o Regimento Interno, designo Relator o Deputado José Chaves, do PMDB de Pernambuco. S.Exa. me fará companhia do começo até o fim da reunião. Juntos faremos uma bela reforma. Tenho certeza de que esta Comissão fará uma bela festa. Todas as reformas são marcantes e fundamentais, mas a que trata do trabalho é tão marcante que, até hoje, guardamos, uns com muita divergência, outros com pouca ou pequena divergência, na história o papel do Presidente Getúlio Vargas e dos atores daquele período.

A reforma trabalhista vai ter de acontecer. Essa é a nossa disposição e a de V.Exas. também. No Deputado José Chaves, não somente pela sua história de dignidade, mas também pelo seu comportamento neste Congresso, percebe-se a vontade de mudança, o que é simbólico.

E por que aceitei com tanto carinho a indicação do Deputado José Chaves? Venho do mundo do trabalho e represento os trabalhadores. Fui presidente de uma central sindical cuja história os senhores conhecem. O Deputado José Chaves, embora não tenha vinculação com instituição sindical patronal, é um empresário moderno, uma pessoa de história digna, e os testemunhos obtidos dos meus companheiros de partido no Estado de Pernambuco são altamente positivos. Portanto, acredito que vamos fazer uma bela dobradinha.

E o que simboliza de mais importante é que temos um empresário e um trabalhador para, junto com empresários, trabalhadores, autônomos, religiosos, intelectuais e pessoas da sociedade, fazer marcante e importante reforma, tão necessária para o País. Neste momento, dou as boas-vindas ao Relator, expressando o desejo de que juntos possamos dividir a responsabilidade.

Informo-lhes também que ontem o núcleo de trabalho da bancada do Partido dos Trabalhadores teve audiência com o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, quando foi feita reflexão a respeito do que o Ministério deverá fazer ou não e sobre o papel de cada um de nós nesse contexto.

Por fim, na condição de Presidente, convidei-o a vir a esta Comissão, para, de viva voz, manifestar as intenções, os compromissos e a agenda do Ministério. É consenso entre nós que a reunião com o Sr. Ministro servirá para atingir objetivo que considero fundamental: a sinergia entre os operadores de reforma que será tão importante.

De antemão, antes de marcar nossa próxima reunião, que será daqui a oito dias, peço aos nobres Deputados que agendem para o dia 2, às 10h da manhã, ainda em local a ser definido, reunião extraordinária desta Comissão, que terá a presença do Ministro, que virá falar conosco, ouvir nossas sugestões. Poderemos questioná-lo e faremos um belo entrosamento nessa caminhada.

S.Exa. está realmente muito interessado e determinou a presença permanente de representante do Ministério do Trabalho para acompanhar e observar nossas reuniões, a fim de que haja a sinergia, dada a complexidade do tema e a responsabilidade que nos coube.

O objetivo da pauta de hoje é estabelecer um roteiro para os nossos trabalhos. Com a indicação do Relator, nossa sugestão é que os partidos apresentem as propostas que tiverem – o Relator está chegando cheio de vontade, mas não é obrigado a já pegar o trem andando. S.Exa. vai considerar todas as idéias e nos apresentará na próxima reunião proposta de roteiro e de relatório, já como tema de pauta.

O roteiro implica, primeiro, definir o que vamos discutir, em que ordem e os temas da reforma, após o que definiremos, caro Relator, as audiências públicas, que deverão ser coerentes com as metas e a organização de nossas reuniões.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois não, Deputado José Múcio Monteiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Temos um prazo estabelecido para o término do trabalho ou o nosso tempo é livre?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não, não existe prazo. E que bom que não existe prazo, Deputado José Múcio. Esta é uma Comissão na qual

vamos ter de discutir o que é consenso e o que não é, vamos ter de evoluir no que poderemos fazer. Portanto, não existe prazo. Evidentemente, não poderemos, em função disso, afrouxar o debate.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, outra pergunta: a Comissão tem caráter deliberativo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Ela não tem caráter deliberativo por ser especial, conforme foi explicado. Mas, ao longo do debate, com a contribuição e a força política que a Comissão terá, vamos ver o que vai acontecer no final das contas.

Tomei o cuidado de fazer a leitura – V.Exa. não havia chegado ainda – Do papel desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Estava numa reunião do PSDB. Peço desculpas pelo atraso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Compreendo perfeitamente. Apenas quero esclarecer que há ato da Presidência que designa nosso papel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Não temos prazo, não é deliberativa, e vai ser preciso estabelecermos a prioridade dos temas que vamos discutir, porque o objeto de reforma desta Comissão que V.Exa. preside é amplo demais. Se não estabelecermos com o Relator alguns temas prioritários, não há tempo que ajude.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – V.Exa. tem completa razão, e estamos esticando o prazo para que juntos possamos delinear encaminhamentos e definir prioridades.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Sr. Presidente, companheiro Deputado Vicentinho, parabéns pelo desempenho. V.Exa. traz a experiência da luta sindical e social. Naturalmente, a composição da Mesa e a escolha da Relatoria fazem parte de composições políticas. Quero crer que, pela boa política, a escolha do Relator faz parte da composição plural e da representação dos setores sociais que se envolvem no debate. Como V.Exa. mesmo caracterizou, essa dobradinha representa um bom passo para atingirmos os objetivos de debate tão importante e candente na relação capital/trabalho.

O novo momento político do País exige este exercício: a construção de um país onde possamos priorizar o processo de desenvolvimento, de crescimento econômico e de valorização das riquezas e potencialidades que temos. Não se trata apenas de ficar submetido aos interesses internacionais, mas de inserir o País com a sua pujança no âmago internacional, com presença forte na economia e no desenvolvimento internacional.

No mundo do trabalho e das relações entre capital e trabalho, temos muito o que fazer, e esta Comissão, até pelo fato de ser especial, cumpre papel importante.

Deputado José Múcio Monteiro, acredito que, antes de a Comissão ser decisória ou não, consultiva ou não, a presença dos Srs. Deputados, pelo que já conhecemos das Comissões Permanentes, com certeza nos confere posição importante no Parlamento brasileiro, decisiva para que possamos sugerir ao Parlamento, ao Presidente da Câmara, proposta de reforma trabalhista capaz de firmar a história do País em antes da CLT e depois da proposta de reforma trabalhista que nos propomos fazer.

Até porque não temos tempo definido, na hora de dar prioridade às discussões, antes de entrar na ordem do dia ou posteriormente, é mais estratégico e melhor para a qualidade dos trabalhos que a Mesa, agora com a presença do Relator e quiçá logo acompanhada do 1º, do 2º e do 3º Vice-Presidentes, trace um plano de debates e organize uma estratégia para sua realização.

Considero oportuno ouvir primeiro o Ministro, até para sentir o que o Executivo está pensando, e a partir daí estabelecer a estratégia dos debates, com a oitiva de representantes de alguns setores, como é a preocupação do Deputado José Múcio Monteiro.

Como questão de ordem ou como sugestão, gostaria que deixássemos de lado esses requerimentos, com todo o respeito ao Deputado Ronaldo Dimas e aos outros que estão aqui. Faríamos uma proposta de organização dos trabalhos e de estratégias da Comissão. Aí, sim, agregaríamos em iniciativas individuais os requerimentos e os aprovaríamos no momento adequado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – V.Exa. me permite outra questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Deputado Paulo Rocha, antes de começar a jogar, temos de estabelecer as regras.

Pelo ato da Presidência, esta Comissão está destinada a efetuar estudo sobre as matérias em tramitação relativas à legislação trabalhista. Vamos trazer para cá todas as proposições e fazer um relatório, já que muitas delas são coincidentes. Vimos na Comissão do Trabalho que existem vários projetos que coincidem, como o do parcelamento das férias e outros mais. Vamos

trazer para cá tudo isso e fazer um relatório, para ver se algumas são coincidentes. Esse é um ponto.

O outro é a discussão da CLT. Esta é a minha questão de ordem: nossa discussão sobre a CLT vai ser inspirada no trabalho da Legislatura passada, de apenas flexibilizar – o Ministro do Trabalho diz que esse nome não existe mais e que agora é atualizar –, ou vamos discutir ponto por ponto? A CLT está toda na Constituição. Então, tudo o que discutirmos sobre CLT é matéria constitucional, e precisamos de três quintos para aprovação.

Minha pergunta – V.Exa., Sr. Presidente, não precisa responder agora e vai ter de conversar com o Relator e estudar com os assessores – é se vamos discutir ponto por ponto a CLT, discutir a dita atualização, ou se vamos dar um caráter mais abrangente. Isso é para que não fiquemos aqui um contra o outro, cada um numa trincheira diferente e possamos fazer algo mais propositivo. Essa é a minha questão de ordem.

Temos de estudar todos os projetos que existem na Casa. Há a CLT em si, e há a questão sindical, um esqueleto que está no armário deste Congresso há anos e ninguém tem coragem de tirar de lá.

V.Exa. sabe que todas as confederações existentes no Brasil não são oficiais. Essa é uma questão que esta Comissão, presidida por V.Exa., vai ter de enfrentar. Vamos ter de tirar esse esqueleto do armário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado José Múcio Monteiro, obrigado pela observação, que, na verdade, vou chamar de reflexão. Todos os Deputados que têm responsabilidade devem refletir sobre as questões aqui apresentadas.

Agradeço ao Deputado Paulo Rocha a manifestação e digo que a aprovação de requerimentos aqui não tem ordem cronológica, nem é precária. As convocações serão definidas de acordo com os critérios que este Plenário aprovar, após a apresentação do Relator, após a oitiva de todos nós. A primeira observação é essa. Não vejo nenhum tipo de problema.

As federações, na verdade, são centrais sindicais, porque as confederações de fato são reconhecidas. Às vezes, não o são pelos trabalhadores e pelos empresários, mas são reconhecidas legalmente. E as centrais sindicais são reconhecidas por todos, mas não são reconhecidas legalmente. Tudo isso será resolvido no cotidiano, mas é um tema que se apresenta, entre outros.

Eu acrescentaria, no rol das preocupações que V.Exa. citou, por exemplo, a questão da organização jurídico-trabalhista, como vamos fazer para abordar esses aspectos.

A responsabilidade é grande, mas, se tivermos competência, não haverá quem desvie o debate desta Comissão. Não há outro jeito, por isso a expectativa é muito grande. Em vez de ficarmos aqui discutindo o que deveremos fazer, minha sugestão é analisar concretamente a proposta e com base nela discutir na próxima reunião.

Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não só eu, mas diversos outros Deputados da bancada do PT, tomei a iniciativa de apresentar um documento, que deve estar sobre a mesa, em que proponho os eixos que esta Comissão deveria seguir, em termos de relatorias, e os pontos centrais que deveriam ser abordados.

Entendo que esta Comissão deveria discutir os grandes problemas que se apresentam para nossa sociedade, na seguinte divisão: primeiro a questão do direito individual. Temos de atualizar a legislação ordinária, para buscar alternativas para o desemprego, o mercado de trabalho para os jovens e os cidadãos com mais 40 anos, para a informalidade. E há outras questões relativas à legislação ordinária. Então, o primeiro ponto ao qual a Comissão deve dedicar-se é a legislação ordinária.

O segundo ponto seriam o direito sindical e o coletivo, porque precisamos de sindicatos com mais representatividade, que tenham condições de estabelecer negociações efetivas. Temos também de nos debruçar sobre o direito coletivo no seu todo, não só em relação à estrutura do direito sindical, mas sobre como os conflitos serão solucionados, em razão do processo coletivo.

Outro ponto a ser analisado pela Comissão seriam o Direito Processual e a estrutura do Direito do Trabalho. Entendemos que é questão de fundamental importância, porque precisamos de uma prestação jurisdicional célere. Não pode haver processo na Justiça do Trabalho durante dez, quinze anos. Temos de nos debruçar sobre a questão processual, verificar os recursos, os prazos e as instâncias que devemos retirar para agilizar o processo.

O quarto ponto seriam as relações de trabalho no serviço público. Como é uma área específica, acho que deveríamos ter uma sub-relatoria atinente a essa questão.

O quinto ponto seriam as novas formas de relação de emprego e geração de renda, que é o que está apresentado. Como vamos ampliar o mercado de trabalho, verificar as novas relações que surgem, decorrentes, inclusive, do avanço tecnológico em nosso País?

Estamos propondo um método de encaminhamento que começaria com um seminário, com a participação dos diversos membros da sociedade civil, sindical organizada, membros do Judiciário e do Exe-

cutivo. Seriam realizadas audiências públicas para a recepção de propostas com membros da sociedade civil, sindical organizada, Judiciário, Ministério Público e Executivo. Por último, haveria a apresentação de um anteprojeto que pode ser de comum acordo, não só com a sociedade, mas também com o Executivo.

É esta a proposta que submetemos à Mesa, ao nosso Relator, para que seja analisada e votada aqui na Comissão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra. Apenas informo que o debate não será feito hoje. Trata-se de uma sugestão consignada, muito bem feita por sinal, que será analisada pelo nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, além dos assuntos citados pela nobre Deputada, temos outros. Na verdade, por inexperiência, houve uma troca nos requerimentos. O primeiro seria esse que está em minha mão, em que estão contidas questões básicas, como distribuição de lucros, mas até agora não sei por que não veio para esta Comissão.

Hoje, vivemos uma situação em que os bancos têm uma lucratividade enorme, mas os trabalhadores dela não participam efetivamente.

Também o poder normativo da Justiça do Trabalho deve ser discutido, assim como a política salarial, pois são temas claramente relacionados à reforma trabalhista. Enfim, há uma série de itens que gostaria de analisar depois e fazer algumas ponderações dentro dessa linha a que a nobre Deputada se referiu. A sugestão inicial – o programa de estímulo ao primeiro emprego, o sistema nacional de primeiro emprego, proteção contra despedida imotivada, estabilidade, FGTS – é tímida para uma Comissão com esta abrangência.

Não sei aonde vamos chegar, Sr. Presidente, porque o tema é muito complexo e abrangente. Sem poder deliberativo, precisamos de grande força política para sairmos daqui com um resultado concreto e daqui a um ano não chegarmos à conclusão de que o trabalho realizado foi todo em vão. Esta é a nossa preocupação.

Portanto, precisamos de propostas e projetos mais firmes, para que o Governo, o Ministro e a Câmara aceitem de alguma forma essas sugestões, não como impositivas, mas deliberativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Dimas, a preocupação de V.Exa. é também a nossa. Queremos trabalhar, por isso estamos aqui tão atentos e interessados.

Com referência às questões levantadas, veremos o que cabe exatamente a esta Comissão e o que cave à Comissão Permanente de Trabalho. Pode ser que haja dúvidas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Monti.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** – Sr. Presidente, caros colegas, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa. dizendo que esta Casa ganha ao vê-lo emprestar à causa pública seu conhecimento decorrente de uma vida toda no mundo do trabalho. Essa contribuição, sem dúvida, será importante para esta Comissão e para esta Casa. Da mesma forma, o Relator José Chaves também empresta sua vida pública, seu currículo e o trabalho que realizou em outros mandatos nesta Casa em prol da sociedade.

Tenho certeza de que essa dupla, juntamente com os demais membros, será importante para que esta Comissão realmente ofereça à sociedade mecanismos de geração de emprego, para evitar conflitos na área trabalhista. O mundo do trabalho, sabemos, é vasto.

Sugiro, ao ouvir as várias observações, três blocos principais para discussão: a organização sindical, as relações do trabalho, quer público ou privado, e a Justiça do Trabalho. Na verdade, são três grandes grupos em que estarão contidas todas as questões, que são muitas, sobre as quais esta Comissão certamente se debruçará ao longo do seu funcionamento.

Se essa sugestão for aceita, a partir desses três grandes grupos poderemos identificar, junto com a Presidência, o Relator e os colegas desta Comissão, os subitens que devam ser elencados para oportunamente ser debatidos.

Evidentemente, não podemos ter a pretensão de englobar tudo aquilo que esta Comissão pode e deve discutir, porque todos sabemos que o assunto é abrangente, mas quem sabe num primeiro momento possamos discutir pelo menos as questões principais, do dia-a-dia.

Como disse a nobre Deputada, há pessoas que ficam na Justiça do Trabalho por quinze, vinte anos para fazer valer seu direito trabalhista. Isso não pode continuar assim. O processo do trabalho segue os ritos do Processo Civil, seria preciso um rito próprio, especial.

Também não é possível, Sr. Presidente, a existência de verdadeiras indústrias de ações trabalhistas, que vão atrás do trabalhador, muitas vezes forçando a barra para que se faça um acordo.

Temos de pensar, e o Deputado Múcio o disse com propriedade, sobre as questões constitucionais. Num primeiro momento, devemos discutir os temas que podem ser tratados na legislação infraconstitucional. É claro que o debate será amplo, as questões constitucionais também serão debatidas, mas não podemos

imaginar que vamos alterar a Constituição e até mesmo tirar direitos trabalhistas dos nossos trabalhadores.

Precisamos de alguns parâmetros de grandeza de atuação para que realmente esta Comissão possa produzir. Tenho certeza de que ela produzirá mesmo não sendo deliberativa. Nós é que temos de fazer o momento político, nós é que temos de fazer acontecer. Esta Comissão tem condições de apresentar um grande subsídio ao País nessa área, especialmente por meio da Presidência e da Relatoria.

Sr. Presidente, temos de pensar nesse cronograma, nesse roteiro quanto à postergação da votação imediata desta pauta,. Apresento esta sugestão, evidentemente há outras, e ela deve ser perseguida, no intuito de organizar a nossa Comissão e os nossos trabalhos. A partir daí, tenho certeza de que trazendo pessoas do mundo do trabalho, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, das áreas patronal, trabalhista, sindical, da Justiça do Trabalho, vamos ter um debate acalorado.

O Deputado Paulo Rocha, se não me engano, disse que só pela presença dos membros na Comissão já se nota o interesse político do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, em relação a esse assunto. Trata-se de questão que queremos debater. Temos um grande instrumento em nossas mãos, independente de esta Comissão ser deliberativa ou não. Se conseguirmos organizar e sistematizar o nosso trabalho, certamente teremos um resultado profícuo, com V.Exa. na Presidência e o Deputado José Chaves na Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Milton Monti, pela sua manifestação.

Passo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, efetivamente, esta Comissão começa a trabalhar nesta tarde com sugestões e com a ascensão do nosso Relator, companheiro e amigo José Chaves.

Dado o número de participantes, veremos ao longo dos trabalhos que haverá alguma correlação de atitudes ou até de questionamentos pertinentes à Comissão Permanente. Isso será fruto do nosso trabalho no desenrolar das atividades. Não podemos julgar, numa separação imediata, o que é pertinente à Comissão Permanente, porque surgirão assuntos e sugestões dos companheiros.

Particularmente, interesso-me muito pela questão trabalhista. A Deputada Dra. Clair também assim já se manifestou. Vemos que há sintonia desse posicionamento com relação ao campo do Direito do Trabalho. Outros companheiros como V.Exa. e o companheiro Magrão, do PPS, têm interesse na questão sindical. Muitos desses assuntos que iremos tratar serão pertinentes também à Comissão Permanente.

Devemos transmitir confiança, neste momento, conjugando as vontades e determinações já manifestadas por todos que usaram da palavra, porque as pautas são extensas.

Para delimitar aquilo em que cada um quer trabalhar, temos de dar condição de esta Comissão, por intermédio do seu Relator e de V.Exa., determinar por onde vamos começar e deixar o trabalho fluir. Como numa carruagem, se a roda está empenada ou não, temos de fazê-la andar para saber se vai seguir seu caminho. Esse é o nosso objetivo.

Fazendo um comparativo com outro tema importante que a Casa começa a discutir, fruto de mais um acontecido, a Comissão de Reforma Trabalhista tem de dar à sociedade, ao Congresso Nacional, o exemplo de que queremos trabalhar na reforma. Sejam temas comuns à nossa área, sejam pertinentes a outra atividade, temos de discuti-los.

Ontem, o PPS realizou um fórum de esquerda democrático, do qual participamos a Deputada Dra. Clair e eu, em que não foi formulada nenhuma proposta para a reforma trabalhista. Houve discussão com o representante da Justiça do Trabalho, estavam lá alguns juízes de algumas regiões do Brasil, representantes sindicais, como do Sindicato dos Bancários, que apresentaram uma pauta de sugestões.

O companheiro Magrão e eu sugerimos que o fruto desse debate fosse encaminhado a esta Relatoria, porque foram levantamentos importantes da Federação dos Bancários de São Paulo, do Estado de Pernambuco. Portanto, o Partido Popular Socialista tomou a iniciativa de abrir um fórum de discussão. Alguns temas e propostas foram abordados no que se refere à modernização dos direitos do trabalho e realização de novos rumos de emprego que surgem com o atual avanço tecnológico.

Sugiro a V.Exa. avançar. Nós, novos Deputados, viemos com muita vontade de dar nossa colaboração para a sociedade brasileira. Com a experiência legislativa do Relator, Deputado José Chaves, vamos começar a trabalhar e separar o que for comum a outra Comissão Permanente. Normalmente, muitos de nós que fazemos parte da Comissão Especial participamos também da Comissão Permanente do Trabalho. Temos de priorizar.

A título de colaboração ao trabalho da Comissão, vou pedir à Liderança do Partido Popular Socialista que encaminhe à Presidência e ao Relator a fita com a gravação do nosso encontro realizado na manhã de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Júlio Delgado. Deputado Leonardo Picciani, gostaria de me posicionar. Em seguida concederei a palavra a V.Exa.

Além de todos os convidados para as audiências públicas, com a concordância do nosso Relator, no final dos debates poderíamos ouvir também a posição dos partidos.

Tem a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Gostaria de um esclarecimento, Sr. Presidente: os requerimentos constantes do item "b" da pauta foram retirados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vamos discutir essa questão daqui a pouco, após o Sr. Relator usar da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI** – Companheiro Presidente Vicentinho, nobre Relator, colegas, Deputados e Deputadas, cumprimento-os pela indicação feita pela Comissão do Trabalho.

Quero acrescentar as preocupações dos colegas em relação à Segurança e Medicina do Trabalho, tema que deve merecer desta Comissão muita atenção. Nos tempos atuais, as novas tecnologias – tão importantes para a evolução do mundo – produzem determinadas conseqüências e a legislação, nesse aspecto, nem sempre está atualizada, de acordo com os requisitos necessários que pedem a sua evolução.

Observo que há muitos casos hoje no Brasil de LER, DORT, doenças ocupacionais dos trabalhadores por esforços repetitivos. Na categoria dos bancários, da qual sou procedente, cresce cada vez mais o índice de trabalhadores portadores de LER. Pessoas que dispõem de computadores em casa, devido ao uso sem critério, já têm a lesão antes mesmo de entrar no mercado de trabalho. As crianças muitas vezes ficam horas e horas brincando em seus computadores, sem nenhuma orientação. Conheço pessoas que não têm idade para estar no mercado de trabalho e já são portadoras de LER por usar os computadores muitas horas do dia, sem nenhum cuidado.

Portanto, essas novas tecnologias também produzem efeitos nefastos. O debate desta Comissão deve pautar o tema Segurança e Medicina do Trabalho, visando atualizar a legislação para preservar a saúde do trabalhador. Talvez, com campanhas preventivas, possamos evitar problemas futuros para o ser humano atingido por essa situação e também para a Previdência, que acaba muitas vezes precocemente tendo de indenizar esses trabalhadores.

Então, eu gostaria que essa temática, atual e urgente, fosse levada em consideração nos debates desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Orlando Desconsi. Apenas acrescento que se trata de um tema muito importante. A nossa Assessoria Técnica felizmente é uma das melhores. Peço o apoio do Sr. Galdino, para definirmos exatamente o que está relacionado à reforma e o que não está, sem prejuízo dos temas.

Passo a palavra ao Deputado José Múcio Monteiro, último inscrito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, cometi uma falha com o meu Estado. Eu precisava falar da honra de ver ao seu lado o brilhante Deputado José Chaves, homem honrado, empresário respeitado, político por opção e por vocação e que tem serviços prestados ao meu Estado. Tenho certeza de que não poderíamos estar em melhores mãos. A experiência de V.Exa. no movimento sindical, a experiência de José Chaves na geração de emprego, o respeito que V.Exas. impõem à sociedade e os votos angariados nas eleições os credenciam a ocupar os seus atuais postos. Todos estamos de parabéns por tê-los na direção dos trabalhos desta Comissão.

Quero referir-me à proposta da Deputada Dra. Clair e ao comentário do Deputado Milton Monti. Não há escapatória. O senhor me desculpe a insistência no fato de que deve haver um eixo de trabalho. O tema desta Comissão é abrangente demais. Em cada sessão haverá um novo tema, porque estamos tratando de assunto que há anos não se discute.

Como disse o Deputado Milton Monti, há assuntos pertinentes a lei ordinária. Também teremos de alterar a Constituição. Não vamos retirar direitos, mas, segundo o Ministro, precisamos atualizá-los, adequá-los ao mundo novo em que estamos vivendo. Teremos, de qualquer forma, que tratar de matéria constitucional. Então, é muito boa a sugestão da nossa Colega, Deputada Dra. Clair. Na verdade, tudo vai depender de V.Exa. e do Relator. Não sei se serão pequenos grupos ou se haverá Sub-Relatores específicos ou Relatores auxiliares para as matérias que estão e que não estão na Constituição. Em primeiro lugar, precisamos saber quais e quantos são os temas que vamos debater. E haveria tantos grupos, tantos auxiliares e tantos eixos quanto necessários para começarmos o nosso trabalho. Caso contrário, em cada reunião haverá um tema novo, seja relativo às relações trabalhistas, seja relativo à questão com a Justiça. Todos esses temas enges-

sam o estímulo à geração de emprego. Há também a questão do primeiro emprego, da idade de acesso ao trabalho, uma discussão interminável. Assim, eu quero subscrever a sugestão da Deputada Dra. Clair para que, dentro desses eixos, haja subcolaboradores ou pessoas que nos vão ajudar nas discussões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado José Múcio Monteiro, pela sua valiosa contribuição. Teremos de nos debruçar sobre esses temas com muito carinho. Quero fazer minhas as suas palavras.

Concedo a palavra, para as suas considerações iniciais, ao Relator da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, Deputado José Chaves.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Meu caro Presidente, Sr. Deputado Vicentinho, Sra. Deputada, Srs. Deputados, senhoras e senhores, vou procurar ser sintético. Dada minha formação acadêmica, procuro ser cartesiano, objetivo. Hoje, a sociedade precisa de resultados.

Represento com muita honra o PMDB. Lutarei para bem representar a Câmara Federal, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira. Em algum instante, vou concordar e discordar, mas serei um representante do povo. Esse será o esforço maior. Dentro desse princípio, quero dizer aos companheiros membros da Comissão e ao Presidente que serei plural. Repetir que serei democrático e transparente é usar palavras muito gastas. Serei um Relator plural, trabalharei com toda a Comissão. Esse é o meu desejo.

Sr. Presidente, trago neste instante uma preocupação que veio à tona recentemente: é preciso reforçar politicamente esta Comissão. É muito pobre, é muito pouco, diante de uma questão das relações do trabalho, que existem no mínimo há um século, haver uma Comissão destinada a efetuar estudos sobre matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja a reforma trabalhista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lutei para ser Relator desta Comissão. Deputados do meu Partido desejavam ter sido Relator desta Comissão. Este é um momento histórico. Lutei com muita coragem cívica para ser o Relator. Será para nós uma grande frustração se a nossa Comissão não avançar nas relações do trabalho. Devemos ter neste primeiro instante, na primeira reunião de que participo – que não é a primeira da Comissão – um tema político que me permita transcender todas as outras questões levantadas até agora. Precisamos sair desse caráter intermediário, dar a esta Comissão o caráter deliberativo. Essa é uma questão política, senhores. É preciso saber do Governo Federal se a sua pretensão é encaminhar uma proposta de emenda à Constituição de sua autoria, se será fruto de um fórum trabalhista anunciado pelo Ministro ou se esta Casa deverá formular uma proposta que, nos seus últimos atos, será levada ao Plenário.

Meu caro Deputado Vicentinho, essa é a nossa preocupação número um, de quem tem um pouco mais experiência do que V.Exa. e pouco menos do que alguns membros da Comissão. Será a grande frustração e decepção do Deputado Vicentinho arrumar, eliminar, afastar, selecionar e aprovar alguns importantes projetos em tramitação, no passado, arquivados ou recentes.

O primeiro passo, Deputado Paulo Rocha, seria a nossa decisão política de entender bem a nossa função. Receberemos de braços abertos a Comissão Permanente. A nossa Comissão, no entanto, não cabe analisar o dia-a-dia. Teremos de mudar as rodas dessa carruagem que já está em andamento. Neste caso, senhores, vamos mudar as quatro rodas, talvez uma de cada vez – pelo sindicato, pela Justiça do Trabalho, pela própria relação entre o empregado e o empregador e pelo próprio desempregado.

Senhores, tenho absoluta convicção de que essa não é uma reforma isolada. Dependemos fundamentalmente de algumas outras reformas. Eu arriscaria dizer que a tributária talvez seja o carro-chefe da nossa reforma. Estamos preocupados em votar não só pela desoneração só do trabalho, mas também do capital, da exportação e de todos.

Votei contra a reforma da CLT enviada pelo Governo passado, embora pertença ao PMDB, pelo simples fato de ela isolar a questão trabalhista. Nesse isolamento, certamente cometeríamos injustiças que atingiriam o mais fraco.

Senhores, é preciso, portanto, articular essas forças. Saio daqui com a disposição de procurar o meu Líder. Tenho absoluta certeza de que falo em nome do Deputado e conterrâneo José Múcio Monteiro, que poderia arregimentar o seu Partido. Estou certo de que se o Deputado Vicentinho, o PPS, o PPB, o PFL e todos os outros aqui representados assim acreditarem, poderemos reforçar politicamente esta Comissão.

É muito desagradável debater reforma tributária com a maior competência possível, com todos os atores envolvidos no Brasil e depois ela tornar-se apenas mais um documento acadêmico. Nada contra a universidade, pelo contrário. Fui formado numa universidade, aprendendo mais fora da classe do que dentro dela, nas discussões políticas.

Aceito, em tese, todas as propostas apresentadas para a reforma trabalhista. O trabalho será eqüitativo. Vamos formar uma, duas, três ou mais Subcomissões. Vamos convocar desde Ministros até o mais simples

operário ou o mais simples empresário. Vamos discutir a participação no lucro, a tributação num campo e em outro, mas ninguém aceitará continuar com a atual tributação.

A credito em todos os partidos aqui representados, meu caro Deputado Vicentinho – PT, PFL, PMDB, PSDB, PPB, PTB, PL, PSB, PPS, PDT, PCdoB e PRONA. Todos têm uma coisa em comum: não são conservadores. Fora o conservadorismo! Não se pode manter o sistema atual. Vamos mudar para melhor, dentro de um grande debate. Tenho certeza de que todos queremos mudança. Será uma grande frustração para nós e para aqueles que depositaram 250 mil votos ao modesto nordestino em São Bernardo, no ABC, se não alcançarmos algo concreto que melhore a vida do cidadão, sob pena de estarmos cometendo a pior das injustiças: a injustiça social oculta e enganosa.

É preciso, repito reforçar politicamente esta Comissão. Permita-me, Sr. Presidente, ousar e jamais decidir. A decisão será sempre do Plenário e acatada por este membro, que apenas será um arregimentador.

Quanto ao fórum instalado, em que se pede a indicação de três membros, se queremos contribuir, esses três membros estarão nesta Comissão. Não temos interesse em esvaziar nenhum tipo de fórum ou de conselho. Se o Governo Federal entendeu, através do Ministro Jaques Wagner, de fazer um fórum, vamos aceitar e ouvir, mas a decisão maior cabe a esta Casa. Esta é uma Casa deliberativa, e uma Comissão que não pode deliberar é incompleta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado, concordo com as palavras de V.Exa. Aliás, assumo a responsabilidade de levar fielmente o resultado desta reunião de hoje ao nosso Presidente João Paulo Cunha, diante da fala do nosso Relator que veio para mudar.

Antes de mais nada, em relação aos três membros que serão convocados, sugiro que reflitamos melhor e depois deliberemos. Com referência aos requerimentos, temos vários nomes propostos.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Muitos nomes foram por mim propostos. Ouvi atentamente algumas propostas e parece-me que o momento mais adequado para apresentar essas questões não é esse, muito mais pela forma como se fará o direcionamento dos trabalhos. Creio que caberia à Presidência ou à Relatoria elaborar sua proposta, para depois decidirmos o ordenamento e o momento adequado.

Do meu ponto de vista, Sr. Presidente, há apenas uma exceção no que se refere à Organização Internacional do Trabalho. É muito importante para esta Comissão ouvir um representante da OIT a respeito do assunto, para que não comecemos de forma errada. O mundo hoje está globalizado. Queiramos ou não, teremos de fazer uma reforma trabalhista de acordo com critérios, normas e tratados internacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Neste caso, poderíamos encaminhar da seguinte forma: a presença da OIT, organismo tripartite que representa o conceito internacional da relação capital e trabalho é fundamental e haveremos de colocá-la nos patamares principais, assim como o Ministro do Trabalho Jaques Wagner. De qualquer forma, votar uma ou sete ou oito, se o Plenário concordar, considero desnecessário neste momento.

Não há nenhuma posição contrária a nenhum nome, até porque vão chegar outros requerimentos. É importante que os Deputados enviem novos requerimentos. Depois, avaliaremos a oportunidade da convocação e a metodologia a ser adotada, de maneira que, ao final desses debates, todos os segmentos sejam contemplados e tenhamos o privilégio de ouvir todos os setores. Se todos concordarem, passarei ao ponto final da pauta.

Havendo esse entendimento, e não havendo mais nada a tratar neste momento, agradeço a presença aos senhores.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Parabenizo novamente o Deputado Ronaldo Dimas pelo clima que está criando nesta Comissão. S.Exa. está muito mais afeito a qualquer iniciativa, não apenas individual, mas imbuído na busca coletiva de soluções. As propostas que já chegaram podem ser agregadas para que a Mesa nos apresente uma proposta estratégica de trabalho. Concordo com S.Exa.: poderíamos iniciar os trabalhos, efetivamente, com a vinda do Ministro do Trabalho e, se for possível, acatando sua sugestão, ouvir as experiências internacionais da OIT. A partir daí, seguiríamos a proposta que a Mesa nos apresentar com a estratégia de seminários, debates e audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Podemos encaminhar dessa forma se houver entendimento do Plenário. Para mim, não basta ouvir só a OIT, que é importante, mas também opiniões internacionais díspares, que enriquecerão muito o nosso debate.

Convido para a próxima reunião os nobres Deputados e a nobre Deputada, no dia 26 de março, quar-

ta-feira, às 14h30min, no plenário 13, com a seguinte pauta: eleição do 1º, do 2º e do 3º Vice-Presidentes. Aliás, o Partido dos Trabalhadores já tem proposição para o 1º Vice, mas os outros partidos ainda não definiram. Espero que se resolva até lá, porque facilitará o nosso trabalho e nos ajudará a levar as coisas da melhor maneira possível.

Vamos também definir a questão do requerimento, com a proposta trazida pelo Relator e definição de audiências públicas da Comissão e outros pontos que consideramos de extrema importância para o nosso trabalho.

Lembro que, com a concordância deste Plenário, está marcada para o dia 2 de abril, às 10h, a primeira audiência pública, ou uma visita, se assim queremos considerar, do nobre Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, a esta Casa.

Agradeço a presença a todos.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de março de 2003**.

Às quinze horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário Treze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Almir Moura, Carlos Santana, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, José Chaves, José Múcio Monteiro, Júlio Delgado, Kelly Moraes, Leonardo Picciani, Luciano Castro, Luiz Alberto, Marcelo Teixeira, Maurício Rands, Miguel de Souza, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Balestra, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho – Titulares; Adauto Pereira, Antônio Carlos Biffi, Carlos Sampaio, Ildeu Araujo e Neyde Aparecida – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Jovair Arantes, Nelson Trad, Pompeo de Mattos, Ricardo Fiuza, Rommel Feijó e Vilmar Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da Terceira Reunião, realizada no dia dezenove de março de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Marcelo Teixeira. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou o recebimento de ofício da Presidência da Câmara, encaminhando sugestão do Deputado Jorge Boeira relativa à realização de seminário sobre a reforma trabalhista, com a participação dos presidentes de assembléias legislativas, visando à integração dos Legislativos federal e estaduais. **ORDEM DO DIA: A – Eleição do Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes:** Em face de não ter recebido indicação dos nomes para os demais cargos, o Presidente anunciou que seria realizada apenas a eleição para o cargo de primeiro vice-presidente, sendo candidato, indicado por ofício do Líder do PT, o Deputado Maurício Rands. A propósito do assunto, o Deputado Zenaldo Coutinho registrou a insatisfação do PSDB em relação à distribuição dos cargos nas comissões especiais criadas, assim justificando a falta da indicação do partido para o cargo de terceiro vice-presidente. Ao iniciar o processo de votação, o Presidente convidou o Deputado Júlio Delgado para auxiliar a Mesa. Encerrada a votação, o Presidente proclamou o resultado, anunciando que, num total de vinte e cinco votantes, houve um voto em branco e vinte e quatro votos válidos para o Deputado Maurício Rands (PT-PE), que foi declarado eleito e empossado. **B – Definição do Roteiro dos Trabalhos:** O Presidente anunciou o segundo item da pauta, passando a palavra ao Relator, Deputado José Chaves, que apresentou uma proposta inicial de trabalho com três temas: a) Estrutura Sindical/Direito Coletivo do Trabalho; b) Justiça do Trabalho/Direito Processual do Trabalho; c) Direito Individual do Trabalho. O Relator registrou a necessidade de discussão mais aprofundada sobre sua proposta e sobre outras sugestões recebidas pela Comissão, bem como propôs que ele, o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente da Comissão se reunissem com o Ministro do Trabalho, para colher informações a respeito da agenda do governo relativa à reforma trabalhista. O Presidente, então, passou a palavra aos oradores inscritos. O Deputado Paulo Marinho ponderou a necessidade de a Comissão estabelecer a própria agenda, independentemente da que o governo venha a propor, procurando, além de ouvir entidades, buscar conhecer as diversas realidades do País. Sobre isso, e sobre a importância da Comissão e do papel que ela deve desempenhar, também discorreram os Deputados Professor Irapuan, Dra. Clair, Wladimir Costa, Zenaldo Coutinho, José Múcio Monteiro, Ronaldo Dimas, Joaquim Francisco, Leonardo Picciani, Maurício Rands, Daniel Almeida e Almir Moura. O Deputado Joaquim Francisco ainda sugeriu realizar reunião com os presidentes e relatores das quatro comissões especiais encarregadas das re-

formas política, previdenciária, tributária e trabalhista, a fim de buscar uma integração entre elas e discutir a competência, a abrangência e o método de trabalho dessas comissões. O Deputado Roberto Balestra encaminhou à Mesa programa do Fórum Internacional sobre Flexibilização no Direito do Trabalho e propôs que a Comissão indicasse três representantes para participar desse envento, que será realizado nos dias sete, oito e nove de abril, nesta Capital. Em virtude desse fórum, o Deputado Isaías Silvestre solicitou que não fosse marcada reunião ordinária da Comissão para o dia nove. **C – DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Todos os requerimentos foram retirados de pauta, de ofício. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e cinqüenta e oito minutos. E, para constar, eu , **Valdivino Tolentino Filho**, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho , e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**, juntamente com a nota taquigráfica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, assessores da Comissão, espectadores desta reunião da Comissão Especial que vai tratar da reforma trabalhista.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da quarta reunião ordinária desta Comissão.

Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias da ata da terceira reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Se todos estiverem de acordo, vamos considerar válida a solicitação do nobre Deputado Marcelo Teixeira sobre a dispensa da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Em votação a ata.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

**Expediente.**

Comunico que esta Comissão recebeu ofício da Presidência da Casa encaminhando sugestão do Deputado Jorge Boeira para realização de seminário sobre a reforma trabalhista com a participação dos Presidentes de Assembléias Legislativas, visando à integração dos Legislativos Federal e Estaduais.

Ordem do Dia.

O item 1 da pauta refere-se à eleição de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes desta Comissão.

Informo que recebemos apenas a indicação para o cargo de 1º Vice-Presidente. Ficará para outra oportunidade a eleição para 2º e 3º Vice-Presidentes. Temos conhecimento de que o PSDB, responsável pela indicação do 3º Vice-Presidente, mandará o nome para que se proceda à eleição; o PFL ainda não indicou o 2º Vice-Presidente, como é de direito.

Se as indicações chegarem a tempo, procederemos à eleição pelo menos dos 2º e 3º Vice-Presidentes. Caso contrário, elegeremos apenas no 1º Vice-Presidente.

Tenho em mãos ofício do Líder do Partido dos Trabalhadores indicando o nome do nobre Deputado Maurício Rands para concorrer ao cargo de 1º Vice-Presidente, nos termos regimentais.

Convido o Deputado Júlio Delgado para vir até a Mesa nos auxiliar no processo de votação.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – (*Intervenção inaudível*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não, terá de votar regimentalmente. O voto é secreto. Temos aqui as orientações.

Deputado Júlio Delgado, na medida em que forem sendo chamados, os Srs. Deputados deverão vir à Mesa assinar a lista de votação. Após selecionarem seu voto, deverão depositar a cédula na urna ao lado.

Peço ao Deputado Júlio Delgado que faça a chamada nominal de todos os titulares e, em seguida, dos suplentes de cada partido, até que se complete o número de votantes.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Sr. Presidente, quem são os candidatos à 1ª Vice-Presidência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – É o Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – É o único?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – É o único candidato.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Há outros partidos que apresentam candidatos à 1ª Vice-Presidência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não, porque regimentalmente...

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Cada um indica?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O partido indica o 1º Vice-Presidente do partido.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Ele não vai concorrer com ninguém?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não, não concorrerá com ninguém. Mas todos têm de votar.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – É só para deixar registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Que eleição desprestigiada! (Riso.)

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Quero apenas dar uma explicação ao companheiro. A indicação é fruto de acordo político.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Entendido.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Entendo o espanto de V.Exa. Considero-o lógico.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Tal fato não impede que alguém se candidate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Se alguém quiser ser candidato avulso, também tem direito. Mas não vou estimulá-los a se candidatar, porque vou apoiar o meu companheiro Maurício. *(Risos.)*

O Sr. Deputado Júlio Delgado, portanto, procederá à chamada nominal dos titulares.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Vou proceder à chamada nominal, respeitando a ordem proporcional dos partidos.

**PT**

Deputado Carlos Santana. *(Pausa.)*
Deputada Dra. Clair. *(Pausa.)*
Deputado Luiz Alberto. *(Pausa.)*
Deputado Maurício Rands, nosso candidato oficial. *(Pausa.)*
Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*
Deputado Paulo Rocha. *(Pausa.)*
Deputado Vicentinho, Presidente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Informo que a bancada do PT está em reunião extraordinária, mas os colegas virão votar, com certeza.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Continuo.

**PFL**

Deputado João Batista. *(Pausa.)*
Deputado Joaquim Francisco. *(Pausa.)*
Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*
Deputado Paulo Marinho. *(Pausa.)*
Deputado Robson Tuma. *(Pausa.)*
Deputado Vilmar Rocha. *(Pausa.)*

**PMDB**

Deputado José Chaves, Relator. *(Pausa.)*
Deputado Leonardo Picciani. *(Pausa.)*
Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*
Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)*

**PSDB**

Deputado José Múcio Monteiro. *(Pausa.)*
Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*
Deputado Rommel Feijó. *(Pausa.)*
Deputado Ronaldo Dimas. *(Pausa.)*
Deputado Zenaldo Coutinho. *(Pausa.)*

**PPB**

Deputado Nelson Meurer. *(Pausa.)*
Deputado Ricardo Fiuza. *(Pausa.)*
Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

**PTB**

Deputado Iris Simões. *(Pausa.)*
Deputada Kelly Moraes. *(Pausa.)*
Deputado Nelson Trad. *(Pausa.)*

**PL**

Deputado Almir Moura. *(Pausa.)*
Deputado Miguel de Souza. *(Pausa.)*
Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

**PSB**

Deputado Dr. Ribamar Alves. *(Pausa.)*
Deputado Isaías Silvestre. *(Pausa.)*

Peço ao nobre Relator, Deputado José Chaves, que conduza a chamada nominal, porque sou o próximo a votar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Continuo.

**PDT**

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

**PCdoB**

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

**PRONA**

Professor Irapuan Teixeira. *(Pausa.)*

Pela ordem, Deputada Dra. Clair, titular, representante do Partido dos Trabalhadores, para eleger o 1º Vice-Presidente, indicação que compete à bancada de V.Exa.

**PT**

Deputada Dra. Clair. *(Pausa.)*

Também há outro Deputado que completa a lista de titulares.

**PFL**

Deputado Joaquim Francisco. *(Pausa.)*

Solicito a V.Exas. que, além de assinar a lista de presença, participem da eleição do 1º Vice-Presidente.

Prosseguindo o processo de votação, procederei à chamada dos suplentes, de acordo com a proporcionalidade de cada partido nesta Comissão.

O Partido dos Trabalhadores tem quatro vagas.

Chamarei os quatro primeiro suplentes e também o Deputado Paulo Rocha para assinar a lista de presença e participar do processo de votação do 1º Vice-Presidente, a fim de completar o quorum do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores tem agora três vagas de suplentes.

**Suplentes**

**PT**

Deputado Antônio Carlos Biffi. *(Pausa.)*
Deputada Neyde Aparecida. *(Pausa.)*
Deputado Antonio Carlos Biscaia. *(Pausa.)*

**PFL, três vagas**

Deputado Adauto Pereira. *(Pausa.)*
Deputada Celcita Pinheiro. *(Pausa.)*
Deputado Gerson Gabrielli. *(Pausa.)*

**Completo o Partido da Frente Liberal; PMDB, também completo.**

**PSDB, três vagas**

Deputado Carlos Sampaio. *(Pausa.)*
Deputado Ariosto Holanda. *(Pausa.)*
Deputado Carlos Alberto Leréia. *(Pausa.)*

**PPB, uma vaga**

Deputado Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)* Ausente.

Chamo novamente os Srs. Deputado Antônio Carlos Biffi e Luiz Alberto, suplentes, não só para assinar a lista de presença, mas para votar, a fim de completar a lista do Partido dos Trabalhadores.

**PTB, duas vagas**

Deputado Homero Barreto. *(Pausa.)* Ausente.
Deputado Philemon Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

**PL, três vagas:**

Deputado Heleno Silva. *(Pausa.)*
Deputado Raimundo Santos. *(Pausa.)*

Deputado Miguel de Souza, titular. Conclamo V.Exa. a assinar a lista de presença e proceder à votação para eleger o 1º Vice-Presidente desta Comissão.

**Titular**

**PL**

Deputado Miguel Souza. *(Pausa.)*

**O PL tem direito a mais dois votos**

Deputado Heleno Silva. *(Pausa.)*
Deputado Raimundo Santos. *(Pausa.)*

**PSB, uma vaga**

Deputado Jefferson Campos. *(Pausa.)*

**PPS, completo**

**PDT, uma vaga**

Deputado Luciano Leitoa. *(Pausa.)*

**PCdoB, completo**

**PRONA, completo**

Sr. Presidente, feita a chamada, passaremos à conferência do número de votantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não pretendo encerrar o processo de votação neste momento, pois ainda estão chegando alguns Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – De acordo com a lista de presença, o Partido dos Trabalhadores tem direito a mais um voto. Votaram cinco titulares e um suplente, das sete vagas.

O Partido da Frente Liberal tem direito a mais três votos. Votaram três titulares. Após a convocação dos suplentes, o partido ainda tem direito a mais três votos.

O PMDB tem direito a mais um voto.

O PSDB tem direito a mais três votos, entre titulares e suplentes.

O PPB tem direito a mais um voto. Participaram dois titulares, feita a chamada nominal dos suplentes.

O PTB tem direito a mais dois votos. Já procedemos à chamada dos suplentes.

O PL também tem direito a dois votos.

O PSB tem direito a um voto.

**PDT, um voto**

PPS e PCdoB e PRONA completaram, com o voto dos titulares, as vagas correspondentes.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Sr. Presidente, enquanto V.Exa aguarda a chegada de outros Parlamentares, para concluir o processo de votação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Desculpe-me, Deputado, mas gostaria de estabelecer um prazo. Portanto, informo que dentro de cinco minutos, às 15h45min, encerraremos o processo de votação.

Nesse sentido, solicito aos Deputados das respectivas bancadas que comuniquem a decisão a seus pares, para que se façam presentes.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Sr. Presidente, em dois minutos concluirei o meu registro, em nome do PSDB.

Na verdade, quando ainda há pouco se questionava sobre a indicação dos Vice-Presidentes, um colega falou sobre a questão dos acordos políticos.

O PSDB entende que houve grave equívoco na composição das quatro Comissões, porque não houve discussão entre as lideranças partidárias para que, dentro do princípio da proporcionalidade, os partidos participassem na seqüência natural, mediante acordo político. Esta Casa tem realizado tradicionalmente o acordo de cavalheiros.

Pelas razões expostas, o PSDB não está indicando nesta Comissão e nas outras três o candidato à 3ª Vice-Presidência, destinada ao partido. Não foi respeitado o acordo político que deveria prevalecer nas Comissões formadas. Repito: estamos votando – acabei de votar no candidato indicado pelo PT –, mas não estamos apresentando a indicação do partido para a 3ª Vice-Presidência devido a esses fatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, proponho que não resolvamos a questão neste momento. Espero que as conversações sejam as melhores...

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Não levantei questão de ordem. Foi apenas um registro do partido, porque no nosso entendimento a questão não se restringe à Comissão de Reforma Trabalhista, mas ao conjunto das quatro Comissões. O PSDB entende que deve haver acordo político entre as Lideranças e que se considerem os espaços necessários para cada partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Está claro, Deputado Zenaldo Coutinho. Vamos aguardar uma semana. Quem sabe chegaremos a algum acordo.

Na próxima semana, portanto, procederemos à eleição dos dois Vice-Presidentes.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, chegaram dois novos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Vou continuar a chamada.

**PMDB**

Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)*

**PSB**

Deputado Dr. Ribamar Alves. *(Pausa.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Deputado Almir Moura, V.Exa. assinou a lista de presença e também é chamado a participar do processo de votação para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão. O indicado é o companheiro Maurício Rands.

**PL**

Almir Moura. *(Pausa.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, falta um minuto para o termino do prazo.

O PT tem direito a uma vaga; o PFL, a três; o PMDB está completo; o PSDB, a três; o PPB, a uma vaga; o PTB, a duas; o PL, a uma vaga; o PSB está completo; o PPS está completo; o PDT, a uma vaga; o PCdoB e o PRONA também completaram o número de votantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Caros companheiros Deputadas e Deputados, findo o prazo, declaro encerrado o processo de votação.

Neste instante, peço ao Deputado Júlio Delgado que apure se o número de Deputados votantes coincide com a quantidade de votos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** –Sr. Presidente, são 26 assinaturas na folha de votação.

**(Não identificado)** – Quantas?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Vinte e seis.

Sr. Presidente, só para conferir...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Já conferiu, Júlio?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Correção: são 25 assinaturas, que conferem com o número de 25 sobrecartas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Solicito ao nobre Deputado que proceda à apuração.

Se o nobre Deputado Maurício Rands quiser fiscalização, por favor... *(Risos.)*

*(Processo de apuração.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, constam 24 votos para o Deputado Maurício Rands como 1º Vice-Presidente e 1 voto em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vou proclamar o resultado.

O Deputado Maurício Rands recebeu 24 votos válidos, um voto em branco, totalizando 25 votos.

Parabéns! Num gesto de carinho e respeito e em homenagem ao nosso 1º Vice-Presidente, convido o Deputado Maurício Rands a tomar assento à mesa.

Declaro, portanto, empossado o Deputado Maurício Rands no cargo de Vice-Presidente da Comissão. *(Palmas.)*

Antes de dar prosseguimento aos trabalhos, agradeço ao Deputado Júlio Delgado a colaboração. Foi um trabalho tão íntegro e imparcial que assegurou a ética no resultado eleitoral. A tarefa de V.Exa. foi bastante cansativa.

Passa-se ao item 2 da pauta, que trata da definição do roteiro dos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Chaves, que irá apresentar à Comissão sua proposta de roteiro de trabalho.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Desejo inscrever-me para falar em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a insistir que estamos vivendo um processo ainda embrionário, com algumas indefinições quanto ao futuro do verdadeiro objetivo da Comissão. Este não é o momento de discutir a questão.

Procurei o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, e o Presidente da Comissão, Deputado Vicentinho, e sugeri a eles que fôssemos conversar com o Ministro sobre a verdadeira intenção do Governo em relação à reforma trabalhista: se deveria haver proposta do Governo; se a própria Comissão tomaria a decisão de elaborá-la; se a Comissão seria mais um fórum de debates, ou se poderia, em parte, desenvolver alguns temas, apresentando propostas tanto no âmbito das leis ordinárias quanto no âmbito de uma ou mais PECs.

Ainda não há definição do Governo – o que é natural – quanto à reforma tributária, à reforma do Judiciário, à reforma política. Aguardamos essa definição, seja com uma proposta, seja com um encaminhamento ao Poder Legislativo. Pela tradição e pelo passado da Casa, a proposta nos dá muito mais condições de trabalho do que alguma iniciativa nossa. Cabe a nós deliberar.

Esta Comissão não pode parar. Ela tem objetivo nobre, reformista. Toda a sociedade espera isso.

Em conversa com o Presidente e com a Consultoria da Casa – submeto a V.Exas. sugestão muito simples –, apresentei proposta no sentido de recebermos inicialmente os convidados. O Deputado Vicentinho agiu corretamente ao convidar o Ministro para comparecer a esta Comissão na próxima semana, talvez na terça-feira ou quarta-feira, para discutir sobre a reforma trabalhista, auxiliando-nos no tema.

Temos aqui uma série de requerimentos. No meu entendimento – não sou eu quem vai julgar, é o Plenário –, todos com muito mérito. E acredito que vamos ter muito mais. Se ouvirmos a sociedade brasileira em relação à reforma trabalhista, poderemos chegar a centenas de nomes. Vamos fazer uma apuração e dar prioridade a alguns. Porém, essa discussão cabe mais ao Presidente.

Recebi proposta do PT, da Deputada Dra. Clair, que considero extremamente importante e competente, e a debati com meus assessores. Ela é tão ampla que a nossa proposta, que submeto à apreciação de V.Exas., é no sentido de que se diminua o número de itens.

A Deputada propõe, em nome do partido – acho que é do conhecimento de todos – que tenhamos um eixo, como diz o Deputado Maurício Rands, que é o direito individual.

(*Intervenção inaudível.*)

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Direito Material, Direito Sindical/Coletivo, Direito Processual e estrutura da Judiciário trabalhista, relações de trabalho no serviço público – diz muito mais respeito à reforma da Previdência Social, que teria de estar bastante articulada, sem que fujamos do mérito –, novas formas de relação de trabalho e geração de renda.

Procurei fazer uma síntese, que dará clareza àqueles que não têm cultura, àqueles que não lidam – e eu me incluo entre eles – com a questão trabalhista.

Proponho três temas. O primeiro diz respeito à estrutura sindical, ao direito coletivo do trabalho. Vamos discutir tudo sobre sindicalismo. Parece-me que temos aqui especialista na área, que a conhece não apenas na teoria, mas também na prática, devido à sua própria vida. Refiro-me ao Vicentinho. O segundo se refere à Justiça do Trabalho, ao Direito Processual

do Trabalho. E o terceiro, à CLT, ao direito individual do trabalho.

Com esses três tópicos, poderemos dar início aos trabalhos sem prejuízo de ampliação dos subtemas.

Se entendermos que o assunto pode ser dividido, deveremos ter bom senso no sentido de não criar subcomissões de mais ou de menos. Do contrário, cada Deputado irá trabalhar individualmente. Na realidade, queremos que a reforma trabalhista seja um trabalho integrado.

Dessa forma, submeto ao Plenário essa proposta para saber se ela deve ser ampliada ou subtraída.

Volto a repetir: essa fase é embrionária.

Solicitei audiência com o Ministro Jaques Wagner, em conjunto com os Deputados Vicentinho e Maurício Rands, para expor a nossa preocupação – sobretudo do Relator – com o futuro da Comissão.

Preciso saber qual a real intenção do Governo – se esta Comissão pode propor por meio de projeto, se podemos subdividi-lo em vários projetos, ou se ele irá enviar para esta Casa proposta de emenda à Constituição, e em qual prazo.

Estamos prontos. A reforma trabalhista deverá estar articulada às reformas previdenciária, tributária e jurídica. A reforma do Judiciário vai ao encontro da questão da Justiça do Trabalho.

Por isso, submeto à apreciação de V.Exas. os três temas, a fim de que possamos dar início aos nossos trabalhos. Devolvo o restante ao Presidente para que aprove requerimentos e convide todos eles – no meu ver, têm muitos méritos. Não pára por aqui. Temos hoje 34 requerimentos – a maioria de convites. Teremos 34 audiências – são 34 semanas. Depois, teríamos de fazer um processo natural. Deixo a questão para o Plenário decidir.

Quanto à estrutura, ao eixo, à definição, proponho esses três temas, colocando-me, desde já, à disposição da Comissão para prestar os devidos esclarecimentos.

O Deputado Paulo Marinho havia solicitado a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO** – Saúdo o nobre Relator, Deputado José Chaves.

Ouvi atentamente as ponderações de S.Exa. e desejo tecer alguns comentários que reputo pertinentes, sem querer ser pretensioso.

Precisamos ter consciência em relação ao que nos estão cobrando. A reforma trabalhista não é do Governo, ela demanda da sociedade. E nós, enquanto Poder Legislativo, devemos tomar a iniciativa de fazê-la, independentemente de o Governo nos enviar PEC ou pauta pré-constituída. Até porque, quando falamos em reforma trabalhista, temos de entender que ela cuida de uma relação em que o Governo está pouco presente – e deve ser minimamente presente, porque trata da relação capital/trabalho. A meu ver, devemos ter cuidadosa visão sob esse aspecto e não ficar esperando proposta "empacotada" do Governo.

Sugiro, então, que façamos a pauta da Comissão, enquanto estamos encarregados de cuidar desse trabalho. Não precisamos ficar esperando pelo Governo.

Na primeira reunião desta Comissão, pude constatar que ela é extremamente rica. Aqui existem Parlamentares das mais variadas especialidades na área – tanto os representantes da classe trabalhadora, quanto os da classe patronal. Todos possuem experiência e conhecem as diferentes realidades do País.

Por isso, sugiro à Comissão que não se limite a fazer a mesmice de todos, de apenas ouvir os depoimentos de confederações, patrões e empregados, mas que também tome conhecimento das realidades divergentes no País. Por exemplo, a realidade do trabalhador que corta um pé de seringa no Acre não é a mesma daquele que colhe arroz nos campos do Rio Grande do Sul.

Temos grande oportunidade em nossas mãos de contribuir para mudar uma legislação arcaica, antiga, atrasada, carcomida, que impera há mais de quarenta anos. Não vamos ficar esperando este Governo – não podemos cobrar muito dele, porque está há pouco no poder – nos mandar tudo pronto. Vamos fazer nossa pauta. Vamos contribuir para mudar a história do País. Esta Comissão poderá desenvolver ótimo trabalho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Deputado Paulo Marinho, vou responder-lhe para melhor encaminharmos. Concordo com tudo o que V.Exa. disse. Somos Parlamentares eleitos, representamos o Poder Legislativo. Não tenho a menor dúvida sobre as amplas condições que dispomos para elaboração de proposta de nossa autoria. Porém, não está claro para mim a metodologia de trabalho.

A PEC, normalmente de iniciativa do Governo – não é obrigatório –, é uma reforma na Constituição, com centenas de matérias de leis ordinárias e da própria Constituição. É a nossa metodologia.

V.Exa. questionou, com muita competência, se devemos ou não ouvir as pessoas. Penso que sim, mas devemos também fazer o nosso trabalho. Precisamos definir qual o papel do Executivo, sob pena de termos aqui enorme tarefa e não desempenhá-la como deveríamos – isso é que é vivermos no Presidencialismo.

Volto a insistir, na condição de Relator: o meu desejo é ver esta Comissão com musculatura política. Agora, falta definição.

Quanto ao verdadeiro papel de vanguarda, concordo com o Deputado Paulo Marinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM FRANCISCO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Um momento, Deputado Joaquim Francisco. Estamos dando seqüência à lista de Deputados inscritos. Estamos todos igualmente preocupados com a qualidade desta Comissão e de que maneira faremos uma sinergia.

Na verdade, concordo plenamente com o nobre Deputado Paulo Marinho no sentido de não ficarmos na passividade, que não é nossa característica. Caso contrário, haveria outro fórum. Agora, precisamos compreender o outro fórum. Não estou dizendo que é só o fórum do Ministério do Trabalho, nem o da Comissão do Conselho de Desenvolvimento, mas também o da Justiça do Trabalho, o do Ministério Público do Trabalho, o das Centrais Sindicais. Cada um tem suas idéias. Ouvir esses setores não significa ficar na passividade. Para nós, o procedimento deve ser no sentido de conhecer a realidade e visitar determinadas instituições representativas da sociedade em algumas regiões do País.

Já havíamos conversado sobre o assunto com o Relator. Claro que, quanto a essas dúvidas, é tarefa nossa procurar esclarecê-las o mais rápido possível com o objetivo – repito – de conseguir uma sinergia. Nada mais do que isso. Não faz parte do papel desta Comissão atropelar sua autonomia. Nem vamos permitir que se fique na passividade.

Faço este esclarecimento ao nobre Deputado porque é plenamente justa a nossa preocupação. É nossa tarefa tentar resolver a questão para saber qual o caminho a ser percorrido.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA** – Sr. Presidente, acompanho o pensamento do Deputado Paulo Marinho, mas desejo também fazer um esclarecimento.

Já que o nobre Deputado fez comentários acerca da metodologia, quero dizer que o nome da Comissão – por sinal, amplo – é Comissão Especial destinada a efetuar estudo cujo tema abrange reforma trabalhista. Então, o seu objetivo, de acordo com o nome, é efetuar estudo sobre matérias em tramitação na Casa.

A expressão “cujo tema abrange reforma trabalhista” especifica exatamente o que devemos estudar. Na verdade, deveria ser Comissão Especial de Reforma Trabalhista.

Acompanho o pensamento do Deputado Paulo Marinho no tocante ao adiamento da reforma. Ela deve partir do Legislativo. Se começarmos a adiá-la muito, qualquer dia não vai haver trabalhadores para colher arroz no Rio Grande do Sul. Eles serão exterminados pelo trabalho escravo e pelos salários aviltantes até hoje existentes. Que a reforma trabalhista seja única e simplesmente reforma trabalhista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Deputado, mas esclareço que o pedido da palavra feito por V.Exa. foi extemporâneo. Desculpe-me, mas esse tema já foi debatido. Está claro o compromisso de todos para que esta Comissão tenha musculatura política, conforme disse o nobre Relator.

Então, solicito a S.Exas. que pedirem a palavra pela ordem que o façam respeitando a matéria em discussão. Caso contrário, irão atrapalhar o andamento dos trabalhos.

Com a palavra Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Na pessoa do Presidente e do eminente Relator, cumprimento todos os Srs. Deputados.

Sugiro apenas uma alteração na proposta do Relator: em vez de ser Direito Individual, que seja Direito Material, porque abrange toda a legislação ordinária.

Concordo com V.Exa. quando distribui três pontos: Direito Material, Direito Processual e Direito Coletivo/Sindical. A meu ver, falta a parte relativa ao serviço público, mas ela pode ficar em segundo plano para ser colocada a posteriori.

Comungo também com a preocupação de V.Exa. no sentido de que devemos ter uma relação com o Governo, mas a Câmara é independente. Como os Deputados já falaram, a sociedade reclama mudanças, e nós temos compromisso com a população.

Nesse sentido, cabe a nós, Deputados, verificar que pontos devem ser atualizados na legislação material para resolver os grandes problemas da sociedade, tais como: o desemprego, a informalidade, a inserção dos jovens no mercado de trabalho, os cidadãos acima de 40 anos, a questão da participação dos trabalhadores na renda das empresas – alegação levantada por um Deputado na outra reunião –, as terceirizações. Enfim, teremos de revisar todos os problemas e apontar soluções para eles, inclusive os da jornada de trabalho. Iremos propor a diminuição da jornada de trabalho dos trabalhadores para incentivar o emprego? Essas as questões relativas ao Direito Material.

Em relação ao Direito Sindical/Coletivo, temos a responsabilidade de dar resposta à sociedade no sentido de realmente constituirmos sindicatos representativos dos interesses dos trabalhadores. Devemos

discutir sobre a solução dos conflitos – se permanece como está ou se vamos fazer alguma alteração.

Em relação ao Direito Processual, como disse na última reunião, temos de discutir urgentemente a questão. Não podemos aguardar um processo por dez ou quinze anos na Justiça do Trabalho. Devemos nos agilizar para solucionar o problema.

Quanto ao método, se aprovadas as três sub-relatorias, proponho ouvirmos determinados segmentos da sociedade sobre temas específicos. Vamos recepcionar os projetos e as propostas. A sociedade teria algumas opções. Por exemplo, em relação ao Direito Material, vamos ouvir as centrais sindicais, os juízes, os advogados, enfim, segmentos representativos da sociedade sobre essa questão. Do contrário, vamos ficar a ouvir determinada entidade sem concreto objetivo e não vamos chegar a lugar algum.

Por isso, reitero a necessidade de convidarmos entidades representativas de diversos segmentos da sociedade para trazer sugestões sobre determinados pontos. Com isso, esta Comissão poderia se sistematizar e propor ou projeto de lei, ou PEC. Enfim, ela faria uma avaliação sobre o que propor em termos de projetos.

Era essa a minha contribuição.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputada Dra. Clair.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, na semana passada, em visita ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – inclusive comuniquei a V.Exa. –, tomei conhecimento da realização do Fórum Internacional sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, nos dias 7, 8 e 9 de abril.

Será tema da mais alta relevância para nós. O assunto já esteve em voga na Casa, foi votado, mas o Governo o retirou de pauta. Ele voltará a ser discutido nesta Casa.

Passo à mão de V.Exa. o convite do Ministro. S.Exa. deverá enviá-lo a todos os membros desta Comissão. Aproveito para pedir a todos que não deixem de comparecer ao evento. Se não houver possibilidade de estarmos presentes nos três dias, que pelo menos em cada painel haja alguém da Comissão, com o objetivo de facilitar o nosso trabalho.

Como o fórum será realizado nos dias 7, 8 e 9 de abril, acredito que V.Exa. deverá tomar as providências necessárias desde já para podermos definir os nomes dos Parlamentares que deverão participar, em que dias e em quais painéis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Roberto Balestra.

Desejo também dizer que temos requerimento de convite para que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho compareça a esta Casa no momento adequado, conforme orientação da Deputada Dra. Clair.

Continuando a lista dos Deputados inscritos – espero não ter cometido nenhuma injustiça –, concedo a palavra ao Deputado Wladimir Costa. Em seguida falarão os Deputados Zenaldo Coutinho, Ronaldo Dimas, Joaquim Francisco, Leonardo Picciani, Maurício Rands, Professor Irapuan Teixeira e Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** –Sr. Presidente, quero congratular-me com todos os Deputados presentes na Comissão Especial de Reforma Trabalhista.

Pertenço a esta Comissão com imensa alegria. Estou ciente da nossa responsabilidade com a reforma trabalhista. Ela é bastante complexa e vai exigir muito de cada um de nós.

O Estado do Pará tem registros lamentáveis de trabalhadores que são vítimas da atual Constituição trabalhista. Problema vexatório, vergonhoso, que nos causa arrepios, é o alto registro de escravidão branca. Presumo que muitos dos senhores tiveram a oportunidade de documentar esses fatos lamentáveis em que fazendeiros contratavam os famosos “gatos”. Trata-se de codinome dado a elementos criminosos que empregam trabalhadores propondo-lhes salário, estada, alimentação e os levam para densas fazendas, geralmente no sul do Pará. Chegando a esses locais, eles têm de trabalhar até 18 horas por dia. Contudo, nenhum desses fazendeiros foi preso até hoje, porque consegue respaldo na própria Constituição trabalhista.

Sinto-me muito à vontade nesta Comissão. Observo que estou ladeado de pessoas competentes e preparadas para fazer essa reforma. Comungo das opiniões de todos os que se manifestaram ainda há pouco. Não precisamos de determinadas opiniões – por exemplo, aguardar posições do Governo. Precisamos ter iniciativa própria para realizar a reforma trabalhista. Há uma série de agressões, de aberrações que vão de encontro ao trabalhador brasileiro. Tenho certeza de que, a partir deste momento, elas estarão com os dias contados. Cada um de nós irá dar tudo de si, evidentemente, para prestar essa grata colaboração ao trabalhador brasileiro e realizar as tão sonhadas reformas, que deveriam ter sido feitas há décadas – e só agora, em 2003, teremos o privilégio de realizá-las.

Novamente, renovo minhas congratulações a todos os Parlamentares da Casa, a todos os funcio-

nários e aos confrades da imprensa falada, escrita e televisionada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradecemos a V.Exa., Deputado Vladimir Costa. Realmente, podemos notar que V.Exa. é da área da comunicação.

Com a palavra o Deputado Zenaldo Coutinho.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Sr. Presidente, esta Comissão poderá, ao final dos seus trabalhos, propor uma nova CLT, propor emendas constitucionais alterando e ampliando direitos trabalhistas já estabelecidos e consolidados na Carta Magna. Contudo, o Deputado Professor Irapuan Teixeira, ainda há pouco, registrou a origem desta Comissão, que tem nome, objetivo e meta estabelecidos. Em seu nome – dizia o colega – traz toda a justificativa e todas as explicações que estamos buscando. A metodologia terá de ser derivada do ato constitutivo desta Comissão. Não poderemos agora estabelecer temas diferentes, por força desse ato constitutivo.

Pergunto ao nobre Presidente se já foram distribuídos aos colegas todos os projetos que tramitam na Casa sobre a reforma trabalhista. Em caso afirmativo, é fundamental que, a partir do conjunto desses projetos, possamos definir os subtemas e as sub-relatorias, senão esta Comissão estará a infringir normas regimentais por não cumprir o que foi preestabelecido, inclusive com as definições de todas as relatorias nas demais Comissões, nas Presidências e nos acordos políticos citados.

Ao término dos estudos feitos em cima desses projetos em tramitação na Casa, poderemos apresentar outros. Aí, sim, a Comissão ganhará amplitude e a musculatura desejada por seus ilustres membros. Mas, preliminarmente, ao estabelecermos essa metodologia, deveremos partir dos projetos em tramitação. Quais são eles? A maioria ainda não sabe. Qual a subdivisão de temas que incluem? A maioria de nós também não sabe. Creio, Sr. Presidente, que o essencial, para facilitar o trabalho inicial da Comissão, é conhecer os temas dos projetos em tramitação na Casa.

É óbvio que há o anseio, o desejo, a vontade já expressa, inclusive mediante requerimentos, de promovermos inúmeras audiências públicas. Queremos ouvir várias entidades.

Esta a sugestão que apresento a V.Exa.: em vez de realizarmos audiência pública para receber cada segmento ou autoridade que queiramos ouvir, que condensemos diversas manifestações de centrais e entidades representativas, tanto da classe patronal quanto da de empregados. Agindo assim, reduziremos o tempo do processo e poderemos levar a termo o trabalho que nos propomos a realizar. Do contrário, nós nos perderemos em intermináveis audiências públicas sem sintetizar propostas objetivas que possam tramitar com celeridade na Casa.

Creio que o objetivo – isto é dedução minha, Deputado José Chaves – da constituição desta Comissão seja acelerar a tramitação dos projetos que tratem de reforma trabalhista existentes na Casa. Este é nosso papel fundamental: dar celeridade ao processo, preservando o conteúdo, a substância. Tal objetivo será alcançado em decorrência da participação da sociedade civil, naturalmente, mas também em conseqüência da nossa capacidade de elencar os principais temas entre os já propostos para discussão na Casa e de apresentar novas proposições com base nos debates ocorridos na Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, sinto-me na obrigação de responder a alguns questionamentos feitos por V.Exa.

Esta é a quarta reunião que realizamos. Esta Presidência teve o cuidado de tomar algumas providências, dentre elas a de fazer chegar às mãos de todos os membros da Comissão a relação de tudo o que tramita no Congresso Nacional que diga respeito a questões do trabalho.

O problema é que se constatou que a maioria dos assuntos constantes das proposições em tramitação é da competência da Comissão Permanente do Trabalho, Administração e Serviço Público. Mandamos de volta. Vamos solicitar apuração mais detalhada para verificar o que exatamente há para apreciação da Comissão Especial que trata da reforma trabalhista. Estamos desconfiados de que menos de 5% do que existe diga respeito a esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Permita-me um aparte, Sr. Presidente.

A Comissão Permanente do Trabalho sofre restrições regimentais que a impedem de proceder a determinadas condensações de projetos. Nós, que recebemos atribuição temporária, porém mais ampla, poderemos, ao receber todas as proposições, elaborar projetos novos e propô-los à Casa. Esse condão não tem a Comissão Permanente. Creio que podemos abordar todos os projetos e não apenas os que estejam fora da competência da Comissão do Trabalho. Não há impedimento. Poderemos consolidá-los em outro e encaminhar o novo para análise do mérito à Comissão Permanente, que não deixa de ter sua competência, definida na forma regimental.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A Comissão Permanente do Trabalho pode apensar e negociar projetos. Precisamos ter muito cuidado para que não se repita aquilo a que assistimos hoje pela manhã – alguns companheiros estavam presentes –: não estabelecermos nenhum divisor, nenhuma linha de conflito entre as Comissões Permanentes e Temporárias.

Esta Comissão é especialíssima – seu nome a define muito bem –, e tem, evidentemente, missão específica; a de lá, não. Por ser permanente, aquela é mais abrangente. O que precisamos ter em mente com absoluta clareza é que nada impede que os trabalhos sejam feitos lá e cá.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – A não ser o desperdício.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – A não ser o desperdício.

Estamos em missão especial. Obedecendo à tramitação normal, um projeto, ao sair da Comissão de Constituição e Justiça, segue para a Comissão Permanente de mérito. Estando em missão especial, a nossa pode avocar para si algumas missões, mas a permanente é a de lá. O que digo não tira o mérito nem o valor nem o prestígio nem a nobreza da missão desta. Entretanto, o que percebo, em nosso quarto encontro, é que não podemos convocar sem critérios definidos.

Há um verso que diz que não é preciso vento se não sabemos a que porto queremos chegar. Precisamos primeiro estabelecer a que porto queremos chegar para, então, rezar por ventos. Precisamos seguir o que sugeriu a Deputada Dra. Clair já na primeira reunião: nos preocupar menos com a pauta, estabelecer um tema e nele começar a trabalhar, seja flexibilização, seja atualização, seja modernização, seja adequação da CLT.

Precisamos decidir. Um dos temas é CLT. Outro é reforma sindical. Outro, Justiça do Trabalho. Não precisamos esperar até a definição de todo o elenco para começar a trabalhar em alguns assuntos que são desejo de todos. Temos de começar logo. Por exemplo, um grupo vai ajudar o Relator no tema CLT, porque no Brasil o assunto envolve matéria constitucional. Sendo assim, precisamos preparar a matéria para ir a plenário como proposta de emenda à Constituição.

Outros casos caem no que sugere V.Exa. A reforma sindical, por exemplo, não está prevista na Constituição. Podemos discuti-la aqui sem proposição apresentada. O que esta Comissão vai fazer? Produzir um projeto e apresentá-lo ao Congresso Nacional. A orientação em relação à matéria poderá ser dada por alguém ou sair em nome da Comissão. O que precisamos, Sr. Presidente, é eleger um porto, senão, ficaremos navegando a esmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é a quarta reunião que realizamos. Temos permanentemente discutido praticamente a mesma coisa.

Tenho uma sugestão, por exemplo, em relação à proposta do Governo. Não acredito que o Governo do Partido dos Trabalhadores envie ao Congresso Nacional proposta consistente relativa à reforma trabalhista. Não sei se ele vai querer posicionar-se a respeito do assunto, que envolve temas delicados, os quais, obrigatoriamente, requerem ampla discussão, que deve ocorrer na Casa. Não sei se o Ministro Jaques Wagner ou o Presidente Lula estarão realmente dispostos a enviar para cá proposta de reforma trabalhista densa e ampla, que envolverá direitos previstos já de longo tempo. Não sei se politicamente é interessante para o Governo mexer com isso. Do meu ponto de vista, não é. Acredito que o Governo não vá tomar essa iniciativa. É a visão que tenho.

Por outro lado, considero importantíssima a vinda do Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, à Comissão. É imprescindível discutirmos definitivamente o objetivo da instalação desta Comissão. Entendo que estudar as matérias que tramitam na Casa não seja competência de Comissão Especial, mas de grupo de trabalho. Recuso-me, sinceramente, a estar num órgão destinado a tratar da reforma trabalhista que tenha função de grupo de trabalho. É o que está acontecendo. Ou temos liberdade para propor alterações ou a Comissão ficará totalmente esvaziada, sem objetivo algum.

Há pouco, eu dizia à Deputada Dra. Clair que não está claro o ato da Mesa, ficando dúbia a informação nele contida. Em determinado local dispõe: "Indicar à Casa as prioridades a serem observadas na apreciação das referidas matérias e/ou oferecer proposições". Tem de ser modificado o ato. Tem de haver uma discussão com o Presidente, para que a Mesa defina claramente a competência e as prerrogativas desta Comissão, a fim de que possamos fazer a reforma trabalhista. Se isso não ocorrer, ficaremos patinando o tempo todo.

Há vários outros aspectos que anotei para discutirmos. Minha sugestão é que V.Exa. faça o convite ao Presidente da Casa para que, já na próxima reunião – se for amanhã, ótimo –, resolvamos o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vamos encaminhar a questão, Deputado.

Com a palavra o Deputado Joaquim Francisco.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM FRANCISCO** – Sr. Presidente, inicialmente saliento que não vejo grandes novidades no início dos trabalhos desta Comissão Especial.

Os passos são mais ou menos estes: dificuldade inicial na escolha da pauta, discussão sobre a amplitude de ação da Comissão, definição dos temas que realmente devem ser tratados, constatação da necessidade de realização de audiências públicas e determinação de quantas elas devem ser, desfazimento de conflito de competência entre a Comissão Permanente e a Especial. Estou certo de que V.Exa., com a experiência que tem, o 1º Vice-Presidente, renomado advogado que é, e o Relator José Chaves saberão conduzir o processo de forma a que encontremos o eixo da discussão.

Gostaria de fazer uma sugestão. O Presidente da Câmara dos Deputados achou por bem anunciar à Nação que quatro temas mereciam prioridade porque já havia consenso em torno deles. São eles as reformas tributária, política, previdenciária e trabalhista. Para discuti-los criaram-se quatro Comissões Especiais. Há grande nível de expectativa do País em relação ao que as Comissões vão propor e aos resultados objetivos que vão obter. Proponho ao Presidente e ao Relator que façam uma reunião com os Presidentes das três outras Comissões Especiais para evitar certa disputa.

As pessoas me perguntam se participo da Comissão Especial que trata da reforma trabalhista e por que não da mais importante, a que cuida da reforma tributária. Parece que a prioridade do Governo são as reformas tributária e política.

Na verdade, as quatro são prioritárias, uma vez que tratam de problemas interligados, de temas mais ou menos comuns dentro de suas diversidades – a reforma política tem ligação com a reforma da Previdência, porque é preciso maioria para aprová-las. Então, é preciso que os Presidentes e Relatores verifiquem como cada uma das quatro Comissões está lidando com as dificuldades iniciais e definam os encaminhamentos dos trabalhos, que não precisam ser iguais, porque os assuntos não são os mesmos, mas pelo menos semelhantes, uma vez que estão no mesmo nível de prioridade, devido ao grau de expectativa da Nação.

Não tenho dúvida, considerando a capacidade de V.Exa., do Relator, do Vice-Presidente e dos companheiros da Comissão, de que obteremos êxito, mas ele virá muito mais rápido e será muito mais eficiente se houver integração. Por exemplo, ouvi o Ministro do Trabalho Jaques Wagner dizer que o prazo até novembro ou dezembro é bastante razoável para chegarmos ao entendimento. Enquanto isso, outros Presidentes de Comissão acham que a proposta de reforma da Previdência deverá estar concluída em sessenta ou noventa dias.

Então, precisamos uniformizar o discurso processual das quatro Comissões para que elas tenham maior reverberação política e maior eficiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Joaquim Francisco. Acataremos sua sugestão.

Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, caros companheiros, manifesto minha concordância com a proposta do Deputado José Chaves para divisão do assunto em três temas, mas, sobretudo, junto-me ao Relator em sua preocupação quanto à musculatura política que terá a Comissão.

É de conhecimento de todos – isto não é novidade – que a Câmara pode e deve propor e realizar mudanças, mas também sabemos que o Governo dispõe de meios para, se quiser, barrar nossa entrada na academia e não nos permitir alcançar a musculatura necessária para fazer as mudanças.

No que diz respeito ao convite ao Presidente da Câmara dos Deputados, se S.Exa. se dispuser a vir, será bom, mas não vejo necessidade de tanto. Tenho certeza de que S.Exa. criou esta Comissão Especial para que atendesse aos anseios da população em relação a matéria, conforme disse o Deputado Joaquim Francisco, em torno da qual havia consenso.

Acredito ser importante saber a real intenção do Governo e, dentro disso, fazer um trabalho amplo, porque o que ditará o sucesso desta Comissão é sua integração com a sociedade brasileira. Caberá a cada um de nós desenvolver um trabalho sério, que fomente o debate e traga à luz da discussão o tema da reforma trabalhista, que exige alteração rápida e debate preciso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Leonardo Picciani.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, acho muito importante, sim, a vinda do Presidente da Casa, porque, para falar português claro, a instalação desta Comissão Especial parece destinada a não acontecer, segundo o ato da Mesa publicado. É essa a impressão que se tem. Precisamos corrigir a situação. Se S.Exa. disser que realmente houve distorção e se propuser a refazer o ato, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Atendendo à proposta do Deputado Joaquim Francisco, vamos sugerir que o Presidente João Paulo Cunha realize reunião com os Presidentes e Relatores das

quatro Comissões Especiais. Teremos uma boa conversa preliminar.

Com a palavra o Deputado Zenaldo Coutinho.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela decisão. Acho que V.Exa. escolhe o caminho correto. O Deputado Joaquim Francisco afirmou, corretamente, que a integração entre as Comissões é fundamental. De todo modo, quero deixar clara minha posição.

Não acho que haja restrição no ato constitutivo da Comissão. A Comissão terá como ponto de partida a análise dos projetos que estão em tramitação, mas ela poderá concluir seus trabalhos apresentando novas proposições. Isso está estabelecido no ato da Mesa. Podemos terminar nosso trabalho com proposições novas, que não as que tramitam na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Somos Deputados, fomos eleitos e não vamos perder tempo estudando certos pontos. Isso a assessoria faz.

Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, Sr. Relator, Deputado José Chaves, Sras. e Srs. Deputados, conforme salientou meu querido Governador Joaquim Francisco, é natural certa apreensão em qualquer processo de instalação de Comissão Especial, inclusive quanto à relação que teremos com a Comissão Permanente. Acho que isso não nos deveria atormentar.

A angústia que de certo modo aflige a todos pode começar a ser dissipada. Temos indícios muito claros de que esta Comissão está aqui para acontecer, isto é, a reforma trabalhista é prioridade do Governo brasileiro, é prioridade do Presidente da República.

O Ministro do Trabalho, que já veio à Casa, deixou claro, em conversas com Deputados, em entrevistas aos meios de comunicação e em seminários, que o Governo entende – e o Parlamento mais ainda – que a sociedade brasileira não pode continuar convivendo com as relações de trabalho da forma como elas se encontram. Temos um modelo de relações trabalhistas próprio para outro padrão de produção, de uma época em que prevalecia o modelo fordista. O modelo corporativo abrandado que saiu da Constituição de 88 nem atende ao interesse do empresariado nem ao dos trabalhadores e da sociedade de modo geral.

O clamor da sociedade é por uma reforma trabalhista para valer. Nesse sentido, todos nós que integramos esta Comissão Especial estamos em condições de fazer história. Temos oportunidade de aproximar o Brasil institucional do real. E o que quer o Brasil real? Quer mais emprego e mais investimento para que haja desenvolvimento com justiça social.

Não me preocuparia, Deputado Ronaldo Dimas, com o fato de o ato de criação não ter sido preciso. Como perguntou o Deputado José Múcio Monteiro, a que objetivos queremos chegar? Queremos proceder à revisão de todo o arcabouço legal brasileiro das relações de trabalho, para atender aos objetivos da sociedade. Queremos fazer a nova engenharia das relações de trabalho, fixar as grandes diretrizes do que vai ser o futuro modelo brasileiro das relações trabalhistas.

Isso ajudará a resolver o aparente conflito com a Comissão Permanente. Por quê? Porque fazer a reforma implica aprofundar o diagnóstico da situação e apresentar propostas de emenda constitucional e projetos de lei. Para tanto, é imprescindível a boa relação com a Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, que vai cuidar do concreto, do dia-a-dia das relações trabalhistas. Portanto, não me preocuparia com eventual conflito. Todos devemos contribuir para harmonizar as relações desta Comissão com a Permanente.

A oportunidade histórica de redesenharmos o arcabouço brasileiro das relações de trabalho dependerá de como caminharmos. Não precisamos ficar tão ansiosos, Deputado Vicentinho, por, já na próxima reunião, discutir nossa proposta de emenda à Constituição ou a do Governo ou uma das muitas proposições que tramitam na Câmara dos Deputados.

Com nosso trabalho, nosso empenho, nossa capacidade de dialogar com os diversos segmentos do mundo do trabalho, esta Comissão ganhará força, entrará na ordem do dia e fará com muita disposição a reforma almejada por nós e pelo Presidente João Paulo Cunha.

Quanto ao **timing**, gostaria de dar uma opinião muito particular. Não me angustiaria, Deputado Joaquim Francisco, com o fato de esta Comissão estar em igualdade de condições com as outras. Acho bem razoável que as Comissões Especiais da Reforma da Previdência e da Reforma Tributária concluam seus trabalhos até o final deste semestre. Como há certo consenso no cenário nacional, o Governo vai enviar já em abril suas propostas de reformas tributária e previdenciária.

Não constitui desprestígio, Deputado Vicentinho, para esta Comissão o fato de não concluirmos nosso trabalho no primeiro semestre deste ano. Pelo contrário, pode ser fator de fortalecimento da Comissão Especial que trata da reforma trabalhista seu prazo de duração ser um pouco mais longo.

As relações de trabalho no Direito brasileiro são tradicionalmente tripartites. No Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho, realizado em 1993, no Governo Itamar Franco, capitaneado pelo

Ministro Walter Barelli, juntaram-se os três setores – Estado, trabalhadores e empresários – para discutir outro modelo de relação de trabalho para o Brasil. Podemos resgatar algumas daquelas discussões.

Para finalizar, ressalto que não me angustia o fato de, no primeiro momento, não seguirmos o método indutivo sugerido pelo Deputado do PSDB do Pará. Propôs S.Exa. nos debruçarmos sobre as proposições que já existem e delas deduzirmos uma síntese que será a proposta da Comissão Especial. Acho que podemos, sim, depois, com a experiência que acumularmos e a contribuição que derem os convidados, adotar o método "indutivo" – entre aspas – e propor algumas diretrizes para o arcabouço geral das relação do trabalho que a Comissão considerar atenda aos interesses dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Estou muito tranqüilo. Acho que esta Comissão, com nosso trabalho, nossa capacidade de intervenção e de interlocução com todos os setores da sociedade, inclusive com as universidades, vai produzir algo concreto no devido tempo.

Não me preocuparia em ter uma proposta pronta já no meio do ano. Inicialmente, como está sendo sugerido, podemos dividir o assunto geral em temas menos abrangentes, debatê-los, levantar as propostas existentes na Casa e na sociedade e, depois, no segundo momento, apontar os encaminhamentos sugeridos na Comissão, muitos deles – creio eu – fruto do consenso na Comissão e na sociedade brasileira. As leis que aí estão nem satisfazem a exigência de produtividade e eficiência nem atendem à necessidade de proteção dos direitos civis de quem trabalha.

Daí por que, Sr. Presidente, encerro esta intervenção dizendo que me sinto muito incentivado e com grande vontade de me empenhar para que esta Comissão esteja na ordem do dia e cumpra seu papel histórico. Somos privilegiados. A legislação trabalhista brasileira tem sido questionada há décadas, e agora temos condições de presentear o País com a mudança que todos os setores da sociedade brasileira desejam.

Repito: estou muito motivado e penso que estamos fazendo história. Basta termos capacidade operacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, quero cumprimentar os nobres colegas e sugerir que, no dia 9 de abril, não haja reunião ordinária em virtude da realização em Brasília do Fórum Internacional sobre Flexibilização dos Direitos do Trabalho, encontro muito importante para nossa Comissão. Já recebemos o convite para o Fórum e seria importante que não houvesse reunião ordinária nesse dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O dia 9 é o mais importante, Deputado? Faço esse questionamento porque o encontro se estenderá pelos dias 7, 8 e 9.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Dia 9 é o dia da nossa reunião ordinária. Sugiro que ela não se realize nesse dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – V.Exa. está sugerindo que os Deputados participem do fórum?

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vamos refletir sobre isso. Penso que nossa Comissão pode pecar por indefinição, por exemplo, mas não por deixar de operar. Analisarei a proposta com todo o cuidado, até porque é provável que o Ministro do Trabalho venha à Comissão.

O Fórum sobre Flexibilização dos Direitos do Trabalho vai durar três dias, da manhã até à noite. Não acredito que precisemos suspender reunião da Comissão, que dura três horas, se podemos participar de praticamente 80% daquele encontro. Mesmo assim, refletirei sobre a proposta, a fim de que nem nós nem eles tenhamos prejuízo.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, que acaba de ser eleito, algumas observações feitas até o momento, especialmente as do Deputado Maurício Rands, contemplam opiniões minhas que gostaria de expressar.

Inicialmente, saúdo o Sr. Presidente, que historicamente tem revelado vocação para defender a democracia, pela iniciativa de permitir que os membros da Comissão façam sugestões para a elaboração do roteiro dos trabalhos. S.Exa. poderia ter apresentado uma proposta fechada, apenas submetendo-a à apreciação do Plenário. Foi muito importante a forma como agiu.

Penso que deveríamos levar em conta algumas indicações feitas aqui para rapidamente delinear o roteiro de funcionamento da Comissão. Uma delas é a idéia de os Presidentes das quatro Comissões Especiais conversarem com o Presidente da Casa. A idéia é boa, porque possibilita o funcionamento mais ou menos uniforme das quatro Comissões.

Outra sugestão que deveríamos considerar é a idéia de o Presidente, os Vice-Presidentes e o Relator da Comissão, em curto espaço de tempo, submeterem à apreciação dos Deputados proposta concre-

ta com a síntese das sugestões apresentadas para o roteiro dos trabalhos. A partir daí, definiríamos as Subcomissões.

Concordo com a opinião de que não devemos ter pressa, mas, sim, trabalhar com tranqüilidade, porque o tema é abrangente. Não vamos dar conta de apresentar em pouco tempo a boa proposta reclamada pela sociedade brasileira. É conveniente não estarmos limitados a analisar proposta enviada pelo Poder Executivo. Isso é muito positivo, porque nos permite aproveitar talvez todo o primeiro semestre deste ano para promover ampla discussão com o conjunto da sociedade. Não temos de nos limitar a uma proposta do Executivo, à qual, muitas vezes, acabamos por nos prender.

Elaborado o roteiro de trabalho e definidas as Subcomissões, vamos sair em campo e provocar o debate. Cientes das propostas que já tramitam na Casa, ouviremos os mais diversos segmentos da sociedade, viajaremos pelo País para sentir de perto, nos mais diversos segmentos, como a reforma trabalhista pode se articular com cada um. Essa é a tarefa que devemos desempenhar na primeira etapa dos trabalhos. Com esse material nas mãos, teremos todas as condições necessárias para elaborar uma boa proposta, com a flexibilidade que o tema naturalmente exige de nós.

Estou muito otimista. Temos uma tarefa muito importante pela frente. Acredito que teremos condições de executá-la se começarmos logo. Não devemos ter pressa, mas também não devemos perder tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – É isso mesmo, Deputado Daniel Almeida. É dessa forma que pensamos.

Espero que na próxima reunião já tenhamos os temas definidos, mas é preciso que os partidos contribuam. V.Exa. está percebendo que o PSDB não vai indicar o Vice, e que o PFL ainda não indicou candidato para o cargo. Isso está prejudicando nosso trabalho esta semana. Vai chegar a hora em que, depois de muito ouvir, vamos ter de decidir.

Passarei a palavra ao Deputado Almir Moura, último orador inscrito. Em seguida, daremos prosseguimento a outro ponto da pauta e tentaremos encerrar a reunião, porque a Ordem do Dia está pegando fogo.

Com a palavra o Deputado Almir Moura.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido.

Empenhei-me junto ao meu partido para participar da Comissão Especial que trata da reforma trabalhista porque entendo que ela tem a oportunidade única de entrar para a história.

Creio até que as reformas tributária e da Previdência, que estão sendo encaradas como de muita importância – e o são – e às quais talvez se esteja conferindo status maior do que o concedido à reforma trabalhista, depois de aprovadas, serão facilmente esquecidas; a nossa, não.

A reforma trabalhista vai-nos fazer viver dia a dia o que for proposto nesta Comissão. Por isso, ela também deve ser propositiva. Sr. Presidente, a luta de V.Exa., que temos acompanhado nos noticiários, nos leva a crer que V.Exa. não ficaria passivo nesta Comissão. Por isso, repito, a Comissão deve ser propositiva.

Há muitos temas ainda virgens para serem discutidos, que podem ser levantados pela reforma. São temas ainda não propostos no Congresso Nacional, mas que vamos sugerir sejam analisados pelos Deputados.

Penso também que todos deveriam ser ouvidos: o Presidente e outros mais que queiram contribuir para a reforma trabalhista. As pessoas realmente têm de ser ouvidas, para definirmos o que vamos propor.

Insisto na idéia de que nós, membros desta Comissão, temos oportunidade única. Além disso, em meu julgamento, esta Comissão é superior às Permanentes. Escolhi esta por pensar assim, e porque vai entrar para a história, com certeza – o futuro dirá –, o que for debatido nesta Comissão. Não creio que eu esteja enganado. As outras reformas serão esquecidas, serão absorvidas, mas o cidadão brasileiro vai viver aquilo que for debatido aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado.

Em Paulo Afonso, num comício do PT, havia umas vinte pessoas, depois surgiram umas cem, e, em seguida, passou um trio elétrico do Senador Antonio Carlos Magalhães. Daí, eu disse: “Vamos atrás do trio, dançando também”.

Não considero questionável nenhum dos nomes sugeridos nas listas apresentadas. Ninguém é contrário aos nomes apresentados. Eu poderia seguir de forma rígida o Regimento e dizer “é um”, “é outro”, mas penso que não precisamos agir assim. Entretanto, é preciso definir quando cada um virá, de que forma, que segmento será representado e assim por diante.

Se não houver nenhum questionamento, considerarei aprovados todos os nomes propostos, ainda que seja concedida a todos a oportunidade de indicar nomes a serem definidos futuramente, embora meu Secretário esteja dizendo que não pode ser dessa maneira. *(Risos.)*

Não podendo ser dessa maneira, peço mais tempo a V.Exas. Deixo a definição do assunto para a próxima sessão.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco outra para quarta-feira, no mesmo horário.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2003.**

Às quinze horas e cinqüenta e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no plenário onze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Maurício Rands – Vice-Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Júlio Delgado, Kelly Moraes, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Marcelo Teixeira, Miguel de Souza, Nelson Meurer, Paulo Rocha, Professor Irapuan Teixeira, Ronaldo Dimas e Wladimir Costa – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Cláudio Magrão, Jamil Murad, Paes Landim e Tarcisio Zimmermann – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Daniel Almeida, Iris Simões, João Batista, Jovair Arantes, Luciano Castro, Milton Monti, Nelson Trad, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Pompeo de Mattos, Ricardo Fiuza, Roberto Balestra, Robson Tuma, Rommel Feijó, Vilmar Rocha e Zenaldo Coutinho. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da quarta reunião, realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Júlio Delgado. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou o recebimento de ofício do Deputado Walter Feldman em que este solicita que o Projeto de Lei nº 598/03, que "Institui o Gatilho Desemprego", de sua autoria, seja objeto dos estudos da Comissão, e determinou a distribuição de cópias ao Relator e aos demais membros. **ORDEM DO DIA: A – Definição do Roteiro dos Trabalhos** – Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado José Chaves, o Presidente fez relato sobre a visita que ele, o Relator e o Deputado Maurício Rands fizeram ao Ministro do Trabalho, Jaques Wagner. O Relator, então, apresentou proposta com os temas, datas e os nomes das entidades e autoridades que deverão ser ouvidas em audiência pública. A proposta ficou assim definida: dia vinte e três de abril, audiência com o Ministro do Trabalho, para debate da reforma trabalhista em geral; dia vinte e nove de abril, audiência com os Presidentes da CNA, CNC, CNI, Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Representante da OIT no Brasil, Sr. Armand Pereira, para debater a Reforma Sindical; dia sete de maio, audiência com os representantes da CUT, CGT, CGTB e SDS, para debater, ainda, a Reforma Sindical; dia quatorze de maio, audiência com os Presidentes do TST, da Associação Nacional dos Magistrados, da OAB federal, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e com o Sr. Raimundo Simão de Melo – Procurador do Trabalho da décima quinta região, encerrando o debate sobre o tema Reforma Sindical; dia vinte e um de maio, audiência com o professor José Pastore, da Universidade Federal de São Paulo, com o jurista Francisco Siqueira Neto e com o Advogado Celso Soares, para debater o Direito Material; dia vinte e oito de maio, audiência com o jurista Manoel Antonio Teixeira Filho, Dr. Estevão Mallet, Dr. Morse Lyra Neto – Procurador do Trabalho da sexta região – e com o Dr. Roberto Caldas, Representante da OAB no TST. O Relator também anunciou que a Comissão passaria a dispor de uma sala de trabalho própria, localizada no Anexo II, ao lado do Serviço de Comissões Especiais. Com a palavra, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Maurício Rands, defendeu a proposta apresentada e justificou a ordem estabelecida para a oitiva dos grupos de convidados. Comentaram e apresentaram sugestões à proposta de roteiro de trabalho os Deputados: Dr. Ribamar Alves, Leonardo Picciani, Júlio Delgado, Ronaldo Dimas, Isaías Silvestre, Nélson Meurer, Paes Landim, Dra. Clair, Ronaldo Dimas e Luiz Alberto. Encerrada a discussão sobre a proposta, o Presidente submeteu o roteiro de trabalho à votação do Plenário, tendo sido aprovado por unanimidade. B – Deliberação de requerimentos: O Presidente, seguindo o consenso obtido nos debates, submeteu à votação os requerimentos relativos às entidades e autoridades constantes do roteiro de trabalho aprovado. Os seguintes requerimentos foram aprovados: REQUERIMENTO Nº 2/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio". REQUERIMENTO Nº 3/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor José Pastore, Professor da Universidade Federal de São Paulo". REQUERIMENTO Nº 5/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Armand Pereira, representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil". REQUERIMENTO Nº 6/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI" . REQUERIMENTO Nº 7/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Luiz

Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção". REQUERIMENTO Nº 8/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA". REQUERIMENTO Nº 15/03 – da Sra. Dra. Clair e outros – que "requer seja convidado o Ministro do Trabalho e Emprego, o Sr. Jaques Wagner, para comparecer à Comissão Especial de Reforma Trabalhista para apresentar as diretrizes do Governo em relação à reforma trabalhista e sindical". REQUERIMENTO Nº 16/03 – Do Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Dr. Raimundo Simão de Melo, Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP, para ser ouvido na Comissão sobre a reforma trabalhista". REQUERIMENTO Nº 17/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).". Este requerimento recebeu a co-autoria do Deputado Vicentinho. REQUERIMENTO Nº 22/03 – Do Sr. Maurício Rands – que "solicita seja convidada a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho para participar de reunião de audiência pública.". Este requerimento recebeu a co-autoria do Deputado Vicentinho. REQUERIMENTO Nº 23/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "solicita seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial de Reforma Trabalhista com o Dr. Nilton Correia – Presidente da ABRAT- Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.". REQUERIMENTO Nº 30/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).". REQUERIMENTO Nº 31/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da SDS (Social Democracia Sindical).". REQUERIMENTO Nº 33/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da Força Sindical.". Este requerimento recebeu a co-autoria do Deputado Vicentinho. REQUERIMENTO Nº 34/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros)." e o REQUERIMENTO Nº 37/03 – Do Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para ser ouvido nesta Comissão sobre a reforma trabalhista.". Foram prejudicados os seguintes requerimentos:REQUERIMENTO Nº 35/03 – Do Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, para ser ouvido na Comissão sobre a reforma trabalhista.". REQUERIMENTO Nº 36/03 – d o Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Sr. João Felício, Presidente da CUT Nacional, para ser ouvido nesta Comissão sobre a reforma trabalhista.". REQUERIMENTO Nº 38/03 – Do Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Dr. Hugo Cavalcante, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados – ANAMATRA, para ser ouvido nesta Comissão sobre a reforma trabalhista.". Não foram deliberados os requerimentos constantes da Pauta que não constavam do roteiro de trabalho aprovado. O Presidente informou que a deliberação sobre os nomes das demais entidades e autoridades constantes do aludido roteiro de audiência se daria tão logo fossem apresentados à Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou reunião de audiência pública com o Ministro do Trabalho e Emprego para o dia vinte e três de abril, quarta-feira, e encerrou a reunião às dezessete horas e doze minutos. E, para constar, eu , Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Vicentinho** , e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**, juntamente com a nota taquigráfica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa tarde, nobres Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores assistentes.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada ao estudo das matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja a Reforma Trabalhista.

Tendo em vista que os nobres Deputados e Deputadas já têm em mãos cópia da ata da 4ª reunião, gostaria de saber se há necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Peço a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo concordância do Plenário, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunico que esta Comissão recebeu ofício do Exmo. Sr. Deputado Walter Feldman solicitando que o Projeto de Lei nº 598/03, de sua autoria, que institui o gatilho-desemprego, faça parte dos estudos desta Comissão, razão por que já encaminhamos a V.Exas. e ao Relator cópia do material para que possam analisá-lo.

Ordem do Dia.

Item A. Definição do roteiro dos trabalhos.

Antes de conceder a palavra ao nobre Relator, Deputado José Chaves, gostaria de informar aos nossos pares que tivemos a oportunidade de, entre uma reunião e outra, fazer contato com outras pessoas a respeito da reforma trabalhista, que a cada dia está ficando mais importante.

Tivemos a oportunidade, eu e os Deputados José Chaves e Maurício Rands, de nos reunir com o Ministro Jaques Wagner, que manifestou apreço, preocupação e compromisso com a construção conjunta desse belo trabalho.

Vamos iniciá-lo, portanto, no próximo dia 23, quarta-feira, às 15h. A primeira audiência pública será com o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner. Provavelmente muitos ainda estarão em viagem por causa da Semana Santa. Por isso, estamos decidindo não convocar audiência ou reunião para esse dia.

Informo-lhes ainda que tivemos a honra de participar, como palestrantes, eu e os Deputados José Múcio e Maurício Rands, juntamente com especialistas nacionais e internacionais do mundo do trabalho, de um grande seminário produzido pelo Tribunal Superior do Trabalho que começou na segunda-feira e termina hoje. Foi um grande momento. Como V.Exas. sabem, venho do mundo do trabalho e já manifestei a intenção de propor o fim do Tribunal Superior do Trabalho. Novos tempos, novas personalidades, grande possibilidade de reforma.

Gostaria de relatar a V.Exas. que, antes de estarmos com os Ministros do TST, tivemos uma audiência com o Presidente do Tribunal, que manifestou grande expectativa com relação aos trabalhos desta Comissão. Portanto, as luzes se voltam para esta Casa. Também conversei com o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira, com Luiz Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, com o Presidente da CUT, João Felício, e eles revelaram também, nos seminários, grande expectativa e apreensão.

Em conversa com o Presidente da República, na semana passada, após essa audiência, informei-o a respeito da composição da Comissão e da Relatoria, a cargo do digníssimo companheiro Deputado José Chaves. Trata-se de compromisso deste Governo promover mudanças. Portanto, já começamos a perceber por aí que grande exposição está sendo dada para o nosso trabalho ser um sucesso de agora em diante. Para tanto, precisamos definir a forma e o caminho.

Quero saudar o meu companheiro Manoel, trabalhador da Scania, que só agora estou reconhecendo. Muito obrigado, Manoel, pela sua presença. Manoel é um grande lutador no combate ao alcoolismo, um grande exemplo dentro e fora do local de trabalho.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Chaves, que apresentará ao Plenário sua proposta de roteiro para os nossos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Boa tarde a todos. Temos lutado muito para iniciar os trabalhos desta Comissão Especial. Acredito que todos estão sentindo essa dificuldade.

Eu, o Deputado Vicentinho e o Deputado Maurício Rands, dentre outros, estamos tentando dar a partida. Para que não fiquemos somente na discussão, propus ao Presidente, que aceitou de pronto, levar ao Plenário a sugestão, que não é imutável, de aprovarmos um primeiro estágio de debates. Isso levará cinco semanas. Teremos cinco semanas de plenário cheio, com os melhores quadros imagináveis, com representantes de empregados e empregadores, do setor público, da Justiça do Trabalho e dos sindicatos. Vamos começar com esses cinco setores. No decorrer dos trabalhos iremos ajustando os próximos cinco.

Temos um número muito grande de requerimentos. Poderíamos levar o ano inteiro para apreciá-los. Resolvemos, então, fazer uma síntese e submetê-la aos senhores.

Nossa primeira audiência seria com o Ministro Jaques Wagner, com quem estamos tendo uma relação muito boa. Eu e o Deputado Vicentinho o visitamos. Lá as pessoas estão absolutamente convictas de que essa parceria é importante e de que daqui sairá o embrião de uma grande reforma trabalhista. Isso seria no dia 23.

Para o dia 29, chamaríamos três presidentes de confederações para representar os empregadores. Temos o requerimento do Deputado Ronaldo Dimas para que sejam convidados o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo; o Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC, Sr. Antônio Oliveira Santos; e o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto. Portanto, no dia 29 teríamos esses três representantes aqui. O segundo painel já estaria resolvido.

Para o terceiro painel chamaríamos os representantes das centrais sindicais. Não temos a obrigação de manter o mesmo número. Estabelecemos três representantes dos empregadores. Consideramos que seria necessário convidar um número maior de empregados, da classe operária. É preciso um avanço no número de pessoas. Então, decidimos chamar os presidentes da CUT e da CGT, e os representantes da Força Sindical, da CGTB, da Social Democracia Sindical e da CONTAG. Teríamos, portanto, a presença desses seis

representantes dos trabalhadores. Esta seria a nossa terceira audiência.

Encerrado esse bloco de audiências, chamaríamos para a semana seguinte, dia 14 de maio, o representante do setor público designado por nós, preenchendo mais ou menos o eixo sindicalismo/Justiça do Trabalho. Seria a primeira etapa.

Do setor público chamaremos o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros, e o Presidente da ANAMATRA, Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, e chamaremos o Dr. Nilton Correia, Presidente da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. Incluímos um quarto nome, o do Dr. Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, Campinas, São Paulo.

Na quinta etapa teremos um debate com a presença de grandes profissionais da área trabalhista. A primeira sugestão foi de que chamássemos José Pastore, que tem uma posição clara a respeito do tema. Seria um contraponto. Chamaríamos também o Dr. Francisco Siqueira Neto, jurista e advogado da classe trabalhadora. E o Dr. Celso Soares. Cada um representa uma tendência.

O último convidado dessa primeira etapa, para o dia 28 de maio, seria o Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho, processualista de renome, e também o Dr. Estevão Mallet, o Dr. Morse Lyra Neto, Procurador em Pernambuco, e o Dr. Roberto Caldas, da OAB.

Tentamos dar abrangência à primeira etapa. Mas nada está decidido. É apenas uma proposta. Se alguém desejar cancelar algum convite ou trocar algum convidado, estamos prontos para ouvir a sugestão e colocá-la em votação. Essa é uma proposta de início de trabalho. O que não podemos é continuar sem um roteiro de trabalho. Elaborar uma agenda muito longa é pior, porque temos que aguardar as reformas tributária e previdenciária. Vamos começar a trabalhar ao mesmo tempo e, em determinados momentos, haverá conexão. Podemos, nesses trinta dias do mês de maio, promover um debate com as mais altas figuras da área.

Gostaria de colocar em discussão essa proposta e ouvir os companheiros para saber se há alguma sugestão de modificação, adaptação ou ampliação do rol de convidados.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Um momento, Deputado. Quero fazer uma correção. A CONTAG virá num outro momento, porque é filiada à CUT. Virá com o outro conjunto de confederações. Depois desse primeiro conjunto de reuniões faremos o contato.

A partir deste momento vou conceder a palavra para o debate da proposta. Todos receberam cópia. Debateremos três eixos: reforma sindical, parte material e processual. Depois voltaremos à proposta do Deputado José Chaves.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, preciso me retirar, porque tenho uma audiência no Ministério. A matéria será discutida hoje. Manifesto antecipadamente minha concordância com a decisão do Plenário.

Convoquei o Deputado Maurício Rands, de Pernambuco, para ficar como Relator-adjunto, dando-me suporte técnico, por ser um profissional da área.

Gostaria de dar uma última notícia antes de me retirar. Conseguimos com o Presidente da Casa, numa grande demonstração de apoio a esta Comissão, a utilização, a partir da próxima semana, no Anexo II, no pavimento superior, ala B, da sala 165-B, ao lado do Serviço de Comissões Especiais, para tratarmos de assuntos relativos à Comissão ou às Subcomissões que serão formadas e para nossas reuniões internas. Poderemos requisitar uma secretária. Assim, não dependeremos mais do gabinete do Presidente ou do Relator.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e peço licença para me retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado José Chaves. Realmente nossa Comissão está ganhando musculatura, como disse o companheiro.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou favorável à proposta apresentada pelo Relator, Deputado José Chaves. Como disse o Presidente Deputado Vicentinho, precisamos, antes de mais nada, começar a dar musculatura a esta Comissão.

Vimos, em pesquisas recentemente divulgadas pela imprensa, que o desemprego preocupa o brasileiro mais do que a fome. A matéria está na **Folha de S.Paulo** de hoje e mostra a responsabilidade de cada Deputado desta Comissão e o que o Brasil espera de nós e da reforma trabalhista.

As outras Comissões já estão com seus trabalhos adiantados, e nós ainda não realizamos as audiências públicas que havíamos combinado fazer. Evidentemente, qualquer proposta aqui apresentada é passível de alteração. Mas qual é o espírito da proposta apresentada aos nobres colegas?

Em primeiro lugar, ela é tripartite. É preciso que haja uma reunião para definir quais as posições dos empregadores. A seguir, no dia 23, faremos uma audiência com o Ministro, que virá sozinho. A próxima seria com as entidade patronais – CNI, CNA, CNC –, para amadurecer o que há de comum entre as principais entidades representativas de cúpula do sistema sindical de empregadores. Na semana seguinte viriam as principais centrais sindicais de trabalhadores – CUT, Força Sindical, CGT, CGT-2 (CGTdoB, como diz meu amigo Deputado Vicentinho) e a Social Democracia Sindical. Algumas pessoas perguntaram por que não a CONTAG. Porque a CONTAG é uma confederação. Já que no campo dos empregados temos as centrais, chamaríamos todas as centrais para uma segunda rodada.

Em uma terceira rodada, nossa intenção é juntar todos os entes paraestatais que lidam com as relações de trabalho. Teríamos aqui representantes do Tribunal Superior do Trabalho, da ANAMATRA, que está muito envolvida com as relações de trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas – ABRAT e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em um quarto painel, discutiríamos os temas materiais do trabalho e a legislação individual do trabalho. A idéia é trazer o Pastore representando uma posição mais afinada com as confederações de empregadores, o Celso Soares, um advogado ligado à ABRAT, que está mais vinculado aos empregados, e o Francisco Siqueira, que ajudou o ex-Ministro Walter Barelli naquele fórum sobre contrato de trabalho. Assim manteríamos uma posição entre a do Pastore e a do Celso Soares, na linha da estrutura sindical do direito coletivo. No painel *Direito Material do Trabalho* participariam esses três.

Em um quinto painel discutiríamos aspectos processuais do Direito do Trabalho. Seria um terceiro eixo da reforma trabalhista brasileira. O primeiro seria o direito sindical; o segundo, o direito individual; e o terceiro, processo e estrutura do trabalho. Neste último pretendemos ter aqui o Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho, que, como todos sabem, talvez seja o luminar do Direito Processual no País. Também deverão estar presentes o Dr. Estevão Mallet, processualista, do escritório Octávio Bueno Magano, de São Paulo, muito ligado às federações e entidades patronais. Há a sugestão de convidarmos um terceiro participante, Procurador do Trabalho, excelente processualista, Dr. Morse Sarmento Pereira de Lyra Neto, cujas posições aproximam-se às das centrais de trabalhadores.

A idéia é tentar esse equilíbrio com a preocupação inicial de fazer o trabalho fluir. Como disse o Relator, Deputado José Chaves, esta é a fase inicial da maratona de trabalho que vamos ter aqui. Vamos ter de nos articular com outros fóruns de discussão da reforma trabalhista. Daí o apelo aos Srs. Deputados para caminharmos com essa estrutura para termos equilíbrio e musculatura, de forma a dar ao Brasil a contribuição que espera de nós.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Em apoio ao Deputado Maurício Rands, sugiro, já que esta é uma Comissão multifacetária – seus membros possuem as mais diversas formações; eu, por exemplo, sou médico –, que façamos um seminário com pelo menos três palestrantes sobre a situação trabalhista atual. O mesmo se fez no caso do TST e não pudemos estar presentes devido à nossa gama de atividades. Que fosse feito também pela Comissão da Reforma Trabalhista, preliminarmente a essas audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – A intervenção do nobre Deputado é desnecessária, porque é um adendo a outras que surgirão. Seria de bom alvitre ouvirmos primeiro quem está inscrito, porque as propostas surgirão.

De qualquer forma, Deputado, está consignada a sua sugestão.

Vamos seguir a lista de inscrições. Só concederemos a palavra a Deputado não inscrito no caso de questão de ordem a respeito do andamento dos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela forma como tem conduzido os trabalhos da nossa Comissão, que tem a nobre finalidade de definir uma nova linha para as relações de trabalho em nosso País. Como disse o companheiro José Chaves, precisamos de um ponto de partida para iniciar o amplo debate que ensejará a proposta de reforma trabalhista. Que nesta primeira fase seja coletado material suficiente para então partirmos para os desdobramentos.

Acredito que as propostas apresentadas permitirão à Comissão adquirir a musculatura de que tanto fala o eminente Relator.

Finalizando, gostaria de dizer que é de muita propriedade a proposta apresentada pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Leonardo. Lembro que os requerimentos serão votados daqui a pouco.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, o número de requerimentos apresentados demonstra o interesse dos Parlamentares. Tivemos, por

exemplo, uma série de requerimentos do companheiro Ronaldo Dimas. Posteriormente, vários requerimentos do companheiro Miguel de Souza e outros ainda dos colegas Almir Moura, Luiz Alberto e Daniel Almeida. Apóio a sugestão do Relator e da Mesa e sugiro que sejam convidados para a audiência os demais nomes frutos desses requerimentos, para que também participem da audiência. Temos quatro convidados das entidades patronais, mas há outros setores da construção que também são interessantes e que poderão contribuir com os Srs. Parlamentares, cada um no dia dos debates propícios para sua área: das centrais sindicais, do setor patronal, da área processual e das áreas afins, sem que haja prejuízo de um dos requerimentos apresentados. Faríamos uma votação em bloco para apoiarmos a sugestão da Mesa e que sejam convidados a participar da audiência, com direito a participação em plenário. É uma sugestão.

Outra sugestão que, aliás, foi esquecimento, fruto de um requerimento do Deputado Ronaldo Dimas, é que no terceiro ou quarto painel – excetuando o painel do Ministro, que é uma figura à parte – mas nos outros três, o patronal, o das centrais sindicais e o dos empregados, convidemos um representante da Organização Internacional do Trabalho para que ele venha dar sua contribuição para o requerimento do Deputado Ronaldo. No terceiro ou quarto painel, que ele venha nos passar sua visão da Organização Internacional do Trabalho, fruto da discussão da reforma trabalhista que estaremos propondo para nosso País.

Assim, estaremos fechando o ciclo desse debate, teremos todos participando e teremos condições de encaminhar a proposta dessa Comissão. Gostaria de contar ainda com a colaboração dos autores dos requerimentos apresentados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O Deputado Júlio Delgado apresentou duas propostas muito importantes: uma depende de aprovação do Plenário e a outra depende da coordenação dos nossos trabalhos. A única preocupação que temos é a de que cada orador fale no máximo cinco minutos, porque temos pouco tempo. Podemos, se o Plenário concordar, convidá-los por uma questão de gentileza. Eles poderiam vir aqui manifestar suas opiniões, respeitando, obviamente, os membros da Mesa que falarão.

Com relação à convocação da OIT, a proposta seria muito bem incorporada à proposta do Deputado Ronaldo Dimas. Na oportunidade, estaremos convidando o Dr. Pastore e o Dr. Francisco Siqueira Neto. Trata-se de um nome de grande importância e terá o seu tempo adequado. Faremos assim, caso haja entendimento.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que nesse painel em que estarão presentes os representantes dos empregadores fosse incluído o nome de Luiz Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que representa um setor que gera muitos empregos. O Presidente Lula lançou um programa de habitação com o qual espera sejam criados 600 mil novos empregos.

Tenho dúvidas sobre a necessidade do último painel, embora ache muito positivo o contexto em que foi apresentado.

Por outro lado, preocupam-me as interferências, nos nossos trabalhos, das reformas previdenciária e tributária, que, segundo tem sido divulgado pela imprensa, ainda neste mês serão encaminhadas à Câmara dos Deputados. Essas interferências, de uma forma ou de outra, acabarão se refletindo aqui. Precisamos alcançar um consenso sobre o que é trabalhista na reforma tributária, o que interfere diretamente na questão trabalhista. Esta é uma questão que temos de discutir a partir do momento em que as reformas forem remetidas a esta Casa.

Nessa expectativa, sugiro que marquemos as duas primeiras reuniões e deixemos um espaço para recebermos a proposta de reforma tributária para, a partir daí, marcarmos as demais. Pode haver o inconveniente de esse assunto tornar-se mais importante, dando a segurança necessária à Comissão Especial de Reforma Tributária para continuar com seus trabalhos.

Peço esse tempo para analisarmos o assunto ou que marquemos as três primeiras reuniões para ver a real interferência das reformas propostas nos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Ronaldo Dimas, acho que não devemos suspender nossos trabalhos em razão do que pode vir. Chegará o momento em que definiremos propostas, e a reforma previdenciária já deverá ter sido até votada nesta Casa.

Sugiro, pois, que não corramos o risco de adiar a matéria por causa do que não sabemos sequer quando virá. Mas entendo, sim, que devemos estar todos atentos a que tipo de influência poderá essa outra reforma exercer na nossa caminhada. Como Parlamentares temos o direito regimental, independentemente do tempo, de apresentar propostas, emendas, inclusive na reforma trabalhista. Acho que devemos refletir sobre isso.

Tivemos uma certa dificuldade para iniciar os trabalhos desta Comissão. Até agora o PSDB e o PFL

não indicaram seus Vices. Não vamos mais procurá-los para que o façam. Não há problema, temos aqui um Vice muito bom. Alguns não puderam vir, tiveram dificuldades.

É grande a expectativa em relação à nossa Comissão. Vamos conciliar essa preocupação de V.Exa., que é de toda a Comissão, sem atrapalhar o andamento dos trabalhos. Caso haja entendimento, incorporaremos a proposta de convidar representantes da indústria da construção, dada a emergência do debate.

Concedo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, parabenizo o Relator, Deputado José Chaves, pela preocupação em fazer deslancharem nossos trabalhos. Estamos um pouco amarrados. A luz surgida com as plenárias nos dará sustentação para desenvolver os trabalhos.

Concordo com o Deputado Júlio Delgado, no sentido de que não podemos deixar de chamar os diversos segmentos para participar de nossos trabalhos. Mas nossa grande preocupação é com o tempo. Nossas discussões não podem se perder no contexto em razão das grandes figuras que teremos aqui.

Quando iremos formar as subcomissões: antes ou depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – À medida que os trabalhos forem progredindo. Já pedimos ao Deputado José Chaves que fique atento a essa questão.

Tenho certeza de que ao final dos trabalhos esta Comissão obterá uma bela vitória, ainda neste ano.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo a Mesa pela decisão de adotar uma agenda reduzida para os trabalhos da Comissão da Reforma Trabalhista. Caso contrário, com tantos requerimentos para a oitiva de autoridades, que aqui viriam repetir a mesma coisa, passaríamos todo o ano de 2003 realizando audiências públicas para ouvi-las, deixando de realizar o nosso verdadeiro trabalho, que é discutir a reforma trabalhista.

Foi acertada a decisão de convocar em primeiro lugar representantes de entidades dos empregadores – Confederação da Agricultura, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio. Assim, teremos uma visão global das reivindicações dos empregadores do País.

Entendo que devemos convocar a CONTAG juntamente com as centrais sindicais. Muitos sindicatos do interior são filiados à CONTAG e não são filiados à CUT, à CGT ou à Força Sindical. A CONTAG representa categorias menores e deve estar presente aqui para nos dizer a palavra oficial do setor.

Feito isto, teríamos também a visão global das reivindicações dos trabalhadores, passando depois por uma ou duas audiências públicas do setor público, ouvindo representantes da Justiça do Trabalho e da OAB para, logo em seguida, apresentarmos um esboço da reforma trabalhista.

Começaríamos a discutir os pontos da reforma e teríamos condições de apresentar nossas idéias, de pesquisar nas nossas regiões o que o setor quer e como poderá ser concretizada a reforma.

Temos de fazer isso nos meses de abril e maio para, no mês de junho, a Mesa submeter à apreciação dos Srs. Deputados um esboço do que virá a ser, aí sim, a verdadeira reforma trabalhista.

Precisamos, o mais rápido possível, elaborar o projeto de lei e apresentá-lo ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha.

Se assim não fizermos e começarmos a realizar repetidas audiências públicas, não acontecerá nada. Todas as outras reformas serão feitas, o Governo enviará a esta Casa o seu projeto de reforma trabalhista e não teremos encontrado o caminho para sugerir mudanças para o setor, porque existem muitas.

Não podemos nos esquecer de que a tentativa de se fazer a reforma trabalhista, no ano passado, foi muito complicada. O tema foi muito explorado, houve muitas distorções, muitas mentiras e muita gente com boas intenções em relação ao tema foi prejudicada. Precisamos definir o que realmente é necessário para melhorarmos a relação trabalho/capital no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado, a preocupação de V.Exa. coincide com a da Mesa.

Mas cabem alguns esclarecimentos para colocar as coisas em seus devidos lugares. A CONTAG é filiada à CUT. Se as duas viessem juntas a uma mesma audiência, poderia haver questionamento. Muitos sindicatos não são filiados à CONTAG. É o caso, por exemplo, dos sindicatos da agricultura familiar, dos assalariados rurais. E existem confederações no âmbito da CONTAG igualmente importantes que seriam contempladas em uma audiência exclusiva, depois da avaliação dessa primeira fase. Por exemplo, prevemos a vinda da CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação – CNTE e de outras confederações que tenham representatividade e pontos comuns. Por isso a deliberação de trazermos essas confederações para uma audiência exclusiva, pois estaríamos evitando um problema com as centrais sindicais.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, na formação sindical temos as federações dos trabalhadores nos Estados e as confederações em âmbito nacional. São segmentos mais antigos que representam o setor sindical. A Central Única, a Força Sindical e a CGT surgiram posteriormente com os interesses dos trabalhadores mais organizados. Precisamos valorizar a CONTAG, que penso ser a mais legítima representante dos trabalhadores, como as outras também o são. Não podemos convidar a CNA e deixar de convidar a CONTAG. Temos que convocar essas duas entidades para saber o que pensam do assunto, porque temos sérios problemas trabalhistas na área da agricultura. Precisamos discutir muito as relações de trabalho na agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, não vamos polemizar, até porque as divergências serão decididas no voto. É apenas questão de chegarmos a um entendimento. É claro que a CONTAG será chamada, está sendo feita uma indicação neste sentido. Mas será chamada juntamente com as outras confederações, na próxima etapa do debate. Se houver esse entendimento ninguém será prejudicado e todos participarão, certo?

Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, quero desculpar-me. Sou membro suplente da Comissão, mas da Comissão da Reforma Política, que se reúne neste momento, sou membro titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Seja bem-vindo, nobre Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Também sou membro da Comissão do

Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Quando soube, na segunda-feira passada, que V.Exa., nobre Deputado Vicentinho, era o Presidente desta Comissão, animei-me com aquele que poderá vir a ser o desfecho dos trabalhos.

Digo isto pela indicação de vários líderes sindicais da indústria para aqui exporem seus pontos de vista e porque V.Exa. tem grande experiência na luta sindical, um bonito passado de lutas – e agora é estudante de Direito –, uma boa relação com a base sindical, gozando de grande credibilidade junto aos trabalhadores do setor industrial, sobretudo no setor mais moderno e pesado, que é o metalúrgico.

Acho que os papéis estão invertidos. Com todo respeito ao meu querido colega Deputado José Chaves, de Pernambuco, que muito aprecio, S.Exa. deveria ser o Presidente e V.Exa., Deputado Vicentinho, o Relator, pela sua sensibilidade.

Sr. Presidente, quero deixar, permita-me, duas sugestões: a primeira, de que não sejam trazidos a esta Comissão o Presidente da federação nacional das instituições financeiras e o Presidente da FEBRABAN, porque essas entidades são irmãs gêmeas, sediadas no mesmo prédio, no mesmo endereço em Brasília.

Temos na FEBRABAN o Sr. Miguel Jorge, advogado, um estudioso do Direito Bancário e Financeiro, um guardião burocrático do Bradesco, que tem grande dimensão na FEBRABAN.

Estará a Comissão economizando tempo se chamar apenas um representante, porque são entidades gêmeas, que têm, inclusive, como já disse, o mesmo endereço. V.Exa. poderá perceber isto aqui na direção nacional, em Brasília.

Quero parabenizar o autor do requerimento de realização de audiência pública com a presença do Sr. José Pastore, que não é empregado nem empregador, é sociólogo, é um estudioso das relações trabalhistas no mundo inteiro e pode trazer à Comissão uma boa experiência comparativa das regras dos contratos de trabalhos, das relações trabalhistas no Brasil e no mundo. Trata-se de uma pessoa preocupada com a qualificação da mão-de-obra, que é hoje um instrumento muito importante para a ascensão social dos trabalhadores.

Sr. Presidente, embora saiba que já é grande a lista de possíveis convidados, tomo a liberdade de indicar mais dois nomes de pessoas que têm uma biografia e uma história interessante: o ex-Ministro Almir Pazzianotto, advogado que militou num movimento sindical difícil, no regime autoritário. S.Exa. foi Ministro do Trabalho e posteriormente tornou-se Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST. O Deputado Vicentinho talvez fosse garoto na época, mas deve conhecer a história do Ministro Almir Pazzianotto nas lutas sindicais, tendo inclusive sido advogado de Lula naquele momento difícil do movimento sindical brasileiro.

Vi também o nome do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para mim uma boa indicação.

Em discurso que fez na segunda-feira, o Presidente da Comissão, Deputado Vicentinho, criticou a estrutura corporativista da atual CLT. Fiquei muito entusiasmado. Foi um ponto muito positivo do discurso, conduzido dentro de uma linha muito moderna. Hoje o que mais prevalece? Tem que haver um instrumento legal para proteger o trabalhador humilde, menos favorecido. Mas hoje nos grandes centros urbanos desenvolvidos, como é o caso da cidade de São Paulo, embora haja a proteção ao trabalhador no texto constitucional, o que prevalece é a figura do contrato, a negociação direta entre empregado e empregador. Essa vai ser a grande tônica do Direito do Trabalho no século XXI.

Meu caro Presidente, Deputado Vicentinho, não sou **expert** em Direito do Trabalho, tenho uma vaga

noção de Direito Constitucional, mas, lendo um pouco os acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho, percebi que há um Ministro interessante – não sei se veio da advocacia ou da magistratura –, Ministro Gelson de Azevedo, que em seus votos, pelo que percebi, faz prevalecer a força do contrato. Ele prefere a negociação entre empregador e empregado à aplicação da lei corporativista, a CLT.

Cito, portanto, esses dois nomes para reflexão. Concordo com os nomes relacionados. Quero, inclusive, parabenizar o Deputado Miguel de Souza, que deu uma excelente sugestão, que foi o nome de Leôncio Martins Rodrigues, grande professor da Universidade de São Paulo, que há trinta anos já dizia que a burocracia estatal sindical soviética ia levar à falência do comunismo. Figura interessante o Leôncio Martins Rodrigues. Preocupa-se com a burocracia sindical, que pode levar à destruição do próprio movimento.

Sugiro, então, mesmo sabendo da existência de uma extensa lista de nomes, sejam convidados o Dr. Almir Pazzianotto e o Dr. Gelson de Azevedo, Ministros do Tribunal Superior do Trabalho. São os nomes que submeto à consideração da Comissão para, oportunamente, decidir da conveniência ou não de serem formulados os respectivos convites.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado por suas palavras generosas, Deputado Paes Landim. A nomeação do Deputado José Chaves para a relatoria é emblemática, por se tratar de um trabalhador e empregador.

Recomendo a V.Exa. que apresente um requerimento por escrito, conforme determina o Regimento Interno. Pessoalmente, não tenho nada contra os nomes indicados por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Eu farei o requerimento.

Peço desculpas, mas neste momento terei que me ausentar porque estou sendo aguardado em outra Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Está bem, Deputado. Muito obrigado por sua presença.

Informo que a nossa bancada já está nos chamando para comparecer ao plenário. Vamos aguardar o chamado oficial da Casa.

Passo a palavra à Dra. Clair, a última inscrita, para entrarmos no próximo item, que é a discussão dos requerimentos.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de ratificar a proposta, já feita à Mesa, de convidar o representante da OIT para participar do painel sobre Direito Sindical, Convenção nº 87 etc. Da forma como ficou, o representante da OIT vai participar do painel que trata de Direito Material.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Da minha parte, não há problema nenhum, até porque o requerimento é do nosso colega Ronaldo Dimas. Se S.Exa. aceitar, não há problema. De minha parte, acho a participação importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Faz sentido, Deputada Dra. Clair.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Talvez possa entrar junto com as confederações de empregadores, para que as Mesas fiquem balanceadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputada Dra. Clair.

As propostas apresentadas estão registradas.

Submeto a votos a proposta de dinâmica dos trabalhos apresentada pelo Relator, com as alterações propostas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento. Dos requerimentos apresentados, houve uma proposta que contou com o consentimento da Mesa, que foi a inclusão, no setor patronal, do nome do Sr. Luiz Roberto Ponte, da Indústria da Construção Civil. Proponho uma votação em bloco dos requerimentos, aprovando a sugestão da Mesa, com a inclusão do nome Sr. Luiz Roberto Ponte no setor patronal, convidando os demais para participar como convidados – e não debatedores – das audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Acho que não há problema. Mas, de qualquer forma, isso tem de ser formalizado. O Deputado José Múcio Monteiro teve que se retirar. S.Exa. poderia, até em nome do que foi feito, assinar os requerimentos. Sendo assim, melhor ainda, porque não haverá perda de tempo.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, estamos convidando o representante da OIT no Brasil para comparecer a esta Comissão junto com os representantes das centrais patronais. Na verdade poderíamos ir um pouco além: conseguir que o Presidente da OIT viesse junto com o Ministro na abertura dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Compreendo a sua preocupação de dar uma atenção especial ao Presidente da OIT. Vamos conversar. Talvez, nesse caso, tenhamos que conversar pessoal-

mente com o representante da OIT, não apenas fazer o requerimento. Disponho-me a ir com V.Exa. ao representante da OIT para conversarmos e saber quando poderá estar presente a esta Comissão. Considero isso extraordinário. Sou um dos defensores das convenções da OIT. V.Exa. sabe que já fiz até greve de fome no Congresso Nacional em defesa da Convenção nº 158 da OIT. E a Convenção nº 87 é fruto de um longo período de lutas. Mas não achamos conveniente essa audiência junto com o Ministro, porque quero que todos sejam bem tratados.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, não entendi muito bem a proposta do companheiro de estender aos 39 convidados que constam dos requerimentos o direito de participar das três ou quatro audiências públicas. Não sei como seria a participação desses convidados, se eles compareceriam à audiência pública desta Comissão para assistir à palestra e à discussão dos Parlamentares ou se teriam condições de participar do debate. Entendo que só teriam condições de participar do debate se participassem da audiência pública. Só podem participar do debate os Parlamentares e as pessoas, as autoridades que participarem da audiência pública. Quero saber da Mesa se os convidados podem participar, senão haverá uma confusão muito grande durante as audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado, foi exatamente este o ponto que eu disse que o Plenário teria que decidir. A participação seria com direito a voz, evidentemente. Não havendo entendimento, vamos definir isso coletivamente. Parece-me que todas as outras questões são consensuais.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sr. Presidente, tivemos ontem, na Comissão de Seguridade Social, audiência pública para ouvir representantes de hospitais universitários. Foram aprovados requerimentos para o comparecimento de oito pessoas. O Presidente João Paulo liberou. Mas existe uma deliberação do Presidente da Casa no sentido de que sejam convidadas no máximo quatro pessoas para cada audiência, não mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, depois consulta-se o Regimento para saber quem pode participar das audiências.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma sugestão à Mesa. No caso do setor patronal, virão os representantes da CNI, CNA e CNC, mais o Sr. Luiz Roberto Ponte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Júlio Delgado, estou vendo a quantidade de gente que vai falar em cada audiência. É muita gente. Sugiro que convidemos essas pessoas para assistirem às audiências. A essas audiências, certamente, estarão presentes os trinta e poucos Deputados. Se houver a aceitação da unanimidade dos membros da Comissão, essas pessoas poderão pedir a palavra pela ordem e falar em igualdade de condições com os Deputados.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, na semana passada, na instalação de Comissões nesta Casa, representantes de setores específicos usaram a palavra antes dos Parlamentares, com a aquiescência destes. Considerando-se a relevância da questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Era audiência pública?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sim. Por exemplo, na fala do setor patronal, convidando-se o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, com certeza, será muito mais relevante a sua participação do que o valor da passagem que eventualmente lhe seja dada. E ele poderá, desde que esteja presente, usar a palavra. É uma sugestão, em contraposição às já apresentadas, para o funcionamento da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Está clara a proposta. Como não há consenso, o assunto será definido pelo Plenário.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, quero saber se o Regimento permite que os assistentes, não sendo Parlamentares, participem do debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – A assessoria responde afirmativamente, desde que o Plenário concorde.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, em todas as audiências públicas de que tenho participado nesta Casa só se tem permitido o uso da palavra a convidados para a audiência pública e secundando os Srs. Parlamentares.

Penso que, se não houver consenso, o Regimento Interno tem de ser aplicado. Não podemos votar se o tema é regimental. A não ser que a Comissão, de forma consensual, sem nenhuma ausência, assim decida. Quanto a convidar para participar da audiência, não vejo problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Sr. Presidente, vou citar um exemplo prático. Ontem, em audiência pública realizada na Comissão de Trabalho

sobre pirataria de discos, os convidados, por sugestão do Presidente e decisão consensual do Plenário, puderam se manifestar.

Portanto, há um precedente.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, achei de extremo bom senso os demais nomes sugeridos. Acredito que haverá constrangimentos se uns puderem falar e outros não. É melhor deixarmos para, em um outro momento, convocarmos todos juntos, para que ninguém se sinta preterido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, apresentei uma sugestão para agilizarmos nossos trabalhos. Retiro-a porque está gerando muito problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do Deputado José Chaves, com as introduções consignadas, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo a ler os requerimentos na ordem em que chegaram à Comissão. Informo que alguns já estão contemplados no primeiro grupo.

Farei a votação em bloco.

Temos que seguir o Regimento. É uma matéria tão consensual que poderíamos decidir tudo de uma vez.

Se os Deputados concordarem, farei a leitura de todos os nomes indicados, dos autores e números dos requerimentos, dizendo inclusive quem já está nestes debates. Se houver consenso a respeito de todos os nomes, podemos votar em bloco. *(Pausa.)*

Estou sendo informado de que a votação tem de ser feita item por item, não tem jeito. Mas podemos votar em bloco e dizer que foi um a um.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, regimentalmente os requerimentos teriam que ser votados um a um. Mas há um consenso geral de que estamos aprovando esses cinco blocos, que em parte contemplam esses.

Por que não damos por aprovados os requerimentos que estão contemplados nessa proposta que foi amplamente discutida e depois a secretaria da Comissão faz a triagem daqueles que vão ficar para um segundo momento?

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – O Presidente retira de ofício os que não forem contemplados nos blocos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Está certo. Mas, se é para valer, insisto na sugestão de votar em bloco e os nossos assessores que façam algo para dizer que os requerimentos foram votados um a um. Temos que resolver o problema. Temos uma posição política a respeito de tudo isso.

De qualquer forma, seguindo a proposta do nobre Deputado Leonardo Picciani, para não termos problemas mais à frente, vamos votar a proposta apresentada em bloco. Depois o Secretário da Comissão acerta tudo.

Vamos votar os requerimentos com os nomes que estão contemplados no primeiro debate, sem excluir aqueles que serão apreciados numa próxima reunião.

Portanto, a primeira proposta é para convidar o Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para comparecer a esta Comissão no dia 23. A proposta é da Deputada Dra. Clair e de outros Parlamentares.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Ronaldo Dimas propondo a realização de audiência pública com o Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Ronaldo Dimas propondo a realização de audiência pública com o Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Ronaldo Dimas propondo a realização de audiência pública com o Sr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento propondo a realização de audiência pública com a presença do representante da OIT no Brasil, Sr. Armand Pereira, com a condição aqui estabelecida.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Luiz Alberto solicitando a realização de audiência pública com a participação da Central Única dos Trabalhadores.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Luiz Alberto solicitando a realização de audiência pública com a participação da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Luiz Alberto solicitando a realização de audiência pública com a participação da CGTB – Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Vicentinho propondo seja convidado o Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para ser ouvido nesta Comissão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Vicentinho, em co-autoria com o Deputado Maurício Rands, propondo seja convidado o Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA, para comparecer a esta Comissão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Daniel Almeida solicitando a realização de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista com o Dr. Nilton Correia, Presidente da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Vicentinho propondo seja convidado o Sr. Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe do Ministério Púbico do Trabalho da 15ª Região, Campinas, São Paulo, para ser ouvido em audiência pública.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Ronaldo Dimas propondo a realização de audiência pública com o Sr. José Pastore, Professor da Universidade Federal de São Paulo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há uma proposta no sentido de que seja convidado o Dr. Francisco Siqueira Neto, jurista. O requerimento, que nos será entregue oportunamente, já está aprovado.

O mesmo em relação ao Dr. Celso Soares, advogado e jurista, ao Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho, ao Dr. Estevão Mallet, ao Dr. Morse Lyra Neto e ao Dr. Roberto Caldas. Esses nomes, portanto, estão aprovados. Falta o requerimento.

Requerimento do Deputado Luiz Alberto propondo a realização de audiência pública com a participação da SDS – Social Democracia Sindical.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Luiz Alberto propondo a realização de audiência pública com a CGTB e a Força Sindical.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – No Nº 7 está a CGTB.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Certo. Desculpe, Deputado. Por isso entendo que seria bom votar os requerimentos em bloco.

Requerimento do Deputado Roberto Dimas propondo a realização de audiência pública com o Sr. Luiz Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião para o dia 23 de abril, quarta-feira, às 14h30min, no Plenário 13, com a seguinte pauta: audiência pública com o Sr. Ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

No dia 16 de abril não haverá reunião.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 6ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2003.**

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário Treze do Anexo II da Câmara dos Deputados,

com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Maurício Rands – Vice-Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Carlos Santana, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Kelly Moraes, Leonardo Picciani, Marcelo Teixeira, Miguel de Souza, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Robson Tuma e Ronaldo Dimas – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Antonio Carlos Biscaia, Cláudio Magrão, Ildeu Araujo, Jamil Murad, Neyde Aparecida, Paes Landim, Pastor Pedro Ribeiro, Takayama e Tarcisio Zimmermann – Suplentes. Compareceram também os Deputados Eduardo Valverde, Henrique Fontana e Zezéu Ribeiro, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Iris Simões, Luciano Castro, Luiz Alberto, Milton Monti, Nelson Trad, Ricardo Fiuza, Roberto Balestra, Rommel Feijó, Vilmar Rocha, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da quinta reunião, realizada no dia nove de abril de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Júlio Delgado. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou o recebimento de ofício da Liderança do PSDB indicando o Deputado Átila Lira como membro suplente da Comissão . **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública.** O Presidente deu as boas-vindas ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Jaques Wagner, a quem concedeu a palavra. Após a exposição do Ministro sobre a Reforma Trabalhista, o Presidente passou a palavra ao Relator, Deputado José Chaves para suas considerações. Pela ordem, pediu a palavra o Deputado Pompeo de Mattos que propôs que o Ministro respondesse às perguntas por blocos, após falarem até quatro parlamentares. Acatada a sugestão, o Presidente passou a palavra aos inscritos para discutir a matéria com o Senhor Ministro. Pronunciaram-se os deputados Carlos Santana, Maurício Rands, Orlando Desconsi, Dr. Ribamar Alves, Júlio Delgado, Isaías Silvestre, Takayama, Pompeo de Mattos, Ronaldo Dimas, Almir Moura e Eduardo Valverde. B – Requerimentos: Os requerimentos pautados não foram deliberados. O Presidente, então, encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos, convocando outra audiência pública para o dia vinte de nove do corrente, para ouvir os representantes da CNA, CNC, CNI e CBIC. E, para constar, eu , Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Vicentinho** , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta reunião da Comissão Especial de Reforma Trabalhista.

Boa tarde, senhoras e senhores, caros companheiros Parlamentares. Inicialmente, agradeço ao Ministro Jaques Wagner a presença a esta audiência pública para discutirmos a tão sonhada reforma trabalhista.

Minhas saudações ao companheiro Wilson Wanderlei Vieira, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, e ao Osvaldo Martinês Bargas, Secretário Nacional de Relações do Trabalho.

Tendo em vista que a ata já foi distribuída aos nobres Parlamentares, indago se há necessidade da sua leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Júlio Delgado.

Os Srs. Deputados que aprovam o pedido de dispensa da leitura da ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Recebemos ofício do Líder do PSDB indicando o Deputado Átila Lira para fazer parte desta Comissão na condição de suplente. O nobre Deputado é muito bem-vindo.

Ordem do Dia.

Trata-se de audiência pública com o Ministro Jaques Wagner. S.Exa. tem a gratidão desta Comissão por ter aceito seu convite.

Com a palavra o Ministro do Trabalho Jaques Wagner.

**O SR. MINISTRO JAQUES WAGNER** – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão Especial, Deputado Vicentinho, o Relator, Deputado José Chaves, o Vice-Presidente, Deputado Maurício Rands, os assessores da Casa, os sindicalistas, os empresários e os companheiros de trabalho do Ministério.

Sr. Presidente, é motivo de prazer para mim estar aqui nesta tarde. Em primeiro lugar, porque mato a saudade de doze anos de mandato parlamentar nesta Casa; em segundo, porque entendo que somente teremos sucesso nas reformas trabalhista e sindical se conseguirmos ampliar ao máximo o diálogo social que pretendemos fazer no Fórum Nacional do Trabalho em torno de uma nova legislação trabalhista. Os protagonistas do debate serão exatamente os Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É positiva a existência de uma Comissão Especial para tratar de tema que é preocupação constante do Governo Federal, do Ministério do Trabalho, de empresários e de trabalhadores.

O Presidente da Comissão falou da tão sonhada reforma. O melhor momento para ela sair é este. O próprio Presidente da República é oriundo de movimento sindical – possui, por isso, muita experiência em negociação –, O Ministro do Trabalho também é de movimento sindical, assim como o Presidente desta Comissão. Costumo dizer que fui criado na escola da negociação sindical. A sociedade deixou claro por intermédio do voto que está querendo mudanças. E estas passam naturalmente pelas reformas tributária e da Previdência e pela atualização da legislação sindical e trabalhista. Tenho convicção – já disse isso ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Relator – de que essas reformas serão conseguidas por meio do amplo diálogo.

Não há nada de ilegítimo na defesa dos interesses de cada segmento que compõe nossa sociedade. Disse Viviane Senna, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: "O que há de ilegítimo ocorre quando esse interesse é defendido de costas para o interesse do conjunto da sociedade". Temos, então, de saber adequar o que é o interesse de cada parte e encaixá-lo no interesse do todo.

Estou convencido, pelos contatos que tenho feito com as centrais sindicais, com os sindicalistas, com as confederações de empresários e com Parlamentares desta Casa, de que há maturidade na sociedade, no Governo Federal, no Congresso Nacional e na própria Justiça do Trabalho, que recentemente promoveu um seminário internacional para tratar do tema.

Não gosto do termo flexibilização no mundo do trabalho. Para começar bem esse diálogo, costumo dizer que esse termo ficou mal dito – não maldito – pela forma como foi introduzida a discussão, que deixou inclusive seqüelas em alguns segmentos da própria Casa. Prefiro trabalhar com o conceito de modernização ou atualização da nossa legislação trabalhista.

O Governo Federal está convencido de que a melhor legislação trabalhista é aquela que for fruto do compromisso entre capital e trabalho. Qualquer imposição unilateral ou será desrespeitada ou não vingará, como mais uma dessas leis que se fazem no Brasil e que, como se diz na gíria, não pegam. A nova lei será fruto do diálogo e do compromisso social que pretendemos estabelecer dentro do Fórum Nacional do Trabalho.

A montagem do Fórum Nacional do Trabalho foi feita de acordo com o modelo tradicional da Organização Internacional do Trabalho, ou seja, o tripartite. Uma parte é do capital, dos empregadores; outra, dos trabalhadores ou dos empregados; e a terceira, mais mediadora do que protagonista, é exatamente a do Governo ou do Poder Público, como alguns preferem.

Pretendemos, já em maio, por intermédio das nossas delegacias, lançar as conferências estaduais e regionais para fermentar o debate a partir dos Estados. Somos um País continental. As realidades regionais são bastante distintas.

Apesar de a lei trabalhista ser federal, devemos tentar trazer para Brasília, no espaço do Fórum Nacional do Trabalho, todas as experiências das diversas regiões.

Em maio, pretendemos começar com esse debate. Junho é o mês da reunião anual da Organização Internacional do Trabalho, à qual os vários atores do Fórum Nacional, inclusive o Ministro, deverão estar presentes. Pretendemos, no final de junho ou nos primeiros dias de julho, instalar o Fórum propriamente dito, ou seja, o espaço do diálogo tripartite – isso depois das conferências já realizadas.

Nossa idéia é definir as representações de trabalhadores e empregadores no seu espaço próprio. O Governo não pretende designar os representantes de cada uma dessas partes. Isso não teria sentido. No caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é diferente. Sua natureza é de aconselhamento ao Presidente da República. Não está restrito à relação capital/trabalho. Os Conselheiros foram convidados pelo Sr. Presidente da República.

É claro que à sua instalação o Presidente da República estará presente. As reformas sindical e trabalhista são prioridades deste Governo. As representações, para que elas tenham mais legitimidade, serão de determinação de cada segmento que terá assento no Fórum Nacional.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social já criou o grupo temático das reformas trabalhista e sindical. Quero deixar isso claro, pois algumas pessoas imaginam que há uma superposição. Na verdade, são dois espaços diferentes. O Fórum Nacional Trabalhista é tripartite, com foco na relação capital/trabalho, e se aprofundará no processo das reformas sindical e trabalhista.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do grupo temático da reforma trabalhista, traçará linhas gerais daquilo que a sociedade entender ser o melhor para a legislação trabalhista. O aprofundamento da discussão ficará a cargo do Fórum Nacional do Trabalho. Estou certo de que esta Comissão Especial já está debatendo amplamente o assunto.

Deveríamos iniciar o debate pela reforma da estrutura sindical. A melhor relação capital/trabalho é negociada. Para a boa negociação é necessário haver representantes de cada segmento.

Hoje há um questionamento sobre a atual estrutura sindical brasileira. Temos aproximadamente 12.500

sindicatos laborais e 4.500 sindicatos de empresários. É, portanto, uma estrutura extremamente dispersa e sem nenhum juízo de valor. Essas representações devem ter uma densidade mais consistente. Não é o Ministro do Trabalho quem vai dizer qual é a melhor forma de organização sindical, apesar de ter opiniões formadas sobre o assunto. Os empresários e trabalhadores é que devem debater e achar o melhor caminho.

As reformas tributária e previdenciária estão com prioridade zero; a sindical e a trabalhista, com um. Essa é a verdade.

Daqui até o final do mês o Presidente da República vai enviar ao Congresso Nacional o texto das reformas tributária e previdenciária. Em maio começaremos a debater a reforma trabalhista.

O Fórum Nacional comprometeu-se com o Presidente da República a enviar até o final do ano o anteprojeto a esta Casa.

Dependendo do que acontecer no Fórum Nacional do Trabalho, ele poderá transformar-se em permanente. Hoje temos experiências semelhantes. O Fórum do Trabalho do Peru, ao longo de vinte meses de existência, já enviou ao Congresso Nacional peruano sete projetos de lei.

Recebi do Ministro do Trabalho do Peru todo o histórico do Fórum Nacional do Trabalho daquele país, com todos os projetos de lei que lá obtiveram consenso e foram enviados ao Congresso peruano. Naquele país, os projetos foram debatidos, aprimorados e transformados em leis. Vou mandar esse material para a Comissão a fim de que sirva de subsídio para consulta.

Finalmente, quero deixar clara nossa convicção em relação à qualidade do que chamo de modernização da legislação sindical e trabalhista brasileira.

Não gosto da palavra flexibilização – volto a dizer. No Brasil, ela ficou associada ao conceito de precarização. Não acredito que um processo de precarização das condições de trabalho possa levar este País ao caminho que todos queremos: o do crescimento econômico, da geração de emprego e renda, de sua distribuição, e o da justiça social.

Tenho repetido durante muito tempo – e continuo convencido disso – que o Brasil, para ser uma potência do mundo desenvolvido, precisa ter forte mercado interno, e este significa crescimento da massa salarial. O crescimento da massa salarial significa geração de novos empregos e melhoria das condições de trabalho.

A negociação da relação capital/trabalho deve ser adequada à realidade desse ou daquele segmento econômico que melhor convier a trabalhadores e empregadores. Agora, não sob a ótica de que apenas geraremos empregos se oferecermos mão-de-obra cada vez mais barata e mais desprotegida.

Quero ser muito franco com os Parlamentares ao externar minha convicção. Conversei recentemente com o Ministro do Trabalho de Portugal. S.Exa. me disse que aquele país está perdendo todas as empresas para a Malásia, para as Filipinas, onde o preço da mão-de-obra é extremamente mais baixo. Esse processo vai levar não o Brasil ou Portugal, mas o mundo, a uma encruzilhada.

Estamos num processo de desemprego crescente. Na minha opinião, a palavra de ordem deveria ser a melhor distribuição de renda daquilo que é produzido. Temos produzido cada vez mais e melhor. A apropriação dessa produção tem-se dado de forma cada vez mais restritiva. Imaginar que apertando o cinto cada vez mais daqueles que vendem sua força de trabalho vamos gerar mais emprego é balela. Sinceramente, não concordo com isso. Não conheço nenhum trabalho científico que consiga provar essa teoria.

Quando falo em atualizar a legislação do trabalho, tenho falado em fazer uma primeira faxina na nossa CLT. Dentro da própria CLT temos uma série de artigos e alíneas que estão sendo trabalhados, preparados pelo Ministério para serem debatidos no Fórum. Depois enviaremos nossas conclusões para esta Casa, como um primeiro momento de aglutinação. Ou seja, enviaremos o resultado do Fórum Nacional do Trabalho para cá.

Evidentemente, apenas mandaremos para esta Casa aquilo que tiver sido de consenso do Fórum Nacional. Estamos fazendo um trabalho de preparação. Pretendemos remeter nossas idéias aos segmentos representativos de trabalhadores e empregadores. O primeiro bom passo seria mandar para cá o consenso daquilo que é inócuo ou irrelevante sob a ótica da nossa legislação trabalhista. Não tenho a ilusão de que o diálogo em tempos de restrição econômica e de baixo crescimento do País seja fácil. Por isso temos de apostar no futuro, acreditar nesse debate e tentar construir regras que permitam ao Brasil crescer. Espero que isso comece a acontecer no segundo semestre deste ano. Esse é o espírito.

Em geral, a imprensa me pergunta qual é a posição do Governo. Digo-lhe que é a de estimular um compromisso social entre empresários e trabalhadores que possa ser levado à Câmara e ao Senado. As duas Casas debaterão o assunto e, se for o caso, o transformará em lei. Estou habituado a isso. Estou acostumado com as negociações coletivas no setor petroquímico da Bahia. Lá fizemos grandes negociações coletivas. O exercício da criatividade nos fez estabelecer padrões de reciprocidade. Diálogo significa reciprocidade. Manifestação unilateral de Governo seguramente não

será a melhor. A melhor, repito, é o estabelecimento do compromisso entre as partes.

Vou citar um exemplo. Ontem fui visitado por várias centrais sindicais – as mais importantes –, inclusive pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Há um passivo na relação dos comerciários por causa da famosa abertura do comércio aos domingos. O Governo passado editou uma lei, segundo a qual, independentemente de negociação, o comércio tem o direito de abrir aos domingos. Dessa forma, os empresários puderam negociar unilateralmente.

Os empresários costumam dizer que quando dependiam de negociação coletiva, muitas eram frustradas. Ninguém conseguia chegar a um denominador comum. Vou propor novamente às duas partes, com a mediação do Governo, o estabelecimento da reciprocidade. Os empresários vão dizer o que acham necessário, os trabalhadores podem ou não acolher. Isso é negociação.

Na minha opinião, por causa da maneira como foi feito o imposto, criado por lei a partir de 2000, quebrou-se a relação de parceria entre capital e trabalho e se transformou em imposição daquele que tem força maior na relação capital/trabalho ou dentro do Congresso Nacional, que foi quem votou a lei a pedido do Executivo Federal no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É com esse espírito que estamos indo para o Fórum.

Quero, mais uma vez, afirmar ao Presidente da Comissão do Trabalho, Deputado Medeiros, ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Vicentinho, e ao Relator, Deputado José Chaves, que entendo que os dois trabalhos se somarão.

Pretendo ter com o Congresso Nacional, como já disse na primeira reunião da Comissão do Trabalho, um relacionamento diário. Estamos preparando o Programa Primeiro Emprego da Juventude. Sugeri ao Presidente da República que ele seja lançado por meio de um projeto de lei, exatamente para que esta Casa, que já tem uma série de projetos sobre o tema, possa debater o assunto e produzir a melhor lei, com a brevidade e emergência necessárias para a efetivação do programa. Por isso existe a expectativa na questão do primeiro emprego para a juventude.

Em linhas gerais, eram essas as informações que queria trazer.

Espero que o trabalho do Fórum, da Comissão do Trabalho e da Comissão Especial possam somar-se. Na condição de ex-Parlamentar e sindicalista – somos vários à Mesa, como o Medeiros e o Vicentinho –, não podemos ficar dizendo que vamos fazer as reformas trabalhista e sindical. O Presidente da República tem um compromisso pessoal com o tema. Espero que valorizemos essa reforma, trabalhando, como em outros países, e acreditando que é possível estabelecermos novo compromisso social no qual se crie um ambiente adequado para a geração de empregos. Afinal, este é o objetivo maior do Governo e de todos os presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, nobre Ministro Jaques Wagner, pela exposição.

A existência do Fórum é a demonstração clara de que vamos exaurir o debate, torná-lo mais profícuo e profundo, sem retirar, entretanto, como é a vontade do Ministro e do Governo, o papel desta Casa, que é, afinal de contas, quem vai dar a palavra final por intermédio do voto. Esse entendimento é importante. O diálogo é fundamental; por isso a importância desta audiência e do Fórum.

Embora o Ministro já tenha falado, quero novamente desejar boas-vindas ao Deputado Medeiros, Presidente da Comissão Permanente do Trabalho, a quem convidei para fazer parte desta Mesa.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Chaves.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, Srs. Presidentes Vicentinho e Medeiros, nosso Vice-Presidente, Deputado Maurício Rands, Sras. e Srs. Deputados, sindicalistas, empresários e assessores, serei breve.

Há uma função da maior importância: a concepção do que é uma relatoria. O bom Relator, no meu entendimento – e a experiência assim o mostra –, é aquele que fala por último e sempre tem dois ouvidos cada vez maiores para ouvir e formar opinião, que não seja a própria, mas a comunhão de pontos de vista, sobretudo dos que aglutinam o Parlamento.

Fico extremamente feliz por ouvir a metodologia e o plano de trabalho político do Governo em relação à reforma trabalhista. Quando o Ministro dá prioridade número um à reforma trabalhista, nos dá uma tremenda responsabilidade, pois teremos, primeiro, de debater o tema profundamente com a sociedade

O Sr. Ministro – e concebo sua filosofia – foi muito feliz ao criar o Fórum, o qual respeito. Além dele, as universidades, os sindicatos, as empresas, enfim, toda a sociedade irá discutir temas da maior importância nesta Casa.

Fico acanhado com a palavra faxina, pois se houver cem artigos esclerosados na CLT, pelo menos novecentos estão em funcionamento. Se essa legislação foi concebida em 1943, certamente irá completar 60 anos. Existem também as questões do sindicalismo e da Justiça do Trabalho, que muitos consideram deva

ser incorporada, extinta, outros, fortalecida. Enfim, temos responsabilidade, Sr. Ministro, Sr. Presidente, na política de maioria e talvez nessa reforma possamos praticar nossa vocação de homem público.

Neste instante, Deputado Medeiros, Presidente da Comissão do Trabalho; Presidente Vicentinho, Deputado Maurício Rands e Sr. Ministro, estou convicto de que esta Casa é o terreno fértil para discussão. Na próxima semana, iremos receber as confederações dos empregados, dos empregadores, as universidades, o Poder Público, o empresariado, enfim, todas as correntes para dialogarmos. Vamos construir usina de idéias a fim de que, finalizadas as discussões nacionais, possamos conceber a reforma trabalhista no Poder Legislativo.

Fico muito honrado de participar deste trabalho, mesmo que talvez tenhamos modelo um pouco diferente das outras reformas, quando o Governo envia para cá projeto pronto para que o debatamos ou o modifiquemos. Temos a oportunidade, nesta Comissão, diante da complexidade do assunto, de criar nova legislação.

Sr. Ministro, tenho absoluta segurança de que este não é o último fórum, não só pela condição democrata e parlamentar de V.Exa., mas também por esta Casa estar pronta para o debate final. Quando a matéria for a plenário, poderemos dizer que participamos da mudança da relação capital/trabalho do País, muito fechada nos últimos sessenta anos. Só não há lugar aqui para conservadores. O nome reforma significa mudança, exclui o conservadorismo. Vamos avançar nos mais diversos caminhos e fazer com que prevaleça a maioria.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado José Chaves, pela brilhante exposição.

Sr. Ministro, devemos seguir o Regimento, como V.Exa. muito bem sabe. Não determinarei o tempo de suas respostas, embora já se tenha pronunciado em menor prazo do que o previsto.

Como há doze Parlamentares inscritos, recomendo que os nobres pares obedeçam ao prazo regimental para o bom andamento dos trabalhos.

O Regimento determina que cada Deputado disporá de três minutos para sua exposição. Claro que existe jeito de se dilatar esse prazo, mas faço essa recomendação porque há muitos inscritos.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Carlos Santana, do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, não seria conveniente fazermos bloco de três ou quatro perguntas, para que o Ministro e colega Jaques Wagner faça suas considerações?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Concordo com a oportuna sugestão de V.Exa. Se o Plenário também concordar, iremos fazer bloco de três ou quatro perguntas para o Sr. Ministro. Dessa forma, S.Exa. poderá respondê-las da melhor maneira possível.

Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA** – Sr. Ministro Jaques Wagner; Sr. Presidente, Deputado Vicentinho; Sr. Relator, Deputado José Chaves; Sr. Vice-Presidente, Deputado Medeiros, estou muito satisfeito de fazer parte desta Comissão.

Quase todos aqui já tiveram oportunidade de participar de mesa de negociação. Desde os 25 anos de idade venho negociando, mas o mais triste para mim foi quando tive de levar minha categoria para negociar no Ministério do Trabalho. Faço questão de afirmar, de público, que nunca ganhei processo no Ministério do Trabalho. Sempre perdi. Quando evitávamos ir àquele Ministério, conseguíamos boas negociações para os trabalhadores ferroviários.

A experiência de cada um de nós na sua especialidade será muito válida para esta Comissão. Represento a categoria dos ferroviários, que já foi extremamente importante no País e para a qual a CLT destinava vários artigos, quando a ferrovia possuía relevante importância. Mas não vamos discutir aqui este assunto, pois ele se refere à área de transportes.

Louvo a criação de vários fóruns. É claro que no final nós é que vamos decidir. Disso não abrimos mão.. Mas devemos deixar claro também a extrema importância de haver o máximo possível de fóruns de debate em todo o Brasil. Ficamos satisfeito em ser prioridade número um e não prioridade zero, porque inúmeras vezes nossas negociações passam pela reforma tributária. Muitas vezes as soluções batem na ponta, voltam e, ao verificar a relação capital/trabalho, vem a questão tributária.

Estamos num processo muito ruim de negociação. A Ásia é sempre tida como modelo, onde a mão-de-obra é imensa. Não é possível negociar fazendo comparações com os países asiáticos, que não possuem legislação. Há anos milito na área. Meu pai foi operário da construção naval. Para mim, fazer esse tipo de comparação com os trabalhadores da Ásia é vergonhoso. Na discussão da privatização dos portos diziam que o

estivador e o conferente contribuíam para a alta tarifa. Entretanto, conseguimos provar que eles não eram os culpados. Essa é a concepção errônea da situação. Na realidade, o tempo é o dono da verdade, e dispomos dele para trabalhar nesse grande projeto.

Sr. Ministro, deixo algumas sugestões, que podem ser feitas de imediato. A PETROBRAS tem carteira de encomenda de construção de doze navios. Se a empresa contratar 20% de jovens, no mínimo haverá 4 mil pessoas. Se apertar um pouco mais, se poderá chegar a 6 mil jovens. Isso pode ser idealizado. Já estive inclusive com os Presidentes da PETROBRAS e do BNDES. Todas as licitações de financiamento público deveriam conter cláusula estipulando, no mínimo, 20% de vagas para os jovens. Para tal não é necessário projeto de lei, e há empresas que precisam fazer isso de imediato. Meu Estado, o Rio de Janeiro, está sendo solapado pela violência, pelo desemprego, e não por culpa do Governador nem de ninguém.

Enfim, são essas as minhas sugestões em relação a financiamento do BNDES e à geração imediata de emprego pela PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Carlos Santana, pela exposição.

Para conduzirmos melhor nossos trabalhos, quando o tempo concedido se esgotar, irei fazer soar as campainhas.

Passo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Ministro Jaques Wagner; Sr. Presidente da Comissão, Deputado Vicentinho; Sr. Relator, Deputado José Chaves; Sr. Presidente da Comissão do Trabalho, Deputado Medeiros; colegas Deputadas e Deputados, a todos meu cumprimento.

Esta Comissão, a gestão do Ministro Jaques Wagner e a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados estão fadadas a fazer história nas relações do trabalho. O modelo por todos criticado vem dos anos 30, passou pela redemocratização, pela Assembléia Nacional Constituinte, permanecendo o modelo híbrido. Da mesma forma, passou pelo fórum do contrato coletivo do trabalho, o fórum tripartite do Ministro Walter Barelli, que discutiu a matéria e criou o consenso de que o modelo era anacrônico, mas não redundou na modernização do Direito do Trabalho no Brasil.

Assim, devemos ter muito orgulho de poder participar desta Legislatura no momento em que as discussões, os consensos vão sair dos livros, dos documentos, dos atores do sistema e serão convertidos em propostas de emenda à Constituição, em projetos de lei, que finalmente irão modernizar a legislação do trabalho.

É louvável a iniciativa de se começar pela denominada faxina, que aqui já suscitou controvérsias, pois demonstra agora que a mudança do Direito do Trabalho é para valer. Até mesmo o que era elementar, como eliminar dispositivos anacrônicos, que não tinham mais sentido de ser pelo excesso de detalhes, já está sendo feito. A sugestão é de que essas mudanças venham, como disse o Ministro Jaques Wagner, como projeto de lei, mas com regime de urgência dado pelo Presidente, para ser o primeiro gesto de que haverá reforma.

Também desejo saudar a iniciativa do Fórum, onde se deve iniciar a revisão do Direito do Trabalho no Brasil pelo Direito Coletivo do Trabalho, pela reforma sindical. Tal procedimento talvez seja a pedra de toque pela qual o PL nº 5.483, a PEC nº 623 do Presidente Fernando Henrique Cardoso não conseguiram avançar, pois pretendiam trazer a negociação coletiva para oxigenar as relações de trabalho no Brasil, mas não cuidavam do pressuposto de todas as legislações modernas do Direito do Trabalho que incentivaram a negociação coletiva. É a chamada legislação de sustento, a legislação promocional, a liberdade sindical positiva, ou seja, estabelecer não só a retirada do Estado da área de atuação em que ele não deve estar. Por exemplo, a atual contribuição sindical obrigatória, a unicidade sindical e uma série de dispositivos, que, embora polêmicos, começam a incomodar o modelo que se quer formar.

Falava-se que apenas retirando esse papel do Estado haveria a modernização da legislação do trabalho. Agora, Sr. Ministro, começa a ser fruto do amadurecimento de todos os atores do debate que não se trata apenas da liberdade sindical negativa, mas da liberdade sindical positiva, compreendendo o reconhecimento das centrais sindicais, ou seja, das cabeças e dos pés que não existem no sistema sindical brasileiro. É a organização no local do trabalho com imunidade, com reconhecimento, com capacidade negocial. Quer dizer, é a previsão de liberdade sindical positiva, no sentido de vedar-se a conduta anti-sindical. Qual o pressuposto de qualquer negociação coletiva? Todos sabem que existe retaliação à medida que o empregado participa da atividade sindical, que pode ser anulada por medida judicial muito mais célere do que a reclamação trabalhista convencional.

Temos agora a convicção de que o debate vai avançar, pois não vamos ficar no limite apenas da liberdade sindical negativa, e, sim, positiva. Vamos defender – parece-me haver consenso – mecanismos de inclusão da força de trabalho brasileira, o que passa pela simplificação da legislação, sobretudo para a pequena e média empresa, mas com o pressuposto de que os

sindicatos de trabalhadores e de empregadores se organizem e possam fazer a liberdade sindical positiva.

Nesse sentido, o Relator José Chaves disse que esta Comissão, esta Legislatura, o Ministério do Trabalho e o Fórum vão servir de usina para a mudança do modelo de relação de trabalho no Brasil. Concebendo isso, fruto do amadurecimento do Deputado Vicentinho, ex-Presidente da CUT, aprendi, como advogado dos sindicatos, professor universitário, que muitas vezes o militante sindical passa a conhecer mais do Direito Trabalho do que os que o conhecem apenas teoricamente. O Deputado Vicentinho, portanto, com sua experiência de militante, de ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de ex-Presidente da CUT, vinha, com o movimento sindical, amadurecendo propostas, da mesma forma que eu, na minha experiência nessas áreas.

Assim, nas conversas com o Deputado Vicentinho, vi que não só S.Exa. tinha proposta para servir de combustível à usina de que fala o Relator, Deputado José Chaves, como eu também. Quando conversamos, vimos que tais propostas tinham muitos pontos em comum. Então, resolvemos apresentá-las com a pretensão de serem apenas o combustível para iniciar o debate, pois vamos agora participar de maratona nesta Comissão Especial que trata da reforma do trabalho, que vai ouvir, como disse o Relator, Deputado José Chaves, todos os atores do nosso sistema de relação do trabalho.

Por isso, demos entrada a PEC que modifica o art. 8º da Constituição, que vai ao encontro daquela idéia de que para mudar o sistema é preciso mudar a organização sindical, o Direito Coletivo do Trabalho no Brasil.

Dessa forma, passamos ao Sr. Ministro a PEC, com a pretensão de servir de pontapé inicial, de combustível, para ajudar a moer essa grande usina que vai reformar o Direito do Trabalho e as relações de trabalho no Brasil, a fim de que seja implementado o programa de inclusão dos trabalhadores hoje na informalidade, de aceleração da produtividade das empresas brasileiras, garantindo conquistas básicas, a partir da perspectiva da liberdade sindical positiva.

A proposta altera esse artigo a partir de filosofia diferente da PEC nº 623, que concebia a liberdade sindical apenas de modo negativo. Aqui, ao contrário, procura se valer tanto da experiência diária da prática das relações de trabalho no Brasil quanto da experiência de outros povos, que perceberam que só pode haver negociação coletiva se existir legislação de sustento à organização sindical e à própria negociação.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado.

Confesso aos nobres Parlamentares que fui pego de surpresa. A idéia inicial era de o Deputado Maurício Rands entregar a proposta ao Ministro e aos Deputados no final dos debates. Como S.Exa. o fez agora, peço à nossa assessoria que a distribua a todos os Srs. Deputados presentes a fim de que possam avaliá-la e apresentar sugestões.

Ia apertar o botão da campainha, conforme combinamos, mas quando o Deputado disse: “O Deputado Vicentinho, que tem longa experiência...”, senti-me chantageado.

Passo a palavra ao nobre Deputado Orlando Desconsi.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI** – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente; Sr. Ministro Jaques Wagner; Sr. Relator, Deputado José Chaves; Sras. e Srs. Deputados; demais lideranças; imprensa aqui presente, a todos meus cumprimentos.

Trago rapidamente quatro questões para debate e reflexão.

Inicialmente, a que envolve a saúde do trabalhador, tema pouco debatido, mas que me preocupa muito. Temos novas tecnologias sendo incorporadas ao mercado todos os dias, que buscam de alguma forma trazer facilidades. Por outro lado, trazem também no seu bojo alguns problemas que só vão aparecer mais tarde. Por exemplo, na área da informática. Muitos lares hoje possuem computadores, os quais crianças pequenas já sabem utilizá-lo. Por isso, muito antes de entrarem no mercado de trabalho, já são portadoras de doenças como LER ou DORT, fruto do trabalho repetitivo. Muitas vezes não se adquire tal mal pelo trabalho, mas até mesmo pelo lazer. O que desejo ressaltar é que ao se adquirir um computador não é fornecida nenhuma orientação, não é demonstrada nenhuma preocupação quanto a isso.

Ligado a esse tema, só para pontuar, trago outro, que possui no seu interior enorme problemática: os agrotóxicos, cujas conseqüências também se acumulam com o passar dos anos. Infelizmente, o problema aparece quando o trabalhador já não está mais no local de trabalho.

Como remediar essa situação? Por meio de campanhas de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho.

A meu ver, a atual estrutura pública do Ministério do Trabalho é muito precária, muito deficiente para fiscalizar de forma efetiva as condições de trabalho e capital em todo o Brasil. Há anos, assistimos à diminuição do Estado, à precarização de suas funções. Não existem concursos públicos para o preenchimento

de cargos de fiscal, que, com número reduzido, não consegue cumprir a contento tal atividade. Às vezes, eles precisam fiscalizar até 3 mil empresas, o que é praticamente impossível. O alto índice de desemprego também tem estimulado, em muito casos, o descumprimento da legislação.

Outra preocupação que trago é exatamente com o alto índice de desemprego. As condições entre o capital e o trabalho não são iguais. O Estado não pode ficar neutro nesse processo, mas se posicionar a favor de quem efetivamente contribui para a produção da riqueza, ou seja, os trabalhadores. E, ao longo dos anos, esse setor está cada vez mais precário.

Por último, com relação às terceirizações e às "quarteirizações" e a outras coisas mais que passaram a ser incorporadas como modernas nos últimos anos. A cada dia o trabalhador possui menos direitos, está sendo efetivamente precarizado, enquanto, por outro lado, algumas figuras estão acumulando lucros nesse processo.

São essas as minhas contribuições para o debate. Teria tantas outras, mas o tempo é curto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Orlando Desconsi.

Com a palavra a Deputada Dra. Clair. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa.

Com a palavra o Deputado Dr. Ribamar Alves, do PSB do Maranhão.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sr. Ministro Jaques Wagner; Sr. Presidente, Deputado Vicentinho; Sr. Vice-Presidente, Deputado Maurício Rands; Sr. Relator, Deputado José Chaves; nobres colegas, fico contente de saber que o Presidente da República foi um militante, um operário. Da mesma forma, temos no Ministério do Trabalho alguém que se preocupa principalmente com o compromisso social e com a geração de empregos em prol da produção do País.

Pouco tenho a acrescentar, pois me sinto bastante satisfeito com a intervenção do Deputado Orlando Desconsi. Como médico, gostei das questões levantadas por S.Exa. Sou de Santa Inês, região muito pobre do interior do Maranhão, que tem muitos problemas relativos à saúde dos trabalhadores.

Vou falar um pouco sobre o Primeiro Emprego. No Maranhão, temos a experiência da Governadora Roseana Sarney. Sou dono de um hospital de pequeno porte, onde algumas pessoas fizeram estágio por três meses, o primeiro emprego para *"esquentar a carteira"*, ter a primeira experiência.

Só que não considerei muito válida essa experiência do Maranhão, talvez pela forma como foi feita, unicamente para preencher o vazio e dar satisfação social. Até já fiz requerimento de indicação à Caixa Econômica Federal e ao Ministério da Fazenda com relação aos programas sociais do Governo. Poderíamos absorver, aproveitando o gancho do nobre Deputado Carlos Santana sobre o Primeiro Emprego nos estaleiros do Rio de Janeiro, o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o Vale Alimentação, que não estão cumprindo seu objetivo final.

No meu Estado, por exemplo, as pessoas só têm acesso aos benefícios onde há uma agência da Caixa Econômica Federal, casa lotérica ou quando sai um funcionário da Caixa Econômica para pagar na sede de outro Município em que não há agência bancária. Então, as pessoas são obrigadas a pagar 5 reais, 6 reais, 8 reais de transporte para ir até a sede; enfrentam duas horas na fila, muitas vezes ficam na chuva ou debaixo do sol, ao meio-dia, precisam se alimentar; pagam a passagem de volta e quando retornam a seus lares o dinheiro que receberam não dá para nada, não cumpriu seu objetivo.

Citei no requerimento a terceirização desse serviço para facilitar o acesso da geração de emprego. Seria bom que no Primeiro Emprego alguém levasse o malote com o pagamento até o povoado onde as pessoas residem. Com isso, evitar-se-ia a despesa e o programa cumpriria seu objetivo final de levar o dinheiro para a família beneficiada. Deixo esta sugestão.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Vicentinho, que tem sido brilhante na condução da Presidência desta Comissão, e o Ministro, a quem conhecia somente de nome, pela sua postura. Vamos torcer para que o Brasil realmente mude, nosso objetivo e interesse maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Dr. Ribamar.

Chamo o último Parlamentar deste bloco.

Tem a palavra o nobre Deputado Júlio Delgado, do PPS de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, vou fazer uma rápida pergunta. Apesar de julgar não ser da nossa seara, estamos muito bem representados, não só quanto à benevolência do tempo, mas quanto ao aspecto das reivindicações sindicais do nosso Presidente nesta Comissão Especial, pela proposta do colega Maurício Rands.

Na reforma trabalhista, talvez o mais importante seja a discussão da liberdade, das contribuições, da relação sindical.

Estamos com parceiros e companheiros bastante experientes na área nesta Comissão.

Como essa não é a nossa praia, tenho preocupação com a discussão da reforma e com a pauta atual, já citada pelo companheiro Ribamar.

Desejo esclarecimento do Ministro quanto à proposta do Primeiro Emprego, quanto ao incentivo às empresas que estimularam essa criação, ao possível prejuízo da atual empregabilidade, à possível demissão dos mais antigos. Na proposta de criação do Primeiro Emprego será dada garantia aos atuais empregados?

Quando se estimulam determinadas fábricas e indústrias ao Primeiro Emprego, pode-se, automaticamente, gerar desestímulo ou prejuízo à empregabilidade já existente. Por isso a sugestão do companheiro Carlos Santana é positiva no sentido de criar estímulo ao Primeiro Emprego para novos empregos e não para incentivos a empresas que possivelmente venham trazer prejuízo. Essa é a preocupação que levo ao Ministério.

Quanto à proposta da reforma trabalhista, Ministro, estamos na Comissão do Trabalho constantemente atentos a várias propostas de alteração, transformação, criação de cargos em várias instâncias da Justiça do Trabalho.

Dessa forma, desejo saber a posição de V.Exa. não só como militante da área de trabalho, hoje Ministro, mas como ex-Parlamentar com experiência na Casa em relação às instâncias recursais da Justiça do Trabalho, em face das várias criações e transformações de cargo, transformação de instâncias da Justiça trabalhista, fruto do que foi levantado pelo nosso Presidente Lula, que abordou a discussão do Poder Judiciário, parceiro nosso na divisão dos Poderes do Executivo e do Legislativo. Pergunto se esta Comissão poderá trabalhar esses assuntos concomitantemente com a aprovação dos projetos que ocorrerão, fruto de uma reforma que inevitavelmente existirá.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

**O SR. MINISTRO JAQUES WAGNER** – Agradeço aos Srs. Parlamentares as perguntas.

Embora o Deputado Carlos Santana já não se encontre presente, quero registrar que, quanto às preocupações relativas ao Primeiro Emprego, no que diz respeito às contratações estatais, o contato já foi feito. Realmente houve a contratação de quatro novas embarcações em estaleiros do Rio, financiadas pelo BNDES para o estaleiro carioca. Houve também o compromisso de compra por parte da PETROBRAS. Contatou-se a direção da empresa para definir um tipo de reserva, não de 20%, como propôs o Deputado Carlos Santana, mas de 10%, para garantir o ingresso de trabalhadores na forma de primeiro emprego.

Portanto, a preocupação com o Primeiro Emprego já existe. Em relação a bancos oficiais e privados, estamos criando programas de estímulo a aprendizes e de oferta de estágios para os que completaram o 3º grau, sempre com a preocupação de que maus empresários não venham a empreender a mera substituição de mão-de-obra empregada por mão-de-obra de aprendizes ou de estagiários. Mas essa preocupação já está contemplada na formatação do Primeiro Emprego.

Agradeço ao Deputado Maurício Rands a contribuição. Na verdade, essa proposta de emenda à Constituição já havia sido enviada pelo Presidente. Ao falar numa relação capital/trabalho moderna, baseada em negociações, a lei, evidentemente, estabelece parâmetros: a negociação é o processo de entendimento, o ajuste fino entre cada segmento, e cada segmento econômico é diferenciado do outro. É necessário, contudo, pôr fim à aberração do não– reconhecimento das centrais sindicais, que hoje eu diria serem os principais atores mais do lado laboral em sua relação com o capital. Não podem permanecer apenas como instituições da sociedade civil, têm de ser registradas como entidades sindicais.

Defendo a negociação coletiva e a liberdade sindical, mas sabemos que uma cultura de trinta, quarenta, cinqüenta anos exige uma transição definida e anunciada, que permita a adequação da estrutura sindical ao novo modelo.

Àqueles que temem pelo futuro do movimento sindical ao ouvir falar do fim da chamada unicidade sindical, lembro que a unicidade sindical não tem garantido o que seu próprio nome diz. Repito os números apresentados pelo relatório do IBGE: 12.500 sindicatos de trabalhadores e 4.500 sindicatos de empregadores empresariais. A idéia de unidade e, portanto, de força da representação laboral e patronal não tem sido garantida pelo instituto da unicidade, já que o próprio STF vem julgando favoravelmente à municipalização de diversos sindicatos.

Essa é uma questão para debate. Nossa experiência é larga. Países como a Alemanha têm outro tipo de experiência: menos de vinte sindicatos de trabalhadores com peso e força invejáveis nos processos de negociação dentro da relação capital/trabalho.

Essa é, portanto, uma polêmica para todos os gostos, da qual participei por muito tempo como dirigente sindical. Espero que consigamos progressos. Nossa legislação é anacrônica: o texto constitucional fala em liberdade, mas mantém a unicidade, o imposto e o enquadramento, obrigando com freqüência o Ministério do Trabalho a dirimir disputas entre os que se

querem organizar dessa ou daquela forma, sem, no entanto, ter liberdade para tanto.

Quanto à intervenção do Deputado Orlando Desconsi, pela primeira vez no Brasil, por iniciativa da FUNDACENTRO e também de algumas DRTs e do Ministério do Trabalho, estaremos nos manifestando no dia 28, há sete anos internacionalmente consagrado às vítimas de doenças ocupacionais e às vítimas fatais de acidentes do trabalho.

A redução dos acidentes de trabalho fatais ou com seqüelas e a prevenção das doenças ocupacionais eram um compromisso do Governo anterior – não há por que negar – e são também deste Governo, na medida em que acidentes e doenças dessa natureza implicam tratamentos médicos e perda de produtividade cujos custos alcançam cerca de 3% do PIB nacional.

O advento de novas tecnologias nos lança um desafio: muitas vezes só depois de alguns anos podemos perceber que a maravilha também tinha seu lado negativo – basta vermos o número de digitadores com lesão por esforço repetitivo.

Creio que os empregadores já tomaram consciência de sua responsabilidade social. A preocupação com a produção não deve excluir a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida de seus colaboradores.

O número de fiscais do Ministério do Trabalho é realmente insuficiente. Tínhamos previsto no Orçamento a realização de concurso para 650 novos auditores fiscais, ainda este ano. Espero que o corte orçamentário não impeça sua realização.

Apesar de todo o esforço que temos empreendido a partir da decisão do Presidente da República de dar prioridade ao combate do chamado trabalho em condições degradantes, ou trabalho escravo, confesso que o baixo número de fiscais de modo algum nos tem permitido uma fiscalização adequada em várias regiões, sobretudo nas áreas rurais. Da mesma forma, há Municípios de grande porte onde a relação é de um fiscal para três mil estabelecimentos a serem fiscalizados, o que inevitavelmente é insuficiente. Não obstante, para nós, prevenção e educação são mais importantes do que punição, que, no entanto, cabe nos casos de reincidência.

Dizer que o Estado quer ser mediador não significa que ele não tenha opinião. É evidente que em determinados momentos da evolução da economia há uma clara assimetria entre seus dois protagonistas principais: capital e trabalho. Em tempos de muito desemprego, a força de trabalho se sente debilitada em qualquer processo de negociação.

Fui um trabalhador que viveu os dois extremos. Durante a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, mudava de emprego de três em três meses em busca de melhores salários, pois o mercado nos era favorável – era grande a procura por mão-de-obra. Mais tarde, entre 1990 e 1991, passamos de 22 mil trabalhadores para 4.800.

Evidentemente passamos por um processo de dificuldade negocial. E para isso existe a mediação do Estado, para que não tenhamos uma relação que vire a lei do mais forte ou a lei da selva. Se considerarmos apenas a relação capital/trabalho, não poderemos definir o tipo de sociedade que desejamos. E como a empresa, a propriedade e tudo, enfim, tem uma função social, é óbvio que o Estado mediador deve tentar manter o equilíbrio nessa relação.

Quanto à terceirização – por isso falava do modismo da flexibilização –, trata-se de um instrumento introduzido no processo produtivo que, a meu ver, é positivo em alguns casos. Quando começamos a trabalhar com a especialização de alguns serviços de uma determinada cadeia produtiva não considerados serviços-fim, somos obrigados a lançar mão de alguns segmentos especializados. Infelizmente, como virou modismo, temos hoje a terceirização generalizada com a mera substituição do empregador, com o intuito, muitas vezes, de fugir da responsabilidade com o empregado, criando uma situação de duplicidade de condições de trabalho, no mesmo ambiente de trabalho, na função-fim.

Mais grave do que a terceirização são as empresas maquiadas de cooperativas de trabalho, que, além de promover uma concorrência desleal, fazem elisão fiscal e apropriação indébita do trabalho dos outros. O cidadão é obrigado a assinar o termo de cooperativado se quiser trabalhar. E não se trata de uma cooperativa, mas de uma empresa maquiada. Os instrumentos positivos de modernização – e sou daqueles que não acreditam que há santos e diabos de um lado, mas, sim, dos dois lados – muitas vezes são mau utilizados e, por isso, caem no descrédito. Portanto, a terceirização em si não é uma aberração na forma como é utilizada em várias empresas. Contudo, na minha opinião, há uma aberração e uma subversão do conceito de terceirização.

Deputado Dr. Ribamar Alves, na verdade, sua preocupação também é nossa. O Presidente Lula criou a Câmara Social, que reúne todos os Ministérios da área social. A idéia é estabelecer a convergência dos vários programas para que não haja superposição e um gasto desnecessário. Destaco que o Programa Primeiro Emprego para Juventude tem uma natureza diferente. Não se trata de um programa de transferência de renda. Na verdade, é um programa de estímulo ao empresariado – ele precisa contar com a adesão

dos empresários para seu funcionamento –, a fim de que o jovem possa iniciar sua vida laboral, sem vender nenhum tipo de ilusão de acabar com o desemprego. Há hoje no País aproximadamente 2,5 milhões de jovens desempregados. Esse programa é mais uma ferramenta no combate ao desemprego.

No que diz respeito à questão levantada pelo Deputado Júlio Delgado, é óbvio que nossa preocupação também é de que não haja substituição da mão-de-obra. Para tanto, no programa de adesão há o compromisso de manter por um ano o novo posto de emprego sem, evidentemente, a substituição. Apostamos que o Programa Primeiro Emprego para Juventude vai ter muito mais eco nas microempresas – empresas que empregam cerca de dez funcionários, com a possibilidade de admitir mais um funcionário, e têm 10% a 25% da mão-de-obra já existente. São empresas, pela dificuldade e concorrência, que vivem a situação do empregado ou até do próprio proprietário, que bate o *corner* e corre para cabecear. Nesse sentido, a introdução de mais um funcionário nessas empresas, com a contribuição do Governo na forma de renúncia ou crédito fiscal, evidentemente terá um significado muito maior do que numa grande empresa, como a Volkswagen ou empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, onde estou acostumado a trabalhar.

Esses empregos, inclusive os mais simples para aqueles que ainda não tiveram um treinamento, já estão terceirizados. O foco no Primeiro Emprego para Juventude é pelo fato de que esse segmento da sociedade, segundo as estatísticas, tem uma taxa de desemprego que é o dobro da média nacional e tem sido o exército de reserva do chamado crime organizado. Há uma preocupação com a juventude, que não é exclusiva, mas é uma prioridade neste momento, e com a não-substituição da mão-de-obra, que constará do termo de adesão da empresa. É claro que fiscalizar todo mundo é sempre uma tarefa difícil. Tenho dito a todos os empresários que este momento é histórico não apenas para o Presidente da República, mas para o conjunto da sociedade. Quando o Presidente Lula diz que não podemos errar, S.Exa. não está se referindo a ele, ao partido político ou à base política a que pertence, mas à sociedade brasileira, pois há um processo de cansaço, de esgotamento, de descrença. Em relação a esse movimento que fecha o ciclo da redemocratização formal, após oito anos de Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a consolidação da democracia – e a sociedade diz que quer ir além da democracia, ou seja, avançar na democracia econômica –, entendo que nenhum de nós pode errar, principalmente ficando restrito apenas à defesa dos interesses do seu segmento. E digo isso aos trabalhadores e aos empresários. O processo do diálogo é de perdas e ganhos. Se houver uma compreensão maior, poderemos entrar num processo ganha-ganha. No Nordeste costuma-se dizer a seguinte expressão: *"Farinha pouca, meu pirão primeiro".* Se for essa a lógica de entrar num programa como o do Primeiro Emprego, evidentemente estaremos errando; as pessoas estarão se enganando e o programa não vai dar certo. Sem nenhuma ingenuidade – e vamos fazer a fiscalização –, é preciso também que a sociedade diga se está disposta a mudar a partir de si mesma, pois esperar uma mudança geral sem uma mudança de postura não é possível. Lembro que os segmentos empresarial e político têm papel de liderança e são aqueles que apostam no investimento para alavancar o desenvolvimento. Acredito que existe essa compreensão.

Informo a todos que amanhã haverá reunião com uma série de empresários representantes de grandes empresas, que se dispuseram não somente a participar do Programa Primeiro Emprego nessa modalidade, mas do Programa Bolsa-Trabalho, criado não para o jovem trabalhar na empresa, mas na comunidade, que seria, portanto, uma outra modalidade. O Programa Primeiro Emprego não se resume somente a esse programa relatado. Na verdade, é um sistema de atendimento à juventude, no qual vamos trabalhar com a aprendizagem, o estágio e o serviço civil voluntário, que queremos estimular nos jovens das universidades – com a adesão dos empresários ao programa –, que serão contratados para o trabalho comunitário e não para o trabalho da empresa.

Portanto, sou otimista. Estamos vivendo um momento, repito, em que não podemos brincar nem nos arriscar a errar. Acredito que vamos ter êxito no programa, sem nenhuma pirotecnia de dizer que nós, com algum passe de mágica, vamos resolver o problema, pois ele somente será resolvido com o crescimento econômico. Geração de emprego é conseqüência do crescimento econômico; outras formas atingem segmentos mais fragilizados da sociedade. Volume de emprego significa crescimento econômico. Esperamos que isso aconteça.

Em relação às instâncias recursais na Justiça do Trabalho, sou favorável à negociação. Sou extremamente simpático às Comissões de Conciliação Prévia, mas, como disse antes, todo instrumento positivo muitas vezes é mau usado. Hoje, a Comissão de Conciliação Prévia virou linha de produção de acordos que seguramente não estão bem-feitos, com cobranças e posturas indevidas daqueles que deveriam ser mediadores. Existem até Tribunais das Comissões de Conciliação Prévia maquiando, na verdade, uma estrutura que não

é estatal numa estrutura estatal. Mas não podemos nos manter com 2,3 milhões de demandas trabalhistas existentes no País. Fica caro para o empresário, para a sociedade como um todo; é ruim para o empresário que empurra seu passivo trabalhista e péssimo para o trabalhador, que não resiste esperar muito tempo por aquilo que é seu direito. Portanto, temos de trabalhar também com formas alternativas e não apenas com demandas judiciais.

Quando Parlamentar apresentei um projeto que tentava, a partir de uma limitação em valor, dificultar o processo de adiamento da solução do problema através de instâncias recursais. Infelizmente, o Poder Executivo mandou um projeto que foi apensado ao meu e que o descaracterizava completamente. Acabei sendo obrigado a retirá-lo, mas reconheço que é necessário não dar toda elasticidade recursal, porque senão a própria Justiça não terá como responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Esta Presidência, para organizar os dois últimos blocos, gostaria de saber se há mais algum Parlamentar que deseje inscrever-se para falar, se não encerraremos o debate com os já inscritos. São dois blocos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, peço que identifique os inscritos e diga de qual bloco farão parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Do primeiro bloco farão parte os Srs. Deputados Isaías Silvestre, Ildeu Araujo, Takayama e Pompeo de Mattos. Se houver algum ausente, acrescentaremos o Deputado Ronaldo Dimas e, ainda, se houver tempo, os Deputados Daniel Almeida, Eduardo Valverde e Almir Moura.

Não há mais inscritos, organizarei o tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Caro Ministro Jaques Wagner, Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, Sr. Relator, Deputado José Chaves, Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Maurício Rands, estou gratificado com esta audiência. A explicação do Sr. Ministro sustou minha preocupação com o Primeiro Emprego. Tinha algumas indagações, que foram respondidas antecipadamente.

A legislação trabalhista, no final de 1960, acabou com o incentivo ao primeiro emprego para o menor. Sou fruto dessa benevolência da lei. Tive o primeiro emprego graças àquele momento. Hoje, 40% das mortes fruto de violência e de drogas atingem menores de 13 a 20 anos, devido ao momento que vivemos, em que não há oportunidade de trabalho para esses jovens. O Ministro mostrou que há preocupação em fazer com que essa força de trabalho encontre ocupação não apenas na grande cidade, mas no pequeno Município, para que não haja êxodo para os grandes centros, pois esse é o mal que estamos vivendo no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, fruto da falta do primeiro emprego. O jovem não tem gosto pelo trabalho, a melhor coisa que Deus deixou para o homem.

Agradeço ao Ministro por já ter respondido minhas perguntas e o parabenizo por ter-se engajado na vontade do Presidente da República de mudar. A mudança realmente passa pela vontade de cada um de nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Isaías Silvestre.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ildeu Araújo, do PRONA. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Takayama.

**O SR. DEPUTADO TAKAYAMA** – Saúdo primeiramente o nosso Ministro e a equipe composta nesta primeira reunião com a vontade que todos temos de fazer grandes mudanças no Brasil.

Inicialmente, quero lembrar um fato interessante que a história conta – pode ser folclore. Um rei poderoso, com mais de 200 mil soldados, vivia numa determinada região. Houve uma grande seca na época, e ele não sabia o que fazer. O povo começava a padecer. Ele precisava de uma solução, mas ninguém lhe trazia uma sequer. O rio, que deve ser o Tigre, ficava longe – se considerarmos a época –, a 200 quilômetros. O rei perguntou se alguém podia lhe dar uma solução. Um louco que havia no palácio disse que tinha a solução. Perguntou ao rei: *"Quantos soldados o senhor tem?"* O rei respondeu: *"Soldados é o que não falta, há 200 mil"*. Disse o louco: *"Pois bem, com cada soldado desse cave um metro. Eles estão acostumados a fazer trincheiras. Se cada um cavar um metro, somando-se, haverá exatamente os 200 quilômetros para canalizar a água, e o problema estará resolvido".* Um louco trouxe a solução.

Sr. Presidente, sei que esta Casa é o espelho da sociedade. Talvez eu seja esse louco, mas gostaria de dar minha contribuição para a solução. Aquele louco trouxe a solução da simplicidade. Nossas leis são tão bonitas! A Constituição brasileira é a mais bonita do mundo, mas a que menos funciona. Então, o problema não é ela, mas nosso povo.

Pergunto, Sr. Ministro: essa reforma trabalhista virá com o modelo pronto da equipe do Governo ou estará aberta para a ousadia da busca pela simplicidade? Temos leis demais, e as cumprimos de menos. Aliás, vou ser franco: essas leis só desestimulam o pequeno e o médio empresariado. O grande não tem problema. Por exemplo, essas leis que protegem a mulher grávida – sei que isso vai arrepiar o cabelo de alguns socialistas, sou um deles – não representam

avanço social nenhum. Os empresários não contratam mais mulheres por causa dessa lei. Se numa grande empresa que contrata 10 mil mulheres, cem ficarem grávidas, não haverá problema, mas se numa pequena empresa de informática, por exemplo, em que há 3 funcionárias digitando, uma delas fica grávida, há uma perda de 33% da mão-de-obra da noite para o dia.

É preciso ter parâmetro, diferenciação e uma lei simples. Hoje temos uma equação maravilhosa. O trabalhador teve enormes conquistas: férias, 13º, 14º salário, Fundo de Garantia, PIS/PASEP, COFINS e uma série de benefícios. É preciso ousar na simplicidade. Não estou inovando. Esse modelo é praticado por muitos países que estão crescendo. Nós, com esses avanços, estamos decrescendo. Estão dizendo que temos um modelo suíço, europeu, mas são realidades diferentes. Até no futebol não adianta copiar modelo estrangeiro. Temos a nossa realidade. O melhor modelo para nós é o chinês. Hans, um membro do Politburo da China, país comunista, visitou-me e eu lhe disse que estavam vivendo um verdadeiro escândalo, pois já tinham McDonald's. Ele me disse que na China não importa a cor do gato, desde que ele faça o trabalho de caçar o rato. Sei que não vamos prostituir nossas convicções doutrinárias e políticas, mas precisamos usar a figura do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois S.Exa. está substituindo um grande intelectual. Espero que S.Exa. use a simplicidade para acabar com a fome. É claro que se trata de utopia, mas serve como uma espécie de paradigma, de ícone para entendermos que o problema da fome não será resolvido, mas fará com que toda a população participe do processo.

Para terminar, e peço desculpas por abusar do tempo a mim concedido, acredito que em vez dessa equação tremenda haja uma solução. Eu gostaria até que o Ministro e esta Casa, que, como dizem, é o espelho da sociedade, ouvissem as pessoas que têm soluções simples. Uma delas seria acabar com todo esse monte de equações que, para mim, não significam avanço social se muitos estão desempregados, e o Presidente da República teve a coragem de dizer que o aumento para o funcionalismo público será de 1% e que o salário mínimo será de 240 reais. É uma vergonha. E o próprio Lula sabe disso. Portanto, acho que essa equação toda poderia ser simplificada.

E se acabar o Fundo de Garantia? Não se assustem com o que eu vou dizer: se isso acontecer, será possível elevar o salário mínimo para 750 reais, no mínimo. Só separaria a contribuição sindical, a contribuição previdenciária e o plano de saúde. Resolveria a situação, e a economia brasileira voltaria a se aquecer porque, infelizmente, do jeito que está não há empresário que queira contratar mais e não há quem queira continuar no campo. E me desculpem, mas acho essa tal agricultura familiar uma besteira. Trabalhar só para consumir é uma bobagem. Esse plano de agricultura familiar deve ter o objetivo de fazer com que o agricultor produza mais. É a mais simples das equações que aprendemos na história, ou seja, produzir mais para que, com o excedente, haja melhoria na nossa casa. Plantar só para consumir está errado.

O Presidente intelectual que governou antes não resolveu o problema e, com uma política covarde, não permitiu ao Brasil crescer. Quanto assumiu, a dívida brasileira era de 60 bilhões de reais; hoje, as dívidas interna e externa passam de 1 trilhão de reais. Isso vai acabar quando? Nesse aspecto eu admiro Lula: foi corajoso, enfrentou os radicais do PT para tentar resolver o problema porque sabe que o Brasil está amarrado.

Eu defendo a livre negociação e o incentivo à categoria que é a mola mestra que move este País, ou seja, a dos pequenos e médios empresários. Não adianta um monte de discursos, temos seguir adiante.

Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, haveria possibilidade de ouvirmos outros segmentos sobre o assunto?

A meu ver, temos de implantar modelo mais simples para tentar resolver o problema. Temos leis demais no papel e prática de menos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Saúdo nosso Presidente Vicentinho, nosso Relator José Chaves e, de forma especial, nosso eterno colega Jaques Wagner, com quem tive a honra de trabalhar por quatro anos nesta Casa e que agora, com certeza, honra a nós todos na condição de Ministro do Trabalho e Emprego. Parabenizo V.Exa., Sr. Ministro, pelo trabalho que vem fazendo.

Quero me somar àqueles que, nesta Comissão, contribuem para o debate da matéria, tendo como base minha experiência profissional e até mesmo por ser integrante de um partido trabalhista, o PDT, que ao longo da sua história construiu um cabedal no que diz respeito à conquistas trabalhistas – e isso fazemos questão de resgatar –, entre elas a carteira de trabalho, a liberdade sindical, a criação dos sindicatos, o direito da mulher ao trabalho, até a instituição do salário mínimo.

As maiores conquistas dos trabalhadores brasileiros se deram exatamente na Era Vargas, quando o trabalhismo governou este País. Esperamos ver essas conquistas renovadas na gestão do Presidente Lula, exatamente por ser um governo que prima pela valori-

zação do trabalho, sem desconhecer, absolutamente, o capital. Nós sabemos que a equação trabalho e capital tem que ser equilibrada. O capital não vive sem o trabalho, e o trabalho não vive sem o capital.

Sr. Ministro, trago a V.Exa. algumas preocupações. A primeira delas relativa à desoneração da atividade trabalhista. Sabemos que a tributação que incide sobre o trabalho no Brasil é hoje a mais alta do mundo, pelo menos é o que consta das comparações que se fazem acerca do tema. Hoje, para cada trabalhador contratado, paga-se a um outro para o Governo em direitos, em benefícios, em impostos, enfim, as mais diferentes modalidades de arrecadação. Se não me engano, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho se manifestou a favor da diminuição dos impostos sobre o trabalho como mecanismo de geração de emprego.

Parece-me que de pouco adianta o Governo arrecadar bastante sobre poucos na medida em que poderia arrecadar mais sobre número maior de empregados. Ou seja, arrecadando-se menos sobre mais empregados seriam gerados mais empregos e a receita permaneceria.

Em segundo lugar, queria saber qual é a visão do Ministro sobre a Justiça do Trabalho. Questionou-se muito nesta Casa se a Justiça do Trabalho deveria ser extinta, incorporada à Justiça Comum ou se deveria sofrer algumas modificações. Tenho curiosidade de saber o pensamento de V.Exa. a esse respeito. E faço essa pergunta até porque pretendo, em breve, apresentar requerimento a esta Comissão de realização de audiência pública com a presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a fim de debatermos a questão.

Minha terceira pergunta, Ministro, é relativa ao trabalho informal. Sei que, dentre tantas, talvez essa seja a sua grande dor de cabeça, mas o que mais nos preocupa é a inclusão dos trabalhadores. No Brasil há uma legião de trabalhadores sem emprego; aliás, prefiro dizer "trabalho" em lugar de "emprego". São pessoas que querem trabalhar, que são capacitadas, que estão preparadas, mas que não têm acesso ao mercado de trabalho. Eu queria saber o que o Governo tenciona fazer para pelo menos minorar essa situação, diminuindo os índices de desemprego e como pretende trazer esses trabalhadores para a formalidade, o que é bom para a Previdência Social, para o Governo, para a sociedade e para o trabalhador.

Apresentei um projeto polêmico nesta Casa, Sr. Ministro, motivo pelo qual já recebi uma série de críticas. Diz respeito ao trabalho do menor aprendiz, a partir dos 14 anos, o que o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite, mas que já é praticado em outros países. A lei não permite que o menor entre 14 e 16 anos tenha acesso ao mercado de trabalho, especialmente na área do aprendizado, mas em contrapartida vemos esses meninos sendo dominados pelo tráfico. Normalmente, é o filho do pobre que quer trabalhar; o filho do rico nem precisa disso. Ainda que tenha a possibilidade de trabalhar, não procura emprego porque tem tudo de que precisa em casa, além do apoio da família. Agora, o filho do pobre, que precisa trabalhar, não tem essa perspectiva e acaba optando pela informalidade ou requisitado como mão-de-obra barata pelo tráfico ou por outras atividades das quais não quero falar.

Sr. Ministro, para apresentar esse projeto usei o meu exemplo. Comecei a trabalhar com 13 para 14 anos – faria 14 anos em 12 de julho e comecei a trabalhar em 7 de maio – no Banco do Brasil. Sou funcionário da instituição até hoje. Se não aproveitado a oportunidade que me foi oferecida pelo Banco do Brasil, talvez não fosse hoje Deputado Federal aqui em Brasília. E acho que outros tantos merecem a mesma oportunidade. Não tenho a pretensão de fornecer uma receita, mas uma idéia para superar esse dilema.

Desculpe, Deputado Vicentinho, por ter excedido o tempo, mas às vezes a gente dá tempo ao tempo para que, com o tempo, tenhamos tempo e acabamos passando do tempo. Acho que terminou o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Eu gostaria de informar que se iniciou a Ordem do Dia no plenário, mas fiquem tranqüilos porque só quando a luz vermelha do centro acender, aqui em cima, indicadora de que terá início a votação nominal, encerraremos a reunião. Podemos ficar aqui por enquanto, mas peço aos companheiros que sejam mais objetivos.

Tem a palavra o Deputado Ronaldo Dimas, do PSDB do Tocantins.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, para mim, reforma sindical é coisa de quem não quer fazer reforma trabalhista; e, por mais que tenhamos problemas com os sindicatos, estamos muito bem representados. O sindicato funciona tão bem que, neste momento, temos aqui o Deputado Vicentinho na condição de Presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista; o Deputado Medeiros é Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; eu já fui Presidente do Sindicato da Indústria da Construção e Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, além de tantos companheiros que passaram pela vida sindical. Se aqui estamos é porque temos mérito por ter desenvolvido um trabalho eficiente no passado. Então, por que mexer com os sindicatos? Por que mexer nessa legislação? Qual o objetivo? Qual o benefício para o trabalhador?

Faço agora algumas perguntas a V.Exa., Sr. Ministro, relativas ao que acredito ser o real interesse de todos os envolvidos no assunto. O que é importante na reforma trabalhista? Do seu ponto de vista, reduzir a jornada de trabalho para aumentar a empregabilidade em todo o Pais? É importante a retirada de todos os benefícios – FGTS, abono de um terço de férias, décimo terceiro salário –, transformando-os em uma participação efetiva nos lucros da empresa? O trabalhador cada vez mais se vê como parceiro responsável pelo emprego, que não é só do trabalhador, mas do dono da empresa também. É o seu emprego e sua vida que estão ali.

A legislação especial para as pequenas e microempresas já foi citada, mas o que fazer com os grandes utilizadores de mão-de-obra, a exemplo da construção civil, que, em função das dificuldades cada vez maiores impostas pela legislação trabalhista, está se otimizando, adquirindo máquinas e substituindo o trabalho humano, o que vem ocorrendo também no setor cerâmico?

Acho que deveríamos priorizar essas questões e não apenas fazer a reforma sindical, que não nos levará a lugar algum.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, Ministro Jaques Wagner, procurando ser breve, como nos foi recomendado, sinto-me contemplado com a intervenção do Sr. Ministro e de alguns colegas Parlamentares a respeito desse tema e das reformas que o chamado mundo do trabalho deve vivenciar.

Sr. Ministro, sei da sua ligação, do seu compromisso com a defesa dos trabalhadores e fico muito satisfeito com a idéia de se constituir um fórum de defesa do trabalho.

Minha preocupação é exatamente com relação ao espaço do trabalhador nos segmentos relacionados com sua vida e a defesa dos seus direitos nessa chamada reforma trabalhista que discutimos. Vim da atividade sindical, a exemplo de muitos que estão aqui, e para mim sempre foi evidente que o trabalhador é o lado mais frágil nessas relações. O desenvolvimento econômico do nosso País produziu defasagem em relação aos direitos dos envolvidos com a força produtiva, que se acentua a cada dia. Podemos verificar hoje que a participação dos salários na economia brasileira é menor.

Durante os sessenta anos de vigência da Consolidação das Leis do Trabalho, houve momentos de geração plena de empregos e outros de muito desemprego, como o que estamos vivenciando agora; houve momentos de fortalecimento da atividade sindical e outros de quase exclusão dessa atividade. Quando se fala em reforma da CLT, sempre se tem a idéia de que equivale a retirar direitos nela contidos. Gostaria muito de começar a discutir os novos direitos que devem ser agregados ao texto, levando em consideração a trajetória histórica de perdas dos trabalhadores. Todos dizem que vivemos um momento de mudanças; assim, devemos reformar para agregar direitos.

Sei que a CLT tem problemas e que precisa ser reformada para se ajustar à realidade, mas temos de levar em conta que ela é o grande instrumento de que dispõem os trabalhadores e não pode ser responsabilizada por todas as mazelas do mundo do trabalho, como o desemprego. A imprensa fala na retirada de artigos da CLT. Há muita coisa que precisa ser retirada mesmo, mas temos de começar agregando ou, pelo menos, discutindo as duas coisas ao mesmo tempo.

Outro elemento que precisamos levar em conta é a reforma sindical. Vi a emenda que os Deputados Vicentinho e Maurício Rands encaminharam a esta Casa e acho que precisamos discutir algumas questões relacionadas à estrutura sindical. Também me pergunto se esse seria realmente o elemento que daria novo formato e novas condições ao exercício da atividade sindical numa nova correlação de forças entre o capital e o trabalho no Brasil. Tenho dúvidas a respeito. Será que se a pulverização da atividade sindical tivesse existido no passado a situação do Brasil seria diferente da que enfrentamos hoje? Há sindicalistas na Presidência da República, na Presidência de duas Comissões desta Casa, no Ministério do Trabalho, e tudo isso é fruto da estrutura sindical, que, é verdade, tem limites, problemas e precisa passar por um aprimoramento, mas não pode ser esvaziada com base na falsa idéia de que devemos importar modelos e realidades completamente diferentes da nossa do ponto de vista cultural, histórico e econômico.

Nobre Presidente, caro Ministro, é importante discutirmos questões que influam posteriormente nas decisões desta Comissão, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e do fórum que o Ministério do Trabalho pretende criar. Entretanto, precisamos ter como foco a agregação de valores e a concessão aos trabalhadores, sempre o lado frágil da relação, de alguns direitos historicamente perdidos. É verdade que precisamos discutir jornada de trabalho, recuperação de salário e uma série de outros elementos que, na minha opinião, precedem a abordagem de certos aspectos da CLT, por mais importantes e necessários que sejam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero saudar especialmente a Dra. Regina Butrus, Presidenta da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Com a palavra o Deputado Almir Moura, do PL do Rio de Janeiro,

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria de abordar algumas questões para contribuir com o debate nesta Comissão. Em primeiro lugar, discutimos reforma que todos querem, mas os privilégios ninguém quer perder. Normalmente, a reforma é para os outros; para nós não. Isso passa pela unicidade sindical já citada aqui. A meu ver, precisamos todos perder um pouco para fazer a reforma. Se não cogitarmos a perda, não faremos reforma.

Agora, o que me preocupa muito é a situação das pequenas e microempresas, já citadas pelo Deputado Takayama e pelo Ministro do Trabalho. Normalmente, a leis são feitas para as grandes empresas, e as pequenas têm que se adequar. Entendo que se deve tratar os desiguais de forma desigual, e a pequena empresa é quem absorve a mão-de-obra jogada na rua pelas grandes empresas que se automatizam. Quando se implanta a automação nas grandes empresas, são as pequenas que absorvem a mão-de-obra, além daquela não qualificada.

No interior do Rio de Janeiro, no arraial chamado São Sebastião da Boa Vista, há 35 anos plantava-se café. Havia boa mão-de-obra lá. A estrada que serve aquela comunidade passa por três Municípios, e nenhum deles quis consertá-la, fazer a sua manutenção, mesmo com os 500 votos do Arraial de São Sebastião da Boa Vista, também chamado de “São Sebastião dos Pelados”, porque lá quase ninguém tem roupa. Acabou a plantação de café, e começaram a tirar pedras para serem vendidas. As crianças que saíram da lavoura agora quebram pedras para enfeitar as casas ricas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Então, veio a lei que proíbe essas crianças de trabalhar, e a fiscalização demitiu muitas pessoas.

Esse arraial, cuja população era de mais ou menos quinhentas famílias, agora tem pouco mais de cem porque não foram dadas condições para que as pessoas permanecessem no lugar. Plantar elas não podem porque não passa um caminhão na estrada para escoar o fruto desse trabalho; só plantam para comer, até morrer. Até o cemitério está vazio, ninguém foi enterrado lá porque as pessoas preferiam morrer em outro lugar.

Portanto, as pequenas e microempresas devem ser tratadas de maneira diferente das grandes empresas. Esse era o comentário que queria fazer.

Sr. Presidente, tenho quatro perguntas que talvez não sejam muito boas para os ouvidos de muita gente, mas elas precisam ser feitas para balizarem a nossa opinião. A primeira: como o Governo pretende enfrentar a truculência de entidades representativas de classe nos âmbitos público e privado? A segunda: a reforma trabalhista pretendida pelo Governo vai se limitar a ser formal e restrita, apenas eliminando dispositivos caducos da CLT, ou se pretende enfrentar de fato aqueles dispositivos que não atendem empresários nem trabalhadores? A terceira: quais os planos do Governo para atrair para a formalidade os milhões de trabalhadores informais? A última: existem milhares de sindicatos sem qualquer representatividade; como o Governo vai combater a proliferação desses organismos que não contribuem em nada para melhorar a situação dos trabalhadores ou que só ajudam a desmoralizar os sindicatos sérios?

Agradeço pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais presentes, tenho a honra de ser Fiscal do Trabalho e de dizer que fiscalizei empresas pequenas e grandes, rurais e urbanas. Afianço que quem desrespeita a legislação trabalhista não é a pequena empresa, mas as grandes corporações, empresas altamente produtivas e rentáveis que alegam não ter condições de cumpri-la.

A relação trabalhista brasileira é muito fragilizada e precária. A dispensa imotivada permite rotatividade muito grande, o que evidentemente inviabiliza o cumprimento da legislação. Em termos de trabalho individual, acho que pouca coisa pode mudar, até porque o custo que representa para a folha de pagamento não chega a 4 dólares a hora. Então, não é muito sensato dizer que o custo trabalhista é elevado. Mesmo com custo baixo, verificamos o descumprimento da legislação.

Seria interessante que a reforma trabalhista começasse pelo direito coletivo do trabalho, pela estrutura sindical e pela forma como se dá a negociação entre patrão e empregado. Nunca cultuamos a relação dos contratos coletivos. Eles sempre foram muito pulverizados, pontuais, sempre foram marcados por permanente conflito. Não há confiança entre as partes, não há acesso à informação sobre a empresa etc.

Acho que a experiência do Deputado Vicentinho na qualidade de ex-Presidente da CUT que negociou com as câmaras setoriais pode ser um bom exemplo de concerto social no qual, efetivamente, seja incentivada a distribuição de renda, o repasse dos ganhos de produtividade que o Brasil vem conseguindo ao longo do tempo, num processo negociado, articulado em

âmbito nacional, regional e até local, e não da forma como é feito hoje, desarticuladamente. A fragilidade é muito grande nessa negociação com os trabalhadores brasileiros.

A proposta do companheiro Maurício Rands é correta, mas temos que enfatizar a necessidade de elaboração de uma lei de sustento que promova a negociação coletiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Ministro Jaques Wagner.

**O SR. MINISTRO JAQUES WAGNER** – Vou tentar ser objetivo, porque sei que daqui a pouco haverá votação no plenário e imagino ser do interesse do Governo. Portanto, não quero que os Parlamentares da base governista faltem, nem os que não fazem parte dela mas que queiram votar conosco.

Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Isaías Silvestre as palavras elogiosas e parabenizo S.Exa. pela trajetória. Eu também comecei a trabalhar cedo, aos 13 anos, mas o conceito mais moderno é de que o lugar de criança é na escola. É claro que não podemos ser cínicos a ponto de desconhecer a realidade em que vivemos. Mas este é o conceito: lugar de criança é na escola; lugar de adulto é no trabalho, de preferência bem remunerado.

Como já afirmou o Deputado Pompeo de Mattos, nossa legislação é mais restritiva do que a internacional. Nós admitimos o aprendiz a partir dos 14 anos e o trabalho a partir de 16 anos, enquanto a Organização Internacional do Trabalho admite o trabalho a partir dos 14 anos. As realidades são diferentes.

Entendo que devemos ter os olhos no futuro e os pés na realidade para escolher a melhor legislação para o nosso País. Essa é uma questão extremamente polêmica. Eu comecei a trabalhar na feira com 13 anos, num tempo em que se valorizava muito mais o trabalho. Nesse ponto, cabe filosofar porque houve desvalorização do mundo do trabalho. No tempo em que eu era menino, trabalhar era nobre. Hoje mudou, não por culpa do menino ou do seu pai, mas da sociedade que atribui ao trabalho valor diferente. A OIT, fundada em 1919, pregava o binômio economia e trabalho. Depois de um tempo, a economia preponderou absoluta.

Temos de fazer essa reflexão porque não podemos construir o futuro da sociedade com olho na realidade atual. Aqui está a elite, seja o Governo, seja o legislador, seja o empresário, seja o sindicalista, e não podemos nos conformar com o fato de as coisas são assim e que vão ficar piores. Não sou favorável nem à intocabilidade da CLT, o que seria falta de percepção da realidade produtiva brasileira, nem à revogação da Lei Áurea, ou seja, aos dois extremos: ou não mexer em nada, ou mexer para precarizar. Eu quero é valorizar o mundo do trabalho, não precarizá-lo. A redução da jornada de trabalho deve ser discutida. Acredito na negociação.

Outro ponto: falou-se do custo da mão-de-obra. Não podemos nos iludir, é preciso separar o encargo trabalhista do custo do trabalho. Encargos trabalhistas são representados por PIS, COFINS, contribuição previdenciária, FGTS. Este, é bom lembrar, surgiu como substituto da estabilidade e precarizou o mundo do trabalho. Naquela época, as pessoas, depois de dez anos no emprego, adquiriam estabilidade, mas achou-se que ela era restritiva da mobilidade empresarial. Criou-se então o FGTS, que hoje é tido como um custo trabalhista. É bom lembrar também que os 40% de multa do FGTS foram decididos quando se pretendia algo que internacionalmente já existia: o conceito da demissão imotivada. Não se trata de estabilidade, mas de evitar que o empresário, na primeira crise que enfrentar, demita o trabalhador porque, se ele esperar a retomada do crescimento da empresa, precisará daquela mão-de-obra.

Por essas razões, é preciso negociar no momento. Quando não foi aceita a legislação contra a demissão imotivada, incluiu-se no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a quadruplicação da multa, que era de 10%. Digo isso para não nos esquecermos da origem dos 40%.

Respondendo à pergunta formulada pelo Deputado Takayama, quero dizer que não vamos remeter para esta Casa nenhum pacote fechado. Muitas vezes tenho dito à imprensa, quando perguntado sobre a posição do Governo, que quero mediar o diálogo social, porque os protagonistas dessa história são o capital e o trabalho.

A reforma trabalhista não tem a mesma natureza das reformas previdenciária e tributária. No sistema tributário, o Governo é que arrecada, gasta e devolve à sociedade, bem ou mal, os serviços. No sistema previdenciário, o Governo arrecada, administra o patrimônio arrecadado e paga a quem tiver direito. Com a reforma do sistema trabalhista, queremos criar ambiente que permita mais negociação entre empregadores e trabalhadores, maior entendimento entre as partes e mais estabilidade na relação capital/trabalho.

Insisto, então, na minha posição: deixo claro que não sou a favor da lei da selva. Tudo é questão de posologia, tudo depende da medida. Esse é o conceito. Temos de mediar, é assim que conseguimos avançar, o que comprova a História. É assim em todos os lugares, desde o prédio em que moramos, onde o estatuto do condomínio estabelece regras, a exemplo do silêncio após as 22h para não perturbar quem quer dormir. São normas de convivência social criadas para que tanto

os mais ricos quanto os mais pobres tenham os mesmos direitos, para que haja equilíbrio. O Estado tem de exercer o papel de mediador e não de impositor.

Quero dizer, com muito orgulho, que meu sindicato nunca foi à Justiça do Trabalho pedir intervenção – não que seja contrário a ela – na relação capital/trabalho. Ou negociávamos, ou não assinávamos acordo e tínhamos de voltar a negociar.

O Governo tem de mediar um padrão razoável. A reforma trabalhista não vai ser um pacote fechado, não vamos importar nenhum modelo. Sabemos que neste mundo globalizado há várias experiências e devemos analisá-las para aproveitar algo. Também acredito que não temos de copiar nada, até porque o que funciona no Japão, por exemplo, tem a ver com a cultura do samurai, com a cultura oriental e não com a nossa.

No Brasil, temos o mau hábito de desfazer dos nossos valores. O chamado "jeitinho brasileiro", tratado com tanto desdém, se fosse norte-americano provavelmente seria comercializado por Bill Gates em CD e daria muito dinheiro. O jeitinho brasileiro é a nossa capacidade de superar dificuldades, é a nossa criatividade nas situações mais adversas. Há uma infinidade de exemplos, que vão desde o do Presidente Lula até o de tantos outros brasileiros que começaram trabalhando em lugares humildes e chegaram ao cargo de Deputados Federais e a grandes postos de trabalho. Temos de aproveitar essa capacidade e não ridicularizá-la.

Na gestão das empresas modernas o que mais se procura é o funcionário polivalente; e o brasileiro é polivalente como ninguém. Não é à-toa que há no cenário internacional uma série de administradores brasileiros. Por isso, não precisamos de importar nenhum modelo.

V.Exa. fala em ousadia, para mim uma qualidade fundamental. Tenho falado na adoção do conceito do SIMPLES trabalhista, respondendo a algumas perguntas relativas às microempresas. Podemos discutir, por exemplo, o novo conceito da pré-empresa ou da empresa em estado probatório. Uma pequena empresa, com 3 ou 4 funcionários, que funcionaria 24, 30 ou 36 meses em situação absolutamente mais simples, com legislação específica para ela. É evidente que não se pode exigir de uma empresa de 5 funcionários a estrutura jurídica necessária à Volkswagen. É possível que o empresário diga: *"É concorrência desleal. O cidadão vai ter condições mais favoráveis. Como vou disputar preços com ele?"*

Concordo com alguém aqui que disse ser preciso apostar no futuro para fazer a reforma. Se a visão for a do retrovisor, ou seja, conservadora, com medo de arriscar, não vamos fazer reforma alguma. Vai ser irônico mudar as normas trabalhistas e deixar na informalidade 42 milhões de trabalhadores.

Sobre o estatuto da pré-empresa, a discussão se inicia no momento. Acredito que alguém que hoje está na informalidade deve ter direito, da maneira mais simples possível, de fazer seu cadastro de pessoa jurídica numa agência dos Correios e receber o CNPJ em 48 horas. Dessa maneira, será ao menos reconhecido pelo Estado, estará sujeito a regras específicas, mesmo que pague muito pouco ou quase nada.

No meu sindicato – não nego o lugar de onde venho e, aliás, continuo sendo dirigente de meu sindicato, porque o cargo de Ministro do Trabalho é temporário e não sei quanto tempo o Presidente da República vai me aturar –, os sindicalistas disseram que minha proposta criaria trabalhadores de segunda categoria. Mas pergunto: de que categoria é o trabalhador que está na informalidade? Alguns empresários dizem que daríamos a eles muitas vantagens. E pergunto novamente: como as empresas formalizadas disputam com as informais, que têm vantagens muito maiores porque não pagam nada?

Então, é preciso ousar, mas apostando no futuro. Precisamos fazer modificações na legislação trabalhista tendo como meta o caráter central da inclusão. Nesse ponto, volto à Era Getúlio Vargas. A grande reforma da legislação trabalhista, com a implantação da carteira de trabalho e de tantos direitos, enfim, da CLT, foi importantíssima e teve caráter inclusivo. Hoje, é absolutamente impossível fazer algo do tipo porque o sistema produtivo é outro. Quanto à carteira de trabalho, talvez eu tenha a alegria, até o final dos quatro anos deste Governo, de ver criado o cartão do trabalhador, mais condizente com nossa realidade e que pode acabar com o livro de inscrição de funcionários nas empresas, até hoje feito à mão.

Pretendemos alterações dessa natureza, que tenham caráter inclusivo. É a minha opinião. Vejo isso como necessidade porque a sociedade brasileira é composta atualmente de poucos que têm, amedrontados por muitos que nada têm. Por isso, o conceito de responsabilidade social das empresas progride e dá retorno ao empresário, na figura de sua imagem. É outro ponto que pretendemos trabalhar.

Não existe jogo de cartas marcadas. Quem me conheceu no período das negociações trabalhistas – e são muitos os empresários que me conhecem –, sabe que meu jogo é o que está sobre a mesa; não tenho dogmas ou preconceitos, até porque um de meus irmãos é diretor de uma empresa multinacional. A minha cabeça é livre no sentido de descobrir a melhor saída, mas precisamos encontrá-la. Afinal, hoje 22 milhões de pessoas trabalham na formalidade e 42 milhões,

na informalidade. Esse jogo não está bom; precisamos descobrir um modo de incluí-las na formalidade.

Quanto à folha de pagamento, é óbvio que sou favorável à desoneração. Mas quero desmistificar algo que vem sendo dito ultimamente. O descanso remunerado é encargo? Não, ele faz parte da regra. As pessoas falam do descanso remunerado como se fosse uma punição ao empresário. Para aqueles que trabalham com salário mensal, se retirarmos o conceito de descanso semanal remunerado, essa figura deixará de existir. O salário do cidadão será o mesmo, e não se trabalhará mais 240 horas por mês e, sim, 180 ou 190 horas. Portanto, o preço da hora trabalhada subirá e não o inverso, assim como as horas extras. É preciso separar o custo do encargo social. Fazem parte dos encargos sociais o Sistema S, o PIS, a COFINS, a Previdência e o FGTS, mas não o décimo terceiro salário.

Repito: sou favorável à retirada de uma série de penduricalhos e não à retirada de direitos.

Creio que o Deputado Ronaldo Dimas disse que poderíamos retirar determinadas vantagens e transformá-las em participação nos lucros. Ocorre que, dessa forma, estimularíamos o empregado, cuja natureza não é a de investidor, a investir na empresa. Desoneraríamos a folha de pagamento para apostar no lucro. É uma idéia que pode ser discutida.

Não pretendemos fazer uma reforma unilateral. Ela tem de contemplar a reciprocidade. Não podemos atrapalhar a relação de emprego. Quando penso em reforma sindical, não condeno o sindicalismo existente porque sou fruto dele.

Se 53 milhões de pessoas escolheram Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República, não foi necessariamente porque acharam que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não prestou, mas porque gostariam de experimentar algo melhor. Então, se falo em reforma sindical, é porque já convivi com esse modelo há algum tempo e creio que podemos otimizá-lo; não se trata de dizer que o modelo atual não presta. Fico preocupado com a existência de 12.500 sindicatos de trabalhadores e de 4.500 sindicatos de empresários, mas é o que existe. Portanto, não tenham dúvidas: não tenho a intenção de utilizar a reforma sindical para esconder a reforma trabalhista, até porque se o fórum decidir – não é decisão de Governo –, podemos começar pela reforma trabalhista. Mas se quiser começar pela reforma trabalhista, para mim não tem problema. Essa é uma decisão do Presidente da República. S.Exa. está convicto de que não pode passar os quatro anos de governo sem fazer o que os outros não fizeram. A reforma sindical é parte da reforma trabalhista, mas a ordem não altera a intenção.

Quero apenas lembrar a questão dos encargos. A Assessoria da Confederação Nacional da Indústria, que respeito, hoje já não usa mais a expressão "encargos", mas "custos do trabalho", incluindo aí o décimo terceiro salário. Podemos acabar com o décimo terceiro incorporando 8% por mês ao salário. Essa é uma negociação possível.

Também sou contrário aos penduricalhos do funcionalismo público federal. Deveria ser limpa e mais simples a relação. Precisamos definir se queremos simplificar ou apenas diminuir o custo trabalhista. Se for jogo à vera, vamos ganhar muito na negociação; se for jogo de faz-de-conta – farinha pouca, meu pirão primeiro –, tenho a impressão de que ninguém comerá pirão. Nós que somos nordestinos conhecemos bem esse ditado. No momento, se o ditado valer, ninguém vai comer pirão porque há enormes problemas sobre os quais temos de refletir.

Sobre o trabalho informal, o estatuto da pré-empresa ajudaria a tirar os trabalhadores da informalidade. Cito o trabalhador individual que trabalha na informalidade; o da senhora que vende comida, junto com outras cinco pessoas, num local em que trabalham cerca de 500 funcionários. Nesse caso, trata-se de uma empresa informal. Como é que trazemos essa empresa para a formalidade? Com regras novas, completamente diferentes das existentes.

Quanto ao trabalho do menor, conforme já disse, a legislação brasileira é mais dura do que a da OIT. Conceitualmente, quero firmar minha posição, para não haver dúvida: lugar de criança é na escola. A criança trabalha por necessidade, tanto assim que mesmo nós que começamos a trabalhar cedo protegemos nossos filhos para que, se possível, comecem a trabalhar depois de terminado o curso secundário ou o estágio na universidade. O que achamos bom para a nossa casa é o que devemos desejar para a sociedade. Sem querer ser cínico, nem sempre conseguimos chegar lá. A realidade é dura, diz constantemente o Ministro-Chefe da Casa Civil.

A redução da jornada de trabalho pode ser discutida, mas é um entendimento entre capital e trabalho.

Sou a favor da desoneração da folha de pagamento para os grandes empregadores. Diria que é quase um ponto de consenso. Mas as empresas de capital intensivo não vão gostar se o faturamento for onerado. As empresas da construção civil, do comércio e as largamente empregadoras vão gostar. A indústria em que eu trabalho, a petroquímica, não vai gostar. Mas precisamos estimular e não onerar a contratação.

O Deputado Daniel Almeida fez uma observação que aprovo. Quando falo de faxina, eu quero deixar claro que não significa retirar direitos dos trabalha-

dores, mas de retirar sujeira mesmo, sem nenhuma agressão à CLT, que incentivou a inclusão de muitas pessoas no mercado de trabalho. Falo da extinção de mecanismos que não servem mais, nem a um lado, nem ao outro, que deixam a lei muito complexa e difícil de ser interpretada. Sendo ela mais transparente, saberemos em que campo trabalhar melhor. E é óbvio que vamos trabalhar para reconhecer os setores econômicos diferentes, as dimensões diferentes das empresas. Por isso que eu digo: não é fácil o desafio. Em casa que falta pão, todos falam e ninguém tem razão. Vamos ver se encontramos pontos de equilíbrio nesse aspecto.

Deputado Almir Moura, sobre a truculência das entidades sindicais, informo a V.Exa. que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e eu fomos criados na escola da negociação. Espero que não haja truculência, mas teremos de trabalhar sempre de acordo com as regras estabelecidas e vamos levar ao limite todos os tipos de negociação. Espero poder negociar com o que Deus nos deu de mais nobre, ou seja, com o raciocínio e a capacidade de expressão.

Sobre a Justiça do Trabalho, já disse que sou favorável à negociação. Temos de recorrer a ela em caso de descumprimento claro da lei ou de desrespeito de acordos. Não sou favorável ao poder normativo da Justiça do Trabalho, porque entendo que a relação capital/trabalho deve ser estabelecida pelas partes. Sem nenhum demérito ou juízo de valor, penso que a Justiça do Trabalho é ente externo aos dois protagonistas. Não tenho nada contra a Justiça do Trabalho. Fui contrário à figura do juiz classista por considerá-la obsoleta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Aviso aos Srs. Deputados que já começou a votação nominal no plenário. Informo que, mesmo depois de encerrada a votação, poderemos manifestar o voto após a sessão, não há nenhum prejuízo, nem mesmo salarial.

**O SR. MINISTRO JAQUES WAGNER** – Espero haver respondido a todos os Srs. Deputados e ter fortalecido a nossa convivência. O Ministério está totalmente aberto à negociação. E se não estamos presentes nesta Casa mais vezes é por conta das várias tarefas agendadas, mas voltaremos para falar sobre o salário mínimo. O Presidente da Comissão de Trabalho desta Casa, Deputado Medeiros, vai me sugerir algumas datas, mas em princípio estou disposto a voltar na semana que vem, na véspera do 1º de maio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Comunico aos Srs. Parlamentares que teremos de ir para o plenário agora. Os requerimentos serão apreciados na próxima reunião.

Aviso ao Deputado Pompeo de Mattos que a convocação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho já foi feita.

Agradeço a todos, especialmente ao Ministro Jaques Wagner a presença e a contribuição.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 7ª Reunião realizada em 29 de abril de 2003.**

Às quinze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Maurício Rands – Vice-Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Daniel Almeida, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Miguel de Souza, Nelson Meurer, Pompeo de Mattos, Robson Tuma, Ronaldo Dimas e Wladimir Costa – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Sampaio, Cláudio Magrão, Ildeu Araujo, Jamil Murad, Luis Carlos Heinze, Paes Landim, Philemon Rodrigues e Raimundo Santos – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Dr. Ribamar Alves, Iris Simões, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Luciano Castro, Luiz Alberto, Marcelo Teixeira, Milton Monti, Nelson Trad, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Professor Irapuan Teixeira, Ricardo Fiuza, Roberto Balestra, Rommel Feijó, Vilmar Rocha e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos e chamou para compor a mesa os convidados do dia. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública**, com os Srs. Dagoberto Lima de Godoy, representante da CNI; Flávio Roberto Sabbadini, representante da CNC; Paulo Safady Simão, representante da CBIC, e Rodolfo Tavares, representante da CNA. Após cumprimentar e agradecer a presença de todos, o Presidente passou a palavra ao Sr. Dagoberto Lima de Godoy. Pela ordem, o Deputado Ronaldo Dimas pediu esclarecimentos sobre o tema a ser debatido, que foram feitos pelo Deputado Maurício Rands e pelo Presidente. Na seqüência, falaram os expositores Flávio Roberto Sabbadini, Paulo Safady Simão e Rodolfo Tavares. Findas as exposições,

os Deputados Maurício Rands, Dra. Clair e Ronaldo Dimas fizeram comentários e perguntas aos convidados. **B– Requerimentos**. Tendo em vista o início da Ordem do Dia, não houve deliberação dos requerimentos pautados. O Presidente, assim, encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos, convocando outra audiência pública para o dia sete de maio, para ouvir os representantes da CUT, CGT, Força Sindical, CGTB e SDS. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão Especial – Reforma Trabalhista.

Esta é a segunda reunião de audiência pública. A primeira foi com o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

Como pessoa pontualíssima que sempre fui, quero justificar a demora. Estávamos em audiência com o Presidente da República.

Agradecemos às senhoras e aos senhores a presença.

Inicio esta reunião saudando todos e, de maneira especial, o jornalista Álvaro Pereira, bem conceituado e tão respeitado por todos nós.

Convido para compor a Mesa o Deputado José Chaves, nobre Relator; o Sr. Dagoberto Lima Godoy, representando a Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Flávio Roberto Sabbadini, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; o Sr. Paulo Safady Simão, representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; o Sr. Rodolfo Tavares, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Houve entendimento entre os representantes. A mesma ordem de chamada será a ordem das exposições.

Esclareço que cada convidado disporá inicialmente de vinte minutos para sua explanação. Encerrada a exposição dos convidados, cada Deputado disporá de três minutos para considerações e perguntas, com o mesmo prazo para respostas e possíveis réplicas e tréplicas.

Temos como meta estudar e discutir a reforma trabalhista. Nossa expectativa, a vontade dos Parlamentares, é de que de fato essa reforma aconteça. Quando o Presidente João Paulo Cunha decidiu criar Comissão Especial, destinada à reforma trabalhista, isso significou que efetivamente agora estamos vivendo um momento histórico.

Nosso papel é ouvir as opiniões e propostas, críticas e observações dos senhores, para que esta Comissão acumule experiências, idéias e, no momento adequado, sistematize as propostas, busque o consenso, trate com carinho as questões divergentes e, ao final, solucione o problema com uma grande reforma, para alcançarmos um equilíbrio na relação capital/trabalho que signifique um novo tempo.

Compõem a Mesa pessoas experientes cuja história de vida foi dedicada a essas questões. Vamos ouvi-las.

Com a palavra, por vinte minutos, o Sr. Dagoberto Lima Godoy.

**O SR. DAGOBERTO LIMA GODOY** – Sr. Presidente, tenho enorme prazer, além de grande honra, em estar aqui representando o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Deputado Armando Monteiro, na condição de Presidente do Conselho de Relações do Trabalho daquela casa.

Trago a saudação do Presidente e quero dizer também que tenho satisfação enorme em participar dos trabalhos desta Comissão, em muito boa hora criada pelo Presidente da Casa e entregue às mãos mais legítimas que se poderia encontrar, ao Deputado Vicentinho, Presidente, e ao Deputado José Chaves, Relator.

Lembro, meu caro Presidente, que, quando eu era Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, tive o prazer de visitá-lo em São Paulo, quando V.Exa. era Presidente da CUT. Desde então, temos nos encontrado nessa luta muitas vezes, aparentemente, em lados opostos, mas na busca desse ideal a que V.Exa. acabou de se referir, ou seja, a construção de um ambiente, de um sistema de relações de trabalho que realmente atenda a todas as condições.

Os parceiros sociais que militam na produção de riquezas do País têm a responsabilidade de dar respostas a essa missão objetiva e material e a responsabilidade não menos importante de fazê-lo em condições que hoje, na Organização Internacional do Trabalho – OIT, denominamos de trabalho decente, ou seja, em condições adequadas e que as pessoas que trabalham realizem sua própria existência e completem sua dignidade humana.

Tenho, portanto, enorme prazer em estar aqui. Devemos ser objetivos. Por isso, definirei os pontos que ao longo do trabalho que temos feito no âmbito da CNI, do seu Conselho de Relações de Trabalho e de sua Diretoria entendemos como mais importantes desse desafio da reforma da legislação do trabalho no Brasil. Esses pontos, em nossa opinião, são, em primeiro lugar, a base sindical e o conceito de categoria,

o que envolve a grande discussão entre unicidade e pluralidade sindical.

Em segundo lugar, o custeio das entidades sindicais, ou seja, o problema da manutenção ou não da contribuição compulsória, hoje conhecida como Imposto Sindical.

Em terceiro lugar, entendemos que ocupa posição importante a questão das centrais sindicais e sua caracterização no sistema de relações de trabalho, de relações sindicais hoje realmente pouco definidas e, até certo ponto, contrastante entre uma grande representatividade política e a falta de legitimação legal.

Finalmente, um ponto talvez menor, mas que identificamos como central na manutenção do diálogo entre empregadores e empregados: a representação sindical no âmbito da empresa.

Em torno desses quatro pontos, pretendo fazer rápidas considerações e depois anunciar a posição da Confederação Nacional da Indústria neste momento. Não é uma posição definitiva, mesmo porque quem vai participar de um processo de negociação não pode ter posição definitiva. Temos parâmetros, convicções, mas estamos abertos à discussão.

Abro parêntese para suprir uma falta. Quero saudar os demais participantes, meus companheiros representantes de outros setores empresariais, os Deputados e ilustres componentes desta Comissão, na pessoa do nosso Deputado Miguel de Souza, integrante importante da constelação sindical empregadora do Brasil.

Começamos com a questão que envolve a associação sindical. O que temos hoje, a chamada livre associação sindical, garantida pela Constituição Federal no seu art. 8º, em verdade, não permite liberdade tão ampla, como, por exemplo, a prevista na Convenção nº 87 da OIT, por sinal não adotada até hoje no Brasil. Segundo essa Convenção, as partes poderiam criar sindicatos sem quaisquer restrições, até mesmo as estabelecidas no dispositivo do art. 8º, cujo inciso II veda a criação de mais de uma organização sindical por categoria, em qualquer grau, na mesma base territorial, e define ainda que essa não poderá ser inferior à área de um Município.

A situação atual é para muitos, e também para nós, insatisfatória, por não atender adequadamente àquela que consideramos função precípua das organizações sindicais, que é a tarefa da negociação. O ponto central da posição da Confederação Nacional da Indústria quanto às relações do trabalho, já bastante divulgado e partilhado por muitos outros setores empresariais, está resumido no seguinte: mais negociação e menos legislação. Essa tarefa da negociação, para nós, encontra-se no cerne da missão das organizações sindicais. Entretanto, para que essa função seja bem cumprida, teríamos de contornar a pouco convincente representatividade de grande parte dos sindicatos de ambos os lados da relação trabalhista. A própria estruturação setorial e territorial da negociação parece ter mais a ver com práticas muito antigas do que com a negociação dos tempos atuais. Nossos sindicatos de empregados e associações de empregadores foram criados e vêm negociando segundo setores e bases territoriais definidas há muito tempo, em alguns casos, há mais de meio século.

Já na Europa, que é sempre referência importante, o associativismo trabalhista organizou-se segundo princípios tacitamente acertados entre as partes. No Brasil, esses princípios correspondem a regras formalmente definidas até na Constituição Federal.

Na Europa, mesmo que ausentes essas mesmas exigências legais brasileiras, os atuais sindicatos e associações não foram criados erraticamente. Embora alguns se tenham fundido ao longo do tempo, enquanto outros se subdividiam, na hora de negociar, eles seguiam os setores e as bases territoriais anteriormente definidas, mas tomados como orientadores da negociação e não como condição para criação de sindicatos e associações. Essa é a grande diferença.

Agora, nessa reformulação, o que acontecerá com a negociação nas relações de trabalho no Brasil se as restrições de categoria e base e a contribuição sindical, o segundo ponto a que queremos nos referir, deixarem repentinamente de ser legalmente compulsórias?

A desorientação na negociação poderá dominar a nova situação. Uma empresa, por exemplo, poderá ser surpreendida com mais de um sindicato de empregados para negociar na data-base. Um novo sindicato pode se surpreender com a recusa de um conjunto de empresas em negociar com ele, ou seja, estabelece-se uma indefinição da representação das partes a trabalhar na negociação. Em outras palavras, a liberdade total de organização poderá resultar na desorganização do processo de negociação. Daí a necessidade da realização de um debate e de uma negociação prévia entre empregados, empregadores e seus representantes, inclusive e especialmente os representantes deste Parlamento. O melhor sistema é, sem dúvida, aquele em que os protagonistas reconhecem sua utilidade para ambos, para si próprios. O que os estudiosos das relações de trabalho podem oferecer é apenas um esclarecimento das várias funções que um sistema de negociação tem de preencher.

Esses pesquisadores, portanto, nos dizem que nos países da União Européia, por exemplo, há regras bastante comuns. Os acertos começam pelas negociações setoriais e regionais e terminam nas negocia-

ções por empresa. Existe uma espécie de progressão por estágios.

De modo geral, os contratos mais amplos não podem ser contrariados pelos mais restritos, embora cresça a tendência de garantir a exclusão das empresas ou dos empregados no caso de discordarem, claro que justificadamente, desta ou daquela cláusula mais geral. Ou seja, o acordo geral serve como um parâmetro e define as regras fundamentais, que não poderão ser contrariadas no avanço para as etapas mais particulares.

Outra tendência crescente aponta para contratos mais amplos, contendo apenas princípios procedimentais, a par de contratos mais restritos, com cláusulas de maior conteúdo econômico e social. Ou seja, o acordo coletivo estabelece as regras de negociação e o acordo mais particularizado entra no mérito das questões.

Os problemas que possam decorrer de uma transformação do sistema sindical são solúveis, se equacionados com cautela e competência.

Por isso defendemos a necessidade de um período de transição. Por exemplo, através de um pacto nacional e intersetorial, os representantes de empregados e empregadores poderão estabelecer um período de carência de alguns anos, durante o qual as negociações, em primeiro lugar, continuarão seguindo os critérios de categoria e base territorial hoje existentes. Em segundo lugar, esses critérios poderão ser modificados mediante negociação prévia entre as partes por eles afetadas. Ou seja, uma legislação poderia disciplinar essa negociação, com detalhes sobre representatividade, ritual, critérios de exclusão dos inconformados, resolução de conflitos e outros detalhes, com uma disposição transitória que garantisse os critérios atuais para quem não optasse por negociar sua modificação. Esse seria o período de transição.

No que tange ao financiamento dos sindicatos e de toda a organização sindical, a extinção imediata da contribuição compulsória pode afetar até mesmo um grande número de sindicatos, que, sendo representativos e competentes na arte de negociar – e existem esses –, entretanto, ainda não têm uma sustentação efetiva direta independente da compulsória. Por isso a lei da reforma poderá prever uma diminuição gradual da contribuição compulsória, a par de um crescimento progressivo de outras fontes de financiamento. Dentre estas, estariam as contribuições confederativa, como já existe, a contribuição associativa espontânea, a contribuição assistencial, paga em troco de serviços prestados pelo sindicato, a contribuição negocial, que seria uma espécie de remuneração dessa função precípua dos sindicatos ao negociarem os acordos, e até uma contribuição de solidariedade, em que os mais fortes pudessem ajudar os mais frágeis.

Há alguns cuidados a tomar nesse campo, pois a liberdade de cobrar pode ser interpretada como licença para escorchar. Não basta o *"princípio da razoabilidade"*, que até mesmo o Congresso Nacional, perdoem a franqueza, com todas as forças de peso e contrapeso que aqui atuam, tem sido levado a esquecer na hora de aumentar os tributos, ou seja, a razoabilidade realmente não é garantia de que a tarefa de cobrar contribuições siga realmente um caminho ponderado.

Na nossa opinião, melhor será deixar a empregados e empregadores a função de sancionar, minar e até boicotar os sindicatos que vierem a praticar abusos na cobrança de novas contribuições, garantindo-se ao associado o direito de se excluir do pagamento, mediante justificativa a ser apreciada por uma espécie de *"câmara de contribuintes"* ou, em última análise, se não houver outro caminho, pela Justiça do Trabalho.

Como já acontece em muitos países, poderiam restringir-se os benefícios obtidos aos associados das respectivas entidades negociadoras, com o que a grande maioria dos empregados e empregadores seria induzida a associar-se e pagar contribuições justamente às entidades que melhor os representassem nas negociações. Seria um caminho natural de legitimidade da cobrança. Isso seria quebrar a tradição que existe no Brasil e até em muitos países da Europa, em que a aplicação das cláusulas negociadas é feita *erga omnes*, ou seja, a todos os integrantes da categoria ou da base territorial correspondente. Nesse caso, é de se esperar manifestações colaterais, que precisam ser consideradas e contornadas.

Como acontece em todo sistema de contribuição voluntária, pode haver um grupo que decida não contribuir e outro que prefira contribuir para um sindicato diferente daquele que negociou setorialmente. Haverá ainda aqueles que não desejam se associar e contribuir para sindicato algum. Isso ocorrendo, ficará difícil para a empresa administrar a aplicação dos benefícios negociados a uma parte da sua força de trabalho e não à outra. Ademais, a adesão ao negociado poderá ser em determinado ano, diferente do anterior ou do seguinte. Uma forma de contornar esse problema seria deixar por conta dos não-aderentes a devolução dos benefícios a que não fazem jus pelo fato de não aceitarem o sindicato negociador. Certamente, essa é uma solução muito trabalhosa, incerta e conflituosa.

O problema mais complexo é o do possível desencontro de interesses numa eventual mudança da linha atual de negociação. Com o abandono dos critérios de categoria e base territorial, a criação dos sindicatos poderá seguir os mais variados caminhos: alguns dos

atuais sindicatos poderão se aglutinar, como aconteceu na Europa, enquanto outros poderão se subdividir, como também aconteceu na Europa. Haverá, ainda, novas agremiações, que tenderão a surgir na busca da realização dos anseios reprimidos pela atual legislação, que é uma espécie de reserva de mercado pela unicidade. Daí também a necessidade de um período de transição e da previsão de formas de conciliação dos conflitos de interesses que durante o mesmo poderão surgir.

Teríamos muitos exemplos a dar, mas vamos abreviar. A questão fundamental é preservarmos as condições de um verdadeiro aperfeiçoamento, ou seja, ao reorganizar, não desorganizar, impedindo a criação de uma situação ainda menos satisfatória da definição e da qualificação das partes que entram na negociação. A cautela, então, é por isso.

O mesmo vai ocorrer no que diz respeito à estrutura confederativa. Hoje em dia, os critérios de categoria e base são aplicados aos sindicatos, às federações estaduais e às confederações nacionais. Os movimentos de fusão, atomização e separação podem ocorrer ao longo de toda a estrutura confederativa. Em outras palavras, as federações e confederações também podem se fundir, atomizar ou separar. Como equacionar esses movimentos quando os interesses forem conflitantes?

A Convenção nº 87 da OIT, que estabelece o princípio da liberdade sindical, não proíbe a estruturação dos sindicatos e associações patronais dentro de estruturas confederativas. A maioria das entidades da Europa está constituída dessa maneira. A questão, porém, é saber quais as regras que presidirão a transição no caso do Brasil. Por exemplo, o que acontecerá com o patrimônio de uma confederação que for substituída por outra que abranja os mesmos representados? Com quem ficará o patrimônio? Essa será uma questão a ser prevista.

Outra questão também a ser examinada, que consideramos central, é a das centrais sindicais.

Existem no Brasil sete centrais do lado dos trabalhadores. Com sua legalização, será necessário definir as atribuições de cada uma no campo da negociação, ainda mais que, ao lado das sete centrais, há outras tantas confederações de trabalhadores. Estas poderiam continuar como estão, fundir-se com as centrais ou desaparecer. Nos três casos, haverá uma série de indefinições a serem resolvidas por negociação ou por lei. Dentre elas, podemos destacar as seguintes: qual será o papel das centrais sindicais, que são multissetoriais, na negociação com as empresas, que são setoriais? Uma das alternativas seria a de conceder a elas apenas o direito de negociar acordos nacionais e orientar dentro daquele modelo europeu de criar acordos. As centrais atuariam no campo nacional, definindo parâmetros e procedimentos, deixando a negociação particular para as federações e sindicatos. As centrais poderiam também continuar abrigando federações e sindicatos dos trabalhadores, que continuariam com sua função negocial nos níveis mais baixos.

É fundamental destacar também, no que diz respeito às centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos, a realidade do custeio dessas organizações. Temos que trazer com clareza o fato de que, ao longo do tempo, tem havido situações em que essas organizações se relacionam com o Governo e, através de convênios de qualquer ordem, terminam recebendo contribuições ou recursos para seu custeio.

Entendemos que no futuro, nessa reforma, não será de se descartar a possibilidade de se manter fontes oficiais de sustentação da organização sindical, assim como existe, por exemplo, um fundo partidário para custear os partidos e se cogita até de fundos para custeio de campanhas eleitorais. Destacamos que é preciso encontrar uma fórmula para que tais contribuições não signifiquem a volta ao que chamávamos de peleguismo, ou seja, do atrelamento das organizações sindicais ao Estado que a subvenciona.

A mesma coisa acontece em relação às centrais patronais, em que existe um processo gradual de subdivisão e que poderá levar a uma fragmentação não controlada. Nossa idéia é que tudo isso passe por um equacionamento.

Em resumo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, a posição da CNI em relação a essas questões é a seguinte: eventual passagem da unicidade para a pluralidade sindical, por meio de um modelo negociado de transição gradual; reavaliação da contribuição compulsória, com a busca de um novo modelo negociado para a implantação também com transição gradual; liberdade de se associar e ser representado – realmente, achamos que essa é uma função fundamental da legitimação das partes em negociação – e, finalmente, o exame da representação dos trabalhadores dos sindicatos nos locais de trabalho, desde que de forma negociada e com preservação integral da capacidade de gestão empresarial. Ou seja, não se confundir uma gestão participativa com uma gestão socializada. Defendemos que é fundamental o diálogo legítimo, conseqüentemente, a representação pode ser construída, mas isso não pode afetar e tirar das empresas sua capacidade de gestão no momento em que a gestão flexível, rápida e eficaz é condição de sobrevivência.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, essas eram as nossas declarações iniciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Sr. Dagoberto. Quero assegurar que as propostas de sua instituição estão sendo muito bem compiladas pelas nossas excelentes taquígrafas.

Gostaríamos de ter um documento em mão para avaliar, estudar e passar aos Parlamentares.

Após quinze minutos, darei um aviso para ajudá-los a não ultrapassar o tempo de vinte minutos.

Na semana passada, na última audiência, eu disse que essas luzes vermelhas do teto eram para avisar que havia começado a votação em plenário, mas me informaram que são filmadoras da *TV Câmara*.

Obrigado, Valdivino, pela informação.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento. O requerimento era sobre convite para que os palestrantes viessem dissertar sobre a reforma trabalhista. Isso foi alterado pela Presidência para que o tema fosse reforma sindical?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – A idéia foi esta...

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Porque está sendo chamada de reforma trabalhista apenas a legislação do direito individual do trabalho. Há o direito individual de trabalho e o direito coletivo de trabalho, o direito sindical. Então, o convite não era para discussão do direito coletivo de trabalho, ou seja, a reforma sindical. Foi isso que entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Todos os itens da reforma serão abordados.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Todas as primeiras reuniões serão sobre um mesmo tema?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Ouviremos os oradores falarem a respeito da estrutura jurídica trabalhista, da organização sindical e do novo código de trabalho que queremos instituir.

Passo a palavra agora ao Sr. Flávio Roberto Sabbadini, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que dispõe de vinte minutos.

**O SR. FLÁVIO ROBERTO SABBADINI** – Prezado Presidente, Deputado Vicentinho, prezado Relator, Deputado José Chaves, demais colegas da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a Confederação Nacional do Comércio, Serviço e Turismo sente-se honrada em poder participar deste preâmbulo da reforma trabalhista, tendo no seu bojo a estrutura sindical.

Farei algumas considerações iniciais antes de ingressar definitivamente no trabalho de busca consensual de uma retórica que interesse a todos.

Entendemos que as classes empresariais também vêem como necessária e urgente a discussão das reformas tributária, trabalhista, sindical e previdenciária. Temos clareza no aperfeiçoamento do sistema de liberdade sindical, consagrado na nossa Constituição Federal, e na modificação do modelo de proteção da CLT, que entendemos engessado, detalhista e incentivador do conflito e inibidor da livre negociação coletiva.

O Governo Federal elenca a reforma trabalhista como uma das metas a ser alcançada ainda no primeiro ano de Governo. Nesse sentido, sem abrir mão de privilegiar o Congresso Nacional, em respeito ao princípio da repartição de poderes, constituem-se fóruns tripartites de discussão, que estão tratando dessa matéria.

No âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um subgrupo que trata dessas questões macro, inclusive da organização sindical, temos no fórum nacional do trabalho o foro competente para discussão da reforma trabalhista.

Não podemos avançar sem discutir, de forma paralela, a reforma sindical, que, a nosso ver, é um preâmbulo para a reforma trabalhista. A principal crítica que sofreu o Governo Fernando Henrique foi que, quando encaminhou a proposta, não levou em consideração a reforma sindical. Também nunca tivemos tamanha vontade política para implementar uma reforma trabalhista, o que não pode ser diferente.

Hoje, mais de 60% dos postos de trabalho estão na informalidade. As regras rígidas da CLT dirigem-se a uma minoria. Novos postos de trabalho são de natureza, como falamos, não-decentes, grandes e microempresários recebem o mesmo tratamento trabalhista, a negociação não é incentivada e a taxação da folha inibe contratações. Tudo isso deve ser modificado.

Toda a sociedade espera uma profunda alteração. Que não se mexa na CLT apenas para fazer uma pequena faxina. A origem sindical do Presidente da República, dos componentes da Comissão e de grande parte dos colaboradores certamente contribuiu para essa visão.

A graduação para as centrais foi um passo via sindicatos de base. Nesse cenário, entendemos que se impõe à sociedade algumas mudanças e que os princípios sólidos construídos não recebem a atenção devida.

No Brasil de hoje, 90% dos empregos estão nas pequenas, médias e microempresas. Isso nos preocupa sobremaneira. A visão sindical, em especial a visão trabalhista, atinge as grandes empresas, esquecendo

o grande empregador. Micros, pequenas e médias empresas confundem-se com seus próprios colaboradores em instrumentos e cidadãos trabalhadores.

Estão na informalidade 60% dos empregos e das empresas. Isso nos preocupa, pois se trata da precarização das empresas e dos empregos. Buscamos, como se diz na OIT, os empregos decentes, mas também procuramos as empresas decentes. O empreendedorismo é o nosso foco principal. Ele traz no seu bojo pessoas dispostas a correr riscos, mas que são grandes trabalhadores e empregadores.

A sintonia da estrutura unicitária é extremamente válida e é um princípio do qual não abrimos mão. Entendemos que a ferramenta deve ser modificada. Os pré-requisitos, desde o nascimento do sindicato, na base, até o ápice da pirâmide com a outorga da estrutura governamental, devem ser revistos, mas com certos princípios negociáveis e não com os pétreos.

O sindicalismo predispõe à negociação extenuante, à busca do consenso. Esse modelo é fundamental. Não podemos trocar um buraco por outro. Não podemos entrar num buraco e continuar cavando-o. Necessitamos do Estado instrumentos para dar uma diretriz à linha trabalhista e à estrutura sindical, sem criar contornos que dificultem ou engessem o que temos.

As centrais sindicais estão inseridas numa visão piramidal de negociação das mesmas com suas estruturas, pois suas lideranças vieram dessa base e sabem muito bem onde aperta o sapato.

As centrais sindicais e as confederações de trabalhadores devem encontrar um caminho para criar as condições piramidais e dar sempre vazão à base. Embora haja a lógica da negociação política via ápice da pirâmide, não podemos abandonar nunca sua estrutura piramidal, muito menos onde nasce o verdadeiro sindicalismo, os empregos decentes e também os empreendimentos.

Estamos muito próximos, mediante o que está hoje legislado em relação à liberdade de associação no mundo sindical, de cumprir o mandamento da OIT. Podemos trabalhar um pouco mais essa matéria, porque a CNC não fecha suas portas para a negociação de qualquer matéria, tendo em vista que é exatamente essa negociação um instrumento que possibilita continuarmos caminhando para uma legislação e um trabalho vocacionados para 2003 em diante, deixando para trás a Constituição de 1988 e a legislação iniciada em 1946. Também não podemos nos esquecer de tudo o que foi feito nesses cinqüenta anos de história do sindicalismo brasileiro. Copiamos, às vezes, alguns países, mas tenho certeza de que muitos deles têm vontade também de copiar o trabalho erigido no Brasil.

Restrições de categoria e base territorial. Essas restrições e o princípio de unicidade que se colocam à frente tangem-se de uma preocupação muito grande, quando vemos a pulverização do número de empresas, com dois, três, quatro, dez colaboradores no seu bojo, as maiores empregadoras do Brasil. Portanto, não pode passar despercebido que às vezes legislamos para as grandes empresas, quando, na realidade, as grandes empresas são o somatório dessas micro, pequenas e médias empresas em número e quantidade de empregos decentes.

Preocupa-nos também sobremaneira o fato de legislar no mundo sindical sem olhar o entorno e a informalidade crescente tanto de um lado quanto do outro. Às vezes, temos a visão de que na informalidade estão apenas trabalhadores precarizados, mas também as empresas estão indo para a informalidade, pois estão na mesma situação. Nesse sentido, cada vez mais temos de criar um instrumento de negociação para atrair essas empresas decentes do mundo informal para a formalidade, para haver empregos decentes e cada vez mais melhorar as condições deste País.

É óbvio que deve haver um período de transição. Não podemos sair de um sistema para outro de forma abrupta. A estrutura brasileira está fundada nesses pré-requisitos. Necessitamos criar esse espaçamento. Por isso, além deste fórum, tenho certeza de que outros ocorrerão, para que possamos trabalhar de forma conjunta, negociando as condições *pari passu,* sempre buscando o consenso como vitória, a fim de que ambas as partes, inclusive o próprio Governo, tenham uma visão maior do País, a visão de que a via negocial é a única forma capaz e eficiente de melhorar as condições de trabalho e as empresas precarizadas.

Por outro lado, como sugestão, talvez a visão de uma certidão, validando o trabalho sindical prestado pelos sindicatos obreiros e patronais, poderá melhorar os caminhos para viabilizar outros detalhamentos que dêem condições ao sistema sindical para a continuidade do seu trabalho.

A CNC, por fim, mantém-se aberta às negociações para um trabalho conjunto com todos os seu pares, a fim de colaborar com o Estado e com a área obreira no sentido de achar um melhor caminho, com perenidade maior, talvez, quem sabe, acima dos 50 anos, como ocorre com a legislação existente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Sr. Flávio Roberto Sabbadini. V.Sa. não usou o tempo a que tinha direito, mas ele será utilizado para o debate.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Safady Simão, representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

**O SR. PAULO SAFADY SIMÃO** – Sr. Presidente desta Comissão Especial, Deputado Vicentinho, Sr. Relator, Deputado José Chaves, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da CNI, da CNA e da CNC, senhoras e senhores, inicialmente, agradeço ao Presidente o convite formulado à Câmara Brasileira da Indústria da Construção para participar deste evento. Trago o abraço fraternal de nosso presidente, que, infelizmente, não pôde comparecer a esta reunião.

Durante doze anos, o presidente de nossa entidade abrilhantou esta Casa. Trata-se do ex-Deputado Luís Roberto Ponte, pessoa que tem pela Câmara dos Deputados um carinho todo especial. O Presidente Luís Roberto Ponte enviou ao Presidente da Comissão, Deputado Vicentinho, esta correspondência, mas, pessoalmente, transmito-lhe o carinho e a consideração que ele tem por V.Exa. e por esta Casa.

A discussão da reforma trabalhista está praticamente sendo hoje iniciada e merecerá grandes debates. Por feliz decisão desta Casa e do Governo Lula, a reforma trabalhista está sendo discutida juntamente com as reformas tributária e previdenciária. Afinal, existe uma grande interface entre essas reformas, no momento em que se busca um País mais moderno e desenvolvido. Então, estamos presenciando o início do debate e da discussão sobre esses temas.

Não me aterei às questões sindicais, pois os companheiros que me antecederam já discorreram sobre os assuntos mais polêmicos e importantes, como a categoria, a contribuição e a base sindical. Certamente esses temas serão desenvolvidos e debatidos, e as posições da Câmara Brasileira da Indústria da Construção muito se assemelham àquelas expressas por nossos companheiros.

Vou cingir-me à proposta formulada pela entidade que represento para a nova relação de trabalho. Permito-me ler o documento que trouxe, a fim de não fugir da proposta, que está muito bem feita. Parece-nos ousada a proposta que trazemos à apreciação da sociedade e da Câmara dos Deputados. Afinal, vivemos um momento em que se procura mudar muito e profundamente o País. Esse é o clima que hoje vivemos e que observamos nas discussões sobre as reformas previdenciária, tributária e, imagino, também será o da reforma trabalhista, buscando sempre tornar nosso País mais moderno, competitivo, produtivo e capaz de gerar mais empregos e renda. Enfim, queremos limpar os entulhos do passado, principalmente no que se refere às leis, emendas e demais legislações às quais estivemos sujeitos nos últimos anos.

Passo a ler a proposta que trouxe, pois não quero deixar passar nenhum ponto:

> "As relações de trabalho são tão cruciais às atividades humanas, que as nações decidiram, em 1919, na Conferência de Paz, após a Primeira Guerra Mundial, criar um forte organismo tripartite mundial, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, para cuidar dessa questão que interfere até na escolha do regime político e no sistema econômico de um País. No Brasil, ela é vista com tanta importância, que há um Ministério, uma legislação específica e uma Justiça especial para cuidarem do seu aprimoramento e dos seus problemas.
>
> Após tanta experiência adquirida no mundo inteiro, pode-se hoje concluir que todas as ações, leis, normas e regras tratando dessa questão deveriam ter apenas dois objetivos que são básicos para o crescimento do homem e o desenvolvimento dos países, quais sejam:
>
> **a**) Assegurar aos trabalhadores as conquistas reconhecidas internacionalmente como seus direitos fundamentais, a saber:
>
> – Salário digno;
>
> – jornada semanal máxima, que, no Brasil, é de 44 horas;
>
> – férias anuais;
>
> – repouso semanal;
>
> – ambiente de trabalho salubre;
>
> – segurança no trabalho;
>
> – tratamento digno, respeitoso e fraterno no trabalho;
>
> – proteção contra o desemprego, e
>
> – amparo no acidente, na invalidez e na velhice.
>
> **b**) Aumentar a qualificação e a capacitação da mão-de-obra, o que é essencial para se atingirem elevados níveis de produtividade, e para se aprimorar a qualidade dos bens e serviços executados pelo homem.
>
> Qualquer lei, regra ou ação, nessa área, que dificulte, atrapalhe ou impeça que esses objetivos sejam atingidos, deve ser eliminada pela sociedade.
>
> Leis existentes, como a que, ao impedir que o salário relativo ao dia do repouso semanal seja pago mediante um acréscimo equivalente no salário das horas trabalhadas nos outros dias da semana, acaba impondo a perda do salário daquele dia ao trabalhador que tiver qualquer falta na semana, não servem a esses objetivos, e têm de ser eliminadas do corpo legislativo do País.

O Brasil adota um antigo e superado modelo de regulamentação das relações de trabalho, de tal complexidade que, provavelmente, a sua Constituição e a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho compõem hoje o maior conjunto de normas trabalhistas existente no mundo, para não falar nas normas infralegais baixadas pelo Ministério do Trabalho, e nos regulamentos adicionais impostos às partes pelo Judiciário trabalhista como resultado de seu Poder Normativo constitucionalmente previsto.

É, pois, compreensível que, nesse emaranhado de normas, muitas delas superadas, haja, como de fato há, inúmeras que, mesmo querendo proteger o trabalhador, acabam prejudicando-o, à semelhança daquela a que anteriormente nos referimos.

Inúmeras regras que aparentam proteger o trabalhador mostram-se, numa análise mais acurada, extremamente prejudiciais a ele próprio, pelos efeitos colaterais que acabam provocando.

O mais grave é que, pelo entendimento ainda majoritário do Poder Judiciário trabalhista, mesmo quando percebem que isso está ocorrendo, ficam os trabalhadores impedidos de fazer um acordo coletivo, com o auxílio do seu Sindicato ou da sua Central Sindical, modificando essas regras, apesar, pasmem, de isso lhes ser assegurado pelo inciso XXVI do art. 7º da Constituição, que estabelece:

'Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

...........................................................

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.'

É falsa a premissa de que uma lei de benefício trabalhista que crie custos adicionais para a empresa não provoca qualquer acréscimo dos preços dos bens que ela produz, nem acaba fazendo o próprio trabalhador pagar esses custos, quer seja pela perda que sofrerá em seu salário, quer seja na compra dos bens que tenham seus preços aumentados.

Portanto, regras paternalistas, que aparentemente protegem o trabalhador, mas impõem grandes custos às empresas, sem um proporcional ganho ao trabalhador, no fundo conduzirão, em um momento logo adiante, à perda do seu próprio poder aquisitivo.

Afora as regras que garantam os direitos fundamentais dos trabalhadores referidos no início deste capítulo, praticamente todas as demais que fazem parte do cipoal da legislação brasileira, criando direitos e benefícios ilusórios, estão enquadradas no conceito acima. Uma das razões dos trabalhadores brasileiros ganharem pouco é precisamente esse fato, que faz com que o custo do trabalho para as empresas mantenha-se elevado, mesmo com o pagamento de salários baixos.

Aí estão incluídos os benefícios de pouco interesse dos trabalhadores, e que custam muito para a empresa, e aqueles que não são senão salários indiretos que a estes poderiam ser incorporados, pagos como encargos sociais, por regras complexas e de difícil controle, principalmente para as pequenas empresas, e que só servem para incentivar a cizânia e o contencioso judicial, cujo gigantesco custo para a manutenção de um exército de peritos, de advogados e de toda a estrutura da Justiça do Trabalho é pago à custa do salário miserável dos próprios trabalhadores.

A modernização das relações do trabalho no sentido de só estabelecer regras que ajudem a se cumprirem os dois objetivos citados inicialmente é fundamental para o desenvolvimento pleno do País, compartilhado por todos os brasileiros.

Hoje, todos os países desenvolvidos caminham em direção a uma legislação reduzida, e defendem a implantação de um modelo negocial descentralizado e flexível, a fim de permitir ajustes rápidos em nível microeconômico, ou seja, no patamar da empresa. Isto significa um modelo de regras estatais que apenas definam o rol mínimo de direitos e garantias fundamentais, permitindo que se levem em consideração as singularidades e as múltiplas diferenças das condições existentes nas diversas regiões do País. Tudo o mais deverá ser deixado à faculdade de as partes disporem, mediante negociação direta das suas próprias regras de conduta em termos de relações de trabalho, em função de suas possibilidades e necessidades.

A adoção do auto-entendimento negocial, em substituição à rigidez do sistema legal vigente que regula as relações do trabalho, sequer exige, segundo uma corrente de renomados juristas, reforma da Constituição e da CLT, bastando, para isso, a promulgação de uma lei que regulamente adequadamente o

inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal, acima transcrito.

Tal regulamentação deve também ser um instrumento que incentive o fortalecimento da parceria entre os que investem e os que trabalham na mesma empresa, tornando a bandeira da parceria possível e praticável, no dia a dia, em níveis macro e microeconômico. Esse fortalecimento pressupõe a extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho para conflitos de natureza econômica, e a regulação de um eficaz e legítimo Sistema de Arbitragem.

Uma outra causa dos baixos salários no Brasil são os custos representados pelas contribuições previdenciárias e demais tributos, sobre eles incidentes, destinados a financiar gastos sociais do Governo, aparentemente pagos pelas empresas, mas, de fato, pagos, de forma indireta, pelos empregados e consumidores.

Tais custos fazem com que haja uma enorme diferença entre o desembolso efetuado pela empresa como custo efetivo da mão-de-obra, e o salário percebido pelo trabalhador. Essa diferença, que está acrescida pelos outros gastos inúteis citados anteriormente, além de restringir o espaço para o crescimento real dos salários, contribui para agravar o quadro social do País, uma vez que incentiva a informalidade, inibe a contratação de novos trabalhadores e onera a produção.

Como se vê, ocorrerão grandes benefícios se os tributos existentes na forma de contribuições sociais, incidentes sobre a folha de pagamento das empresas para financiar encargos sociais do governo, forem deslocados para outras bases de incidência mais racionais e justas, como prevê a Emenda 008CE/99, referida no capítulo que trata do sistema tributário.

É importante a percepção de que as chances de geração de emprego ficam ampliadas ao surgirem mais pessoas dispostas a se tornarem empreendedores, criando empresas que, além de contribuírem para o desenvolvimento do país, vão absorver um contingente de novos trabalhadores. É essencial, pois, a construção de um ambiente propício ao surgimento dessas pessoas dispostas a correrem o risco de empreender, mediante o estímulo à capacidade criativa dos cidadãos, a disseminação do espírito empreendedor e a valorização da livre iniciativa dos indivíduos.

Por tudo isso, as propostas da CBIC, na área de relações de trabalho, são:

1) Implantar um novo modelo para as relações de trabalho, que não obrigue o uso compulsório do labirinto de leis e normas infralegais que dificultam essas relações, e que permita, estimule e priorize a negociação entre empregados e empresas, para o que basta apenas a aprovação do PLC nº 134/2001, que tramita no Senado Federal, e, posteriormente, a aprovação de Projeto de Lei que regulamenta a negociação coletiva prevista no art. 7º, XXVI, Constituição, contemplando os princípios contidos na sugestão de projeto que a este está anexada;

2) Promover a extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho para conflitos de natureza econômica;

3) Transferir os tributos existentes na forma de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas para outras bases de incidência muito mais racionais e justas, como prevê a Emenda nº 008CE/99, referida no capítulo que trata o sistema tributário;

4) Criar um ambiente propício à valorização da capacidade de empreender, que estimule a capacidade criativa e valorize a livre iniciativa dos cidadãos."

Este trabalho, Sr. Presidente, será encaminhado a V.Exa. Aqui também consta estudo de um anteprojeto de lei trabalhista que regulamenta o inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal. Esse trabalho foi amplamente discutido com o setor patronal e com os trabalhadores.

Há também um outro projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que trata especificamente da possibilidade de opção pelo trabalhador da relação de emprego em que a remuneração seja exclusivamente por hora efetiva de trabalho. Temos um estudo com todos os detalhes que esse projeto de lei apresenta.

Vou passar às mãos de V.Exa. propostas formuladas por um setor específico da construção pesada, que são bem pontuais, mas que não cabem, neste momento, na discussão, pois estamos tratando de questões mais conceituais e amplas. Gostaria de deixar com V.Exa. uma contribuição do setor de construção pesada para assuntos pontuais. O setor tem suas peculiaridades, portanto, suas características próprias, e sente, realmente, algumas dificuldades nos itens apresentados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Sr. Paulo Safady Simão. Com muito carinho, agradecemos a V.Sa. a contribuição e as propostas apresentadas. Peço a nossa Assessoria que, por favor, repasse as cópias aos Parlamentares, a fim de que S.Exas. possam estudá-las.

V.Exas. estão recebendo o material do próximo orador que tratará da contribuição sindical.

Passo a palavra ao Sr. Rodolfo Tavares, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

**O SR. RODOLFO TAVARES** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho; Sr. Relator, Deputado José Chaves; companheiros integrantes da Mesa; Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Antes de mais nada, penitencio-me, pois, de fato, ative-me à missão de falar sobre contribuição sindical. Concordo com que o tema não deve ser abordado de maneira apartada no bojo da reforma trabalhista. Creio que esses assuntos são gêmeos, interessam da mesma maneira a trabalhadores e empregadores.

Gostaria de começar com uma mensagem de otimismo. Somos agraciados por viver num País que produziu nos últimos anos – eu diria, principalmente nos últimos trinta anos – o fenômeno social de maior impacto já visto no mundo: o crescimento populacional.

De 1970 até hoje, colocamos neste País praticamente duas Argentinas. Pagamos preços sociais por isso, como a favelização nos grandes centros urbanos, a incapacidade do Estado de atender a tantas demandas ao mesmo tempo de justiça, educação, saúde, saneamento básico, polícia, mas estamos caminhando. Não destruímos nosso parque industrial, duplicamos a produção agropecuária nos últimos dez anos e continuamos uma sociedade razoavelmente organizada e, principalmente, democrática.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, companheiros, creio que, antes de qualquer perplexidade, de qualquer falta de otimismo em relação aos problemas que enfrentamos, o entendimento das dificuldades quanto à legislação é fundamental para que possamos enfocar o problema.

Na minha área, a rural, o problema começa com a Constituição de 1988. Havia uma legislação do trabalho rural, a Lei nº 5.889, que tinha 21 artigos, embora adotasse a CLT em tudo aquilo que não contrariasse a lei. Mas hoje temos, na nossa CLT, que, dia 1º, comemorará 60 anos, 922 artigos.

Na área rural, há cinco normas regulamentadoras do trabalho rural, que se reportam a mais duas urbanas. Portarias, resoluções, decisões de várias instancias, normas administrativas criam uma miríade de legislação completamente fora do alcance da média do produtor rural.

Em média, o empregador tem o 4º ano do ensino fundamental. No meu Estado, Rio de Janeiro, que tem o menor índice de analfabetismo deste País, há 20% de analfabetos no meio rural e outros 20% que não completaram sequer o 3º ano do ensino fundamental.

Sr. Presidente, essa miríade de normas tem dois agravantes. O primeiro é que no meio rural o taylorismo e o fordismo não se aplicam, porque não temos linha de produção, a não ser em poucos casos de grandes propriedades já totalmente informatizadas, mecanizadas, que hoje trabalham por satélites, por GPS, mas ainda é uma exceção na produção rural do País. Há também a sazonalidade imperiosa do clima, do tempo, das safras, das épocas de plantio e de colheita. A natureza nos impõe uma condição especial de trabalho.

Esses assuntos tomaram mais corpo quando, na Constituição de 1988, o povo brasileiro, através desta Casa, que o representa, escreveu que, diferentemente da área urbana, na área rural, o direito de propriedade está condicionado ao cumprimento da função social da terra, em quatro funções básicas: o respeito ao meio ambiente; às relações de trabalho; aos índices de produtividade e de produção fixados pelo INCRA e à função social. Que ela possa dar vida digna tanto ao proprietário, ao produtor rural, ao empregador, quanto aos trabalhadores.

No meio urbano, uma transgressão trabalhista representa meramente uma sanção administrativa de cunho pecuniário. Embora estejam previstas no Código Penal outras condições que possam levar até à própria restrição da liberdade do empregador, raramente se chega a esse ponto.

Na área rural, há essa característica, não é diferente. Evidentemente, toda lei de um país democrático tem como base o bem comum, e é natural que seja assim. Mas temos essas diferenças e características distintas das formas de relação de trabalho, principalmente com relação ao aspecto do trabalho temporário ou a prazo determinado. As lavouras exigem essa temporalidade no sentido de que os prazos de larga utilização de mão-de-obra não se dão em todo o período do ano uniformemente.

Sr. Presidente, creio que, de fato, a reforma previdenciária e a reforma trabalhista sejam a grande exigência das lideranças político-partidárias e político-sindicais, que é o nosso caso. Elas vão desafiar os homens públicos deste País.

A consolidação se aprimora dia a dia. A legislação não é estática, como sabem. Diariamente, as Casas legislativas, tanto nos Estados quanto no Congresso Nacional, produzem legislações. No caso dos Esta-

dos, há os novíssimos pisos salariais por categorias, e no caso do Congresso Nacional, as alterações, que constantemente são trazidas no bojo da CLT.

Pelas nossas contas, apenas hoje estão tramitando na Casa mais de 91 projetos de lei que tratam especificamente das relações de trabalho.

O grande problema que desafia a criatividade é a nossa cultura. Talvez tenhamos conseguido construir no mundo ocidental tropical, abaixo da linha do Equador, uma sociedade que pode orgulhar-se e olhar com tranqüilidade qualquer país do mundo. Mas esse vício, quando chega ao Estado, preocupa-nos extremamente.

E noticio aos Srs. Parlamentares e companheiros sindicalistas presentes que, lamentavelmente, o Ministério do Trabalho dá sinais de concluir que diversos instrumentos e previsões legais já foram extintos. A contribuição sindical é uma delas. O Ministério do Trabalho apropria 20% da contribuição sindical arrecadada pelos sistemas sindicais, que custeiam o Fundo de Amparo ao Trabalhador, em parte, e principalmente a estrutura das Delegacias de Trabalho nos Estados.

Parece que o Ministério do Trabalho não tem o menor interesse e até trabalha contra o funcionamento da cobrança da contribuição sindical. Não nos dá, na maioria das vezes, nenhum apoio, nem mesmo aquele que a lei determina, o de inscrever na dívida ativa da União o inadimplente da contribuição sindical. Isso já não é feito há muito tempo. Ultimamente, o máximo que conseguimos, no âmbito da CNA, é um termo de cooperação para que possamos fazer fiscalizações indiretas de relações de trabalho no meio rural, a fim de auxiliar o Ministério do Trabalho e nós mesmos na busca da formalização das relações de trabalho na agricultura e na pecuária.

Dessas fiscalizações indiretas participavam, nas chamadas mesas de entendimento, um dirigente sindical, um auditor fiscal do trabalho e era convidado um empregador para comprovar uma série de obrigações trabalhistas, dentre elas a contribuição sindical. Mas o livro de registro de empregado, o recolhimento das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, enfim, todo um arcabouço de obrigações a que o produtor rural está obrigado, nem isso se consegue renovar no Ministério do Trabalho. Estou aguardando há três meses uma resposta do ex-sindicalista, atual Secretário de Relações do Trabalho. Até hoje não foi possível receber a resposta.

Do total de fiscalizações do Ministério do Trabalho, no ano, apenas 3% são feitas no meio rural, devido ao custo, à distância e a outras dificuldades. Existe o programa de se ampliar paulatinamente esse importante trabalho, desde que ele seja principalmente pedagógico. O fato é que a possibilidade dessa fiscalização é muito difícil. Vamos tentar chegar, até 2004, a 15% do total dessas fiscalizações.

Sr. Presidente, meus senhores, temos todas essas dificuldades. Não tenho notícia de que muitas entidades sindicais repassem esses 20% religiosamente para o Ministério do Trabalho. Apenas como exemplo, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, no ano passado, depositou na conta do Ministério do Trabalho 10 milhões de reais.

Antecipo nosso pensamento a respeito da unicidade sindical, do custeio do sistema. Faço um parêntese para dizer que não conheço nenhuma incitava, nenhuma experiência de custeio da atividade sindical, da representação da sociedade civil que possa ser diferente, cumprindo a lei, e que substitua a contribuição sindical compulsória.

Existem algumas experiências, a nosso ver oblíquas, extremamente aceitáveis do ponto de vista ético e moral. Há entidades sindicais que têm 90% do seu orçamento baseado em desconto de aposentados. Há entidade sindical que representa trabalhador na ativa e no seu estatuto sequer está prevista a representação de trabalhadores aposentados. Mas vamos deixar esse assunto um pouco mais para a frente.

Portanto, Sr. Presidente, temos consciência de que a extinção da contribuição sindical compulsória levará ao fracasso a representação da nossa classe perante o Estado brasileiro, os Governos e a própria sociedade.

Permito-me lembrar que a contribuição sindical do sistema patronal rural representa 0,1% do Valor da Terra Nua declarado pelo próprio produtor rural. Ou seja, são necessários mil anos para que a contribuição sindical paga pelo produtor rural seja equivalente ao Valor da Terra Nua da sua propriedade. O trabalhador paga um dia de trabalho por ano de contribuição sindical. Portanto, são necessários 365 anos para que ele pague um ano de trabalho ao seu sistema sindical. E, durante todo esse tempo, 20% do que é arrecadado é do Ministério do Trabalho, que neste momento não prega um prego na parede.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – O senhor pode repetir quantos anos de contribuição para o Valor da Terra Nua?

**O SR. RODOLFO TAVARES** – O percentual da contribuição sindical está no manual que foi distribuído, Sr. Deputado, e é de 0,1%, na maioria dos produtores. Evidentemente, para que se possam pagar 100% do valor da propriedade, seriam necessários mil anos de contribuição sindical para que esse valor fosse o equivalente ao Valor da Terra Nua e não ao valor de porteira fechada, com benfeitorias e rebanhos.

Diante disso e das propostas de deixar para a assembléia a fixação de valores, permito-me, sem nenhuma pretensão de erudição – e nem tenho capacidade para isso –, ler anotação que fiz em meu caderninho, que serve para muitas oportunidades: *"Entre o forte e o fraco, a lei liberta e a liberdade escraviza".* A frase é de Lacordaire. A liberdade de fixar taxa de manutenção, mensalidade, contribuição confederativa e contribuição sindical provavelmente vai custar ao bolso do trabalhador e do próprio empregador muito mais do que hoje.

A situação é a mesma quando se refere aos tributos no País. Se todos pagassem os tributos, o Brasil seria outro. Se o Ministério do Trabalho cumprisse suas obrigações legais, reconhecidas recentemente por Tribunais Federais em Brasília, certamente teríamos um sistema sindical mais eficiente e com menos sacrifícios para suas lideranças.

V.Exa. sabe o que representa exercer a política sindical: dedicação sem salário nem garantia de continuidade e submissão, como qualquer Parlamentar, ao crivo de uma assembléia geral que, geralmente de três em três, quatro em quatro ou de dois em dois anos, se reúne para renovar sua diretoria.

É com muita tranqüilidade que defendemos esse ponto de vista. Fica nosso lamento, pois essa tendência do Estado não contribui para a estabilidade da sociedade brasileira, para o respeito ao Estado, com essa antecipação dos operadores da máquina sobre o que deve ou não ser respeitado na lei.

Hoje tive que abandonar a reunião do CODEFAT. Segundo o Regimento, a pauta e os documentos a ser deliberados têm que ser encaminhados ao conselheiro sete dias úteis antes da reunião.

Esses documentos foram a mim encaminhados sexta-feira, dia 25, às 18h50min. E a reunião aconteceu hoje, dia 29. O expediente da minha entidade, na sexta-feira, termina às 17h. Só ontem fui ter conhecimento desses documentos para deliberar sobre onze itens, dentre eles, aumento de recursos para o BNDES da ordem de 10%, SINE e aprovação de contas de vários períodos. E as pessoas acham muito natural, do outro lado do balcão, o Regimento não ser cumprido. Armou-se o artifício de considerar toda a pauta como extrapauta. Assim, há a possibilidade de o Presidente do CODEFAT apresentar, desde que os assuntos sejam urgentes e relevantes, assunto extrapauta para ser votado. Simplesmente se transformou toda a pauta em extrapauta, inclusive matérias meramente expositivas, para que a reunião pudesse ser realizada arbitrária e violentamente.

Desculpe-me ter-me estendido, mas a prática da democracia é um exercício permanente; não é de palanque, nem de discurso; é de respeito ao contrato e às leis vigentes no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Sr. Rodolfo Tavares. V.Sa. não se estendeu, usou exatamente os vinte minutos previstos.

O Presidente da Casa solicita a todas as Comissões que encerrem seus trabalhos para que voltemos ao plenário. Uma vez que há Parlamentares inscritos e foi de muita importância a contribuição de cada um dos senhores, peço a todos que respondam rapidamente as perguntas. Se desrespeitarmos a ordem do Presidente, regimentalmente, a reunião poderá ser considerada inválida. Não podemos considerar esse assunto mais importante do que o debate e a experiência que cada um dos senhores nos trouxe.

Com a palavra o nobre Deputado Mauricio Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, parabenizo o Presidente e o Relator da Comissão pela capacidade de reunir eminentes estudiosos e operadores do sistema de relações do trabalho, que trouxeram contribuição que, sem dúvida, será muito útil aos debates da reforma trabalhista.

Anotei várias questões, mas, como o tempo não é suficiente, sugiro ao Presidente que façamos uma compilação das contribuições que foram apresentadas, para que depois a Casa publique os estudos, a fim de dar conhecimento ao grande público interessado no assunto. Apesar de as matérias terem sido extremamente palpitantes, nesta oportunidade, não farei as demandas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, senhores convidados, é um prazer estar aqui. Gostaria de ressaltar algumas preocupações. Não apenas nós, Deputados, mas a população e os senhores que representam o mundo do trabalho devemos considerar esse processo de reforma.

Nosso sistema jurídico coloca a Constituição, as leis complementares e as leis ordinárias num patamar. Abaixo das leis ordinárias estão as negociações e convenções coletivas.

No último Governo, houve proposta de inverter essa ordem jurídica, colocando o acordo coletivo acima da própria lei.

Sou advogada trabalhista de milhares de trabalhadores. Há muitos anos convivo com os trabalhadores. Tenho observado que até algumas sentenças judiciais colocam a negociação coletiva e o acordo coletivo acima da própria lei. Por exemplo, o art. 7º,

inciso XIV, da Constituição, estabelece que a jornada, para quem faz turnos ininterruptos de revezamento, é de seis horas. Há acordos coletivos e decisões judiciais, inclusive do TST, no sentido de que, se o acordo coletivo estabelecer que a jornada é de 44 horas, ela deve ser observada.

No meu entender, o sistema jurídico que temos está em consonância com a realidade do nosso País. Temos 14 milhões de desempregados. Não temos garantia de emprego para dispensa imotivada, o que já acontece na Europa, em outros países, onde há uma mudança dessa situação.

Será que há um equilíbrio de força neste momento para colocarmos a convenção coletiva e o acordo coletivo no mesmo patamar que a lei ou acima da própria lei?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Três minutos, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** –Infelizmente, não posso completar meu raciocínio. Mas essa situação me preocupa.

Quero levantar alguns questionamentos em relação à estrutura sindical. Creio que temos sindicatos que não representam o segmento organizado da população. Como vamos mudar isso?

Darei um exemplo concreto. Na minha cidade, Curitiba, temos categorias compostas por 15 mil empregados, dos quais votam apenas 65. Será que esse sindicato representa a categoria? Como vamos mudar isso? Temos que apresentar propostas. Se somos contra a pluralidade sindical, temos que apresentar propostas para mudar isso. Sindicatos como esse cobram mensalidades absurdas, a ponto de o trabalhador não poder contribuir, para que as diretorias se perpetuem naquela condição. Temos que resolver isso. Será que a contribuição sindical não torna imutáveis essas diretorias? É uma outra indagação.

A terceira questão sobre a qual eu gostaria de saber a opinião de V.Sas. é em relação ao Sistema S. A campanha eleitoral é importante porque conversamos com milhares de cidadãos, milhares de trabalhadores. Os cidadãos do meu bairro, da minha cidade, dizem que não podem se profissionalizar porque não podem pagar a mensalidade cobrada pelo SENAI, pelo SESC, pelo SENAC, e assim por diante. No entanto, verificamos as estruturas magníficas desse Sistema S. Será que não temos que mudar? Estão destinados, se não me falha a memória, 3,43% da folha de pagamento a esse Sistema S.

O que temos que mudar? A situação dos trabalhadores, do povo, não pode permanecer como está. Não basta dizermos que somos contra ou a favor. Temos que apresentar propostas de mudança dessa situação toda. É para isso que estamos querendo construir esse novo Brasil. Temos que fazer com que a população e os trabalhadores sejam beneficiados com todas essas reformas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença a todos aqui, o que considerei extremamente importante. Em relação à pluralidade sindical, a única opinião de certa forma um pouco discordante foi a da CNA.

Parece-me que os demais concordam em que haja modificação, pelo menos que essa questão da pluralidade seja atingida num prazo, nesses dois, três, cinco anos.

De certa forma, acredito que a visão da CBIC, que sempre está um passo à frente, tem que ser analisada por esta Casa. A simplicidade, como foi colocada pelo Sr. Paulo Simão, pode ser adotada – quem sabe é uma saída –, para que possamos, através da regulamentação de um artigo da Constituição, atingir objetivos em relação à reforma.

Como o nosso Primeiro Vice-Presidente, não vou ficar questionando nem me delongando. Acho que a sugestão dele é muito boa. Que seja feito um resumo do que foi dito por todos os palestrantes.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem a palavra o Deputado Almir Moura. *(Pausa.)* Ausente.

Passarei a palavra aos nossos palestrantes para as respostas às questões feitas pelo nobre Deputado. Peço aos senhores que, além de responder, encerrem sua participação.

Tem a palavra o Sr. Dagoberto Lima Godoy, representante da Confederação Nacional da Indústria.

**O SR. DAGOBERTO LIMA GODOY** – Antes de mais nada, agradeço mais uma vez a oportunidade. Procurarei ser o mais claro e objetivo possível.

O cerne da questão é que estamos iniciando um processo de rediscussão de reforma, de negociação, e para isso estamos abertos. Creio que tudo o que aqui foi abordado não tem uma forma definitiva, mas a expressão da abertura para o diálogo.

Especificamente em relação às considerações da ilustre Deputada sobre a contribuição sindical, já discorremos sobre ela, até gastamos mais tempo, e o Presidente teve que nos chamar a atenção. Entendemos que essa realmente é uma questão complexa. De um lado, como disse a Deputada, enseja-se a sobrevivência de sindicatos não-representativos, mas de outro, como foi ressaltado por vários membros da Mesa, existem sindicatos que são representativos, que

fazem bem seu papel, especialmente na negociação coletiva, e que de súbito não poderiam sobreviver sem a contribuição compulsória.

O que propusemos como início de debate foi justamente a idéia de se procurar uma forma de resolver a questão sob esses dois aspectos, o que implica certamente, de qualquer forma, uma etapa de transição. Entendemos que o ideal seria que todos os sindicatos pudessem sobreviver sem a contribuição compulsória. Ao se sustentarem pelos seus próprios meios, estariam dando um testemunho irretorquível da sua legitimidade. Entretanto, entre o ideal e o prático existe um longo caminho, até mesmo porque – outro aspecto muito destacado na palavra de outros oradores – vivemos num país de grande heterogeneidade. Há locais e situações de negociação entre as partes, negociações coletivas envolvendo interlocutores altamente credenciados, preparados, municiados, e outras regiões em que tudo é muito precário.

Dessa forma, antevemos que o caminho da nova legislação terá que se defrontar com essa heterogeneidade. Muitas vezes se pode pensar até – essa é uma idéia que se vai formando no nosso meio – que deveria haver uma legislação coercitiva, básica, obrigatória, para atender a essas questões irremovíveis, os direitos fundamentais, aquelas questões que têm que ser preservadas em qualquer circunstância, e assim caminhar para uma outra situação em que, no momento em que as partes interlocutoras demonstrem sua maturidade e seu desenvolvimento, possam, sim, tomar em suas mãos o próprio destino. A lei deve valer para todos, sim, mas estabelecendo padrões mínimos e básicos do que não é negociável e deixar o que pode ser negociável a quem sabe negociar.

Esclareço à ilustre Deputada que, pelo menos no caso do SENAI, existem claramente dois tipos de atividades e serviços oferecidos à clientela: um que é absolutamente gratuito e que está justamente nas atividades básicas e até históricas do SENAI; outro que representa uma evolução que vai além do que o SENAI poderia fazer apenas com a contribuição compulsória das empresas. Ao longo do tempo, o SENAI deixou de ser simplesmente uma organização treinadora. Hoje ele se define como uma organização de desenvolvimento de recursos, de pessoas, de capital humano. Para isso, as contribuições compulsórias não são suficientes.

Na medida em que se amplia o leque e se sofistica a oferta do serviço, procura-se adicionar à receita da contribuição compulsória outra contribuição que, no mais das vezes, vem das próprias empresas interessadas em desenvolver seus trabalhadores. Outras vezes, em determinados setores, realmente há o desamparo, e as pessoas podem estar privadas de ter acesso a todas as oportunidades. Mas garanto a V.Exas. que o padrão fundamental é absolutamente gratuito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o nobre representante da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Flávio Roberto Sabbadini.

**O SR. FLÁVIO ROBERTO SABBADINI** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, para que exista regra, existe exceção, também para justificá-la. Estamos num trabalho evolutivo. Hoje é o primeiro contato. Tenho certeza de que estamos todos preparados para uma longa jornada durante o ano de 2003, para buscarmos o consenso, novas determinações, nova visão no cenário sindical e também trabalhista brasileiro, assim como em todos os fóruns que interessam ao cidadão.

Temos feito nosso trabalho de forma bastante válida. É óbvio que, como disse, existe exceção e ela tem de ser analisada de per se. Não podemos generalizar a exceção. Entendemos que existem exceções. Ao longo do nosso trabalho e do trabalho de V.Exas., tenho certeza de que soluções iremos agregar para que possamos corrigir essas distorções. Não podemos pegar as exceções e invalidar totalmente um trabalho feito até o momento. Também não podemos perpetuar ou dar continuidade a esse trabalho tendo visão da exceção, que apresenta cristalinas e grandes dificuldades em seu bojo.

Por outro lado, em relação ao SESC e SENAC, que nos compete, também tenho a mesma visão do meu colega Dagoberto. Há uma rede fantástica no Brasil e um trabalho de 57 anos de história com um serviço muito bem prestado. Tenho certeza também de que a contribuição compulsória não é suficiente. Esses serviços prestam um trabalho enorme à sociedade, na parte social de qualificação e de capacitação e busca. Além disso, contribuem com outros valores para dar manutenção e entregar a toda a sociedade brasileira, que não está localizada apenas nesta Comissão mas em todo o Brasil, certa regularidade e até mesmo retribuição social aos empregados e aos colaboradores, que estão nas micro e pequenas empresas, por exemplo, cuja contribuição é mínima, às vezes zero, da parte patronal, mas que recebem todo amparo.

Temos de contribuir, temos de melhorar e ver as dificuldades, mas não podemos, através de exceção, necessariamente demolir o que foi feito até o momento. É preciso criar condições para o futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Paulo Safady Simão, da Câmara Brasileira da Indústria de Construção.

**O SR. PAULO SAFADY SIMÃO** – Obrigado, Sr. Presidente. Farei breve comentário a respeito do que foi dito pelos nobres Deputados, em especial pela Deputada Dra. Clair. Talvez tenha sido um pouco infeliz e até rápido nas minhas observações, mas quero comentar dois aspectos que acho fundamentais a respeito do que S.Exa. levantou.

Primeiro, a questão da negociação e do acordo ser mais importante do que a Constituição. Nos incisos citados por S.Exa., não me parece que isso ocorre. "Irredutibilidade do salário, salvo disposto em convenção ou acordo." "Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva". Então, há reconhecimento das convenções e acordos coletivos. Não há nenhuma prevalência de outros incisos sobre este. Parece-me que eles têm a mesma prevalência dentro do art. 7º. Portanto, essa é uma questão um pouco polêmica.

Estou inteiramente de acordo com a outra questão levantada por V.Exa. No momento em que estamos pregando um novo modelo que prevaleça sobre o legislado, a questão da representatividade dos sindicatos passa a ser muito importante.

A proposta da CBIC, que se encontra na Mesa e que, por sugestão do Deputado Maurício Rands, será compilada, apresenta, além da minha proposta, um anteprojeto que regulamenta esse artigo, com toda a preocupação de criar um modelo de sindicato adequado e outro projeto de lei que estabelece que a opção pela inclusão de alguns dos incisos do art. 7º sejam considerados em termos de salário/hora, que é uma opção do trabalhador. Certamente, só será uma opção dele no momento em que tiver um sindicato que o represente em condições de lutar por aquilo e de estabelecer, em convenção ou acordo, aquelas regras. Portanto, a CBIC defende muito essa preocupação da nobre Deputada, que é nossa também, de não deixar isso solto para prejuízo do trabalhador.

Como disse no início, é uma proposta um pouco ousada que avança, sim, e que tem a propriedade de provocar esse avanço, por entendermos que realmente é preciso mudar. Não podemos ficar eternamente reclamando que os sindicatos representativos são inoperantes e ficarmos de braços cruzados. Como disse S.Exa., temos de achar uma forma para que esses sindicatos, de fato, passem a representar com toda dignidade e importância os seus representados. Talvez até seja uma proposta intermediária, no sentido de que alguns sindicatos se organizem nessa linha e que os trabalhadores que queiram optar pela mesma já tenham essas entidades em condições de brigar por isso de maneira correta e, talvez, até isso estimule outras entidades a se organizarem melhor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Rodolfo Tavares.

**O SR. RODOLFO TAVARES** – Sr. Presidente, desculpe-me a pergunta: quantos anos o senhor tem de sindicalismo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Mais de vinte anos, desde 1981.

**O SR. RODOLFO TAVARES** – Então, Sr. Presidente, gostaria de enfocar exatamente o tema da unicidade sindical e que cada Parlamentar desta Casa raciocine quanto ao tipo de ação e de contribuição prefere receber. Todos sabem que a linguagem entre a sociedade civil e os poderes da República é culta, é a linguagem do ofício, da lei, do requerimento, e entre nós, sociedade civil, existe uma linguagem vulgar, coloquial.

Para articular tudo isso, só para V.Exas. terem idéia, durante nossa palestra, já estiveram aqui mais de cinco funcionários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Um deles está aqui, é uma santa porque ouve esses debates todos os dias da semana. Realmente temos de render homenagem à nossa jornalista Otília, porque é um trabalho massacrante.

Assim, pretendemos que as entidades sindicais tenham tradição, cultura, experiência, responsabilidade de representação das suas categorias, principalmente, responsabilidade com a sociedade e com o Estado brasileiro. Isso só se adquire com o tempo. V.Exa. nos honra profundamente por ser uma testemunha viva da mobilidade social em nosso País, que alcança os níveis mais elevados dos Poderes da República.

Quando defendemos a unicidade sindical, defendemos a organização, porque ela existe no mundo inteiro, mesmo que disfarçada em outros mecanismos, na Europa, na área rural, e significa a viabilidade para acesso aos subsídios, aos créditos bancários, enfim, a uma série de ações que não seria possível sem a vinculação do produtor.

Portanto, Sr. Presidente, insisto em que precisamos de um sindicalismo forte, mas que não seja neblinado com ações para dividir a linguagem da sociedade civil para o Parlamento brasileiro: fóruns, seminários, congressos, que, na realidade, pouco trazem em seu bojo de efetivo trabalho participativo com as Casas Legislativas deste País em todos os níveis.

Não sei se essa é a última oportunidade que terei de participar. Mais uma vez, agradeço a honra de poder participar deste seminário diante dos Srs. Parlamentares e dos cidadãos presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado a todos pela atenção dispensada.

Tínhamos de votar seis requerimentos. Devido à convocação do Presidente da Casa, deixaremos a votação para a próxima audiência pública, quando teremos a presença das centrais sindicais.

Apesar das divergências, constatei haver negociação, um entendimento. Tenho de fato vinte anos de presidência de sindicato. Há 17 anos não há imposto sindical nem confederativo. Essa é uma experiência viva.

Foi muito importante a contribuição de cada um. Havia franqueado a palavra ao nosso Relator, que está apenas escutando. Certamente teremos outros momentos oportunos, e não vamos dizer que esta seja a última oportunidade. Foi muito rica a contribuição de cada um dos presentes. Teremos de ouvir outros setores para, a partir de então, poder fazer muita coisa juntos.

Antes de encerrar a reunião, convido os Srs. Deputados para a próxima audiência pública a se realizar no dia 7 de maio, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 8ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003.**

Às quinze horas e dez minutos do dia sete de maio de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 11, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Marcelo Teixeira, Maria Helena, Miguel de Souza, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Balestra, Robson Tuma, Ronaldo Dimas e Zenaldo Coutinho – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Antonio Carlos Biscaia, Cláudio Magrão, Homero Barreto, Jamil Murad, Neyde Aparecida, Pastor Pedro Ribeiro e Philemon Rodrigues – Suplentes. Compareceram também os Deputados Fátima Bezerra e Jorge Boeira, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Iris Simões, Luciano Castro, Luiz Alberto, Maurício Rands, Nelson Trad, Paulo Rocha, Pompeo de Mattos, Ricardo Fiuza, Rommel Feijó, Vilmar Rocha e Wladimir Costa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as Atas das sexta e sétima reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias vinte e três e vinte e nove de abril de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Philemon Rodrigues. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou que o Deputado Luiz Alberto encontrava-se viajando em missão oficial e que justificou sua ausência nas reuniões da Comissão de hoje e dos dias vinte e três e vinte e nove de abril. Anunciou, também, o recebimento de duas publicações da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro intituladas *Estudo de Competitividade comparada* e *Desigualdade Social: a visão empresarial,* ocasião em que as disponibilizou aos parlamentares. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública.** O Presidente chamou para compor a Mesa os Srs. Antônio Carlos Spis, representante da CUT; João Carlos Gonçalves, representante da Força Sindical; Antônio Neto, Presidente da CGTB, e Enilson Simões de Moura, Presidente da SDS, aos quais, nesta mesma ordem, em seguida, concedeu a palavra para suas exposições. Terminados os pronunciamentos, o Presidente agradeceu a participação dos convidados e destacou a qualidade de suas contribuições. Na sequência, falaram os Deputados José Chaves, Relator, Ronaldo Dimas, Daniel Almeida, Orlando Desconsi, Dra. Clair e Jovair Arantes. O Presidente ainda anunciou ter sido informado de que o Poder Executivo retirou de tramitação o projeto de flexibilização da CLT. **B – Requerimentos.** Em votação, o **REQUERIMENTO Nº 40/03** – dos Srs. Maurício Rands e Dra. Clair – que “solicita seja convidada a Ordem dos Advogados do Brasil para participar de reunião de audiência pública.”, foi aprovado. Os demais requerimentos pautados não foram deliberados. O Presidente convocou audiência pública para o próximo dia quatorze de maio, com os presidentes do TST, ANAMATRA, OAB, ABRAT, e com o Sr. Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, e encerrou a reunião às dezessete horas e cinqüenta e dois minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os tra-

balhos da 8ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada aos estudos das matérias que abrangem a reforma trabalhista.

Tendo em vista a distribuição de cópias das atas das 6ª e 7ª reuniões a todos os membros presentes, indago dos Srs. Deputados sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES** – Sr. Presidente, peço a V.Exa. a dispensa da leitura das atas, uma vez que foram bem debatidas e todos estão a par dos seus conteúdos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Considerando a solicitação do nobre Deputado, indago dos Srs. Parlamentares sobre se aprovam a dispensa da leitura das atas das reuniões passadas.

Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Informo aos Srs. Parlamentares que o Deputado Luiz Alberto protocolou a esta Comissão com o objetivo de justificar sua ausência nesta audiência e na reunião do dia 23 de abril passado – anexadas cópias de ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que o autoriza a participar de missão oficial nos dias 23 e 24 e abril e no período de 29 de abril a 11 de maio. Acrescento que o nobre Deputado está em viagem à África.

Recebemos também duas publicações da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, intituladas *Estudo de Competitividade Comparada* e *Desigualdade Social, a Visão Empresarial*. Os Deputados interessados nesses trabalhos poderão obter cópia na secretaria. Essas publicações foram entregues na semana passada, numa audiência em que esses empresários estiveram presentes. Mas, por um lapso ou pela urgência da chamada do Presidente desta Casa, tivemos que adiar a entrega para hoje.

Esta audiência pública tem como objetivo ouvir os representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Geral dos Trabalhadores, da Força Sindical, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e da Social Democracia Sindical.

Informo a todos que recebemos comunicado da Força Sindical indicando que representará a mesma o Sr. João Carlos Gonçalves, o companheiro Juruna, Secretário-Geral da entidade, para representar o Presidente nesta audiência.

Convido, então, o companheiro Juruna para fazer parte da Mesa. (*Pausa.*)

A Central Única dos Trabalhadores – CUT também comunicou que a mesma será representada pelo Sr. Antônio Carlos Spis, companheiro Spis, dirigente nacional da CUT e ex-Presidente da Federação Unificada dos Petroleiros.

Seja bem-vindo, companheiro Spis. Agradeço a V.Sa. a presença.

Convido para fazer parte da Mesa o companheiro Antônio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Seja bem-vindo, companheiro Neto, a esta audiência pública.

Convido também o Presidente da Social Democracia Sindical – SDS, o Sr. Enilson Simões de Moura, mais conhecido por todos como companheiro Alemão.

Agradeço a V.Sa. a presença. (*Pausa.*)

Quero também justificar a ausência do Presidente da CGT, companheiro Antônio Carlos dos Reis, que nos comunicou a impossibilidade de sua presença porque hoje estará participando do Congresso Nacional da CGT em São Paulo. S.Sa. envia um abraço a todos e diz que posteriormente participará de reunião desta Comissão.

A Central Autônoma dos Trabalhadores será convidada numa outra audiência, juntamente com outras confederações e federações, porque precisamos aproveitar melhor o tempo.

Informo aos companheiros que, segundo o Regimento Interno, cada palestrante terá vinte minutos para sua exposição inicial. Os Srs. Parlamentares terão três minutos para seus questionamentos; depois ouviremos as considerações finais dos representantes.

Esta audiência pública está sendo gravada e transmitida pela *TV Câmara* e servirá de instrumento de debate e estudos aos nobres Deputados não só desta Comissão, mas também de toda a Casa, que apreciarão com muita dignidade e interesse a opinião dos nossos companheiros que aqui estão.

Sejam todos bem-vindos!

Passo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Spis, representante da CUT.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS** – Obrigado, companheiro Vicentinho.

Boa-tarde a todos.

Sr. Deputado José Chaves, Relator da matéria, é muito importante que a CUT apresente suas posições nesta Comissão Especial que trata da reforma trabalhista, principalmente da reforma sindical. Nós, da Central Única dos Trabalhadores, desde nossa fundação, em agosto de 1983, primamos pela estratégia da modificação da atual estrutura sindical. Infelizmente, não conseguimos modificá-la. Temos algumas estruturas "cutistas" que foram credenciadas por meio de debates com os trabalhadores e que vão na linha da liberdade e autonomia sindical, mas sempre com muitas dificuldades, pois a legislação, que deveria garantir a

liberdade e a autonomia do trabalhador, acaba criando conflitos de representação e de legitimidade das próprias entidades.

As próprias centrais sindicais, num período de muita legitimidade e representatividade, chamadas a conversar com representantes de inúmeros governos federais desde o final da ditadura, ainda são ilegais do ponto de vista da representação sindical. Para que uma central sindical reivindique um direito na Justiça é preciso que haja a rubrica de uma confederação oficial; senão, sozinha, não pode ser representada. Não me refiro somente à Central Única dos Trabalhadores, mas também à Confederação Geral dos Trabalhadores, à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, à Força Sindical e outras mais.

Este convite foi feito em boa hora, companheiro Vicentinho. Assim, poderemos deflagrar discussão tão necessária para trabalhadoras e trabalhadores. Saúdo os companheiros nessa labuta: João Carlos Gonçalves, o Juruna, Secretário-Geral da Força Sindical; Antônio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Enilson Simões de Moura, o Alemão, Presidente da Social Democracia Sindical – SDS.

Na Central Única dos Trabalhadores, entendemos que somos responsáveis pela transformação que está acontecendo no Brasil, com um trabalhador assumindo a Presidência da República. Ao serem discutidas nesta Casa e no Senado Federal as reformas tributária e previdenciária, é preciso também que seja analisada a inclusão social. Após a ditadura, do período do Governo Fernando Collor até o segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve descarte de trabalhadores, fechamento de postos de trabalho, aumento do desemprego e da exclusão social. É importante observar não só quem está desassistido, sem saneamento básico, sem emprego, sem moradia e sem terra, mas os que trabalham na informalidade. Esses somam 50% da população economicamente ativa, reconhecidos pelos institutos de pesquisa; não têm recolhimentos nem do próprio contrato individual de trabalho, mascarado, nem das empresas que os empregam, o que, conseqüentemente, cria problemas no que toca a seu tempo de trabalho e ao desenvolvimento de sua função profissional.

Além disso, as propostas que citarei, companheiro Vicentinho, ainda não foram ratificadas pelo conjunto da base "cutista", porque estamos na fase de consolidação dos congressos estaduais da CUT em todo o País. Faremos o nosso congresso nacional de 3 a 7 de junho, em São Paulo. Aproveito a oportunidade para convidar todos para o evento. É lá que, digamos assim, bateremos o martelo. Esse congresso foi antecipado para que garantíssemos o debate e construíssemos uma proposta sobre a reforma trabalhista, principalmente com o viés da reforma sindical, defendida pela CUT.

O primeiro ponto pelo que esta Comissão Especial deveria primar – e vejo isso com bons olhos no projeto apresentado – é o direito à negociação. Há inúmeras categorias de trabalhadores que não conseguem implementar uma negociação com o patrão: empresários, banqueiros, governos. Inclusive temos dificuldade de negociar com certos governos do PT, em muitos setores do serviço público municipal, em que trabalhadores não têm garantia da lei, de negociação, do Fundo de Garantia, da data-base etc.

Muitas categorias fortes que foram à luta exigem negociação nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Aquelas que não conseguiram se fortalecer na ação sindical para exigir negociação, renovar o contrato coletivo ou o acordo coletivo, acabam, muitas vezes, tendo que se mobilizar para sentar à mesa de negociação; e, às vezes, ouvem até um "não" do empregador. Por isso, é muito importante que sejam criados instrumentos para que trabalhadoras e trabalhadores sejam respeitados no momento da negociação.

Na CUT, trabalhamos no sentido de ampliar a negociação do acordo coletivo para contratos coletivos. Seria uma maneira de consolidar a respeitabilidade no ramo de trabalho no Brasil, com salários e direitos uniformes. No País, há diferenças salariais praticadas até por uma mesma empresa, seja no Norte, no Sul, no Nordeste e no Sudeste. Há, portanto, necessidade de mobilização, de enfrentamento para garantir a respeitabilidade à negociação.

O contrato coletivo deveria estar inserido nessa proposta que passa a ser construída a partir de hoje.

Viés extremamente nocivo existente atualmente na estrutura sindical, baseado na Carta del Lavoro, citada por nós tantas vezes, é a unicidade sindical, o monopólio da representação. Tem-se a impressão do único, mas. na verdade, hoje, a legislação possibilita a fragilização, a quebra das bases de representação. A pulverização sindical existente no Brasil, fruto da falta de unicidade, que dá a visão de único, na verdade cria dispositivos restritos à ação sindical e garante, sim, que determinado número de trabalhadores ou de forças políticas que disputam eleição fragilizem essa base de representação. É um ponto a ser discutido com muita força no bojo dessa nova legislação.

O imposto sindical, para nós da CUT, é o pilar mais nocivo existente no movimento sindical brasileiro. Inúmeras federações, confederações e sindicatos se sustentam com o imposto sindical obrigatório. É inadmissível que, no mês de março, o trabalhador bra-

sileiro, sindicalizado ou não, tenha um dia de salário roubado do seu bolso, que é dividido assim: 60% para o sindicato e 40% para a federação, a confederação e o Ministério do Trabalho.

Pregamos na CUT que os trabalhadores que desejam se sindicalizar participem do seu sindicato e realizem assembléias democráticas para lhe destinarem o percentual necessário, com liberdade de se desfiliarem do mesmo se assim desejarem. Exigimos dos sindicatos "cutistas" que discutam a sobrevivência sindical sem taxas compulsórias, obrigatórias, mas com o convencimento, a conscientização e a verdadeira sindicalização dos trabalhadores.

O nosso objetivo é ampliar a sindicalização. Se o sindicato tem grande número de sindicalizados é porque a base confia naquela direção. Ele discute o orçamento e as necessidades da sustentabilidade das tarefas políticas e destina o dinheiro de sindicalização ao sindicato, que tem que apresentar orçamentos periódicos e ser transparente nas assembléias específicas, discutir os recursos destinados para a categoria e construir realmente entidades que possam ser mais democráticas quanto possível, relativamente ao financiamento da atividade sindical.

Nas propostas da CUT, primamos pela respeitabilidade da organização do trabalhador a partir do local de trabalho. Chamamos de Organizações no Local de Trabalho – OLTs as estruturas que fazem o papel sindical, integrando-se junto com a gerência, com a atividade funcional nas fábricas, bancos ou serviços públicos, garantindo dinâmica de discussão quanto à modernidade de trabalho, às aplicações de novas tecnologias, aos acidentes no trabalho, para garantir realmente que o trabalhador não seja pego de surpresa.

Existem algumas dessas comissões no Brasil. O companheiro Vicentinho é do setor metalúrgico, que faz parte dessa história e é referência de Organização no Local de Trabalho – OLT. É preciso que essa experiência seja traduzida em dispositivos legais, a fim de que seja disseminado para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Hoje, um dirigente sindical, exercendo a sua função, só entra numa fábrica se for autorizado pelo dono da fábrica. Sou petroleiro, fui diretor nacional da categoria petroleira por sete anos, aposentei-me no meio do ano passado, mas nunca fui à base de Urucu, porque o aeroporto era da PETROBRAS e a aeronave era contratada por essa empresa. Só fui a uma plataforma marítima, 42 a 120 quilômetros mar adentro, porque fui convidado pelo companheiro Lula na campanha presidencial, depois de já estar aposentado. A empresa nunca permitiu a minha ida àquele local. Só embarca num helicóptero ou avião quem é dirigente sindical durante o seu horário de trabalho. Portanto, há impedimentos do exercício da função sindical, mesmo com representação eleita nacionalmente e com ampla credibilidade junto à própria categoria.

Além disso, há necessidade de respeitabilidade ao trabalhador durante a jornada de trabalho. Muitas empresas, no Brasil, punem companheiros pelo simples fato de se sindicalizarem. Chapas de oposição sindical que perdem eleições geralmente são demitidas, porque quem ganha consegue relativa estabilidade.

Na condição de dirigente sindical da PETROBRAS, o meu mandato foi cassado três vezes. Fui afastado da empresa e fiquei sem salários por diversas vezes. Isso aconteceu também com o companheiro Vicentinho e, seguramente, com outros companheiros. Existem muitas punições em nossos currículos.

A organização no local de trabalho garantirá mais respeitabilidade ao exercício da função sindical e também aos trabalhadores no exercício de sua função profissional, que, muitas vezes, é alijado dessa questão.

Na Central Única dos Trabalhadores defendemos sindicatos por ramos de produção. Essa unicidade, essa diversificação de datas-base de categorias, faz com que haja um maior número de sindicatos no mesmo local. Por exemplo: na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, há mais ou menos 30 sindicados; na refinaria de Paulina, por exemplo, há 12. Isso significa que há mobilização da atividade fim – ou metalúrgica, ou bancária, ou petroleira – que não é estendida aos trabalhadores do asseio, da segurança etc. Dependerá de quem a empresa contrata. Esse trabalhador, ao invés de se somar àquela categoria que está no mesmo local de trabalho, muitas vezes executando as mesmas funções profissionais, está sendo agredido pelos mesmos agentes no local de trabalho, como periculosidade, insalubridade e outras questões, e têm direitos totalmente diferenciados com as terceirizações e mesmo quateirizações, que cresceram muito no País.

É importante que esses companheiros sejam respeitados.

Não é apenas questão de o sindicato da construção civil querer abraçar todos os trabalhadores e filiá-los para ter arrecadação sindical. Verificamos nessas unidades operacionais que os trabalhadores são vilipendiados também no seu direito a um equipamento de proteção individual. Esses trabalhadores não comem no mesmo refeitório, não trocam de roupa no mesmo alojamento e ficam mais sujeitos ao perigo. Dos acidentes que temos, a maioria é com terceirizados, porque não há treinamento, não há muita vivência no próprio local de trabalho. Na PETROBRAS, o petroleiro, para ficar sozinho numa área de operação em uma refinaria, precisa de dois anos de experiência. E, nas

portarias das refinarias, vemos muitos trabalhadores sendo contratados. Eles colocam o capacete e vão para a base. Morreram, em média, dois petroleiros por mês, de 1998 para cá, sendo que 90% desses eram terceirizados.

Se conseguirmos garantir a representação por ramo de produção, poderemos fazer grandes campanhas políticas e sindicais, apesar de isso não resolver muito a questão. Até filiarmos os trabalhadores no sindicato também não resolve muito, porque a legislação não permite. Por isso é importante modificar a própria legislação para garantir que esses companheiros tenham os mesmos direitos de outros que executam as mesmas funções.

Ao conjunto das propostas que temos na CUT demos o nome de Sistema Democrático das Relações de Trabalho. Queremos transformar esse sistema. Vamos apresentar essa proposta à Comissão Especial, para que elementos dela possam se transformar em dispositivos dessa nova legislação.

Defendemos diversas convenções da OIT, que estão inseridas nesse sistema democrático: 87, a liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização; 98, aplicação dos princípios ou direitos a sindicalização de negociação coletiva; 135, proteção dos representantes dos trabalhadores nas empresas; 151, proteção ao direito de sindicalização e procedimentos para definir as condições de emprego na administração pública; 158, término da relação de trabalho por iniciativa do empregador.

Sabemos muito bem que não se pode pegar regras que estão em andamento há muito tempo sem que haja uma transição. Talvez essa seja a medida, companheiro Vicentinho, para que consigamos fazer transitar essa discussão, removendo o que está obsoleto, o que chamamos de entulho, e tendo uma caracterização progressista de modernização dessa nossa relação capital/trabalho, tornando-a mais humana. É preciso humanizar mais essa relação capital/trabalho.

Passo às mãos de V.Exa. documento no qual constam pontos fundamentais que gostaríamos fossem inseridos. São os seguintes:

– legalização das centrais sindicais e suas respectivas estruturas;

– implementação dos contratos coletivos nacionais;

– livre acesso dos dirigentes sindicais no interior das empresas e instituição de comitês sindicais nos locais de trabalho;

– garantia da ultraatividade dos acordos coletivos;

– redução da jornada de trabalho sem redução do salário e benefícios e limitação das horas extras;

– fiscalização e coibição do trabalho escravo infantil e degradante;

– reintegração dos dirigentes sindicais demitidos; e

– eliminação dos dispositivos legais que contrariam a liberdade de autonomia sindical e os direitos dos trabalhadores.

Entendemos que essa reforma deve transitar por esta Comissão Especial, com certeza, e também no Fórum Nacional do Trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, companheiro Antônio Carlos Spis.

Recebo o documento da Central Única dos Trabalhadores e já o encaminho para a assessoria a fim de que providencie cópias para os Parlamentares acompanharem o assunto mais de perto.

Quero explicar para os nossos palestrantes que o Governo Federal está criando um fórum no qual temos grandes expectativas. Participaremos dos debates. Outras instituições também estão criando seus fóruns para debates.

A proposta terá que vir a esta Casa para ser avaliada. Faremos uma interação da melhor maneira possível. Não seremos passivos nem deixaremos que decisões sejam tomadas sem ouvirmos a sociedade.

Passo a palavra ao representante da Força Sindical, o Sr. João Carlos Gonçalves, o companheiro Juruna.

**O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES** – Boa-tarde, companheiro Vicentinho; companheiro Deputado José Chaves, Relator da Comissão; companheiro Antônio Neto, da CGTB; companheiro Antônio Carlos Spis, da CUT; companheiro Alemão, da SDS. Quero também saudar o Deputado Federal, companheiro Cláudio Magrão, da direção da Força Sindical.

Antes de debatermos as reformas trabalhista e sindical, falarei, sob o ponto de vista histórico, das nossas diferenças.

A legislação trabalhista e a organização sindical foram pensadas no momento histórico em que o Estado tinha o poder e determinava como seriam as relações entre capital e trabalho, buscando a harmonia das classes no sentido de que não houvesse o conflito social.

O conflito social seria reduzido ao conflito individual. O trabalhador cerceado nos seus direitos recorreria à Justiça do Trabalho para reivindicar justiça, pois estava sendo prejudicado. Nesse aspecto, foi pensada uma legislação, uma estrutura sindical e um método pelo qual ele pudesse buscar o seu direito. Por isso, quero aproveitar o que já disse o companheiro Spis: não é preciso organização no local de trabalho, pes-

soas sindicalizadas, porque qualquer advogado de porta de cadeia pode levar o trabalhador da porta da fábrica à Justiça do Trabalho para buscar seus direitos. Não precisa ser sindicalizado nem passar em nenhum sindicato, em nenhuma federação nem confederação. Individualmente, ele poderá ir à Justiça do Trabalho.

Foi criada uma legislação consistente com a Consolidação das Leis do Trabalho. Havia um sindicato único onde ele pagava o imposto sindical, que hoje é a contribuição sindical, e ele encontraria o seu sindicato na Justiça do Trabalho, por meio do vogal, representante dos trabalhadores, assim como o representante do empresário. Tanto o empresário como o trabalhador encontrariam o seu sindicato na Justiça.

Havia o imposto sindical do trabalhador e o imposto sindical do empregador, que serviam para encontrarem o sindicato, com o vogal, na Justiça da 1ª Instância, até chegarem ao Tribunal Superior do Trabalho. Era então uma legislação que não passava pelos sindicatos nem pelos acordos coletivos, mas sim por uma legislação consolidada, feita a partir nos anos 1930.

Na história do Brasil, os sindicatos existiam desde o século anterior, pois eles já lutavam, por meio de suas ações sindicais, para conquistar suas reivindicações.

Nesse aspecto, todas as questões apresentadas pelo movimento sindical sempre eram colocadas de maneira tal, que o sindicato não tinha poder de negociação; tudo estaria garantido por meio da legislação. Toda a ação sindical normalmente gera conflito na busca de suas conquistas, e tudo estava consolidado nisso.

Quando defendíamos a mudança no art. 618 da legislação, dizíamos que o que fosse acordado passasse por cima do legislado. Isso, por quê? A CLT garante os direitos dos trabalhadores. Imaginem se cada trabalhador andasse com ela sob o braço, na fábrica, e reivindicasse seus direitos. Pergunto a todos aqui se conhecem alguém que tenha aberto processo trabalhista estando trabalhando... A CLT normalmente só garante os direitos depois que o funcionário é demitido, porque aquele que buscar seu direito individualmente, ainda trabalhando, nada consegue. Isso é falácia! Àquela época se dizia que estávamos abrindo mão dos direitos garantidos na CLT, por tanto que lutamos...

A maioria dos trabalhadores brasileiros, com toda a luta democrática que implementamos, não pode exigir seu direito dentro da fábrica por meio da CLT; se o fizer será demitido. O direito é individual, mas só pode ser reivindicado na Justiça do Trabalho. Por isso, aproveito as palavras do companheiro Spis. Dissemos que o contrato coletivo de trabalho deve ser acertado entre o sindicato, suas categorias e sua federação. Nesse caso, o sindicato, a federação e a confederação podem acionar coletivamente, porque foram eles que assinaram aquele acordo, e não esperar simplesmente que o trabalhador abra o processo. Concordamos com essa diferença observada pela Central Única dos Trabalhadores.

Outro ponto que abordo é o fato de o trabalhador buscar seus direitos apenas na Justiça. Se o trabalhador não precisa do sindicato, não vai se sindicalizar; ora, se tudo está consolidado como um direito individual, ele vai buscar seus direitos somente na Justiça, por intermédio de advogado.

Nesse aspecto, achamos que os sindicatos brasileiros teriam de ser repensados do ponto de vista da sua estrutura e legislação. Nossa primeira proposta seria no sentido de que os acordos coletivos no Brasil não fossem feitos por meio das negociações dos sindicatos, a exemplo do que ocorre hoje. Atualmente, as federações só têm direito de negociar naquelas categorias onde não há sindicato naquela base.

Temos de pensar em outra maneira de nos organizar. Hoje, há acordos coletivos por Município; cada sindicato negocia seu acordo. E a federação só participa se o sindicato chamar. Confederação e federação não têm poder de negociação no Brasil; o poder está localizado em cada Município.

Se pensarmos no contrato coletivo nacional do trabalho, teremos que repensar a legislação da estrutura, de modo que a confederação, a federação e o sindicato da base tenham poderes de negociação. Vamos usar o ramo metalúrgico como exemplo. Essa categoria faria uma negociação nacional, por meio de sua confederação, de sua federação e de seus sindicatos, levando em conta alguns aspectos. Claro, não vou dizer que um trabalhador metalúrgico do ABC tenha que ganhar igual a um trabalhador metalúrgico da Bahia. Seria um exagero exigir isso hoje, apesar de ser um sonho nosso. Mas o Brasil é quase um continente, há diferenças regionais e de produção que devem ser levadas em conta na hora dessa negociação coletiva articulada nacional.

A estrutura seria assim: a confederação ficaria responsável pelas questões gerais do contrato; a federação, pelas questões regionais daquele Estado ou de um conjunto de Estados; e o sindicato local, pelo Município, pela fábrica local.

Muitas questões que estão na CLT passariam a ser elaboradas a partir do contrato coletivo de cada categoria, de cada ramo produtivo.

Penso que, nesse aspecto, o papel do sindicato seria fortalecido, bem como a necessidade de organização sindical e a relação capital/trabalho.

Ao se discutir o art. 618 muitos diziam que não se estava flexibilizando o direito. Não é bem assim. O

direito se flexibiliza, na maioria das vezes, na primeira audiência da Justiça do Trabalho, quando o trabalhador, pressionado pelo tempo e pelo desemprego, abre mão de quase 40% do que tem direito. A flexibilização se dá na Justiça, também. O fato de o trabalhador ter direito não significa garantia, porque um processo trabalhista demora muitas vezes 1 ano, 2 anos, 10 anos...

Fortalecer cada vez mais as entidades sindicais seria um passo na relação capital/trabalho. Muitas vezes, é mais fácil para o empresariado empurrar tudo para a Justiça do Trabalho e não pagar os direitos do que enfrentar o conflito social, uma vez que, no conflito social, as partes buscariam soluções – e soluções que já estão dadas.

Vamos citar exemplos. No caso da Volkswagen, de São Bernardo do Campo, as partes buscaram soluções engenhosas. Há dois anos os companheiros tomaram a atitude de reduzir a jornada de trabalho e o salário. Mas o valor do salário não seria reduzido mensalmente, porque tinha sido discutida a possibilidade de os lucros e os resultados cobrirem aquela parcela que seria cedida para se garantir o emprego.

O Ministério Público acionou a empresa e o sindicato, mas, na realidade, os trabalhadores e o empresariado da Volkswagen já estavam pensando numa solução engenhosa. Porque, muitas vezes, o que está na lei não leva em conta a realidade. Nesse caso o trabalhador prefere garantir seu emprego, permitindo a redução de seu salário, enquanto a legislação não o permite, porque não leva em conta o dado real; só lhe garante os direitos.

Quanto ao caso da siderúrgica COFERRAZ, o Deputado Vicentinho deve se lembrar. Os companheiros abriram processo na Justiça; ganharam todos os direitos, comemoraram, mas até hoje nada receberam.

Muitas vezes, o trabalhador é movido apenas pelo fato de ter direito, sem levar em conta a realidade social da economia e da política de seu País, ou da própria empresa. E sonha com o direito que está na legislação, mas não o conquista na vida real.

Essas questões se colocariam para nós de maneira mais cotidiana. O trabalhador deve entender o que acontece. Se está tendo aumento, é porque as condições da empresa melhoraram; se o salário está diminuindo, ele deve pensar em diminuir seu acordo – não pode almejar alto porque a realidade é clara. Assim, os trabalhadores e os empresários devem estar cada vez mais próximos da vida real, e não apenas da vida jurídica, levando em conta apenas aquilo com que se sonha.

Muitos dizem que estou citando apenas o exemplo de São Bernardo, não me referindo aos sindicatos de São Paulo. Ocorre que 80% dos metalúrgicos de São Bernardo estão nas multinacionais, enquanto na cidade de São Paulo, por exemplo, há 120 mil trabalhadores em pequenas empresas. Então, é fácil falar que poderíamos modificar a CLT enquanto há sindicatos organizados. Aí volto à questão histórica, qual seja, a de se repensar a estrutura sindical, que não pode dar poder de negociação apenas ao sindicato local, mas também à confederação e à federação.

Um sindicato de metalúrgicos, quer seja de São Paulo, quer seja de São Bernardo, tem responsabilidade perante o sindicato de Manaus e os trabalhadores do interior de São Paulo e da Bahia, porque envolver-se com metalúrgicos em São Bernardo do Campo, em Gravataí ou lá em Manaus significa envolver-se também com a confederação e com a central sindical.

Por isso quero também aproveitar as palavras do Spis, no que se refere às centrais sindicais. Porque, se se envolveu com um, se envolveu com todos.

Nesse aspecto, deveríamos repensar a estrutura sindical de modo que pudéssemos manter o sindicato local. Sou contra a idéia de se fazer a pluralidade em baixa; temos que pensar num sindicato único na sua base. Na metalúrgica, por exemplo, fazendo com que se leve em conta a categoria preponderante. Em muitos casos há o sindicato único dos metalúrgicos. Mas, na realidade, dentro da fábrica da Volkswagen ou da Ford há telefonistas, motoristas, vários grupos representados por categorias diferenciadas, mas que não estão organizadas naquele ambiente, apesar de ali a predominância ser de metalúrgicos.

Creio que cada categoria preponderante deve se organizar no seu local de trabalho, quer seja comerciário, metalúrgico ou petroleiro, e deveria ter poder de negociação. E volto a repetir: sempre levando em conta a realidade do nosso País, que é quase continental do ponto de vista geográfico.

Claro que, mantendo o sindicato na base, daremos-lhe a chance, legalizando as centrais sindicais, de escolher sua central sindical. Ele, então, pode escolher a CUT, a Força Sindical, a Social Democracia Sindical ou a CGTB, qualquer que seja o sindicato local. A partir dessa escolha, ele se organiza no ramo metalúrgico, como confederação; no ramo comerciário, como federação. No entanto, cada central teria a possibilidade de organizar os ramos de produção em âmbito nacional. Temos hoje confederações e federações que não têm poder de negociação, caso isso não seja solicitado pelo sindicato. Elas vivem do imposto sindical, que, muitas vezes, vêm dos sindicatos, e não estão filiadas a nenhuma central. Exemplificando, temos hoje no Brasil duas confederações de metalúrgicos: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, filiada à Força Sindical, e a Confederação Nacional

dos Metalúrgicos, filiada à CUT. A contribuição sindical dos metalúrgicos de São Bernardo e de São José dos Campos é destinada à Força Sindical e à CNTM. Isso é uma aberração! Creio que cada sindicato deve se organizar, escolhendo sua central, por confederação e federação, se quiser, e a contribuição sindical deve ser repassada para aquela federação ou para aquela confederação.

Quero afirmar que defendemos, sim, a unicidade dos sindicatos, e que acreditamos na pluralidade das federações, confederações e centrais sindicais – não do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista prático. Hoje, em São Paulo, convivemos com as Federações de Metalúrgicos da CUT e da Força Sindical e fazemos ações unitárias e negociações conjuntas. O fato de estarmos muitas vezes separados na organização não impede que façamos a ação unitária; e o fato de hoje termos sindicatos pulverizados por todos os lados significa também dizer que não temos democracia nas federações e confederações. Por quê? Porque na hora do voto na federação cada sindicato vale um voto. Um sindicato de metalúrgicos, como o de São Paulo, que conta com 300 mil trabalhadores na base, vale um voto; assim, como um sindicato de Mococa, que possui 3 mil na base, vale um voto. Por isso, a existência da pulverização sindical com a finalidade de se manter nas federações e confederações ou ganhar as federações e confederações. Isso não tem nada a ver com a realidade econômica, o conflito social e a organização dos trabalhadores; é com a finalidade de se manter, apenas. E isso é possível, porque temos hoje uma contribuição obrigatória: a contribuição sindical.

Defendo a criação de uma outra forma de contribuição sindical. Acredito que todos os trabalhadores no Brasil devem contribuir, devido à supremacia da Constituição Federal que estabelece que o sindicato representa todos os trabalhadores. E devem deliberar na Assembléia no momento em que decidem, ou não, pelo dissídio coletivo. Ou seja, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo decide pelo dissídio coletivo, em âmbito nacional; os trabalhadores decidem sua contribuição para aquele sistema de negociação nacional, que reafirmo aqui: central, confederação e federação. Haveria, então, justificativa para aquela contribuição, e não apenas para manter um sistema que não necessita de sócios, onde federação e confederação estão longe das negociações coletivas.

Reconheço que as centrais sindicais devem ser reconhecidas dentro do sistema, porque antes existia um Ministério do Trabalho, que controlava os orçamentos e o imposto sindical, que deveria ser apenas destinado ao assistencialismo. Acredito que a base de tudo isso será a possibilidade de os trabalhadores se organizarem no ambiente de trabalho, mediante suas centrais sindicais ou organizações no ambiente de trabalho, que poderiam ser legalizadas do ponto de vista do avanço da democracia no ambiente de trabalho. Volto a lembrar que o nosso País não tem essa organização. Isso pode significar atraso para o Brasil.

Ao mesmo tempo, lembro que os trabalhadores da França só conseguiram organização no ambiente de trabalho em 1968, quando houve aquela enxurrada de movimentações em todo o mundo. Pode ser que esteja tarde, pois o nosso País foi o último a acabar com a escravidão, mas julgo que seria importante para a relação capital/trabalho que seguíssemos, cada vez mais, o caminho da democracia e da buscas de soluções de conflitos, e não apenas ficássemos fingindo de ganhar os direitos na Justiça do Trabalho. Eventualmente, quando algum acordo não é satisfatório, nós o empurramos para que seja debatido naquela instância, e isso tanto do ponto de vista dos trabalhadores quanto do empresariado. Ou seja, há fingimento. Sabemos que, muitas vezes, quando ganhamos alguma questão lá embaixo, ela depois sobre para o Tribunal Superior do Trabalho, e lá acabamos perdendo. Há pouco tempo, no caso do GM, aconteceu algo interessante. Em São Paulo, o Tribunal decidiu a nosso favor e os Tribunais de Campinas e de São José dos Campos decidiram contrariamente à GM. Quando o caso chegou ao TST, confirmamos o nosso direito.

Portanto, deveríamos também pensar em qual seria o papel da Justiça do Trabalho. Poderiam ser órgãos arbitrários, desde que chamados pelas partes conjuntas, e não ser apenas um instituto normativo chamado para dizer o quanto deveria, ou não, ser concedido de aumento. Tudo isso apenas baseado numa legislação? Achamos que não. Achamos que esses órgãos poderiam ser chamados para solucionar conflitos, desde que provocados pelas partes para ser árbitros. Devemos, então, repensar o papel da Justiça do Trabalho.

Quanto a esse aspecto, julgo que as centrais sindicais já estão participando da discussão. O que estou dizendo neste plenário ainda não representa a totalidade do pensamento da nossa central – a Força Sindical. Lá, esse assunto está em debate, assim como em outras centrais. Há hoje um espaço demarcado: chama-se Fórum Nacional do Trabalho, no qual debatem empresários, trabalhadores e Governo – inclusive hoje o Sr. Ministro do Trabalho esteve na Força Sindical. Haveremos de fazer esse debate, internamente, no Fórum Nacional do Trabalho.

Acredito que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deveria esperar pelos resultados dos debates do Fórum. Até cheguei a criticar o fato de V.Exa. e mais um Deputado, cujo nome não

me lembro, terem lançado a proposta, que não saiu da Comissão. V.Exas. lançaram a proposta quando ainda estávamos buscando uma alternativa: que trabalhadores, empresários e Governo formulassem uma proposta acabada. É claro que aqui ninguém vai ser fiel ao direito de Deputado Federal nem de Senador. Esse debate é salutar. Por isso viemos até aqui.

Acredito que a sociedade avança com a possibilidade de trabalhadores, empresários e Governo formularem uma proposta de consenso para trazer a esta Casa.

Eram essas as minhas considerações, lembrando que esse fórum será instalado em maio. As centrais sindicais já estão decidindo quem serão os seus representantes no fórum e acredito que haveremos de contribuir nesse debate.

É claro que haveremos de discutir o que não for consenso nesta Casa, com mais propriedade, num fórum de instância que decidirá a legislação. Com certeza, esse será o papel da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Saúdo meu companheiro, Deputado Medeiros, fundador da nossa Força, que nos acompanha neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, companheiro Juruna, pela sua exposição. Você se antecipou na saudação, pois eu também gostaria de fazê-la, de modo especial, ao Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputado Medeiros. Seja bem-vindo, Deputado!

Concedo a palavra ao nobre Presidente da CGTB, companheiro Antônio Neto.

**O SR. ANTÔNIO NETO** – Companheiro Deputado Vicentinho, Presidente desta Comissão, membros que dela fazem parte, companheiros sindicalistas, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil agradece à Comissão a oportunidade de apresentar suas posições. E, ao ouvir dois companheiros que representam outras centrais, sente-se bem à vontade para fazer suas observações.

Falemos um pouco mais sobre o Consenso de Washington, que veio no afã de enfraquecer a estrutura do Estado, a estrutura geral de todos os países da América Latina, fazendo com que aumentem sua dependência, a ponto de culminar com a proposta da ALCA, que se configura como mera anexação do Brasil ao modelo norte-americano.

O Consenso de Washington previa a destruição de toda a legislação trabalhista e sindical dos países da América Latina que porventura estivessem organizados.

Na condição de membro da Federação Sindical Mundial, entidade internacional fundada em 1945, verifiquei como andavam as coisas a partir de 1989 na América Latina. Fiquei espantado ao ver anúncios em revistas americanas oferecendo vantagens para as empresas se instalarem nas zonas de produção. O custo da mão-de-obra lá era 10% do custo nos países originais, além das vantagens que teriam, como, por exemplo, a proibição de greve e a inexistência de sindicatos. Isso já mostrava o papel do neoliberalismo. Faziam até mesmo críticas à nossa CLT.

Com relação à CLT existem alguns mitos. Talvez hoje possamos aqui nesta Comissão começar a destruí-los. O primeiro, de Arnaldo Sussekind, redator da CLT, afirma o seguinte: *"Quem diz que a CLT é cópia da Carta del Lavoro é porque nunca viu ou leu esta carta".* Fui lê-la. Está aqui. O que faz a Carta del Lavoro, segundo análises do nosso querido Arnaldo Sussekind? Contém 11 artigos que regulamentam a questão trabalhista. Todos eles embasados na *Rerum Novarum*. Por exemplo, descanso semanal, preferencialmente aos domingos, horas extras etc. Mas, acima de tudo, o que o fascismo tinha na intervenção estatal, diferentemente da CLT, é que dispunha trabalhadores e empresários na mesma confederação, sob controle do Estado.

Há necessidade de observarmos a estrutura montada em 1930, já na primeira legislação, quando Evaristo de Macedo, Joaquim Pimenta, Agripino Nazareno, socialistas históricos, foram buscar dados para introduzir no Brasil o conceito da unicidade sindical, formulado 10 anos antes do início do fascismo. Lenin adotou na União Soviética, baseada na tese de Maxime Leroy, exposto em livro em 1913, a unicidade sindical.

Contrariamente ao que dizem, em 1988, foi profundamente discutida – alguns podem consultar os Anais da Constituinte – a estrutura sindical. A única coisa que se herda do fascismo seria a instituição de uma contribuição obrigatória. As demais foram profundamente discutidas. E, em 1988, foi referendada a continuidade da contribuição.

Isso é uma inverdade repetida muitos anos, que se acabou tornando uma verdade. Aqui está a Carta del Lavoro, em italiano, infelizmente. Temos aqui a lei de 1930, que consagra a unicidade sindical. Aí vamos entrar na questão da nossa estrutura e as propostas para o futuro. Infelizmente, na atuação sindical, é uma falta e uma falha talvez desta Casa não ter regulamentado o art. 8º, pois que deveria criar um órgão de registro das entidades sindicais. Está previsto no art. 8º, inciso I, que afirma ser livre a organização sindical; mas a retiram do aparato do Estado em 1988 – uma preocupação de todos nós naquela discussão –, ressalvado o registro no local adequado. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sin-

dicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção. Em 1988, discutíamos nesta Casa essa história de liberdade sindical e fomos buscar aquilo que ligava teoricamente o sindicato aos Estados: sua concepção. A partir daí tornou-se uma anarquia sindical.

Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados. Para fundarmos o sindicato pré-88, criamos uma associação profissional com mais de 4 mil trabalhadores, e, três anos depois, conseguimos uma carta sindical. Hoje, com o edital publicado em jornais – não de grande circulação –, ou no *Diário Oficial*, convocando uma assembléia no sábado à noite, ou no dia 24 de dezembro, para cumprir os ritos legais, fundo o sindicato, venho ao Ministério do Trabalho e consigo a carta sindical. E inicio a cobrança da contribuição sindical.

Temos que pôr o dedo nas feridas. Existe o processo, não o rito, e você pode impugná-lo. Ouvimos várias declarações acerca do que ocorre naquele registro sindical no Ministério do Trabalho.

Então, essa questão deve ser encarada com muita seriedade. Como se vai organizar sindicato no Brasil? Afirmar que podemos fazer, como diz a Convenção 87... Se dizem que a CLT é velha, é bom lembrar que a Convenção 87 é de 1953. Comparando datas, uma é tão velha quanto a outra. Vamos discutir o que interessa para o Brasil e para os brasileiros, para não ficarmos como o sistema americano. Lá não há a subscrição da Convenção 87 – aliás é um dos países que menos subscrevem convenções da OIT –, e os bancários não estão organizados. Um por cento deles está organizado no sindicato de comércio ou de serviços. Para saber como fundar um sindicato lá, aconselho assistir a um filme chamado *Norma Rae*. É um plebiscito na empresa, com todas as pressões, prisão das pessoas que estão trabalhando etc. Quando há a demissão de um trabalhador, ele fica de cinco a dez anos aguardando decisão judicial, sem qualquer direito. Se, durante esse tempo, trabalhar em outro lugar para sobreviver, o valor será abatido da possível indenização da empresa.

Temos uma história e não podemos perdê-la. Não é porque acontecem coisas erradas que faremos confusão. Devemos ver o que pode ser mudado. Algumas modificações dever ser feitas. Não podemos deixar de ter uma legislação de proteção ao trabalho. Todos os países têm. Por exemplo, a Carta del Lavoro, o Código do Trabalho francês. Temos a CLT. Dizem que ela está ultrapassada. Não concordo. Agora, queremos revisar item por item a CLT, e vamos fazê-lo no Fórum Nacional do Trabalho, porque buscamos um código de processo do trabalho para acabar com essa procrastinação que existe no Direito do Trabalho.

Defendemos de forma simples o conceito de unicidade. O Ministro Nelson Jobim, na época relator da reforma constitucional, em 1993, dizia termos alcançado pluralismo partidário e que era chegado o momento de alcançarmos o pluralismo sindical. Darei um exemplo do partido do companheiro Vicentinho. A Sra. Marta Suplicy ganhou a eleição em São Paulo, e Paulo Maluf, que perdeu, vai esperar mais quatro anos para voltar a disputar eleição; ou seja, não fundou outra cidade de São Paulo. O que poderá acontecer? Ao perder a eleição, o grupo derrotado funda outro sindicato. É o fracionismo da organização sindical. O pluralismo tem de estar nas entidades. O PT, para ganhar as eleições em São Paulo, fez coligação com o PSB, com o PCdoB, com outras forças políticas para eleger a direção do Estado. Então, a direção do sindicato deve ser plural, e não a sua base, a sua representatividade. É na unicidade que ocorre o pluralismo. Precisamos ter maturidade para entender isso. Não podemos dar condições para que o capital internacional possa intervir. como já o faz hoje. Então, acima de tudo, devemos ter claro que na unicidade existe o pluralismo.

Já temos liberdade sindical. Até brinquei com o Spis quando peguei a Proposta de Emenda à Constituição nº 199, do meu querido Vicentinho, que dizia *“institui a liberdade sindical”*. Mais liberdade sindical para criar sindicato hoje neste País não existe! Temos que pôr o dedo onde tem que ser colocado. Temos que nos organizar porque não podemos permitir que nossa força obreira neste País possa ser massa de manobra na mão de alguns ou de empresários mal-intencionados.

Falemos da contribuição sindical. Como disse, foi herança do fascismo, referendada em 1988, mas não extinta. Até me causa espécie olhar o art. 8º, porque lá diz que o meu sindicato pode instituir uma contribuição, enquanto o Supremo Tribunal Federal me diz que não pode, que só vale para sócio. Não está dito que é para sócio; está dito que é categoria. Mas o entendimento do Supremo...

O art. 8º diz que *“a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva”.*

**Onde diz aqui que é para sócio? Onde diz que isso não é auto-aplicável? Mas o Supremo Tribunal Federal diz que só vale a confederativa para os associados.**

Temos uma filosofia na Central Geral dos Trabalhadores: quem paga, manda. É como num restaurante: quem paga a conta diz a hora de levantar da mesa. Então, quem tem que pagar são os trabalhadores.

Não vejo contribuição compulsória como problema. Pelo contrário, no Brasil de hoje, Vicentinho, isso é um *habeas corpus* para o trabalhador, porque existem empresas em que, se o trabalhador se filiar ao sindicato, é demitido. Vimos aqui dirigentes sindicais demitidos das empresas. Então, imaginem o trabalhador! Ao ter a contribuição compulsória, automaticamente repartida no sistema confederativo, ele fortalece sua entidade, que vai defendê-lo nas negociações coletivas e lhe dar assistência jurídica e sindical no momento da sua necessidade. Temos que ter isso claro: quem paga, manda; e quem tem que pagar são os trabalhadores.

Dizem que estamos atrelados ao Estado por causa da contribuição compulsória. Essa é uma falsa verdade; senão os partidos mais de esquerda, no Brasil organizado, estariam atrelados ao Governo, porque existe uma verba que eles recebem do fundo partidário, contribuição de todos os indivíduos da sociedade.

Essa é uma falsa questão: a da contribuição compulsória gerando atrelamento ao Estado. Não gera. É bom lembrar que, nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, usando-se verbas do FAT, cortou-se grande parte do movimento sindical. Tivemos denúncias aos montes, nesta Casa, de que esse dinheiro foi mal utilizado. A intervenção que houve no movimento sindical nos últimos 8 anos foi com relação à distribuição da verba. Porque não precisa de dinheiro de associado, não precisa de associado. Tem central que recebeu 67 milhões de reais no ano de 2002. Tem todo um trabalho? Tem. Tem respeitabilidade? Tem. Mas, se o dinheiro é público, por que as demais não receberam na mesma proporção?

Essas questões terão que ser analisadas. Defendemos a estrutura com unicidade sindical, com sistema confederativo: sindicatos da base, federações representando aqueles sindicatos, confederações por ramo de atividade e a central. É um sonho, mas vamos ter que ter maturidade para ter uma central no País.

Infelizmente, não podemos defender a proposta da CUT. Temos muitos pontos em comum, mas ela quer criar pirâmide sindical para cada central sindical existente no Brasil. Pode olhar a proposta que ela acabou de deixar aqui. A pirâmide hoje: central, confederações, federações e sindicatos da CUT. Vai ter o da CGTB, da CGT, da Força Sindical, da SDS, da CAT e de quem quiser; assim se pulverizou o movimento operário do Brasil.

Vamos ter que ter maturidade. Sindicatos na sua base, por cidade; organização mínima por Município; não permitir jamais sindicato por empresa; organização mínima, célula mínima do sindicato por Município; federações, confederações e, no topo da pirâmide, a central. E nós, dirigentes de centrais, vamos ter que crescer e ver o pluralismo dentro da unicidade que defendemos.

Existe um ponto pior de todas essas estruturas – e o Juruna lembrou bem: as eleições sindicais. Esse é um problema. Tem gente que diz*: “Não consigo tirar aquele dirigente de lá. Ele montou uma estrutura tal que não dá para tirá-lo nunca”.* Hoje em dia já não dá para dizer tanto assim, mas ainda existem dirigentes assim. O que podemos fazer?

Na Venezuela, quem rege as eleições sindicais é o Superior Tribunal Eleitoral. O Sindicato tem que apresentar o colégio eleitoral, todas as atas. Somente depois é que se diz: Está eleito corretamente.

Como vamos resolver esse problema? Devemos pensar melhor. Vamos levar ao Fórum Nacional do Trabalho essa discussão. Por exemplo, o Juruna está correto: o voto de sindicato nas federações equalitárias não pode ser igual. É diferente. Um sindicato com 3 mil associados e um outro com 150 mil não podem ter o mesmo peso. São representações distintas. Tem que haver a proporcionalidade. Alguns já avançaram. Em algumas confederações as eleições são universais: toda a base da confederação e da federação vota. Os associados do sindicato votam para eleger a federação, os associados do sindicato pertencentes àquela confederação elegem a confederação. Há que se discutir isso.

Só para relembrar: sindicatos devem representar categoria e ramos de entidades, nunca somente os associados. A proposta do Fernando Henrique Cardoso foi no sentido de que deveríamos representar somente os associados. Defendemos a representação de categorias ou ramo, mas nunca somente de associados.

O sindicato tem que ter representação mínima no Município para não cair no sindicato por empresa; a contribuição deve ser compulsória; organização no local de trabalho, porque hoje o sindicato pára na porta das empresas. Tem que haver uma forma de reger as eleições sindicais, a fim de dar-lhes dar maior transparência, proporcionalidade. E devem ser eleições diretas. Assim como um novo código nacional de trabalho, um novo código de processo de trabalho.

Creio que para iniciar, companheiro Vicentinho, são essas as contribuições que trazemos a esta Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, companheiro Neto pela sua exposição.

Passo a palavra ao Sr. Enilson Simões de Moura, o companheiro Alemão, Presidente da SDS.

**O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA** – Sras. e Srs. Deputados, companheiros aqui presentes da Social Democracia Sindical, passo às mãos do Presidente Vicentinho as propostas que já tivemos a oportunidade

de entregar nos gabinetes dos Deputados, na legislatura anterior. Pois voltamos a fazê-lo agora.

Estamos aqui reunidos para discutir a reforma sindical. Gostaria muito que fôssemos honrados com o convite desta Casa para discutir a respeito do direito do trabalho e da justiça do trabalho, que considero temas diferentes deste da reforma sindical.

A nossa avaliação é que no Brasil temos um sistema em relação ao trabalho implantado no período do Estado Novo, no Governo de Getúlio Vargas, que tem como base a lei sindical, o direito do trabalho e a Justiça do Trabalho. Esse sistema durou, pela sua força e inteligência, e vem durando há meio século. Foi útil para a maioria dos governos que passaram por aí. Foi útil para a ditadura militar, assim como para governos mais democráticos, como o de João Goulart.

Há sempre uma casta de dirigentes sindicais dispostos a fazer o papel de guardas pretorianos desses governos. No período da ditadura militar, as confederações faziam atos de homenagem aos ditadores. Lembro de um desses atos que ocorreu no Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em que a CNTI prestava homenagem ao então General Geisel. Isso sempre tem acontecido também nos governos democráticos. Quer dizer, os governos de uma ou de outra maneira acabam cooptando o número de dirigentes sindicais que lhes servem, que lhes aplaudem, e, assim, dessa maneira, se vai realimentando esse sistema.

Evidentemente, há uma correspondência, uma relação muito próxima entre a lei sindical, o direito do direito do trabalho, da forma como existem hoje, e a Justiça do Trabalho. Portanto, nós, da Social Democracia Sindical, propomos que a reforma seja contemporânea. Quando se discute o Direito do Trabalho tem que se discutir a lei sindical e também a Justiça do Trabalho. Elas se complementam dentro de um sistema que serviu aos governos, mas que hoje, efetivamente, não serve mais à sociedade brasileira, aos trabalhadores, à economia, da forma como se desenvolveu.

Não preciso fazer nenhum esforço para dizer que a maioria dos trabalhadores brasileiros, dentre os 22 milhões que têm carteira profissional assinada, entre os trabalhadores da economia formal, não tem representação sindical adequada. Há uma porção de cartório que se constituiu ao longo do tempo, uma porção de dirigentes que não têm nenhuma relação com seus representados. Esta é a mais absoluta verdade. Só sobrevivem da contribuição sindical compulsória e obrigatória, que criou uma "pelegada" neste País, algo absolutamente deplorável! O dirigente sindical não tem que fazer nada.

Na Constituinte de 1988, Deputado Vicentinho, essas deformações se aprofundaram, porque o Estado foi afastado. Deu liberdade e autonomia sindical, sem que se atribuísse aos sindicatos mais deveres e mais obrigações. Os sindicato, no nosso entendimento, tem que ter a obrigação e o dever de mobilizar, de organizar, de negociar adequadamente em nome dos trabalhadores. O sindicato que não faz isso não merece ser chamado assim. É balela dizer que o sindicato é fraco, a categoria é fraca, é interior do Brasil etc. Não é nada disso. Já houve momento na história do nosso País em que o sindicato mais forte era o dos trabalhadores na extração de borracha, de Xapuri, no Acre, quando o Chico Mendes o dirigia.

Essa história de sindicato forte ou fraco é uma balela que precisa acabar. Há sindicatos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que têm por volta de 300 mil trabalhadores na base, que contribuem para o sindicato, por intermédio da contribuição compulsória e demais contribuições que a Constituição de 1988 criou, contribuições confederativas, assistenciais e outras mais, sem que haja qualquer retribuição. Esses sindicatos, como esses com 400 mil trabalhadores, em São Paulo, não organizam, não mobilizam, não negociam adequadamente em nome dos seus representados.

O que fazem? Como é o processo? O processo é uma farsa que se monta por ocasião dos dissídios, onde se convoca uma assembléia pelo *Diário Oficial*, elege-se uma pauta, dá-se uma procuração para a Federação, que completa também essa farsa. Não negociam coisa alguma. Mandam para a Justiça e a coisa fica lá, entulhando. A Justiça do Trabalho deve ter milhares de dissídios coletivos na fila, aguardando parecer do Ministério Público do Trabalho para depois serem julgados. É um ritual caríssimo, desnecessário, para quem não representa, não mobiliza, para quem nunca teve capacidade de ser dirigente sindical. Essa é a verdade que temos no País.

Não tenho medo de dizer que, dos quase 12 mil sindicatos de trabalhadores, 80% ou mais não serve para absolutamente nada. Uma vez disse isso para um dirigente sindical de sindicato de empresários e ele disse *"parabéns para vocês, porque, dos nossos, 90% também não servem para nada".* Servem para os palácios que são capazes de construir, de mármore, de granito, como os das confederações de empresários.

Quando falamos em sindicatos, estamos nos referindo aos dois lados. As confederações de empresários constroem seus palácios bonitos, de mármore, de granito, com 10 ou 20 andares, cheios de CPDs, de secretárias lindas. Elegem Governadores, Senadores, Deputados...

Provavelmente, os Srs. Deputados terão um problema muito sério quando forem tratar da mudança na estrutura sindical do nosso País.

Nós, dirigentes sindicais e trabalhadores, vamos fazer barulho, como é natural, mas, nesse caso, o silêncio será mais forte do que o nosso barulho. Sabemos como vão reagir os dirigentes sindicais das grandes federações e confederações empresariais, que também se beneficiam muito bem dessa estrutura anacrônica, desse direito superado, dessa organização sindical inteiramente ultrapassada. Ninguém quer deixar o sacrifício de ser dirigente sindical, ninguém abre mão da dedicação extraordinária de representar os empresários ou os trabalhadores.

Na verdade, o que temos hoje? Vamos avaliar, sem entrar no mérito das questões do dirigente sindical que não negocia, não se organiza, não faz mobilizações, que é um parasita e vive à custa da contribuição sindical, como está a situação do trabalho em nosso País, a participação do salário na renda nacional, como anda crescendo de maneira assustadora o foco de trabalho escravo. E não é nas serrarias de Mato Grosso. É em São Paulo mesmo, na moderna indústria do vestuário; é no Rio de Janeiro, onde crescem aceleradamente as contingências com trabalhadores em condições análogas às condições de escravos.

Existe esta situação de precarização dos postos de trabalho no nosso País; existem empresas fantasmas criadas uma atrás da outra, sobretudo no setor de serviços. Ou nós não sabemos disso? Empresas desaparecem assim que finda o contrato que ela sublocou de outra que ganhou uma licitação, e os trabalhadores não têm como reclamar nenhum de seus direitos.

Essa discussão vem sendo postergada há muito tempo. Na verdade, o Governo anterior não gostava de entrar em “dividida”, em discussão de pessoas que querem entrar em bola dividida. Não podemos aceitar que para isso haja medidas como as do Governo passado, que tangenciavam esse tipo de problema, sem enfrentá-lo de fato, sem afrontar a caducidade, o engessamento da legislação de trabalho, o direito dos trabalhadores e essa coisa sórdida em que se transformou a estrutura sindical no Brasil!

Se quisermos observar por outro aspecto, vemos que já se comentou sobre as eleições sindicais. Inúmeras pessoas morreram por envolvimento nesse tipo de eleição, e todos os casos acabam como ocorrência desconhecida nas delegacias de polícia e varas da Justiça. Isso é permanente, acontece com freqüência em segmentos em que a violência é maior, como, por exemplo, nos sindicatos da área de transporte coletivo. Não é assim no ABC? Em São Paulo, quantos já morreram? Há disputa pela contribuição, pelo cofre do sindicato etc. Essa é grande verdade. Porque não há ideologia. Aliás, ideologia é outra palavra que foi varrida dos nossos sindicatos há muitos anos. Essa foi uma das maiores vitórias que a ditadura militar obteve neste País: varrer do nosso meio as questões ideológicas que moveram o movimento sindical brasileiro por certo período de sua história. A ausência de ideologia deu lugar à absoluta falta de ética. Muitas vezes, a parceria que se faz entre sindicatos e empresários é fruto de relações absolutamente promíscuas, em que se confunde o que é interesse de um e o que é interesse de outro.

A busca do desenvolvimento poderia unificar capital e trabalho no nosso País, ou em qualquer outro. No nosso caso, os sindicatos são cartoriais, são destituídos de ideologia, transformam essa relação, na maioria das vezes, em relacionamentos promíscuos, que não servem nem ao capital nem ao trabalho.

Portanto, acredito que esta Casa está diante de um desafio absolutamente necessário. Por quantas razões que V.Exas. queiram modernizar a estrutura sindical em nosso País, é preciso antes lembrar que é necessário modernizar o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho. À Justiça do Trabalho não basta tãosomente o que já foi feito por ocasião da eliminação da categoria de juiz classista. Lá ainda existem muitos penduricalhos que precisam ser bem examinados no momento oportuno.

Vou apresentar nossas propostas para a Justiça do Trabalho.

Inicio pela estrutura sindical. A CUT é a mais velha central sindical e nunca, pelo que me consta, recebeu benesse do Governo. Ela surgiu, cresceu, resistiu por muito tempo sozinha, consolidou relações com organismos internacionais importantes e com movimentos sindicais brasileiros importantes. Portanto, é a maior central organizada em nosso País. A partir de sua constituição, organizaram-se outras grandes centrais, também importantes. Dados sobre o assunto estão disponíveis no IBGE.

É mais fácil abrir uma central sindical do que um botequim. Para abrir um botequim, temos de ir à vigilância sanitária, à Fazenda Pública; mas, em se tratando de uma central, basta dizermos que é uma central sindical, e pronto! Quem vai falar que não é? É, e pronto! Basta afirmarmos que há 2, 3 mil sindicatos filiados a ela. Quem vai falar que não há? É mais ou menos aquilo: temos 10.402 estrelas no firmamento; no caso de dúvida, é só contar...

Todo mundo diz que é central, e é fácil dizer isso. Depois da Constituição de 1988, ocorreu uma proliferação de sindicatos, todos, naturalmente, em busca da contribuição sindical obrigatória, das receitas compulsórias.

A estrutura sindical deve começar fundamentalmente no local de trabalho. A lei sindical deve prever

como será essa organização. Ela não pode deixar que os sindicatos tenham o monopólio da representação. O trabalhador paga contribuição compulsória. Se o sindicato faz uma assembléia e a publica no *Diário Oficial*, ele paga novamente. Enfim, o trabalhador paga muitas vezes, e a ele não é dado o direito de optar por outro sindicato mais organizado, que melhor defenda seus direitos, negocie em seu nome.

Temos de ouvir o trabalhador para saber o que ele pensa do monopólio da representação sindical. O trabalhador deve ter o direito de optar, dentro da mesma cadeia produtiva, pelo sindicato que melhor o represente.

Contribuí com os movimentos do ABC nas décadas de 1970 e 1980. Havia três sindicatos: um deles puxava as greves; outro tinha de ser empurrado para ir junto; e mais um outro trabalhava contra nós. O sindicato de São Caetano trabalhava contra os sindicatos de São Bernardo e de Santo André. O sindicato de Santo André era empurrado pelo de São Bernardo. Os trabalhadores de São Caetano queriam participar do movimento, porque entendiam ser ele justo e absolutamente necessário, mas a lei sindical – essa coisa draconiana – não lhes permitia.

Portanto, aos trabalhadores deve ser dado o sagrado direito de optar pelo sindicato que melhor organize seus movimentos e negocie em nome deles.

Devemos ser espertos o suficiente, independentemente do que já foi construído, para estabelecer o que é uma central sindical. Atualmente, centrais são criadas da noite para o dia. As pessoas só ficam sabendo depois. Não é assim que deve ser feito. A democracia exige que as organizações sejam de fato autênticas e com força necessária para corrigir as imensas injustiças do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Enilson Simões, nosso companheiro conhecido como Alemão.

Concedo a palavra primeiramente ao Sr. Relator, Deputado José Chaves. Logo após, passarei a palavra aos nobres Deputado inscritos.

Tenho 21 anos de experiência sindical. Tenho participado de greves desde 1980. Apesar de todo o conhecimento que tenho, reconheço que recebi dos companheiros aqui presentes verdadeira aula sobre sindicalismo. Agradeço-lhes a participação nesta reunião.

Ao companheiro João Carlos, o Juruna, esclareço que a iniciativa desta reunião é nossa. Queremos nosso direito, mas em momento algum queremos que ele seja imposto à Comissão. Pelo contrário, vamos debatê-lo. Felizmente, chega-me a informação de que o debate está pegando fogo nos sindicatos do País. Certamente, vamos ouvir propostas e manifestações. Temos várias idéias a apresentar.

Na condição de Presidente desta Comissão, não quero ser apenas assistente. Vou ouvir todos e debater o assunto. Não vamos agir passivamente – disso bem sabe o Governo.

Passo a palavra ao companheiro, Deputado José Chaves, para suas considerações. E, a seguir, abrirei a oportunidade aos Deputados inscritos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores presidentes e representantes de confederações, senhoras e senhores, inicio minha fala, plagiando o Vicentinho. Esta tarde é extremamente rica. Ouvimos debates, conforme a pluralidade e a conceituação da democracia, e cada confederação com suas idéias próprias, fruto de seu passado de ação, do seu presente e, certamente, com vistas a seu futuro.

Nós, da Comissão do Trabalho, entendemos que, quando um presidente – não me lembro quem; não sei se foi o Alemão – chama de reforma das relações do trabalho não apenas a questão sindical, mas também a CLT, a Justiça do Trabalho e assim por diante, julgo extremamente importante. Seria algo impróprio e imperfeito se levássemos a discussão para o campo tão-somente do sindicalismo. Devemos avançar.

Depois de assistirmos aos debates e a essas considerações extremamente importantes, não tenho pergunta alguma a fazer. Na condição de Relator, prefiro ouvir a falar. Ficaria muito feliz se, num segundo instante, talvez após o debate interno de cada central, nós, da Comissão, recebêssemos uma síntese clara da posição de cada uma.

Nas questões econômicas e sociais do País, defende-se a tese de mais governo, menos governo, e parece-me que, no movimento sindical, queremos menos governo, ou seja, mais participação interna, mais autonomia dos seus autores.

Lembro aos senhores que esta Casa não é mágica nem perfeita. Eu, particularmente, sinto-me bastante frustrado quando ficamos somente na retórica. Para que tenhamos matéria-prima para a discussão e a elaboração de verdadeira reforma trabalhista, é importante a participação de todos.

Faço um apelo para as centrais sindicais no sentido de deixarem com os Deputados uma síntese de seus posicionamentos. O debate pode ser feito várias vezes. É importante recebermos a posição de cada confederação, porque a Casa não é especializada em reforma trabalhista, embora conte com Parlamentares ex-sindicalistas, com advogados e tantos outros profissionais. Então, peço às confederações que assumam

o compromisso de nos mandarem, após ou antes do fórum, a síntese das suas posições.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, nobre Relator, pelas suas palavras.

Estão inscritos para falar os Deputados Ronaldo Dimas, do PSDB do Tocantins; Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia; Orlando Desconsi, do PT do Rio Grande do Sul; Dra. Clair, do PT do Paraná; Zenaldo Coutinho, do PSDB do Pará, e Jovair Arantes, do PSDB de Goiás. De acordo com o Regimento Interno, cada Parlamentar disporá de três minutos. Pedimos objetividade aos companheiros.

O Relator sugere que os Deputados se manifestem em blocos. Como estão inscritos seis, falariam inicialmente os três primeiros e, após as respostas aos questionamentos, os outros três. V.Exas. concordam? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. convidados, a exposição realmente foi muito interessante. A convergência entre CGT, CUT e Força Sindical parece-me não ter sido muito aceita pela Social Democracia Sindical.

Quero lembrar ao Sr. Enilson Simões de Moura que a classe trabalhadora, especialmente representada por vários sindicatos, é quem elege o Presidente da República, os Governadores, Deputados, Senadores etc. Não são os representantes sindicais da classe laboral que hoje detém o poder máximo do País.

Quero expor minha linha de pensamento para saber a opinião dos senhores. Estamos trabalhando na reforma trabalhista há mais de um mês, especialmente na sindical. Nesse período, acumulamos novos conhecimentos e algumas idéias vêm à nossa mente. Não é fácil entendermos a questão da pluralidade ou unicidade sindical. Como foi dito aqui, cria-se um sindicato, uma central sindical da noite para o dia.

A pluralidade e a unicidade estão muito confusas atualmente. Se aglutinarmos as forças empresariais e a correlação do trabalho – a agricultura, o comércio, a indústria, os serviços, o turismo, hoje muito forte, e o transporte –, poderíamos ter as confederações nacionais (os sindicatos e as respectivas federações) menos confusas.

Em relação à criação indiscriminada de sindicatos, o Ministério do Trabalho poderia emitir o registro do sindicato somente a partir do momento em que sua necessidade fosse atestada pela própria organização piramidal, no caso a central final ou a confederação respectiva.

Para que um sindicato de transportes em Santo André possa ser efetivamente registrado no Ministério do Trabalho é necessário o parecer da federação, que se dirigirá à confederação respectiva. A partir daí, aprova-se ou não a filiação desse sindicato. E isso seria válido para todos.

Outra situação – e o Presidente da CGT já falou sobre isso – é o voto direto para todos os níveis. O trabalhador elege o presidente do sindicato, da federação e da confederação. Isso dá peso e representatividade a essas instituições.

Há outra coisa extremamente importante: deve-se tirar do empregador a responsabilidade de pagamento de salário para o dirigente sindical. Quem tem de pagar é o representado, o trabalhador. O sindicato é responsável pelo salário do seu dirigente sindical nos moldes da indústria.

Gostaria de saber a opinião de todos a respeito dessa minha contribuição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Ronaldo Dimas.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, a discussão é muito importante. Os debates acerca de questões relacionadas com a estrutura sindical são sempre muito calorosos. Tenho exercido atividade sindical desde 1979. Concorri a processo eleitoral e não obtive sucesso. Em 1982, contudo, ganhei a eleição. Desde então, fui dirigente sindical, diretor de sindicato e Presidente da CUT na Região Metropolitana. Acompanhei de perto esse processo.

Tive oportunidade de conviver com muitos colegas que hoje estão participando desta reunião quando fui Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis da Bahia – era um sindicato pequeno, não tinha muita expressão no meio sindical. Alguns dos temas aqui levantados têm sido debatidos desde então. Um deles é quanto à unicidade sindical, tema sempre polêmico.

Precisamos evoluir, fazer modificações. É um processo natural. A vida muda, as coisas vão exigindo adaptações. É um processo dinâmico da economia, da vida social. Às vezes, começamos a estabelecer focos para abordar esses temas, que talvez não correspondam à realidade. Criam-se mitos em relação à discussão, como por exemplo, se as reformas serão capaz de alterar amplamente as relações entre patrões e empregados, se a CLT tem de ser jogada na lata do lixo e se a responsabilidade é da estrutura anacrônica.

Já tivemos a possibilidade de viver sessenta anos com essa legislação. Nesse período, tivemos muitos Governos, momentos de pleno emprego, muita reces-

são e muito desemprego. Não se pode atribuir completamente a responsabilidade à CLT. Isso não quer dizer que ela não precise de modificações.

Há três elementos que precisam ser abordados nesta Comissão: a legislação, a Justiça do Trabalho, a própria CLT com suas respectivas modificações, o problema da estrutura sindical e principalmente um elemento que possa criar ambiente mais favorável para a geração de emprego.

É fundamental debatermos alguns princípios levantados pelo Sr. Antônio Carlos Spis, particularmente o da inclusão. Temos de pensar nas medidas que devemos adotar para incluir vastos segmentos de trabalhadores que estão fora de qualquer organização sindical ou estrutura; enfim, que não participam de seguridade social. O fortalecimento dos sindicatos e as políticas a serem adotadas são elementos fundamentais.

Na minha opinião, temos de ver a origem desse processo de enfraquecimento que o movimento sindical vive atualmente, que exclui tantas pessoas. Temos de descobrir isso no modelo econômico, político e social. Se não buscarmos o modelo econômico – e principalmente ele – e atuarmos em todas as centrais sindicais com todos os trabalhadores do Brasil para reverter essa lógica neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, vamos ter muita dificuldade de alterar mais profundamente essa realidade numa legislação.

O problema da unicidade sindical, da forma que está sendo apresentado – com todo o respeito que tenho a V.Exa. pela iniciativa –, não contribui para o fortalecimento da estrutura sindical. A idéia de pulverização, que aparentemente deveria ser combatida com essa modificação, poderia ser amplificada.

Disse o Juruna que os trabalhadores metalúrgicos da Bahia e os de São Paulo têm de ser tratados de forma diferente. Na minha opinião as realidades não são tão diferentes assim. Estou lá, por exemplo, lidando com os problemas da Ford, que produz carros com tecnologias tão avançadas quanto às de São Paulo, ou até mais, porque a fábrica é mais moderna, mas com os trabalhadores ganhando um terço do que ganham os de São Paulo. Se não tivermos condições de estabelecer o mínimo de políticas comuns, inclusive na valorização dos direitos dos trabalhadores, vamos permitir essa migração, que acaba sendo danosa aos trabalhadores, fazendo com que as empresas possam se utilizar desse mecanismo para regredir na garantia de direitos, precarizar as relações de trabalho e aumentar o lucro. O produto fabricado é vendido tanto na Bahia quanto em São Paulo, no México ou em Miami pelo mesmo preço. Precisamos adotar medidas mais uniformes.

Sr. Presidente, o debate está apenas começando. Vamos seguramente encontrar bom termo para as mudanças necessárias. Não temos a pretensão de, a partir das reformas, resolver os problemas do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Presidentes de Confederações, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, demais presentes nesta reunião, considero o debate de hoje muito rico, mas ainda temos muito a discutir, o que prova o acerto deste momento.

Devemos refletir sobre os debates de hoje de forma apaixonada. Estamos aqui para expor nossas experiências e também ouvir diferentes opiniões.

Discordo de certos itens discutidos aqui, como a liberdade de autonomia sindical, o mandato de cinco anos em sindicatos e em centrais. Essas coisas parecem-me controversas. Se estabelecermos o mandato de três anos, não estaremos mantendo a liberdade de autonomia sindical? Como resolver a questão? Devemos caminhar rumo à representatividade das centrais, mas visando seu reconhecimento legal, embora elas de fato existam. Não podemos dar igual representatividade às centrais sindicais, porque elas são de tamanhos diferentes. Precisamos refletir sobre isso.

A unicidade sindical tem vantagens; o pluralismo também. Como resolver a questão? Há sindicatos pequenos, médios ou grandes que funcionam bem, outros não. Há aqueles que não permitem sindicalização, não aceitam um trabalho efetivo de organização dos trabalhadores. Esse tipo de realidade existe no Brasil. Alterar uma coisa para tentar resolver outra não dá certo. Como resolver a questão? Parece aquela história do lençol curto, puxa para um lado e destampa a outra ponta.

Como os senhores vêem a organização do trabalho por intermédio da CIPAS?

Sr. Presidente, três questões causam-me angústia. Não podemos ignorar a existência da pressão patronal. Muitos patrões respeitam os trabalhadores e têm com eles uma relação muito tranqüila. Não podemos, porém, desconhecer que muitas pessoas são demitidas por se sindicalizarem. Se queremos atualizar a legislação, temos de criar algum mecanismo para proteger os trabalhadores desse tipo de coisa.

Com quem ficam a terceirização e a quarteirização? Quem responde por esses trabalhadores que normalmente ficam à margem? Quem representa os desempregados? Hoje há grande número de pessoas desempregadas. Os nossos sindicatos, as federações, confederações e centrais representam os desempre-

gados. Quem efetivamente tem o monopólio da representação dos desempregados neste País?

Será que só vamos nos preocupar com nossa categoria quando ela estiver desempregada? E depois, como é que fica? Como resolver a questão?

Gostaria que os senhores opinassem sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – A Presidência comunica aos senhores que iniciou-se a Ordem do Dia, mas ainda não começaram a votar as matérias. Portanto, farei perguntas num só bloco para ganharmos tempo.

Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes das centrais sindicais e demais presentes, estamos começando a discussão das reformas dentro de uma conjuntura política e econômica.

O Brasil possui 11 milhões de empregados. Na minha opinião esse número é bem maior, porque o critério de aferição dos empregados é determinado e não abrange todas as pessoas. Portanto, temos um contingente muito grande de desempregados.

Nossa legislação trabalhista não dá garantia de emprego contra a dispensa motivada, o que acontece na Europa. Tive oportunidade de visitar três países europeus e percebi que a grande diferença entre nós e esses países é que eles têm estabilidade, garantia de emprego quando a dispensa é motivada. Nós não temos nada disso.

Diante dessas duas questões levantadas, os direitos mínimos inseridos na legislação trabalhista devem ser mantidos. Mudá-los traria transtorno muito maior para os trabalhadores do que manter a CLT da forma como está. Temos de manter o ordenamento jurídico. A Constituição Federal, as leis e as convenções coletivas seguem nessa ordem.

Diante do quadro conjuntural, alterar o ordenamento significa enorme prejuízo para os trabalhadores. A alteração do art. 618, como disse o representante da Força Sindical, é extremamente prejudicial no momento, diante da falta de equilíbrio das forças sociais no País.

Há aspectos positivos e negativos na unicidade e na pluralidade. Proponho a adoção da Convenção nº 87.

Não entendi a explicação do Dr. Antônio Carlos Spis acerca da ultraatividade dos acordos coletivos. Se adotado o princípio da liberdade sindical, vamos inseri-la na Constituição? A organização sindical é livre ou vamos fazer lei sindical para disciplinar a questão? Já vi várias propostas. Se é livre é livre; mas se vamos discipliná-la, já não é livre.

Quero saber a opinião dos senhores sobre a questão.

Se estabelecida a liberdade sindical, havendo mais de um sindicato por categoria na mesma base territorial, qual seria o critério para definir quem iria negociar e representar tal categoria? Como se daria isso?

O que V.Exas. pensam em relação à solução dos conflitos? Qual o papel normativo da Justiça do Trabalho? Ela deve ou não acabar?

E quanto ao custeio? Na Europa, o sindicato cobra mensalidade de 1% de cada empregado; no Brasil, mais de 10% ao mês. Nunca se consegue tirar um dirigente sindical, porque ninguém quer pagar os 10%. Como disciplinar isso? Vamos deixar a contribuição livre ou vamos estipular um valor? Observei em alguns países que o sindicato tem um fundo de reserva. Além da mensalidade paga pelo trabalhador, o sindicato recebe uma contribuição do governo. Teríamos esse fundo ou não?

Gostaria de fazer outras perguntas, mas como não há tempo, agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Sugiro aos Deputados que organizem as perguntas. V.Exas. podem fazer três. Dessa forma fica mais fácil abranger todo o assunto.

Concedo a palavra ao Deputado Zenaldo Coutinho. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, farei apenas considerações em relação a alguns problemas. A pluralidade e as divergências entre os expositores mostram como será fácil estabelecermos a discussão.

O Juruna falou sobre a proporcionalidade. Fico preocupado com a questão. Costumo comparar várias coisas no Brasil ao futebol, esporte do qual todos gostam. Já pensaram se o Flamengo pudesse ter mais votos do que o Goiás ou o Fortaleza, porque tem a maior torcida do Brasil? Como seria isso? Quando discutimos proporcionalidade, incluímos as igualdades ou as desigualdades do Brasil. São Paulo tem uma diferença; Goiás outra. Disse aqui um Deputado da Bahia que estão tentando explorar o trabalhador do seu Estado que faz o mesmo serviço do de São Paulo, mas ganha menos.

O alemão colocou o dedo na ferida. Precisamos realmente colocar os dedos nas feridas, porque elas existem. Discutimos com o Governo passado a flexibilização – um nome bonito. Alguns trabalhadores nem conseguiam pronunciar direito essa palavra. O Governo Lula mudou a palavra, agora é atualização. O objetivo é o mesmo: reformar, mexer na CLT. Até precisa

mesmo, porque ela já existe há 60 anos. Na época em que ela foi criada, o rádio não funcionava com pilha ou eletricidade, mas com bateria. Depois de ligado, ele só começava a funcionar 30 minutos depois. Tinha de esquentar a válvula. O mundo hoje é outro.

Na época de sua criação, as pessoas apenas tomavam conhecimento dos problemas de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro etc., dois ou três meses depois – isso quem possuía rádio. Hoje todos têm computador em casa. Mudou muito a relação do Brasil nesse período. Essa maldita flexibilização – quero até deixar uma pergunta para o Presidente da CUT – está agora sendo defendida por alguns Deputados do PT.

Nós, do Governo passado – que o diga o Deputado José Múcio, pois quase acabaram com o coitado em Pernambuco, porque a CUT espalhou nos nossos Estados que éramos traidores dos trabalhadores, estávamos tirando seus direitos —queríamos apenas atualizar a legislação. Por que então a proposta está sendo enviada novamente a esta Casa? Por que a direção da CUT, que era contra a proposta, agora a apóia? Por que apenas agora nos dá a liberdade do voto? Nunca lhe tiramos a liberdade de expressão sindical. Sempre aplaudimos e defendemos as centrais sindicais e lhes demos todo o apoio. No entanto, CUT, não quis dar essa liberdade de expressão e de voto aos Deputados mandando persegui-los nos seus Estados de forma covarde, absolutamente inadequada para os padrões de liberdade que sempre disse defender.

Estão presentes a esta reunião vários representantes de centrais sindicais. Não fomos perseguidos por nenhuma delas, a não ser pela CUT. Ela nos perseguiu em todos os Estados. Não nos deu liberdade de voto na questão da flexibilização.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Informo aos Parlamentares que acabei de receber a Mensagem nº 132, de 9 de abril, publicada no *Diário Oficial* da União, no dia 10. Nela o Presidente Lula solicita ao Congresso Nacional a retirada do Projeto de Lei nº 134. Isso significa o arquivamento do projeto de flexibilização da CLT. Então, a proposta está retirada. Não vou ler tudo, apenas o básico para que V.Exas. saibam do que se trata.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, apenas mudou o nome. Acabei de frisar isso há pouco com todas as letras. O Governo passado falava de flexibilização; este, de atualização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado, não quero discutir o assunto com V.Exa. no momento. Digo-lhe apenas que há uma diferença muito grande entre aquela proposta que deixava os sindicatos completamente abandonados e essa outra que vai surgir e pôr direitos e deveres, não só deveres. Tenho muita fé nisso. Se V.Exa. ler meu projeto, verá que se trata de uma lei de sustento e de garantia.

Passarei a palavra, por 3 minutos, aos palestrantes para responderem e concluírem suas explanações. Pode ser que haja uma tolerância, embora o Presidente da Casa já nos tenha solicitado a presença em plenário.

Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Spis.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS** – Tentarei ser bem objetivo. O Deputado Ronaldo Dimas falou da pluralidade e da unicidade, mas ficou meio confuso. Há realmente grande facilidade na constituição de entidade, mas muitas vezes temos de correr atrás.

No dia 12 de outubro, comemora-se no Brasil o Dia de Nossa Senhora Aparecida. Milhares de peregrinos vão a Aparecida. Em São José dos Campos, cidade vizinha, saiu um edital no jornal local convocando uma assembléia no pátio da igreja, no dia 12 de outubro, para fundar o sindicato dos mecânicos. Tivemos de ir ao pátio da igreja, no meio de mais de um milhão de pessoas. Houve confusão. A polícia foi chamada e a assembléia não aconteceu. Se tivesse ocorrido, seria um sindicato fundado com o maior número de presentes na história da humanidade. Isso poderia estar em vigor e teríamos que ir atrás. A chave de toda a questão sindical está no imposto sindical. As entidades são fundadas e recebem as benesses das parcelas do imposto. Se precisarem da representatividade sindical do trabalhador, seguramente não a terão. Temos de encontrar maneiras de mensurar a representatividade nos momentos de reconhecimento sindical. Se for da federação, esta terá de dar um aval. Às vezes também podem não ser representativas. A raiz de tudo está em garantirmos uma organização a partir do código de trabalho, para que possamos ter essa noção e mensurar a representatividade sindical. E há instrumentos fiscalizatórios para isso. É uma verdadeira bandalheira. Tenho participado de algumas eleições sindicais. Nelas vejo verdadeiros gângsteres se apresentarem para defender uma chapa ou outra – e isso ocorre até nas eleições da CUT.

Há realmente necessidade de regras. Vejo com bons olhos essa votação em todos os níveis, como foi dito. O empregador não tem responsabilidade de pagar salário de sindicalista. A legislação não garante pagamento, mas conquista sindical por meio de acordo coletivo. No acordo coletivo, as diversas categorias negociam e parte das representações são pagas pelo empregador, mantendo-o em folha. Outros tiram da folha, e o sindicato assume a tarefa de pagar o salário, inclusive os encargos. Há diversas medidas nessa questão, mas regulamentadas por acordo coletivo em

momentos de negociação. A CLT permite a liberação de toda a direção, mas não fala em pagamento de salário. É algo a ser estudado a partir dos exemplos que se tem nos acordos.

O Daniel Almeida falou do contrato coletivo; o Juruna entrou em contradição. Podemos fazer contratos coletivos nacionais por ramo de produção, respeitando as regionalidades. Mas ele quer garantir às federações e às confederações o poder de negociação nacional nessas situações. Garantir o quê? Um acordo coletivo localizado, municipalizado? Não, um acordo mais amplo, nacional, digamos assim, para garantir um direito, talvez em cláusulas mais gerais no Brasil inteiro. Sou petroleiro e tenho contrato coletivo nacional. O salário é igual no Brasil inteiro. A produção é igual. Então, há questões de plantas idênticas. A planta da Ford do Rio Grande do Sul é a mesma da Bahia.

Do ponto de vista da regionalização do trabalho, a diferenciação está no respeito ao trabalhador, pagamento do salário e outras coisas mais que pode se buscar na região.

Hoje, do ponto de vista da produção, o avanço tecnológico é muito grande. É como o brinquedo lego, você tira daqui, monta ali, acolá. Por trás disso existe a guerra fiscal de Governadores, que tentam atrair setores para seus Estados.

O companheiro Orlando Desconsi disse que os mandatos sindicais de cinco anos são uma excrescência. Concordo com S.Exa. Ninguém pode se perpetuar em direção de sindicato. Os mandatos têm de ter uma vigência, uma periodicidade. A média da CUT é de três anos. Conseguimos democratizar um pouco essa normatização sindical na CUT, orientando nossos sindicatos. Temos 3.200 sindicatos filiados – e a maioria está com estatuto muito parecido. Há muitos instrumentos de fiscalização de base para destituir direções. A CIPAS deve ser ampliada com comissões de saúde. Não deve ficar apenas na prevenção dos acidentes, mas ter uma direção mais democratizada e administrar melhor sua legislação.

Quanto às terceirizações e quarteirizações, precisamos resolvê-las com o sindicato do ramo da produção. Por exemplo, passou do portão, é bancário, é construção civil ou é químico. Todos têm de ser considerados da mesma categoria profissional. Se há uma fragilização no local não é culpa do sindicato. Todos os trabalhadores que estão na mesma planta e o no mesmo local de trabalho têm de ser abraçados.

Muitas empresas dizem que contratam o serviço. Quem contrata põe quem quer e, às vezes, não paga nem o PIS da categoria. A empresa que contrata dá satisfações ao conjunto que contratou. Há outras que pouco se lixam para o trabalhador. Assim, criam-se problemas de vulnerabilidade no local de trabalho até para a própria empresa. Quem representa os empregados? O desempregado vai para o sindicato um mês depois da demissão, abre processo seletivo e vai embora.

Está aqui um petroleiro, meu parceiro na greve de 1995. Os petroleiros têm fundo de greve em todos os sindicatos do País. Os demitidos são mantidos o tempo que for necessário. É claro que a base tem de se apresentar.

Cabem às Associações Beneficentes e Culturais dos Petroleiros, os nossos fundos de greve, dizer se o companheiro deve ser ou não punido politicamente. Sabemos que dificilmente um punido político acha emprego. Geralmente o nome deles é espalhado pelo País afora. Dificilmente encontram outro emprego.

A companheira Clair citou inúmeras coisas. Quanto aos desempregados, já respondi. Também fomos contra a modificação do art. 608 da CLT. Podemos até usar o outro nome que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pregava uma flexibilização que possibilitava cumprir direitos abaixo da lei, para baixo e para a direita; a nossa é para cima e para a esquerda. Já existem cláusulas em inúmeras categorias que melhoram a lei. Isso é flexibilizar para cima. Pregamos isso. Agora, abrir a perspectiva num País como o nosso, com tanta exploração, trabalho escravo e infantil, essas coisas todas que sabemos existir no mercado, seria uma superexploração do trabalho, seria garantir a aplicabilidade desse projeto de lei que, infelizmente, não passou e foi arquivado.

Há aspectos negativos mais na unicidade do que na pluralidade. A pluralidade já existe. Ela é fruto da deficiência da aplicabilidade e da unicidade. Pregamos na CUT a união sindical, sindicatos fortes, unidos, construindo um sindicato nacional por ramo, com representações estaduais e municipais. A outra atividade dos acordos coletivos é a manutenção de cláusulas praticadas há muito tempo para impedir que o TST, por exemplo, ou alguma instância trabalhista, as joguem no lixo. O Brasil tem de necessariamente renovar os acordos coletivos anualmente. As empresas não aceitam inserir na sua normalização cláusulas com 20 anos de idade. Outra atividade garantiria sua aplicabilidade por um direito adquirido e pela praticidade, por um período maior, dependendo da categoria.

A livre organização sindical precisa de regras? Sim, senão vira anarquia. Refiro-me às regras gerais, mas sem tirar o direito e a liberdade dos trabalhadores. É o trabalhador que tem de optar. Pode haver, sim, central sindical, CGT estruturada, CUT, Força Sindical e outras mais que aparecerem. Hoje já existem. Criamos isso na legitimidade, trabalhando na

ilegalidade, porque representamos concepções sindicais diferentes. A Central Única dos Trabalhadores foi criada única, mas não conseguiu permanecer assim. Temos de respeitar outras concepções que atuam no movimento sindical.

A disputa pela concepção sindical fará com que o trabalhador e a trabalhadora se politizem e que as direções sindicais se motivem. Muitas direções sindicais contemplativas ficam esperando o mês de junho, quando vem a parcela obrigatória do dinheiro do imposto, para não mais precisarem trabalhar. Muitos sindicatos vão fechar com o fim do Imposto Sindical, porque não existe a prática de buscar a sindicalização. É muito importante trabalharmos com seriedade. Pode haver calendário de redução – como propõe o Deputado Vicentinho – gradativa do Imposto Sindical.

O poder normativo da Justiça trabalhista não deve – assim como há intervenção do Estado nas greves e negociações – soltar sentença normativa que na hora vire lei. Tivemos peito para enfrentar essa situação com os petroleiros 32 dias depois da sentença, e não pagamos a multa. Obrigamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso a recuar, com a anistia. Denunciamos o fato à OIT e à União Européia.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Há projeto meu de anistia.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS** – Ótimo. Parabéns. É preciso, contudo, haver negociação à exaustão. Se houver necessidade, devem trazer os mediadores. O que renovar em mesa, renova acordo coletivo; o que não renovar em mesa, vai para o conflito da Justiça trabalhista, mas sem a terceira instância, o TST. Esse é o único lugar do mundo que mantém essa questão.

Falarei sobre a proporcionalidade na desigualdade, assunto mencionado pelo companheiro Jovair Arantes. A flexibilização já existe. Categorias conseguem ampliar direitos além da lei. A possibilidade que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe, por meio do Ministro Francisco Dornelles e da Força, era a de praticar direitos abaixo da lei. Neste País, isso é inadmissível. Outro companheiro expressou bem a necessidade de pisos mínimos.

A campanha que a CUT fez contra a modificação da CLT, com cartazes, inclusive, foi no sentido de esclarecer a sociedade brasileira sobre a posição dos Parlamentares – direito democrático.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Não quero usar o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não é pela ordem, V.Exa. responderá ao último orador.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, tenho direito à réplica. Não desejo usar o Regimento, apenas quero ter a oportunidade de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, é direito democrático atacar Deputados que têm o direito de liberdade de voto? Não concordo com a posição de V.Exa., nem com a da CUT. Tanto não concordamos que há uma série de processos encaminhados contra a Central Única dos Trabalhadores. Há uma ética mal colocada pela Central Única dos Trabalhadores. Ela é contrária ao direito de voto dos Parlamentares. Isso é algo absolutamente impensado.

Quero que a CUT reconheça que realmente autorizou a campanha difamatória contra os Deputados Federais que votaram a favor da flexibilização. Isso está gravado. Isso é importante para nosso processo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS** – Houve uma campanha de esclarecimento à sociedade.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Campanha difamatória contra os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Já houve o debate. Depois os senhores discutem lá fora.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, este é o local de discussão. V.Exa. não pode cassar a palavra do Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Quero fazer cumprir o Regimento.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, vamos cumprir o Regimento. Tenho direito à réplica e à tréplica. Tenho direito de falar por cinco minutos, e V.Exa. está me cassando a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não é verdade. V.Exa. não tem direito a cinco minutos, mas a três, e já os usou.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, tenho direito a cinco minutos. Gostaria que o Regimento fosse lido. Tenho direito à réplica e à tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Primeiramente, gostaria que S.Exas. tratassem bem nossos convidados.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Nossos convidados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – São nossos convidados, sim. Os empresários foram muito bem tratados aqui.

Segundo, queria que o debate terminasse no melhor nível. Cada um se posicionou. Se soubesse que V.Exa. estaria fazendo uma armadilha para gravar

o que o companheiro disse, não lhe teria concedido a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, V.Exa. está pondo palavras em minha boca. Fiz uma pergunta ao Presidente Nacional da CUT, porque, em Goiás, S.Sa. negou-se a responder. Em Pernambuco também. O Presidente está afirmando que fez uma campanha "esclarecedora" – entre aspas –, no entendimento dele; no nosso foi uma campanha difamatória. S.Sa. acabou de dizer, em audiência pública na Comissão de Reforma Trabalhista, que a CUT autorizou a fazer esse tipo de campanha. As outras centrais não usaram esse tipo de expediente, utilizando a ética e o respeito a esta Casa, que defende livremente o direito sindical.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS** – Entre aspas é afirmação de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não quero continuar esse debate, exijo respeito.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, V.Exa. tem de dizer ao seu convidado que não pode atacar um Deputado, tem que respeitá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Mas S.Sa. não o atacou aqui.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Mas o que S.Sa. está dizendo aí agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – E, mais ainda, Deputado: V.Exa. não falou a verdade. Aqui são três minutos e não cinco.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – É, mas há o direito à réplica e à tréplica. Eu, na condição de representante do PSDB, também posso usar o tempo de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Posso passar a palavra para o outro convidado? *(Pausa.)*

*C*om a palavra o nosso companheiro Juruna.

Espero que esta Casa se encha de trabalhadores. Queremos realizar juntos amplo debate.

Srs. Deputados, ainda temos de votar alguns requerimentos fundamentais para as próprias audiências, certo? Se forem consensuais, será rápido.

**O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES** – Em primeiro lugar, queria falar sobre o art. 618. Na época, estava em discussão a mudança da legislação, no sentido de que aquilo fosse acordado e passasse a valer mais do que o legislado. À ocasião, nossa central pôs a questão em discussão. Não vamos fugir do problema proposto. Numa reunião com a CGT, em São Paulo, propusemos discutir o art. 618, desde que houvesse a legalização das centrais, o contrato coletivo do trabalho e a possibilidade de organização no local do trabalho. Então, foram essas as questões que apresentamos naquela época.

Quando falamos de flexibilização, sinto que às vezes vale para um lado e para o outro. Reconheço isso. Nossa central defendeu isso naquela época. Mas é bom reconhecer também que a Volkswagen do Brasil e o sindicato de São Bernardo – já trouxemos isso aqui inclusive – fizeram a flexibilização, reduziram o salário dos trabalhadores e os seus direitos. Reduziram os salários dos trabalhadores, mas o valor recebido mensalmente não diminuiu, porque houve um acordo de Participação nos Lucros e Resultados – PLR –, que foi estabelecido mês a mês. Somos capazes de reconhecer aquilo que é possível fazer, que foi decidido numa assembléia de trabalhadores em São Bernardo, no pátio da Volkswagen. Não fugimos das novas questões. Espero que as demais centrais também não fujam daquilo que fazem.

A segunda questão que queria apresentar é relativa à proporcionalidade mencionada pelo Deputado. Estamos querendo seguir a mesma questão que se apresenta para a representação dos Estados. Atualmente, os Estados têm uma representação de Deputados Federais proporcional à sua população. Para a unidade nacional há o Senado. Talvez pudéssemos fazer isso também, para que não houvesse um desequilíbrio, como disse o Deputado.

Em relação ao atendimento dos desempregados, hoje as centrais sindicais têm uma experiência importantíssima, que, aliás, está sendo brecada neste momento por uma questão de contingência orçamentária. Quer dizer, não são todas as centrais, mas a CGT, a Força Sindical, a SDS e a CUT têm os chamados Centros de Solidariedade. Nesse caso, 80% do orçamento vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador e 20% saem daquilo que o sindicato presta como contrapartida, que são os seus prédios. Atendemos os desempregados na intermediação da mão-de-obra, na qualificação profissional e no ressarcimento do seguro-desemprego, que vem também do FAT.

Esse trabalho está sendo discutido com o Ministério da Fazenda. Hoje, foi discutido com o Ministro do Trabalho a manutenção do serviço de prestação de contas ao desempregado.

Em outros países é assim: a pessoa é associada ao sindicato e, quando desempregada, recebe o seguro-desemprego por intermédio do seu sindicato. Trata-se de um fundo que vem – como disse bem a Deputada – Do Governo.

Em relação à solução de conflitos, já existem algumas experiências, que são as Comissões de Solução de Conflitos. Trata-se de experiência ainda nova,

que várias centrais têm adotado e que tem facilitado a busca do entendimento.

Além disso, a Justiça do Trabalho vai ter de ser discutida, como disseram outros companheiros, do ponto de vista de não ser apenas normativa, como é atualmente, mas de ter a possibilidade de arbitrar os conflitos. Quer dizer, se há um conflito, uma greve ou uma negociação e não se chega a acordo, poderíamos chamar os tribunais e os juízes para achar a solução, não do ponto de vista normativo, mas do ponto de vista arbitral.

Em relação a quem negocia – como perguntou a Deputada – vamos tomar, por exemplo, a experiência da Espanha. Lá, existem comissões obreiras, UGTs. Dentro de uma fábrica da Ford, as centrais organizadas negociam na sua proporcionalidade e na sua diferença. Dissemos que os sindicatos se manteriam, na opinião da Força Sindical, na unicidade, sendo plural na Federação e confederação.

No exemplo citado em relação à regionalização dos direitos diferenciados, na hora de uma negociação, no caso dos metalúrgicos de São Paulo ou de qualquer categoria, levamos em conta o tamanho das empresas. A empresa paga o piso que tem possibilidade de pagar. Há categorias que levam em conta as condições da empresa.

O Antônio Carlos Spis tem razão, no seu exemplo, porque está falando da empresa PETROBRAS, que não terá piso diferenciado. Ela é a única em todo o País. No caso de Camaçari, as negociações poderiam se dar também por empresas. Por exemplo, temos planta da Ford na Bahia, em Gravataí e em São Bernardo do Campo. Além do acordo coletivo articulado nacionalmente, essas empresas que têm plantas diferenciadas poderiam trabalhar, sob o ponto de vista dos sindicatos organizados, também naquelas plantas. Estamos desenvolvendo essa experiência, inclusive – o Spis deve estar acompanhando – com centrais diferenciadas. Tanto a CUT como a Força Sindical fazem isso mediante a planta da Volkswagen de São José dos Pinhais e de São Bernardo do Campo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, companheiro Juruna, que foi objetivo e rápido na sua exposição.

Concedo a palavra ao companheiro Antônio Neto. V.Exa., se quiser, será Deputado também um dia.

**O SR. ANTÔNIO NETO** – Não, felizmente, não; cumprimos papéis diferenciados. Os senhores têm papéis muito interessantes, com os quais gostaríamos de continuar contribuindo.

Foram muito interessantes as questões abordadas. Algumas delas o Antônio Carlos Spis já respondeu. O Deputado Ronaldo Dimas perguntou acerca do salário do dirigente. Na verdade, ele ocorre por acordo coletivo. A CLT não o obriga ser remunerado. Portanto, é conquista do sindicato na relação com o patrão. Realmente há coisas boas e ruins na unicidade do pluralismo. O nosso grande problema hoje é a anarquia sindical em face da não-regulamentação do art. 8º, do instituto de controle de formação sindical que citei no início.

Existem pessoas na nossa central que propõem que passemos a discutir agora eleições diretas. Tendo carteira de trabalho da base daquele sindicato, vota, independente de ser filiado ou não ao sindicato. Essa é uma discussão que estamos vendo na central.

Concordo com a Deputada Dra. Clair, não dá para ser meio termo: ou se assume a Convenção nº 87 ou vai-se entrar de uma outra maneira que não por essa via. Não defendemos essa Convenção. Ela, na verdade, é perniciosa aos trabalhadores. Se for aprovada, como está correndo no Senado, será de forma inconstitucional em relação ao que tem a estrutura sindical hoje. Portanto, deve-se levar isso em conta. Aliás, o americano diz que não pode aprovar nenhuma das convenções da OIT. Diz o seguinte: *"Os meus Estados são independentes. Portanto, não posso impor a eles nenhuma das coisas"*. Por isso, não segue as convenções da OIT.

As CIPAS estão melhorando hoje a qualidade das empresas. Acrescentando o que o companheiro Antônio Carlos Spis disse sobre a questão da saúde, ao aumentar a fiscalização, podemos fazê-lo também como representação sindical. Hoje, as eleições das CIPAS infelizmente passam muito pelo controle das empresas. Há possibilidade de fiscalizar e preparar os trabalhadores, mas as eleições estão totalmente dominadas pela empresa. A Presidência das CIPAS sempre é das empresas.

Terceirização e quarteirização foi fruto da famosa panacéia, como foi dito no neoliberalismo. É a forma de se desestruturar tudo. Temos de ter muito cuidado, porque terceirização, pelo conceito que temos, deveria ser a especialização de alguma prestação ou complementação de serviço. O que houve foi precarização.

A partir daí, o Governo, em especial o anterior, achatou todas as contratações e terceirizações que tinha. Uma das formas para se resolver o problema seria, no Congresso Nacional, inserir dispositivo na legislação que permita terceirizar, desde que se garanta os mesmos benefícios, direitos e salários do trabalhador na ativa. Dessa forma, não haverá exploração. A terceirização está sendo regressiva nos países do Primeiro Mundo, porque os terceirizados não têm compromisso com a marca e qualidade da empresa, o que vem gerando perdas diversas para a mesma.

Desemprego. Esse assunto foi abordado de maneira bastante interessante, dando a entender que os sindicatos são responsáveis pelos 11 milhões de desempregados no Brasil. Na verdade, é bom lembrar que foi conseqüência da política de oito anos do Governo passado, que arrasou este País. Basta olhar o que ocorreu com nossa economia, de 1997 até o final do ano passado.

A solução para o desemprego ocorrerá na medida em que mudar a política econômica perversa e excludente, que privilegia apenas o capital internacional. É só olhar o absurdo. Temos um quadro que mostra que o lucro líquido dos bancos, em 2002, foi maior do que o superávit primário de todos os Estados brasileiros. Banco não produz nada. É necessário inverter essa situação, tirar da ciranda financeira e jogar na produção. Assim, o País se desenvolve e volta a ter emprego.

Estão sendo tomadas algumas atitudes na reforma tributária visando a desoneração da folha de pagamento. Há uma frase famosa do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que disse: *"Desonerar a folha está errado, porque quem paga não é o patrão, são os consumidores".* Somos nós que pagamos tudo que o patrão paga – até o SESI, SENAI, SESC – quando compramos produtos.

Isso também foi proposta nossa, e o Ministro Palocci aceitou a idéia de passarmos a discutir a possibilidade dos trabalhadores também fazerem gestão dos S. Somos favoráveis aos S. Então, vamos fazer essa gestão de maneira a que possamos dar nossas opiniões.

Com relação ao desemprego, é bom lembrar que também já fomos signatários da Convenção nº 158, aprovada por este Congresso. O Dr. Itamar Franco a promulgou, mas, imediatamente, o novo Governo neoliberal, Fernando Henrique Cardoso, enviou uma mensagem, desautorizou e cassou essa convenção, que teria sido uma grande vitória do povo brasileiro. Somos o único País no mundo que temos a famigerada demissão imotivada.

Solução de conflitos. A Central e eu defendemos a solução de conflitos através do poder normativo da Justiça de Trabalho, até porque ela está aparelhada, como alguns tribunais, e tem compromisso com os governos liberais. É só verificarmos o que ocorreu nos últimos quatro anos no Tribunal Superior do Trabalho, que extinguiu, sem julgamento de mérito, mais de 1,8 milhão de dissídios ou ações. Algumas ações não podem chegar ao Supremo Tribunal, como gravidez, dispensa de sindicalizados, que procrastinam durante 10 anos. Por isso, propomos a revisão e a criação do Código de Processo de Trabalho para acabar com isso.

Custeio. Volto a dizer: quem tem de pagar são os trabalhadores. Defendo a questão da contribuição compulsória, porque, como disse o companheiro Deputado, realmente hoje, no Brasil, ainda há trabalhadores escravos, imagine outras coisas com relação à sindicalização e imediata demissão, etc. Então, criamos um *habeas corpus* ideal para que o trabalhador possa sustentar.

Defendemos a proporcionalidade da votação para eleição das estruturas.

Encerrando, parabenizo o Governo que fez o arquivamento ou a tirada definitiva do art. 618, porque, diferentemente do que está sendo proposto hoje, queremos discutir a CLT inteira, estamos abertos a discutir qualquer coisa. Agora, um artigo que, com uma só penada, acaba com todos os direitos dos trabalhadores é inaceitável. Convenção coletiva parte da base, ou seja, tem o mínimo ali garantido. Pela CLT, todas as convenções e todos os acordos existentes melhoram a lei. Agora, dar a possibilidade de piorar a lei, nesse quadro de 11 milhões de desempregados, é jogar galinhas para serem ingeridas por raposas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Sr. Antônio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Passo a palavra ao Presidente da Social Democracia Sindical, Enilson Simões de Moura, o Alemão.

**O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA** – Não tenho muita coisa para acrescentar. Quanto a algumas perguntas feitas, teremos possibilidade de respondê-las melhor no momento em que estivermos discutindo o Direito do Trabalho.

Houve pelo menos três perguntas importantes. Uma delas trata do custeio, a imoralidade que está aí. Sobre o monopólio da representação, o pelego cobra a contribuição sindical. Recebe a contribuição confederativa, faz uma campanha salarial de porcaria, ainda mete uma contribuição existencial.

Certa vez, no Paraná, o Ministério Público somou isso tudo. O trabalhador dava um mês de salário para um sindicato que era uma porcaria. Essa é a maravilhosa liberdade de autonomia sindical que resulta nesse peleguismo imoral que temos por aí!

Quanto à questão da CIPAS, é evidente que ela deve ter outras atribuições. Em alguns sindicatos estamos treinando os "cipeiros" da mesma forma que os agentes comunitários de saúde, de maneira que possam ajudar a controlar algumas doenças que podem levar o trabalhador a ser demitido, caso o patrão saiba delas. Por exemplo, hipertensão, diabetes etc. A CIPAS pode dar orientação, medir pressão etc.

A CIPAS só é boa quando o sindicato presta. Caso contrário, acaba sendo só uma formalização burocrática para o cumprimento da lei, não serve para nada.

Na questão da solução de conflitos, propomos que os sindicatos dos empresários e dos trabalhadores estabeleçam mediadores nos setores público e privado. Ou seja, os sindicatos que realmente queiram negociar os conflitos coletivos devem poder buscar ajuda desses mediadores que seriam indicados pelas delegacias regionais de trabalho. Alguma coisa já é feita hoje nesse sentido, mas de forma burocrática e formal. As delegacias regionais de trabalho precisam ser mais bem instrumentalizadas para fazer esse tipo de mediação nos conflitos de natureza coletiva.

Propomos também arbitragem. É evidente que há a Justiça do Trabalho, mas se eventualmente as partes acharem que é uma maneira mais adequada, poderão escolher um árbitro de comum acordo. Propomos a figura da arbitragem no campo da Justiça do Trabalho como forma de solução de conflito.

Naturalmente isso tudo se insere num contexto de profunda e completa reforma em termos de relação de trabalho. Não dá para pinçar uma idéia para ser tripudiada, quando você a tira do contexto. Confio em que esta Casa, sobretudo o Congresso Nacional, será capaz de votar profundas reformas nesse anacrônico sistema de trabalho existente no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Presidente Enilson de Moura.

Neste momento, gostaria de agradecer a todos os companheiros e convidados. Peço desculpas por qualquer coisa. Peço aos Parlamentares que votem imediatamente os requerimentos que aqui estão.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, gostaria de dar um informe aos representantes das entidades sindicais. A Comissão do Trabalho constituiu uma Subcomissão, da qual sou Presidenta e o Deputado Jovair Arantes é o Relator, para discutir os problemas relacionados à terceirização de serviços. Haverá audiência pública provavelmente daqui a duas semanas para tratar dessa questão, e vamos chamá-los a participar.

Informo também que o TST revogou instrução normativa que regulamentava a questão dos dissídios. O Presidente atual não comunga dos posicionamentos relativos à extinção dos dissídios. Houve avanço nessa questão no Superior Tribunal do Trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – V.Exa. está querendo colocar alguns requerimentos em votação. Gostaria de alertá-lo que não temos *quorum*. Se V.Exa. colocar em votação, vou pedir verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Percebo que não estão presentes todos os nossos Parlamentares. Se não aprovarmos esses nomes, corremos o risco de ter de suspender a próxima audiência.

Encerro, neste momento, a audiência e convoco todos os membros da Comissão para a próxima reunião, no dia 14. Somente não virá o representante da OAB, porque seria pedido verificação de *quorum* pelo Deputado Jovair Arantes, mas virão os Presidentes do TST, da ANAMATRA, da ABRAT e o Dr. Raimundo Simão, Procurador da 5ª Região.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Consulto se o único requerimento que implicaria falta de um participante na reunião é o da OAB?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Deputado Jovair Arantes, do PSDB, para que aprovássemos apenas o requerimento, porque é importante a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na próxima audiência.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, isso deve-se à conduta de V.Exa. no comando da Presidência.

Fui Presidente da Comissão do Trabalho. Na ocasião, mesmo quando os convidados eram da minha base eleitoral, ou da minha base política no Planalto, ou do Governo que representava, os Deputados da Oposição tinham a palavra e podiam discutir qualquer problema mais nevrálgico. Eu respeitava essa posição e dava um tempo a mais. Não é nenhum privilégio, está previsto no Regimento Interno.

V.Exa. está querendo aplicar o Regimento. Também estou disposto a aplicá-lo na sua plenitude nesta Comissão. Sabemos que qualquer Comissão que o aplique integralmente dificilmente andará. Vou atender ao apelo do Deputado Leonardo Picciani, que tem demonstrado apreço e feito um trabalho muito importante, assim como o Relator, e deixar que votem o requerimento.

Peço, no entanto, a V.Exa. compreensão, pois algumas questões estão atravessadas na garganta de Deputados da Oposição e do Governo. Portanto, é preciso falar. Esta Casa se chama Parlamento para

que possamos discutir, ponderar, ouvir e até mudar de opinião de repente. Quando fazemos uma pergunta cheia de espinhos a qualquer convidado é porque temos de tirar proveito dessa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Jovair Arantes, não imaginei que fosse por isso. Primeiro, por causa da sua postura. Sugiro que sentemos para conversar. Na ocasião da eleição de membros da Comissão, V.Exa. não queria que se elegesse o Presidente; quando tínhamos de realizar audiência pública conjunta desta Comissão Especial com a Comissão de Trabalho, a fim de debatermos com o Ministro Jaques Wagner, V.Exa. foi contrário; e até hoje o PSDB não indicou um Vice-Presidente para esta Comissão. Eu pensava que era uma obstrução. Se for em função disso, conversaremos e resolveremos. Vamos colocar as questões cara a cara e resolvê-las da melhor maneira possível.

Retirada, portanto, a solicitação de verificação.

Requerimento do Deputado Maurício Rands e da Deputada Dra. Clair solicitando seja convidada a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para participar da reunião de audiência pública.

Os Srs. Deputados que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Na condição de Presidente, estou sentindo falta do Vice-Presidente do PSDB. Levarei essa questão ao Presidente da Casa para saber se regimentalmente podemos indicar outros vices, para não ficarmos submetidos a obstruções que muitas vezes se parecem com vingança. Vamos resolver isso e dar a maior transparência possível.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 9ª Reunião realizada em 14 de maio de 2003.**

Às quinze horas do dia quatorze de maio de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no plenário sete do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Maurício Rands – Primeiro Vice-Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Miguel de Souza, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Bauer, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Robson Tuma, Rommel Feijó e Wladimir Costa – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Antonio Carlos Biscaia, Átila Lira, Ildeu Araújo e Paes Landim – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eduardo Valverde, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Iris Simões, João Batista, Joaquim Francisco, Marcelo Teixeira, Maria Helena, Nelson Trad, Orlando Desconsi, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Ricardo Fiuza, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Vilmar Rocha e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da oitava reunião, realizada no dia sete de maio de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Isaías Silvestre. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública.** O Presidente chamou para compor a Mesa o Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados – ANAMATRA, Dr. Nilton Correia – Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT, e o Dr. Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Décima Quinta Região. Após agradecer a presença de todos, justificou a ausência do Sr. Rubens Approbato Machado, Presidente da OAB, que comunicou a impossibilidade de comparecer à reunião. Assim, concedeu a palavra ao Ministro e, na seqüência, aos Presidentes da Anamatra e Abrat, e ao Procurador Regional do Trabalho. Encerrados os pronunciamentos, fizeram comentários e perguntas aos convidados os Deputados José Chaves, Relator, Almir Moura, Maurício Rands, Eduardo Valverde, Leonardo Picciani, Isaías Silvestre e Dra. Clair. **B – Requerimentos:** Os seguintes requerimentos foram aprovados: Requerimento nº 43/03 – Do Sr. Maurício Rands – que "solicita seja convidado o Senhor Roberto Caldas, Representante da OAB junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST."; Requerimento nº 44/03 – Do Sr. Maurício Rands – que "solicita seja convidado o Senhor Morse Lyra Neto, Procurador do Ministério Público do Trabalho da 6ª Região."; Requerimento nº 45/03 – da Sra. Dra. Clair – que "requer sejam convidados os Senhores Manoel Antonio Teixeira Filho e Estevão Mallet, para comparecerem à Comissão Especial de Reforma Trabalhista para contribuírem com o debate, cujo tema será as propostas de Reforma do Direito Processual"; Requerimento nº 46/03 – da Sra.

Dra. Clair – que "requer seja convidado o Senhor Celso Soares, para comparecer à Comissão Especial de Reforma Trabalhista para contribuir com o debate cujo tema será as propostas de Reforma do Direito Material"; Requerimento nº 47/03 – Do Sr. José Múcio Monteiro – que "requer convidar o jurista Dr. Francisco Siqueira Neto para Audiência Pública nesta Comissão". Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou outra audiência pública para o dia vinte e um de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário treze, e encerrou a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa tarde, senhoras e senhores. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada ao estudo das matérias que abrangem a reforma trabalhista.

Iniciaremos sem delonga os debates, em respeito aos nossos convidados, que têm compromissos importantes a cumprir ainda hoje. Agradeço aos Deputados a presença e solicito à Assessoria que convoque os demais Deputados membros da Comissão. Hoje pela manhã foi realizada sessão extraordinária e muitos Deputados ainda estão almoçando, já que a sessão terminou às 14h, e só não avançou mais porque, de acordo com o Regimento Interno, a sessão extraordinária não pode se sobrepor à sessão ordinária com início às 14h.

Sejam todos muito bem-vindos.

Tendo em vista a distribuição da cópia da ata aos Srs. Deputados, indago se há necessidade de leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE –** Proponho a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta audiência está sendo gravada e transmitida pela *TV Câmara*. Portanto, tudo que for dito tem de ser com grande responsabilidade.

Agradeço a V.Exas. a presença nesta audiência.

Convido para compor a Mesa o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho que, por coincidência, é meu conterrâneo – S.Exa. também é do Rio Grande do Norte –, Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros, que está acompanhado de sua nora, filhos e assessores. Hoje S.Exa. está completando 47 anos. Peço uma salva de palmas em homenagem a esse digníssimo companheiro de luta e de jornada. *(Palmas.)* Lembro também a V.Exas. que hoje nosso nobre Secretário, que tanto tem sofrido conosco, completa 32 anos. *(Palmas.)*

Convido também para compor a Mesa o Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados – ANAMATRA; o Dr. Nilton Correia, Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT; o Dr. Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região de Campinas, São Paulo, que é uma pessoa particularmente especial para mim, foi metalúrgico da Volkswagen, trabalhou conosco há muito tempo, foi advogado do nosso sindicato e hoje é um dos mais eminentes Procuradores do Trabalho do nosso Estado e do País. V.Sa. é bem-vindo. *(Palmas.)*

Vejam que posso ser advogado também. Trabalhei durante 25 anos na Mercedez e estou cursando o quinto ano de Direito. Os senhores estão convidados para a minha formatura no ano que vem, se Deus quiser.

A OAB comunicou a impossibilidade do comparecimento do Dr. Rubens Approbato a esta reunião, em virtude de compromissos anteriormente assumidos para esta data. Está justificada, portanto, a ausência de S.Sa.

Informo aos participantes sobre a regra estabelecida para a oratória de cada um. Todos terão direito ao tempo de 20 minutos para a explanação inicial. Encerrados os pronunciamentos, cada Deputado disporá de até 3 minutos para considerações e perguntas, com o mesmo prazo para respostas e possíveis réplicas e tréplicas. Quando chegar aos 15 minutos de explanação, lembrarei aos senhores o tempo para que possam, portanto, encerrar a fala.

Pela ordem usarão da palavra, conforme requerimento aprovado, o Sr. Ministro Francisco Fausto, o Dr. Hugo Cavalcanti, o Dr. Nilton Correia e, por fim, o Dr. Raimundo Simão.

Concedo a palavra ao nobre Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Francisco Fausto.

**O SR. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS** – Boa tarde, Deputado Vicentinho, Dr. Nilton Correia, Dr. Hugo Cavalcanti, Dr. Raimundo Simão, Sras. e Srs. Deputados, dentre os quais vejo Maurício Rands, que no meu tempo de juiz na Junta de Conciliação e Julgamento de Pernambuco também advogava causas trabalhistas.

Não preparei esquema algum. Vou falar sobre a CLT que, a meu ver, deveria sofrer modificação. Criada e editada em 1943, durante o Estado Novo, na verdade não é absolutamente um documento fascista, como se diz comumente. Foi inspirada na obra do grande intelectual socialista Joaquim Pimenta, um

dos homens que mais trouxe ilustração à Escola de Direito de Olinda, em Recife, e que marcou presença muito grande nessa escola.

Por que a CLT foi criada no ano de 1943, em pleno Estado Novo? Ela foi criada por conta do início da era industrial no Brasil, quando começávamos novos tempos. Getúlio Vargas havia conseguido, através de manobras governamentais e de política internacional, algumas indústrias para o País e previu que haveria necessidade de se garantir o mínimo de proteção e tutela ao trabalhador nessa era industrial.

O que tem de fascismo na CLT? A organização sindical. Por que é fascista? Porque partiu do lema fascista de Mussolini, na Itália, que versa mais ou menos sobre tudo dentro do Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado. Por que Getúlio teria assimilado esse lema fascista para adotá-lo na organização sindical brasileira? Ele o fez não porque fosse fascista, mas pelo poder de mando, coisa muito comum entre os políticos brasileiros. Fez isso porque gostava de mandar e entendia que os sindicatos deveriam ficar ligados ao Estado Novo, porque só assim ele poderia administrar sem a oposição da área sindical.

Diz-se ainda que a CLT é um documento envelhecido. É verdade, ela tem 60 anos. Mas vejam bem, em 1943, o grande debate que se travou foi a respeito de uma questão fundamental para se compreender o porquê da CLT. Questionava-se o seguinte: devemos lançar um Código do Trabalho ou uma Consolidação das Leis do Trabalho? Esse foi um debate que tomou conta de toda a área política, intelectual e universitária em 1943.

Na Câmara dos Deputados, numa Comissão – vou consultar, porque minha memória não é muito boa –, em 1971, 1972, sendo Presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social o Deputado Wilson Braga, da Paraíba, discutiu-se também se deveria ser feito um Código ou uma Consolidação das Leis do Trabalho. E a conclusão foi a mesma de 1943: devemos ter uma Consolidação. Por quê? Porque ela é mais flexível, permite sua adaptação ao fato social.

Agora, vejam bem, é preciso ficar bem claro que não há lei no mundo que acompanhe a velocidade da civilização. Não há lei no mundo que acompanhe o fato social, principalmente o fato social com o qual lidamos dentro da legislação trabalhista. Mas ficou acertado que seria uma consolidação, porque ela permitiria a organização permanente.

De lá para cá, a CLT sofreu várias modificações. Ela vem sendo modernizada mês a mês. Os Congressistas mudam o texto da CLT mês a mês. É difícil encontrar uma CLT do mês de março que seja igual à do mês de abril. A do mês de abril já é diferente, já há uma lei nova se incorporando ao seu texto. Portanto, é um documento que vem sendo modernizado constante e permanentemente. Quando se diz que a CLT é uma lei envelhecida, essa afirmação é um pouco suspeita. Geralmente parte de órgãos suspeitos, porque, na verdade, o que se quer é a destruição de normas rígidas de tutela ao trabalhador brasileiro.

Lançada a CLT, era a bandeira de Getúlio Vargas em 1943. A bandeira de Getúlio era a estabilidade no emprego. Ele previa necessidades do trabalhador para permanecer no seu emprego e que ele tivesse instrumentos para se defender contra o empregador que quisesse demiti-lo. E foi a estabilidade, de fato, a grande bandeira celetista em 1943.

Em 1967, essa estabilidade precarizou-se completamente e, em 1988, com a Carta Constitucional, desapareceu praticamente a estabilidade no emprego, porque o trabalhador brasileiro passou a ser submetido ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Então, houve enorme modificação nessa área.

A CLT sofreu modificações profundas quanto ao trabalho da mulher, ao trabalho do menor. Quanto ao tempo do contrato de trabalho, à natureza do contrato do trabalho, o contrato por prazo determinado – antigamente era difícil celebrar um contrato por prazo determinado e de fato é um contrato que não serve muito ao trabalhador, tanto que na Europa procura-se aliviar a pressão que existe pela contratação por prazo determinado – também sofreu flexibilização, de tal maneira que hoje pode-se contratar por prazo determinado em muitas situações.

Na verdade, sou um defensor da CLT, porque entendo que é o documento que ainda protege o trabalhador brasileiro. Quando a CLT falta, acontece a precarização do emprego. Quando a CLT não existe em determinadas áreas, acontece o pior no Brasil, que é a ocorrência de trabalho escravo. Há trabalho escravo no sul e no norte do Pará, na grande Amazônia, em todo o norte do País, no Centro-Oeste, no Nordeste, em São Paulo – o Procurador me dava notícias da existência de trabalho escravo em Campinas, São Paulo. Ontem tivemos a notícia de que há ocorrência de trabalho escravo em Campos, no Rio de Janeiro. Isso existe porque a CLT não chega nessas áreas. A legislação trabalhista tem de ser mantida.

Nos dias 7, 8 e 9, no TST, realizamos o Fórum Internacional sobre Flexibilização no Direito do Trabalho. Trouxemos da Europa cinco professores universitários, um professor da Argentina, outro do Uruguai e vários professores brasileiros. O Fórum foi aberto por Arnaldo Süssekind, que ainda é vivo e é um dos redatores da Consolidação das Leis do Trabalho. Ele tinha 23 anos quando foi convidado por Getúlio Vargas para

participar dessa comissão. O Fórum foi encerrado por Mozart Victor Russomano, um dos grandes mestres do Direito do Trabalho no Brasil e na América Latina, e por todos os professores europeus que trouxeram notícias da flexibilização em seus respectivos Estados, que diziam exatamente isto: a flexibilização nunca gerou empregos. A flexibilização não gera emprego; pelo contrário, ela precariza o emprego. Tem precarizado o emprego e tem gerado desemprego. É isso o que acontece com a flexibilização. Contudo, não sou rigorosamente contra a flexibilização. Entendo que, em algumas circunstâncias, deve haver flexibilização, e cito dois casos em que a jurisprudência flexibilizadora do TST funcionou a contento.

Um caso ocorreu no sul do País. Várias empresas provavam que, sem a terceirização nas atividades-meio, elas não teriam condições de competitividade no MERCOSUL. Isso estava provado dentro do processo. O que fizemos imediatamente? Resolvemos flexibilizar a CLT nesse aspecto, destruímos praticamente o Enunciado nº 256, que tratava da terceirização, e passamos a admitir a terceirização em atividade-meio. Esse é um exemplo típico de que nós aceitamos, na jurisprudência do TST, a flexibilização.

Outro exemplo típico veio de São Paulo, em uma norma coletiva em que se discutia se era possível estabelecer um piso salarial diferenciado para menores de 18 anos. E ficou muito claro dentro desse processo que, de fato, se essa norma fosse adotada pelas partes, pelos agentes que discutiam a questão, sem dúvida haveria um mercado de trabalho muito maior para as pessoas dessa faixa etária.

Nesses dois aspectos o TST flexibilizou. Não somos contra, portanto, a flexibilização. Mas, vejam bem, o Governo passado manda um projeto para a Câmara dos Deputados que pretende simplesmente alterar o art. 618 da CLT, dispondo que tudo o que for negociado prevalece sobre o legislado. Esse foi o grande erro. Primeiro, ele não criou mecanismo de controle para essa flexibilização. Esse mecanismo de controle existe em outras partes do mundo? Sim, existe. Existe na Alemanha, na França. Só é possível flexibilizar se a empresa provar que está em dificuldade econômica.

Na Suíça, onde a legislação trabalhista é mais rígida do que no Brasil – estou falando em países de Primeiro Mundo, tais como Alemanha, França, Suíça –, existe um Conselho Nacional Tripartite. Toda norma flexibilizadora passa por esse Conselho Nacional Tripartite. Portanto, o que se faz no mundo todo? O estabelecimento de normas rígidas que protejam, que tutelem o trabalhador. Mas se diz: A CLT é muito tutelar. É tutelar mesmo. A CLT foi feita para tutelar o trabalhador. A CLT não foi feita para o desenvolvimento econômico, absolutamente. As políticas desenvolvimentistas devem ser práticas governamentais à margem da CLT, à margem do direito dos trabalhadores. É evidente que só se pode pensar em emprego se se pensar em empresa que dá o emprego. Mas essa é outra questão, inclusive que se soma à necessidade de tutela ao trabalhador.

Toda legislação brasileira é tutelar. Se nós, homens, nos separarmos, se fizermos uma separação judicial, vamos ter problemas seriíssimos, porque a mulher leva quase tudo. O direito da mulher é muito mais amplo dentro da separação judicial – sei que as mulheres protegem, mas é verdade. Nós é que sofremos. Se você brigar com um comerciante, ele pode até protestar seu título por falta de aceite. Você vai discutir depois. Se você brigar com o Estado, partir para um contencioso tributário, só pode brigar e se defender depois de pagar.

Então, todo direito, na verdade, é tutelar. O Direito do Trabalho também nasceu para tutelar os interesses do trabalhador brasileiro. Essa é a verdade. Daí por que quando se diz que a Justiça do Trabalho é paternalista, não, a Justiça do Trabalho não é paternalista, o Direito é que é tutelar, o juiz é imparcial e aplica a norma jurídica que lhe é oferecida para os casos concretos. É isso o que nós fazemos.

De modo que, quando estamos discutindo a questão de legislação trabalhista, o corte profundo na Consolidação das Leis do Trabalho deve ser feito sob dois aspectos principais. Primeiro, há um trabalho sendo feito pelo Ministro Jaques Wagner, no Ministério do Trabalho e Emprego, com o qual concordo, apesar de não concordar muito com os termos que S.Exa. usa. Mas é uma verdadeira faxina o que está fazendo na CLT. Para quê? Para retirar várias normas que constituem letra morta na Consolidação das Leis do Trabalho.

Quais são essas normas? Normas que tratam da participação de juízes classistas na Justiça do Trabalho, quando essa representação classista já desapareceu por uma emenda constitucional do ano 2000. E outras tantas normas relativas à estabilidade do emprego, que, como já disse, desapareceram a partir da Constituição de 1988. Isso deve ser feito.

O corte seguinte, não tenho dúvida, tem de ser feito na organização sindical.

Li o projeto do Deputado Vicentinho, que é contra o *status* sindical e o imposto compulsório. Estou de acordo, e sei que isso divide os trabalhadores. Estive recentemente em Praia Grande, São Paulo, participando de um congresso nacional da CGT, e vi por lá vários cartazes dessa entidade defendendo o *status* sindical, dizendo que ele deve existir.

Apesar de tudo, acho que esse corte tem de ser feito. Devemos partir para isso, porque o sindicato deve viver exclusivamente da contribuição dos seus associados. Só assim ele terá representatividade.

Recentemente, no Tribunal Superior do Trabalho, tramitou um processo curioso. Foi feita uma convenção coletiva no Estado do Paraná – seu Estado, Deputado – e sabem o que se sustentou lá? A possibilidade de o sindicato receber ajuda do próprio empregador. Não é descontar dos salários dos empregados, não. Estava lá uma cláusula dizendo que o empregador pagará xis em uma folha de pagamento, mais as suas despesas, sem descontar do trabalhador. Isso é suspeito, porque significa que esse sindicato, de fato, não pode ter representatividade. Sindicato só terá representatividade no Brasil no dia em que passar a viver exclusivamente da contribuição dos seus associados. Sem isso, absolutamente não é possível.

Então, é isso o que esperamos. Eram essas as idéias que gostaria de passar para os senhores. É claro que não estou entrando em detalhes. Há muitas questões na legislação trabalhista que devem ser discutidas, e acredito que esta Comissão irá fazê-lo a contento.

Em linhas gerais, era isso o que gostaria de dizer aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros.

Antes de chamar o próximo convidado, gostaria de falar da alegria de ter nesta Comissão a presença de uma mulher que tem uma história de muita dignidade, tem *status* para ser Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive do Supremo Tribunal Federal, a Dra. Salete Maccalóz. Já nos conhecemos de longa data e debatemos muito. Obrigado pela sua presença. Ela foi a veia feminina, forte, digna. (*Palmas*).

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados.

**O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO** – Exmo. Sr. Deputado Vicentinho, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes desta Mesa Diretora e os convidados para esta audiência pública; Exmo. Sr. Deputado Maurício Rands, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente quero agradecer, em nome da ANAMATRA, o convite que nos foi formulado para que trouxéssemos a esta importante Comissão a posição da entidade que representa a magistratura trabalhista nacional, na convicção de que temos efetivamente uma contribuição importante a prestar à sociedade brasileira, no momento em que se fala em reforma da legislação trabalhista.

Os juízes do trabalho entendem que o acúmulo de experiências e, mais do que isso, o conhecimento técnico decorrem precipuamente da sua atividade como magistrado, do exercício da função jurisdicional, legitimando-os a oferecer essa contribuição. E é isso que pretendemos fazer, não apenas nesta audiência, mas também durante todo o processo de modernização e reforma da legislação trabalhista.

Claro que em vinte minutos não poderíamos estabelecer toda as premissas e posições da entidade. Mas, de forma genérica, gostaria de deixar registrados os pontos de vista básicos da entidade que, na nossa avaliação, deveriam nortear o processo de atualização da legislação trabalhista.

Em primeiro lugar, acredito que qualquer discussão sobre o Direito do Trabalho no Brasil e sobre a atualização da legislação trabalhista tem de partir do pressuposto de que o Direito do Trabalho tem natureza tutelar, como já foi dito pelo Ministro Francisco Fausto. Isso é essencial. É inimaginável que se queira discutir Direito do Trabalho e atualização da legislação trabalhista sem se ter em mente o requisito básico da natureza tutelar. Retirar a natureza tutelar significa a extinção do Direito do Trabalho, que surgiu exatamente para proteger o trabalhador do empregador.

O Direito do Trabalho surgiu há 200 anos com a finalidade de limitar o poder econômico. Esse é, sempre foi e continuará sendo seu papel, porque, pelo que consta, a luta de classes não acabou no Brasil e sempre haverá, pela própria natureza humana, a exploração do mais fraco pelo mais forte. Se não existissem a letra da lei e a espada do Estado, como já dizia Hobbes há 400 anos, não haveria um limite do exercício desse poder e dessa força pelo mais forte.

Numa relação de trabalho sempre haverá uma posição de vantagem do empregador em relação ao trabalhador, que é o seu subordinado, depende de seu empregador não só juridicamente, mas também, na maioria das vezes, para sua própria subsistência. E o Estado não pode deixar que essa relação desigual se desenvolva de forma absolutamente livre, porque, se assim for, a exploração vai se impor sem dúvida alguma.

Portanto, qualquer discussão tem de partir dessa premissa: ou bem aceitamos a natureza tutelar do Direito do Trabalho ou não podemos sequer iniciar qualquer discussão séria sobre atualização da legislação trabalhista no Brasil. O Direito do Trabalho tem as funções de proteger o trabalhador em face do tomador de serviço e de limitar o poder econômico do empregador

em face do trabalhador. Esse deve ser o ponto de partida de qualquer discussão sobre essa matéria.

E não foi assim no Brasil. O desenvolvimento dessa discussão, nos últimos oito anos, foi levado de forma absolutamente enviesada, a partir da premissa liberal de que era preciso desregulamentar, reduzir direitos dos trabalhadores, remeter autonomia privada coletiva, o regramento de qualquer relação de emprego – como se existissem no Brasil condições materiais para isso, como se a estrutura sindical estivesse amadurecida o suficiente e como se ainda não estivéssemos necessitando das regras estatais de garantia mínima ao trabalhador –, para que se pudesse desenvolver regularmente, com um mínimo de dignidade, o trabalho em nosso País. Mas assim não se considerou, e, durante os últimos oito anos, diversas medidas foram tomadas no sentido da desregulamentação da legislação que levaram à precarização do trabalho, não só na órbita da iniciativa privada, mas também, e talvez principalmente, no âmbito do serviço público. O Governo passado retirou dos servidores públicos praticamente todas as garantias distintivas desse importante segmento trabalhista no Brasil e atuou, com o mesmo propósito, em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

Sr. Presidente, não tenho para enumerar os diversos projetos de lei aprovados, ao longo dos últimos oito anos, a pretexto de gerar novos postos de trabalho e aumentar a massa salarial. Na realidade, a aprovação desses projetos resultou na precarização do trabalho, na ampliação do desemprego e na redução da massa salarial, o que não é privilégio do Brasil. As tentativas de flexibilização implementadas em todo o mundo resultaram na precarização do emprego e na redução dos postos de trabalho e da massa salarial. O Ministro Francisco Fausto já abordou essa questão. Podemos encontrar essa situação em qualquer trabalho doutrinário de qualquer país, seja de Primeiro Mundo, seja em desenvolvimento.

Em todos os lugares, as idéias de flexibilização – pautada no pensamento único liberal de que se deve retirar a intervenção do Estado – Do Estado mínimo, que não se imiscui na relação entre as pessoas, e de que o mercado deve regular a sociedade e as relações pessoais, que orientaram as reformas trabalhistas em vários lugares do mundo e no Brasil, resultaram num retumbante fracasso. Além do mais, não consta que tenhamos solucionado o problema do desemprego nem obtido a melhoria da massa salarial no País. Pelo contrário, essa situação foi ampliada e os trabalhadores tiveram seus direitos reduzidos. Agora pretende-se – algumas forças – ainda avançar sobre isso.

O ponto final do Governo Fernando Henrique Cardoso foi a idéia de alteração do art. 618 do Projeto de Lei nº 134, que pretendia fazer prevalecer a matéria negociada livremente pelas partes. Isso não seria admissível no Brasil. O projeto foi arquivado. Mas a idéia era extremamente perversa, porque entregava as categorias profissionais à própria sorte. Elas não poderiam resistir a uma relação desigual – sindicatos de empregados e sindicatos de empresas. Haveria a imposição da força econômica, numa situação de desigualdade, quando os trabalhadores estão fragilizados, inclusive na sua organização sindical. A idéia era fazer prevalecer a força do dinheiro em face da fragilidade dos trabalhadores. Essa idéia não chegou a um resultado positivo.

Esperamos que, neste Governo, haja efetivo debate de todos os segmentos envolvidos: representantes dos empregados, dos empregadores, do Estado brasileiro, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A nossa esperança é de que tudo isso nos conduza a uma proposta mais equilibrada, que atenda não só aos interesses dos trabalhadores, mas também aos interesses das empresas e da sociedade brasileira para a evolução dessa relação no Brasil.

A partir de agora dividirei meu tempo em três aspectos que vão nortear as transformações da legislação laboral no Brasil: questão sindical, direito material do trabalho, Direito Processual do Trabalho. Serão essas as vertentes principais do desenvolvimento dos trabalhos em relação à reforma trabalhista.

Quanto ao direito material do trabalho, a ANAMATRA entende que não há excesso algum na legislação trabalhista brasileira de hoje. Pode-se dizer que há regras ultrapassadas e que não teriam mais aplicação razoável, mas não se pode dizer que o trabalhador brasileiro esteja contemplado com garantias estupendas ou extraordinárias. Entendemos que estão dispostas na legislação trabalhista regras mínimas de preservação da dignidade do trabalhador. A menos que alguém concorde que o salário de 240 reais, férias anuais remuneradas, repouso semanal remunerado e licença-maternidade sejam excessos oferecidos ao trabalhador brasileiro.

Entendemos que a redução de qualquer dessas garantias mínimas da legislação trabalhista significaria romper os limites da dignidade do trabalho e transformar o trabalho humano em mercadoria. Não acredito que a sociedade brasileira pretenda conduzir as relações sociais no Brasil a esse ponto. Partimos desse pressuposto.

Fazer uma faxina – acho esta uma expressão pejorativa em relação à Consolidação das Leis do Trabalho, vou divergir parcialmente do Ministro Fausto, com quem tenho quase uma convergência plena –, entendemos ser providência inócua. Se a matéria não

tem mais aplicabilidade, porque foi derrogada por leis posteriores, se ela já não é mais vigente, não há por que ser retirada, a não ser por uma questão de forma. Na verdade, se a norma não tem mais aplicação, tanto faz que ela esteja escrita ou não.

Preocupa-nos que no meio dessa faxina sejam envolvidos artigos da CLT que ainda assegurem garantias básicas ao trabalhador brasileiro. É preciso ter muito cuidado nesse processo profilático de mudança da CLT para que não estejam, no bojo desses artigos supostamente desnecessários pelo desuso, artigos que ainda hoje contemplem o trabalhador brasileiro com alguma garantia significativa. É preciso que a sociedade brasileira esteja atenta. Nós, juízes do Trabalho, estamos atentos a esse aspecto.

O entendimento no Brasil sempre foi de que é necessário reduzir os custos com produção e trabalho. Estamos absolutamente de acordo com isso, até para tornar a empresa mais competitiva no mercado internacional, com alguma vantagem. No entanto, a redução dos custos das empresas não pode passar pela redução dos direitos do trabalhador. Sempre que se fala em reduzir custos do processo produtivo mira-se imediatamente a redução do direito do trabalhador. Sempre é o trabalhador que dá o suor e o sangue para que haja a redução. A parte que cabe ao Estado não, nunca se fala em redução ou mudanças de critérios de arrecadação, sempre se vai direto à parte que cabe ao trabalhador, a menor de todo o processo produtivo. Metade, ou menos, dos custos que se revelam em pesquisas é destinada ao pagamento dos trabalhadores por seus direitos laborais. O restante são ônus que cabem em decorrência dessa prestação de serviço, mas pela incidência de outros custos exigidos por lei.

É preciso que haja o redirecionamento dos ônus que recaem sobre a folha salarial. É preciso repensar no custo do trabalho no Brasil, mas sempre no sentido de que sejam readequados os sistemas de cobrança dessas contribuições sociais, que pesam, no final das contas, sobre os custos da produção.

Estamos de pleno acordo com a reformulação nesse sentido, numa ação conjunta do Parlamento no âmbito das reformas tributária e laboral, a fim de que ainda mais essa vez não seja o trabalhador que venha a ter seus direitos reduzidos, a pretexto de aumentar a competitividade das empresas e diminuir o custo do trabalho no Brasil. Vamos repensar os atuais modelos de incidência, por exemplo, na folha de pagamento, redirecionando para outros paradigmas, a fim de que haja redução dos custos para as empresas, sem que isso determine necessariamente a redução ainda maior dos direitos dos trabalhadores.

Em nossa avaliação, a reforma do direito material deve passar por isso. Essas são as premissas. E qual seria o destino dessa providência? Abarcar, para proteção da legislação trabalhista, diversos segmentos da sociedade que hoje estão desprotegidos.

O processo de informalização do trabalho deve ser resolvido. Devem ser trazidas para a órbita da Justiça do Trabalho as questões que envolvem os trabalhadores autônomos e cooperativados. Devemos resolver, de uma vez por todas, a questão das cooperativas e da terceirização, instrumentos modernos, que não determinem, com a adoção desses mecanismos de redução de custos para a empresa, precarização do trabalho e prejuízo para o trabalhador.

Esse é o propósito da reforma do direito material, para, antes de reduzir direitos dos trabalhadores, alcançar maciças parcelas de trabalhadores no Brasil que hoje se encontram desprotegidos.

O segundo aspecto é a questão processual. Tão importante e talvez até mais urgente do que a própria reforma do direito material é a alteração das regras processuais trabalhistas no Brasil. Hoje há milhões de processos em todo o Brasil pendentes de julgamento, entupindo os Tribunais Superiores e os Tribunais Regionais. E o que é pior, nas fases de execução, simplesmente o título judicial, que aparentemente atribui direitos ao trabalhador, não consegue ser executado. Ou seja, não passa de promessa a prestação jurisdicional, à míngua de bens, ou até empresas fantasmas que desaparecem simplesmente, e não se efetiva a prestação jurisdicional, porque o trabalhador, ao final das contas, não recebe os valores que lhe foram destinados pela decisão judicial.

É preciso que haja a simplificação ainda maior do processo trabalhista; a redução das hipóteses recursais no Brasil, que hoje constituem verdadeiro abuso; a limitação de acesso aos Tribunais, especialmente aos Tribunais Superiores, para que possa haver o exercício efetivo desses graus de jurisdição; e, principalmente, uma reformulação plena do processo de execução no Brasil, aliás, característica marcante de alguns sistemas jurídicos no mundo inteiro, mas que em muitos lugares sequer existe. A decisão transitada em julgado deve ser cumprida. Fim. E não se começar um novo processo para que o trabalhador tenha acesso às garantias que lhe foram asseguradas em sentença. Já passou da hora de repensarmos o processo de execução no Brasil não apenas em matéria trabalhista, mas também em qualquer esfera, em qualquer segmento do Poder Judiciário no Brasil.

E, por último, a questão sindical. A ANAMATRA tem posição clara e pública quanto a isso. Somos favoráveis à unicidade sindical e ao fim do imposto sin-

dical. Entendemos que não haverá sindicato forte, estruturado e com poder de barganha no Brasil enquanto prevalecer a estrutura atual. A Constituição, hoje, na verdade constitui grande paradoxo e contra-senso. Se em determinado momento estabelece plena liberdade sindical, em seguida determina que em cada base territorial só poderá haver um sindicato por categoria. Isso é a contradição da afirmação inicial de plena liberdade. Não existe plena liberdade sindical no Brasil hoje. Haverá, sim, no momento em que tivermos o fim da unicidade, a prevalência da pluralidade sindical. É verdade que, no primeiro momento, haverá um *boom* de sindicatos, mas só estarão estabelecidos, em curto prazo, aqueles que efetivamente têm compromisso com as categorias que pretendem representar. E muito rapidamente teremos essa filtragem, até porque, com o fim do imposto sindical, acabaria essa farra de financiamentos de sindicatos que, antes de estarem perseguindo garantias para suas categorias, estão perseguindo direitos e vantagens para os dirigentes, uma minoria que dirige os sindicatos.

Isso precisa acabar de uma vez por todas no Brasil. Estamos convencidos de que nesse processo finalmente vamos conseguir mudar o modelo sindical, porque no Brasil os sindicatos estão plenamente fragilizados. Isso ocorre não só no Brasil – é um processo mundial –, mas em todos os lugares estão buscando mecanismos de fortalecimento para enfrentar a mudança de modelo produtivo que pulverizou as demandas dos trabalhadores. Por intermédio desse novo modelo de diversificação, de pluralidade sindical, estamos convencidos de que haverá a possibilidade de fortalecimento das estruturas sindicais. E aí, sim, poderemos falar, a partir de um debate sério, em ampliação da autonomia privada coletiva, em prevalência do negociado sobre o legislado, num futuro em que os sindicatos tenham condição de discutir e de negociar, em igualdade de condições, com os sindicatos patronais.

Essas são as premissas que norteiam o pensamento da ANAMATRA. Entregamos ao Parlamento, como mais uma contribuição nossa, diversas propostas legislativas abraçadas por vários Parlamentares, tanto no âmbito de direito material do trabalho quanto no de Direito Processual Trabalhista, algumas já em estágio avançado de trâmite nesta Casa. E esperamos contribuir para a melhoria do Direito do Trabalho e das relações sociais no Brasil.

Estou à disposição dos Srs. Parlamentares para os questionamentos que se fizerem necessários. Agradeço aos senhores a atenção. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Hugo, por suas importantes palavras.

Saúdo, com muito carinho, nosso digníssimo Relator, Deputado José Chaves. Aliás, S.Exa. nos convida, caros pares, componentes da Mesa e demais presentes, para um jantar em sua casa, com a presença do Ministro do Trabalho, Jacques Wagner. Faremos com que esta Comissão esteja unida para enfrentar esse grande desafio.

Passo a palavra ao Dr. Nilton Correia, Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT.

**O SR. NILTON CORREIA** – Cumprimento o Deputado Vicentinho, o Deputado José Chaves, o Dr. Ministro Fausto, o Dr. Hugo, o Dr. Raimundo Simão, as Sras. e os Srs. Deputados e peço a atenção especial da Deputada Dra. Clair, ex-Presidenta da Associação de Advogados Trabalhistas.

Senhoras e senhores, vou deixar um documento com a Presidência para ser distribuído à Comissão e farei a leitura de dois parágrafos depois dos pronunciamentos do Ministro Fausto e do Dr. Hugo. Em seguida, identificarei o que é este artigo.

O artigo diz o seguinte:

> "O contrato que tem o modelo liberal como seu paradigma, cujo princípio máximo é a autonomia da vontade, reflete, na verdade, um momento histórico que não corresponde mais à realidade atual.
>
> Essa concepção tradicional do contrato, que tem na vontade a única fonte criadora de direitos e obrigações, formando lei entre as partes, sobrepondo-se à própria lei, bem como a visão do Estado ausente, apenas garantidor das regras do jogo, estipuladas pela vontade dos contratantes – diz a articulista –, já há muito vem tendo seus pilares contestados e secundados pela nova realidade social que se impõe....
>
> Assim, uma grande marca da evolução da teoria contratual, em consonância com a evolução da sociedade e a conseqüente passagem do Estado liberal para o Estado social, foi a superação do dogma da autonomia da vontade como o máximo balizador do direito contratual, para a adoção de dois novos princípios para tal posição – o princípio da boa-fé e o princípio do hipossuficiente."
>
> Esse artigo não foi escrito por nenhum sindicalista, advogado trabalhista, juiz ou procurador do Trabalho, mas por uma professora de Direito Civil, professora Aline Arquette Leite Novais, que o intitulou de "Os Novos Paradigmas da Teoria Contratual: O Princípio

da Boa-Fé Objetiva e o Princípio da Tutela do Hipossuficiente."

O Deputado Ricardo Fiuza, que integra esta Comissão, na introdução ao livro *Novo Código Civil Comentado*, dá como grandes novidades da teoria contratual o princípio da boa-fé e a tutela do hipossuficiente.

A primeira grande reforma que temos de fazer no Direito do Trabalho refere-se às duas abordagens feitas anteriormente pelo Ministro Fausto e pelo Dr. Hugo, ou seja, mudar, reformar a sua concepção. De trinta anos para cá, conseguimos modificar e fazer o caminho inverso do Direito Civil, que saiu da autonomia pura da vontade, não foi ao outro extremo e parou no ponto fundamental de modernidade; ele foi para a autonomia privada da vontade. Existe a vontade dentro dos limites da função social dos contratos. Então, descobriu-se a função social do contrato, que deve prevalecer. Se em Direito Civil deve prevalecer, imaginemos no próprio contrato de trabalho, que é a função social por sua própria essência.

Este é o primeiro ponto em que deveríamos ter cautela: a concepção do Direito do Trabalho. De certa forma, essas regras já estão na CLT, como também nos arts. 9º, 444 e 468. Mas o Código Civil trouxe isso para a modernidade. Onde? Pelo menos em dois artigos: no art. 421, do *Novo Código Civil*, e no parágrafo único do art. 2.035, que dispõe: *"É uma manifestação de vontade e obedece aos limites da função social do contrato."*

Essa concepção do Direito do Trabalho é o primeiro ponto da reforma, para restaurar, recuperar e dar a esse direito o que ele é, sem dar-lhe obrigação de criar, tirar e melhorar o emprego. Isso não é função do Direito do Trabalho, mas da economia, que tem de se desempenhar da maneira que puder. O Direito do Trabalho tem de regular o que é realmente regulável.

Deputado Vicentinho, queria destacar pontos com relação ao direitos sindical, material e processual. Vou fazê-lo rapidamente, para ver se consigo falar de todos nos minutos que me restam.

Há convergência em quase tudo, apenas algumas pequenas divergências. Por exemplo, no direito sindical, a ABRAT não conseguiu consenso com relação à unicidade e à pluralidade. Em nenhum congresso ou evento conseguimos obter consenso com relação à unicidade. Os plenários sempre se dividem. A ABRAT entende que a discussão a respeito da unicidade deve ser feita na base, com delegados e dirigentes sindicais. Os sindicalizados devem dizer a maneira como querem o sindicato e o que querem que ele faça.

Com relação a qualquer conduta a ser adotada, de unicidade ou não, a ABRAT entende que a primeira coisa a ser feita é forte campanha para resgatar a imagem do sindicalismo, que durante 30 anos passou por profunda crítica negativa, porque não interessava um associativismo forte e vigoroso.

Estamos de acordo com o Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros e com o Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho. Deve-se proceder à extinção da contribuição sindical, passando para a contribuição mensal associativa. Alguns sindicatos possuem imagem ótima e outros, péssima. Isso depende, sem dúvida, de grande campanha de associativismo com a base.

Na hipótese de vir a ser extinta a contribuição sindical, os trabalhadores devem participar concorrentemente do Sistema S, que hoje é destinado apenas às empresas. Isso não será dirigido a sindicatos especificamente, mas a campanhas sindicais e formação educacional dos dirigentes sindicais.

É consenso que se estabeleça movimento paulatino, se ocorrer a extinção da contribuição sindical, para que não haja quebra. Se houver a passagem da unicidade para a pluricidade, é imperiosa a fase de transição para que haja adaptação de todo o sistema sindical.

Em qualquer hipótese, haverá de prevalecer o disposto no art. 8º, da Convenção nº 87, da OIT, que estabelece negociação ampla e absoluta, prevalecendo sempre o dispositivo legal. A ABRAT defende que a lógica e o conceito clássico da autonomia pura da vontade não se aplicam ao Direito do Trabalho, mas, como descobriu o Código Civil, à autonomia privada.

A negociação coletiva deve implantar-se sobre o vazio legislativo, que é a parte mais ampla. Deverão ser reconhecidas centrais, inclusive autorizadas a firmar acordo. Deve haver inserção de mecanismos que assegurem a legitimidade da representação sindical e a legalidade das negociações, para evitarmos algumas negociações, como por exemplo a estabilidade de gestante.

Se for adotado o sistema de contrato coletivo de trabalho, a ABRAT recomenda que ele seja restrito a regiões, observando suas discrepâncias e divergências.

É necessária a obrigatoriedade de apresentação pelas empresas de balanços e balancetes durante a negociação, para que ela se aperfeiçoe e seja mantido o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Com relação aos direitos sindicais e materiais, já existe consenso sobre formação de sessões e locais de trabalho, afixação de boletins, campanha associativa dentro da empresa e garantias ao dirigente sindical. Há de se dar estabilidade ao dirigente sindical. Para que haja demissão, é preciso que esteja configurada justa causa e esta seja resolvida perante a Justiça do Trabalho. Deve se evitar que o dirigente sindical e os

sindicatos entendam que isso é um direito patrimonial e pessoal dos dirigentes. O direito é da coletividade, da categoria. Isso não incorpora o patrimônio da pessoa física do dirigente. Qualquer que seja a hipótese, a empresa que fechou o estabelecimento deve creditar ao sindicato a quantidade de salários ainda remanescentes pela estabilidade sindical, para que o sindicato banque o restante.

A ultra-atividade das normas coletivas devem vir seguidas da data-base, que deve ser repensada. Temos que avançar na discussão da ultra-atividade, que necessariamente vai passar pelo fim da data-base. O fim do império da data-base deve vir acompanhado de uma norma de política salarial que, no mínimo, restabeleça a perda salarial, sob pena de implantarmos redutibilidade salarial coletiva no País.

Na jornada de trabalho obrigatória, que o empregador, em vez de conceder horas extraordinárias, abra nova turma de trabalho. Para isso, tem que ser pensada uma forma compensatória.

É necessária a instituição de um sistema severo de punição para as fraudes trabalhistas, que se estão multiplicando. O Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho já citou algumas. É incrível o número de reclamações de autônomos. Quem mais reclama não é o empregado, mas o autônomo. Chegamos ao fim da linha. O empregado agora é pessoa jurídica. Vários estabelecimentos obrigam o trabalhador a ir à junta comercial firmar contrato social, e o trabalhador se torna, de repente, pessoa jurídica. Até em uma instituição financeira todos os empregados são pessoa jurídica.

Por último, o campo da estabilidade às vésperas da aposentadoria. Em algumas negociações coletivas, véspera de aposentadoria significa vinte e quatro meses. Mas esse é um prazo que pode ser negociado. Essa garantia tem que ser prevista.

Dentre as proposições da ABRAT, uma está diretamente ligada ao processo. Em nosso entendimento, a audiência inaugural teve função na época do classista, porque havia possibilidade de, às vezes, nem o juiz fazer a audiência; o classista fazia a audiência, perguntava se havia ou não acordo, e as pessoas iam embora. Isso representava custo para o Estado e para as partes, e não havia resultado. O nosso entendimento é o de que, ajuizada a ação trabalhista, deve o juiz fixar dia e hora da audiência e notificar a empresa para apresentar a defesa. Com a defesa, o autor já trata dos documentos apresentados. Assim, a audiência pode ser una, porque todas as partes terão conhecimento da contestação plena e total e o juiz conhecerá inteiramente as razões, os fundamentos, o que vai ser necessário instruir ou não.

A sentença tem que ser necessariamente líquida. E temos propostas de como essa sentença pode ser líquida, de maneira que o processo vá ao tribunal com um recurso ordinário e consiga impugnar mérito e cálculo de uma só vez. Hoje discute-se apenas o mérito. O processo vai ao Tribunal, três, quatro anos depois retorna, há uma sentença de liquidação e toma-se novamente todo o curso processual. Isso tem que ser interrompido. O processo tem que subir uma única vez ao Tribunal com a sentença de mérito e de cálculo. Existem várias fórmulas, a ABRAT já verificou e discutiu várias hipóteses em que isso é viável e resolve, no mínimo, três, quatro anos de processo.

A segunda proposta, com relação à parte processual, é dar às verbas rescisórias não pagas força de título executivo extrajudicial. Nada justifica que verba rescisória seja cobrada por processo ordinário. Hoje é possível efetuar a cobrança de um condomínio com um simples recibo de papelaria. Por exemplo, o condômino não efetuou os pagamentos referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março, faz-se a execução.

Estamos entrando com uma ação ordinária no Ministério do Trabalho para promover cobrança de aviso prévio, dois doze avos de férias, saldo de salários, etc. Isso é matéria de execução e deve ser tratada como título executivo extrajudicial.

A última proposta é que a solução das execuções trabalhistas sejam critério objetivo para fins de promoção de juiz. Existem critérios no processo de conhecimento, mas não na execução. Se o juiz extinguir um processo sem julgamento de mérito, isso é computado estatisticamente. Se ficarem 2 ou 3 mil execuções, não é computado. Se ele resolver 5 ou 10 mil execuções, não se credita nada a ele. O nosso entendimento é o de que o número de execuções deve ser inserido para fins promocionais do juiz.

São esses pontos que a ABRAT deixa para análise da Comissão. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Dr. Nilton Correia sua preciosa contribuição.

Passo a palavra ao Dr. Raimundo Simão de Melo, professor de Direito do Trabalho e Procurador do Trabalho da 15ª Região – Campinas.

**O SR. RAIMUNDO SIMÃO DE MELO** – É com muita alegria que cumprimento o Presidente, Deputado Vicentinho, os demais Parlamentares presentes, meus colegas de Mesa, colegas Procuradores do Trabalho, senhoras e senhores.

Agradeço ao caro Deputado Vicentinho o convite. Faço-o em nome do órgão que represento, o Ministério Público do Trabalho, instituição voltada à tutela dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores. Tarefa

essa que tem sido desenvolvida com muita ênfase nos últimos tempos, apesar das dificuldades, principalmente nos últimos anos, quando o discurso que prevaleceu foi o da precarização, o que agravou ainda mais a situação dos trabalhadores, com o desrespeito aos seus direitos básicos.

Vejo dois enfoques sobre a reforma trabalhista, meu caro Presidente. Primeiro, o econômico. O Governo anterior via na reforma trabalhista uma solução para criar e manter empregos, mas, em contrapartida, tirar e flexibilizar direitos.

Segundo, uma forma de humanizar as relações de trabalho e de efetivar esse direito protetor, o Direito do Trabalho, que nasceu não para criar empregos, mas para regular as relações de trabalho e para proteger o trabalhador que sempre foi e será o mais fraco na relação. Quando ele perder essa finalidade – como disse o colega Hugo Cavalcanti Melo Filho –, então, poderá deixar de existir.

Evidentemente nos filiamos a essa segunda vertente, que vê na reforma trabalhista uma oportunidade, especialmente neste novo Governo, que tem importante papel, inverso ao defendido até 31 de dezembro. Não posso ver neste Governo outro propósito, porque teria grande decepção. Convivi com muitos que estão aqui presentes, vários Deputados, o Deputado Vicentinho, e com o próprio Presidente da República. Aprendi a trilhar essa esfera trabalhista e a ver no Direito do Trabalho uma forma de proteção aos trabalhadores.

Dentro desse enfoque, vemos uma reforma trabalhista que tenha, em primeiro lugar, como ponto fundamental, a reestruturação sindical, que será muito simples – ou deverá ser – com a implementação da liberdade sindical, plena e total.

Não quero dizer que o melhor modelo é o da unicidade ou o da pluralidade. Os trabalhadores e os empregadores é que vão escolher. Se quiserem se organizar por categoria, pela pluralidade, que o façam. Agora, é necessário acabar com a imposição.

Vivemos num regime democrático, em que o cidadão tem o direito de escolher seu partido político, seu time de futebol, seu clube de lazer, sua religião, mas não tem o direito de escolher seu sindicato. Quando o trabalhador, por exemplo, é admitido numa empresa, obrigatoriamente, já está filiado a um determinado sindicato.

Esse é o ponto fulcral, o mais grave dentro da reforma trabalhista: a liberdade sindical plena. Juntamente com essa liberdade sindical vem naturalmente o fortalecimento do sindicato – é para isso que ela deve existir – para que possa haver verdadeira negociação coletiva. A negociação coletiva com o sistema sindical que temos hoje, com suas exceções, evidentemente, não é negociação, mas, sim, ensaio em que se coloca – desculpem a expressão – a galinha e a raposa para dialogarem em condições de igualdade.

É importante, nessa reforma sindical, acabar com qualquer contribuição sindical obrigatória. Também é preciso – tomo a liberdade de já sugerir um acréscimo à proposta apresentada pelos nobres Deputados Vicentinho e Maurício Rands – frear os atos anti-sindicais. Não é possível no sindicalismo o patrão demitir um dirigente sindical sem nenhum motivo, e este tenha que esperar cinco, dez ou mais anos por um processo trabalhista. Isso quebra qualquer estrutura sindical e outros atos praticados. É preciso que se criem mecanismos – não apenas quanto ao acesso ao Judiciário – de punição aos atos anti-sindicais.

Quanto à contribuição sindical, permitam-me uma sugestão à proposta apresentada para extinção em quatro anos. Acho o tempo muito longo. Não é necessário quatro anos, porque não há hoje um sindicato sequer que viva apenas da contribuição sindical. Para alguns sindicatos, a contribuição sindical representa pequena parcela no orçamento. Então, parece-me que o prazo é muito longo. O importante é haver liberdade sindical. O trabalhador, ao ter a possibilidade de escolha do seu sindicato, pode até optar por um que lhe cobre mais, não tem problema, mas que lhe apresente contraprestação.

Ao passar para algumas questões pontuais da reforma trabalhista, vemos a necessidade e a oportunidade ímpar, neste momento, de se colocar nesta reforma a regulamentação do inciso I do art. 7º da Constituição Federal, sobre a dispensa imotivada, injusta, especialmente a coletiva. Nos modelos sindicais que nos são oferecidos como cópia, há o impedimento de dispensas coletivas. Não é uma estabilidade nos moldes da CLT de antigamente, mas, sim, um freio. Não se pode, da noite para o dia, demitir coletivamente centenas de trabalhadores sem qualquer motivo. É necessário que se justifique esse ato. Havendo um motivo, que seja citado.

Outro aspecto muito importante da reforma e muito discutido é que ela seja realizada para diminuir o custo da mão-de-obra. Concordo com o que foi falado aqui pelos meus antecessores. Não gostaríamos que fossem retirados direitos do trabalhador, o que no Brasil já é bastante flexibilizado, mas que fossem retirados alguns impostos e outros fossem diminuídos. Trata-se de questão complicada, pois ninguém quer abrir mão. É uma questão de inteligência. De repente, incham tanto a folha de pagamento que alguns empregadores se vêem obrigados a partir mesmo para a informalidade. É necessário que o Governo ceda de alguma forma. Mas ele pode trabalhar – e o Congresso

contribuirá para isso – de maneira inteligente. Quanto mais trabalhadores forem trazidos para a formalidade mais o Governo arrecadará.

Darei aqui um exemplo prático contido na legislação e que poucos conhecem. Todos sabem que ocorreu uma febre de trabalho por meio de cooperativas, uma alteração legal e equivocada que foi inserida na CLT, permitindo uma revolução totalmente desfavorável aos trabalhadores. Em nome de um objetivo maior, que seria criar e manter empregos, passaram a fraudar os direitos dos trabalhadores.

Enfrentamos com muita ênfase essa questão no interior de São Paulo, a começar pela colheita da laranja, onde todos os trabalhadores passaram a ser contratados por meio de cooperativas fraudulentas que, aliás, ainda existem até hoje e se espalham para outros setores como, por exemplo, o da construção civil.

Não atuamos somente dentro do processo. Promovemos um debate com o Governo para apresentar alternativa para a contratação no meio rural. Contratação pelos pequenos produtores com a criação de um consórcio de empregadores. Trata-se de uma solução muito simples. Vários produtores rurais se reúnem, fazem uma escritura e passam a contratar trabalhadores para todos eles e dividem os custos daquela contratação. E um ponto fundamental: a contribuição previdenciária que, normalmente, seria de 26% sobre a folha de pagamento, passaria para 6% sobre o rendimento. O Governo não queria de maneira alguma. Imaginem: de 26% para 6%. Mesmo assim, nós o convencemos. Foi apresentada uma proposta legislativa que foi aprovada.

Hoje esse modelo só não tem maior sucesso porque não está sendo divulgado, já que não interessa a grande parte do poder econômico, até pela organização política daqueles produtores rurais que estão sendo atropelados pelas grandes potências.

Trago esse exemplo, e muitos outros podem ser tirados como parâmetros. Temos que procurar fórmulas inteligentes que não podem levar à eliminação de direitos básicos dos trabalhadores.

É preciso incentivar a contratação de jovens e criar mecanismos para combatermos o trabalho infantil e acabar com essa vergonha nacional, através de bolsa-escola e crédito educativo, que serão cobrados com trabalho comunitário. É preciso também criar incentivos para os idosos, que encontram grandes dificuldades para conseguirem emprego, mais ainda em momentos de crise de desemprego. Quem são os idosos do País? Quando comecei na área trabalhista, há 25 anos, falava-se que era o trabalhador de 45 anos. Hoje o trabalhador de 40 anos tem tremenda dificuldade de concorrer com outros de menor idade.

Queria que os senhores pensassem nessa proposta previdenciária que eleva a idade da aposentadoria para 60 anos. Pergunto: o trabalhador da atividade privada vai conseguir se manter no emprego até os 60 anos para adquirir o direito à aposentadoria? Com muito maior razão, vamos ter mais uma grande contradição: a aposentadoria acontece aos 60 anos, mas o trabalhador, aos 40, não tem a menor possibilidade de ingressar e se manter no mercado de trabalho.

Na parte processual, é preciso criar mecanismos de efetividade do direito material. Não adianta ter a melhor legislação trabalhista se ela não é cumprida. Tenho várias experiências.

Dizia há pouco ao Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros que, na quinta-feira, eu e meus colegas, procuradores e servidores da 15º Região, fizemos uma vaquinha para comprar cobertores e comida – estava muito frio em São Paulo – para trabalhadores que foram resgatados e estavam em sistema de semi-escravidão e trabalho forçado. Aquele trabalho do *truck system*. São trabalhadores que foram buscados no Nordeste com várias promessas. Chegaram e, até então, não receberam o pagamento de salários. Não estou falando do Piauí e do Pará, mas de São Paulo, a 30 quilômetros de Campinas, em Nova Odessa. Os trabalhadores foram resgatados na fazenda e não têm onde morar e o que comer.

Daqui a pouco pedirei à Secretária de Fiscalização do Trabalho, Dra. Ruth Vilela, que agilize a liberação do seguro-desemprego para trabalhadores resgatados, porque estão passando fome.

Fizemos uma *blitz* há quinze dias, no Vale do Ribeira, em São Paulo, em inúmeras instituições, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, INSS, Receita Federal. Para quem não conhece, a região é riquíssima em produtos naturais, mas paupérrima em direitos sociais, em benefícios para o cidadão. Saímos de lá dois dias depois. A classe patronal reuniu-se e passou, primeiramente, a quebrar o sindicato da categoria dos trabalhadores rurais, a agredir familiares e a fazer outras coisas.

Por isso dizia que, na reforma sindical, não podemos perder a oportunidade de colocar mecanismos que coíbam atos anti-sindicais. Não puderam bater nas instituições, mas bateram nos sindicatos rurais que, infelizmente, não têm qualquer organização.

É preciso criar mecanismos não para flexibilizar e acabar com o Direito do Trabalho, mas para fazer valer direito que muitos trabalhadores deste País não conhecem.

É preciso, na parte processual, criar mecanismos. A Justiça do Trabalho não comporta mais a quantidade de ações individuais que recebe, está abarrotada

e não dá efetividade à prestação jurisdicional. Aquilo que seria uma justiça passa a ser uma injustiça.

O que fazer? Primeiramente, criar ou resgatar mecanismos de solução extrajudicial. Sugiro que a chamada Comissão Prévia de Conciliação, criada com um objetivo e depois desvirtuada, seja reformulada. Tenho três sugestões. Primeiramente, esta Comissão tem que prestar serviço gratuito. O trabalhador não pode pagar. Tem que ser custeada pelo empregador e pelos sindicatos. Segundo: não pode ser obrigatória, tem que ser espontânea. Em terceiro lugar, tem que ser criada em negociação por acordo coletivo com o sindicato.

Conhecemos as experiências das comissões paritárias nas grandes empresas do ABC onde surgiram, com resultados até hoje extraordinários, resolvendo grande número de conflitos. Só se leva, naquela região, para a Justiça do Trabalho, as grandes questões.

São Bernardo do Campo, que tem as grandes montadoras, tem cinco Varas do Trabalho. Se não fosse isso, teria vinte e, mesmo assim, não daria conta.

Ainda na reforma processual, uma medida urgente é que se acabe com qualquer recurso, menos em matéria constitucional, para as causas cujo valor seja de até quarenta salários mínimos. Foi uma grande oportunidade que o Congresso Nacional perdeu quando criou o chamado procedimento sumaríssimo. Quem não quiser correr o risco da instância única que não vá à Justiça e não permita que o trabalhador vá.

A quem interessa a instância com vários recursos? À classe patronal, que dela tira vantagens. Não são todos os empregadores, mas há uma classe que usa isso de forma maquinada para tirar vantagem. Essa é a forma de realmente se agilizar a prestação jurisdicional.

Finalmente, na área coletiva, é preciso dar solução aos conflitos. É o chamado poder normativo. Esse poder, com a liberdade sindical, aos poucos vai desaparecer, mas, por enquanto, só deve ser utilizado quando requerido por ambas as partes, salvo em conflitos envolvendo as atividades essenciais em que o Ministério Público do Trabalho terá a legitimidade para pedir uma solução pelo Estado.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Raimundo. Gostaria de anunciar aos nobres pares que estão abertas as inscrições com o aniversariante Valdivino.

Dr. Raimundo, há trinta dias, na cidade de Ribeirão Branco, que produz tomate, recebemos denúncia do sindicato de que havia trabalhadores escravizados. O Ministério Público constatou o fato, e o empresário foi preso. Ao sair da cadeia, devido ao "doutor *habeas corpus*", foi procurar o Presidente do sindicato. Não o encontrando, quebrou o sindicato inteiro. No dia seguinte, foi com seus comparsas à casa do Presidente do sindicato, companheiro José Vicente. Também não o encontrou, por isso, agrediu sua esposa e sua filha. Isso é muito grave.

Solicitamos ao Presidente uma Comissão Externa para acompanhar esse fato. No grandioso Estado de São Paulo, não é na produção seringal, acontece tal situação.

Gostaria de anunciar, com muito orgulho, a presença do Prof. Milton Linhares, que à minha esquerda se encontra. É membro do grupo de trabalho para a Universidade Cidadã do Ministério da Assistência Social e Vice-Reitor da universidade onde estudo há cinco anos. Obrigado, caro Prof. Milton Linhares.

Embora não tenha sido iniciada a Ordem do Dia, chega-nos o recado do Presidente da Casa de que em breve terá início a votação. Quando a luz piscar, avisarei aos senhores.

Passo a palavra ao nosso digníssimo Relator, Deputado José Chaves.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Caros Deputados, componentes da Mesa, senhoras e senhores, há cerca de três semanas estamos ouvindo os melhores quadros deste País, que representam tanto o setor obreiro como o setor empregador, para nossa satisfação, os legítimos representantes da sociedade civil. Sei que vamos caminhar mais. Não ouvimos uma uniformidade de pensamento, utopia dentro de uma democracia. O debate é extremamente salutar.

Se dissesse que o maior aprendizado na Casa tem sido a necessidade do debate, estaria falando a verdade plena. Em minha casa, com minhas filhas, em um esforço pedagógico, mostro o que representa o debate dentro desta Casa. Hoje é um dia singular, estamos discutindo os transgênicos. Já ouvimos situações de norte a sul, mas o debate está sendo definindo. Vamos ter de encontrar uma solução que não será de todos, mas queira Deus que seja da maioria.

Depois de ouvir os senhores, tenho algumas questões e gostaria de ouvir as respostas. Lamentavelmente o Presidente da OAB não pôde comparecer, mas tenho a impressão de que os especialistas estão presentes neste momento. Preocupo-me com uma questão que foi abordada por todos, evidentemente sem uniformidade: a liberdade sindical.

Estou fazendo reflexões para começar a apresentar relatório que certamente será a média do pensamento dos senhores, com algum tipo de influência do Relator. Vi muitos defenderem liberdade sindical, que ela não pode existir, que a unicidade deve continuar. Vejo nesta tarde um argumento lógico veemente sobre a necessidade de liberdade. Sem a chamada liberdade

é impossível viver em sociedade, só ela nos levará a uma depuração.

No fundo fico a imaginar, e já ouvi de alguns cidadãos comuns, advogados, professores, empresários, trabalhadores: será que não é um processo semelhante ao liberal? Conheço um grande político do meu Estado, Pernambuco, que diz que quanto mais partidos melhor.

Não estamos tendo um bom resultado no quadro partidário sem essa liberdade completa. Hoje já existem cláusulas. Parece-me que esta Casa votará até 2006 algumas regras básicas para que essa liberdade se dê em pilares sobretudo de justiça, a fim de que não se tratem igualmente os desiguais.

Gostaria de ouvir cada um dos senhores para formar minha opinião, pois não tenho idéia pronta. Alguns defendem isso até como salvação. Gostaria de ver o cenário apresentado pelos senhores a curto e médio prazo. Como seria essa pluralidade?

Temos de admitir que a sociedade caminha para o bem. Temos de admitir que alguém queira se aproveitar de uma festa religiosa e reunir quase 1 milhão de pessoas, como ouvi em um depoimento feito em Aparecida. Quero ouvir a opinião de cada um dos senhores.

Outro tema chama muito minha atenção, Presidente Vicentinho – e certamente no futuro conversaremos sobre ele: a informalidade. Será que no futuro vamos ter ou não o sindicato dos trabalhadores informais? Esse tipo de trabalho vem diminuindo ou crescendo? Parece que não há a menor dúvida de que vem crescendo. Já ouvi que 60% da força ativa do País hoje está na informalidade e os 40% restantes estão na pequena e média empresas com extrema dificuldade de sobreviver. Jamais afirmarei com extrema dificuldade de pagar o trabalhador. Empresa que se preza tem de ter condições de pagar o trabalhador. Porém, vemos que grande parte delas não tem condições de sobreviver.

Daí a haver uma modificação da Lei de Falência. Daí o banqueiro estar discutindo o *spread* bancário, porque tem de haver mais retorno, porque as empresas estão realmente fechando, principalmente aquelas dedicadas ao mercado. Os monopólios não, os monopólios privados têm uma facilidade tremenda em algumas atividades.

Apresento para a reflexão de V.Exas. – e gostaria de ouvir da platéia no tempo oportuno, Sr. Presidente – um pouco sobre liberdade sindical, até quando seria benéfico ou maléfico ao trabalhador, porque representação maior da sociedade. E também sobre o crescimento assustador da informalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Autorizado pelo nosso Relator e para que viabilizemos nosso debate, vamos proceder da seguinte maneira: manteremos as inscrições dos três Parlamentares inscritos, os Deputados Almir Moura, do PL do Rio de Janeiro, Maurício Rands, do PT de Pernambuco, e Eduardo Valverde, do PT de Rondônia, que farão suas perguntas. Em seguida, V.Exas. responderão em bloco. Esperamos não sermos atrapalhados pela sessão que haverá.

Com a palavra o Deputado Almir Moura, lembrando a todos que serão concedidos três minutos de prazo a cada orador.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores palestrantes, esta Mesa é uma das mais brilhantes que já vi, de raciocínio lógico, rápido, com explicações fáceis. Dentre seus palestrantes, houve obviamente alguma concordância, verdades das quais não podemos divergir. Porém, tenho de ficar no meu caldo de galinha e fazer as indagações que talvez o povo gostaria de fazer.

Atualmente vemos usarem a Justiça para se fazer injustiça. Não tenho nada contra o empregador, de forma alguma, pelo contrário, temos de defendê-lo, porque ele é quem oferece emprego. Mas o empregador, que tem condições de pagar o que deve ao seu empregado – pois salário é direito de quem trabalhou –, sabe que, se o empregado for à Justiça, vai passar até dez anos para receber o que lhe é devido. Ele usa a Justiça para fazer injustiça.

Conheci um cidadão em Minas Gerais, chamado Nélio Botelho, de Belo Horizonte, que dizia que não assinava a carteira de ninguém. Ao invés disso, fazia acordo quando o trabalhador ia à Justiça do Trabalho, assim pagava muito menos. E o que tinha de pagar de INSS e Fundo de Garantia, pagava na hora, e resolvia a situação. Ele dizia: “Tenho aqui sessenta empregados, mas não assino a carteira de ninguém. Não faço nada disso”. Era o conselho que ele dava para todos com quem conversava. Esse é um modo de usar a Justiça para fazer injustiça.

Vemos também, como os senhores disseram, que os muitos recursos têm sido bastante nocivos para toda a classe trabalhadora. Hoje, dos 8 bilhões destinados à Justiça no Orçamento, 4 bilhões vão para a Justiça do Trabalho, salvo engano. Parte desses 4 bilhões está financiando os muitos recursos. Parece-me que foi feita a proposta de haver apenas um recurso e, depois, somente as matérias constitucionais. Essa me parece ser uma grande idéia, uma grande saída para a situação.

Passo às perguntas, porque o tempo é curto. Tive o cuidado de escrevê-las.

Os senhores entendem que o depósito compulsório – o depósito recursal – penaliza a pequena empresa? Ele é o mesmo para a pequena e para a grande empresa. Tem empresa que, em um minuto, ganha o que vai pagar de depósito recursal, e a pequena empresa às vezes trabalha um mês e não consegue aquele recurso. Mas a legislação é feita para todos.

Será que os muitos recursos para as sucessivas instâncias significam melhor solução para os conflitos e segurança para as partes? Já falaram a respeito disso. Os senhores entendem que deveria haver apenas um recurso, como eu disse agora, do primeiro para o segundo grau, e, daí para frente, só recurso sobre matéria constitucional?

Os senhores não acham que o Judiciário deveria simplificar o processo para que o povo de modo geral entenda como são feitos os julgamentos? Muitos não entendem, por ser complicado.

Para evitar os vários recursos inúteis, os senhores acham pertinente que se paguem juros reais de mercado e não apenas 1%, como determina a lei hoje? Isso estimula até os recursos.

Por último, como eu já disse, não são os 4 bilhões do Orçamento destinados à Justiça do Trabalho que financiam os processos trabalhistas? Não seria melhor utilizar esse dinheiro com trabalhadores e empregadores?

Para não deixar passar em branco a parte sindical, os sindicatos, quando se reúnem – e a unicidade sindical, para mim, é problemática por causa disso –, negociam muito em cima da grande empresa, mas, no final, a pequena e a microempresa têm que entrar no mesmo processo. Isso também não penaliza as pequenas e microempresas? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Maurício Rands, do PT de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, senhores convidados, endossando o que disse o meu querido colega, Deputado Almir Moura, agradeço a excelência dos debates. Que Mesa! Foi um *show* de bola, Sr. Presidente, Sr. Relator. Esta Comissão hoje está de parabéns, porque fez uma das melhores audiências públicas de que já participei neste Parlamento nesses quatro meses de exercício do mandato.

Identifiquei alguns consensos, fruto da reflexão teórica e do grande conhecimento prático dos ilustres palestrantes. Primeiro, como afirmou o Ministro Francisco Fausto, não é verdade que o conjunto da Consolidação das Leis do Trabalho, do direito material, como disse o Presidente da ANAMATRA, Hugo Melo, está defasado. A CLT, e esse é um ponto que deveria ser ampliado pelo debate nacional, vem sendo atualizada ano a ano. Quando analisamos o índice da legislação esparsa e o próprio texto da CLT, vemos que é difícil passar um só ano sem o texto sofrer alteração. Esse é um registro que me parece muito importante. Há um consenso entre os palestrantes no sentido de que o direito material do trabalho brasileiro não tem os excessos que algumas opiniões apressadas externam.

Outro consenso que identifiquei foi, quanto à questão sindical, o reconhecimento de que é preciso migrar para um regime à luz da doutrina da OIT, com autonomia e liberdade sindical. Houve, talvez, uma variação no ritmo. Por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição do Deputado Vicentinho e também de minha autoria propõe o fim da contribuição sindical gradual, 20% por ano. Já o que percebi na intervenção do Dr. Nilton foi que é preciso não só pensar essa gradualidade na transição, mas pensar melhor a transição.

E aí vai a minha primeira pergunta: quanto à transição do modelo corporativista de organização sindical, na opinião dos palestrantes, quais as medidas necessárias à transição para que a estrutura sindical possa se adaptar ao regime das Convenções 87 e 98 da doutrina da OIT, a fim de que não se jogue fora o bebê com a água do banho?

Outro consenso que identifiquei, e achei muito salutar também, foi a necessidade da efetividade desse direito.

Pergunto: quais as medidas necessárias para a maior efetividade do Direito do Trabalho? Gostaria que o Ministro Francisco Fausto falasse, por exemplo, sobre o projeto da taxa de juros. O Presidente Hugo Melo também tem algo a dizer sobre a taxa de juros dos débitos trabalhistas.

Pergunto também, para maior conhecimento desta Comissão, o que está sendo feito na mudança da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, dos tribunais da Justiça do Trabalho, para garantir maior efetividade e mais espaço à negociação coletiva e à auto-solução do conflito coletivo de trabalho. O TST quer cancelar, por exemplo, a Instrução Normativa nº 4 e redefinir o efeito suspensivo em decisões que só vinham para suspender concessões feitas no poder normativo nos tribunais regionais.

A última pergunta é sobre os atos anti-sindicais. Na nossa PEC, por exemplo, estamos prevendo a antecipação de tutela contra qualquer ato de retaliação sindical. Pergunto aos palestrantes, especialmente ao Dr. Raimundo, já que concorda, como insinua em sua fala, que essas medidas de retaliação judiciais são insuficientes: que outras medidas administrativas, como multas, fiscalização, etc., poderiam ser adotadas

no Direito brasileiro para reforçar a proibição contra a conduta anti-sindical? Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e saudar os demais membros da Mesa, composta de pessoas ilustres. Mas creio que faltou um ator extremamente importante nesta Mesa, o auditor fiscal do trabalho, que teria grande contribuição a dar à Comissão e ao público, já que é quem vive cotidianamente a relação dentro da empresa. Nenhuma entidade pública nem privada consegue mensurar a relação de trabalho lá dentro, onde se dá realmente o conflito capital/trabalho. É uma experiência muito rica.

Já ouvi algum discurso apontando para o fato de que a nossa legislação de direito individual tem emperrado, tem onerado as empresas. Se o descumprimento dessas normas trabalhistas atingisse somente as pequenas empresas, poderíamos até considerar esse fato. Mas, na verdade, se analisarmos no dia-a-dia a fiscalização trabalhista, veremos que são as grandes empresas que descumprem efetivamente a legislação trabalhista, e não é por questão de custo, porque o custo médio da mão-de-obra no Brasil talvez não supere 3 dólares a hora. É um custo muito baixo, incluindo já todos os encargos trabalhistas, sem exceção. Então, não se pode alegar que a nossa legislação material é condição de elevação dos custos trabalhistas. Ouviríamos esse testemunho se tivéssemos aqui a presença de representantes do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, que poderiam dar esse testemunho e enriquecer esse debate.

Mas vou por um outro caminho, ou seja, temos uma legislação moderna do direito material do trabalho, mas temos, junto à CLT, uma legislação ultrapassada, que é o direito coletivo e sindical. Esse, sim, precisa, imediatamente, de uma reforma. Não uma reforma pincelada, mas profunda, porque não dá mais para conviver com um sistema sindical corporativista, verticalizado, que divide os trabalhadores em diversas categorias estanques, sem qualquer relação sindical entre si, apesar de que, informalmente, se construiu estruturas sindicais, fora a estrutura oficial, que vem realmente dando resposta, apesar de toda conjuntura econômica, de desemprego, fragilização e flexibilização que ocorreu nesses últimos tempos no Brasil.

Uma das principais fragilidades da nossa relação trabalhista hoje é a segurança no trabalho em relação à dispensa imotivada. Até hoje o Brasil não se armou de uma legislação que possa coibir a dispensa imotivada. Temos a denúncia vazia. O Governo brasileiro ratificou a Convenção nº 138 da OIT, e logo, seis meses depois, fez a denúncia. Com isso, tornam-se inaplicáveis os direitos materiais. Temos uma legislação boa, mas impraticável.

Qual a opinião da Mesa sobre proteção contra dispensa imotivada, que talvez seja uma das poucas formas para efetivarmos na prática o Direito Trabalhista no Brasil?

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Em outra Comissão, numa situação similar a esta, numa audiência de muito conteúdo, um colega fez um requerimento ao Presidente para que fôssemos um pouquinho adiante, depois que a luz se acendesse, com a condição de que não votássemos.

A consulta que faço a V.Exa. diz respeito estritamente ao Regimento: como não vamos votar nesta sessão, poderíamos ter alguma flexibilidade, porque não é todos os dias que conseguimos reunir uma Mesa de tamanha qualidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado e querido companheiro, estão previstas na pauta a votação de alguns requerimentos, inclusive fundamentais para as próximas audiências. Então, teríamos de votar.

O Deputado já percebeu a luz acesa. Essa luz, ao se acender, informa o início da Ordem do Dia, mas não quer dizer que se iniciou qualquer votação. Então, todos estão comunicados e vamos seguir, portanto, com o diálogo, mas atentos para que não tenhamos problemas regimentais.

Esta sessão pode ser anulada, dependendo do nosso comportamento aqui. Concordo que o debate está sendo altamente rico, altamente importante, mas não queremos ter esse prejuízo. Portanto, se houver votação, não haverá outro jeito a não ser nos dirigirmos ao plenário.

Sugiro também ao Deputado Eduardo Valverde que providencie um requerimento, se ainda não o tiver, de convocação de representantes do Sindicato dos Auditores Fiscais, para participar conosco deste debate, que vai continuar. Como V.Exa. se lembra, temos duas grandes fases, estamos a 75% da primeira fase, depois teremos novos momentos para continuar este debate altamente enriquecedor.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, temos uma proposta a fazer a V.Exa. no sentido de que fossem feitas todas as intervenções pelos Deputados, e os palestrantes respondessem em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Se houver concordância, faremos assim.

Pelo que estou sentindo, a proposta da Deputada Dra. Clair foi aceita. Vamos seguir então com as perguntas, atentos ao tempo.

Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** – Nobre Deputado Vicentinho, Presidente desta Comissão, companheiro Relator, Deputado José Chaves, companheiros Deputados e Deputadas, senhores componentes da Mesa, quero fazer algumas considerações e perguntas a respeito do que foi exposto aqui.

Peço ao Ministro Francisco Fausto que compartilhe conosco seu brilhante conhecimento cultural. V.Exa. falou sobre a flexibilização em alguns países do Primeiro Mundo, na França, Alemanha, que tem algumas regras. Gostaria que V.Exa. falasse um pouco a respeito desse processo. Quando esses países chegaram à flexibilização, o processo foi rápido no tocante às sociedades locais ou, até se decidir por esse caminho, houve um processo de debate, de amadurecimento?

Pergunto também se, na sua opinião, a informalidade é preocupante – a questão foi muito bem analisada pelo Relator José Chaves –, se poderia ser enfrentada dessa forma, se a flexibilização poderia servir a esse propósito.

Concordo com o Dr. Hugo Cavalcanti. É inconcebível a pura e simples modificação do art. 618, porque, no Brasil, a força do capital é muito maior do que a força do trabalho e, certamente, os trabalhadores sairiam perdendo, ficariam em posições desiguais, em condições de iguais.

Dr. Hugo, considero necessário retirar da CLT os dispositivos em desuso. O que V.Sa. chamou de “cosmética” é essencial, até para haver mais clareza e para que o trabalhador possa, ao abrir a CLT, ter mais noção de seus direitos, dos dispositivos que efetivamente protegem seus direitos.

São essas as considerações que tinha a fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, quero parabenizar o nosso Relator e o Presidente pela excelente escolha, pela grande contribuição que estamos recebendo neste momento.

Vou direto à pergunta, para que possamos ganhar tempo. Os grandes fraudadores do trabalhador têm sido os grandes acordos que vêm sendo celebrados. Estamos agora à véspera de um grande acordo entre a VARIG e a TAM, e os prejudicados serão os funcionários. Sabe-se muito bem que esse acordo não será cumprido, visto que se está passando a uma fundação os direitos que eles teriam durante a vigência de contrato. Eles não vão receber. Pergunto ao Ministro qual a saída para cessarmos os grandes acordos em que o Governo dá subsídios para que o trabalhador seja fraudado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra a Deputada Dra. Clair, do PT do Paraná.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos digníssimos convidados, quero inicialmente parabenizá-los pelas intervenções e dizer que, nessa reforma, temos que resolver os principais problemas que afetam as relações e o mundo do trabalho, dentre elas o desemprego.

Alguns conferencistas falaram sobre emprego para os jovens, para os idosos. Pergunto se os senhores seriam favoráveis à proposta de diminuição da jornada de trabalho semanal. Isso poderia melhorar o nível de emprego? O que pensam sobre a proibição das horas extras? Quais seriam as repercussões e as influências dessas mudanças sobre o emprego?

Em segundo lugar, em relação ao Direito Processual, o Dr. Nillton Correia já fez alguns propostas. Pergunto a S.Sa. – é um tema bem polêmico – se entende necessário um tribunal para a unificação da jurisprudência ou se poderia dar-se de outra forma, e se é possível a interposição de recursos de revista sobre matéria constitucional junto ao Supremo Tribunal Federal, órgão que entende dessa matéria que está sendo discutida por sindicalistas e advogados.

Em relação ao direito material vinculado à questão sindical, é possível potencializar as negociações coletivas sem que se regulamente a garantia de emprego contra a dispensa imotivada? Quais as propostas de reforma em relação a soluções de conflitos?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Antes de conceder a palavra ao Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, esclareço aos palestrantes que, além de responder as perguntas, devem fazer suas exposições finais.

**O SR. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS** – Sr. Presidente, é difícil responder todas as perguntas, porque não conseguimos computar todas elas. Temo que as perguntas sejam mais ricas do que as respostas. Pensei em escolher alguns temas para responder.

O Deputado Eduardo Valverde abordou a questão do custo da Justiça do Trabalho, os 4 bilhões de reais que lhe são destinados.

Há pouco tempo, o Dr. José Pastore publicou artigo sobre os custos da Justiça do Trabalho. De fato, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para qualquer outra instituição custam dinheiro. Mas uma instituição não vale pelo que custa e sim pelo que produz, pelo que faz em favor da democracia.

A respeito do artigo do Dr. José Pastore, ele citava uma anedota clássica sobre a sinfonia inacabada de Schubert: um economista, a conselho de um amigo, foi ao teatro assistir à sinfonia inacabada de Schubert. Quando saiu, o amigo perguntou-lhe se havia gostado. Ele disse que sim, mas que Schubert repetia cinco notas, quando poderia fazer tudo em duas; repetia dez vezes a partitura, quando poderia economizar com um número menor de instrumentos. Se ele tivesse feito tudo isso, teria acabado a sinfonia.

Não é assim. Como eu disse, uma instituição vale pelo que produz, pelo que realiza. A Justiça do Trabalho presta importantíssimo papel. Diria que, durante os Governos militares, da ditadura militar, foi o único fórum para o exercício da cidadania do trabalhador brasileiro.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Pela ordem: o jornal *Hoje em Dia*, de Minas Gerais, publicou matéria de um amigo de V.Exa., do TRT, defendendo a extinção.

**O SR. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS** – Sim, é um conhecido nosso, o Dr. Antonio Alves. É uma pessoa muito conhecida e excêntrica. A resposta é apenas essa.

Quanto à dispensa imotivada, na verdade há um dispositivo constitucional, no art. 7º, que declara proteção da relação de emprego quando da dispensa imotivada, mas até hoje não foi regulamentado. Nas Disposições Transitórias está dito que enquanto esse dispositivo não for regulamentado será cobrada multa de 40% sobre o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no caso de dispensa imotivada. É fundamental para o trabalhador brasileiro que isso seja regulamentado numa proposta de reforma legislativa, da legislação do trabalho.

Quanto ao depósito recursal, de fato não podemos fazer discriminação entre empregadores. Isso só poderia ser feito na hipótese de normas coletivas de trabalho.

Em Pernambuco, por exemplo, tínhamos grande dificuldade de ditar normas de dissídios coletivos tanto para as usinas quanto para os engenhos, porque o usineiro é um homem abastado, que está no Rio de Janeiro ou na Europa tomando uísque. O dono de engenho, não; ele é parceiro do trabalhador, trabalha com a enxada na mão. No entanto, as regras do dissídio coletivo serviram tanto para um quanto para outro, o que é uma injustiça. Creio que deve haver norma diferenciada para as pequenas empresas ou empresas emergentes que garantem um grande número de emprego no Brasil. Estou de acordo com V.Exa. em relação a isso.

Quanto ao depósito recursal, entendo que não é possível. No momento estou tomando conhecimento de projeto de autoria da Deputada sobre depósito em execução. Só que S.Exa. vai um pouco mais longe. Ontem, no Tribunal Superior do Trabalho, discutimos a questão. Não conhecia o projeto de S.Exa., gostaria de conhecê-lo. Dizíamos que deve haver mesmo. O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é que o depósito recursal é garantia de juízo e não taxa recursal. Com isso, entendíamos que, na execução, quando há penhora, não há necessidade de depósito. Ontem, no Tribunal Superior do Trabalho, discutimos sobre a exigência de depósito, porque ele também tinha a natureza de taxa recursal. Se depois, terminado o processo de execução, houver necessidade de devolução do excesso ao empregador, que assim seja feito; inclusive o depósito que fez. A Deputada parece ter ido mais longe: disse que seria uma pena imposta a quem recorreu indevidamente. Na condição de juiz, é difícil compreender que seja assim, mas sob outro ponto de vista, no sentido de evitar um grande número de processos, estou de acordo com S.Exa. Ontem mesmo pedi ao Serviço de Estatística do TST que fizesse um levantamento sobre o número de agravos de petição que temos nos TRTs.

Vou aproveitar para responder V.Exa. O TST uniformiza jurisprudência. É um órgão moderador da jurisprudência brasileira. Há Tribunais que decidem de uma maneira; outros, de outra. Alguém precisa uniformizar essa jurisprudência.

Evidentemente, não podemos uniformizar regras de dissídio coletivo, porque há lei local para determinada categoria, mas não podemos deixar de uniformizar a jurisprudência. A função do Tribunal Superior do Trabalho é também examinar a violação legal e inconstitucional. Temos exercido nossa função de maneira modesta. Admito que o TST, no curso do tempo, cometeu muitos equívocos. O Tribunal é constituído de pessoas de todo o Brasil, submetidas a todo tipo de fragilidade. Todos nós estamos submetidos à fragilidade humana. Essa é a verdade.

Deputado, creio que a flexibilização não traz as pessoas da informalidade para o trabalho formal. Ela destruiu totalmente a Argentina, não lhe resta mais nada. Portanto, não acredito que a flexibilização abra o mercado de trabalho. O mercado de trabalho deve ser aberto com políticas específicas de governo. Quem mais prejudica a empresa não é o ônus trabalhista.

Acontece que, quando a empresa vai à falência, o que lhe resta é o passivo trabalhista. Por quê? Porque o Estado fiscaliza o tributo, porque o banco cobra os juros, ou do contrário não empresta mais. Quem fiscaliza a relação de trabalho? O Ministério do Trabalho não tem fiscais suficientes para fiscalizar todas as empresas. Aí, quando vão à falência, resta-lhes apenas o passivo trabalhista. O passivo trabalhista não é responsável pela falência das empresas, mas sim a tributação e os juros altíssimos cobrados no País.

Entendo necessária uma faxina na CLT.

Um professor português que participou do Fórum Internacional sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, ao abrir a CLT, fez o seguinte comentário: “Há muito tempo estudo a Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil e não entendo bem a sua metodologia. Uma hora fala-se em Justiça do Trabalho e em juízes leigos, outra hora diz-se que não existem mais juizes leigos na Justiça do Trabalho”. Como? Está aqui. O que quer dizer isso? Algumas vezes, diz-se que não há mais estabilidade, e está lá a estabilidade no emprego. Cria-se uma terrível dificuldade para examinar a lei.

Acho que a legislação trabalhista tem de ser simples. Digo mais, Deputado: no meu tempo de juiz – ponha tempo nisso, em 1961 –, eu fazia execução trabalhista pela Portaria nº 105, do antigo Conselho Nacional do Trabalho. Não havia recurso, não havia nada. Permitia-se o mínimo de recurso. Eu decidia tudo imediatamente – dez, quinze artigos, nem me recordo mais a quantidade. Veio o Código de 1973. Era Corregedor o Ministro Mozart Victor Russomano. Ele enviou uma circular para todos os Tribunais Regionais, determinando: “Apliquem com moderação o novo Código de Processo Civil, porque ele é incompatível com os princípios da oralidade e da celeridade do processo trabalhista”.

Infelizmente, de lá para cá, nos nossos concursos para juiz do trabalho, passamos a exigir muitos conhecimentos de Processo Civil. Os que demonstravam ter esse conhecimento aplicavam-no. E o Processo de Trabalho terminou numa montanha terrível, de difícil escalação, com muitos recursos e muitas questões. Por isso, compreendo sua preocupação. Para que o TST? Para que fazer recurso ao TST? Isso dificulta. Lá só chega matéria de alta indagação, questão de tal relevância que cria conflitos entre os tribunais.

Não precisamos uniformizar jurisprudência, porque é assim que vamos manter a prevalência do Direito Federal, que é o Direito do Trabalho, legislado com privatividade pela própria União. Não é impossível encararmos a questão de maneira diferente.

Não sei se respondi a todos. É difícil saber, porque são muitas perguntas. Pretendia dar respostas seletivas e terminei falando muito. Peço perdão.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Ministro.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, informo que o Regimento prevê que os convidados disponham de três minutos para dar sua resposta, mas concede ao Presidente alguma flexibilidade nesse sentido. As perguntas, sendo ricas, exigem respostas ricas também.

Com a palavra o Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho.

**O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO** – Contabilizei 25 perguntas. Obviamente, em três minutos nenhum de nós poderá respondê-las. Nem sequer vou mencionar algumas, porque o Ministro Fausto já falou sobre elas de forma precisa.

Sobre o valor dos custos que envolvem a Justiça do Trabalho, tenho ouvido no Brasil, ultimamente, proposta de extinção de tudo. Pensa-se: não dá lucro, extingue-se; ou, se não for possível privatizar, extingue-se.

A Social Democracia Sindical, que tem um trabalho com Nilton, está propondo a extinção do Ministério Público por julgá-lo desnecessário. Vimos aqui tudo o que o Ministério Público do Trabalho tem feito em prol do trabalhador brasileiro. Imaginem se for extinto! Mas, se não dá lucro, extingue-se.

A Justiça do Trabalho distribuiu, no ano de 2001, 6,8 bilhões de reais aos trabalhadores brasileiros. Eu desafio qualquer um a exibir uma política de governo que tenha distribuído tantos recursos entre os trabalhadores brasileiros quanto a Justiça do Trabalho. Ainda que ela desse prejuízo todo ano, não poderíamos destrui-la, porque é a última trincheira de defesa do trabalhador brasileiro; e ela não dá.

Vou deixar com o Presidente alguns documentos que comprovam o lucro mensal de cada Vara do Trabalho, comparando seus gastos e sua arrecadação, a título de Previdência Social, Imposto de Renda e custas judiciais.

Arrecadamos, no ano passado, um bilhão de reais só para a Previdência Social, sem custo algum para o Governo, porque isso é feito de ofício, sem necessidade de advogado público para demandar em juízo trabalhista. O próprio juiz promove a execução nesse particular.

Outra questão: a Justiça do Trabalho tem o triplo da soma de todos os outros segmentos do Judiciário, da União, em termos de estrutura. São 24 regionais,

1.109 varas, 3.500 juizes. Se somarmos a Justiça Federal, a Justiça Militar e a Justiça do Distrito Federal não chegaremos nem a um terço dessa estrutura. É muito natural que ela consuma a metade. Aliás, a relação é prejudicial à Justiça do Trabalho, uma vez que ela é três vezes maior e só consome a metade dos recursos, o que, mesmo assim, somada a Justiça da União, não chega a 1% do Orçamento. A Justiça do Brasil não gasta 1% do Orçamento da União, o que é um número muito baixo, convenhamos.

Quanto às demais perguntas, tema bastante ventilado e que, ao que me parece, preocupa os Parlamentares diz respeito à demora e à efetividade do Direito do Trabalho. Estamos todos de acordo: a Justiça do Trabalho tem demorado, embora seja disparadamente a mais célere, e o Direito do Trabalho é pouco eficaz. Por quê? Porque no Brasil criou-se a cultura do descumprimento absoluto do Direito Trabalhista. As pessoas simplesmente não o cumprem. O Governo, por sua vez, não promove a fiscalização devida. Existem cerca de 3 mil fiscais do trabalho no País inteiro. Sabemos os esforços que eles empreendem para cobrir esse imenso território nacional, obviamente sem êxito total, porque não é humanamente possível fazê-lo.

Concordo com o Deputado quando diz que deveria estar aqui um representante do SINAIT para falar sobre as experiências e as dificuldades que os auditores enfrentam no dia-a-dia. Se não há fiscalização, vamos continuar tendo descumprimento da lei. Se há descumprimento da lei, vamos ser recordistas em ações trabalhistas durante muito tempo.

José Pastore vive afirmando que a Justiça do Trabalho é recordista de reclamação trabalhista no mundo. Claro, não se cumpre a legislação! O trabalhador tem de ir atrás do seu direito, na última trincheira que tem disponível: a Justiça do Trabalho. Por isso somos recordistas em ações trabalhistas. No momento em que houver fiscalização dentro da empresa, no momento em que houver vontade política do Governo para ampliar o número de fiscais no Brasil e para tornar mais rigorosas as penalidades administrativas e, mais do que isso, para punir efetivamente aqueles que a descumprem, tudo vai melhorar.

Hoje, quando o fiscal entra numa empresa, o empregador dá gargalhadas, porque, ainda que ele aplique alguma multa, esta não será cobrada nunca. Será inscrita na dívida ativa da União, e sabemos como isso funciona no Brasil. Cobrar crédito da União em juízo é a coisa mais difícil do mundo. Ninguém paga.

Então, a primeira proposta nesse sentido seria ampliar o número de fiscais; a segunda, ampliar o rigor das penalidades administrativas; a terceira, fazer com que o juiz do trabalho, que, conhecendo o processo, sabe que ali houve descumprimento da legislação trabalhista, execute, ele mesmo, essas penalidades, talvez de ofício, para que o Estado não necessite gastar dinheiro com advogados e procuradores. Aí, sim, teremos efetividade. Com o cumprimento da lei vai haver redução de demandas trabalhistas, maior celeridade no processo e eficácia da legislação trabalhista. É muito fácil resolver a questão, mas falta vontade política para solucionar o problema.

Quanto à flexibilização no Direito Comparado, em lugar nenhum do mundo a flexibilização trouxe resultados. Não houve exatamente um processo de discussão; houve mudança no modelo de produção. Na Europa, por exemplo, enquanto prevaleceu o modelo fordista ou keynesiano, ele pregava como um de seus pilares o Estado do bem-estar social, com amplos direitos para os trabalhadores. Isso funcionou muito bem. Os trabalhadores gozavam de amplos direitos, até o momento em que foi preciso descentralizar o capital – uma descentralização flexível, buscando-se novos ambientes em que houvesse menos direitos para os trabalhadores, os sindicatos fossem menos organizados e houvesse maior complacência estatal. O capital simplesmente saiu da Europa para se instalar nesses ambientes – por exemplo, no Brasil e em outros países de Terceiro Mundo. A partir daí, passou a prevalecer a idéia de que o trabalhador, na Europa, custava muito caro para a empresa, em relação ao que ela pagava pelo trabalhador da América Latina. Começa a haver então o processo de flexibilização.

"O Estado do bem-estar social custa muito caro ao Estado europeu. Vamos começar a acabar com os direitos do trabalhador". Foi com esse pensamento que teve início o processo de flexibilização, depois trazido para nós como se tivéssemos vivido o período do bem-estar social, o que nunca ocorreu. Fomos castigados por algo do qual nunca fomos beneficiários. No Brasil, passamos da escravidão para a flexibilização, sem termos tido bem-estar social. As coisas acontecem no País sem discussão alguma. Elas nos são impostas. Agora, parece que vai começar a haver debate a respeito do assunto. Espero que seja diferente do da reforma da Previdência, que foi apenas para inglês ver. Fizeram ouvidos de mercador e adotaram o projeto original que já estava esboçado e encaminhado. Vamos ver o que vai ocorrer nesta Casa daqui para frente.

Ouvi falar na extinção da Justiça do Trabalho ou mesmo do TST, mas nunca soube que pretendem acabar com o STJ. Por que deve existir um órgão de uniformização da legislação federal em matéria distinta da trabalhista? Nunca ouvi ninguém sugerir isso. Falam em extinguir o Ministério Público do Trabalho, mas não os órgãos do Ministério Público da União. Por que

a Justiça do Trabalho incomoda os poderes político e econômico? Porque ela aplica a legislação para coibir os abusos desses poderes. O papel da Justiça do Trabalho não é acelerar o desenvolvimento econômico nem prestigiar o lucro e o mercado, mas distribuir justiça. E é isso que esperamos continuar fazendo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria apenas de um esclarecimento. Estamos defendendo a extinção do TST? O Presidente do TST, Francisco Fausto, declarou no jornal *Hoje em Dia* que o Juiz do Trabalho Antônio Álvares da Silva defende a extinção do TST e do STJ.

**O SR. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS** – Já quis chegar ao TST e não chegou.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Muito obrigado. Não sou a favor, de forma alguma, da extinção do TST.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O Presidente da Associação Nacional dos Magistrados, Hugo Cavalcanti Melo Filho, solicitou trinta segundos para abordar a questão.

**O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO** – Em momento algum atribuí a qualquer Parlamentar a idéia de extinção do TST. Esse assunto é antigo. Já foi ventilado diversas vezes neste Parlamento e em outros ambientes.

O juiz Antônio Álvares é um professor respeitadíssimo por todos nós. Vivemos num ambiente democrático. Nossas próprias publicações trazem os artigos do juiz Antônio Álvares, nos quais S.Exa. defende a extinção da Justiça do Trabalho. As idéias do professor são conhecidas de todos. S.Exa. as defende há muito tempo. Aliás, é o único entre nós que prega a extinção da Justiça do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não sabia disso.

Com a palavra o Dr. Nilton Correia.

**O SR. NILTON CORREIA** – Ia dar-lhes justamente um esclarecimento. O professor propõe a extinção de toda a Justiça do Trabalho, não apenas do TST. Trata-se de proposta avançada. Os Drs. Hugo e Fausto falaram sobre nossos problemas relacionados à flexibilização. Estamos flexibilizando o subsolo. Estamos abaixo de zero, na temperatura máxima. A flexibilização, no caso brasileiro, deu-se dessa forma.

Quanto à liberdade de contratação – pergunta formulada pelo Relator –, gostaria de dizer-lhe que se trata de assunto central para nós, da ABRAT. Nosso posicionamento está em documento que S.Exa. terá oportunidade de ler. Está exatamente no art. 421 do Código Civil, que tem cinco meses incompletos e foi recentemente aprovado nesta Casa.

O que diz o art. 421 do Código Civil? Que deve haver liberdade de contratação na área privada. E esta será exercida em razão da função social do contrato, nos limites do contrato.

O Congresso Nacional, ao fazer o Código Civil, encontrou a chave da liberdade de contratação. Com esse limite, considerando o que há de função social no contrato de trabalho, ficaria tudo resolvido.

O Deputado Almir Moura deu fantástico exemplo. Há empregadores que não assinam a carteira de trabalho de seus empregados e os aconselham a ir à Justiça. Não apenas não a assinam, como não pagam verba rescisória. Verba rescisória tem de ser matéria de execução. Não se pode fazer processo ordinário de verba rescisória não paga.

Por que essa cultura está sendo praticada? Porque os juros de mercado são irreais. Há estudo de uma instituição financeira sobre a evolução do quanto se ganha na Justiça do Trabalho, segundo o qual, a partir de determinado momento, começa a haver perda; então, ela faz o acordo. Existem estudos orientando como fazer esse trabalho. No terceiro ano, por exemplo, a empresa encontra-se em determinado ponto; no quinto, no pico. Portanto, os juros são irreais e têm de ser corrigidos urgentemente.

O depósito não prejudica o pequeno e o grande empregador, o que os apena na verdade é o não-cumprimento do direito trabalhista. O pequeno empregador confere ao trabalhador o direito trabalhista mínimo – férias e 13º salário –, nada mais do que isso. Nem sequer recolhe para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Portanto, ele tem mesmo de ser apenado para que passe a cumprir os direitos trabalhistas como qualquer pessoa.

O Deputado Maurício Rands falou a respeito da atualização. Sobre isso vou dar um esclarecimento. Estamos chegando a 900 alterações da CLT. Nenhum outro diploma legal tem tal volume de alterações. A CLT tem sido atualizada seguidamente. O discurso de sua desatualização é o de quem quer um pouco mais – ou seja, 900 não está bom, vamos para 9 mil alterações. E não há mais o que se retirar. Estamos no osso. Esse é o problema. A partir daí estaremos efetivamente no subsolo, não há mais nada para tirar. Restaram apenas o 13º salário, as férias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – que é uma proposta de empresários, não de trabalhadores. Falaram da garantia de emprego, mas é o mesmo que tentar regulamentar o art. 7º, inciso I.

Quanto à redução da jornada de trabalho, entendemos que ela realmente melhora o nível de emprego.

Tenho, contudo, a sensação de que não se conquistaria isso hoje no Congresso Nacional. Já será um grande passo se conseguirmos cessar as horas extraordinárias e se obtivermos penas fortes e incisivas em relação à jornada de trabalho.

Em linhas gerais, eram essas as matérias e as propostas da ABRAT. Agradeço-lhes a oportunidade da participação. São várias as questões a serem tratadas – algumas, pontuais; outras, conceituais.

Colocamo-nos à disposição da Comissão para qualquer outro esclarecimento. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Dr. Nilton Correia a contribuição.

Concedo a palavra ao Ministro Francisco Fausto, que falará brevemente sobre os juros.

**O SR. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS** – A Deputada tratou da questão dos juros. Esqueci-me de mencioná-la, embora a tenha anotado como pergunta relevante. No TST fizemos uma proposta em relação a um processo trabalhista. Ele teve tramitação muito demorada na Câmara dos Deputados, tanto que foi aprovado no Código Civil e até então não chegou a ser votado. O projeto estabelecia juro muito menor do que o aprovado no Código Civil, que manda cobrar mais nos processos do Poder Judiciário. Depois de aprovado no Código Civil, recentemente foi aprovado na Câmara dos Deputados projeto que reduz os juros no processo trabalhista. Vou enviar ofício à Presidência do TST mostrando que isso está ocorrendo e solicitar que seja reparado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Dr. Raimundo.

**O SR. RAIMUNDO SIMÃO DE MELO** – Em primeiro lugar responderei à indagação do Deputado José Chaves a respeito da pluralidade sindical na reforma sindical. Vejo isso com muita simplicidade. A reforma sindical não é para impor outro modelo. Já temos um imposto: o da unicidade. A reforma sindical é para dar liberdade aos atores sociais – empregados e empregadores – de escolherem o modelo que desejam. Se quiserem continuar com unicidade, com organização por categoria, poderão fazê-lo. É, contudo, necessária a liberdade de se organizarem no local de trabalho ou em outro lugar, se assim o desejarem, para criar um sindicato em determinada região que represente várias categorias. Afinal, a liberdade sindical é para isso.

Quanto à indagação do Deputado Maurício Rands a respeito da transitoriedade, ela não acontecerá da noite para o dia. Se amanhã o Congresso Nacional aprovar a liberdade sindical, não acabaremos com todos os sindicatos que estão organizados por categoria e teremos pluralidade, mas acontecerá um processo de depuração natural que provavelmente demorará certo tempo.

Em relação aos trabalhadores informais, é absolutamente importante que se acabe com o sindicato setorial. Os problemas dos trabalhadores têm de ser vistos de forma mais ampla. Necessitamos de sindicatos que representem não somente os trabalhadores com carteira assinada, mas os informais, os autônomos. Enfim, qualquer trabalhador terá a liberdade de escolher o sindicato que quiser.

Relativamente à facilidade do acordo na Justiça do Trabalho, trata-se de algo terrível, que motiva exatamente os maus empregadores a não pagarem os direitos dos empregados. Eles agem da seguinte forma: deixam a causa seguir até a Justiça, porque sabem que o trabalhador que está passando por tremenda necessidade será obrigado a receber apenas 30% ou 40% dos seus direitos para não continuar passando fome.

Quanto à questão recursal, esclareço melhor a minha proposta. Para recurso trabalhista, em causas cujo valor seja de até quarenta salários mínimos, o chamado dissídio de alçada, não haverá recurso, salvo em matéria constitucional – bem lembrado pelo Dr. Hugo Cavalcanti –, aprovado naquele projeto do procedimento sumaríssimo, porém vetado pelo Presidente da República.

Quanto à importantíssima questão dos atos anti-sindicais, apresentados pelo Deputado Maurício Rands, aponto duas medidas para coibi-los. A primeira, de natureza administrativa ou trabalhista, como queiram. Condenado o empregador pela dispensa imotivada do dirigente sindical, pagará em dobro. É o exemplo que tínhamos do trabalhador estável da CLT, que era indenizado em dobro. Essa é uma punição para o empregador que dispensar o trabalhador portador da estabilidade sindical. Isso, contudo, não basta, porque, para o poder econômico, não significa muito em determinadas situações. Ao se demitir um dirigente sindical sem justificativa razoável, por motivo fútil etc., está-se na verdade atentando contra a liberdade coletiva de organização. Há, no Código Penal, o chamado crime contra a organização do trabalho. Portanto, basta estendê-lo àquele que praticar ato anti-sindical contra a organização sindical, que é a do trabalho.

Com o fortalecimento da organização sindical, a maioria dos conflitos trabalhistas será resolvida pela negociação coletiva. Com o sindicato, haverá razoável condição de barganha: o que não for resolvido irá para

a arbitragem privada, que deve ser incentivada, e para a Justiça do Trabalho, pelo poder normativo, que seria absolutamente reformulado. Primeiro, somente quando houver o pedido das duas partes; segundo, com instância única. Não haverá nenhum recurso, porque o poder normativo da Justiça do Trabalho é algo tão excepcional que não poderá comportar revisão. É instância única. Quem quiser dela se socorrer saberá que correrá o risco. Caso contrário, resolverá o problema pela negociação coletiva.

É premente o fim das horas extras. Diz a Constituição que hora extra é trabalho extraordinário. No momento de tanto desemprego é mais que normal que elas sejam extintas.

Quanto à efetividade, é preciso que se dê força e reforço aos seguintes órgãos públicos: Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho – assunto muito bem lembrado por um dos Deputados. Inclusive, S.Exa. precisa dar seu depoimento. Afinal, está apurando, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, tudo o que está acontecendo. Para que V.Exas. tenham idéia, é um órgão que tem atuação em todo o Brasil. Há menos de quinhentos promotores do trabalho em atuação. Nesse sentido, há projeto na Câmara dos Deputados para a criação de mais trezentos cargos para o interior do País, onde estão ocorrendo muitos conflitos de trabalho.

Muito obrigado, caro Deputado Vicentinho. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Sras. e Srs. Deputados, farei dois tipos de agradecimentos: o primeiro, pessoal, na condição de Parlamentar; o segundo, de personalidade sindical.

Agradeço ao Dr. Raimundo a contribuição dada ao sindicato que presidi com muita honra e a convivência que juntos tivemos. Fizemos festa na ocasião de sua posse e sabemos da revolução que está fazendo naquela região.

Agradeço aos Drs. Hugo e Nilton a bonita postura de se manifestarem contrários ao projeto, hoje arquivado no Senado Federal, que dizia respeito à desregulação, baseado no art. 618. Realmente, naquele momento, na condição de dirigente sindical, fiquei muito feliz.

Dr. Fausto, sempre defendi o fim do Tribunal Superior do Trabalho, o que muitos não faziam. Na condição de presidente da Central Única dos Trabalhadores, avaliei o TST muitas vezes. Considero-o mais provocador do que solucionador de conflitos. Evidentemente, as decisões tomadas tinham influência pessoal de determinados juízos. Nova jurisprudência, novos juízes e o nosso nobre Presidente fizeram com que eu, naquele encontro internacional, fizesse uma autocrítica. Hoje reconheço

importantíssimas mudanças e reformas, sob aspectos jurídico, trabalhista, processual, com a visão real que temos de novos tempos.

Agradeço ao Ministro o convite para comparecer àquele órgão.

Esta Casa sairá enriquecida com os pronunciamentos, as idéias e as experiências que os senhores deixaram. Com certeza, elas serão divulgadas para todos os Parlamentares.

Solicito aos nobres Deputados que demonstrem, com aquele gesto bem carinhoso, o agradecimento aos nossos convidados. *(Palmas.)*

Quem quiser permanecer até o final da reunião, fique à vontade. Teremos enorme prazer em tê-los aqui.

Dando prosseguimento à Ordem do Dia, faremos, para as próximas reuniões, rápida votação de 5 requerimentos apresentados. Espero que hoje não peçam verificação de *quorum*.

Em votação os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 43, do Deputado Maurício Rands, que solicita seja convidado o Sr. Roberto Caldas, representante da OAB junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

Requerimento nº 44, do Deputado Maurício Rands, que solicita seja convidado o Sr. Morse Lyra Neto, Procurador do Ministério Público do Trabalho, 6ª Região.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento da Deputada Dra. Clair, que requer sejam convidados os Srs. Manoel Antônio Teixeira Filho e Estevão Mallet para comparecerem à Comissão Especial da Reforma Trabalhista, a fim de contribuírem com o debate, cujo tema serão as propostas da reforma do Direito Processual.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento da Deputada Dra. Clair, que requer seja convidado o Sr. Celso Soares para comparecer à Comissão Especial da Reforma Trabalhista, a fim de participar do debate sobre propostas da reforma do Direito Material.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado José Múcio Monteiro, que requer seja convidado o jurista Dr. Francisco Siqueira Neto para audiência pública nesta Comissão.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião de audiência pública para o dia 21 de maio, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 13, com os seguintes convidados: Profs. José Pastore, Francisco Siqueira Neto, Celso Soares e Armando Pereira, Diretor da OIT no Brasil.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 10ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2003.**

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário Treze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Daniel Almeida, Dra. Clair, Iris Simões, Isaías Silvestre, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Maria Helena, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Ronaldo Dimas, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Antonio Carlos Biscaia, Cláudio Magrão, Homero Barreto, Ildeu Araujo, Neyde Aparecida, Paes Landim e Takayama – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Coriolano Sales, Dr. Ribamar Alves, João Batista, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Marcelo Teixeira, Maurício Rands, Miguel de Souza, Nelson Trad, Paulo Bauer, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Ricardo Fiuza, Roberto Balestra, Robson Tuma, Rommel Feijó e Vilmar Rocha. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da nona reunião, realizada no dia quatorze de maio de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Júlio Delgado. Em votação, a Ata foi aprovada. ORDEM DO DIA: Audiência Pública sobre o tema Direito Material. O Presidente chamou para compor a Mesa os senhores José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo, Celso da Silva Soares, Advogado Trabalhista, e Armand Pereira, Diretor da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil. Ao ensejo, justificou a ausência do convidado José Francisco Siqueira Neto que, impossibilitado de comparecer nesta reunião, se dispôs a vir em outra oportunidade. Para proferir as palestras, passou a palavra ao Professor Pastore e, na seqüência, aos doutores Celso da Silva e Armand Pereira. Comentaram e fizeram perguntas aos palestrantes os Deputados José Chaves, Ronaldo Dimas, Almir Moura, Dra. Clair e Daniel Almeida. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou audiência pública sobre o tema Direito Processual para o próximo dia vinte e oito de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário Dez, e encerrou a reunião às dezoito horas e treze minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada ao estudo das matérias que abrangem a reforma trabalhista.

Srs. Deputados, tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 9ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O tema desta audiência pública é Direito Material.

Agradecemos de antemão a presença aos convidados que farão parte desta audiência pública. Esta Comissão já realizou várias audiências públicas, todas muito marcantes, e o nível dos palestrantes de hoje é, no mínimo, igual ou, quem sabe, superior ao dos que por aqui já passaram. O Ministro do Trabalho, Jaques Wagner; representantes das centrais sindicais dos trabalhadores e de organizações patronais; operadores do Direito, o Presidente do TST e representantes dos magistrados e dos juízes trabalhistas, entre outras organizações, trouxeram-nos extraordinária riqueza.

Contamos agora com a presença de pessoas respeitáveis, que, em decorrência de uma vida dedicada ao mundo do trabalho, têm idéias a apresentar a esta Comissão.

Convido a fazer parte da Mesa o Dr. José Pastore, professor da Universidade Federal de São Paulo, por quem tenho especial respeito.

O Dr. José Pastore me fez rir agora porque, em debate na FIESP, o meu assessor, quando apresentado ao professor – não sei se o Dr. José Pastore se lembra disso –, perguntou: *"O senhor é pastor de que igreja?" (Risos.)*

Gostaria de convidar também o advogado trabalhista e Presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Celso da Silva Soares.

Convido ainda o representante da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, Sr. Armand Pereira.

Ainda há pouco, dizia ao Sr. Armand Pereira que, na história da OIT no mundo, talvez eu tenha sido o único dirigente sindical a fazer greve de fome em defesa de uma convenção, a Convenção nº 158 da OIT.

Comunico que o Dr. José Francisco Siqueira Neto justificou sua ausência a esta reunião em face de outros compromissos. Entretanto, o mesmo se disporá a estar conosco em outra data.

Esclareço que, de acordo com o nosso Regimento, cada palestrante terá até 20 minutos para sua explanação. Encerrada a exposição dos convidados, cada Deputado terá até 3 minutos para suas considerações e perguntas, com o mesmo prazo para respostas e possíveis réplica e tréplica.

Aproveito para comunicar aos nossos palestrantes que a ordem de exposição é a mesma da aprovação do requerimento. Quando o tempo de exposição chegar a 15 minutos, avisarei os expositores, para que programem sua conclusão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Está ocorrendo neste momento, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, audiência pública com o Presidente do BNDES. Parece que a reunião foi marcada para o mesmo horário desta. Enquanto aguardava o início dos nossos trabalhos, estive naquela reunião e verifiquei que lá estão vários Parlamentares que compõem esta Comissão. Acredito que em 20 minutos os trabalhos daquela Comissão serão encerrados. Portanto, gostaria de sugerir a V.Exa., se possível, que aguardássemos um pouquinho mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, até gostaria de aguardar um pouco mais. V.Exa. sabe do carinho e do respeito que tenho pelos nossos convidados. Recentemente, até me desentendi com um colega devido ao tratamento dado a um dos nossos convidados. Acontece que não fomos consultados e, portanto, não emitimos nenhuma opinião a respeito da realização daquela audiência.

V.Exa. sabe que houve problemas quando esta Comissão Especial foi criada a partir da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Havíamos proposto atividades conjuntas. Quisemos fazer reunião conjunta pela manhã com a presença do Ministro Jaques Wagner, mas o Presidente Medeiros não concordou com isso. Alegaram temor de que esta Comissão esvaziasse a outra. Fomos totalmente tolerantes. Toda vez que membros daquela Comissão vêm a esta, nós os convidamos para compor a Mesa e os tratamos muito bem.

Em respeito aos nossos convidados e sabendo que esta audiência está sendo gravada, com *flashes* ao vivo para a *TV Câmara*, não posso declinar da minha posição, embora compreendendo a sua.

O outro problema é que daqui a pouco começará a Ordem do Dia, e teremos de interromper esta audiência. Por essas razões, quero iniciar imediatamente as exposições.

A reunião será publicada. O Deputado interessado terá a oportunidade de tomar conhecimento do que foi dito aqui. Por isso, inicio neste momento a reunião, respeitando sua ponderação.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Sr. Presidente, concordo com V.Exa. O companheiro, Deputado Ronaldo Dimas, e outros estavam lá. Pedimos escusas aos nossos convidados. Numa tarde de quarta-feira, cada Parlamentar participa de três ou quatro Comissões. É inumano que estejamos presentes a todas. Temos que priorizar algumas. Houve debates de grande qualidade na Comissão que trata da reforma trabalhista. Durante as exposições dos três convidados, os colegas Deputados tomarão conhecimento do que está sendo dito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem, Deputado Júlio Delgado.

Agradeço ao Deputado Ronaldo Dimas a compreensão.

Concedo a palavra ao Prof. José Pastore.

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais Parlamentares – não sei se há algum Senador presente –, público em geral, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, registro meu apreço por V.Exa., pelas ações realizadas no Brasil em favor de uma situação trabalhista mais humana e digna. É um grande prazer participar deste debate.

Esta Comissão tem grande responsabilidade: preparar os temas e as sugestões para a grande reforma trabalhista. Espera-se que essa reforma ocorra desta vez.

V.Exa. lembrou nosso encontro na FIESP, em que o seu assessor confundiu Pastore com Pastor. Não é a primeira vez que isso acontece. Sempre que venho a Brasília, fico hospedado no Hotel Carlton. Notei que os garçons me tratam muito bem, todos são evangélicos e acham que sou pastor. Fiquei muito tempo quieto. Outro dia, um deles me perguntou se eu gostaria de batizar seu filho e quis saber em qual templo eu pregava, para fazer o batismo. (*Risos.*) Tive que confessar minha pobre condição de Pastore.

Preparei alguns dados que talvez possam ser de utilidade à Comissão. Vou procurar respeitar o prazo de 20 minutos.

Os grandes problemas que constituem as angústias na área trabalhista estão aqui listados. Em primeiro lugar, o desemprego. Hoje o IBGE divulgou a nova taxa de desemprego, que atingiu a espantosa marca de 12,4%, quase 12,5%. Ao lado de 12,5% de brasileiros desempregados, 60% dos brasileiros que trabalham encontram-se na informalidade, ou seja, sem nenhum vínculo com a Previdência Social, portanto, sem nenhuma proteção social.

O Brasil é o país dos conflitos, há 2 milhões de ações na Justiça do Trabalho. A Alemanha, que tem muita ação, tem 350 mil; os Estados Unidos, 75 mil; a França, 70 mil; o Japão, 2,5 mil. Esses são os grandes problemas a serem atacados.

No que tange ao emprego, não podemos ter ilusões, a geração de emprego depende de três fatores básicos. Em primeiro lugar, crescimento econômico é uma condição básica. Se não houver crescimento econômico, não adianta conversar sobre o resto. Hoje o crescimento econômico do Brasil está muito anêmico. Este ano talvez o Brasil cresça apenas algo em torno de 1,5%, dando para absorver um terço da população economicamente ativa que entrará no mercado de trabalho. Os outros dois terços ficarão sem trabalho.

Segundo, educação de boa qualidade é outra condição. Dada a revolução tecnológica e os avanços na globalização, na produção e na produtividade, hoje em dia, ter educação é condição fundamental. Muitos dizem que educação não gera emprego. De fato, mas educação boa atrai capitais que geram emprego.

Terceiro, legislação trabalhista atualizada, o tema desta Comissão.

Dentro da legislação, os direitos geram custos. Esses custos são de duas naturezas. Em primeiro lugar, os custos diretos, que independem, até certo ponto, da legislação. O custo direto é o salário, por exemplo, que independe da legislação. Ele vai depender da legislação de forma remota. Os custos indiretos são aqueles que muito dependem da legislação, os custos de contratação e descontratação, e também os custos ligados à proteção do trabalho. Mas os dois interagem de tal maneira que, muitas vezes, um custo indireto acaba influenciando um custo direto e vice-versa.

No Brasil, os custos indiretos somam 103,46% do salário. Essas são as despesas para contratar um trabalhador. Propositadamente, não estou chamando isso de encargos sociais, porque muito vai para o bolso do trabalhador. É uma grande celeuma chamar de encargo social algo que vai para o bolso do trabalhador. Toda a empresa tem que pagar estes custos: 20% para o INSS; 8,5% para o FGTS; 2,5% para o salário-educação; seguro-acidente, na média, 2%; serviços sociais, 1,5%; formação profissional, 1%; SEBRAE, 0,60%; INCRA, 0,20%, o que dá 36,30%. Isso vale para qualquer empresa: pequena, micro, grande, bancária, agrícola etc.

Depois, há a remuneração do tempo não trabalhado.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esta tabela refere-se a horistas. O repouso semanal significa uma despesa de 18,91%; as férias, 9,45%; o abono de férias, 3,64%; os feriados, 4,36%; o aviso prévio, 1,32%; a licença maternidade, 0,55%; o total desse grupo é 38,23%. Há outra remuneração de tempo não trabalhado: décimo terceiro salário, 10,91%; indenização de dispensa, 50% do FGTS, 3,21%; total: 14,12%.

No Brasil, sempre há o efeito cascata, não é só na área tributária, também na área trabalhista. Todo o Grupo A incide sobre o Grupo B, o que gera uma despesa de 13,88%; o FGTS incide sobre o décimo terceiro, 0,93%; total: 14,81%. Total geral: 103,46%.

Uma empresa contrata um trabalhador por 365 dias, mas evidentemente não usará os 365 dias, ele terá descansos, férias etc. Então, ela contrata e paga despesas referentes a 365 dias e usa uma parcela disso. Essas são as despesas geradas pela legislação trabalhista.

Quais são as conseqüências de despesas tão altas? A primeira conseqüência: o aviltamento do salário. Como a despesa de contratação é muito alta, na hora de acertar o salário, ele é posto lá em baixo. Por quê? Porque elas são uma alíquota do salário. Então, para a empresa buscar um ponto de equilíbrio, avilta-se o

salário, abaixa-o. O Brasil é um dos países de salários mais baixos do mundo.

Segunda conseqüência: aumento da informalidade. Hoje há 60% de informais. Dados recentes de São Paulo, dos primeiros meses do ano, mostram que 77% dos novos postos de trabalho criados estão no setor informal. Para cada dez postos de trabalho criados, quase oito estão no setor informal, onde não existe proteção para o trabalhador nem arrecadação para a Previdência. O número é escandaloso. O Brasil nunca viveu situação como essa.

Outra conseqüência é a redução de emprego. O excesso de despesa em contratação reduz o emprego, principalmente nas pequenas e microempresas, que têm dificuldade para arcar com essas despesas. Precipita também a automação, que poderia vir mais tarde. Se 250 cortadores de cana causam esse tipo de despesa indireta, o fazendeiro compra uma cortadeira e dispensa os trabalhadores, o que agrava o desemprego.

Vou repetir: emprego depende de crescimento, educação e legislação. Não esqueçamos o crescimento. A qualquer momento alguém poderá dizer que o principal é o crescimento. Estamos de acordo.

Todos os estudos mostram que existe correlação íntima entre as instituições do trabalho e o emprego. Quando a instituição do trabalho consegue acompanhar o desenvolvimento da economia e da produção e se ajustar a ela, gera mais emprego. Quando a instituição é rígida demais, demora para acompanhar ou vai contra o ciclo ou a tendência da economia, da produção, gera menos emprego.

Estudos detalhados mostram o seguinte: para 1% de crescimento do PIB, nos Estados Unidos, gera-se 0,5% de emprego. Para cada 1% do crescimento do PIB, na Europa Continental, gera-se apenas 0,16% do PIB. É o mesmo 1%. Mas os efeitos são diferentes sobre o emprego. A razão disso está do lado das instituições, porque o crescimento aqui é igual. Não estamos mais discutindo crescimento. Nos dois casos, cresce 1%. Mas nos Estados Unidos gera 0,5% de emprego numa força de trabalho imensa, 140 milhões de pessoas. Na Europa Continental, na média, cada 1% do PIB gera 0,16%, que é um número muito menor.

Outra maneira de ver o assunto é correlacionar o desemprego do passado com o desemprego do presente. Se tomarmos o desemprego no período de 1992 a 2002, verificaremos que nos Estados Unidos a correlação do desemprego ao longo desse período, um ano com o outro, é de 0,30%. Na Europa Continental a correlação é de 0,83%. Ou seja, quanto mais próximo de um, mais estagnada é a situação. Quanto mais longe de um, mais dinâmica é a situação. No caso da Europa, o desemprego de hoje é quase o mesmo de dez anos atrás. No caso dos Estados Unidos, o desemprego de hoje é muito diferente do que há dez anos. Agora estão entrando em período de recessão. Mas durante toda a década de 90 os Estados Unidos apresentaram taxas cadentes de desemprego, que chegaram a 3,5% no final da década. Hoje voltaram a 6%. Isso mostra que houve dinâmica muito grande acompanhando o crescimento da economia.

Deixemos o desemprego de lado e falemos da informalidade. O Brasil tem 76 milhões de brasileiros trabalhadores. Desses 76 milhões, 46 milhões estão na informalidade, o que dá um total de 60%. É um número fantástico. Quem são eles? Vinte milhões são empregados que deveriam ter carteira assinada e não têm; 15 milhões são trabalhadores por conta própria; 6 milhões são trabalhadores que não têm remuneração, ajudam o pai, o tio, a família; quase 4 milhões – 3,8 milhões – são empregados domésticos sem carteira assinada; e 1 milhão são empregadores. Há empregadores na informalidade. Por exemplo, começa a ser construído um grande prédio. Logo, a Dona Maria instala uma cozinha por perto para oferecer marmitas. Ela tem trinta entregadores de marmita. Então, ela é uma empregadora informal e os empregados também.

Trata-se de um quadro complexo, porque há várias categorias de pessoas e, para cada uma delas, a solução do ponto de vista da legislação terá de ser específica, diferente. Não se pode tratar o que trabalha por conta própria da mesma maneira que se trata o empregado.

Por que há tanta informalidade no Brasil? Em primeiro lugar, porque a grande maioria das empresas são micro e pequenas. Existem 4,82 milhões de pequenas e microempresas, num total de 4,124 milhões. Aquelas despesas de 103,46% têm de ser pagas por todas elas: grandes, médias, pequenas e microempresas. As pequenas e microempresas não agüentam pagar aquilo. E se pegarmos os empregados, é a mesma coisa. Há 13,6 milhões de empregados nas pequenas e microempresas. Então, há um contingente muito grande de empregados, e a capacidade da empresa de pagamento daquelas despesas, a burocracia decorrente é muito limitada.

Está mais do que na hora de se pensar num SIMPLES trabalhista, uma vez que esta Comissão tem a responsabilidade de inovar em termos de legislação. O SIMPLES em si foi um grande sucesso, porque conseguiu formalizar mais de 3 milhões de postos de trabalho em apenas 4 anos. Se os senhores avançarem e propuserem o SIMPLES trabalhista, isso pode resolver o problema dos empregados. E os que trabalham por conta própria? Estes são os que precisam

de proteções mínimas, e muitos deles continuaram autônomos. É bem provável que a pessoa que vende de porta em porta continue fazendo isso. Só que hoje não tem proteção alguma.

Onde estaria a solução para esse caso? Não estaria na simplificação daquele quadro, porque só tem a ver com empregados. A solução está mais do lado da Previdência Social, de arranjar um mecanismo de trazê-los gradualmente para sua proteção. Ou seja, precisaríamos, no âmbito da reforma da Previdência, da criação de um sistema especial para captar essas pessoas que estão no mundo dos que trabalham por conta própria. Esse sistema especial deve ser muito bem pensado, e os senhores têm a responsabilidade de chegar aos detalhes.

Darei apenas três sugestões. Esse sistema precisaria ser guiado por um tripé dentro dessas sugestões. Primeiro, deveria ser um sistema de capitalização, para começar a atrair aos poucos o trabalhador que está no mercado informal. Segundo, dever-se-ia discutir se dentro desse sistema haveria ou não um pagamento mínimo, uma contribuição mínima. No sistema de capitalização não tem uma contribuição mínima, cada um aporta o quanto quiser, como se fosse uma poupança. Mas, nesse caso, talvez tenha de se pensar numa contribuição mínima de 4 ou 5 reais. A atual contribuição facultativa individual da Previdência Social corresponde a 20% da remuneração, valor muito alto para quem está trabalhando na informalidade com renda baixa. Não vai funcionar. Em terceiro lugar, deve-se pensar numa maneira de exercer uma espécie de coerção democrática – digamos assim – , algo que viesse a induzir de maneira muito forte a vinculação do trabalhador por conta própria à Previdência Social. A minha sugestão é que se pense em coisas que até já foram aprovadas nesta Casa, como o cartão único de identificação. Com esse cartão, aquele trabalhador seria cidadão. Quem tem cartão, tem cidadania. Isso vale para o informal, o formal, o bancário, o industrial, o comerciário, o que for.

É claro que há problemas de privacidade, mas são assuntos de segunda geração a serem examinados. Então, com essa obrigatoriedade e com o sistema de capitalização, poder-se-ia pensar em ir trazendo esses brasileiros totalmente desprotegidos para o mundo da proteção. E a solução estaria mais do lado da Previdência Social.

Toda vez que se consegue alguma solução de proteção vinculada à Previdência, resolve-se em grande parte o seu problema. Mais à frente é que se vai resolver o problema do trabalhador. A Previdência, com esse déficit monumental, tem um impacto muito nefasto sobre a taxa de juros. O Governo tem de ir lá no mercado pegar dinheiro emprestado para pagar aposentados e pensionistas. Essa taxa de juros é o principal desestímulo aos investimentos e, portanto, ao emprego.

A solução do problema da Previdência tem muito a ver com emprego. Alguém pode dizer que educação não gera emprego. Se examinarmos melhor, verificamos que indiretamente gera emprego. Pode ser dito que Previdência não gera emprego, só melhora a formalidade. Não é assim. Indiretamente, vai permitir ao setor público e ao privado investir e, com isso, gerar novos postos de trabalho. E o Brasil tem áreas de muita potencialidade de emprego – infra-estrutura, turismo, educação, saúde – que podem transformá-lo numa grande usina de empregos.

E no que tange a conflitos trabalhistas? O Brasil tem hoje 2 milhões de conflitos trabalhistas. Com os dados das comparações internacionais, pude mostrar que os números são muito diferentes. A Justiça do Trabalho hoje é um aparelho enorme. Os juízes trabalham muito, os servidores mais ainda. Eles não têm culpa de nada do que acontece na Justiça do Trabalho. Fiz uma análise com dados dos relatórios da própria Justiça do Trabalho e cheguei à conclusão que, para julgar mil reais, são gastos mais de mil reais, chega-se a gastar 1.300 reais. Então, é uma taxa de retorno negativo. Para julgar mil reais estaria muito bom se a Justiça gastasse 200 ou 300 reais. É culpa do juiz? Não. É culpa do servidor? Não. O principal responsável por essa situação é o detalhismo daquelas leis trabalhistas. Por menor que seja a infração, por ser um elemento de legislação, tem de desembocar na Corte, é evidente. Se há uma violação, tem de ir para a Corte. É por isso que o Brasil tem 2 milhões de ações trabalhistas no Judiciário.

Alguma coisa teria de ser feita para buscarmos formas alternativas de resolução do conflito e deixar de lado um pouco essa cultura do garantismo legal, que acha que só tem valor o que está na lei e o que é resolvido pela Justiça. Não é bem assim, há uma porção de coisas que não estão na lei, mas são amparadas por ela, como, por exemplo, os contratos de natureza cível. Então, quando se compra um carro, uma casa, ou se faz um aluguel, o contrato tem amparo legal. O assunto pode ser resolvido através de negociação e contratação.

Talvez o caminho a se trilhar daqui para frente seja expandir a área da negociação e restringir a da legislação. Sei que esse é um desafio enorme para os Parlamentares. O assunto é explosivo, mas acredito que não haverá outra maneira de enfrentá-lo a não ser tratando dele.

Alguns podem dizer que, onde houve flexibilização, a situação piorou. De fato, esses mitos existem. O desemprego e a precarização aumentaram nos países em que houve flexibilização. Costuma-se citar países da América Latina, Espanha e outros. É importante saber o que foi mudado na lei, que tipo de flexibilização, o que mudou, a natureza da mudança, a interação da mudança feita com outras mudanças. A legislação trabalhista não é a única que interfere no emprego, na precarização e no desemprego, ela se relaciona também com a legislação dos mercados em geral, de abertura de empresas, da urbanização, do consumo.

Qual é a interação entre elas? Será que as mudanças na legislação trabalhista foram compreensivas ou utópicas, uma coisinha aqui e outra ali? Já vimos que uma coisinha aqui e outra ali não funciona. Elaboramos uma lei de contratação por prazo determinado. Durante 7 ou 8 anos houve 30 ou 40 mil contratos por prazo determinado. Agora, quando se fez o SIMPLES, em 4 anos tivemos mais de 3 milhões de formalização de postos de trabalho. Ou seja, a empresa é sensível à simplificação da burocracia e à redução das despesas de contratação. O SIMPLES reduziu muito pouco, apenas na área da Previdência.

Outro fator é saber se as reformas foram contínuas. Antes de dizer que a América Latina mudou e piorou, é preciso analisar o tipo de reforma.

No caso da Espanha, há outro mito. A Espanha flexibilizou, foi um desastre, houve desemprego. Na Espanha, nos dados cujas fontes constam da transparência que distribuí, entre 1996 e 2000, o PIB cresceu 28%; o emprego formal, 13%; o desemprego, uma coisa dramática na Espanha, campeão dos campeões, de 24% baixou para 11%, ainda muito alto, é claro; os inscritos no seguro-desemprego, de 22% baixaram para 10%, e a informalidade baixou de 12% para 8%.

O caso da França é citado também como paradigma de regulamentação – este é o último comentário que faço, Sr. Presidente. O principal objetivo da redução da jornada de trabalho para 35 horas por semana era criar emprego. O que aconteceu? De fato, entre 1997 e 2001 o desemprego caiu de 12,1% para 8,7%, mas o crescimento econômico foi muito acelerado nesse período. Depois disso foi desacelerado. O que aconteceu em 2003? A lei das 35 horas continua em vigor, mas o crescimento econômico, pelo fato de ter caído um pouco, fez voltar o desemprego para 9,5%. Ou seja, não só não se geraram as vagas que se pensava gerar como o desemprego voltou a aumentar. De 1997 a 2003 a precarização passou de 7% para 12%.

As reformas trabalhistas são uma exigência, mas têm uma característica: só funcionam quando compreensivas, quando têm uma certa lógica interna. Mudar topicamente não dá resultado, e as mudanças tópicas são tomadas como grandes revoluções na legislação trabalhista. Esse não é o caso. O Brasil poderia, com esta Comissão, com o Foro Nacional do Trabalho, com o esforço geral que o Governo do Presidente Lula está fazendo, calmamente, com dados na mesa, democraticamente, como a promoção deste debate, marchar para a reforma da legislação trabalhista que atenda, simultaneamente, aos trabalhadores, em primeiro lugar, porque eles precisam de emprego e proteção; às empresas, porque elas precisam de produtividade e competitividade; e ao Brasil, que precisa de receita para investir nas áreas sociais.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradecemos ao Prof. José Pastore a rica exposição. Distribuímos cópias das transparências aos Parlamentares, para que tenham acesso às riquíssimas informações, para o debate e avaliação das decisões.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, anuncio, com alegria, a presença do Dr. Plínio Sarti, advogado da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e que foi brilhante Secretário do Trabalho no Ministério do Trabalho. O Dr. Plínio é um estudioso destes assunto. Agradeço-lhe a presença. Anuncio também a presença de Jorge Nazareno Rodrigues, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região. Nunca o chamei por esse nome, mas o protocolo assim me obriga. Prefiro chamá-lo, carinhosamente, de Jorginho, como sempre. Seja bem-vindo.

Há um sindicato que deseja entregar-me um documento. Pode fazê-lo agora, por favor.

Concedo a palavra ao Dr. Celso da Silva Soares, pelo prazo de 20 minutos.

**O SR. CELSO DA SILVA SOARES** – Agradeço o convite para participar deste debate. Esclareço desde logo que, embora seja presidente da Comissão Permanente de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados Brasileiros e Diretor de Temas Estratégicos da ABRAT, a exposição que farei não corresponde necessariamente à posição dessas entidades.

Cheguei aqui carregado de preocupações. Vejo no ar um clima de *delenda est*, como se houvesse uma expedição para arrasar o que seria essa nova Carthago, a legislação do trabalho, que precisa, afinal de contas, ser banida.

Preocupei-me ao ler, nas manchetes dos jornais, que o Governo prepara faxina na CLT. São numerosos os artigos que, segundo a imprensa, o Governo pretenderia eliminar ou modificar. A maior parte deles seria eliminada. Acredito que esteja havendo absolutização do consenso, porque há ampla negociação coletiva como alternativa. O consenso vem sendo

apresentado como espécie de maravilha curativa dos problemas dos trabalhadores. Por meio do consenso se regulariam as relações capital/trabalho, se dariam melhores condições para o emprego. Esta é uma profunda transformação do Direito do Trabalho. Eleger a lei ou o consenso como excludentes um do outro, com pretensa superioridade de um desses meios sobre o outro, é falácia, se levado de maneira absoluta. Ambos podem ser e têm sido instrumentos de que capital e trabalho se valem para encaminhar suas relações.

O que me chama a atenção é que a absolutização do consenso parece-me que atende mais atualmente aos interesses do capital do que os do trabalho. Além de tudo, o consenso tem um lado perverso: mascara as contradições, dilui responsabilidades e impede que se identifiquem os responsáveis pelas crises e situações desfavoráveis que se criam.

A opção preferencial pelo consenso – parece que é o que está acontecendo – reflete o fenômeno de ressurreição do velho liberalismo sob o nome de neoliberal, de coisa nova, que é a negação da legalidade. Acho até que muito da criminalidade que se tem visto crescer deve-se à desestruturação do Estado, que se apresenta como tão necessária para a felicidade humana e que contém em si a negação da legalidade. Na medida em que o Estado se abstém de intervir em uma série de questões, evidentemente, ficamos expostos ao clima do vale-tudo.

Essa intervenção estatal na relação capital/trabalho, hoje tão amaldiçoada e vista com tanta antipatia, decorreu, na realidade, de uma necessidade do capital. O velho liberalismo, no modelo clássico, vinha deteriorando-se, já tinha sido ferido de morte pela Revolução Russa de 1917 e acabou sepultado pela Primeira Guerra Mundial. O Presidente Woodrow Wilson, mais clarividente que os outros, entendeu que no Tratado de Versalhes mais importante do que dividir territórios era abrir espaço para reconhecer o direito dos trabalhadores. Criou-se a OIT e veio o Direito do Trabalho.

Agora o desenvolvimento do capitalismo requer outras condições, sobretudo quando nada mais ameaça sua hegemonia. Acabou o socialismo, parece que o capital se julgou com mãos livres para promover o que chamo de retorno ao capitalismo em estado puro, que não tinha nenhuma preocupação social. Começa então o lema conhecidíssimo: menos Estado mais sociedade civil. Ou seja, que volte a se retrair a ação do Estado na vida econômica, na vida social etc. e que os particulares resolvam os problemas. É o que vejo nesse discurso ideológico. No entanto, fala-se muito em desideologizar conflitos e neutralizar antagonismos. Isso faz parte do discurso que tem fundamento ideológico; não é um discurso desideologizado, ao contrário.

Sob o nome de modernidade, o que se busca fundamentalmente é reviver a sacralização da autonomia da vontade, a marca do liberalismo clássico. As relações eram tidas como relações entre indivíduos. A necessidade de reconhecer relações coletivas entre entidades veio depois que a ortodoxia liberal foi sepultada, como já disse, pela 1ª Guerra Mundial. Agora pensa-se: acabou essa brincadeira, vamos voltar ao que era.

Por isso, o Direito do Trabalho, intervenção deliberada do Estado na sacrossanta autonomia da vontade, tinha que ser o alvo preferencial dessa ofensiva. Aí mobilizaram-se juristas, criaram-se teorias como, por exemplo, empregabilidade. Isso significa que o trabalhador é o culpado por estar desempregado, porque não preenche as condições de empregabilidade. Vieram as teorias da flexibilização de direitos, o que significa buscar instrumentos para reduzir direitos dos trabalhadores e assim permitir maior expansão das empresas, e a desregulamentação da relação capital/trabalho. De modo que deixa de ser regulado por lei, ou seja, o mínimo possível. Assim teríamos o predomínio das negociações chamadas livres e diretas. Livres não são, porque as negociações envolvendo capital/trabalho são baseados numa relação material de uma parte subordinada a outra. Onde é que está a igualdade?

A negociação coletiva se apresenta como panacéia para resolver os problemas dos trabalhadores. Na realidade, é muito conveniente para resolver os problemas do capital. O fundamento do ordenamento jurídico trabalhista passaria a ser então o contratualismo, que era o que vigorava no século XIX e início do século XX. As relações de trabalho voltariam a ser regidas fundamentalmente pelas leis do mercado. Qual o objetivo relacionado às leis do trabalho? Obter a derrogação das normas de ordem pública de proteção do trabalho por meio de acordos privados. Se quer fazer isso sob tutela sindical. É o que se vê de toda a elaboração que se faz aí.

Com muita razão, um jurista francês, do CERCRID, Antoine Jeammaud, disse que não podemos ignorar um certo efeito perverso do prestígio da negociação social cultivada pelo próprio poder do Estado. Há esse lado perverso. Passou-se a satanizar a CLT dizendo que ela é cópia da carta fascista de Mussolini, a Carta del Lavoro. Vejam bem, a Carta del Lavoro não era uma lei, mas um conjunto de 30 declarações divididas em 4 títulos. O primeiro definia o Estado corporativo e sua organização; era a base do regime fascista. O segundo cuidava do contrato coletivo e das garantias do trabalho. O terceiro tratava das agências de colocação e o quarto, de previdência, assistência, educação e instrução. Ora, quem pode ser contra o

contrato coletivo, a Previdência e a garantia do trabalho só porque constava da Carta del Lavoro? Mas, se se é contra a CLT, diz-se que ela é cópia da Carta del Lavoro. E a Justiça do Trabalho recebe a sobra desse anátema que se lança. Poucos defendem abertamente sua extinção, mas muitos defendem o seu esvaziamento, como se fez ao se criar essa instituição chamada Comissão Prévia Extrajudicial de Conciliação.

O que se vê é o processo de desmonte e desestruturação do Direito do Trabalho. Agora já não se trata mais de retorno ao capitalismo puro, porque a realidade já mostrou que isso não dá certo. Entramos no chamado neoliberalismo pragmático, que admite alguma intervenção do Estado para garantir a eficiência da economia do capital, sem que seja obrigado a defender os seus princípios originais. É uma espécie de meio-termo. A situação hoje é: exalta-se o consenso em nome da harmonia, da cooperação entre o capital e o trabalho, e o dissenso é considerado um mal.

Aliás, estamos vendo exemplos. Quem discorda está no Índex. Contraditoriamente, porém, eleva-se a categoria do bem supremo à denominada competitividade. O que é competitividade? Tomar o que é do outro e estimular a destruição do adversário, e conduz à guerra. Inclusive a recente guerra foi movida, fundamentalmente, por questão de competitividade: quem vai tomar conta do petróleo. Há, então, enorme contradição. Deseja-se que capital e trabalho se harmonizem, cooperem etc. para estimular a competição desenfreada. Vai-se lançar o ônus nas costas do trabalhador, às custas dessa competição predatória. Entendo o que está acontecendo. Toda essa teorização visa a assegurar bons negócios e a realizar o objetivo permanente do capital, que é obter maiores lucros e custos baixos. Isso exige trabalhador desprotegido. Sem isso a coisa não anda.

Nunca me agradou o sentido que se dá à proteção do trabalhador pelo Estado, tratando-o como se fosse menor de idade. Sustento a proteção, mas como a única maneira de assegurar aos trabalhadores condições de luta contra a exploração. Isso não se esgota nas relações entre patrão e empregado. Isso envolve política de Governo, sobretudo no campo da economia, se a aquiescência dessa relação é econômica. Aliás, o que objetiva o clamor por flexibilização e desregulamentação? Melhores condições de enfrentamento. Tenho de defender uma proteção ao trabalhador que lhe dê melhores condições de enfrentamento também. É aquilo que falava Gérard Lyon Caen, outro jurista francês: é preciso que haja equilíbrio de poderes entre capital e trabalho para que essa luta seja, no mínimo, menos injusta.

Alega-se que a legislação engessa a economia. Fala-se sempre em rigidez. Usa-se um argumento que seduz os trabalhadores. Essa rigidez é a causa do desemprego. Todas as leis que vêm destruindo a continuidade da relação de emprego, que chamam de trabalho precário – banco de horas, contrato a prazo determinado, contrato a tempo parcial etc. –, que foram feitas com a finalidade apregoada de acabar com o desemprego, não conseguiram fazê-lo. Está aí o desemprego firme e forte.

Essa ideologia do discurso que se diz não ideológico traduz a tendência atual de abordar o problema do desemprego pelo lado do custo e não pelo ponto de vista social. É isso que se vê, como se a relação capital/trabalho não fosse relação de desigualdade, como se o volume e a qualidade do emprego não dependessem das escolhas dos sujeitos empregadores envolvidos na relação. E mais, atribui-se ao Direito do Trabalho a culpa pelo desemprego, admite-se, escamoteia-se essa realidade, porque há a implacável lógica de valorização de capitais que governa criações, transferências e supressão de atividades. Não são palavras minhas, mas do jurista Antoine Jeammaud, que viveu na França uma situação semelhante à nossa. Além do mais, a condição para funcionamento do mercado de trabalho é que haja certa taxa de desemprego. Apenas o capital cuida para que seja suportável e o seu predomínio não seja ameaçado pela rebeldia etc. A ameaça do desemprego é vantajosa para o capital. Pode-se manipular à vontade o preço da compra e venda da força do trabalho ao usar o argumento do desemprego.

Essa ressurreição que predominou no idealismo, ainda que pragmático, no fundo o que pretende é fazer com que a forma da compra e venda da força de trabalho deixe de ser jurídica e volte a ser mercantil. Esse é o significado de deixar tudo entregue à negociação direta entre capital e trabalho, ainda mais no nosso País, onde o empregador goza do direito potestativo de mandar embora o empregado. Unilateralmente ele despede, com tanto que pague os direitos, os famosos 40% do FGTS, que vieram substituir uma lei compensatória que nunca saiu, e estamos conversados. A coisa vai muito por aí.

Costuma-se também atacar a legislação trabalhista, usando-se o seguinte argumento: o trabalhador, por medo do desemprego, suporta que o patrão descumpra a lei. Como não tem garantia contra a dispensa imotivada, ele agüenta e no dia que for mandado embora vai para a Justiça do Trabalho. Aí cria-se o conflito. Claro! O conflito existe porque estava sendo descumprida a lei.

Na Justiça do Trabalho, o patrão sabe que não pode pagar menos do que poderia pagar, e a maior parte das questões trabalhistas – não sei a percentagem de cabeça – é resolvida por acordo.

Um pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Adalberto Moreira Cardoso, tem um livro muito interessante. Não é jurista, mas é um pesquisador muito sério desse assunto. Ele analisa esse argumento e diz que a lei é um incentivo para sua própria burla, isto é, os empresários a cumprem porque ela existe e porque é contrária a seus interesses econômicos de maximização de lucros. O ideal, pois, seria que ela não existisse. Assim, o que faz segundo seus interesses não poderia ser enquadrado como ilegal. Dessa maneira, sem a lei, sem a guardiã do Estado, que é a Justiça do Trabalho, essas relações tenderiam a ser equilibradas, como se o mercado estimulasse a cooperação. Mercado é lei da selva, não estimula cooperação nenhuma e o corolário dessa negociação é que se passe a adotar a negociação coletiva. E mais. Se é preciso adotar a negociação coletiva, é preciso também lembrar o seguinte, que se o empregador tem o poder unilateral de despedir, porque a lei prejudica seus ganhos e lucros, o que o impedirá de descumprir uma ou todas as cláusulas de uma contratação coletiva? Nada. E aí o trabalhador vai para a Justiça do Trabalho. Vai continuar acusando-se a Justiça do Trabalho? Não sei.

Então, reunindo: se a lei contraria o interesse do mais forte, ela é burlada. Conclusão: elimine-se a lei. Por isso eu disse que esse liberalismo ressurrecto é a negação da liberalidade.

O Direito do Trabalho sempre foi flexível. Houve um presidente do TST, já falecido, Orlando Teixeira da Costa, que dizia sempre isso, até porque o Direito do Trabalho é ambíguo, contraditório, nasceu, ao mesmo tempo, para garantir o desenvolvimento do capital nas novas condições, mas dando proteção ao trabalhador. Então, ele é ambíguo, é flexível por natureza. Além disso, ele tem se mostrado muito permeável em termos da reestruturação produtiva e outras coisas mais.

Por exemplo, o art. 503 da CLT dispõe sobre o limite da redução de salário em até 25%, em caso de força maior. A Lei nº 4.923, de 1965, admite redução de jornada e de salário, em caso de conjuntura econômica desfavorável. A Lei nº 71.855 admite a força maior como justificativa para atraso no pagamento de salário. A Lei nº 6.019, de 1974, agora reformulada, instituiu a alocação temporária de mão-de-obra. E assim outras, como a própria Constituição Federal. Vários dos seus incisos permitem a flexibilização de algumas garantias constitucionais.

Ora, ao lado disso, há uma coisa que um autor uruguaio Héctor Hugo Barbagelata, em seu livro O Particularismo do Direito do Trabalho, denuncia o que ele chama de flexibilidade tolerada. É a frouxidão da autoridade diante do descumprimento da legislação e de instrumentos normativos por muitas empresas.

Isso é, aliás, uma das grandes causas do congestionamento da Justiça do Trabalho. Então, se se quer descongestionar a Justiça do Trabalho, que investiguem os que descumprem a lei. Os advogados gostam muito de citar uma frase de Rui Barbosa: *"Fora da lei não há salvação"*. Parece que para os empregadores é justamente fora da lei que está a salvação.

A diferença é que, no momento presente, essa flexibilização passou a ser um objetivo, não é mais uma coisa tolerada, mas um objetivo. E essas flexibilizações são produtos das chamadas políticas de ajuste que sempre se baseiam em baixo salário real.

Então, o problema não está propriamente na legislação. Uma das coisas que gera o desemprego em massa é a não-existência de continuidade da relação de emprego. Esse é, no Direito do Trabalho, o maior princípio de proteção ao trabalho.

A maior proteção é garantir que o trabalhador não será dispensado arbitrariamente ou sem motivo e, se o for, será reintegrado no emprego. Mas o art. 7º, inciso I, da Constituição, determina:

> "Art. 7º....................................................
> I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;"

Ela não assegura a ninguém ser reintegrado no emprego se for comprovado que a despedida é arbitrária e sem justa causa, e o não-pagamento de indenização – que, por enquanto ainda são os 40% do FGTS – não implica que o trabalhador seja reintegrado. O empregador pode não pagar, e o trabalhador fica sem emprego. Então, onde ficam os novos princípios de valorização do trabalho e de justiça social?

Ora, deveria haver a disposição expressa da reintegração. Por quê? Porque é um princípio de Direito que, quando se proclama a nulidade de um ato, tem de se restabelecer a situação anterior, a consumação do ato dado como nulo. Impõe-se a reintegração. Acho até que deveria haver uma proposta de emenda constitucional para acrescentar isso, por exemplo, definindo a despedida arbitrária como se estabelece no art. 165, da CLT, ao proteger os integrantes da CIPA, representante dos desempregados.

No art. 165 define-se essa despedida como aquela que não resultar de fatores técnicos, econômicos ou de falta grave. Então, pelo menos que se definisse a despedida arbitrária, mas acrescentando também a necessidade da reintegração. No entanto, a Convenção nº 158 da OIT, que não garante estabilidade, mas que amarra essa questão, determina, por exemplo, que o trabalhador deve ser cientificado do motivo de sua dispensa. Se esse motivo diz respeito à sua conduta, ele tem de ter direito à defesa. A Constituição, em seu art. nº 158, prevê para o juiz que julgar a questão duas alternativas. Primeiro, a reintegração. Segundo, a seu juízo, mediante fatos comprovados, ao verificar que isso não é recomendável, converter essa reintegração em indenização, como determina o art. 496, da CLT, nos termos da estabilidade decenal.

Então, nesse caso há o descumprimento do instrumento internacional. Mas acontece que o Presidente da República anterior denunciou essa convenção, porque trabalhadores vão ganhar na Justiça, essa tão xingada Justiça do Trabalho, a reintegração, quando dispensados, com base nessa convenção.

Então, diante da grita, denunciou. Acho que se devia revogar o decreto de denúncia do art. 158 e restabelecer sua retificação pelo Brasil. Aí teríamos uma proteção.

Não vou me estender mais, porque o Presidente já me adverte com o olhar, mas não quero deixar de dizer o seguinte: o Prof. Arion Sayão Romita, meu antigo contemporâneo do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de quem discordo em muitas coisas, tem um livro chamado *O Fascismo no Direito do Trabalho Brasileiro*. Ele é contra a unicidade sindical, a favor da flexibilização, mas diz uma coisa muito interessante e que julgo ser lapidar sobre acusar-se a legislação trabalhista de ser a cópia da Carta fascista del Lavoro. Ele diz o seguinte:

> "A valoração axiológica de certos instrumentos não deve ser confundida com a afirmação de que, por ter sido consagrado por ordenamento jurídico corporativo, determinado instituto tem origem fascista". E diz: "O fascismo não inventou o Direito. O ordenamento fascista fez uso político de certos institutos de modo afeiçoá-los a seus propósitos."

Vejam só, o problema está no uso político. E ele continua dizendo:

> "É o uso político de certos institutos, por exemplo, o poder normativo da Justiça do Trabalho, que merece a reprovação manifestada a respeito de determinados assuntos".

Outro argumento do professor é o que diz que a legislação do trabalho foi imposta. Isso está no diagnóstico do Ministério do Trabalho, que fala, inclusive, em herança corporativa e tudo o mais. Então, como se pode falar que a legislação tem de ser revogada ou substituída porque é imposta de cima para baixo? E as leis que precarizaram as leis do trabalho, muitas delas por medidas provisórias, não foram impostas de cima para baixo, mas votadas no Congresso? Muitas são as normas constitucionais da Constituinte, que teve a maior participação popular.

Finalizando, repito palavras do sociólogo José de Souza Martins, que diz:

> "Historicamente, o Brasil se divide entre o partido do sistema político e o da ruptura. É preciso fazer com que, na práxis política dos que se motivam pelo afã de mudar e transformar, se assuma que seu partido é o da ruptura e não o do poder".

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Celso, por suas sábias palavras. Peço a compreensão de todos quando insisto na obediência ao tempo, mas há outros inscritos que também querem fazer uso da palavra.

**O SR. CELSO DA SILVA SOARES** – Peço desculpas a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – V.Sa. não precisa pedir desculpas. Sua exposição foi muito boa, importante e enriquecedora.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, informo a V.Exas que recebemos documento do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal, cujo presidente é o companheiro Reynaldo Velasco Puggi, aqui presente. Nesse documento ele provoca o debate a respeito da manutenção da unicidade sindical para os servidores públicos.

Vamos providenciar cópias e distribuí-las aos Parlamentares, para que todos tomem conhecimento de seu conteúdo. Trata-se de material importante e deverá, no momento da elaboração do projeto, ser considerado.

Agradeço ao Sr. Reynaldo e à Diretoria a proposta apresentada.

Solicito à Assessoria que providencie as cópias imediatamente.

Passo a palavra ao Dr. Armand Pereira, que representa, no Brasil, a grandiosa e respeitadíssima Organização Internacional do Trabalho – OIT.

**O SR. ARMAND PEREIRA** – Primeiro, agradeço ao Deputado Vicentinho o elogio pela rota de trabalho e inclusive pela greve de fome em função da decisão

do Governo de suspender a aplicação da Convenção nº 158 da OIT.

Cumprimento os demais participantes da Mesa.

Sras e Srs. Deputados, Sras e Srs. advogados, Sras. e Srs. procuradores, senhoras e senhores, na condição de representante da OIT no Brasil, não conseguiria falar só em meu nome, porque praticamente tudo o que eu disser aqui será registrado como a trajetória institucional da minha entidade, que tem hoje 83 anos de idade e que, antes de sua criação, era observadora de todo esse debate que hoje vem se realizando em vários países, inclusive no Brasil.

É verdade que para nós, da OIT, que acompanhamos o processo de desenvolvimento do Direito do Trabalho, a sua harmonização, inclusive no contexto das trocas e dos mercados internacionais, e da própria globalização, muitos desses debates de hoje são duplicações de outros já ocorridos há 130 anos: o que é empregado, o que é empregador, o que é autônomo, quem é que deve ser protegido pela lei, pelo Direito do Trabalho. Todas essas questões são antigas e continuam a ser tratadas nos debates nacionais e internacionais.

Algumas questões fundamentais que surgiram ao longo desses anos são basicamente as seguintes: primeiro, o Direito do Trabalho, como já foi dito pelo palestrante anterior, que trata de proteger trabalhadores e empregadores.

O Direito é uma coisa viva, que muda. Pode ser mais rígido, menos rígido, depende dos países e do período histórico, e isso está muito claro. O Direito foi feito para proteger os mais fracos e, nesse contexto, evidentemente existem grandes mudanças.

O número de processos trabalhistas não depende apenas do detalhismo das leis, mas do respeito ou não às leis. Isso não pode ser esquecido. Se o Brasil tem 2 milhões de processos trabalhistas não é só porque a lei é detalhista, mas também porque grande parte das lei não são respeitadas, e o juiz tem de decidir o que é contrato de trabalho, o que é vínculo empregatício etc.

Menos direitos *versus* mais negociação coletiva é outra questão que entra na análise. Evidentemente, é possível ter menos detalhismos no Direito, quando se pode negociar mais e melhor, mas isso depende da capacidade de negociação, que, por sua vez, depende da representatividade de negociação. É por isso que hoje, no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, que será lançado com apoio da OIT e do Ministério do Trabalho, existe a tendência de se enfatizar que todas as questões da reforma sindical, que tratam da representatividade, do direito de negociar – art. 8º da Constituição –, devem ser analisadas de forma mais detalhada, e as relativas à reforma da CLT, em particular.

Outra questão importante para nós, da OIT, é que todos os trabalhadores precisam de proteção social. E está cada vez mais claro que existe um equilíbrio entre proteção de emprego, segurança de emprego e proteção social. É cada vez mais evidente, segundo estudos que realizamos, que existe equilíbrio entre as duas coisas: quanto mais segurança de emprego, menos necessidade de proteção social. Este é um momento histórico no Brasil, porque está em debate nacional se há necessidade de se mudar a CLT ou não. O que gostaríamos de ver nesse debate seria a análise sistemática da CLT, em termos do que existe e do que já foi mudado. É preciso deixar a ideologia de lado e fazer uma análise das mudanças de forma empírica, à luz de estudos comparados de outros países que tratam de questões fundamentais, tais como a questão da flexibilidade. Até que ponto já se avançou ou não com das mudanças na CLT? A questão das contratações têm entraves de ordem jurídica ou de outra ordem?

Há necessidade de se analisar a informalidade, decompondo os segmentos diferentes da economia informal, de se deixar de tratá-la como se fosse uma "caixa preta" ou uma coisa única. Existem contratos diferentes, tipos diferentes de trabalhadores, existem trabalhadores sem contrato, ilegais, um dos problemas dos processos trabalhistas.

É necessário fazer uma análise sobre o direito individual, o direito coletivo, o direito processual, e distinguir os direitos fundamentais dos direitos gerais, que podem ser mais flexibilizados que outros. É necessário distinguir entre o que seria uma flexibilização real e uma flexibilização normativa, porque, às vezes, há muita confusão a respeito disso. Temos de analisar a diferença entre precariedade, precarização e flexibilização e informalidade.

Quais são os aspectos ilegais? Os trabalhadores sem contrato, fora da lei, os trabalhadores que não são empregadores, mas que trabalham por contra própria no seu próprio negócio? Estes estão em uma situação que na OIT chamamos de dependência de autônomos dependentes. Há esse velho debate sobre o que é autônomo, a quem se aplica a lei ou não.

Nos últimos anos, infelizmente, tem havido grande dose de ideologia nas análises do Direito do Trabalho, nas reformas trabalhistas. Precisamos sair um pouco dessa questão. Houve e ainda há uma série de profetas internacionais que dizem que os mercados de trabalho vão ficar cada vez mais flexíveis; que o trabalho parcial, o trabalho de prazo determinado, o trabalho de curta

duração e o teletrabalho vão aumentar e que o emprego assalariado vai desaparecer totalmente.

Na verdade, os estudos e estatísticas não revelam isso. Há realmente maior diversidade e flexibilização de contratos e maior flexibilização real da organização do trabalho. Mas não existe grande redução dos empregos indeterminados e grande aumento nos empregos temporários, de prazo temporário.

Para se ter idéia, estudo recente realizado no Reino Unido mostra, por exemplo, que essa flexibilização não foi tão grande quanto o que se esperava, segundo as profecias do fim do emprego e do aumento da flexibilização de contratos.

O número de trabalhadores por conta própria em regime integral diminuiu, em um período de dez anos, de 10% para 8,8%. Isso na Grã-Bretanha, no Reino Unido, que era o bastião da flexibilização do trabalho. Os trabalhadores temporários aumentaram apenas de 5,3%, em 1984, para 6,5%, em 1994, e se mantiveram em 6,5%, em 2002. A média de permanência no emprego baixou ligeiramente de 6 anos e 1 mês, em 1975, para 5 anos e 5 meses, em 1984, mas aumentou para 5 anos e 6 meses, em 1995. Quer dizer, essas tendências nos parecem um pouco contraditórias.

No caso da América Latina, tem-se defendido que os mercados são demasiadamente elitistas, que protegem um grupo muito pequeno de trabalhadores formais, que são rígidos demais. Essa questão é até certo ponto verdadeira, só que essa rigidez de lei de trabalho e de Direito de Trabalho e apropriação de contratos tem de ser vista dentro do contexto de equilíbrio a que me referi há pouco. Se existe pouca proteção social, evidentemente se buscou mais proteção nas relações capital/ trabalho, dentro do esquema e esboço das empresas.

Um estudo realizado pelo BID, em 1986, chamava a atenção para a falta de reforma trabalhista nos países da América Latina, dizendo que 23 países realizaram amplas reformas comerciais, 24 liberalizaram seus setores financeiros, 14 efetuaram privatizações, mas que apenas 5 países tinham feito reformas trabalhistas significativas: a Argentina, em 1991; a Colômbia; em 1990, a Guatemala, em 1990; o Panamá, em 1995; o Peru, em 1991.

No entanto, estudos da OIT mostraram que depois disso houve mais mudança dentro desses países, inclusive naqueles que tiveram etapas diferentes de reforma. Tanto o estudo do BID quanto o da OIT revelaram que a Argentina e o Peru tiveram as maiores reformas trabalhistas na região.

É irônico, na verdade, e não quero fazer nenhuma correlação espúria entre o desempenho dessas duas economias e as reformas trabalhistas realizadas nesses países. Mas precisa ser analisada a falta de correlação entre as reformas trabalhistas e o desempenho comercial, econômico, financeiro e trabalhista geral desses países.

Um dos estudos mais recentes da OIT revela que a Argentina fez, de fato, cinco mudanças importantes desde 1990 e não simplesmente uma. Por influências de mudanças de legislação e práticas na Espanha, foram dados estímulos públicos na Argentina para contratos de prazo determinado em atividades novas, contratos para pessoas desempregadas, contratos de emprego e formação para jovens etc. Com a reforma havida no Peru, os jovens daquele País podem ter contrato de emprego e formação de até 36 meses sem que os empregadores se comprometam com encargos além da cobertura de acidentes e doenças de trabalho, portanto, sem direito a férias, previdência social, licença-maternidade – espero que o exemplo não seja copiado no caso do primeiro emprego; menciono-o como algo à parte, uma nota de rodapé. Para muitas empresas, até 40% da folha pode ser contratada nessas condições.

Outra mudança importante se deu na redução do período máximo de indenização de até 6 meses em caso de demissão. Mudança semelhante houve na reforma trabalhista da Venezuela, que vem ocorrendo desde 1990. Ou seja, a coisa é mais complicada do que se imagina. Espero que realmente se façam tais estudos na análise prévia da reforma da CLT.

Outro estudo da OIT sobre 4 países nos leva a interessante conclusão. Trata-se de uma série de estudos sobre Argentina, Chile, Colômbia e Peru que confirmou a realização de reformas que levaram à flexibilização nos regimes de contratação, apesar de ela ter ocorrido por meio de contratos de prazo determinado, contratos temporários. O que é interessante é o fato de apenas em um dos quatro países ter havido redução do número de trabalhadores sem contrato. Ou seja, a idéia de se promover mais flexibilização para contratos de prazo determinado com a justificativa de que a medida seria eficiente na formalização da mão-de-obra e na redução da informalidade, na verdade, em 3 dos países estudados, não se observou. Por quê?

A hipótese por nós considerada, que mereceria estudos mais recentes, é que, onde trabalhadores sem contrato competem no mercado de trabalho com trabalhadores com contratos formais flexíveis, existe concorrência desleal. Portanto, muito poucas empresas recorrerão a contratos de prazo determinado, os quais ainda têm encargos, apesar de mais baixos. As empresas não têm nenhum interesse nos contratos temporários, uma vez que têm a possibilidade de empregar trabalhadores sem contrato, sem nada acon-

tecer. O problema é a opção da flexibilidade do formal *vis-à-vis* à flexibilidade descontrolada dos informais. Isso nos leva a atacar questão fundamental que precisamos rever no âmbito dos diversos países da América Latina, da África e da Ásia.

Tendo em vista estarmos no Congresso Nacional, gostaria de comentar o que dizia o Senador Roberto Campos em contraponto a argumentos do então Deputado Aloizio Mercadante em certa conferência realizada em São Paulo, em 1999, da qual participei. Afirmou o Senador Roberto Campos que a legislação trabalhista brasileira era um grande desastre elitista. Havia sido rejeitada na prática pelo grosso da mão-de-obra. Observou o Senador que 80% dos novos empregos criados eram produzidos na economia informal, o que significava rejeição da legislação trabalhista, e 57% dos empregos já existentes eram de pessoas sem carteira assinada. Entretanto, esse argumento é, na verdade, uma falácia. Digo isso com todo o respeito ao honorável Senador, homem inteligente, com quem tive a grande honra de debater em conferências ocorridas nos anos 70, quando era professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Mas pelo menos esse argumento é uma falácia. A questão fundamental não é o fato de a lei não vingar ou de o trabalhador rejeitá-la, mas o fato de a lei não se aplicar suficientemente também.

É evidente que há informais que não querem a lei porque sentem que a curto prazo podem ter benefícios com a inexistência de contratos, mas o fato é que a lei não se aplica suficientemente, e por isso não podemos ficar de boca aberta quando constatamos a existência de 2 milhões de processos trabalhistas no Judiciário.

A Flexibilização da CLT no Brasil começou com o FGTS, passou pela Lei nº 6.019, de 1974, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, pela Lei nº 9.601, de 1998, sobre contrato de trabalho por prazo determinado, pela Lei nº 4.923, de 1965, sobre redução de salários em até 25% em caso de dificuldades empresariais, flexibilização do tempo de trabalho, subcontratação, cooperativas fraudulentas. Ou seja, flexibilização da CLT é algo que vem ocorrendo há muito tempo. Então, a discussão sobre flexibilização precisa realmente de embasamento histórico, precisa de análise muito profunda para não cometermos o grande erro de entrar no campo ideológico, como disse o professor, e faltarem análises concretas sobre o que deve ser estudado.

Para finalizar, focalizo algumas palavras sobre informalidade no mercado de trabalho. Não se trata só de informalidade no mercado de trabalho, mas também de problema providencial, como já dizia meu ilustre colega, o professor José Pastore – apesar de não concordar com algumas hipóteses de seus diagnósticos, concordo com boa parte da receita.

A informalidade é problema de pirataria, que afeta o mercado de trabalho; o emprego, é problema de previdência, de imigração clandestina, de tráfico de drogas, de tráfico de armas, de marginalidade, de saúde e segurança no trabalho – não temos a menor idéia do que está acontecendo em termos de acidentes e óbitos no setor. Enfim, quando se fala de custo de trabalho e do Custo Brasil, recomendo apenas o seguinte: incluir a análise da participação dos salários relativos nos lucros e a análise sobre redistribuição de renda. Não é à toa que o Brasil tem o segundo pior coeficiente de Gini e não é à toa que esse coeficiente piorou no País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Dr. Armand Pereira a rica exposição.

Anuncio, por obrigação de ofício, que se está iniciando a Ordem do Dia. Entretanto, como ainda não fomos chamados para votar, teremos tempo de fazer os questionamentos.

Anuncio a presença do Dr. Nilton Correia, presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, que nos beneficiou com brilhante palestra na semana passada. Agradeço-lhe a presença.

Anuncio também a presença de dois importantes lutadores, Claudemir e Toquinho. Os dois são sindicalistas, metalúrgicos, trabalhadores da EMBRAER, que estão aqui em missão em defesa do emprego e do futuro da empresa. Agradeço-lhes o comparecimento em nossa audiência pública.

Pergunto ao nobre Relator da Comissão, Deputado José Chaves, se, antes dos inscritos, gostaria de fazer alguma observação ou algum questionamento. *(Pausa.)*

Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Chaves.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, componentes da Mesa, saliento o êxito da Comissão no que se refere aos convidados. Em 6 semanas, salvo engano, tivemos excelentes palestras, de alto nível, nas últimas, inclusive, com a disposição da Comissão de formar o contraditório. Acredito que estejamos caminhando nessa direção, porque é o debate que nos possibilitará formar o melhor conceito para podermos exercer o voto com consciência.

Tenho muitos dados anotados, alguns sobre o que disse o professor José Pastore, outros mencionados pelo Dr. Armand Pereira, outros ainda tratados pelo Dr. Celso da Silva Soares. Como pretendo enquadrar-me

no tempo destinados aos colegas, vou-me dedicar mais ao que disse o Dr. Celso da Silva Soares.

Apreciei muito sua palestra. Compreendi o espírito de defesa do trabalho e certo inconformismo com determinados temas ou tabus criados por aqueles que defendem o capital. Sob certos aspectos – perdoe-me, Dr. Celso –, suas palavras pareceram até uma mensagem revolucionária. É a esse aspecto que quero referir-me. O Parlamentar precisa ter formação eminentemente política, não pode ser acadêmico e ter a visão voltada apenas para uma direção. Na política, é preciso visão ampla.

Sou Relator da matéria, com muita honra. Talvez este seja o maior desafio de minha vida parlamentar. Por isso, quero falar menos e aprender mais.

Sintetizarei sua exposição com a seguinte pergunta: que países – por que caminhos, por qual modelo – tiveram êxito, com tanta justiça, como o senhor diz?

Na semana passada, decidimos promover certo evento social, para o qual pretendemos convidar Ministros, ou ex-Ministros, de alguns países da América Latina, da Europa e, se possível, da Ásia. Enfim, quanto mais assemelhados conosco, melhor. E vamos fazê-lo. Foi uma feliz idéia do Deputado Ronaldo Dimas.

Gostaria que o senhor nos informasse em quais países a experiência de flexibilização fracassou em quais ela foi bem-sucedida. Peço a V.Sa. que faça uma síntese, pois o tempo é curto.

V.Sa. deu muita ênfase à estabilidade do emprego. Pergunto se há algum exemplo, nos dois modelos mencionados – V.Sa. diz que um, o socialismo, ruiu, pelo menos na prática, e que o outro ficou –, de estabilidade concreta que tenha beneficiado o trabalhador. Pergunto como se processa a estabilidade, se, no sentido contrário, o trabalhador tem legitimado o direito de escolher seu emprego. Como hoje a lei da oferta e da procura está desequilibrada, ele raramente exerce esse direito.

Então, quero ater-me ao aspecto da estabilidade sobre o qual V.Sa. tanto falou: continuidade do trabalho, estabilidade no emprego, dispensa arbitrária. Onde? Como? É mais questão de conceito, que, para mim, na qualidade de Relator, vale muito.

Desculpem-me se ultrapassei o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem, nobre Relator.

Gostaria de propor um acordo semelhante ao que fizemos na semana passada. Há quatro Parlamentares inscritos, além do Relator, que já falou. Sugiro que primeiro falem os quatro inscritos – se mais alguém desejar, pode inscrever-se –, e depois os palestrantes respondam em bloco. Todos concordam? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas, do PSDB de Tocantins.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Cumprimento todos os palestrantes, pois foram muito boas as exposições.

Quero fazer algumas observações. O professor José Pastore não mencionou, em sua exposição, os números relacionados ao setor público – quantas pessoas o setor público emprega. Não sei se o número é significativo, mas imagino que seja.

Outra observação que acho fundamental para nossa análise é que, excluindo-se o setor público, 99% das pequenas e microempresas do País empregam formalmente 45% dos trabalhadores. Dos 2 milhões de ações trabalhistas que temos, considero importante saber o percentual relacionado a ações contra pessoas físicas, contra empresas informais – também há muitas empresas informais –, contra pequenas e microempresas e contra médias e grandes empresas, para fazermos uma correlação das ações com o nível de emprego no País. É claro que nesse número também estão incluídas as ações de ordem sindical, resultantes das famosas brigas entre sindicatos laborais e patronais.

Na verdade, conforme disse ontem a Deputada Juíza Denise Frossard, nós, nesta Casa, apenas arquitetamos as leis, nada mais do que isso. A justiça acaba sendo fruto da arquitetura realizada pela Câmara dos Deputados. É o que estamos tentando fazer em relação à legislação trabalhista. Então, os 1.200 reais gastos a cada montante de 1.000 reais pagos são de responsabilidade desta Casa, que mantém o sistema em vigência.

Trata-se de ponto extremamente importante, principalmente para a Justiça do Trabalho. Aí entra o absolutismo – aspecto muito importante –, mencionado pelo Dr. Celso Soares. A questão é realmente preocupante, não somente com relação à reforma trabalhista, mas também com referência a todas as reformas que passam pela Câmara dos Deputados. A unanimidade sempre foi burra. Portanto, não podemos pensar que, a reboque de um Governo recém-instalado, tudo que venha seja bom, seja o melhor e tenha de ser aprovado. A Casa tem obrigação de discutir as proposições, porque deve defender os interesses do povo brasileiro e não os do Poder Executivo.

Quero abordar alguns aspectos dirigindo-me ao Dr. Celso Soares. Primeiramente, refiro-me especificamente à dispensa. Até hoje desconheço empresa que dispense seu trabalhador por justa causa. A expressão justa causa, teoricamente, foi inventada para a dispensa imotivada. Digo teoricamente, porque para

toda dispensa há motivo. Não existe dispensa imotivada nem sem justa causa.

Quero mencionar um dado extremamente interessante – li-o recentemente; depois o encaminharei à Presidência – a respeito de dispensas ditas por justa causa. A grande maioria é motivada pelas relações interpessoais e não porque o funcionário não presta serviço de maneira adequada, ou falta ao trabalho, ou está doente, ou por isso, ou por aquilo. O motivo é, em verdade, decorrente das relações interpessoais, ou seja, da relação com o chefe, com o colega de trabalho ou com o patrão com os quais o empregado não se deu bem, ou vice-versa. É natural do ser humano ter simpatia ou não. Quando não há simpatia, não há ambiente propício para se desenvolver adequadamente a atividade produtiva.

Esse é um dos grandes problemas enfrentados pelas empresas, que hoje estão muito menos voltadas para o protecionismo. Protecionismo, do meu ponto de vista, é algo extremamente antiquado. No mundo de hoje, não nos cabe mais discutir protecionismo ou defesa do capital, tema também muito antigo. Temos de defender o trabalho, o setor produtivo, que envolve principalmente os trabalhadores. Com relação ao setor empresarial, um dos itens prioritários na relação trabalhista é a responsabilidade social: a adequação do trabalhador a seu meio de trabalho e a responsabilidade social da empresa para com o empregado e sua família.

Era essa a observação que queria fazer. Acho importante conseguirmos os dados, Prof. José Pastore, para constatarmos se há correlação entre tais questões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Deputado Ronaldo Dimas a participação.

Com a palavra o Deputado Almir Moura, do PL do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Sr. Presidente, quero parabenizar a Mesa e os debatedores pelo alto teor das exposições, o que tem sido constante nesta Comissão. Muito tenho aprendido com os convidados.

Sr. Presidente, como já lhe havia dito, há necessidade de trazermos para a mesma Mesa de debates o contraditório. Isso é muito importante.

Gostaria de comentar cinco aspectos com os debatedores. Na audiência pública passada, quando tivemos a presença dos Presidentes do TST e da ANAMATRA, falei sobre o orçamento da Justiça, sobretudo o da Justiça do Trabalho, e também a respeito do tratamento diferenciado entre as grandes, as pequenas e microempresas. E ouvi deles que a pequena e a microempresa tinham realmente de ser tratadas como grande empresa. Essa foi a resposta dos magistrados e do Presidente do TST.

Naquela ocasião, eu disse que os sindicatos, quando fazem o seu dissídio, na verdade, reivindicam o macro, e na hora em que se cumprir o macro, as pequenas e microempresas, muitas vezes, não têm condições de cumprir aquilo que está sendo reivindicado pelos sindicatos. Neste caso, a meu ver, a unicidade sindical é prejudicial.

Ainda não tenho opinião formada sobre o assunto, mas há que se considerar que as pequenas e microempresas muitas vezes não têm condições de pagar, com um ou mais meses de trabalho, o que uma grande empresa pode fazê-lo simplesmente com um minuto de trabalho. Portanto, é extremamente perverso dar o mesmo tratamento a grandes, pequenas e microempresas. E as leis são feitas para todas as empresas.

O que está acontecendo? O advogado Celso Soares, se não me engano, falou sobre o ato de burlar a lei trabalhista. Realmente, hoje está-se criando uma espécie de crime organizado, e as pessoas não estão percebendo. Algumas entidades estão se organizando para burlar a lei trabalhista. Outras já estão mandando seus funcionários registrarem uma empresa – já falamos aqui a respeito – para não terem obrigações relacionadas ao direito trabalhista. Sem contar os contratos que algumas empresas têm direito a fazer, para fugir de seus deveres trabalhistas com os empregados. Depois, a Justiça não reconhece que elas exercem outra atividade, porque é difícil provar que elas exerciam uma atividade que não aquela que está no direito trabalhista. Não tenho facilidade de sintetizar, como os demais, então peço um pouco de paciência para que eu possa concluir. Portanto, está-se burlando a lei trabalhista. Vejo que se comete um crime.

Quanto ao orçamento da Justiça, o Prof. José Pastore disse que se gasta 1.300 reais para cada 1.000 reais que se cobra da Justiça do Trabalho. Na audiência pública passada, eu disse que se gastam 4 milhões de reais com a Justiça Trabalhista, em razão da morosidade e, claro, com os muitos recursos, com pessoal etc. Mas os Presidentes da ANAMATRA e do TST discordaram: *"Não, nós damos lucro para o País. Gasta-se muito pouco"*. Eu aprendi que a Matemática é uma ciência exata; Economia, nem sempre, pois ela tem suas *nuances*.

Então, para concluir, gostaria de ouvir comentários a respeito, e também que discutíssemos o paternalismo da Justiça, o que tem sido objeto de reclamação de muitos empregadores.

Vou citar um exemplo que aconteceu com um amigo, Deputado Federal. Um sujeito pediu-lhe emprego. Para ajudá-lo, ele deu-lhe o serviço de capina em seu sítio por uma ou duas semanas. Pois bem, o homem foi à Justiça e disse que trabalhava como vigia em sua loja. A Justiça deu-lhe ganho de causa, e mandou meu amigo pagar-lhe 5 mil e poucos reais. Quem muda essa situação?

Também foi defendido aqui pelo Presidente do TST que, realmente, a Justiça tem que ser tutelar e parternalista. Eu não entendo dessa forma, e gostaria de ouvir também alguma coisa a esse respeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Almir Moura.

Com a palavra a Deputada Dra. Clair, do PT, do Paraná.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar os palestrantes pelo excelente debate que estamos travando a respeito do tema ora em exame. Penso que estamos enfrentando uma tarefa de suma importância, que é a reforma trabalhista.

No meu entender, a reforma trabalhista tem de resolver os principais problemas que nós enfrentamos, entre eles, o desemprego, a informalidade, a rotatividade da mão-de-obra, a falta de competitividade das empresas, a necessidade do crescimento do setor produtivo. Outro aspecto que eu considero importante também é a ampliação da participação do trabalho em relação ao Produto Interno Bruto. São estas as questões que temos de resolver. E só se justifica fazer reforma se for para resolvê-las.

Pergunto aos senhores: como ampliar os empregos? O Dr. José Pastore disse que a redução da jornada não é uma alternativa. Mas, pela análise dos dados, eu verifico que, de 1997 a 2001, a taxa de desemprego diminuiu de 12,1 para 8,7. Contudo, V.Exa. está dizendo que já em 2003 houve um aumento dessa taxa. Eu gostaria de saber quantos milhões de empregos foram criados nesses anos com essa medida. Assim, perguntaria aos debatedores se a redução da jornada de trabalho e a extinção das horas extras não seriam uma das principais alternativas para ampliação do emprego no País.

Gostaria de perguntar ao Dr. Pastore: qual seria a influência de direitos e encargos no próprio desempenho das empresas, por exemplo, competitividade, pagamento de juros, financeirização do sistema? Existe uma proteção especial ao capital financeiro e especulativo, com isso, eu entendo que há um prejuízo muito maior com a alta de juros do que com a questão dos encargos trabalhistas. Gostaria que o senhor fizesse uma análise em relação a esses aspectos.

Gostaria de perguntar de que forma também nós vamos ampliar a participação do trabalho no PIB, porque ela está diminuindo. Nós só nos preocupamos com a sobrevivência das empresas, mas não com o desenvolvimento do trabalho; só precarizamos direitos, mas não nos preocupamos com a questão da participação do trabalho.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputada Dra. Clair.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia.

Posteriormente, teremos as respostas dos palestrantes.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, quero saudar V.Exa. e os palestrantes e reafirmar o que já foi dito aqui: a cada reunião desta Comissão, nós vamos compreendendo melhor esse debate e vai-se demonstrando o quanto é diversa e rica sua abordagem.

Sr. Presidente, eu também compreendo que nós necessitamos de ajustes na CLT, na estrutura sindical, na legislação brasileira em torno dessa questão. Não tenho dúvida de que essa necessidade é real, e devemos nos debruçar sobre ela – esta é a razão da existência desta Comissão. Mas, da mesma forma vou-me convencendo cada vez mais que esse não é e não pode ser o elemento principal. O elemento principal na vida da Nação brasileira é exatamente o tratamento macroeconômico, ou seja, darmos conta de formatar uma nova política, um novo modelo, novas prioridades. Sem crescimento econômico, não há soluções mais efetivas – vou-me convencendo disso – para a questão do emprego. Sem investimento em vários setores da nossa vida econômica, social, na educação, na infra-estrutura, não há também possibilidade de se ter crescimento econômico. Esse é o grande nó que temos de desatar. Como teremos investimentos em uma economia que superdimensiona o papel do capital financeiro, que permite essa sangria? Então, esse é um terreno que precisa ser limpo. Se nós não fizermos bem essa tarefa, para qualquer legislação que se faça, nós vamos ter limites. Vamos estar tentando apresentar para a sociedade um discurso distante da realidade – não se vai conseguir gerar empregos por mais eficiente, por mais profunda que seja a reforma trabalhista.

Da mesma forma, estou me convencendo de que a CLT é uma legislação flexível. Ela sofreu ao longo do tempo muitas alterações. Todos os dias ela passa por alterações. Aliás, precisa continuar passando por

alterações, mas eu acho que ela precisa se voltar para mudanças a partir de nova estrutura. Se não for assim, vamos ficar nesse discurso ideológico, que tem prevalecido – é absolutamente verdadeiro isso –, e podemos correr o risco de repetir experiências feitas em países da América Latina e da Europa com esse mesmo discurso.

Ora, temos a vantagem de poder olhar para as experiências passadas, não para repeti-las, mas para evitar que aqui se cometam os mesmos erros. Isso não quer dizer que não tenhamos necessidade de ter referências, podemos ter referências dos mais diversos setores, ou das mais diversas nações. Entretanto, creio que nós, povo brasileiro, já demonstramos, por muitos momentos e diversas formas, que temos capacidade de encontrar o próprio caminho. Aliás, o que não falta ao brasileiro é criatividade. Esse tal jeitinho brasileiro muitas vezes é tido como algo pejorativo, mas revela muito mais um conteúdo de enorme criatividade, que nós deveríamos adotar como princípio, a fim de construirmos os ajustes necessários em torno das questões relacionadas ao mundo do trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Quero informar a V.Exas. que um dos palestrantes, Dr. Celso da Silva Soares, necessita estar no aeroporto em breve. Então, vamos ter de ouvi-lo.

O Regimento Interno estabelece o tempo de 3 minutos para cada expositor. Mas consideramos impossível tantos questionamentos, com tanta grandeza, serem respondidos em apenas 3 minutos. Então, sugerimos que o tempo seja o razoavelmente necessário para as respostas.

Passo a palavra ao Prof. José Pastore para responder as questões e encerrar a sua manifestação.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem. Então, o Prof. Pastore trocou seu horário com o Dr. Celso da Silva Soares.

**O SR. CELSO DA SILVA SOARES** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao ilustre Relator, Deputado José Chaves, que, se algo que eu disse aqui pareceu revolucionário, é porque a situação está tão ruim que propostas até do tempo da Revolução Francesa podem parecer revolucionárias. A situação está muito ruim. Eu proponho aqui que não se tornem absolutas nem a lei, nem o consenso. Por exemplo, eu sou advogado, mas não sou nenhum positivista jurídico que tem aquele fetiche da lei. Quer dizer, não acredito que uma lei resolve tudo. Aliás, tal pensamento é uma praga brasileira. Aqui, muitos pensam que quando se faz uma lei, acaba o problema. É como pensar que trocar o nome "favelas" por "comunidades" acaba com o problema das favelas. Mas isso não é verdade.

Em segundo lugar, não vim propor nenhum modelo. Eu não sou um utopista no sentido de que, da minha cabeça, eu tiro um modelo e ele vai ser a realização da felicidade humana. Não, eu entendo que tudo isso é um processo de discussão, de luta parlamentar. Enfim, isso tudo tem de caminhar nessa linha de contraditórios.

O senhor me pergunta o que eu proponho. Eu já disse aqui algo sobre isso. O que me parece fundamental é assegurar a garantia da continuidade da relação de emprego. Não é bem aquela estabilidade decenal que tínhamos no art. 466 da CLT, mas garanti-la nos termos, inclusive, da Convenção nº 158 da OIT, desgraçadamente denunciada pelo Presidente passado. Trata-se de reforma constitucional em relação ao art. 7º, inciso I, da Constituição Federal. Por exemplo, a despedida arbitrária, nos termos do art. 165 da CLT, que se refere ao representante da CIPA. Ou seja, é arbitrária a despedida que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. Nesse sentido, já se dá um grande passo para assegurar que essa garantia realmente se torne efetiva. E mais, sob pena de reintegração do empregado ao trabalho, ou, se o juiz não achar recomendável, o pagamento de uma indenização. É uma de minhas propostas.

Outra proposta é revogar o decreto que denunciou a Convenção nº 158 e restabelecer sua ratificação pelo Brasil. Só isso vai parecer revolucionário nas atuais condições, mas não é. Grandes países capitalistas avançados ratificaram e nunca denunciaram a Convenção nº 158.

Penso que podemos andar por esses caminhos, Mas tenho outras propostas. Por exemplo, eu acredito que se deva revogar quase todos os artigos do Título V da CLT naquilo em que eles contrariam a disposição constitucional de não-interferência governamental na vida do sindicato.

Ainda há outras propostas, que não vou enumerar aqui, porque o meu tempo não permite.

O Deputado falou sobre as dispensas. Eu também penso que a dispensa imotivada, a rigor, não há. Alguém tem sempre um motivo para dispensar o empregado. Mas eu falo sobre aquela possibilidade que chamo de direito potestativo. Unilateralmente, o empregador pode dispensar sem precisar justificar. Basta pagar os 40% e mais os chamados direito da rescisão e está tudo resolvido. Não pode ser assim. Enquanto houver esse direito potestativo, seja lá por motivo de relações interpessoais, o que for, aí estaremos trabalhando (*ininteligível*). Se for feita aquela

reforma que propus, começaremos a assegurar que isso não aconteça.

O Deputado Almir Moura refere-se ao orçamento da Justiça do Trabalho, enfim, se ela gasta muito, se gasta pouco. Não vou entrar nessa discussão, porque não tenho os números. Na Justiça do Trabalho não devemos cair na armadilha de discuti-la do ponto de vista de custos preferencialmente, mas, sim, do ponto de vista social, que é o importante. Caso contrário, vamos acabar aceitando a alegação do FMI de que deveremos cortar gastos sociais, porque isso aumenta o déficit etc.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Desculpe-me, quis dizer no sentido dos recursos.

**O SR. CELSO DA SILVA SOARES** – Concordo, os recursos não são muitos por causa da CLT, mas do Código de Processo Civil, porque o juiz passará a aplicar abusivamente. Vem de lá, do Código de 1973, do tempo da ditadura, não é da CLT.

Sobre a burla da lei a que o senhor se referiu é plenamente correto. Isso acontece demais. Finge-se que o empregado não é mais empregado, mas ele fica no emprego de fundo de quintal trabalhando para aquele que era seu empregador. Quer dizer, um disfarce de subordinação.

Quanto à Justiça, ela não deve ser paternalista. A Justiça tem realmente a função de assegurar, pelo menos, a condição de equilíbrio entre trabalho e capital, mas não pode ser paternalista.

Quanto à Dra. Clair, tenho a dizer que me impressionou o diagnóstico da reforma apresentada no Ministério do Trabalho, que diz em adequar a legislação do trabalho às atuais características do mercado de trabalho. Não se trata de adequar nada. Quais as características do mercado de trabalho? Diminui os empregos e aumenta o número de desempregados. O mundo do trabalho está inteiramente desorganizado, sujeito à insegurança, à intranqüilidade. Tem que se atacar as causas estruturais desse fato, e não ficar adequando, adaptando a lei. Às vezes, até correndo o risco de legalizar situações absurdas, do ponto de vista social.

É uma prática que me parece não ajuda em nada. Ampliar os empregos? Sim, é atacar essas causas estruturais, é ter políticas públicas que vão à raiz do problema. Caso contrário, vamos cair no que dizia antes, em relação à outra pergunta feita, naquela história de que modificando a lei está tudo resolvido, e não está tudo resolvido.

Finalmente, concordo com o que diz o Deputado Daniel Almeida. A solução desse problema – desemprego – não está em dar prioridade a uma reforma da legislação. Acho curioso, pois se atacam tanto os advogados, o jurisdicismo, mas o raciocínio de certas propostas é de juristas da pior espécie, que acham que a lei é mágica, que resolve tudo; se reformar a lei, está tudo feito. Não há razão para dar prioridade a esse ponto.

Fiz aqui um relato, e o do representante da OIT foi muito melhor que o meu, do tanto que já foi flexibilizada nossa legislação do trabalho. Acho que a reforma do trabalho já está feita. O que precisa reformar, realmente, não foi ainda reformado, que é a Constituição, para se garantir emprego.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado Dr. Celso da Silva Soares.

Passo a palavra para ao Prof. José Pastore.

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Obrigado, Presidente. Fui honrado com perguntas instigantes, inteligentes, como não poderia deixar de ser, de um Plenário que tem tamanha responsabilidade.

Quero de início ressaltar os depoimentos quase que irmãos gêmeos do Deputado Daniel Almeida e da Deputada Clair, porque os dois incidiram num ponto que me parece fundamental. Ninguém discordaria de que a grande transição a ser feita neste País para gerar emprego é do mundo da especulação para o mundo da produção. Esta a grande transição. Esta é a reforma que vai gerar empregos por atacado.

Infelizmente, hoje em dia estamos mais no mundo da especulação. Não há nada contra o lucro, que é uma coisa positiva, útil para sociedade, desde que seja investido e reinvestido em benefício da sociedade. Ocorre que o sistema financeiro é quem mais lucra no Brasil, que foi criado para financiar, desde o Banco de Florença, produtores e consumidores. No Brasil, o sistema financeiro tem um extraordinário cliente, que é o Governo. Ele financia a dívida do Governo, empresta ao Governo, e não aos produtores e consumidores.

Ao emprestar ao Governo, gera grandes lucros, que não são direcionados aos produtores e consumidores. Por quê? Porque a taxa de juros que o Governo paga é muito alta, é aquilo que os bancos cobram pelo risco que representa emprestar ao Governo. E eles não vão emprestar ao Governo a uma alta taxa e emprestar ao consumidor e ao produtor a taxas baixas. Fazem o mesmo jogo, o que é normal e racional para quem está nesse ramo.

O banco dá um cartão de crédito ou um cheque especial ao consumidor para fazer compras e cobra 200% ao ano. É evidente que o consumidor vai fazer poucas compras. Ele empresta ao produtor, que quer investir numa fábrica, num comércio, num serviço, a 60% ao ano se ele tiver um bom avalista. E o produtor vai pensar duas ou três vezes antes de pegar esse

dinheiro emprestado, porque dificilmente estará num negócio que renda alguma coisa semelhante para pagar os juros.

Temos de considerar uma coisa muito clara, o Brasil está em uma armadilha. O endividamento interno e externo levou o País a proporcionar a um setor, que é o financeiro, lucros que não podem ser reinvestidos nos setores produtivo e de consumo. Não é que o banqueiro seja maldoso. Há uma regra no jogo do mercado. Se há um governo que paga 26,5%, por que vai emprestar a um produtor por 10%? O Governo é ávido, precisa cada vez mais de recursos e dá uma segurança razoável, então, por que ele vai emprestar a 10%?

O Brasil paga juros altos. E são exatamente os juros altos que estão atraindo agora os capitais externos para o Brasil. Esses capitais lá fora cobram no máximo 1,5% de juros, e lá fora têm pela frente uma bolsa de valores afetada por todos os escândalos contábeis das empresas que não lhes dão segurança alguma. Lá fora há medo de guerra e terrorismo, mas aqui há um Governo que, por força das circunstâncias e pela lógica do processo, é obrigado a manter taxas de juros altas. Não sei qual foi o resultado do COPOM hoje. Alguém sabe? Manteve taxas altas.

Talvez todos nós devêssemos dizer: graças a Deus que não subiu, não é? *(risos)* Mas essa é a situação. O Deputado Daniel Almeida e a Deputada Clair estão cheios de razão ao dizerem que o verdadeiro problema na geração de emprego está na falta de estímulo à produção.

E a lei trabalhista vai conseguir superar esse entrave que vem do setor financeiro? É claro que não. O que ela pode fazer? Diminuir os constrangimentos ao emprego, as dificuldades para empregar. Aí pode dar uma boa contribuição.

Vai gerar empregos na profusão que o Brasil quer? Lógico que não, mas vai ajudar a destravar o emprego daqueles que podem, principalmente nas micro e pequenas empresas, que empregam enorme parcela dos trabalhadores brasileiros. São as que mais geram empregos hoje. É verdade que morrem bastante, mas geram muitos empregos, estão sempre gerando. Mas têm insuperável dificuldade para vencer aqueles 103,46% e toda a burocracia que está por trás, razão pela qual trabalham com a informalidade quando têm algum posto de trabalho.

Referimo-nos à informalidade daqueles que não têm carteira assinada, que não têm proteção, mas não nos referimos àquela outra informalidade que é muito grave no Brasil, embora seja difícil de quantificar, a sub-remuneração na carteira assinada. Ou seja, o trabalhador está na formalidade, mas a carteira registra a metade do salário que o empregado recebe.

Se perguntarmos quantos são os patrões e patroas das empregadas domésticas que anotam na carteira o salário real, acho que ficaríamos surpresos em verificar que são muito poucos, um outro agravante da informalidade. Ou seja, essa empregada não está incluída nos 4 milhões das empregadas informais, porque tem carteira assinada, mas há outra informalidade, que é a da subcontratação, ou melhor, da sub-remuneração.

O Deputado Dimas fez uma pergunta interessantíssima, a respeito de onde vem as ações trabalhistas. É algo muito interessante. Fez também uma pergunta sobre a participação do setor público no emprego em geral.

**(Não identificado)** – Prof. Pastore, fiquei aqui em deferência ao senhor, mas terei de me ausentar. Obrigado a todos.

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Foi um prazer debater com o senhor.

Sr. Presidente, vou procurar responder telegraficamente, pois sei que o tempo está correndo.

Quanto à questão da participação do setor público no emprego, Deputado Dimas, temos de definir, em primeiro lugar, se vamos considerar apenas a administração direta e as autarquias ou vamos considerar também as empresas em que o Estado é o maior acionista? Se considerarmos apenas as de administração direta e autarquias, o setor público no Brasil responde por cerca de 8 milhões de postos de trabalho, o que é mais ou menos 10% da força de trabalho que está na ativa hoje, um percentual razoável.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Imagino que as empresas estejam classificadas, mesmo as empresas públicas ou mistas, neste outro documento.

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Não nesses 8 milhões.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Não? Eu falo no outro dos 30 milhões.

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Ah, sim, naquele dos 30, claro, tem uma participação importante. Talvez é o que mais garanta a proteção, a formalidade.

Mas a respeito de quem vai à Justiça, é interessante. Vai à Justiça aquele que é informal, de baixa renda, que tem muita precariedade, e está na situação de empregado. Nem todos, mas boa parte.

Imaginem o seguinte: uma obra em que a empresa contrata metade formalmente, metade informalmente. Aquele que se vir injustiçado pela informalidade ou que é despedido, a primeira coisa que faz é correr à Justiça do Trabalho, porque ali recebe certa ajuda por parte dos outros ou, às vezes, até do próprio sindicato,

que lhe dá o amparo jurídico para pleitear seus direitos naquela Justiça especializada.

Esse índice de 2 milhões está muito inchado por pessoas que estão na informalidade e que na hora da despedida ou na hora da injustiça recorrem à Justiça do Trabalho, que tem as portas abertas a todos. Ela não vai perguntar qual a sua situação.

Mas há também uma profusão muito grande de processos relativos a conflitos individuais que vêm de empresas, até grandes, bem organizadas. Por quê? Porque dada a minudência da lei trabalhista ou o detalhismo da lei trabalhista sempre há esperança, principalmente do despedido – costuma-se dizer que a Justiça do Trabalho é a justiça dos despedidos. E é verdade, porque 95% das ações trabalhistas são de despedidas.

O que acontece? Esse detalhismo sempre vai encontrar um advogado trabalhista que tem uma petição pronta no seu computador e diz: *“Bem, por que não vamos pleitear aquela hora extra que você acha que trabalhou”?* Ou então: *“Aquele aviso prévio que não foi cumprido integralmente*”. Há maior geração de ações de empresas maiores. Não podemos desconsiderar isso.

Além do mais, as empresas maiores muitas vezes fazem seus cálculos e entendem ser melhor recorrer. Vão apresentando recursos, e isso vai acumulando processo – vão ao Tribunal Regional, ao TST. A caminhada prossegue no sentido de aumentar o estoque.

O Deputado Almir Moura perguntou a respeito da existência de mesmas regras para empresas diferentes – micro, pequena, grande etc. Eu mencionei, como sugestão, modestamente, um SIMPLES trabalhista para a micro e a pequena empresas, haja vista que foi feito um SIMPLES tributário e previdenciário nesse sentido.

Qual é o problema aqui? Provavelmente terá sido esse o argumento daqueles que aqui me antecederam na semana passada, ao defenderem regra única: ao se criar um SIMPLES trabalhista, Deputado, V.Exa. faria com que o Brasil passasse a ter trabalhadores de duas categorias: de primeira classe e de segunda classe, aqueles que têm direitos totais e aqueles que têm direitos parciais.

Essa é uma idéia que, para muitos, é repugnante. O que é intrigante é que essas pessoas convivem bem com trabalhadores de primeira e de quinta classes, como temos hoje, quando os trabalhadores não têm proteção alguma quando caem na informalidade. Quando ficam doentes, por exemplo, não têm licença remunerada para tratar da saúde, que é o direito mais fundamental. Quando envelhecem, não têm condições de se aposentar, mesmo que consigam a façanha de chegar aos 67 anos, serem carentes e entrarem na Assistência Social. Quando morrem, não deixam nada para seus descendentes. Quer dizer, é uma selvageria, uma brutalidade o que temos, com toda essa legislação de proteções, que atinge 60% dos brasileiros.

Para esses que não gostam de criar trabalhadores de primeira e de segunda classes, que conseguem conviver com trabalhadores de primeira e de quinta classes, o melhor é não fazer nada, deixar como está, deixar rolar um pouco mais: Vamos esperar o Brasil resolver todos os problemas de juros, macroeconômico, porque assim vai haver uma pujança muito grande, uma demanda fantástica por trabalho, e assim todo o mundo vai se formalizar nessa legislação, que fere mais a quem? Às micro e pequena empresas, aquelas que mais geram empregos. Essas empresas é que são atingidas.

A Deputada Clair pergunta: *“Mas como podemos aumentar a participação do trabalho no PIB?”* Eu não sou capaz de lhe dar uma receita, Deputada, mas diria o seguinte: por lei não será. Se V.Exas., que são arquitetos da lei, resolverem fazer uma lei segundo a qual, daqui para a frente, o brasileiro vai ter 40%, 50%, 60% de participação do PIB, tenho a impressão de que essa lei não vai vingar.

A participação maior do trabalho no PIB, pela análise da história que verificamos, ocorreu quando? Em primeiro lugar, quando aumentou a concorrência, nos mercados competitivos – estou falando das economias capitalistas; se for uma economia socializada, é outra regra. Houve maior participação do trabalho, nos mercados competitivos, quando aumentou a concorrência. Primeira condição.

Quando aumenta a concorrência, eu, que sou empresário, não quero perder meu empregado, principalmente para meu concorrente. Eu quero retê-lo e vou dar-lhe o maior benefício possível, que é o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a legislação trabalhista é anêmica, pequena, fininha, simples, mas os benefícios que as empresas dão são enormes. Por quê? Porque elas não querem perder empregados para os concorrentes. Primeiro, concorrência. Infelizmente, não estamos em uma economia amplamente concorrencial, apenas em alguns setores.

Segunda condição, importante também, é educação, porque eu não vou querer perder o trabalhador que é produtivo, que soma muito na empresa, não só no sentido de trabalhar bem, mas soma com harmonia com os colegas, compondo grupo, vivendo bem, tratando todos com dignidade, sendo tratado com dignidade. Eu não quero perder isso, educação é fundamental.

Em terceiro lugar, qualidade de capitais, capitais que tenham qualidade nos investimentos. Se formos

depender apenas daquele capital que faz uma fábrica de cocada de fundo de quintal, a participação do trabalhador vai ser pequena. Agora, quando você tem um capital que vem e diz: *"Eu vou fazer uma petroquímica, vou fazer uma PETROBRAS"* – cada posto de trabalho no setor petroquímico, na PETROBRAS, exige investimento de 1 milhão e 100 mil dólares para gerar um posto de trabalho. Esse trabalhador qualificado que está lá ganha muito mais do que a média. Esse é um ambiente avançado em termos tecnológicos. O mesmo vamos dizer das montadoras de automóveis: estão lá em cima, elas têm forte concorrência.

Deputado, V.Exa. perguntou se todas as micro, pequenas e grandes empresas têm de ser tratadas igualmente no campo trabalhista. Não sei. Essa é uma questão que o Relator, Deputado José Chaves, apontou muito bem. É preciso ter o contraditório porque é daqui que vai sair a solução política que irá equilibrar as coisas. Mas não tenho essa resposta, porque a questão envolve dimensionamento político. Mas vale a pena examinar alguns exemplos.

Por exemplo, será que um barbeiro que quer contratar mais 2 ou 3 oficiais, tem condições de pagar os 103,46%? Vamos dizer que sim, se ele puder passar os custos dessa contratação para os seus serviços. Será que um barbeiro consegue passar isso para o consumidor? Sua capacidade é muito limitada. Será que ele pode fazer inovações tecnológicas para ganhar produtividade no trabalho? Fazer com que cada barbeiro, por exemplo, trabalhe por 3, e então ele não precise contratar os 3 e contrate mais um só? A capacidade ou a possibilidade de ele inovar tecnologicamente numa barbearia é muito pequena.

Vamos considerar uma empresa montadora, para quem ela vende? Para consumidores de alta renda, dentro e fora do Brasil. Será que ela tem condições de passar para o preço do seu produto? É claro que tem. Não tudo, mas ela tem mais condições do que um barbeiro. Do ponto de vista tecnológico, será que ela tem condições de inovar para ganhar produtividade no trabalho e, com isso, até melhorar salário? É lógico que ela tem. Muito mais do que um barbeiro.

Então, a realidade de uma micro e pequena empresa é muito diferente de uma grande empresa. A realidade de um microempresário é quase parecida, senão igual ou até pior, com a de um trabalhador, às vezes até da informalidade.

O Brasil vai ter que meditar. Esta Casa é o local onde essa meditação terá que ser feita com profundidade. Se vamos continuar aceitando trabalhadores de primeira e de quinta classe ou se vamos marchar para uma legislação que, Deputada Clair e Deputado Daniel, não vai gerar o emprego que estamos pensando, mas vai destravar aquilo que hoje entrava aqueles que podem gerar mais emprego e, sobretudo, formalizá-lo.

Muitas pessoas dizem que formalizar não é gerar emprego. Formalizar é contribuir para a Previdência; contribuir para a Previdência é reduzir o déficit de 71 bilhões que houve no ano passado; reduzir o déficit da Previdência é evitar que o Governo vá ao mercado tomar dinheiro emprestado; o Governo não indo ao mercado tomar dinheiro emprestado, o juro baixa; baixando o juro, as pessoas tomam dinheiro para consumir e para produzir. Aí surge o emprego. Então, formalizar tem um efeito também sobre o emprego.

Vou parar por aqui, Presidente, porque há muitas questões que podemos conversar informalmente depois. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, farei uma pergunta objetiva ao Prof. Pastore.

Com a implantação do SIMPLES, o INSS e outras questões aqui relacionadas foram modificadas e são sobre a contribuição. Então, INSS, salário-educação, seguro-acidente, serviços sociais, formação profissional, SEBRAE, INCRA, com exceção do FGTS, que tem de ser recolhido. Refiz rapidamente esses cálculos: as empresas que estão no SIMPLES, seguindo a mesma metodologia aplicada por V.Sa. não dão 103,46%, mas 65,03%. É isso mesmo?

**O SR. JOSÉ PASTORE** – Não, a redução total de todos esses encargos é de 17% sobre aquele primeiro grupo da tabela apresentada aqui. É de 17% sobre esse grupo da tabela. Um percentual bem menor.

A Previdência Social reclama do SIMPLES porque ele está criando um problema futuro. Ela está arrecadando menos e está assumindo um encargo completo, em termos de pensões e aposentadorias. Há um problema atuarial sendo gestado.

O SIMPLES formalizou tantos postos de trabalho e aumentou tanto a arrecadação da Receita Federal, por que, então, não se passa o aumento que a Receita Federal obteve, em decorrência do SIMPLES, para a Previdência ou para outros órgãos? Com isso os dois lados acabariam sendo atendidos: a formalização e a Previdência. Por que a Receita Federal tem de abocanhar uma parcela de recursos gerada com o sacrifício da Previdência? Não sei se isso demanda legislação própria ou acerto entre esses órgãos, mas me parece uma questão solúvel. Se marcharmos para um SIMPLES trabalhista, a mesma sistemática poderá ser empregada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Prof. José Pastore.

Tem a palavra o Sr. Armand, para sua respostas e considerações finais.

**O SR. ARMAND PEREIRA** – Falarei rapidamente, dado o adiantado da hora. Darei resposta a algumas perguntas feitas pelos Parlamentares.

Em relação a qual seria o modelo e que países, há uma literatura bastante abrangente e técnicos que podem ser consultados. Há uma experiência muito rica e recente. Podemos, inclusive, ajudar nisso. É evidente que, do ponto de vista das empresas, com respeito à flexibilização, o ideal seria uma situação como aquela que hoje prevalece em países como a Dinamarca, onde existe grande facilidade de admissão e demissão de trabalhadores, ao contrário do que ocorria há 20 anos, mas onde existe, também, para compensar isso, grande aumento de proteção social. Compensa-se na Previdência Social com aquilo que flexibilizou do lado da segurança e do emprego. Agora, esse é um modelo extremista, dos países ricos, que têm índices de impostos muitos elevados, mas que não é, evidentemente, um modelo adequado para um país como o Brasil, que tem déficit público e grandes dificuldades para aumentar essa teia de proteção social, para poder dar às empresas a grande vantagem de ter oportunidade de ser muito mais eficiente em termos de contratação de mão-de-obra.

Concordo com o Prof. Soares a esse respeito. Num país como o Brasil, um dos elementos fundamentais da fórmula seria tentar focalizar mais a retenção, otimização dos níveis de emprego, de proteção, mesmo que isso não queira dizer, como ele falou, garantia de estabilidade no emprego.

Concordo com o Prof. Pastore em muitos aspectos. Considero a redução de encargos fundamental. Encargos são fundamentais também ou mais ainda. Deveríamos estudar com zelo quais seriam os encargos e como. É necessário fazer uma distinção entre que tipos de microempreendimentos estamos falando, porque há, como dizia o professor há pouco, o microempresário, que é um empregador, do ponto de vista estatístico do IBGE, que emprega uma ou mais pessoas, e há o que pode empregar mais de 5, mais de 10, que também é mini. Existe grande diferença entre eles.

É desejável priorizar ou dar incentivos financeiros, fiscais, burocráticos que não penalizem a sustentabilidade futura do desenvolvimento das empresas em termos de capacidade e qualidade de mão-de-obra, de condições de trabalho, porque tudo isso está relacionado.

Deveríamos recorrer a alguns tipos de precarização de mão-de-obra, em caráter emergencial e não absoluto de mercado de trabalho, porque tudo isso vai se reverter na capacidade dos trabalhadores de comprarem, de se reciclarem, de terem acesso à formação profissional. A informalidade que precariza demasiado a mão-de-obra é uma ratoeira, um beco em saída. Isso não é bom. Temos de explorar esse aspecto. As microempresas também já têm vantagens do lado da organização do trabalho, em função de serem pequenas, dependendo do setor onde estão. Elas têm vantagens cooperativas de poderem participar das cadeias de produção, puxadas pelas grandes empresas, se houver organização nas cadeias que promovam as pequenas. Não é só concorrendo, competindo, reduzindo encargos, custo e qualidade de mão-de-obra, que se reduz o problema da competitividade. É necessário diferenciar competitividade real de competitividade espúria, que leva à concorrência desleal, a uma precarização que não pode necessariamente sempre ajudar.

A Recomendação nº 89 da OIT está voltada para micro e pequenas empresas e trata de como flexibilizar certas questões, como promover acesso a certas vantagens às microempresas. Essa questão deverá ser analisada. Depois que saiu a Recomendação nº 89, o Ministério do Trabalho e Emprego criou uma portaria, para, numa nova Comissão ou dentro de uma já existente, viabilizar o debate em âmbito tripartite. Já propus isso novamente ao atual Ministério. Esse assunto deveria retornar à mesa de debate. Seria importante.

Não é só por aí. Redução de encargos é uma, seletividade de redução de encargos é outra, aumento de contribuições que podem concorrer contra o SIMPLES deve também ser analisado. Não necessitamos fazer com que todos os microempresários paguem a mesma coisa. As contribuições para o INSS poderiam ser diferenciadas por nível de renda. Na minha opinião, não existe nenhuma razão para que microempreendedores, que têm acesso a espaços públicos, a feiras públicas, a um bem público e que não recebam um mínimo de incentivo, contribuam para o INSS. Já houve período no País em que havia uma carteira de ambulante. Não sei porque não poderia ser feito algo nessa linha.

A aplicação da lei é um problema. Não há leis boas ou más. Se elas são más, devem ser mudadas, mas têm de ser aplicadas. Não queremos ser os defensores ideológicos. Não é à-toa que existem leis. Os países mais avançados, mais evoluídos, têm leis e as aplicam. Não é por isso que deixaram de ser competitivos. Temos muita dificuldade em explicar porque a Holanda, onde há grande participação de pequenas e microempresas, conseguiu fazer com que suas taxas de emprego formal crescessem entre 1995 e 2000. Essas análises comparativas merecem ser feitas.

Como ampliar empregos? Vivemos 20 anos com a noção de que o negócio é maior competitividade, é deixar as forças do mercado tomarem conta, deixar que as economias de mercado de trabalho se arrumem

com as forças de mercado, e que isso faz crescer e que o crescimento é que faz gerar emprego.

Nos últimos 20 anos, em quase todo o mundo, a questão do emprego voltou para um patamar de conseqüência das políticas de crescimento. É preciso crescer para criar emprego, mas sem a análise de políticas alternativas de emprego, porque podemos ter uma taxa de investimento X; criar nível Y de emprego ou um nível Y mais tanto de emprego depende de onde se investe, de que prioridade se dá a determinados setores etc.

É com muito interesse que observamos que atualmente o BNDES, com essa nova administração, tem enfatizado, de novo, a importância de dar atenção a emprego como parte do fomento dos investimentos, para poder analisar alternativas de investimentos que gerem mais empregos e que possam analisar os custos, benefícios, vantagens comparativas de um país como o Brasil, que é rico em biomassas, água, em toda cadeia florestal, bioenergia, biodiversidade, em pesca – essa costa toda que está arrendada a navios estrangeiros, que, pela lei, deveriam empregar dois terços de homens e não empregam nem um terço. Temos um país rico em mão-de-obra de baixa qualificação, em recursos naturais intensivos e mão-de-obra complementar à geração de emprego, mas estamos perdendo uma grande oportunidade. Não se cria emprego só em refinaria de petróleo ou em montadoras de automóveis. Temos grande capacidade de geração de emprego no setor rural. Somos um país que tem, bem ou mal, algo chamado movimento sem-terra, que quer terra. E o País é rico em terra. O País já foi um grande produtor agrícola e pode voltar a ser, dentro ou fora da ALCA etc.

Temos que colocar novamente – e penso que já estamos começando a fazer isso – emprego no fulcro, no centro da análise de desenvolvimento. Precisamos voltar não ao Estado protetor, não o *wellfare state*, mas o retorno a metodologias que podem identificar como é que se pode crescer X ou Y com taxas de emprego diferentes. Como satisfazer necessidades básicas pode gerar mais empregos? Como faremos para transformar problemas sociais em oportunidades de crescimento? Precisamos reverter a fórmula, dar mais ênfase ao emprego para poder crescer mais, através do atendimento de necessidades básicas, de serviços intensivos de mão-de-obra, de serviços positivos para o desenvolvimento das comunidades. Com isso, podemos gerar mais demanda agregada, mais empregos, crescer e redistribuir melhor a renda. Se crescermos com mais emprego, redistribuiremos mais a renda nacional. Assim, pode-se ter melhor desenvolvimento sustentável. *(Palmas.)*

Redução da jornada é outro assunto importante. O tema tem sido alvo de debates na França, Alemanha e em outros países da Europa. Sempre que há redução do tempo de trabalho, há tendência de se aumentar a intensidade do trabalho. Evidentemente, havendo redução significativa do número de horas de trabalho e, ao mesmo tempo, algum tipo de pacto social e/ou misturado com normas e regulamentações que evitem, por exemplo, o sujeito estar aposentado com 2 empregos – isso é comum acontecer – tem que haver algum tipo de regulamentação. Se possível, algum acordo que possa contornar a situação. Observamos que a redução do tempo de trabalho em 3 horas, de um total de 48, o efeito é quase nada em termos de emprego. Agora, a redução do número de horas em 15%, 20% ou mais começa a ter forte implicação em termos de demanda de mão-de-obra, desde que haja ajuste nas outras condições da organização do trabalho.

Estudos têm sido feitos a respeito dessas questões. Certamente esse debate vai retornar no âmbito brasileiro. Agora, não é panacéia. É muito importante desenvolver algo que está faltando há muitos anos: uma política geral de emprego, mesmo que ela venha depois do primeiro emprego, depois de coisas mais específicas que são prioridades de momento. Mas é necessário e importante ter uma política geral de emprego que analise essas diferentes vertentes.

Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem a palavra o Deputado Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, convenci-me ainda mais daquela proposta que conversamos no jantar oferecido na casa do Relator, Deputado José Chaves. Ouvimos as experiências positivas e também negativas de alguns países. São subsídios importantes para o nosso direcionamento. Temos que conhecer muito mais ainda sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Dimas, sua preocupação é válida. Vamos ficar atentos à preocupação de V.Exa. Considero extremamente importante obter informações sobre a experiência que deu certo ou não, onde há liberdade sindical ou não, se houve ou não mudança.

Vamos terminar esta série de palestras na semana que vem, quando realizaremos audiência exclusiva para discutir requerimentos, metodologia e os próximos passos a tomar.

Quero dizer ao Prof. José Pastore, ao Dr. Armand Pereira e ao Dr. Celso da Silva Soares que esta Comissão foi criada com o objetivo de realizar a reforma. Já tivemos outros momentos ao longo da vida. Nos meus 21 anos de sindicalismo, já participei de palestras no intuito de debater esse assunto nesta Comissão. E

havia um misto de vontade de mudar e de esperança para que houvesse mudança.

Temos o Fórum Trabalhista e vários setores do movimento social, tanto patronal quanto de trabalhadores e operadores do Direito, para que possamos, de fato, realizar reformas. Vamos necessitar, certamente, da presença de V.Sas. em outras audiências públicas, pois contribuíram de forma efetiva para os trabalhos. E os Deputados, apesar das questões abordadas desde o início, são pessoas ligadas também ao mundo do trabalho. É emblemático que o Presidente desta Comissão seja ligado ao setor do trabalho – foi presidente de um importante sindicato e de uma central sindical – e tenha, como Relator, um empresário digno e adepto às mudanças, que está à disposição do Presidente desta Casa.

Agradeço a todos a presença, a paciência e a disposição de participarem desta audiência pública. Certamente teremos inúmeras oportunidades para discutirmos essas questões.

Solicito ao Sr. Armand Pereira sugestões no sentido de verificar a existência de instituições ou organizações, em âmbito internacional, ligadas à área do trabalho – considerando a proposta do Deputado Almir Moura, que se referia também à questão do contraditório, pois creio que isso nos ajudará –, a fim de realizarmos grandes debates e tomarmos decisões ainda este ano.

Antes de encerrar a reunião, passo a palavra à Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, agradeço ao Relator, Deputado José Chaves, o maravilhoso jantar que nos foi oferecido, dando oportunidade a todos nós para construirmos um relacionamento maior. Esperamos que esse jantar se repita por muitas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputada Dra. Clair, sinto-me particularmente homenageado, porque S.Exa. me disse que ia fazer uma comida da minha terra, Acari. Foi servida carne de sol, de Caicó, do Rio Grande do Norte. Portanto, sinto-me altamente homenageado.

Agradeço a todos os profissionais, por intermédio da figura do Secretário da Comissão, Sr. Valdivino Tolentino Filho, a colaboração.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando para o dia 28, às 14h30min, no Plenário 10, a próxima reunião de audiência pública com a presença do Sr. Manoel Antônio Teixeira Filho, jurista; do Dr. Estevão Malet, professor da USP; do Dr. Morse Lira Neto, Procurador do Trabalho da 6ª Região, Recife, Pernambuco; e do Dr. Roberto Caldas, representante da OAB no Tribunal Superior do Trabalho.

**Está encerrada a reunião.**

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 11ª Reunião Ordinária Audiência Pública realizada em 28 de maio de 2003.**

Às quinze horas e doze minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 10 do anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Maurício Rands – Vice-Presidente; José Chaves – Relator; Almir Moura, Coriolano Sales, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Joaquim Francisco, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Maria Helena, Milton Monti, Nelson Meurer, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Balestra, Robson Tuma e Ronaldo Dimas – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Cláudio Magrão, Ildeu Araujo, Jamil Murad e Neyde Aparecida – Suplentes. Compareceram também os Deputados Eduardo Valverde e Serafim Venzon, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Santana, Iris Simões, José Múcio Monteiro, Júlio Delgado, Marcelo Teixeira, Miguel de Souza, Orlando Desconsi, Paulo Bauer, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Ricardo Fiuza, Rommel Feijó, Vilmar Rocha, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da décima reunião, realizada no dia vinte e um de maio de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado José Alberto. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA:** Audiência pública com os seguintes convidados: Dr. Roberto Caldas, Representante da OAB no Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Morse Lyra Neto, Procurador do Trabalho da Sexta Região, Dr. Estevão Mallet, Professor Doutor da USP, Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho, Jurista. Após chamar à mesa os convidados, o Presidente concedeu-lhes a palavra para suas exposiçoes. Debateram com os palestrantes os Deputados Maurício Rands, Daniel Almeida, Drª Clair, Ronaldo Dimas e Milton Monti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente convocou reunião para o dia quatro de

junho do corrente ano, para definição do novo roteiro dos trabalhos da Comissão, e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião desta Comissão destinada ao estudo das matérias que abrangem a reforma trabalhista.

Em vista da distribuição da Ata da 10ª reunião, indago se há necessidade de leitura.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata, já que há cópias dela sobre as mesas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Se há concordância dos Deputados, considero dispensada a leitura.

Em discussão a Ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata foi aprovada.

O tema desta audiência pública é Direito Processual, para nós considerado de extrema importância, porque, no tripé da reforma trabalhista, em que discutimos o novo código do trabalho e a organização sindical, se não tivermos a opinião do Poder Judiciário quanto ao aspecto trabalhista, não teremos condições de dar o salto de qualidade que queremos.

Convidamos, a requerimento de ilustres Deputados, 4 pessoas da melhor estirpe envolvidas com esse tema. Convido para tomarem assento à mesa os Drs. Roberto Caldas, representante da OAB no Tribunal Superior do Trabalho – TST; Morse Sarmento Pereira de Lyra Neto, Procurador do Trabalho da 6ª Região de Recife, Pernambuco; Prof. Estevão Mallet, da USP; e Manoel Antonio Teixeira Filho, um jurista conhecido e respeitado. Sejam todos bem-vindos. *(Palmas.)*

Lembro aos Srs. Deputados que quando a audiência pública é realizada na quarta-feira sempre ficamos de sobreaviso, atentos ao momento em que se iniciará a Ordem do Dia no plenário.

Agradeço a presença aos nobres Deputados e especialmente aos convidados, explicando-lhes que o tempo para a fala de cada palestrante é de 20 minutos; aos 15 minutos, avisarei que terão 5 minutos para concluir suas intervenções. Posteriormente, cada Deputado terá 3 minutos para seus questionamentos, inclusive para a réplica e a tréplica.

Anuncio a presença entre nós, além dos ilustres assistentes, do Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, acompanhado dos diretores Sidnei Francisco e Darker Pamplona, que nos estão trazendo suas sugestões a respeito da unicidade sindical, sobretudo em função da PEC apresentada por mim e pelo Deputado Maurício Rands. Solicito à assessoria que providencie cópias dessas sugestões para que os Deputados possam analisá-las quando formos definir o projeto e para que constem dos Anais deste órgão. Obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Caldas.

**O SR. ROBERTO CALDAS** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, Sras. e Srs. Deputados, eminente Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, Dr. Nilton Correia, que nos honra com sua presença, demais autoridades, senhoras e senhores, inicialmente, agradeço o convite para compor esta seleta Mesa, que certamente trará grandes luzes aos debates, que continuam, tendo nesta reunião o enfoque do Direito Processual. É uma incumbência gratificante, porque, como membro de Comissão da OAB Federal, participei dos debates sobre a reforma do Poder Judiciário. Em 1998 criou-se uma Comissão Mista de Reforma do Poder Judiciário, composta de membros da OAB e da Associação dos Magistrados Brasileiros, e ali tivemos a oportunidade de, especificamente na área trabalhista, formular algumas propostas bastante atuais.

O diagnóstico que podemos fazer do Poder Judiciário no processo do trabalho é o de que há um verdadeiro caos. Não podemos esconder essa realidade, porque queremos evoluir, e muito. Por essa razão, e dada a exigüidade do tempo, deter-me-ei em duas questões basilares para a reforma trabalhista/sindical e para o verdadeiro acesso ao cidadão, em sua sede de justiça.

Já dizia Ruy Barbosa que *"justiça demorada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta"*. Ainda no Século XVI, o Padre Vieira também se referia à injustiça que é um processo judicial demorado. Em razão disso, dois serão os temas que procurarei tratar nesta assentada, duas questões estruturais para a Justiça do Trabalho, e quiçá, começando por aí, possa-se alcançar também todo o Poder Judiciário: em primeiro lugar, a necessidade de coletivização do processo, para que demandas iguais possam ter preferência e rapidez de tratamento, e para que se resolvam de uma só vez todos os casos referentes àquela mesma situação jurídica; em segundo lugar, proponho transformarmos o modelo judiciário brasileiro de uma Justiça meramente retributiva, como é atualmente, aquela que apenas repõe o objeto pleiteado em juízo para a parte à qual é

de direito, para uma Justiça de maior alcance, a Justiça distributiva, isto é, aquela que, além de garantir o bem pleiteado em juízo, analisa quem tem, naquela relação, algo mais a pagar – é o surgimento das indenizações além do simples objeto reclamado.

Quanto a esse título "coletivização" da demanda, lembro que a nossa Constituição de 1988, que está prestes a debutar – no dia 5 de outubro –, até hoje, na verdade, não tem efetividade no aspecto processual. Ainda que o Constituinte originário, na chamada Constituição cidadã de 1988, tenha feito uma muito clara opção pela coletivização do processo, pela resolução dos conflitos de forma coletiva, rápida e única, o art. 8º, inciso III da Constituição, que regra a substituição processual, até hoje não tem vida, porque há um enunciado de súmula do TST que lhe causa empecilhos. O TST já pôs em pauta a reforma desse enunciado, compreendendo que deve avançar e abrir a substituição processual, mas o Supremo não chegou a julgar de forma definitiva essa questão.

Com uma só ação, os sindicatos poderiam resolver a situação de ilegalidade em que muitas vezes toda uma categoria profissional se encontra.

As ações civis públicas pelo Ministério Público, da mesma maneira, não têm tido a prioridade que merecem perante o Poder Judiciário.

Por sua vez, o mandado de injunção, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, foi, com a devida vênia, amputado na amplitude que o Constituinte quis dar-lhe para resolver aquelas situações de omissão legislativa, para que o cidadão pudesse de pronto exercer seu direito.

Diante disso, minha proposta, de maneira geral, é a de que se criem mecanismos – e esta Mesa está repleta de excelentes juristas processualistas – para sairmos da mentalidade do processo eminentemente individualista, que remonta à Revolução Francesa, e chegarmos finalmente, no Poder Judiciário, ao Século XXI, acompanhando o que está acontecendo no mundo.

Essa é uma necessidade que temos de enfrentar. São chocantes os exemplos que vemos no exterior. Sinceramente, nos debates, de vez em quando sinto-me amesquinhado, pequeno, em função do pensamento jurídico que prevalece no Brasil. Não podemos continuar nessa inércia.

Recentemente, tive a oportunidade de acompanhar um processo trabalhista na Espanha. Lá, quando se pleiteia a reintegração ao emprego, se o processo não se encerrar em 60 dias, o Estado espanhol passa a arcar com os salários do trabalhador; ou seja, há o compromisso de rapidez do Judiciário. Evidentemente, não é essa a solução que aponto, porque estamos distantes dessa realidade, mas a proposta é de que todas as causas coletivas tenham a máxima prioridade. Todas as vezes que um magistrado receber uma causa de natureza coletiva na sua vara ou no seu tribunal, que dê preferência máxima a esse processo, porque, quando resolvida uma causa coletiva, certamente tantas outras individuais deixarão de ser ajuizadas.

Não me impressionam as imagens que a televisão tanto nos mostra todos os dias das montanhas de processos, porque eles são uma mera repetição. Infelizmente, as inteligências do nosso País na área jurídica muitas vezes estão sendo utilizadas para mudar o nome do autor e do réu e teclar a impressora do computador para repetir a mesma ação, e isso causa um gasto enorme para o Judiciário e para o Brasil. Há cálculos feitos pelo BNDES, inclusive estudos a pedido do Banco Mundial, mostrando que a ineficiência do nosso Poder Judiciário custa 15% do PIB. Então, caro Deputado Maurício Rands, Relator também da reforma da Previdência, é uma outra previdência que temos de tomar: se tornarmos o Judiciário mais eficiente e mais rápido, haverá uma imensa economia para a Nação.

Muitas empresas deixam de investir no nosso País em função da demora do processo. Quando investem, calculam um Custo Brasil de até 26%. A incerteza da decisão e a demora levam as empresas a terem que deixar reservas para pagar uma determinada sentença judicial.

A outra questão, que passo a abordar, é a minha proposta de transformar esse modelo tradicionalmente retributivista em distributivista. Essa diferenciação não é nova, é uma concepção que vem de Aristóteles, da Grécia antiga, que distinguia a justiça retributiva da distributiva. A retributiva apenas repõe. A distributiva repõe e vai além, e é o modelo adotado pela maioria dos países do Hemisfério Norte.

Muitas vezes, ouvimos falar de indenizações milionárias; não é disso, precisamente, que estamos falando, nem é isso que queremos. Queremos uma justiça que seja respeitada, que mereça a confiança do cidadão de bem que tenha o seu direito aviltado, tolhido. Hoje não é o devedor que teme a Justiça, o Poder Judiciário; quem tem medo do Judiciário é o credor, o cidadão de bem que sofre o dano, a lesão, exatamente ao contrário do que ocorre no Hemisfério Norte.

Vemos, nos filmes hollywoodianos, um determinado personagem dizer a outro: vou processar você, e a reação é de receio. Não é à toa que nos Estados Unidos e na Europa os mecanismos de solução direta de conflitos, ou seja, mediante acordo antes de entrar na Justiça, são muito mais eficazes. Nós não temos eficácia exatamente porque é baratíssimo deixar o processo ir ao Judiciário. Ainda bem que temos empre-

gadores, empresários honestos neste País, Deputado Vicentinho; não fosse isso, a situação do nosso Judiciário trabalhista seria muito pior. Já se fizeram até alguns cálculos mostrando que é melhor deixar de pagar o dinheiro do trabalhador, uma dívida cujos juros são de 1% ao mês, do que buscar o dinheiro emprestado nas instituições financeiras, a juros bem maiores.

Será que nós vamos continuar fazendo reforma nas costas do pobre trabalhador?!

Com a simples transição para uma justiça distributiva, em que o cidadão pode de fato receber algo mais, em que o réu se sente de alguma maneira atemorizado ao ver a questão posta em juízo, resolveríamos o nosso problema. Do contrário, não teremos uma reforma trabalhista eficiente, e talvez passem outros 15 anos para que a Justiça do Trabalho possa resolver em definitivo as várias questões que certamente advirão.

Não é possível admitirmos um Judiciário do Trabalho que demore mais de 1 ano para resolver litígios. Temos de aceitar este desafio. Para fazê-lo, temos de romper com este sistema. A base da legislação permaneceria, em boa parte, ou, se for reformada – e há muitos aperfeiçoamentos a fazer –, que se modifique essa composição, que o juiz possa de fato punir quem verdadeiramente é o detrator da lei, para que não continue sendo punido o cidadão que cumpre seus deveres.

No Judiciário, especialmente no do Trabalho, que tanto prezo e em que milito diuturnamente, há pessoas absolutamente comprometidas. Os magistrados, Sr. Presidente, caros Deputados, muitas vezes trabalham 14, 16 horas por dia, em uma sobrejornada que embrutece o indivíduo, que lhe tira a sensibilidade. Então, questionamos: não será necessário limitarmos também isso? Será que o magistrado, trabalhando tanto, vai manter sua sensibilidade, vai continuar tomando o pulso do cidadão nas ruas para ter sensibilidade social?

Portanto, nossa Justiça do Trabalho, hoje, não é sequer retributiva. Ela sequer repõe o bem pleiteado em juízo. Explico: quando se pedem R$ 1 mil, vamos dizer que depois de uma longa tramitação esses R$ 1 mil sejam ganhos; sobre eles, porém, incide o Imposto de Renda, de que muitas vezes o trabalhador estava isento; como se junta tudo numa parcela só, ele vai incidir em 27,5%; há ainda os honorários advocatícios, porque nem todo o mundo tem um sindicato eficiente como os metalúrgicos do ABC e os engenheiros de Volta Redonda para defender seus trabalhadores; então, só nisso e mais a Previdência Social vai a metade, ou quase isso, do valor pleiteado, daqueles R$ 1 mil pleiteados. Ou seja, isso prova que a nossa Justiça, hoje, não é sequer retributiva, não repõe sequer aquele bem que foi tirado de cada um.

Embora eu ainda quisesse falar de muitos outros pontos, são essas duas idéias centrais que gostaria de deixar aqui, como nossa contribuição, certamente em nome tanto da ABRAT, de que faço parte, como da Comissão Nacional de Direitos Sociais e da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo, Sr. Presidente. Atualmente, uma das maiores agruras do Século XXI é ainda termos de conviver com essa chaga que é o trabalho escravo, e isso acontece em grande parte porque a Justiça é lenta. Felizmente, o Presidente Francisco Fausto, no TST, tem tomado para si a missão de criar varas itinerantes para que se busque uma solução muito mais rápida para os litígios.

Temos a convicção de que essa reforma trabalhista, com esse corte de reforma do Judiciário, tem um importante papel a desempenhar para o cidadão e para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Roberto Caldas. Esqueci de avisar aos senhores palestrantes que esta audiência pública está sendo gravada para a *TV Câmara,* que mostra *flashes* dos diversos eventos da Casa em sua programação, e também para futura degravação pelos nossos taquígrafos, aqui presentes, que estão trabalhando com afinco. As notas taquigráficas vão se transformar em documento da Casa, para uso dos nossos Parlamentares.

Passo a palavra agora ao Dr. Morse Lyra Neto, Procurador do Trabalho.

**O SR. MORSE SARMENTO PEREIRA DE LYRA NETO** – Deputado Vicentinho, em nome de quem saúdo os participantes desta Mesa, meus senhores, minhas senhoras, Srs. Deputados, o Direito Processual do Trabalho e a Justiça do Trabalho mantêm a mesma estrutura normativa sistematizada pela Consolidação das Leis do Trabalho há 60 anos, época em que se iniciava o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Em suma, foram concebidos para uma realidade socioeconômica e tecnológica completamente diversa da atual, marcada pela intensificação da globalização da economia, pela criação ininterrupta de novas máquinas, técnicas e processos produtivos.

Cumpre registrar que, segundo Antônio Álvares da Silva, magistrado e jurista mineiro, o processo individual do trabalho, previsto na CLT para o primeiro grau de jurisdição, em razão da sua objetividade, da sua segurança, da sua simplicidade e do seu equilíbrio, é superior à legislação processual trabalhista da Alemanha, da França, da Itália, da Espanha e de Portugal. Mas, se é verdade que o Direito deve acompanhar a evolução dos fenômenos sociais porque visa

justamente disciplinar o funcionamento da vida em sociedade, está na hora de o Processo e a Justiça do Trabalho serem reformulados para se adequarem à realidade contemporânea.

O Direito Processual do Trabalho disciplina a resolução dos conflitos individuais e coletivos nessa matéria – os primeiros estabelecidos entre empregados e empregadores, individualmente considerados; os segundos, entre categorias profissionais e econômicas. Naqueles é instrumento de aplicação das normas jurídicas preexistentes, nos demais cria novas normas. A solução desses conflitos deve ser barata, rápida e efetiva, como são os objetivos da reforma a ser empreendida.

O Direito Processual do Trabalho, que disciplina o direito de ação, o processo e o funcionamento da Justiça do Trabalho para o exercício da jurisdição, é um instrumento concebido com o escopo de aplicar as normas que consagram os direitos mínimos dos trabalhadores, e não deve continuar a ser um instrumento incentivador da violação desses direitos, como ocorre nos dias de hoje. Vejamos: das reclamações ajuizadas perante as varas do trabalho, 60% são conciliadas; das não conciliadas, 56% chegam aos Tribunais Regionais e 19% ao Tribunal Superior do Trabalho; e, segundo José Roberto Freire Pimenta, Juiz Titular da 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, das demandas ajuizadas, de 20% a 30% vinculam lides simuladas, inexistentes.

Ademais, Sras. e Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, com a experiência de 13 anos como advogado trabalhista e quase 10 como membro do Ministério Público do Trabalho, posso afirmar que, na grande maioria das conciliações pactuadas, o que existe é a renúncia do empregado a um direito por natureza irrenunciável. O trabalhador renuncia porque está imprensado entre a necessidade econômica e a morosidade da Justiça. Uma ação trabalhista, desde a propositura da ação de conhecimento até o pagamento do crédito na ação de execução, demora em média 7 anos, havendo quem fale em 18 anos.

Ressalte-se, contudo, não serem os 2.500 juízes do trabalho os responsáveis por essa morosidade. A grande maioria labora numa jornada de Deputado Federal: 12 horas diárias. Ao nosso ver, a lerdeza na solução dos conflitos decorre principalmente de fatores de natureza material: número insuficiente de varas do trabalho e elevadíssimo número de demandas ajuizadas, que decorrem da alta rotatividade da mão-de-obra, do excesso de empregados não-registrados, do abuso de contratos simulados sob o rótulo de terceirização ou de trabalho cooperado, da conscientização dos trabalhadores rurais e domésticos, do excesso de leis e medidas provisórias, da complexidade das normas processuais, com recursos sucessivos e insuficientes depósitos, e da cultura desfavorável à mediação de terceiros, fatores esses elencados pelo douto jurista Arnaldo Sussekind.

Assiste-se, por outro lado, ao salutar movimento dos operadores do Direito do Trabalho pelo alargamento da competência da Justiça Trabalhista, conferindo-lhe poder para resolver todos os conflitos decorrentes da prestação de trabalho, subordinada ou não, de fonte contratual ou legal, inclusive os de natureza administrativa e penal.

Registre-se que são 35 milhões os que trabalham em regime de emprego e 75 milhões os que não trabalham nesse regime.

Essa ampliação da competência, no entanto, a permanecer a atual estrutura da Justiça do Trabalho, agravará ainda mais o problema da morosidade processual.

Do ponto de vista formal, há quase um consenso entre os operadores do Direito no sentido de que os pontos de estrangulamento do processo laboral são o elevado número de recursos e as deficiências do processo de execução das sentenças, dos acordos e dos termos de ajuste de conduta celebrados.

Identificados os problemas, alinhavo algumas idéias:

1) de ordem material:

– aprovação, o mais rapidamente possível, do Projeto de Lei nº 3.384, propondo a criação de 269 Varas do Trabalho;

– aprovação do Projeto de Lei nº 6.039, propondo a interiorização do Ministério Público do Trabalho, uma vez que, por meio de inquéritos civis públicos e da celebração de termos de ajuste de conduta, evitar-se-iam muitas demandas individuais, além de o ajuizamento de ações civis públicas propiciar, em um único processo, resolver demandas de vários trabalhadores;

– aumento imediato do número de auditores fiscais do Ministério do Trabalho, pois, segundo dados de 1991, havia 2.500 ficais para fiscalizar de 2,5 a 3 milhões de empresas; se houvesse a decisão de visitar todas elas, só a cada 10 anos haveria repetição de visitas a uma mesma empresa;

2º) de ordem formal:

– para fortalecer as Comissões de Conciliação Prévia, tornando-as confiáveis, e com isso evitar a propositura de muitas reclamações trabalhistas, cumpre revogar a norma que permite a criação dessas Comissões no interior dos estabelecimentos sem a participação do sindicato obreiro, ou seja, a criação de Comissão Conciliação Prévia apenas por convenção coletiva de trabalho;

– para simplificar o sistema recursal, já que uma reclamação trabalhista pode ensejar a interposição de 24 ou mais recursos apenas no processo de conhecimento, propomos: a irrecorribilidade, em regra, das decisões proferidas nas reclamações de ritos sumaríissimo; a irrecorribilidade, em regra, das decisões pelos Tribunais Regionais em sede de recurso ordinário e em sede de agravo de petição, admitindo-se, contudo, recurso de embargo infringente, quando não houver unanimidade de votos; a exigência de depósito integral do valor da condenação, quando o recorrente for o empregador; o cabimento de recurso extraordinário das decisões das varas e dos TRTs, prolatadas em único ou último grau de jurisdição, diretamente ao Supremo Tribunal Federal, quando se contrariar dispositivo da Constituição Federal, como ocorre na Justiça Comum; maior penalização para a litigância de má-fé, pois atualmente a multa é de apenas 1%; e a instituição do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, com o desiderato de proporcionar imediato e efetivo cumprimento das decisões da Justiça do Trabalho, conforme Carta de Princípios do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais de Trabalho, editada em reunião realizada em 27 e 28 de maio de 1999.

Não me situo entre aqueles que propugnam pela extinção do poder normativo dos Tribunais Trabalhistas, isto é, do poder de julgar dissídios coletivos proferindo acórdãos, com corpo de sentença e alma de lei, que inovam a ordem jurídica, criando normas que estabelecem novas condições de trabalho para integrantes de categorias econômicas e profissionais cujos sindicatos não lograram celebrar acordo ou convenção coletiva de trabalho, nem entre os que defendem o fim da unicidade e da contribuição sindical. *Data venia*, Sr. Presidente, penso que os sindicalistas que defendem essas teses estão atirando no próprio pé. Ora, até 1888, pouco mais de 100 anos atrás, não vigorava a principal lei trabalhista brasileira. Refiro-me à Lei Áurea. Em função disso, nossa sociedade ainda tem uma mentalidade escravocrata. Afinal, a escravidão no Brasil estendeu-se por quase 4 séculos, e do ponto de vista da História essa lei foi editada agora há pouco. Ademais, as denúncias da existência de trabalhadores reduzidos a situação análoga à dos escravos ainda pululam nos jornais, a despeito do combate que lhe dão os Procuradores do Trabalho, os auditores fiscais e os policiais federais brasileiros. Em resumo, não estamos na União Européia nem nos Estados Unidos da América, mas sim no Brasil. Chega, como diria Manuel Bandeira, de macaquear modelos de outros povos.

Defendo, contudo, que no exercício do poder normativo os Tribunais do Trabalho devam limitar-se a decidir ou pela proposta do sindicato dos trabalhadores ou pela contraproposta do sindicato da categoria econômica, como já sinaliza o *caput* do art. 12 da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Defendo ainda seja imposto aos sindicatos de ambos os lados o dever de negociar de boa-fé, punindo-se rigorosamente aqueles que negociarem de má-fé.

Com essas alterações, de um lado, os sindicatos sentir-se-iam compelidos a formular propostas e contrapropostas mais adequadas à realidade econômica em que se dá o processo de negociação; de outro, o julgamento pelo Tribunal competente ficaria mais rápido e eficiente, afastando-se os inconvenientes brandidos por aqueles que pelejam contra o poder normativo.

Dada a natureza eminentemente técnica do Direito Processual, proponho a criação de uma comissão formada por cientistas do Direito – aqui na Mesa temos 2 grandes cientistas do Direito –, por representantes de cada uma das categorias dos operadores do Direito do Trabalho, indicados por suas respectivas associações (AMATRA, ANPT e ABRAT), e por representantes da Justiça indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho. Essa comissão encarregar-se-ia de elaborar uma proposta de projeto de lei, contemplando essas ou outras idéias julgadas mais adequadas a proporcionar aos jurisdicionados um processo barato, rápido e efetivo, e deveria, em meu juízo, considerar a possibilidade de nesse projeto de lei propor a criação de mais um título no Livro IV do Código de Processo Civil, que trata dos procedimentos especiais, regulando o Direito Processual do Trabalho. Isso porque a normatização dos procedimentos de composição dos conflitos individuais e coletivos do trabalho nesse livro permitiria incorporar ao processo laboral institutos regulados em nosso digesto processual comum, há muito utilizado na Justiça do Trabalho, como as diversas modalidades de intervenção de terceiros, inclusive os embargos, as ações cautelares, os mandados de segurança, as ações rescisórias, a ação monitória, a antecipação de tutela de obrigação de dar e de fazer, sem os inconvenientes patentes nas tentativas malogradas de elaboração de um Código de Processo do Trabalho e sem comprometer a autonomia científica do processo laboral.

Senhores, são essas as considerações que eu tinha a fazer até o momento. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Morse. Estamos ouvindo todos os expositores com muito carinho e respeito, e aqui o debate é o mais democrático possível. Talvez esta Comissão tenha algo que as outras não tiveram, ou seja, tempo para fazermos o debate e ouvirmos amiúde todas as sugestões. Vejo que são todas muito ri-

cas, e peço permissão para que possamos distribuir cópias dessas propostas aos nossos Parlamentares e observadores.

Passo a palavra agora ao Prof. Dr. Estevão Mallet, da Universidade de São Paulo.

**O SR. ESTEVÃO MALLET** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, na pessoa de quem peço licença para saudar as demais autoridades que compõem a Mesa, nobres Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, o tema de que se ocupa esta Comissão hoje é de grande importância. Temos de considerar, em primeiro lugar, que o acesso aos Tribunais é um direito fundamental de qualquer cidadão, e a demora na solução do processo concretamente lesa esse direito. Daí por que essa demora é bastante nociva. E é ainda mais nociva quando se trata de processo do trabalho, porque nesse processo discutem-se créditos de natureza alimentar, que implicam satisfação imediata, pois a satisfação tardia desse tipo de crédito muitas vezes pouco ou nada significa.

A despeito do ingente esforço dos magistrados do Trabalho, hoje não se consegue propiciar satisfação rápida dos créditos trabalhistas. Isso decorre, como facilmente se percebe, do grande número de processos em andamento. Entretanto, é preciso compreender que o problema principal não está no grande número de processos, mas no grande número de decisões de procedência nesses processos, ou seja, o reconhecimento de que seguidamente a lei trabalhista não é respeitada, mas concretamente violada. Essa observação parece-me importante, porque qualquer solução que envolva dificultar o acesso do cidadão à Justiça, além de lesar o direito fundamental, garantido na Constituição Federal, estimula e chancela o descumprimento da lei trabalhista. Portanto, não é uma solução.

Do mesmo modo, imaginar que a redução de determinados direitos, com a eliminação de normas trabalhistas, vá diminuir o número de processos é igualmente equivocado. Há leis que, por mais difícil seja torná-las efetivas, não podem deixar de existir. Ninguém proporia, para resolver o problema do processo penal brasileiro, que todos sabem ser agudo, descriminalizar grande parte das condutas hoje tipificadas no Direito Penal. Daí por que não podemos pensar em resolver o problema do processo do trabalho diminuindo as garantias estabelecidas pela lei trabalhista.

Penso que, para se resolver esse problema, é preciso compreender as suas causas, porque enquanto não tivermos consciência dessas causas adotaremos sempre falsas soluções. E quais são as causas para esse grande número de processos e a freqüente inobservância da legislação trabalhista? Entendo que a razão é muito simples, e já foi esboçada nas 2 exposições anteriores. Muitas vezes o descumprimento da legislação trabalhista é extremamente vantajoso para quem o pratica, e por várias razões. No momento em que ocorre esse descumprimento, se passar o prazo de 5 anos, prazo ordinário de prescrição no Direito do Trabalho, a questão deixa de ter importância e resolve-se. Portanto, o descumprimento prolongado é, com o tempo, perdoado. E se há descumprimento e esse prazo não se escoou, ainda resta a possibilidade de o titular do direito lesado não ir à Justiça reivindicar seu direito. Todos certamente já ouviram falar das listas negras por meio das quais se sancionam os empregados que vão à Justiça reivindicar seus direitos. Isso, em alguns setores, é um forte desestímulo à postulação judicial do direito. Mais uma vez, o descumprimento da lei permanece sem reparação.

De outro lado, se o prazo não é superado, se não há esse desestímulo, é possível que o lesado não consiga provar seu direito. Tomo o exemplo do trabalhador que prestou horas extras, não recebeu o pagamento devido e vai a juízo, mas não tem como provar essas horas extras; portanto, seu direito é lesado sem que possa haver reparação efetiva. Finalmente, se existe essa possibilidade de prova, ainda não se afasta que, pela demora da tramitação da ação e pela necessidade de o trabalhador receber aquele crédito, faça-se um acordo que corresponda a um valor muito inferior ao que seria devido. E mais uma vez, aqui, parte da lesão ao direito permanece sem reparação. Voltando ao exemplo que dei das horas extras: se foram prestadas 20 horas e todas elas provadas, essas 20 horas, o trabalhador muitas vezes terá que aceitar o pagamento de 5 ou 6 horas, por não poder aguardar o tempo necessário à prolação da decisão judicial.

Finalmente, há a situação em que o trabalhador ainda pode aguardar esse tempo. Aqui, talvez, o problema mais grave de todos é o fato de que ele receberá, após todos esses obstáculos, exatamente o mesmo que lhe deveria ter sido pago na ocasião em que o direito foi violado. Ou seja, na pior das hipóteses, o resultado final, após todo o processo, todo esse gasto, inclusive para o Estado, com a manutenção da estrutura do Poder Judiciário, é o mesmo que se obteria com o cumprimento voluntário da obrigação, porque a parte que descumpriu a lei trabalhista não sofre nenhuma sanção ou conseqüência.

Esse quadro de desajuste ainda se agrava se considerarmos que gera uma perniciosa competição desigual, porque o empregador que cumpre suas obrigações têm um custo de produção mais elevado e muitas vezes não pode competir com aquele que, na informalidade, sistematicamente descumpre suas obrigações e não é por isso sancionado; muitas vezes é

até por isso favorecido economicamente. Pois bem, se quisermos resolver o problema do processo do trabalho com soluções verdadeiras, será preciso inverter esse quadro. E de que modo se pode fazer isso? Penso que há um ponto em que não encontraremos oposição, e que já foi inclusive assinalado nas 2 primeiras exposições. É imprescindível facilitar, no Direito brasileiro, a utilização das ações coletivas, das ações em que com um processo se resolvem inúmeros litígios.

Sr. Presidente, caso V.Exa. me permita, darei um exemplo que, tenho certeza, pelo lugar de onde ele vem, será muito caro a V.Exa. Há poucos dias, conversando com um amigo, Juiz da cidade de São Bernardo do Campo, dizia ele que, por conta das diferenças devidas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da Lei Complementar nº 110, hoje estão sendo ajuizadas por dia, naquela cidade, 20 novas ações trabalhistas a mais do que até então vinham sendo ajuizadas. E por que isso, já que estamos falando de um sindicato tão poderoso como o dos metalúrgicos de São Bernardo Campo? Por uma razão muito simples: o sindicato jamais teria a ousadia, nem mesmo correria o risco de ajuizar uma ação coletiva, porque após muitos anos de tramitação dessa ação poder-se-ia chegar à conclusão de que o sindicato não tem legitimidade para estar em juízo, como resulta hoje da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. E daí, após 5 anos, 8 anos, 10 anos, voltar-se-ia à estaca zero. Para evitar esse problema, cada lesão individual se transforma em um processo – e estamos falando de uma cidade; se multiplicarmos isso pelo Brasil e depois pensarmos num afunilamento desses processos dos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior do Trabalho, teremos a exata dimensão do quadro caótico da nossa Justiça. Por isso, é imprescindível ampliar a substituição processual no processo do trabalho admitindo as ações coletivas.

Em reforço a essa proposição, lembro que o Código de Processo do Trabalho de Portugal foi recentemente reformulado, em 1999, e uma das linhas mestras dessa reformulação foi exatamente a ampliação da substituição processual, ou seja, da possibilidade de o sindicato agir em nome de um grupo grande de trabalhadores. É um exemplo que podemos tirar da legislação portuguesa e que sem dúvida alguma para nós será bastante proveitoso.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, parece-me que, para inverter aquele quadro que esbocei de início e fazer com que o processo deixe de ser interessante para o devedor contumaz, é preciso que os ônus recaiam sobre a parte responsável pelo seu desenvolvimento. Refiro-me especialmente aos honorários advocatícios no processo do trabalho. É preciso que aquele que, para agir em juízo – mas a contrapartida igualmente existe – para se defender de pretensão infundada, precisou contratar advogado e por isso desembolsou recursos, seja ressarcido da despesa. Porque não é razoável que recaia sobre aquele que tinha razão, e por isso postulou ou se defendeu, a obrigação de arcar com esse ônus que foi imposto pela outra parte. Lembro que o novo Código Civil, aprovado na Legislatura passada e já em vigor, ao tratar das perdas e danos no campo do Direito Civil, procurando assegurar reparação integral à lesão, dispõe expressamente, no art. 404, que a indenização corresponde ao prejuízo sofrido, à atualização, aos juros de mora e, igualmente, aos honorários advocatícios que a parte teve de despender para atuar em juízo.

A possibilidade de imposição de honorários advocatícios não vai, de modo nenhum, constituir obstáculo para o acesso do trabalhador à Justiça. A Justiça gratuita já existe hoje no campo do Direito Processual Comum. Na verdade, a ausência dos honorários advocatícios no processo do trabalho somente estimula ainda mais essa litigiosidade, tornando, repito, para o devedor bastante vantajosa a postulação judicial de teses descabidas.

Outro ponto que me parece importante assinalar relaciona-se com uma reforma muito simples, que já foi assinalada pelo Dr. Morse Lyra Neto. Hoje, no processo do trabalho, após a prolação de decisão condenatória, o juiz do trabalho deve arbitrar o valor estimado dessa condenação. A parte, para recorrer, deve depositar, sendo o empregador, esse valor arbitrado. Mas a nossa legislação cria uma situação verdadeiramente paradoxal e absurda, porque limita o valor desse depósito. Dessa forma, cria-se um completo despautério. O pequeno devedor, aquele que deve R$ 2 mil, para recorrer, deve depositar integralmente esses R$ 2 mil. Mas o valor está limitado a R$ 3.500,00. Portanto, se devo R$ 10 mil, deposito apenas R$ 3.500,00. Se devo R$ 100 mil, continuo depositando apenas R$ 3.500,00.

Conheço duas formas de justiça: uma trata todos de modo igual; outra trata cada um de acordo com suas possibilidades. A legislação do Imposto de Renda faz isso: aqueles que podem pouco pagam pouco; os que podem muito pagam muito; os que não podem não pagam nada. Mas não conheço nenhuma forma de justiça na qual quem deve muito paga pouco e quem deve pouco paga tudo, ou paga muito. Daí por que é preciso que as regras sobre o depósito recursal estabeleçam que o valor deverá corresponder exatamente àquele arbitrado para a condenação, Sr. Presidente. E observo desde logo que isso nada tem de inconstitucional, pelo contrário. No âmbito do processo administrativo, aquele que é autuado por infração de qualquer natu-

reza, caso deseje recorrer, deverá depositar o valor integral da multa estabelecida. O Supremo Tribunal Federal já disse reiteradamente que essa exigência é constitucional. Não vejo razão para se dar tratamento diverso no processo do trabalho.

Lembro que essa proposta tem duas vantagens adicionais: primeiro, inibe recursos descabidos ou protelatórios, na medida em que torna mais onerosa sua interposição; segundo, amplia, ainda que transitoriamente, os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, já que esses depósitos são feitos na conta vinculada do FGTS.

Sr. Presidente, é igualmente imprescindível pensar na elevação dos juros a partir do trânsito em julgado da sentença. Hoje, após a condenação tornar-se irrecorrível, o empregador vê-se confrontado com a seguinte situação: se cumprir a obrigação trabalhista, usando muitas vezes de recursos que são escassos, poderá ficar desprovido de recursos para outras necessidades e com isso ter de recorrer ao sistema financeiro. Para tanto, arcará com os juros, que dificilmente serão inferiores a 4% ou 5% ao mês, além da correção monetária. Se, no entanto, o empregador não utilizar esses recursos para cumprir a obrigação trabalhista, pagará simplesmente a correção monetária, além de 1% ao mês. Daí a conseqüência natural: entre pagar aquela decisão condenatória e arcar com os juros bancários, ou pagar a dívida bancária e arcar com os juros trabalhistas, a opção economicamente viável é a de não pagar a obrigação trabalhista. Daí por que a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória os juros devem ser elevados, para que se estimule o adimplemento da obrigação.

No momento em que concluo, repito minha observação inicial: se pensamos em resolver o problema do processo do trabalho, temos de atacar suas causas. Falsas soluções só vão agravar os males que hoje assolam nossa Justiça.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado a V.Sa., Dr. Estevão Mallet, por suas importantes considerações.

Concedo a palavra ao Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho.

**O SR. MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO** – Ilustres componentes da Mesa, senhoras e senhores, é com muito gosto que participo desta audiência pública destinada ao debate acerca da reforma da legislação trabalhista em sentido amplo, particularmente a própria legislação do processo do trabalho.

Se estamos hoje reunidos é porque todos temos consciência de que o processo do trabalho está em crise, senão não estaríamos aqui. Algo há de ser feito. E o processo do trabalho está em crise por algumas razões. Primeiro, porque saiu, do ponto de vista legislativo, via CLT, em 1943, quando vivíamos outra realidade social, política e econômica. Quando foi elaborado – naquela altura estávamos em meio à 2ª Guerra Mundial, que na verdade foi um bestial genocídio –, a vida fluía serenamente. Então, o legislador entendeu prudente determinar que as audiências trabalhistas fossem realizadas em uma única ocasião. Isso foi possível na época em que o juiz designava uma audiência e nela eram praticados todos os atos processuais, excluídas a petição inicial e a notificação do réu. Tudo mais deveria ocorrer naquela audiência única, a ser realizada em curto espaço de tempo. O réu compareceria, responderia à ação, seja com exceção, seja com contestação, seja com reconvenção, partes seriam ouvidas, testemunhas inquiridas, propostas conciliatórias formuladas e a sentença proferida.

Esse processo foi assim idealizado para aquela altura, mas os tempos mudaram, permitam-me dizer. Por 20 anos integrei a Magistratura do Trabalho, embora já não esteja nela há 3. A expansão da base do Direito, a própria complexidade da vida em sociedade impôs aos juízes passarem a alterar por conta própria o processo de trabalho. Então, a contagem, em certo momento, já não se fazia em uma só audiência, dita una, e os juízes fragmentaram-na. Daí, criou-se uma praxe, a da audiência inicial, da audiência de instrução e da audiência de julgamento, que ainda hoje existe, e que fez surgir mais uma forma de processo, o da praxe. Hoje convivemos, para angústia de todos, com 2 processos: o devido processo legal, o *due process of law*, de que nos falou Eduardo III no Estatuto Inglês, em 1354, e o processo da praxe.

Um estudioso de Direito Comparado que viesse ao nosso País para conhecer nosso processo ficaria encantado, deslumbrado. Lendo a fonte mais pura de consulta, a lei, veria ele que no Brasil a audiência é realizada em 10 dias. Tudo nela se resolve. Com a sentença emitida, em pouco tempo o trabalhador recebe. Pura ilusão. A realidade é totalmente distinta. Por aí já se começa a perceber a crise por que passa o processo do trabalho.

O mais grave é que, se me perguntassem se estaria a deitar críticas a essa transfiguração do processo pela praxe, responderia que não, porque a praxe deve ser exaltada. A praxe tem uma virtude e uma mazela. A virtude é responder de maneira mais imediata aos apelos da necessidade. Quando surgem mudanças na realidade social, a praxe, por ser plástica, logo se amolda a elas, uma vez que as mudanças legislativas, como o próprio processo legislativo traçado na Constituição, são demoradas. A grande virtude da praxe é

sua plasticidade, que não raro faz com que o próprio legislador nela se inspire para editar a norma futura. O mal da praxe é a falta de uniformidade, porque cada juiz cria um processo para si. Hoje temos, sem exagero, quase tantos processos quantos são os juízes neste País. A virtude da lei é uniformizar, porque ela é impositiva, é preceito geral, por via de sanção. A praxe não tem esse elemento de sanção.

Isso tudo mostra a turbulência por que passa o processo do trabalho. Então, quando menos, o mérito desta Comissão já estaria até em tentar unificar, fazer voltar ao leito normal legislativo o processo do trabalho. Ele saiu desse leito por certas circunstâncias, porque o próprio Estado não deu ao indivíduo a resposta rápida de que ele precisava quando entrava em juízo, e a praxe cuidou disso. O momento é de extrema importância, visto que estamos aqui a cuidar da reformulação do processo do trabalho, o que implica fazê-lo retornar ao seu leito original, isto é, a via legislativa, para que haja um só processo, portanto uniformidade de procedimento em todo este País.

Mas a crise do processo do trabalho tem outra razão também: esse processo perdeu a efetividade. Mesmo o processo da praxe, para assim dizermos, já não tem condição de prestar tutela jurisdicional em tempo razoável àquele que a invocou. Jamais podemos perder de vista uma referência histórica fundamental: a ação não é gentileza, mas dever do Estado. Se a jurisdição é poder do Estado, também é dever estatal. No momento em que o Estado proibiu o indivíduo de realizar justiça com as próprias mãos – e o Código Penal Brasileiro condena inclusive o exercício arbitrário das próprias razões –, no momento em que o Estado proibiu a autotutela e a autodefesa, criou o compromisso histórico de prestar tutela jurisdicional boa e rápida ao indivíduo. Então, a possibilidade de ir a juízo exercer o Direito Constitucional de ação, que entre nós está constitucionalizado, assegura ao indivíduo efetivamente o exercício de uma garantia constitucional.

Mas não basta apenas assegurar ao indivíduo a possibilidade de um dia ir ao Judiciário. Só o acesso à Justiça não basta. Aliás, diz-se com muita propriedade que o grande problema hoje não é o acesso à Justiça, mas sair dela. Quem entra na Justiça lá fica por muito tempo. E digo isso com certa autoridade, porque consumi parte de minha vida no exercício da judicatura e sei o que é isso.

O problema são os mecanismos judiciários. Hoje há uma irritante lentidão do processo do trabalho. Essa lentidão, como já se disse aqui, não decorre da atuação dos juízes, os quais, até fazendo uma comparação com os Srs. Deputados Federais, cumprem longas jornadas. O problema é a insuficiência numérica de juízes. E não venhamos, com medidas ilusórias, dizer que precisamos de 5 mil juízes no País. Existe um custo para o Estado. É muito fácil, é uma solução simplória criar mais 5 mil cargos de juiz, mas é preciso ver toda a estrutura em torno disso. Os órgãos jurisdicionais, as assessorias, as despesas permanentes, tudo isso custa caro para o Estado. Então, não quero, nestes poucos minutos de que dispomos, lançar-me a vôos condoreiros, vôos que não serão atingidos, embora comungue inteiramente das opiniões já manifestadas aqui anteriormente de que devemos dar extraordinária preferência legislativa às lesões de grande monta, às ações coletivas, à substituição processual pelo sindicato. Estou absolutamente a par e de acordo com tudo isso, mas quero ficar um pouco com os pés na terra.

Quero tentar apresentar algumas sugestões viáveis, exeqüíveis, para já, e não para mais tarde. Hoje, se verificarmos a situação, o processo do trabalho que se está desenvolvendo e que mais se pratica é o da praxe, da seguinte maneira: ingressando o empregado em juízo, promove-se a citação do réu, ou do reclamado, como queiram, citação ou notificação, como a chama o juiz do trabalho. E o que se passa? Designa-se a audiência inicial, que foi produto da praxe. Essa audiência vem sendo designada para 60, 90, 120 dias. Há casos em que ela é designada para dali a 6 meses. E notem o distúrbio que houve: a essa audiência deverão comparecer o empregado e o empregador, ou o autor e o réu, o reclamante e o reclamado, e o empregador apresentará a defesa. Aguarda-se por 4, 5, 6 meses a designação da audiência inicial. Evidentemente, se houver transação, acordo, tudo se resolve, mas não raro não há acordo, por mais que o juiz se empenhe, e ali então apresenta-se a defesa, se for o caso. Esperou-se por 6 meses, ou 5, ou 4, para apresentar-se a defesa. Já aí o tempo do processo se agrava. Por que aguardar tanto tempo para apresentar a defesa?

E o tempo do processo conspira desigualmente; aliás, conspira contra o empregado. Não vai aqui qualquer componente ideológico no argumento, mas, se entenderem que há, será conclusão dos senhores. O tempo do processo, fato que o legislador não pode ignorar, é um poderoso aliado do réu e um conspirador contra o autor. Por quê? Porque o autor é aquele que foi a juízo formular uma pretensão diante do réu, e essa pretensão geralmente é de natureza econômica; isso significa que o empregado, para obter reparação de um dano, quer que parcela do patrimônio do réu passe para ele. É a forma de reparar o dano sofrido em seus direitos. De modo que é muito compreensível o fato de o réu pretender que o processo demore o maior tempo possível, porque enquanto demorar seu patrimônio não sofrerá desfalque. Portanto, é perfeita-

mente compreensível essa atitude do réu de lutar pela demora, pela protelação da solução final do processo. Então, já com a designação de uma audiência, do modo como hoje ocorre, para dali a 4, 5 ou 6 meses, está agravando-se o tempo do processo. E, pior, digamos que o réu não apareça, seja revel; aguarda-se por 5 ou 6 meses para saber que é revel.

O que quero sugerir desde logo aos senhores? Vamos abandonar esse romantismo da oralidade, de que tudo deva ser feito em audiência, como nos idos de 1943. Querem os senhores saber minha opinião, que se converteria em proposta? Pela minha experiência, faria simplesmente o seguinte: entrando a petição inicial em juízo, citado o réu, o que se faria? E lembro que já temos as Comissões de Conciliação Prévia funcionando em alguns lugares com bastante eficiência. Entrando a inicial em juízo, as partes seriam chamadas para comparecer a uma audiência puramente de instrução, que seria realizada em prazo não superior a 10 dias. Imaginem os senhores: ingressa-se em juízo e dali a 10 dias realiza-se simplesmente uma audiência para conciliação. Não é audiência inicial, é audiência de conciliação.

E os senhores sabem que muitas vezes não sai a conciliação na audiência tradicional, porque para aquela audiência inicial, como hoje se faz – não na minha proposta –, dali a 4 ou 5 meses, comparece o empregador com advogado. Ele já contratou advogado, o advogado já fez defesa, já tirou 500 fotocópias, não quer mais fazer acordo, prefere litigar. Quer dizer, vai ser feito o acordo depois que a defesa está pronta, com todos os custos que isso implica. Muitas vezes não se quer fazer acordo por causa disso. Cansei de ouvir em audiência o advogado dizer: Doutor, já fizemos a defesa; vim de outra cidade para fazer a entrega da contestação; o preposto também se deslocou; agora vamos tocar o barco.

Para contornar isso, realizar-se-ia uma audiência no prazo máximo de 10 dias, puramente para tentar a conciliação, uma solução negociada. Ninguém fez defesa. As partes deveriam comparecer a essa audiência de conciliação. Não é a inicial, mas audiência de conciliação.

E se as partes não comparecem? Se o empregado não comparecer, há de haver sanção: extingue-se o processo, pois há desinteresse. Se o empregador não comparecer, aplica-se multa. Em alguns países isso já existe. Caso contrário, marca-se uma audiência puramente de conciliação e ninguém vai. Há desprestígio da audiência.

Portanto, a essa audiência comparecem o empregado e o empregador; se o empregado não comparecer, estará extinto o processo; se o empregador não comparecer, responderá por multa a ser fixada legislativamente.

E, a partir dessa audiência, comparecendo ou não o empregador, ele terá 10 ou 15 dias para apresentar a defesa escrita em secretaria. Ele fará sua defesa escrita em secretaria, como se faz com ação rescisória hoje, que se entrega diretamente no protocolo do Tribunal. Com isso, o empregador não precisará deslocar-se para a audiência inicial do processo, mas tão-somente para uma audiência de conciliação.

Hoje em dia acontecem situações como esta: à audiência inicial às vezes não comparece o advogado do empregador e comparece o preposto, na maneira como hoje se faz. Aí considera-se a empresa confessa. Considera-se confesso quem não iria depor naquela audiência. A inicial não era para depor. Mas o sistema está tão deturpado e transfigurado que se considera, por exemplo, réu confesso o que não comparece à audiência inicial, embora não fosse lá para depor. Isso é um absurdo, porque a ausência de um depoimento que não seria tomado naquela ocasião implica confissão.

Ora, do modo como sugiro, com audiência meramente de conciliação, ou se faz acordo nessa audiência, ou não se faz. Se não se fizer o acordo, o réu terá 10 ou 15 dias para apresentar defesa escrita em secretaria. Ou ele a apresenta no prazo de 10 ou 15 dias, ou não apresenta. Se não apresentar, ele será revel. E, se for revel, verifica-se se há o efeito de revelia. Havendo o efeito de revelia, o juiz fará o julgamento antecipado da lide. Não havendo o efeito de revelia, marca-se a audiência de instrução. Se o réu contesta nos 10 dias, o juiz vai verificar: é preciso marcar audiência de instrução? É. Se não é, marca-se a audiência de julgamento.

Em resumo, por mais estranho que possa parecer aos senhores, é a verdade. Estou preconizando que o processo do trabalho, que sempre foi de vanguarda, transformador da realidade, para corrigir todas essas falhas, volte ao sistema do processo civil. Neste ponto, tão-somente a contestação escrita na vara em prazo preestabelecido, não mais em audiência. Com isso, já se estará reduzindo o tempo do processo. Talvez se passe 1 mês entre a audiência de conciliação e a audiência para contestação, e não 7, 8 ou 10 meses, como hoje, para uma audiência inicial, de modo geral inútil.

Esse é um rápido contributo, dentre mais de 1 dezena de situações selecionadas, algumas até referidas pelos senhores. Portanto, deveria ser assim. Sejamos realistas: as audiências destinadas à contestação já não servem para nosso tempo. Serviram durante quase meio século, mas estão completamente em desuso. Vamos fazer a defesa escrita. Aliás, a CLT ainda hoje diz que a defesa deve ser feita oralmente em 20 mi-

nutos; não se faz mais defesa oral, faz-se por escrito, produto do processo da praxe. Preconizo apenas que essa defesa escrita não seja apresentada em audiência, que demorará meses, e sim num prazo de 10 ou 15 dias, o que vai reduzir o tempo do processo.

Mais adiante haverá outras sugestões, como, por exemplo, a redução do número de testemunhas para 2. Já não há necessidade de 3 testemunhas, não há mais razão para aquela expressão latina: *testis unus, testis nullus*. Hoje o que vale não é a quantidade de testemunhas, e sim a qualidade do testemunho. Portanto, 1 só testemunha pode ter valor intrínseco muito maior do que 3. E ouvir 3 testemunhas em juízo às vezes consome um tempo brutal e inútil. Essa medida poderá levar à eficiência das testemunhas e dos advogados.

Passa por aí a possibilidade de sentença de pedido não contestado, o que hoje não é possível. Muitas vezes o réu não contesta um pedido, e aquilo que não pode ser objeto de sentença de imediato tem de aguardar às vezes 1 ano pela sentença de fundo, para então condená-lo a pagar o que lhe foi contestado. A sentença imediata é perfeitamente exeqüível.

O processo de execução também tem de ser solucionado. Temos de verificar o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, proposta de mais de 30 anos, mas o Governo tem de dar sua parte. A idéia do fundo é boa, mas inexeqüível, em virtude da realidade que se vive hoje, de uma brutal carga tributária. Qual seria a idéia básica? Segundo a proposta, que tem mais de 30 anos, cada empregador deposita um percentual da folha de pagamento para constituir um fundo de execuções trabalhistas. Esse percentual, que se vai discutir, pode ser de 2%, 5%, 7%, 8%, de maneira que quando o trabalhador sair, promover uma ação e tiver ganho de causa, o empregador, que terá então de pagar certo valor, retirará os recursos daquele fundo de execução. Não ocorrerá da maneira como se faz hoje, por meio da penhora de bens, pois se demora para vender, é preciso publicar edital, obter praça negativa, e nem sempre o trabalhador recebe. É um transtorno a execução.

Mas notem: eu seria insensato se simplesmente dissesse que a panacéia, a solução para todos os problemas, é o fundo de execuções, sem que o Governo faça sua parte e reduza a carga tributária. Não deixo de referir-me a ela, porque já data de algumas décadas.

Quem sabe um dia sejam encontradas as condições para a implementação dessas propostas?

Excelências, neste vôo de pássaro rasante, deixo como contribuição concreta essa idéia de a defesa, a contestação não ser mais apresentada em audiência que se revela inútil, hoje, e sim num prazo preestabelecido, que poderá ser de 10 ou de 15 dias. Com isso, reduz-se o tempo do processo. É óbvio que isso é apenas a ponta do *iceberg*. Tenho uma série de outras sugestões, e talvez possa transmiti-las oportunamente a V.Exas. em conversas informais. Por hora, fico apenas com essa.

Obrigado pela atenção. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Manoel Antonio, pelas palavras e propostas. Se V.Sa. apresentar a proposta por escrito, poderemos reproduzi-la, ou poderá enviá-la em outra oportunidade, para complementar sua exposição, que foi uma grande contribuição, pela sua experiência profissional.

Iniciaremos a seguir a fase de questionamentos e observações. Temos 5 Deputados inscritos. Indago aos Srs. Deputados se podemos proceder da mesma forma como procedemos no passado, neste bloco de perguntas e questionamentos.

Pela manifestação silenciosa, entendo que há concordância.

Passo a palavra ao nobre Relator. *(Pausa.)*

O nobre Relator abre mão da palavra. Passo-a então ao nobre Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, senhores convidados, colegas Deputados e Deputadas desta Comissão, demais presentes, não estive presente à audiência pública anterior porque estava participando de uma Relatoria, mas na audiência que antecedeu a esta fiz um pronunciamento similar ao que farei agora.

Parabenizo o Presidente, o Deputado Vicentinho, e o Relator José Chaves, pela qualidade da Mesa. Há 20 anos participo de seminários sobre Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Raras são as vezes, nobre Presidente, nobre Relator, que reunimos à Mesa pessoas com tanta substância, mais uma vez, à semelhança daquela outra a que me referi. Juntar numa Mesa Roberto Caldas, Morse Lyra Neto, Estevão Mallet e Manoel Antonio Teixeira Filho deixa-nos com a obrigação de reproduzir e divulgar bem as contribuições desses ilustres estudiosos.

Percebi que é comum o diagnóstico de que o processo trabalhista brasileiro é sofisticado, complexo, bonito, e embeveceria qualquer processualista estrangeiro que aqui chegasse e se detivesse apenas na sua formulação no Código, na CLT. Nesse diagnóstico está a constatação de que, apesar da complexidade e da competência da elaboração processual, ele tem pouca eficiência e confere pouca efetividade ao direito material do trabalho. Esse é o primeiro ponto do diagnóstico. O segundo é o de que a solução tem de

passar por mecanismos de simplificação processual, seja no recurso, seja na audiência, seja na criação de dispositivos que desestimulem, que dissuadam o empregador que teria incentivos de aplicar aquele recurso no setor financeiro.

Ouvi propostas como a de liberar o depósito recursal, que está hoje submetido a um limite, a do fundo de execuções trabalhistas, a de diminuir os recursos. E, para sintetizar, aos 4 convidados, pergunto quais seriam as suas sugestões para revolucionar o direito processual do trabalho na direção aqui preconizada, tornando-o célere e conferindo efetividade ao direito trabalhista.

Peço, Sr. Presidente, licença para me ausentar rapidamente, porque estou sendo chamado para votar, mas voto e volto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Estão inscritos para falar a Dra. Clair e o Deputado Luiz Alberto, mas como não estão presentes e não gostaria de declará-los ausentes sem maior explicação, prefiro preservar o direito de S.Exas. fazerem as perguntas e seguir com a lista.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, também valorizo estes debates, que têm sido muito ricos. Percebi que todos os expositores trouxeram sugestões objetivas e claras e têm um diagnóstico comum para esse aspecto do processo do trabalho, do direito trabalhista.

Tenho origem sindical, vim do movimento sindical dos trabalhadores, atuo nessa área, em defesa dos trabalhadores, e sempre me angustiou muito esse processo lento, absolutamente arcaico. Entro no Poder Judiciário e vejo aqueles processos amarrados com corda, costurados, numa pilha de papel. Em algumas secretarias da Justiça do Trabalho e da Justiça Comum as pessoas estão afogadas em processos cheios de poeira, o que transmite uma sensação de coisa arcaica, ultrapassada, em plena era da Internet, em que os brasileiros conseguem entregar mais de 90% das declarações de Imposto de Renda via computador.

Todo o processo desta Casa, que é complexo, tem um grau de informatização, mas parece que ainda somos analfabetos digitais na área do Judiciário. Queria referir-me a esse ponto. Não seria possível nos modernizarmos nesse campo, uma vez que falta alguma iniciativa mais efetiva. Não é falta de tecnologia – a legislação criaria empecilhos nesse aspecto; é que faltam apenas a vontade e os procedimentos técnicos para que isso aconteça. Esse é um elemento que queria levantar.

De resto, sinto-me aqui contemplado por algumas formulações. Fico com a formulação do Dr. Mallet, que afirma que compensa não cumprir a lei. Quando era presidente do sindicato, encaminhei processos coletivos, em 1984, 1985, sem solução até hoje. É muito complicado. Mesmo os processos coletivos ficam dando volta na execução e, na maioria da vezes, as pessoas se cansam e acabam fazendo acordo. Vale a pena demorar. Vale a pena protelar. Então, qualquer empresário, qualquer patrão razoavelmente assessorado pode protelar um processo por 4, 5, às vezes, 10 anos.

Quero apenas levantar esse aspecto do processo de modernização com a tecnologia disponível hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Anuncio a presença na Comissão do nosso amigo Mohamed, representante da comunidade muçulmana de São Bernardo, a quem damos nossas boas-vindas.

Passo a palavra a Deputada Dra. Clair, do PT, Estado do Paraná.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Mesa, inicialmente, parabenizo V.Exas. pela palestra. Já sabia que seria de alto nível este debate, pelo convívio que tenho com V.Exas. Estou de pleno acordo com quase todas as exposições e propostas feitas aqui. Sem dúvida, considero que o eminente Procurador do Trabalho, Dr. Morse, citou uma proposta bastante polêmica: a questão das diminuições de instâncias na Justiça do Trabalho.

Com a proposta de V.Exa., o cabimento de recurso extraordinário somente para o Supremo Tribunal Federal, perguntaria: como ficaria a questão da unificação da Jurisprudência?

Segunda pergunta, não me lembro quem fez intervenção a respeito do júri, parece-me que foi o Dr. Estevão Mallet. Recentemente, aprovamos um projeto na Comissão de Trabalho que estipulou juros trabalhistas em 2%. Sabemos que esses juros são insuficientes. Perguntaria, então, a V.Exa: qual seria o patamar de juros que poderíamos agregar num projeto de lei?

Por último, quero dizer que desde que aqui cheguei tenho me batido para que esta Comissão realmente se esmere numa proposta de projeto processual do trabalho. Por que penso que essa tarefa cabe à Comissão de Reforma Trabalhista? Porque, se ela fosse para a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, seriam elaborados projetos esparsos, cuja tramitação poderia demorar muitos anos, como já acontece com diversos projetos que tramitam na Casa. Então, penso que esta tarefa de propor um projeto de reforma processual de trabalho deve ser assumida por

esta Comissão, como um projeto em bloco, que guardaria sintonia entre todos os artigos.

Agradeço aos palestrantes a participação. Esperamos continuar contando com todos eles durante todo o processo de formulação desse projeto que, esperamos, chegue à Casa no final do ano. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputada Dra. Clair.

Anuncio que, neste momento, inicia-se, no plenário, a Ordem do Dia .

Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, palestrantes, companheiros e companheiras, não me parece completamente correto, como o Dr. Mallet afirmou, que as provas são ônus do reclamante. Na verdade, não são. Na Justiça do Trabalho, muito pelo contrário, o reclamado é que tem de contestar, pois, até que se prove o contrário, o que se disse é verdade. Isso é prática comum, recorrente na Justiça do Trabalho.

Hoje os advogados fazem da Justiça do Trabalho uma verdadeira fonte de receitas. Às vezes, dentro de uma petição já predeterminada, eles sabem que equivale a tantas horas extras. É uma verdadeira fonte de invenções. E o empresário é que tem de contestar aquilo. Não há prova, mas, se entram na Justiça, a empresa é obrigada a provar que aquilo não é verdade. Então, o ônus da prova é do reclamado. Ele tem de provar que o que o reclamante disse não é verdade. Isso acontece comumente.

Afirmo isso porque sou empresário e sei, apesar de não ter, graças ao meu desempenho e, é claro, à estrita observância da legislação, muitos problemas na Justiça do Trabalho. Já passei pessoalmente por situações e sei que essa fábrica de processos, essa fábrica de acordos, continua existindo até hoje: um advogado propõe uma ação e outro propõe imediatamente um acordo para retirar aquilo. É uma novela. É uma realidade, e o empresário sério não pode absolutamente optar por acordos, senão estará fadado a entrar nessa ciranda.

Achei muito interessante a proposta do Dr. Manoel, que é juiz, de tentar agilizar um pouco o processo. Não concordo, porém, com a proposta de criação de um novo fundo. Acho que o Brasil já não agüenta mais tantos encargos, tantos impostos. Temos de diminuir isso. Os juros já são muito altos. Com 2% ao mês, Deputada Dra. Clair, ao longo de um ano, vai dar algo em torno de 40%. O que é uma taxa relativamente elevada. Acredito que, para o descumprimento, isso é bastante usual na Justiça do trabalho. Os juízes aplicam multas pesadíssimas no atraso de acordos porventura feitos ou em parcelamentos.

Não concordo com a proposta de se deixar em legislação, por exemplo, que taxas de juros têm de ser aplicadas. A Constituição em vigor já prevê que a taxa máxima de juros é de 12% ao ano, e até hoje ninguém conseguiu aplicá-la. Seria imprudência de nossa parte pensarmos em determinar uma taxa que viesse a ser aplicada no caso de depósito recursal. Por outro lado, temos de pensar mais sobre a proposta, para que o depósito seja feito na totalidade. Pode ser que isso seja positivo para evitar acúmulo nas instâncias superiores, em situações que o próprio empresário sabe que não vão resultar em nada. Isso acontece com freqüência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Ronaldo Dimas.

Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, ilustres convidados, começo penitenciando-me por não ter tido a oportunidade de desfrutar dos conhecimentos transmitidos pelos palestrantes, pois acabei chegando no final da discussão.

Já registrei aqui, em outras oportunidades, que, no meu entendimento, a reforma trabalhista é uma das mais importantes que o Congresso Nacional poderá produzir nesta Legislatura. A reforma da Previdência é uma questão fiscal estratégica para o Governo, pois visa conter o déficit público, mas a reforma trabalhista, se continuar sendo bem elaborada por V.Exa. e pelo Relator, a várias mãos, com os convidados, que têm dado importante contribuição, sem dúvida vai conspirar positivamente para o desenvolvimento do País.

Como não tive a oportunidade de ouvir as exposições, e, repito, penitencio-me por isso, não sei se este assunto acabou sendo abordado ou não: é notório, é de fácil constatação, todos sabem que a morosidade da Justiça do Trabalho precisa ser revista. Temos de nos dedicar a essa tarefa. Temos de verificar como contribuir para a agilidade, quer na contestação, quer no número infinito de recursos que, na verdade, acabam sendo postergatórios – na fase do julgamento e na execução.

Ouvi o nobre Deputado que já se ausentou falar sobre duas questões importantes, dentre outras, evidentemente, no sentido de melhorar as relações trabalhistas no País.

Certamente, não podemos continuar permitindo a falta de contratação formal, que é realidade no Brasil. O empresário evita contratar formalmente o empregado. Se ele puder partir para a informalidade, embora de forma ilegal, ele parte; se tiver condições

de mecanizar, vai fazê-lo, e tudo o mais para evitar a contratação formal.

Nesse sentido, chegou-me, inclusive uma sugestão – não sei se pode ser incluída nas já apresentadas ou ser uma terceira; também não sei se ela realmente teria a eficácia pretendida. Sugiro que, uma vez feita a homologação – assistida pelo sindicato ou dentro da conciliação, feita de forma lícita, preservando os direitos do trabalhador, para evitar que seja iludido ou até forçado a assinar determinado acordo –, ela tenha força e validade plenas. O trabalhador assina tudo o que vale: os papéis do casamento, o crediário para comprar na loja. Mas o que ele assina na hora da homologação não vale; ele pode novamente reclamar tudo e mais um pouco; ele dá quitação, mas não dá.

Tenho ouvido de vários segmentos que esse seria um aspecto a ser considerado. Ou o trabalhador dá quitação plena – e tem maioridade civil para isso – e tem a assistência do sindicato para sua proteção ou não vamos resolver o problema. Quando se está aproximando do prazo prescricional de 2 anos, aparece a indústria das ações trabalhistas, que vão tentar cavoucar alguma coisa a mais do empregador. Pegam uma procuração do empregado e dizem: "*Pode deixar que eu toco tudo aqui. Você não vai gastar nada. Do que sobrar, eu te dou um pouco*". É claro que o trabalhador assina na hora. Eu gostaria de acrescentar mais esse aspecto como contribuição ao debate.

Sr. Presidente, cumprimento-o, mais uma vez, pelo trabalho realizado nesta Comissão com tanto zelo, dedicação e experiência, acumulados antes mesmo de V.Exa. chegar a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Milton Monti, por suas palavras e seus questionamentos.

Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto. (*Pausa.*) Ausente.

Antes de passar a palavra aos palestrantes para as respostas e considerações finais, ressalto que todos nós, membros desta Comissão e da Casa, temos a convicção de que a reforma trabalhista vai acontecer. Já se tentou fazê-la noutros momentos, inclusive em 1988, quando se promulgou a Constituição, mas agora, pelo momento histórico que vivemos, pelo nosso novo governante, pela criação desta Comissão Especial e pela vontade de nossos Parlamentares, estamos vendo que ela vai efetivamente ser realizada.

As sugestões apresentadas nesta Comissão serão de extrema importância para o debate. Foi criado um fórum com grande amplitude e envolvimento, do qual participarão empresários, trabalhadores e operadores do Direito.

Neste caso, diferentemente do caso das reformas da Previdência e tributária, o Estado deverá participar mais como conciliador – esta é a impressão que tenho. Logo, a responsabilidade maior será nossa. Por isso, teremos todas as condições de sair daqui com uma grande proposta e um grande debate para a conquista da estabilidade social e do respeito aos trabalhadores e também aos empresários, que representam setores tão importantes da nossa economia.

A Presidência esclarece que, para a concessão da palavra, tem obedecido à ordem de inscrição dos Srs. Deputados. O Regimento Interno prevê 3 minutos para a resposta de cada palestrante.

Tem a palavra o Dr. Roberto Caldas.

**O SR. ROBERTO CALDAS** – Respondo, inicialmente, à indagação do Deputado Maurício Rands sobre quais seriam as duas soluções possíveis para revolucionar o processo do trabalho.

Por coincidência, eu trouxe exatamente duas propostas estruturais. A primeira é dar preferência absoluta para os processos de natureza coletiva, inclusive com uma sistemática de bloqueio de pauta quando o processo estiver pronto para ser julgado, para tramitação em todas as instâncias. Seria um verdadeiro "papa-causas individuais", que substituiria milhões de causas.

Há pouco, por exemplo, havia mais de 1 milhão de processos tramitando sobre as diferenças no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ora, tivesse o Ministério Público ou os sindicatos preferência nas causas coletivas, estaria eliminado esse problema.

A segunda proposta seria um dispositivo muito simples, que permite ao juiz estabelecer indenizações conforme o mérito de cada uma. Não é multa, é indenização – é bom distinguir que multa é para um dever legal descumprido. Além do bem pleiteado, o juiz, ao seu entendimento, estabelece um valor maior. Com isso, haveria um cuidado muito maior antes de se descumprir a legislação trabalhista, como muito bem ressaltou o Dr. Estevão Mallet. Há um grande número de causas.

Deputado Milton Monti, se há a chamada indústria de reclamações trabalhistas – infelizmente, parece que há muitas causas artificiais e mentirosas –, há também a indústria de descumprimento da legislação trabalhista no País. Temos de resolver os dois problemas. Temos de punir quem vai a juízo mentindo e quem descumpre a legislação reiterada e insistentemente. Com isso, transformaremos a justiça retributiva em justiça distributiva, permitindo aos juízes estabelecer indenizações. É um dispositivo bastante simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Chaves) – Na ausência do Presidente da Comissão, Deputado Vicentinho, concedo a palavra ao Dr. Morse Lyra Neto.

**O SR. MORSE SARMENTO PEREIRA DE LYRA NETO** – Eu não saberia indicar dois pontos principais que pudessem revolucionar o processo do trabalho, nem acredito que eles existam. Penso que ou nós reformulamos o sistema processual trabalhista, organizando-o com começo, meio e fim, com um conjunto de normas sistematizadas, ou não vamos encontrar um caminho hábil para minorar o problema enfrentado atualmente.

Com relação à unificação da jurisprudência, na minha proposta de modificação do sistema recursal ela desapareceria. Eu não disse expressamente, mas vou dizer agora: minha proposta contempla a extinção do recurso de revista. Não vejo nenhum problema, num país com tamanha diversidade social e econômica como o Brasil, que a lei tenha uma interpretação no Rio Grande do Sul e outra numa cidade perdida nos confins do Amazonas. São realidades completamente diferentes. Então, é perfeitamente natural que a lei federal tenha interpretações diferentes.

Assim, não vejo nenhum problema com o fim do recurso de revista. Alguém poderia argumentar: "*E se a decisão do Tribunal Regional do Trabalho violar literal disposição de lei? A parte ficará sem possibilidade de se defender?*" Eu responderia que existem as ações rescisórias, para as quais uma das hipóteses de cabimento é justamente quando há violação literal de lei, embora eu deva partir da idéia de que os Tribunais Regionais do Trabalho não vão proferir sentenças nesse sentido. Os Tribunais Regionais do Trabalho, compostos de juízes experimentados e tarimbados, vão prolatar decisões de acordo com a lei, e não o contrário.

Com relação às homologações referidas pelo Deputado, em que os trabalhadores depois iriam à Justiça e a quitação não teria valor, penso que não é bem assim. A lei protege a quitação dada pelo trabalhador em relação a créditos efetivamente pagos. Por isso, não vejo com maus olhos o trabalhador que vai ao sindicato, homologa a rescisão, recebe os créditos que estão discriminados, mas, se outros não forem pagos, vai à Justiça do Trabalho e os recebe. O que não pode acontecer é o seguinte: trabalhador propõe a reclamação trabalhista, tem direitos que claramente lhe pertencem; na primeira audiência, se houver qualquer dúvida quanto a esses direitos, os transaciona com o empregador para receber 50% a 60% do que teria direito, quando não há a *res dubia,* que é pressuposto de qualquer transação, seja feita em juízo, seja fora dele.

Com relação à idéia do Deputado Daniel Almeida sobre a transação dos meios propiciados pela informática, em Pernambuco estamos vivendo uma experiência implementada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no sentido de receber petições e recursos por via eletrônica. No entanto, penso que, se a adoção da informática pode minorar o problema, não vai resolvê-lo, porque sempre será preciso um funcionário para receber e processar a petição eletrônica. Depois, ela terá de ser examinada por um juiz, que vai proferir uma decisão. Enfim, de certa maneira, vai-se dotar o processo brasileiro de alguma agilidade, mas não se vai resolver a situação.

Em linhas gerais, são essas as ponderações que eu teria a fazer. Acrescento apenas uma, em função da fala do Deputado Ronaldo Dimas. Com minha experiência de 13 anos como advogado de sindicato de trabalhadores e de 10 anos no Ministério Público do Trabalho, posso garantir a V.Exa. que pelo menos na 6ª Região é um mito a afirmação, muito divulgada nos meios jurídicos, de que na Justiça do Trabalho o empregado sempre vence. Na verdade, pela minha experiência pessoal, em Pernambuco, na maioria das vezes, o empregado vence, mas recebe menos do que efetivamente teria direito, porque, infelizmente, parte significativa dos empresários não cumpre suas obrigações trabalhistas.

Sempre fui advogado de trabalhadores, mas em 2 ou 3 oportunidades fui procurado por empresários que queriam contratar meus serviços. Aceitei a causa de 2, mas coloquei como condição o seguinte, Deputado Vicentinho: o que for direito do trabalhador, pagamos na primeira sessão da audiência de instrução e julgamento; o que não for, eu contesto até onde for possível. Os 2 que aceitaram minha condição pagaram o que era devido naquela primeira sessão; contestamos o que não era devido, e ambos os empresários ganharam suas causas.

Portanto, pela realidade de Pernambuco – não sei a de outros Estados, pois sempre atuei lá – e pela minha experiência pessoal, posso afirmar que não procede essa história de que o trabalhador sempre vence e de que o empresário tem de provar, em todas as circunstâncias, que cumpriu suas obrigações.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, eu não afirmei absolutamente isso. Não há sempre um vencedor. Eu disse que há uma fábrica de processos trabalhistas e, mais do que isso, de acordos trabalhistas no País. É isso que não podemos admitir. Não podemos fechar os olhos para essa situação.

Vou explicar melhor a fábrica de acordos. É mais barato para o empresário fazer um acordo por 100 ou 200 reais do que pagar um advogado para responder a um processo. É um absurdo, mas acontece muito.

**O SR. MORSE SARMENTO PEREIRA DE LYRA NETO** – Deputado, mantenho minha afirmação: na região onde atuo e na minha experiência pessoal, nunca

vi isso acontecer. Mas devo reconhecer que a hipótese levantada por V.Exa. pode eventualmente ocorrer, mas na minha região – volto a repetir –, não é a regra.

**O . PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Dr. Morse Lyra Neto a intervenção.

Concedo a palavra ao Dr. Estevão Mallet.

**O SR. ESTEVÃO MALLET** – Sr. Presidente, inicio enfrentando as ponderações do eminente Deputado Maurício Rands.

Se tivesse de ficar exclusivamente com duas medidas, conforme o Deputado pediu, eu sublinharia a importância da coletivização das ações no processo do trabalho e a elevação do valor do depósito recursal. Esta tem uma terceira vantagem que não assinalei no curso da minha exposição: resolve o principal problema no processo do trabalho hoje, a fase de execução. Não é o processo de conhecimento, ou seja, quando o juiz diz quem tem razão, mas o momento em que a decisão abstrata sobre o que é devido ou não tem de se converter em realidade. Se houver depósito recursal do valor arbitrado, o processo de execução estará previamente resolvido pela garantia do dinheiro depositado.

Portanto, se tivesse de ficar com duas medidas, elegeria essas duas.

A propósito da ponderação do nobre Deputado Daniel Almeida sobre os avanços na informatização, digo com toda segurança que a Justiça do Trabalho está extremamente informatizada. Hoje consigo obter decisão de qualquer Tribunal Regional do Trabalho, mesmo do Tribunal Superior do Trabalho, sem sair do escritório, apenas utilizando a Internet. Portanto, há uma larga informatização. A ampliação desse quadro depende, naturalmente, de recursos.

Isso redunda em economia a médio prazo. Se não consigo a informação via Internet, tenho de ir à Justiça. Isso significa instalações maiores, gasto com elevadores e com funcionários que devem atender aos advogados. Se há essa disponibilidade pela Internet, não há necessidade de tanta estrutura física para propiciar esses serviços.

Com relação às ponderações da nobre Deputada Dra. Clair, talvez pudéssemos seguir a linha do novo Código Civil, que admitiu a flexibilização do valor dos juros em pelo menos 2 preceitos, o que pode atender à desigualdade das partes no processo. O parágrafo único do art. 404 já admite que, se os juros não forem suficientes para a composição do prejuízo, o juiz poderá elevá-los. Não excluo que se estabeleça até um regime diverso, em que a situação de dificuldade do empregador recomende a fixação de juros inferiores. Isso poderia ser feito por decisão judicial. Não excluo que se deixe ao juiz a determinação em concreto do montante dos juros, observados certos parâmetros mínimos.

Com relação à ponderação do nobre Deputado Ronaldo Dimas, tenho a mesma preocupação. Externei-a quando fiz referência aos honorários advocatícios.

Tem razão o nobre Deputado ao afirmar que muitas demandas são absolutamente impertinentes ou artificialmente infladas, ampliadas, alargadas. Por que isso ocorre? Porque a sucumbência do empregado que assim age não gera qualquer conseqüência. Daí por que, muitas vezes, de modo inescrupuloso, se pede muito mais do que o devido, sabendo-se que apenas uma fração é pertinente.

A pertinência já basta para isentar o autor do pagamento de custas. Se houvesse uma sucumbência e o empregado pudesse pagá-la, as pretensões descabidas seriam afastadas e se evitaria inclusive esta situação que o nobre Deputado assinalou: muitas vezes, é mais barato para a empresa pagar o processo do que discuti-lo. Por quê? Porque a empresa, mesmo vencedora, não terá qualquer ressarcimento das despesas do processo. Por isso, a previsão dos honorários resolve o problema de ambas as partes: do empregado, que não precisa abrir mão de parte do seu direito para ter a satisfação do crédito em juízo, e do empregador, que, cumpridor da lei, se defendeu, provou não ter razão o empregado, e, portanto, é ressarcido das despesas em que incorreu.

Com relação à ponderação do Deputado Milton Monti sobre a força obrigatória do acordo, pediria ao nobre Deputado observar que hoje a tendência no Direito brasileiro é cada vez mais se relativizar a força obrigatória dos contratos e acordos. A idéia que consta no Código Civil Francês de que o acordo faz lei entre as partes é cada dia menos verdadeira. Posso dar os exemplos da lesão – art. 157 do novo Código Civil; da resolução por onerosidade excessiva – art. 478; e da revisão das prestações – art. 317. Isso significa que, a despeito do acordo firmado não apenas entre empregado e empregador, mas também entre duas pessoas jurídicas, é possível que se rediscuta a relação contratual se houve onerosidade excessiva, desequilíbrio nas prestações.

No campo do Direito do Trabalho, a mesma solução deve prevalecer. Se a quitação não corresponde à satisfação integral das obrigações devidas, não há por que validá-la plenamente. É claro que, se a quitação retrata o pagamento de tudo que era devido, ela terá sua força reconhecida.

Eram essas minhas ponderações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Concedo a palavra ao Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho para responder às questões e para fazer suas

considerações finais. Digo considerações finais, mas, dependendo do que digam os Deputados, V.Sas. também terão direito à tréplica.

**O SR. MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO** – Sr. Presidente, continuo preocupado com a celeridade do processo. Por isso, quero fazer uma ponderação. Embora esteja inteiramente de acordo com a coletivização do processo e com a transformação da Justiça retributiva em distributiva, se a estrutura do processo continuar a mesma, não adianta. O remédio é muito bom, mas o envoltório é ruim.

Portanto, estou inteiramente de acordo, mas minha visão talvez seja mais para já, mais pragmática, para funcionar logo. É sob essa perspectiva que estou me pronunciando.

O nobre Deputado indagou-nos quais seriam as duas medidas revolucionárias do processo do trabalho. Se eu fosse fiel à pergunta, sem ser irônico, diria que uma delas seria proibir o direito de defesa. Bastaria entrar com a inicial em juízo e, como numa dessas máquinas automáticas de refrigerante, sairia a sentença pronta, até com títulos líquidos. Não foi essa a intenção do nobre Deputado, nem seria essa minha resposta a S.Exa.

Estou insinuando que o grande desafio de todos nós, inclusive dos Srs. Deputados, é encontrar na reforma da legislação trabalhista em geral e do processo do trabalho em particular aquele ponto de equilíbrio entre a necessidade de rápida solução do processo e a preservação das garantias que a Constituição dá ao indivíduo e às coletividades. Este é o grande desafio, que me parece já estar bem claro para V.Exas., que tinham consciência dele mesmo que eu não o mencionasse.

Devemos implementar reformas no processo do trabalho que conduzam à celeridade. O que é celeridade? É rapidez na resposta jurisdicional, no proferimento da sentença e tudo mais. Não podemos esquecer que dentre as garantias que a Constituição da República Federativa do Brasil atribui aos indivíduos e às coletividades estão a ampla defesa e o contraditório. De modo que devemos conciliar a celeridade e a preservação dessas garantias, porque, se atropelamos a celeridade, violamos a Constituição; se exaltamos a Constituição, o processo fica lento. Este é o grande desafio: solução conciliatória.

Dito isso, respondo ao nobre Deputado que duas soluções imediatas para o processo do trabalho seriam, primeiro, regular a antecipação da tutela, ou seja, fazer uma espécie de liminar para atender àquelas situações de emergência que não podem esperar pela tramitação de um processo lento. Essa figura já existe no processo civil, no art. 273, e apenas seria moldada às particularidades do processo do trabalho. Portanto, seria a antecipação para aqueles casos em que se necessita de tutela urgente.

Todos sabemos da grande exaltação que a doutrina faz hoje das tutelas de urgência, justamente para contornar a lentidão na solução final do conflito. A primeira solução que preconizo, então, é regulamentar a antecipação desses efeitos no processo do trabalho.

A segunda é que a defesa do réu seja feita por escrito na Secretaria ou na Vara, em prazo preestabelecido de 10 ou 15 dias. Isso vai abreviar muito o que denomino tempo do processo.

Uma observação que quero fazer lateralmente, embora não se refira ao processo em si, é de que também deveríamos estimular as conciliações prévias, obviamente criando mecanismos para impedir lesões de direito. Se as comissões de conciliação prévia forem eficientes e não tiverem nenhum vício, vão funcionar como filtro das ações trabalhistas. O modo como vão atuar, sua composição, sua estrutura, se a presença do advogado é importante ou não, tudo isso se pode debater.

O mau uso que delas se tem feito dessas comissões aqui e acolá não compromete a idéia. Claro que algumas foram desviadas dos seus objetivos, mas creio que seu aprimoramento poderá filtrar um número considerável de ações, que evidentemente não irão ao Poder Judiciário.

Quero fazer uma ponderação que servirá para posterior debate. O depósito integral de recurso, em tese, é um elemento desestimulante dos recursos protelatórios. Mas vivi 20 anos na Justiça e não posso ignorar o fato de que ele é injusto para o pequeno empregador. Mesmo se instituído, se a condenação for de 80 mil reais, por exemplo, o empregador terá de depositar igual quantia para recorrer. Vamos ser bem francos: ele é injusto. Os grandes empregadores vão depositar quanto for preciso, mas o pequeno, que é maioria em nosso País, não vai dispor de 5, 6, 7, 8, 9, 10 mil reais ou de quanto for.

Portanto, não estou examinando o depósito sob a perspectiva da Constituição. Não vejo nele inconstitucionalidade, mas não precisamos ir para tema tão elevado. Vamos para a realidade do dia-a-dia. Ele é injusto porque, amanhã ou depois, apesar de os empregadores que podem depositar se sobressaltarem com o valor agora – se forem condenados a pagar 100 mil reais, têm de pagar 100 mil reais –, haverá uma acomodação e uma contrapartida e a vida vai seguir. Portanto, eles vão se habituar a fazer depósitos elevados, mas o pequeno empregador não terá condições de depositar valor nenhum.

Existem sentenças injustas, queiram ou não. Insisto: não é exaltação, mas apenas a tentativa de mostrar a fidelidade do argumento. Como juiz, errei muito, não porque quis, mas porque faço parte da raça humana. Somos falíveis. Os recursos, que são o reexame das sentenças dos tribunais, são necessários em muitos casos. E quando se eleva consideravelmente o valor para recorrer, cria-se uma injustiça com o pequeno empregador, que não vai ter condições de submeter uma sentença, talvez injusta ou iníqua, ao duplo grau de jurisdição.

É uma ponderação que faço aos Srs. Deputados.

Penso também que V.Exas devem analisar se será mantida a chamada capacidade postulatória do empregado em juízo, o chamado *jus postulandi*. Essa é uma questão de absoluta relevância, senão tudo mais não funcionará. A CLT hoje permite que o empregado e o empregador atuem pessoalmente em juízo, sem advogado. Isso valeu para a época de 1943. Sejamos realistas: o processo hoje é complexo. Quando um trabalhador vai a juízo sem advogado – e não tenho nenhum interesse pessoal nessa questão – ele vai convidado pelo sistema, que atua como canto de sereia. A CLT diz aos trabalhadores: "*Podem atuar em juízo sem advogado*". Eles assim fazem. O que acontece? Eles são massacrados pelo sistema, porque o processo é complexo.

Inúmeras vezes, tive de dizer a trabalhadores em juízo sem advogado que a testemunha que levavam – a Deputada Dra. Clair deve ter presenciado cenas assim – era amiga deles e, por isso, não podia ser ouvida. Era suspeita. Levavam um parente e eu dizia: "*Não pode. Está impedido*". Como explicar a um humilde trabalhador que as pessoas em quem ele mais confia não podem ser ouvidas em juízo? Um deles chegou a me dizer com absoluta singeleza, sem desrespeito: "*Mas, doutor, o senhor quer que eu traga os meus inimigos para testemunhar?*" *(Risos.)* É claro que ele não entende esse processo complexo. Então, na verdade, funciona como canto de sereia.

Como podem ir ou não com advogado, o que eu verificava? Muitas vezes, o trabalhador ia sem advogado e o empregador, com advogado. Está correto. Pode levar. O que se via neste caso não era uma disputa justa pelo direito, mas um massacre, porque o trabalhador não sabe como se comportar em juízo. Então, vinham preliminares disso, preliminares daquilo, sentenças, ele não embargou a declaração, então, precluiu. Imaginem se ele vai saber o que é discrepância jurisprudencial.

Estou dizendo a V.Exas. que não há mais condições de as partes postularem pessoalmente em juízo. Há necessidade de se ter advogado. A presença dele no processo é condição de equilíbrio na disputa pelo direito. Chega de contar os mortos. Contei-os por 20 anos. Talvez os tenha até documentado.

Srs. Deputados, é fundamental que a Câmara dos Deputados decida, nesta reformulação do processo do trabalho, se vai manter esse dispositivo que permite ao trabalhador estar sozinho em juízo. Devemos tornar obrigatória a presença do advogado.

Sabemos que existe ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – que desde 1994, com todo o respeito, não julga a matéria – promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros para tirar a eficácia do Estatuto do Advogado, Lei nº 8.904, que exigia a presença de advogado. O STF concedeu liminar na ação direta e esse dispositivo foi considerado inconstitucional, de tal maneira que hoje não há obrigatoriedade de advogado na Justiça do Trabalho – vamos falar apenas dela. Mas sejamos francos: não há mais condições para manter esse procedimento. O Direito é complexo, a vida, também, e não devemos sonhar com simplificações para o futuro.

Portanto, concito os ilustres Parlamentares a se debruçarem sobre a questão do *jus postulandi*, ou seja, a capacidade de a própria pessoa pleitear em juízo seus direitos.

Chegam a ser antológicas e pitorescas cenas como a de um Juiz do Trabalho no Paraná que intimou um pobre empregado que estava sem advogado: "*Diga em 5 dias sobre os documentos juntados pelo réu*". É claro que ele não entendeu e, como não fez nada, o juiz teria despachado: "*Diga por que não disse*". Ele continuou não dizendo nada, porque não entendia essas coisas impenetráveis.

Portanto, é fundamental a presença do advogado. Aliás, a Constituição da República a exigia no art. 133. Lamentavelmente, o Supremo entendeu de modo diferente, e a incapacidade postulatória continua.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Manoel Antonio Teixeira Filho.

Antes de passar a palavra aos próximos inscritos, vamos ouvir o Dr. Roberto Caldas, que esqueceu de mencionar um ponto.

O Dr. Estevão Mallet também pediu o direito à réplica com base no pronunciamento do Dr. Manoel.

O Secretário Valdivino me avisa que o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, está nos convocando ao plenário. Portanto, solicito aos oradores que sejam o mais breves possível, para que possamos concluir esta audiência.

**O SR. ROBERTO CALDAS** – Sr. Presidente, esqueci de responder à questão apresentada pelo Deputado Ronaldo Dimas e também pela Deputada

Dra. Clair sobre os juros ideais a se estabelecerem por legislação. Talvez não seja o ideal estabelecer por lei uma taxa fixa, porque a vida é muito dinâmica.

A OAB Federal propôs, na reforma do Judiciário, juros de mercado. Sugerimos ao TST que enviasse um PL para a Câmara dos Deputados estabelecendo 4% de juros ao mês, o que já é um agravamento. Mas cremos que, mais uma vez, devemos modificar a estrutura amarrada do Judiciário, para permitir que o juiz verifique, no caso concreto, se é uma pequena empresa, uma microempresa, um empregador doméstico ou uma grande empresa renitentemente descumpridora dos seus deveres, e estabeleça com liberdade, mas com fundamento, os juros de mora. Creio que seria importante dar um lastro ao magistrado para que possa estabelecê-los.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Roberto Caldas.

Com a palavra o Dr. Estevão Mallet.

**O SR. ESTEVÃO MALLET** – Sr. Presidente, gostaria de fundamentar minha proposição sobre o depósito recursal, porque percebi que é objeto de alguma resistência.

Em primeiro lugar, não compreendo por que o pequeno empregador autuado pela Delegacia Regional do Trabalho, caso queira interpor recurso, tem de efetuar depósito integral, enquanto para atuar no processo do trabalho ele não é necessário. No fundo, isso significa que é mais importante o interesse do Estado no recebimento da multa que o do trabalhador na satisfação do seu crédito.

Em segundo lugar, coloco em dúvida a idéia do grande débito para o pequeno empregador porque, normalmente, ele gera um pequeno débito. O grande é uma situação excepcional.

De todo modo, não podemos legislar tendo em conta a exceção. Para a exceção existe regime próprio. Se o empregador comprova que não tem condições de efetuar o recurso, não pode ser privado dele, porque haveria aí obstáculo à jurisdição por motivo econômico, o que a Constituição não permite.

Hoje se faz recurso sem depósito mesmo com a limitação estabelecida em lei. A massa falida, que não pode depositar porque não tem recursos, tem direito à interposição de apelo, de recurso ordinário, independentemente de depósito. Portanto, esse problema é resolvido facilmente com a regulamentação que se vier a estabelecer, admitindo exceções.

O que não faz sentido – e este é o ponto em que insisto – é exigir do grande devedor uma fração mínima do valor do depósito, enquanto do pequeno se exige o valor integral. Repito: é uma forma de justiça que não faz sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Morse Lyra Neto.

**O SR. MORSE SARMENTO PEREIRA DE LYRA NETO** – Quero me referir ao Fundo de Execuções Trabalhistas.

Pensei no fundo, que não é idéia minha – o Prof. Manoel Teixeira está coberto de razão: é idéia antiga –, porque sua constituição poderia ser feita a partir da participação das custas pagas na Justiça do Trabalho e dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, já existente.

Longe de mim querer onerar ainda mais a produção no Brasil.

São essas minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Dr. Morse Lyra Neto.

Passo a palavra à Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres palestrantes, pedi novamente a palavra para me contrapor à idéia exposta pelo eminente colega Deputado sobre a indústria de ações trabalhistas.

De vez em quando, lemos nos jornais que há uma verdadeira indústria de ações trabalhistas e coisa e tal. Eu, que fui advogada durante muitos anos e Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, não poderia deixar de me manifestar sobre o assunto.

Entendo que o grande número de ações ajuizadas não se deve aos advogados nem à indústria de ações trabalhistas, mas a inúmeros fatores, entre os quais as terríveis dificuldades econômicas por que passa o País. Todo ano há um plano diferente, as empresas ficam em dificuldades e não pagam os direitos trabalhistas. Segundo, há um descumprimento das obrigações trabalhistas, às vezes, por dificuldades econômicas, outras vezes, não. Terceiro, considero que há uma falta de fiscalização do Ministério do Trabalho nesse aspecto. O Ministério foi destruído. O número de fiscais é reduzido, e aqueles fiscais na ativa não estão fiscalizando o cumprimento dos direitos trabalhistas. Outro fator que contribui para o excessivo número de ações trabalhistas são os inúmeros planos econômicos feitos pelos governos anteriores. Todo ano havia um plano, que redundava numa série de ações trabalhistas porque cortava direitos já assegurados.

Portanto, queria usar a palavra para resguardar o trabalho dos advogados trabalhistas e também desmistificar a idéia da chamada indústria de ações trabalhistas.

Também queria dizer ao Dr. Manoel Teixeira, que levantou a questão do *jus postulandi,* que considero essencial a atuação do advogado na Justiça do Trabalho, mas não só para o empregado. Os empregadores enfrentam problema semelhante quando vão à Justiça sem advogado. Como também não entendem o processo, não fazem defesa à altura e acabam pagando mais do que devem.

Portanto, o Dr. Manoel tem razão nesse aspecto. Devemos nos preocupar com a questão, mas a necessidade do advogado é para ambas as partes.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Milton Monti.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** – Sr. Presidente, temos de abominar empresários que não cumprem a legislação trabalhista, mas também empregados que dela se valem para aferir benefícios indevidos.

Vou reforçar o que disse: o que está estabelecido na hora da rescisão deve ser quitado, mas não é estranho um trabalhador esquecer de dizer que teve hora extra? Não é no mínimo esquisito, na hora de assinar a quitação, esquecer item tão fundamental?

Então, vamos considerar a realidade do País.

Respeito a posição de todos os palestrantes, inclusive a doutrina internacional de que nem sempre o acordado deve prevalecer, mas quero discutir uma questão fática, da qual fui vítima. Há 4 anos, uma pessoa que trabalhou na minha campanha fez reclamações absurdas e pediu coisas inimagináveis. Como sou organizado, tinha tudo documentado, inclusive o contrato e o que paguei a ela para que executasse o serviço. Mesmo assim, tive de me deslocar 2 vezes, por mais de 600 quilômetros, no meu Estado de São Paulo, e contratar um advogado. Como a causa era absurda, evidentemente, ganhei na totalidade, com sentença transitada em julgado. Mas pergunto: será que ganhei mesmo? Não, porque perdi tempo para estar lá, senão o processo iria correr à revelia e eu seria condenado, e tive de pagar um advogado.

É um absurdo. Falo da indústria das ações trabalhistas com conhecimento de causa. Talvez centenas, milhares, milhões de pessoas sofram por esse motivo. Se for apenas uma, já está fora dos parâmetros que esta Casa deve aprovar. Estou sendo veemente porque passei por essa situação e tive despesas que não deveria ter tido. Então, vamos ter instrumentos para coibir esse tipo de atitude ou não vamos resolver o problema.

Também discordo da questão do depósito. É uma injustiça com os pequenos. O Governo Federal já fez isso no passado. Na questão do Imposto de Renda, exigiu das empresas que depositassem uma fortuna para recorrer. Se elas não têm dinheiro sequer para pagar o imposto que devem, como podem depositar altos valores para discutir a multa? Então, é preciso uma mudança processual.

Sei que a Justiça do Trabalho resiste à mudança e tem medo dela. Acho que ele é injustificado. Ninguém é contra a Justiça do Trabalho. Se houvesse menos processos, ela teria mais celeridade para cuidar dos milhares que ficam sem solução.

Há o caso de um familiar cujo processo dura 18 anos. Não vou dizer o nome da pessoa, apenas do reclamado: o Banco do Brasil. Depois de 18 anos, ao final da execução, o Banco inventou uma ação cautelar ou coisa parecida, pedindo a suspensão da execução postergatória. É um absurdo! Uma pessoa leva 18 anos para ver a ação terminada, e o Tribunal da 15ª Região concede liminar ao Banco, impedindo a execução da sentença. Foi uma luta para cassá-la.

A realidade lá fora é grave. Devemos nos debruçar sobre o assunto com critério e seriedade para preservar o trabalhador brasileiro. Ninguém está aqui para defender outra coisa, mas não podemos permitir abuso de uma parte nem de outra. E, hoje, há abuso de ambas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado.

Pergunto aos nobres palestrantes se querem levantar alguma outra questão.

Informo aos Srs. Parlamentares que não teremos audiência pública na próxima reunião porque ela será destinada à discussão dos próximos passos da Comissão. Vamos avaliar tudo que fizemos até hoje e discutir formas para manter o bom nível dos trabalhos e dos debates.

Agradeço aos convidados, em nome do Presidente da Casa e em meu próprio, as propostas trazidas a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

## COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 12ª Reunião Ordinária realizada em 3 de setembro de 2003.**

Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia três de setembro de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo

tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; José Chaves – Relator; Antonio Carlos Pannunzio, Coriolano Sales, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, Jovair Arantes, Luiz Alberto, Maurício Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira, Roberto Balestra e Ronaldo Dimas – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Carlos Alberto Leréia, Celcita Pinheiro, Ildeu Araujo, Jamil Murad, Pastor Pedro Ribeiro, Raimundo Santos e Tarcisio Zimmermann – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Almir Moura, Carlos Santana, Iris Simões, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Marcelo Teixeira (licenciado), Maria Helena, Miguel de Souza, Paulo Bauer, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Ricardo Fiuza, Robson Tuma, Rommel Feijó, Vilmar Rocha, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em votação a Ata da 11ª reunião, realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e três, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Dr. Ribamar Alves. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** Foi lida a justificativa de ausência, à reunião do dia vinte e um de maio, do Deputado Dr. Ribamar Alves, que encontrava-se viajando em missão oficial. **ORDEM DO DIA:** A – Elaboração de novo roteiro de trabalho da Comissão. O Presidente relatou conversa que, juntamente com o Senhor Relator, mantiveram com o Presidente da Casa a respeito da agenda da Reforma Trabalhista e do andamento dos trabalhos do Fórum Nacional do Trabalho. B – Votação de Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 69/03 – Do Sr. José Chaves – que "requer que a Comissão realize Audiências de Coleta de Sugestões, *in loco*, em São Paulo, Recife, Manaus, Porto Alegre e Cuiabá.". Aprovado, com ampliação de seu objeto, para incluir debates e coleta de sugestões também em outros estados, cujos nomes seriam definidos na próxima reunião da Comissão. 2 – REQUERIMENTO Nº 70/03 – Do Sr. José Chaves – que "requer à Comissão Especial de Reforma trabalhista a realização de um Seminário Internacional sobre Direito do trabalho na segunda quinzena de outubro, com a participação de representantes de entidades representativas de empregadores e de empregados da Argentina, África do Sul, Espanha, EUA, Itália e Polônia.". Antes de colocar em apreciação, o Presidente ressaltou que o Requerimento 57/03, do Deputado Ronaldo Dimas, tinha a mesma finalidade do de número 70/03, considerando este Deputado co-autor desta proposta. O Requerimento foi aprovado, com ampliação de seu objeto, para incluir representantes da China e da OIT. Ficou definido um grupo de deputados incumbido de apresentar proposta de critérios para a realização dos debates nos estados, composto pelos Deputados Milton Monti, Ronaldo Dimas, Luiz Alberto, Tarcisio Zimmermam, Maurício Rands, Dr. Ribamar Alves, Roberto Balestra, Daniel Almeida, Jamil Murad e Isaías Silvestre, sob a coordenação deste. 3 – Aprovou-se, ainda, o Requerimento 71/03, da Deputada Drª Clair, incluído na pauta naquela data, que propunha audiência com o Dr. Osvaldo Bargas, Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho. O item "C" da pauta – eleição do 2º e 3º vice-presidentes – foi transferido de ofício para a próxima reunião, em razão da ausência dos candidatos. O Presidente convocou reunião para o dia onze de setembro, para votação de requerimentos, eleição do 2º e 3º vice-presidentes da Comissão e audiência pública com o Dr. Osvaldo Bargas, Secretário de Relações do Trabalho. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta e oito minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa tarde, senhoras e senhores, nobres Parlamentares. Não prevíamos abrir a reunião hoje. Havíamos dado prazo para o seu início até as 15h30, em virtude da discussão da reforma tributária com os Governadores reunidos neste instante na Casa, assim como a presença de presidentes de entidades e Ministros que aqui se encontram. Havíamos definido que, se não houvesse *quorum* até as 14h30, não realizaríamos reunião, mas foi atingido *quorum* mínimo de 20 Parlamentares.

Solicito à assessora Vanda, da nossa bancada, que comunique aos Deputados o início da reunião. A Deputada Dra. Clair e vários membros desta Comissão pediram-me para ser avisados.

Declaro abertos os trabalhos da 12ª reunião ordinária destinada ao estudo das matérias atinentes à reforma trabalhista.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 11ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Está aceita a dispensa da leitura da ata, se o Plenário concordar.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico a V.Exas., para fins de justificação de ausência, que recebemos cópia do ofício da Presidência informando ao Deputado Dr. Ribamar Alves o seu afastamento, em missão oficial, no dia 21 de maio passado.

Ordem do Dia.

Sras. e Srs. Parlamentares, depois de um período sem realizar reuniões, porque tivemos de debater a reforma previdenciária e houve convocação extraordinária no mês de julho, estamos recomeçando hoje os nossos trabalhos.

Como V.Exas. sabem, há quem diga que nossa Comissão começou os debates muito cedo, uma vez que já realizamos diversas audiências públicas. As discussões prioritárias eram as reformas previdenciária e tributária, mas já há expectativa com relação a esta matéria. E o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, com o qual estivemos reunidos na semana passada – eu, o nobre Relator e o Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Maurício Rands –, deu-nos todo o apoio para que continuássemos os debates, visto que a reforma trabalhista será a próxima prioridade da Casa. Pela vontade do Presidente, não vamos conviver com o vácuo. É necessário que estejamos preparados, embora saibamos dos grandes debates que ocorrem com as centrais sindicais, as quais respeitamos, e há grande expectativa quanto ao projeto que virá do Fórum Nacional do Trabalho a esta Casa. Hoje mesmo conversamos com o coordenador do FNT, o Sr. Oswaldo Martínez Bargas, para que S.Sa. venha à Comissão – provavelmente na semana vindoura –, a fim de nos expor como está o andamento dos trabalhos do Fórum, sem ferir sua autonomia e respeitando os Parlamentares que já apresentaram seus projetos, para que haja sincronia entre todos. Diante desse fato, além de apresentar a proposta de o Sr. Oswaldo Bargas vir falar conosco, queremos definir novos passos.

Informo aos Parlamentares que há 75 indicações de pessoas que poderão participar das nossas audiências, sendo que 22 delas já se manifestaram nesta Casa; 3 foram prejudicadas por estarem ligadas a questões repetitivas e de interesse menor; e 45 dessas não foram ainda deliberadas. Vamos preparar essas 45 indicações, para que votemos na próxima reunião, e conversar sobre dois projetos importantes apresentados pelo Relator, Deputado José Chaves, que tem a ver com nossa caminhada e os próximos passos que daremos. Além do respaldo do Presidente da Casa, tomamos o cuidado de conversar com vários segmentos. Temos tido grande apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que nos vai ajudar a fazer valer os projetos aqui apresentados.

As propostas têm a ver ainda com audiências muito mais ligadas a realidade diferente da nossa. O Deputado Ronaldo Dimas chegou a propor que ouvíssemos representantes de entidades estrangeiras, para que possamos ter maior experiência, como sugere o Requerimento nº 57.

Mas, levando em consideração todas as reflexões e preocupações sobre o tema, lerei as propostas e definiremos como encaminharemos as questões.

Item 2.

Requerimento nº 69/03 – Do Sr. Deputado José Chaves – que requer sejam realizadas audiências para coleta de sugestões, **in loco,** nas seguintes datas e cidades: 18 de setembro, em São Paulo; 25 de setembro, em Recife; 9 de outubro, em Manaus; 13 de novembro, em Porto Alegre; e 27 de novembro, em Cuiabá. Faremos audiência pública nas Assembléias Legislativas de cada Estado, representando a região.

A única flexibilidade que gostaríamos de pedir, se V.Exas. concordarem, é com referência às datas, porque, se quisermos atuar de maneira a conhecer a realidade de cada local, seria fundamental que tivéssemos a previsão e a aprovação para a realização das audiências. Devemos discutir as datas com setores sociais envolvidos em cada Estado, verificar como está a agenda da Casa e também a da das Assembléias Legislativas. Deve haver, repito, flexibilização com relação a datas. Quanto ao sistema, está aberta a palavra.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Dada a experiência que estamos acumulando na CPI dos Planos de Saúde em relação a deslocamentos, temos observado que, quando consultadas as Assembléias Legislativas dos Estados, as melhores datas, já disponibilizadas anteriormente, são as segundas-feiras. Inclusive seria bom para todos nós, porque ficaríamos fora do foco das votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Perfeito. Está consignada a observação de V.Exa., extremamente importante para todos nós.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, dificilmente a Assembléia Legislativa realiza reunião nos dois expedientes. Para que haja conciliação de datas, uma audiência deveria ser realizada numa quinta-feira. E procuraríamos o expediente que não

fosse o do Plenário. Se determinarmos apenas segunda-feira, ficaremos com menos flexibilidade.

É a ponderação que faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Perfeito. Eu apenas acrescentaria que, dada a importância do debate, que já está pegando fogo no País e no mundo, a data seria importante para que nos acertemos. Pode ser segunda ou qualquer outro dia, porque estaremos em missão oficial e vamos cumpri-la. A aprovação dessa proposta hoje é relevante para nós, para que possamos encaminhá-la internamente na Casa, quando houver necessidade.

Algum Deputado gostaria de manifestar sua opinião? Há alguém contrário?

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, o requerimento do Deputado José Chaves é importante. Estamos necessitando sair de Brasília para tratar, *in loco,* essas questões.

Queria ponderar com S.Exa. a respeito de adendo a esse requerimento e sugerir que realizemos audiência pública também em Salvador. E, puxando um pouco a brasa para minha sardinha, com uma justificativa: na verdade, a Região Nordeste é muito grande, tem 9 Estados. Seria bom fazermos uma audiência em Recife e outra em Salvador, mesmo porque, Sr. Presidente, solicitei, por meio de requerimento, quando discutíamos o projeto do Primeiro Emprego, na Comissão Especial constituída para tratar deste assunto, que fossem ouvidas as opiniões e as sugestões de diferentes segmentos acerca do assunto. E já foi realizada audiência da Comissão de Trabalho, Emprego e Renda, da Assembléia Legislativa da Bahia, que, na oportunidade, manifestou-se no sentido de levarmos daqui debate sobre a reforma trabalhista para aquele Estado. Solicitaram-nos que encaminhássemos nessa direção, e sobre isso conversei com o Deputado Álvaro Gomes, Presidente dessa Comissão.

Então, faço um adendo no sentido de flexibilizarmos a realização de mais uma audiência a ser realizada na Capital da Bahia, que poderia contemplar os Estados próximos – Sergipe, Alagoas etc. –, dividindo em duas, portanto, a audiência da Região Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Antes de o Deputado José Chaves responder à sua questão, nobre Deputado, informo a V.Exas. que há limite, segundo o Regimento, de uma audiência pública por região.

Lembro também a V.Exas. que houve pedido para realizar audiência pública em São Paulo e no Rio de Janeiro. Devemos definir o cronograma de trabalho para resolver a questão.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Então, de acordo com o critério das reuniões, a definição refere-se a uma audiência por cada região?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Isso.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Não há condição de ser realizada? Trata-se de reforma muito abrangente, Sr. Presidente. Por exemplo, vamos ouvir apenas a Capital de São Paulo, na Região Sudeste, densamente povoada? Quer dizer, o critério está definido, mas a necessidade da reforma exige amplitude de audiências para ouvirmos os segmentos que têm grande interesse no assunto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, o debate da reforma trabalhista é muito importante. A proposta da Comissão de realizar audiências públicas nas regiões – não poderíamos fazê-las em todos os Estados – seria ideal. Mas aceitaríamos sugestões, até para ampliar um pouco mais o leque de audiências nos Estados.

Reconheço que existem dificuldades para obtenção de recursos. Visitarmos todos os Estados. Poderíamos, Sr. Presidente, dialogar com algumas capitais como Salvador, conforme o Deputado Daniel Almeida mencionou, e com o Sudeste. Nós nos dividiríamos em dois grupos e, no mesmo período, faríamos audiências simultâneas em Recife e Salvador, no Rio e em São Paulo, uma vez que a Comissão não estaria, na sua totalidade, em todos os Estados importantes da Federação.

Deixo essa sugestão à Mesa para que avalie a possibilidade de dividir a Comissão em pelo menos duas partes, no sentido de ouvirmos as capitais mais densamente povoadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Certo, Deputado Luiz Alberto. O Plenário tem todo o poder e decisão para reivindicar algo a mais. Aqui seremos porta-vozes do que for aprovado. Foi o limite estabelecido claramente, até porque pudemos constatar como se realizaram as audiências externas das Comissões Especiais que trataram das reformas tributária e previdenciária. Esse o nosso limite. Nem todos os Deputados aqui estão. O Estado do Paraná também reivindica realização de audiência.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, permite-me usar da palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vou inscrevê-lo, nobre Deputado Roberto Balestra. Há mais Deputados inscritos.

Com a palavra o Deputado Dr. Ribamar Alves.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** – Sr. Presidente, em princípio, sugeri a questão da data. Não entrei no mérito do requerimento, mas gostaria que fosse também incluído o Maranhão, maior exportador do País de mão-de-obra escrava e infantil. São os dois pontos nos quais o Estado é campeão brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, queria discordar um pouco do colega com relação à limitação de recursos, mas depois V.Exa. complementou dizendo que há limite para a realização de audiências externas, como ocorreu também com a Comissão Especial das reformas tributária e previdenciária. Então, nosso limite é esse.

Temos até obrigação maior não apenas com os grandes Estados como São Paulo, Rio, Paraná e Minas Gerais. A razão da reforma trabalhista é que precisamos identificar, de forma muito clara, os desiguais. Não podemos permitir que a nova legislação venha com tratamento igual para os desiguais. É o grande drama do trabalho no Brasil.

Não nos podemos limitar apenas a ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro. Temos de ir aonde o povo pobre existe, onde as diferenças estão presentes. O trabalhador do Amazonas é completamente diferente do de São Paulo. O de Goiás, no nordeste goiano, tem características diferentes do trabalhador do Rio, Paraná e de outros Estados. Devemos ir a todo lugar. Não podemos nos ater a Estados grandes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O.k., Deputado. Todo lugar, a que V.Exa. se refere, diz respeito a Goiás também ou a todos os Estados?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Refiro-me a todos, porque há peculiaridades que temos de identificar. Não podemos dar tratamento igual para os desiguais. Esse é o grande drama da CLT. Então, temos de identificar. O momento é agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O.k. Com a palavra o Deputado Tarcisio Zimmermann.

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Ministério do Trabalho está promovendo intenso processo de debates em todas as regiões dos Estados, preparatórios para as conferências estaduais do trabalho, os quais serão depois consolidados na Conferência Nacional.

Temos certeza de que, a partir do Fórum Nacional do Trabalho, haverá subsídios muito representativos do pensamento de trabalhadores, de empregadores, enfim, de intelectuais, de organizações não-governamentais, dos novos setores de atividades produtivas.

Sugiro, Sr. Presidente, que esta Comissão, até reconhecendo as dificuldades de agenda e de orçamento, delegue aos Parlamentares que a integram a legitimidade para organizar esses debates nos seus respectivos Estados. E que houvesse apenas um processo de habilitação perante a Presidência e a Relatoria, informando com antecedência as datas e os horários e, se possível, a Comissão oferecesse algum material de divulgação referente a esse trabalho. Isso atenderia a essa riqueza de subsídios que buscamos, para não burocratizar excessivamente algo que pode ser feito legitimamente pelos Parlamentares que compõem esta Comissão. Aí , sim, teremos a possibilidade de pluralizar o debate nas diferentes regiões dos Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Tarcisio Zimmermann dá contribuição muito criativa e inteligente a esta Comissão, como, aliás, é do seu feitio. Poderíamos combinar as duas proposições. Há limitações estruturais, dadas pela direção da Casa, para maior deslocamento do que seria necessário para o conjunto da Comissão.

Então, a indagação que faço a V.Exa., Deputado Vicentinho, é se não poderíamos fazer uma combinação, acolhendo a sugestão do Deputado Tarcisio Zimmermann, no sentido de mantermos uma audiência pública em cada região, com o maior número possível de membros da Comissão.

Somando-se a essas audiências, delegaríamos aos membros da Comissão competência para auscultar o território nacional com relação a essas iniciativas propostas. Teríamos também cronograma de trabalho das audiências e poderíamos participar, num Estado mais próximo, ou até mais longínquo, dos debates. Qualquer um de nós, ou até um grupos dos membros da Comissão, poderia deslocar-se para lá e prestigiar os trabalhos.

Isso se somaria ao propósito que aproveito também para acrescentar. A iniciativa da Comissão parece-me que está em harmonia com o Fórum Nacional do Trabalho e com os fóruns estaduais. Estive agora no fórum de Pernambuco, meu Estado, e no do Ceará, 2 Estados que já estão concluindo seus trabalhos. Outros estão ainda iniciando o evento, e não há sincronia. Mas não há nenhum prejuízo, no meu modo de ver, Sr. Presidente, de fazermos audiências com a maior amplitude possível, em harmonia com o objetivo do Fórum Nacional do Trabalho: colocar na agenda deste segundo semestre as reformas sindical e trabalhista.

É importante também que, ao realizarmos audiências públicas por região e por delegação, levemos para a discussão nos Estados as conclusões, ainda que parciais, tanto dos fóruns estaduais quanto do Fórum Nacional do Trabalho. É uma contribuição a mais que a Câmara dos Deputados nos está dando, para que a agenda das reformas sindical e trabalhista se consolide em todo o território nacional no segundo semestre.

Partilho também com o Presidente a preocupação de que, aonde chegamos, as pessoas querem discutir a reforma trabalhista. A reforma previdenciária foi momentosa. Na periferia, os excluídos estão mais preocupados com uma reforma trabalhista que permita a formalização e a geração de emprego e respeite os seus direitos. Eles estão até mais preocupados com ela do que com a reforma previdenciária, que trata de um benefício futuro. Eles estão preocupados, muitas vezes, com o imediato. O País precisa de ambas. Nossa tarefa é esta: consolidar em nossa agenda o que o Ministro Jaques Wagner tem sinalizado. À medida que se construírem propostas amadurecidas pelo conjunto dos atores envolvidos na discussão, elas poderão vir fatiadamente para a Comissão da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também comungo com os demais Deputados em sua preocupação.

Dividiríamos talvez a Comissão para que trabalhasse em 5 regiões. Por exemplo, o Deputado Tarcisio Zimmermann e eu somos do Sul. Poderíamos, em nome da Comissão, realizar audiências no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; o Deputado Maurício Rands, que é de Pernambuco, juntamente com outros, faria audiência pública naquela região. Dessa forma, subdividindo a Comissão, realizaríamos audiências em todos os Estados, com custo reduzido, como se fossem somente 5 audiências públicas. É o que está aqui consignado. Minha sugestão seria nesse sentido, Sr. Presidente.

Eu queria ainda acrescentar que protocolei requerimento cujos fundamentos gostaria de justificar. Solicito a V.Exa. que ele seja apreciado hoje. Por quê? Como já falado aqui, realizaram-se vários fóruns estaduais. O Governo, baseado no Fórum Nacional do Trabalho, pautou uma temática. Essa pauta foi discutida no âmbito do Fórum Nacional, com consensos e divergências. Em âmbito estadual, repito, houve também a realização de quase todos os fóruns estaduais. No meu Estado, o Paraná, já foi apresentado o relatório dos trabalhos do fórum estadual. Os Deputados não podem estar em desarmonia com o fórum. Não vamos começar do zero, porque já há algumas conclusões. Os Deputados precisam estar cientes do avanço das discussões, senão ficamos de fora. A Comissão não vai discernir o que foi discutido. Devemos ter ciência da conclusão dos trabalhos desses fóruns estaduais, inclusive dos consensos e divergências do Fórum Nacional do Trabalho.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encaminhei requerimento convidando o Secretário de Relações do Trabalho, Oswaldo Martínez Bargas, encarregado desse assunto no Ministério do Trabalho. Poderíamos ouvi-lo a semana que vem, antes dessas audiências, para tomarmos conhecimento de como anda a situação.

Proponho a V.Exa. que o requerimento de minha autoria seja apreciado pelos eminentes componentes desta Comissão ainda hoje.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputada Dra. Clair, com referência à outra questão, o Deputado proponente vai falar daqui a pouco. No que se refere ao requerimento, Deputada, com o qual concordo plenamente, só estamos esbarrando na questão regimental. Segundo o secretário Valdivino, ele teria de ser pautado anteriormente. Vamos ver como ele resolve a questão do Regimento. Seriam necessários dois terços dos Deputados para aprová-lo. Vamos fazer consulta informal. Se houver consenso, colhe-se a assinatura de todos os Parlamentares, para que haja representatividade. É muito importante o que a Deputada Dra. Clair está dizendo.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, de acordo com as conversas com o Presidente da Casa, já existe alguma sinalização relativa à entrada em pauta da matéria da reforma trabalhista para este ano ou para o ano que vem?

Apesar de ainda não existir um foco com relação à reforma trabalhista, na Constituinte participamos da Comissão do Trabalho e vimos, naquela época, que ela foi alvo de todas as atenções, onde se desenvolveu o maior debate da Casa, o que não aconteceu nas outras Comissões ou Subcomissões.

Temos de estar bem preparados para o debate. O que aconteceu com a reforma previdenciária e está ocorrendo com a reforma tributária não vai chegar nem perto da reforma trabalhista, a qual realmente será alvo das maiores discussões nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, sob sua batuta e experiência, repito, devemos estar todos preparados para a profunda discussão que será travada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Antes de passar a palavra ao Relator, respondo à pergunta do Deputado Roberto Balestra.

Nobre Deputado, estamos muito interessados em resolver a questão ainda este ano, pelo menos no âmbito da Câmara dos Deputados.

Há um sentimento do Presidente da Casa, como eu disse no início da reunião, de não deixar vácuo. Este é um ano de reformas. No ano que vem, haverá eleições municipais. O Governo – pelo menos foi esta a palavra do Presidente Lula na última sexta-feira, no aniversário da CUT – tem dado prioridade à reforma trabalhista, uma vez que ela abrange todos os direitos sindicais.

Concordo plenamente com V.Exa., Deputado. Esta reforma é bem profunda. Não será fácil constituirmos novo código de trabalho, o que levará tempo. Por isso, há entendimento do Ministério do Trabalho também de mandar projetos a esta Casa por etapas: debateremos a questão sindical; depois, outra e assim por diante.

Devemos estar preparados mesmo. Todos temos responsabilidade. Compreendemos por que muitos Deputados não tenham ainda participado dos debates com afinco, devido às circunstâncias. O Deputado José Chaves dizia que, dependendo da Comissão, as coisas podem prosseguir ou não, mas concordo que devemos preparar nossas ações, para enfrentarmos um debate marcante.

Passo a palavra ao nobre Relator.

Lembro a S.Exa. que há propostas para realização de audiências públicas em Pernambuco, São Paulo, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul e uma em todos os Estados. Finalmente, surgiu a proposta do Deputado Tarcisio Zimmermann, corroborada pelo Deputado Maurício Rands, no sentido de que a Comissão realize nas regiões também um debate interessante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso desejo foi colocar em discussão a matéria com o intuito de sair um pouco, até fisicamente, da própria Casa.

Essas audiências nos permitiriam, lembrando as palavras dos companheiros do Maranhão e as do Deputado Roberto Balestra, observar *in loco* a diversidade de cada região. Como era impossível fazer em todos os Estados, tentamos fazer por região. O Nordeste tem 9 Estados; na Região Norte, não podemos deixar de reconhecer a questão do Amazonas. O Pará também tem problemas sérios de trabalho escravo e infantil.

Acredito muito na democracia, e seu grande suporte é o debate. Estou plenamente de acordo com aqueles que desejam dividir a Comissão por Estado, ou seja, os representantes da Comissão se encarregariam das audiências em seus Estados. É uma proposta muito mais democrática e de maior valor, para que tragamos subsídios da sociedade.

Não devemos confundir o que se está discutindo no Fórum. De qualquer maneira, trata-se do mundo do trabalho apenas. O fórum é técnico. Na realidade, nossa obrigação é ouvir a sociedade como um todo.

Nosso trabalho pode aparentar uma duplicidade, mas ela não existe na realidade. Podemos ouvir, na Assembléia, a OAB, o CREA e os sindicatos, para termos conteúdo político, e talvez o Fórum, por ser um pouco mais técnico, ou aqueles que vivem no mundo das relações do trabalho. Concordo plenamente em que não podemos deixar de ouvir o Maranhão, como já foi dito, que tem o maior foco de trabalho escravo e infantil no País.

O Rio Grande do Sul tem diversidade política e sempre foi muito rebelde. Quase metade do parque da zona açucareira de Pernambuco foi fechado. Há desemprego talvez maior que em qualquer outro Estado. A violência está campeando – e meu colega Maurício Rands sabe disso –, fruto dessa situação.

Concordo em que devemos aperfeiçoar tudo isso, se possível percorrendo todos os Estados. Devemos dividir o trabalho em grupo de dois ou três Deputados, com o apoio da Comissão. É preferível mobilizar o plenário de uma Assembléia a particularizar.

Não vejo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nenhum inconveniente nisso. Devemos percorrer o máximo de Estados possível. Será que a nossa antiga Capital, o Rio de Janeiro, com toda a sua cultura, deveria estar excluído? Não, mas São Paulo é a meca do trabalho, da industrialização. Não sabemos se colocamos Salvador junto com Recife. Imaginem, então, São Paulo e Rio de Janeiro, que também precisam ser ouvidos. Sabemos que o País vai sair do litoral e caminhar para o interior. Então, não vou ficar em Cuiabá; por que não Campo Grande?

Concordo. De minha parte, votarei para que possamos abranger todos os Estados em pequenas Subcomissões, e que a Comissão dê todo o apoio ao trabalho que será realizado.

São essas minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado. Vou nomear uma comissão para que elabore projeto, a fim de ganharmos tempo.

Com a transformação da proposta, com a visão democrática aqui apresentada, os Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É extremamente importante a participação do Presidente e do Relator nessas audiências. Do contrário, perde-se o caráter

institucional para promovermos reuniões, por exemplo, em Palmas. Participei do Fórum há pouco citado. Não há necessidade de fazermos isso em todas as Capitais. A presença de V.Exas. nessas reuniões é relevante. Partindo-se desse princípio, concordo com a proposta ora apresentada. Não tendo a presença do Presidente e do Relator, a situação fica um pouco mais complexa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a proposta do eminente Deputado. Se considerarmos esse pronunciamento, ele inviabilizaria a divisão por regiões. O Relator e o Presidente vão participar das reuniões de acordo com sua disponibilidade. E, de cada audiência, os Deputados trarão um relatório. Do contrário, ficariam inviabilizadas as audiências públicas da forma como entendemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O.k.

Deputado Ronaldo Dimas, a Deputada Dra. Clair tem toda a razão. Temos total interesse em participar de todas as audiências possíveis, e nos esforçaremos para isso. Depois de definido o roteiro de trabalho, vamos elaborar uma agenda, o que nos facilitará muito. Inclusive, haverá diminuição de custos. O Estado vai organizar a realização dessas audiências. Vamos verificar essa possibilidade. É impossível estarmos nos 27 Estados deste País.

Vamos aprovar o projeto.

Sugiro a V.Exas. que passem lista de inscrição para a composição dessa comissão.

Vamos ao segundo ponto. Apresento, neste momento, o Requerimento de nº 70, também do Deputado José Chaves, que propõe a realização do Seminário Internacional sobre o Direito do Trabalho.

Informo a V.Exas. que o Deputado Ronaldo Dimas já havia apresentado proposta nesse sentido. Eu gostaria de submetê-la à aprovação.

Vou ler o requerimento, informando a V.Exas. a inclusão da proposta do Deputado Ronaldo Dimas:

"Nos termos regimentais, requeiro que esta Comissão realize um Seminário Internacional sobre Direito do Trabalho, a ser realizado na segunda quinzena de outubro deste ano, envolvendo especialmente as entidades representativas dos empregadores e dos empregados de alguns países cujas legislações possam nos dar uma visão ampla da solução adotada atualmente no mundo à questão das relações trabalhistas. Proponho os seguintes países: África do Sul, Argentina, Espanha, Estados Unidos, Itália e Polônia.

**Justificação**

Esta Comissão possui subsídios valiosos obtidos nas audiências públicas já realizadas, que serão ainda enriquecidos com as sugestões que deverão ser coletadas nas audiências regionais, objeto de outro requerimento deste Relator. Assim, a visão das soluções estrangeiras para as relações trabalhistas e sindicais, com a diversidade espelhada na escolha dos seis países indicados, seria a complementação ideal para permitir a visão global do assunto".

Está aberta a palavra ao Parlamentar que queira se manifestar.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, esse é um requerimento de grande importância e significado. O requerimento anterior diz respeito a debate interno com a base. Serão ouvidos trabalhadores e sociedade civil. Teremos visão realmente mais completa para tomar posicionamento em relação às reformas trabalhista e sindical.

Países como a África do Sul, que tem porte semelhante ao nosso e também é uma nação em desenvolvimento; a Argentina, nosso vizinho, que tem experiência e é nosso parceiro; a Espanha, um pouco mais evoluído do ponto de vista tecnológico; e os Estados Unidos, que estão num outro patamar e têm outra realidade, poderão nos trazer subsídios para debater a questão.

No entanto, não conheço a experiência de 3 países da Europa. Não sou eurocentrista nem contra o desenvolvimento europeu. Não me refiro, por exemplo, à experiência da Polônia para dar uma contribuição a esta Comissão. Ao mesmo tempo, senti a ausência de um país da Ásia, já que estamos tentando fazer abrangência mais ampla, nem diria do Oriente, que possui realidade talvez muito diferenciada. Nesse sentido, creio que seria o caso de acrescentarmos um país da Ásia ou de substituir um desses da Europa – Polônia ou Itália. Ocorreu-me a China, por ser um país que possui características semelhantes ao nosso. Aliás, ela tem buscado ampliar suas relações comerciais e políticas com o Brasil, podendo nos trazer inúmeras contribuições. Poderia ainda ser outro como o Japão ou a Coréia do Sul. Parece-me conveniente incluirmos algum que nos pudesse trazer experiência da Ásia. Se dependesse da minha opinião, sugeriria substituir a Polônia pela China, como está no requerimento.

É a sugestão que faço ao nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, já temos data marcada para audiências referentes a essa reforma?

Quanto à realização desse seminário no mês de outubro, seria bom se pudéssemos ouvir, primeiro, nossos Estados e fazer depois essa peregrinação pelo Brasil, para que pudéssemos nos assentar em um segmento.

É uma sugestão que faço. A Comissão é composta de 38 membros. Se formos realizar essas audiências nos Estados, como faríamos isso e um seminário ao mesmo tempo, em outubro?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com referência à sua primeira indagação, Deputado, posso responder a V.Exa. que não sabemos. Não sabemos nem quando vai terminar a discussão e votação da reforma previdenciária, que será apreciada pelo Senado. E a reforma tributária está muito complicada. A Casa é política. Há todo o interesse de tentar resolver a questão ainda este ano, pelo menos no âmbito da Câmara dos Deputados. É o que posso responder a V.Exa. neste momento.

Com referência à sua sugestão, vamos avaliá-la daqui a pouco.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho, Sras. e Srs. Deputados, estava atento à argumentação do companheiro Daniel Almeida e a achei muito justa. Não tiraria nenhum desses países propostos no requerimento, porque todos têm experiências sindicais acompanhadas pelos trabalhadores brasileiros, mesmo a Polônia. Entretanto, estou sensível à argumentação de que seja incluída a China, país enorme, com crescentes relações econômicas e comerciais com o Brasil. Além disso, incluiríamos a Coréia do Sul. Pelos noticiários cotidianos, nesse país em desenvolvimento há luta trabalhista e sindical bastante vigorosa. Seria uma oportunidade ouvir lideranças sindicais sul-coreanas para trocarmos experiências, já que o momento é esse. O Governo Lula procura ampliar as relações por vários continentes do mundo, não apenas com a América do Norte.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Jamil Murad.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado José Chaves pelo requerimento.

Em relação aos países que estão sendo propostos, concordo tanto com o Deputado Daniel Almeida quanto com o Deputado Jamil Murad. Todos têm experiências diversas. Alguns têm legislações muito próximas, mas as experiências dos chamados Tigres Asiáticos e da África do Sul após o *apartheid* são bastante significativas para o debate que vamos travar aqui.

Gostaria que fossem convidados vários países integrantes da ONU, os quais são signatários de convenções internacionais no mundo do trabalho. Sugiro, então, que, além desses países, seja convidada a OIT para fazer parte desse debate. O Brasil também é membro da ONU.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Luiz Alberto, foi uma falha nossa não comunicar que a OIT já está incluída nesse debate. É uma grande parceira nossa. Tivemos ontem reunião com o Sr. Armand e pedimos a colaboração dele até nas indicações. Aprovamos a relação dos países e estamos solicitando apoio da OIT.

A nossa expectativa é de que nesse seminário, em sendo aprovado, tenhamos a presença do representante da OIT na palestra de abertura, juntamente com o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, e de pessoas ligadas a esse mundo. Então, está contemplada a sua preocupação. Foi uma falha do Presidente.

Com a palavra o Deputado José Chaves, Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Sr. Presidente, o que pensamos, juntamente com V.Exa. e com o Deputado Maurício Rands? Que experiência podemos tirar dos países que tiveram conflitos na área trabalhista? Não o simples conflito do capital, mas eu diria que são países aculturados, assemelhados conosco, e, ao mesmo tempo, diferenciados. Teríamos uma visão global do assunto.

Todos vimos a Argentina chegar a uma situação quase de insolvência. Estória, porque país nenhum vai à insolvência; ele tem que suportar e enfrentar. Mas a flexibilização do trabalho vem acompanhada de privatização na indústria, mas, sobretudo, de serviços públicos básicos. Até que ponto o serviço público deve ser privatizado?

Pensei num país da ex-Cortina de Ferro e achei que a Polônia tem algo a ver, pois teve grande líder trabalhista. Seria muito importante ouvir toda a questão do Leste Europeu, toda aquela experiência de quem viveu num sistema estatizado e que, de um momento para outro, está em transição. Pode ser a Rússia, a Hungria ou a Tchecoslováquia, com grande tradição industrial. Em 1968, se não me engano, houve certa liberdade nesse países.

Trata-se de visão política. Alguém me lembrou, não sei se o Deputado Maurício Rands ou outro Parlamentar, que a África do Sul talvez seja a mais próxima do nosso País. Dizem que na Espanha há o melhor processo democrático, em que se consolidou o Pacto de Moncloa e chegou-se a uma legislação excelente,

mas, apesar disso, tem o maior índice de desemprego da população economicamente ativa. A Itália tem grande proximidade cultural com o Brasil. Temos de ouvir os Estados Unidos. É excepcionalizado, mas, certamente, vai ter que nos dizer por que é, por que não é, o que leva um país a ter legislação tão diminuta.

Para encerrar a minha fala e continuar o debate, quero dizer que estou pronto para ampliar a discussão. Inclusive, a nossa preocupação de ir até a OIT foi para ouvir quem seria escolhido, para não trazer um acadêmico, para chegar aqui aquele que publicou vários livros e contar a história do trabalhismo mundial. Não. Somos uma Casa política. Se possível, devemos trazer o contraditório. Podemos ter dois representantes de determinado país, talvez aquele mais envolvido na questão trabalhista, que tem visão mais conservadora ou empresarial, digamos assim.

Quanto mais países, melhor. Não tenho grande experiência em seminário, mas um evento muito longo termina em fracasso. Devemos ter muita competência junto à OIT, grande parceira para escolher esses nomes. Foram 6 nomes colocados numa avaliação prévia, mas, sobretudo, superficial, para que no debate escolhamos os países. Alguém citou a China. É indispensável. O Oriente Médio, pelo menos neste momento, nada nos acrescenta. Trata-se de culturas totalmente distintas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem. Concordando com o encaminhamento de V.Exa., gostaria de considerar o que foi apontado aqui. Esperamos de V.Exas. a flexibilidade para ver como tratamos o assunto, desde que o incorporemos. Se não for possível incluir a Coréia do Sul e a China, tentaremos incorporar apenas a China e assim por diante. Isso tudo depende da Casa. O convite implica despesas. Há algumas limitações. Encaminharemos a proposta à Presidência da Casa.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – A CUT paga, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – A CUT paga? Fui Presidente da CUT e já era Deputado.

Há consenso quanto à realização do seminário. Vamos buscá-lo.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há sobre a mesa lista de Deputados que se inscreveram e se predispõem a compor a comissão que definirá as audiências públicas nos Estados.

Sugiro a V.Exas. que façamos uma reunião da Comissão, porque precisamos nos organizar e trazer proposta mais completa para fecharmos a questão com relação aos Estados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO** – Quais seriam os Deputados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputados Milton Monti, Ronaldo Dimas, Luiz Alberto, Tarcisio Zimmermann, Maurício Rands, Dr. Ribamar Alves, Roberto Balestra, Daniel Almeida, Isaías Silvestre e Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, seria importante nomear uma liderança para essa comissão, para que tenhamos essa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O nobre Relator é a pessoa ideal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Delego ao companheiro Isaías Silvestre a liderança. Com todo o prazer eu aceitaria, Sr. Presidente, mas tenho outras tarefas. Como se trata de questão de plenário para organizar, peço ao companheiro que fique na coordenação desse processo. Também quero que, durante toda a discussão, a Relatoria tenha a participação de todos. Haverá muitos Sub-Relatores. Quando o tema se tornar mais polêmico, nomearemos um e o traremos. Esse espírito participativo que a Comissão tem é muito importante. Então, delego ao companheiro a coordenação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito bem. Espero que V.Exas. se reúnam antes da próxima audiência pública e, se possível, tragam as suas propostas.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Vamos contar com o secretário da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Então, a coordenação fica a cargo do Deputado Isaías Silvestre.

A questão do Sr. Oswaldo Bargas está aprovada.

Teríamos outro tema a ser considerado, mas vou propor que não o discutamos hoje. Faríamos a eleição do 2º e 3º Vice-Presidentes. Neste momento, é impraticável realizá-la, porque daqui a pouco começará a Ordem do Dia no plenário.

Encerro a reunião e convoco outra para o dia 11, quinta-feira – faremos uma experiência –, às 9h30, no auditório do Espaço Cultural.

Nessa audiência, deliberaremos sobre requerimentos e definição do roteiro de audiências estaduais. Procederemos também à eleição dos 2º e 3º Vice-Presidentes. Já há comissão constituída trabalhando no Fórum Nacional do Trabalho. O Sr. Oswaldo Bargas nos informará acerca do evento.

Tenham todos um bom trabalho.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de outubro de 2003.**

Às dez horas e oito minutos do dia dois de outubro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; José Chaves – Relator; Antonio Carlos Pannunzio, Coriolano Sales, Daniel Almeida, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, Júlio Delgado, Luiz Alberto, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Rocha, Pompeo de Mattos, Professor Irapuan Teixeira e Ronaldo Dimas – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Ildeu Araujo, Jamil Murad, Neyde Aparecida, Takayama e Tarcisio Zimmermann – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eduardo Valverde, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Almir Moura, Carlos Santana, Francisco Dornelles, Iris Simões, João Batista, Joaquim Francisco, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Maria Helena, Maurício Rands, Miguel de Souza, Paulo Bauer, Paulo Marinho, Roberto Balestra, Robson Tuma, Rommel Feijó, Sandro Mabel, Vilmar Rocha, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 12ª Reunião, realizada no dia três de setembro de 2003. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** Foi lida a justificativa de ausência dos Deputados Jamil Murad, no período de seis a quatorze e da Dep. Neyde Aparecida, no período de sete a treze de setembro passado. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública** com o Dr. Osvaldo Martines Bargas, Secretário de Relações do Trabalhos do Ministério do Trabalho e Emprego. Encerrada a fala do Convidado, os Deputados José Chaves, Ronaldo Dimas, Drª Clair, Eduardo Valverde, Paulo rocha, Daniel Almeida, Pompeo de Matos, Neide Aparecida, Antonio Carlos Pannunzio, Tarcísio Zimmerman, Isaías Silvestre e Coriolano Sales. **B) Definição da Agenda das Viagens aos Estados –** Foi apresentada pelo Presidente proposta de agenda das viagens aos Estados para debater e colher subsídios, a qual foi modificada para incluir o Estado do Paraná. Após discussão, foi aprovada a seguinte Agenda, cujas datas poderão ser flexibilizadas a critério dos Coordenadores, assim designados pelo Presidente: 1ª) Local: SÃO PAULO – Data: 13/outubro. Coordenadores: Dep. JAMIL MURAD e ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. 2ª) Local: RECIFE ( Estados: PE, PB e AL). Data: 13/outubro. Coordenadores: Dep. MAURÍCIO RANDS, e JOSÉ MÚCIO; 3ª) Local: GOIÂNIA (Estados: GO e MS). Data: 20/outubro. Coordenadora: Dep. NEIDE APARECIDA. 4ª) Local: SALVADOR ( Estados: BA e SE). Data: 20/outubro. Coordenadores: Dep. DANIEL ALMEIDA e LUIZ ALBERTO. 5ª) Local: BELO HORIZONTE ( Estados: MG e ES). Data: 27/outubro. Coordenadores: Dep. ISAÍAS SILVESTRE e JÚLIO DELGADO. 6ª) Local: PORTO ALEGRE (Estado: RS). Data: 27/outubro. Coordenadores: Dep. TARCISIO ZIMMERMANN e POMPEO DE MATOS. 7ª) Local: CUIABÁ ( Estados: MT, AC e RO). Data: 03/novembro. Coordenadores: Dep. CELCITA PINHEIRO e MIGUEL DE SOUZA. 8ª) Local: FORTALEZA ( Estados: CE e RN). Data: 03/novembro, Coordenador: Dep. ROMMEL FEIJÓ. 9ª) Local: RIO DE JANEIRO ( Estado: RJ ). Data: 03/novembro. Coordenadores: Dep. ALMIR MOURA e CARLOS SANTANA. 10ª) Local: BELÉM (Estados: PA, AP, RR e AM). Data: 10/novembro. Coordenadores: Dep. PAULO ROCHA e BABÁ. 11ª) Local: SÃO LUÍS (Estados: MA e PI). Data: 10/novembro. Coordenador: Dep. Dr. RIBAMAR ALVES. 12ª) Local: CURITIBA (Estado: PR). Data: 30/10 ou 06/11/03. Coordenadora: Dep. DRª CLAIR. 13ª) Local: PALMAS (TO). Data: A ser definida. Coordenador: Dep. RONALDO DIMAS. **C) VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS –** Os requerimentos constantes da Pauta não foram deliberados, tendo sido adiados de ofício. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou reunião para o dia oito de outubro, no plenário onze, para votação de requerimentos e eleição do segundo e terceiro vice-Presidentes da Comissão. A reunião foi encerada às doze horas e cinqüenta e um minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**, juntamente com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Bom-dia, senhoras e senhores.

Saúdo o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Osvaldo Martinês Bargas; o Sr. Relator, companheiro Deputado José Chaves; funcionárias e funcionários assistentes; o Deputado Antonio Carlos Pannunzio e demais presentes, dentre eles um grande sindicalista baiano, uma advogada trabalhista, um gaúcho e um paranaense.

Saúdo, em especial, o Dr. Ricardo Nacim Saad, representante do SECOVI de São Paulo, que veio assistir à exposição do Sr. Osvaldo Martinês Bargas.

Registro a presença do Sr. Renato Zandonadi, representante do Deputado Leonardo Vilela, que não pôde comparecer, e da ilustre Deputada Neyde Aparecida, que acaba de chegar.

Estamos quase no fim do prazo para mudanças de partido. Para Brasília, é o último dia. Ouvi muitos Parlamentares dizerem que vão mudar de partido hoje, mas ainda assim daremos início a esta reunião.

Há uma ata a ser lida.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, a ata foi distribuída previamente e, sendo V.Exa. conhecedor da praxe da Casa, solicito dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Dispensada a leitura da ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico que recebemos ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados, justificando a ausência do Deputado Jamil Murad às reuniões da Comissão no período de 6 a 14 de setembro, e da querida Deputada Neyde Aparecida, no período de 7 a 13 de setembro, em razão de viagem em missão oficial.

Portanto, está justificada a falta dos companheiros.

Esta audiência pública tem como objetivo ouvir o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Osvaldo Martinês Bargas, coordenador do Fórum Nacional do Trabalho, de composição tripartite, do qual participam representantes do Governo, do empresariado e dos trabalhadores.

Os nobres Deputados sabem que vivemos 2 momentos importantes, muito marcantes na nossa vida legislativa, quais sejam o debate e a votação das reformas previdenciária e tributária nesta Casa.

Queremos crer que o próximo debate será das reformas trabalhista, sindical e do Poder Judiciário. Nada melhor do que iniciar este debate ouvindo a exposição de alguém que representa o Governo e coordena esse fórum que já promoveu conferências estaduais, já tendo tomado algumas decisões por consenso e dissenso. Essa experiência nos ajudará a enriquecer posteriores debates.

Planejamos realizar audiências públicas em Estados a serem escolhidos pelos Deputados. Programamos para os dias 24 e 25 de novembro a realização de uma conferência internacional – alguns palestrantes e convidados já confirmaram presença – que contará com a participação de países que já viveram reformas sindicais e trabalhistas, ou vivem sob a égide da liberdade sindical, ou ainda vivem uma história parecida com a nossa, dependendo da região, a exemplo de Argentina, Itália e outros países.

Recebemos indicação para convidar pessoas como o Sr. Simon Boshielo, da África do Sul, país cuja história é parecida com a nossa e possui um novo Governo que também tem relações com o movimento sindical; o Sr. Stanley Gacek, dos Estados Unidos; os Srs. Hassan Yussef e Clair Siobhsn Ruppert, do Canadá; o Sr. Luigi Cal, da Itália; outros da Espanha, que viveu o Pacto de Moncloa, da Argentina e representantes da OIT.

A construção de uma nova organização trabalhista e sindical no Brasil depende da nossa vontade e da nossa experiência – e temos muito o que dizer –, mas não seria inteligente desconhecer a realidade mundial. O País participa do processo de globalização. E mesmo que não tenhamos participação nas decisões internacionais, é importante ouvirmos outras experiências.

Convidaremos empresários e trabalhadores, enfim, pessoas que defendem posições parecidas com as do movimento sindical e da representação patronal brasileira.

Queremos que o debate seja o mais democrático possível, porque, apesar da importância do fórum e da expectativa quanto à sua realização, apesar das propostas do segmento patronal, de trabalhadores e dos operadores do Direito, sabemos que chegará o momento em que a responsabilidade recairá sobre nós. Assim como aconteceu na discussão das outras reformas, teremos, em algum momento, de definir o caminho.

Em atenção à praxe da Casa e à informação do próprio Presidente João Paulo Cunha, esta Comissão Especial tem como objetivo avaliar propostas apresentadas à PEC ou às PECs. O Presidente, o Relator e os demais membros já designados serão mantidos pelos partidos, pois acompanham desde o início os debates.

Há alguns requerimentos a serem votados. Também precisamos eleger o 2º e o 3º Vice-Presidentes da Comissão. Deixaremos essas definições para o momento certo. Agora é fundamental ouvirmos o companheiro Osvaldo Martinês Bargas, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em audiência requerida pela Deputada Dra. Clair.

Concedo a palavra à Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes, estão presentes a esta audiência representantes do CFEMEA, movimento organizado de mulheres.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Sejam bem-vindos.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Propomos, até por sugestão desta entidade, que nesse seminário internacional haja debate específico sobre o trabalho das mulheres, já que representamos mais de 50% da população do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Boa sugestão.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Também gostaria de analisar, com V.Exa., os nomes dos convidados para o evento e sugerir outros.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com referência ao debate sobre o trabalho da mulher, é uma excelente sugestão. Realmente não havíamos previsto isso. Acato imediatamente a sugestão, para dar-lhe o devido encaminhamento.

Na próxima reunião discutiremos os nomes. Houve avanço sobre o que decidimos na reunião passada quanto à escolha dos países. Agora, vamos definir os nomes e analisar as sugestões de cada Parlamentar.

Devido à burocracia da Casa, às vezes dependemos da confirmação de nomes ou de algum detalhe para assinar requerimentos e providenciar passagens e hospedagem. Já houve ocasião em que adiamos reuniões por mais de 30 dias. Devemos nos apressar, portanto, para fazer isso da melhor maneira possível. Podemos discutir o assunto sem a necessidade de marcar reunião, desde que se cumpram os critérios aprovados pela própria Comissão.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, na última reunião que realizamos, além deste debate acerca do seminário internacional, que todos aprovamos, também se discutiu a realização de audiências públicas em algumas Capitais. Foi constituída uma comissão – conforme consta em ata –, que sugeriu a elaboração de um calendário para estas reuniões nos Estados. Se não me engano, a primeira se dará no dia 13, em São Paulo.

Talvez fosse conveniente verificarmos se esse calendário foi realmente aprovado. Caso contrário, haveria mais tempo para realizarmos as audiências. Se realmente tiver sido aprovado, teremos de tomar providências urgentes, porque estamos no dia 2 de outubro, e para o dia 13 faltam poucos dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – O calendário está aqui. Porém, sugiro que conversemos sobre isso após a exposição do Sr. Osvaldo Martinês Bargas.

Agradeço ao Sr. Secretário a disposição de comparecer a esta reunião, a fim de fornecer aos Parlamentares propostas sobre as quais se debruçarão para concluir a reforma trabalhista.

Concedo a palavra ao Sr. Osvaldo Martinês Bargas.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Cumprimento o Presidente, meu amigo, companheiro e concunhado, Deputado Vicentinho. Somos ligados não só pela luta trabalhista, mas por vínculos familiares. Cumprimento o Relator, Deputado José Chaves; a Deputada Dra. Clair, companheira de luta, e todos os presentes.

Falar sobre o Fórum Nacional do Trabalho é falar sobre uma das prioridades deste Governo. Durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, Lula apresentou seu programa de governo e propôs a criação de um fórum em que trabalhadores e empregadores pudessem discutir variadas questões e chegar ao entendimento, com o objetivo não só de fortalecer o movimento sindical de ambas as partes, mas também de oferecer ao País modelo de relação de trabalho condizente com a sua realidade e com os novos desafios do setor.

Coube ao Ministério do Trabalho a constituição deste fórum, cujo objetivo é promover reformas trabalhistas de forma diferente daquela proposta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que, a nosso ver, não teve o necessário diálogo com a sociedade, ou seja, com os principais atores que compõem as relações de trabalho: trabalhadores e empregadores.

A composição e o funcionamento do Fórum Nacional do Trabalho tiveram como espelho os princípios da OIT. Portanto, trata-se de um fórum tripartite, do qual participam empregadores e trabalhadores de forma autônoma, independente. Constituímos este modelo a partir de amplas consultas, de lado a lado. Tanto os trabalhadores quanto os empregadores tiveram liberdade de compor suas bancadas.

A bancada do Governo, diferentemente do que acontece na OIT, por determinação do Ministro Jaques Wagner buscou representantes não apenas no Poder Executivo, mas também no Legislativo e no Judiciário, a fim de que aqueles que compõem, na verdade, o Estado brasileiro contribuíssem de forma positiva durante todo o processo de discussão do fórum.

O Fórum desempenha seu trabalho, primeiramente, por meio de discussões abertas – ontem foi o último dia –, realizadas em plenárias nos Estados. Houve várias conferências, a maioria no interregno de uma semana. Trabalhadores e empregadores manifes-

taram suas posições em relação aos temas abordados na reforma, e o resultado será agora sistematizado e oferecido à chamada Comissão de Sistematização. Posteriormente, as partes envolvidas analisarão esses relatórios, que influirão naturalmente no seu posicionamento.

O Fórum trabalha com grupos temáticos: Organização Sindical, Negociação Coletiva, Sistemas de Composição de Conflito, Legislação do Trabalho, Normas Administrativas sobre as Condições de Trabalho, Organização Administrativa e Judiciária. Há também um grupo, que se encontra reunido hoje, para tratar das pequenas e microempresas, bem como da qualificação e certificação profissional.

Entendemos que o Fórum Nacional do Trabalho deveria iniciar as discussões com o tema Organização Sindical e não por Legislação do Trabalho. E por quê? Porque, se entendemos que é preciso constituir um sistema de relações de trabalho em que as negociações coletivas sejam peça fundamental, é importante também constituir um sistema de organização sindical mais representativo, no sentido de que o objeto da negociação realmente tenha valor.

Todos sabem que a Justiça do Trabalho acumula milhares de processos. Muitas vezes, aqueles que participam da negociação não são capazes de dar credibilidade ao que está sendo negociado. O resultado são passivos trabalhistas que as empresas são obrigadas a enfrentar.

Portanto, para que as negociações coletivas sejam peça fundamental do sistema de relações de trabalho, é importante definir os princípios da organização e da representação sindical, seja do lado patronal, seja do lado dos trabalhadores.

Temos hoje, aproximadamente, 18 mil sindicatos. A tarefa de concessão do registro sindical é minha, está a cargo da Secretaria que coordeno. Nos últimos anos, concedemos registro a cerca de 600 novos sindicatos. Se V.Exas. forem hoje à minha sala, perceberão que a mesa está entulhada de pedidos de registro sindical, quase 7 mil em tramitação no Ministério do Trabalho.

Um dirigente sindical disse, há 3 semanas, que no Brasil é mais fácil criar um sindicato do que abrir um botequim. É verdade. Para criar um sindicato, é necessária a publicação, na parte de classificados de qualquer jornal, da convocação de uma assembléia; depois de feita a ata da assembléia – que não se sabe se foi ou não realizada –, ela é enviada, junto com o edital e um estatuto do sindicato, ao Ministério do Trabalho. Se não houver impugnação, obtém-se o registro sindical.

No Ministério do Trabalho colecionamos algumas pérolas, a exemplo dos sindicatos formados apenas por familiares; daqueles em que as eleições são realizadas a cada 5 ou 10 anos, em assembléias que geralmente ocorrem durante o carnaval, entre o Natal e o Ano Novo, etc.

A partir de 1988 se tornou possível criar sindicatos simplesmente com o cumprimento de algumas exigências editadas em portaria. Antes havia legislação sobre a lógica da unicidade sindical. Com a nova Constituição, houve confusão entre liberdade e unicidade.

Antes de 1988, a concessão de registro sindical e, portanto, o monopólio daquela representação era condicionada ao cumprimento de diferentes requisitos, tais como estatuto padrão; carta de próprio punho do candidato a dirigente sindical, informando não ser subversivo – lembro-me de que, em 1981, quando Vicentinho e eu fomos candidatos da mesma chapa, tive de assinar uma carta em que declarava não ser comunista; envio da prestação de contas do sindicato ao Ministério do Trabalho. Se não estivesse correta, o sindicato poderia sofrer intervenção. Enfim, havia controle por parte do Estado sobre o sindicato, e eram muitas as exigências, mas elas foram extintas a partir de 1988.

E mais: em 1988, além do imposto sindical, que era garantido e possibilitava o monopólio e a sustentação financeira, foi criada a taxa confederativa. Juntando-se a facilidade de criação do sindicato, a constituição do estatuto como bem se entendesse e a nova taxa, cobrada de forma compulsória, o resultado foi um aumento fantástico de pedidos de criação de sindicatos.

Esse não é um problema só dos trabalhadores, mas também do setor empresarial. O que restou a partir de 1988? A pior parte que a unicidade e a liberdade sindical ofereciam, e sem qualquer controle.

Em relação à reforma sindical, entendemos que o Fórum Nacional do Trabalho não pode ser apenas um espaço de debate sobre idéias, mas também de negociação. Daí por que é constituído de mesas de negociação. Sabemos que nenhum projeto dá certo se for baseado na idéia defendida por uma única pessoa ao longo dos anos, nem vai atender à pretensão daquele companheiro à minha frente. O novo sistema deve ser o resultado do entendimento entre as partes envolvidas.

Na reforma sindical o Governo tem atuado de forma propositiva e não só na condição de mediador, buscando soluções para as questões apresentadas. O Governo tem-se posicionado no sentido de reconhecer os quase 70 anos da cultura sindical. Mesmo porque não se pode pensar em mudança de sistemas com o desprezo dessa cultura, mas a partir dela.

Também precisamos pôr um fim ao imbróglio muitas vezes verificado no debate sobre a organização sindical, ou seja, liberdade *versus* unicidade sindical. O Governo acha que esta é uma falsa polêmica. O nosso atual sistema está falido, não oferece aos trabalhadores a possibilidade de participarem de organizações sindicais representativas, e pode ser logo dividida para atender a interesses geralmente ilícitos, simplesmente para fácil obtenção de recursos.

Portanto, é preciso considerar a cultura sindical para tentar arrumar a casa. Desenvolvemos essa primeira idéia no grupo que trata da Organização Sindical, e já houve avanço no processo de negociação. Por acordo, entendeu-se que as centrais sindicais devem ser reconhecidas como entidades sindicais. O acordo também foi no sentido de que poderá haver mais de uma central sindical, até porque, do contrário, naturalmente já se teria uma idéia de como todo o sistema seria concebido. Porém, como as 3 bancadas optaram pela existência de mais de uma central sindical, naturalmente elas não poderão pairar acima das outras organizações. Elas devem ter corpo e finalidade.

Ficou acordado que, em âmbito nacional, estadual ou interestadual, essas centrais sindicais podem organizar os ramos de atividade, ou seja, as confederações e federações. Cada uma delas pode constituir organizações verticais.

E qual será o limite de quantidade? É uma questão que também está sendo discutida hoje pelo grupo. É a pauta das discussões que estão ocorrendo, de forma separada entre trabalhadores e empregadores, e de ambos com o Governo. Trata-se dos critérios da representação. Se for mais de uma, quantas? Pelas informações que temos, existem hoje 13 centrais sindicais no País. Serão 13, 14 ou 15? Se queremos um sistema representativo de organização sindical, precisamos de critérios para o reconhecimento das centrais sindicais. "Você quer criar uma central sindical? Parabéns! Vá à luta! Mas para obter o reconhecimento e a titularidade da representação, você tem de auferir a sua representatividade".

Este é um ponto que está sendo discutido. Há avanços significativos sobre os conceitos para avaliar essa representatividade, que vão servir também para os sindicatos de base. A discussão agora é se, na base, poderemos ter um ou mais sindicatos. O importante é ter uma estrutura, um modelo de organização sindical que tenha coerência e possa se manter.

Na questão patronal, é a mesma coisa. Os patrões optaram por um sistema que não prevê a formação de centrais sindicais, mas de confederações. Essa decisão do setor patronal nos coloca diante da seguinte questão: a organização patronal e de trabalhadores, diferentemente de como é hoje, pode ser assimétrica, pode ter um modelo diferente. Mas deve ser garantida, na negociação coletiva, a inter-relação dos 2 sistemas. Caso contrário não funcionará.

Definido o sistema assimétrico, tem início o processo de negociação entre Governo e trabalhadores e entre Governo e empregadores, para decidir como será constituído.

Considerando que vamos trabalhar com critérios de representatividade, há um problema a enfrentar, discutir e negociar. Caso se defina o número mínimo de 20% dos representados para a base sindical, seja patronal, seja de trabalhadores, será possível existir mais de uma organização, porque outras podem alcançar 20%, não havendo como reconhecer uma e não outra. Se forem estabelecidos outros critérios, poderemos inibir a proliferação de sindicatos, a pluralidade ou a pulverização que existe hoje, essa corrida desenfreada para a criação de sindicatos, em função apenas da sustentação financeira.

Outra questão que ainda não está sendo discutida, mas que naturalmente é importante é a sustentação financeira dos sindicatos. Hoje existem o imposto sindical, a contribuição confederativa e a mensalidade associativa. Entendemos que não é válido debater agora o fim ou não do imposto sindical, mas apenas a forma de sustentação financeira do sindicato. Não haverá sindicato representativo e forte se não houver dinheiro, não é verdade? Então, a idéia é discutir essa forma de sustentação financeira. Não pode continuar sendo da forma como é hoje. Grande parte dos trabalhadores – não vamos generalizar – não recebe 12 salários por ano, além do 13º salário. Por quê? Porque um salário ou mais vai para os sindicatos. Se somarmos tudo o que é cobrado dos trabalhadores – 2% ao mês de contribuição confederativa; mais 5% ou 6% ao mês, que vão para a contribuição assistencial; mais imposto social –, veremos que não dá 12 salários. Um salário ou mais fica por conta do sindicato. É só levantar os dados. Isso ocorre nas categorias menos organizadas, em que os trabalhadores nem sabem onde fica o sindicato. E o desconto é feito na folha de pagamento. No setor empresarial, os maus patrões também consideram isso uma boa idéia, porque não incide nas taxas fiscais, trabalhistas etc.

O sindicato conquista uma cesta básica e faz todo tipo de propaganda sobre o fato. Só que a cesta básica é muito cara, porque boa parte do dinheiro vai para o sindicato. Há sindicatos importantes em que, quando há reajuste, os 2 primeiros meses vão para eles. Como muitas vezes o reajuste vem na forma de abono, nos 2, 3 primeiros meses ele não vai para os trabalhadores, fica com o sindicato. Por quê? Porque

não há nenhuma regra que estabeleça essas taxas, essa forma de cobrança. Então, o sindicato passa a ter muito dinheiro em prol de poucos.

Há sindicatos que negociam a abertura do comércio aos domingos. Eles cobram uma taxa para isso. Dizem: *"Você quer abrir o comércio aos domingos? Quantos trabalhadores você tem? Tem 10? Então é 'x'. Tem 20? Então é 'y'. Tem 30? É mais uma taxa"*. Isso me lembra a máfia em Chicago, em que se pagava taxa de segurança para abrir um boteco ou um comércio. Não estou querendo fazer terrorismo, mas funciona mais ou menos assim.

Não é o sindicato patronal que se comporta dessa forma, mas o sindicato dos trabalhadores. Há exemplos disso. Esse modelo de organização sindical tem de ser mudado. A forma de sustentação financeira do sindicato tem de ser alterada. O trabalho que estamos fazendo é no sentido de partir da cultura daquilo que temos para tentar arrumar a casa.

Outra questão, por exemplo, que já demonstrou importantes avanços diz respeito à contratação coletiva. Hoje, os contratos coletivos são realizados apenas pelos sindicatos de base. As federações e confederações não têm a tarefa da contratação coletiva. Há um acerto no sentido de que as organizações superiores, as federações e as confederações realizem também acordos coletivos. É uma revolução, porque se pode permitir que trabalhadores e empregadores estabeleçam políticas salariais que não estejam restritas apenas àquela empresa, àquela base.

Quanto à composição do conflito também há avanço. Já há acordo no sentido de que as partes podem constituir mediadores e árbitros, a fim de encontrar saída para os conflitos trabalhistas e não apenas para a questão da Justiça do Trabalho.

Então, nos 3 grupos de trabalho que já estão se reunindo há clara possibilidade de, em comum acordo entre trabalhadores e empregadores do Governo, oferecermos ao Congresso Nacional importantes consensos. Naturalmente, creio que serão considerados por V.Exas. no processo da reforma, porque na verdade quem vai decidir ao final sobre essa reforma será o Parlamento. E vamos oferecer – o Governo aos trabalhadores e aos empregadores – aquilo que as partes tiveram condições de negociar, de acordar.

Quanto à reforma trabalhista, está prevista reunião do grupo de trabalho para o final do mês de outubro. Vamos discutir um pouco sobre a legislação trabalhista.

Diferentemente do que ocorre na organização sindical, na legislação trabalhista o Governo vai procurar muito mais ser mediador do que oferecer propostas, porque a questão tem a ver mesmo com os principais atores, que são quem emprega e quem busca trabalho. Entendemos que ambos os lados vão oferecer pautas: os trabalhadores querendo ampliar os seus direitos e os empresários, naturalmente, procurando defender, talvez, aquilo que se apresentou no projeto de lei de Fernando Henrique, que é um processo de flexibilização. Mas o Governo vai atuar muito mais como mediador. Ele tem-se manifestado – pelo menos o Ministério do Trabalho, na pessoa do Ministro – no sentido de que, em primeiro lugar, quer oferecer alguns conteúdos da Consolidação das Leis do Trabalho que já não servem a ninguém, nem aos trabalhadores nem aos empregadores, para, numa primeira discussão, acordar no sentido de se fazer o que o Ministro chama de faxina na CLT. A partir daí, então, vamos sistematizar aquilo que ambos os lados, trabalhadores e empregadores, estão oferecendo ao debate, para que esse grupo de trabalho avance.

Esperamos concluir os debates das questões referentes à organização sindical até o final de novembro. Talvez até o final de fevereiro possamos oferecer algo que tenha a ver com a legislação do trabalho. Portanto, serão 2 grandes projetos de lei que estaremos encaminhando.

Na questão trabalhista, entendemos que não dá para dividir muito. Temos de montar um sistema. O sistema tem pé, não dá para fatiar isso. Quanto à legislação do trabalho, porém, pode ser que haja mais de um projeto de lei, já que a legislação pode tratar de direitos, de jornada de trabalho etc. Então, pode conter projetos de lei diferentes.

Sei que falei demais. Creio que os senhores querem fazer alguma pergunta e estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Secretário Osvaldo Martinês Bargas.

Antes de ouvir os Deputados que farão perguntas ou manifestações, passo a palavra ao nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES** – Meu caro Presidente Vicentinho, Srs. Deputados, Sra. Deputada Dra. Clair, vou ter de me ausentar dentro de poucos minutos, atendendo justamente a convite informal do TST para um almoço com o Presidente Francisco Fausto e os demais Ministros. Quero crer que seja para uma conversa. Então, penso que é muito oportuno eu iniciar os debates. Tenho certeza de que os Deputados completarão as perguntas ao representante do Ministério sobre a questão da reforma trabalhista.

Gostaria de ouvir a posição do Governo quanto à questão da Justiça do Trabalho. Tenho recebido imensa demanda a respeito do que vamos fazer, do que vamos mudar. Alguns pensam que com 24 horas qualquer conflito na Justiça será resolvido; outros acham que se deve retornar ao período da Lei Áurea, à escravatura.

De outro lado, alguém diz que um dia de trabalho já é suficiente para a estabilidade completa. Esses são os extremos, informa João Coser. Eu diria que o tema nos preocupa. Até porque não sei se vamos ter, em termos políticos e institucionais, condições de discutir a reforma do Judiciário separadamente do âmbito geral. Esta Casa, há 8 anos, tem em pauta a reforma do Judiciário. A reforma trabalhista está inserida? Parece-me que sim. Nesse caso, trataremos das duas separadamente? Não há nenhum foro hoje, seja de empregados, seja de empregadores, que fale na morosidade da Justiça do Trabalho, beneficiando, talvez, os mal-intencionados, os litigantes, que querem realmente procrastinar – normalmente a classe patronal, pela fragilidade do empregado.

O que o Governo pensa sobre o assunto. Podemos dividir ou fatiar, usando a expressão comum? No caso específico da Justiça do Trabalho, é evidente que outros temas surgem, como o trabalho infantil, a questão das mulheres, o trabalho escravo, a criação de novos empregos, algo que está sendo vendido com grande ilusão. Particularmente, até pela minha condição de Relator, estou somando as opiniões, mas me parece que em nenhum do mundo lugar se consegue criar emprego por meio de lei. Agora, também uma lei ou duas podem dificultar a criação de novos empregos. Essa é uma questão que complementa, na minha opinião. Neste momento, Dr. Bargas, é importante ouvir o que o Ministério pensa a respeito da Justiça do Trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Peço permissão para que o convidado responda já, porque nosso Relator terá de sair. Depois, continuaremos o debate.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Na verdade, de acordo com a minha opinião, a Justiça do Trabalho tem de passar também por uma reforma.

O que se está discutindo tem relação direta com a questão da organização sindical. Quando se fala no sistema de composição de conflito, o tema está diretamente ligado à Justiça do Trabalho. São os dissídios coletivos, o poder normativo da Justiça do Trabalho. Já construímos um acordo, um entendimento entre Governo e empresários, no sentido de que o poder normativo deve ser extinto. Não quer dizer que deverá ser extinta a Justiça do Trabalho, mas a possibilidade de ela ficar dizendo: *"Se os trabalhadores estão reivindicando 5 e os empresários estão oferecendo 2, então eu vou aqui dizer quanto é que tem que ser"*. Esse papel, hoje, é atribuído à Justiça do Trabalho. Entendemos que o assunto tem de ser resolvido entre as partes. Elas podem contratar mediadores, árbitros que irão solucionar o problema de forma muito mais rápida e satisfatória, porque ambas as partes estão comprometidas com a questão. Mas não há acordo a esse respeito, porque os trabalhadores têm algumas dificuldades em função das categorias menos mobilizadas, que pensam que a Justiça do Trabalho ainda é uma salvaguarda. Mas esse é um processo a ser discutido.

Caberá à Justiça do Trabalho, através de outro foro e não exatamente do Executivo, reformar todo esse modelo de organização de relações de trabalho. Temos um grupo de trabalho que só vai ser criado a partir da formatação desse modelo, que é a questão da organização administrativa do Judiciário. O próprio Ministério do Trabalho vai ter de se moldar a esse novo modelo. Por exemplo, o registro sindical vai continuar existindo? Que tarefa o Ministro do Trabalho vai exercer a partir da conformação desse novo modelo? Cabe também repensar o papel da Justiça do Trabalho depois que o Congresso tiver aprovado o novo modelo de organizações e relações de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Ronaldo Dimas, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Osvaldo, achei de certa forma até preconceituosa a observação feita por V.Sa. de que o empregador considera o desconto do empregado uma boa idéia, porque não há nenhum outro tipo de incidência de tributo sobre isso.

Em primeiro lugar, não é essa a realidade. Hoje, as convenções coletivas estão praticamente impedidas de colocar desconto compulsório na folha de pagamento dos funcionários. Esses descontos têm de ser para os associados aos sindicatos e com a declaração expressa de concordância dos sindicalizados. Então, é uma contribuição do associado para o seu sindicato.

Estou cansado de ver a própria Justiça do Trabalho derrubar cláusulas convencionais que determinam que haja desconto direto na folha, querendo ou não o trabalhador. Não me parece que seja do interesse de nenhum trabalhador que esse desconto ocorra. É uma vontade expressa do trabalhador de contribuir ou não para o seu sindicato. Se há pressões para que isso ocorra, é outra história.

Para mim, é uma novidade o que V.Sa. está dizendo, ou seja, que existe uma espécie de máfia que força os trabalhadores a contribuírem com o sindicato. Seria interessante que V.Sa. citasse com clareza quais são esses sindicatos, porque não podemos ficar simplesmente vendo isso ocorrer e achar que está certo. Nesse caso, cabem outras medidas. Não podemos ser coniventes com situações como essa a que V.Sa. se

referiu. Temos de tomar as providências cabíveis para que isso não ocorra.

Já falei algumas vezes, mas quero deixar claro, mais uma vez, que não sou muito favorável a uma mudança radical. Na verdade, as questões sindicais são relativamente tranqüilas na sociedade brasileira. Há uma série de sindicatos criados em função de brechas na legislação, principalmente em relação à contribuição compulsória que vai para eles. A partir do momento em que essa contribuição migrar de base – essa é a minha linha de pensamento –, vários sindicatos vão acabar automaticamente. Vão migrar dessa base aqueles que prestam serviços, seja através das convenções ou de outros tipos de atividades em que possam efetivamente estar recebendo pela convenção negociada e não por existir simplesmente como sindicato. Assim, acabaríamos com muitos sindicatos fantasmas que sabemos que existem.

Quero deixar esses pontos de vista e também fazer uma pergunta. Estamos falando da reforma sindical, não da reforma trabalhista. São assuntos diferentes. A população espera algum tipo de benefício. Que benefício uma reforma sindical traz à população?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Deputado Ronaldo Dimas.

Tem a palavra a Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Inicialmente, cumprimento o Secretário Osvaldo Bargas. Quero agradecer a presença de S.Sa. na Câmara dos Deputados e fazer algumas considerações. Pelo que estou sentindo no debate, vamos caminhar no sentido de estabelecer algumas regras em relação ao movimento sindical.

Se aprovássemos a liberdade sindical plena, poderíamos simplesmente colocar na Constituição que é livre a organização sindical, e cada um se organizaria da forma como quer. Em alguns países há esse tipo de organização, em que 3 ou 5 empregados podem fundar um sindicado. Pelo que estou sentindo, até pelos requisitos que estão sendo discutidos em torno das centrais sindicais, passaremos a estabelecer normas não só para as centrais, mas para a organização sindical. Estabeleceremos essas regras não na Constituição Federal, mas num estatuto sindical, que poderia ser reformulado posteriormente com mais flexibilidade do que um disciplinamento em relação à própria Constituição. Poderíamos determinar que a organização sindical acontecerá de acordo com o estatuto sindical, nos termos da Constituição. Pelas audiências públicas e debates que estão ocorrendo nos Estados, estou sentindo que o caminho a ser trilhado provavelmente será esse.

Algumas perguntas surgem. Haverá um sistema vertical fechado, desde as centrais, confederações, federações, sindicatos por ramo ou sindicatos por organização fabril? Será uma organização vertical fechada ou estabeleceremos outros sindicatos fora desse sistema vertical? Em alguns países, por exemplo, a organização do local de trabalho é livre do sistema vertical, como uma seção sindical ou um comitê sindical sem uma ligação expressa com o sistema sindical vertical. Gostaria que o colega tecesse considerações a respeito desse sistema.

Devemos estabelecer, como em relação às centrais, uma flexibilidade no sistema sindical. Por exemplo, 30% dos membros da categoria ou do ramo de negócio podem constituir um sindicato. Devemos estabelecer certa flexibilidade nesse sistema, mesmo porque, como V.Exa. já falou, sabemos de sindicatos que se constituíram com 3 ou 10 membros, no dia 26 de dezembro, sem consultar amplamente a categoria. Em razão desse sistema de unicidade sindical, outros trabalhadores não podem constituir sindicatos, já que aquele foi registrado como sendo representativo daquela categoria. Temos assistido isso na prática.

Também existe a questão da contribuição sindical. Esse sistema da unicidade sindical, na forma como está, também engessa o próprio movimento sindical e até vincula a contribuição sindical.

Darei o exemplo de um sindicato, no Paraná, que, para impossibilitar que os trabalhadores se sindicalizem, estabelece valores de mensalidades incompatíveis com a possibilidade de pagamento dos trabalhadores. Um trabalhador que recebe 450 reais tem uma mensalidade de sindicato de 70 reais. Além de pagar a contribuição sindical e outras, ainda tem uma mensalidade de 70 reais. É impossível ele se filiar ao sindicato e concorrer às eleições. Em razão disso, restringe-se a possibilidade de filiação.

Em relação à reforma trabalhista, temos de verificar quais os problemas apontados na questão das relações do trabalho. O principal é o desemprego e a questão da redução da jornada de trabalho como forma de ampliar o emprego. Segundo dados, se a jornada for reduzida de 44 para 40 horas, criaremos, em tese, 2 milhões de empregos. Temos também de discutir a questão da informalidade, das terceirizações e da rotatividade da mão-de-obra. Há problemas sérios que devemos resolver com a reforma trabalhista.

Por último, o Governo também deveria se preocupar com a reforma processual do trabalho. Um processo não pode demorar 10 ou 15 anos. Na prática, se eu entrar com um projeto de lei hoje, não está garantido que o votaremos daqui a 4 anos. Posso já não estar mais no Congresso. É importante que o Governo se

preocupe com essa questão. Nesse processo de reforma trabalhista, também devemos fazer um projeto para reduzir instâncias, recursos e aumentar a celeridade processual. A Comissão de Reforma Trabalhista já tinha destacado esse objetivo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Dra. Clair.

Estão inscritos os Deputados Eduardo Valverde, Paulo Rocha, Daniel Almeida e Pompeo de Mattos.

Tem a palavra o Sr. Osvaldo Martinês Bargas.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Falei dos maus patrões, mas existem também os maus sindicalistas. Em todo lugar existem os bons e os maus.

O trabalhador não opta pela contribuição confederativa e o imposto sindical. São verbas compulsórias. A mensalidade que o trabalhador, ao se sindicalizar, se compromete a pagar vai à empresa, autorizando-a a descontar na folha de pagamento; a contribuição sindical é imposição presente na lei; e a contribuição confederativa está no contrato de trabalho. Alguns trabalhadores, como já foi dito, fazem parte de sindicatos fantasmas.

Hoje, no Brasil, há sindicatos atuantes, que têm uma longa tradição de mobilização, de organização, de representação, e há sindicatos que estão no papel, registrados, com diretoria, etc., mas não existem na prática, não funcionam. Na minha base sindical também há um. Sabe por que acontece isso? Para evitar a divisão das bases sindicais, aquele sindicato maior cria um sindicato no papel e evita que se crie outro. Em nossa base sindical, em Diadema, há um sindicato que tem diretoria, está regularizado, mas não sindicaliza ninguém. Assim, ninguém pode entrar com pedido de registro naquele Município. Essa é uma forma utilizada para evitar a divisão de sindicatos.

Por exemplo, com a mudança na legislação dos portos, alguns sindicatos extinguiram-se, mas estão registrados no papel. Aqueles trabalhadores estão praticamente impedidos de se organizar. Quando querem criar seu sindicato, a forma de organização do trabalho acusa que já existe um sindicato, mas sem diretoria, sem ninguém oficialmente. Existe gente que se aproveita disso? Existe. Existe máfia? Sim. Agora, isso tudo está de acordo com a legislação. Se utilizei aqui uma palavra preconceituosa, desculpe-me, mas de fato existem trabalhadores bons e maus e empregadores também bons e maus.

Quanto à questão da organização sindical, não conheci nenhum país do mundo em que a organização dos trabalhadores é livre. Há livre organização dos trabalhadores, que podem ir a cartório registrar um sindicato, mas quanto à tarefa e ao poder de representação, é preciso uma lei que o regulamente. Uma empresa não pode negociar com cada sindicato que reúna 3 trabalhadores. É preciso uma lei que regulamente a representação. A Convenção de 1987 permite isso. É livre a organização, mas é preciso uma lei que regulamente o poder de negociação da representação. Se não houver isso, não se pode descontar mensalidade em folha de associado nem exigir determinadas vantagens para essas organizações.

Queremos estabelecer esses critérios de representação. Não estamos fazendo a pregação da Convenção de 1987. O estabelecimento, a ratificação da Convenção de 1987 seria muito mais abrangente do que aquilo que estamos construindo, que é encontrar, a partir da nossa cultura, uma solução. Se simplesmente discutirmos, se ratificaremos ou não a Convenção de 1987, se há liberdade sindical ou não, no Fórum não haverá consenso.

Estamos buscando, junto com trabalhadores e empregadores, a construção de um sistema de representação que seja porta-voz dos trabalhadores nas relações de trabalho. Assim, a sociedade ganhará. Há categorias que têm hoje 450 mil trabalhadores e 50, 80 ou 2 mil sócios. Na verdade, esses trabalhadores estão proibidos de se organizar sindicalmente.

No setor empresarial, ocorre a mesma coisa. Existem setores empresariais importantes que não se sentem representados pelas confederações, segundo o sistema que aí está. Na Secretaria de Relações do Trabalho existe uma enorme quantidade de pedidos de registro de novos sindicatos, patronais ou de trabalhadores, porque o sistema, da forma como está, não consegue atender às demandas, aos interesses de determinados trabalhadores. Naturalmente, se for estabelecido um sistema mais representativo, a população ganhará.

A questão da sustentação financeira está correta. As mensalidades não são altas. Muitas vezes, os sindicatos cobram mensalidades baixíssimas, de 5 a 10 reais, porque sua arrecadação mesmo são as contribuições compulsórias. Para ser sócio de alguns sindicatos, é preciso entrar na Justiça, porque eles dizem que as sindicalizações estão encerradas, que a cota já está preenchida. Não podemos mais ter sócios. Por quê? Porque todo o sistema que temos hoje é para não haver sócio, que dá despesa. A pessoa vai pedir clube de campo, médico, assistência, há eleições, há o risco de se tomar a direção do sindicato. Há todo um sistema errado, sobre o qual temos de atuar.

Quanto à legislação do trabalho, estou de acordo com você. A iniciativa sobre legislação do trabalho deve ser do Governo, mas no Fórum entendemos que o papel do Governo é atuar muito mais como mediador

do que como propositor, porque os trabalhadores e os empresários sabem muito bem o que querem para ampliar os postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho e de vida. No fórum de discussão, no que diz respeito à legislação do trabalho, acreditamos que a participação do Governo deve ater-se muito mais à busca de entendimento entre as partes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, Secretário Osvaldo Bargas.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela *TV Câmara*. Queremos saudar os nossos telespectadores.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sugiro a V.Exa. que formemos um grupo de 2, 3 ou 4 Parlamentares e que V.Exa. decida quais os Parlamentares que participarão de cada grupo, a cujos questionamentos o Dr. Osvaldo responderia em seguida. Essa seria uma prática melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Era o que estávamos fazendo. Obrigado pela sua sugestão, nobre Deputado.

Estão inscritos os Deputados Eduardo Valverde, Paulo Rocha, Daniel Almeida e Pompeo de Mattos, conforme já havia anunciado. Ouviremos esse grupo de 4 Parlamentares.

O Sr. Secretário pede que não façamos questionamentos muito complicados. *(Risos.)*

Solicito aos Parlamentares que sejam breves, para ganharmos mais tempo e aproveitemos ao máximo a presença do nosso Secretário.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, darei uns “pitacos” nesta Comissão, apesar de não ser mais membro dela, mas fui Presidente da CUT Regional e sou atualmente Auditor Fiscal do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Seja sempre bem-vindo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – A matéria me é interessante, porque vivi isso durante os últimos 15 anos, como sindicalista, e agora como profissional da fiscalização do trabalho.

Sou adepto do contrato coletivo articulado nacionalmente, porque entendo que o principal produto que o movimento sindical pode oferecer aos trabalhadores é um contrato em que se estabeleçam as condições e as normas trabalhistas, que dê ao trabalhador ampla proteção, porque o nível de sindicalização no Brasil é muito baixo. O modelo corporativista varguista, embora mantendo na lei a unicidade, pulverizou muito o movimento sindical brasileiro. A conseqüência disso são sindicatos fragilizados, que mal conseguem sentar com o empregador para estabelecer um acordo ou uma convenção coletiva que melhore a lei trabalhista ou, pelo menos, que faça com que ela seja cumprida.

É necessário mudar a forma de contratação, de uma contratação pulverizada, fragmentada, para níveis de contratação nacionais, em que se estabeleçam condições gerais amplas, em que atuariam como protagonistas as centrais sindicais, que fariam uma ampla proteção a todos os trabalhadores, descendo aos níveis regional e até local. Haveria uma especificidade maior, em função da região, da categoria e da condição econômica de cada setor empresarial. Isso visaria fortalecer a negociação e o movimento sindical, porque estabeleceria os protagonistas nessa relação de negociação.

Preocupa-me o fato de que, em função das condições precárias e da flexibilização que vem ocorrendo na lei trabalhista nos últimos anos, tornou-se um bom negócio hoje fundar um sindicato para burlar a lei, em vez de se montar uma cooperativa de trabalho. Fundando um sindicato, pode-se fazer um contrato coletivo local e, com isso, flexibilizar a lei trabalhista e precarizar ainda mais as condições já estabelecidas. Encontramos muitos exemplos disso quando fiscalizamos algumas atividades empresariais. O sindicato era montado e organizado pelo patrão, com o fito de contratar com base em convenção ou acordo coletivo, cujas normas cogentes trabalhistas haviam sido flexibilizadas em função de autorizações legislativas e legais com relação à jornada, a novo contrato, ao tempo de vigência do contrato, se é ou não por período indeterminado.

Pergunto ao companheiro Osvaldo Martinês Bargas qual a posição da Secretaria do Trabalho e do Ministro do Trabalho com relação à contratação coletiva, se estaria dentro das discussões atuais de fazer com que as centrais sindicais sejam de fato peças da instituição sindical, com poder de negociação e se a contratação coletiva é articulada, revivendo as chamadas câmaras setoriais, para poder pactuar normas trabalhistas. Além disso, qual a visão do Ministério do Trabalho, quais as ações, além do Fórum do Trabalho e das conferências de trabalho já realizadas, e quais os outros passos para se chegar a essa contratação coletiva nacionalmente articulada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Com a palavra o Deputado Paulo Rocha.

**O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA** – Sr. Presidente, companheiro Vicentinho, Sr. Relator, Deputado José Chaves, companheiro Osvaldo Bargas, inicialmente quero dizer que logo após falar terei de sair. Também não entrarei muito no mérito. Apenas apresentarei algumas opiniões.

Creio que o momento que estamos vivendo no País, com a conquista de um Governo democrático mais popular, que é o Governo Lula, permite-nos ir fundo nessa reforma trabalhista e sindical. Não só na Comissão do Trabalho, mas em todo o Parlamento há representantes dos trabalhadores e dos empresários qualificados, com vivência ao longo da história para debater esse tema. Estou há 12 anos na Comissão do Trabalho e sei da qualidade dessa representação. Inclusive no próprio Senado, onde é mais difícil chegarem representações mais populares, há representantes com competência e capacidade para discutir o tema. Além do ambiente democrático que avança no Executivo, onde também há atores com condições de nos autorizar a ir fundo nas questões. Por exemplo, quanto à questão sindical e ao papel da Justiça do Trabalho, creio que podemos ir fundo. Defendo por exemplo que se acabe com o TST, diminuindo assim uma instância e, talvez, mantendo os tribunais regionais. Penso que podemos avançar nesse sentido.

No que diz respeito à reforma trabalhista, chamo atenção para a dificuldade que poderia ser criada por conta do desemprego que há no País. Talvez o processo seja forçado àquilo que V.Sa. falou de que muita coisa fique na lei e não se estabeleça o processo da disputa de correlação de força através do contrato de trabalho e da conquista de leis, mas que já fique alguma coisa na lei ou na própria Constituição. Não podemos permitir que o momento conjuntural de desemprego e outras dificuldades influenciem uma legislação que deve ir fundo e tenha durabilidade ao longo do tempo. Portanto, a idéia de se avançar na questão do contrato coletivo de trabalho é uma conquista que temos de assegurar.

Por fim, sei que existe essa preocupação, mas é bom ressaltar que, dada a diversidade do País, de suas regiões, de suas diferentes realidades, temos de definir realmente a organização sindical, para não ficarmos tentados a levar em conta somente a realidade do centro-sul. Por exemplo, no processo de organização dos trabalhadores da área rural, creio que as Regiões Norte e Nordeste têm muito a contribuir. Tem de haver essa preocupação com a diversidade, com as diferentes realidades do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, saúdo V.Exa., o Relator José Chaves e o companheiro Bargas. Também considero este um momento importante, especialmente a constituição desse Fórum Nacional do Trabalho. Creio ser uma decisão inteligente que revela o momento de vivência democrática que o País experimenta e a expectativa que todos temos de que o debate efetuado nesta Comissão do Trabalho e em fóruns que estão se organizando pelo País afora possa produzir modificações na legislação que tem a ver com o mundo do trabalho.

O Deputado Paulo Rocha levantou alguns aspectos relevantes neste debate. Um deles é exatamente o ambiente conjuntural em que vivemos e que permite este debate democrático, senão não estaríamos falando de reformas, mas que também impõe limites. As condições econômicas do País, ou seja, a macroeconomia não indica um ambiente favorável especialmente para discutirmos a agregação de direitos dos trabalhadores, que vêm acumulando perdas ao longo de muitos anos. Podemos correr o risco de atribuir a reformas na estrutura sindical a responsabilidade de resolver o problema, por exemplo, do desemprego. Muitos falam que temos de proceder à reforma para gerar emprego, o que pode nos levar a uma situação que não corresponde à realidade e que, em vez de fortalecer a estrutura sindical e o movimento sindical, pode criar condições para seu enfraquecimento.

Essa é uma preocupação que deveríamos levar em conta, assim como a correlação de força política, que, mesmo reconhecendo o ambiente democrático, não é uma correlação política de virada, de aprofundamento na estrutura política e social em nosso País.

Todos comemoramos a eleição do Lula, mas sabemos que a governabilidade impõe acertos e negociações para compor uma maioria política que não indica modificações mais profundas. Experimentamos isso na reforma da Previdência, estamos debatendo na reforma tributária e, creio, também na estrutura sindical. Isso não quer dizer que não devamos ser ousados e reconhecer virtudes históricas desse movimento sindical. Às vezes, ficamos caricaturando determinadas coisas, mas temos de reconhecer que essa estrutura sindical não impediu que esse movimento sindical jogasse papel nas lutas históricas deste País e que esteve presente nas principais batalhas políticas experimentadas pelo nosso País. Eu mesmo sou fruto desse processo político da luta dos trabalhadores neste País, assim como o Vicentinho, o Bargas, o Wagner e o próprio Presidente Lula. A estrutura sindical não foi impeditiva de que essa luta pudesse se desenvolver.

Há necessidade de ajuste e de reconhecer a existência das centrais sindicais, a valorização da representatividade, a discussão sobre a organização no local de trabalho, que é uma questão fundamental em que há divergência e que precisamos debater. São temas, na minha opinião, que estão sendo tratados com muita correção e que devem merecer preocupação mais intensa de cada um de nós a partir de agora.

Mais uma vez, deixo duas ponderações para o Secretário Bargas comentar. Uma refere-se exatamente à redução da jornada de trabalho, que me parece constar da Ordem da Dia e que a Dra. Clair levantou. Em que nível isso foi colocado? Vamos tratar disso na reforma? Vamos tratar disso de forma separada? Qual o pensamento do Ministério do Trabalho a respeito dessa questão?

A outra questão se refere ao encaminhamento dessas modificações. Algumas dizem respeito às PECs, ou seja, mudanças na Constituição, e outras se articulam com modificações na legislação infraconstitucional. Acho essa idéia de um estatuto sindical muito correta no sentido de produzir liberdade e autonomia com critérios e normas que democratizem a relação sindical neste País. Como será isso? Encaminharemos PECs e mudanças na legislação ao mesmo tempo? Qual será a dinâmica pensada pelo Governo em relação ao encaminhamento e qual o debate que esta Casa será chamada a fazer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Cumprimento o Presidente Vicentinho, o Dr. Bargas e os colegas Parlamentares.

Em primeiro lugar, quero fazer uma afirmação que me parece importante e que considero como uma espécie de resgate. Sou trabalhista, sou do Partido Democrático Trabalhista, filho de um getulista. Meu pai era um brizolista dos novos tempos. Aliás, acabei de falar com o Dr. Brizola. Daqui sairei para encontrá-lo no centro, em Brasília, para tratar de questões políticas do meu partido, o PDT, do qual assumirei, em breve, a Presidência no Rio Grande do Sul, pelo voto direto e secreto dos filiados. Digo isso para fazer um resgate. O grande questionamento que se fazia no Governo Fernando Henrique Cardoso era a tese de que S.Exa. veio para acabar com a era Vargas. Esse discurso pegou, e S.Exa. desmontou muita coisa que Vargas fez, mas não atacou fundamentalmente a legislação trabalhista, com raras exceções.

A questão que está posta agora é a de que as mudanças propostas pelo Governo consumariam o fim da era Vargas na questão dos direitos trabalhistas, no que não acredito, em sã consciência, e do que, às vezes, até desconfio. Por exemplo, o Deputado Eduardo Valverde citou uma frase que acarretou um efeito muito grande: *“Essa visão varguista do Direito do Trabalho inclui uma dose de preconceito”.* Posso até exagerar na minha interpretação, mas esse viés varguista dá a entender que tudo o que Vargas fez foi errado ou que nossos males começaram aí. Mas entendo que nosso bem começou por aí e que, se mais não é, é porque mais não se fez, e mais poderia ter sido feito e, se mais não tem, é porque não fizeram. Existe, sim, a necessidade de mais se fazer.

Desde logo, quero dizer que sou um pouco sentinela nessa questão das reformas trabalhistas. É preciso haver avanços, há necessidade de aperfeiçoarmos o arcabouço jurídico e legal das questões trabalhistas, da relação empregado/patrão. Sou trabalhista e sei da importância do trabalho, mas ele não vive sem o capital. Temos de melhorar essa relação.

Chamo a atenção para o fato de que o Deputado Vicentinho é fruto do movimento sindical da legislação sindical da era Vargas, que se foi aperfeiçoando, é verdade, que se foi implementando com a categoria e com a qualidade do trabalho e sua capacidade de liderança e de outros tantos líderes, como o próprio Presidente Lula, que é a expressão de tudo isso.

Lembro-me de um dia em que o Brizola, em seus exageros, disse: *“Olha, quem criou a carteira de trabalho foi o Getúlio Vargas”*. Quem tem carteira assinada não pode esquecer de suas origens, de onde deixou enterrado seu umbigo.

Faço isso como resgate e levanto alguns pontos muito rapidamente para conceito do Dr. Bargas e para que tenhamos uma posição.

Sobre contribuição sindical, como V.Sa. a vê? Parece-me que os sindicatos se sustentaram e me arrisco a dizer que eles cresceram e se viabilizaram para efetuar o enfrentamento das suas lutas muito legítimas. Eu mesmo sou do Sindicato dos Bancários, sou funcionário de carreira do Banco do Brasil, colega do José Fortunati, outro grande sindicalista que foi Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, da CUT no Rio Grande do Sul, e é uma grande figura humana. Trabalhamos juntos no Banco do Brasil e no Sindicato.

Vejo a contribuição sindical, questionada agora, como um instrumento que alavancou os sindicatos. Temos de fazer um contraponto com os patrões. Deve haver estrutura para montar um carro de som, mobilizar a categoria, viabilizar a negociação, etc. O amor é a coisa mais linda que existe, mas, quando falta feijão, o amor sai pela janela. Esse o primeiro aspecto.

O segundo aspecto diz respeito ao número de sindicatos. Não há como negar que há 18 mil sindicatos com carta e 6 a 7 mil querendo a carta, numa média de 600 a 700 por ano, um volume excepcional, extraordinário, inconcebível. Há que se ter regras, mas não adianta reclamarmos e não fazermos nada. O Governo tem de tomar uma atitude. Inspiro-me na questão dos partidos. Enquanto não estabelecermos uma regra para os partidos, teremos partidos de aluguel. Tenho inclusive uma proposta referente à questão dos partidos e cito-a como exemplo. Um dos artigos, que é uma reforma partidária, diz: *"Fica proibido coligação nas eleições proporcionais".* Só essa regra, que é uma proposta de nossa autoria, faz com que fiquem 6, 7 ou 9 partidos no País, mas terão realmente de trabalhar. Existe partido pendurado em outro partido, que se pendura em outro, que se pendura em outro que vive pendurado. Se um partido não representa 5%, 6%, 8% ou 10% do pensamento nacional, não é partido. Digo isso mesmo sendo do PDT, que está no limite da cláusula de barreira, mas acho que essa é a maneira de definir e crescer. Devemos estabelecer regras para os partidos e para a criação dos sindicatos.

Sobre a questão da unicidade sindical ou da pluralidade, sei que é um tema intrínseco. O Deputado Vicentinho é o grande articulista dessa proposta, mas é um grande debate. Sei que a base tem reclamado. Talvez não esteja ainda suficientemente esclarecida quanto aos propósitos. Saúdo e louvo o debate, que é mais importante do que qualquer decisão enquanto ela não existir.

Por fim, quero reforçar o que disse a Dra. Clair sobre a questão dos processos da Justiça do Trabalho. Sinceramente, não dá. Recebo muito pedido do interior, como o seguinte: "Olha, Deputado, tem um piãozinho que tem um processo lá no Tribunal Superior do Trabalho, o TST. Ele já podia ter recebido seu troquinho, que nem é grande coisa, e está aqui, em última instância, e daqui a pouco vai para o Supremo". Sem contar os embargos de gaveta, os embargos de ouvido. Tem de tudo.

Há um ditado que diz que a justiça tarda, mas não falha. Não concordo. Acho que, se tarda, falha, porque, às vezes, vem tão tarde que não adianta vir mais, pois, se a pessoa já morreu, receberá o quê? Às vezes até morreu de tédio por conta do que aconteceu. Às vezes a empresa faliu, morreu o patrão, o empregado. Houve uma decisão da Justiça em que uma pessoa morreu há 4 anos e somente agora está ganhando a questão, mas para que seus herdeiros a recebam têm de entrar na Justiça de novo. Então, na Justiça do Trabalho, dá para se ter mais agilidade.

São esses os questionamentos. Espero ter colaborado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, apenas quero ratificar o que disse na minha intervenção. Não fiz uma crítica ao período varguista com relação ao direito individual do trabalho. A CLT representou, na época, considerável avanço. A minha crítica é em relação ao direito coletivo, à visão sindical que naquele momento foi estabelecida. Historicamente, essa visão sindical, nos países que a adotaram, como Espanha, Portugal e Argentina, demonstrou ao longo dos anos que ele foi insuficiente, foi impróprio para responder às relações trabalhistas pós-industriais e ao mundo globalizado, porque fragilizou extremamente o movimento sindical e criou categorias artificialmente, o que só veio a enfraquecê-la.

A crítica que fiz, na minha intervenção, foi à estrutura e à filosofia que nortearam a visão sindical estabelecida na CLT. É necessário repensarmos essa estrutura sindical, para que tenhamos uma estrutura mais representativa. É inegável o avanço.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Não há aí nenhum preconceito. Aquilo serviu naquele momento. Se o mundo evoluiu, temos de evoluir juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, esse debate está começando agora. Ainda há muitas coisas a fazer. Virão propostas concretas. Sugiro que aproveitemos o máximo a presença do Secretário.

Já que a transmissão está sendo ao vivo para todo o País, quero avisar aos nossos telespectadores que há um número gratuito nesta Casa, com equipe especializada para receber sugestões, para quem quiser enviá-las à Comissão. A ligação é gratuita: 0800 61 9619. Você, telespectador, pode ajudar os Parlamentares a formular a melhor proposta nesta reforma que se inicia. Repetirei o número do telefone: 0800 61 9619.

Aproveito a oportunidade para saudar a delegação dos petroleiros que está acompanhado nossos debates: Sílvio, Laurentino e outros companheiros de muitas jornadas.

Passarei a palavra ao Sr. Secretário, para responder, depois à Deputada Neyde Aparecida e aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio e Tarcisio Zimmermann.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Essa idéia do contrato coletivo articulado é uma tese construída na CUT. Tive a oportunidade de participar disso. O que temos hoje é contrato com os sindicatos de base. Apenas os sindicatos têm a prerrogativa da negociação coletiva.

No início das discussões no fórum, o setor patronal defendia a idéia da contratação por empresa. Os trabalhadores e o Governo defendiam a contratação em todos os níveis, no âmbito da confederação, das federações, dos sindicatos e do conjunto das empresas.

Já foi acordado que a contratação é obrigatória. Isso não quer dizer que o acordo tem de ser obrigatório, porque se começa uma negociação, mas não necessariamente se chega a um acordo. Ficou acertado que todas as instâncias, patronal ou dos trabalhadores, têm a obrigatoriedade da negociação coletiva e todos os trabalhadores, ao exercerem sua atividade profissional, têm de estar cobertos pelo contrato coletivo. Se não acontecer em âmbito nacional, deve acontecer em âmbito estadual ou do sindicato. Portanto, há obrigatoriedade de que os trabalhadores estejam protegidos pelo acordo coletivo. As penas que negociamos neste momento são para quem se recusa à negociação coletiva. Essa é uma questão que ensejará penalidades para empresários ou os sindicatos dos trabalhadores que não aceitarem participar de um processo de negociação coletiva. Está previsto que todas as instâncias da organização sindical devem fazer a negociação coletiva, o que não existe hoje. Esse foi um avanço significativo.

Acho que ainda se passarão muitos anos até que se constituam contratos coletivos articulados, que tem muito a ver com cultura, processo produtivo. Em alguns ramos talvez aconteça – e já ocorre nos setores bancário e petroleiro, com negociações nacionais –, mas em outras categorias é mais difícil pensar isso acontecerá imediatamente. A vida e a prática vão permitir isso. O importante é que, se aprovado pelo Congresso Nacional, vire prática as partes buscarem acordos nacionais.

Outra questão abordada foi a redução da jornada de trabalho. Não temos, de antemão, a posição de que vamos colocar na pauta esse debate sobre a redução da jornada do trabalho no processo de negociação no Fórum, até porque os trabalhadores já estão discutindo isso. É já foi constatado no mundo todo que, quando se reduz jornada de trabalho, por exemplo, de 44 para 40 horas semanais, de fato se pode ampliar o número de postos de trabalho. Mas, com o tempo e o processo de avanço tecnológico, esses empregos novamente se perdem. É assim que tem historicamente acontecido. Entendemos que a redução da jornada de trabalho pode de fato, se vier a ser aprovada, ter influência muito grande na criação de postos de trabalho.

Há também toda uma polêmica sobre redução de jornada de trabalho com diminuição ou não de salário. Para isso, as partes – trabalhadores e empregadores – encontrarão uma saída. De seu lado, o Governo está muito propício a concordar com a idéia dos trabalhadores, até porque no Brasil a jornada de trabalho, comparada a de outros países, ainda é bastante grande. Há categorias que já trabalham 38 ou 40 horas. É preciso lei que estabeleça o mínimo de 40 horas. Uma demanda dessas, que certamente virá pelos trabalhadores, teria apoio do Governo.

Sobre a contribuição sindical. Entendemos que, se colocarmos em discussão o fim ou não do imposto sindical, sem debater as alternativas de sustentação financeira dos sindicatos, sejam patronais, sejam de trabalhadores, será muito difícil chegar a um consenso. A estratégia do Governo é fazer primeiro o debate sobre que mecanismos podem garantir a sustentação financeira dos sindicatos. Não é possível se dizer que é livre a organização sindical, sem lei que garanta a sustentação financeira.

Em países que aboliram o imposto sindical os sindicatos continuam fortes financeiramente, até porque encontram alternativas. Defendo a idéia de que os sindicatos não podem ficar apenas vivendo da relação capital/trabalho, isto é, formas de contribuição através dos acordos coletivos. Os sindicatos têm de oferecer serviços, começar a assumir tarefas que vão além das relações de trabalho. E há inúmeros sindicatos no Brasil com diferentes atividades que se traduzem em parte de sua receita. O projeto do companheiro Vicentinho prevê o fim da contribuição sindical em 5 anos. Quando estava no sindicato, eu achava que o imposto sindical tinha de acabar de uma hora para outra e era contra aqueles que defendiam 3 ou 5 anos de transição. Passaram-se mais de 10 e o imposto sindical continua. Uma saída seria acabar com ele de forma gradativa, ano a ano, mas à medida em que for substituído por outra forma de contribuição. Talvez a mais saudável seja a negociada, que resulta de acordo coletivo. E todos os trabalhadores beneficiados por um acordo teriam de pagar taxa regulamentada por legislação, para que não existam mais taxas semelhantes a confiscos.

Falou-se também em Justiça do Trabalho. Acho que sua morosidade e que o acúmulo de processos trabalhistas ocorrem porque os trabalhadores, em seu local de trabalho, não têm nenhuma forma de representação. Muitas vezes, as empresas constróem passivo trabalhista porque não há interlocutor dos trabalhadores para resolver problemas que se criam nas relações de trabalho no dia-a-dia.

Nas empresas nas quais sei que existem comissões de fábrica ou comitês sindicais, o volume de processos trabalhista é muito pequeno. Por quê? Porque, primeiro, tem esse problema da morosidade, que faz o processo demorar anos e anos para ser julgado. Outro fator é que o trabalhador só pode recorrer à Justiça depois de demitido. Temos de ter um sistema – e isso já existe em outros países, não vamos reinventar a roda – de representação no local de trabalho, no qual o trabalhador que pensa estar sendo prejudicado possa recorrer a seu representante, para que imediatamente procure a empresa para solucionar o problema, e não esperar anos para entrar na Justiça e o restante da sua vida para conseguir recuperar aquilo pelo que acredita ter sido lesado.

Quanto aos projetos de lei, na reforma sindical, precisamos de um modelo com cabeça, tronco e pés, não podemos fatiá-lo, como foi falado, ou se pode chegar ao final com um grande Frankstein, que é o que existe hoje. Na legislação anterior a 1988, havia unicidade sindical, mas era perfeita. Com a mudança feita no modelo em 1988, criou-se a contradição entre liberdade e a unicidade. Precisamos de um modelo que fique em pé, que pense a representação, a organização, a legislação trabalhista, a negociação coletiva. Tudo tem de ter sentido.

Quanto à legislação dos direitos trabalhistas, poder haver diferentes projetos de lei. Se formos reconhecer mais de uma central sindical, naturalmente terá de haver mudança no art. 8º da Constituição, que proíbe a existência de mais de um sindicato. Para isso, é necessário haver reforma constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradecemos ao Secretário Osvaldo Bargas as respostas aos questionamentos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, restou dúvida com relação à representação sindical das centrais. Estariam no contexto de negociação articulada a capacidade e a competência que teriam as centrais sindicais de negociar os contratos coletivos? Hoje, em função de óbice constitucional, elas estão impedidas de ser parte da estrutura sindical: existem de fato, mas não de direito.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – No acordo que fizemos no grupo de trabalho sobre organização sindical está prevista a possibilidade de as centrais sindicais participarem de negociação. Isso não quer dizer que haverá acordo nacional, mas seu papel de negociar está acordado que pode ser previsto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Com a palavra a Deputada Neyde Aparecida.

**A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA** – Meus cumprimentos ao companheiro Vicentinho, Presidente da Comissão; ao Secretário Osvaldo Bargas; aos colegas Deputados; às senhoras e senhores representantes sindicais e demais presentes a esta audiência.

Gostaria de falar um pouco sobre o setor público, porque até agora só ouvi as pessoas se manifestarem sobre a organização sindical e a reforma trabalhista do ponto de vista do setor privado. Quanto ao setor público, do ponto de vista legal, nossa organização é muito recente, porque até 1988 os servidores não podiam se sindicalizar, embora houvesse organização em associações.

De qualquer forma, houve organização e muitas lutas do setor público. Até agora, porém, não conseguimos estabelecer contratação coletiva, data-base e até negociação mesmo. Hoje dificilmente conseguimos nos sentar com empregadores – Prefeitos, Governadores, Presidente da República. Nosso Governo assinou protocolo com as entidades representativas dos servidores públicos federais para haver mesas permanentes de negociação, mas acho que isso ainda não avançou. Assim, gostaria de saber o que está sendo pensado, discutido quanto ao setor público. Como o setor público será tratado? Seria um ramo?

Outra questão é o direito de greve. Já vimos alguns pronunciamentos sobre a regulamentação desse direito, constante da Constituição desde 1988, mas ainda não regulamentado. Isso permite que muitas vezes, nos Estados e Municípios, em vez de haver negociação, que não ocorre, a categoria seja levada à greve, o que faz a maioria dos governos ingressar na Justiça com a justificativa de que servidor público não tem direito à greve. Essa é uma discussão que temos de fazer. A polêmica de unicidade e pluralidade tem de ser superada, uma vez que desde 1988 há o direito de organização de sindicato, inclusive com base municipal. Contudo, a polêmica principal não tem de ser essa, mas, sim, a representação sindical. Digo isso porque na Conferência Estadual de Trabalho do meu Estado, Goiás, essa foi a principal discussão: contribuições compulsórias e se teremos ou não pluralidade. Grande parte do movimento acha que deve ficar como está, que não tem de mudar nada do ponto de vista das contribuições, da organização dos sindicatos. Mas quero mesmo saber um pouco sobre o setor público, quero saber o que está sendo discutido e pensado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradecemos à Deputada Neyde Aparecida a participação.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, Deputado Vicentinho; prezado Dr. Bargas; caros colegas Parlamentares, meus

cumprimentos. Começo fazendo um elogio, Presidente, embora V.Exa. saiba que elogio ultimamente não tem sido fácil de sair da minha boca. Mas o Dr. Bargas se mostra uma pessoa sobretudo com conhecimento da área, afeta ao diálogo e vocacionada para fazer o que faz. Diria que foi excelente aquisição do Governo Lula para bem conduzir a Secretaria de Relações do Trabalho, que se encontra em estado crítico.

Não tenho nada de excepcional a perguntar. Talvez até possa suspeitar de qual a posição do Governo, mas gostaria de ouvir o Dr. Bargas sobre alguns aspectos. Antes que o companheiro Pompeo de Mattos fique bravo, quero dizer que, devido à época em que veio, não tenho dúvida alguma em afirmar que a CLT cumpriu magnífico papel: transformou um País de economia essencialmente agrária, cuja população vivia em zona rural ou em pequenas cidades, em um país industrial. Hoje, o Brasil está um pouco abalado, mas já chegamos a ser a 8ª ou 9ª economia industrial do mundo. Podemos estar atualmente na 10ª ou na 11ª posição, mas de qualquer forma trata-se de importante classificação. E isso num país urbano.

A CLT significou enorme avanço para a época, mas, como toda lei, pode, em alguns aspectos, não ter acompanhado ou evoluído a ponto de adaptar-se à nova circunstância de mundo competitivo, de economia globalizada que, gostemos ou não, está aí. Temos de mexer na Consolidação das Leis do Trabalho ou, para usar o eufemismo, flexibilizá-la. Alguma coisa terá de ser feita. E gostaria de saber a posição do Governo quanto a essa questão de vir a mexer na CLT.

Por outro lado, só complementando essa primeira pergunta, todos nós sabemos que emprego neste País custa caro. Antes que me execrem pela afirmação, não estou dizendo que o trabalhador ganha muito; ao contrário, ele ganha pouco, mas custa caro. Essa é uma realidade do Brasil que hoje faz parte do Custo Brasil. Isso, certamente, tem sido um fator impeditivo da retomada do crescimento.

Tão fundamental quanto a reforma tributária e outras que estão acontecendo é virmos a fazer alguma alteração na reforma trabalhista no tocante ao chamado encargo que pesa sobre o emprego. Pesa sobre o emprego proporcionado pelas grandes empresas, mas pesa muito mais sobre o emprego proporcionado pela pequena e microempresa. V.Exa., certamente pela sua vivência, sabe muito bem que o pequeno empresário, que via de regra foi trabalhador e perdeu o emprego numa multinacional, numa grande empresa em virtude da evolução tecnológica e das alterações no mercado de trabalho que vivemos ultimamente, que se torna um empreendedor, um empresário, até pelo seu conhecimento, pela sua versatilidade, tem boas perspectivas de vencer por conta própria. E temos tido exemplos fantásticos.

No nosso Estado de São Paulo e certamente em outros Estados essa é marcante caraterística de boa parte dos trabalhadores. E o que acontece? Ele tem um pequeno negócio em que a esposa e os filhos ajudam, mas, na hora em que o negócio toma vulto um pouco maior e ele precisa contratar 1 empregado, ele pensa duas vezes. E enorme número dessas situações tem acontecido, ou seja, ele vai contratando 1, 2, 5 funcionários e, de repente, tem uma questão mal resolvida de ordem trabalhista. E, além desses postos de trabalho lhe custarem caro por uma questão mal resolvida – pode haver até casos de má-fé, embora não ache que a má-fé seja o fator preponderante, o dolo mesmo –, não poucas vezes ele é obrigado a vender seu negócio ou quebra mesmo, porque não consegue pagar as multas, as penalidades impostas a ele pela Justiça do Trabalho. Estou falando notadamente do pequeno empreendedor.

Por isso teremos de cuidar desse assunto também. Aparente excesso de proteção, às vezes, torna-se um fator que pesa contra aquele que deveria ser protegido.

Qual é a posição do Governo em relação a esse tema?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, pela contribuição.

Com a palavra o Deputado Tarcisio Zimmermann.

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – Sr. Presidente, companheiro Deputado Vicentinho, companheiro Bargas, Srs. e Srs. Deputados, tenho feito esse debate sempre com muito cuidado, por se tratar de um tema em que muito rapidamente surgem caracterizações para cá e para lá. E tento manter a possibilidade do debate sem ter de me aliar a esse ou àquele bloco dos que defendem a unicidade ou a pluralidade. Mas fico um pouco incomodado nesse debate por uma avaliação excessivamente negativa da nossa organização sindical.

Se fizermos um balanço correto, veremos que o mundo trabalhista passa por determinado período de dificuldades e derrotas políticas. Diria até que, em relação ao trabalho, o Brasil foi, entre todos os países do mundo, o único que manteve a capacidade política que lhe permitiu eleger um Presidente da República. Em nenhum outro os trabalhadores tiveram a capacidade de manter a iniciativa política de forma a alcançar a Presidência da República.

Não podemos nos esquecer disso neste debate. Com todas as dificuldades da organização sindical

brasileira, apesar do período regressivo e das derrotas, mantivemos taxas de sindicalização bastante razoáveis e bem melhores do que as de muitos países do Primeiro Mundo que já adotaram há muito tempo o parâmetro da Convenção nº 87 da OIT. O sindicalismo francês, por exemplo, está destruído. O espanhol não é sequer referido neste momento. Ele foi importante em determinada época. Agora, encontra-se num processo de brutal perda de capacidade de iniciativa, de resistência frente ao processo de desmonte que vem ocorrendo na Europa.

Devemos fazer o debate considerando exatamente esse período histórico, que é muito complicado, muito difícil.

Segunda questão. Evidentemente, temos parâmetros diferentes de debate no Brasil. Vejo nas conferências do trabalho que, enquanto para os trabalhadores é apresentada agenda de trabalho digno, de avanço na proteção do trabalhador e nas garantias da organização sindical, para outros setores é pautada legitimamente a agenda de redução, de restrição.

Por exemplo, discutimos a possibilidade da organização no local de trabalho. Não se trata de uma panacéia para todos os males. Temos hoje certo sistema de organização, a CIPA , que tem demonstrado ser inócua na maior parte dos locais de trabalho, porque a pressão patronal, de fato, produz impressionante efeito dissuasório. Quer dizer, não há possibilidade permanente de manter o fogo sindical. E, portanto, a organização no local do trabalho é algo que não é remédio para todos os males.

Mas, ao mesmo tempo em que discutimos a organização no local de trabalho, temos o instituto do interdito proibitório. Assim, de um lado, falamos em organização no local do trabalho; de outro lado, a patronal tem usado permanentemente – e não é qualquer patronal atrasada; os banqueiros utilizam tal dispositivo – o interdito proibitório, que impede o sindicato de chegar a 100 metros do banco, de botar carro do som, de distribuir folheto. Quer dizer, eles estão fora do local de trabalho. Estão estabelecendo 30 metros, 50 metros, 100 metros, 200 metros.

É essa a realidade concreta. Enquanto os trabalhadores têm a agenda positiva, pergunto, em tais circunstâncias, qual é a chance de aprovar a organização no local do trabalho? Qual é a chance de efetivamente conseguirmos avançar na perspectiva de conseguir garantias contra a demissão imotivada? Não adianta o direito de greve, a organização no local do trabalho, sem a garantia contra a demissão imotivada, que hoje se faz de qualquer forma e sem qualquer justificativa.

Pergunto: qual é a possibilidade de avançar em tais questões, que são efetivamente os requisitos do fortalecimento sindical?

Finalmente, companheiro Bargas, apresento a seguinte ponderação, que considero importante: o Governo deveria, apesar de sofrer contradições e impasses – que compreendemos –, ser exemplar.

Tenho recebido, com freqüência, relatos dos companheiros bancários no sentido de que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil não aceitam negociar dentro do processo conduzido pela Confederação Nacional dos Bancários, da CUT, junto à FENABAN.

O Governo tem de dar o exemplo. Se queremos afirmar o direito ao instituto da negociação coletiva, não é razoável que o Governo continue a manter sua postura restritiva.

Finalmente, temos hoje a organização sindical. De que forma o Governo vê tal transição? O senhor falou também na questão da contribuição, da sustentação financeira, mas de que modo o Governo vê a transição, digamos, entre a atual estrutura sindical e o novo paradigma para essa organização?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Tarcisio Zimmermann.

Com a palavra o nobre Deputado Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Meu caro Presidente Vicentinho, parabenizo também o Relator pelo convite feito ao palestrante, Sr. Bargas.

Trata-se de debate importante e necessário na atual conjuntura, mas serei breve, por causa do horário. O que mais me preocupa é realmente a questão do funcionalismo público. Se olharmos a reforma da Previdência, o funcionalismo público teve o ganho de determinada barreira quebrada, a do teto. Mas quanto à valorização do servidor público concernente ao direito de greve, tão debatido neste momento, gostaria de ouvir o entendimento do debatedor. Esse ponto já foi mencionado pela Deputada que me antecedeu. De que forma vamos tratar do direito de greve do funcionalismo público municipal, estadual ou federal? Qual a sua visão concernente a esse detalhe? Estamos debatendo a reforma, e vai chegar o momento em que teremos de decidir tais questões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Deputado Isaías Silvestre.

Concedo a palavra ao Secretário Osvaldo Bargas, mas, antes, reitero que o número do telefone para as pessoas que quiserem fazer alguma sugestão para esta Comissão, cuja ligação é gratuita, é 0800 619619 – estaremos no ar até meio-dia e meia. Vou repetir: 0800 619619. Garanto ainda que todas as cartas serão

respondidas. É importante as pessoas mandarem sua sugestão, sobretudo os trabalhadores da própria base e os sindicalistas de todos os matizes, que vivem o drama de muitas vezes não saber quem os representa.

Com a palavra o Sr. Osvaldo Bargas.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Sobre a organização do funcionalismo público, entendemos que o Fórum terá 3 etapas. A primeira é a do processo de negociação entre trabalhadores, empregadores e Governo, naquilo que se refere às questões gerais que abrangem todos os trabalhadores, exatamente sobre os temas discutidos naquelas comissões de que falei no início.

O segundo momento é o do trâmite da matéria, do processo de discussão no Congresso Nacional, que, sem dúvida alguma, os autores que construíram as propostas de consenso que aqui serão trazidas vão acompanhar.

A partir daquilo que for aprovado no Congresso e que ordenará todo o novo sistema, o Fórum estabelecerá as chamadas câmaras setoriais.

Funcionalismo público. O que vai mudar na legislação sindical que rege a vida dos funcionários públicos? E aqui devemos incluir, além dos funcionários públicos, trabalhadores rurais e portuários. São diferentes setores econômicos que precisam ser tratados de forma específica.

No entanto, essa discussão ficaria para um terceiro momento, porque não teríamos como fazer todo esse debate. Primeiro, temos de conhecer o arcabouço, o guarda-chuva que abrigará todos. Depois, partir para o debate, via câmara setorial, em que o Governo será muito mais mediador, para podermos então adequar a legislação. Naturalmente, surgirão novas legislações para regulamentar esse tema.

Direito de greve do funcionalismo. Estamos igualmente em processo de discussão. Nada foi resolvido ainda. Naturalmente, o Fórum também vai discutir o direito à greve – já existe legislação sobre isso. Se há setores específicos, cada um com suas peculiaridades, portanto com restrições à greve, eles também buscarão ter algumas vantagens no processo da negociação coletiva.

Então, já existe um acordo não detalhado. Está acertado no que diz respeito à negociação coletiva, isto é, algumas vantagens para setores com regulamentação de greve mais restrita. Portanto, terá de haver uma compensação. Como disse, isso ainda não está resolvido, mas faz parte da negociação.

Organização no local de trabalho. Entendemos que o direito da representação sindical no local de trabalho faz parte da estrutura sindical. O atual Presidente da República, quando começou a ser conhecido como líder sindical, construiu aquela concepção de sindicato de porta de fábrica. O chamado novo sindicalismo do final da década de 70 ficou assim conhecido. Agora, temos de dar um passo à frente. Temos de estar dentro da fábrica, da empresa. O direito da organização sindical tem de se dar também dentro do ambiente de trabalho, seja num banco, seja numa repartição pública, seja numa empresa metalúrgica, seja em qualquer outro setor produtivo. Naturalmente, terá de haver certa proteção para essa organização.

Essa discussão faz parte da nossa pauta. Não chegamos a um consenso, mas já fizemos consultas inclusive ao setor patronal. Estamos abertos para a discussão – como constituir esses organismos, quais serão suas tarefas etc. Posso adiantar que, da parte do setor patronal, há abertura para iniciar essa negociação.

O que temos hoje é um sistema falido. Hoje, o sindicalismo está muito fragmentado, portanto, mais fraco, sem poder efetivo de negociação, de pressão. Por outro lado, a Justiça vem impedindo o livre direito da ação sindical, em mais uma demonstração da falência do sistema.

Outro ponto bastante debatido e negociado ainda ontem no Fórum foi o estabelecimento de regras para atos anti-sindicais. Nesse novo sistema, teremos de ter bem claros tais atos – não apenas do ponto de vista dos empresários, mas também do dos trabalhadores – e suas penalidades. Já houve casos de trabalhadores os promoverem em alguns sindicatos. Isso pode acontecer durante uma greve ou no dia-a-dia. A recusa à negociação serve como exemplo. Por isso, temos de definir os atos anti-sindicais. Entendemos que o melhor local para conceituá-los é a mesa de negociação. Não será a decisão de um Tribunal que vai estabelecer regras e procedimentos.

Entendemos também que tudo o que for negociado deverá ser discutido e votado no Congresso Nacional. Além disso, terá de haver um período de transição. Não podemos sair de um sistema para outro do dia para a noite.

Então, depois de definir o que fazer com esses 8 mil sindicatos, teremos de criar um sistema onde eles terão seus representantes. Portanto, todos os sindicatos que aí estão terão de passar por um período de aferição da sua representatividade. Não podemos chegar a uma confederação ou a um sindicato que está há não sei quantos anos negociando e dizer que, a partir de amanhã, não vai representar mais ninguém, porque seu índice de sindicalização é muito baixo. Terá de haver um período para que a entidade apresente seu poder de representação e encontre saídas. Se há categorias

com dificuldades para ampliar sua representação, elas terão de procurar uma alternativa.

Outra das nossas discussões – não apresentei aqui muitos detalhes, até porque o acordo não está fechado – trata da representação derivada. Se uma entidade tem uma representação reconhecida, seja patronal, seja de trabalhadores, porque foi aferida sua representatividade, as organizações que estão logo abaixo passarão automaticamente, na medida em que fazem parte dessa confederação, a ter representação e reconhecimento.

Esta é a engenharia que estamos construindo. E, quando digo "construindo", não estou dizendo que o Governo o esteja fazendo. O que está sendo construído é o entendimento, a negociação, para que o acordo seja assumido por todos.

Tudo isso será divulgado à medida que as negociações sejam fechadas. Por enquanto, há a preocupação de que não se pode utilizar esse sistema, esquecê-lo e dizer que agora vale o novo. Não. Teremos de passar por um período de transição, o qual também tem de ser negociado. Naturalmente, essa transição terá de ser prevista em lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, não sei se o Dr. Bargas foi rápido demais, mas eu não me senti contemplado com as respostas dadas.

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Talvez porque seriam muito comprometedoras as respostas que daria às suas indagações. *(Risos.)*

O Ministro do Trabalho – e eu também – tem afirmado, em algumas entrevistas sobre direitos trabalhistas e legislação do trabalho, que o Governo será muito mais um mediador; ou seja, não terá de antecipar posições, até para possibilitar a trabalhadores e empregadores que apresentem suas reivindicações para que, a partir delas, possa mediar o processo.

Hoje, começaram a funcionar dois grupos de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico, com a participação da Secretaria e do Fórum, para discutir a situação das micro e pequenas empresas, a informalidade e a autogestão.

Esses dois grupos de trabalho começaram a trabalhar hoje. O formato da participação não é exatamente o do Fórum, porque fomos convidados; é o formato do Conselho do Desenvolvimento Econômico. Portanto, participam dos debates sobre a situação das micro e pequenas empresas representantes de diferentes setores da sociedade, trabalhadores e empresários.

Creio que, desses dois grupos, muitas propostas serão apresentadas e encaminhadas ao Fórum. A idéia é que eles façam quatro reuniões até novembro. Depois, apresentarão ao Fórum, para discussão, propostas que têm a ver com as relações de trabalho, o direito dos trabalhadores e a organização sindical.

Questões relativas, por exemplo, a investimento e financiamento, naturalmente não caberão a nós. Reconhecemos que se trata também de um grande desafio. V.Exa. tem toda a razão. O Governo não vai atuar de cima para baixo. Terá de haver negociação entre as partes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vou conceder a palavra, de forma breve, ao Deputado Coriolano Sales, tendo em vista que o nosso tempo se exaure.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Serei muito rápido, Sr. Presidente. Não quero tomar o tempo do nosso expositor. Quero apenas dizer que parece que a era Vargas vem sendo debilitada desde que o sobrenome do expositor, que deveria ser Vargas, pronuncia-se Bargas. *(Risos.)* Apenas essa observação.

Não assisti a toda a palestra e posso incorrer no erro de repetir uma indagação já formulada.

Comissão de Conciliação Prévia. Como uma idéia tão boa, tão feliz, tão magnífica, pode ser exaurida por ineficiência, incapacidade ou corrupção? Qual a sua opinião a respeito disso?

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Minha posição – vamos dizer assim – é de oposição, porque, no âmbito do Ministério, ainda não chegamos a um consenso. V.Exa. tem toda a razão. Acho que é uma grande idéia, que, infelizmente, ainda não foi bem trabalhada, mas isso se deve à própria falência do sistema. Se tivéssemos um sistema de representação dos trabalhadores em cada empresa, muitos dos passivos trabalhistas que vão para a Justiça e depois acabam necessitando desse tipo de conciliação poderiam ser resolvidos antes, na raiz. Temos também de constituir um sistema de representação com a presença de um interlocutor dos trabalhadores junto aos empresários. Assim, muitas pendências trabalhistas poderiam ser resolvidas antes que se tornem passivo trabalhista.

A meu ver, é um dos problemas do sistema. Mesmo assim, foi uma grande idéia. E não foi só o setor patronal que fez isso. Conheço sindicatos que criaram empresas para ganhar dinheiro em função disso.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Então, a sociedade não está preparada para conciliar?

**O SR. OSVALDO MARTINÊS BARGAS** – Não, não. Acho que o Fórum Nacional do Trabalho é uma prova de que a sociedade está se preparando para negociar, para conciliar. A forma como foi constituída é que deu brechas demais e possibilitou o oportunismo e o mau uso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Dr. Bargas, temos apenas 4 minutos para terminar esta fase, que inclusive está sendo transmitida para todo o País.

Quero aproveitar este momento para valorizar a presença de muitos Deputados que não falaram, mas participam deste encontro. Estão presentes as Deputadas Dra. Clair, do Paraná, e Neyde Aparecida, de Goiás ; os Deputados Luiz Alberto, da Bahia; Orlando Desconsi, do Rio Grande do Sul; Paulo Rocha, do Pará; Coriolano Sales, da Bahia; Antonio Carlos Pannunzio, de São Paulo; Ronaldo Dimas, do Tocantins; Nelson Meurer, do Paraná; Ribamar Alves, do Maranhão; Isaías Silvestre, de Minas Gerais; Júlio Delgado, de Minas Gerais; Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul; Daniel Almeida, da Bahia; Professor Irapuan Teixeira, de São Paulo; Eduardo Valverde, de Rondônia; Antonio Carlos Biscaia, do Rio de Janeiro; Tarcisio Zimmermann, do Rio Grande do Sul; Jamil Murad, de São Paulo; Ildeu Araújo, de São Paulo.

Quero agradecer a S.Exas., que vieram participar deste debate de extrema importância. Muitas propostas aqui apresentadas foram bem discutidas. O Dr. Bargas tratou do tema com muita tranqüilidade.

Quero dizer apenas que devemos tomar alguns cuidados. Por exemplo: é um erro dizer que se quer acabar com a unicidade para construir o pluralismo. Não podemos fazer essa dicotomia. Há, sim, uma proposta de unidade sindical, formulada pela CUT como alternativa.

É um erro imaginar também que vamos desconsiderar, desqualificar a revolução que representou a instituição da CLT, uma consolidação de leis que foi uma garantia para todos nós. Mas, 60 anos depois, é necessário fazer modificações.

Vamos receber todas as propostas. Todos sabem que o debate é democrático. Dele participaram centrais sindicais, empresários e operadoras de direito. Com isso esperamos começar efetivamente a nos preparar para o que virá. Embora todos tenhamos propostas e intenções, esperamos que o Fórum apresente proposta mais completa. As apresentadas por mim e pelo Deputado Maurício Rands sobre centrais sindicais, liberdade sindical, substituto processual, organização de base, imposto sindical e a PEC nº 129, especificamente de nossa autoria, e que trata do dever do Poder Executivo de negociar com os servidores públicos, podem ser modificadas, desde que surja uma mais adequada.

Agradeço à *TV Câmara* por transmitir este debate em âmbito nacional, aos Parlamentares presentes e, especialmente, ao Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Osvaldo Martinês Bargas.

Está encerrada a primeira parte. Em seguida, passaremos à etapa regimental.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Vamos discutir questões pendentes.

O Item II da pauta trata da definição de agenda de viagens às Capitais.

Lembro aos colegas que havíamos aprovado na reunião passada a realização de audiências públicas nos Estados e que elas seriam da responsabilidade dos Parlamentares dos respectivos Estados. Lamentavelmente, as despesas com a realização desses eventos não estavam previstas, conforme discutimos na ocasião. O que podemos fazer é delegar a cada Parlamentar a responsabilidade de realizar essa agenda.

Agradeço aos Deputados Isaías Silvestre, Daniel Almeida e a toda a Comissão que elaborou o projeto. Sentimos alguma dificuldade em agendar audiências públicas, conforme proposto, porque temos de respeitar o limite de cada região.

De acordo com a proposta apresentada, a de São Paulo seria realizada em 13 de outubro; a de Recife, que envolveria Pernambuco, Paraíba e Alagoas, em 13 de outubro; a de Goiânia, em 20 de outubro; a de Salvador, *idem*; a de Belo Horizonte, que envolverá o Espírito Santo, em 27 de outubro; a de Porto Alegre, na mesma data; a de Cuiabá, para onde serão convidados representantes de Mato Grosso, Acre e Rondônia, em 3 de novembro; a de Fortaleza, mais Rio Grande do Norte, e a do Rio de Janeiro, também em 3 de novembro; a de Belém, que envolveria também Roraima, Amazonas e Amapá, em 10 de novembro; a de São Luís, Maranhão e Piauí, em 10 de novembro.

O que constatamos em conversas com alguns colegas? Primeiro, a dificuldade que teria o próprio Parlamentar, tendo em vista que já se começam a discutir questões eleitorais para o próximo ano. Mudanças de partido também trouxeram alguma dificuldade. Mesmo assim, já pudemos definir datas. Seria necessário que algum Parlamentar, por exemplo, de São Paulo, que não fosse eu, assumisse essa responsabilidade. Eu, particularmente, tenho um problema seriíssimo: como todos sabem, estou fazendo faculdade. Estudo às segundas e sextas-feiras de manhã e de tarde, no sábado uma vez, a cada 15 dias, e, às vezes, à noite. Faltam apenas 51 dias e não posso ser reprovado no último semestre. Seria um desastre, porque já estudei 5 anos. Queria muito assumir essa tarefa, mas terei de passá-la para outro companheiro. O máximo que posso fazer é entrar em contato com a Assembléia Legislativa e com as pessoas responsáveis, mas tenho essa dificuldade de tempo.

Para Recife, estão presentes os Deputados José Chaves, Maurício Rands, Joaquim Francisco e ...

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – Sr. Presidente, só agora tomamos conhecimento desta agenda mais completa. Haverá reunião na próxima semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Sim, convocaremos reunião para quarta-feira – embora, cá entre nós, convocar para quinta-feira tenha sido muito bom, por causa da *TV Câmara*.

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – De qualquer forma, quero sugerir à Assessoria que envie esse cronograma a todos os Parlamentares da Comissão, titulares e suplentes, solicitando a análise de cada um relativa a seu Estado e a manifestação quanto à disposição de assumir a preparação e a garantia da convocação do evento na data proposta, ou, então, a apresentação de outra, porque, pelo que pude observar, é possível modificar as datas nos diferentes Estados. Acho que até quarta-feira teremos uma agenda mais operacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Registramos a sugestão de V.Exa., mas vamos ouvir outros Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Concordo em parte com a observação do Deputado Tarcisio Zimmermann. Aprovamos a realização das audiências nos Estados, na reunião passada. Deveríamos aprovar esse calendário com a possibilidade de mudança de datas. Fica aprovado o calendário, e os Deputados que quiserem modificar a data devem procurar a Comissão. Eu, por exemplo, já acertei com o Deputado Luiz Alberto, da Bahia, para o dia 20. Se aprovarmos o calendário, haveria tempo para preparar essas audiências que já têm algum encaminhamento. Com o calendário aprovado, a Comissão poderá expedir ofícios solicitando espaços às Assembléias Legislativas, para que as reuniões possam acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Tem a palavra o Sr. Deputado Isaías Silvestre.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, nossa intenção era fazer uma agenda que não ultrapassasse o mês de novembro. Tomamos a liberdade de nos reunir – eu, o Deputado Luiz Alberto e outros membros da Comissão – e de sugerir uma agenda flexível, para casos de troca. É certo que teremos alguma dificuldade, principalmente de encontrar espaço na agenda para participar dessas audiências.

Nossa sugestão é que os Parlamentares se envolvam nesse processo e não tenhamos audiências esvaziadas por falta dos titulares da Comissão. Foi a recomendação que fizemos na reunião passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Agradeço ao Deputado Isaías o esforço.

Deputado Ronaldo Dimas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Pelo que entendi, V.Exa. não vai participar dessas audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Não. Vou participar de todas, desde que não se choquem com as minhas aulas na faculdade.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Segunda-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Pois é, todas são na segunda-feira. Se for perto de São Paulo – quem sabe? –, poderei comparecer. Não posso assumir compromisso agora. Depois do dia 20 de novembro, poderei participar.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – A última audiência está marcada para 10 de novembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Realmente, vai ser muito difícil.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Se programarmos essas audiências públicas, mas o Presidente da Comissão não puder comparecer, serão inócuas. Acho que, por uma questão institucional, V.Exa. teria de participar, pelo menos, de algumas. O Relator também não vai participar de grande parte, porque há duas, às vezes três, marcadas para a mesma data. O Estado do Tocantins também não está agendado. Gostaria que estivesse e vou incluí-lo na lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Goiânia está.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Essa audiência em Goiás que engloba o Tocantins pode não funcionar, assim como a suposição de que companheiros de Mato Grosso lá estarão. É muito complicado, principalmente para aqueles que realmente querem participar das audiências e que, sabemos, não têm condições financeiras adequadas para se deslocarem. Isso envolve recursos maiores. Se o evento fosse realizado no Tocantins, eu simplesmente poderia dizer: "*Não, eu arco com tudo. Vou buscar parceiros e vou conseguir*", em vez de buscar recursos para levar pessoas para Goiânia, pagar estadia e deslocamento. É uma situação complicada.

Mesmo sendo em Goiás e mesmo que o pessoal do Tocantins compareça, quem vai participar? O Relator não vai, o Presidente, também não; no máximo, vai comparecer um membro da Comissão, no caso eu, e mais um Deputado de Goiás. A representatividade fica muito diminuída. Não quero menosprezar o valor individual de cada Deputado, absolutamente, mas é complicado obter resultados adequados dessa maneira. A própria população, os próprios interessados podem se sentir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Ronaldo, quero apenas lembrar que a pro-

posta original determinava um por região. Sendo um por região, adaptamos a agenda e o período, para dividir pelo menos um pouco. Quando passamos para o debate, surgiram outras propostas. A Comissão se reuniu com todos os cuidados e apresentou uma proposta de 11 audiências, inclusive com datas iguais.

Vamos ter de trabalhar com essa dificuldade. Não há outro jeito. De qualquer maneira, é importante que o Deputado faça essa audiência, porque valoriza a si mesmo e a sua comunidade. Ele poderá trazer muitas informações. Recomenda-se inclusive a gravação dos debates, que farão parte dos Anais da Casa e serão usados em nosso trabalho.

Deputada Dra. Clair.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Quero acrescentar a cidade de Curitiba, onde pretendemos realizar audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Passaríamos para 12.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sim, e proponho a data de 30 de novembro ou 6 de dezembro, sexta-feira. Convido todos os Deputados da Região Sul. Na próxima reunião, darei a data correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Sua sugestão é muito importante.

Concordo com a proposta apresentada pelos senhores. Vou cumprir o preceito regimental e verificar se foi aprovado.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a proposta, acrescida da sugestão da Dra. Clair e da flexibilização de datas, respeitando a representatividade de cada Estado, permaneçam como estão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, solicito a inclusão na ata da realização de uma audiência em Palmas. Com certeza, na data adequada contaremos com a presença de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Depois de 21 de novembro, poderemos participar. Vamos, então, acrescentar Palmas.

**A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, quero apenas retificar as datas: 30 de outubro ou 6 de novembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Vamos agora nomear os responsáveis por cada audiência. Não posso dizer que não irei a nenhuma. Claro, dependendo do momento, poderemos comparecer.

Quero, neste instante, nomear os responsáveis pelas audiências. Quem será o responsável por São Paulo? Sugiro o Deputado Jamil Murad, porque S.Exa. tem bons contatos e é um companheiro muito bem entrosado no Estado. S.Exa. foi também Deputado Estadual.

**(Não identificado)** – E o Deputado Antonio Carlos Pannunzio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Os Deputados Jamil Murad e o Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Ótima sugestão.

Em Recife, Maurício Rands.

**(Não identificado)** – E o Deputado José Chaves?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Talvez os Deputados Maurício Rands e José Múcio Monteiro, porque o Deputado José Chaves, na condição de Relator, terá outras responsabilidades. Vamos sugerir Maurício Rands e José Múcio Monteiro, até porque é bom indicar Deputados de partidos diferentes. Em Goiânia, Deputada Neyde Aparecida; em Salvador, os Deputados Daniel Almeida e Luiz Alberto; em Belo Horizonte, os Deputados Isaías Silvestre e Júlio Delgado; em Porto Alegre, Deputado Tarcisio Zimmermann; podemos indicar também o Deputado Pompeo de Mattos – são trabalhistas com visões diferentes; em Cuiabá, Deputada Celcita Pinheiro – Deputado Isaías, V.Exa. conversaria com a Deputada, por favor?

Em Fortaleza, Deputados Marcelo Teixeira, Pastor Pedro Ribeiro, Rommel Feijó, Ariosto Holanda.

É bom lembrar também que há Deputados que não são membros da Comissão, mas estão igualmente interessados e poderiam participar. Sugerimos que conversem com os Deputados ligados ao mundo do trabalho, para, juntos, comporem essas audiências.

No Rio de Janeiro, Deputado Almir Moura, muito assíduo, e Deputado Carlos Santana. Teremos de conversar com S.Exas.

O Deputado Miguel de Souza, de Rondônia, ficará responsável pela atividade em Cuiabá, junto com a Deputada Celcita Pinheiro – outra sugestão.

Em Belém, Deputados Paulo Rocha e Babá. S.Exas. se entendem muito bem.

Em São Luís, Deputados Luciano Leitoa, Paulo Marinho e Dr. Ribamar Alves.

Peço à Secretaria que, de hoje para amanhã, informe a todos os Parlamentares sobre essas propostas, para, na segunda-feira, darmos seqüência aos trabalhos.

Em Curitiba, Deputada Dra. Clair.

Em Tocantins, Deputado Ronaldo Dimas.

Em Fortaleza, Deputado Mauro Benevides. S.Exa. poderá sugerir outros nomes.

Vamos atribuir aos Deputados, através de comunicado, a responsabilidade de providenciar o espaço adequado e de enviar convite às entidades.

Os Srs. Deputados que concordam com tal procedimento e com a proposta aqui apresentada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Convido os Srs. Parlamentares para votar os requerimentos e discutir de forma mais amiúde – o que já estamos fazendo – o seminário de novembro, que será muito importante, pois nos trará mais informações e mais detalhes. Já vimos articulando os procedimentos burocráticos com o Presidente da Casa.

Antes de encerrar os trabalhos, convido os Srs. Parlamentares para uma nova reunião a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 8, às 14h30min, no Plenário 11.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

Ata da 14ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2003.

Às quinze horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Trabalhista, no Plenário 5, Anexo 2, da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Vicentinho – Presidente; Antonio Carlos Pannunzio, Coriolano Sales, Dr. Ribamar Alves, Dra. Clair, Isaías Silvestre, João Batista, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Alberto, Miguel de Souza, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Bauer e Professor Irapuan Teixeira – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Ildeu Araujo, Jamil Murad, Jefferson Campos, Milton Monti, Neyde Aparecida e Tarcisio Zimmermann – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Almir Moura, Carlos Santana, Daniel Almeida, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Iris Simões, Joaquim Francisco, José Chaves, Marcelo Teixeira, Maria Helena, Maurício Rands, Paulo Marinho, Paulo Rocha, Pompeo de Mattos, Roberto Balestra, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Vilmar Rocha, Wladimir Costa e Zenaldo Coutinho. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da Décima Terceira Reunião, realizada no dia dois de outubro de dois mil e três. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: Os Deputados Leonardo Vilela e Zenaldo Coutinho justificaram suas ausências à reunião realizada no dia dois de outubro, por estarem de licença para tratamento de saúde. ORDEM DO DIA: O Presidente propôs a inversão da Pauta, para primeiramente votar os requerimentos, o que foi aprovado pelo Plenário. ITEM B – Votação de requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 1/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe audiência Pública com o Senhor Antônio Bornia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras." APROVADO O REQUERIMENTO; 2 – REQUERIMENTO Nº 4/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que "propõe Audiência Pública com o Senhor Dagoberto Lima Godói, representante dos empregadores na Organização Internacional do Trabalho – OIT". APROVADO O REQUERIMENTO; 3 – REQUERIMENTO Nº 9/03 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "propõe seja realizada Audiência Pública com o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.". APROVADO O REQUERIMENTO. 4 – REQUERIMENTO Nº 10/03 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que "propõe seja realizada Audiência Pública com o Sr. Abelardo Whickam Fernandes, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores.". APROVADO O REQUERIMENTO; 5 – REQUERIMENTO Nº 11/03 – Do Sr. Miguel de Souza – que "requer seja convidado o Sr. OSMANI TEIXEIRA DE ABREU – Diretor da FIAT do Brasil para, em audiência pública, se pronunciar sobre a reforma trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 6 – REQUERIMENTO Nº 12/03 – Do Sr. Miguel de Souza – que "requer seja convidado o Sr. ARTUR QUARESMA FILHO – Presidente do SINDUSCON/SP para, em audiência pública, falar sobre a reforma trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 7 – REQUERIMENTO Nº 13/03 – Do Sr. Miguel de Souza – que "requer seja convidado o Sr. GABRIEL JORGE FERREIRA, Presidente da FEBRABAN para, em audiência pública, falar sobre a reforma trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 8 – REQUERIMENTO Nº 14/03 – Do Sr. Miguel de Souza – que "requer seja convidado o Sr. LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES – Professor da USP para, em audiência pública, se pronunciar sobre a Organização Sindical, no âmbito da reforma trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 9 – REQUERIMENTO Nº 18/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "solicita seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial de Reforma Trabalhista, com o Sr.João Batista Lemos – Coordenador Nacional de Corrente Sindical Classista". APROVADO O REQUERIMENTO; 10 – REQUERIMENTO Nº 19/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "solicita seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial de Reforma Trabalhista, com o Sr.Severino Almeida Filho – Presidente da CONTTMAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreo na Pesca e nos Portos.". APROVADO O REQUERIMENTO; 11 – REQUERIMENTO Nº 20/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "solicita seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial de Reforma Trabalhista com o Sr.Germano Quevedo – Presidente da CONTACS – Confederação

Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT.". APROVADO O REQUERIMENTO; 12 – REQUERIMENTO Nº 21/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "requer na Comissão de Reforma Trabalhista que sejam realizadas, in loco, coletas de sugestões para a Reforma Trabalhista nas principais capitais do País.". PREJUDICADO; 13 – REQUERIMENTO Nº 24/03 – Do Sr. Daniel Almeida – que "solicita seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial de Reforma Trabalhista com a Drª Regina Butrus, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.". APROVADO O REQUERIMENTO; 14 – REQUERIMENTO Nº 25/03 – Do Sr. Almir Moura – que "solicita seja convidado o Senhor Silvano Gianni, Diretor Presidente do SEBRAE nacional para esclarecer sobre a necessidade ou não do ajuste das Leis Trabalhistas em face das micro e pequenas empresas.". APROVADO O REQUERIMENTO; 15 – REQUERIMENTO Nº 26/03 – Do Sr. Almir Moura – que "solicita seja convidado o Doutor Antonio Alvares da Silva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Regional e Professor Titular de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais, para contribuir com debates da Reforma Trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 16 – REQUERIMENTO Nº 27/03 – Do Sr. Almir Moura – que "solicita seja convidado o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o excelentíssimo Senhor Marco Aurélio Mendes de Mello, para contribuir com os debates da Reforma Trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO, coma ressalva de que o convite refere-se ao atual Presidente do STF. 17 – REQUERIMENTO Nº 28/03 – Do Sr. Roberto Balestra – que "solicita, nos termos regimentais, seja ouvido o Sr. Cícero Domingos Penha, Presidente do Conselho de Relações Trabalhistas da FIEMG.". APROVADO O REQUERIMENTO. 18 – REQUERIMENTO Nº 29/03 – Do Sr. Vicentinho – que "propõe convidar o Sr. Ercílio Santinoni, Presidente do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa – MONAMPE, para ser ouvido nesta Comissão, sobre a Reforma Trabalhista.", APROVADO O REQUERIMENTO; 19 – REQUERIMENTO Nº 32/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "solicita a realização de Audiência Pública com a participação da CAT (Central Autônoma de Trabalhadores).". APROVADO O REQUERIMENTO; 20 – REQUERIMENTO Nº 39/03 – Do Sr. Vicentinho – que "submete o nome do Sr. Luiz Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para ser ouvido na REFTRAB.". APROVADO O REQUERIMENTO, com ressalva de que o convite refere-se ao atual Presidente do Sindicato; 21 – REQUERIMENTO Nº 41/03 – Do Sr. Paes Landim – que "requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho GELSON DE AZEVEDO, para discorrer sobre o tema em análise neste fórum.". APROVADO O REQUERIMENTO; 22 – REQUERIMENTO Nº 42/03 – Do Sr. Paes Landim – que "requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial o Excelentíssimo Senhor ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ALMIR PAZZIANOTTO PINTO, para discorrer sobre o tema em análise neste fórum.". APROVADO O REQUERIMENTO; 23 – REQUERIMENTO Nº 48/03 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que "requer a convocação do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho-TST, Ministro Francisco Fausto, a fim de debater as propostas que tratam da redução dos encargos trabalhistas e da manutenção da autonomia da Justiça do Trabalho.". PREJUDICADO; 24 – REQUERIMENTO Nº 49/03 – Do Sr. Ricardo Fiuza – que "requer convidar o Dr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT, para reunião de audiência pública nesta Comissão.". APROVADO O REQUERIMENTO; 25 – REQUERIMENTO Nº 50/03 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que "requer seja convidado o Sr. Geraldo Aguiar de Brito Vianna, presidente da Associação Nacional de Transporte de Cargas, para debater sobre a Reforma Sindical.". APROVADO O REQUERIMENTO; 26 – REQUERIMENTO Nº 51/03 – Do Sr. Vicentinho – que "submete à Comissão o nome do Sr. Heitor Pinto Filho, presidente da ANUP, para ser ouvido na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.". APROVADO O REQUERIMENTO; 27 – REQUERIMENTO Nº 52/03 – Do Sr. José Múcio Monteiro – que "solicita convidar o Sr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT, para realização de audiência pública destinada à discussão da Reforma Trabalhista.". PREJUDICADO; 28 – REQUERIMENTO; Nº 53/03 – Do Sr. Jovair Arantes – que "requer realização de Audiência Pública, para discutir a Reforma Trabalhista, com o Dr. José Antônio Pastoriza Fontoura, vice-presidente do SINAIT; Dr. Ulisses Riedel de Resende, Diretor Técnico do DIAP, e Dr. Rodolfo Fonseca dos Santos, Presidente da ANFIP.". APROVADO O REQUERIMENTO; 29 – REQUERIMENTO Nº 54/03 – Do Sr. José Chaves – que "requer o envio de convite, pela Comissão Especial da Reforma Trabalhista, para comparecimento a este órgão técnico, do Presidente da CNT – Confederação Nacional do Transporte, Dr. Clésio Andrade.". PREJUDICADO; 30 – REQUERIMENTO Nº 55/03 – Do Sr. José Chaves – que "requer o envio de convite, pela Comissão Especial da Reforma Trabalhista, para comparecimento a este órgão técnico, do Presidente da NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Dr. Otávio Vieira da Cunha Filho.". APROVADO O REQUERIMENTO; 31

– REQUERIMENTO Nº 56/03 – dos Srs. Eduardo Valverde e Dra. Clair – que “solicita seja convidado o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho a participar de audiências na Comissão Especial de Reforma Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 32 – REQUERIMENTO Nº 57/03 – Do Sr. Ronaldo Dimas – que “reforma Trabalhista – solicitando audiência ou seminário com personalidades e/ou autoridades de outros países com o fim de conhecermos suas legislações trabalhistas.”. PREJUDICADO; 33 – REQUERIMENTO Nº 58/03 – Do Sr. José Chaves – que “requer o envio de convite para esclarecimentos junto a Comissão Especial da Reforma Trabalhista, em Audiência Pública, as seguintes autoridades: Presidente da Caixa Econômica Federal, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Saneamento, Presidente da Associação Brasileira de COHAB”s, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva-SINAENCO.”. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO; 34 – REQUERIMENTO Nº 59/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. Luis Fernando Silva, Secretário Nacional de Recursos Humanos do Ministério de Orçamento e Gestão, para participar de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO com ressalva de que o convite refere-se ao atual Secretário; 35 – REQUERIMENTO Nº 60/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja ouvida a Srª Denise Mota Dau , presidenta da CNTSS, para participar de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista”. APROVADO O REQUERIMENTO; 36 – REQUERIMENTO Nº 61/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. Jocélio Drumond, Secretário sub-regional da Internacional do Serviço Público – ISP, para participar de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 37 – REQUERIMENTO Nº 62/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. Carlos Henrique de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM, para participar de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 38 – REQUERIMENTO Nº 63/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FENABAN para participar de audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.”. PREJUDICADO; 39 – REQUERIMENTO Nº 64/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer que seja convidada a Drª Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho do Mtb, para participar de audiência pública na Comissão Especial da Ref. Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 40 – REQUERIMENTO Nº 65/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidada a Drª Regina Butrus, Presidenta da Assoc. Nac. dos Procuradores do Trabalho para participar de audiência pública na comissão especial da reforma trabalhista.”. PREJUDICADO; 41 – REQUERIMENTO Nº 66/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr Luis Eduardo Gautério Gallo, presidente da CNPL para participar de audiência pública na Comissão da Reforma Trabalhista.”. PREJUDICADO; 42 – REQUERIMENTO Nº 67/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. José Avelino Pereira para participar de audiência pública na Comissão da Reforma Trabalhista.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 43 – REQUERIMENTO Nº 68/03 – Do Sr. Vicentinho – que “requer seja convidado o Sr. Ricardo Sampaio para participar de audiência pública na comissão da reforma trabalhista”. APROVADO O REQUERIMENTO; 44 – REQUERIMENTO Nº 72/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que “solicita a realização de Audiência Pública a ser organizada por esta Comissão com a participação da Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.”. APROVADO O REQUERIMENTO; 45 – REQUERIMENTO Nº 73/03 – da Sra. Dra. Clair – que “convite para seminário internacional dos dias 24 e 25/11.”. NÃO DELIBERADO. ITEM A – ELEIÇÃO DO 2º E 3º VICE-PRESIDENTES DA COMISSÃO – O Presidente, em função da ausência dos candidatos aos cargos de 2º e 3º Vice-Presidentes, adiou a eleição prevista para esses cargos. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou reunião para o dia doze de novembro, quarta-feira, para eleição do 2º e 3º vice-presidentes, apresentação de relatos sobre os debates já realizados nos estados, e votação de requerimentos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Vicentinho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 14ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a apreciar matérias em tramitação na Casa cujo tema abranja a reforma trabalhista.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 13ª Reunião Ordinária a todos os membros presentes, indago se há necessidade de leitura.

**O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS** – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Dispensada a leitura da ata, com autorização dos nobres Parlamentares.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Estão inseridos na pauta desta reunião a eleição dos 2º e 3º Vice-Presidentes e vários requerimentos de Deputados convidando pessoas e instituições a virem à Comissão.

Embora haja *quorum*, gostaria de saber da Secretaria se regimentalmente é possível abrir o processo eleitoral, enquanto votamos os requerimentos. Caso contrário, pergunto se é possível inverter a pauta. *(Pausa.)*

Sugiro a inversão de pauta.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

O item nº 1 passa a ser o item nº 2 e vice-versa.

Informo ao Plenário que os Deputados Leandro Vilela e Zenaldo Coutinho não participaram da reunião do dia de 2 de outubro porque estavam de licença médica. Desejamos-lhes saúde.

Passa-se à votação dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, verifico que todos estes 74 requerimentos indicam alguém para audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – São 44 requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Ainda que sejam 44.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Ainda é muito. V.Exa. tem razão.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Reservaremos quantas sessões para audiência pública?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado, tentamos atuar mais ou menos sincronizados – é claro, com autonomia – com o debate que se realiza atualmente em conferências públicas – já ocorreram algumas em vários Estados –, com a reunião no Fórum Nacional do Trabalho, em que empresários, trabalhadores e Governo se sentam para discutir, e com os preparativos para o seminário internacional, que será realizado no final de novembro, quando, acredito, se houver entendimento, a proposta sindical virá para ser avaliada por esta Casa. Mas depende da Comissão definir o número de audiências.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, certamente todos esses nomes têm razão de ser, pelo fato de terem sido lembrados. Mas será impossível analisá-los, dado ao grande número, a menos que estiquemos nossos trabalhos, o que o tornaria improdutivo. Precisamos estudar o universo coberto pelas pessoas constantes dos requerimentos para termos a amplitude maior, mas com um menor número de audiências públicas ou de pessoas. Se votarmos contra um requerimento, poderemos cometer injustiça; e se aprovarmos todos, poderemos inviabilizar a dinâmica dos trabalhos desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nobre Deputado, agradeço seu esclarecimento. Há alguns dias estive conversando com o Ministro do Trabalho, Deputado do Rio de Janeiro licenciado, que me disse que vai começar a participar dos nossos trabalhos, ajudando-nos muito nessa reflexão.

Compreendo, salvo engano, que o fato de aprovarmos os requerimentos não quer dizer que todos os convidados virão. Após a aprovação dos requerimentos de convite a Comissão tem autonomia para dizer quando os convidados devem vir, agrupando os nomes de acordo com o tema. Foi assim na primeira fase, quando separamos instituições nacionais e centrais sindicais. Algumas federações ainda não foram chamadas.

A Comissão tem autonomia para apresentar propostas e dizer como serão os agrupamentos. Eu me responsabilizo por buscar o clima dos debates e apresentar uma dinâmica, digamos, de 10 audiências, de que poderão participar 4 pessoas com temas comuns. Podemos caminhar com esse entendimento. Como são 44 requerimentos, não haverá debate, a não ser que o autor queira encaminhar.

Tomei o cuidado de ler todos os nomes. São pessoas de opiniões divergentes: representantes patronais, trabalhadores, profissionais do Direito, sindicalistas que defendem visões dos patrões e dos trabalhadores. Se dependesse de mim, todos estariam aprovados. Mas precisamos fazer esta apreciação.

Requerimento nº 1, do Deputado Ronaldo Dimas, que "propõe audiência pública com o Sr. Antônio Bornia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras".

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 4, do Deputado Ronaldo Dimas, que *"propõe audiência pública com o Sr. Dagoberto*

*Lima Godói, representante dos empregadores na Organização Internacional do Trabalho – OIT"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 9, do Deputado Dr. Ribamar Alves, que *"propõe seja realizada audiência pública com o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 10, do Deputado Dr. Ribamar Alves, que *"propõe seja realizada audiência pública com o Dr. Abelardo Whickam Fernandes, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 11, do Deputado Miguel de Souza, que propõe seja convidado o Sr. Osmani Teixeira de Abreu, Diretor de Relações Trabalhistas da FIAT Automóveis.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis ao Requerimento nº 11 permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – Sr. Presidente, pela ordem.

Infelizmente, na hora em que V.Exa. se referiu à questão levantada pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio, recebi ligação que esperava há bastante tempo e não pude pedir a palavra naquele momento.

Concordo com as análises feitas por S.Exa. Contudo, ao menos nas Comissões regimentais, um requerimento só é votado na presença do autor. Não sei se esse procedimento se aplica a esse caso. Esta é a primeira questão.

Valorizo todo o esforço dos nobres Deputados, mas a Comissão não deveria aprovar algo inexeqüível.

Apresento recurso a V.Exa. no sentido de reconsiderar a idéia da aprovar em bloco todos os requerimentos. Que tenhamos sensibilidade para, quem sabe, criar hierarquia para as entidades mais representativas de um universo mais amplo, e que os demais fiquem sob a avaliação de uma comissão que componha a questão, para que não aprovemos tudo e depois não executemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Deputado Tarcisio Zimmerman, o Assessor da Presidência esclarece que a obrigatoriedade da presença do autor do requerimento é só para questões relativas a destaque.

O entendimento que tenho é que a matéria está acumulada na Comissão. Para firmarmos quem deve vir prioritariamente e quem deve compor a Mesa, devemos ter os nomes aprovados, sem obrigatoriamente dizer que todos vão vir. Temos autonomia para convidar quem deverá vir. Acho isso muito bom porque, diferentemente do debate das reformas previdenciária e tributária, vamos ter tempo para um bom debate.

Por essa razão, indefiro, nobre Deputado, seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN** – Sr. Presidente, até para economia processual, peço que seja citado o número do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Nesse caso lerei o número do requerimento, o nome do Deputado e do convidado, obrigatoriamente.

Requerimento nº 12, do Deputado Miguel de Souza, propondo a presença do Sr. Artur Quaresma Filho, do SINDUSCON.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 13, do Deputado Miguel de Souza, convidando o Sr. Gabriel Jorge Ferreira, da FEBRABAN. Se este for aprovado, ficará prejudicado o Requerimento nº 63, que se refere à mesma autoridade.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, fica prejudicado o Requerimento nº 63 em função da aprovação deste.

Requerimento nº 14, do Deputado Miguel de Souza, que convida o Sr. Leôncio Martins Rodrigues.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 18, do Deputado Daniel Almeida, que convida o Sr. João Batista Lemos, Coordenador Nacional da Corrente Sindical Classista.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 19, do Deputado Daniel Almeida, que convida o Sr. Severino Almeida Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*)

Aprovado.

Requerimento Nº 20, do Deputado Daniel Almeida, convidando o Sr. Germano Quevedo, Presidente da CONTACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*)

Aprovado.

O Requerimento nº 21, do Deputado Daniel Almeida, está prejudicado porque já aprovamos a proposta em reuniões passadas. As audiências públicas já estão ocorrendo em várias Capitais. Aqui está o calendário.

Requerimento nº 24, do Deputado Daniel Almeida, convidando a Dra. Regina Butrus, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Se aprovado, prejudicará o Requerimento nº 65, por tratar-se do mesmo pedido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Prejudicado o Requerimento nº 65.

Requerimento nº 25, do Deputado Almir Moura, convidando o Presidente do SEBRAE, Sr. Silvano Gianni.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 26, do Deputado Almir Moura, convidando o Dr. Antônio Álvares da Silva, Juiz do TRT, Minas Gerais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 27, do Deputado Almir Moura, convidando o Sr. Marco Aurélio Mendes de Mello.

**O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS** – Sr. Presidente, neste requerimento encontra-se o nome do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que era o Ministro Marco Aurélio de Mello.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Devemos compreender que não é a pessoa de S.Exa., mas a figura do Presidente atual, Ministro Maurício Corrêa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Requerimento nº 28, do Deputado Roberto Balestra, para convocar o Sr. Cícero Domingos Penha, Presidente do Conselho de Relações Trabalhistas da FIEMG.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 29, do Deputado Vicentinho, que propõe convidar o Sr. Ercílio Santinoni, Presidente do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa – MONAMPE.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa)*

Aprovado.

Requerimento nº 32, do Deputado Luiz Alberto, que solicita a realização de audiência pública com a participação da CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores.

Esclareço que quando realizamos debates com as centrais sindicais a CAT também foi convidada, mas, por razão que não lembro, não compareceu. Na hora da sistematização veremos em que patamar vai-se encontrar, já que é central sindical.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE** – Sr. Presidente, acredito que deveríamos acatar esse convite, deixando para um momento propício, quando vamos ter também outras centrais que não foram contempladas naquela oportunidade. Nós as colocaríamos dentro de uma audiência só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho) – Aprovada sua recomendação.

Requerimento nº 39, do Deputado Vicentinho, que convida o Sr. Luiz Marinho, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, hoje Presidente da CUT. O convite é para a entidade. Virá, então, o Sr. José Lopez Feijóo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 41, do Deputado Paes Landim, que convida o Exmo. Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Gelson de Azevedo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 42, do Deputado Paes Landim, que propõe seja convidado o Exmo. Sr. ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Almir Pazzianotto Pinto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 48, do Deputado Pompeo de Mattos, que propõe seja convidado o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Francisco Fausto.

Este requerimento está prejudicado, porque já convidamos S.Exa., que esteve aqui e fez sua exposição. Lembro ao Plenário que S.Exa. é um dos convidados especiais para, junto com o Presidente João Paulo Cunha e o Ministro do Trabalho, procederem à abertura do Seminário Internacional, a realizar-se nos dias 24 e 25.

Requerimento nº 49, do Deputado Ricardo Fiuza, que propõe seja convidado o Dr. Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 50, do Deputado Pompeo de Mattos, que propõe seja convidado o Sr. Geraldo Aguiar de Brito Vianna, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 51, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidado o Sr. Heitor Pinto Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 52, do Deputado José Múcio. Prejudicado, por ser o mesmo convidado constante do Requerimento nº 49.

Requerimento nº 53, do Deputado Jovair Arantes, que propõe sejam convidados o Dr. José Antônio Pastoriza Fontoura, Vice-Presidente de Política de Classe do SINAIT, o Dr. Ulisses Riedel de Resende, Diretor Técnico do DIAP, e o Dr. Rodolfo Fonseca dos Santos, Presidente da ANFIP.

O Requerimento nº 56 também propõe ouvir o Presidente do SINAIT. Vamos ter de convocar um apenas. V.Exas. estão propondo, então, que se aprovem os três, para, na oportunidade, se estabelecer a prioridade.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 54, do Deputado José Chaves, que propõe seja convidado o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Dr. Clésio Soares de Andrade. Prejudicado, em função do Requerimento nº 49.

Requerimento nº 55, do Deputado José Chaves, que propõe seja convidado o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Dr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 56, dos Deputados Eduardo Valverde e Dra. Clair, que propõe seja convidado o

Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 57. Prejudicado, em função da aprovação do Requerimento nº 70, em 03 de setembro, do qual o Deputado Ronaldo Dimas passou a ser co-autor.

Quanto ao Requerimento nº 58, do Deputado José Chaves, tenho informação de que seu autor manifestou interesse em não tê-lo aprovado, por achar que não seria mais oportuno.

Retirado o requerimento.

Requerimento nº 59, do Deputado Vicentinho, que requer seja convidado o Sr. Luís Fernando da Silva Filho, Secretário Nacional de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A informação que me chega é a de que o Sr. Luís Fernando não é mais o Secretário. Assim, convidaremos o representante atual, se aprovado o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 60, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidada a Sra. Denise Mota Dau, Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 61, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidado o Sr. Jocélio Drumond, Secretário Sub-Regional da Internacional do Serviço Público.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 62, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidado o Sr. Carlos Henrique de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 63, do Deputado Vicentinho, que requer seja convidado o Presidente da FENABAN.

O requerimento está prejudicado, em função da aprovação, nesta data, do Requerimento nº 13, de outro autor, nos mesmos termos.

Requerimento nº 64, do Deputado Vicentinho, que requer seja convidada a Sra. Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho, que cuida do assunto trabalho escravo no Brasil.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 65, do Deputado Vicentinho. Prejudicado pelo Requerimento nº 24, aprovado nesta data.

Requerimento nº 66, do Deputado Vicentinho, que requer seja convidado o Sr. Luís Eduardo Gautério Gallo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 67, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidado o Sr. José Avelino Pereira, Presidente da Central Brasileira de Trabalhadores e Empreendedores – CBTE.

Acredito, nobre Deputado Isaías Silvestre, que este requerimento está no esquema de outras centrais sindicais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 68, do Deputado Vicentinho, que propõe seja convidado o Sr. Ricardo Sampaio, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Paraná.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 72, do Deputado Luiz Alberto, que requer seja convidada a Sra. Creuza Maria de

Oliveira, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nobres colegas, apreciado o item 2 da pauta, poderíamos passar para o item 1.

Em todos estes dias temos realizado audiências públicas. Na próxima reunião, como já terão sido realizadas mais de 50% das audiências públicas nos Estados, é de bom alvitre que os Deputados responsáveis por essas audiências tenham tempo para apresentar informe a todos do que nelas ocorreu, a fim de incorporarmos ao relatório.

Acredito ser essa audiência a oportunidade de juntar mais Parlamentares. Para hoje, estava previsto realizar a eleição dos candidatos já indicados pelos partidos a 2º e 3º Vice-Presidentes. Em virtude de cada um necessitar no mínimo de 20 votos, por recomendação cuidadosa e muito coerente do nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio, consulto os nobres Parlamentares se faremos ou não a eleição hoje. *(Pausa.)*

Assumimos o compromisso de, na próxima reunião, realizar a votação, inclusive convocando os candidatos a estarem presentes, o que deveria ter acontecido hoje. Assim realizaremos boa eleição e nos prepararemos para os debates que virão.

Se houver esse entendimento, já teremos pauta bem definida para a próxima reunião, dia 12, quando teríamos os informes das audiências públicas, aprovaríamos novos requerimentos e realizaríamos as eleições.

Está aberta a palavra para colher a opinião dos nobres Parlamentares. *(Pausa.)*

Há esse entendimento? *(Pausa.)*

Fui informado de que a discussão no fórum do trabalho se adiantou mais nesta semana, chegando-se inclusive a mais consensos. Significa dizer que a hipótese de a proposta chegar no mês de novembro está ficando cada vez mais possível, sobretudo a parte da reforma que se refere à questão sindical.

Quando o tema não é tão eloqüente, quando o debate chama a atenção para um item, todos vão para uma Comissão. Gostaria que estivéssemos preparados para assegurar debate mais amplo, democrático e rico. Como o assunto reforma trabalhista é muito grande em termos numéricos, mas também é importante quanto às polêmicas, às concepções em jogo, peço ao nobres Parlamentares que nos ajudem nessa convocação e compareçam à reunião. Na próxima semana, contaremos com a presença do Relator.

No dia 10, salvo engano, haverá 5 audiências públicas simultâneas, com as que foram realizadas neste final de semana. Então, teremos muita coisa boa para discutir. Só assim daremos um salto de qualidade.

Agradeço aos Srs. Parlamentares e aos nossos assistentes a presença.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o dia 12, às 14h30, no Plenário nº 11, com a pauta já anunciada.

Está encerrada a reunião.

## DESIGNAÇÕES

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

**Ao Deputado Almir Sá**

**PROJETO DE LEI Nº 4.363/04** – Do Sr. Aroldo Cedraz – que “dispõe sobre a isenção de pagamento de ingressos ou qualquer outro tipo de cobrança para acesso a parques de exposições os profissionais formados em Ciências Agrárias”.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2004. – **Leonardo Vilela,** Presidente.

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

**Ao Deputado João Grandão**

**PROJETO DE LEI Nº 3.299/04** – Do Sr. Sergio Caiado – que “acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, permitindo ao produtor rural plantar sem assistência técnica de agrônomo, nas condições em que especifica”.

Sala da Comissão, 1 de dezembro de 2004. – **Fábio Souto,** Presidente em Exercício.

## SEÇÃO II

### ATOS DO PRESIDENTE

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**DISPENSAR**, a pedido, de acordo com o artigo 35, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADRIANA MARIA CARNEIRO DA CUNHA MORAES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico

Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.211, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Terceiro Secretário, a partir de 17 de fevereiro do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA APARECIDA CORDUA BOSON,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.514, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, a partir de 02 de fevereiro do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **OLINTA PEREIRA TEIXEIRA DOPCKE,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 4.189, da função comissionada de Assessor Técnico, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, a partir de 14 de fevereiro do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA ILDA SOARES DE OLIVEIRA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 3.012, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Progressista, a partir de 02 de fevereiro do corrente ano.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 04 de novembro de 1992, **ADRIANA MARIA CARNEIRO DA CUNHA MORAES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 30 ponto nº 5.211, para exercer, a partir de 17 de fevereiro do corrente ano, no Gabinete do Segundo Secretário, a função comissionada de Chefe de Secretaria, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 55 da Resolução nº 21, de 04 de novembro de 1992.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ADRIANA PORTO RABELLO DE MATTOS,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 3.940, para exercer, a partir de 02 de fevereiro do corrente ano, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo Ato da Mesa nº 26, de 07 de dezembro de 1995.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **HENRIQUE LEONARDO MEDEIROS,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Assistente Técnico, Classe "A", Padrão 31, ponto nº 6.945, para exercer, a partir de 04 de fevereiro do corrente ano, na Consultoria Legislativa, da Diretoria Legislativa, a função comissionada de Consultor Legislativo – Área II, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º da Resolução nº 28, de 14 de dezembro de 2004.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **JOSE ALBINO PEREIRA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.519, para exercer, a partir de 15 de fevereiro do corrente ano, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 16, de 03 de maio de 1995.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARIA APARECIDA CORDUA BOSON,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.514, para exercer, a partir de 02 de fevereiro do corrente ano, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, a função comissionada de Chefe de Secretaria de Vice-Líderes, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo Ato da Mesa nº 26, de 07 de dezembro de 1995.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RODOLFO COSTA SOUZA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Assistente Técnico, Classe "A", Padrão 31, ponto nº 6.946, para exercer, a partir de 21 de fevereiro do corrente ano, na Consultoria Legislativa, da Diretoria

Legislativa, a função comissionada de Consultor Legislativo – Área XVI, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º da Resolução nº 28, de 14 de dezembro de 2004.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**DESIGNAR ADELSON RICARDO DA SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 2.556, 1º substituto da Chefe da Seção de Liquidação, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Compras, do Departamento de Material e Patrimônio, no período de 09 a 20 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR ALESSANDRA MIRANDA KUROIVA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto n.º 5.696, e **FRANCISCA DE FÁTIMA MOURA CAMPOS,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto n.º 4.421, para substituírem, sucessivamente, a Chefe de Secretaria de Vice-Líderes, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Gabinete do Líder do Partido Popular Socialista, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR ANA CARLA SILVA DA SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe "B", Padrão 36, ponto nº 6.751, 1ª substituta da Chefe da Seção de Controle e Alocação de Pessoal, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Recursos Humanos, do Departamento de Pessoal, no período de 27 de dezembro de 2004 a 02 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR ANA CARLA SILVA DA SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe "B", Padrão 36, ponto nº 6.751, 1ª substituta da Chefe da Seção de Avaliação e Desenvolvimento Funcional, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Recursos Humanos, do Departamento de Pessoal, no período de 13 a 16 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR ANA CRISTINA VASCONCELOS MOREIRA DE SOUZA** Classe Especial, Padrão 41, ponto nº 6.502, e **PAULO HENRIQUE SILVA,** Classe "B", Padrão 40, ponto nº 6.594, ocupantes de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para substituírem, sucessivamente, a Chefe do Núcleo de Administração Escolar, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, em seus impedimentos eventuais, a partir de 14 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR CAMILO ADRIANO LOPES SOARES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional Técnico Legislativo – atribuição Agente de Encadernação e Douração, Classe Especial, Padrão 29, ponto nº 6.246, 1º substituto do Chefe da Seção Administrativa, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Secretaria Executiva do Pró-Saúde, da Diretoria de Recursos Humanos, no período de 17 a 23 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR DIANA SOARES MACHADO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 6.182, 1ª substituta da Chefe da Seção de Documentos Históricos, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, no período de 03 a 09 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR FLÁVIO SHINJI MORI,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 28, ponto nº 6.355, 1º substituto do Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Serviços Gráficos, do Departamento de Apoio Parlamentar, no período de 03 a 08 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR GENIVAL JOSE CORREIA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 2.756, 1º substituto do Supervisor de Almoxarifado, FC 05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Departamento de Material e Patrimônio, no período de 27 de dezembro de 2004 a 02 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR GILVAN FIGUEIREDO E SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe "B", Padrão 36, ponto nº 6.763, 1º substituto da Chefe da Seção de Avaliação e Desenvolvimento Funcional, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Recursos Humanos, do Departamento de Pessoal, no período de 03 a 12 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR HENRIQUE KENUP SATHLER,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Le-

gislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe “B”, Padrão 40, ponto nº 6.530, 1º substituto do Consultor do Núcleo Jurídico, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, no período de 20 a 24 de dezembro de 2004.

**DESIGNAR IRAM DE JESUS ALVES VIEGAS,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.356, 1º substituto do Coordenador de Processos, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Gabinete do Presidente, no período de 03 a 16 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR JORGE LUIZ GUSMÃO DA TRINDADE,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 29, ponto nº 6.231, 1º substituto do Chefe da Seção de Reprodução, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, do Departamento de Apoio Parlamentar, no período de 03 a 09 de janeiro corrente ano.

**DESIGNAR JOSE THOMAZ MIRANDA LIMA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.524, 1º substituto do Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Apoio Logístico, do Departamento de Polícia Legislativa, no período de 09 a 13 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR JUBAL FLORÊNCIO DA SILVA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 3.492, 1º substituto do Chefe da Seção de Policiamento Noturno Turma “B”, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, no período de 27 de dezembro de 2004 a 13 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR JULIANA CARLA DE FREITAS DO VALLE**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto n.º 5.576, e **SEME TALEB FARES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe “B”, Padrão 40, ponto n.º 6.609, para substituírem, sucessivamente, a Chefe de Gabinete, FC-08, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Gabinete do Líder do Partido Popular Socialista, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR LEANDRO ARANTES TEIXEIRA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe “B”, Padrão 40, ponto nº 6.543, 1º substituto do Chefe da Seção de Operações, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Habitação, da Diretoria-Geral, no período de 03 de janeiro a 11 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR LUCIANO DUARTE FERREIRA SOBRINHO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.701, 1º substituto do Chefe da Seção de Documentos Audiovisuais, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, no período de 27 de dezembro de 2004 a 02 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR LUCIANO DUARTE FERREIRA SOBRINHO,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.701, 2º substituto do Chefe da Seção de Documentos Audiovisuais, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR MARIA DE LOURDES RIBEIRO MEIRELLES,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.903, 1ª substituta da Diretora, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Estudos Legislativos, do Centro de Documentação e Informação, no período de 05 a 13 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR MARILZA RAMOS CORREA,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.910, 1ª substituta do Chefe do Serviço de Processamento e Análise da Demanda, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Consultoria Legislativa, no período de 1º a 08 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR RAIMUNDO VASCONCELOS AGUIAR,** ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 3.429, 1º substituto do Diretor, FC-08, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Departamento de Polícia Legislativa, no dia 09 de fevereiro do corrente ano.

Câmara dos Deputados, em 28 de fevereiro de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

**MESA DIRETORA**

**Presidente:**
SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE
**1º Vice-Presidente:**
JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
**2º Vice-Presidente:**
CIRO NOGUEIRA - PP - PI
**1º Secretário:**
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PMDB - PE
**2º Secretário:**
NILTON CAPIXABA - PTB - RO
**3º Secretário:**
EDUARDO GOMES - PSDB - TO
**4º Secretário:**
JOÃO CALDAS - PL - AL
**1º Suplente de Secretário:**
GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
**2º Suplente de Secretário:**
JORGE ALBERTO - PMDB - SE
**3º Suplente de Secretário:**
GERALDO RESENDE - PPS - MS
**4º Suplente de Secretário:**
MÁRIO HERINGER - PDT - MG

**LÍDERES E VICE-LÍDERES**

**PT**
Líder: PAULO ROCHA
Vice-Líderes:
Angela Guadagnin, Antônio Carlos Biffi, Vignatti, Durval Orlato, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Ivan Valente, João Grandão, José Eduardo Cardozo, José Pimentel, Luiz Sérgio, Maria do Rosário, Nilson Mourão, Neyde Aparecida, Orlando Desconsi, Paulo Pimenta, Roberto Gouveia, Wasny de Roure e Zezéu Ribeiro.

**PMDB**
Líder: SARAIVA FELIPE
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Osvaldo Biolchi, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Henrique Eduardo Alves, Wilson Santiago, Jorge Alberto, Zé Gerardo, Carlos Willian, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Hermes Parcianello, Takayama, Max Rosenmann, Marcelino Fraga e Pedro Novais.

**PFL**
Líder: RODRIGO MAIA
Vice-Líderes:
Roberto Brant (1º Vice), Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Ney Lopes e Corauci Sobrinho.

**PSDB**
Líder: ALBERTO GOLDMAN
Vice-Líderes:
Jutahy Junior, Yeda Crusius, Antonio Cambraia, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Zenaldo Coutinho e Eduardo Paes.

**PP**
Líder: JOSÉ JANENE
Vice-Líderes:
Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Ricardo Fiuza, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, Julio Lopes, João Pizzolatti e Simão Sessim.

**Bloco PL, PSL**
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Carlos Rodrigues, Lincoln Portela e Miguel de Souza.

**PTB**
Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Vice-Líderes:
Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto e Elaine Costa.

**PPS**
Líder: DIMAS RAMALHO
Vice-Líderes:
Rogério Teófilo, Raul Jungmann, Fernando Coruja, Geraldo Thadeu e B. Sá.

**PSB**
Líder: RENATO CASAGRANDE
Vice-Líderes:
Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre e Pastor Francisco Olímpio.

**PDT**
Líder: SEVERIANO ALVES
Vice-Líderes:
Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos e João Fontes.

**PCdoB**
Líder: RENILDO CALHEIROS
Vice-Líderes:
Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

**PV**
Líder: EDSON DUARTE
Vice-Líderes:
Sarney Filho.

**Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD**

**PRONA**
Repr.: ENÉAS

**Liderança do Governo**
Líder: PROFESSOR LUIZINHO
Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

**Liderança da Minoria**
Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

**DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**

**Roraima**

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

**Amapá**

Badu Picanço - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB

**Pará**

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - S.PART.

**Amazonas**

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

**Rondônia**

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PL
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

**Acre**

Chicão Brígido - PMDB
Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

**Tocantins**

Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL
Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PMDB
Ronaldo Dimas - PSDB

**Maranhão**

Antonio Joaquim - PTB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - S.PART.
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

**Ceará**

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antenor Naspolini - PSDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSDB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Gonzaga Mota - PSDB
Gorete Pereira - PMDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

**Piauí**

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PPS
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

**Rio Grande do Norte**

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PTB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PMDB

**Paraíba**

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

**Pernambuco**

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PMDB
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhylino - PDT
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Miguel Arraes - PSB
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Severino Cavalcanti - PP

**Alagoas**

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

**Sergipe**

Bosco Costa - PSDB
Cleonâncio Fonseca - PP
Heleno Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

**Bahia**

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PFL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PFL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PL
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

**Minas Gerais**

Ademir Camilo - PL
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PMDB
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Ibrahim Abi-ackel - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PPS
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL

Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PCdoB
Silas Brasileiro - PMDB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PSDB

**Espírito Santo**

Feu Rosa - PP
Iriny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

**Rio de Janeiro**

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - S.PART.
André Costa - PT
André Luiz - S.PART.
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PMDB
Dr. Heleno - PMDB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PFL
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSL
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Juíza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Miro Teixeira - PT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - S.PART.
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

**São Paulo**

Alberto Goldman - PSDB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PL
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Barbieri - PMDB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Kobayashi - PSDB
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Rubinelli - PT
Salvador Zimbaldi - PTB
Silvio Torres - PSDB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PL
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Barelli - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zarattini - PT
Zulaiê Cobra - PSDB

**Mato Grosso**

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thaís Barbosa - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Welinton Fagundes - PL

**Distrito Federal**

Alberto Fraga - PTB
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Sigmaringa Seixas - PT
Tadeu Filippelli - PMDB
Tatico - PL
Wasny de Roure - PT

**Goiás**

Barbosa Neto - PSB
Capitão Wayne - PSDB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PL
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Canedo - PP
Pedro Chaves - PMDB
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Sergio Caiado - PP
Vilmar Rocha - PFL

**Mato Grosso do Sul**

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PTB
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

**Paraná**

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PTB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PSB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Paulo Bernardo - PT
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB

**Santa Catarina**

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PFL
Vignatti - PT
Zonta - PP

**Rio Grande do Sul**

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osmar Terra - PMDB
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Yeda Crusius - PSDB

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Leonardo Vilela (PP)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
2º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Adão Pretto | Guilherme Menezes |
| Anselmo | Odair Cunha |
| Assis Miguel do Couto | Orlando Desconsi |
| João Grandão | Paulo Pimenta |
| Josias Gomes | Rubens Otoni |
| Zé Geraldo | Vignatti |
| **PMDB** | |
| Moacir Micheletto [vaga do PSC] | Darcísio Perondi |
| Odílio Balbinotti | Leandro Vilela |
| Silas Brasileiro | Osvaldo Reis |
| Waldemir Moka | Pedro Chaves |
| Zé Gerardo | 1 vaga |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Fábio Souto | Abelardo Lupion |
| Kátia Abreu | João Carlos Bacelar [vaga do PC do B] |
| Ronaldo Caiado | Lael Varella |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| | 1 vaga |
| **PP** | |
| Augusto Nardes | Benedito de Lira |
| Dilceu Sperafico [vaga do PSDB] | Cleonâncio Fonseca |
| Francisco Turra | Érico Ribeiro [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| Leonardo Vilela (Licenciado) | Roberto Balestra (Licenciado) |
| Luis Carlos Heinze | Romel Anizio |
| Nélio Dias [vaga do PC do B] | |
| Zonta [vaga do Bloco PFL, PRONA] | |
| **PSDB** | |
| Anivaldo Vale | Bosco Costa |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Julio Semeghini |
| Júlio Redecker | 2 vagas |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | |
| **PTB** | |
| Airton Roveda | Alberto Fraga |
| Carlos Dunga | Joaquim Francisco |
| 2 vagas | Josué Bengtson |
| | Nelson Marquezelli |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Almir Sá | Jorge Pinheiro |
| Heleno Silva | Júnior Betão [vaga do PPS] |
| 1 vaga | Mário Assad Júnior |
| | Welinton Fagundes |
| **PPS** | |
| Cezar Silvestri | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| Luciano Leitoa | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Dr. Rodolfo Pereira | Pompeo de Mattos |
| **PC do B** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho [vaga do PSC] |

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

### COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Júnior Betão (PL)
1º Vice-Presidente: Agnaldo Muniz (PP)
2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)
3º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antônio Carlos Biffi | Josias Gomes |
| Henrique Afonso | Paulo Rocha |
| Nilson Mourão | Terezinha Fernandes |
| 1 vaga | Zé Geraldo |
| **PMDB** | |
| Ann Pontes | Lupércio Ramos [vaga do PPS] |
| Asdrubal Bentes | Mauro Lopes |
| Gervásio Oliveira [vaga do PTB] | (Dep. do PSDB ocupa a vaga) |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | 2 vagas |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Davi Alcolumbre [vaga do PDT] | Elimar Máximo Damasceno |
| Enéas | Nice Lobão |
| 2 vagas | Vic Pires Franco |
| **PP** | |
| Agnaldo Muniz [vaga do PMDB] | Suely Campos |
| Carlos Souza [vaga do Bloco PL, PSL] | 1 vaga |
| Francisco Garcia | |
| Zé Lima | |
| **PSDB** | |
| Helenildo Ribeiro | Anivaldo Vale [vaga do PMDB] |
| 1 vaga | João Castelo |
| | Zenaldo Coutinho |
| **PTB** | |
| João Lyra | Ricarte de Freitas |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Júnior Betão [vaga do PPS] | Hamilton Casara [vaga do PSB] |
| Miguel de Souza | Luciano Castro |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Raimundo Santos |
| **PPS** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Maria Helena [vaga do PTB] |
| | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| Janete Capiberibe | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | Dr. Rodolfo Pereira |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | Vanessa Grazziotin |
| **S.PART.** | |
| Zequinha Marinho [vaga do PMDB] | |

Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 216-6432
FAX: 216-6440

### COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente:
1º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB)
3º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Jorge Bittar | Angela Guadagnin |
| Mariângela Duarte | Fernando Ferro |

| | |
|---|---|
| Nazareno Fonteles | Mauro Passos |
| Professor Luizinho | Paulo Delgado |
| Walter Pinheiro | Zarattini |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | 1 vaga |

**PMDB**

| | |
|---|---|
| Adelor Vieira [vaga do PTB] | Edson Ezequiel |
| Aníbal Gomes [vaga do PP] | Luiz Bittencourt |
| Eduardo Cunha | Pastor Amarildo [vaga do PSC] |
| Henrique Eduardo Alves | Pastor Pedro Ribeiro |
| Jader Barbalho | Vieira Reis |
| Wilson Santiago | Zé Gerardo |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | |

**Bloco PFL, PRONA**

| | |
|---|---|
| Corauci Sobrinho | José Carlos Araújo |
| João Batista [vaga do PP] | José Carlos Machado |
| José Mendonça Bezerra | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| José Rocha | 1 vaga |
| Júlio Cesar [vaga do PDT] | |
| 1 vaga | |

**PP**

| | |
|---|---|
| Lino Rossi (Licenciado) | Augusto Nardes |
| Ricardo Barros | Reginaldo Germano |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Sandes Júnior |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |

**PSDB**

| | |
|---|---|
| Ariosto Holanda | Alberto Goldman |
| Gustavo Fruet [vaga do PMDB] | Carlos Alberto Leréia |
| Julio Semeghini | Nilson Pinto |
| Narcio Rodrigues | |

**PTB**

| | |
|---|---|
| Iris Simões | Antonio Cruz |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Antonio Joaquim [vaga do PP] |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Romeu Queiroz |
| | Salvador Zimbaldi |

**Bloco PL, PSL**

| | |
|---|---|
| Mário Assad Júnior | Carlos Nader [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| Paulo Marinho | João Mendes de Jesus |
| Pedro Irujo [vaga do PTB] | Maurício Rabelo |
| Raimundo Santos | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |

**PPS**

| | |
|---|---|
| Nelson Proença | Raul Jungmann |

**PSB**

| | |
|---|---|
| Luiza Erundina | Renato Casagrande |

**PDT**

| | |
|---|---|
| Jurandir Boia [vaga do PT] | 1 vaga |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | |

**PC do B**

| | |
|---|---|
| Jamil Murad | Alice Portugal |

**PSC**

| | |
|---|---|
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |

**S.PART.**

| | |
|---|---|
| Costa Ferreira [vaga do PSC] | Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL] |

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 216-6452 A 6458
FAX: 216-6465

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Maurício Rands (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)

**PT**

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| Antonio Carlos Biscaia | Dra. Clair |
| José Eduardo Cardozo | Fátima Bezerra |
| José Mentor | Gilmar Machado |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | Iara Bernardi |
| Maurício Rands | Ivan Valente |
| Odair Cunha | João Alfredo |
| Rubens Otoni | José Pimentel |
| Rubinelli | Luiz Couto |
| Sigmaringa Seixas | Nelson Pellegrino |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | 1 vaga |

**PMDB**

| | |
|---|---|
| Eliseu Padilha | Ann Pontes |
| Jefferson Campos | Asdrubal Bentes |
| José Divino | Cezar Schirmer |
| Mendes Ribeiro Filho | João Matos |
| Michel Temer | Mauro Benevides |
| Nelson Trad | Sandra Rosado |
| Osmar Serraglio | 2 vagas |
| Pastor Amarildo [vaga do PSC] | |
| Takayama | |

**Bloco PFL, PRONA**

| | |
|---|---|
| Antonio Carlos Magalhães Neto | André de Paula |
| José Roberto Arruda | Coriolano Sales |
| Luiz Carlos Santos | Enéas |
| Ney Lopes | Jair Bolsonaro [vaga do PTB] |
| Paulo Magalhães | Laura Carneiro |
| Vic Pires Franco | Marcos Abramo |
| Vilmar Rocha | Moroni Torgan [vaga do PP] |
| | Onyx Lorenzoni |
| | Roberto Magalhães |
| | Robson Tuma [vaga do PC do B] |
| | Ronaldo Caiado [vaga do PSB] |

**PP**

| | |
|---|---|
| Darci Coelho | Agnaldo Muniz [vaga do PPS] |
| Ildeu Araujo | Celso Russomanno |
| Reginaldo Germano | Ivan Ranzolin |
| Ricardo Fiuza | Sandes Júnior |
| Wagner Lago | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| 1 vaga | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| | 1 vaga |

**PSDB**

| | |
|---|---|
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Antonio Carlos Pannunzio |
| Bosco Costa | Átila Lira |
| João Almeida | Bonifácio de Andrada |
| Jutahy Junior | Helenildo Ribeiro |
| Vicente Arruda [vaga do PT] | João Campos [vaga do PSC] |
| Zenaldo Coutinho | Léo Alcântara |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | 1 vaga |

**PTB**

| | |
|---|---|
| Antonio Cruz | Jovair Arantes |
| Edna Macedo | Luiz Antonio Fleury |
| Paes Landim | Neuton Lima |
| Vicente Cascione | Roberto Jefferson |
| 1 vaga | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |

**Bloco PL, PSL**

| | |
|---|---|
| Carlos Mota | Almeida de Jesus |
| Carlos Rodrigues | Coronel Alves (Licenciado) |
| Edmar Moreira | Jaime Martins |
| João Paulo Gomes da Silva | João Leão |
| 1 vaga | Neucimar Fraga |

**PPS**

| | |
|---|---|
| Dimas Ramalho | Colbert Martins |
| Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] | Fernando Coruja [vaga do PP] |
| Roberto Freire | (Dep. do PP ocupa a vaga) |

**PSB**

| | |
|---|---|
| Alexandre Cardoso | Isaías Silvestre |
| Gonzaga Patriota | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PDT** | |
| Alceu Collares | Severiano Alves |
| **PC do B** | |
| Sérgio Miranda | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PSDB ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | Sarney Filho |

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala , sala 21
Telefones: 216-6494
FAX: 216-6499

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Paulo Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
2º Vice-Presidente: Julio Lopes (PP)
3º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Dr. Rosinha | Luiz Bassuma |
| Maria do Carmo Lara | Rubinelli |
| Simplício Mário | Walter Pinheiro |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PMDB** | |
| Leandro Vilela [vaga do PPS] | Alexandre Santos [vaga do PP] |
| Luiz Bittencourt | Deley [vaga do PV] |
| Olavo Calheiros | Max Rosenmann |
| Pastor Pedro Ribeiro [vaga do PV] | Silas Brasileiro |
| Paulo Lima | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| Wladimir Costa [vaga do PT] | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| José Carlos Machado | Marcelo Guimarães Filho |
| Marcos Abramo | Ney Lopes |
| Robério Nunes | (Dep. do PCdoB ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Celso Russomanno | Ricardo Fiuza |
| Julio Lopes | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PSDB** | |
| Paulo Kobayashi | Manoel Salviano |
| Sebastião Madeira | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |
| **PTB** | |
| Jonival Lucas Junior | Alex Canziani |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | Ricardo Izar |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Maurício Rabelo | Amauri Gasques |
| Medeiros | Wellington Roberto |
| **PPS** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Dimas Ramalho |
| **PSB** | |
| Jorge Gomes | Givaldo Carimbão |
| **PV** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PCdoB** | |
| | Daniel Almeida [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| **S.PART.** | |
| Renato Cozzolino [vaga do PTB] | André Luiz [vaga do PMDB] |

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 216-6920 A 6922
FAX: 216-6925

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Gonzaga Mota (PSDB)
1º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
2º Vice-Presidente: Almeida de Jesus (PL)
3º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Durval Orlato | Luiz Eduardo Greenhalgh |
| Jorge Boeira | Paulo Bernardo |
| Reginaldo Lopes | Vicentinho |
| 1 vaga | Zico Bronzeado |
| **PMDB** | |
| Bernardo Ariston | Luiz Bittencourt |
| Carlos Eduardo Cadoca | Odílio Balbinotti |
| Edson Ezequiel | Paulo Afonso |
| Lupércio Ramos [vaga do PPS] | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Fernando de Fabinho | Carlos Melles |
| Gerson Gabrielli | Jairo Carneiro |
| 1 vaga | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Dr. Benedito Dias | Delfim Netto |
| 1 vaga | Nélio Dias |
| **PSDB** | |
| Gonzaga Mota | Bismarck Maia [vaga do PV] |
| Léo Alcântara [vaga do PV] | Júlio Redecker |
| Ronaldo Dimas [vaga do PTB] | Yeda Crusius |
| Vittorio Medioli | |
| **PTB** | |
| Nelson Marquezelli | Armando Monteiro |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | Dr. Francisco Gonçalves [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Almeida de Jesus | Enio Tatico [vaga do PTB] |
| Reinaldo Betão | Giacobo |
| | 1 vaga |
| **PPS** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Nelson Proença |
| **PSB** | |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PV** | |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | (Dep. do PSDB ocupa a vaga) |

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 216-6601 A 6609
FAX: 216-6610

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Silas Câmara (PTB)
1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
2º Vice-Presidente: Walter Feldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Cezar Schirmer (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fátima Bezerra | Carlito Merss |
| Terezinha Fernandes | Devanir Ribeiro |
| Zezéu Ribeiro | Ivo José |
| 1 vaga | Maria do Carmo Lara |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | Jader Barbalho |
| Jorge Alberto | Leonardo Picciani |
| Mauro Benevides | Marinha Raupp |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Claudio Cajado | Dr. Pinotti (Licenciado) |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Francisco Rodrigues |
| 1 vaga | José Roberto Arruda |

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PP** | |
| Romel Anizio | Zé Lima |
| 1 vaga | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| **PSDB** | |
| Walter Feldman (Licenciado) | Paulo Kobayashi |
| 1 vaga | Sebastião Madeira |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Pastor Frankembergen |
| Joaquim Francisco vaga do PDT | 1 vaga |
| José Chaves vaga do PMDB | |
| Pedro Fernandes vaga do Bloco PFL, PRONA | |
| Ricardo Izar vaga do Bloco PL, PSL | |
| Silas Câmara | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Paulo Gouvêa | Chico da Princesa |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Tatico vaga do PP |
| | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Maria Helena | B. Sá |
| **PSB** | |
| 1 vaga | Barbosa Neto |
| **PDT** | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| Inácio Arruda | 1 vaga |

Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 216-6551/ 6554
FAX: 216-6560

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
3º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Iriny Lopes | Adão Pretto |
| Luci Choinacki | Carlos Abicalil |
| Luiz Couto | Chico Alencar |
| Miro Teixeira vaga do PMDB | Luiz Alberto |
| Orlando Fantazzini | Maria do Rosário vaga do PMDB |
| **PMDB** | |
| Fernando Diniz | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Jairo Carneiro | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| Zelinda Novaes | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| 2 vagas | José Linhares |
| | Nilton Baiano |
| **PSDB** | |
| Thelma de Oliveira | João Almeida |
| (Dep. do PV ocupa a vaga) | (Dep. do PV ocupa a vaga) |
| **PTB** | |
| 2 vagas | Marcus Vicente |
| | Pastor Reinaldo |
| **Bloco PL, PSL** | |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | Lincoln Portela vaga do Bloco PFL, PRONA |
| | Paulo Gouvêa |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | Cláudio Magrão |
| **PSB** | |
| Pastor Francisco Olímpio | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Mário Heringer vaga do Bloco PL, PSL | Enio Bacci vaga do Bloco PFL, PRONA |
| **PV** | |
| Leonardo Mattos vaga do PSDB | Edson Duarte vaga do PSDB |

Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 216-6575
FAX: 216-6580

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: César Bandeira (PFL)
2º Vice-Presidente: João Matos (PMDB)
3º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlos Abicalil | Antônio Carlos Biffi |
| Chico Alencar | Colombo |
| Iara Bernardi | Fátima Bezerra |
| Ivan Valente | Henrique Afonso |
| Maria do Rosário vaga do PSB | Paulo Rubem Santiago |
| Neyde Aparecida | Selma Schons vaga do PMDB |
| **PMDB** | |
| Gastão Vieira vaga do PTB | Luiz Bittencourt |
| João Matos | Osmar Serraglio |
| Marinha Raupp | Paulo Lima |
| Osvaldo Biolchi | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Celcita Pinheiro | Antonio Carlos Magalhães Neto |
| César Bandeira | Clóvis Fecury |
| Osvaldo Coelho | Murilo Zauith |
| **PP** | |
| Professor Irapuan Teixeira | Márcio Reinaldo Moreira |
| Suely Campos | Vanderlei Assis |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | Wagner Lago |
| **PSDB** | |
| Átila Lira | Domiciano Cabral |
| Bonifácio de Andrada vaga do PP | Eduardo Barbosa |
| Lobbe Neto | Rafael Guerra |
| Nilson Pinto vaga do Bloco PL, PSL | |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | |
| **PTB** | |
| Eduardo Seabra | Elaine Costa |
| Kelly Moraes | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Milton Monti | Humberto Michiles |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | Wanderval Santos |
| **PPS** | |
| Rogério Teófilo | 1 vaga |
| **PSB** | |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | Luciano Leitoa |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| Alice Portugal | Sérgio Miranda |
| **S.PART.** | |
| | Costa Ferreira vaga do PTB |

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 216-6622/6625/6627/6628
FAX: 216-6635

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Nelson Bornier (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB)
2º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PT)
3º Vice-Presidente: Carlos Willian (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlito Merss | Henrique Fontana |
| José Pimentel | Jorge Bittar |
| Paulo Rubem Santiago | Jorge Boeira |
| Vignatti | José Mentor |
| Virgílio Guimarães | Miro Teixeira [vaga do PPS] |
| | Wasny de Roure |
| **PMDB** | |
| Alexandre Santos [vaga do PDT] | Eduardo Cunha |
| Carlos Willian [vaga do PSC] | João Magalhães |
| Marcelino Fraga [vaga do PTB] | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| Max Rosenmann | 1 vaga |
| Nelson Bornier | |
| Paulo Afonso | |
| Pedro Novais | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Coriolano Sales | Gerson Gabrielli |
| Eliseu Resende | João Batista |
| Félix Mendonça | José Carlos Araújo |
| Luiz Carreira | Júlio Cesar |
| Mussa Demes [vaga do Bloco PL, PSL] | Paulo Bauer [vaga do PSC] |
| Onyx Lorenzoni [vaga do PC do B] | |
| Pauderney Avelino [vaga do PSB] | |
| Roberto Brant [vaga do PTB] | |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Feu Rosa |
| Delfim Netto | Francisco Turra |
| Francisco Dornelles | Zonta |
| **PSDB** | |
| Antonio Cambraia | Gonzaga Mota |
| Luiz Carlos Hauly | Ronaldo Dimas |
| Yeda Crusius | Vittorio Medioli |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | Alex Canziani |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | José Militão |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | Sandro Matos |
| **Bloco PL, PSL** | |
| João Leão | Almir Sá |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | José Santana de Vasconcellos |
| **PPS** | |
| Fernando Coruja | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | Beto Albuquerque |
| **PDT** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **S.PART.** | |
| | André Luiz [vaga do PMDB] |

Secretário(a): Maria Linda Magalhães
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 216-6654/6655/6652
FAX: 216-6660

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: José Priante (PMDB)
1º Vice-Presidente: André Luiz (S.PART.)
2º Vice-Presidente: João Magno (PT)
3º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Eduardo Valverde | Luiz Sérgio |
| João Magno | Professor Luizinho |
| Wasny de Roure | Roberto Gouveia |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Virgílio Guimarães |
| **PMDB** | |
| João Correia [vaga do Bloco PL, PSL] | Aníbal Gomes |
| João Magalhães | Cabo Júlio [vaga do PTB] |
| José Priante | Dr. Heleno [vaga do PP] |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | Nelson Bornier |
| | Wladimir Costa |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| José Carlos Araújo | José Carlos Machado |
| Paulo Bauer | José Roberto Arruda |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Leodegar Tiscoski [vaga do PT] | José Janene [vaga do PV] |
| Márcio Reinaldo Moreira | Pedro Corrêa [vaga do PTB] |
| Ronivon Santiago | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| Simão Sessim [vaga do PV] | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Alberto Goldman | Luiz Carlos Hauly |
| Manoel Salviano | Walter Feldman (Licenciado) |
| **PTB** | |
| Elaine Costa | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| Sandro Matos | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Carlos Nader [vaga do Bloco PFL, PRONA] | Carlos Rodrigues |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | 1 vaga |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PPS** | |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | Rogério Teófilo |
| **PSB** | |
| Barbosa Neto | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| Enio Bacci [vaga do PPS] | Pompeo de Mattos [vaga do PSB] |
| **S.PART.** | |
| Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL] | Renato Cozzolino [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| André Luiz [vaga do PMDB] | |

Secretário(a): Edilson Saraiva Alencar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 216-6671 A 6675
FAX: 216-6676

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: André de Paula (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Colombo (PT)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Colombo | Orlando Fantazzini |
| Paulo Bernardo | Tarcísio Zimmermann |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| **PMDB** | |
| Almerinda de Carvalho | 3 vagas |
| Lúcia Braga [vaga do PT] | |
| Moraes Souza | |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Abelardo Lupion | Fernando de Fabinho |
| André de Paula | Laura Carneiro [vaga do PTB] |
| | (Dep. do PSDB ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Nilton Baiano | Enivaldo Ribeiro |
| 1 vaga | Ronivon Santiago |
| **PSDB** | |
| 2 vagas | Eduardo Barbosa [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| | Vicente Arruda |

| | |
|---|---|
| | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Marcondes Gadelha | João Lyra |
| Roberto Jefferson | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Jaime Martins | Marcos de Jesus |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PSB** | |
| | Luiza Erundina [vaga do PT] |
| **PDT** | |
| João Fontes [vaga do S.PART.] | |

Secretário(a): Gardene Maria Ferreira de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 216-6692 / 6693
FAX: 216-6700

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
1º Vice-Presidente: Givaldo Carimbão (PSB)
2º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)
3º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| César Medeiros | Anselmo |
| Ivo José [vaga do PTB] | Assis Miguel do Couto |
| João Alfredo | Iriny Lopes |
| Leonardo Monteiro | Nazareno Fonteles |
| Luciano Zica | |
| Luiz Alberto [vaga do PTB] | |
| **PMDB** | |
| Osvaldo Reis [vaga do PDT] | Carlos Willian [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| Teté Bezerra | José Divino |
| (Dep. do PV ocupa a vaga) | Luiz Bittencourt |
| 1 vaga | Max Rosenmann |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Davi Alcolumbre [vaga do PDT] |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Gervásio Silva |
| 1 vaga | José Roberto Arruda |
| | Milton Barbosa [vaga do Bloco PL, PSL] |
| | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Roberto Balestra (Licenciado) | (Dep. do PV ocupa a vaga) |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Itamar Serpa | Affonso Camargo |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Antonio Carlos Mendes Thame |
| **PTB** | |
| Antonio Joaquim [vaga do PP] | Paes Landim |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | 1 vaga |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Jorge Pinheiro [vaga do Bloco PFL, PRONA] | Pedro Irujo |
| Oliveira Filho | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| Welinton Fagundes | |
| **PPS** | |
| B. Sá | Cezar Silvestri |
| **PSB** | |
| Givaldo Carimbão [vaga do PSDB] | Janete Capiberibe |
| Paulo Baltazar | |
| Renato Casagrande [vaga do Bloco PFL, PRONA] | |
| **PDT** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Edson Duarte [vaga do PMDB] | Jovino Cândido [vaga do PP] |
| Fernando Gabeira [vaga do S.PART.] | Marcelo Ortiz |
| Sarney Filho | |
| **S.PART.** | |
| (Dep. do PV ocupa a vaga) | 1 vaga |

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: João Pizzolatti (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fernando Ferro | Eduardo Valverde |
| Luiz Bassuma | Hélio Esteves |
| Luiz Sérgio | Luciano Zica |
| Mauro Passos | Vander Loubet |
| **PMDB** | |
| Dr. Heleno [vaga do PP] | Alceste Almeida |
| Marcello Siqueira | João Matos |
| Moreira Franco | Josias Quintal |
| Rose de Freitas | 1 vaga |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Aroldo Cedraz | Celcita Pinheiro [vaga do PSC] |
| Betinho Rosado [vaga do PSC] | César Bandeira |
| Eduardo Sciarra | Luiz Carlos Santos |
| Gervásio Silva | Pauderney Avelino [vaga do PDT] |
| | Robério Nunes |
| **PP** | |
| João Pizzolatti | Nelson Meurer |
| José Janene [vaga do PMDB] | Ricardo Barros |
| Vadão Gomes [vaga do PPS] | Simão Sessim [vaga do PTB] |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Nicias Ribeiro | Antonio Cambraia |
| Paulo Feijó [vaga do PSB] | Lobbe Neto |
| 1 vaga | |
| **PTB** | |
| Marcus Vicente [vaga do PDT] | Edna Macedo |
| Osmânio Pereira | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| Salvador Zimbaldi | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| José Santana de Vasconcellos | Aracely de Paula |
| 1 vaga | Miguel de Souza |
| **PPS** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PSB** | |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Jurandir Boia [vaga do PSB] |
| | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **PSC** | |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente: Maninha (PT)
2º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (PL)
3º Vice-Presidente: André Zacharow (PSB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Maninha | João Magno |
| Paulo Delgado | Leonardo Monteiro |
| Zarattini | Nilson Mourão |
| Zico Bronzeado | Sigmaringa Seixas |
| **PMDB** | |
| Edison Andrino | Marcelino Fraga |
| Fernando Lopes | Moreira Franco |
| Vieira Reis | (Dep. do PV ocupa a vaga) |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | (Dep. do PSDB ocupa a vaga) |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Carlos Melles | Claudio Cajado |
| Francisco Rodrigues [vaga do Bloco PL, PSL] | João Carlos Bacelar |
| Jair Bolsonaro [vaga do PTB] | Robério Nunes [vaga do Bloco PL, PSL] |
| Murilo Zauith | Roberto Brant [vaga do PTB] |
| 1 vaga | Vilmar Rocha |
| **PP** | |
| Feu Rosa | Dilceu Sperafico |
| Ivan Ranzolin | Francisco Dornelles |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Luis Carlos Heinze [vaga do PPS] |
| | Professor Irapuan Teixeira |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Pannunzio | Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) |
| João Castelo | Antonio Carlos Mendes Thame |
| Zulaiê Cobra | Luiz Carlos Hauly [vaga do PMDB] |
| | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |
| **PTB** | |
| Arnon Bezerra | Jackson Barreto |
| Pastor Frankembergen | (Dep. do PV ocupa a vaga) |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Lincoln Portela [vaga do PMDB] | João Paulo Gomes da Silva |
| Marcos de Jesus | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) | |
| **PPS** | |
| Átila Lins | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| André Zacharow [vaga do PP] | 1 vaga |
| (Dep. do PCdoB ocupa a vaga) | |
| **PDT** | |
| João Herrmann Neto | Manato |
| **PCdoB** | |
| Renildo Calheiros [vaga do PSB] | |
| **PV** | |
| | Fernando Gabeira [vaga do PTB] |
| | Leonardo Mattos [vaga do PMDB] |

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 216-6745

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Wanderval Santos (PL)
1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Nelson Pellegrino | Antonio Carlos Biscaia |
| Paulo Pimenta | Maurício Rands |
| Vander Loubet | Reginaldo Lopes |
| **PMDB** | |
| Cabo Júlio | Luiz Bittencourt |
| Gilberto Nascimento | 2 vagas |
| Josias Quintal | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Laura Carneiro | (Dep. do PCdoB ocupa a vaga) |
| Moroni Torgan | 1 vaga |
| **PP** | |
| Sandes Júnior | Carlos Souza [vaga do Bloco PL, PSL] |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | Darci Coelho |
| | Francisco Appio |
| **PSDB** | |
| Carlos Sampaio | Zulaiê Cobra |
| João Campos | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| **PTB** | |
| Alberto Fraga | Vicente Cascione |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Coronel Alves (Licenciado) | Edmar Moreira |
| Wanderval Santos | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **PPS** | |
| Raul Jungmann | Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] |
| | Roberto Freire |
| **S.PART.** | |
| Babá | Luciana Genro |
| **PDT** | |
| Pompeo de Mattos [vaga do PP] | |
| **PCdoB** | |
| | Perpétua Almeida [vaga do Bloco PFL, PRONA] |

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 216-6761 / 6762
FAX: 216-6770

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Eduardo Paes (PSDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
2º Vice-Presidente: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)
3º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Angela Guadagnin | Dr. Rosinha |
| Guilherme Menezes | Durval Orlato |
| Henrique Fontana | Luci Choinacki |
| Roberto Gouveia | Maninha |
| Selma Schons | Telma de Souza |
| **PMDB** | |
| Benjamin Maranhão | Almerinda de Carvalho |
| Darcísio Perondi | Jorge Alberto |
| Hermes Parcianello [vaga do PSC] | Silas Brasileiro |
| Sandra Rosado | Teté Bezerra |
| Saraiva Felipe | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Dr. Pinotti (Licenciado) | José Mendonça Bezerra |
| Elimar Máximo Damasceno | Zelinda Novaes |
| Milton Barbosa | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| Nice Lobão | 1 vaga |
| **PP** | |
| José Linhares | Dr. Benedito Dias |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| 1 vaga | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| **PSDB** | |
| Eduardo Barbosa | Thelma de Oliveira |

| | |
|---|---|
| Eduardo Paes | Walter Feldman (Licenciado) |
| Rafael Guerra | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Arnaldo Faria de Sá | Arnon Bezerra [vaga do PP] |
| Dr. Francisco Gonçalves | Kelly Moraes |
| Homero Barreto | Marcondes Gadelha |
| | Milton Cardias [vaga do PSC] |
| | Osmânio Pereira |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Amauri Gasques | Carlos Mota |
| Neucimar Fraga | Remi Trinta |
| **PPS** | |
| Geraldo Resende [vaga do PP] | Geraldo Thadeu |
| 1 vaga | |
| **PSB** | |
| Dr. Ribamar Alves | Alexandre Cardoso [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| | André Zacharow [vaga do PP] |
| | Jorge Gomes |
| **PDT** | |
| Manato | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Jandira Feghali | Jamil Murad |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |

Secretário(a): Flávio Alencastro
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Tarcísio Zimmermann (PT)
1º Vice-Presidente: Dra. Clair (PT)
2º Vice-Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
3º Vice-Presidente: Luciano Castro (PL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Dra. Clair | Carlos Santana |
| Paulo Rocha | José Eduardo Cardozo |
| Tarcísio Zimmermann | Neyde Aparecida |
| Vicentinho | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PMDB** | |
| Leonardo Picciani | Ann Pontes |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Lúcia Braga [vaga do PT] |
| 1 vaga | Luiz Bittencourt |
| | 1 vaga |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Clóvis Fecury | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| Rodrigo Maia | 2 vagas |
| (Dep. do PC do B ocupa a vaga) | |
| **PP** | |
| Érico Ribeiro | Mário Negromonte |
| Pedro Corrêa | Vadão Gomes |
| **PSDB** | |
| Carlos Alberto Leréia | Ariosto Holanda |
| 2 vagas | Carlos Sampaio |
| | Narcio Rodrigues |
| **PTB** | |
| Jovair Arantes | Arnaldo Faria de Sá |
| Luiz Antonio Fleury | Eduardo Seabra |
| Milton Cardias [vaga do PMDB] | Homero Barreto [vaga do PPS] |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Luciano Castro | Medeiros |
| Sandro Mabel | Paulo Marinho |
| **PPS** | |
| Cláudio Magrão | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| Isaías Silvestre | Pastor Francisco Olímpio |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| Vanessa Grazziotin [vaga do Bloco PFL, PRONA] | |
| **PV** | |
| Jovino Cândido | Leonardo Mattos |
| **PDT** | |
| | Alceu Collares [vaga do Bloco PFL, PRONA] |

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 216-6815

## COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: José Militão (PTB)
1º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Gilmar Machado | César Medeiros |
| Orlando Desconsi [vaga do PP] | João Grandão |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Mariângela Duarte |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | |
| **PMDB** | |
| Alceste Almeida | Edison Andrino |
| Deley [vaga do PP] | Jefferson Campos |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Marcelo Teixeira |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Marcelo Guimarães Filho | Eduardo Sciarra |
| 1 vaga | José Rocha [vaga do Bloco PL, PSL] |
| | (Dep. do PCdoB ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Ildeu Araujo |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | Julio Lopes |
| **PSDB** | |
| Bismarck Maia | Carlos Alberto Leréia |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Jutahy Junior |
| **PTB** | |
| Alex Canziani [vaga do PT] | Philemon Rodrigues |
| José Militão | 1 vaga |
| Josué Bengtson [vaga do PT] | |
| Pastor Reinaldo | |
| Ricarte de Freitas [vaga do PMDB] | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Enio Tatico [vaga do PSDB] | Reinaldo Betão |
| Hamilton Casara [vaga do PSB] | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| João Mendes de Jesus | |
| João Tota (Licenciado) | |
| Tatico [vaga do PMDB] | |
| **PPS** | |
| Colbert Martins | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Dr. Ribamar Alves |
| **PDT** | |
| | João Herrmann Neto [vaga do PPS] |
| **PCdoB** | |
| | Renildo Calheiros [vaga do Bloco PFL, PRONA] |

Secretário(a): Elizabeth Paes dos Santos
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Wellington Roberto (PL)
1º Vice-Presidente: Giacobo (PL)

2º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
3º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB)

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| Carlos Santana | Zezéu Ribeiro |
| Devanir Ribeiro | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Hélio Esteves | 2 vagas |
| Telma de Souza | |
| **PMDB** | |
| Marcelo Castro | Eliseu Padilha |
| Marcelo Teixeira | Marcello Siqueira |
| Mauro Lopes | Osvaldo Reis |
| Pedro Chaves | 1 vaga |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Lael Varella | Aroldo Cedraz |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PP** | |
| Francisco Appio | Francisco Garcia |
| Mário Negromonte | Leodegar Tiscoski |
| **PSDB** | |
| Affonso Camargo | Nicias Ribeiro |
| Domiciano Cabral | Paulo Feijó |
| **PTB** | |
| Neuton Lima | Carlos Dunga |
| Philemon Rodrigues | Iris Simões |
| Romeu Queiroz [vaga do PSC] | José Chaves [vaga do PSC] |
| | Pedro Fernandes [vaga do PT] |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Aracely de Paula [vaga do Bloco PFL, PRONA] | João Tota (Licenciado) [vaga do Bloco PFL, PRONA] |
| Chico da Princesa [vaga do PDT] | Milton Monti |
| Giacobo | Oliveira Filho |
| Humberto Michiles [vaga do Bloco PFL, PRONA] | |
| Wellington Roberto | |
| **PPS** | |
| 1 vaga | Átila Lins |
| **PSB** | |
| Beto Albuquerque | Gonzaga Patriota |
| **PDT** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Mário Heringer |
| **PSC** | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |

Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 216-6853 A 6856
FAX: 216-6860

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
Relator: Maninha (PT)

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| José Pimentel | Dra. Clair |
| Maninha | Henrique Fontana |
| Paulo Delgado | Ivan Valente |
| Rubens Otoni | Luci Choinacki |
| Tarcísio Zimmermann | Paulo Pimenta |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PFL** | |
| Fábio Souto | Robério Nunes |
| Marcos Abramo | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Ney Lopes | 3 vagas |
| Ronaldo Caiado | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | Bernardo Ariston |
| Edson Ezequiel | Moacir Micheletto |
| Max Rosenmann | 2 vagas |
| Silas Brasileiro | |
| **PSDB** | |
| Alberto Goldman | Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Luiz Carlos Hauly |
| Antonio Carlos Pannunzio | Nilson Pinto |
| Yeda Crusius | 1 vaga |
| **PP** | |
| Feu Rosa | Francisco Dornelles |
| Francisco Garcia | Leodegar Tiscoski |
| Francisco Turra | Vadão Gomes |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Arnaldo Faria de Sá |
| Roberto Jefferson | Arnon Bezerra |
| | Paes Landim [vaga do PFL] |
| **PL** | |
| João Paulo Gomes da Silva | Humberto Michiles |
| 1 vaga | Paulo Marinho |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | Janete Capiberibe |
| Luiza Erundina | Renato Casagrande |
| **PPS** | |
| Nelson Proença | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | Manato |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | Inácio Arruda |
| **PRONA** | |
| 1 vaga | Elimar Máximo Damasceno |

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203 / 6232
FAX: 216-6225

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | |
| **PMDB** | |
| Mauro Benevides | |
| **PFL** | |
| Vilmar Rocha | |
| **PTB** | |
| Vicente Cascione | |
| **PL** | |
| Lincoln Portela | |
| **PDT** | |
| Mário Heringer | |

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.**

Presidente: José Carlos Machado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcondes Gadelha (PTB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fátima Bezerra | Zezéu Ribeiro |
| Fernando Ferro | 5 vagas |
| José Pimentel | |
| Josias Gomes | |
| Luiz Couto | |
| Nazareno Fonteles | |
| **PFL** | |
| Fernando de Fabinho | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| José Carlos Machado | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| José Rocha | 3 vagas |
| Luiz Carreira | |
| Osvaldo Coelho | |
| **PMDB** | |
| Benjamin Maranhão | Aníbal Gomes |
| Henrique Eduardo Alves | Sandra Rosado |
| Jorge Alberto | 2 vagas |
| Marcelo Castro | |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Bosco Costa |
| Átila Lira | Eduardo Barbosa |
| Helenildo Ribeiro | Gonzaga Mota |
| Manoel Salviano | João Castelo |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Mário Negromonte |
| Cleonâncio Fonseca | Nélio Dias |
| Enivaldo Ribeiro | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Carlos Dunga |
| Marcondes Gadelha | Paes Landim [vaga do PFL] |
| | 1 vaga |
| **PL** | |
| Almeida de Jesus | 2 vagas |
| Heleno Silva | |
| **PSB** | |
| Gonzaga Patriota | Isaías Silvestre |
| Pastor Francisco Olímpio | Luciano Leitoa [vaga do PDT] |
| | 1 vaga |
| **PPS** | |
| B. Sá | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | João Fontes [vaga do PFL] |
| | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| **PV** | |
| Edson Duarte | Sarney Filho |

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À MENSAGEM N º 183, DE 2004, DO PODER EXECUTIVO, QUE "SUBMETE À CONSIDERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL O TEXTO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO".**

Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)
1º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Paulo Rubem Santiago (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | 6 vagas |
| Orlando Fantazzini | |
| Paulo Delgado | |
| Paulo Pimenta | |
| Paulo Rubem Santiago | |
| Selma Schons | |
| **PMDB** | |
| Ann Pontes | 5 vagas |
| Cabo Júlio [vaga do PSC] | |
| Edison Andrino | |
| Eliseu Padilha | |
| Marcelino Fraga | |
| Vieira Reis | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| José Carlos Aleluia | 4 vagas |
| Moroni Torgan | |
| Onyx Lorenzoni | |
| Roberto Brant | |
| **PP** | |
| Feu Rosa | Professor Irapuan Teixeira |
| Ivan Ranzolin | 2 vagas |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Pannunzio | Bonifácio de Andrada |
| Zulaiê Cobra | Carlos Sampaio |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | João Campos |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Pastor Frankembergen |
| Marcondes Gadelha | 2 vagas |
| Milton Cardias | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Coronel Alves (Licenciado) | João Paulo Gomes da Silva |
| Edmar Moreira | Wanderval Santos |
| Lincoln Portela | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PPS** | |
| Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] | Átila Lins |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | |
| **PSB** | |
| André Zacharow [vaga do PP] | 1 vaga |
| Isaías Silvestre | |
| **PDT** | |
| João Herrmann Neto [vaga do PPS] | Severiano Alves |
| 1 vaga | |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Leonardo Mattos | Edson Duarte |
| **S.PART.** | |
| | Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL] |
| | Costa Ferreira [vaga do PSC] |

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA**

**LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Luciano Zica | Iara Bernardi |
| Wasny de Roure | João Alfredo |
| Zé Geraldo | 4 vagas |
| 3 vagas | |
| **PMDB** | |
| Cabo Júlio vaga do PSC | Lupércio Ramos vaga do PPS |
| Marcelo Castro | 5 vagas |
| Mauro Benevides | |
| Osvaldo Reis | |
| Sandra Rosado | |
| Wilson Santiago | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Gervásio Silva | 4 vagas |
| Laura Carneiro | |
| Milton Barbosa | |
| Vilmar Rocha | |
| **PP** | |
| Érico Ribeiro | Vadão Gomes |
| Mário Negromonte | 2 vagas |
| Pedro Corrêa | |
| **PSDB** | |
| Carlos Alberto Leréia | Itamar Serpa |
| Nicias Ribeiro | João Campos |
| Zenaldo Coutinho | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Jovair Arantes | 3 vagas |
| Nelson Marquezelli | |
| Philemon Rodrigues | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Paulo Marinho | Almeida de Jesus |
| Reinaldo Betão | Luciano Castro |
| 1 vaga | Medeiros |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| Gonzaga Patriota | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Pompeo de Mattos | Alceu Collares |
| **PC do B** | |
| Sérgio Miranda | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| | Renato Cozzolino vaga do PSC |

Secretário(a): -

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.**

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Chico Alencar | Luiz Couto |
| José Eduardo Cardozo | Maria do Carmo Lara |
| Paulo Delgado | 4 vagas |
| Paulo Rocha | |
| Rubens Otoni | |
| Rubinelli | |
| **PFL** | |
| André de Paula | Davi Alcolumbre vaga do PDT |
| Eduardo Sciarra | Fernando de Fabinho |
| Jairo Carneiro | Rodrigo Maia |
| Mendonça Prado (Licenciado) | Ronaldo Caiado |
| Nice Lobão | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| Roberto Magalhães vaga do PTB | 1 vaga |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | Marcelo Castro |
| Eliseu Padilha | 3 vagas |
| Henrique Eduardo Alves | |
| Jefferson Campos | |
| **PSDB** | |
| Affonso Camargo | Antonio Carlos Pannunzio |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Bonifácio de Andrada |
| Rafael Guerra | Bosco Costa |
| Vicente Arruda | Zenaldo Coutinho |
| **PP** | |
| Enivaldo Ribeiro | Leodegar Tiscoski |
| Pedro Corrêa | Mário Negromonte |
| Romel Anizio | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Vicente Cascione | Arnaldo Faria de Sá |
| (Dep. do PFL ocupa a vaga) | Luiz Antonio Fleury |
| **PL** | |
| João Paulo Gomes da Silva | Carlos Nader vaga do PFL |
| Lincoln Portela | Oliveira Filho |
| | 1 vaga |
| **PSB** | |
| Pastor Francisco Olímpio | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PPS** | |
| Raul Jungmann | Colbert Martins |
| **PDT** | |
| Manato | (Dep. do PFL ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Renildo Calheiros | 1 vaga |
| **PV** | |
| Jovino Cândido | Marcelo Ortiz |

Secretário(a): Ana Lucia R. Marques
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A
Telefones: 261-6214/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).**

Presidente: Laura Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
Relator: Átila Lira (PSDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlos Abicalil | 6 vagas |
| Fátima Bezerra | |
| Jorge Boeira | |
| Odair Cunha | |

| | |
|---|---|
| Tarcísio Zimmermann | |
| 1 vaga | |
| **PFL** | |
| João Carlos Bacelar | Antonio Carlos Magalhães Neto |
| Laura Carneiro | José Roberto Arruda |
| Ney Lopes | 3 vagas |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Jefferson Campos | Adelor Vieira |
| Jorge Alberto | 3 vagas |
| Leonardo Picciani | |
| 1 vaga | |
| **PSDB** | |
| Átila Lira | Ariosto Holanda |
| Eduardo Barbosa | Zenaldo Coutinho |
| Helenildo Ribeiro | 2 vagas |
| (Dep. do PL ocupa a vaga) | |
| **PP** | |
| Agnaldo Muniz [vaga do PPS] | Nilton Baiano |
| Feu Rosa | Zé Lima |
| Nélio Dias | 1 vaga |
| Sandes Júnior | |
| Vanderlei Assis [vaga do PFL] | |
| **PTB** | |
| Eduardo Seabra | Philemon Rodrigues |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PL** | |
| Hamilton Casara [vaga do PSDB] | Medeiros |
| Luciano Castro | Welinton Fagundes |
| Paulo Marinho | |
| **PSB** | |
| Gonzaga Patriota | 2 vagas |
| Pastor Francisco Olímpio | |
| **PPS** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Geraldo Thadeu |
| **PDT** | |
| Alceu Collares | Pompeo de Mattos |
| **PC do B** | |
| Alice Portugal | 1 vaga |
| **PV** | |
| Jovino Cândido | Marcelo Ortiz |

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".**

Presidente: João Grandão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

| **Titulares** | **Suplentes** |
|---|---|
| **PT** | |
| Eduardo Valverde | Hélio Esteves |
| João Grandão | Zico Bronzeado |
| José Eduardo Cardozo | 4 vagas |
| Nilson Mourão | |
| Vignatti | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Alceste Almeida | Darcísio Perondi |
| Gervásio Oliveira [vaga do PDT] | João Matos |
| Osmar Serraglio | Lupércio Ramos [vaga do PPS] |
| Teté Bezerra | Moacir Micheletto |
| Waldemir Moka | Nelson Trad |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Eduardo Sciarra | Ronaldo Caiado |
| Francisco Rodrigues | 3 vagas |
| Murilo Zauith | |
| Onyx Lorenzoni | |
| **PP** | |
| Cleonâncio Fonseca [vaga do PV] | Ivan Ranzolin |
| Luis Carlos Heinze [vaga do PSB] | José Janene |
| Mário Negromonte | 1 vaga |
| Pedro Henry | |
| Ronivon Santiago | |
| Zonta [vaga do PSC] | |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Helenildo Ribeiro |
| Júlio Redecker | Manoel Salviano |
| Thelma de Oliveira | Nicias Ribeiro |
| **PTB** | |
| Nelson Marquezelli | Iris Simões |
| Ricarte de Freitas | Silas Câmara |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Carlos Mota | Edmar Moreira |
| 2 vagas | João Paulo Gomes da Silva |
| | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Maria Helena | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Barbosa Neto |
| **PDT** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Dr. Rodolfo Pereira |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho [vaga do PSC] |

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior sala 170-B
Telefones: 216.6215
FAX: 216.6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.**

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Divino (PMDB)

| **Titulares** | **Suplentes** |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | Iriny Lopes |
| Eduardo Valverde | 5 vagas |
| João Alfredo | |
| José Eduardo Cardozo | |
| Maurício Rands | |
| Paulo Delgado | |
| **PFL** | |

| | |
|---|---|
| Coriolano Sales | Antonio Carlos Magalhães Neto |
| José Roberto Arruda | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Luiz Carlos Santos | 3 vagas |
| Marcelo Guimarães Filho | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | |
| **PMDB** | |
| Carlos Willian [vaga do PSB] | Ann Pontes |
| José Divino | Osmar Serraglio |
| Marcelino Fraga | 2 vagas |
| Nelson Trad | |
| 1 vaga | |
| **PSDB** | |
| Carlos Sampaio | Bonifácio de Andrada |
| Nicias Ribeiro | Helenildo Ribeiro |
| Vicente Arruda | Zenaldo Coutinho |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PP** | |
| Cleonâncio Fonseca | Ivan Ranzolin |
| Darci Coelho [vaga do PFL] | 2 vagas |
| Dilceu Sperafico | |
| Ricardo Fiuza | |
| Wagner Lago [vaga do PDT] | |
| **PTB** | |
| Luiz Antonio Fleury | Antonio Cruz |
| Vicente Cascione | Paes Landim [vaga do PFL] |
| | 1 vaga |
| **PL** | |
| Edmar Moreira | José Santana de Vasconcellos |
| Mário Assad Júnior | Raimundo Santos |
| **PSB** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PPS** | |
| Cezar Silvestri | Dimas Ramalho |
| Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] | |
| **PDT** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Severiano Alves |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | 1 vaga |
| **PV** | |
| Sarney Filho | Marcelo Ortiz |

Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).**

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Arlindo Chinaglia | Devanir Ribeiro |
| José Pimentel | Fernando Ferro |
| Luiz Sérgio | Neyde Aparecida |
| Professor Luizinho | Nilson Mourão |
| Rubens Otoni | Paulo Rocha |
| Zarattini | 1 vaga |
| **PMDB** | |
| Fernando Diniz | Almerinda de Carvalho |
| Gastão Vieira | Aníbal Gomes |
| Jader Barbalho | Pastor Pedro Ribeiro |
| José Borba | Wilson Santiago |
| Nelson Trad | Zé Gerardo |
| Pastor Amarildo [vaga do PTB] | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Laura Carneiro | Ney Lopes |
| Moroni Torgan | Rodrigo Maia |
| Robério Nunes | 2 vagas |
| Vic Pires Franco | |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Feu Rosa |
| Leodegar Tiscoski | Romel Anizio |
| Professor Irapuan Teixeira | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Bismarck Maia |
| Jutahy Junior | Bosco Costa |
| Luiz Carlos Hauly | Carlos Alberto Leréia |
| **PTB** | |
| José Múcio Monteiro | Iris Simões |
| Paes Landim | Jovair Arantes |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Luciano Castro | Medeiros |
| Sandro Mabel | Paulo Marinho |
| Valdemar Costa Neto | 1 vaga |
| **PPS** | |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | Átila Lins |
| **PSB** | |
| 1 vaga | Jorge Gomes |
| **PDT** | |
| Álvaro Dias | Mário Heringer |
| João Herrmann Neto [vaga do PPS] | |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | Jamil Murad |
| **PV** | |
| Sarney Filho | Jovino Cândido |

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".**

Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Neyde Aparecida (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antônio Carlos Biffi | Zezéu Ribeiro |
| João Grandão | 5 vagas |
| Maninha | |
| Neyde Aparecida | |
| Rubens Otoni | |
| Wasny de Roure | |
| **PFL** | |
| Celcita Pinheiro | Eliseu Resende |
| José Roberto Arruda | Lael Varella |
| Vilmar Rocha | Ronaldo Caiado |
| 2 vagas | 2 vagas |
| **PMDB** | |
| Aníbal Gomes | 4 vagas |
| Fernando Diniz | |
| Luiz Bittencourt | |
| Moacir Micheletto | |

| | |
|---|---|
| **PSDB** | |
| Carlos Alberto Leréia | Átila Lira |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | João Campos |
| Ronaldo Dimas | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| Thelma de Oliveira | 1 vaga |
| **PP** | |
| Romel Anizio | Carlos Souza |
| Zé Lima | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PTB** | |
| Ricarte de Freitas | 2 vagas |
| Sandro Matos | |
| **PL** | |
| Jaime Martins | Hamilton Casara (vaga do PSDB) |
| Maurício Rabelo | Júnior Betão (vaga do PPS) |
| | Raimundo Santos |
| | 1 vaga |
| **PSB** | |
| Janete Capiberibe | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PPS** | |
| Raul Jungmann | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| Dr. Rodolfo Pereira | Enio Bacci |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| **PRONA** | |
| 1 vaga | Elimar Máximo Damasceno |

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE 2004, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" ( PEC PARALELA - ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA).**

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente: Antonio Joaquim (PTB)
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
Relator: José Pimentel (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Eduardo Valverde | Devanir Ribeiro |
| Henrique Fontana | Durval Orlato |
| José Pimentel | Guilherme Menezes |
| Maurício Rands | Ivan Valente |
| Nelson Pellegrino | Mariângela Duarte |
| Nilson Mourão | Paulo Pimenta |
| Professor Luizinho | Roberto Gouveia |
| **PFL** | |
| Gervásio Silva | Dr. Pinotti (Licenciado) |
| Júlio Cesar | Laura Carneiro |
| Murilo Zauith | Pauderney Avelino |
| Onyx Lorenzoni | Robson Tuma |
| Roberto Brant | 2 vagas |
| Vilmar Rocha | |
| **PMDB** | |
| Aníbal Gomes | Adelor Vieira |
| Fernando Diniz | Deley (vaga do PV) |
| Jorge Alberto | Mauro Benevides |
| Olavo Calheiros | Silas Brasileiro |
| Wilson Santiago | 2 vagas |
| **PSDB** | |
| Alberto Goldman | Antonio Carlos Pannunzio |
| Anivaldo Vale | Bismarck Maia |
| Eduardo Barbosa | Zenaldo Coutinho |
| João Campos | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| Yeda Crusius | 1 vaga |
| **PP** | |
| José Linhares | Benedito de Lira |
| Ronivon Santiago | Dr. Benedito Dias |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Antonio Joaquim (vaga do PP) | Ricardo Izar |
| Arnaldo Faria de Sá | Ricarte de Freitas |
| Iris Simões | 1 vaga |
| Luiz Antonio Fleury | |
| **PL** | |
| Carlos Rodrigues | Chico da Princesa |
| Milton Monti | Wellington Roberto |
| 1 vaga | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| Paulo Baltazar | Dr. Ribamar Alves |
| 1 vaga | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PPS** | |
| 1 vaga | Geraldo Thadeu |
| | Juíza Denise Frossard (vaga do PSDB) |
| **PDT** | |
| Alceu Collares | Jurandir Boia (vaga do PSB) |
| | Manato |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | Inácio Arruda |
| **PV** | |
| Leonardo Mattos | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **S.PART.** | |
| | Almir Moura (vaga do PL) |

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlito Merss | Devanir Ribeiro |
| Jorge Bittar | José Pimentel |
| José Mentor | Nilson Mourão |
| Paulo Bernardo | Paulo Delgado |
| Virgílio Guimarães | Paulo Pimenta |
| Walter Pinheiro | Paulo Rubem Santiago |
| Zezéu Ribeiro | Wasny de Roure |
| **PFL** | |
| Antonio Carlos Magalhães Neto | Abelardo Lupion |
| Gerson Gabrielli | Eduardo Sciarra |
| José Roberto Arruda | Eliseu Resende |
| Mussa Demes | José Carlos Machado |
| Pauderney Avelino | Luiz Carreira |
| Vic Pires Franco | Paulo Bauer |
| **PMDB** | |
| Eduardo Cunha | Ann Pontes |
| Henrique Eduardo Alves | Benjamin Maranhão |
| Lupércio Ramos (vaga do PPS) | José Priante |
| Osmar Serraglio | Wilson Santiago |

Pedro Chaves — (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Pedro Novais

**PSDB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Antonio Cambraia | Anivaldo Vale |
| Julio Semeghini | Antonio Carlos Mendes Thame |
| Luiz Carlos Hauly | Gonzaga Mota |
| Walter Feldman (Licenciado) | Ronaldo Dimas |
| Zenaldo Coutinho | Yeda Crusius |

**PP**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Delfim Netto | Enivaldo Ribeiro |
| Francisco Dornelles | Feu Rosa |
| Romel Anizio | Professor Irapuan Teixeira |

**PTB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Armando Monteiro | Jackson Barreto |
| José Militão | Pedro Fernandes |
| Philemon Rodrigues | Vicente Cascione |

**PL**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Miguel de Souza | Carlos Rodrigues |
| Raimundo Santos | Humberto Michiles |
| Sandro Mabel | Jaime Martins |

**PSB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Beto Albuquerque | Barbosa Neto |
| Renato Casagrande | Gonzaga Patriota |

**PPS**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |

**PDT**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Manato | Dr. Rodolfo Pereira |
| | João Herrmann Neto vaga do PPS |

**PC do B**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Sérgio Miranda | Daniel Almeida |

**PRONA**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Enéas | Elimar Máximo Damasceno |

**S.PART.**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| | André Luiz vaga do PMDB |

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

**PT**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Leonardo Monteiro | 6 vagas |
| Maninha | |
| Nilson Mourão | |
| Orlando Fantazzini | |
| Paulo Delgado | |
| Zarattini | |
| Zé Geraldo vaga do PMDB | |

**PMDB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Fernando Lopes | Carlos Willian vaga do PSC |
| João Correia | 5 vagas |
| Vieira Reis | |
| Wilson Santiago | |
| (Dep. do PT ocupa a vaga) | |

**Bloco PFL, PRONA**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Francisco Rodrigues | 4 vagas |
| João Carlos Bacelar | |
| Murilo Zauith | |
| Vilmar Rocha | |

**PP**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Feu Rosa | Dilceu Sperafico |
| Ivan Ranzolin | Francisco Dornelles |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Professor Irapuan Teixeira |

**PSDB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Bosco Costa | Antonio Carlos Pannunzio |
| Helenildo Ribeiro | Luiz Carlos Hauly |
| João Castelo | Manoel Salviano |

**PTB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Arnon Bezerra | 3 vagas |
| Jackson Barreto | |
| 1 vaga | |

**Bloco PL, PSL**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Almeida de Jesus | Edmar Moreira |
| Carlos Mota | Jaime Martins |
| João Paulo Gomes da Silva | 1 vaga |

**PPS**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| (Dep. do PDT ocupa a vaga) | Átila Lins |

**PSB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Alexandre Cardoso | 1 vaga |
| André Zacharow vaga do PP | |

**PDT**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| João Herrmann Neto vaga do PPS | Mário Heringer |
| Severiano Alves | |

**PC do B**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Jamil Murad | 1 vaga |

**PSC**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |

**PV**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| 1 vaga | 1 vaga |

**S.PART.**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Zequinha Marinho vaga do PSC | |

Secretário(a): -

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).**

Presidente: Orlando Desconsi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Isaías Silvestre (PSB)

**PT**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Antonio Carlos Biscaia | Mauro Passos |
| Chico Alencar | 5 vagas |
| Gilmar Machado | |
| Orlando Desconsi | |
| Selma Schons | |
| Walter Pinheiro | |

**PFL**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Corauci Sobrinho | Laura Carneiro |
| Dr. Pinotti (Licenciado) | Marcelo Guimarães Filho |
| Milton Barbosa | 3 vagas |
| Vilmar Rocha | |
| 1 vaga | |

**PMDB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Almerinda de Carvalho | Alceste Almeida |
| Edson Ezequiel | João Correia |
| Nelson Bornier | Lupércio Ramos vaga do PPS |
| Pedro Chaves | 2 vagas |

**PSDB**

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| Alberto Goldman | Átila Lira |
| Nicias Ribeiro | Helenildo Ribeiro |
| Ronaldo Dimas | Paulo Kobayashi |
| 1 vaga | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |

| PP | |
|---|---|
| Cleonâncio Fonseca | 3 vagas |
| Márcio Reinaldo Moreira | |
| Roberto Balestra (Licenciado) | |
| **PTB** | |
| 2 vagas | Milton Cardias |
| | Pastor Reinaldo |
| **PL** | |
| Carlos Rodrigues | Heleno Silva |
| Wellington Roberto | João Paulo Gomes da Silva |
| **PSB** | |
| André Zacharow vaga do PDT | 2 vagas |
| Isaías Silvestre | |
| Pastor Francisco Olímpio | |
| **PPS** | |
| 1 vaga | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | Daniel Almeida |
| **PRONA** | |
| Elimar Máximo Damasceno | 1 vaga |

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, DO SR. LUIZ ANTONIO FLEURY, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".**

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)
1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Chico Alencar | 6 vagas |
| José Eduardo Cardozo | |
| Nilson Mourão | |
| Orlando Desconsi | |
| Rubens Otoni | |
| Sigmaringa Seixas | |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | 5 vagas |
| Eliseu Padilha | |
| Paulo Afonso | |
| 2 vagas | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| José Roberto Arruda | Eduardo Sciarra |
| Luiz Carlos Santos | Onyx Lorenzoni |
| Ney Lopes | 2 vagas |
| Ronaldo Caiado | |
| **PP** | |
| Francisco Turra | Enivaldo Ribeiro |
| Romel Anizio | Márcio Reinaldo Moreira |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Bosco Costa | Antonio Carlos Pannunzio |
| Zenaldo Coutinho | Átila Lira |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | Bonifácio de Andrada |
| **PTB** | |
| Luiz Antonio Fleury | Jovair Arantes |
| 2 vagas | 2 vagas |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Almir Sá | João Leão |
| Carlos Rodrigues | Mário Assad Júnior |
| João Paulo Gomes da Silva | Oliveira Filho |
| **PPS** | |
| Juíza Denise Frossard vaga do PSDB | Dimas Ramalho |
| 1 vaga | |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | Renato Casagrande |
| **PDT** | |
| 1 vaga | Enio Bacci |
| **PC do B** | |
| Renildo Calheiros | Jamil Murad |
| **PSC** | |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | Sarney Filho |
| **S.PART.** | |
| Costa Ferreira vaga do PSC | |

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mário Heringer (PDT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Angela Guadagnin | 6 vagas |
| Jorge Boeira | |
| Maria do Rosário | |
| Selma Schons | |
| Tarcísio Zimmermann | |
| Telma de Souza | |
| **PFL** | |
| André de Paula | 5 vagas |
| Fábio Souto | |
| Jairo Carneiro | |
| Laura Carneiro | |
| Mendonça Prado (Licenciado) | |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | João Correia |
| Gilberto Nascimento vaga do PSB | Osvaldo Reis |
| Marcelo Castro | Sandra Rosado |
| Max Rosenmann | 1 vaga |
| Paulo Afonso | |
| **PSDB** | |
| Antonio Cambraia | Carlos Alberto Leréia |
| Eduardo Barbosa | Rafael Guerra |
| Thelma de Oliveira | Walter Feldman (Licenciado) |
| Yeda Crusius | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Zonta |
| José Linhares | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Suely Campos | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Kelly Moraes | Antonio Joaquim vaga do PP |
| Marcondes Gadelha | Arnaldo Faria de Sá |
| | 1 vaga |
| **PL** | |
| Almeida de Jesus | Marcos de Jesus |

| | |
|---|---|
| Oliveira Filho | Wanderval Santos |
| **PSB** | |
| Luiza Erundina | André Zacharow vaga do PDT |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 2 vagas |
| **PPS** | |
| 1 vaga | Geraldo Resende |
| | Juíza Denise Frossard vaga do PSDB |
| **PDT** | |
| Mário Heringer | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | Alice Portugal |
| **PRONA** | |
| Elimar Máximo Damasceno | 1 vaga |

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).**

Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | Chico Alencar |
| Dra. Clair | Eduardo Valverde |
| Leonardo Monteiro | João Grandão vaga do PSB |
| Neyde Aparecida | Jorge Boeira |
| Paulo Rocha | Orlando Fantazzini |
| Tarcísio Zimmermann | Zé Geraldo |
| | 1 vaga |
| **PFL** | |
| Francisco Rodrigues | Abelardo Lupion |
| Kátia Abreu | Fernando de Fabinho |
| Marcos Abramo | José Carlos Araújo |
| Ronaldo Caiado | Milton Barbosa |
| 1 vaga | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PMDB** | |
| Almerinda de Carvalho | Pastor Amarildo vaga do PL |
| Asdrubal Bentes | Sandra Rosado |
| Bernardo Ariston | 3 vagas |
| Teté Bezerra | |
| **PSDB** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Bosco Costa |
| Anivaldo Vale | João Almeida |
| Eduardo Barbosa | Júlio Redecker |
| Helenildo Ribeiro | Léo Alcântara |
| **PP** | |
| Wagner Lago | Cleonâncio Fonseca |
| Zé Lima | Enivaldo Ribeiro |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Ivan Ranzolin |
| **PTB** | |
| Homero Barreto | Alberto Fraga |
| Josué Bengtson | Pastor Reinaldo |
| **PL** | |
| Medeiros | Luciano Castro |
| 1 vaga | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PSB** | |
| André Zacharow vaga do PP | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| Isaías Silvestre | 1 vaga |
| Luiza Erundina | |
| **PPS** | |
| Colbert Martins | Geraldo Resende |
| **PDT** | |
| 1 vaga | Dr. Rodolfo Pereira |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | Jamil Murad |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho vaga do PFL |

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211
FAX: 216.6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".**

Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fernando Ferro | Josias Gomes |
| José Pimentel | 5 vagas |
| Luiz Bassuma | |
| Virgílio Guimarães | |
| Walter Pinheiro | |
| Zezéu Ribeiro | |
| **PFL** | |
| Fernando de Fabinho | José Carlos Araújo |
| José Carlos Machado | Júlio Cesar |
| José Rocha | 3 vagas |
| Luiz Carreira | |
| Osvaldo Coelho | |
| **PMDB** | |
| Jorge Alberto | 4 vagas |
| Mauro Lopes | |
| Olavo Calheiros | |
| Wilson Santiago | |
| **PSDB** | |
| Gonzaga Mota | Antonio Cambraia |
| Helenildo Ribeiro | Narcio Rodrigues |
| João Almeida | Vicente Arruda |
| 1 vaga | Walter Feldman (Licenciado) |
| **PP** | |
| Cleonâncio Fonseca | 3 vagas |
| Márcio Reinaldo Moreira | |
| Mário Negromonte | |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Jonival Lucas Junior |
| Marcondes Gadelha | 1 vaga |
| **PL** | |
| Heleno Silva | João Leão |
| Jaime Martins | 1 vaga |
| **PSB** | |
| Givaldo Carimbão | 2 vagas |
| Gonzaga Patriota | |
| **PPS** | |
| Raul Jungmann | Colbert Martins |
| **PDT** | |
| Mário Heringer | Severiano Alves |
| **PC do B** | |

| Daniel Almeida | 1 vaga |
|---|---|
| **PRONA** | |
| 1 vaga | 1 vaga |

Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".**

Presidente: Iara Bernardi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | Durval Orlato |
| Devanir Ribeiro | José Mentor |
| Eduardo Valverde | Odair Cunha |
| Iara Bernardi | Patrus Ananias (Licenciado) |
| Mariângela Duarte | 2 vagas |
| Paulo Rubem Santiago | |
| **PFL** | |
| César Bandeira | Abelardo Lupion |
| Coriolano Sales | José Carlos Araújo |
| Dr. Pinotti (Licenciado) | 3 vagas |
| Félix Mendonça | |
| Paulo Magalhães | |
| **PMDB** | |
| Benjamin Maranhão | Edison Andrino |
| Cezar Schirmer | Osmar Serraglio |
| Dr. Heleno vaga do PP | Silas Brasileiro |
| Gilberto Nascimento | 1 vaga |
| Mauro Lopes | |
| **PSDB** | |
| João Campos | Bosco Costa |
| Zenaldo Coutinho | Helenildo Ribeiro |
| Zulaiê Cobra | Vicente Arruda |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PP** | |
| Francisco Garcia | Érico Ribeiro |
| Nelson Meurer | Julio Lopes |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Leodegar Tiscoski |
| **PTB** | |
| Alberto Fraga | Ricardo Izar |
| Arnaldo Faria de Sá | Romeu Queiroz |
| **PL** | |
| Coronel Alves (Licenciado) | Humberto Michiles |
| Edmar Moreira | Maurício Rabelo |
| **PSB** | |
| Givaldo Carimbão | 2 vagas |
| Gonzaga Patriota | |
| **PPS** | |
| Geraldo Resende | Dimas Ramalho |
| Juíza Denise Frossard vaga do PSDB | |
| **PDT** | |
| Pompeo de Mattos | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PV** | |
| Jovino Cândido | Leonardo Mattos |

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".**

Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Dra. Clair | Orlando Fantazzini |
| Eduardo Valverde | 5 vagas |
| Gilmar Machado | |
| Guilherme Menezes | |
| Iriny Lopes | |
| João Magno | |
| **PFL** | |
| Coriolano Sales | Murilo Zauith |
| Eduardo Sciarra | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| Fábio Souto | 3 vagas |
| Fernando de Fabinho | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Carlos Willian vaga do PSB | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| Mauro Lopes | 3 vagas |
| Rose de Freitas vaga do PSDB | |
| Wilson Santiago | |
| Zé Gerardo | |
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Custódio Mattos | Affonso Camargo |
| Gustavo Fruet vaga do PMDB | Narcio Rodrigues |
| João Almeida | Sebastião Madeira |
| Luiz Carlos Hauly | 1 vaga |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PP** | |
| Dilceu Sperafico | Darci Coelho vaga do PFL |
| Herculano Anghinetti (Licenciado) | Mário Negromonte |
| (Dep. do PL ocupa a vaga) | 2 vagas |
| **PTB** | |
| Iris Simões | 2 vagas |
| José Militão | |
| **PL** | |
| João Tota (Licenciado) vaga do PP | Carlos Mota |
| Mário Assad Júnior | Chico da Princesa |
| Oliveira Filho | |
| **PSB** | |
| André Zacharow vaga do PDT | 2 vagas |
| Pastor Francisco Olímpio | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | Cezar Silvestri |
| | Maria Helena vaga do PMDB |
| **PDT** | |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Jamil Murad | 1 vaga |
| **PV** | |
| Leonardo Mattos | Sarney Filho |

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE**

**SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Iara Bernardi | Iriny Lopes |
| Luci Choinacki | Maninha |
| Maria do Rosário | 4 vagas |
| Mariângela Duarte | |
| Selma Schons | |
| Telma de Souza | |
| **PFL** | |
| Celcita Pinheiro | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| Kátia Abreu | 4 vagas |
| Laura Carneiro | |
| Nice Lobão | |
| Zelinda Novaes | |
| **PMDB** | |
| Almerinda de Carvalho | Benjamin Maranhão |
| Ann Pontes | Teté Bezerra |
| Marinha Raupp | 2 vagas |
| Sandra Rosado | |
| **PSDB** | |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | Eduardo Barbosa |
| Thelma de Oliveira | Ronaldo Dimas |
| Yeda Crusius | Sebastião Madeira |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | Zulaiê Cobra |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Celso Russomanno |
| Cleonâncio Fonseca | 2 vagas |
| Suely Campos | |
| **PTB** | |
| Dr. Francisco Gonçalves | Kelly Moraes |
| Elaine Costa | 1 vaga |
| **PL** | |
| Maurício Rabelo | Carlos Mota |
| Oliveira Filho | Marcos de Jesus |
| **PSB** | |
| Janete Capiberibe | 2 vagas |
| Luiza Erundina | |
| **PPS** | |
| Juíza Denise Frossard vaga do PSDB | Geraldo Thadeu |
| Maria Helena | |
| **PDT** | |
| Alceu Collares | Álvaro Dias |
| **PC do B** | |
| Alice Portugal | Jandira Feghali |
| **PV** | |
| Fernando Gabeira | Leonardo Mattos |
| **S.PART.** | |
| | Renato Cozzolino vaga do PFL |

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| João Grandão | 6 vagas |
| José Pimentel | |
| Paulo Bernardo | |
| Paulo Rubem Santiago | |
| Vander Loubet | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Carlos Willian vaga do PSC | 5 vagas |
| Eliseu Padilha | |
| Marcelino Fraga | |
| Max Rosenmann | |
| Nelson Trad | |
| Zé Gerardo | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Abelardo Lupion | Eduardo Sciarra |
| Corauci Sobrinho | Pauderney Avelino |
| Mussa Demes | Paulo Bauer |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PP** | |
| Pedro Corrêa | 3 vagas |
| Ricardo Barros | |
| Zonta | |
| **PSDB** | |
| João Almeida | Julio Semeghini |
| Léo Alcântara | Luiz Carlos Hauly |
| Paulo Kobayashi | Walter Feldman (Licenciado) |
| **PTB** | |
| Elaine Costa | Dr. Francisco Gonçalves |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | José Chaves |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Enio Tatico vaga do PTB | Edmar Moreira |
| José Santana de Vasconcellos | João Leão |
| Miguel de Souza | 1 vaga |
| Milton Monti | |
| **PPS** | |
| Átila Lins | Geraldo Thadeu |
| **PSB** | |
| Gonzaga Patriota | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Mário Heringer | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| Sérgio Miranda | Vanessa Grazziotin |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | Edson Duarte |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho vaga do PSC |

Secretário(a): Carla Medeiros
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1756, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A LEI NACIONAL DA ADOÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)

Relator: Teté Bezerra (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| Angela Guadagnin | Luiz Couto |
| Fernando Ferro | Neyde Aparecida |
| Maria do Rosário | Terezinha Fernandes |
| Rubens Otoni | 3 vagas |
| Selma Schons | |
| Telma de Souza | |
| **PFL** | |
| Corauci Sobrinho | Celcita Pinheiro |
| Laura Carneiro | Kátia Abreu |
| Paulo Bauer | Nice Lobão |
| Zelinda Novaes | 2 vagas |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | |
| **PMDB** | |
| João Matos | Ann Pontes |
| Marcelo Castro | Deley [vaga do PV] |
| Paulo Afonso | Marinha Raupp |
| Teté Bezerra | 2 vagas |
| **PSDB** | |
| Eduardo Barbosa | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |
| Helenildo Ribeiro | Yeda Crusius |
| Júlio Redecker | 2 vagas |
| Thelma de Oliveira | |
| **PP** | |
| Darci Coelho [vaga do PFL] | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Francisco Garcia | 2 vagas |
| José Linhares | |
| 1 vaga | |
| **PTB** | |
| Kelly Moraes | Antonio Joaquim [vaga do PP] |
| 1 vaga | Jonival Lucas Junior |
| | 1 vaga |
| **PL** | |
| Marcos de Jesus | Almeida de Jesus |
| 1 vaga | Lincoln Portela |
| **PSB** | |
| Luiza Erundina | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PPS** | |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | Enio Bacci |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | Jamil Murad |
| **PV** | |
| Marcelo Ortiz | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| João Grandão | César Medeiros |
| Maninha | 5 vagas |
| Mariângela Duarte | |
| 3 vagas | |
| **PMDB** | |
| Alceste Almeida | 5 vagas |
| Alexandre Santos [vaga do PP] | |
| Carlos Eduardo Cadoca | |
| João Matos | |
| Pedro Chaves | |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Fábio Souto | 4 vagas |
| Marcelo Guimarães Filho | |
| Ney Lopes | |
| 1 vaga | |
| **PP** | |
| Dr. Benedito Dias | Francisco Garcia |
| João Pizzolatti | 2 vagas |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Bismarck Maia | Eduardo Paes |
| Carlos Alberto Leréia | Luiz Carlos Hauly |
| Domiciano Cabral | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |
| **PTB** | |
| Alex Canziani | Arnon Bezerra |
| 2 vagas | 2 vagas |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Chico da Princesa | João Tota (Licenciado) |
| João Mendes de Jesus | 2 vagas |
| Reinaldo Betão | |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | Nelson Proença |
| **PSB** | |
| Isaías Silvestre | Barbosa Neto |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | Álvaro Dias |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PV** | |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| Costa Ferreira [vaga do PSC] | |

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2401, DE 2003, QUE "ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Silas Brasileiro (PMDB)
1º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
2º Vice-Presidente: Kátia Abreu (PFL)
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
Relator: Darcísio Perondi (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
| --- | --- |
| **PT** | |
| Fernando Ferro | Adão Pretto |
| João Grandão | Anselmo |
| José Pimentel | Assis Miguel do Couto |
| Josias Gomes | João Alfredo |
| Luci Choinacki | Selma Schons |
| Paulo Pimenta | Zé Geraldo |
| **PFL** | |

| | |
|---|---|
| Abelardo Lupion | Aroldo Cedraz |
| Celcita Pinheiro | Carlos Melles |
| Kátia Abreu | José Carlos Araújo |
| Onyx Lorenzoni | Murilo Zauith |
| Ronaldo Caiado | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| **PMDB** | |
| Darcísio Perondi | Jorge Alberto |
| Marcelo Castro | Leandro Vilela |
| Moacir Micheletto | 2 vagas |
| Silas Brasileiro | |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Ariosto Holanda |
| Bismarck Maia | Helenildo Ribeiro |
| Nilson Pinto | Júlio Redecker |
| Yeda Crusius | Julio Semeghini |
| **PP** | |
| Dilceu Sperafico | Augusto Nardes |
| Leonardo Vilela (Licenciado) | Francisco Turra |
| Luis Carlos Heinze | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Dr. Francisco Gonçalves | Alberto Fraga |
| Iris Simões | Arnaldo Faria de Sá |
| **PL** | |
| Chico da Princesa | Giacobo |
| Paulo Gouvêa | Hamilton Casara vaga do PSB |
| | Oliveira Filho |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| (Dep. do PC do B ocupa a vaga) | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PPS** | |
| Nelson Proença | Cezar Silvestri vaga do PFL |
| | Roberto Freire |
| **PDT** | |
| 1 vaga | Dr. Rodolfo Pereira |
| | Jurandir Boia vaga do PSB |
| **PC do B** | |
| Renildo Calheiros | Perpétua Almeida |
| Vanessa Grazziotin vaga do PSB | |
| **PV** | |
| Edson Duarte | Sarney Filho |

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fernando Ferro | Devanir Ribeiro |
| Henrique Fontana | Eduardo Valverde |
| Luciano Zica | José Pimentel |
| Mauro Passos | Telma de Souza |
| Paulo Bernardo | Zezéu Ribeiro |
| Terezinha Fernandes | 1 vaga |
| **PMDB** | |
| Eliseu Padilha | Almerinda de Carvalho |
| Leonardo Picciani | Cabo Júlio vaga do PSC |
| Mauro Lopes | Darcísio Perondi |
| Moreira Franco | Deley vaga do PV |
| Osmar Serraglio | Eduardo Cunha |
| | Gilberto Nascimento |
| | José Priante |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Eduardo Sciarra | Aroldo Cedraz |
| Eliseu Resende | José Carlos Araújo |
| José Roberto Arruda | Rodrigo Maia |
| Vilmar Rocha | 1 vaga |
| **PP** | |
| Dr. Benedito Dias | Leodegar Tiscoski |
| Francisco Appio | Vadão Gomes |
| Ricardo Barros | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| **PSDB** | |
| Alberto Goldman | Julio Semeghini |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado) |
| 1 vaga | Ronaldo Dimas |
| **PTB** | |
| Iris Simões | Jovair Arantes |
| Jackson Barreto | Luiz Antonio Fleury |
| Jonival Lucas Junior | Nelson Marquezelli |
| **Bloco PL, PSL** | |
| José Santana de Vasconcellos | Medeiros |
| Luciano Castro | Paulo Marinho |
| Mário Assad Júnior | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Fernando Coruja | Roberto Freire |
| **PSB** | |
| Renato Casagrande | André Zacharow vaga do PP |
| | 1 vaga |
| **PDT** | |
| 1 vaga | Severiano Alves |
| **PC do B** | |
| Sérgio Miranda | Inácio Arruda |
| **PSC** | |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Sarney Filho | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **S.PART.** | |
| Renato Cozzolino vaga do PSC | |

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Celso Russomanno (PP)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Angela Guadagnin | 6 vagas |
| Antônio Carlos Biffi | |
| Assis Miguel do Couto | |
| Luci Choinacki | |
| Maria do Rosário | |
| Neyde Aparecida | |
| **PMDB** | |
| Almerinda de Carvalho | Deley vaga do PV |
| Marinha Raupp | 5 vagas |

| | |
|---|---|
| Osvaldo Biolchi | |
| Pastor Amarildo [vaga do PSC] | |
| Rose de Freitas | |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Laura Carneiro | 4 vagas |
| Milton Barbosa | |
| Zelinda Novaes | |
| 1 vaga | |
| **PP** | |
| Celso Russomanno | José Linhares |
| Ildeu Araujo | Suely Campos |
| Julio Lopes | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Eduardo Barbosa | Rafael Guerra |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | Walter Feldman (Licenciado) |
| Thelma de Oliveira | (Dep. do PPS ocupa a vaga) |
| **PTB** | |
| Arnaldo Faria de Sá | Luiz Antonio Fleury |
| Pastor Reinaldo | Marcus Vicente |
| 1 vaga | Ricardo Izar |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Lincoln Portela | Coronel Alves (Licenciado) |
| Maurício Rabelo | Marcos de Jesus |
| Paulo Gouvêa | 1 vaga |
| **PPS** | |
| 1 vaga | Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] |
| | 1 vaga |
| **PSB** | |
| 1 vaga | Luciano Leitoa |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | Enio Bacci |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| Leonardo Mattos | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **S.PART.** | |
| | Costa Ferreira [vaga do PSC] |

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Angela Guadagnin | Orlando Desconsi |
| Antonio Carlos Biscaia | Reginaldo Lopes |
| Carlos Abicalil | 4 vagas |
| Maria do Carmo Lara | |
| Neyde Aparecida | |
| Zezéu Ribeiro | |
| **PMDB** | |
| Alexandre Santos [vaga do PP] | Carlos Willian [vaga do PSC] |
| Deley [vaga do PV] | 5 vagas |
| Eliseu Padilha | |
| Gervásio Oliveira [vaga do PDT] | |
| João Magalhães | |
| Max Rosenmann | |
| Pastor Amarildo [vaga do PSC] | |
| Paulo Afonso | |
| Zé Gerardo | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Fábio Souto | 4 vagas |
| Fernando de Fabinho | |
| José Carlos Aleluia | |
| José Rocha | |
| **PP** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 3 vagas |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Alberto Goldman |
| Antonio Carlos Pannunzio | Gonzaga Mota |
| Bismarck Maia | Yeda Crusius |
| **PTB** | |
| Antonio Joaquim [vaga do PP] | Jackson Barreto |
| Eduardo Seabra | 2 vagas |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | |
| 1 vaga | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Almeida de Jesus | 3 vagas |
| Almir Sá | |
| Enio Tatico [vaga do PTB] | |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | 1 vaga |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | Luciano Leitoa |
| André Zacharow [vaga do PP] | |
| **PDT** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL] | |

Secretário(a): -

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".**

Presidente: Deley (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Gilmar Machado (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| César Medeiros | Antônio Carlos Biffi |
| Dr. Rosinha | 5 vagas |
| Gilmar Machado | |
| João Grandão | |
| Jorge Bittar | |
| Mariângela Duarte | |
| **PMDB** | |
| Aníbal Gomes | Alexandre Santos [vaga do PP] |
| Carlos Willian [vaga do PSC] | Nelson Bornier |
| Darcísio Perondi | Tadeu Filippelli |
| Deley [vaga do PV] | 3 vagas |

| | |
|---|---|
| Gastão Vieira | |
| Pedro Chaves | |
| Wilson Santiago | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| José Roberto Arruda | Claudio Cajado |
| José Rocha | Corauci Sobrinho |
| Marcelo Guimarães Filho | Davi Alcolumbre vaga do PDT |
| Ronaldo Caiado | Onyx Lorenzoni |
| | Rodrigo Maia |
| **PP** | |
| Ivan Ranzolin | Pedro Corrêa |
| Julio Lopes | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |
| Ronivon Santiago | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Bismarck Maia | Lobbe Neto |
| Léo Alcântara | Nilson Pinto |
| 1 vaga | Professora Raquel Teixeira (Licenciado) |
| **PTB** | |
| José Militão | Josué Bengtson |
| Jovair Arantes | Sandro Matos |
| Marcus Vicente | 1 vaga |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Carlos Rodrigues | João Mendes de Jesus |
| Júnior Betão vaga do PPS | João Tota (Licenciado) |
| Paulo Marinho | Maurício Rabelo |
| Reinaldo Betão | |
| **PPS** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | Cláudio Magrão |
| **PSB** | |
| Dr. Ribamar Alves | Luciano Leitoa |
| **PDT** | |
| Pompeo de Mattos | (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Leonardo Mattos |
| **S.PART.** | |
| | Costa Ferreira vaga do PSC |

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antônio Carlos Biffi | Maninha |
| Carlos Abicalil | Sigmaringa Seixas |
| João Grandão | 4 vagas |
| Neyde Aparecida | |
| Rubens Otoni | |
| Wasny de Roure | |
| **PMDB** | |
| Luiz Bittencourt | Leandro Vilela |
| Nelson Trad | 4 vagas |
| Pastor Amarildo vaga do PSC | |

| | |
|---|---|
| Pedro Chaves | |
| Teté Bezerra | |
| Waldemir Moka | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Celcita Pinheiro | José Roberto Arruda |
| Murilo Zauith | Vilmar Rocha |
| Ronaldo Caiado | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PP** | |
| Darci Coelho | Pedro Henry |
| Leonardo Vilela (Licenciado) | Sandes Júnior |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Carlos Alberto Leréia | Ronaldo Dimas |
| João Campos | Vittorio Medioli |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Jovair Arantes | 3 vagas |
| Ricarte de Freitas | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Enio Tatico vaga do PTB | Luciano Castro |
| Jorge Pinheiro | Maurício Rabelo |
| Lincoln Portela vaga do PV | Miguel de Souza |
| Sandro Mabel | |
| 1 vaga | |
| **PPS** | |
| Geraldo Resende | Júlio Delgado |
| **PSB** | |
| Barbosa Neto | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PSC** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PV** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho vaga do PSC |

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".**

Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fátima Bezerra | João Alfredo |
| José Pimentel | Josias Gomes |
| Leonardo Monteiro | Luiz Alberto |
| Luiz Couto | Maurício Rands |
| Paulo Rubem Santiago | Terezinha Fernandes |
| Zezéu Ribeiro | 1 vaga |
| **PFL** | |

| | |
|---|---|
| André de Paula | José Carlos Araújo |
| César Bandeira | 4 vagas |
| Fábio Souto | |
| Luiz Carreira | |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Jorge Alberto | Carlos Eduardo Cadoca |
| Marcelino Fraga | Mauro Lopes |
| Mauro Benevides | Moraes Souza |
| Sandra Rosado | Zé Gerardo |
| **PSDB** | |
| Antonio Cambraia | Átila Lira |
| Bosco Costa | Gonzaga Mota |
| Helenildo Ribeiro | João Castelo |
| João Almeida | 1 vaga |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Enivaldo Ribeiro |
| Cleonâncio Fonseca | Márcio Reinaldo Moreira |
| Ricardo Fiuza | Wagner Lago [vaga do PDT] |
| | Zé Lima |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro | 2 vagas |
| 1 vaga | |
| **PL** | |
| Jaime Martins | Sandro Mabel |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PSB** | |
| Isaías Silvestre | Eduardo Campos (Licenciado) |
| Maurício Quintella Lessa (Licenciado) | 1 vaga |
| **PPS** | |
| B. Sá | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Álvaro Dias | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Renildo Calheiros | Inácio Arruda |
| **PRONA** | |
| Elimar Máximo Damasceno | 1 vaga |

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211 / 6232
FAX: 216-6225

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Átila Lins (PPS)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)
Relator: Paulo Rocha (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Anselmo | Eduardo Valverde |
| Carlos Abicalil | Nilson Mourão |
| Hélio Esteves | Zé Geraldo |
| Henrique Afonso | Zico Bronzeado |
| Paulo Rocha | 2 vagas |
| Terezinha Fernandes | |
| **PFL** | |
| Kátia Abreu | Clóvis Fecury |
| Pauderney Avelino | Davi Alcolumbre [vaga do PDT] |
| Vic Pires Franco | Francisco Rodrigues |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | 3 vagas |
| 1 vaga | |
| **PMDB** | |
| Alceste Almeida | Ann Pontes |
| Asdrubal Bentes | Deley [vaga do PV] |
| Marinha Raupp | Wladimir Costa |
| Osvaldo Reis | 2 vagas |
| **PSDB** | |
| Nicias Ribeiro | Anivaldo Vale |
| Nilson Pinto | João Castelo |
| (Dep. do PL ocupa a vaga) | Zenaldo Coutinho |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PP** | |
| Darci Coelho [vaga do PFL] | Zé Lima |
| Francisco Garcia | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| Ronivon Santiago | 1 vaga |
| Suely Campos | |
| **PTB** | |
| Pastor Frankembergen | Josué Bengtson |
| Silas Câmara | 1 vaga |
| **PL** | |
| Hamilton Casara [vaga do PSDB] | Coronel Alves (Licenciado) [vaga do PSB] |
| Humberto Michiles | João Tota (Licenciado) [vaga do PP] |
| Raimundo Santos | Luciano Castro |
| | Maurício Rabelo |
| **PSB** | |
| Dr. Ribamar Alves | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| Janete Capiberibe | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Átila Lins | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Dr. Rodolfo Pereira | (Dep. do PFL ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | Vanessa Grazziotin |
| **PV** | |
| Sarney Filho | (Dep. do PMDB ocupa a vaga) |

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Arlindo Chinaglia | Adão Pretto |
| Dr. Rosinha | Assis Miguel do Couto |
| Eduardo Valverde | Durval Orlato |
| Henrique Fontana | Guilherme Menezes |
| Ivan Valente | Maninha [vaga do PSB] |
| José Pimentel | Mariângela Duarte [vaga do PSB] |
| Nilson Mourão | Roberto Gouveia |
| | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| | 1 vaga |
| **PFL** | |
| Félix Mendonça [vaga do PTB] | Jair Bolsonaro [vaga do PTB] |
| Gervásio Silva | Luiz Carreira |
| Murilo Zauith | Vic Pires Franco |
| Onyx Lorenzoni | Vilmar Rocha |
| Roberto Brant | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Robson Tuma | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| **PMDB** | |
| Adelor Vieira | Osvaldo Biolchi |
| Alexandre Santos [vaga do PSDB] | 4 vagas |
| Darcísio Perondi | |

| | |
|---|---|
| Jorge Alberto | |
| Mendes Ribeiro Filho | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Alberto Goldman | Anivaldo Vale |
| Custódio Mattos | Bismarck Maia |
| Eduardo Barbosa | João Campos |
| Yeda Crusius | (Dep. do PP ocupa a vaga) |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PP** | |
| Darci Coelho [vaga do PFL] | Feu Rosa [vaga do PSDB] |
| José Linhares | Ivan Ranzolin |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Reginaldo Germano [vaga do PFL] |
| 1 vaga | Ronivon Santiago |
| | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| **PTB** | |
| Alberto Fraga [vaga do PMDB] | Antonio Joaquim [vaga do PP] |
| Arnaldo Faria de Sá | Marcondes Gadelha [vaga do PFL] |
| Dr. Francisco Gonçalves | Ricardo Izar |
| Marcus Vicente [vaga do PP] | Vicente Cascione |
| (Dep. do PFL ocupa a vaga) | (Dep. do PFL ocupa a vaga) |
| **PL** | |
| Carlos Mota | Humberto Michiles |
| Chico da Princesa | Maurício Rabelo |
| Medeiros | Paulo Marinho [vaga do PFL] |
| | Wellington Roberto |
| **PSB** | |
| Paulo Baltazar | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| 1 vaga | (Dep. do PT ocupa a vaga) |
| **PPS** | |
| 1 vaga | Geraldo Thadeu |
| **PDT** | |
| Alceu Collares | (Dep. do PSL ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Jandira Feghali | Alice Portugal |
| **PRONA** | |
| Enéas | 1 vaga |
| **PSL** | |
| | João Mendes de Jesus [vaga do PDT] |
| **S.PART.** | |
| | Luciana Genro [vaga do PT] |

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.**

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | Iriny Lopes |
| Dra. Clair | Mariângela Duarte |
| João Alfredo | 5 vagas |
| José Eduardo Cardozo | |
| José Mentor | |
| Maurício Rands | |
| Rubinelli | |
| **PFL** | |
| Coriolano Sales | Jair Bolsonaro [vaga do PTB] |
| Jairo Carneiro | José Mendonça Bezerra |
| Luiz Carlos Santos | Robério Nunes |
| Mendonça Prado (Licenciado) | Vilmar Rocha |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | 2 vagas |
| **PMDB** | |
| Bernardo Ariston | Osmar Serraglio |
| Carlos Willian [vaga do PSB] | Paulo Lima |
| Marcelino Fraga | 3 vagas |
| Nelson Trad | |
| Wilson Santiago | |
| 1 vaga | |
| **PSDB** | |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Bonifácio de Andrada |
| João Campos | Bosco Costa |
| Vicente Arruda | Nicias Ribeiro |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | Zenaldo Coutinho |
| 1 vaga | Zulaiê Cobra |
| **PP** | |
| Benedito de Lira | Celso Russomanno |
| Darci Coelho [vaga do PFL] | Nélio Dias |
| Feu Rosa | Roberto Balestra (Licenciado) |
| Ricardo Fiuza | |
| Wagner Lago [vaga do PDT] | |
| **PTB** | |
| Luiz Antonio Fleury | Arnaldo Faria de Sá |
| Paes Landim [vaga do PFL] | (Dep. do PFL ocupa a vaga) |
| Vicente Cascione | 1 vaga |
| 1 vaga | |
| **PL** | |
| Carlos Mota | João Paulo Gomes da Silva |
| José Santana de Vasconcellos | Paulo Marinho [vaga do PFL] |
| 1 vaga | Raimundo Santos |
| | Wellington Roberto |
| **PSB** | |
| Renato Casagrande | 2 vagas |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | |
| **PPS** | |
| Dimas Ramalho | Fernando Coruja |
| Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB] | |
| **PDT** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Pompeo de Mattos |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | 1 vaga |
| **PRONA** | |
| 1 vaga | 1 vaga |

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.**

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Chico Alencar | César Medeiros |
| Devanir Ribeiro | Colombo |
| Fernando Ferro | João Alfredo |
| José Eduardo Cardozo | Luiz Sérgio |
| Luiz Couto | Maria do Carmo Lara |
| Paulo Delgado | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| Rubens Otoni | 1 vaga |
| **PFL** | |
| André de Paula | Antonio Carlos Magalhães Neto |
| Luiz Carlos Santos | Eduardo Sciarra |
| Marcos Abramo | José Rocha |

| | |
|---|---|
| Roberto Magalhães [vaga do PTB] | Marcelo Guimarães Filho |
| Ronaldo Caiado | Paulo Bauer |
| Vic Pires Franco | Zelinda Novaes |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | |
| **PMDB** | |
| Cezar Schirmer | Almerinda de Carvalho |
| José Divino | Jorge Alberto |
| Marcelino Fraga | Leandro Vilela |
| Osmar Serraglio | Mauro Benevides |
| Osvaldo Biolchi | Vieira Reis |
| **PSDB** | |
| Affonso Camargo | Carlos Alberto Leréia |
| Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) | Nicias Ribeiro |
| Bonifácio de Andrada | Thelma de Oliveira |
| João Almeida | Vicente Arruda |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | 1 vaga |
| **PP** | |
| Agnaldo Muniz [vaga do PPS] | Nélio Dias |
| Leodegar Tiscoski | Ricardo Barros |
| Mário Negromonte | 1 vaga |
| Nilton Baiano | |
| **PTB** | |
| Jackson Barreto | Edna Macedo |
| Paes Landim [vaga do PFL] | José Múcio Monteiro |
| Philemon Rodrigues | Neuton Lima |
| (Dep. do PFL ocupa a vaga) | |
| **PL** | |
| Carlos Rodrigues | Almeida de Jesus |
| João Paulo Gomes da Silva | Mário Assad Júnior |
| Lincoln Portela | Oliveira Filho |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | 2 vagas |
| Luiza Erundina | |
| **PPS** | |
| (Dep. do PP ocupa a vaga) | Átila Lins |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | João Fontes [vaga do PT] |
| | Mário Heringer |
| **PC do B** | |
| Renildo Calheiros | Inácio Arruda |
| **PV** | |
| Jovino Cândido | Marcelo Ortiz |

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.**

Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Chaves (PTB)

| **Titulares** | **Suplentes** |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlos Santana | Antônio Carlos Biffi |
| Dra. Clair | Antonio Carlos Biscaia |
| Luiz Alberto | Henrique Afonso |
| Maurício Rands | Josias Gomes |
| Orlando Desconsi | Neyde Aparecida |
| Paulo Rocha | Tarcísio Zimmermann |
| Vicentinho | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PFL** | |
| Coriolano Sales | Celcita Pinheiro |
| João Batista | Gerson Gabrielli |
| Paulo Bauer | Onyx Lorenzoni |
| Robson Tuma | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Vilmar Rocha | 2 vagas |
| (Dep. do PL ocupa a vaga) | |
| **PMDB** | |
| Leonardo Picciani | Jefferson Campos |
| Marcelo Teixeira | Leandro Vilela |
| Wladimir Costa | Pastor Pedro Ribeiro |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Takayama |
| (Dep. do PPS ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Pannunzio | Ariosto Holanda |
| Carlos Alberto Leréia | Átila Lira |
| Eduardo Paes | Carlos Sampaio |
| Ronaldo Dimas | 2 vagas |
| Zenaldo Coutinho | |
| **PP** | |
| Francisco Dornelles | Leonardo Vilela (Licenciado) |
| Nelson Meurer | Luis Carlos Heinze |
| Roberto Balestra (Licenciado) | Vadão Gomes |
| **PTB** | |
| Iris Simões | Homero Barreto |
| Joaquim Francisco | Paes Landim [vaga do PFL] |
| José Chaves [vaga do PMDB] | Philemon Rodrigues |
| José Múcio Monteiro | 1 vaga |
| **PL** | |
| Miguel de Souza | Heleno Silva |
| Paulo Marinho [vaga do PFL] | Milton Monti |
| Sandro Mabel | Raimundo Santos |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | |
| **PSB** | |
| Dr. Ribamar Alves | Luciano Leitoa [vaga do PDT] |
| Isaías Silvestre | 2 vagas |
| **PPS** | |
| Cláudio Magrão | Raul Jungmann |
| Maria Helena [vaga do PMDB] | |
| **PDT** | |
| Pompeo de Mattos | (Dep. do PSB ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | Jamil Murad |
| **PRONA** | |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **S.PART.** | |
| Almir Moura [vaga do PL] | Babá [vaga do PT] |

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6206 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.**

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

| **Titulares** | **Suplentes** |
|---|---|
| **PT** | |
| Carlito Merss | Paulo Pimenta |
| Jorge Bittar | Reginaldo Lopes |
| José Mentor | Telma de Souza |
| Paulo Bernardo | Vignatti |
| Paulo Rubem Santiago | Wasny de Roure |
| Virgílio Guimarães | (Dep. do PV ocupa a vaga) |
| Walter Pinheiro | 1 vaga |
| **PFL** | |
| Gerson Gabrielli | Aroldo Cedraz |
| José Carlos Machado | Eduardo Sciarra |
| José Roberto Arruda | Eliseu Resende |
| Mussa Demes | Gervásio Silva |
| Pauderney Avelino | Júlio Cesar |

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| (Dep. do PSDB ocupa a vaga) | Vic Pires Franco |
| **PMDB** | |
| Carlos Eduardo Cadoca | Ann Pontes |
| Luiz Bittencourt | Jorge Alberto |
| Lupércio Ramos [vaga do PPS] | Paulo Afonso |
| Marcelo Teixeira | Pedro Chaves |
| Max Rosenmann | 1 vaga |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | |
| **PSDB** | |
| Antonio Cambraia | Anivaldo Vale |
| Eduardo Paes [vaga do PFL] | Antonio Carlos Mendes Thame |
| Julio Semeghini | Gonzaga Mota |
| Luiz Carlos Hauly | Yeda Crusius |
| Narcio Rodrigues | (Dep. do PTB ocupa a vaga) |
| Walter Feldman (Licenciado) | |
| **PP** | |
| Delfim Netto | Augusto Nardes |
| Francisco Dornelles | Márcio Reinaldo Moreira |
| Romel Anizio | 1 vaga |
| **PTB** | |
| Armando Monteiro [vaga do PMDB] | Arnon Bezerra [vaga do PSDB] |
| José Militão | Pedro Fernandes |
| Nelson Marquezelli | (Dep. do PL ocupa a vaga) |
| 1 vaga | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| **PL** | |
| Edmar Moreira | Enio Tatico [vaga do PTB] |
| João Leão | Jaime Martins |
| Sandro Mabel | João Paulo Gomes da Silva |
| | Reinaldo Betão |
| **PSB** | |
| André Zacharow [vaga do PDT] | Pastor Francisco Olímpio |
| Beto Albuquerque | 1 vaga |
| Renato Casagrande | |
| **PPS** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | (Dep. do PDT ocupa a vaga) |
| **PDT** | |
| (Dep. do PSB ocupa a vaga) | João Herrmann Neto [vaga do PPS] |
| | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| Sérgio Miranda | Vanessa Grazziotin |
| **PV** | |
| Edson Duarte | Fernando Gabeira [vaga do PT] |
| | Leonardo Mattos |
| **S.PART.** | |
| | Zequinha Marinho [vaga do PTB] |

Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| 6 vagas | 6 vagas |
| **PMDB** | |
| Gastão Vieira | Osmar Serraglio |
| João Matos | 4 vagas |
| Marinha Raupp | |
| Osvaldo Biolchi | |
| 1 vaga | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| César Bandeira | 4 vagas |
| Clóvis Fecury | |
| Corauci Sobrinho | |
| Murilo Zauith | |
| **PP** | |
| Feu Rosa | Márcio Reinaldo Moreira |
| Professor Irapuan Teixeira | Ronivon Santiago |
| Simão Sessim | Suely Campos |
| Vanderlei Assis | Wagner Lago |
| **PSDB** | |
| Átila Lira | Bonifácio de Andrada |
| Nilson Pinto | Lobbe Neto |
| Professora Raquel Teixeira (Licenciado) | Rafael Guerra |
| **PTB** | |
| Alberto Fraga | Alex Canziani |
| Eduardo Seabra | Elaine Costa |
| Jonival Lucas Junior | Paes Landim |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Carlos Mota | Pedro Irujo |
| Milton Monti | (Dep. S.PART. ocupa a vaga) |
| Paulo Marinho | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Rogério Teófilo | Fernando Coruja |
| **PSB** | |
| Luciano Leitoa | 1 vaga |
| **PDT** | |
| Severiano Alves | 1 vaga |
| **PC do B** | |
| Alice Portugal | Jamil Murad |
| **PSC** | |
| (Dep. S.PART. ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PV** | |
| Sarney Filho | Marcelo Ortiz |
| **S.PART.** | |
| Costa Ferreira [vaga do PSC] | Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL] |

Secretário(a): -

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993.**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Antonio Carlos Biscaia | |
| **PMDB** | |
| Mendes Ribeiro Filho | |
| **PFL** | |
| Moroni Torgan | |

Secretário(a): -
Local: CEDI
Telefones: 216-5615 / 5625

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".**

Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
Relator: Sarney Filho (PV)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |

| | |
|---|---|
| Dr. Rosinha | João Alfredo |
| Henrique Afonso | 3 vagas |
| Leonardo Monteiro | |
| Nilson Mourão | |
| **PMDB** | |
| Gervásio Oliveira vaga do PDT | 3 vagas |
| Leandro Vilela | |
| Luiz Bittencourt | |
| Lupércio Ramos vaga do PPS | |
| Moacir Micheletto | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| João Carlos Bacelar | 3 vagas |
| Robson Tuma | |
| 1 vaga | |
| **PP** | |
| (Dep. do PTB ocupa a vaga) | Roberto Balestra (Licenciado) |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Antonio Carlos Mendes Thame | Nicias Ribeiro |
| Nilson Pinto | Thelma de Oliveira |
| **PTB** | |
| Antonio Cruz | Pastor Reinaldo |
| Antonio Joaquim vaga do PP | 1 vaga |
| Josué Bengtson | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Coronel Alves (Licenciado) | 2 vagas |
| Hamilton Casara vaga do PSB | |
| Miguel de Souza | |
| **PPS** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Maria Helena |
| **PSB** | |
| (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) | 1 vaga |
| **PDT** | |
| (Dep. do PMDB ocupa a vaga) | Dr. Rodolfo Pereira |
| **PC do B** | |
| Perpétua Almeida | Vanessa Grazziotin |
| **PV** | |
| Sarney Filho | Edson Duarte |

Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6276/6252
FAX: 216-6285

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".**

Presidente: Bosco Costa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)
Relator: Luiz Couto (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Fernando Ferro | Guilherme Menezes |
| João Alfredo | José Pimentel |
| Luiz Alberto | Maurício Rands |
| Luiz Couto | Nelson Pellegrino |
| **PFL** | |
| José Carlos Araújo | Davi Alcolumbre vaga do PDT |
| José Carlos Machado vaga do PRONA | Fernando de Fabinho |
| Marcelo Guimarães Filho | Rodrigo Maia |
| 1 vaga | 1 vaga |
| **PMDB** | |
| Josias Quintal | Pastor Pedro Ribeiro |
| Marcelo Castro | Sandra Rosado |
| Mauro Lopes | 1 vaga |
| **PSDB** | |
| Bosco Costa | Carlos Sampaio |
| Helenildo Ribeiro | João Campos |
| Vicente Arruda | 1 vaga |
| **PP** | |
| Enivaldo Ribeiro | Márcio Reinaldo Moreira |
| Mário Negromonte | Nélio Dias |
| **PTB** | |
| Jonival Lucas Junior | Arnaldo Faria de Sá |
| Romeu Queiroz | Osmânio Pereira |
| **PL** | |
| Marcos de Jesus | Almeida de Jesus |
| 1 vaga | Edmar Moreira |
| **PSB** | |
| Dr. Ribamar Alves | 1 vaga |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | Colbert Martins |
| **PDT** | |
| 1 vaga | (Dep. do PFL ocupa a vaga) |
| **PC do B** | |
| Daniel Almeida | 1 vaga |
| **PRONA** | |
| (Dep. do PFL ocupa a vaga) | Elimar Máximo Damasceno |

Secretário(a): Francisco de Assis Diniz
Local: Anexo II, Sala 151-B
Telefones: 216-6213 / 6252
FAX: 216-6285

**REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Chico Alencar | |
| **PMDB** | |
| José Divino | |
| **PFL** | |
| Laura Carneiro | |
| **PSB** | |
| Alexandre Cardoso | |
| **PC do B** | |
| Jandira Feghali | |

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.**

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| **PT** | |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | |
| Orlando Fantazzini | |
| **PMDB** | |
| Gilberto Nascimento | |
| Jefferson Campos | |
| **Bloco PFL, PRONA** | |
| Dr. Pinotti (Licenciado) | |
| **PP** | |
| Celso Russomanno | |
| **PSDB** | |
| Zulaiê Cobra | |
| **PTB** | |
| Arnaldo Faria de Sá | |
| **Bloco PL, PSL** | |
| Wanderval Santos | |
| **PPS** | |
| Geraldo Thadeu | |
| **PSB** | |

Luiza Erundina
Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.**

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Josias Gomes
Paulo Rocha
Professor Luizinho
Zico Bronzeado

**PMDB**

Alceste Almeida

**PFL**

Francisco Rodrigues

**PTB**

Pastor Frankembergen

**PP**

Suely Campos

**PDT**

Dr. Rodolfo Pereira

**PC do B**

Vanessa Grazziotin
Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.**

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Maninha
Zarattini

**PMDB**

Moreira Franco

**PFL**

Carlos Melles
Jair Bolsonaro
Murilo Zauith
Robério Nunes

**PSDB**

Antonio Carlos Pannunzio

**PP**

Feu Rosa
Ivan Ranzolin

**PL**

Marcos de Jesus

**PDT**

João Herrmann Neto

**PV**

Edson Duarte
Fernando Gabeira
Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.**

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)
Relator: Carlos Mota (PL)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Eduardo Valverde
Luiz Eduardo Greenhalgh
Virgílio Guimarães

**PFL**

José Roberto Arruda

**PSDB**

Eduardo Barbosa

**PTB**

Arnaldo Faria de Sá

**PL**

Carlos Mota

**PPS**

Colbert Martins

**PCdoB**

Sérgio Miranda
Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.**

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Angela Guadagnin
Guilherme Menezes
Nelson Pellegrino

**PMDB**

Geddel Vieira Lima
Jorge Alberto

**Bloco PFL, PRONA**

José Rocha
1 vaga

**PP**

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

**PSDB**

João Almeida

**PTB**

Jonival Lucas Junior

**Bloco PL, PSL**

Amauri Gasques

**PPS**

Colbert Martins

**PSB**

Jorge Gomes

**PC do B**

Alice Portugal
Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.**

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Assis Miguel do Couto

**PMDB**

Osmar Serraglio

**PFL**

Eduardo Sciarra

**PSDB**

Luiz Carlos Hauly

**PP**

Nelson Meurer

**PTB**

Alex Canziani

**PV**

Fernando Gabeira

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO.**

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Devanir Ribeiro
Roberto Gouveia

**PMDB**

Ann Pontes
(Dep. do PV ocupa a vaga)

**Bloco PFL, PRONA**

Dr. Pinotti (Licenciado)
(Dep. do PV ocupa a vaga)

**PP**

Ildeu Araujo
Professor Irapuan Teixeira

**PSDB**

Antonio Carlos Mendes Thame

**PTB**

Arnaldo Faria de Sá

**Bloco PL, PSL**

Amauri Gasques

**PPS**

Geraldo Thadeu

**PSB**

1 vaga

**PV**

Edson Duarte vaga do PMDB
Marcelo Ortiz
Sarney Filho vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.**

Coordenador: Alberto Fraga (PTB)
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Carlos Abicalil
Eduardo Valverde

**PP**

Agnaldo Muniz
Luis Carlos Heinze

**PTB**

Alberto Fraga
Nilton Capixaba

**PL**

Miguel de Souza

**PCdoB**

Perpétua Almeida

**PV**

Edson Duarte

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.**

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Antonio Carlos Biscaia
Chico Alencar

**PMDB**

Gilberto Nascimento
Josias Quintal

**Bloco PFL, PRONA**

Laura Carneiro

**PP**

Reginaldo Germano

**PSDB**

(Dep. do PPS ocupa a vaga)

**Bloco PL, PSL**

Wanderval Santos
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

**PPS**

Geraldo Thadeu
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

**PSB**

Alexandre Cardoso

**PDT**

Mário Heringer

**S.PART.**

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.**

Coordenador: César Medeiros (PT)
Relator: Renato Cozzolino (S.PART.)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

César Medeiros
Leonardo Monteiro

**PMDB**

Deley
Luiz Bittencourt
Nelson Bornier

**PP**

Julio Lopes

**PTB**

Sandro Matos

**PV**

Edson Duarte
Fernando Gabeira
Jovino Cândido
Leonardo Mattos
Marcelo Ortiz
Sarney Filho

**S.PART.**

Renato Cozzolino

Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.**

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
Relator: Vicente Cascione (PTB)

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Durval Orlato
Jorge Boeira
Maria do Rosário
Terezinha Fernandes

**PFL**

Laura Carneiro
Zelinda Novaes
(Dep. do PP ocupa a vaga)

**PMDB**

Ann Pontes
Osmar Serraglio
Rose de Freitas

**PSDB**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira

**PP**

Darci Coelho vaga do PFL
Ivan Ranzolin
Ricardo Fiuza

**PTB**

Luiz Antonio Fleury
Vicente Cascione

**PL**

Carlos Mota

**PSB**

Luiza Erundina

**PPS**

Rogério Teófilo

**PDT**

Severiano Alves

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6276/6232
FAX: 216-6225

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO N° 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.**

**Titulares** **Suplentes**

**PT**

Iara Bernardi

**PMDB**

Gastão Vieira

**PFL**

Paulo Magalhães

**PSDB**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

Secretário(a): -

EDIÇÃO DE HOJE: 434 PÁGINAS